

Do ceticismo aos extremos:

Cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde
(1916-1928)

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliana Regina de Freitas Dutra.

Thiago Lenine Tito Tolentino

Novembro 2016

À minha Mãe em silêncio a encarar o extremo.

907.2

T649d

2016

Tolentino, Thiago Lenine Tito

Do ceticismo aos extremos [manuscrito] : cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928) / Thiago Lenine Tito Tolentino. - 2016.

671 f.

Orientadora: Eliana Regina de Freitas Dutra.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. Cultura – Teses. 3. Intelectuais – Brasil – Teses. 4.Modernismo - Teses. I.Dutra, Eliana Regina de Freitas . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



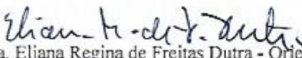
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



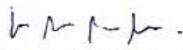
**"Do ceticismo aos extremos: Cultura intelectual brasileira nos escritos de
Tristão de Athayde (1916-1928)"**


Thiago Lenine Tito Tolentino

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Prof.ª. Dra. Eliana Regina de Freitas Dutra - Orientadora
UFMG


Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury
PUC-Minas


Prof. Dr. Sergio Alcides Pereira do Amaral
USP


Prof. Dr. João Adolfo Hansen
USP


Prof. Dr. MARCELO DA SILVA TIMOTHEO DA COSTA
UNIVERSO NITEROI

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

A muitos sou grato pela feitura deste trabalho. Minha orientadora, Eliana Regina de Freitas Dutra, que há anos me convidou para participar do grupo *Coleção Brasileira: Escritos e Leituras da Nação* quando eu ainda estava na graduação. Sem dúvida, a *Brasileira* foi fundamental na minha formação como pesquisador e historiador. Sou grato a todos os professores, pesquisadores, alunos, convidados e colegas com os quais convivi por tanto tempo.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa de doutorado que financiou este trabalho. Também agradeço à CAPES pela bolsa sanduíche que me permitiu ampliar significativamente os horizontes teóricos e documentais desta pesquisa. Na França, fui recebido pelo professor historiador Jean-Yves Mollier da Université de Versailles Saint - Quentin - En - Yvelines (UVSQ) a quem sou muito grato pelos debates e orientações em torno da história intelectual francesa e da história dos impressos.

Agradeço aos Departamentos de História, Letras e Filosofia da UFMG, docentes, discentes e funcionários, pelos anos de aprendizado constante e pela experiência única em vivenciar um momento áureo da Universidade brasileira pública, gratuita e de alto rendimento que parece agora entrar num período obscuro e decadente.

Agradeço aos membros do Projeto República: Núcleo de Documentação, Pesquisa e Memória coordenado pela professora Dr.^a Heloísa Maria Murgel Starling. No *República* aprendi muito sobre pesquisa e, principalmente, acerca da articulação entre conhecimento historiográfico e sua tradução para linguagens que ultrapassam e muito o texto escrito. Aí fiz amigos e criei laços que estão para além da Academia.

Sou especialmente grato a uma série de pessoas que viveram comigo o longo processo que foi a feitura dessa tese que, mesmo em seus momentos finais, teve de lidar com as tragédias que o destino guarda em cada esquina. À Raissa Brescia dos Reis, agradeço os debates, o apoio e compreensão irrestritos. À Aline Magalhães Pinto, amiga de longa data que muito contribuiu com esse trabalho. Aos amigos Raul Lanari, Rafael Cruz, Wilkie Buzatti, Pauliane Braga, Marcela Lima, Bruno Viveiros, Alda Batista, Augusto Borges, Valdeci Cunha, Rafael e Gabriel Amato, Igor Barbosa, Guilherme Melo, Taciana Garrido, Gabriel Nascimento, Carol Rossetti, Thiago Prates, Ana Toledo, Cléber Cabral, Ramon Ramalho, Paulo Rocha, Lucas Matozinhos, Douglas de Freitas, Mariana Silveira, Juliana Rezende, Suelen Maria, Flora Cândido, Filipe Serra, Márcio Rodrigues, Leonardo Miranda, Cristiane Viana, Valéria Augusti...

Agradeço muito à minha família, especialmente à minha mãe, Laraene Alves Tolentino, certamente a pessoa que mais encareceu o valor desta tese. Agradeço ao meu pai, Eclison Tito Silva, e aos meus irmãos Marcos e Eclison Júnior.

Resumo

Esta tese aponta para um processo geral pelo qual a cultura intelectual brasileira teria passado entre as décadas de 1910 e 1930. Especialmente, ressalta-se a ascensão de perspectivas contrárias aos princípios da Constituição republicana de 1891 que passa a ser vista como ultrapassada e decadente, notadamente após a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e o advento do fascismo italiano. Neste sentido, a trajetória intelectual e biográfica do crítico literário Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) é bastante expressiva. Nele revela-se tal processo geral em variadas esferas que compõem a complexidade da cultura intelectual brasileira: os debates culturais, as avaliações acerca do noticiário internacional, as análises políticas, as reflexões críticas sobre identidade nacional e a cisão de um país dividido entre sertão e litoral, as disputas em torno da arte moderna brasileira, as discussões sobre o papel da religião no interior da sociedade, os embates sobre os direitos e as questões de gênero, as reflexões acerca do melhor regime político para o Brasil etc. “Do ceticismo aos extremos” revela como muitos desses tópicos deixaram de ser tomados segundo perspectivas plurais e relativamente democráticas em função de visadas totalizantes em que o horizonte revolucionário e a utilização da violência para a consecução dos objetivos políticos tornaram-se uma verdade quase banal.

Abstract

The purpose of this study is to reveal a general process by which the “Brazilian intellectual culture” have passed between the 1910s and 1930s. In particular, it highlights the rising prospects against the principles of the Republican Constitution of 1891 that is seen as outdated after the First World War, the Russian Revolution and the rise of Italian fascism. In this sense, the intellectual and biographical trajectory of the literary critic Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) is quite significant. Through his periodical work, it’s possible to see the different aspects of this major process: cultural debates, evaluations about international news, political analysis, critical reflection on national identity and about the peculiar condition of a country divided between hinterland and coast, disputes around the Brazilian modern art, discussions about the role of religion in society, conflicts about gender issues and women rights, the discussions about the best political system for Brazil etc. "From skepticism to extremes" reveals how each one of these topics stopped to embrace plurals views and relatively democratic prospects, making the turning point to a revolutionary horizon in which the use of violence to achieve political goals became an almost banal truth.

Algumas Especificações

- Optou-se na citação dos artigos de Tristão de Athayde em utilizar as referências originais e completas.
- As referências bibliográficas serão feitas de forma completa na primeira aparição e depois em forma resumida.
- Referências idênticas (quase a totalidade do caso dos artigos de jornal) serão notificadas uma vez por lauda, salvo quando intercaladas por outras referências.
- As passagens de textos em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor desta tese, salvo quando expressa menção contrária.

Sumário

Introdução	9
------------------	---

Primeira Parte - PRELIMINARES DE UM TRAJETO

De Alceu a Tristão e Vice-Versa.....	15
A crítica, a crítica literária e a cultura intelectual brasileira	31
Uma República Cética?	48
Três tempos em três contos.....	85

Segunda Parte - O CRÍTICO E OS SUPORTES DA CRÍTICA

A “invenção” de São Paulo.....	99
O Lançamento de O Jornal	109
O crítico expressionista	119

Terceira Parte - DÚVIDA

Contra a “literatura”: Sertão	158
Contra a “literatura”: Litoral.....	195
Clássicos, românticos: modernos	249
Intermezzo: O Espetáculo da coluna da angústia e da esperança	333

Quarta Parte - ANGÚSTIA

Política e Letras I	354
Política e Letras II	411
Entre civilizações: América, Europa e África na cultura intelectual brasileira dos anos 1920.....	510

Quinta Parte - DECISÃO

A criança, o louco e o santo	580
Conclusão	622
Referências bibliográficas.....	628

Introdução

A cultura intelectual brasileira vivenciou, ao longo da década de 1920, uma transição caracterizada pelo abandono de perspectivas liberais e democráticas em função de posicionamentos simpáticos a radicalismos políticos à direita e à esquerda. A produção do crítico literário Tristão de Athayde constitui-se como um rico referencial a partir do qual torna-se possível contemplar tal processo, mapeando-se as diversas questões, angústias, dilemas e decisões que o constituíram. Tristão de Athayde foi uma das figuras mais expressivas da dinâmica cultural brasileira neste período histórico. Tocando questões estéticas, notadamente em torno do modernismo brasileiro, e políticas, especialmente acerca das crises do sistema republicano brasileiro no período, o crítico pode ser visto como um ponto nodal no interior da cultura intelectual brasileira, sobretudo por ter associado a tais perspectivas intelectuais a sua própria trajetória pessoal e pública. No decorrer da década de 1920, ele viveu um conflito intenso acerca de sua independência, ceticismo e liberalismo, confrontados aos movimentos que, à época, cada vez mais, reclamavam o engajamento, o dogmatismo e soluções autoritárias para as questões sociais e políticas. Esta passagem do ceticismo - representado por figuras como Anatole France, Eça de Queirós e Machado de Assis - às posições extremas identificadas com o fascismo, o comunismo e o catolicismo ultramontano - será uma experiência compartilhada por vários intelectuais brasileiros neste período¹.

Alceu Amoroso Lima, que neste trabalho é abordado quando era mais conhecido como Tristão de Athayde, possui uma presença marcante e longa no cenário intelectual, cultural e político brasileiro. Tendo vivido quase noventa anos, ele viu desde a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando estava na França, até os movimentos contra a ditadura civil-militar brasileira instaurada em 1964. Sua produção intelectual, iniciada “oficialmente” aos vinte e três anos, em 1916, soma dezenas de volumes, além de centenas de artigos publicados em jornais e revistas. Uma produção que nunca se ateve a apenas um campo disciplinar. Em livro, publicou estudos nas áreas de literatura, política, filosofia, religião, psicologia e sociologia, tendo, ainda, lançado volumes de entrevistas e memórias².

A abordagem de sua obra completa, assim como de toda a sua trajetória intelectual, conforma-se como um desafio ao historiador da cultura e do pensamento político brasileiro. Tal

¹ Sobre este aspecto, ver: CÂNDIDO, Antônio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p. 33-88; BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006, p. 103-159.

² A enumeração de suas obras completas pode ser consultada em: RODRIGUES, Leandro Garcia. *Alceu Amoroso Lima*. Cultura, Religião e Vida Literária. São Paulo: EdUSP, 2012, p. 212-216.

desafio é, aliás, comumente reiterado pelos estudiosos de sua produção³. Nós compartilhamos dessa perspectiva ao mesmo tempo em que nos distanciamos dela, pois não é nossa intenção contemplar toda a trajetória intelectual de Tristão de Athayde, seja numa tentativa de abordar o conjunto de sua produção bibliográfica, seja no interesse de confeccionar a sua biografia. A questão que norteia nossa pesquisa procura compreender algumas das características e dos processos vividos pela *cultura intelectual brasileira* na década de 1920 seguindo a trajetória de um personagem específico sem se limitar a ele.

No interior da historiografia, a figura de Tristão de Athayde é tema de pesquisas que abordam mais detidamente a década de 1930. Quando, aliás, ele é muito mais Alceu Amoroso Lima, isto é, o líder católico proeminente, diretor do Centro Dom Vital, da revista *A Ordem*, coordenador da Liga Eleitoral Católica, simpatizante do integralismo e contundente adversário dos intelectuais de esquerda e dos comunistas. Sobre este período, a bibliografia historiográfica é bem mais significativa⁴. A distinção entre as duas figuras, Tristão e Alceu, não é meramente uma questão de assinatura. Ela marca disposições intelectuais distintas observáveis nas palavras de Jackson de Figueiredo:

Tudo o mais não quero propriamente discutir. Já lhe disse que não me interessa. O que quis reafirmar é meu horror à literatura neste como em outros casos, reafirmar que só a amizade me leva a discutir-lhe o papel, a ação de crítico. É porque Tristão é Alceu que Tristão me interessa⁵.

Na transição de Tristão a Alceu, mais do que uma conversão, trata-se da formação do herdeiro político e ideológico de Jackson. Trata-se, para o criador da revista *A Ordem* (1921) e fundador do Centro Dom Vital (1922), de se abandonar a “ vaidade ” acerca de uma “ liberdade de pensar ” preocupada em atingir o “ pensado por mim mesmo ”, em nome de uma “ desliteralização ” que realce o valor na “ ordem e a beleza do passado ”⁶. O próprio Alceu dirá, trinta anos após sua conversão, que, ao abraçar o catolicismo, pensara em abandonar o pseudônimo de vez⁷.

³ Cf. RODRIGUES, L G. *Alceu Amoroso Lima*. Cultura, Religião e Vida Literária. São Paulo: EdUSP, 2012, p. 19.

⁴ ARDUINI, Guilherme Ramalho. Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social. (1928-1945). Campinas, SP: [s. n.], 2009. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas; BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999; BRANDÃO, Berenice Cavalcante. *O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado: 1930-1937)*. [Dissertação de Mestrado]. UFF: Niterói, 1975; FARIAS, Damiano Duque. *Em defesa da Ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: USP/Hucitec, 1998. MONTEIRO, Norma Gouveia. *Alceu Amoroso Lima: ideia, vontade, ação da intelectualidade católica no Brasil*. [dissertação de mestrado] Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1991; RODRIGUES, Cândido Moreira. *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica (1928-1946)*. [Tese de Doutorado] Assis: UNESP, 2006. RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: Uma revista de intelectuais católicos 1934-1945*. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005. ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979. SILVA, Valéria Jacó Da. *Sociabilidade intelectual católica na correspondência de Alceu Amoroso Lima (1928-1945)*. [Dissertação de Mestrado] Assis: UNESP, 2004.

⁵ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência: Harmonia dos Contrastes*. Tomo I. Rio de Janeiro: ABL, 1991, p. 56.

⁶ Cf. FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 56-61.

⁷ LIMA, Alceu Amoroso Lima. *Meio século de presença literária: 1919-1969*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. XV.

O interesse pela figura de Alceu, portanto, obteve maior destaque na produção historiográfica. A única obra produzida por um historiador que se assemelha, mas não se confunde, a uma biografia, pois procura acompanhar “a trajetória do intelectual católico”⁸, ignora, de modo até surpreendente, os anos que vão de 1893, nascimento de Alceu, a 1928, ano de sua conversão. O autor visa abordar Alceu Amoroso Lima como uma “figura referencial do laicato brasileiro do século XX” e destaca que o “catolicismo de Alceu confere um colorido especial à sua vida e obra – da conversão em fins dos anos 1920, até sua morte, no limiar dos noventa anos, da década de 1980”⁹. Não há dúvida, portanto, que é o Alceu converso o que mais interessou à historiografia. Afinal, ele torna-se então uma importante liderança política, militando pelo catolicismo nas instituições acima citadas, tendo sido, além disso, desde 1935, membro do Conselho Nacional de Educação, cargo que ocupou por décadas, e, em 1937, Reitor da Universidade do Distrito Federal. No ano de 1933, recusou a candidatura ao Senado pela Legião do Trabalho do Estado do Ceará. Recusara também o convite para ocupar a Chefia da Casa Civil em 1935 para substituir o amigo Ronald de Carvalho que falecera naquele ano. Em 1938, recusara a pasta de Ministro do Trabalho¹⁰.

O conceito de *cultura intelectual brasileira* cumpre papel essencial na teorização que caracteriza o empreendimento historiográfico por nós levado a cabo. Visto como uma categoria de entendimento histórico fundamentalmente agregadora, o conceito opera no sentido de tornar mais clara ao leitor a dinâmica dos significados, valores, ideias, interpretações, imagens etc. que circulavam num campo simbólico em que os jornais ocupavam um lugar central. Pensado a partir do período descrito, ou seja, os anos 1920 no Brasil, o conceito de *cultura intelectual* pretende afastar-se de noções como a de “pensamento social brasileiro”, história das ideias, história da literatura brasileira etc. Busca-se, também, distanciar-se de termos e conceitos mais ou menos definidos segundo perspectivas por demais *disciplinarizadas* e, não raro, infensa às “contaminações” de produções alheias a tais campos de saber, não obstante tais produções poderem manter entre si relações diretas (sociais, simbólicas, políticas, culturais) com os eixos privilegiados. Trata-se, portanto, de um conceito que opera como uma ferramenta historiográfica, que toma a reflexão histórica como marco indagador e que visa contemplar tal especificidade mobilizando diversas temáticas e produções que compõem a *cultura intelectual*.

Para tanto, levamos a cabo a formação de uma gama variada de fontes que nos municiaram na feitura da tese. Primeiramente, fez-se um levantamento exaustivo dos artigos

⁸ COSTA, Marcelo Thimóteo. *Um itinerário no Século*. Mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: PucRio; São Paulo: Loyola, 2006, p. 19.

⁹ COSTA, M T. *Um itinerário no Século*, p. 19.

¹⁰ Cf. REIS, Vera Lúcia dos. *O perfeito escriba*. Política e Letras na obra de Alceu Amoroso Lima. São Paulo: Annablume, 1998, p. 94.

lançados originalmente pelo autor nas páginas da imprensa periódica à época. Ao mesmo tempo, procurou-se organizar uma série de manifestações simbólicas da imprensa e das edições nacionais e internacionais, que, em alguma medida, ajudavam a inserir os trabalhos e a trajetória de Tristão de Athayde no interior da dinâmica dos debates levados a cabo na cultura intelectual brasileira. Tal preparação à análise é fundamental à compreensão dos processos pelos quais o crítico agiu, participou e interagiu no contexto político e cultural do período.

A tese é dividida em cinco partes, cada uma com seus tópicos internos. A primeira parte pode ser vista como a estrutura que sustenta as principais teses que irão se desenvolver ao longo do trabalho. Propõe-se uma revisão bibliográfica acerca da trajetória de Alceu Amoroso Lima a partir de seu pseudônimo Tristão de Athayde. Além disso, reflete-se sobre a crítica literária e sua relação com a formulação do conceito de cultura intelectual brasileira. A partir de tais reflexões, uma abordagem da Primeira República brasileira sob o horizonte do ceticismo é apresentada e, na verdade, será retomada recorrentemente. Por fim, esboça-se uma síntese da trajetória de Tristão de Athayde entre 1916 e 1928 segundo os contos por ele publicados e nunca analisados por nenhum de seus estudiosos.

A segunda parte trata do início da trajetória como escritor público do personagem por nós abordado situando-a no interior de contextos específicos da cultura intelectual brasileira no fim dos anos 1910. Primeiramente, quando ele se lança na *Revista do Brasil* e, posteriormente, quando torna-se o crítico literário do periódico *O Jornal* que teve grande importância no cenário da imprensa nacional, mas cujos trabalhos a seu respeito são praticamente inexistentes. Assim, ao tratarmos do *O Jornal* que, aliás, foi o pedra fundamental do império midiático que viria a ser os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, inserimos a crítica literária em seu contexto de edição, qual seja, seguindo a dinâmica de um periódico de grande circulação que reunia grande parte da produção da cultura intelectual. Neste contexto é que abordamos a especificidade teórica da crítica literária desenvolvida por Tristão de Athayde em torno da por ele nomeada “crítica expressionista”.

A terceira parte dá início as três disposições que verificamos na abordagem dos processos que marcaram a cultura intelectual brasileira na década de 1920: dúvida, angústia e decisão. Inscrita sob o signo da dúvida, esta parte relata as questões que marcaram o indeciso nacionalismo brasileiro do período posterior à Grande Guerra. Mobiliza-se a divisão entre sertão e litoral, com o bovarismo dos agentes culturais denunciado pelo nacionalismo heterogêneo do pós-guerra, mas também com a emergência dos movimentos que pretendiam “modernizar” a cultura intelectual. É um tempo em que a verificação da velhice da República segundo sua Constituição de 1891 começa a ser denunciada sem que, porém, desponte ainda na hegemonia da cultura intelectual soluções que a contestem de maneira estrutural e radical. O

ceticismo permanece como disposição geral, mas apresenta já suas insuficiências frente às demandas políticas e culturais. A “Coluna Prestes” e, mais ainda, a figura de Luís Carlos Prestes aparece como um ícone sintético de tal transição geral que será desenvolvida por toda a década de 1920.

A quarta parte traz consigo o sentimento da angústia. Trata-se do período em que os “futuristas” do modernismo entram na disputa pelo nacionalismo corrente na cultura intelectual. Angústia de uma República que, além das críticas radicais ao seu descompasso com a realidade nacional, começa a ser vista como ultrapassada frente aos avanços do fascismo e do comunismo que parecem irresistíveis e implacáveis, implicando numa decisão que, apesar de necessária, não parece clara. A democracia liberal é apreciada segundo suas limitações de representação e incapacidade de contenção da questão social, que era como se chamava os conflitos entre capital e trabalho. A República federativa torna-se incompatível com as demandas de sínteses nacionais que compreendam o país segundo um caráter nacional que determine sua identidade. Os programas de reformas e reestruturação constitucionais reproduzem-se incessantemente. Tais sínteses entram em conflito entre si segundo perspectivas díspares, não raro, apoiadas em retratos, ícones, símbolos e mitos ressignificados. O debate estético torna-se disputa pela síntese a ser aplicada, os conflitos políticos reconhecem como legítimo e/ou inevitável o horizonte revolucionário. Tempo angustiante de inquietude. O vitalismo parece superar o racionalismo. Valoriza-se a vontade, o ímpeto, a ação que comprometem a racionalidade de um ceticismo frio e reticente.

A quinta parte vista sob o signo da decisão é a menor de todas, justamente por significar o começo de um novo processo. Tristão de Athayde teria se relacionado com cada um desses tempos-sensíveis. Cético, angustiado e, ao fim, decidido pelo catolicismo ultramontano radical e atuante, ele assume, tanto em sua trajetória quanto em seus escritos, um caráter exemplar de um processo complexo por que passara a cultura intelectual brasileira na década de 1920. O tempo da decisão marca a saída da angústia, ou seja, quando agentes dos espectros mais variados da cultura intelectual abrem mão dos valores que vigoraram até então e abraçam posicionamentos radicais, em geral, à esquerda com o comunismo, e à direita com o fascismo e o catolicismo, sempre segundo apropriações específicas à realidade brasileira. A ruína da democracia em sua vertente liberal e burguesa torna-se uma certeza recorrente.

Se os engajamentos variam em sua intensidade no decorrer dos anos seguintes, basta notar, porém, que serão muito raras as defesas de um sistema político tal qual delineado pela Constituição de 1891. Sequer as reformas acerca do voto feminino, da lei de imprensa, de direitos trabalhistas, do voto secreto, da representação classista, da reforma da educação e do judiciário parecem ser capazes de superar a crise do regime. Até aqueles que não se engajam e

não declaram explicitamente algum posicionamento mais radical, não deixam de, mesmo através de uma análise “desinteressada”, transparecer certa sedução pelo extremo. Assim, Sérgio Buarque de Holanda escrevendo da Alemanha à *Folha da Manhã* verificava, em 1935, ou seja, em pleno Terceiro Reich, que, a partir dos escritos de Carl Schmitt¹¹, jurista filiado ao Partido Nazista qualificado pelo brasileiro como “sábio professor de Bonn”, encontrava a “validez universal independentemente dos critérios relativos” que demonstraria a falência das “ideias liberais”. Neste sentido, seria necessário reconhecer que “poucos duvidarão de que a política em si representa uma atividade irracional, que tem sua raiz nas regiões obscuras, inconscientes do homem. A associação que pretende fazer entre ela e os princípios morais e jurídicos é, no fundo, ilegítima e precária”. Assim, em meio ao “Estado Totalitário” nazista, o escritor considerava que a “distinção política por excelência é a distinção entre amigo e inimigo”¹². A passagem do ceticismo aos extremos traz em seu bojo essa sedução pelo irracional, por uma tipologia que abra mão de critérios “precários” e por isso mesmo relativizáveis e dialógicos, passíveis de discussão, em função de princípios unívocos e sintéticos e, portanto, condizentes com as disposições autoritárias.

¹¹ Sobre o tema cf. FERREIRA, Bernardo. *O risco do político*. Crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

¹² Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Estado Totalitário. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 298-301.

Primeira Parte

PRELIMINARES DE UM TRAJETO

De Alceu a Tristão e Vice-Versa

“memória, velha cidade de traições”.
Machado de Assis, *Um homem célebre*, 1888.

Por várias vezes, Alceu Amoroso Lima retomou a origem do pseudônimo Tristão de Athayde¹. Em uma delas, dissera que, “em 1919, convidado a exercer a crítica literária no *Jornal*, resolvi adotar um pseudônimo, a fim de separar inteiramente minha vida industrial da literária, tal como se deu com Andre Maurois, por exemplo”². Numa outra ocasião, conforme nota um de seus biógrafos, ele recordaria ter se desentendido com o pai, Amoroso Lima, que não queria ter os nomes confundidos³. Alceu já havia publicado, sob a assinatura A Amoroso Lima, um necrológio de Afonso Arinos e quatro artigos na *Revista do Brasil*, sendo o último deles nesse mesmo ano de 1919. Em suas memórias, ele conta que o pseudônimo lhe garantiria uma independência, o protegeria contra o preconceito em relação a “industriais escritores” que existiria tanto entre os empresários quanto entre os intelectuais e poderia, assim, mantê-lo longe das “panelinhas” literárias⁴.

A ideia de que poderia ser confundido com o pai é algo possível, porém, desde a adolescência, quando comparecia nas notas mundanas dos jornais cariocas⁵, seu nome vinha como A Amoroso Lima, assim como nos artigos citados acima. Sobre a ocultação do verdadeiro

¹ Alceu conta que seria um nome inventado vindo da modificação do pseudônimo com que assinara um soneto em 1918, Vasco de Ataíde. Ele explica, porém, que, em 1919, “ao tratar de escolher um pseudônimo, pensei naquele, mas o soneto me parecia agora desagradável e eu receava que o pseudônimo do poeta comprometesse o crítico. Então, ocorreu-me substituir o Vasco por Tristão; ficou assim resolvido o problema com Tristão de Ataíde. Mais tarde, lendo as *Décadas*, de João de Barros, em que se descrevem as lutas dos portugueses na Ásia, vim a saber da existência de um aventureiro, um pirata, famoso pelos saques e falcatruas, e que se chamava Tristão de Ataíde. Fiquei desagradavelmente surpreendido e nada honrado com o meu pseudônimo, mas já não havia nada a fazer. Tratava-se de uma curiosa coincidência...” LIMA, Alceu Amoroso. *Alceu Amoroso Lima conta a origem do pseudônimo. Estudos literários*. Rio de Janeiro: Cia Aguilar Editora, 1966, p. 28.

² LIMA, A.A. *Estudos literários*. Rio de Janeiro: Cia Aguilar Editora, 1966, p. 28.

³ VILLAÇA, Antonio Carlos. *O Desafio da liberdade*. Rio de Janeiro: Agir, 1983, p. 43.

⁴ LIMA, Alceu Amoroso. *Memorando dos 90*. Entrevistas e depoimentos coligidos e apresentados por Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 217.

⁵ Membro de família abastada do Rio de Janeiro, seu nome aparecia, invariavelmente, como A Amoroso Lima, seja em notícias sobre provas e méritos na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, seja em festas, eventos mundanos e celebrações religiosas registradas em colunas de jornal. Também assim lhe gravaram o nome por ocasião do anúncio de seu casamento, em 1918, com Maria Tereza de Faria, filha do acadêmico Alberto de Faria. Cf. Chá de Petrópolis, *A Época*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1918, p. 4.

autor, o próprio Alceu lembra que fora “descoberto” por um colega de escritório no dia seguinte em que publicara o primeiro artigo sob o pseudônimo⁶. Além disso, o fato é que tal recurso era antigo e comum na história intelectual do século XIX e início do século XX, tanto no Brasil quanto no exterior⁷. Sobre o pseudônimo em si, considera Philippe Lejeune:

Um pseudônimo é um nome diferente daquele do estado civil, que uma pessoa real se serve para *publicar* total ou parcialmente seus escritos. O pseudônimo é um nome de *autor*. Não é exatamente um falso nome, mas um nome de escrita [*plume*], um segundo nome, exatamente como aquele que um religioso adota entrando em uma ordem. Certamente, o emprego do pseudônimo pode, às vezes, cobrir fraudes ou se impor por motivos de discrição: mas isto acontece mais frequentemente em produções isoladas [...]. Os pseudônimos literários não são em geral nem mistérios, nem mistificações, eles assinalam simplesmente esse segundo nascimento que é a escrita pública. Escrevendo a sua autobiografia, o autor contará sobre a origem do pseudônimo: assim Raymond Abellio explica que ele se chama Georges Soulès e por que ele escolheu seu pseudônimo. O pseudônimo é simplesmente uma diferenciação, uma duplicação do nome, que não muda em nada a identidade⁸.

Estabelecer de forma rígida esta diferenciação entre Tristão e Alceu não é, porém, algo tão simples. Afinal, grande parte da aceitação e força que o Alceu neoconverso angariou no interior do cenário intelectual brasileiro foi devida ao reconhecimento público que Tristão conquistara durante dez anos de crítica periódica. Em 1920, após um ano de crítica militante, Monteiro Lobato escrevera a Manuel Gálvez que “[...] Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima é, de fato, a melhor aptidão crítica dos novos. Escreve no ‘O Jornal’ do Rio, e progride rapidamente. Será, se continuar, o nosso grande crítico de amanhã”⁹.

A distinção entre Tristão e Alceu, tradicionalmente, é vista como uma passagem de uma disposição estético-artística a outra ético-política. Esta distinção é reproduzida em vários trabalhos, quase sempre remetendo às recordações do autor, como as *Memórias Improvisadas*, quando Alceu Amoroso Lima diz que em 1928, em uma carta a Sérgio Buarque de Holanda publicada na revista *A Ordem*, sob o título de “Adeus à disponibilidade”, teria efetuado a “passagem da primazia do literário ao ideológico”¹⁰. Para melhor compreender as interpretações desta transição, construímos três vertentes para abordá-la.

A primeira vertente da transição de Tristão a Alceu pode ser exposta nos termos de Wilson Martins:

⁶ Cf. LIMA, A A. *Memorando dos 90*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 217–218.

⁷ Cf. GENS, Armando. Álbum de recortes: a literatura nos jornais. In: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 196; SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*. A representação humorística na história brasileira: da *Belle Époque* aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 119; LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso – humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, p. 1993; DAGAN, Yaël. *La nouvelle Revue française*. Entre guerre et paix 1914-1925. Paris : Tallandier, 2008, p. 33.

⁸ LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975, p. 24.

⁹ LOBATO Apud. ALBIERI, Thaís de Matos. *São Paulo – Buenos Aires: a trajetória de Monteiro Lobato na Argentina*. Campinas, SP: [s.n.], 2009. Tese de Doutorado, p. 31.

¹⁰ LIMA, Alceu Amoroso; LIMA, Cláudio Medeiros. *Alceu Amoroso Lima: Memórias Improvisadas*. Diálogos com Medeiros Lima. Petrópolis: Vozes, 1973.

Como crítico literário, Tristão de Ataíde sempre se conduziu por preocupações estéticas; é eloquente que haja abandonado a crítica quando elas começaram a lhe parecer, se não “supérfluas”, pelo menos secundárias em comparação com “tarefas mais urgentes e mais importantes”¹¹.

Martins, portanto, reconhecera uma transição clara e alertava o leitor para não se deixar confundir pelas memórias de Alceu que, em 1945, sustentava “não haver crítica verdadeira sem uma filosofia de vida”. Martins argumenta que:

[...] como não era essa a sua posição antes de 1929, o leitor que aceitar essa súplica da maturidade como um documento único para a sua interpretação correrá o risco de se enganar profundamente sobre a verdadeira natureza dos *Estudos*¹².

Esta primeira tendência interpretativa em torno da passagem de Tristão a Alceu reconhece duas disposições intelectuais claramente definidas e chama a atenção para algo que iremos retomar reflexivamente por todo o trabalho: a relação crítica com a (enorme) memorialística produzida pelo autor. Nesta mesma tendência, podemos incluir a produção de João Luiz Lafetá, especialmente quando este reconhece que “a conversão de Alceu faz parte do abandono geral das discussões predominantemente estéticas, trocadas pelo fascínio dos debates ideológicos”¹³. Lafetá, porém, percebe que por volta de 1925, quando Tristão desenvolvera uma longa reflexão cultural e política em torno do surrealismo, “o católico dos anos 1930 já estava escondido nesse crítico literário da fase heroica”¹⁴. Wilson Martins e Lafetá têm o “modernismo” como eixo de suas análises. O primeiro, abordando a década de 1920, considera um “equivoco” conceder a Tristão de Athayde o epíteto de “crítico do modernismo”¹⁵, pois lhe faltaria, dentre outras coisas, ser paulista¹⁶. Já o segundo, observando os anos 1930, nota que Alceu Amoroso Lima, por excesso de engajamento, teria feito com que a “adoção do catolicismo” levasse-o a “subordinar o estético ao ‘ético’”¹⁷. Note-se que, apesar de Alceu parecer personificar, em sua trajetória, o próprio esquema clássico que vê na história do modernismo uma fase heroica¹⁸ - estética - sucedida por uma fase ideológica - política-, seu lugar no interior do movimento é questionado.

¹¹ MARTINS, Wilson. A crítica modernista. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. V. 5. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1970, p. 514.

¹² MARTINS, Wilson. A crítica modernista. In: COUTINHO, A. *A literatura no Brasil*. V. 5, p. 514.

¹³ LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p. 81.

¹⁴ LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*, p. 142.

¹⁵ Cf. MARTINS, Wilson. A crítica modernista. In: COUTINHO, A. *A literatura no Brasil*. Vol. 5, p. 508; 493.

¹⁶ “É que ele [Tristão de Athayde] estava desligado não apenas espiritual, mas ainda geograficamente. Filho de uma província por tantos motivos diferente de São Paulo, ele não poderia [...] assimilar integralmente o Modernismo, nem por ele se deixar assimilar [...] o Modernismo (no período aqui abordado) é um movimento especificamente paulista, e de um certo momento da vida de São Paulo”. MARTINS, Wilson. A crítica modernista. In: COUTINHO, A. *A literatura no Brasil*. Vol, p. 514

¹⁷ LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*, p. 124.

¹⁸ Tal concepção parece ter sido prefigurada em meados dos anos 1920, como revela a passagem de Prudente de Moraes, Neto: “Foi por volta de 1925, passado o período heroico do modernista, este, que para muitos dos seus próprios adeptos consistia apenas num debate em torno de questões gerais de estética e de questões particulares de técnica, foi tomando a feição morosa das campanhas que parecem se eternizar”. MORAES NETO, Prudente de. Cavaquinho solando, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set. 1927, p. 4.

Nosso trabalho, porém, não é uma história do modernismo ou não o é exclusivamente. A segunda tendência interpretativa acerca da passagem de Tristão a Alceu é aquela que reconhece neste trânsito uma realização da persona de Alceu Amoroso Lima e que se baseia muito nas próprias memórias do autor. Esta tendência está presente em todos seus biógrafos. Obras que são importantes para a compreensão da história de Alceu, mas, especialmente acerca do período aqui abordado, ou seja, entre os anos 1916-1928, raramente vão além da colisão e rearticulação das memórias produzidas pelo autor. São, além disso, tecidas em tom laudatório por pessoas que foram amigas do biografado já em época posterior a sua conversão. De qualquer forma, porém, devem ser mencionadas como trabalhos imprescindíveis à introdução à vida e obra do crítico. Cândido Mendes, seu amigo e biógrafo, reconhece as limitações para a contemplação e reconstituição, principalmente dos primeiros 30 anos, da vida de Alceu:

Alceu nunca se entregou à autobiografia. Mas permitiu que Medeiros Lima, em entrevistas tão densas quanto *nonchalantes*, extraísse de nosso crítico a pertinácia com que combateu as meninices-modelo e a construção das crianças prodígio, já no pressentimento da futura *persona*. É só pelo narrador quase nonagenário que temos acesso a esse conhecimento, vindo de uma inevitável reconstrução¹⁹.

No mesmo caso deve ser incluída a biografia de Alceu Amoroso Lima feita por seu neto, Xikito Afonso Ferreira. Esta última, porém, trouxe à tona documentação inédita, especialmente relacionada à correspondência de Alceu, além de depoimentos de familiares e entrevistas variadas. Não obstante, trata-se de uma obra em que o aspecto sentimental e memorialístico fala mais alto, conforme bem sintetizou o prefaciador a riqueza e a orientação do livro: “Esta biografia é o reconhecimento mais inteligente e sensível do neto pela grandeza história e humana do avô, líder espiritual de algumas gerações brasileiras, inclusive a minha”²⁰.

Trabalhos acadêmicos também contribuem com essa segunda perspectiva acerca da passagem de Tristão a Alceu. Assim, podemos citar a obra de Leandro Garcia Rodrigues que observa neste processo uma passagem por um “deserto espiritual” e que:

[...] a busca por Deus teve início a partir de uma busca dentro de si próprio, onde ele se (re)encontrou consigo mesmo, deparou-se com seus fantasmas metafísicos, ultrapassando as grossas paredes do seu “castelo interior”, para usar uma expressão cara a santa Teresa de Jesus, uma das maiores místicas do catolicismo. [...] Alceu não resistiu mais, rendeu-se ao motivo da sua busca que há tantos anos o perseguia²¹.

As análises desta segunda perspectiva produzem uma espécie de *ilusão biográfica*, como se mesmo a mais radical das mudanças de trajetória intelectual fossem diluídas em uma essência em que “[...] a ‘vida’ constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”²².

¹⁹ MENDES, Cândido. *Dr Alceu: da “persona” à pessoa*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 23.

²⁰ KUJAWSKI, Gilberto de Mello. Tristão sem galas nem galões. In: FERREIRA, Xikito Afonso. *Histórias do meu avô Tristão*. A biografia de Alceu Amoroso Lima. São Paulo: AzulSol editora, 2015, p. 23.

²¹ RODRIGUES, L. G. *Alceu Amoroso Lima*, p. 72.

²² BOURDIEU, P. L’illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol 62, nº 1, 1986, p. 69.

O que caracterizaria esta segunda interpretação acerca da transição de Tristão a Alceu seria uma excessiva concessão à memória, raramente confrontada com outras memórias, outros depoimentos, fontes e demais materiais que poderiam problematizar a reconstituição dos processos históricos. As relações entre história e memória são longevas²³, complexas²⁴ e, não raro, polêmicas²⁵. Para ilustrarmos esta relação entre memória e história notemos as passagens de Paul Ricoeur: “Acredito poder geralmente distinguir uma lembrança de uma ficção, embora seja como imagem que a lembrança volte. Obviamente, desejaria ser sempre capaz de fazer essa discriminação”²⁶.

Assim, atesta-se a fragilidade da memória imagética e nem sempre confiável. Por outro lado, ela possuiria uma força inacessível à história: o reconhecimento, o qual Ricoeur chama de pequeno milagre da memória, ou seja, uma presença vivenciada a partir da lembrança. Este aspecto, entretanto, confirmaria o modo individual e restrito da memória, não obstante o seu caráter social. A alteridade emerge na possibilidade de o discurso histórico não apenas:

[...] estender a memória coletiva além de toda lembrança efetiva, mas o de corrigir, criticar, e até mesmo desmentir a memória de uma comunidade determinada, quando ela se retrai e se fecha sobre seus sofrimentos próprios a ponto de se tornar cega e surda aos sofrimentos de outras comunidades”²⁷.

Ao seguir os passos das memórias de Alceu Amoroso Lima, a segunda tendência interpretativa da transição de Tristão a Alceu perde de vista a contribuição que o passado produzido por um olhar historiográfico, pela representância e não pelo reconhecimento, pode realizar. Esta tendência pode ser apresentada a partir do trabalho de Leandro Garcia Rodrigues. Ao estudar cultura, religião e vida literária na obra de Alceu Amoroso Lima, o autor produz uma obra que se mantém sempre próxima das recordações do personagem analisado. É assim que certo esquema de memória é reproduzido com poucas variáveis: crítico literário que se inicia em 1919 em *O Jornal*; postura intelectual de discípulo de Sílvio Romero; relação ponderada, equidistante e não conflituosa com os arautos do modernismo paulista, Mário e Oswald de Andrade; simpatia, mas não filiação, em relação ao grupo espiritualista e católico organizado em torno do periódico *Festa*; correspondência, determinante em sua trajetória, com Jackson de Figueiredo; conversão ao catolicismo em 1928 exposta no artigo “Adeus à

²³ Sobre conflitos entre história e memória na antiguidade Cf. BRANDÃO, Junito. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 581; HARTOG, François. Temps et histoire – comment écrire l’histoire de France?, *Annales*. Ano 1995, vol 50, nº 6, p. 1228; LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 46-60. SAMÓATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, p. 75.

²⁴ Sobre oposição entre memória e história na modernidade Cf. HARTOG, F. Temps et histoire – comment écrire l’histoire de France ?, *Annales*, p. 1228-1230.

²⁵ Cf. SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 47-56; DIREITO À VERDADE E À MEMÓRIA: COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

²⁶ RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007, p. 503.

²⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*, p. 507.

disponibilidade” e mais um ou outro dado que corrobora com estes marcos fundamentais.

Cada um destes tópicos que, parodiando Oswald de Andrade, poderíamos chamar de “Esquema Tristão de Athayde”, podem ser problematizados e alguns, até mesmo, refutados. Porém, é de fato a forma segundo a qual as memórias²⁸ de Alceu Amoroso Lima tratam sua trajetória intelectual até sua conversão ao catolicismo em 1928. A iniciação como escritor público se deu, provavelmente, em março de 1916, quando fez um necrológio de Afonso Arinos e, em setembro do mesmo ano, lançou artigo publicado na primeira página da *Revista do Brasil*²⁹. Ao dedicar todo um capítulo sobre Sílvio Romero, Rodrigues afirma: “A principal razão desta escolha se deu pelo fato de que Alceu Amoroso Lima declarou, em inúmeros momentos da sua obra, que Sílvio Romero exerceu considerável influência sobre a sua formação pessoal e acadêmica”³⁰. Observando, porém, os artigos publicados na década de 1920, verificamos que o nome de Romero é citado poucas vezes e com significados diferenciados.

Primeiramente, Romero é visto como historiador da literatura, “aquele que lançou as bases de estudos literários sistemáticos”³¹, mas que compartilharia de tal posição com José Veríssimo. Além disso, outros intelectuais que se dedicaram ao tema são lembrados, como Coelho Neto, João Ribeiro, Sotero dos Reis, Ferdinand Wolf, Fernandes Pinheiro, Melo Moraes, Varnhagen, Joaquim Norberto e Vale Cabral. Esta enumeração era, ainda, uma diferenciação entre passado e presente, pois, o que interessava no artigo era analisar a então recém-lançada *Pequena história da literatura brasileira* de Ronald de Carvalho.

É na segunda metade da década de 1920 que Tristão associa o nome de Romero a uma atitude ligada ao “naturalismo cientificista do século XIX”, sendo um prefigurador do “ceticismo agnóstico” que então grassaria na intelectualidade brasileira. A afirmação seguinte, porém, é controversa: “Não que a ação de Sílvio Romero fosse profunda. Na fase em que nos alcançou havia nele menos audácia renovadora do que sarcasmo senil”³². As diferentes abordagens entre 1919 e 1926 são importantes, não a fim de esmiuçar a relação que Tristão de Athayde teria com Sílvio Romero, mas para observarmos a modificação de sua disposição intelectual, assim como quais questões começam a se tornar relevantes para reflexão e trabalho intelectual no decorrer da década de 1920. Além disso, ao voltarmos às fontes da época associadas tanto ao autor quanto a referências pertinentes, ampliamos significativamente o leque de “referências” nos primeiros escritos de Tristão. Muitos outros eram os nomes que

²⁸ Especialmente: LIMA, Alceu Amoroso. *Memorando dos 90*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984; *Memórias improvisadas*. Diálogos com Medeiros Lima. Petrópolis: Vozes, 1973.

²⁹ Cf. LIMA, A. Amoroso, Afonso Arinos - Evocações, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1916, p. 3; LIMA, A. Amoroso. Pelo passado nacional, *Revista do Brasil*, n 9, ano 1, vol III, pp. 1-16, 16 set. 1916.

³⁰ RODRIGUES, L. G. *Alceu Amoroso Lima*, p. 90.

³¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 nov. 1919, p. 7.

³² ATHAYDE, Tristão de. Tobias Barreto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1926, p. 4.

povoavam seus escritos e lhe sustentavam os argumentos.

Assim, em torno dos problemas da segunda tendência interpretativa da passagem de Tristão a Alceu, notamos a construção de uma persona marcada pela relação supostamente equidistante e ponderada, segundo a qual ele “nunca comprou briga com ninguém por causa de direcionamentos literários”³³. Nada mais longe dos acontecimentos. Com Oswald de Andrade, Alceu desencadeara uma polêmica em junho de 1925, ao lançar dois artigos sobre a poesia pau-brasil, que durara, pelo menos segundo o nosso recorte, até o ano de 1928. Também com Sérgio Buarque de Holanda, ele manteve por anos a fio polêmicas em torno de “direcionamentos literários”. Não raro, tal tendência incorre em imprecisões bibliográficas, confundindo datas e mesmo produções, criando uma compreensão amorfa do passado, indistinta, uma operação de redução à memória, fazendo com que a análise siga um eixo fundamental e coerente, porém, insensível à historicidade. Isso permite que Rodrigues, além das teses questionadas acima, afirme, mais de uma vez, que Alceu Amoroso Lima e Mário de Andrade publicaram “muitos textos de crítica literária”³⁴ na revista *Verde* de Cataguases, quando, de fato, o primeiro nunca ali lançara uma nota sequer. Seu nome aparece em artigos alheios e, apenas no número derradeiro, de 1929, a revista reproduz um artigo de Tristão de Athayde publicado originalmente no então recém-lançado *Estudos - 2ª série*, como forma de divulgação³⁵.

A própria lógica de lançamento dos primeiros livros de Tristão de Athayde é ignorada pela tendência memorialista. Reiteradas vezes, Rodrigues afirma que o “livro *Estudos: Primeira Série*” publicado em 1927 reuniria os “textos de crítica literária que Alceu tinha publicado em *O Jornal* durante os anos de 1919-1920”³⁶. Na verdade, tal publicação reunia os artigos publicados no ano anterior, 1926. Mais que revelar a imprecisão no trato da obra produzida pelo crítico, ao desconhecer a própria trajetória das publicações, da manifestação pública do intelectual, a tendência memorialista perde de vista as estratégias utilizadas pelo autor na conformação do debate público. Os *Estudos - 1ª Série*, apesar de, pelo título, remeterem a algo como os artigos de estreia em *O Jornal* nos anos 1919-1920, trazem, contudo, os textos publicados mais recentemente porque o cenário cultural e a disposição intelectual de Tristão de Athayde já guardavam diferenças claras em relação aos seus primeiros escritos. Com efeito, artigos de 1919 e 1920 apenas serão publicados em 1939³⁷ com várias notas explicativas em que o autor revisava as posições que tinha no início de sua carreira como crítico literário. Por

³³ RODRIGUES, L. G. *Alceu Amoroso Lima*, p. 136.

³⁴ Cf. RODRIGUES, L. G. *Alceu Amoroso Lima*, p. 96

³⁵ A própria nota da redação esclarece: “Fica, com a transcrição que hoje oferecemos aos nossos leitores dos capítulos ‘Poesia’ e ‘Pirandello’ extraídos dos ‘estudos’ (2ª série) de Tristão de Athayde [...]”. N. da R. *Verde*. Segunda fase, Cataguases, Ano 1, nº 1, mai. 1929, p. 21.

³⁶ RODRIGUES, L. G. *Alceu Amoroso Lima*, p. 114.

³⁷ Cf. LIMA, Alceu Amoroso. *Primeiros estudos*. Contribuição à história do modernismo literário. Rio de Janeiro: Agir, 1948. 1ª edição 1939.

fim, é importante lembrar que estas obras são frutos de processos de seleção por parte do autor, deixando vários escritos de fora. A seleção de artigos lançados nos anos de 1921, 1922, 1923 e 1925 será publicada em livro apenas em 1966. Os artigos de 1924 nunca foram reunidos em volume. Destaca-se, assim, que o trabalho de produção da memória configura-se desde a formação de narrativas biográficas e autobiográficas até às escolhas sobre o que deverá ou não ser selecionado para compor coletâneas, livros e textos essenciais associados ao autor.

Poderíamos continuar apontando as fragilidades da tendência memorialista comprometem a análise historiográfica, seja pela imprecisão no tratamento de ocorrências específicas, seja, o que é mais significativo, pela impertinência de interpretações que, não raro, serão baseadas naquelas mesmas imprecisões³⁸. Dessa forma, a segunda tendência interpretativa da passagem de Tristão a Alceu opera como uma espécie de autenticação da memória, sendo incapaz de apontar a historicidade dos processos vividos, muitas vezes embaralhados e imprecisos nesses trabalhos de memória. Mais que se debruçar nas especificidades dos percursos intelectuais na década de 1920, esta tendência reafirma os posicionamentos do memorialista³⁹, ratificando tanto suas interpretações como o modo de abordagem dessa história. Assim, ela pode tratar indistintamente das décadas de 1920, 1930 e mesmo as seguintes diluídas em um todo homogêneo e coerente garantido pelo reconhecimento produzido pelo “milagre” da memória. Lembramos aqui que diferentemente do reconhecimento inerente à memória, a relação com o passado na operação historiográfica é “antes de tudo um meio de representar uma diferença”⁴⁰.

A terceira tendência interpretativa, segundo nossa tipologia, da passagem de Tristão a Alceu explora de forma sistemática este processo. Isto é, procura problematizar a oposição da primeira tendência, da passagem do estético ao político, assim como submeter a memorialística, da segunda tendência, a questionamentos que, não raro, a comprometem. Esta terceira tendência

³⁸ Tal me parece ser o caso da opção de Rodrigues em pretender caracterizar toda produção de Alceu como “crítica literária católica”. A própria opção do autor em tomar como referência para tal vertente o padre alemão Pedro Sinzig que, em Petrópolis nos anos 1910 e 1920, publicara listas de livros proibidos, verdadeiros *Índex*, impede de situar a obra de Alceu no interior da vertente. De fato, além de Tristão de Athayde, durante os anos 1920, nunca ter analisado um livro sequer de Sinzig, a condenação que este fazia das obras de Zola, Eça de Queirós, Albertina Bertha, Júlio Ribeiro, Julien Green - todos estes citados por Rodrigues como exemplos de condenações da crítica católica – não encontrava correspondência alguma em toda a produção de Tristão de Athayde nos anos 1920. Um livro de Julien Green, aliás, será utilizado por Tristão como metáfora para a figura de São Francisco de Assis que, tal como a obra do autor francês, seria um “viajante sobre a terra”. Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Bibliografia franciscana, O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 out. 1926, p. 4; RODRIGUES, Leandro Garcia. *Alceu Amoroso Lima*. São Paulo: EdUSP, 2012, p. 156-157.

³⁹ Esta é a orientação explícita, que não é seguida por qualquer reparação teórico-metodológica, de opção pela memória que produziria “[...] um excelente balanço histórico do modernismo com a autoridade de quem vira tudo acontecer e, o mais importante, com uma larga distancia no tempo, pelo menos uns cinquenta anos em relação aos momentos por ele aludidos, o que forneceu maior flexibilidade analítica e uma privilegiada visão de conjunto”. RODRIGUES, L G. *Alceu Amoroso Lima*. Cultura. São Paulo: EdUSP, 2012, p. 122-123.

⁴⁰ CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 40.

pode ser reconhecida nos trabalhos de Vera Lúcia dos Reis e Guilherme Simões Gomes Junior. Apesar de compartilharem de uma mesma perspectiva geral e crítica em relação às duas tendências esboçadas acima, estes trabalhos são distintos entre si, cada um com seu leque de questões e hipóteses próprias. A tese de Vera Lúcia dos Reis, o trabalho mais completo em torno da produção de Tristão de Athayde entre os anos de 1920 e 1930, tem como meta primeira, justamente, questionar a diferença entre Alceu Amoroso Lima e Tristão de Athayde.

A autora é clara em seus propósitos:

O que esta análise vai procurar demonstrar é que, mesmo antes da conversão religiosa, o pensamento de Alceu Amoroso Lima já continha as marcas do estilo de pensamento conservador, não tendo, portanto, havido transformação quanto à escolha de uma ideologia, entendida como parte da dimensão simbólica da vida social⁴¹.

Um dos índices desta perspectiva será a indistinção entre as figuras de Tristão de Athayde e Alceu Amoroso Lima, o que faz a pesquisadora sempre optar pela última. Não haveria razões para considerar as duas *personas* uma vez que o conservadorismo caracterizaria ambas.

O trabalho de Vera Lúcia dos Reis articula perspectivas dos Estudos Literários com abordagens tradicionalmente relacionadas às ciências sociais. A autora tomará como marco teórico os trabalhos de Pierre Bourdieu e Karl Mannheim, dentre outros. Assim, é a partir da caracterização do *habitus* de Alceu Amoroso Lima e de sua inserção no *campo intelectual* brasileiro da época que seu estudo pretende reconstituir a trajetória do personagem pesquisado. Neste sentido, seguindo as noções de *habitus* e *campo intelectual*, o conceito de *estratégia* também é evocado a fim de “verificarem-se as práticas de inserção no jogo social que levam à definição e à redefinição dos agentes no campo, às reconversões de estilo ou de grupo”⁴².

Ao questionar as duas fases tradicionalmente reconhecidas na produção intelectual de Alceu Amoroso Lima, a passagem de Tristão a Alceu, a autora procura, principalmente, submeter os trabalhos memorialísticos à crítica histórica e sociológica. Desse modo:

O que a memória propõe é matéria de informação e de debate, de construção do sujeito em nova dimensão. Eis porque tomaremos como fonte principal para análise e interpretação do projeto intelectual de Alceu os textos considerados autobiográficos, ou seja, as memórias, as entrevistas e a correspondência, em confronto com a obra crítica propriamente dita⁴³.

Vera Lúcia dos Reis defende uma continuidade na postura intelectual de Alceu Amoroso Lima desde sua estreia em 1916 até meados da década de 1940, quando deixa de escrever crítica literária em *O Jornal*. Seria, ainda, o momento em que o próprio autor reconheceria o fim de sua geração com a morte de Mário de Andrade, em 1945.

⁴¹ REIS, Vera Lúcia dos. *O perfeito escriba*. Política e Letras na obra de Alceu Amoroso Lima. São Paulo: Annablume, 1998, p. 18.

⁴² REIS, V L dos. *O perfeito escriba*, p. 19.

⁴³ REIS, V L dos. *O perfeito escriba*, p. 22.

Desse modo, a autora verifica já nos primeiros escritos de Alceu uma vocação professoral e de orientação cultural, caracterizando, assim, uma disposição intelectual que não seria compatível com certa condição apolítica que parece sugerir a oposição estético/ideológico consagrada em suas memórias e em algumas análises. E o que seria marcante na atividade intelectual de Alceu Amoroso Lima, desde a década de 1910 até a de 1940, seria o conservantismo. Seguindo as definições de Karl Mannheim, a autora constata que “os conservadores substituíram a Razão por outros conceitos; História, Vida e Nação. Contra a ‘inclinação dedutiva da escola do direito-natural, os conservadores opuseram a *irracionalidade da realidade*’”⁴⁴. Assim, Alceu se iniciaria na crítica literária como um nacionalista de tipo maurrasiano e terminaria, no interior do recorte temporal abordado pela autora, como líder da Ação Católica. Vera Lúcia dos Reis, em referência a Dantas Mota⁴⁵, defenderá, então, que “as pessoas não mudam. O que muda são as poses em que elas se apresentam”⁴⁶.

Alceu Amoroso Lima sempre fora um conservador. Esta é a tese de Vera Lúcia dos Reis. Se refutar a tese significa dizer e comprovar que o contrário é verdadeiro: que Alceu seria um “progressista”, um “liberal”, um “revolucionário”, não seremos nós que iremos fazê-lo. Porém, gostaríamos de explorar um pouco os *limites* de tal perspectiva, assim como sua necessária exclusão de indícios comprometedores e, finalmente, certa concepção teleológica que marca tal abordagem. No interesse em afirmar o conservadorismo inveterado de Alceu Amoroso Lima, Lúcia dos Reis parece perder de vista o caráter relacional do conceito, sua contingência e necessária ligação a um contexto determinado, como alerta o próprio Mannheim:

Quanto maior a classe que adquire um certo domínio sobre as condições concretas de existência, e tanto maiores as possibilidades de uma vitória por meio de uma evolução pacífica, tanto mais tenderá esta classe a seguir o caminho do conservadorismo⁴⁷.

A opção por parte da autora em fundamentar-se na verificação de um *estilo de pensamento conservador* proposto a partir de uma tipologia geral e que, não raro, prescindem de caracteres históricos, ignora esta situação “concreta” em que uma classe que, a princípio, apresentava-se como “progressista”, “liberal” ou “revolucionária” poderia, posteriormente, converter-se em marco do conservadorismo. Classicamente, o exemplo da burguesia é o mais significativo. É assim que, mais do que meramente aludir àquela operação citada acima, de “substituição” do conceito de “Razão” pelos de “Vida”, “História” e “Nação” e de uma consequente consagração do “*irracionalismo da realidade*”, é preciso verificar de que forma e em relação a quais visões de mundo e ideologias etc. estes conceitos são trabalhados.

⁴⁴ REIS, V L dos. *O perfeito escriba*, p. 110.

⁴⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de; MOTA, Lourenço Dantas. *Diálogo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁴⁶ REIS, V L dos. *O perfeito escriba*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 49.

⁴⁷ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 272.

Para ilustrar tal questão, iremos nos debruçar sobre um artigo de Tristão de Athayde publicado em 1926. Trata-se de um texto intitulado “Piratininga”, cujo objeto é a obra de Alfredo Ellis Filho⁴⁸. É a partir de uma reflexão em torno da emancipação da ciência moderna, segundo a qual o “sonho libertador de Descartes ou de Lutero levava apenas a uma nova servidão: as fórmulas científicas substituíram-se às fórmulas tomistas, a Universidade à Escola”⁴⁹, que o crítico analisará a obra. Assim, vários dos tópicos do pensamento conservador povoam sua síntese acerca da história do pensamento moderno. Aí estão a condenação do século das luzes e outras marcas deste tipo de visão de mundo. Ao realizar esta crítica à modernidade, Tristão de Athayde pontua fundamentalmente que, a partir de então, “a civilização passou a ser um resultado de índices mecânicos e impessoais” e que, desde o século XIX⁵⁰, teria se alastrado “o naturalismo em todos os sentidos e o indivíduo passou a depender da sociedade e de toda uma motivação exterior que pretendia aniquilar a sua liberdade”.

Segundo o crítico, a obra de Ellis Filho revelaria um “discípulo fiel destas teorias” e que, por isso, tornara-se um “obcecado por materialismo eugênico”, um “partidário extremado da produção de homens por seleção” que:

[...] dana-se quando causas contrárias impediram a ação ideal dessa força [da seleção] que levará o homem ao super-homem, seguindo o progressismo ilimitado do sr Ellis, no dia em que o Estado puder convenientemente regularizar os casamentos eugênicos para obtenção de uma raça pura.

Alfredo Ellis Filho produzia uma interpretação que pretendia articular passado, presente e futuro da “civilização no planalto paulista”, observando que:

A raça, o meio físico e o meio social são os credores da nossa grandeza. Esses fatores do passado secular, agindo sobre a raça no seu físico, no seu moral, na sua psicologia; - esses fatores, moldando os moradores e orientando-lhes na sua evolução histórica e social, predeterminaram que seríamos um agrupamento humano, superiormente dotado, capaz de atingir o grau de prosperidade em que nos encontramos. Esta consequência devemos exclusivamente a esses fatores apontados, tendo apenas o elemento estrangeiro das correntes imigratórias avolumado nosso progresso e nos auxiliado a conquistar a opulência⁵¹.

Tristão de Athayde se contrapõe contundentemente a esta abordagem apontando que a geografia humana, representada pela figura de Jean Brunhes⁵² (1869-1930), provaria que “a população se desenvolve, não em razão de forças cegas selecionadoras de raça ou meio, mas daquilo a que

⁴⁸ ELLIS FILHO, Alfredo. *Raça de gigantes*. São Paulo: Ed Helios, 1926.

⁴⁹ ATHAYDE, Tristão de. Piratininga, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1926, p. 4.

⁵⁰ O crítico situa na gênese desse processo negativo o escritor Louis de Bonald (1754-1840) e, posteriormente, Alfred Epinas (1844-1922) e Émile Durkheim (1857-1917). Note-se que Bonald é tido como um ícone precursor do pensamento conservador. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Piratininga, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 nov.1926, p. 4.

⁵¹ ELLIS FILHO Apud: ATHAYDE, Tristão de. Piratininga. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 nov.1926, p. 4.

⁵² Geógrafo francês, um dos criadores da geografia humana. A exclusão de qualquer determinismo racial foi um dos diferenciais destacados à época de lançamento de sua obra *La géographie humaine. Essai de classification positive. Principes et exemples* (1910). Cf. ZIMMERMAN, Maurice. La géographie humaine d’après Jean Brunhes. *Annales de Géographie*, t 20, n° 110, 1911, p. 109; ROBIC, Marie-Claire. Les petits mondes de l’eau: le fluide et le fixe dans la méthode de Jean Brunhes. *Espace géographique*, t 17, n 1, pp. 31-42, 1988.

chamou de ‘horizonte de trabalho’⁵³.

Alfredo Ellis Filho respondera à crítica de Tristão de Athayde que, por sua vez, publicou o artigo “Tréplica”. Basicamente, os mesmos pontos são retomados, porém, destaco a utilização da noção de “vida” para embasar a liberdade humana frente aos determinismos “materiais” e/ou “científicos”, a partir de uma citação do filósofo Henri Bergson (1859-1941):

O mundo, entregue a si, obedece às leis fatais... Mas com a *vida*, aparece o movimento imprevisível e livre. O ser vivo escolhe ou tende à escolha. Seu papel é criar. Em um mundo onde todo o resto é determinado, uma zona de indeterminação o ambiente [environne]... A matéria é necessidade, a consciência é liberdade; apesar de elas poderem muito bem se oporem, a vida encontra meios de lhes reconciliar. É que a *vida* é precisamente a liberdade se inserindo na necessidade tornando-a seu benefício [grifos nossos]⁵⁴.

Assim, Tristão utiliza a noção de *vida* como meio de afirmar ao autor de *Raça de gigantes* que as críticas que fizera ao mesmo não eram ideias solitárias esposadas apenas pelo escritor do *O Jornal*. Ao contrário, enumera-se uma série de autores que estariam a defender um saber sociológico mais conectado aos fatores “espirituais”, tornando-se menos determinista e mais aberto a diferentes aspectos do mundo social que não apenas aqueles do meio e da raça. Cita Max Scheler⁵⁵ (1874-1928):

Cada ato verdadeiro de um homem [...] é igualmente mental e instintivo (geistig und triebhaft) e – para dizer mais agudamente – é segundo o objetivo final a que, em cada caso, se dirige a intenção, quer seja para um fim ideal quer seja para um fim real, que nós distinguimos uma sociologia de cultura (Kultursoziologie) e uma sociologia real (Realsoziologie)... E por isso, toda *Kultursoziologie* pressupõe um estudo do espírito e toda *Realsoziologie* um estudo dos instintos do homem. [...] Sem o concurso de ambas não é possível uma solução [...]⁵⁶.

O crítico observa que a sociologia estaria àquela época abrindo mão dos determinismos do século XIX em função de causalidades ligadas ao mundo do espírito e da cultura. Cita Lucien Febvre⁵⁷: “A iniciativa e a mobilidade do homem, eis o que os geógrafos, hoje em dia, estão procurando acentuar... É legítimo falar, em contraste [com o materialismo anterior], de uma espécie de *espiritualismo geográfico*”⁵⁸. E, para reforçar a preocupação sociológica com as forças imateriais da sociedade, lembra que:

Essa foi, por exemplo, a obra capital do grande economista alemão Max Weber, há pouco falecido, estudando em três volumes as influências especialmente religiosas, e portanto aquelas em que o elemento espiritual se apresenta na forma mais pura sobre a vida econômica dos povos. Ele procurou exhaustivamente demonstrar, “a

⁵³ ATHAYDE, Tristão de. Piratininga, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 nov.1926, p. 4.

⁵⁴ Citado em francês. BERGSON apud ATHAYDE, Tristão de. Tréplica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 4.

⁵⁵ Filósofo alemão reconhecido como o fundador da Antropologia Filosófica, perspectiva que agrega, além de Scheler, Helmuth Plessner e Arnold Gehlen. Trata-se de uma tentativa de superação do darwinismo sem recorrer à religião e à teleologia biológica. Cf. FISCHER, Joachim. La compatibilité de la biologie et de la dignité humaine. Stratégies théoriques de l’Anthropologie Philosophique. *Revue germanique internationale*, 10, pp. 147-162, 2009.

⁵⁶ SCHELER Apud ATHAYDE, Tristão de. Tréplica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 4. A obra citada por Tristão é *Die Wissensformen und die Gesellschaft*. Leipzig, 1926

⁵⁷ Trata-se da obra *A geographical introduction to History*. (1925).

⁵⁸ FEBVRE Apud ATHAYDE, Tristão de. Tréplica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 4.

trama que os motivos religiosos introduziram no tecido do desenvolvimento de nossa cultura moderna, especificamente terrena (spezifisch “disseitig”), e provinda de inumeráveis outros fatores históricos isolados”⁵⁹.

Tristão de Athayde ainda elenca os nomes de Henri Berr⁶⁰ (1863-1954), do sociólogo católico Paul Bureau⁶¹ (1865-1923), do geógrafo-político alemão Arthur Dix⁶² (1875-1935), o etnólogo especialista em cultura e civilização africanas Leo Frobenius⁶³ (1873-1938), do antropólogo suíço Eugène Pittard⁶⁴ (1867-1962), o sociólogo e economista alemão Werner Sombart⁶⁵ (1863-

⁵⁹ ATHAYDE, Tristão de. Tréplica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 4. A obra de Max Weber citada é *Gesammelte Aufsätze zur Religions-soziologie* [Ensaio reunidos de sociologia da religião.] (1922).

⁶⁰ Filósofo e professor francês, fundador da *Revue de Synthèse Historique* (1900), organizador da coleção *L'Évolution de l'humanité*, que compreenderia mais de 100 volumes. Teria sido importante para o desenvolvimento do conhecimento histórico na França, inclusive em relação aos *Annales*. O crítico cita a seguinte passagem de Berr: “Mesmo sob o ponto de vista biológico, e mais ainda sob o psíquico, existe um meio interno (internal environment) em que domina uma causalidade toda especial (sic). Graças a essa causalidade lógica, a humanidade escapa, cada vez mais, ao determinismo cego, à causalidade mecânica do meio exterior”. BERR Apud. ATHAYDE, Tristão de. Tréplica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, 4. Sobre Henri Berr: CHALUS, P. Henri Berr (1863-1954). *Revue d'histoire des sciences et de leur applications*, T 8, n 1, pp. 73-77, 1955.

⁶¹ Em 1927, era visto como importante representante da “sociologia católica” caracterizada pelos seguintes eixos: particularismo e a primazia do indivíduo; a restauração da moral familiar; reforma das relações entre patrões e operários, entre a sociedade civil e o Estado pela reconciliação entre classes, através da organização corporativa; reflexão sobre democracia política e social. Cf. WULF, M. de. Georges Legrand, Les grands courants de la Sociologie catholique à l'heure présente. *Revue néo-scholastique de philosophie*, vol 29, n° 16, pp. 487-487, 1927. O crítico cita a seguinte passagem do livro *Introduction à la méthode sociologique* (1926): “As interpretações do materialismo sociológico não conseguem mais dar conta das grandes crises da vida nacional ou internacional dos povos, sobre as quais elas são insuficientes para explicar suas instituições e práticas da sua existência cotidiana”. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Tréplica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, 4.

⁶² Trata-se de um geógrafo que influenciou o pensamento expansionista do Império alemão, daí a geografia política pensada sempre acerca dos contornos territoriais de um determinado Estado. Não por acaso, Dix teria servido de base aos delírios imperiais do III Reich. Tristão de Athayde cita o seguinte trecho do livro *Politische Geographie* (1923): “A época do materialismo desconheceu de forma estranha que a ideia de expansão (dos povos) não significa por si mesma nenhum impulso material, porém, um impulso ideal”. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Tréplica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 4. Sobre Arthur Dix: TELES, Pedro Francisco Cabral. *Portugal peninsular na evolução do pensamento geográfico português* (1904-1939). Tese de doutorado. Universidade do Minho, 2011.

⁶³ Frobenius é figura complexa. Apesar de ser um alemão repleto das noções eurocêtricas típicas do imaginário científico entre os séculos XIX-XX, mas também por teorias inusitadas, como a existência de Atlântida na África, ele é reconhecido por vários ativistas, artistas e intelectuais como um legítimo pesquisador e valorizador das culturas africanas. Nesta ocasião, o crítico cita a passagem do livro *Paideuma* (1921): “Entre os povos românicos, especialmente os franceses, vem à cena cada vez mais o problema social (no trabalho de pesquisas sobre povos e culturas primitivas), entre os germânicos a tendência à narração histórico-descritiva. Essa diferença deve despertar atenção, porque corresponde à maneira de trabalhar e de pensar de um século materialista. E isso deveria ocupar-nos tanto mais, quanto esse período materialista está próximo do fim e já agora começa, com a acentuação do intuitivo, a estabelecer-se uma nova concepção filosófica geral”. FROBENIUS Apud. ATHAYDE, Tristão de. Tréplica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 4. Sobre Frobenius, Cf. STUCKEY, Sterling. Du Bois, Woodson and the spell of Africa. *Negro digest*, vol XVI, n 4, pp. 60-74, 1967; 60-74; MARCHAND, Suzanne. Leo Frobenius and the revolt against the west. *Journal of contemporary history*, vol 32, n° 2, pp 153-170, April 1997; GRAHAM, John T. *The social thought of Ortega y Gasset*. Columbia: University of Missouri Press, 2001.

⁶⁴ O crítico destaca um trecho da obra *Race and history* (1926): “Com que segurança não procuraram convencer-nos de que o meio é tudo, e de que os homens são seres eminentemente plásticos, submetidos sem protesto a toda espécie de influências!... O homem, mais do que qualquer outra espécie, é possuidor dos mais completos meios de escapar, não ao seu meio – no qual é forçado a viver – mas às suas reações”. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Tréplica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 4. Apesar da citação e do interesse de Tristão, Pittard era sim um racista como mostram os seus estudos sobre o câncer nas ilhas britânicas. Cf. PITTARD, Eugène. La répartition du cancer dans les Iles Britanniques. Rapports possibles entre le cancer et la race, *Bulletins et mémoires de la Société d'anthropologie de Paris*, VII Série, t 10, 1929, p. 76.

⁶⁵ Apesar de ter trabalhado ao lado de Max Weber, Sombart é pouco estudado no Brasil. Sobre Sombart: NOGUEIRA, Antônio de Vasconcelos. Werner Sombart (1863-1941): apontamento bibliográfico. *Análise Social*, vol XXXVII, (169), pp 1125-1151, 2004; HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário*. São Paulo: Ensaio;

1941), o economista alemão Heinrisc Pesch⁶⁶ (1854-1926) e do botânico e pensador alemão Johannes Reinke (1849-1931)⁶⁷.

Ao arrolar tantos nomes distintos, de perspectivas diversas e mesmo de posicionamentos antagônicos, podemos notar como Tristão apropriara-se de um conjunto de leituras ou desleituras⁶⁸ como uma espécie de repertório⁶⁹ a fim de questionar a tese central de Alfredo Ellis Filho: a de que fatores “exteriores”, meio e raça principalmente, são determinantes na história de uma nação. Portanto, para criticar as ideias de programas eugênicos no país, de criação do “super homem” da “raça pura”, Tristão de Athayde lança mão de argumentos que evocariam uma crítica à ciência em função de noções “espirituais” - entendido este termo em sua ambiguidade epistemológica que varia desde as “ciências do espírito” (*geisteswissenschaft*), que é como os alemães chamam as “ciências humanas”, até mesmo à ideia corrente de alma -, como as de vida, liberdade e nação. Todos os eixos para a crítica ao pensamento eugênico no país estariam presentes naquele esquema de entendimento sobre o “estilo conservador” defendido por Vera Lúcia dos Reis: Vida, Nação e História contrapondo-se à Razão.

Assim, observamos que a mera denominação “conservador” é incapaz de contemplar o conjunto de significados da produção de Tristão de Athayde além de deixar de lado uma série de temas de interesse historiográfico que poderiam vir à tona. Voltando ao ponto central, ficaria a questão: quem é o conservador? O racionalista que pretende transformar o país em um laboratório de produção de super-homens de “raça pura” ou o crítico da razão que questiona a eugenia, defende a indeterminação da vida, que *necessidade e liberdade* marcam a formação das nações e advoga pela participação de forças “internas”, isto é, espirituais, na formação da sociedade? Seja qual for a resposta, o primeiro, o segundo, os dois, nenhum, o que fica claro ao olhar historiográfico é que a questão não é das melhores para se explorar a produção de Tristão de Athayde. Caracterizar um tipo ideal de conservador segundo um estilo e obliterar sua condição relacional e histórica pode provocar este tipo de impasse que faz com que tal

Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993, p. 149-173.

⁶⁶ Economista de orientação católica, cunhou o conceito de economia solidária. Cf. WISHLOFF, Jim. Solidarist economics: the legacy of Heinrisc Pesch, *Review of Business*, Vol. 27, No. 2, pp 1125-1151, Spring 2006.

⁶⁷ Autor crítico do darwinismo e de orientação vitalista e religiosa. O crítico cita trechos da obra *Naturwissenschaft. Weltanschauung. Religion*. (1925): “seria um conceito excessivamente acanhado da natureza, se se quisesse pensar apenas em fenômenos naturais materiais e leis naturais. Ao contrário, na natureza, o primário é o espiritual”. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Tréplica. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 4. Sobre Reinke: WISSEMAN, Volker. Johannes Reinke (1839-1931) and his “Dominanten” theory – an early concept of gene regulation and morphogenesis. *Theory in biosciences*, 124, pp. 397-400, 2006; M. A. G. Johannes Reinke’s Dynamische Naturphilosophie und Weltanschauung, *The journal of philosophy*, vol 33, n 13, pp 358-359, jun. 1936.

⁶⁸ Esta noção foi utilizada por Luiz Costa Lima a fim de caracterizar o modo como a apropriação do sociólogo Ludwig Gumplowicz (1838-1909), “que teria sido o esteio inarredável para a interpretação ‘científica’ do país e, involuntariamente, o amenizador da denúncia contra o que se perpetrara em Canudos”, por Euclides da Cunha, fora uma desleitura, isto é, não seguiu rigorosamente aquilo que o autor lido teorizara. Cf. LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota – A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 32.

⁶⁹ Sobre noção de Repertório aplicado à história intelectual ver: ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

perspectiva torne-se infrutífera à pesquisa.

Vera Lúcia dos Reis buscando observar esta condição de conservador em Tristão de Athayde desde os anos 1910 aos anos 1940 terá de desconsiderar alguns aspectos como: a relação que o autor teve com o socialismo, a apreciação positiva, ainda que breve, e depois radicalmente contrária em relação à Revolução Russa, a crítica ao pensamento católico como norteador da inteligência brasileira, a oposição ao governo Arthur Bernardes, o posicionamento crítico em relação à ABL, as restrições, apesar do elogio geral, à obra de Oliveira Vianna, enfim, uma série de processos que poderiam ao menos nuançar esse conservadorismo inveterado e por décadas idêntico a si mesmo.

Adiantando uma breve reflexão em torno desta temática, a figura de Tristão de Athayde pode ser pensada como a de um antimoderno. Trata-se, segundo definição de Antoine Compagnon, de intelectuais que mantiveram uma relação ambígua e, especialmente, crítica em relação à modernidade. Tenderam a resistir ao positivismo e às filosofias do progresso, são envolvidos pelos temas da contrarrevolução, do anti-iluminismo, do pessimismo, da religião/teologia, do sublime e marcados por um estilo vituperado. Vários dos nomes elencados por Compagnon compareceram nas críticas de Tristão de Athayde, como Joseph de Maistre, Nietzsche, Pascal, Baudelaire e Proust. Autores como Edmund Burke, De Bonald e Lammenais, por outro lado, não fariam parte desta tradição, pois, seriam antimodernos:

Nem todos os campeões do *status quo*, os conservadores e reacionários até o último fio de cabelo, nem todos os atrabiliários e os frustrados com seu tempo, os imobilistas e os ultracistas, os resmungões e os ranzinzas, mas os modernos melindrados pelos tempos modernos, pelo modernismo ou pela modernidade, ou os modernos que o foram a contragosto, modernos atormentados ou modernos intempestivos⁷⁰.

Uma imagem que considero especialmente relevante para a compreensão da produção de Tristão de Athayde seria aquela do antimoderno que se situa na *retaguarda da vanguarda*.

O outro representante dessa terceira tendência interpretativa acerca da passagem de Tristão a Alceu é Guilherme Simões Gomes Júnior. Adotando uma postura crítica em relação à produção memorialística, Gomes Júnior, diferentemente de Vera Lúcia dos Reis, reconhece, na verdade, quatro grandes fases na vida de Alceu Amoroso Lima: 1914-1925/28 a do crítico agnóstico; 1928-1938/45 a do católico ultramontano radical, de liderança reacionária segundo um catolicismo de forte atuação pública no combate às tendências esquerdistas e/ou defensoras da laicidade do Estado e da educação; entre 1938/1945-1964, começaria um *aggionamento*, a partir dos debates do Concílio Vaticano II (1961-1965), e inicia sua relação de defesa das tendências humanistas e democráticas de Jacques Maritain; 1964-1983 seria o último período de sua vida, pautado pela defesa da liberdade e da luta contra a ditadura civil-militar. Por se

⁷⁰ COMPAGNON, Antoine. *Os Antimodernos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 12.

tratar de um artigo, o trabalho de Gomes Júnior procura *descrever* estas fases compondo uma espécie de *síntese* acerca de toda trajetória de Alceu Amoroso Lima. Note-se, porém, a importância e a radicalidade que o autor confere a estas mudanças de Alceu, especialmente as duas primeiras, valorizando uma abordagem de sua trajetória que reconhece esses processos de descontinuidade como heurísticamente mais ricos do que a busca por permanências reiteradas⁷¹.

Além das três tendências interpretativas com as quais criamos uma sistematização da passagem de Tristão a Alceu, devemos apontar as perspectivas que abordam a obra de Alceu Amoroso Lima no interior dos estudos literários segundo os critérios de teoria estética, teoria da literatura e orientação acerca da história da literatura. Neste sentido, salientamos o texto de Antônio Candido que se atém apenas ao primeiro livro assinado por Tristão de Athayde, *Afonso Arinos* (1922), o qual é considerado como “excepcional para o tempo e com certeza a melhor monografia de escritor até então publicada no Brasil”⁷². Tratando da obra *Estudos Literários* lançada em 1966, Nilce Rangel del Rio⁷³ tentara mostrar as diversas facetas da crítica de Tristão, registrando, de forma sintomática, a relação que a crítica literária manteria com princípios éticos sem, porém, trabalhar o significado e as características destes princípios. Já Gilberto Mendonça Teles⁷⁴ e Afrânio Coutinho⁷⁵ produziram obras que procuram dar conta de toda produção literária de Alceu Amoroso Lima. Estes autores, porém, não tematizaram a transição entre Tristão e Alceu, tomando sua obra como um todo unificado.

Nossa perspectiva visa desenvolver e aprimorar aquela terceira tendência interpretativa da passagem de Tristão a Alceu, procurando afastar-nos um pouco da memória e aproximarmo-nos mais da história que procuramos construir. De fato, trata-se de adentrarmos a obra do *crítico literário* não apenas em função da caracterização de sua individualidade específica, singular, pessoal, mas em razão da sua relação com a vivência coletiva, dos processos culturais e políticos que podem ser analisados através de sua produção. Destacamos algumas especificidades de interesse historiográfico que o lugar do crítico literário pode despertar. Infelizmente, são poucas as teorizações sobre este tipo de intelectual: o crítico. Veja-se bem, não *a crítica*, mas o *crítico*, o personagem, a figura de mediador cultural por excelência, divulgador, julgador e atualizador da cultura.

Ao historiador da cultura, especialmente da cultura intelectual, a figura do crítico literário dedicado a todo tipo de produção *impressa* pode se tornar um meio extremamente

⁷¹ Cf. GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima. *Tempo Social* – revista de sociologia da USP, v. 23. N. 2, novembro, 2011, p. 103-104.

⁷² CÂNDIDO, Antônio. Mestre Alceu em estado nascente. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004, p. 83.

⁷³ RIO, Nilce Rangel del. *As múltiplas vozes de Tristão de Athayde*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

⁷⁴ TELES, Gilberto Mendonça. O pensamento literário de Tristão de Athayde. *Contramargem*. Estudos de literatura. Rio de Janeiro: PucRio, 2002.

⁷⁵ COUTINHO, Afrânio. *Tristão de Athayde, o crítico*. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

profícuo para a compreensão dos processos de produção editorial, circulação de impressos, produção e apropriação de significados culturais, formação de campos e climas intelectuais, debates e conflitos em torno de questões de interesse público etc. Tristão de Athayde se dedicou durante os doze anos que compreendem sua estreia na *Revista do Brasil* e sua conversão ao catolicismo em 1928 quase que exclusivamente à crítica literária. Periódica, recorrente e aguardada conforme carta de Mário de Andrade ao crítico: “[...] já é costume: no domingo de noite dou uma chegada até a praça Verdi comprar O Jornal e ler Tristão o que diz”⁷⁶.

Críticos literários podem ser decisivos no interior de uma determinada cultura, como afirma Blaise Wilfert, em seu estudo sobre George Saintsbury (1845-1933):

[...] a Trajetória de Saintsbury mostra o quanto a prática crítica, quer ela seja alimentar [*alimentaire*] ou culturalmente ambiciosa, limitada à existência de jornalista ou suscetível de trajar as roupas novas da dignidade universitária, foi uma fonte decisiva no contexto da nacionalização cultural⁷⁷.

De forma mais geral, em uma perspectiva bourdieusiana, os críticos seriam marcados pelo “gosto” adquirido por seu capital cultural e social e munidos de autoridade, “encontrando-se dispostos a orientar o gosto dos contemporâneos depois de já terem sido relacionados pelos grupos ou instâncias de legitimação, como, por exemplo, os cenáculos, os círculos de críticos, os salões”⁷⁸. No cenário brasileiro das primeiras décadas do século XX, deve-se notar que, no campos dos impressos, é “na seção de crítica literária, espaço conceitual-filosófico por excelência, que vão expressar as polêmicas sobre o moderno a brasilidade”⁷⁹.

A crítica, a crítica literária e a cultura intelectual brasileira

“No jornal anda todo o presente”.

Oswald de Andrade, *Manifesto da Poesia Pau Brasil*, 1924

A moderna noção de crítica, se pudermos chamar assim⁸⁰, emergira, segundo Reinhart Koselleck, nos fins do século XVII e desenvolvera-se durante todo o século XVIII e seguintes. Sua configuração se daria em meio ao Estado absolutista pacificado, com as guerras religiosas controladas, abrindo-se um espaço, ainda que privado e sem efeitos legais, para a reflexão moral e, posteriormente, crítica. O autor considera em sua recomposição tanto as produções de autores reconhecidos como panfletos e textos anônimos. A obra de John Locke, *Ensaio sobre o*

⁷⁶ Carta de Mário de Andrade a Alceu Amoroso Lima, 25/03/1928, acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade. (CAAL).

⁷⁷ BLAISE, M Wilfert. L'oblat qui voulait être roi. George Saintsbury critique, *Romantisme*, 2003, nº 121, p. 69.

⁷⁸ REIS, Vera Lúcia dos. *O perfeito escriba*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 57.

⁷⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. Sensibilidades modernas: as revistas literárias e de humor no Rio da Primeira República. In: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa, história e literatura*, p. 214.

⁸⁰ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 1999, p. 202-203; MOISÉS, Massaud. A crítica literária. *A criação literária*. Prosa. São Paulo: Cultrix, 1983, p. 293-295.

entendimento humano (1690), apontaria para a nova configuração social e cultural ao indicar três espécies de leis: a Divina (sobre o pecado e o dever), a Civil (sobre o crime e a inocência) e a Moral (sobre a virtude e o vício). Esta última, apesar de não possuir efetividade legal e penal, configurava-se como condição à constituição de um foro exterior ao Estado absoluto, qual seja, a própria noção de sociedade:

Sem autorização estatal, as leis da moral civil só existem, como em Hobbes, de maneira tácita e secreta, mas já não se restringem aos indivíduos enquanto tais: adquirem caráter obrigatório geral mediante o consentimento secreto e tácito dos cidadãos [...]. O portador da moral secreta não é mais o indivíduo, mas a sociedade, a “*society*” que se forma nos “*clubs*”, onde os filósofos se dedicam a investigar as leis morais. Os cidadãos não se submetem apenas ao poder estatal: juntos, formam uma sociedade que desenvolve suas próprias leis morais, que se situam ao lado das leis do Estado⁸¹.

Feita em segredo, a crítica terá, no século XVIII, como espaços privilegiados a República das Letras e as Lojas Maçônicas. O fundamental para nós é verificar a emergência e consolidação do princípio de subjetividade moderno e sua necessidade de autocertificação⁸² (“consentimento secreto e tácito do cidadão”) e, neste processo, o crescente dualismo entre uma reflexão moral que se pretende não política, sob pena de sofrer as sanções do Estado absoluto, mas que nessa tensão se volverá crítica tornando a crise cada vez mais iminente. A reflexão moral, cada vez mais consolidada e incisiva, fatalmente haveria de tornar-se política.

O conceito de crítica, desde o século XVII, passa por vários desdobramentos até fins do século seguinte. Nos cabe aqui apresentar sua forma consolidada, especificamente moderna, quando “a crítica não permaneceu restrita aos campos da filologia, da estética e da história; tornou-se, de modo geral, a arte de alcançar, pelo pensamento racional, conhecimentos e resultados justos e corretos”⁸³. Arrogando-se, não raramente, poderes irrestritos garantidos pela Razão, a crítica passaria a emitir “sem parar notas promissórias contra o futuro”. No afã de se colocar acima dos partidos, desinteressado e racional, o crítico torna-se “promotor e advogado” cujo objetivo seria “estabelecer a verdade”. Porém, a necessidade de evitar o confronto direto com o político fez das filosofias da história as fiadoras da verdade racional:

O utopismo originou-se de um mal-entendido em relação à política, mal-entendido que foi condicionado historicamente e, em seguida, fixado pela filosofia da história. No fogo cruzado da crítica, não se desmantelou apenas a política de então. Neste mesmo processo, reduziu-se a própria política, enquanto tarefa constante da existência humana, a construções utópicas do futuro. A estrutura política do Estado absolutista e o desenvolvimento do utopismo são um processo complexo, no qual se inicia a crise política do presente⁸⁴.

A filosofia da história era a garantia de que a moral, apesar de seu caráter político

⁸¹ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 1999, p. 51.

⁸² Cf. HABERMANS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

⁸³ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 1999, p. 96.

⁸⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 1999, p. 17.

indireto, se realizaria por necessidade racional. A crise, portanto, irromperia a partir do descompasso entre sociedade (crítica) e Estado absoluto. A filosofia da história, por seu turno, avalizaria de antemão que a decisão inerente à crise lhe seria favorável, isto é, reconhecível, pressuposta e irresistível. A guerra civil, que teria sido a força motriz para instalação de um Estado Absoluto, torna-se agora meio de estabelecer a justiça moral. Afinal, a “ordem social está sujeita a revoluções inevitáveis” e, a partir da Revolução Francesa, longe de se encerrar a crise, o que se verificaria seria o início de um “estado de crise” contínuo até os dias atuais. Alguns autores, como Jean-Jacques Rousseau, teriam apontado claramente a dinâmica que marcava a reflexão política, assim como sua incoerência/hipocrisia, do século XVIII europeu: “Os que querem tratar separadamente a política e a moral jamais compreenderão nada de nenhuma das duas”⁸⁵. Assim, Rousseau, após criticar a sociedade e o Estado, teria buscado superar a dicotomia através da unidade moral e política da “vontade geral” dotada de soberania, ou seja, a sociedade estatizada. A totalidade racional do coletivo pronta a corrigir os desviantes.

Desse modo, o século XVIII teria vivido a emergência da crítica como constituinte das filosofias da história, por sua vez, precursoras das crises. Estas seriam não mais vistas como guerras civis, mas revoluções, tendo em si a promessa de um fim moral garantido pela racionalidade aplicada à história. Assim, “da crítica soberana nasce, de maneira aparentemente desimpedida, a soberania da sociedade”, expressa na opinião pública, e, “na condição de autor, o intelectual burguês acreditava ser também criador de autoridade”⁸⁶. A instalação de um sistema dinâmico de constante reenvio dialético entre a sociedade (crítica e utópica) e o Estado permaneceria como uma das forças constituintes do mundo moderno. Koselleck conclui:

[...] a utopia – que, após a oposição secreta da sociedade ao soberano absoluto, veio dialeticamente à luz –, transformou-se nas mãos do homem dos tempos modernos em um capital sem provisão política. A conta foi apresentada pela primeira vez na Revolução Francesa⁸⁷.

Em finais do século XVIII, porém, a reflexão que submetia irrestritamente o Estado, a Igreja e a História ao crivo da Razão conhecera a crítica à própria Razão, apontando-lhe os limites e condições de possibilidade da emissão de juízos acerca da verdade, do belo e do justo. A filosofia kantiana, neste sentido, teria dado “um fim ao processo do Iluminismo”⁸⁸.

Os séculos XIX e XX irão desenvolver os mais amplos significados e caminhos possíveis ao trabalho crítico e intelectual. Se, no século XVIII, Voltaire - sob o véu de uma distinção apolítica entre a crítica, o panfleto e o libelo - “ao praticar crítica literária, estética ou histórica, criticava indiretamente a Igreja e o Estado”, posteriormente, a crítica literária

⁸⁵ ROUSSEAU apud KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*: UERJ: Contraponto, 1999, p. 140.

⁸⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 1999, p. 160.

⁸⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 1999, p. 161.

⁸⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 1999, p. 96.

constitui-se como lugar privilegiado para verificação da dinâmica cultural política moderna: significações da sociedade e do Estado. Assim é que o século XIX conhecerá desdobramentos complexos no interior dos sentidos da crítica, desde as enunciações panfletárias às resenhas acadêmicas, cujo maior suporte corrente será o jornal, a imprensa periódica e, no crepúsculo dos oitocentos, as revistas especializadas⁸⁹. Esta periodização que marca a passagem do jornal ao livro e à revista especializada, porém, é válida para França⁹⁰ e, provavelmente, para outros países ocidentais, mas, no Brasil, o jornal, com modificações estruturais, substanciais e singulares, continuará atendendo a esta demanda crítica variadíssima, pelo menos, até o início da segunda metade do século XX⁹¹.

Assim, a fim de compreender os enunciados emitidos no interior da crítica literária é preciso reconhecer seu contexto social e linguístico associado, primeiramente, a este veículo revolucionário que foi o jornal. Machado de Assis, em 1859, dizia:

O jornal, abalando o globo, fazendo uma revolução na ordem social, tem ainda a vantagem de dar uma posição ao homem de letras; porque ele diz ao talento: *Trabalha! vive pela ideia e cumpres a lei da criação!* Seria melhor a existência parasita dos tempos passados, em que a consciência sangrava quando o talento comprava uma refeição por um soneto?⁹²

Além de fazer “revolução”, o jornal poderia render dividendos à subsistência, algo que Olavo Bilac reconhecerá como factível apenas cinquenta anos depois das considerações de Machado e que Monteiro Lobato viu com surpresa ainda posteriormente⁹³. Segundo Sérgio Miceli:

O que fora para alguns escritores românticos (por exemplo, Alencar e Macedo) uma atividade e uma prática “tolerada”, tornando-se depois para certos elementos da geração de 1870 (por exemplo, Machado de Assis) uma atividade regular que lhe propiciava uma renda suplementar cada vez mais indispensável, torna-se a atividade [na imprensa] central do grupo dos “anatolianos”⁹⁴.

Antes da declaração de Machado de Assis, a crítica literária há décadas era canal de debates, polêmicas e reflexões acerca da sociedade e da cultura brasileiras. Afinal, “no espaço de tempo que se movimenta entre os anos de 1835 a 1872, a crítica literária conformou-se no país e

⁸⁹ “Na prática da crítica bibliográfica, a revista estava em ruptura com o modelo canônico da crítica literária. [...] O objetivo da revista não era de maneira alguma pedagógico, a vulgarização não é a sua ambição. Concebida e redigida por ‘especialistas’ [...]. Ela devia constituir o ponto de reunião dos ‘profissionais da erudição científica’”. MÜLLER, Bertrand. *Lucien Febvre, lecteur et critique*. Paris : Albin Michel, 2003, p. 118; 120.

⁹⁰ Cf. LYON-CAEN, Judith. *Lecteurs et lectures : les usages de la presse au XIX^e siècle*. In : KALIFA, Dominique ; RÉGNIER, Philippe ; THÉRENTY, Marie-Ève ; VAILLANT, Alain. *La civilisation du journal*. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX^e siècle. Paris : Nouveau Monde, 2011, p. 29.

⁹¹ Cf. SUSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios. A formação da crítica brasileira moderna. *Papeis colados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 10.

⁹² ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, S M et al. *Machado de Assis*, p. 76.

⁹³ “A minha geração, se não teve outro mérito, teve este, que não foi pequeno: desbravou o caminho, fez da imprensa literária uma profissão remunerada, impôs o trabalho”. BILAC Apud SOUZA, R L de. *Pensamento social brasileiro: de Raul Pompeia a Caio Prado Júnior*. Uberlândia: EdUFU, 2011, p. 35. Lobato dizia em carta a Godofredo Rangel: “Estranho isso de ganhar dinheiro com o que nos sai da cabeça. Vender pensamentos [...]”. Cf. LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e mundo letrado paulista no início do século XX: o caso de Monteiro Lobato*. In: LUSTOSA, I (Org). *Imprensa, história e literatura*, p. 181.

⁹⁴ MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 72.

definiu os pressupostos teóricos que orientam a literatura brasileira, colaborando, também, para a definição do espaço-nação”⁹⁵.

Coluna indispensável às folhas periódicas, a crítica literária, em uma heterogeneidade apenas encoberta sob o título genérico, se constituiu no jornalismo do século XIX e XX como veículo primordial do debate público e da apresentação de ideias sociais, políticas e culturais. Raramente, porém, esta relação da crítica literária com seu suporte material-simbólico que era o jornal é levada em conta. O que se percebe, através da história do jornal, é a disseminação dos sentidos do termo “literatura”. Assim, entre os anos 1830 e 1860, os jornais franceses ostentavam regularmente o subtítulo “político e literário” aludindo à imbricação dos termos. Daí definições como a da Mme de Stäel, em 1800, segundo a qual a literatura deveria ser considerada “[...] em sua acepção a mais extensa; quer dizer, enfeixando em si os escritos filosóficos e as obras de imaginação, tudo o que concerne enfim o exercício o pensamento nos escritos, excetuadas as ciências físicas”⁹⁶, cobrindo, em geral, a arte de pensar e de se exprimir.

Ao mesmo tempo, a crítica literária, mormente em épocas de recrudescimento da censura, algo que sempre marcou a história dos jornais, utilizou-se do termo literatura como escaramuça para falar de política. A relação entre ambas beira à confusão:

Mais seriamente, esta confusão reflete também a verdadeira convicção, profundamente enraizada nos espíritos do século XIX, de que a literatura e a política são intimamente ligadas, que elas representam as duas dimensões complementares da ação coletiva, o escritor se endereça ao seu público como o político ao povo, mesmo se o primeiro adota voluntariamente o mundo menor da crônica agradável ou da pilhéria irônica⁹⁷.

Desvincular-se deste marco político em nome da propalada “autonomização da arte” será o esforço de vários intelectuais europeus durante todo o século XIX configurando-se, portanto, uma disputa pela “literatura”. Ao fim dos oitocentos, tal autonomização teria se realizado, ao menos no que toca à crítica literária que passa a ter menos espaço nos jornais e a consolidar-se em revistas especializadas. Situando a reflexão estética em primeiro plano, coordenando criação e criadores em uma só expressão, a revista literária teria destronado o jornal cotidiano de seu reino sobre a literatura. A crítica caminharia, assim, para a especialização e se destinaria a um público mais limitado, um público de revista⁹⁸.

Notemos, porém, alguns gestos anteriores. Na década de 1820, o jornal parisiense *La Minerve Littéraire* tematizava esta relação entre literatura e política:

[...] a sociedade hoje está palpitante de interesses políticos: a política chama em seu

⁹⁵ SOUZA, Roberto Acízelo de. A crítica literária no Brasil oitocentista: um panorama. In: CORDEIRO, Rogério; WERKEMA, Andréa Sirihal; SOARES, Claudia Campos; AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do (ORG's). *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013, p. 31.

⁹⁶ Cf. VAILLANT, Alain. La presse littéraire. In: KALIFA, D et al. *La civilisation du journal*, p. 318-319.

⁹⁷ VAILLANT, Alain. La presse littéraire. In: KALIFA, D et al. *La civilisation du journal*, p. 319.

⁹⁸ Cf. MELMOUX-MONTAUBIN, Marie. La critique littéraire. In: KALIFA, D et al. *La civilisation du journal*, p. 940.

socorro a literatura, que faz aliança com ela, mas como auxiliar e sem deixar de ser distinta e de ser ela mesma, assim como ela não cessa, ainda uma vez, de ser literatura. [...] a literatura hoje deve abraçar as relações novas, não para sair de sua esfera, mas para não a percorrer de uma maneira incompleta e fútil⁹⁹.

A literatura que não se relacionava com a política corria o risco de ser incompleta e fútil. Anos depois, um outro jornal de nome *Minerva*, do outro lado do Atlântico, desenvolvia um debate seminal na história da crítica literária brasileira em seu sentido amplo e indefinido. Trata-se dos artigos de Santiago Nunes Ribeiro intitulados “Da nacionalidade da literatura brasileira” publicados em *Minerva Brasiliense – Jornal de ciencias, letras e artes*¹⁰⁰ em 1843. A discussão envolvia os nomes do General José Inácio de Abreu e Lima, autor de *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* [1835], e José da Gama e Castro que em artigo precedente defendera a não existência da literatura brasileira. Além disso, o debate compreendia as concepções de Ferdinand Denis, Almeida Garrett e Gonçalves de Magalhães, especialmente ligadas à produção brasileira e as ideias da filosofia romântica alemã de Goethe, Hegel e Schlegel. Os temas fundamentais eram a especificidade do literário, sua relação com o nacional e a possibilidade de uma literatura brasileira.

Enquanto o general Abreu Lima entendia a literatura como algo amplo, “um corpo de doutrinas que professa uma nação”, Santiago Nunes Ribeiro defendia que:

Sem dúvida nenhuma a palavra literatura na sua mais lata acepção, significa a totalidade dos escritos literários ou científicos; e é neste sentido que dizemos – literatura teológica, médica, jurídica. – Mas daqui não se segue que devamos admitir tal acepção quando se trata de literatura propriamente dita. Ninguém ainda procurou a literatura italiana, inglesa, ou francesa nas Memórias da Academia *del Cimento*, nas Transações filosóficas, ou no *Journal des Savants* ou de *Physique*. Não é de Lancisi, Galileu, Volta ou Galvani que se nos fala na história literária, não é de Boyle, Cavendish, Davy, etc. mas de Dante, Petrarca, Ariosto, Machiavelli, Shakespeare, Milton e Bossuet, Corneille¹⁰¹.

Sem conceder uma definição rígida à literatura, algo que ainda hoje parece constranger os teóricos¹⁰², Nunes Ribeiro tenta pela exemplaridade reconhecer o corpo literário. A inclusão de nomes como Maquiavel e Bossuet, no entanto, revela a dificuldade de reconhecermos aí o

⁹⁹ DARNIN apud VAILLANT, Alain. La presse littéraire. In: KALIFA, D et al. *La civilisation du journal*, p. 319.

¹⁰⁰ *Minerva Brasiliense* (1843), *Nitheroy* (1836) e a *Guanabara* (1849) formariam, segundo Antonio Candido, a tríade do romantismo brasileiro. Cf. MOREIRA, Maria Eunice. O Brasil em papel: ideal e propostas no pensamento crítico do romantismo. In: CORDEIRO, R et al; *A crítica literária brasileira em perspectiva*, p. 36.

¹⁰¹ RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. *Minerva Brasiliense – Jornal de ciencias, letras e artes*, Rio de Janeiro, n 1, 1 nov. 1843, Typographia de J e S Cabral, R do Hospício 66, p. 8.

¹⁰² Luiz Costa Lima considera que a literatura é “apenas uma convenção, impossível de caber em um conceito”. O autor lembra posições atuais que mantêm horizontes largos, apesar de buscarem uma definição positiva segundo um “formalismo” unificador, como a de Hans-Georg Gadamer: “Ao modo de ser da literatura compete toda pesquisa seriamente pensada que esteja essencialmente ligada à forma da linguagem”. Cf. LIMA, L C. *História, ficção, literatura*, p. 347; 326. Terry Eagleton afirma: “Minha opinião é que seria mais útil ver a ‘literatura’ como um nome que as pessoas dão, de tempos em tempos e por diferentes razões, a certos tipos de escrita [...]”. EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 281. Antoine Compagnon, por sua vez, recorda Roland Barthes na frase tautológica, provocativa e expressiva do ponto a que chegara a reflexão secular: “A literatura é aquilo que se ensina, e ponto final”. Cf. COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 30.

critério delimitador. A filosofia romântica alemã era retomada não para definir as produções rigorosamente literárias, mas para garantir que tais criações fossem a “voz da inteligência humana, o complexo dos símbolos que representam o espírito de uma idade ou o caráter de uma nação”¹⁰³ e que “a literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência de um povo ou de uma época”¹⁰⁴. Tentava-se verificar a identidade da literatura brasileira que, como expressão de um povo geograficamente, temporalmente e nacionalmente constituído, não poderia ser confundida com a literatura portuguesa, simplesmente por utilizar a língua lusitana.

O debate acerca do literário tinha, assim, marcada conotação política, mobilizando as noções de povo e nação em um contexto pós-independente intelectualmente constrangido pela necessidade de constituir sua identidade e de desvelar o caráter nacional, um dos temas de mais longa duração na tradição da inteligência brasileira. O que, quem, como é o Brasil? A palavra literária, seja impulsionada pela “cor local”, seja procurando restringir-se a um “instinto de nacionalidade”¹⁰⁵, estará empenhada¹⁰⁶ nesta problemática.

Assim, o horizonte literário romântico e pós-romântico brasileiro terá sempre que lidar com a indeterminação do literário, qual seja, naquilo que ele tem em relação com a política, a sociedade e a cultura. Desse modo, a crítica literária, além de fazer destes eixos uma constante de sua reflexão, mesmo quando se esforçara pela constituição de uma definição do literário em sua autonomia, via as questões de ordem política, histórica, cultural e social voltarem pela porta dos fundos. Ao fim do século XIX, tais disputas em torno do literário permaneciam fortes e sedimentadas. As reflexões de Sílvio Romero e José Veríssimo demonstram tal situação. Na obra *História da Literatura Brasileira* (1888), Sílvio Romero afirmara que “em nossa divisão não nos guiamos exclusivamente pelos fatos literários; porque para nós a expressão *literatura* tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações de um povo”¹⁰⁷.

José Veríssimo, por sua vez, demarcaria uma posição diametralmente oposta à de Romero, atualizando uma história de polêmicas na crítica literária oitocentista brasileira - como nas querelas que José de Alencar travara com Gonçalves de Magalhães, Joaquim Nabuco e

¹⁰³ SCHLEGEL apud RIBEIRO, S N. Da nacionalidade da literatura brasileira, *Minerva Brasiliense*, p. 8.

¹⁰⁴ RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira, *Minerva Brasiliense*, p. 10.

¹⁰⁵ Expressão título do artigo de Machado publicado originalmente nos Estados Unidos no jornal *Novo Mundo*, em 24 de março de 1873. “Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir de um escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”. ASSIS, Machado de Assis. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. In: AZEVEDO, S M et al. *Machado de Assis*, p. 432-433.

¹⁰⁶ “[o nacionalismo artístico] (...) leva a requerer em todos os setores da vida mental e artística um esforço de glorificação dos valores locais, que revitaliza a expressão, dando lastro e significado a formas polidas, mas incaracterísticas”. CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. Vol 1, p. 10.

¹⁰⁷ ROMERO, Sylvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1888, p. 13.

Franklin Távora. Se, por um lado, é a obra de Machado de Assis que se faz objeto de disputa, atacada por Romero e defendida por Veríssimo, por outro lado, é a própria definição de literário que se torna o ponto fulcral deste debate. Veríssimo dirige-se a Romero, sem nomeá-lo:

Literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artifícios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura. [...] Nem se me dá a pseudonovidade germânica que no vocábulo literatura compreende tudo o que se escreve um país, poesia lírica e economia política, romance e direito público, teatro e artigos de jornal e até o que se não escreve, discursos parlamentares, cantigas e históricas [sic] populares, enfim autores e obras de todo o gênero¹⁰⁸.

A citação seguinte, porém, que o autor faz de Gustave Lanson¹⁰⁹ revela toda ambiguidade de tais definições. A literatura destinada a causar prazeres intelectuais e pedagogicamente voltada à produção do gosto pelo pensamento seria um instrumento de “cultura interior”. E, pela “dificuldade” da filosofia e demais saberes especializados, caberia à literatura a obra de “vulgarização da filosofia”, ferramenta ao desembrutecimento da massa, pois, “para muitos dos nossos contemporâneos sumiu-se-lhes a religião, anda longe a ciência; da literatura somente lhes advêm os estímulos que os arrancam ao egoísmo estreito ou ao mester embrutecedor”¹¹⁰.

Quando, em 1919, três anos após o último de livro de José Veríssimo, Tristão de Athayde lançava-se à crítica literária periódica, os contornos do objeto aparecem em sua ambivalência e generalidade. Segundo Tristão de Athayde:

Se me não prendem preconceitos de tempo, menos me tolem os de escolas ou tendências. Para autores nacionais e estrangeiros, revistas ou folhetos, artistas ou técnicos, para todos os que trouxeram uma ideia nova, uma beleza, um pensamento útil, está reservada a acolhida nesta coluna¹¹¹.

Como se vê, à crítica literária caberia um objetivo amplo de contemplar personagens diversos (nacionais ou estrangeiros), materiais distintos (revistas, folhetos, livros e panfletos), com objetivos e características variadas (artísticos ou técnicos). Ao mesmo tempo, a função da crítica era relacionada àquela do jornal: “ser um orientador de espíritos” e constituir-se em ferramenta fundamental à formação da nacionalidade.

A partir das primeiras considerações de Tristão de Athayde, devemos expor alguns questionamentos que nos tocam diretamente na feitura deste trabalho. Na recomposição acadêmica da trajetória da crítica literária oitocentista brasileira, em geral, notamos uma disposição à exposição de uma série de “momentos” da crítica constituídos em concretizações autorais, como precursoras ou comprometedoras de uma visão atual. Não raro, a perspectiva teleológica aparece, conseqüentemente o olhar para o passado converte-se em espécie de

¹⁰⁸ VERÍSSIMO, José. História da literatura brasileira (1916). In: BARBOSA, João Alexandre. *José Veríssimo. Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: EdUSP, 1978, p. 98.

¹⁰⁹ A crítica universitária se afirmara como ciência do texto, tendo em Gustave Lanson (1853-1953) uma figura chave. Cf. MÜLLER, Bertrand. *Lucien Febvre, lecteur et critique*. Paris: Albin Michel, 2003, p. 210.

¹¹⁰ LANSON apud VERÍSSIMO, José. História da literatura brasileira. In: BARBOSA, J. A. *José Veríssimo*, p. 99.

¹¹¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919, p. 9.

genealogia do presente, notando aquilo que faltara aos autores na conformação da ideia que o presente/pesquisador faz do tema. Daí a falta de escritores universais, de originalidade literária, de linguagens difíceis na realidade intelectual brasileira, como ilustra Antônio Cândido:

Correspondendo aos públicos pequenos e singelos a nossa literatura foi geralmente acessível como poucas, pois até o Modernismo não houve aqui escritor realmente difícil, a não ser a dificuldade fácil do rebuscamento verbal, que, justamente porque se deixa vencer logo, tanto agrada aos falsos requintados. (...) Mesmo quando o grande público permanece indiferente, e ele só conta com pequenos grupos, o escritor brasileiro permanece fácil na maioria dos casos (...) ele sempre reivindicou entre nós tarefas mais largas do que as comumente atribuídas à sua função específica. Estas considerações mostram porque quase não há no Brasil literatura verdadeiramente requintada no sentido favorável da palavra [...] ¹¹².

Podemos considerar que nosso ponto de partida é aquele a que parece ter chegado tais reflexões. Menos que verificar o descompasso, a falta, a facilidade, a fraqueza, os limites da literatura e do sistema literário nacionais, procuramos, justamente, explorar, especialmente, estas “tarefas mais largas do que comumente atribuídas à sua função específica”. É aí que acreditamos residir a riqueza para construção, não de uma história da literatura, mas de uma história intelectual e, mais especificamente, daquilo que chamamos *cultura intelectual brasileira*.

É preciso considerar que os debates, as polêmicas e as discussões que apresentamos acima se deram nas páginas de jornais. E, do mesmo modo que as reflexões teóricas, as perspectivas metodológicas e os posicionamentos críticos modificaram-se sensivelmente, também este veículo, o jornal, assumiu variadas formas, técnicas, qualidade e profusão na passagem do século XIX ao XX. No *Momento Literário* (1907), João do Rio, numa tentativa de síntese dos trinta e oito depoimentos coletados, considera que “os vencedores acham todos os jornalismo animador, o jornalismo necessário; os que por inaptidão, trabalho lento ou hostilidade dos plumitivos, ainda não se apossaram das folhas diárias, atacam o jornalismo, achando essa ideia um elegância de primeira ordem” ¹¹³. Vencedores eram os já acomodados na ABL, que retiravam ganhos financeiros dos jornais e tinham seu nome no cartaz periódico.

Para o bem ou para o mal, expressão da miséria, do analfabetismo e da fragilidade do sistema intelectual brasileiro, o jornal se impôs como meio de profissionalização, divulgação, produção e circulação dos intelectuais. Assim, as relações entre literatura e mundo político, cultural e social tornavam-se ainda mais indistintas. Como aponta Olavo Bilac:

A Arte de hoje é aberta e sujeita a todas as influências do meio e do tempo: para ser a mais bela representação da vida, ela tem de ouvir e guardar todos os gritos, todas as queixas, todas as lamentações do rebanho humano. Somente um louco – ou um egoísta monstruoso -, poderia viver e trabalhar consigo mesmo, trancado a sete chaves dentro do seu sonho, indiferente a quanto se passa, cá fora, no campo vasto em que as paixões lutam e morrem, em que anseiam as ambições e choram os

¹¹² CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980, p. 86.

¹¹³ RIO, João do. *O momento literário* (1907). Curitiba: Criar, 2006, p. 222.

desesperos, em que se decidem os destinos dos povos e das raças...¹¹⁴

No interior deste contexto, o jornal era visto, pela maioria dos escritores entrevistados por João do Rio, como “o” meio e instrumento de ação social, cultural e pedagógica.

Quando Tristão de Athayde iniciou sua coluna Bibliografia, em 1919, o jornal estava decididamente fixado como meio privilegiado do debate público, reunia a maior parte dos escritores, dos artistas da palavra, do desenho, da crônica, do pensamento político, social e cultural. Era o foro de lançamento, consagração e crítica dos intelectuais. As técnicas, processos e meios de feitura, divulgação e circulação dos jornais, também conheciam no despontar dos anos vinte alterações substanciais, consolidando-se como empresa capitalista.

Dissemos acima que a reflexão acerca do conceito de literatura e de crítica literária seria um meio para a constituição de uma história da cultura intelectual brasileira dos anos 1920. Em geral, procura-se considerar o intelectual como uma espécie moderna, um agente que emerge no contexto do final do século XIX francês em meio a diversas modificações nos campos cultural, social e político daquele país. Não haveria uma continuidade entre os sacerdotes, os professores, os homens de letras, os sábios, os escritores e os intelectuais em um percurso secular. Ao contrário, o neologismo “intelectual” nascendo às margens do vocabulário social guardaria tanto um *métier* difuso quanto um dever ser normativo em construção. O intelectual era expressão do divórcio entre as antigas representações do homem de letras, do cientista, do artista, do universitário, ainda dominantes, e a situação nova criada pela expansão do campo e pelas condições políticas democráticas da Terceira República. Em 1903, Joseph Reinach considerava o termo como referente às pequenas revistas literárias, de jovens derrogadores da política e que se aplicavam uma superioridade sobre o resto dos homens¹¹⁵.

Não raro, portanto, o termo intelectual diria respeito a uma comunidade ideológica associada a algumas palavras de ordem ou princípios estéticos defendidos por um autor e constituindo um público de vanguarda política e estética. A associação entre arte, política e autonomização do campo intelectual irromperia de forma clara e reconhecível a partir do contexto do *affaire Dreyfus* e do manifesto *J'accuse* de Émile Zola. Aí estaria consumada a “invenção do intelectual”, o que não significa a conformação de um estado coisas homogêneo, lógico e claro. Pelo contrário:

[...] paradoxalmente, é a autonomia do campo intelectual que torna possível o ato inaugural de um escritor que, em nome das normas próprias do campo literário, intervém no campo político, constituindo-se, assim, como intelectual. O “Eu acuso” é o resultado e a consumação do processo coletivo de emancipação que progressivamente se realizou no campo de produção cultural: enquanto ruptura profética com a ordem estabelecida, reafirma, contra todas as razões de Estado, a irredutibilidade dos valores de verdade e de justiça e, ao mesmo tempo, a

¹¹⁴ BILAC apud RIO, João do. *O momento literário* (1907). Curitiba: Criar, 2006, p. 18.

¹¹⁵ Cf. CHARLE, C. *Naissance des “intellectuels”*. 1880-1900. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990, p. 56.

independência dos guardiães desses valores com relação às normas da política (as do patriotismo, por exemplo) e às sujeições da vida econômica¹¹⁶.

Assim, o intelectual surge em meio aos processos de autonomização, simbolizados em lemas como os da “arte pela arte”, do mercado editorial, da política profissional, da consolidação das universidades, da especialização dos saberes e fazeres. Ele é uma espécie de corte transversal deste processo que, por seu turno, será marcado por várias representações acerca de seu *ethos*.

Há, neste sentido, uma tradição normativa em torno da história intelectual, que talvez tenha ganhado maior visibilidade nas ultimamente décadas em função da crise acerca de tal identidade. Émile Zola, Julien Benda, Jean-Paul Sartre, Albert Camus, Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Edward Said¹¹⁷, para citar apenas nomes de grande fortuna nesta tradição, desenvolveram princípios, não raro antagônicos entre si, sobre o que é ou deva ser um intelectual. Engajado, específico, autônomo, partidário ou clérigo, o intelectual conheceu diversas caracterizações no decorrer do século XX, inclusive sendo depreciado por muitos intelectuais que compuseram uma tradição anti-intelectual, como Maurice Barrès, Bertrand Russel e Julien Benda, cujo patrimônio neste debate é contraditório. Chegaríamos, enfim, às lamentações de uma destituição dos intelectuais e de uma perplexidade sobre seu papel¹¹⁸.

Assim, se partíssemos das indagações atuais sobre o que é um intelectual, poderíamos utilizar a história dos intelectuais a fim de caracterizar agentes, lugares de atuação, debate, produções de saberes, relações com governos e instituições, atualizações e refutações de tradições políticas, sociais, culturais e artísticas, produtores de discursos, valores e significados que configuram o regime de legitimidade político. Tanto operadores do poder simbólico, quanto veiculadores de representações conflitantes acerca do mundo histórico. Aquilo que Mannheim chamara de “todos pontos-de-vista contraditórios”. Chegaríamos a uma miríade de possibilidades acerca de cada um destes temas. A história intelectual é variada e complexa.

A ideia de uma *cultura intelectual* surge-nos na medida em que verificamos a experiência da crítica vinculada ao jornal em uma sociedade que não produzira os processos radicais de autonomização das diferentes disciplinas intelectuais. Quer dizer, em função da precariedade do sistema intelectual das primeiras décadas do século XX no Brasil, o jornal, como já foi reiteradamente dito, constituiu-se como meio de expressão, profissionalização e comunicação primordial da classe intelectual. Ao mesmo tempo, a noção de “literatura”

¹¹⁶ BOURDIEU, P. *As regras da arte*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 150.

¹¹⁷ Cf. ALTAMIRANO, Carlos. A tradição normativa. *Intelectuales. Notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

¹¹⁸ “Hoje o intelectual é um histrião, um palhaço, sem obra e sem autoridade, assim mantém um lugar na mídia, manter-se visível é seu imperativo categórico”. Cf. ZARKA, Yves Charles. *La destitution des intellectuels*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010, p. 7; “A figura do intelectual especializado, como a encarnaram Michel Foucault e Pierre Bourdieu, já se tornou caduca. Hoje é ainda mais atomizada, especialistas que falam como especialistas e não mais problematizam nada”. Cf. NOIRIEL, Gérard. *Dire la vérité au pouvoir: les intellectuels en question*. Paris: Agone, 2010, p. 259.

abarcava, não raro, o conjunto das produções do espírito, não se restringindo a uma esfera de atuação, como a prosa de ficção, a poesia etc. Ao contrário, a crítica literária também se encarregava do tratado sociológico, dos livros de geografia, de história, de educação infantil, das revistas de arte, educação e política, dos livros de humor, dos impressos dos mais variados tipos e até de eventos correntes. Assim, ela centralizava os debates intelectuais, sendo um dos focos fundamentais à compreensão da história intelectual do período.

Neste sentido, o conceito de *cultura intelectual* opera, fundamentalmente, na configuração de uma perspectiva historiográfica que se distingue das histórias disciplinares: história da literatura, história do pensamento social brasileiro, história do urbanismo, história da charge e da ilustração, história da ciência etc. Isso porque este suporte fundamental ao campo intelectual do início do século, o jornal, articulava as várias dimensões e atividades intelectuais. Pode-se dizer que, enquanto a institucionalização dos saberes criou academicamente disciplinas que contam a sua própria história, os objetos dessa história conheciam uma realidade histórica marcadamente interdisciplinar. Ou seja, a história vivida é interdisciplinar, ao passo que a escrita das histórias se configurou disciplinarmente, inclusive evitando, a todo preço, as “contaminações” entre as áreas de saber.

Dessa forma, a análise de um crítico literário, como Tristão de Athayde, que, por décadas, atuou regularmente na imprensa diária, mais do que nos revelar sua trajetória individual, suas ideias, posicionamentos etc. nos reenvia a um conjunto de produções que compunham essa *cultura intelectual*. Uma crítica reenvia a um livro, que reenvia a um autor, que remete a uma outra crítica e, não raro, a um outro jornal. Um tema como o anarquismo, por exemplo, perpassava as mais diversas produções, suportes, interpretações e personagens. O anarquismo era construído nos movimentos operários, nos jornais anarquistas, mas também nos livros de romance social, na crítica literária que “explicava” e hierarquizava ideias, nos panfletos, nas charges dos grandes diários, nos *fait divers* dos jornais, nos editoriais e artigos de intelectuais e nas cartas de leitores.

Assim, a história de uma “ideia”, de uma tradição política, não se resume aos grandes autores, às obras clássicas, aos textos fundamentais, à classe social, ao campo disciplinar, mas, segundo o interesse historiográfico, à história da enunciação e recepção destas proposições que passam a ser traduzidos em uma rede simbólica complexa, conflituosa e heterogênea. O mesmo pode-se dizer de vários tópicos da história intelectual: as ideias políticas, literárias, sociológicas, culturais. Menos que formar cânones, reconhecer tradições e reiterar interpretações sistemáticas, é a observação da dinâmica dos discursos e representações em um determinado presente/passado o que importa ao historiador da cultura.

A reflexão acerca do conceito de *cultura intelectual* só pode emergir mediante a

reivindicação de um lugar específico acerca do olhar do historiador. Há na tradição historiográfica a reiterada associação e, mais do que isso, a sua orientação segundo paradigmas propostos pelas diversas ciências humanas: sociologia, economia, filosofia, teoria da literatura etc. que parecem fornecer ao historiador as chaves de entendimento do passado histórico. Haveria, porém, uma possibilidade contrária? Qual seja, um lugar em que, sem desprezar as contribuições dos saberes das humanidades, pudesse propiciar algo como um olhar historiográfico ou, ao menos, uma perspectiva que distinguisse um paradigma historiográfico?

“Ciência dos homens no tempo”, dizia Marc Bloch sobre o que é a história. Se a palavra “ciência” causa certo desconforto após todas as viradas de paradigmas e de crítica epistemológica por todo o século XX, os “homens no tempo” permanecem como o horizonte historiográfico fundamental. A pergunta sobre o que é um homem nos reenviaria, na verdade, a cada uma das disciplinas humanas¹¹⁹. Afinal, no fundo, está sempre a questão sobre o que é o homem e o que o condiciona, o determina, o impulsiona, o significa e o constrói. O ser humano como uma fera que não se deixa domar pela rédea de um sentido final unívoco. Uma vez, porém, que não há hoje um paradigma científico que afiance totalmente o saber historiográfico, cabe a este se construir de maneira específica no interior das visadas acerca do passado, neste caso, não apenas das ciências, mas dos saberes em geral. Estes, conforme a dinâmica temporal que cada vez mais alarga os âmbitos existenciais do presente e do passado em detrimento de projeções futuras¹²⁰, têm no passado uma referência constante na produção de filmes, novelas, memórias, romances, séries, documentários, monumentos, efemérides etc. A reflexão sobre a “não espontaneidade”¹²¹ da prática do historiador pode tornar mais clara a especificidade de sua tarefa no interior deste concorrido e aguerrido mercado de bens simbólicos. Neste sentido, o historiador não pode ser um sociólogo, economista, literato ou antropólogo dos tempos vividos. Seja porque tais paradigmas não têm a sustentabilidade epistemológica que prometiam, seja porque tais disciplinas têm questões que não contemplam as expectativas do historiador.

¹¹⁹ Para uma rápida descrição do tema, ver o verbete “Antropologia” em: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 68-69.

¹²⁰ Cf. HARTOG, François. Temps et histoire – comment écrire l’histoire de France? *Annales*, pp. 1219-1236, 1995; KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed Puc Rio, 2006.

¹²¹ O historiador e teórico Renán Silva reflete neste sentido, questionando a “banalidade” com que em geral é tomada a atividade do historiador, como se esta se confundisse com o periodismo, com a crônica ou formas de ciências sociais e políticas retrospectivas. Além disso, há políticas oficiais que veem no historiador apenas um organizador de memórias. Daí a necessidade de afirmar que o historiador cumpre “[...] un oficio que supone, por lo tanto, procesos de formación académica que no pueden ser suplantados por la actividad militante ni improvisada y aficionada – la del *amateur*, la del erudito local -, actitud según la cual se piensa que basta *querer* hacer un análisis histórico para que el milagro se produzca, lo que transmite la imagen de que cualquiera, por fuera de todo esfuerzo de preparación, puede dedicarse a las tareas del análisis histórico, dejando además sembrada la idea que *todo relato relacionado con el pasado*, bajo cualquier propósito y condición, *es un análisis histórico*”. SILVA, Renán. *Lugar de dudas*. Sobre la práctica del análisis histórico. Breviario de inseguridades. Bogotá: Universidad de los Nades, 2014, p. 142.

O conceito de *cultura intelectual* propõe uma visão da produção cultural em um período determinado para além das matrizes disciplinares. Ou seja, não se trata de uma história da literatura, das ideias, do pensamento social, da arte, do urbanismo, da publicidade, da charge, econômica, social etc. Nem, muito menos, uma história de tudo isso ao mesmo tempo. Talvez, tal conceito e, mais amplamente esta reflexão, procure retornar à frase de Marc Bloch e focar nestes “homens no tempo”, mais precisamente, na *vida* destes homens no tempo. Não se trata de recuperar um arduo campo conceitual e cultural que reivindicaria o romantismo e o pós-romantismo oitocentistas. Mas de retomar algumas categorias precisas, como as estabelecidas pelo teórico alemão Wilhelm Dilthey, em suas reflexões sobre as diferenças entre ciências humanas e ciências da natureza e, precisamente, sobre a história:

A vida histórica é criadora. Age constantemente produzindo bens e valores, e todos os conceitos desses bens e desses valores não são mais do que reflexos de sua atividade. Os suportes dessa criação constante de valores e de bens no mundo espiritual são indivíduos, comunidades, sistemas culturais em que os particulares colaboram¹²².

Noções como as de “vivência” (*Erlebnis*) podem instigar o historiador a refletir sobre o mundo histórico de maneira crítica e compreensiva e a não se contentar com sínteses e esquemas de entendimento que parecem antes desviá-lo deste mesmo mundo histórico. Dessa forma, refletir sobre o passado em torno da *vivência* em um determinado período, desde que se tomando em conta todas as restrições epistemológicas envolvidas na necessária limitação essencial de todo saber histórico, pode ser um bom ponto de partida para uma perspectiva historiográfica menos dependente de esquemas teóricos alheios e insuficientes. Não se tem aí nenhuma pretensão à construção de paradigmas totalizantes ou perspectivas objetivistas como, estranhamente, parece acreditar Hans Ulrich Gumbrecht, ao afirmar que:

Sempre que recitamos os monólogos ou os diálogos da maneira que Corneille ou Racine os imaginaram, convocamos esses textos para uma nova vida. Os sons e os ritmos das palavras são atirados contra nossos corpos do *mesmo modo* que eram atirados aos corpos dos espectadores naquele tempo. Aí reside um encontro – uma imediatez, uma objetividade do *passado-feito-presente* – que não pode ser minado por nenhum ceticismo [grifos nossos]¹²³.

O historiador e teórico alemão parece ter perdido a dimensão essencial acerca do conceito de anacronismo. No interior mesmo da tradição na qual Dilthey está inserido, a Hermenêutica, já lhe foi feita a crítica sobre o alcance que poderia atingir os esforços compreensivos dos historiadores, assim como a necessidade da reflexão histórica em propor categorias extralinguísticas, como sugeriu Koselleck:

O historiador [...] se serve basicamente dos textos apenas como testemunhos para averiguar a partir deles uma realidade existente além dos textos. Por conseguinte,

¹²² DILTHEY, Wilhelm. Apud LORIGA, Sabina. *O pequeno x - da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 124.

¹²³ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, stimmung*. Sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC Rio, 2014, p. 24.

tematiza, mais que todos os outros exegetas de textos, um estado de coisas que em qualquer caso é extratextual, ainda quando ele constitua sua realidade apenas com meios linguísticos¹²⁴.

A história aí aparece como condição de possibilidade para a existência dos registros linguísticos. Mais do que procurar o sentido preciso de uma lei antiga, como um jurista, ou a forma real de um poema do passado, como o exegeta, o historiador procura aquilo que provocou os enunciados, pois “escrever a história de um período significa fazer enunciados que não puderam ser feitos nunca nesse período”¹²⁵.

Assim, o conceito de *cultura intelectual* não reivindica qualquer tipo de totalização, objetivismo ou irracionalismo. Seguindo uma tradição acerca dos estudos das sensibilidades, representações, práticas, trajetórias, debates, formações discursivas etc. ele pretende dar conta de uma dinâmica histórica específica. Tal dinâmica refere-se à produção intelectual no Brasil dos anos 1920. Esta era, invariavelmente, condicionada à produção em periódicos e, mormente, jornais diários. E isso não se restringe aos ramos da escrita. Pintores, chargistas, peças de teatro, projeções cinematográficas tinham suas produções anunciadas, comentadas e ilustradas na imprensa cotidiana. O lado oposto da “miséria cultural” do período é este lugar de encontro, debates, disputas e divulgação que se tornou o jornal. Monteiro Lobato, reconhecendo a força do veículo, fazia graça sobre o leitor de jornais que assim falaria:

— A peça de ontem? Não sei se é boa ou má. Inda não li o “jornal”...
Não dizem os jornais. Singularizam, porque opinião decisiva há uma só, a do seu jornal. Os outros...
Daí jornais de toda a cor e feitio, amarelos, rubros, cinzentos; escritos com cordite líquida ou mel rosado; vestidos à última moda ou capistranescamente; sisudos ou brincalhões; honestos ou canalhas. Diz-me que jornal lês, dir-te-ei que bisca és¹²⁶.

Desse modo, cultura intelectual poderia ser, no Brasil das primeiras décadas do século XX, a “cultura do jornal”. Desse intercâmbio de conceitos nota-se a necessária reflexão sobre outro termo: o intelectual. Como aludimos acima, o conceito de intelectual passou e passa por variadas acepções não sendo hoje problema algum afirmar a imprecisão da palavra. Há dez anos, no livro *O papel do intelectual hoje*, os autores ali reunidos formam um verdadeiro muro das lamentações. Apesar de a maioria se constituir de professores universitários, há presenças de personagens desvinculados do mundo acadêmico, como o cineasta Sílvio Tendler que, por sua vez, lastima que o cinema nacional se tornara entretenimento¹²⁷, abandonando-se os lemas das vanguardas das décadas anteriores. Dentre os professores, é geral certo reconhecimento de terem se fechado nas universidades, se afastado da mídia, escreverem apenas para os próprios

¹²⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1997, p. 91. .

¹²⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1997, p. 92. .

¹²⁶ LOBATO, Monteiro. Introito, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1920, p 1.

¹²⁷ Cf. TENDLER, Sílvio. O cineasta enquanto intelectual. In: GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel. *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 173.

pares, reclamarem da falta de leitores e da debilidade cultural do contexto que os cerca¹²⁸. Ironicamente, todos parecem considerarem-se intelectuais.

O tema dos intelectuais sempre carregou ambiguidades. A emergência histórica como conceito coletivo, apesar de conhecer formas anteriores, se deu no contexto do *affaire* Dreyfus, em 1898, quando o escritor Émile Zola fez um protesto no jornal *Aurore littéraire, artistique, sociale* contra a forma pela qual o julgamento do capitão judeu Alfred Dreyfus vinha sendo feito. Assim, a figura do intelectual clássico, por assim dizer, envolvia um agente que se utilizava de uma mídia de longo alcance (o jornal) procurando mobilizar a maior comunidade possível (de leitores, nacional, da língua, de *métier*, simpatizantes etc.) em função de uma causa que deveria ser tomada como pública. O protesto chamava-se “Carta ao senhor Félix Faure presidente da República”, mas o editor do jornal, o estadista e jornalista Georges Clemenceau, preferiu o título “Eu Acuso!” (*J'accuse!*)¹²⁹. Com o tempo, de protesto que era, virou manifesto e daí um marco quase mítico da história intelectual.

A lembrança da interferência do editor na produção desta peça fundamental chama a atenção para o caráter *midiático* da ação do intelectual. Coincidentemente, é a partir da perda de espaço midiático por parte de determinados agentes que se começa a falar em destituição e desaparecimento dos intelectuais¹³⁰. Aquela imagem de intelectuais nas capas de revistas, heróis, universais, símbolos popularizados por grandes veículos de comunicação é a que parece estar em vias de desaparecimento. Michel Foucault fora, talvez, um dos últimos e, ele mesmo, defendia a ação intelectual dentro de campos específicos, convidando-os à modéstia e ao trabalho junto às suas áreas profissionais¹³¹.

Em suas representações do intelectual, Edward Said prescrevia uma definição normativa para caracterizar este agente. Said coloca-se como modelo de intelectual:

Já sugeri que, como forma de manter uma relativa independência intelectual, o melhor caminho é ter uma atitude de amador, em vez de profissional. [...] Em primeiro lugar, o amadorismo significa uma opção pelos riscos e pelos resultados incertos da esfera pública — uma conferência, ou um livro, ou um artigo em circulação ampla e irrestrita — em vez do espaço para iniciados, controlado por especialistas e profissionais. Várias vezes nos últimos dois anos fui convidado pelos meios de comunicação para ser um consultor remunerado. Recusei, simplesmente porque isso significaria estar preso a uma estação de televisão ou a um único jornal, e preso também à linguagem política em voga e a estrutura conceitual desses meios. Do mesmo modo, nunca tive interesse em consultorias pagas pelo (ou para) o governo, onde nunca se sabe como nossas ideias vão ser usadas depois. Em segundo

¹²⁸ FIGUEIREDO, Vera Lúcia F. Exílios e diásporas. In: GOMES, R C et al. *O papel do intelectual hoje*, p. 147.

¹²⁹ Cf. ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean François. *Les intellectuels en France*. De l'affaire Dreyfus à nos jours. Paris: Perrin, 2011, p. 7.

¹³⁰ Cf. ZARKA, Y C. *La destitution des intellectuels*. Paris: Presses universitaires de France, 2010, p. 11-12.

¹³¹ “O papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco na frente ou um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento na ordem do saber, da ‘verdade’, ‘da consciência’ do discurso”. In: GOMES, R C et al. *O papel do intelectual hoje*, p. 9.

lugar, emitir conhecimento em troca de remuneração é muito diferente de receber um convite de uma universidade para dar uma conferência pública ou para falar apenas para uma pequena plateia de funcionários. Isso me parece muito obvio, tanto que sempre aceitei dar palestras em universidades e sempre recusei as outras ofertas. E, em terceiro lugar, para ser mais político, todas as vezes em que fui solicitado para ajudar um grupo palestino ou convidado por uma universidade da África do Sul para falar contra o apartheid e a favor da liberdade acadêmica, sempre aceitei. Enfim, sou movido por ideias e causas que realmente posso apoiar por escolha, porque são coerentes com os valores e princípios em que acredito. Portanto, não me considero limitado pelo meu trabalho profissional em literatura, que me excluiria de assuntos de política pública só porque estou autorizado apenas a ensinar literatura moderna europeia e americana¹³².

Este modelo de intelectual liberal, favorecido por sua livre-iniciativa e recompensado por seus méritos próprios dificilmente poderia ser generalizado, sob o custo de se reduzir significativamente o número de intelectuais. O próprio Said retoma as definições, “muito mais próximas da realidade”, de Antonio Gramsci, destacando o intelectual como “uma pessoa que preenche um conjunto particular de funções na sociedade”¹³³.

Dessa forma, o conceito de intelectual varia desde sua acepção mais ampla, como produtor de bens simbólicos, até uma concepção precisa, normativa e “heroica”, como a exposta por Said. Mas, seja ele “heroico” ou “orgânico”, esteja no lugar quixotesco de dizer a verdade ao poder ou no de fazer o papel subserviente de Peixoto¹³⁴, o intelectual não dispensa a atuação midiática. Esta é mesmo sua condição de existência. E, nesse caso, o intelectual heroico, como nos mostra o “*J'accuse*” de Zola, não deixa de ser um pouco um produto da mídia de massa. Assim, falarmos que a *cultura intelectual brasileira* do início do século pode ser vista como uma “cultura do jornal” significa que tanto os agentes mais próximos de alguma vocação “clássica” do intelectual quanto os produtores de bens simbólicos, em geral, estão vinculados à produção jornalística. Desse modo, o conceito de *cultura intelectual* compreende os sentidos mais amplos do conceito de intelectual, favorecendo a possibilidade de apreciação mais complexa da *vivência* histórica, não restringindo a história intelectual às produções da alta cultura, dos cânones e das tradições consagradas neste tipo de análise. Ele traz à tona uma série de produções intelectuais que, usualmente, são contempladas apenas em histórias disciplinares, como a história da publicidade, do design, da moda, da charge etc.

A cultura intelectual acionando produções de tipos e qualidades diversas, mas sempre verificando sua articulação em uma rede simbólica complexa, contribui para que o historiador monte uma perspectiva que rompa com a excessiva compartimentação dos esquemas

¹³² SAID, Edward. *Representações do intelectual*. As conferências de Reith de 1995. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 91.

¹³³ SAID, E. *Representações do intelectual*. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 23.

¹³⁴ Personagem fundamental da peça “Otto Lara Resende ou Bonitinha, mas ordinária” de Nelson Rodrigues. Peixoto se orgulhava de ser canalha e mau caráter, fazer todos os gostos do patrão e de sua família, o que lhe garantia uma vida de regalias e prazeres mundanos. Cf. GODOY, Alexandre Pianelli. *Nelson Rodrigues: o fracasso do moderno no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 331-334.

disciplinares, a fim de encarar algo como uma *vivência* histórica que desconhece tais fronteiras. Tal objetivo é, desde o início, visto de forma cética, mas pode ser uma busca que caracterize e especifique o olhar do historiador. Neste trabalho, a crítica literária foi o meio escolhido para observar alguns aspectos da cultura intelectual brasileira no início do século XX. Ela foi, na verdade, o que despertou o olhar para tal possibilidade. Encarregada de tratar de produções as mais diversas, ocupando colunas e colunas de jornal, ora aparentando-se a uma espécie de curso superior, com suas notas de rodapé, citações em línguas estrangeiras e sequências de artigos sob o mesmo tema; ora totalmente descompromissada em seu rigor e caráter pedagógico; rodeada por textos de opinião, charges, polêmicas, cartas, críticas literárias, contos, poemas, discursos, enquetes etc. Não foi difícil perceber que ela mesma fazia parte de um contexto maior, a que chamamos de *cultura intelectual*.

É sabido que em história os conceitos não são “fortes” como em outras disciplinas humanas. O tempo, as complexidades, diferenças e processos da vida humana comum não se ajustam perfeitamente a nenhum deles. A história pode ser vista como uma escrutinadora ou, até mesmo, uma aniquiladora de conceitos. Não seria diferente com este. Trata-se de uma noção que emergiu de uma pesquisa específica acerca de um período determinado e que, portanto, talvez se adeque apenas a tal época. De fato, falar em *cultura intelectual* após a expansão editorial livresca dos anos 1930, da multiplicação das revistas, do rádio, da expansão das universidades, da televisão e da crescente academização do intelectual é algo que demanda pesquisas. Na década de 1920, porém, os processos culturais, políticos e artísticos revelam seu caráter comum e compartilhado através da perspectiva da cultura intelectual.

Uma República Cética?

Na aurora dos anos 1920, a República brasileira estaria velha. A República Velha era a imagem segundo a qual o caricaturista Sylvio, não sem certa perplexidade, interpretava o aniversário da Proclamação. Afinal, como sugeria o título da charge, tratava-se ainda de uma “*Femme à trente ans*”. Esta era observada por dois transeuntes. Ao passo que um comentava: “_ Quê?! Trinta anos e assim tão acabada?!”, o outro sentenciava: “_ Desgostos meu caro. Ela tem sido casada várias vezes e sempre tem se dado mal com os maridos...”¹³⁵. A força expressiva

¹³⁵ SYLVIO. “La femme à trente ans”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 nov. 1919, p. 1. É importante lembrar que no interior da tradição dos cartunistas brasileiros fora criada a imagem da República nacional como uma mulher, já em 1888, na *Revista Ilustrada* de Ângelo Agostini. Desde então, reiteradas vezes, especialmente nos aniversários da Proclamação, a figura feminina da República foi ganhando novas interpretações, notadamente pejorativas: de figura greco-romana portentosa, honesta e guerreira passara à senhorita mundana, à dama faceira, à ama de leite de funcionários e políticos, à prostituta em meio a orgias e, por fim, à mulher velha e decadente. A análise dessa tradição é uma forma contundente de se perceber as avaliações do regime republicano, assim como as representações de gênero no interior da cultura intelectual brasileira. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas – O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 75-96.

do cartum, seu poder comunicativo para transmitir uma ideia a partir da síntese e simplificação dos meios expressivos, revela-se sintomaticamente na peça de Sylvio. A República passa a ser vista como algo decadente. E se, “para ser eficiente, a sátira não necessita apenas do talento do artista, ela depende igualmente de um público que saiba apreciar as agressões maldosas e perceber as alusões”¹³⁶, pode-se afirmar que o cartunista acertou em cheio. Afinal, durante toda a década de 1920, a República, nos moldes de sua Constituição de 1891, será questionada, criticada, analisada e, por fim, refutada, em geral, pela cultura intelectual brasileira.

É importante notar que a República vista como algo velho e decadente não está presente nas interpretações, visões e imagens à época da Proclamação. De fato, destacaram-se ao longo de toda a memória e história acerca do advento republicano no Brasil duas perspectivas antagônicas: a da República do bestializado e a da República que consolidava um movimento social e histórico. São duas perspectivas matriz, por assim dizer. A primeira é criada, praticamente, no momento do evento do 15 de novembro, quando Aristides Lobo, que era republicano, relata, como testemunha ocular, que “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”. Sua impressão saiu na coluna “Cartas do Rio” que ele mantinha no jornal *Diário Popular* de São Paulo, sob o título de “Acontecimento único”, no dia 18 de novembro de 1889. Apesar de se tratar de uma visão, se não otimista, ao menos esperançosa, pois considerava o autor que “o que se fez é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era”¹³⁷, o que ficou, o que marcou e foi reiterado por mais de um século na cultura brasileira, acadêmica ou não, foi a imagem simbólica de uma República apartada do povo que a assiste bestializado, já não importando tanto o evento da Proclamação em si, mas a própria experiência republicana no país¹³⁸.

A outra versão do advento da República, muito menos imagética e simbólica, mas consolidada¹³⁹ por um dos nomes mais consagrados da história intelectual brasileira, é a que consta no texto “Da independência à República”, presente no volume *À margem da história*

¹³⁶ DELIGNE, Alain. De que maneira o riso pode ser considerado subversivo? In: LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, humor e caricatura. A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 36; GOMBRICH, E. H. O Arsenal do Cartunista. In: *Meditações sobre um cavalinho de pau outros ensaios sobre a teoria da arte*. São Paulo, Edusp, 2001, p. 130.

¹³⁷Cf. http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-povo-assistiu-aquilo-bestializado-artigo-de-aristides-lobo-1889

¹³⁸ “Embora as raízes da República devam ser buscadas mais longe e mais fundo, o ato de sua instauração possui valor simbólico inegável”. CARVALHO, J M de. *A Formação das Almas*, p. 36. De fato, já em 1893 a força da imagem do povo como bestializado era tão forte que já era transportada para outros contextos, como o narrado no romance folhetim de Visconde de Taunay: “Papel bancário era a verdadeira carta de baralho. Não se o atirava fora, porque o povo *bestializado* ali estava para pagar, dócil e inconsciente, 100 ou 200% nos direitos de alfândegas”. TAUNAY, Afonso de E. *O Encilhamento. Cenas contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971, p. 115.

¹³⁹ Emília Viotti da Costa cita duas obras que já trariam esboçadas as teses consolidadas por Euclides da Cunha: Oscar Araújo. *L'idée républicaine au Brésil*. Paris, 1893; Suetônio. *O Antigo Regime. Homens e cousas da Capital Federal*. Prefácio de Quintino Bocaiúva. Rio de Janeiro, 1896. Cf. COSTA, Emília Viotti da. Sobre as origens da República. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. São Paulo: EdUNESP, 1999, p. 385-446.

escrito por Euclides da Cunha e publicado postumamente em 1909. Tendo vindo a lume dez anos após a Proclamação, esta interpretação da história republicana do Brasil via o advento do regime como algo que já estaria imanente desde a Independência do país em 1822. Seria antes uma questão de maturidade, evolução e desenvolvimento histórico do que qualquer outra coisa: “Impertinente em 1822, inoportuna em 1831, abortícia em 1848, era-o a República, sobretudo porque se não podia inverter a série natural da evolução humana”. Assim, seguindo uma filosofia da história de desenvolvimento harmonioso dos regimes políticos, a ideia republicana seria uma constante da vida política do país, considerando-se que a “sociedade não a repelia; prorrogava-a” e desde “1875 começou a incorporá-la”¹⁴⁰. Esta versão faz alusão à perspectiva dos bestializados, mas para contraditá-la, ao afirmar que, “realmente, a República, que não devemos confundir com a bela parada comemorativa de 15 de novembro de 1889, tinha, lançados, os seus primeiros fundamentos”¹⁴¹.

Estas duas visões matriciais orientaram as perspectivas acerca da República no interior da cultura intelectual brasileira. Acompanhando algumas análises, porém, verificamos que em nenhuma das visões, até os anos 1920, a República aparece como algo velho, decadente e ultrapassado. A questão não é anódina, pelo contrário. Uma das principais características do republicanismo no Brasil foi sua associação com o novo, o moderno e atual. Um dos principais críticos do sistema republicano no Brasil, desde a Proclamação, fora Eduardo Prado, autor do “best-seller” proibido *A Ilusão Americana* (1893). Segundo Rui Barbosa, o livro teria sido censurado uma hora após chegar às livrarias, proibido sem ter sido lido¹⁴². A tese principal de Eduardo Prado é sobre o aspecto mimético da República brasileira em relação à norte-americana. Toda obra é construída a fim de mostrar que as ações dos norte-americanos sobre seus vizinhos continentais foram antes prejudiciais do que favoráveis. Em temas sensíveis como os da escravidão, empréstimos de capitais e apoios diplomáticos no continente americano, os Estados Unidos, segundo Prado, não teriam se portado segundo um ideal fraterno. Assim:

Devemos concluir de tudo quanto escrevemos: Que não há razão para querer o Brasil imitar os Estados Unidos, porque sairíamos da nossa índole, e, principalmente, porque já estão patentes e lamentáveis, sob nossos olhos, os tristes resultados da nossa imitação; Que os pretendidos laços que se diz existem entre o Brasil e a república americana são fictícios, pois não temos com aquele país afinidades de natureza alguma real e duradoura; Que a história da política internacional dos Estados Unidos não demonstra, por parte daquele país, benevolência alguma para conosco ou para com qualquer república latino-americana; Que todas as vezes que tem o Brasil estado em contato com os Estados Unidos tem tido outras tantas ocasiões para se convencer de que a amizade americana (amizade unilateral e que,

¹⁴⁰ CUNHA, Euclides da. Da Independência à República. *À Margem da História*. São Paulo: Martim Claret, 2006, p. 210.

¹⁴¹ CUNHA, E da. Da Independência à República. *À Margem da História*, p. 192.

¹⁴² BARBOSA, Rui. Prefácio. PRADO, Eduardo. *A Ilusão americana*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003, p. 8.

aliás, só nós apregoamos) é nula quando não é interesseira; Que a influência moral daquele país, sobre o nosso, tem sido pernicioso¹⁴³.

O tema da imitação no interior da conformação cultural, social, econômica e política do país é uma questão de longa duração na história intelectual brasileira ao qual retomaremos por todo este trabalho. Para Eduardo Prado, portanto, o problema da República no Brasil era o de sua inadaptação às condições nacionais. Ao mesmo tempo, ela expressaria por aqui o que o autor chama de “espírito moderno”¹⁴⁴, fruto de um processo histórico secular:

A antiguidade tinha a escravidão, que é um modo de dar uma certa estabilidade e organização ao proletariado coagindo-o a trabalhar e obedecer. O cristianismo acalmou as revoltas da miséria humana quando exacerbada pela pobreza, prometendo o céu e a felicidade futura e fazendo do próprio sofrimento um título à ventura eterna. A sociedade pagã apelava para a força material dominando materialmente o proletário; a sociedade cristã prendia-o pelas cadeias, ainda mais fortes, da esperança e da fé. O espírito moderno suprimiu a escravidão e deixou de falar no céu. O operário foi abandonado, e a ciência não encontrou ainda uma fórmula que substituísse a escravidão da antiguidade ou a crença na outra vida que o cristianismo infundia¹⁴⁵.

Eduardo Prado conclui que a “forma republicana burguesa, como existe na França ou nos Estados Unidos é a que mais protege os abusos do capitalismo”¹⁴⁶. E esta era a forma que o Brasil estaria a copiar. Assim, um dos mais ardorosos críticos do sistema republicano no Brasil reconhecia o aspecto “moderno” do novo regime, mesmo que fosse para desprezá-lo.

As oposições entre novo e velho, antigo e moderno, marcam o vocabulário político e intelectual nesse período. Como afirma o personagem republicano Paulo, do romance de Machado de Assis, *Esau e Jacó*, publicado em 1904, “o regime estava podre e caiu por si...”¹⁴⁷. Segundo Chaves de Mello, Machado de Assis não deveria constar entre os intérpretes que associam a República ao bestializado. A autora lembra a reiterada passagem sobre a “Confeitaria do Império”, cujo proprietário, após a Proclamação, se vê embaraçado e recorre ao Conselheiro Aires na busca de uma solução sobre qual nome por nas tabuletas da casa. Tradicionalmente, via-se aí uma passagem elucidativa sobre a indiferença e, mais que isso, a insignificância do processo que não passaria de uma troca de tabuletas. É difícil definir em qual das tendências esta obra de Machado deveria ser incluída.

Afinal, o romance gira em torno das figuras de dois irmãos gêmeos, Paulo e Pedro, que, como os do título da obra, eram marcados pela disputa e, já antes de nascerem, eram brigados. Paulo republicano, Pedro monarquista. De modo geral, para cada afirmação de Paulo, haveria uma de Pedro. Enquanto Paulo dizia poder derrubar a monarquia com dez homens,

¹⁴³ PRADO, E. *A Ilusão americana*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003, p. 106.

¹⁴⁴ A expressão tem longa duração na história intelectual ocidental Cf. FEBVRE, Lucien. Aux origines de l'esprit moderne: libertinisme, naturalisme, mécanisme, *Mélanges d'histoire sociale*, N°6, 1944, p. 22.

¹⁴⁵ PRADO, Eduardo. *A Ilusão americana*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003, p. 78.

¹⁴⁶ PRADO, Eduardo. *A Ilusão americana*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003, p. 80.

¹⁴⁷ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó. Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, p. 83.

Pedro assegurava extirpar a República com um decreto. Após a Proclamação, Paulo está feliz, mas não deixa de lamentar que “uma barricada não faria mal”¹⁴⁸, ao passo que Pedro acreditava que tudo podia ser como antes, “é só o imperador falar ao Deodoro”¹⁴⁹. No caso do nome das tabuletas, a questão não fica resolvida. Primeiro, o Conselheiro Aires sugere ao Custódio, proprietário do estabelecimento, que este mude para “Confeitaria da República”, mas havia o temor do retorno do antigo regime. Então se sugere “Confeitaria do Governo”, mas o que se iria fazer no caso de afloramento das oposições? Talvez, então, mantinha-se o Império no nome, mas colocava-se logo abaixo a sentença “fundada em 1860” ou, ao invés da data de origem, a frase “das Leis”. Mas nenhuma dessas sugestões agradou ao Custódio, as letras das duas últimas sugestões viriam pequenas e poderiam nem ser lidas, ainda mais no caso de algum movimento exaltado. Poderia, então, ser “Confeitaria do Catete”, mas visto que existia outra na mesma região, o concorrente poderia lucrar em cima do gasto da pintura que apenas um tivera. Por fim, “Confeitaria do Custódio”, como era em geral conhecido o estabelecimento. Mas nem aí houve decisão, apenas o fim da conversa. O proprietário sempre lamentara gastos excessivos com a tabuleta *nova*, mas o Conselheiro lembrava que “as revoluções trazem sempre despesas”¹⁵⁰. Como se vê, o caso das tabuletas fica sem solução, não sendo simples tal troca, mas também não se perdendo de vista a irrisória e anedótica metáfora para a mudança de um regime político.

O tratamento da Proclamação como uma revolução e não uma quartelada, parada militar ou golpe de estado revela o reconhecimento da legitimidade da ação. Mas os contrastes, exemplificados pelos gêmeos, são a marca maior deste romance. Assim, no pós-Proclamação, o personagem Santos, pai de Paulo e Pedro, se, num primeiro momento, teme por sua condição de banqueiro e por alguma restrição de sua atividade, rapidamente é tranquilizado pelo Conselheiro Aires, afinal, comércio e banco seriam indispensáveis. Em seguida, quando a família Santos estava reunida em casa com amigos a discutir os acontecimentos correntes, surgira a ideia, corriqueira em tais ocasiões, de se jogar o vultete. Apesar de Santos reconhecer que “não era bonito que no próprio dia em que o regime caíra ou ia cair, entregasse o espírito a recreações de sociedade”¹⁵¹, a jogatina ocorreu como de costume.

Um personagem marca, por seu turno, a continuidade das práticas e das figuras entre os regimes: Batista. Por ter trajetória ligada ao Partido Conservador durante o Império, caíra em curto ostracismo durante a ascensão do Partido Liberal. Porém, rapidamente se descobriu liberal e arranjou uma presidência de província. Após a Proclamação, apesar de alguns receios, não teve maiores problemas para conseguir servir ao novo regime. Também os irmãos gêmeos

¹⁴⁸ ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. *Obras completas*, p. 81.

¹⁴⁹ ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. *Obras completas*, p. 83.

¹⁵⁰ ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. *Obras completas*, p. 78.

¹⁵¹ ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. *Obras completas*, p. 81.

entraram para a política, fizeram-se deputados na legislatura republicana. Ao passo que o monarquista Pedro começara a reconhecer qualidades no sistema político novo, Paulo já estava a afirmar que “não é esta a República dos meus sonhos”¹⁵². Se dermos ouvidos à cobiçada e apaixonada Flora, filha do Batista e objeto de desejo dos irmãos e estes dela, notaremos que os dois protagonistas seriam apenas um. Em seu leito de morte, quando a mãe de Paulo e Pedro, Natividade, diz à moribunda Flora que ambos estão a entrar na alcova, a jovem responde: “ambos quais?”¹⁵³. Duas faces da mesma moeda, duas forças do mesmo processo, conservação e mudança, inquietação e conformismo, como afirma o Conselheiro Aires: “não lhes importam formas de governo, contanto que a sociedade fique firme ou se atire para diante”¹⁵⁴.

A obra *Esau e Jacó*, somando-se às demais citadas acima, é uma fonte riquíssima para a apreciação dos sentidos conferidos à República nos momentos de sua instauração no Brasil, no interior da cultura intelectual brasileira. Lançada em 1904, a obra já traz, porém, um índice dos desencantamentos com a República. A república não era a dos sonhos, como afirmara o republicano histórico. E esta é a chave que parece caracterizar o regime republicano brasileiro logo após a Proclamação. Se a República continuava nova, o ceticismo começa a marcar sua dinâmica. Ângela Alonso, ao analisar o repertório da política científica adotado pelo movimento intelectual de 1870, afirma que tais ideias, representações, interpretações e visões de mundo inseriam o Brasil no movimento mundial. O lugar que caberia ao Brasil neste movimento, porém, não parecia ser favorável. Já em 1895, a República é representada, na revista *D Quixote*, como uma mulher abatida sobre um burrico, enquanto as outras irmãs americanas galopavam para o progresso¹⁵⁵. A república é nova, mas o atraso continua e se agudiza, pois não há regime político no horizonte capaz de redimir e solucionar a crise. A República liberal é o índice de modernidade, cientificidade, civilização e progresso. Quanto ao regime político-institucional, não há muito que fazer, o que se pode esboçar são reformas no âmbito financeiro, urbanístico, sanitário, higiênico, demográfico, “eugênico”, educacional e, em certa medida, político. Cada um destes itens terá o ceticismo em seu horizonte ou, mesmo, no seu ponto de partida.

Ceticismo: uma tese para a cultura intelectual da Primeira República?

A interpretação que nos anos 1920 ganhará força, especialmente na obra de Tristão de Athayde, e fará da República uma experiência marcada pelo ceticismo é uma tese a comprovar. Mas ela é fundamental para se compreender a emergência das representações, interpretações e

¹⁵² ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó. Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, p. 128. A frase é do republicano histórico Martinho Prado da Silva Jr e teria sido dita em 1891, segundo relato de Arthur de Azevedo ao *O Paiz*, em 1902. Cf. CARVALHO, J M de. *A Formação das Almas*, p 52.

¹⁵³ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó. Obras completas*, p. 122.

¹⁵⁴ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó. Obras completas*, p. 129.

¹⁵⁵ Cf. CARVALHO, J M de. *A Formação das Almas*, p. 87.

visões de mundo que propiciaram o arcabouço ideológico que levará, por exemplo, Rubens do Amaral, às vésperas da criação do Partido Democrático, em 1926, desacreditar totalmente a iniciativa. Segundo este autor, chegara o “fim da era do voto”. Citando exemplos que iam desde os Estados Unidos até à China, Rubens do Amaral verifica que o próprio sistema representativo havia atingido o seu limite e teria decretado falência. Dois casos, o russo e o italiano, saltariam aos olhos como caminhos novos e eram descritos sob o tópico “para direita ou para a esquerda”: “Numa [Itália], em doutrina, o Estado absorveu os cidadãos, que fora dela não têm existência política. Noutra [Rússia], ainda em doutrina, dissolveu-se as massas, que se governam por si, sem mandatos delegações”¹⁵⁶. O redator do *Diário da Noite* de São Paulo não tinha certeza sobre a “transplantação” dos regimes para outros países, nem se seriam soluções definitivas:

Responder a essas perguntas seria traçar, profeticamente, o futuro da Humanidade. Não sonho fazê-lo. Observo os fatos. Nada mais. Só uma dedução parcial, me permito, do que observo. Querer a regeneração da nacionalidade pela volta o regime do parlamento, o mesmo é que intentar a regeneração da humanidade pelo regresso ao culto de Júpiter. Mitologias. Fantasmas. Ilusões que se esfumaram e que não retornam mais.

A iniciativa da criação do Partido Democrático estaria fadada ao fracasso, não apenas por representar uma espécie de regresso ao falido parlamentarismo imperial, mas por não fazer parte da modernização política pela qual viria passando a “humanidade”. Diferentemente de autores como Eduardo Prado, Alberto Torres e Oliveira Vianna que sustentavam inaplicabilidade do regime republicano liberal no Brasil devido às idiossincrasias históricas e culturais do país, Rubens do Amaral, ao atualizar o lugar do Brasil naquele movimento internacional de ideias e processos políticos, revelava que tal regime já seria sinônimo de atraso, estaria ultrapassado e precisaria ser modificado radicalmente, à direita ou à esquerda. Análises como essa se tornarão cada vez mais recorrentes durante toda a década de 1920. A República estava velha e a disposição da cultura intelectual frente ao regime não poderia mais ser a cética, pois havia no horizonte político internacional ou no novo repertório da reflexão política, uma possibilidade de redenção frente ao já então velho atraso brasileiro.

Em suas centenas de artigos publicados entre os anos de 1916 e 1928, Tristão de Athayde reelaborou por várias vezes a questão do ceticismo nas primeiras décadas da república, assim como uma reflexão acerca da noção de *geração*, a fim de determinar problemas, disposições e horizontes que eram compartilhados coletivamente. Ambos os temas, o ceticismo e o conceito de geração, sofrerão diferentes valorações no interior de sua obra. De fato, se, por um lado, nos primeiros escritos, é o próprio conceito de geração que é visto de forma cética, pois “quando um de nós fala em ‘nossa geração’, é quase certo que entende dizer ‘eu e meus

¹⁵⁶ AMARAL, Rubens do. O fim da era do voto. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1926, p. 1-4.

amigos”¹⁵⁷. Por outro lado, já no fim da década, o conceito de geração é que se torna o organizador da experiência coletiva que passaria, agora, às afirmações, conforme se observa em sua análise do livro de Luís Delgado, *Os Inquietos*:

É um livro interior. É a história de uma geração, de nossa geração, do drama das perplexidades que vivemos ultimamente e em que vivem ainda tantos dos nossos companheiros. [...] Essa passagem da inquietação à afirmação, que tantos de nós sofreram em carne viva durante estes últimos anos, é que forma realmente o nervo desse esquema romanceado, por vezes excessivamente esquemático, mas profundamente impregnado de verdade, como qualquer coisa que vem realmente do fundo de um espírito e de uma geração¹⁵⁸.

A análise proposta por Tristão de Athayde e encampada por vários intelectuais anteriores, contemporâneos e posteriores a ele, convida-nos a ensaiar uma abordagem de difícil aplicação na reflexão historiográfica: uma história da República a partir do signo do ceticismo. Uma história das sensibilidades da *cultura intelectual brasileira*. Como afirma Sandra J Pesavento, trata-se de um desafio. Como mensurar sensibilidades, ou seja, como descrevê-las, verifica-las, perceber sua ação ou sua eficácia numa coletividade? Segundo Pesavento:

As sensibilidades seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de representação da realidade através das emoções e dos sentidos. Nesta medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a ser capturado no passado, ou seja, a própria energia da vida, a *enargheia*, de que nos fala Carlo Ginzburg¹⁵⁹.

Apesar do equívoco de Pesavento ao associar *enargheia* à energia¹⁶⁰, trata-se, de fato, do esforço em se transmitir pelo relato histórico, de forma clara, precisa e vivaz, o passado¹⁶¹.

Na historiografia acerca do período entre guerras (1918-1939), coube à história das sensibilidades um lugar de destaque nas últimas décadas. Os trabalhos do historiador alemão radicado nos Estados Unidos, Georges Lachmann Mosse, revelam a potencialidade da perspectiva. Ao analisar a maneira como as sociedades europeias, notadamente o caso alemão, teriam passado por um processo de “embrutecimento”¹⁶² desencadeado pela Primeira Guerra,

¹⁵⁷ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1922, p. 1.

¹⁵⁸ ATHAYDE, Tristão de. Esquema de uma geração, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1929, p. 4. A análise de Luís Bueno acerca dessa mesma obra é semelhante à de Tristão de Athayde Cf. BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*, p. 105-106.

¹⁵⁹ PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005, Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/229>.

¹⁶⁰ É o próprio Ginzburg quem traça a diferença: “As duas palavras [...] não têm nada em comum: *energheia* significa ‘ato, atividade, energia’; *enargheia* significa ‘clareza, nitidez vivacidade’”. O autor ainda lembra que ao passo que a primeira sobrevivera nas línguas europeias (*energy*, *énergie*, *energia* e assim por diante), *Enargheia* não é uma palavra ainda viva. Cf. GINZBURG, Carlo. Ekphrasis and quotation, *Tijdschrift voor Filosofie*, 50ste Jaarg., Nr. 1 (MAART 1988), p. 6.

¹⁶¹ Cf. HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da *ekphrasis*, *Revista USP*, São Paulo, n. 71, p. 85-105, set/nov. 2006.

¹⁶² Olivier Compagnon lembra que tal perspectiva se atém ao caso alemão, devendo-se evitar maiores generalizações. Porém, Compagnon não se dá conta de outros relatos que verificam o mesmo processo de *embrutecimento* associado não à Grande Guerra em si, mas ao imperialismo colonialista, conforme anotaremos abaixo a partir das críticas de Aimée Césaire. Cf. COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014, p. 362.

Mosse trouxe uma contribuição inestimável à história cultural do fascismo e do nazismo. Tal relevância pode ser percebida no número da revista dos *Annales* que abriu o ano de 2000 com um dossiê sobre “O corpo na Primeira Guerra Mundial”¹⁶³.

A noção de embrutecimento é entendida como uma “ruptura dos códigos de conduta civil da vida em sociedade e como regressão dos indivíduos aos atos orientados pela violência bruta”. Trata-se de um efeito da experiência da Guerra na qual os combatentes nas trincheiras eram marcados pela irrupção de uma selvageria a qual não apenas eram submetidos como também perpetravam¹⁶⁴. Portanto, o embrutecimento é visto como processo histórico desencadeado pela Guerra, quando teria sido “banalizada a violência extrema, seu mito alimentou uma indiferença à vida individual – indiferença particularmente feroz quando se tratava do inimigo designado pelo nacionalismo ardente”¹⁶⁵. Este nacionalismo consumiu-se em uma “fé viril temperada pela guerra”¹⁶⁶.

Antes de Georges L Mosse, porém, a percepção acerca de um processo de embrutecimento nas sociedades europeias havia sido descrito pelo intelectual martinicano Aimé Césaire. Em 1955, ele publicara o *Discurso sobre o colonialismo*, uma obra que se tornou verdadeira arma de combate em favor das lutas anticoloniais, especialmente na África¹⁶⁷. Segundo Césaire, seria preciso “estudar, primeiro, como a colonização se esmera em *descivilizar* o colonizador, em *embrutecê-lo*, na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo para os instintos ocultos, para cobiça, para a violência, para o ódio racial, o relativismo moral”¹⁶⁸. O membro fundador do movimento e do termo *Négritude* destacava que:

[...] cada vez que no Vietnam uma cabeça é degolada e um olho é estourado¹⁶⁹ e que na França se aceita, que uma menina é violentada e que na França se aceita, que um Malgaxe é torturado e que na França se aceita, há uma aquisição civilizacional que suporta este peso morto, uma regressão universal que se opera, uma gangrena que se instala, um foco de infecção que se expande e que ao cabo de todos estes tratados violados, de todas essas mentiras propagadas, de todas essas expedições punitivas toleradas, de todos estes prisioneiros atados e “interrogados”, de todos

¹⁶³ Cf. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 55^e année, n 1, 2000.

¹⁶⁴ Cf. LEFEBVRE, Frédéric; WINTER, Jay. De l’histoire intellectuelle à l’histoire culturelle : la contribution de George L Mosse, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 56^e année, n 1, 2001, p. 177.

¹⁶⁵ RAPHAËLLE, Branche. Mosse George L., De la grande guerre au totalitarisme. La brutalisation des sociétés européennes, *Vingtième Siècle*. Revue d’histoire, Volume 66, Numéro 1, 2000, p. 185.

¹⁶⁶ MOSSE Apud. RAPHAËLLE, B. Mosse George L., *Vingtième Siècle*, p. 185.

¹⁶⁷ A primeira edição é de 1950, porém, foi a segunda, revista e aumentada, que ganhou notoriedade. Cf. ANDRADE, Mário. Prefácio. In: CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978, p. 10.

¹⁶⁸ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre colonialismo*, p. 17.

¹⁶⁹ A expressão é “oeil crevé”, literalmente “olho perfurado”, “olho estourado”. Porém, o verbo “crever” pode significar, ainda, morrer, especialmente em caso de esgotamento físico. “Oeil crevé” pode ser, então, um olho cerrado, olho morto. Mas há mais. A expressão com o substantivo olho (*oeil*) no plural (*yeux*), “crever les yeux” significa, correntemente, “saltar aos olhos”, ou seja, algo explícito, visto por todos, como deviam ser, por vezes, as atrocidades cometidas pelo colonialismo. Porém, a mesma expressão “crever les yeux” faz referência direta ao mito de Édipo que fura seus olhos para se punir ao perceber que esposara a própria mãe. Como se vê, Césaire, que era poeta, dramaturgo e intelectual militante, produz uma obra rica para se pensar a relação entre sensibilidade e a espessura da linguagem no discurso político.

estes patriotas torturados, ao cabo deste orgulho racial encorajado, desta arrogância propagandeada, há o veneno instilado nas veias da Europa, e o progresso lento, mas certo, do *selvagemento* [*ensauvagement*] do continente¹⁷⁰.

Assim, o processo de embrutecimento europeu que Mosse atribuía à Primeira Guerra, Césaire o reconhece como vindo da experiência colonialista. E, aprofundando o argumento, ele vai além, e talvez por isso haja um silêncio sobre sua perspectiva acerca do embrutecimento das sociedades europeias. Césaire, que estivera durante a década de 1930 na Europa, considera que, após o processo descrito acima:

[...] um belo dia, a burguesia é despertada por um terrível ricochete: as gestapos agitam-se, as prisões lotam-se, os torturadores criam, aprimoram, debatem em torno dos cavaletes¹⁷¹. A gente se espanta, se indigna. Diz: “Como é curioso! Ora! É o nazismo, isso passará!” E aguarda, e espera; e cala em si mesma a verdade, que se trata de uma barbárie, mas a barbárie suprema, aquela que coroa, que resume a quotidianidade das barbáries; que isso é o nazismo, sim, mas antes de ser vítima, fora cúmplice; que este nazismo aí, a gente o apoiou antes de por ele ser submetida, a gente o absolveu, fechou os olhos porque, até então, ele era aplicado apenas aos povos não-europeus; que este nazismo aí, a gente o cultivou, a gente é responsável que ele irrompa, que ele penetre, que ele goteje de todas as fissuras da civilização ocidental e cristã, antes de a submergir nas suas águas vermelhas. Sim, valeria a pena estudar, clinicamente, detalhadamente, os caminhos de Hitler e do hitlerismo e de revelar ao tão distinto, tão humanista, cristão burguês do século XX que ele leva em si um Hitler que se ignora, que Hitler o *habita*, que Hitler é seu *demônio*, que se ele o vitupera é por falta de lógica, e que no fundo, o que ele não perdoa a Hitler, não é o *crime* em si, o *crime do homem contra o homem*, não é a *humilhação do homem em si*, é o crime contra o homem branco, é a humilhação do homem branco, e de ter aplicado à Europa os procedimentos colonialistas que subjugavam até então apenas os árabes da Argélia, os “coolies” da Índia e os negros da África¹⁷².

O texto de Aimé Césaire é tanto uma referência teórica para se refletir sobre o processo de embrutecimento nas sociedades europeias, quanto um rico documento que traz a carga sensível de uma perspectiva marcada pela memória de quem vivera os anos trinta europeus e que nos anos 1950 estava engajado nos processos de promoção e independência das nações africanas¹⁷³. O que nos importa, porém, é que a perspectiva de Aimé Césaire aponta a história do embrutecimento das sociedades europeias segundo o olhar de quem faz parte da colônia, revelando as diferentes sensibilidades provocadas pelos mesmos processos. Este olhar parece ter escapado ao próprio Georges L Mosse. Não obstante, podemos encontrar um ponto de vista, por assim dizer, conciliador em Hanna Arendt:

Três décadas – de 1884 a 1914 – separam o século XIX – que terminou com a corrida dos países europeus para a África e com o surgimento dos movimentos de unificação nacional na Europa – do século XX, que começou com a Primeira Guerra Mundial. É o período do Imperialismo, da quietude estagnante na Europa e dos acontecimentos empolgantes na Ásia e na África. Certos aspectos fundamentais dessa época

¹⁷⁰ CÉSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. (Suivi du « Discours sur la négritude »). Paris : Présence Africaine, 2004, p. 12.

¹⁷¹ Instrumento de tortura.

¹⁷² CÉSAIRE, A. *Discours sur le colonialisme*, p. 13-14.

¹⁷³ Cf. REIS, Raissa Brescia dos. *Négritude em dois tempos: emergência e instituição de um movimento (1931-1956)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

assemelham-se tanto aos fenômenos totalitários do século XX que se poderia considerar esse período como estágio preparatório para as catástrofes vindouras¹⁷⁴.

Assim, na visão de Arendt, o Imperialismo europeu é precursor, “estágio preparatório”, da violência totalitária. Porém, haveria em tal período uma “quietude estagnante na Europa”, de modo que a época é lembrada como uma espécie de “idade de ouro da segurança”. Arendt, então, faz uma afirmação que parece ir ao encontro das considerações de Césaire, pois subentendem um *cinismo* europeu: “mesmo os horrores eram ainda caracterizados por certa moderação e controlados por certa respeitabilidade e podiam, portanto, conservar alguma relação com a aparência geral de sanidade social”¹⁷⁵. Ao analisar o embrutecimento da sociedade europeia, Mosse nota a queda do “mundo civilizado europeu” de antes da guerra, considerando assim as mudanças das sensibilidades do interior do continente europeu. Aimé Césaire, por seu turno, destaca que o “mundo civilizado” do continente europeu cultivara a barbárie em suas colônias, assim, do ponto de vista colonial, a civilização, fora da Europa, poderia ser sentida como opressão, violência, tortura e repressão.

No que toca às sensibilidades, importa a possibilidade de elas serem compartilhadas, construídas e fundamentais aos processos históricos. Estudando, principalmente, a forma como o Estado utilizou-se da memória da Primeira Guerra Mundial, George Mosse fala em uma “conquista das sensibilidades”¹⁷⁶ levada a cabo pela política cultural do nacional-socialismo. Historiador das liturgias políticas, da maneira como elas institucionalizariam os desejos da massa fornecendo-lhe um ponto de reunião para ação coletiva, Mosse, em sua trajetória, passara da história intelectual à história cultural. Para ele, a história intelectual, entendida especialmente como história das ideias, não concederia os meios para se compreender a sedução do fascismo:

Se deve haver um lugar na história intelectual para este tipo de história das ideias, chegara o tempo de se ir além do estudo destes grupos de elite e fazer uma verdadeira pesquisa das práticas e sentimentos populares. Na era da cultura de massa, o historiador do intelectual tem necessidades de novas abordagens que levem em conta as noções populares que tiveram um papel essencial na história do homem e da sociedade¹⁷⁷.

Assim, a história das sensibilidades pode ser vista como um ramo da história social e cultural¹⁷⁸. Daí a afirmação de Pesavento segundo a qual, talvez, “a única forma de *medir* sensibilidades se dê por uma avaliação de sua capacidade mobilizadora”, de forma que “podemos aproximar as sensibilidades do campo do político, onde podem ser *medidas* ações e reações, mobilizações

¹⁷⁴ ARENDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 153.

¹⁷⁵ ARENDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 153.

¹⁷⁶ Cf. MOSSE, George L. Souvenir de la guerre dans l'identité culturelle du national-socialisme, *Vingtième siècle*, nº 14, janvier-mars, 1994, p. 51.

¹⁷⁷ MOSSE, Gorge. Apud. RAPHAËLLE, B. Mosse George L., *Vingtième Siècle*. Revue d'histoire, p. 179.

¹⁷⁸ “A história das sensibilidades constitui, com efeito, uma outra história social com vocação global, que não exclui nenhum tema ou objeto desta história, por mais ínfimo ou efêmero que ele possa parecer”. LANGUE, Frédéric. Histoire des sensibilités et l'Amérique Latine : une autre manière d'écrire l'histoire au Venezuela... et ailleurs, *Caravelle*, nº 86, 2006, p. 13.

e tomadas de iniciativa”¹⁷⁹. Ora, o tema do ceticismo no interior da cultura intelectual dos anos 1920 configura-se como um organizador das experiências de um passado recente, mas já visto como algo que não faz parte do horizonte de ação do presente. Era preciso sair do ceticismo.

Entendido no interior da história das ideias, o ceticismo é doutrina filosófica do período helenístico e sua definição rigorosa remete a duas vertentes primárias: a primeira, chamada de acadêmica, afirmaria a impossibilidade de qualquer conhecimento. Viria da Academia Platônica do século III a.C., fora desenvolvida a partir da afirmação de Sócrates, “só sei que nada sei”, e sua formulação é atribuída a Arcesilao (315-241 a.C.) e a Carnéades (213-129 a.C.). Tal vertente constituía-se numa série de argumentações que visavam contrariar as afirmações dos estoicos, demonstrando que não se podia conhecer nada. Tal tradição chegara aos tempos modernos a partir dos escritos de Cícero, Diógenes de Laércio e Santo Agostinho. O ceticismo acadêmico, através da dialética e da argumentação, visava mostrar aos dogmáticos (aqueles que acreditavam ser possível conhecer alguma verdade sobre a natureza das coisas) que estes não teriam como conhecer com absoluta certeza aquilo que diziam saber.

A segunda vertente do ceticismo antigo, a pirrônica, considera que não havendo evidências que suportem as asserções de conhecimento, a atitude a se tomar é a suspensão do juízo (*epoché*), ou seja, a abster-se de uma decisão. A formulação do pirronismo é atribuída a Enesidemo (100-40 a.C.) que trataria de se distinguir tanto dos dogmáticos quanto dos céticos acadêmicos, afinal, ambos asseverariam demasiadamente ao considerarem que “algo poderia ser conhecido” ou que “nada se pode conhecer”. Para os pirrônicos, devia-se então suspender-se o juízo em torno de questões em que diferentes proposições parecessem igualmente válidas, inclusive a questão a respeito da possibilidade de algum conhecimento. Esta constatação levaria o cético pirrônico a uma atitude de quietude e imperturbabilidade: a *ataraxia*. O cético pirrônico adotaria, portanto, uma postura não dogmática, seguindo inclinações “naturais”, e vivendo de acordo com os costumes e as leis da sociedade, sem se comprometer com juízos definitivos sobre o mundo¹⁸⁰. Em sentido comum, o cético é aquele que duvida, que é descrente e que desconfia¹⁸¹.

Essa definição rápida é suficiente para mantermos no horizonte de nossa reflexão a perspectiva cética como horizonte sensível da primeira experiência de um estado republicano no Brasil. Com relação ao regime estabelecido em 1889, rapidamente, como notamos, a esperança no progresso, na modernização e na redenção dos problemas nacionais, a partir do regime político, foi se desfazendo. A primeira lei eleitoral da República, Lei Cesário Alvim de

¹⁷⁹ PESAVENTO, S. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne].

¹⁸⁰ Cf. POPKIN, Richard H. *La historia del escepticismo desde Erasmo hasta Spinoza*. Ciudad del México: FCE, 1983, p. 11-15.

¹⁸¹ Consultar verbete “cético”: *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Editora Objetiva: 2001.

19.11.1889, não trazia grandes inovações com relação às eleições do antigo regime, parecendo antes uma continuação do que qualquer outra coisa, pois não garantia em suas disposições o acesso ao voto a mais de 2% da população. Tal questão é premente, visto que o tema eleitoral foi verdadeira celeuma que marcou toda a vida política no segundo Império. O tema era retomado de forma reiterada, como o mostra o conto *A Sereníssima República* de Machado de Assis publicado em livro em 1882, um ano após a Lei Saraiva que reduzira o eleitorado de 1.114.066 para 145.296 votantes¹⁸².

O conto é narrado pelo personagem Cônego Vargas que encontrara um tipo de aranha que dispunha da faculdade da fala. Tal descoberta se dera em dezembro de 1876. Lembramos que, coincidentemente, este foi o ano da aplicação da Lei do Terço, nome pelo qual ficou conhecida a reforma eleitoral decretada em 1875¹⁸³. O narrador retrata uma República composta por aranhas que “desde que compreenderam que no ato eleitoral estava a base da vida pública, trataram de o exercer com a maior atenção”¹⁸⁴. Como o modelo era o sorteio, o olhar se desdobrou acerca da feitura do saco e das bolinhas nas quais vinham escritos os nomes dos candidatos. Após os primeiros pleitos, alguns legisladores começaram a apontar vícios no processo eleitoral e várias reformas são feitas nos sacos, nas bolinhas e na lei eleitoral. No entanto, os problemas nunca se resolviam e o narrador considera que “muitos abusos, descuidos e lacunas tendem a desaparecer, e o restante terá igual destino, não inteiramente, decerto, pois a perfeição não é deste mundo”. O desfecho do conto fica na palavra de certo Erasmus, cidadão da Sereníssima República, que, ao se dirigir as dez damas incumbidas de tecer o saco eleitoral, lembrava-lhes que “vós sois a Penélope da nossa república [...] tendes a mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigas minhas, refazei o saco, até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar entre nós o lugar que lhe cabe. Ulisses é a Sapiência”¹⁸⁵.

Tal como na *Sereníssima República*, as eleições no Brasil imperial eram marcadas pela corrupção, por desvios e por falhas. Em 1842, Antônio Carlos de Andrada definira bem a “lógica” que devia marcar os processos eleitorais. O velho Andrada considerara que, na “verificação de poderes”, a comissão nomeada para tal fim teria dois caminhos: o da severidade catoniana ou o da indulgência que se acomoda às circunstâncias de lugar, do tempo e da civilização em que se encontram os comitentes. Assim, Andrada expõe, em discurso na Câmara, uma verdadeira matemática dos votos:

[...] não considero o número exagerado de votos como fundamento para nulidade,

¹⁸² Cf. LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e as decadências da Primeira República. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 24.

¹⁸³ Cf. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 222.

¹⁸⁴ ASSIS, Machado de. *A sereníssima República* (Conferência do cônego Vargas). Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1947, p. 3.

¹⁸⁵ ASSIS, Machado de. *A sereníssima República*, p. 5.

uma vez que o acréscimo é quase igualmente repartido pelos diferentes colégios, porque então o resultado final é o mesmo que haveria, se o número de votos fosse realmente o que devia ser; eu o mostro. V. Excia. que é matemático sabe muito bem que em matemática erros se emendam com erros, quando um cálculo vai errado em certo ponto, e que adiante se comete um erro diferente, o resultado sai exato: que importa que se seja eleito pela maioria de 4000 ou pela de 2000 votos, se em todo caso a maioria é conhecida?¹⁸⁶

Como se vê, a apuração das eleições imperiais parecia constatar que de dois erros cometidos poderia resultar um acerto. Publicado quarenta anos após essa “verificação de poder”, o conto de Machado de Assis enfrenta os mesmos problemas, de modo que o ceticismo eleitoral constituiu-se como uma marca na tradição política imperial¹⁸⁷. Mas, como dizia o Erasmus da *Sereníssima República*, haveria de chegar a Sapiência, a sabedoria divina. Poderia a República encarnar esse retorno de Odisseu? A República, porém, não iria se caracterizar pelo aperfeiçoamento dos processos eleitorais e nem pela ampliação da participação popular nas eleições para o provimento dos cargos do regime, como antecipara a Lei Cesário Alvim. Ela atualizara o medo do risco da competição aberta que o Império já vivera.

Assim, um debate secular em torno da questão eleitoral encontrava na nova República a velha pragmática eleitoral. Como ministro da justiça do governo provisório de Deodoro da Fonseca, Campos Sales prefigurara a sua visão sobre como se deveriam organizar os pleitos eleitorais na república, ao afirmar sobre a eleição da Assembleia Constituinte: “É mister, pois, que o partido republicano e o governo intervenham diretamente nas eleições”¹⁸⁸. O desenvolvimento da política republicana parece ter apenas corroborado esse “mal de origem”. A realidade eleitoral republicana é a expressão institucional da consolidação da divisão legal entre cidadãos ativos (com direitos políticos e civis) e os cidadãos inativos (apenas com direitos civis)¹⁸⁹. Não obstante o baixo número de cidadãos legalmente ativos, o que se tinha era uma corrupção generalizada nas eleições:

[...] havia fraude no alistamento de eleitores, fraude na votação, fraude na apuração dos votos, fraude no reconhecimento dos eleitos. Todas as fases do processo eleitoral eram controladas por pessoas ligadas às chefias locais que se conectavam, por sua vez, às chefias estaduais e essas à nacional. Havia eleições feitas exclusivamente pelos chefes que se utilizavam de outras pessoas apenas para variar a caligrafia. Eram as eleições ditas abico de pena. [...] Fica, assim, a conclusão, contrária ao ditado bíblico, de que poucos eram os chamados a votar e menos ainda os que votavam. E

¹⁸⁶ ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. Apud. PONTES, Carlos. *Tavares Bastos* (Aureliano Cândido) 1839-1875. São Paulo: Cia Editora Nacional, 19139, p. 38.

¹⁸⁷ “Durante o Primeiro e o Segundo Impérios, não obstante várias reformas eleitorais (1846, 1855, 1862, 1876 e 1881), o sistema eleitoral foi controlado por uma minoria. Os eleitores, até a queda do Império, representavam entre 1,5% e 2% da população total. Um grupo tão pequeno podia ser facilmente manipulado. A política era mais um produto de alianças ou rivalidades familiares do que de ideologia. As eleições eram controladas pelos chefes locais que, mediante o sistema de clientela e patronagem, podiam carrear votos para seus candidatos favoritos. O apoio obrigava a reciprocidade”. COSTA, E V da. *Da monarquia à república*, p. 143

¹⁸⁸ SALES, Campos. Apud. LESSA, R. *A invenção republicana*, p. 60.

¹⁸⁹ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 44.

o voto dos últimos era manipulado pelos chefes locais, estaduais e nacionais¹⁹⁰. Daí o baixo número de comparecimento às urnas, seja por medo, seja por descrença, desinteresse, ceticismo¹⁹¹. Como afirmara Lima Barreto, na *República dos Bruzundangas*, “tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador – o voto”¹⁹². A fórmula de estabilização do poder consolidada na “política dos Estados” desenvolvida por Campos Sales, entre 1898-1902, vinha antes resolver o problema da luta entre os grandes poderes, notadamente das oligarquias, do que se referir a qualquer “verdade” eleitoral. Esta já estava “garantida” pela própria legislação que excluía a grande maioria da população. A Sapiência aí era consolidar a ordem. Como lembrara Gilberto Freyre, herança do antigo regime, a República fez a ordem antecipar-se ao progresso¹⁹³. Os primeiros quinze anos da República foram bastante tumultuados. Vistos a partir de um olhar macro institucional, que aborde os grandes poderes da República, tratou-se de uma difícil articulação entre o poder central e o poder dos Estados. A experiência imperial, porém, também enfrentara tal problema¹⁹⁴ que, conforme mostra Sérgio Buarque de Holanda, está entre as razões da queda:

[...] é preciso notar como a estabilidade administrativa, que para muitos constitui a grande virtude do regime monárquico [...] foi exceção na história do Império. E também que os abalos causados insistentemente no país pela rotação caprichosa dos Governos, com o cortejo necessário das demissões ou remoções em massa de empregados públicos, tinham efeitos comparáveis aos dos motins políticos [...]. A situação era mais grave ainda nas províncias, onde os Presidentes mandados da Corte só ficavam geralmente o tempo preciso para garantir o predomínio da orientação partidária do Ministério no poder. De estável, só mesmo, em todo esse sistema, é a figura do Imperador, cuja ingerência ativa no governo ia ser, cada vez mais, contestada¹⁹⁵.

¹⁹⁰ CARVALHO, J M de. Os três povos da República, *Revista USP*, São Paulo, n. 59, set/nov, 2003, p. 105.

¹⁹¹ “A Primeira República não conseguiu unificar seus três povos. Não pôde, ou não buscou, transformar em cidadão o jeca de Lobato, o sertanejo de Euclides, o beato do Contestado, o bandido social do cangaço, o operário anarquista das grandes cidades. Liberal pela Constituição, oligárquica pela prática, não foi fruto de opinião democrática nem dispôs de instrumentos para promover essa opinião”. CARVALHO, J M de. Os três povos da República, *Revista USP*, p. 113. Um modo de participação política que foi intensamente desenvolvido na República e que ainda não obteve uma análise de conjunto em suas características foi a constituição das Ligas em favor de causas específicas. Com efeito, dezenas, provavelmente centenas, de Ligas foram criadas no decorrer da Primeira República, tratou-se de uma época das Ligas. Sendo constituídas por membros da sociedade civil, intelectuais, políticos, profissionais liberais, militares, religiosos e escritores, as Ligas produziam demandas ao poder público, constituíam redes de apoio mútuo e assistencialismo e faziam campanhas públicas. Desde a Proclamação, o regime conheceu as ligas Republicana; Contra a Vacina Obrigatória; Anticlerical; Antimilitarista; Dos Inquilinos; De Defesa Nacional; Nacionalista; Pró-Saneamento do Brasil; Pelos Aliados; Do Voto Secreto; Católica; Brasileira Contra o Futebol; Pela Moralidade; Brasileira de Higiene Mental; Da Defesa Estética; Metropolitana; Eugênica; Comunista; Pela Emancipação da Mulher Brasileira; Contra a Tuberculose; Nacional Contra o Mocambo; Contra o Analfabetismo; Pedagógica; Jesus, Maria e José; Espírita do Brasil; Sul-Americana de Luta Contra o Câncer e várias outras. Mário de Andrade, no poema “Klaxons Elétricos”, dizia “Aqui não se conhece a Liga do Silêncio”, devia ser uma das poucas causas que não conheceu a sua liga. Será que não? Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole...* São Paulo: Cia das Letras, 1992, 293.

¹⁹² BARRETO, Lima. Apud. CARVALHO, J M d. Os três povos da República, *Revista USP*, p. 105.

¹⁹³ Cf. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Tomo I. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1974, p. 15.

¹⁹⁴ “Francisco Iglesias contou, para um período de 65 anos, nada menos do que 122 períodos administrativos em Minas Gerais, região apresentada pela mitologia política nacional como pátria da estabilidade”. LESSA, R. *A invenção republicana*, p. 53.

¹⁹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Do Império à República. Tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 15-16.

Para Renato Lessa, essa figura estável do Imperador era o verdadeiro *Leviatã* da política nacional, de modo que, uma vez derrubada, retornava-se ao estado de natureza. Esquemáticamente, os primeiros anos do regime republicano vivenciaram “a baixa institucionalização dos mecanismos de governo, a anarquia estadual decorrente dos impasses da opção federalista e, por fim, a hiperpoliticização das forças armadas”¹⁹⁶. Quando observamos os confrontos, revoltas, embates e disputas, notamos que, na verdade, algo que se tornará cada vez mais claro durante a Primeira República, trata-se, nestes conflitos entre os grandes poderes da República, na maioria das vezes, de lutas pelo poder em si e não por objetivos para além do regime estabelecido. A sangrenta Revolução Federalista (1893-1895), que opunha castilhistas a gasparistas, era uma radicalização da luta pelo poder na região sul do país e, embora vitimasse milhares de pessoas, tratava-se de um conflito com finalidades locais e provinciais, sua maior ideologia era o anticastilhismo¹⁹⁷.

A Revolta da Armada (1893-1894), o conflito que mais colocou em xeque o poder central em todo o primeiro período republicano, com exceção, é claro, da Revolução de 1930, era uma luta pelo poder e não contra a República. É interessante notar como o desenrolar da Armada, de uma forma inusitada, é retomado com mais dramaticidade pela historiografia do que pela literatura. De fato, Lima Barreto, em 1911, assim narrava os acontecimentos:

A vida continuava a mesma. Havia grupos parados e moças a passeio; no Café do Rio, uma multidão. Eram os avançados, os “jacobinos”, a guarda abnegada da República, os intransigentes, a cujos olhos, a moderação, a tolerância e o respeito pela liberdade e a vida alheias eram crimes de lesa pátria, sintomas de monarquismo criminoso e abdicação desonesta diante do estrangeiro. O estrangeiro era sobretudo o português, o que não impedia de haver jornais “jacobiníssimos” redigidos por portugueses da mais bela água. A não ser esse grupo gesticulante e apaixonado, a Rua do Ouvidor era a mesma. Os namoros se faziam e as moças iam e vinham. Se uma bala zunia no alto do céu azul, luminoso, as moças davam gritinhos de gata, corriam para dentro das lojas, esperavam sorridentes, o sangue a subir às faces pouco e pouco, depois da palidez do medo. [...] Com o tempo, a revolta passou a ser uma festa, um divertimento da cidade... Quando se anunciava um bombardeio, num segundo, o terraço do Passeio Público se enchia. Era como se fosse uma noite de luar [...]. Alugavam-se binóculos e tantos os velhos como as moças, os rapazes como as velhas, seguiam o bombardeio como uma representação de teatro [...]. As balas ficaram na moda. Eram alfinetes de gravata, berloques de relógio, lapiseiras feitas com as pequenas balas de fuzis [...].¹⁹⁸

Na visão do escritor carioca, o fim da Revolta com os processos de prisões e perseguições aos revoltosos é que provocara reação em massa nos moradores do Rio de Janeiro, que fugiam da cidade aterrorizados¹⁹⁹. Porém, uma vez controlada a insurreição, se, por um lado, o marechal

¹⁹⁶ LESSA, R. *A invenção republicana*, p. 59.

¹⁹⁷ CARONE, Edgar. *A República Velha*. Evolução Política. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 105.

¹⁹⁸ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1965, p. 222; 235.

¹⁹⁹ “No dia da entrada, acreditando que houvesse canhoneio, uma grande parte da população abandonou a cidade, refugiando-se nos subúrbios, por baixo das árvores, na casa de amigos ou nos galpões construídos adrede pelo Estado”. BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*, p. 277.

ganhava “feições sobre-humanas”, por outro lado, ficaria claro que as pessoas que participaram no confronto “tinham vindo ou com pueris pensamentos políticos, ou por interesse; nada de superior os animava”²⁰⁰. A desilusão com o regime se fazia patente.

A vida do poder entre as grandes forças do regime fora consolidada na “Política dos Estados” criada no governo Campos Sales. O arranjo entre as elites conseguira assegurar uma rotinização da dinâmica política a partir da nova lei de verificação dos poderes²⁰¹. Há praticamente consenso sobre os resultados e as características da política dos governadores. Como afirma José Murilo de Carvalho seguindo Renato Lessa, tratou-se de se “construir um sistema de poder que pudesse reconstituir a estabilidade conferida pelo Poder Moderador durante o Império”²⁰². Como vimos, tal estabilidade era relativa, assim como relativa será a ordem durante o regime republicano ao adotar um equivalente funcional ao Poder Moderador. Assim, ficara, mais uma vez, o novo regime com a cara do velho. Ceticamente seguia-se, mais do que as leis, os costumes políticos que ordenavam as elites políticas regionais.

A instabilidade existente no interior das disputas intra-elites, porém, não pode ser desprezada. É possível verificá-la no fato de que todos os presidentes da primeira república brasileira tiveram de proclamar o estado de sítio pelo menos uma vez, algo que passa despercebido pela historiografia em geral. Da mesma forma que, no Império, o Poder Moderador tinha de administrar os distúrbios oligárquicos, as elites políticas da República tinham de construir, a cada eleição presidencial, novos arranjos que garantissem a manutenção de seus interesses. Dessa forma, é preciso ter em mente que, no âmbito da política das elites:

O falseamento das instituições democrático-eleitorais, no contexto do regime oligárquico, fazia com que a verdadeira disputa entre atores pela parcela de poder, no restrito mercado político, se desse não durante as eleições, mas na fase que lhes antecedia, qual seja a da indicação do nome para a disputa e de seu posterior acatamento por parte das lideranças dos principais estados da federação²⁰³.

Assim, neste jogo de interesses em que a eleição se dava antes do pleito oficial, a estabilidade do regime “derivava muito mais da ausência de alianças permanentes e monolíticas do que do seu contrário”. Além disso, havia uma lógica em que “os vencidos iam sendo progressivamente reincorporados ao poder, através de sua adesão ao novo situacionismo”²⁰⁴.

²⁰⁰ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*, p. 278.

²⁰¹ O presidente interino da Câmara não seria, como antes, o mais velho dos diplomados, o qual, por sua vez, escolhia a comissão de verificação dos poderes. “Ocupará a presidência o deputado que foi eleito e serviu como presidente na última sessão legislativa se houver sido diplomado para a nova legislatura”. Isso acarretava a consolidação dos situacionismos estaduais, pois o diploma era a “ata geral da apuração da eleição, assinada pela maioria da Câmara Municipal competente por lei para apura-la”; “o êxito da eleição dependia agora quase decisivamente de assegurar cada parcialidade à maioria das juntas apuradoras, para obter delas que rejeitassem as contestações oferecidas e assinassem em maioria, como límpidos e cristalinos, os diplomas de seus correligionários”. GUANABARA Apud. CARONE, E. *A República Velha*, p. 192.

²⁰² CARVALHO, J. M. Os três povos da República. *Revista USP*, p. 98.

²⁰³ VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*. Uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 60.

²⁰⁴ VISCARDI, C. *O teatro das oligarquias*, p. 318.

Na competição intra-elites que mobilizava oligarquias de diferentes regiões, notadamente, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, tratava-se sempre de busca pelo poder, sem maiores preocupações com a natureza do regime em si. Nesse caso, a República recompensava e era-se cético quanto a qualquer mudança estrutural.

A Proclamação da República trouxe, ao menos no texto constitucional, inovações importantes na vida cultural e social brasileira: separação de Igreja e Estado, laicização dos cemitérios, casamento civil, reforma do ensino, liberdade de culto e fim das ordens honoríficas. Uma das experiências que evocavam o tom de novidade se deu logo no início do novo regime: a política financeira que ficou conhecida como Encilhamento. Estabelecida por Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisório, a política de liberação da emissão de moeda por bancos particulares e o incentivo à corrida por títulos de empreendimentos supostamente magníficos na bolsa de valores deram um tom de modernização à nova situação. A nova condição, segundo o *roman à clef* de 1893²⁰⁵ escrito pelo Visconde de Taunay, fazia parecer que o “Império centralizara demais tudo, prendera com zelo exagerado as forças de propulsão do Brasil”. O ministro seria um gênio, suas manobras meteriam inveja à Inglaterra, punha todos no chinelo, criaria os alicerces para “assombrosa e inabalável prosperidade”²⁰⁶.

A República conseguira afirmar uma aceleração da experiência temporal, fazendo-se com que “ao *amanhã* de todo sempre, substituía-se o *já* e *já*”²⁰⁷. O neologismo “encilhamento” expressa tal condição. Empréstado à corrida de cavalos, o *Turf*, esporte muito em moda no período, o termo se refere ao momento em que os cavalos estão presos e neles são colocados os arreios, as cilhas, preparando-os para a disputa. Apesar de curta, fora uma época de entusiasmo e euforia, como notara Machado de Assis:

[...] epopeia de ouro da cidade e do mundo, porque a impressão total é que o mundo inteiro era assim mesmo. Certo, não lhe esqueceste o nome,encilhamento, a grande quadra das empresas e companhias de toda espécie. Quem não viu aquilo não viu nada. Cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de milhares de contos de réis. Todos os papéis, aliás ações, saíam frescos e eternos do prelo. Eram estradas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros, navegação, edificação, exportação, importação, ensaques, empréstimos, todas as uniões, todas as regiões, tudo o que esses nomes comportam e mais o que esqueceram. Tudo andava nas ruas e praças, com estatutos, organizadores e listas. Letras grandes enchiam as folhas públicas, os títulos sucediam-se, sem que se repetissem, raro morria, e só morria o que era frouxo, mas a princípio nada era frouxo. Cada ação trazia a vida intensa e liberal, alguma vez imortal, que se multiplicava daquela outra vida com que a alma acolhe as religiões novas. Nasciam as ações a preço alto, mais numerosas que as antigas crias da

²⁰⁵ Lançado em folhetins, sob o criptônimo de Heitor Malheiros, na *Gazeta de Notícias*, em janeiro de 1893, quando reunido em livro no mesmo ano, recebeu o seguinte comentário: “Os tipos do romance *O Encilhamento*, se romance se pode chamar à narração de fatos verídicos, viveram, vivem na realidade”. CARVALHO, Veridiano. Prólogo. In: TAUNAY, A de E. *O Encilhamento*, p. 14.

²⁰⁶ TAUNAY, A de E. *O Encilhamento*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971, p. 52.

²⁰⁷ TAUNAY, Affonso de E. *O Encilhamento*, p. 21.

escravidão, e com dividendos infinitos. Pessoas do tempo, querendo exagerar a riqueza, dizem que o dinheiro brotava do chão, mas não é verdade. Quando muito, caía do céu²⁰⁸.

Com o tempo, porém, a política foi revelando suas insuficiências, os papéis mostraram-se sem valor e os golpes eram descobertos a cada dia. Há de se lembrar os que caíram do cavalo, perderam o pouco que tinham para as grandes raposas que sequer tiveram de enfrentar a justiça.

Uma das primeiras viradas sentidas já na primeira década republicana foi a dos humoristas, que tanto ironizavam o velho imperador, chamando-o de Pedro Banana, e que, rapidamente, formaram um humorismo da *desilusão republicana* perceptível nos versos de Guimarães Passos: *O século que aqui dorme / Não achará quem o pinte, / Foi em torpezas enorme / E morreu tão desconforme / Que, morrendo, deu no... XX*²⁰⁹. Culturalmente, o encilhamento parecia anunciar as características que iriam marcar o início da República:

A República soltou de dentro de nossas almas toda uma grande pressão de apetites de luxo, de fêmeas, de brilho social. O nosso Império decorativo tinha virtudes de torneira. O encilhamento, com aquelas fortunas de mil e uma noites, deu-nos o gosto pelo esplendor, pelo milhão, pela elegância nós atiramo-nos à indústria das indenizações. Depois, esgotados, vieram os arranjos, as gordas negociatas sob todos os disfarces, os desfalques, sobretudo a indústria política, a mais segura e a mais honesta. Sem a grande indústria, sem a grande agricultura, com o grosso do comércio nas mãos dos estrangeiros, cada um de nós sentindo-se solicitado por um ferver de desejos caros e satisfações opulentas, começou a imaginar meios de fazer dinheiro à margem do código e a detestar os detentores do poder que tinham a feérica vara legal de fornecê-lo a rodo²¹⁰.

Se a corrida do encilhamento chegara ao fim formalmente, com o retorno da ortodoxia financeira, algo de seu espírito tinha maior longevidade: uma nova experiência com o tempo, mais acelerado e antes próprio à dinâmica urbana do que à rural e o aumento do culto ao cosmopolitismo. A novidade que era a marca da República, vista ela mesma como atualização política segundo os parâmetros estrangeiros, é caracterizada pela emergência dos novos barões, novos ricos, novos poderosos, novos cultos, *art nouveau*²¹¹. Emergia uma nova moralidade, talvez um capitalismo sem a ética protestante, como caracterizara José Murilo de Carvalho. A competitividade do encilhamento, tal como a as disputas do teatro das oligarquias, estabelecera-se como espécie de regra geral das ações e, cada vez mais, o viver segundo os próprios interesses, de forma cética e, até mesmo, cínica parecia ser a única possível.

A experiência do novo republicano prefigurada pelo encilhamento será consolidada com as grandes reformas urbanas. Porém, uma vez vivida a desilusão com o novo regime, rotinizada a experiência cética em relação à política, tanto pelo afastamento da maioria da população da participação eleitoral quanto pelo pragmatismo dos oligarcas, pode-se dizer que

²⁰⁸ ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, p. 88-89.

²⁰⁹ PASSOS, Guimarães. Apud. SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 74.

²¹⁰ BARRETO, Lima. Apud. SEVCENKO, Nicolau. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 27.

²¹¹ Cf. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Vol II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, p. 419.

o urbanismo que abre o século XX brasileiro praticamente monopoliza o cosmopolitismo republicano e a aceleração temporal do encilhamento. Tal relação entre a política institucional e as reformas nas cidades é descrita pela pena feroz de Sílvio Romero:

Como estamos cada vez mais a pensar que o Brasil se reduz todo ele a esta velha carcaça do Rio de Janeiro, que, como as mulheres de Jerusalém acreditavam que se salvavam só com o tomarem trajos garridos, imagina que só com a abertura de avenidas tem atingido todas as grandezas, no mais triste abandono jaz cada vez mais a educação política das massas, cujo caráter se tem, ao contrário, cada mais inconvenientemente aviltado²¹².

Atingir “todas as grandezas” pelas reformas urbanas, tal foi o caráter que norteou as ações urbanísticas em cidades como Belém, Recife, Belo Horizonte e, posteriormente, em São Paulo.

Mas o grande “exemplo” vinha da Capital, Rio de Janeiro. Época das “picaretas regeneradoras”, na expressão de Olavo Bilac. O remodelamento da cidade era o real grito do Ipiranga, na opinião do cronista Gil. A reforma das cidades cumpriria, assim, a verdadeira independência e modernização da vida pública brasileira. Aquilo que a política republicana não conseguira cumprir, qual seja, uma nova relação entre população e o poder institucional, as cidades remodeladas produziam como uma inaudita experiência com a *imagem* do novo e moderno que emergia da cenografia da nova cidade. Era o “Bota Abaixo”, o “Rio civiliza-se”²¹³, segundo os ditames reiterados do período. Esse era o progresso, a inserção compulsória na *Belle Époque* incentivada pelo presidente Rodrigues Alves e levada a cabo pelo prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos. Mais uma vez, Sílvio Romero oferece interessante síntese do processo:

Toma-se, antes de mais nada, o ensinamento de Napoleão III, tipo de monarca bizantino em pleno século XIX: a força, o progresso, o poder, a opulência de um povo andam indissolúvelmente ligados a “*boulevards*” e “*avenidas*” na Capital. Tem-se logo dupla vantagem: impossibilitam-se as barricadas e fascinam-se as massas com as fachadas deslumbrantes. Inventam-se Haussmans; de pronto, as “Palermos” e as “Centrais”, surgem como por encanto. Contraem-se empréstimos sobre empréstimos, manipulam-se câmbios sobre câmbios, multiplicam-se impostos e mais impostos [...] ²¹⁴.

A cultura compatível com a modernização da remodelação das cidades seria a projeção de um sonho parisiense, a “capital do mundo”, “coração da civilização”, como se repetia corriqueiramente. Tal sedução simboliza-se no sonho do jovem pintor boêmio Agrário de Miranda, personagem do romance *Mocidade Morta* lançado em 1900 por Gonzaga Duque. Ele desejava uma formação no exterior, a fim de superar os figurões da Escola de Belas Artes:

Ele, por si, julgava-se capaz de vencer, sem esforço, essa pequenina arte gafada e trôpega... E se tivesse a ventura de estudar na Europa, durante cinco anos, que não faria ele? ... Ah! bastar-lhe-iam quatro, três anos, nessa Paris desejada... Um sorriso arregaçou-lhe a boca, untuosamente, numa pegajosa doçura de favos sorvidos; suas pupilas clarearam em alvoradas, distendeu-se por seus músculos uma volúpia... Paris

²¹² ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates* (Contribuições para o Estudo do Brasil Social). Porto: Livraria Chardron, 1910, p. 108.

²¹³ Cf. BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1975, p. 3.

²¹⁴ ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates*. Porto: Livraria Chardron, 1910, p. 177.

emergira nas distâncias nevasas de um sonho, desdobrara-se na sua visão, grande e ofuscante com suas cúpulas, as suas torres, os seus palácios... Era bem a Paris dos seus pensamentos, era bem essa Terra Prometida dos gozos, opulenta e risonha quermesse de encantos, esta que lhe parecia!...²¹⁵

Dessa forma, dois polos teoricamente opostos no interior da dinâmica cultural urbana, o dos boêmios e o da “boa sociedade”, compartilhavam o ideal parisiense de vida na cidade. É assim que no romance *A Esfinge*, de Afrânio Peixoto, publicado em 1911, o jovem escultor Paulo de Andrade é alertado pelo Almirante Aguiar, pai da cobiçada Lúcia, sobre a necessidade de que:

Evitasse a dispersão nas companhias levianas da maior parte dos nossos quase artistas, literatos, jornalistas, que desperdiçam talento nos cafés e nas esquinas, desanimam no trabalho, criam vaidade que impedem a produção e dão em críticos de epigramas e trocadilhos, demolindo e difamando os que aparecem, os que vencem, os que não tomam absinto na Colombo ou na Pasqual, na companhia de *cocotes* e de outros *ratés* como eles... Evitasse igualmente a boa sociedade dos jantares e espetáculos, dos clubes e dos salões, em que a gente vive num esforço contínuo de aparentar riqueza, inteligência, espírito, trocando sorrisos e maledicências, inventando namoros e adultérios, habituando-se a desdenhar tudo, a aborrecer o trabalho e as preocupações úteis... vida fútil em que apenas se divertem os desocupados, porque matam o tempo e de que os homens de merecimento devem fugir porque têm mais que fazer, do que divertir os outros²¹⁶.

Afrânio Peixoto, autor da controversa frase segundo a qual a literatura é o “sorriso da sociedade”²¹⁷, tivera grande sucesso com esse romance e com todos os outros que lançara desde

²¹⁵ DUQUE, Gonzaga. *Mocidade Morta*. Disponível em

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=38020, p. 33.

²¹⁶ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1976, p. 60.

²¹⁷ Apesar de a frase estar em uma obra de 1940, *Panorama da Literatura Brasileira*, ela serviu para caracterizar uma vivência literária do início do século XX. À época do lançamento da obra, as críticas a tal definição foram severas. Álvaro Lins condenara tal expressão que faria parte de um livro “que nada significa”. Outro crítico, Álvaro Gonçalves, considerava que talvez se tratasse de um “enfeite de franjinhas” da visão de Ferdinand Brunetière que dissera ser a literatura “uma expressão da sociedade”. Afrânio Coutinho afirmara que se tratava de glosa da expressão de Eugene Vall: “A literatura é o perfume de uma nação”. A associação de uma literatura “sorriso da sociedade” com a produção da *Belle Époque* carioca já aparece na recepção dessa obra de Afrânio Peixoto. De fato, o crítico literário Dalcídio Jurandir, analisando um livro de Osório Borba, fala de Lima Barreto, que nos anos 1940 andaria meio esquecido, como o autor que se opusera a uma “certa literatura sorriso da sociedade”. A repercussão negativa foi tão grande que, em 1945, o próprio Afrânio Peixoto se pronuncia: “Já disse uma vez que a literatura é o sorriso da sociedade. Fui então muito criticado. Tolice... Que é mesmo literatura, num mundo convulsionado, senão um sorriso? Escrever, é sorrir. Fazer frases, sorrir. Posso agora acrescentar que há sorrisos que valem uma literatura... Sorrisos jovens que são mais preciosos que velhas literaturas... Sorrisos maduros, que às vezes nos despertam maior apetite que certas literaturas novas... Há que fazer um tratado de psicologia dos sorrisos... Não foi feito. Mas eu farei, ainda. E será num domingo destes. Existem sorrisos típicos do Teatro Municipal... Sorrisos de Jôquei Clube... Sorrisos de cinema, de passeio público, de mercadinho da Coordenação, de Academia Brasileira... Sorrisos de restaurantes da ABI, de conversa de namorados, de pracinha da FEB, de bate papo na Cinelândia... Sorrisos... Não esquecer os sorrisos temperamentais, os sorrisos Betti Davis ou Ingrid Bergman... Sorrisos que levam ao laço matrimonial ou ao suicídio... Sorrisos que pagam contas e que conservam o crédito... Que aumentam os pecados... Que salvam almas...”. Sem dúvida, ao associar a frase à vida literária dos anos 1900, a obra de Brito Broca foi fundamental em tal caracterização, assim como, a *História da Literatura Brasileira* de Lúcia Miguel Pereira, ambas publicadas na década de 1950. No fim das contas, a frase de Afrânio serviu para caracterizar o espírito de uma época da qual a sua própria obra ficcional acabou por se tornar referência. O próprio Afrânio, convém destacar, fora um cético e dessa forma foi visto durante todo os anos 1920. Cf. LINS, Álvaro. Crítica Literária. Panoramas, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 out. 1940, p. 2; GONÇALVES, Álvaro. Fundamentos da Arte, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1946, p. 4; COUTINHO, Afrânio. Correntes Cruzadas, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1949, p. 26; JURANDIR, Dalcídio. Sobre “A comédia literária”, *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, 13 set. 1941, p. 6; PEIXOTO, Afrânio. O sorriso da sociedade, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1945, p. 9; BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1975; MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da Literatura Brasileira*. Prosa de Ficção – 1870-1920. Rio de Janeiro:

então. Sucesso vindo, talvez, do fato de ele descrever esse mundo de sonho das elites cariocas, especialmente nas figuras de rapazes e garotas que iam passar temporadas em Petrópolis, que cuidavam de jogar tênis, fazer flertes, cantar em francês e em inglês, promover bailes, chás, recepções, comentar sobre as últimas modas de Paris, passear de automóvel etc. Era uma boa sociedade e não, necessariamente, uma sociedade que visasse algum bem maior.

Tal sensibilidade moldada no interior da cidade experimentava as novidades e a modernização segundo o ritmo do *dernier bateau*, da última moda francesa, do automóvel. João do Rio fala em “Era do automóvel”, não mais do carro de José do Patrocínio que ia a “três quilômetros por hora”, mas do triunfal automóvel, por quem as ruas foram arrasadas e as avenidas apareceram. Seria capaz de provocar a língua do futuro, que seria estenografada, como o FIAT com 60 HP. Mais que a linguagem, o automóvel simplificaria os negócios, a vida, o amor. Ele, o automóvel, seria o impulsionador que torna milionários os jovens que nem sequer fizeram trinta anos, que faz os meninos nascerem banqueiros, deputados, ministros, diretores de jornal, reformadores de religião e da estética, ele o verdadeiro elemento do progresso:

Se não fossem os 120 quilômetros por hora dos Dietrich de *course* não se andaria moralmente tão depressa. O automóvel é o grande sugestionador. Todos os ministros têm automóveis, os presidentes de todas as coisas têm automóveis, os industriais e os financeiros correm de automóvel no desespero de acabar depressa, e andar de automóvel é, sem discussão, o ideal de toda a gente²¹⁸.

A imagem da cidade remodelada é a produzida pelas fotografias expostas em revistas ilustradas, como a *Fon Fon*, a *Selecta* e a *Para Todos*, que revelavam:

[...] uma compreensão sobre o moderno, cuja característica principal foi a construção de uma representação que articulou a “nova” capital modernizada à sua história e tradições, em imagens fotográficas que se combinavam para conformar uma concepção de tempo e de história na qual a modernidade, ao mesmo tempo que posiciona a sociedade brasileira no compasso das sociedades “civilizadas”, trazia, em contrapartida, uma perda da memória e do passado coletivo nacional²¹⁹.

Os instantâneos expunham o prazer ostentatório, o verdadeiro desfile nas áreas renovadas, onde circulavam os grupos sociais agora celebrados. Assim, na “cidade moderna o erotismo parecia se tornar sinônimo de fruição, de prazer de sedução e de fetiche”²²⁰. Como dizia o cronista de *Fon Fon*: “francamente, eu acho que a gente deve levar a vida a rir e a divertir-se”²²¹.

A centralização da cidade como espaço promotor da modernização nacional guardava características mais sérias. Retirava-se, cada vez mais, o espaço para a legítima ação política, como Sílvio Romero notara ao associar, acertadamente, as reformas de Pereira Passos no Rio

José Olímpio, 1950.

²¹⁸ RIO, João do. A era do automóvel. In: MARTINS, Luís. *João do Rio*. Uma antologia. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1971, p. 50.

²¹⁹ OLIVEIRA, Cláudia de. Fotografia e a representação do Rio de Janeiro moderno em *Fon-Fon!*, *Selecta* e *Para Todos...* (1930-1930). In: LUSTOSA, I (Org). *Imprensa, história e literatura*, p. 320.

²²⁰ OLIVEIRA, C d. Fotografia e a representação... In: LUSTOSA, I (Org). *Imprensa, história e literatura*, p. 325.

²²¹ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, p. 37.

àquelas feitas pelo Barão Haussmann em Paris. Condiçionava-se o desenvolvimento humano aos saberes que orientariam a remodelação urbana: a medicina, o higienismo, a segurança. Não por acaso, um dos primeiros *diagnósticos* de repercussão nacional no interior da cultura intelectual brasileira será uma metáfora emprestada à medicina: o Brasil é um grande hospital. Mas esta constatação, cara ao higienismo dos anos 1910, já era uma perspectiva minimamente otimista acerca do “homem brasileiro”. De fato, na virada do século XIX para o XX, a reflexão racialista que caracterizava os principais intelectuais preocupados em definir o caráter nacional criara na cultura intelectual brasileira uma visão cética e pessimista quanto à possibilidade, ao menos no curto prazo, de uma civilização nos trópicos.

Se a República atualizava um repertório moderno em torno da noção de “política científica”, se a remodelação das cidades era a inserção compulsória na civilização ocidental, restava uma questão que vinha junto, mais ou menos explicitamente, com todas essas ideias: a condição racial dos povos. E neste quesito não havia “troca de tabuletas” ou “bota abaixo” que pudesse, mesmo que cenograficamente²²², mudar a condição nacional da noite para o dia. De um modo geral, a voga das teorias racialistas pelo mundo afora pode ser vista “como doutrinas utilizadas pelos ideólogos do imperialismo, justificando o domínio europeu sobre os demais povos”²²³. Tal perspectiva deve sempre ser lembrada, afinal, nos tempos modernos, “a reflexão sobre o contato cultural envolve também uma reflexão sobre a dominação e a apropriação pela força: alguém perde, alguém ganha”²²⁴. Porém, a mera verificação sobre como as doutrinas racialistas, especialmente as eugênicas, tiveram recepção distinta em países da América do Sul, como Brasil e Argentina, revela que as afirmações categóricas sobre o trânsito dessas ideias em sua “pureza” perdem muito de seu valor interpretativo. Assim, um país como o Brasil, que havia desenvolvido uma autoimagem de mestiço, analfabeto e pobre, teria uma relação diferenciada com as teorias racialistas se comparado à Argentina, que produzira uma identidade de país branco e civilizado à Europeia. Ambos, se contrapostos ao México, que vivera um cenário revolucionário nos anos 1910, seriam ainda mais distintos entre si²²⁵, apesar de compartilharem o lugar de periferia econômica e política do mundo ocidental.

As visitas ao Brasil de naturalistas europeus como Louis Agassiz, que aqui estivera em 1865, e de figuras renomadas como Arthur de Gobineau, recebido pelo próprio Imperador em

²²² Neste sentido, as tentativas de Rio Branco, Ministro das Relações Internacionais durante os primeiros governos da República, em empregar apenas homens de “cor branca” como representantes do Brasil no exterior é uma situação tragicômica da inserção do Brasil no concerto das Nações, sintomática da condição “racial” e racista do país. Cf. FREYRE, G. *Ordem e progresso*. Tomo I, p. XLIX.

²²³ LEITE, Dante Moreira. Apud. SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 15-16.

²²⁴ SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 307.

²²⁵ Cf. STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 20-21.

1869, faziam da “questão racial” o centro dos questionamentos acerca da condição brasileira no cenário internacional e de sua capacidade racial para atingir à “Civilização”. Para Agassiz:

[...] qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, se inclina, por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam –venha ao Brasil. Nada poderá negar a deterioração decorrente do amálgama de raças, mais geral aqui do que em qualquer país do mundo²²⁶.

Já o diplomata francês, Arthur de Gobineau, que vinha como o autor de um clássico do racialismo do século XIX, *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (1853), afirmava:

[...] nem um só brasileiro tem sangue puro porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto entre as classes baixas como nas superiores (...) ²²⁷.

Eram diagnósticos decisivos marcados pela “objetividade científica”, da mesma ciência que validava a República como necessária ao progresso dos povos. Um dos eventos que mais explicitaram este “dilema” nacional foi a Guerra de Canudos. Se, ao fim do conflito, ocorrera uma “explosão de alegria”, como se o país tivesse “saído de um pesadelo”, em 9 de outubro de 1897, um dia após de anunciar-se o término da luta, Afonso Arinos dizia no artigo “Epílogo da Guerra de Canudos”:

A luta da Bahia indica um estado de alma que em parte alguma da superfície da terra, em época alguma da história, poderia ser produzida pela ação de um ou mais homens inteligentes, com fito político [...]. Essa luta deveria merecer a atenção dos publicistas, para ser estudada, não simplesmente na trágica irrupção e no desenvolvimento, mas em suas origens profundas, como um fenômeno social importantíssimo para a investigação psicológica e conhecimento do caráter do brasileiro [...]. Venceu, como devia vencer, a força que representa a civilização; [...] Até aqui, só eram brasileiros os habitantes das grandes cidades cosmopolitas do litoral; até aqui a atenção dos governos e grande parte dos recursos dos cofres públicos eram empregados na imigração ou no tolo intuito de querer arremedar instituições ou costumes exóticos. [...] Eis um elemento com que não contaram os arquitetadores de nossas leis e de nossa organização e que surgiu agora, avocando seu direito à vida. Essa força, que assim apareceu, há de ser incorporada à nossa nacionalidade e há de entrar nesta como perpétua afirmação da mesma nacionalidade [...]. Esses que foram mortos ou subjugados pelas armas nacionais fazem parte do grande conjunto de homens espalhados pelos 8.300.000km² de superfície do nosso território, que vivem ignorados e esquecidos [...] Eles receberam o esplêndido e misterioso batismo do sangue e cintos dessa púrpura, abriram as portas da nacionalidade brasileira para seus irmãos sertanejos²²⁸.

Revelou-se a fragilidade do regime republicano. Este se mostrou ignorante acerca das questões prementes que existiam nos interiores do país, revelou-se, ainda, frágil militarmente, ao necessitar de seguidas expedições para extirpar o foco inimigo e, o pior, é que aquilo que seria

²²⁶ AGASSIZ, Louis. Apud MAIO, Marcos Chor; RAMOS, Jair de Souza. Entre a Riqueza Natural, a Pobreza Humana e os Imperativos da Civilização. Inventar-se a Investigação do Povo Brasileiro. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça como questão – História, Ciência e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010, p. 32.

²²⁷ GOBINEAU, Arthur de. Apud. MAIO, M C et al. Entre a Riqueza Natural..., *Raça como questão*, p. 32.

²²⁸ ARINOS, Afonso. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos [1922]. In: LIMA, Alceu Amoroso. *Estudos literários*. Rio de Janeiro: Cia Aguilar Editora, 1966, p. 565-66.

“a nossa Vendaia”, na expressão de Euclides da Cunha, tornou-se, ainda segundo Euclides, o exemplo de um genocídio, de um crime que devia ser denunciado, provocado por uma República dividida entre litoral e sertão. Se Euclides incorpora a demanda solicitada por Afonso Arinos²²⁹, não era exatamente uma “abertura de portas” o que afirmaria a sua obra. O paradoxo de *Os Sertões* (1902) é que, enveredado num paradigma mesológico, racista e historicista²³⁰, Euclides da Cunha reconheceu no sertanejo uma “subcategoria étnica já constituída”, uma “sub-raça”, que, apesar de forte, estaria fadada ao desaparecimento: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa ‘força motriz da História’ que Gumpowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas fortes”²³¹.

O único tipo racial que teria se constituído no Brasil seria uma sub-raça que não era degenerada, mas seria retrógrada, um tipo como o do jagunço, “tão inapto para apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional”²³². As conclusões só poderiam ser, mais do que céticas, pessimistas. Não existia unidade racial no Brasil, talvez nunca houvesse:

Estamos destinados à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertamos sob esse aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização.
Ou progredimos ou desaparecemos.
A afirmativa é segura²³³.

A promoção da “evolução social”, se mantida a “vida nacional autônoma”, ou seja, caso não ocorra com o país o que acontecera com a população de Canudos, não poderia ser consumada “apenas” pela forma republicana ou por reformas urbanas, coisas de “cultura litorânea”, era preciso que ela garantisse a “evolução biológica”.

O romance de Graça Aranha, *Canaã* (1902) contribuía com tal perspectiva. A obra fez sucesso à época, daí merecer breve comentário por nossa parte. José Veríssimo considerava que o livro era “novo (...) pela concepção e pela forma” e que o romance “não discute uma tese, mas representa (...) um momento trágico da vida nacional”²³⁴. Tal questão sobre ser ou não um “romance de tese” deve-se ao fato de o livro centrar-se nos debates reiterados e enormes entre os jovens alemães Milkau e Lentz acerca da condição natural e humana do Brasil. Segundo o

²²⁹ O próprio Arinos lançara, em 1898, o volume *Os Jagunços* que aborda Canudos como tema central. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 579.

²³⁰ Trata-se de um esquema explicativo triádico – meio, raça e momento histórico, descrito por Hippolyte Taine em obras como *História da Literatura Inglesa* (1864) e *Filosofia da Arte* (1865). O esquema é parcialmente seguido em *Os Sertões* que contém um capítulo sobre “A Terra”, outro sobre “O Homem” e os seguintes acerca dos eventos da “Campanha de Canudos”. Cf. NUNES, Benedito. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. *A Clave do Poético*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009, p. 55; CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1905.

²³¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Campanha de Canudos, p. VI.

²³² CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Campanha de Canudos, p. 205.

²³³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Campanha de Canudos, p. 70.

²³⁴ VERÍSSIMO, José. Apud. AZEVEDO, Maria Helena Castro. *Um senhor modernista*. Biografia de Graça Aranha. Rio de Janeiro: ABL, 2002, p. 52-53.

próprio Graça Aranha, tratava-se de um “romance de ideias”. Talvez por ser Graça Aranha amigo de Joaquim Nabuco, José Veríssimo e Machado de Assis²³⁵, poucas foram as vozes dissonantes na recepção de seu livro, como a de Pedro Couto que, em 1907, dizia a João do Rio que a obra era uma apologia “bem escrita” ao *germanismo*²³⁶.

Graça Aranha foi Juiz Municipal na cidade capixaba de Porto do Cachoeiro, onde chegara em 1890, mas a deixou pouco tempo depois para ir morar na Europa. A obra se passa numa pequena cidade no Espírito Santo que então vivia um processo de colonização alemã. Praticamente todos os diálogos do livro são “falados” em alemão, mas descritos em português pelo narrador. Já na chegada de Milkau, a criança que lhe servia de guia é descrita como membro de uma raça “que se ia extinguindo na dor surda e inconsciente das espécies que nunca chegam a uma florescência superior, a uma plena expansão da individualidade”²³⁷. Há um desfile de teses do pensamento racista em que a mulata é indolente, o mestiço é decadente, o alemão é operoso e se a colônia tivesse sido deixada a cargo dos brasileiros tudo nela estaria então “arrebetado”. O companheiro de Milkau representa um espírito colonizador com maior predisposição imperialista e agressiva. Assim é que o jovem Lentz afirma sua posição sobre a função da imigração: “é a lei da vida e o destino fatal desse país. Nós renovaremos a nação, nos espalharemos sobre ela, a cobriremos com os nossos corpos brancos e a engrandeceremos para a eternidade”²³⁸. Milkau via a coisa de uma maneira mais complexa, ao lembrar ao companheiro que ninguém “até hoje soube definir a raça e ainda menos como se distinguem uma das outras”. Interpelado por Lentz sobre a impossibilidade de a “raça negra atingir à civilização dos brancos”, Milkau faz a defesa da miscigenação, num sentido de branqueamento:

O tempo da África chegará. As raças civilizam-se pela fusão; é no encontro das raças adiantadas com as raças vírgens, selvagens, que está o repouso conservador, o milagre do rejuvenescimento da civilização. O papel dos povos superiores é esse instintivo impulso de desdobramento da cultura, transfundindo de corpo a corpo. O produto dessa fusão que, passada a treva da gestação, leva mais longe o capital acumulado nas infinitas gerações²³⁹.

Os diálogos entre Milkau e Lentz constituem o cerne das ideias que marcam o romance. Mais adiante, Milkau expõe essas mesmas ideias ao juiz da cidade, Paulo Maciel. Este considerava que no Brasil o que havia era “uma incapacidade da raça para a civilização”, ao que o alemão reafirmava que se “não tivesse havido a fatal mistura de povos mais adiantados com populações atrasadas, a civilização não teria caminhado no mundo”²⁴⁰. A simbologia da tese de Milkau fica por conta da relação que este terá com Maria Perutz, cuja história era

²³⁵ Cf. AZEVEDO, M H C. *Um senhor modernista*. Rio de Janeiro: ABL, 2002, p. 64 e segs.

²³⁶ Cf. RIO, João do. *O momento literário*, p. 92.

²³⁷ ARANHA, Graça. *Chanaan*, p. 3.

²³⁸ ARANHA, Graça. *Chanaan*, p. 42.

²³⁹ ARANHA, Graça. *Chanaan*, p. 49-50.

²⁴⁰ ARANHA, Graça. *Chanaan*, p. 331.

“simples como a miséria”, ela mesma filha de imigrantes alemães, podendo-se questionar o caráter de tal miscigenação. De qualquer forma, a solução do romance reside no encontro dessas duas personagens. O desfecho do livro, porém, gerou dúvidas quanto ao seu significado e mesmo sobre o que realmente teria acontecido na história. Milkau resgatara Maria da cadeia da cidade, onde estava recolhida acusada de ter assassinado seu filho recém-nascido que, na verdade, viera à luz em uma pocilga e acabara sendo devorado por porcos. O casal foge pelas matas e montanhas da região. A escapada começa a ganhar as colorações simbólicas de uma busca pela felicidade terrena, pela Canaã sonhada por Milkau. Porém, nunca chegam a tal destino e as palavras de Milkau assumem tons proféticos. A evasão não seria apenas um desbravar do espaço da floresta e dos abismos intransponíveis, mas uma abertura temporal para o horizonte de um futuro redentor. Diz ele à Maria na última frase do romance: “Eu te suplico, a ti e à tua ainda inumerável geração, abandonemos os nossos ódios destruidores, reconciliemo-nos antes de chegar ao instante da Morte”²⁴¹.

À época, tal final foi visto de forma enigmática e o livro assumiu tons pessimistas. Para Ciro de Azevedo, Milkau teria ficado louco, assassinado Maria e suicidado em seguida. Em geral, pensou-se que o desfecho habilitaria uma voga corrente no período e que vinha do *Trionfo della morte* do escritor italiano Gabrielle d’Annunzio. Graça Aranha teria se indignado com tal interpretação. Para ele, Maria simbolizaria a Humanidade e a Espécie: “esta é a significação do livro (...) triunfo da vida, da Esperança, da Resignação”. O crítico Araripe Júnior confessara, em carta ao autor, que também considerara a obra pessimista, se não pelo final, ao menos por ela mostrar o Brasil como terra de “safadeza generalizada”²⁴². *Canaã* consolidou-se na cultura intelectual brasileira como um livro de destaque. Mais de vinte anos depois do lançamento do livro, Sérgio Buarque de Holanda considerava Graça Aranha “um homem essencial” e via em *Canaã* um “romance admirável”²⁴³. Porém, parece que ninguém entendera o desfecho da obra segundo a intenção do autor, mesmo décadas após o aparecimento do volume. Até o crítico literário Agripino Grieco, que dedicava especial admiração pela obra e pela pessoa de Graça Aranha, considerava que este homem “sem preconceitos, que vive de amar, de admirar e de esperar” tinha de reconhecer que “só é feliz quem morre, que só existe na terra a Canaã da morte”²⁴⁴. Assim, apesar das intenções autorais, o romance era cético quanto ao destino da nacionalidade. Seguindo os paradigmas racialistas, mesmo que elogiasse a mestiçagem, esta nada mais era do que consumação das “raças fracas” pelas “raças fortes”.

²⁴¹ ARANHA, Graça. *Chanaan*, p. 360.

²⁴² Sobre os comentários acerca do fim do romance de Graça Aranha ver: AZEVEDO, M H C. *Um senhor modernista*, p. 61 e segs.

²⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Um homem essencial, *Estética*, Rio de Janeiro, Ano 1, vol 1, p. 29.

²⁴⁴ GRIECO, Agripino. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1923, p. 1.

Apenas num futuro distante, como afirmava Milkau, chegaria a Terra da Promissão, exigia-se longa espera, pois viria ela no “sangue das gerações redimidas”²⁴⁵.

Em 1905, na obra *América Latina*, Manoel Bomfim criticava as teorias da mestiçagem pelo seu racionalismo racista e denunciava seu caráter imperialista: “Tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes”²⁴⁶. À imagem da desigualdade racial, de teor darwinista social, Manoel Bomfim, que tinha formação médica, contrapunha a figura do parasita que poderia ser utilizada tanto para descrever as ações imperialistas entre os países, quanto para denunciar as relações de dominação no interior de um país desigual como o Brasil. Bomfim defendia o fomento à educação como meio de progredir não só o país, mas toda América Latina²⁴⁷. Sua obra, porém, mereceu uma refutação de peso por parte de Sílvio Romero que lhe dedicara um livro homônimo a fim de demonstrar que a soma das opiniões de Bomfim era uma “verdadeira comédia” e que as teorias de desigualdade racial seriam “investigações sinceras, objetivas, meramente científicas”²⁴⁸. Manoel Bomfim é um autor que poderia ter marcado uma saída do ceticismo fruto das previsões racialistas, ainda nos anos 1900, a partir de um paradigma educacional e social. Segundo seu próprio biógrafo, porém, Bomfim fora relegado ao “rol dos esquecidos”²⁴⁹ e sua voz era uma dissonância no interior da cultura intelectual.

Um intelectual contrário às doutrinas racialistas e que fora ainda mais esquecido do que Manoel Bomfim, é o filósofo cearense Raimundo de Farias Brito. Mário de Andrade chegou a considerá-lo como o único a ter realmente praticado filosofia no país²⁵⁰. Em sua obra de 1912, *A base física do espírito*, Farias Brito criticara contundentemente as teorias da antropometria, as análises biológicas do social e as metáforas organicistas da sociologia. O filósofo advogava uma psicologia compreensiva e considerava que os fenômenos psicológicos só poderiam ter explicação mediante uma “interpretação introspectiva”:

É o que poderia chamar-se a indagação da base física do espírito. E aí não somente se deveria fazer o exame e análise dos sentidos e das sensações, como igualmente se deverá trabalhar por descobrir a conexão íntima entre os fenômenos psíquicos e as funções do cérebro e do sistema nervoso, sendo esta última precisamente a principal preocupação da psicologia fisiológica. Mas ainda que essa conexão seja descoberta e com o máximo de rigor precisada, o que decerto não será fácil, nem por isto deverá a psicologia ser absorvida pela fisiologia, porque de toda forma continuarão os fenômenos psíquicos a desenvolver-se, na conformidade dos seus processos

²⁴⁵ ARANHA, Graça. *Chanaan*, 1901, p. 359.

²⁴⁶ BOMFIM. Apud. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 132.

²⁴⁷ Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes e Literatos da República: história e identidade nacional ao Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 101.

²⁴⁸ ROMERO Apud. SKIDMORE, T E. *Preto no branco*, p. 281.

²⁴⁹ AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido - Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Top Books, 2000, p. 16.

²⁵⁰ Cf. Andrade, Mário. Carta aberta a Graça Aranha. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1926, p 5.

próprios, constituindo uma esfera determinada de fatos que só poderão ser observados e devidamente interpretados pela introspecção²⁵¹.

A marginalidade no campo intelectual sofrida por autores como Manoel Bomfim e Farias Brito revela a primazia, se não as teorias racialistas em si, ao menos, daquele imperativo de Euclides da Cunha acerca da necessidade de se promover a “evolução biológica” dos brasileiros.

Se as doutrinas racialistas diziam que a “solução” para a condição racial brasileira demandaria séculos, os problemas sanitários, as epidemias e doenças que afligiam as populações urbanas e rurais reivindicavam remédios imediatos. Num primeiro momento, os temas das reformas urbanas e da contenção das doenças são indissociáveis:

[...] o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidavam os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa deles²⁵².

A história do pensamento médico ligado à ação pública compreende variáveis que vão muito além da mera discussão a respeito de paradigmas científicos “objetivos”, “verdadeiros” ou “falsos”. É neste sentido que a historiografia dos saberes médicos aplicados tem de lidar com questões acerca das relações entre medicina e trabalho, sexualidade, “raça”, urbanismo, gênero, desigualdade social, interesses de classe, disputas políticas etc. Na passagem do século XIX para o XX, quando o saber médico ocupava proeminência ou, ao menos, uma significativa influência em diferentes segmentos disciplinares (antropologia, sociologia, urbanismo, história, literatura), tal condição social, política e cultural da ciência médica torna-se explícita²⁵³.

Para além dos debates entre os paradigmas médicos, é preciso considerar o evento que reúne diferentes segmentos em torno de questões urgentes: a epidemia. Afinal, as epidemias:

São eventos sociais que envolvem o conhecimento médico-científico, a organização institucional dos sistemas públicos de saúde, a esfera econômica e as relações comerciais e diplomáticas entre as nações. Sobretudo, trazem consigo a ameaça de dizimação coletiva. Por todos esses efeitos, em especial o último, as epidemias mobilizam o imaginário social, ensejando um conjunto de representações através das quais os indivíduos procuram conferir sentido ao mal que lhes acomete. [...] sobretudo, o sentimento de medo suscitado pela morte, que se torna uma ameaça à ordem e à convivência social ao atingir uma coletividade²⁵⁴.

Daí a força concedida pelo presidente Rodrigues Alves ao prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, que, por sua vez, nomeara Oswaldo Cruz como diretor de saúde pública. O médico já havia agido contra a febre amarela e a peste bubônica. A terceira epidemia era a da varíola que seria combatida pela campanha de vacinação em massa, contra a qual se insurgira a Revolta da

²⁵¹ BRITO, Farias. Apud. SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940, p. 205-206. Sobre história do pensamento de Farias Brito e de sua apropriação na cultura intelectual brasileira ver: TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Monumentos de tinta e papel*. Cultura e política na produção biográfica da Coleção Brasileira. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

²⁵² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, p. 28.

²⁵³ Cf. STEPAN, N L. *A hora da eugenia*, p. 16-17.

²⁵⁴ BRITO, Nara Azevedo de. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, *História, Ciências, Saúde*, vol. IV (1), mar.-jun. 1997, p. 13.

Vacina, em 1904. Apesar de tal vacina ter chegado ao Brasil em 1801 e de desde 1837 terem sido feitas seguidas leis regulamentando a obrigatoriedade de sua aplicação, é sob a direção de Oswaldo Cruz que a política de contenção da epidemia assume vigor inaudito. Um “despotismo sanitário”, como se dizia à época. O “atestado de vacina” passou a ser o documento mais importante que o cidadão deveria portar²⁵⁵. A ação era colossal:

O trabalho começou em abril de 1903. Brigadas sanitárias, compostas de um chefe, cinco guardas mata-mosquitos e operários da limpeza pública, percorriam ruas e visitavam casas, desinfetando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes. Os alvos preferidos eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográficas. Casas de cômodos e cortiços, onde se comprimiam em cubículos e casinhas dezenas de pessoas, constituíam objeto de atenção especial. [...] Para prevenir resistência dos moradores, as brigadas faziam-se acompanhar de soldados da polícia. Pode-se ter ideia da dimensão do esforço através da seguinte estatística: só no segundo semestre de 1904 foram visitadas 153 ruas; foram feitas, no primeiro semestre, 110.224 visitas domiciliares, 12.971 intimações, 626 interditos²⁵⁶.

A estratégia capitaneada por Oswaldo Cruz foi um marco na história das políticas de saúde pública no Brasil. A escala da ação, os debates acalorados, as representações na imprensa e na cultura em geral, a figura do médico como “salvador do país”, a revolta do povo inconformado, mas visto também como incapaz de saber o que era melhor para ele mesmo precisando ser tutelado por uma elite científica distinta, ao menos teoricamente, da corrompida elite política, tudo isso iria promover nos anos seguintes modificações importantes no interior da cultura intelectual brasileira. A trajetória de Oswaldo Cruz, que entrara para a Academia Brasileira de Letras em 1912 segundo o “critério dos expoentes”, desencadeara contundentes modificações no cenário institucional, científico e intelectual do país. Primeiro, superara:

[...] a tradição retórica e clínica da medicina da capital (ao vencer a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, tornou-se o primeiro “cientista-herói” do país). Segundo, a fundação do primeiro instituto científico reconhecido internacionalmente (numa tentativa de reproduzir o Instituto Pasteur, de Paris, onde foi treinado), o Instituto de Soroterapia de Manguinhos, fundado em 1901, que posteriormente recebeu seu nome. Após a fundação do Instituto, a produção médica carioca passou a se concentrar principalmente sobre duas especializações: a saúde pública e a higiene²⁵⁷.

Tais modificações contribuiriam para o desenvolvimento de iniciativas, algumas já preexistentes, como a do Instituto Vacinogênico (1892), outras contemporâneas, como a do Instituto Butantã (1901), e também posteriores, como a da Fundação Ezequiel Dias (1907), esta criada como filial do Instituto Manguinhos na cidade de Belo Horizonte.

A emergência do pensamento e, o mais importante, das ações dos médicos e das

²⁵⁵ O atestado era exigido para “matrícula em escolas, emprego público, emprego doméstico, emprego nas fábricas, hospedagem em hotéis e casas de cômodos, viagem, casamento, voto etc. Multas eram previstas para os recalcitrantes”. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*, p. 99.

²⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*, p. 94-95.

²⁵⁷ HERSCHMAN, Micael M. “A arte do operatório”. *Medicina, Naturalismo e Positivismo. 1900-1937*. In: HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno*. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 49.

políticas higienistas na primeira década do século XX no Brasil iriam ao encontro do imperativo euclidiano acerca da “evolução biológica da raça”. A higiene assume-se como meio de melhoramento da raça: “higiene e eugenia frequentemente eram encaradas se não como sinônimos, pelo menos enquanto ciências que compartilhavam objetivos muito próximos”²⁵⁸. Nos anos 1910, além de modificações institucionais, são perceptíveis na cultura intelectual mudanças mais ou menos explícitas acerca da condição “biológica” da “raça” brasileira.

Em 1917, Rui Barbosa, no Teatro Municipal do Rio Janeiro, em homenagem à memória de Oswaldo Cruz, fazia considerações sobre a febre amarela entendida pelo político como “conservadora do elemento negro”. Isso significava que, com exceção dos casos das mais violentas epidemias, a doença não acometeria os homens negros, seria “negreira” e “xenófoba”, pois atacava os brancos e imigrantes, justamente os que viriam “depurar as veias da mestiçagem primitiva”, fazendo com que o Brasil fosse “matadouro da raça branca”²⁵⁹. Porém, dois anos depois, em campanha presidencial, Rui Barbosa condenara o Jeca Tatu de Monteiro Lobato:

Mas a impressão do leitor é que, neste símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e hebetamento, o gênio do artista, refletindo alguma coisa do seu meio, nos pincelou, consciente, ou inconscientemente, a síntese da concepção, que têm, da nossa nacionalidade, os homens que a exploram²⁶⁰.

Teria havido uma mudança nas ideias de Rui Barbosa? Teria ele consciência da ambiguidade de suas posições, ora advogando o racismo, ora considerando-o preconceito de classe? Seria apenas um discurso eleitoral que visava, tardiamente, reconhecer a existência de uma “questão social” no Brasil²⁶¹?

O curioso, porém, é que Monteiro Lobato é justamente um dos exemplos mais retomados pela historiografia a respeito da transição de um racismo pessimista para um higienismo redentor durante os anos 1910, de modo que a suposta mudança vivida por Rui Barbosa fora explicitamente assumida pelo autor dos *Urupês*. A obra lançada em 1918 reunindo produções que vinham desde o ano de 1914 defendia ser o caboclo um “funesto parasita da terra” e, ressoando o racismo de Euclides da Cunha, um “inadaptável à civilização”. Dizia, então, que “o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas”²⁶². Já no livro seguinte, *Problema Vital*, lançado também no ano de 1918, mas com textos escritos recentemente, Lobato fazia o elogio da obra sanitária e falava em “Jeca Tatu –

²⁵⁸ LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 223.

²⁵⁹ Cf. MAIO, M C. Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MAIO, M C et al. *Raça como questão*, p. 53-54.

²⁶⁰ NAXARA, Maria Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra*. Representações do trabalhador nacional (1870-1920). Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1991, p. 23

²⁶¹ É Gilberto Freyre quem reitera essa lacuna sobre a questão social na atuação política de Rui: “Nunca será demais acentuar-se esse silêncio em que a esse respeito se conservou até 1919 Rui Barbosa”. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Tomo II, p. 627.

²⁶² LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1966, p. 270 e segs.

a ressurreição”. O tipo, antes visto como “incapaz de evolução”, viveria como “vadio”, “bêbado” e com fama de “idiota” até que um “doutor” chega à região e o diagnostica como doente de anquilostomíase ou amarelão. Aí começa a “ressurreição” e o Jeca, então, segue os conselhos higiênicos do médico: toma os remédios receitados, adquire botinas, deixa de andar descalço e para de beber. O Jeca se torna fazendeiro, aprende a ler e passa a “ensinar o caminho da saúde aos caipiras das redondezas”²⁶³. A obra *Urupês* provocou reações positivas e negativas, sua primeira edição esgotara-se em um mês, garantindo o sucesso do autor que, por toda década 1920, recebia na imprensa o qualificativo de “o autor de Urupês”. Assim como seu nome ficara ligado a essa obra, a figura do Jeca como um homem atrasado também persistirá, afinal:

No universo da população brasileira todos já, de perto ou não, conheciam ou tinham ouvido falar da pobreza, da miséria, da preguiça, do alcoolismo... e pensavam o brasileiro, principalmente o homem do campo, enquanto portador dessas características. Isto sim parecia verdadeiro. Esta a imagem forte, que permaneceu. O Jeca Tatu recuperado – o avesso de si mesmo – foi a utopia, possível enquanto ficção²⁶⁴.

Ao continuar operando com o conceito de raça e não se distinguir radicalmente das ideias eugenistas, o higienismo brasileiro mantinha no horizonte as distinções entre as pessoas segundo critérios raciais, como o Jeca e o homem negro. Desenvolveu-se, para além do “branqueamento” físico, o “branqueamento” cultural que foi, cada vez mais, sistematicamente incentivado, combatendo práticas tidas como africanas e indígenas. A negritude era associada ao passado atrasado, o branqueamento ao futuro progressista. No caso das escolas, entre as décadas de 1910-1940, pode-se dizer que viraram verdadeiros laboratórios eugênicos. O pensamento higiênico/eugênico brasileiro acabou por se constituir em uma *episteme* polimorfa que, ora reconhecia possibilidades de “evolução biológica” da “raça” mediante as políticas públicas de saúde, ora condenava à marginalidade as pessoas tidas como membros de “raças inferiores”. O sistema escolar mostrou o caráter racista das políticas brasileiras baseadas em tal suporte “científico”. Progressivamente, as pessoas negras foram, cada vez mais, excluídas do sistema de ensino, de tal forma que quanto mais racionalizado o sistema, mais excludente ele ficava. Uma “barreira de cor” começara a se fazer valer na educação e, na mistura do higienismo com o racismo, as teorias racistas permaneciam no discurso das elites, mas sem a clareza das leis públicas. Não estaria aí uma das origens do racismo à brasileira? No caso das escolas, professores negros eram afastados, não passavam em “exames médicos” que versariam sobre saúde, temperamento e inteligência. Assim, o professor negro era tido como mediador inadequado no processo de branqueamento cultural promovido pelas escolas, ao mesmo tempo em que os alunos negros, a maioria proveniente das classes inferiores e repetentes nas

²⁶³ LOBATO Apud. NAXARA, M R C. *Estrangeiro em sua própria terra*, p. 23.

²⁶⁴ NAXARA, M R C. *Estrangeiro em sua própria terra*, p. 29.

disciplinas escolares, apenas comprovariam a inferioridade intelectual da “raça”²⁶⁵.

O higienismo sanitarista constituiu-se, assim, como horizonte de ação para a superação do atraso brasileiro, não por modificações no regime político ou econômico, mas através da “evolução biológica” da “raça”. O abismo dos sertões seria superado pelas ações encampadas por cientistas, pelo “brado higienista” proclamado por nomes como Osvaldo Cruz, Carlos Chagas, Adolfo Lutz, Artur Neiva e Belisário Pena. O desafio mostrava-se gigantesco, afinal, como se considerava no período, “o sertão no Brasil começaria onde terminava a Avenida Central” e o “Brasil é um imenso hospital”, conforme a sentença do médico Miguel Pereira²⁶⁶. O chamado “Brasil real” delineado a partir das perspectivas higienistas era tão problemático que poderia, ironicamente, gerar uma sensibilidade contrária aos clamores dos médicos engajados. Afinal, os críticos do higienismo sanitarista “argumentavam que posições como as defendidas por Belisário Penna, Artur Neiva e Miguel Pereira contribuíam para formar uma geração de céticos e pessimistas”. Questionava-se a capacidade de se produzirem no Brasil ações contundentes para o combate a tantas mazelas descritas por esses intelectuais²⁶⁷.

O higienismo foi parte constituinte e relevante de um processo maior pelo qual passara a cultura intelectual brasileira nos anos 1910: a centralização da “questão nacional”. A pré-consciência da experiência cética e a necessidade de superá-la começara a aparecer, como constatara, em 1915, à frente da Liga de Defesa Nacional, Olavo Bilac ao reconhecer que, no Brasil, a “indiferença é a lei moral”²⁶⁸. Tal processo se tornará cada vez mais contundente com a emergência de uma nova geração de intelectuais que não só descobriu e tornou pública a sua vocação nacional, mas ainda diviso o lugar que poderia ocupar dentro da nação²⁶⁹.

A figura de Alberto Torres tornara-se simbólica no sentido de um intelectual que passara de uma concepção cosmopolita para a apreciação marcadamente nacionalista. De fato, os primeiros trabalhos reunidos em livro por Torres, como *Vers la paix* (1909) e *Le problème mondial* (1913), além de serem escritos em língua estrangeira, tratavam de questões pertinentes às relações políticas internacionais. Sem dúvida, a concepção pacifista que orientava estas obras foi útil à voga nacionalista que emergira nos anos 1910. Mas foram obras como *A organização*

²⁶⁵ Cf. DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura*. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: UNESP, 2006, p. 25-195. Também o sistema penal vivera esta situação entre um discurso intelectual que não se tornou lei, mas que orientou as práticas no interior das instituições pertinentes. Apesar do projeto do médico baiano Nina Rodrigues em criar uma legislação penal segundo orientações eugenistas nunca ter conseguido se fazer valer, em ocorrências específicas, abriu-se a possibilidade de inserção do saber médico, como, por exemplo, no caso de presos que antes de serem libertados precisavam passar por exames clínicos. Cf. FILHO RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Clássicos e positivista no moderno direito penal brasileiro: uma interpretação sociológica. In: HERSCHMANN, M M et al. *A invenção do Brasil moderno*, p. 144.

²⁶⁶ Cf. MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. Vol. VI, p. 139.

²⁶⁷ Cf. LIMA, Nísia Trindade. Um médico sabidíssimo contra o *Triatoma bacalaureatus*: Monteiro Lobato e a campanha sanitarista da Primeira República. In: LUSTOSA, I (Org). *Imprensa, história e literatura*, p. 124.

²⁶⁸ BILAC Apud. SKIDMORE, T E. *Preto no branco*, p. 172.

²⁶⁹ PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 20.

nacional (1914) e *O problema nacional brasileiro* (1914) que revelaram em Torres uma espécie de guia que deveria orientar a intelectualidade brasileira. Sua figura tivera reiteradas apropriações ao longo das décadas. Em 1918, Saboia Lima publicara uma biografia do autor que merecera o aplauso da *Revista do Brasil*²⁷⁰. Em 1924, na obra coletiva *A margem da história da República*, os autores, apesar de não se dizerem discípulos, declaravam-se seus leitores e admiradores²⁷¹. Posteriormente, a reedição da referida biografia pela Cia Editora Nacional, em 1935, faria parte de um processo no qual “Alberto Torres foi recuperado no pós-30 como um apóstolo do realismo no Brasil. Sua redescoberta se deveu à crítica do autor ao artificialismo das instituições e à sua postulação de que a realidade nacional poderia ser desvendada”²⁷².

A trajetória da fortuna crítica de Torres é um índice significativo acerca das modificações que se operariam no interior da cultura intelectual brasileira entre os anos 1910 e o fim dos anos 1920. A denúncia do ceticismo começa a aparecer, como afirmara o colunista Paulo Silveira em 1915: “A nossa mocidade não sonha mais, e o país se vê consumido por um ceticismo desolador”²⁷³. A partir de então, a história da sensibilidade cética no interior da história republicana passa a ser feita pelos próprios agentes, a constituir sua consciência temporal. Uma transição vai tornando-se cada vez mais explícita e o sorriso cético, que parecia ser a marca civilizatória da *Belle Époque* brasileira, torna-se um sentimento anacrônico. Sérgio Buarque de Holanda, em 1926, comemorava ter a sua geração abolido “aquele ceticismo bocó”²⁷⁴ de dez anos atrás. Também fazendo contrapontos de gerações, José Clemente²⁷⁵ escrevia no jornal carioca *Correio da Manhã*, não reconhecer semelhanças “entre os rapazes de dez e quinze anos atrás, mas ainda imbuídos de um deplorável nietzscheanismo e outros atormentados pela filosofia de m. Bergeret, e os rapazes de agora, aqueles descrentes, céticos, desiludidos, estes otimistas, crentes, entusiastas [...]”²⁷⁶. Em 1925, Carlos Drummond de Andrade escrevia o texto “Para os céticos”, como editorial do primeiro número de *A Revista*²⁷⁷. Ao ser chamado de cético por Tristão de Athayde, Oswald de Andrade tomara o adjetivo como verdadeira ofensa²⁷⁸. Nicolau Sevckenko notara que nos últimos momentos dos anos 1920:

Nesse final da década, os tempos se tornaram convulsos e as mentes se turvaram. O

²⁷⁰ Cf. LUCA, Tania R de. *A Revista do Brasil*, p. 51.

²⁷¹ Cf. CARDOSO, Vicente Licínio (org). *À Margem da História da República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, V. 1, p. 16.

²⁷² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 125.

²⁷³ SILVEIRA, Paulo. Apud. SKIDMORE, T E. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 170.

²⁷⁴ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O lado oposto e outros lados, *Revista do Brasil* (Terceira Fase), Ano I, Número 3, 15 de outubro, 1926, p. 9.

²⁷⁵ Trata-se, provavelmente, de pseudônimo. Moacir Assis Andrade (1891-1981), cronista mineiro, adotara tal alcunha no período tratado. Cf. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário do fundo Moacyr Assis Andrade*. Diretoria de Arquivos Permanentes, mar. 2014.

²⁷⁶ CLEMENTE, José. Aos críticos do modernismo. *Correio da Manhã*, 14 de julho, 1925, p 4.

²⁷⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. Para os céticos, *A Revista*, Belo Horizonte, n. 1, Vol 1, Jul. 1925, p. 11.

²⁷⁸ Cf. ANDRADE, Oswald de. A poesia Pau Brasil (Resposta ao crítico Tristão de Athayde), *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1925, p 4.

acirramento das militâncias queria ver em cada criatura um soldado, numa guerra que só admitia dois lados, o certo e o errado, o justo e o opressivo, o bem e o mal. As metáforas militares se tornam cumulativas, dominantes, sufocantes²⁷⁹.

Se o ceticismo era de tal forma repudiado nos meios modernistas, ele o era ainda mais em duas tradições que, no decorrer das primeiras décadas do século XX, ganharam relevância no interior da cultura intelectual brasileiro: a católica e a operária. O regime republicano trouxe a separação entre Estado e Igreja, o que se, por um lado, retirava a força oficial da instituição católica, por outro lado, garantia-lhe maior liberdade de ação e autonomia nas decisões. Os bispos brasileiros repudiavam a separação, mas reconheciam o valor da liberdade, de modo que a reaproximação com o Estado será uma causa que irão defender pelas décadas seguintes²⁸⁰. Desde o século XIX, o Vaticano vinha produzindo encíclicas que atentavam para a necessidade de maior engajamento dos católicos no mundo político e social²⁸¹. Era preciso mostrar o ponto de vista da Igreja acerca de cada questão moderna. No cenário brasileiro, um verdadeiro processo de “depuração” das ordens religiosas fora realizado, a fim de criar uma nova dinâmica no interior da própria Igreja, alargando seu âmbito de atuação e consolidando a maioria das dioceses hoje conhecidas²⁸². As pregações do padre Júlio Maria, já na primeira década republicana, enalteciam a necessidade de maior aproximação entre o clero e o povo. As ações do padre inspiraram a criação, em 1908, da União Católica Brasileira que tinha à frente o intelectual Jonathas Serrano e que está entre as primeiras ocorrências da reação católica no interior da cultura intelectual brasileira republicana. A UCB publicava a *Revista Social: órgão da mocidade acadêmica, ciências, letras e artes* que circulava entre os anos de 1908 e 1928²⁸³, e, nos anos 1920, tivera o deputado Andrade Bezerra como o seu presidente.

²⁷⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole...*, p. 300.

²⁸⁰ Cf. RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: UNB, 1981, p. 7.

²⁸¹ Destaca-se a encíclica *Rerum Novarum* (1891), do Papa Leão XIII, e a sua reafirmação com a *Quadragesimo ano* (1931), do Papa Pio XI, ambas visando cristianização da vida econômica como meio de resolução dos problemas sociais e políticos. Cf. ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra o Estado*. (Crítica ao populismo católico). São Paulo: Kairós, 1979, p. 144 e segs.

²⁸² “No período que se seguiu, Roma assumiu a responsabilidade de fortalecer o fraco clero que fora formado no Império. Foi enviado ao Brasil um enorme contingente de padres e freiras europeus com a finalidade de fundar colégios, obras de caridade e assistência social, além de uma grande quantidade de missionários”. RODRIGUES, A M M. *A Igreja na República*, p. 5. Gilberto Freyre faz interessante análise deste processo. O autor aponta os aspectos de “progresso” no sentido “ocidental” no interior das Igrejas, ou seja, o aperfeiçoamento das condutas, seguindo uma retidão ortodoxa e um moralismo ferrenho. Produziu-se um repovoamento dos mosteiros e conventos, que passam a abrigar sacerdotes vindos da França, da Itália, da Alemanha e da Bélgica. Instituições católicas são reforçadas e é revigorada a ação da militância religiosa, como em colégios confessionais como o Sion, o Sacré-Coeur, o das Ursulinas, o das Irmãs do Sacramento, o das Irmãs de São Vicente de Paulo e o de São José de Chambéry. Esse “progresso” iria acabar com a tradição no país dos padres amigados, maçons, pais de família etc. Simbolicamente, tal alteração poderia ser revelada pelo abandono do estilo barroco e neocolonial pelo gótico. Tal mudança é lamentada por Gilberto Freyre, que aí nota que nas mãos dos estrangeiros a igreja se desnacionalizara e várias peças de valor histórico e artístico foram perdidas. De qualquer forma, sempre se destaca o aumento da influência da catolicidade nos meios sociais, políticos, culturais e literários. Cf. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*, p. 574-602.

²⁸³ Cf. SILVA, Giovane José da. *O batismo de Clío: catolicismo-social e história em Jonathas Serrano*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São João del Rei, 2011.

A “Pastoral de 1916” do Arcebispo Dom Sebastião Leme²⁸⁴ denunciava o fato de o Brasil ter uma população alegadamente católica, mas que seria ignorante em matéria de religião. As revistas *Brazileia* (1917-1918) e *Gil Blas – Panfleto Nacionalista* (1919-1923) constituíram-se como focos do nacionalismo católico e tinham entre seus colaboradores um personagem que se tornara verdadeiro divisor de águas na história do catolicismo brasileiro: Jackson de Figueiredo²⁸⁵. Jackson estará à frente, sempre com a bênção de Sebastião Leme, da criação do Centro Dom Vital e de sua revista *A Ordem*, além disso, ele militava quotidianamente nos jornais. Há de se destacar, ainda, a criação da coluna jornalística “Ação Católica” em 1927 e, simbolicamente, o erguimento do Cristo Redentor inaugurado em 1931 na cidade do Rio de Janeiro, objetivando um processo que vinha se desenvolvendo desde o início dos anos 1920. Dessa forma, a ação dos católicos visava conceder um caráter religioso às várias esferas do mundo social: ao ensino, à política, às artes e, especialmente, ao movimento operário e aos trabalhadores em geral. Se no despontar da República, a ideia de um intelectual católico parecia ser um contrassenso, pois a afirmação da religião significaria um “atestado de limitações intelectuais irremediáveis”²⁸⁶, ao fim da década de 1920, o dogmatismo religioso já poderia ser visto com simpatia e respeito. Os céticos tornaram-se inquietos, como confessava Alcântara Machado a Tristão de Athayde:

Mau grado seu ou à sua revelia ou sem você perceber ficou sendo orientador de muita gente. Os inquietos pedem calmantes: você pega da pena e por amor ao apostolado formula às carreiras o remédio. Deus, eu sei. O remédio é Deus. [...] Você acendeu no poste a luz verde que é a cor da esperança. Caminho livre: é partir. Irei atrás com certeza esperando chegar ainda em tempo²⁸⁷.

Se a eclosão da Grande Guerra (1914-1918) pode ser considerada como um índice expressivo no interior da história da cultura intelectual brasileira, pois teria provocado a “revisão dos padrões intelectuais brasileiros” e reacendido a “necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro”²⁸⁸, a Revolução Russa (1917), com o passar dos anos, tornou-se um referencial tanto para o movimento da classe trabalhadora, quanto para as interpretações mais gerais acerca da chamada “questão social”. A relação entre o novo regime e a causa trabalhista

²⁸⁴ D Sebastião Leme é figura central na história do clericalismo brasileiro da primeira metade do século XX. Foi arcebispo de Recife e de Olinda e, mais tarde, Cardeal do Rio de Janeiro. D Sebastião Leme esteve presente na maioria das ações levadas a cabo pelo movimento católico nesse período. Cf. RODRIGUES, A M M. *A Igreja na República*, p. 9.

²⁸⁵ “O importante nessa obra é o seu lado de engajamento na sociedade, a participação e o incentivo à participação: ela dá algum vigor a corrente ponderável da vida nacional, corrente que marca passo, apesar da expressão numérica. Pode-se fazer a história do catolicismo no Brasil antes e depois de Jackson de Figueiredo, pois ele é ponto de referência obrigatória”. IGLESIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 110.

²⁸⁶ TORRES, João Camilo. Apud. RODRIGUES, Anna M M. *A Igreja na República*, p. 11.

²⁸⁷ Carta de Antônio Alcântara Machado a Tristão de Athayde, 24 jun. 1930. Cf. BARBOSA, Francisco de Assis. *Intelectuais na encruzilhada: Correspondência de Alceu Amoroso Lima e Antônio de Alcântara Machado*. Rio de Janeiro: ABL, 2011, p. 102.

²⁸⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*, p. 119.

seria marcada antes pela disputa por direitos do que pela harmonia entre Estado e a classe trabalhadora. A postura idealizada pelo Estado republicano era a de considerar-se como um provedor de direitos, devendo os movimentos sociais seguir as diretrizes estatais. Uma concepção paternalista que se coadunava com distinção entre cidadania ativa e inativa descrita acima. Já na primeira década do regime, a classe operária se encontrava dividida entre os cooptadores do Estado e o sindicalismo livre, anarquista, mas prontamente perseguido²⁸⁹.

Os movimentos trabalhistas urbanos, apesar de não constituírem o grosso da massa trabalhadora nacional, conseguiram, com o decorrer dos anos, afirmar a centralidade da “questão social” no interior da dinâmica republicana. Enquanto a figura do trabalhador rural ficara, por muito tempo, associada a imagens icônicas e sintéticas, seja a do sertanejo forte e retrógrado, seja a do Jeca que teria sua condição resolvida por uma utopia higienista ligada à “evolução biológica da raça”, os movimentos citadinos, a partir de várias ações de grande repercussão, provocavam questões complexas acerca dos direitos trabalhistas, das divisões de classe, do sistema político adotado e do estatuto civilizacional de um país. Eram problemas que a cultura intelectual tinha de dar conta. Iniciativas como a fundação do Partido Operário Brasileiro, do Centro do Partido Operário, da Associação dos Operários Brasileiros, do Centro das Classes Operárias e do Partido Socialista Brasileiro, apesar de todas as suas fragilidades, rachas, dissensões e impotências, conseguiram fazer com que o tema provocasse o temor de figuras centrais no regime, já em 1897, como o ministro Joaquim Murinho²⁹⁰. No inquérito literário de João do Rio feito no ano de 1907, ainda que de maneira bem imprecisa, falava-se em nova escola literária ligada ao “romance social” e à “poesia de ação”. Nomes como Olavo Bilac, Fábio Luz, Sousa Bandeira, Nestor Vitor e Elísio de Carvalho afirmavam a contundência da questão social no momento. Inglês de Sousa chega a defender ser impossível negar centralidade da preocupação social, “que estaria em todos os espíritos”²⁹¹. Francisco Foot Hardman notara a relevância no interior da cultura intelectual brasileira da:

[...] produção de uma literatura *social* de cunho *libertário*, seja diretamente pelas agências de cultura criadas pelos núcleos anarquistas (imprensa operária, publicações dos próprios sindicatos e órgãos classistas), seja indiretamente, na produção literária de certos intelectuais de origem pequeno-burguesa, produtores de discursos que poderíamos chamar de “anarquizantes”: pois, se por um lado, não estão enraizados de forma plena no movimento operário e nas lideranças ali produzidas, constituem, entretanto, porta-vozes mediatos dos ideais anarquistas e elementos dissidentes e radicais na sua recusa dos discursos dominantes²⁹².

O movimento anarquista desde o I Congresso Operário no Rio de Janeiro em 1906 até

²⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*, p. 56.

²⁹⁰ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 60.

²⁹¹ Cf. RIO, João do. *O momento literário*. Curitiba: Criar, 2006, p. 160.

²⁹² HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem patrão*. Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 116.

o fim da década 1910 dera o tom às organizações trabalhistas urbanas. Com a criação de escolas, jornais, panfletos, eventos, festas, comícios, greves e campanhas²⁹³, os anarquistas conseguiram inserir de vez a questão social no interior dos debates públicos e, conseqüentemente, da cultura intelectual brasileira. Descrentes das ações parlamentares no interior do regime republicano, que viam com enorme ceticismo, os anarquistas orientavam-se tanto pela formação pedagógica e cultural, quanto pela ação direta com greves e manifestações trabalhistas. As primeiras reações do regime foram no sentido de criminalizar tais atores, fazendo da questão social um caso de polícia, conforme frase atribuída a Washington Luís²⁹⁴.

Mesmo que com o decorrer do tempo fiquem claras as imprecisões, incoerências e a complexidade do movimento anarquista, que ora poderia ser anarquista-socialista ou, até mesmo, anarquista-comunista, e que as expectativas dos trabalhadores de cunho paternalista e assistencial não fossem de todo satisfeitas pelo anarco-sindicalismo, é inegável a força que tal fenômeno exercera no interior do debate público nacional. Se, por um lado, as ações políticas dos trabalhadores serão, cada vez mais, combatidas pela legislação e pela mobilização policial²⁹⁵, por outro lado, durante toda a década de 1920, os temas da desigualdade social, da luta de classes, da ascensão do comunismo na Rússia e da proliferação desta ideologia pela Europa irão permear a cultura intelectual brasileira. A eclosão da Grande Guerra revelara a fragilidade do progresso único e contínuo que o século XIX parecia ter afiançado à humanidade²⁹⁶, a Revolução Russa, por seu turno, faria despontar no horizonte a possibilidade de realização das utopias. Ambos os eventos surgiam com a tentação irresistível das ideias “vindas de fora”, daquela “atualização” com que a cultura intelectual brasileira vive seduzida, o sentimento cético estava ultrapassado, o regime republicano, tal qual esboçado pela Constituição de 1891, mostrava-se velho e a nova geração de intelectuais e políticos, aquela nascida com a República, pedia passagem.

Três tempos em três contos

Por mais de uma vez, tanto Tristão de Athayde quanto os seus biógrafos aludiram ao fato de o crítico, desde a adolescência, ter aberto mão da feitura de qualquer trabalho de cunho

²⁹³ Cf. GHIRALDELLI JR, Paulo. Movimento Operário e Educação Popular na Primeira República. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (57), maio 1986, p. 33; GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 87.

²⁹⁴ Em 1920, falando sobre sua plataforma de governo, Washington Luís reconhecia que ninguém poderia, naquele momento, se desinteressar acerca da legislação operária e que “em São Paulo pelo menos, a agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública do que à ordem social; representa ela o estado de espírito de alguns operários, mas não o estado de uma sociedade”. Como a ordem pública era garantida pelo Chefe de Polícia, a questão social ficou sendo caso de polícia. Cf. EGAS, Eugênio. *Quadriênio Presidencial do dr. Washington Luís (1920-1924)*. São Paulo: OESP, 1924, p. 96.

²⁹⁵ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, p. 135.

²⁹⁶ Cf. COMPAGNON, O. *O adeus à Europa*, p. 19; 223.

literário-ficcional²⁹⁷. O fato, porém, é que o crítico por mais de uma vez vestiu a máscara de ficcionista e publicou, pelo menos, três contos entre 1924 e 1928: “Seu Arcanjo e o paraíso perdido”, “Tríptico” e “Policromia”. Estes três trabalhos representam em nossa perspectiva expressões sintomáticas do processo pelo qual o intelectual passara durante a década de 1920: o tempo da dúvida, da angústia e da decisão. Assim, a rápida leitura que empreenderemos deles é claramente interessada em explicitar tal aspecto. Se, de fato, identificamos uma sobreposição temporal, não se deve conceber aí um processo linear e unívoco, de modo que estas disposições se confundem muitas vezes entre si, sendo, porém, possível perceber uma trajetória, um percurso, que caracterizou não apenas o intelectual Tristão de Athayde, mas o conjunto da cultura intelectual brasileira.

O riso cético

Publicado em fevereiro de 1924 na revista *Terra de Sol*, o conto “Seu Arcanjo ou o paraíso perdido” narra, em terceira pessoa, as desventuras de Gabriel, cujo apelido era Seu Arcanjo, que trabalhava como mata-mosquitos, antiga profissão da higiene pública, nos arredores de uma velha sacristia. Casado há dez anos com Eurídice, apelidada Didice, que seria “boa esposa”: “Nada de normalistas e costureiras, com trabalho na cidade. Menina ali mesmo do Subúrbio, vivendo em casa, trabalhando”²⁹⁸. Arcanjo era apaixonado pelo teatro. Ao saber da abertura de uma vaga de porteiro no Teatro Municipal, candidatou-se e obteve sucesso. Assim, passou a trabalhar muito, de dia na sacristia e à noite no teatro. Desenvolveu um método de classificação dos frequentadores do lugar: “os que usam casacas e joias verdadeiras e os que não usam casacas nem joias verdadeiras”.

Certo dia, Arcanjo conseguiu um bilhete para levar Didice ao Municipal. Quando ela se vestiu para a ocasião, porém, o porteiro mata-mosquito, apesar de a esposa lembrar-lhe que outrora ele gostara do vestido, ficou profundamente contrariado:

— Eu, achar bonito esta porcaria? Você está louca? Podia servir para os choros de Santa Clara, com cavaquinho e reco-reco, mas para o Municipal, para as poltronas do Municipal, ao lado das senhoras do *set* carioca, entre as elegâncias de todos aqueles vestidos de *tulle* leves e discretos. Vão pensar que Você... sei lá. — Eu, te levar assim? Esperança²⁹⁹.

Gabriel foi sozinho. Pensou na mulher, arrependeu-se, ao voltar para a casa pediu desculpas

²⁹⁷ Seu primeiro biógrafo afirma baseado nas memórias do crítico: “Por que Alceu, tão sensível, tão literário da cabeça aos pés, deixou de fazer ficção? Por que o contista não sobreviveu nele? Por uma razão muito simples, concreta. Afonso Arinos leu casualmente, certo dia, um conto de Alceu que encontrara em sua mesa de trabalho, de jovem candidato às letras. O conto se chamava ‘Torre de Mareuil’. E se passava na França. Arinos não gostou. Repreendeu-o. Então, você, brasileiro, a escrever essas coisas. Escreva sobre o Brasil. Não perca tempo com essa literatura cosmopolita. Seja brasileiro. Alceu nunca mais escreveu contos. Deve ter sido em 1915”. VILLAÇA, A C. *O desafio da liberdade*, p. 43.

²⁹⁸ ATHAYDE, Tristão de. Seu Arcanjo ou o paraíso perdido, *Terra de Sol*. Revista de arte e pensamento, Rio de Janeiro, Vol I, nº 2, fev. 1924, p. 166.

²⁹⁹ ATHAYDE, T de. Seu Arcanjo ou o paraíso perdido, *Terra de Sol*, p. 170.

entre “beijos frios” e “silêncios penosos”. Gabriel mudou. De calmo que era, passou a ter “fúrias sem razão”, com o fim das temporadas no Municipal, ele começou a faltar no trabalho diurno e a andar pelos cafés a contar histórias do teatro, gostava de descrever joias e vestidos, “bebia, armava conflitos, meteu-se com mulheres, o vagabundo clássico”.

Numa dessas noites, Gabriel dorme no chão da estação do trem a sonhar com Eurídice e a fazer planos de regeneração. Pela manhã, Didice recebe as notícias de uma vizinha: “_ Sabes que enfim estamos livres do bêbado do seu marido?” O homem tinha sido atropelado por uma das máquinas de ferro. Ele, porém, não morreu, perdeu as duas pernas, ficara por meses internado sem receber qualquer visita. Volta então para casa “no seu carrinho de mutilado”:

E quando a sua Didice, horrorizada com aquela ressurreição, com aquele monstro que lhe surgia do outro mundo pelos olhos, pela casa a dentro, como a imagem horrível de um remorso, imerecido?, merecido?, fugiu pela rua alucinada, às gargalhadas, - o miserável, o pobre Arcanjo quis chorar. Sentiu um desejo imenso de morrer de vez. Mas não pode fazer nada, porque já não era nada, uma pobre coisa ambulante, um trapo mundo, repelente. Que nojo de si mesmo! E ter de viver por não ter mais nem forças para morrer.³⁰⁰

O fato é que Didice já estava morando com o Madureira que, então, toma parte na situação:

Seu Madureira voltou, a Didice acalmou-se. O miserável mutilado viu tudo aquilo. A vizinhança comentou largamente o fato, mas outros vieram e tudo se foi esquecendo. O marido era o Madureira, o rico Madureira, próspero Madureira, que já tinha automóvel, e no ano seguinte tomou frisa no Municipal, onde passou a pompear o ventre risonho, ao lado de Dona Eurídice, de colar de pérolas, vestidos de Paris, capa de peles, pedindo ao porteiro, secamente, que lhe abrisse a porta da frisa³⁰¹.

Arcanjo virou mendigo e, num dos dias que contava com a solidariedade alheia à porta de uma igreja, não viu o casal sair da missa, mas soube que se mudava para Botafogo onde Madureira “construía um palacete para residência”. Teria sido esta a última dor de Gabriel:

Não pode sofrer mais. E tinha quase sempre uma grande alegria. Quando à noite no seu sono de leproso, numa cocheira de carroças da Piedade, na palha imunda dos animais, sonhava com a sua casinha e outrora. E pouco a pouco, a casinha se desvanecia, para ficar apenas a imagem da sala de jantar, o Arcanjo rutilante que era ele, ele Gabriel em carne e osso, com as suas pernas, a sua face de outrora, expulsando de casa os dois culpados, humilhados, corridos de vergonha, despidos de tudo, ao passo que ele brandia o gládio vingador, só como um sol, na noite soturna em que os outros mergulhavam para o sofrimento³⁰².

A trajetória de Gabriel pode ser interpretada de várias maneiras. Cada leitor que faça a leitura que lhe convier. O que faz muito sentido na argumentação que vai se seguir é o tom anedótico incorporado pelo narrador, um sorriso amargo e cético frente à vanidade dos sonhos e destinos humanos, segundo a impassibilidade de um transeunte descomprometido. Os sonhos de Arcanjo levaram-no a uma condição em que apenas os sonhos valiam alguma coisa, enquanto que a

³⁰⁰ ATHAYDE, T de. Seu Arcanjo ou o paraíso perdido, *Terra de Sol*, p. 171.

³⁰¹ ATHAYDE, T de. Seu Arcanjo ou o paraíso perdido, *Terra de Sol*, p. 171.

³⁰² ATHAYDE, T de. Seu Arcanjo ou o paraíso perdido, *Terra de Sol*, p. 172.

resignação de Didice lhe trouxe uma realidade com a qual, talvez, nunca tivesse cogitado. Ironias do destino, lição de moral ou, apenas, a verificação de que “mesmo os céus que consideramos incorruptíveis conhecem de eterno apenas o eterno esvair das coisas”. Frase de Anatole France, do livro *Jardim de Epicuro* lançado em 1923, bastante lembrada pelo crítico em seus escritos e que recebia a cada momento uma interpretação diversa.

Angústia e loucura

O conto “Tríptico” foi publicado em outubro de 1926 na *Revista do Brasil*. O título faz referência a um antigo modelo de pintura cristã, normalmente dividida em três partes que formam a composição³⁰³. O conto segue tal formato, inclusive concedendo à segunda parte um tamanho maior que a primeira e a terceira, assim como, tradicionalmente, os trípticos possuem uma grande cena central ladeada por duas telas menores. Apesar de narrado em terceira pessoa, o conto guarda uma relação bastante significativa com o autor. A primeira cena descreve o “Vale da Serenidade” que seria uma “casa branca”, “muito larga, baixa, em arcadas”, bastante similar à que o autor tinha em Petrópolis rodeada por “montanhas pouco altas” e “um riacho”³⁰⁴ e que hoje é o Centro Alceu Amoroso Lima para Liberdade (CAAL).

O homem chega à residência anunciado pela “buzina conhecida”, no jardim há risos de uma criança que vai recebê-lo junto à grade na entrada. Na varanda vermelha, “uma imagem de brancura e esbelteza, cabelos voando, lançando as saias leves em ritmo, arranjando uma flor, negaceando com a vontade de correr, a juntar-se ao grupo da grade. Ela, ele e a menina”³⁰⁵. Era esse o retrato da “felicidade que desafia o mau”. Aí o homem podia esquecer o dia de trabalho:

[...] o dia mau, poeirento, ensurdecido. A luta de cada hora na cidade sem piedade, na oficina sem repouso, em que as grandes peças dos navios esperando em seco no dique, ou em molhado nas docas, eram repassadas, polidas, soldadas dos estragos das viagens. Depois, ou antes, ou durante, o escritório crepitante de Remingtons: os telegramas de todos os continentes, um naufrágio, um fretamento vultuoso, uma falência, a desorbitação contínua. Um volta pelo cais: o sabor do largo. [...] Um grupo de imigrantes polacos. Uma casquete de couro. Uma blusa russa. Botas. Em cada um, um leiteiro, como matrículas dos cachorros. [...] Uma tristeza horrível nas rugas dos mais velhos. A esperança dura dos moços³⁰⁶.

Esta a rotina do homem, talvez um empresário, um industrial como o autor, ou algum tipo de funcionário que lidaria com logísticas industriais e movimentações do mercado internacional.

A segunda parte do tríptico começa com um diálogo em que o homem solicita com urgência a presença de certo amigo. Algum mal acometia a mulher: “Emagrecera. Tinha longos

³⁰³ Cf. CUSATELLI, Giorgio; RABONI, Giovanni (Org). Enciclopedia Garzanti dell’arte. Milano: Aldo Garzanti, 1973, p. 852-853.

³⁰⁴ ATHAYDE, Tristão de. Tríptico, *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 4, 30 out. 1926, p. 26.

³⁰⁵ ATHAYDE, Tristão de. Tríptico, *Revista do Brasil*, p. 26. Esta foi a primeira formação familiar de Alceu Amoroso Lima que teve a primeira filha, Mara Helena, em 1919 seguida de mais seis filhos até 1938: Sílvia, Lia, Jorge, Alceu, Paulo e Luís.

³⁰⁶ ATHAYDE, Tristão de. Tríptico, *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 4, 30 out. 1926, p. 26.

períodos de prostração. E depois horas agitadas, incoerentes. Não me queria perto. Fugia da menina. Proibiu-me de trazer médicos para vê-la. Escrevia muito. E fechava tudo que escrevia no seu cofre de joias”³⁰⁷. Vieram, porém, os médicos, a enfermeira, as drogas para o tratamento que parecia correr bem. Porém, tudo parecia bruscamente perdido: “De pior a pior. Até que ontem, foi o acesso. O acesso irreprimível. A alucinação horrível de uma noite de luta, braço a braço. Que força! Que delírio naqueles olhos que você conheceu tão serenos. Meu Deus! Não sei como cheguei aqui. A morfina. A casa de saúde”. No dia seguinte, os dois amigos resolvem abrir o cofre de joias da mulher onde estaria seu diário.

O diário, sob o título “Meus dias”, passa a ser transcrito pelo narrador. Aí a mulher diz começar a escrevê-lo por não ser feliz, apesar de achar que deveria sê-lo:

Não sei mesmo o que quero. *Elazinha*, - não porei nomes, é melhor – é toda a minha vida. Toda? Não. Tenho um demônio cá dentro. Não sei o que é. E se tivesse que explicar... Mas a quem? Felizmente não tenho a quem explicar. Ele me julga mais, e menos do que sou. É isso mesmo. Ele pensa que sou melhor do que sinto ser. Mas ele pensa também que sou mais simples, mais ingênua, mais dia a dia. E no entanto eu tenho qualquer coisa aqui dentro que me sufoca. Sempre tive? Não vou aqui escrever para mim mesmo a minha biografia. Ah! minha biografia, triste apagada, cinza de uma vida. Mas como posso pensar em cinza? 20 anos! Ah! literatura. Mas não é literatura, não é positivamente lit.

O conto segue reproduzindo as narrações do diário que aí confessava sentir a sua vida como uma “felicidade intolerável”. A própria função do diário lhe parecia uma incógnita, amigo, inimigo, espelho neutro, ela não sabia. Sabia que o marido nunca poderia ler aquilo. A sua identidade começa a passar por um processo de dissolução, a mulher não sabe quem ela é, o que ela é. Tais crises viriam quando estava só, naquele “ermo”, do qual ela tinha ímpetos de fuga. Estados inquietos mesclavam-se com períodos de calma e serenidade, estes últimos cada vez mais raros. A segunda parte do “Tríptico” termina com as palavras desesperadas da mulher:

Estou boa afinal! Ah! ah! ah! Tudo em ordem. Ah! ah! ah! Afinal tenho no fundo do passado que nada faz amanhã mas quando é que eu poderia sim afinal, afinal matei mas também foi assim quatro, cinco, quatro, cinco, mas Elazinha meu Deus socorro, socorro eu me sinto morrer minha Vir

foi ontem mas talvez fosse quando não é possível correr, fugir, matei, matei, mas também mas talvez fosse quando não é possível correr, fugir, matei, matei, mas também ah! Dissolução, Dissolução, o Outro, não foi isso até que eu possa³⁰⁸

Na parte final do “Tríptico”, volta-se à narrativa em terceira pessoa que passa a descrever as visitas do homem à mulher que agora estava internada. As mãos da esposa eram o que mais lhe revelava os sinais físicos daquela mudança:

As mãos d’Ela tinham sido sempre o seu grande encanto. Quando ele sentia nas suas mãos morenas e duras aquelas mãozinhas brancas, macias, tão finas, tão puras, era como se tivesse nas mãos a penugem de um pássaro. [...] Mãos pequeninas. Dedos afilados. As unhas como pétalas. E quando Ela tocava piano as mãos adejavam ao teclado. [...] As mãozinhas d’Ela o salvavam da Vida. E cada dia no quarto nu, e

³⁰⁷ ATHAYDE, Tristão de. Tríptico, *Revista do Brasil*, p. 27.

³⁰⁸ ATHAYDE, Tristão de. Tríptico, *Revista do Brasil*, p. 29.

implacável de brancura, sem uma flor, sem uma inutilidade, ele tornava nas suas aquelas mãos de unhas roídas ao sangue, marcadas de dentes, escarificadas, tantas vezes em sangue, mãos já agora calosas, ásperas, disformes, cadáveres de mãos, de suas mãos de outrora, de outrora³⁰⁹.

De diárias, passaram a semanais as visitas ao hospício, depois, quinzenais, até o isolamento total, por meses. O homem lia compulsivamente o diário que em nada, porém, lhe valia como esclarecimento da situação. Ao voltar a visitá-la, a situação apresentava seus traços definitivos:

E ele voltou a vê-la. Inutilmente. Mais calma. Mais distante também. Num mundo que já agora era um mundo só dela. Em que ele nem ninguém poderia jamais penetrar. Seria mesmo o que ela pressentira no seu Diário? Seria a libertação? Seria a Voz? Para ele era uma pedra de túmulo. E o horror das mãos revistas. Terríveis mãos sem formas, empoladas, calejadas, descascadas. Os sabugos inchados monstruosamente de tanto roídos. Ela já tinha horror às próprias mãos. Era preciso muitas vezes amarrá-las...

Ele viu que não haveria saída, que “aquela porta para o azul ia lentamente se fechando” e “no dia em que se fechou de todo, ele voltou para casa armado”.

Chegou em casa e trancou-se no escritório. Refletia sobre sua juventude, sua ambição da mocidade em “expandir-se como um senhor, esmagar os inertes, desafiar o destino, governar a vida”³¹⁰. A menina grita de longe. Diz que vai pegar borboletas. Ele reflete que a criança era a “única coisa que me prende”. Com a porta do escritório trancada, ele sente não ser possível:

[...] recomencar aquele horror. Aquelas visitas horríveis. Eu não posso viver. Eu não posso, meu Deus...

_ Papai, pode entrar? Olha borboleta. Mas...

Fecha-se o “Tríptico” com a seguinte passagem:

A tarde descia da montanha. O arco da sombra...

(Um automóvel na estrada:

Ela _ Mas olha que casinha deliciosa! Como eu gostaria de viver aqui, neste sossego.

Ele _ Tá louca. Eu. Me meter neste buraco, como esses burgueses barrigudos e de chinelas, numa vida monótona pacata, bocó? Deus me livre. O que eu quero é – *Viver!*)

... se estendia. Empurrava lentamente o sol. O vale da serenidade. Um sino. A noite.

Passa-se, assim, do caso anedótico do Arcanjo para a tragédia burguesa. Não é possível desprezar, segundo a tese que nos orienta, a maneira como o conto “Tríptico” constrói um cenário bastante próximo à realidade do autor. A começar pelo ambiente burguês, a casa muito similar à residência de Petrópolis, o homem que trabalha em meios urbanos e industriais, a mulher educada finamente e, por fim, a filha que completa o quadro da primeira formação familiar que o autor constituiu. Há muito mais. Tristão de Athayde, a partir de 1923, revela-se um admirador fervoroso do escritor e dramaturgo italiano, Luigi Pirandello, e, reiteradamente, tratou em suas críticas sobre a maneira como este autor trabalhava com precisão a “dissolução” da personalidade humana. Em uma conferência sobre Marcel Proust, o crítico refletia sobre o enriquecimento ao estudo da psique humana que poderia vir de “um cotejo entre a obra de

³⁰⁹ ATHAYDE, Tristão de. Tríptico, *Revista do Brasil*, p. 29.

³¹⁰ ATHAYDE, Tristão de. Tríptico, *Revista do Brasil*, p. 30.

Proust, e a de Freud, no estudo do inconsciente, bem como entre a obra de Proust, e a de Pirandello, nos domínios da dissociação da personalidade e da loucura”³¹¹. A fascinação pela loucura, que o crítico chamou uma vez de “mal sagrado”, também compõe esta fase angustiante, na qual as decisões tornam-se imperativas, mas não convincentes. O conto “Tríptico” parece expressar, segundo uma leitura bastante biográfica, as angústias por que passava o crítico, tanto na loucura, quanto no suicídio, conforme escrevia a Jackson de Figueiredo:

Meu querido amigo,
Estou só no escritório. [...] Estou só, num meio hostil, brutal, vulgar. [...] Você luta contra um temperamento de revolucionário. Eu luto contra um temperamento de burguês [...]. Você luta contra o anarquista que há em você, queira ou não queira o reacionário que você criou em si para acorrentar o outro. Eu luto contra o servil, o que se submete, o que aceita, o que se resigna. O homem odioso que se resigna. [...] Eu luto contra o excesso de bom senso, o oportunismo, o acomodaticio, o conciliador. [...] Tenho duas filhas que são o meu maior, o meu único prazer *puro* na vida. Tenho uma mulher a quem amo como no dia em que me casei, e que sei também que me quer um grande bem. Tenho uma mãe que morreria talvez se eu morresse. Tenho uma família que me cerca de tudo o que posso aspirar na vida. Tenho uma casinha deliciosa. Um canto de livros onde passo as únicas horas boas que hoje vivo. Tenho uma posição de fortuna que me permite viver sem preocupação (de momento) alguma de dinheiro, abominável dinheiro. Fiz um pequeno nome literário. Tenho tudo, tudo, tudo o que um homem normal pode desejar na vida. Sinto-me ferido de morte. *Sinto-me velho*. É exato. Sinto-me sem força. Sinto-me esgotado. Nunca fiz nada para isso. Nada justifica isso, a não ser essa terrível *obliquidade para o medíocre*, que é o meu demônio interior. É isso, meu velho. Não me sinto pior do que os outros. Sinto-me horrivelmente *como os outros*. Sinto-me um homem fraco, sem personalidade, *morno* (!!), com uma tara horrorosa de burguesismo, de terra-a-terra. [...] Juro-te de todo o coração. E mais uma vez te asseguro que falo sem nenhuma excitação. Juro-te que se Deus existe em qualquer parte do universo, ou em todo o universo, aqui ao meu lado ou dentro de mim, ou no Calvário, juro que se Ele pode acaso ouvir a minha prece, a minha blasfêmia dirá você, só uma coisa lhe peço: a loucura ou a morte. Creia que vejo os homens morrer com inveja, com uma profunda inveja. Esse acabou de lutar consigo mesmo. Esse acabou de viver esta odiosa humilhação cotidiana. Esse morreu, ou ficou louco, chegou à única felicidade possível, que é a ilusão integral³¹².

A decisão católica

“Policromia” saiu no *O Jornal* em novembro de 1927 com ilustração de Henrique Cavaleiro. O conto narra em terceira pessoa as trajetórias de um gerente de indústria, um operário chamado Heliodoro e um corcunda. O ambiente é o de uma fábrica de tecidos, como a Cometa da qual o autor era proprietário, de seu entorno formado por residências operárias e uma serra. Abre-se a narrativa com um pedido de abono que Heliodoro faz ao gerente. Este último nega sem ouvir as explicações do operário. Logo em seguida, vem a fala de um médico que alerta sobre o caso do menino: “_ São traiçoeiras essas gripes. O coração não me agrada.

³¹¹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Marcel Proust. *Estudos II*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 156; CONFERÊNCIAS DO LYCÉE FRANÇAIS, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1927, p. 7.

³¹² FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 139.

Caso muito sério, sr gerente”. O dia amanhecia com o apito da fábrica que abria como uma comporta seu “portão negro”. O gerente narra ao doutor os feitos dos quais se orgulhava:

_ Veja doutor, que gente sadia, bem disposta. Não me canso do espetáculo. Todas as tardes vejo, aqui da janela, passar o nosso pessoal. E às 4 da manhã já estou de pé. Nunca penso em outra coisa. Não leio um jornal. Não saio daqui um só domingo. Tenho paixão desta minha obra, posso dizer. E sinto nela a minha força. É o único vinho que tomo. Aqui, nas minhas mãos, tudo. É o único meio. Disciplina militar. Trabalho a cada minuto. O mal são as horas de vadiação. Trabalho dos domingos por mês para evita-las. E evito, é o que sei. Greves? Nunca. E não deixo o trabalho esmorecer. [...] Falta de pessoal? Recuso todos os dias. Escolho muito. Pago bem, mas exijo. Graças a isto é o que o doutor está vendo. Dupliquei a fábrica em cinco anos. Remodelei todo o maquinismo. Produzo hoje em oito horas o que meus antecessores não faziam em oito dias. E ainda tenho muito que fazer. E hei de fazer³¹³.

Enquanto isso, lá embaixo, ressoavam os gritos: “_ Fora Corcunda! _ Te pego, garoto de uma figa”. Eram quatro da manhã e as crianças implicavam com o Corcunda: “E o Corcunda passava, enfezado, torto, camisa em molambos, um saco de comida na mão. E quanto mais ódio tentava pôr no olhar, mais humilde parecia. Morava só. Família? Lembrava-se de ter sempre vivido, por ali, menino, ao acaso, sem pouso”. O fato era que ninguém se importava com o corcundinha que “dormia num banheiro velho, em ruínas, onde, à noite, os casais suspeitos se encontravam”, ocasiões nas quais o desventurado podia, escondido no escuro, ouvir coisas doces e angustiosas. Um dia descobriu do que se tratava. Quis também namorar, procurou uma “rapariga faceira, uma levada. Namorava todo mundo e mesmo mais. Mas a ele... _ Seu corcunda, não se enxerga?” Tentou inutilmente pela força e descobriu sua fraqueza. Dali em diante, ouviria sempre a “palavra má, que doía. _ Corcundinha, corcundão, guarda tudo que lhe dão”. As crianças ironizavam o fato de ele, por não ter nada, ver em tudo que ganhava um tesouro a ser conservado. Entrou para a fábrica, apanhava do encarregado da sala, perdeu um dedo, nunca tinha reconhecimento na profissão, apesar de seu esforço. Seu dia era dividido pelos apitos da fábrica, assim como os que iam, sob o olhar do gerente, cedo para o trabalho.

A caminhada dos trabalhadores para a fábrica é descrita como uma “massa triste, cinzenta. Algumas cores vivas. Cabelos em carapinha, brancos. Faces claras, lanhadas de preto do óleo. Mãos escuras, enrugadas, escalavradas, enormes. Parecia que naquela multidão as mãos se viam mais do que as caras”. Heliodoro vendo-os passarem por sua janela se reconhecia naquelas mãos batidas, deformadas, não raro, com amputações. Eram como as suas:

Aquele sem um dedo, como o corcundinha. A do Juca, toda torta. Foi aquele dia, no rolo da calandra. Que grito, meu Deus. E a da Marcela, dos teares, que a lançadeira furou bem na palma. La vai ela. Esconde sempre. Parece que tem vergonha de mostrar. La vai a viúva Rokersky. Sete filhos e tudo tossindo em casa. E ela também, não sei como pode. Cada vez mais magra. [...] A de um pretinho, toda branca, de quando abrira por engano uma torneira de água fervendo. O Velho Venâncio, dedos quadrados, sem unhas, não se sabia por que. O Viegas, mecânico, que levava uma

³¹³ ATHAYDE, Tristão de. Policromia, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 20 nov. 1927, p. 1.

malhada em cheio e esmagara a ponta dos três dedos. E as crianças pareciam já ter os dedos deformados e as palmas em sola. E as mocinhas, de unhas negras e calos grossos, amarelos, como os homens³¹⁴.

Estas eram as mãos dos operários, quão distantes estão daquelas da mulher de “Tríptico” antes de sua loucura. As mãos destas pessoas pareciam desumanizá-las em certa medida, “mãos que pareciam viver por si, separadas do resto do corpo, uma vida rude, animal, violenta”.

Heliodoro, porém, é obrigado a interromper sua apreciação, pois o doutor chegara a sua casa para saber do estado de seu filho que passara toda a noite a delirar, com um febrão que o fazia gritar, sonhar com “três cavaleiros no céu, cada um com um pássaro na mão e uma espada na outra e cortavam as asas dos passarinhos com a espada, os passarinhos que caíam aqui no quarto”, conforme relatava o pai desesperado. O médico concedia a receita, mas não havia o dinheiro para os remédios. O gerente já dera a sua negativa, o operário teria de insistir.

O narrador passa a descrever aquela paisagem de uma indústria em meio à mata, aliás, muito similar à Fábrica de Tecidos Cometa encravada em meio à Serra da Estrela em Petrópolis. Assumindo a perspectiva de um olhar à distância, o narrador traça o seguinte painel:

Alguém, à janela do bonde procurava a expressão daquilo. Aquela tarde maravilhosa de paz, tanta beleza nas coisas, a carícia única daquele ar macio, e no fundo do vale, de onde subia o fumo das chaminés a extinguir-se, a massa escura daquela fábrica. Os tetos em serrote. As linhas lisas, longas, retas, do cimento armado, geometrizando a paisagem. E, ao lado, o casario velho. A promiscuidade. Miséria da vida. Quatro velas velando um defunto. Felizardo. Que beleza em tudo, que tristeza em tudo. [...] Um grande quadro de revolta talvez. A explosão do ódio imenso, recalcado. A alma em delírio, a alma cega da massa vencendo a resignação, quebrando obstáculos como uma lava ardente. A alegria animal do sangue. O homem animal novamente. O clamor dos instintos, libertados. E no meio do sangue uma alma. Uma alma que o sangue não mancha, mas que não pode reter o gesto, nem mesmo condená-lo. Mas a onda do mal transborda. A palavra esmorece, a alma se apaga e o gesto, o gesto sempre, o gesto inexorável, que enche o horizonte, que fecha a luz do céu³¹⁵.

O narrador entregue às reflexões continua a dar vazão aos pensamentos que lhe acometem:

E por que não o contrário? Morrem as sementes, mas a semente se perpetua. A piedade, a harmonia, a lama, se recolhem à semente e longamente germinam. A paciência fecunda-se a si própria. E refloresce. E uma consciência nova viria apagar o traçado dos gestos para que a vida voltasse a tecer a tela imortal, a deliciosa angústia da fragilidade. Fragilidade, fragilidade... Força, sim. Só um quadro de paixão, de arrebatamento poderia traduzir o silêncio angustioso e hostil daquele vale negro, que escondia a fábrica imensa, a “máquina” de tortura e de esperança, de todos os contrastes e até de beleza. Sim, de beleza nova, de ordem levada ao extremo da vida, de fria utilidade, com a força inexorável da experiência de toda uma era. A epopeia das máquinas.

A “epopeia das máquinas” seria marcada pela opressão ao humano: “As máquinas vivas, moendo os homens, triturando, refazendo a matéria, brutalizando as almas ou vencendo a natureza para criar novas fontes de cor ou de alegria. O mistério se recompondo no próprio gesto fecundo dos mecânicos prosaicos”. Neste momento, o crítico parece tomar a frente do

³¹⁴ ATHAYDE, Tristão de. Policromia, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 20 nov. 1927, p. 1.

³¹⁵ ATHAYDE, Tristão de. Policromia, *O Jornal*, p. 1

narrador que passa a perceber nesse “grande quadro social” algo de muito eloquente, por demais já “visto”. Exige-se, então, uma reflexão “mais sutil, de encanto menos palpável”.

Procura-se, assim, uma perspectiva que fosse além da descrição lógica e racional, ainda que não se soubesse como afirmar tal sensação:

Qualquer coisa sem lógica, a lógica odiosa. De incoerente para o bom senso dos rebanhos. Qualquer coisa que as palavras não poderiam exprimir. Talvez as formas apenas, num todo! Menos ainda. Uma polítonia sarcástica, ardente, humana? Sutil demais, a natureza das coisas, ou alheia, impenetrável à deformação intelectual? Inexprimível por extremo de espiritualidade, que a vulgaridade finita da matéria, a lógica dos sons ou das ideias, não poderiam traduzir? Ou inexprimível por inacessível às limitações do nosso espírito, por conter em essência, em transparência, em pressentimento, a revelação inenarrável de outras realidades em seus eixos pueris? Dentro de nós demais, diluída demais, ou excessivamente acima de nós, ofuscando tudo?

O bonde seguia seu curso e as intervenções reflexivas do narrador-crítico literário vão ficando para trás, realçando, porém, que “a cabeça na portinhola continuava a triturar em si a angústia que aquela imensa doçura destilava. O aniquilamento. A imbecilidade. Melhor talvez”.

Pela quarta noite, Heliodoro velava o filho doente. O quarto continuava repleto de fantasmas e asas cortadas de passarinhos. As ideias de vingança contra o gerente passam a tomar a consciência do homem desesperado: “Como vencer tanta coisa má em torno da gente. Miséria, miséria. Os homens ruins, os companheiros... Terão para eles? Perder o menino... O ódio depois. Miserável, aquele gerente bêbado [...]”³¹⁶. A mulher de Heliodoro, Cerulea, pede para que ele chame de novo o médico, o operário lembra a falta de dinheiro. Mas ele sai mesmo assim. Vai com a faca na mão a refletir sobre a inocuidade da ação vingadora, não traria o menino, acabaria preso e o que seria da mulher? Passa em frente à casa do gerente. Mas não fica por ali. É surpreendido por um casal de namorados e se esconde para não ser percebido. O casal parte, o homem fica com a faca a pensar na ação:

Um soluço na noite. Para ele – só então – a razão da fuga... Heliodoro sentiu um arrepiamento por todo o corpo. Há um pressentimento do nada mais sensível que o da realidade. A Morte mandava aquele soluço fustigar o silêncio. E o soluço apagou os vagalumes como enxotara os namorados. E o perfume de mato voltou para as folhas. O silêncio calou os grilos. O manto esquecido na estrada pelos namorados tapou as estrelas, para o vingador. Para o pai sobretudo. O soluço castigava o encanto da noite. E ficou apenas a cor, a onda negra que tudo funde e vence os sete sorrisos do espectro.

De volta, o malogrado vingador pergunta sobre o menino, Cerulea responde: “_ Bem melhor, graças a Deus. Está fresquinho agora, dormindo sossegado. Não sei como. Vem ver”.

O dia seguinte era carnaval. Para o corcunda, isso representava enfrentar mais um sofrimento, afinal, ele próprio não resistia à festa e se recusava a embrenhar-se no meio do mato a fim de fugir da molecada: “Ora, Carnaval no mato, onde já se viu! Antes pedrada”. E assim

³¹⁶ ATHAYDE, Tristão de. *Policromia*, *O Jornal*, p. 2.

foi, saiu com as “calças curtas, as meias, os sapatos de fivela, o chapéu de guizos, tudo de seda, azul e vermelho”. Persistia a inquietação sobre a corcunda. Esta, porém, foi um sucesso:

No “Bloco dos espoletas” encaixou-se no préstito. E foi pegando fogo. Um quarteirão mais e o polichinelo era a figura central do cordão. Gesticulava, urrava, miava, pernas para cima, corcovos de muita xucra, guizos cascalhando em volta. A corcunda crescia aos olhos dos que o éter, a promiscuidade, o instinto solto embriagavam. E diminuía para ele. No fim do dia, todos falavam da sua corcunda. Só ele se esquecera dela. Confessando-a, desaparecera. E foi feliz como nunca! Viram-no em delírio pelas ruas. Falava só. Ganhava inteligência. Tinha o diabo no corpo o tal Polichinelo.

A cena alegre ganhava, porém, um contorno soturno, quando a turba cruzara-se com um cortejo de fúnebre: “_ Uma criança, quem será? Ua!! Pois é o filho lá do gerente de sua fábrica com certeza. Você não sabia?” Heliodoro lembra então que a vermelhidão dos olhos do gerente, que julgara ser fruto da bebida, tinha outras razões. O carnaval continuava. O corcunda celebrado, um delírio de cores de confetes e serpentinas a invadir a madrugada: “Adormeceu como as crianças, deslumbrado, reconciliado com a vida, para sempre, para sempre. _ Viva a corcunda do palhaço! Vivôôôô! Cantas moreninha. Sacudindo a saia. Na caldeira da fábrica velava o primeiro apito”³¹⁷.

O conto “Policromia” foi lançado cerca de dez meses antes da conversão do autor ao catolicismo. Assim como tal conversão não se dera do dia para a noite, mesmo após convertido, o crítico guardara algumas posições céticas e angustiantes que trazia consigo desde o início da década de 1920. A conversão, porém, marca uma data decisiva, ritualística, que deveria representar um renascimento do homem que passaria a contar com uma certeza superior e uma esperança que, porém, não lhe assegurariam a paz espiritual. É o que Carlos Drummond de Andrade questiona a Tristão de Athayde, após agradecer uma carta a ele enviada:

Só um trecho dela é que me perturbou: aquele em que você dá a entender que não encontrou a paz na religião, porque a paz não é deste mundo. Mas então não sei o que se deva procurar na religião. Se ela não é uma paz máxima e consoladora, uma dissolução de todo os ímpetos, revoltas, inquietações, - não seria preferível continuar do lado de cá, sem nenhuma certeza superior e sem nenhuma esperança? [...] A minha pobre humanidade só poderia procurar na ideia religiosa o apaziguamento do espírito, o termo das lutas com o mundo e comigo mesmo (estas sobretudo). Não consigo compreender aqueles que dando tudo o que têm de melhor a Deus (como você) dele não recebem a paz (Grifos do autor)³¹⁸.

Em suas memórias, Alceu Amoroso Lima comentava como a sua conversão “antes de me afastar dos problemas políticos e sociais, me levou a neles aprofundar ainda mais a minha consciência”³¹⁹. Assim, o conto “Policromia” abriga vários aspectos que já sinalizam uma visão de mundo religiosa e católica. Tais índices de catolicismo nos escritos de Tristão de Athayde foram, aliás, percebidos por Agripino Grieco em 1927, quando este analisou o volume *Estudos*:

³¹⁷ ATHAYDE, Tristão de. *Policromia*, *O Jornal*, p. 2.

³¹⁸ Carta de Carlos Drummond de Andrade a Tristão de Athayde, s/data, acervo CAAL.

³¹⁹ LIMA, Alceu Amoroso et al. *Alceu Amoroso Lima: Memórias Improvisadas*, p.117.

“Acabará fatalmente católico, já sendo inocultável a sua simpatia pelos neo-místicos e tomando um pouco mais a sério do que devia o catolicismo epistolar de Jean Cocteau”³²⁰.

Um aspecto essencial na conversão de Tristão de Athayde ao catolicismo é a forma como os seus ímpetos individuais estavam intimamente ligados às questões sociais e políticas. Diferentemente de Drummond, que buscava uma paz interior na religião, Tristão de Athayde parece ter encontrado na religião uma base sistemática para a ação política contundente e para a atividade intelectual engajada, numa época em que os extremismos pareciam ser as únicas disposições possíveis, à direita e à esquerda. É difícil delimitar no interior da cultura intelectual brasileira quem, entre 1928 e 1938, não aderiu ou demonstrou simpatias ao catolicismo ultramontano, ao fascismo italiano, ao integralismo brasileiro ou ao comunismo soviético. Mais difícil ainda é encontrar personagens que defenderam abertamente um modelo democrático e liberal de regime político. Praticamente impossível é encontrar, a partir já dos dois últimos anos da década 1920, uma defesa integral da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891³²¹.

O aspecto social e político da conversão de Tristão de Athayde foi percebido por Sérgio Buarque de Holanda que, logo após a conversão do crítico, fizera uma análise de suas ideias:

As antinomias que hoje se apresentam ao homem de pensamento desafiarão amanhã, no terreno social, o homem de ação. [...] Isso nos explica muito sobre a hesitação do sr Tristão de Athayde, as oposições que ele se empenha em vencer, a sua fraqueza, e também – por que não? – a sua vaidade. Ele compreendeu bem claramente que a solução final de todas essas antinomias só nascerá de nossa fidelidade a um plano de existência superior e transcendental. Em outras palavras: que só poderá ser uma solução religiosa. [...] Esse recurso a uma justificação espiritual não é inédito, dele compartilha toda uma classe de pensadores novos com os quais o autor destes *Estudos* apresenta importantes afinidades. É um processo que não deixa de evocar a fórmula que presidia à elaboração das grandes *Summas* medievais. Apenas com esta diferença, que nelas o que existia era uma fé em busca de suas justificações, de suas razões – *fides quaerens intellectus* – quando, no caso presente, será antes uma inteligência que quer se apoiar numa base emocional³²².

Mário de Andrade percebia no convertido Tristão de Athayde um impulso para a ação que é descrito em uma imagética hiperbólica:

Os *Estudos* de Tristão de Ataíde são um drama enorme. Apaixonantes, irritantes, sectários, cultíssimos, nobilíssimos, se não representam porventura o mais característico da personalidade do grande pensador católico, representam melhormente o seu martírio. E se é certo que já agora ele é das mais fortes figuras de críticos que o país produziu, desconfio que os futuros não-sei-o-quê vivendo nestas terras do Brasil terão ao lê-lo o espetáculo dum homem querendo desviar uma enchente, apagar o incêndio dum mato, ou parar um raio com a mão³²³.

³²⁰ GRIECO, Agripino. Crítica a um crítico, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 6 nov. 1927, p. 3.

³²¹ Neste sentido, cabe ressaltar que já a Constituição de 1934, conforme comenta à época o jurista Lemos Brito, apesar de diferir “na forma e na essência da que foi mandada cumprir em 24 de fevereiro de 1891”, estaria condenada a produzir, “em breve tempo, graves perturbações no país, não só em virtude do ecletismo teórico adotado como das dificuldades de execução de muitas [sic] dos seus raros princípios”. LEMOS BRITO, José Gabriel de. *A nova constituição brasileira*. Promulgada em 16 de julho de 1934. Precedida de uma notícia histórica e seguida de um amplo índice alfabético remissivo. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1934, p. 76.

³²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Tristão de Athayde, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1928, p. 7.

³²³ ANDRADE, Mário de. Tristão de Ataíde. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1978, p. 25.

Dessa forma, a conversão de Tristão de Athayde conseguiu se estabelecer dentro de um horizonte intelectual e teórico, por assim dizer. Ela significava o engajamento político e intelectual nas causas que interessariam aos católicos em geral e, especificamente, à Igreja. Os contos aqui retomados, porém, quando cotejados com os escritos do crítico e sua correspondência, especialmente com Jackson de Figueiredo, revelam a maneira como a sua inquietação interior vinculava-se a tais temas gerais. A questão social parecia lhe influenciar de maneira fundamental e ser uma das “vergonhas” de seu catolicismo, mesmo após a conversão:

Medo diante dos ataques, das objeções, das injúrias que os meus inimigos vão poder dizer, com justiça deste industrial católico – sempre a mesma imbecilidade, bem o sei, mas não consigo chegar à sua serenidade quanto à questão social. É ela sempre o meu pavoroso remorso. Agora, converter-se e continuar diretor de uma fábrica de tecidos, e crítico literário nas horas vagas, que imensa humilhação diante de Deus. Anteontem fui ao Cemitério do Caju. E eu, morador em bairro rico, passando por aquelas casinhas miseráveis, de crianças esqueléticas, de homens sem dentes, de mãos estragadas pelo trabalho, de mulheres deformadas por maternidades sucessivas, de famílias inteiras roídas de sífilis, de vermes, de vícios, e sobretudo a fisionomia velha das crianças, a lealdade das crianças, que horror!!! – vendo tudo isso senti-me – por que não dizer? – *fariseu*. Sim, a palavra é horrível, mas o sentimento foi esse e não outro³²⁴.

Aí está, quase um ano após a publicação de “Policromia”, um olhar do crítico acerca dos bairros pobres, da condição social dos trabalhadores, da apreciação sobre as mãos das pessoas como sendo um dos maiores índices da personalidade humana. A conversão de Tristão de Athayde tinha um sentido individual e um empenho social umbilicalmente associados, daí a relevância de sua trajetória para a compreensão dos processos gerais por que passara a cultura intelectual brasileira nos anos 1920. Do ceticismo aos extremos.

“Policromia” abriga diferentes questões que dialogam diretamente com o processo de conversão de Tristão de Athayde. Os mais explícitos encontram-se na denúncia da desigualdade social extrema, na cegueira do industrial que via “gente sadia” onde o que havia eram trabalhadores mutilados pelas máquinas industriais, desamparados com suas famílias e filhos vivendo de parques vencimentos. A descrição “lógica” da situação, porém, recebe reparos, que não admitem o levante dos trabalhadores que, mesmo sem lhes manchar a alma o sangue da luta justa, se restringiria a uma concepção naturalista da sociedade. Ao “já visto”. O mistério devia se fazer presente. As coisas não seriam tão simples. A luta de classes assemelha-se ao rebaixamento do homem ao animal. O crítico parece fazer a vez do narrador denunciando que há a existência do inexprimível, de realidades inacessíveis ao espírito, seja por serem diluídas demais, seja por estarem “acima” demais.

Apesar do ambiente fortemente ligado à condição de dono de indústria do autor, este não deve ser confundido com o personagem do gerente. Por várias vezes, Tristão de Athayde

³²⁴ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 249-250.

confessava não levar jeito para ser dono de fábrica, embora não tenha aberto mão do cargo de diretoria que assumira em 1918 quando se casara. Parece que, em 1928, quase levava a Fábrica Cometa à bancarrota, lembrando ao seu confidente a frase que os acionistas lhe diziam, “ou bem se é literato, ou bem industrial”³²⁵. Em nenhum dos contos analisados, deve-se preconizar a identificação biográfica do autor com algum dos personagens. Antes, trata-se de perceber alguns desdobramentos dos ambientes, questões, problemas e interpretações que apareciam tanto nos escritos analíticos do crítico, quanto em seus debates epistolares.

Em “Policromia” as cores conferem as tonalidades das situações que podem ganhar interpretações mais ou menos segundo o esquema que propomos. Principalmente, aquele soluço na noite, o escuro da Morte, quando Heliodoro, assustado por tal presença, acabara por dormir por ali, esquecer a vingança e “ficou apenas a cor, a onda negra que tudo funde e vence os sete sorrisos do espectro”. Na manhã seguinte, por milagre ou coincidência, o menino estava são e Heliodoro é quem decide dormir, num “sono negro, como a noite depois do soluço”. O corcunda, vestindo as cores azuis e vermelhas, caindo na farra do carnaval, atingira a felicidade resignando-se, confessando-se. As máquinas, símbolos da tortura e da esperança, poderiam revelar também a sua beleza, uma beleza nova, da “ordem levada ao extremo da vida”. As máquinas representariam o humano em sua superação da natureza, podendo, assim, elas mesmas serem “novas fontes de cor ou de alegria”. Os olhos do gerente, supostamente vermelhos devido ao álcool conforme acreditava o injustiçado operário, eram a expressão no capitalista da limitação de sua força e poder que tinha na morte algo que lhe era superior, que lhe impunha um limite insuperável.

³²⁵ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II. Rio de Janeiro: ABL, 1992, p. 192.

SEGUNDA PARTE

O CRÍTICO E OS SUPORTES DA CRÍTICA

A “invenção” de São Paulo

“A sanha de Anhanguera”
“Nação”, Aldir Blanc, 1982.

Há cem anos, os jovens artistas José Wash Rodrigues (1891-1957) e Guilherme de Almeida (1890-1967) ganharam o concurso municipal para a criação do brasão e lema da cidade de São Paulo que, no ano seguinte, 1917, seriam instituídos oficialmente pelo prefeito Washington Luís. Wash Rodrigues era pintor com formação em Paris e criara o desenho do Brasão da cidade com referências aos portugueses, aos bandeirantes, à força da cidade e ao café. Guilherme de Almeida compusera a máxima que deveria enfeixar o símbolo e servir de lema à comunidade paulista: NON DVCOR DVCO (Não sou conduzido, conduzo). Trata-se de um evento simbolicamente expressivo pois associava artistas de diferentes especialidades (pintura e poesia) às forças políticas da oligarquia paulista em torno de um projeto político cultural que se desenvolverá contundentemente no interior da cultura intelectual brasileira: a consolidação de São Paulo como modelo político, econômico, cultural e intelectual para o resto do país.

Como já foi estabelecido pela historiografia pertinente, desde as últimas décadas do século XIX, o Estado de São Paulo vivera um crescimento econômico, urbano e demográfico vertiginoso proveniente da expansão da produção cafeeira e de suas implicações estruturais (ferrovias, portos, comércio, comunicações etc.)¹. Tal processo “matou”² umas e vivificou outras³ cidades, mas a capital paulista tornou-se o símbolo maior deste “progresso” espantoso. Além disso, com o advento da República, o Estado paulista conseguira aumentar significativamente a sua representação política reclamada desde os tempos imperiais.

Assim, o lema criado para a capital paulista é uma espécie de novo batismo oficial da cidade que, por um lado, reivindicava um passado fundador, nos símbolos dos bandeirantes e

¹ Cf. CEPÊDA, Vera Alves. A construção da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República, *Desigualdades & Diversidades* – Revista de Ciências Sociais da PUC – RIO, nº 7, jul/dez, 2010, p. 121.

² Em 1906, Monteiro Lobato tratou do tema das *cidades mortas* pela migração da produção cafeeira para o oeste paulista. Cf. LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1965, p. 3-6.

³ Cf. DOIN, José Evaldo de Melo; NETO, Humberto Perinelli; PACANO, Fábio Augusto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro Paziani. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cenumc, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v 27, nº 53, 2007, p. 95.

dos portugueses, e, por outro lado, lançava-se ao futuro como guia da nação. A recepção na *Revista do Brasil*, também lançada naquele ano de 1916, do novo brasão da cidade não poderia ter sido mais positiva. No artigo intitulado “As armas de São Paulo” ia-se direto ao ponto: “Que cidade do Brasil, entretanto, pode disputar a São Paulo mais honrosa história e mais notável papel na formação da pátria brasileira? Não é preciso que repitamos, com o Visconde de São Leopoldo, que a história de São Paulo é a história do Brasil”⁴. Assim, este engajamento nacionalista, que pretendia modificar o ambiente cético das primeiras décadas da República, envolvia a articulação de artistas, intelectuais e políticos que procuravam consolidar uma visão de mundo segundo uma interpretação da história brasileira que legitimava a primazia de São Paulo (Estado e Capital) no desenvolvimento do país e, portanto, excluía outras tradições, histórias e identidades nacionais e regionais⁵. No mesmo ano, o historiador paranaense Rocha Pombo concedia legitimidade ao empreendimento, pois em São Paulo teria sido:

[...] criada a nova alma da terra, consubstanciando o vigor das duas raças aliadas [portugueses e índios], e fazendo-se assim capaz de assumir a direção da corrente que se instalaria nesse lado do Atlântico. Estúrdia e agitada, a nova alma toma decididamente o seu papel, e escreve na história do Novo Mundo a página mais brilhante, ampliando a conquista até os Andes⁶.

Em 1907, porém, Rocha Pombo considerava que, intelectualmente, “o Rio de Janeiro continuará a ser por muito tempo o Brasil”⁷. Não se trata de uma contradição absoluta do historiador, pois será a partir da década de 1910 que o movimento intelectual e cultural paulista ganhará força e notoriedade nacionais e a *Revista do Brasil* foi o maior índice dessa “origem”⁸.

Dessa forma, o processo de “invenção de São Paulo” no interior da cultura intelectual brasileira contará com uma série de produções simbólicas: textos, ensaios, artigos, museus, discursos, imagens, memórias, políticas culturais, biografias, efemérides, comemorações, nomes de logradouros, manifestos, livros, jornais, revistas, histórias, conferências, romances, contos, poemas, quadros, peças, esculturas, filmes etc. que, de modo algum, se restringirá aos intelectuais paulistas e, muito menos, se fará sem conflitos em torno de tal construção complexa e ambiciosa. João do Rio, que em 1915 precedera a Olavo Bilac⁹ na propaganda nacionalista na Faculdade de Direito de São Paulo onde afirmou a grandeza paulista, dizia posteriormente:

Esta gente de São Paulo, meu caro, alucinada pela glória de suas bandeiras, perdeu o senso comum: entende que jornais e revistas devem encher páginas de aplausos aos seus triunfos, de graça, sem dispêndio até de um comezinho muito obrigado...

⁴ Cf. LUCA, Tania R. de. *Imprensa e mundo letrado paulista no início do século XX: o caso de Monteiro Lobato*. In: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa, história e literatura*, p. 178.

⁵ A “invenção de São Paulo” está intimamente ligada à “invenção do Nordeste”. Cf. ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste*. E outras artes. São Paulo: Cortez, 2011, p. 56.

⁶ POMBO Apud. LUCA, T. R. de. *Imprensa e mundo letrado paulista no início do século XX: o caso de Monteiro Lobato*. In: LUSTOSA, I (Org). *Imprensa, história e literatura*, p. 177.

⁷ POMBO Apud: RIO, João do. *O momento literário*(1907). Curitiba: Criar, 2006, 163.

⁸ Cf. LUCA, Tania R. de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 126.

⁹ Cf. SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 194.

Está, positivamente, mal habituada e quem assim a habituou foi eu...¹⁰
Intelectuais da “velha guarda” pareciam ter algumas restrições em relação à emergência paulista. Olavo Bilac admirado em São Paulo por sua campanha civilista confienciava que:

São Paulo é uma bexiga. Isto não vale dois caracóis! [...] Receberá qualquer dia notícia de minha morte. Não posso viver numa terra onde só há frio, garoa, lama, republicanos, separatistas, camelôs e tupinambás. [...] Que estúpida cidade São Paulo! Que gente pérfida, que clima impossível¹¹.

Intelectuais nascidos em torno da década de 1890, porém, poderiam ver no movimento paulista e, especificamente, no programa nacionalista da jovem *Revista do Brasil* a possibilidade de lançarem-se como artistas e escritores e atuarem segundo os padrões de engajamento da época¹². É assim que o carioca Alceu Amoroso Lima, em 1916, contando com vinte e dois anos, fez sua estreia na *Revista do Brasil*. Segundo suas memórias, tal estreia teria se dado a partir de um convite de Monteiro Lobato¹³. Essa informação é difícil de ser corroborada. Mais preciso, talvez, seria afirmar que, em 1916, Monteiro Lobato não conhecia, sequer de nome, Alceu Amoroso Lima. Em 1921, Lobato escrevia a Alceu aludindo a uma futura viagem ao Rio de Janeiro que permitiria “conhecer o teu frontispício”¹⁴. No acervo epistolar de Alceu, a primeira carta de Lobato data de 1919. Assim, é improvável que o autor dos *Urupês* seja o nome que lhe teria aberto as portas da *Revista do Brasil*.

Encontramos, por outro lado, uma carta de Alceu a Plínio Barreto, então diretor da *Revista do Brasil*, em que o jovem escritor lhe enviava o seu trabalho:

Dr. Plínio Barreto

Tomo a liberdade de enviar-lhe esse meu artigo, esperando que não seja indigno das colunas de sua jovem e já esplêndida Revista. Foram notas coligidas em viagem, e que têm, por todo o nosso Brasil, uma confirmação geral. Se só se deve escrever, tendo alguma coisa a comunicar, penso que o meu pequeno trabalho tem a sua desculpa na sincera indignação com que foi escrito.

Esperando o seu gentil acolhimento [...] ¹⁵

Após algumas considerações, o artigo intitulado “Pelo passado nacional” foi aceito e abriu a edição de setembro de 1916 da *Revista do Brasil*. Era um trabalho de quinze páginas com várias fotografias das regiões visitadas solicitadas pelo próprio Plínio Barreto. Fruto de uma viagem que fizera com Rodrigo de Mello Franco, o texto versava sobre as cidades históricas mineiras, especialmente Ouro Preto e Diamantina. A “indignação” de Alceu dirigia-se ao abandono destas paragens e, neste sentido, mobilizava um tema que, desde o século XIX, encontrou diferentes

¹⁰ RIO João do. Apud. SALIBA, E T. *Raízes do riso*, p. 194.

¹¹ BILAC, Olavo SALIBA, E T. *Raízes do riso*, p. 195-196.

¹² Cf. :PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990; MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difusel, 1979.

¹³ “Em 1917 [sic], um dos primeiros artigos que publiquei, a pedido de Monteiro Lobato, na *Revista do Brasil*, foi provocado por uma visita que Rodrigo de Melo Franco e eu fizemos a Ouro Preto”. LIMA, Alceu Amoroso et al. *Alceu Amoroso Lima: Memórias Improvisadas*, p. 56.

¹⁴ Carta de Monteiro Lobato a Alceu Amoroso Lima, 3-8-1921, acervo CAAL.

¹⁵ PB-C-CP-0632. Cartas de Alceu Amoroso Lima. Coleção Plínio Barreto – Arquivo do IEB/USP.

ressonâncias, mas que ainda aguarda uma teorização de fôlego: o das Cidades Mortas¹⁶.

Em uma gravura do pintor e ilustrador francês Félix Buhot (1847-1898), nomeada *Os espíritos das cidades mortas* (1886), uma gama de silhuetas fantasmagóricas ronda, sobrevoa e peregrina em torno da cidade medieval cercada por muralhas e torres de pedra. No plano inferior, a multidão formada por figuras esboçadas cobertas por longas vestimentas, apoiando-se em cajados, carregando crianças, desloca-se numa espécie de procissão de camponeses paupérrimos. Uma coruja escura os circunda, a cruz negra lhes acompanha sobranceira. No plano superior, entre raios solares cinzentos, acima de todos, grandes personagens, mais bem definidos em seus traços distintivos, mas compartilhando do aspecto fantasmagórico geral do quadro, empreendem um movimento que se sobrepõe ao da turba sem, porém, se confundir com o dela. Os “de cima” parecem rumar para além do céu, penetrar a pequena claridade que guardaria a saída deste mundo de entretons. Estes “espíritos superiores” poderiam significar os valores culturais da “cidade morta”: os saberes racionais na figura do homem com traços apolíneos e a experiência sensual e da beleza no voo da musa seminua. Em meio a eles, porém, a imagem da morte se destaca com seu rosto cadavérico e terrificante. Assim, o percurso superior, talvez, não seja mais do que um caminho para o total desaparecimento. Escrita no ano de 1896 e encenada em Paris em 1898, a tragédia do italiano Gabrielle D’Annunzio, *A cidade morta*, tinha na antiga Micenas o seu “protagonista”. No enredo, um grupo de quatro arqueólogos italianos, após anos de trabalhos de pesquisa na cidade, seria tomado pelo “espírito” do lugar que leva-os à traição, ao incesto e ao assassinato¹⁷.

As “cidades mortas”, assim, guardariam uma “alma”, um espírito, que permaneceria

¹⁶ No início do século XIX, “cidades mortas” poderiam ser as grandes cidades antigas, como Tebas, Luxor e Abidos cantadas no épico napoleônico em torno do Egito. Na década de 1850, na França, surgem livros de viagens sobre cidades mortas, especialmente da Itália que era chamada por Théophile Gautier de “ossuário de cidades mortas”. Nos anos de 1870, aparecem obras sobre as “cidades mortas” francesas, especialmente a de Charles Lenthéric que influenciou escritores que, explicitamente, defenderam a conservação e a autenticidade da existência de tais cidades, como o francês Maurice Barrès e o italiano Gabrielle D’Annunzio, ambos influentes na intelectualidade brasileira do início do século XX. No caso do Brasil, o tema das “cidades mortas”, em meados do século XIX, contava tanto com as referências “clássicas”, com evocações à Pompeia, quanto com constatações como a do francês Ch. Ribeyrolles, segundo quem: “O Brasil, que nasceu ontem, tem já não obstante suas cidades mortas, como os velhos continentes; e poder-se-ia contar mais de um cemitério nessa bela província de Minas Gerais, que foi muito tempo, para Portugal, o opulento Jardim das Hespérides”. Este artigo, que versava sobre a decadência do município de Vassouras, foi reproduzido, pelo menos, em dois outros jornais. Desde então, o tema das cidades mortas povoará a produção intelectual brasileira até às obras que nos interessam diretamente neste trabalho. Cf. MÉRY, Joseph. *Napoléon en Égypte*. Poème en huit chants, par Barthélemy et Méry. Paris: Ambroise Dupont, 1828, p. 138; JACOB DE LA COTTIÈRE. *Les villes mortes*, ou Trois mois au-delà des Alpes; suivi de Mon. Macintosh. Lion: Imprimerie d’Aimée Vingtrinier, 1857; GAUTIER, Théophile. *Quand on voyage*. Paris: Michel Lévy Frères, 1865, p. 184; LENTHÉRIC, Charles. *Les villes mortes du golfe de Lyon*: Illiberris, Ruscino, Narbon, Agde, Maguelone, Aigues-mortes, Arles, les Saintes-Maries. Paris: Plon, 1876; BARRÈS, Maurice. *Le jardin de Bérénice*. Paris: Perrin, 1891; D’ANNUNZIO, Gabrielle. *La città morta*. Milão: Treves, 1898; FOLHETIM. Livro do domingo, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1857.; RIBEYRROLES, Ch. Uma pequena cidade do interior – Vassouras, *O Parahyba*, Petrópolis, 7 out. 1858, p. 1-2. O mesmo artigo saiu em: *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1859, p. 1-2; *Correio Paulistano*, São Paulo, 23 ago. 1859, p. 3-4.

¹⁷ Cf. KLOPP, Charles. Life as theater: Gabrielle D’Annunzio. In: VENA, Michael (org). *Italian playwrights from the Twentieth Century*. A companion text. [s.l.] Michael Vena, 2013, p. 31-35.

por um longo tempo, apesar do abandono por parte dos vivos, mas que poderia ser perdido se nada fosse feito. É no interior desta tradição que Alceu Amoroso Lima, no artigo “Pelo Passado Nacional”, fala que mantivera um “grato colóquio com as coisas do passado” e que “se ousa agora tomar da pena, é porque deles, dos nossos mortos amados, ouvi uma longa queixa sentida contra o desamparo em que os deixam os brasileiros de hoje”¹⁸. Alceu, então, define:

Eis a função das Cidades Mortas: acordar em nossas almas o respeito pelas coisas de antanho, o penhor seguro de um amor positivo às coisas do presente. Para sermos verdadeiros patriotas, para alcançarmos esse patriotismo superior em que o coração é um simples colaborador da razão, precisamos comover o nosso espírito ante o espetáculo da tradição. O passado é um grande educador comunicando-nos essa comoção indispensável ao trabalho fecundo das ideias, mas as suas lições só são verdadeiramente instrutivas, quando tem por cenário o quadro em que ele desenrolou. No Brasil, sobretudo, agonizante à míngua do patriotismo, é de urgente necessidade guardar para a nossa e para as gerações vindouras a moldura do nosso passado. E se os homens que o fizeram, pródigos não foram em obras e construções, maior deve ser o nosso desvelo pelo pouco que nos resta das épocas vividas¹⁹.

O texto procura, assim, desdobrar os significados que tal relação com o passado deveria manter com o presente. Para isso, Alceu recorria ao nacionalista radical francês Charles Maurras, em uma citação bastante precisa: “Quem fala antiguidade, não o diz de forma sagrada; nossa vida tem o direito de destruir para reconstruir; o mundo não é um museu”²⁰.

O que se questionava, então, era a maneira como eram levados a cabo os processos de restauração/destruição das construções passadas. Não haveria um critério nem, muito menos, uma razão “indispensável à intensificação da vida” que justificasse tais mudanças, mas apenas duas forças: “a ignorância dos homens e a marcha do tempo”. Desse modo, em Diamantina, o clero católico fazia “verdadeiras mutilações” na Casa do Contrato, a fim de abrigar as novas instalações da Casa do Bispo, chegando a inscrever a data 1915 na fachada do prédio. Construções que remeteriam a nomes como Chica da Silva e Tiradentes, dentre muitos outros, estariam sendo abandonadas. Denunciava-se o fato de as obras do “gênio” Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, estarem desprotegidas e sujeitas às intempéries, assim como estariam em ruínas edificações que remetiam aos inconfidentes e poetas do arcadismo mineiro. O mesmo ocorreria em Antonio Dias, São João del Rei, Sabará, Mariana, Serro e Caeté; o autor cita ainda o caso de Belo Horizonte que derrubara a antiga matriz do Curral del Rei para a “substituírem por alguma inexpressiva capelinha gótica”. Enumeram-se casos em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, concluindo que “a morte dos monumentos é uma epidemia nacional”²¹.

Alceu Amoroso Lima propunha uma relação construtiva com o passado, apropriando-se do tema das “cidades mortas” para reconhecer uma tradição pulsante nas cidades do período

¹⁸ LIMA, A. Amoroso. Pelo Passado Nacional, *Revista do Brasil*, n. 9, São Paulo, Set. 1916, p. 1.

¹⁹ LIMA, A. Amoroso. Pelo Passado Nacional, *Revista do Brasil*, p.2.

²⁰ Citado em francês. MAURRAS Apud. LIMA, A. A. Pelo Passado Nacional, *Revista do Brasil*, p.6.

²¹ Cf. LIMA, A. Amoroso. Pelo Passado Nacional, *Revista do Brasil*, p.14.

colonial que poderia ser útil à formação de uma cultura nacional:

A arte, a literatura, o estilo, a organização verdadeiramente nacionais serão uma consequência lógica do nosso meio, do nosso clima, da nossa filiação, das nossas tendências. Hoje, o espírito brasileiro está inteiramente obliterado por estranhas influências; os artífices do futuro, trabalhando pela boa Obra, que não desprezem o espetáculo de nossas origens, quando o mimetismo ainda nos não havia de todo descaracterizado. É preciso encarar o passado, ler o caráter do presente através das lantejoulas artificiais, e compreender o futuro, para tentar, então, logicamente, algo de definido pelo espírito nacional. Tratemos portanto de guardar as roupagens do nosso berço, para os obreiros do futuro²².

Para a consecução de tal projeto nacionalista, o jovem escritor defendia a criação de:

[...] uma lei, essa ao menos útil e benfazeja, à sombra da qual possam viver respeitados os vestígios dos nossos primeiros anos, como colônia e como nação. Somos um povo em infância, somos nós os fazedores do passado, não há dúvida, mas não poderemos levar avante a nossa missão se desprezarmos o que para nós constitui o passado da pátria. A perspectiva das origens é um elemento primordial dos povos em formação; e é pela memória do passado que deve começar a obra de construção nacional. A missão suprema do brasileiro de hoje é reunir os materiais para preparar um espírito nacional, em todas as manifestações de sua atividade. E para isso, é preciso que ao artista, ao jurista, ao arquiteto, ao político, ao militar, ao industrial, não seduza unicamente a originalidade; “só se tem o direito de ser original sem o querer”, disse-o Joaquim Nabuco²³.

Mais de vinte anos após este artigo de Alceu Amoroso Lima, o Brasil conhecerá uma lei nacional, de autoria de Mário de Andrade, de proteção de bens materiais²⁴ de cunho histórico e artístico que, então, se aglutinarão sob o conceito de patrimônio. Além disso, seu companheiro de viagem, Rodrigo de Mello Franco, será um dos nomes mais importantes na história da institucionalização das políticas de patrimônio histórico, cultural e artístico no Brasil²⁵.

No “indignado” artigo de Alceu Amoroso Lima não faltou o devido “tributo” à visão paulista da nacionalidade que se afirmava à época, reconhecendo os méritos paulistas tanto no passado, pois “Vila Rica e o Tejuco, hoje Ouro Preto e Diamantina, incarnaram a epopeia bandeirante. A capital do ouro e a capital do diamante foram a dupla expressão do sonho radioso, que permitiu e realizou a conquista do Sertão”²⁶; quanto no presente, ao apelar à São Paulo, onde “é bem vivo o amor pelas velhas construções do passado e pelas tradições nacionais [...] pelo menos em certas camadas superiores da população”, devendo-se reconhecer os esforços de nomes como os de Washington Luís, Ricardo Severo e Eduardo A de Andrada²⁷.

²² LIMA, A. Amoroso. Pelo Passado Nacional, *Revista do Brasil*, p.15.

²³ LIMA, A. Amoroso. Pelo Passado Nacional, *Revista do Brasil*, p.14-15.

²⁴ Apesar de o anteprojeto de Mário de Andrade prever o tombamento de bens materiais e imateriais, o Projeto/Lei 25/37 considerou apenas os primeiros.

²⁵ Cf. LANARI, Raul Amaro de Oliveira. *O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

²⁶ LIMA, A. Amoroso. Pelo Passado Nacional, *Revista do Brasil*, p.1.

²⁷ Respectivamente, prefeito da cidade de São Paulo; engenheiro lisboeta; engenheiro chileno. Todos ligados, via casamento, a setores da oligarquia paulista. Os dois engenheiros estrangeiros eram entusiastas dos estilos neocoloniais e tradicionalistas. LIMA, A. A. Pelo Passado Nacional, *Revista do Brasil*, p.12. Cf. MICELI, Sérgio. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras,

A reflexão a partir das “cidades mortas” constituiu-se como um eixo desse nacionalismo nascente. Ao citar a obra de Maurice Barrès, *La grande pitié des Églises de France*, Alceu lembrara a campanha do nacionalista francês por uma legislação que protegesse não só as grandes catedrais góticas, mas também as pequenas construções do passado. Barrès tratou da questão das “cidades mortas” no romance *Le Jardin de Bérénice*, cuja temática central é uma cidade medieval francesa, Aigues-Mortes, bastante similar à retratada na gravura de Félix Buhot citada acima. Numa passagem do romance, o protagonista, o político viajante Philippe, fala ao seu amigo Simon, em Paris, sobre Bérénice e seu jardim em Aigues-Mortes:

Venha à Aigues-Mortes, ao seu estreito jardim sem vista para o mar. Estas muralhas fechadas, esta torre Constance que não tem mais o que guardar senão as suas lembranças, esta planície fértil apenas em sonhos colocam a minha Bérénice na sua luz verdadeira, - como o pássaro do Paraíso é realmente o mais belo dos pássaros apenas nos galhos umedecidos de calor nas melancólicas florestas do Brasil²⁸.

O tema da “cidade morta” na reflexão francesa era um meio de garantir a autenticidade em meio à suposta diluição dos meios urbanos e internacionalizados, uma maneira de valorizar o homem “simples”, interiorano, e da vida segundo o instinto e a sagacidade da natureza. Era fundamentalmente uma crítica ao “homem desenraizado (*déraciné*)”, conforme refletira originalmente Barrès²⁹. Na perspectiva do nacionalismo brasileiro, as “cidades mortas” eram vistas como forma de se assegurar ao país algo de próprio, de único e original. Ao mesmo tempo, tal perspectiva ia ao encontro de temáticas recorrentes na cultura intelectual brasileira, como a oposição sertão/litoral, nacionalismo/cosmopolitismo e autenticidade/bovarismo.

Monteiro Lobato escreveu sobre as “cidades mortas” em artigo de 1906 que depois saíra em livro homônimo lançado em 1919. As “cidades mortas” descritas por Lobato eram aquelas abandonadas pelo progresso nômade do café: “Os senhores do café já haviam passado, realizado seus lucros e migrado com seus capitais para terras mais férteis a oeste – restou o caboclo ‘sorna’ vegetando em meio à ruína geral”³⁰. Assim, seja como lugar da autenticidade para a constituição da identidade nacional, como queria Alceu, seja como problema nacional premente, como pretendia Lobato, as “cidades mortas” deveriam ser escutadas.

Utopia agrária e regionalismo paulista

Um ano após a publicação do artigo “Pelo Passado Nacional”, Plínio Barreto era quem convidara agora Alceu a escrever sobre o escritor, advogado, jurista e diplomata Souza Bandeira que acabara de falecer (1865-1917). Alceu frequentava a casa de Bandeira e nessa época trabalhava no seu escritório de advocacia³¹. Além de escrever o elogio póstumo, ele enviara

2003.

²⁸ BARRÈS, Maurice. *Le jardin de Bérénice*. Paris: Perrin, 1891, p. 171-172.

²⁹ Cf. BARRÈS, Maurice. *Les déracinés*. Le roman de l'énergie nationale. Paris: Bibliothèque-Charpentier, 1897.

³⁰ Cf. NAXARA, M R C. *Estrangeiro em sua própria terra*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1991, p. 207.

³¹ Em um de seus livros de memórias, conta ter frequentado o “salão de Souza Bandeira”, onde conheceu seu

outro trabalho a Barreto, o qual considerava “merecer a atenção de todo Brasileiro” e que só perderia algum valor se comparado aos escritos de Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, que vinham sendo publicados nas páginas da *Revista do Brasil*³². O artigo “Êxodo” foi lançado em setembro de 1917, um mês após o necrológio de Souza Bandeira³³.

Três tópicos se articulavam neste novo trabalho: a condição que cada nação passaria a ter a partir da eclosão da Grande Guerra, o desenvolvimento material e cultural do Brasil ao longo de sua história e a maneira como economicamente e politicamente o país deveria se afirmar frente às demais nações do globo. Escrito poucos meses antes de o Brasil declarar guerra à Alemanha, o artigo considerava que mesmo as nações não envolvidas diretamente na conflagração sofreriam algum tipo de ação reflexa, a situação mundial revelava a “precariedade da existência das nações fracas” e “a necessidade de viver cada nação sobre si”³⁴.

Constituir uma “nação forte” seria a condição de sobrevivência em uma realidade mundial belicosa marcada por um futuro incerto, a finalidade de um país seria “*viver fortemente pela máxima independência*”. O engajamento deveria se tornar uma prerrogativa no interior da cultura intelectual, conforme a divisa “saibamos pensar nossa ação e agir nossas ideias”. Alceu faz, então, uma breve reconstituição, tanto dos esforços tidos por ele como nacionalistas quanto dos focos de desenvolvimento produção intelectual ao longo da história brasileira.

Os ímpetus nacionalistas estariam presentes desde a trajetória do português João Ramalho (1493-1580), no século XVI, na região de São Paulo. Teriam ganhado força nas guerras de expulsão dos holandeses de Pernambuco, no século XVII, assumido o caráter independentista desde as lutas de 1817, se consolidado em 1822 e assumido desenvolvimentos diversos em 1824 e 1831³⁵. Alceu menciona um “nacionalismo militar” incipiente nas guerras do Prata, fortalecido na Guerra do Paraguai e que atingira seu zênite com a República e estaria, portanto, em fase de decadência. O autor lembra que o romantismo criara o nacionalismo literário que “encordoou em sua lira o sentimento patriótico”, mas considerava que “a feição nacional das *letras é* hoje uma necessidade da inteligência e não um esforço do sentimento”³⁶.

Para Alceu, o desenvolvimento das “manifestações mentais” dos povos acompanharia, especialmente, o progresso econômico. Assim, ao invés do critério nacional, o autor elege como

sobrinho, Manoel Bandeira, e tivera contato com nomes como Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, Aluísio de Castro, Carlos Peixoto, James Darcy e Alberto de Oliveira. Cf. LIMA, A. A. *Memorando dos 90*, p. 291.

³² PB-C-CP-0634. Cartas de Alceu Amoroso Lima. Coleção Plínio Barreto – Arquivo do IEB/USP.

³³ Cf. LIMA, Alceu Amoroso. Souza Bandeira, *Revista do Brasil*, n 20, S Paulo, pp. 427 - 430, ago. 1917.

³⁴ *Brasil*, n 21, São Paulo, set LIMA, Alceu Amoroso. O êxodo, *Revista do*. 1917, p. 30.

³⁵ Esta reconstrução era bastante convencional e, à exceção do nome de João Ramalho e do lugar originário paulista, pode ser reencontrada, dentre outras referências, na *História do Brasil* de João Ribeiro, que conhecera várias edições durante a Primeira República. Cf. RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901.

³⁶ LIMA, Alceu Amoroso. O êxodo, *Revista do Brasil*, n 21, São Paulo, set. 1917, p. 30.

fio condutor da história literária, entendida em seu sentido mais largo, a formação de centros econômicos e culturais. Consequentemente, sinteticamente, “o século XVI pertenceu a Pernambuco, o XVII à Bahia, o XVIII a Minas Gerais, o XIX o Rio de Janeiro; o século XX é o século de S Paulo”³⁷. Esta fórmula será reelaborada nos anos seguintes por Alceu Amoroso Lima sem, porém, modificá-la profundamente. O seu sentido normativo era o de que os “povos precisam ser livres para ser ricos, e ricos para ser inteligentes”.

A questão acerca dos males do país, então, torna-se um problema sobre a constituição de sua riqueza. Esta poderia ser produzida de diversas maneiras, mas haveria um meio que seria superior a todos: o “trabalho sobre a terra”. O nacionalismo agrário seria o substituto do nacionalismo militar. Embora tal visão remonte ao Primeiro Império³⁸, tenha sido constituinte do liberalismo oligárquico da Primeira República³⁹ e contara com teóricos expressivos que a esposaram⁴⁰, o jovem Alceu ainda a considerava como sendo a perspectiva mais lógica e racional para a consecução da futura emancipação econômica nacional. E ele tinha algumas razões para isso. A começar pelos artigos sobre as *Populações Meridionais do Brasil* de Oliveira Viana lembrados pelo próprio Alceu. Alguns temas destacam-se nessa obra de Viana que:

[...] contrasta a “variabilidade e instabilidade próprias dos elementos urbanos” e a “grande virtude e moralidade” da “alta classe rural, modelada pelo meio conformador de almas”, em claro elogio à “família fazendeira... classe fundamentalmente doméstica” e portadora do “nosso caráter nacional”; e aponta a “hegemonia história das populações do norte e do Sul do país”⁴¹.

Alceu considerava que o nacionalismo agrário poderia “determinar os mais imediatos e proveitosos [benefícios]: aumentar a produção nacional, e por conseguinte a independência nacional; apurar o tipo da raça; permitir a formação de grandes famílias; conjurar, no berço, a guerra de classes”⁴². Se a riqueza nacional vinha da produção agrária, o mais “lógico” seria aperfeiçoar tais processos. De acordo com tais ideias, era o campo que “apuraria” a “raça”: “Formando, portanto, com os elementos brasis a base física da liga, fazendo da sensibilidade luso-africana o seu perfume moral, e caldeando o todo com a inteligência e a tenacidade arianas, teremos forjado o nosso sinete nacional”. A formação das “grandes famílias” garantiria a estabilidade da teia social, ao contrário dos caldeamentos arbitrários das cidades.

Tal “utopia agrária” impediria, ainda, a formação da “guerra de classes” no país, pois:

³⁷ Cf. LIMA, Alceu Amoroso. O êxodo, *Revista do Brasil*, p. 33-35.

³⁸ Octávio Tarquínio de Sousa, analisando a obra de Evaristo da Veiga, ironizava a velhice da noção sobre a “vocaçãõ agrária do Brasil” lamentada pelo jornalista e político do Primeiro Império. Cf. SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: CEN, 1939, p. 62.

³⁹ Cf. CEPÊDA, Vera Alves. A construção da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República, *Desigualdades & Diversidades – Revista de Ciências Sociais da PUC – RIO*, nº 7, Rio de Janeiro, jul-dez 2010, p. 119.

⁴⁰ Cf. MARSON, Adalberto. *A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 171.

⁴¹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 156.

⁴² LIMA, Alceu Amoroso. O êxodo, *Revista do Brasil*, p. 36.

A revolução social, que se prepara, não poderá senão reagir fracamente em nosso meio, de condições bem outras que na Europa, onde as classes são fato e não uma designação, como entre nós. Tendo o exemplo europeu mostrado que a formação de classes, com interesses e objetivos inteiramente diversos, redundava na guerra entre as mesmas, é do mais claro bom senso impedir que, no Brasil, alcancem elas uma personalidade tão forte, como atingiram no velho continente. O meio prontamente acessível de se chegar a esse resultado parece ser a distribuição mais equitativa das riquezas, evitando a miséria que, graças a determinadas circunstâncias, não existe ainda entre nós⁴³.

Ao defender o “êxodo” das populações citadinas para o meio rural, ele harmonizava-se com políticas que efetivamente vinham sendo praticadas. A essa época, órgãos oficiais falavam em cidades inundadas por “desocupados” oriundos do campo e, em 1914, “a Agência Oficial de Colocação reconduziu para o interior cerca de vinte mil pessoas, sendo que doze mil no período que mediou entre Agosto e Outubro”⁴⁴. Alceu criticava o excesso de lirismo do brasileiro, constatando que “somos todos um pouco Ricardo Coração dos Outros”. A lembrança do personagem, em nenhum momento, porém, parece lhe remeter ao triste percurso do protagonista do romance, Policarpo Quaresma, que vê seu otimismo agrário ser destruído pelas saúvas, pelo abandono do trabalhador rural e pelas perversidades do comércio e da política republicanos, sendo tal obra uma verdadeira barreira frente a qualquer onda ufanista.

O Brasil, porém, seria país eminentemente agrícola, os centros urbanos estariam repletos de problemas sociais e o foco de riqueza que despontava em São Paulo teria sua origem nas fazendas cafeeiras. Estas representariam, novamente, após a decadência pernambucana e carioca, o poder agregador das grandes famílias, fixariam o homem ao solo, seriam “um novo feudalismo que se prepara, de grande utilidade para o nosso futuro, se leis sábias impedirem a formação de imensas fortunas individuais, de forma a dar a esse feudalismo uma feição como que patriarcal”. E, com esse novo “feudalismo”, uma nova “cruzada para o sertão” se iniciaria⁴⁵. A obra do nacionalismo agrário contaria com a soma dos tipos regionais autênticos, “o ânimo do bandeirante, a ambição do seringueiro, a resistência do caboclo, a astúcia do jagunço, a bravura do gaúcho”⁴⁶. Mas caberia a São Paulo “a realeza na República. Não é caso de invejas pequeninas; esforcemo-nos, somente, por que o regionalismo, em vez de abafar o nacionalismo lhe insufla novo vigor”⁴⁷.

⁴³ LIMA, Alceu Amoroso. O êxodo, *Revista do Brasil*, p. 39.

⁴⁴ NAXARA, M R C. *Estrangeiro em sua própria terra*, p. 90.

⁴⁵ LIMA, Alceu Amoroso. O êxodo, *Revista do Brasil*, p. 39; 41.

⁴⁶ LIMA, Alceu Amoroso. O êxodo, *Revista do Brasil*, p. 38.

⁴⁷ LIMA, Alceu Amoroso. O êxodo, *Revista do Brasil*, p. 35.

O Lançamento de *O Jornal*

O Jornal foi fundado em 1919 por Renato de Toledo Lopes, no Rio de Janeiro, e se constituiu como importante folha no contexto da imprensa nacional. Em carta a Alceu Amoroso Lima, Monteiro Lobato fazia, de São Paulo, considerações sobre o aparecimento do periódico:

[Essa] bela tentativa de imprensa decente que vocês com tanta tenacidade vão levando para diante. Infelizmente, não é o Rio o ponto estratégico para um Jornal assim prosperar. É aqui, onde a árvore da cultura pega, [...] e está a copar-se pelo Estado inteiro.

O 1º Jornal de 100.000 exemplares será aqui, não no Rio. Veja ao mapa [...] de estradas de penetração que partem de S Paulo. [...] O centro comercial e industrial do país tende a localizar-se aqui. O jornal a 200 reis aqui cumpre vingar e, desinteressante como é o “Estado” [de São Paulo], cumpre manter uma tiragem de 50.000 [...]. Mas no Rio, em concorrência com rivais parasitários do Tesouro, [...] e sem saída para o interior - o grande recurso paulista - não vejo [...] possibilidade de êxito monetário na imprensa honesta que não se aluga. Surgido aqui, e caso a popularidade dele dependesse da triagem, o “Jornal” estaria hoje com 60 ou 80 mil exemplares de tiragem. S Paulo está com fome de um jornal legível⁴⁸.

O Jornal foi o primeiro veículo midiático adquirido por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, em outubro de 1924, tornando-se a pedra fundamental de seu futuro império na comunicação de massa. Chateaubriand, além de dinamizá-lo de forma inaudita, concederá ao jornal maior espaço publicitário, manchetes mais chamativas, ampliação das seções e das páginas, edições especiais e comemorativas, além de criar concursos cinematográficos e de Miss Brasil, rifas para os leitores, sorteios de prêmios e, até, um curioso “jornal luminoso”⁴⁹. Criará, ainda, sucursais, primeiro nos subúrbios do Rio de Janeiro e, depois, em outras cidades, como Belo Horizonte. Com a aquisição do *Diário da Noite*, de São Paulo, em 1926, ele começa uma rede de periódicos que resultará nos “Diários Associados”.

Como afirmam as memórias de Alceu Amoroso Lima e a biografia de Assis Chateaubriand feita por Fernando Morais, *O Jornal* seria um periódico de “novos” que buscariam romper com a tradição jornalística identificada com *O Jornal do Comércio*. O próprio nome do matutino era uma *blague*. Seu título proviria de um jogo de sentidos que o cidadão carioca poderia compreender de imediato. Dizia-se apenas, “me dê o jornal de hoje” e o vendedor entendia tratar-se do *Jornal do Comércio*. Assim, *O Jornal* é retomado como um veículo que expressaria certo anseio de “novidade” e “modernidade”, com menos “carranquice” no cenário da imprensa nacional. Em seus primórdios, *O Jornal*, custava 100 réis em todo o Brasil, tinha a redação e administração na Rua Rodrigo Silva, nº 12, na capital e circulava de terça a domingo⁵⁰. Nos primeiros meses, após algumas modificações, *O Jornal* passa a ser

⁴⁸ Carta de Monteiro Lobato a Alceu Amoroso Lima, s/data, acervo CAAL.

⁴⁹ Cf. “O JORNAL” luminoso, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1926, p 1.

⁵⁰ Tal periodicidade se deu em 1921, como anunciara o expediente: “Devido à recente lei municipal decretando o descanso semanal obrigatório para a imprensa e proibindo o funcionamento das oficinas tipográficas, de 8 horas da manhã de domingo às 8 horas da manhã do dia seguinte, o ‘O JORNAL’ não circulará às segundas-feiras”.

composto, em média, por doze páginas que abrigavam cerca de quinze grandes seções. Aos domingos, seu tamanho aumentava para algo em torno de 16 a 20 páginas.

Nas recordações de Alceu, este conta que, relutante ao convite de participar do periódico, fora motivado por seu criador que dizia “que o que ele pretendia era exatamente fundar um jornal de ‘tímidos’, de ‘amadores’, de gente pouco conhecida”⁵¹. Tal “novidade”, porém, deve ser nuançada. Observando a formatação do periódico e suas semelhanças com as grandes folhas que circulavam na capital, como *O Paiz*, *O Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Imparcial* e *A Noite*, mais certo é dizer que *O Jornal* expressa bem aquele início da fase empresarial na imprensa brasileira descrita por Nelson Werneck Sodré:

Se, com o pós-guerra, profundas alterações se denunciam na vida brasileira, tais alterações, para a imprensa, acentuam rapidamente o acabamento de sua fase industrial, relegando ao esquecimento a fase artesanal: um periódico será, daí por diante, empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas⁵².

Assim, podemos entender o modo como o *O Jornal* procurou atuar. Lopes de Toledo, em brinde de champanhe no banquete de inauguração da folha, explicita tal aspecto:

— Antes do grande público, cada um de vós, em sua consciência, é um juiz dos atos e das atitudes desta *empresa*. Por isso, é perante vós que eu quero assumir toda a responsabilidade que me cabe, e alargá-la, definindo-a. A ideia da fundação d’O JORNAL nasceu da impressão que nos deixava a nós, homens de boa vontade, o espetáculo de nossa pátria. Desde a abolição e da proclamação da República, dir-se-ia que nunca mais um ideal agitou o Brasil; e pouco a pouco o povo foi perdendo o interesse da coisa pública. Desapareceram as ideias; e em contraposição avultaram as pessoas. [...] Mas não quisemos ficar no grupo dos cétricos e inativos. Aqui nos reunimos, pois, homens de diferentes crenças e tendências, que se encontram na ideia comum de estudar com honestidade e boa fé. [...] Tudo que for estimular as forças da nação, tudo que for nobre, pelo bem e pela justiça, encontrará sempre o apoio d’O JORNAL — que não tem amigos nem inimigos. Neste caminho como bons orientadores e esclarecedores do público, nunca encontrareis embaraços, nem restrições da parte da direção desta casa. Iniciemos, portanto, com toda a coragem, com energia e com fé, o nosso labor imenso [grifo nosso]⁵³.

Notamos que no discurso de lançamento de *O Jornal* alguns temas se destacam, como a necessidade de se sair do ceticismo, se combater por um ideal comum, mobilizar-se por uma causa pública notadamente identificada com a necessidade nacional. Trata-se de um tema recorrente que, num olhar retrospectivo, ganhará tons de diferenciação entre a geração intelectual que inicia sua atuação por volta do período da Primeira Guerra Mundial⁵⁴ e a anterior que passa a ser caracterizada como desconectada das questões nacionais⁵⁵.

A disposição para a formação de opinião a partir da informação é clara. Tal característica era comum na história da imprensa do país. Ao mesmo tempo, enuncia sua

Expediente. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 de ago. 1921, p. 1.

⁵¹ LIMA, Alceu Amoroso. Apud REIS, V L dos. *O perfeito escriba*, p. 67-68.

⁵² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 409.

⁵³ LOPES, Renato de Toledo. “O Jornal”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919, p. 1.

⁵⁴ Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*, p. 73 e segs.

⁵⁵ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 117 e segs.

orientação pluralista que procuraria conciliar diferentes “crenças e tendências” em prol do bem comum nacional. Nascia evocando a imparcialidade como característica central de um periódico que não teria “amigos nem inimigos”. Tal retórica era recorrente nos jornais. Já em 1901, no lançamento do *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt esclarecia que:

A praxe de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares, tem sido sempre a firmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagema para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião [...].⁵⁶

Portanto, a retórica da neutralidade e imparcialidade é antes um índice de investigação acerca das maneiras de lançar-se ao público do que uma garantia de objetividade.

Gostaríamos de notar que, neste início, o periódico abraça, ainda em consonância com sua suposta vocação pluralista, o elogio à democracia e à participação política dos cidadãos brasileiros. Pequenas notas localizadas no lado esquerdo da primeira página, os expedientes informavam, esclareciam e comunicavam aos leitores questões pertinentes à dinâmica do jornal, desde sua política para publicidade, passando pelo protocolo de assinantes, pela circulação e preço do impresso, até sobre a não responsabilidade acerca de textos assinados. Em seu primeiro número, *O Jornal* trazia em letras em caixa alta a seguinte sentença: “SE O SR NÃO É ELEITOR NÃO CUMPRE O SEU PRIMEIRO DEVER DE CIDADÃO; E OS MAUS GOVERNOS SÃO A CONSEQUÊNCIA DESSES MAUS CIDADÃOS”⁵⁷. *O Jornal* lançava-se, ao menos a princípio, como defensor das soluções democráticas às questões políticas brasileiras, julgando que a participação sufragista da maior parte dos cidadãos eleitores fosse capaz de modificar o estado de coisas através da constituição de “bons governos”. Esta defesa da democracia e da possibilidade de o voto direto constituir-se em matriz de renovação e melhoramento político será radicalmente questionada no decorrer da década de 1920.

O periódico teria surgido de um conflito no seio do tradicional *Jornal do Comércio*. Toledo Lopes, diretor desse periódico, desentendera-se com Félix Pacheco. Infelizmente, não há maiores informações sobre o caso. O próprio Renato de Toledo Lopes é um personagem ausente das histórias da imprensa e do jornalismo no Brasil. As maiores informações chegam por parte das memórias de Alceu Amoroso Lima:

A própria fundação de *O Jornal*, em 1919, fora um sinal dos tempos. Era uma tentativa de criar um órgão novo, que substituísse o famoso velho órgão (*Jornal do Comércio*) que, por quase um século, representara a grande imprensa do país. Principalmente a imprensa de espírito conservador e oficialista. O *O Jornal*, pela orientação de Renato Lopes [...] visava criar um novo tipo de imprensa livre, com a

⁵⁶ BITTENCOURT Apud. SODRÉ, N W. *História da imprensa no Brasil*, p. 328.

⁵⁷ EXPEDIENTE, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919, p 1.

colaboração de jornalistas não profissionais (...)”⁵⁸.

O Jornal se tornará mais presente nas histórias da imprensa a partir de sua aquisição pelo paraibano Assis Chateaubriand, em outubro de 1924, que fará do periódico um norte para o desenvolvimento das técnicas de impressão, publicidade, circulação, formatação e, além disso, um canal de expressão das polêmicas em torno das questões políticas de relevância nacional.

O Jornal pode ser dividido, no período que compreende nossa pesquisa, em duas fases: a primeira, desde sua fundação em 1919, até sua compra por Assis Chateaubriand, em 1924, quando iniciaria a segunda fase. Além da mudança de proprietário, são nítidas as transformações estruturais do periódico, desde os equipamentos e estratégias comerciais adotados até à equipe de colaboradores, além de seu formato gráfico e, também, o seu engajamento político. Podemos adiantar sobre as duas fases do periódico, tão complexo em suas dezenas de seções, colunas, escritos, charges, caricaturas, análises, comentários, notícias e nomes que tal transição refletirá a passagem de uma perspectiva pluralista e relativamente tolerante a outra mais sectária e doutrinária, notadamente nos editoriais de Assis Chateaubriand.

No início, a primeira página mantinha um índice com todo o conteúdo da publicação e uma coluna chamada “O Jornal dos jornais - Ideias de Ontem” que trazia as notícias de alguns dos maiores periódicos do país. Era na primeira página que se concentrava a maioria dos artigos assinados, normalmente três ou quatro. Não havia um editorial propriamente dito, como existirá, a partir de 1924, quando o nome de Assis Chateaubriand vinha abaixo de textos opinativos e doutrinários. Em sua primeira fase, *O Jornal* manteve polêmicas entre os artigos assinados, sem dúvida, mas o próprio jornal se isentava de responsabilidade por tais expressões. Era na primeira página, ainda, que saía a coluna “Coisas de Antanho” assinada por “Conselheiro Ayres” e que, como o nome sugeria, tratava de eventos passados, mormente em forma de pequenas anedotas, não raro, tendo como cenário o século XIX. A primeira página contou, também, até meados de 1921, com charges diárias produzidas por autores nacionais. A partir de 1921, as caricaturas passam a ser de autoria estrangeira. Os brasileiros Raul, J Carlos, Genesco, Oswald, Edmir, Manolo, Perdigão, Nery, Jefferson, Seth entre outros, assinaram trabalhos que, rompendo a linearidade dos caracteres empilhados em sete colunas inquebrantáveis, operavam como verdadeiros cartões de visita na primeira página do jornal. Eram também uma espécie de cartuns editoriais, uma vez que não se abstiveram de posicionar-se frente aos acontecimentos culturais, políticos e sociais correntes.

A primeira página abrigará, com o passar do tempo, a maioria do conteúdo assinado de cunho político-intelectual, incluindo aí as charges. Nela começarão a sair, após muitos

⁵⁸ Carta de Alceu Amoroso Lima a Alberto Venâncio Filho em 1979. In: CARDOSO, Vicente Licínio (ORG). *À Margem da história da República – Ideais, Crenças e Afirmações – Inquérito por escritores da geração nascida com a república*. Tomo II. Brasília: Editora da UNB, 1981, p. 113.

deslocamentos de páginas, os artigos *Vida Literária*, que inicialmente apareciam sob a rubrica *Bibliografia*, assinados por Tristão de Athayde que escrevera neste periódico desde seu início até 1945. Na primeira página aparecerão, na primeira fase, os textos de João Ribeiro, João Do Norte (Gustavo Barroso), Ronald de Carvalho, Jackson de Figueiredo, Perilo Gomes, Fidelino de Figueiredo, José Maria Belo, Capistrano de Abreu, Delgado de Carvalho, A Carneiro Leão, Monteiro Lobato e dezenas de outros.

A segunda seção, geralmente na segunda página, denominava-se “Comentários” e tratava de vários assuntos cujos textos não eram assinados. Aí apareciam notas sobre o executivo, o judiciário, da capital e dos estados, assim como algumas notícias internacionais. Pequenas notas que traziam títulos como “o café”, “diplomas falsos”, “combatendo o jogo”, “sociedade vegetariana brasileira”, “uma acusação contra um médico”, “morte sem assistência médica”, “os serviços anarquizados do Lloyd Brasileiro”⁵⁹. Abriga também “O Conto do Jornal” que era diário e ocupava cerca de um quarto da página do jornal. Pequeno fragmento literário, o “Conto do Jornal”, que também poderia sair na primeira página, era uma coluna que, a cada dia, trazia um autor diferente, raramente um nome de grande fama. Também na segunda página, era assinada a coluna “Artigo sem fundo” por João sem Telha que ironizava, justamente, os “artigos de fundo”⁶⁰, isto é, os editoriais, os textos que centralizam as ideias dos periódicos. Sua coluna era opinativa e poderia abordar desde temas como a seca no nordeste e o bovarismo das elites brasileiras até os “males da luta de classes” sempre, porém, de forma breve e bem humorada⁶¹.

A terceira seção chamava-se “Fatos e Informações”. Pequenas notas pululavam pela página. Notícias variadas, com títulos em caixa-alta, algumas com ilustrações fotográficas. Aí saíam informações sobre as greves e o movimento operário em geral. Neste noticiário, as demandas trabalhistas eram permeadas pelos assuntos policiais. As pequenas notas traziam títulos autoexplicativos: “O assistente da brigada conferencia com o chefe de polícia”, “Mais grevistas presos”, “Uma comissão do Centro Industrial de Tecidos na Polícia Central”, “A fábrica ‘Botafogo’ apita em vão”, “Reabre-se hoje a Cruzeiro”, “As providências da polícia”, “Na Sapopemba compareceram mais operários”, “As bombas encontradas pela polícia”⁶².

A seção seguinte, “Crônica da Cidade”, trazia, principalmente, a recorrente notícia *fait divers*. Na maioria das vezes, registros policiais em pequenas narrativas que, não raro,

⁵⁹Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 Jul. 1919, p. 2.

⁶⁰ O artigo de fundo era o grande motor das folhas de início da República. Vivaldo Coroa diz a respeito: “O artigo de Patrocínio tinha essencial importância. Nesse tempo, jornal que se prezasse não dispensava o ‘artigo de fundo’. E era através dele que Patrocínio exercia a advocacia da causa, qualquer que fosse, a que, na ocasião, tivesse alugado a sua pena de mestre. O artigo sustentava a folha, a casa de Patrocínio e as suas extravagâncias (...)”. SODRÉ, N W. *História da imprensa no Brasil*, p. 311-312.

⁶¹ João sem Telha. Artigo sem fundo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919, p. 2.

⁶² *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 Jul. 1919, p. 3.

misturavam ficção com dados jornalísticos. Era uma marca não só da pequena imprensa, mas também dos jornais de grande circulação. Apesar de contemplar três temáticas – crime, cotidiano e prodígio – as “cenas de sangue”, se não criminosas, ao menos envolvendo algum desastre, eram as mais recorrentes nos *fait divers*. Como lembra Valéria Guimarães:

Com a transformação da imprensa em empresa capitalista, que ocorreu no Brasil na passagem do século XIX, o apelo ao sensacionalismo cresce. Histórias reais contadas como ficção, não raro com dados inventados, por muito tempo comprometeram a credibilidade do poder de informação deste tipo de “notícias diversas”⁶³.

A autora destaca como essa produção compunha a experiência cultural da nova cidade brasileira e despontava como um gênero que figurava entre os mais lidos, uma espécie de “modo menor da escrita jornalística” capaz de articular a oralidade característica do seu modo de contar com as vivências higienizadoras do urbanismo sempre disposto a eliminar os signos “populares”.

Dessa forma, as “Crônicas da Cidade” - sobre as quais *O Jornal*, em expediente na primeira página, assegurava que evitaria a “publicação de pequenas notícias repugnantes” - relatavam “Tentativa de suicídio”, “Atrasos da vida – Amores mal correspondidos”, em que “Waldemar Silvério, 18 anos, tentou se matar ingerindo querosene”, “Colhido por um Guindaste”, “Sob uma pilha de sacos”, “Despencou de um telhado”, “Acidente”, “Desastre ou suicídio”, “Agressão a pau”, “Apanhado por um automóvel no largo da Glória”, “Na zona perigosa, marinheiro agredido”, “Espancamento”, “Morrer aos 20 anos”, “Os ladrões em D Clara”, “Faleceu a bordo do ‘Garonna’”, “Agrediu a vizinha com um tijolo”, “Uma carroça atropela um menor”⁶⁴ e por aí vai. Mais recentemente, este tipo de produção identificada com o jornalismo dos séculos XIX e XX passou a ser objeto de estudos sistemáticos, inclusive relacionando-o à emergência do romance realista dos oitocentos⁶⁵.

A quinta seção do *O Jornal* era a “Viação Terrestre e Marítima” e, como o próprio título diz, relatava acontecimentos sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil, sobre o transporte de gêneros, mercadorias, produtos e materiais diversos pelas vias férreas, além de retratar as políticas referentes à viação. A parte marítima era recorrentemente noticiada segundo os processos que ocorriam no Lloyd Brasileiro⁶⁶. Em seguida, vinha a seção “Serviço Telegráfico”, originalmente denominada “‘O Jornal’ através do mundo”. No primeiro número do jornal, a publicação afirmava contar com os serviços da “Associated Press” apresentada como “a maior

⁶³ GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 11, n. 18, jan-jun 2009, p. 238.

⁶⁴ Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 Jul. 1919, p. 4.

⁶⁵ “O *fait divers* é sem dúvida o primeiro intertexto do romance realista e, além disso, a evolução do *fait divers* explica em grande parte as mutações da escrita romanesca”. THÉRENTY, Marie-Ève. Métamorphoses littéraires 3. Le réel. La modernité littéraire. In: KALIFA, D et al.; *La civilisation du journal*. Paris, p. 1536.

⁶⁶ A Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro foi criada em 1890. Era uma estatal que por quase cem anos operou como uma âncora do setor. Foi extinta em 1997. Cf. GOULART FILHO, Alcides. A trajetória da marinha mercante brasileira: administração, regime jurídico e planejamento, *Pesquisa e debate*, São Paulo, vol 21, nº2 (38), pp. 247-258, 2010.

organização do mundo com a missão de colher e espalhar notícias”. Não seria uma “organização comercial” e, por isso, não realizaria lucros, segundo dizia o periódico:

[...] uma associação mútua de que fazem parte 1150 jornais da América do Sul, Central e do Norte, com o fim especial de recolher e permutar informações diárias sobre todos os acontecimentos. Para isso ela dispõe de correspondentes especiais em todas as importantes cidades do mundo, tendo, além disso, combinações com agências de menor importância, tais como a Agência Reuter, da Inglaterra, Fabri, da Espanha e Portugal, e Stefani, da Itália⁶⁷.

Como índice de credibilidade e isenção, falava-se que a agência era composta por vários jornais, de diferentes nacionalidades e credos religiosos. Seria “absolutamente imparcial”, sem ligação com governos e/ou quaisquer órgãos oficiais. Tinha a finalidade única de “fornecer a seus membros notícias verdadeiras a respeito de todos os países do mundo”. E complementava:

Além d'O JORNAL, há apenas três órgãos da imprensa diária no Brasil que pertencem à “Associated Press” – o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Brasil* e o *Imparcial*. Na América do Sul, entre os mais importantes membros que recebem o seu serviço contam-se: em Buenos Aires – *La Prensa* e *La Razón*; em Santiago do Chile – *El Mercurio* e *La Nación*; em Valparaíso – *El Mercurio*; em Lima – *El Comercio*, *La Prensa*, *La Crônica* e muitos outros demais países.

A seção trazia, em seu subtítulo, a informação de que os telegramas vinham das agências Associated Press, Havas e Americana. Sodré destaca que, já na segunda metade do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, despontava, cada vez mais, o jornal-empresa repleto de notícias que não mais seria veículo para expressar uma ideia específica segundo seu proprietário/ideólogo. Seu formato cresce, assim como a consciência da força dos periódicos na formação da opinião pública seguindo um fluxo de notícias. Estas seriam colhidas pelas agências e distribuídas pelos jornais. Porém, surge o problema da “luta entre essas agências de notícias que, adiante, seriam associadas aos monopólios industriais em ascensão, e terminariam concentrando-se, como aqueles”⁶⁸.

Seja como for, segundo *O Jornal*, as agências seriam garantias de pluralidade, imparcialidade e objetividade no tratamento das notícias. Além disso, era um privilégio de poucos jornais que, assim, saíam na frente na concorrência pelo leitor que procurasse manter-se informado sobre o que ocorria no mundo. Pequenas caixas de informações configuravam a página do jornal trazendo notícias de vários lugares do planeta vindas direto de Paris, Nova Iorque, Washington, Londres, Berlim, Brest, Tóquio, Estocolmo, Havana, Ottawa, Buenos Aires, La Paz, Lima, Copenhague, Cidade do México, Florença, Nápoles, Milão, Roma, Versalhes e muitos outros. Também o noticiário dos estados da federação aparecia aí. Notas que traziam informações de Manaus à Porto Alegre.

Em seguida, vinham a sétima e oitava seções, bastante similares às páginas dos diários

⁶⁷ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun.1919, p. 5.

⁶⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*, p. 4.

oficiais: “O Direito e Foro” e “O Governo da República e o Governo da Cidade”. A primeira relatava, de maneira protocolar, os acontecimentos jurídicos nas diversas varas do fórum da cidade. Mormente, trazia apenas as pequenas notas: “Expediente”, “Nas varas cíveis”, “Corte de Apelação”, “No Supremo Tribunal Militar”⁶⁹ etc. A seção “O Governo da República e o Governo da Cidade” tratava estritamente dos processos institucionais ocorridos em diversas esferas, ministérios, repartições, câmaras, comissões, tanto do executivo, quanto do legislativo. Notícias curtas, reprodução de discursos, notas informativas, decretos legais se amontoavam em sete colunas de letras pequenas encabeçadas apenas pelos subtítulos em negrito: “No Congresso”, “No Catete”, “No Ministério da Fazenda”, “Tribunal de Contas”, “No Ministério da Marinha”, “No ministério da Guerra”, “No Ministério da Justiça”, “No Conselho Municipal” e “Na Prefeitura”. Era uma seção volumosa que ocupava mais de uma página. A coluna “Niterói” complementava esta seção. De caráter similar, era a coluna “Notas Suburbanas”, menos periódica que “Niterói”, aparecia em diferentes páginas e trazia reclames, a pedidos e notas informativas sobre “distantes” áreas da cidade do Rio de Janeiro. Podia ter tanto pequenos títulos que explicitavam a origem do curto destaque: “Penha”, “Engenho de Dentro”, “Jacarepaguá”, quanto nomes de ruas, igrejas, pessoas e reclamações que se queria evidenciar.

A “Seção Esportes” vinha em seguida com o noticiário do futebol, do “Turf”, como eram chamadas as corridas a cavalos do Jockey Club, do motociclismo do tênis, do tiro, do ping pong, do rowing, que era como se denominavam as competições náuticas a remo, práticas esportivas bastante difundidas que, não por acaso, nomeavam os clubes de regatas Flamengo, Vasco da Gama e Botafogo. A décima seção era “Notas Mundanas”. Aí eram noticiados os eventos e acontecimentos da vida social carioca: “aniversários”, “nascimentos”, “núpcias”, “hospedes e viajantes”, “manifestações” (de apreço social por figuras distintas), “banquetes”, “enfermos”, “reuniões”, “enterros”, “necrologia”, “festas”, “missas fúnebres”, “excursões” etc. Aí saía a “Croniqueta Parisiense” assinada por Giffon e que teve vida longa no periódico. Dedicada especialmente ao público feminino, a croniqueta procurava atualizar a moda carioca, noticiando o que estaria em voga em Paris, Nova Iorque e Londres.

A página abrigava, ainda, a seção “Vida Religiosa” que retratava os principais eventos e notícias oriundos do mundo católico, evangélico e espírita. Também apareciam aí, esporadicamente, notas sobre o positivismo, o ocultismo e a teosofia. Nos primeiros meses, a décima segunda seção, “Bibliografia”, assinada por Tristão de Athayde saía nesta página, normalmente, de número nove. Com o tempo, a mesma seção irá aparecer, com periodicidade indeterminada, em diferentes lugares do jornal até que, em maio de 1921, torna-se “Vida

⁶⁹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 Jul. 1919, p. 8.

Literária” e ocupa até o ano de 1924 a primeira página, aos domingos. Depois da aquisição do *O Jornal*, em 1924, por Assis Chateaubriand, após alguns deslocamentos pelo periódico, aparecerá sempre aos domingos na quarta página e aí se manterá, com algumas intermitências e variações, até o ano de 1945. O Folhetim⁷⁰ do *O Jornal* ocupava os rodapés desta página.

Trazendo dados do mundo econômico, a seção “O Movimento dos negócios” tratava do “Mercado de câmbio e de títulos”, “Comércio, estatísticas e todos os mercados”. Informações sobre “Mercados estrangeiros – descontos, câmbios e cotações”, “Mercado dos principais produtos”, “Vales ouro”, “Juros e dividendos”, “Praça do Rio – Notas Comerciais”, “Alfândega”, “Movimento da bolsa”⁷¹, etc. Era uma seção repleta de tabelas, números e cotações que serviriam menos ao consumidor comum do que a investidores, empresas e empreendedores mais ou menos profissionais. A penúltima seção do *O Jornal* era a “Teatro, Música e Cinema” dedicada aos eventos culturais da cidade. Mantinha a coluna “Crônica Teatral” especialmente dedicada ao Teatro Municipal. Esta seção abrigava os reclames, anúncios e vinhetas que divulgavam os espetáculos e sessões de cinema. A última seção, décima quinta, dedicava-se às “Últimas Notícias”, era acompanhada pelo destaque “4 e meia da manhã” e podia relatar informações que, normalmente, saíam em qualquer uma das seções relatadas anteriormente. Devemos destacar que *O Jornal* contava, desde o primeiro número, com dezenas de patrocinadores que estavam presentes em todas as páginas com exceção, nem sempre verificável, da primeira. De tônicos a bancos e financeiras, casas de comércio a remédios para “quebradura”, lojas de roupas masculinas a antiepilépticos, uma miríade de produtos, serviços e negócios pululavam em qualquer seção do periódico.

Se o leitor conseguir obter uma visão geral do *O Jornal*, acreditamos ter cumprido com um objetivo: demonstrar a riqueza, variedade, complexidade e dificuldade em abordar um periódico como este. Mostramos aí apenas as seções mais recorrentes à época do lançamento, várias outras ficaram de fora. Uma folha que pretendesse competir com as maiores do país precisava contemplar uma miríade de temas de interesse múltiplo e que, por isso, poderia atingir variados tipos de leitores: política nacional, regional e internacional, economia, sociologia, cultura, literatura, questões sociais, vida social, moda, religião, arte, ciência, opinião, produção editorial, crítica, humor, publicidade, enfim, eixos diversos com questões internas específicas que dão bem a dimensão da cultura intelectual. Como diria a *Fon Fon*, “Pouca gente lê um jornal de fio a pavio”. “Cada um tem a sua seção predileta”⁷².

Elencar os nomes de colaboradores nas duas fases do *O Jornal* seria uma tarefa ingrata,

⁷⁰ Publicavam-se livros inteiros nesta seção. O primeiro foi *David Copperfield* de Charles Dickens. Cf. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 de jun. 1919, p. 9.

⁷¹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 Jul. 1919, p. 10.

⁷² VELLOSO, M P. Sensibilidades modernas. In: LUSTOSA, I. (Org). *Imprensa, história e literatura*, p. 228.

injusta e que levaria a uma quase infinita relação de nomes que aí passaram nestes nove anos abordados em nossa pesquisa (1919-1928). As figuras poderiam ir de Artur Bernardes a Luís Carlos Prestes, Pixinguinha a Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade a Jackson de Figueiredo, Getúlio Vargas a Júlio de Mesquita, Carlos Drummond de Andrade a Viriato Correia, Artur Thimóteo da Costa a Raul Pederneiras, Gilberto Freyre a Mendes Fradique, Pirandello a Poincaré, Albert Einstein a Dom Sebastião Leme, Calógeras a Afrânio Peixoto, Gustavo Barroso a Albertina Bertha, assim por diante em uma enumeração quase caótica. Isso não significa a absorção de qualquer totalidade, ou mesmo algo próximo disso, afinal, o romancista Lima Barreto não deixara de notar, em seu protesto contra sua marginalização no meio literário:

Se não disponho do *Correio da Manhã* ou do *O Jornal*, para me estamparem o nome e o retrato, sou alguma coisa nas letras brasileiras e ocultarem o meu nome ou o desmerecerem, é uma injustiça contra a qual eu me levanto com todas as armas ao meu alcance⁷³.

E, de fato, *O Jornal* nunca contou com sua colaboração, apesar de ter seu nome aí reconhecido por Tristão de Athayde, José Maria Belo, Agripino Grieco e pelo acadêmico João Ribeiro⁷⁴. Assim, como dissemos anteriormente, a “cultura intelectual brasileira” é uma “cultura dos jornais” e, como tal, está submetida a todos os processos de promoção e exclusão, consagração e marginalização, hierarquização, politização e capitalização das relações sociais. Foi por intermédio de Tristão de Athayde que o crítico Agripino Grieco conseguiu se firmar no *O Jornal*, onde contribuiu por várias décadas. Este gesto de “amizade” foi lembrado por Grieco até o fim de sua vida⁷⁵.

⁷³ Cf. BARRETO, Lima. A minha candidatura. *Marginália*. Belém: NEAD, s/d, p. 11.

⁷⁴ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1919, p. 9; Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1922, p. 1; BELO, José Maria. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 de jan. 1921, p. 1; GRIECO, Agripino. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 de jul. 1923, p. 1; RIBEIRO, João. Notas avulsas. A proto-mártir academia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1923, p. 1.

⁷⁵ Cf. GRIECO, Agripino. Crítica a um crítico. *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 06 nov. 1927, p. 3; As duras memórias do Agripino. In: SALES, Fernando; GRIECO, Donatello. *Bibliografia crítica de Agripino Grieco*. 1968-1973. Rio de Janeiro: Cátedra, 1977, p. 153.

O crítico expressionista

Inda outro dia escrevinhando o esboço dumas teses temerárias sobre Álvares de Azevedo e nosso Romantismo em geral, ao notar a tendência para generalizações apressadas dos nossos críticos, que se imaginando conscientemente, ou supostos, sintéticos, são na verdade duma excessiva tosquidão e sem sutileza nenhuma: eu afiançava que só dois, por apaixonados, tinham já descoberto alguma coisa, Sílvio Romero, que se apaixonava porque era uma alma odienta, e você que é uma alma sectária.

Carta de Mário de Andrade a Alceu Amoroso Lima,
26 de janeiro de 1931.

A crítica na cultura do jornal

Em 1859, Machado de Assis escrevia sobre o livro, o jornal e o destino que a este último caberia no desenvolvimento da humanidade. O jovem escritor não escondia sua empolgação. Considerando, naqueles anos imperiais, que a “humanidade era republicana”, ele via o jornal como a “nova cratera do vulcão” que levaria à regeneração, pois, dentre os “moldes” do pensamento humano, nenhum era “democrático como ele”⁷⁶. A imprensa é associada ao fogo que Prometeu tomara dos deuses para dar aos homens, garantindo-lhes a independência:

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções⁷⁷.

O que o jornal traria consigo era “o germen da revolução”, não só “literária”, mas “econômica” e “social”. Encarnaria o “movimento da humanidade”, abalando as estruturas dessas esferas.

Naquele momento se completaria a “emancipação da inteligência”, devendo-se então promover-se aquela dos “povos”. Seria o fim do “direito da força” e o “direito da autoridade bastarda consubstanciada nas individualidades dinásticas vai cair. Os reis já não têm púrpura, envolvem-se nas constituições. As constituições são tratados de paz celebrados entre a potência popular e a potência monárquica”. E a grande “glória” do século XIX teria sido exatamente a celebração das constituições, do governo das leis. Contraposto ao livro, o jornal teria vantagem:

O livro não está decerto nestas condições; - há aí alguma coisa de limitado e de estrito se o colocarmos em face do jornal. Depois, o espírito humano tem necessidade de discussão, porque a discussão é - movimento. Ora, o livro não se presta a essa necessidade, como o jornal. A discussão pela imprensa-jornal anima-se e toma fogo pela presteza e reprodução diária desta locomoção intelectual. A discussão pelo livro esfria pela morosidade, e esfriando decai, porque a discussão vive pelo fogo. O

⁷⁶ Artigo publicado originalmente no jornal *Correio Mercantil*, nos dias 10 e 12 de janeiro de 1859. ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, S M et al. *Machado de Assis*, p. 70.

⁷⁷ ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, S M et al. *Machado de Assis*, p. 73.

panfleto não vale um artigo de fundo⁷⁸.

Se estabeleceria uma “tribuna universal” que significaria o “nivelamento das classes sociais”, a “democracia prática pela inteligência”, ou seja, o “progresso”. O jornal promoveria uma “lenta revolução no globo”. A dimensão utópica rege a esperança no veículo midiático:

Desaparecendo as fronteiras sociais, a humanidade realiza o derradeiro passo, para entrar o pórtico da felicidade, essa terra de promessa. O talento sobe à tribuna comum; a indústria eleva-se à altura de instituição; e o titão popular, sacudindo por toda a parte os princípios inveterados das fórmulas governativas, talha com a espada da razão o manto dos dogmas novos. É a luz de uma aurora fecunda que se derrama pelo horizonte⁷⁹.

Em outro artigo, falando em uma “reforma pelo jornal”, o jovem escritor considera que a imprensa faria “tremar as aristocracias” e seria incompatível com “esses parasitas da humanidade”. Confiante no poder da discussão, ele reforça os argumentos anteriores:

[...] o operário que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vai lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquele pão do espírito, hóstia social da comunhão pública. A propaganda assim é fácil; a discussão do jornal, reproduz-se também naquele espírito rude, com a diferença que vai lá achar o terreno preparado. A alma torturada da individualidade ínfima, recebe, aceita, absorve sem labor, sem obstáculo aquelas impressões, aquela argumentação de princípios, aquela arguição de fatos. Depois uma reflexão, depois um braço que se ergue, um palácio que se invade, um sistema que cai, um princípio que se levanta, uma reforma que se coroa. Eu o creio de coração. Graças a Deus, se há alguma coisa a esperar é das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não⁸⁰.

Os escritos do jovem Machado sintetizam de uma maneira surpreendente aquilo que se chamou, no século XX, de otimismo oitocentista: a fê no progresso da humanidade segundo a emergência dos governos constitucionais, se não republicanos, ao menos democráticos, que garantiria a emancipação política e econômica dos povos num horizonte revolucionário cujo fim estaria, de antemão, afiançado pela Razão. Ao jornal caberia um papel fundamental de promoção da opinião pública mantendo uma relação crítica com o presente a “preparar a humanidade para saudar o sol que vai nascer, - eis a obra das civilizações modernas”⁸¹.

Machado traçava um paralelo entre o crítico literário e o político:

Exercer a crítica afigura-se a alguns que é uma fácil tarefa, como a outros parece igualmente fácil a tarefa de legislador; mas, para a representação literária, como para a representação política, é preciso ter alguma coisa mais que um simples desejo de falar à multidão. Infelizmente é a opinião contrária que domina, e a crítica, desamparada pelos esclarecidos, é exercida pelos incompetentes⁸².

Assim, o jovem escritor denunciava a falta de competência dentre aqueles que exerciam a crítica e, talvez, a política. Neste artigo sobre o “ideal do crítico”, Machado de Assis traça as linhas

⁷⁸ ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, S M et al. *Machado de Assis*, p. 72-74.

⁷⁹ ASSIS, Machado de. O jornal e o livro In: AZEVEDO, S M et al. *Machado de Assis*, p. 76-77.

⁸⁰ Artigo publicado originalmente no jornal *O Espelho* em 23 de outubro de 1859. ASSIS, Machado de. A reforma pelo jornal. In: AZEVEDO, S M et al. *Machado de Assis*, p. 81-82.

⁸¹ ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, S M et al. *Machado de Assis*, p. 77.

⁸² Artigo publicado originalmente no *Diário do Rio de Janeiro* em 8 de outubro de 1865. ASSIS, Machado de. O ideal do Crítico. In: AZEVEDO, S M et al. *Machado de Assis*, p. 236.

gerais que deveriam reger “tão curioso papel”. A crítica deveria ser imparcial, segundo uma diretriz que preconize a “sinceridade, a solicitude e a justiça”, contrariando o “ódio, a camaradagem e indiferença”. Deveria constituir-se enquanto análise, sem preconceitos e mantendo um espírito de “urbanidade” entendido como tolerância e moderação, a fim “de reerguer os ânimos, promover os estímulos, guiar os estreates, corrigir os talentos feitos”.

Quando, em junho de 1919, Tristão de Athayde propunha, junto à fundação do periódico carioca *O Jornal*⁸³, um programa de crítica literária, os temas dos artigos de Machado de Assis ainda se faziam presentes. Acerca do papel do jornal, considerava-se que este deveria ser um “orientador de espíritos, um guia consciencioso de consulta fácil”⁸⁴. Sobre a crítica, dizia que “pouco se cuida entre nós de crítica e divulgação bibliográfica, quando toda a cultura depende, em parte, de uma informação variada e honesta das fontes de consulta”. Tristão afirma:

A cultura, no amplo sentido nietzscheano da expressão, encarada como ‘unidade de estilo’, exige três elementos – como o amanho da terra requer o homem, a semente e o solo: a ciência, a inteligência e a vontade. A inteligência que é o terreno a arrotar, não falta entre nós, apenas anda desorientada.

Assim, segundo a definição “nietzscheana”⁸⁵, as reflexões de Tristão de Athayde traçam os horizontes da crítica em meio aos esforços para a formação de uma cultura nacional:

Um povo que quer relevar-se intelectualmente e durar precisa para isso empregar o próprio esforço, e por ele terá realizado o segundo grau de cultura. Enfim, de que vale um povo inteligente e desejoso de crescer, se lhe faltam os meios de se desalterar nas correntes eternas e nas fontes recentes de cultura? Empresa delicada a dessa revelação, para que o pensamento estranho, longe de desviar o curso da tradição, venha fortalecer a individualidade nacional. Urge, pois, preparar as inteligências, orientar as vontades, divulgar as ideias⁸⁶.

Consonante com as questões gerais da cultura intelectual à época, Tristão de Athayde

⁸³ Vera Lúcia dos Reis trata das diferentes versões que o próprio Alceu contara sobre seu início na crítica literária: “Vale a pena comparar as diferentes elaborações que constrói para explicar como aceitou o convite de Renato de Toledo Lopes, que, naquele momento, fundava *O Jornal*. Nas *Memórias improvisadas*, diz: ‘Posso datar minha posição em face das letras de uma conversa em 1919, numa calçada da Avenida Rio Branco, com Ricardo [sic] de Toledo Lopes’. No artigo ‘Rememorando’, escreve: ‘Comecei a fazer crítica literária de modo puramente acidental, com já por mais de uma vez tenho contado. Convidou-me, de surpresa, Renato de Toledo Lopes, a assumir a seção de ‘Bibliografia’ no jornal que ia fundar [...]’”. A autora questiona este “acaso” envolvido na estreia de Alceu como crítico literário, lembrando produções anteriores do autor. Em *Memorando dos 90*, Alceu recorda que, convidado em março de 1919, ele começara a escrever e, quando do lançamento de *O Jornal*, teria quarenta artigos escritos. Porém, em janeiro de 1919, assinando ainda Alceu Amoroso Lima, ele publicou um artigo de crítica literária na *Revista do Brasil*. A essa altura, ele mantinha correspondência periódica com Monteiro Lobato e, por essas cartas, nota-se, em ambos, a possibilidade de Alceu fazer crítica literária no periódico paulista. Em uma carta, provavelmente de 1919, Lobato fala em constituir um “corpo de críticos da Revista”, que seria formado por Alceu, João Ribeiro, Sud-Menucci e Léo Vaz. Cf. REIS, V L dos. *O perfeito escriba*, p. 40; LIMA, A A. *Memorando dos 90*, p. 47; LIMA, A. A. À margem de um livro, *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 17, ano IV, vol X, pp 83-87, jan. 1919; Carta de Monteiro Lobato a Alceu Amoroso Lima, s/data, acervo CAAL; Carta de Monteiro Lobato a Alceu Amoroso Lima, s/data, acervo CAAL.

⁸⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919, p. 11.

⁸⁵ A citação completa do filósofo alemão é: “A cultura é, antes de mais, uma unidade de estilo que se manifesta em todas as atividades de uma nação”. Cf. NIETZSCHE, Friedrich. David Strauss: Crente e escritor. *Considerações intempestivas*. Lisboa: Presença, 1977, p. 11; Sobre a influência do pensamento de Nietzsche na cultura intelectual brasileira. Cf. BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*, p. 112; ROMERO, Sílvio. *Zéverissimas inaptas da crítica (repulsas e desabafos)*. Porto: Oficinas do “Comércio do Porto”, 1909, p. 96.

⁸⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919, p. 11.

fala da necessidade do trabalho conjunto dos intelectuais que deveria somar-se aos esforços de saneamento “da gente e da terra” e de “estabilização econômica”. Assim:

Encargo de publicistas e críticos, professores e jornalistas, é talvez o mais delicado. Cabe-lhes distinguir o que de eterno deixaram os clássicos, fazer justiça às civilizações desdenhadas, admirar sem submissão antigos e modernos, descobrir virtudes e belezas acima das fronteiras e nacionalidades, manter o contato com as ideias e preocupações contemporâneas, isolar o fio da tradição, sempre de olhos presos na cultura, para a formação de uma individualidade nacional. Tarefa mortal para um homem, desmedida para uma geração, pesada ainda para um século. Não é razão para que, dia a dia, cada um de nós na sua esfera não procure humildemente concorrer para tão nobre intuito. E aqui nesta coluna de jornal, guia-nos a esperança de que nos compreenderão, relevando a ousadia do empreendimento pela grandeza do objetivo, todos aqueles que amam esta terra e confiam neste povo⁸⁷.

Tristão pontua os malefícios da “camaradagem literária” classificada como a mais “pérfida” das apologias, a necessidade de não se “personalizar os debates”, pois, por tais razões teria caído no maior descrédito a “crítica entre nós”. Assim, os problemas assinalados por Machado de Assis continuariam de alguma forma a caracterizar a dinâmica intelectual brasileira. Porém, nesse ínterim, muito se produziu, refletiu-se e se conquistou em torno da crítica literária no cenário brasileiro. Talvez, a precariedade da dinâmica jornalística tenha perpetuado alguns problemas. O próprio Tristão lembrara neste artigo inaugural que:

Comentar sem paixão e divulgar em consciência, eis o seu objetivo. A crítica subjetiva é a verdadeira crítica, mas só quando o autor já ganhou, por seu mérito, o direito a ser ouvido. Interessa então o comentador mais do que o comentado. A maioria dos autores estudados por Sainte-Beuve nos são desconhecidos e raramente chegamos a lê-los. Nem por isso é menos o interesse com que folheamos as *Causeries du Lundi*. E assim acontece, em parte, com Anatole France, com os Goncourt, com Rémy de Gourmont, com Léon Daudet, o autor inconfundível de *Fântomes et Vivants*, e, entre nós, com Veríssimo, Araripe Jr, com João Ribeiro⁸⁸.

Neste primeiro texto, Tristão de Athayde se diz fiel a um “programa de nenhum programa” e não teria nenhum propósito em “ser completo”. Se, por um lado, tais ideias parecem reenviar a certo diletantismo, por outro lado, tal tipo de disposição faria com que o crítico literário se colocasse em uma situação de ampla receptividade:

Se me não prendem preconceitos de tempo, menos me tolem os de escolas ou tendências. Para autores nacionais e estrangeiros, revistas ou folhetos, artistas ou técnicos, para todos os que trouxeram uma ideia nova, uma beleza, um pensamento útil, está reservada a acolhida nesta coluna.

Longe de ser algum tipo de manifesto, tais considerações vieram a lume na décima primeira página do periódico *O Jornal*⁸⁹, sob o genérico título “Bibliografia” e numa posição nem um

⁸⁷ ALMEIDA, Afonso Lopes de. Os nossos livros, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1921, p. 1.

⁸⁸ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919, p. 11.

⁸⁹ Manteremos, o máximo possível, as referências originais dos trabalhos de Tristão de Athayde. Desde a primeira publicação em livro das suas primeiras críticas, em 1939, Alceu Amoroso Lima colocou títulos nos artigos, selecionou alguns, editou outros, além de fazer notas de rodapé “justificando” posições que não mais defendia. Estes primeiros livros já traziam, assim, o trabalho de memória efetuado pelo autor a fim de lhe conformar a identidade desejada. Cf. LIMA, Alceu Amoroso. *Primeiros Estudos*. Contribuição à história do modernismo literário. O pré-modernismo de 1919 e 1920. Rio de Janeiro: Agir, 1948.

pouco destacada em que até o seu nome saíra grafado erroneamente (como Tristão de Athrayde).

A rápida ascensão que a coluna terá nos meses seguintes, ganhando mais espaço e saindo na primeira página do jornal, revela a importância que a crítica literária adquirira no interior da dinâmica da cultura intelectual brasileira. Neste sentido, em 1925, o proprietário da editora Anuário do Brasil, o português Álvaro Pinto, enumerava as razões pelas quais ocorria uma “crise do livro” no país, acarretando a falência de várias editoras. Dizia ele sobre a crítica:

A crítica literária é outro embaraço à justa colocação do livro. Não se faz no Brasil, salvo raríssimas exceções, a justa crítica literária, no sentido em que ela devia ser compreendida de competência e independência. Depende a apreciação quase sempre da amizade ou inimizade, dos ardores da dedicatória ou do bom ou mau humor do crítico. Obras de realíssimo mérito – e tantas há hoje na brilhantíssima geração atual brasileira – passam sem o devido registro porque a crítica não dar-lhes a atenção devida. Obras de amigos, às vezes insignificantes, desprezíveis até, são badaladas a todos os cantos como excelsas maravilhas. E assim se desorienta o leitor de tal forma, que ninguém faz já caso dos críticos, a não ser os autores. Estes mesmos, se a crítica lhes é favorável – acham bem. Se lhes é contrária – não a reputam inteligente. [...] Anda, portanto, o livro à mercê de si próprio, aos baldos do capricho⁹⁰.

O próprio crítico escrevera sobre o alto preço dos livros, a falta de coleções populares, “ao alcance dos pobres”, lembrando que o “Herói, como ‘homem de letras’, segundo Carlyle, é o fruto supremo da idade moderna, fruto condicionado pela imprensa” e que “a verdadeira universidade hoje é uma coleção de livros”. O livro não devia ser um luxo ou um perigo⁹¹.

No início dos anos 1920, escritores e literatos poderiam ter na crítica uma tarefa mais ou menos secundária, exercendo-a com maior ou menor regularidade⁹². Poucos, porém, dedicaram-se exclusivamente à crítica literária⁹³. Dentre estes, havia o risco de ser estigmatizado por algum tipo de característica, como no caso de Osório Duque Estrada que, por demais associado à ABL e a uma sobrevalorização dos critérios gramaticais, fora apelidado de “guarda noturno da literatura brasileira”, título, aliás, que parecia lhe agradar⁹⁴. O crítico literário, portanto, estava também à mercê do crivo de seus pares. E, visto a importância concedida à época a esta figura estratégica, um crítico literário poderia influenciar não apenas

⁹⁰ Ele ainda elenca como causas: o descaso dos jornais para com os livros, um estado geral de apatia e inquietação decorrente dos problemas de ordem política do país, a fraqueza dos editores e “blagueurs” futuristas, a falta de organização da indústria do livro, as más revistas; já as soluções seriam o incentivo aos livros novos, diminuição de taxas postais, estímulos às convenções literárias, proteção do comércio de livros, criação de associações de autores e a criação de cooperativas gráficas. Cf. A crise do livro, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1925, p. 1-2.

⁹¹ O crítico lembra o fato de o livro ser tido como fator de anarquia, mas que seria também de ordem. Expressiva desta situação quixotesca de perigos dos livros é, na obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o momento em que Quaresma está internado num hospício e seu amigo, Ricardo Coração dos Outros, ao pedir ao General Albernaz um auxílio para ir visitar o amigo comum, ouve do militar: “_ Aquele Quaresma podia estar bem, mas foi meter-se com livros... É isto! Eu, há bem quarenta anos, que não pego em livro...”. Cf. T de A. O preço dos livros, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1919, p. 1; BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*, p. 144.

⁹² Neste período, tal será o caso de Lima Barreto, Menotti del Picchia (Helios), Mário de Andrade, Homero Prates, Ronald de Carvalho, Leo Vaz, Medeiros e Albuquerque, Tasso da Silveira, Andrade Muricy dentre muitos outros.

⁹³ Além dos acadêmicos fundadores, João Ribeiro e Osório Duque Estrada, Nestor Victor, José Oiticica e os mais jovens Tristão de Athayde e Agripino Grieco mantinham colunas regulares de crítica literária em jornais.

⁹⁴ Cf. MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. (1915-1933). Vol. VI, p. 61.

as tendências estéticas no interior dos meios artísticos, mas mobilizar culturalmente e politicamente uma gama de pessoas, intelectuais ou não, que tomasse contato com suas interpretações da realidade. Tal é o caso de Tristão de Athayde que ganhara o reconhecimento como crítico literário e, em seguida, tornara-se verdadeiro ideólogo da causa católica no país.

A dinâmica do trabalho do crítico literário era, normalmente, o recebimento de obras enviadas às redações por autores e editoras. A correspondência e a biblioteca de Tristão de Athayde são repletas de pedidos de análises de obras com dedicatórias e elogios. Assim, o poeta Afonso de Carvalho perguntava se o crítico recebera seus *Poemas Parnasianos* que, apesar de entregues à redação do *O Jornal*, ainda não tinham aparecido nas páginas do periódico. O autor enviava “outro exemplar, certo de que merecerei da vossa fidalguia uma sincera apreciação, cujos termos, mesmo severos, rigorosos, agradarão meus sentimentos de autor, tanto confio no vosso talento crítico e na vossa honestidade literária” e assinava como um “admirador sincero”⁹⁵. Já na biblioteca do crítico, encontramos um volume do *Primeiro caderno do aluno de poesia Oswald de Andrade*, publicação feita em edição limitada em 300 exemplares, cujo número 81 guarda a seguinte dedicatória: “Para o Tristão de Athayde fazer crítica errada e eficiente. O Oswald cordial, 1927”⁹⁶. Tristão de Athayde dizia a respeito das dedicatórias:

E o caso das dedicatórias? Há todo um capítulo de psicologia da crítica, a escrever sobre elas. As dedicatórias são preciosas para um crítico. Não há crítico, um pouco treinado em seu ofício, que não possua a intuição das dedicatórias. Eu costumo, logo que recebo um livro, correr à dedicatória. Por vaidade? Não creio, pois não há dedicatórias sinceras, ou pelo menos inteiramente sinceras. [...] É apenas para fazer uma classificação inicial do livro e do autor. Há livros cuja dedicatória condena logo. Não é preciso abrir uma página. Conhece-se sem abrir, pelo olfato, pelo simples contato. Outros, ao contrário, cuja dedicatória é uma sedução de mistério. Estão quase sempre no sentido inverso da grandiloquência. Quanto mais bombásticos os adjetivos mais insincero o autor, e mais nulo o livro. É uma regra que dificilmente falha. Há autores secos, fechados, que temem a lisonja até se irritarem com os críticos. [...] Há também os que graduam os adjetivos, à medida que decresce a estima pelo crítico. Com a minha habitual impontualidade no comentário, sou vítima desses esfriamentos frequentes. Certo autor, por exemplo, publicou três livros no mesmo ano. Mandou o primeiro com “dois” adjetivos na dedicatória. Não tinha ainda tido ocasião de ocupar-me com o volume, quando aparece o segundo. E este chegou com “um” só adjetivo. Dois meses depois, publica o autor terceiro livro, e o nome do crítico vinha solitário, sem ordenanças, secamente... As três dedicatórias eram a descrição exata de todo um estado de alma!⁹⁷

Assim, a relação entre autores e críticos era marcada por um tom afetivo que, por essa razão, não tinha limites determinados acerca do que seria mais ou menos lícito em matéria de crítica literária. Neste sentido, é sintomático que, apesar de uma missiva anterior, ao que tudo indica, a correspondência de Tristão de Athayde com Jackson de Figueiredo voltada à discussão de

⁹⁵ Carta de Afonso de Carvalho a Tristão de Athayde, 14-6-1920, acervo CAAL.

⁹⁶ Cf. ANDRADE, Oswald. *Primeiro caderno do aluno de poesia Oswald de Andrade*. S Paulo: Tipografia da rua Santo Antônio, 1927. Acervo CAAL.

⁹⁷ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária. *Gazeta, O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1928, p 4.

temas diversos tenha sido desencadeada pela apreciação negativa que o primeiro fizera acerca da obra *Cidade Encantada*, de Xavier Marques, qualificando-a como um “livro muito fraco e privado de todo relevo”⁹⁸. Em resposta a Jackson de Figueiredo, o crítico considerava:

É escusado dizer que mantenho exclusivamente o que escrevi e isso por uma razão muito simples – porque, graças ao temperamento pouco inflamável que tenho, só costumo escrever o que penso [...] nem assim me retrato de coisa alguma escrita nesse folhetim, que tanto o magoou. [...] Julga você, por acaso, que sacrifique a minha tranquilidade, recuso quaisquer relações com literatos, fujo de toda vida intelectual exterior ao meu gabinete, gasto as minhas curtas horas de ócio em ler muitas vez o que não vale um olhar distraído, crio inimigos, repudio outros estudos e leituras mais interessantes e instrutivas, tudo isso para fazer prazer a quem que quer seja [...]. Julga você, por acaso, que dou a menor importância a pedidos ou recomendações, embora vindos dos que mais caros me sejam? Pensa você que ao julgar o valor estético de uma obra, indago do valor moral do seu autor? No dia em que o fizesse, ou no dia em que fosse forçado a escrever contra a minha consciência, diria um adeus sem saudade, talvez saudoso, quem sabe, a esse ingrato mas sedutor mister de crítico de primeira mão, mas não de primeira água. [...] Não tenho, portanto, a lhe pedir desculpas do pouco agrado que me deu a leitura de um livro que você teve a bondade, a generosidade de me dar, confiante na minha sinceridade. [...] Pois bem. Nunca tomei de um livro com qualquer ideia preconcebida.⁹⁹

De um modo geral, pode-se considerar a figura do crítico como uma espécie de sismógrafo da atividade da cultura intelectual. Ele mesmo, porém, poderia provocar algum tipo de abalo nesta relação, não só por seus julgamentos, mas por suposto “desrespeito” a algum procedimento tácito. Tal é o caso de Gilberto Amado que, em carta ao “Ilmo. Sr Tristão de Athayde”, dizia:

Não lhe mandei o folheto, e V.^{Sa}, não obstante, o coloca na lista de livros recebidos para da altura da sua autoridade, esmagar-me com a sua benevolência. Surpreende-me extraordinariamente esse procedimento. V.^{Sa}. não tinha o direito de inscrever o meu folheto entre os trabalhos submetidos voluntariamente à sua apreciação pelos autores. A verdade é que V.^{Sa} deseja brigar comigo [...]¹⁰⁰.

Vale lembrar que Amado assassinou a tiros, em 1915, no saguão do *Jornal do Comércio*, o poeta Aníbal Teófilo. Uma ameaça do “cangaceiro fantasiado de intelectual”, conforme a pecha que lhe dirigiu o finado Teófilo¹⁰¹, não era algo desprezível. Conforme certo Sebastião Arruda:

Os criticados não se conformam com a severidade dos críticos. [...] o amoroso Tristão de Athayde, tendo uma ou outra vez censurado com vaselina alguns poetastros deslavados, recebeu ameaças anônimas de espancamento, e daí por diante, tal qual você [Osório Duque Estrada], usa *Parabellum* trocou a bengalinha almofadinha por um respeitável galho de marmelo¹⁰².

Normalmente, porém, a crítica rendia, no máximo, apenas um ou outro debate aberto nas páginas dos jornais. Portanto, nota-se que a atividade da crítica literária se constituía nos interstícios entre o público e o privado. Assim, uma obra, como revela a revolta de Gilberto Amado, poderia não “pertencer” ao debate público, a menos que seu autor “autorizasse”.

⁹⁸ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1920, p 2.

⁹⁹ Cf. FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I. Rio de Janeiro: ABL, 1991, p. 34-35.

¹⁰⁰ Carta de Gilberto Amado a Tristão de Athayde, 10-12-1922, acervo CAAL.

¹⁰¹ Cf. MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. (1915-1933). Vol. VI, p. 39.

¹⁰² ARRUDA, Sebastião. O Leque, *O País*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1923, p. 3.

Constituir um espaço de reflexão crítica minimamente autônomo será o desafio de Tristão de Athayde. De um modo geral, a crítica poderia assumir diversas características, desde a descrição como uma espécie de resumo da obra enviada até à utilização desta como um mero pretexto para se tratar de um tema geral que a contemplasse. Poderia ocupar algumas linhas do jornal ou quase a página inteira. No caso de Tristão de Athayde, seus artigos se tornam cada vez maiores, às vezes publicados em séries, com citações em língua estrangeira e notas de rodapé.

As teorizações lacunares

O combate à cordialidade e a defesa de uma “crítica imparcial” implicam na definição sobre o que seria uma crítica *justa* ou, ao menos, *legítima*. Haveria uma “verdade” da crítica? Tal questionamento foi feito em diferentes momentos, obtendo respostas diversas. Os anos 1980 parecem marcar um momento em que tais respostas tornam-se menos deterministas. Três obras podem nos auxiliar no tema: *A Teoria da literatura* (1983), de Terry Eagleton; *Critique de la critique* (1984), de Tzvetan Todorov e a obra *A criação literária*, de Massaud Moisés (1983). As três, segundo teorias distintas, refletem sobre a temática e chegam a conclusões aproximadas. Pode-se adiantar que, após décadas de debates teóricos que procuraram afirmar a especificidade do literário e de algum método positivo para sua análise (formalismo russo, hermenêutica, nova crítica, estruturalismo, estética da recepção, pós-estruturalismo), os autores reconhecem a impossibilidade de concretização de uma “ciência da literatura”.

Massaud Moisés defende que:

Intuito louvável e dignificante do labor crítico, diga-se de passagem, mas nitidamente falacioso; por mais empenho que ponham alguns críticos na defesa duma crítica científica e objetiva, ela sempre será insubordinável aos seus métodos, ou estes conterão uma diminuição do significado múltiplo dos conteúdos estéticos¹⁰³.

Tzvetan Todorov, por sua vez, confessa que:

Eu mesmo, descobrindo ao meu redor uma literatura a serviço da política, acreditava que era preciso romper todo laço e preservar a literatura de todo contato com o que não era ela. Mas a relação com os valores lhe é inerente: não apenas porque lhe é impossível falar da existência sem referir a eles, mas porque o ato de escrita é um ato de comunicação [...] ¹⁰⁴.

Tais perspectivas acadêmicas revelam que Barbey d’Aurevilly, em 1858, errara ao julgar que:

No folhetim, nós já o dissemos, a crítica não vai. [...] Além disso, nós temos a anarquia. O exame literário se dividindo em várias penas, neste acantonamento móvel da *Variedade* que deveria ser uma fortaleza, mas não passa de uma praça pública, em que nós fazemos sobre o talento dos mesmos homens, tendências e até sobre a importância das obras, as apreciações as mais contraditórias. Onde um condena, o outro admira. É o *sim* e *não* perpétuos, mas o Abelardo é o jornal, no qual se suprime a sua dignidade¹⁰⁵.

¹⁰³ MOISÉS, Massaud. A crítica literária. *A criação literária*. Prosa. São Paulo: Cultrix, 1983, p. 307.

¹⁰⁴ TODOROV, Tzvetan. *Critique de la critique*. Paris: Éditions du Seuil, 1984, p.188-189.

¹⁰⁵ D’AUREVILLY Apud. MELMOUX-MONTAUBIN, Marie. La critique littéraire. In: KALIFA, D et al. *La civilisation du journal*, p. 945.

A universidade não livrara a literatura de suas apreciações contraditórias e nem lhe retirou o caráter de “praça pública”. Tal teria sido, na segunda metade do século XIX, o objetivo da formação de uma crítica universitária, de caráter mais ou menos positivista e científico, simbolizada nas figuras de Hippolyte Taine, Brunetière e Gustave Lanson¹⁰⁶. Terry Eagleton, por seu turno, considera que “inexiste uma reação puramente ‘literária’: todas as reações, sem exclusão das reações à *forma* literária, aos aspectos de uma obra que são por vezes ciosamente reservadas ao ‘estético’, estão profundamente arraigadas no indivíduo social e histórico que somos”¹⁰⁷. A crise da crítica universitária propicia a lembrança do jornal. Costa Lima considera:

[...] sobre a polêmica, não só brasileira, entre crítica de jornal e crítica universitária, observo de passagem como estas explicações nos mostram o caráter distorcido da polêmica. Confunde-se a crítica de jornal com a respeitadora da linguagem comum, ao passo que a universitária disfarçaria, sob uma arrogância empolada, seu blábláblá de inutilidades. Esquece-se que, sob o resguardo da linguagem comum, na maioria das vezes se respeitam o amorismo, a preguiça mental e, notadamente, a necessidade de vender o produto ao maior número possível de consumidores. Por outro lado, os autores acadêmicos, simetricamente esquecem que as terminologias especializadas só se impõem quando não há forma mais precisa de escrever. No caso de países como Brasil, o problema se complica porque a inanidade quase geral das universidades, que torna as publicações de seus membros tanto raras, quanto normalmente incapazes de ultrapassar os clichês do último modismo¹⁰⁸.

Imprecisa nas suas considerações teórico-metodológicas, conseqüentemente, a crítica literária também irá sofrer uma indeterminação em torno de seu próprio objeto de estudo: a literatura:

Talvez a crítica literária e a teoria literária signifiquem apenas qualquer manifestação [...] sobre um objeto chamado literatura. [...] Talvez seja o objeto, não o método, que distingue e delimita o discurso. Enquanto esse objeto permanece relativamente estável, podemos passar igualmente dos métodos biográfico ao semiótico ou ao mitológico, e ainda saber onde estamos. Mas [...] a literatura não possui essa estabilidade. A unidade do objeto é tão ilusória quanto a unidade do método. A ‘literatura’, conforma observou certa vez Roland Barthes, ‘é aquilo que é ensinado’¹⁰⁹.

Se, como afirmara o Tristão, os livros eram uma universidade, é necessário lembrar que há “uma situação prática que exclui certas leituras e permite outras, conhecida como ‘o professor’”¹¹⁰. Tal função professoral era recorrente na história da crítica em periódicos. Além de professores convidados a escrever em colunas, estas dispunham de um espaço maior, mantinham um espírito de seriedade e vontade didática assumida¹¹¹. No caso do Brasil, a falta

¹⁰⁶ Cf. LIMA, Luís Costa. *Mimesis e modernidade*. Formas das sombras. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 101.

¹⁰⁷ EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 123.

¹⁰⁸ LIMA, L. C. *Mimesis e modernidade*, p. 101. Mais recentemente, as considerações não se modificaram muito: “[...] crítica literária não tem um lugar preciso. Não o tem porquanto concretiza um juízo de reflexão exercido sobre um tipo de objeto – seja a experiência estética da natureza, seja a da obra de arte – que não permite um juízo determinante. [...] a partir de seu oscilante embasamento teórico, a crítica trabalha com valores e os valores nunca deixam de ser afetados por alguma projeção ideológica. Os valores não são simplesmente ideológicos, mas o fato de absorverem uma parcela desta ordem é mais um fator a impedir que a crítica tenha um lugar preciso” LIMA, L. C. *Frestas*. A teorização em um país periférico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013, p. 445-446.

¹⁰⁹ EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*, p. 271.

¹¹⁰ EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*, p. 121.

¹¹¹ MELMOUX-MONTAUBIN, M. La critique littéraire. In: KALIFA, D et al. *La civilisation du journal*, p. 942.

de instituições universitárias dedicadas a tais objetos de investigação aumentou esse caráter docente de determinadas colunas jornalísticas e afirmar-se como uma instância de legitimação de leituras e interpretações da realidade tornou-se uma finalidade do crítico literário.

Frente a quase ausência de tais instituições de conhecimento¹¹², os agentes da cultura intelectual brasileira tinham de encontrar formas de manter contato com as produções dessas instâncias. Em países que consolidaram instituição universitária, o domínio da crítica literária permanecia sendo ocupado por diferentes figuras e manifestado em diversos lugares, especialmente revistas especializadas ou de variedades. Daí o crítico literário da *Nouvelle Revue Française* (NRF)¹¹³, Albert Thibaudet, falar da existência de três tipos de críticas: “a crítica espontânea ou falada, a dos salões e dos jornais; a crítica profissional, a da cátedra ou dos professores; enfim, a crítica dos escritores, a mais importante [...] pois é criadora”¹¹⁴. Na indeterminação de tais esferas no cenário brasileiro, caberia ao crítico a acumulação de diversas fontes que lhe pudessem assegurar aquele tom professoral. Em 1927, Tristão de Athayde recebia vinte e cinco revistas nacionais e estrangeiras, além de ininterruptamente promover a formação de sua biblioteca que contava com produções oriundas de diferentes países e em variadas línguas¹¹⁵. Em sua estada no Rio de Janeiro no ano de 1926, o crítico literário e escritor francês Paul Hazard elogiava a “extensão da cultura” dos brasileiros pelo fato de que a “horrenda especialização que substitui o jogo livre da inteligência pelo mecanismo, ainda não impera aqui”. O visitante fala de certo membro da ABL que seria professor, médico, conferencista de talento, crítico judiciário, psicólogo, linguista, e que lembraria “um desses homens da Renascença”. Também menciona a existência de um “industrial que passou o dia em seus escritórios, mas cujos saberes são utilizados nas leituras de revistas inglesas, francesas, espanholas, alemãs, pode-nos informar dos últimos movimentos do pensamento realizados em Paris”¹¹⁶. É bem provável que o primeiro fosse Afrânio Peixoto e o segundo Tristão de Athayde.

A reflexão teórica desenvolvida por Tristão é marcada pela descontinuidade, intermitência e, mesmo, contradição, uma vez que ela é acionada a partir dos livros trabalhados e caracterizada por lacunas que fazem parte da própria dinâmica da crítica no jornal. Desde os

¹¹² O próprio Tristão fala da existência, no Rio de Janeiro, de uma “incipiente” “Faculdade de Filosofia e Letras com cursos de línguas clássicas, Filologia comparada, História das Religiões, Estética, etc., e todos com uma frequência média de 20 a 30 alunos”. Ele, porém, não dá detalhes a “empresa incipiente, mas de êxito assegurado e proveito evidente [...]”. ATHAYDE, Tristão de. *Bibliografia, O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1919, p. 6.

¹¹³ A NRF foi uma das mais importantes revistas literárias das primeiras décadas do século XX na França. Sua editora, a prestigiada Gallimard, se constituiu como lugar de consagração dos autores que aí estampavam seu nome. Lançada em 1908 por André Gide e advogando um impreciso “classicismo moderno”, a NRF será palco de debates artísticos, culturais e políticos que, não raro, terão ressonância da cultura intelectual brasileira. Sobre a NRF, ver: DAGAN, Yaël. *La nouvelle Revue française. Entre guerre et paix 1914-1925*. Paris: Tallandier, 2008.

¹¹⁴ Cf. COMPAGNON, Antoine. *Os Antimodernos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 276.

¹¹⁵ Cf. FIGUEIREDO, J d; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I. Rio de Janeiro: ABL, 1991, p. 206.

¹¹⁶ HAZARD, Paul. Impressões de um viajante, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 set. 1926, p. 1.

primeiros escritos, o crítico caracterizava seu tempo como uma época de “transição”:

Não será temerário prever que a época literária de hoje ficará na história como a de um grande balanço da humanidade. O ciclo que veio da Revolução Francesa e da era napoleônica encerrou-se com a guerra de 1914 e a paz de Versalhes, vindo provavelmente a figurar o ano corrente [1920] como sua data final¹¹⁷.

Note-se que a “época literária” possui marcos políticos e tal constatação sobre a transitoriedade abarcaria as mais distintas esferas. Este sentimento de se viver no fim de uma época e no começo de outra propunha a revisão das “verdades” legadas pelo passado.

Acerca da crítica literária, especificamente, o crítico esboçara tais modificações a partir da obra de Ronald de Carvalho, *Pequena história da literatura brasileira*. Ele via com bons olhos uma empreitada desta natureza ser levada a cabo por um poeta. Afinal:

É certo que as teorias do criticismo moderno tem feito, cada vez mais, desviarem-se estes estudos para o terreno da sociologia, considerando a obra de arte no mesmo plano de um fenômeno jurídico, uma teoria filosófica, um sistema de governo, um descobrimento científico, uma doutrina moral. Não seria ocioso um esforço, com tendência a libertar ou aliviar a arte e a crítica, de um extremo empirismo científico, mais exato que verdadeiro¹¹⁸.

A obra do poeta sucederia, especialmente, os trabalhos de Sílvio Romero e José Veríssimo¹¹⁹, de modo que “das três atitudes do homem consciente perante a beleza, já em parte indicadas por Lessing, adotou Sílvio Romero a do filósofo, José Veríssimo, a do crítico, e o Sr Ronald de Carvalho, a do esteta”. Tais reflexões iam ao encontro de concepções já desenvolvidas por ele:

Um crítico – esse não pode deixar de ser claro, cristalino, transparente. Todo crítico há de ser um dialético e um artista. Como artista, sente, vibra, comunica a sua emoção, e não deve ser obscuro. Como senhor da dialética, que Cícero considerava - *omnium artium maximam lucem* – a mais viva luz de todas as artes -, o crítico esclarece, distingue, interpreta, iluminando as sombras e velando a luz crua.¹²⁰

Ao comentar os trabalhos do português Fidelino de Figueiredo, especialmente a obra *A crítica literária como ciência*, Tristão elogia a reflexão metodológica do autor, mas era reticente acerca de tal cientificidade. Esta seria caracterizada pela capacidade de delimitar um objeto próprio, um método específico e leis daí decorrentes. Estas últimas estariam ausentes do horizonte crítico-literário, devendo-se, então, focar nos aspectos metodológicos e, mesmo, psicológicos do crítico. A crítica seria uma espécie de técnica, de disposição para a leitura profissional que exigiria não “apenas paciência ou erudição, mas um acervo de ideias precisas sobre arte e história literárias, a investigação das fontes de estudo nacionais e estrangeiras para

¹¹⁷ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 out. 1920, p. 2.

¹¹⁸ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 nov. 1919, p. 7.

¹¹⁹ Tristão de Athayde buscava ter uma abordagem, por assim dizer, agregadora da tradição crítica brasileira, evitando juízos severos acerca de nomes do passado. Daí ele comentar: “Fizeram os srs Coelho Neto e João Ribeiro obra didática, e Sotero dos Reis, Wolf, Fernandes Pinheiro, ou Melo Moraes, ensaios até certo ponto despidiendos. Não podem, entretanto, ser deslembrados os admiráveis trabalhos de Varnhagen e os apreciáveis de alguns mais, como Joaquim Norberto ou Vale Cabral”. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 nov. 1919, p. 7.

¹²⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 nov. 1919, p. 7.

a obra e para a vida dos autores e finalmente a adoção de uma ordem absoluta de trabalho”¹²¹.

A crítica exerceria funções variadas, pois ela seria quem:

[...] descobre e revela os valores literários; divulga a beleza, nem sempre facilmente acessível, mormente em obras de estética avançada ou reacionária; classifica ou pelo menos apresenta as razões de classificação de autores e obras; fixa e orienta as correntes literárias; estuda e explica as relações das obras e dos autores consigo mesmos, e com seu tempo, com seus contemporâneos, com seu país, sem cogitar de critérios científicos, inatacáveis¹²².

Se as definições da crítica em seus aspectos positivos eram algo impreciso, os juízos acerca do que ela não deveria ser eram mais fáceis de serem afirmados. Assim, quando o padre Leonardo Mascelo, na obra *A estética do silêncio*, tratava da estética como uma ciência, Tristão de Athayde considerava que:

São sempre perigosas e inúteis as definições. Nesta, que se não recomenda pela concisão e clareza, divirjo logo da afirmação do autor em considerar a Estética como uma ciência. Não creio que a Estética possa ir além da pesquisa e sistematização de certas relações nem sempre necessárias entre os fenômenos artísticos¹²³.

Retomando posições de Henri Bergson e Arthur Schopenhauer, o crítico concluía que “em arte, nunca deixa o mais geral de ter qualquer coisa de individual, o que invencivelmente repugna à ciência”. Além disso, a Estética, ao contrário do que dizia o padre, não se restringiria às faculdades sensíveis e perceptivas, mas teria que ver também com “sensações independentes de qualquer manifestação sensível”, tal teria sido a crítica de Hegel a Baumgartner (criador do conceito de “estética”) e a razão da formulação de uma “filosofia da arte” hegeliana. Por fim, criticava a definição da obra de arte caracterizada apenas pelo belo. Lembrava o crítico, as definições do teórico alemão Carl von Lemcke (1831-1913) que veria a arte como:

[...] a manifestação fenomênica que pronta e claramente exprime a essência. O caráter na obra de arte é sua força de impressão. Buscamos em tudo o característico. (Na raça, no estilo, etc.) Até o baixo, o feio, o falso, e o próprio mal, ao menos considerado no fenômeno, hão de mostrar-se característicos; só assim os respeitamos esteticamente¹²⁴.

Tratava-se de se considerar que a “verdadeira beleza tem sempre caráter, mas este nem sempre é belo”. Além disso, o crítico frente ao debate milenar acerca do tema via ser “impossível ou ousado definir exatamente a beleza, que é uma simples relação e não atributo”. Tal reflexão serviria, ainda, para impedir que os juízos morais e religiosos orientassem as afirmações crítica.

A crítica expressionista

Em maio de 1922, Tristão de Athayde lançara um artigo sob o título de “crítica expressionista” a fim de responder às considerações do acadêmico Alberto de Faria (que, aliás, era seu sogro) que afirmavam o didatismo de sua crítica. Isso poderia significar três coisas: a

¹²¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 out. 1920, p. 2.

¹²² ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1920, p. 6.

¹²³ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1919, p. 6.

¹²⁴ LEMCKE Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1919, p. 6.

comunicação das ideias estéticas do crítico provocadas pelas obras estudadas ou a imposição de normas e critérios pré-concebidos à atividade criadora dos artistas ou, ainda, o exame das obras tendo como finalidade apenas o ensino. O primeiro caso seria inerente à crítica:

Como bem dizia Kant, defendendo uma de suas ideias prediletas – a universalidade do juízo estético, - “numa experiência estética, nós sempre acreditamos até certo ponto, estar com a razão, e por isso mesmo, ao contrário do que se dá com as nossas experiências simplesmente gustativas, atribuímos àquela valor objetivo, procurando comunica-la aos outros, quer por uma obra de arte, quer, mais indiretamente, pela crítica”¹²⁵.

Apesar da impossibilidade de tal “universalização”¹²⁶, a crítica teria que se valer como “comunicação de pensamento”, do contrário, cairia na “bibliografia meramente analítica ou no pseudo-cientismo impassível e pedante”:

Não pode o crítico limitar-se a apontar a belezas ou os defeitos das obras, devendo sempre mostrar a razão do seu juízo, os motivos de sua exaltação ou de sua frieza. E como é todo o espírito do crítico, em sua síntese poderosa, e não esta ou aquela faculdade, apenas, que se entrega à compreensão do espírito da obra – não é possível excluir da atividade crítica a dialética demonstrativa, na qual se inclui naturalmente o seu pensamento estético, pois a crítica é atividade filosófica¹²⁷.

Sistematizando na tradição nacional os momentos decisivos da crítica, fala sobre a sua geração:

Tudo indica que à nossa geração cabe imprimir à crítica de arte novo espírito, sistematizando ideias ou aspirações esparsas. Tivemos, com o romantismo, uma atividade puramente ocasional e empírica, em que se cultivava especialmente a apologia. Pode-se dizer que a crítica, entre nós, nasceu em meados do século, quando Sílvio Romero iniciou a campanha antirromântica. Começou desde então a era de Taine, ao mesmo tempo que crescera o louvável esforço de erudição, reunindo materiais até esse momento esparsos e desdenhados. Estudou-se melhor a nossa literatura, encarando-a, sobretudo, pelo prisma social e nacional. Procurou-se aplicar a esses estudos de história e de crítica literária, os métodos indicados pelo naturalismo crítico, então em voga na Europa. Foi incontestavelmente um passo de incalculável importância.

A reação do impressionismo contra o “naturalismo crítico” continuaria pelo expressionismo:

Devemos tirar as obras de beleza dos arquivos sem ar e das salas de aula. Devemos trazê-las para a luz do dia, isto é, para a chama de nossa admiração, para a argúcia de nossa simpatia, para a prova do nosso gosto. Devemos reagir contra o didatismo que impõe leis à arte, e nela buscar a sua essência, isto é, a – expressão. Para isso deve o crítico ser, a um tempo, historiador e esteta, sabendo prender a obra de arte à seiva profunda que de longe a alimenta, - mas nela descobrindo, sobretudo, a expressão de uma alma comovida e a perpetuação de um momento de beleza. É essa crítica expressionista, que venceu o cientismo seco e o dúbio impressionismo, - é a reação por ela provocada contra o estreito didatismo, que venho procurando pregar e realizar.

Tristão de Athayde pode sistematizar suas concepções acerca da crítica literária na obra *Afonso Arinos* lançada em meados de 1922 pela editora Anuário do Brasil. O capítulo de abertura intitulado “A crítica hoje” vinha com uma epígrafe de Benedetto Croce citada em

¹²⁵ ATHAYDE, Tristão de. Crítica Expressionista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1922, p. 1.

¹²⁶ Acerca do tema, o teórico Luiz Costa Lima considera que a “pretensão de universalismo, reafirmada pelo próprio Kant, dos juízos sobre o belo e o sublime, hoje já não passa de uma pretensão culturalmente provinciana”. LIMA, Luís Costa. *Frestas*, p. 444.

¹²⁷ ATHAYDE, Tristão de. Crítica Expressionista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1922, p. 1.

italiano, “*Genio e gusto sono sostanzialmente identici*”. O crítico não deveria mais ser visto como o frio cirurgião apartado da atividade artística. Isso seria um erro de generalização devido à existência de “críticos sem alma, cuja tarefa é medir friamente as obras pelo estalão comum, ou dissecá-las sem piedade, julga toda gente ser a própria crítica que estiola a alma, apagando sem demora a pequena chama que ainda ilumina o coração dos que a ela se dedicam”¹²⁸.

A “crítica de hoje” lembrava que “passou a era dos retóricos e gramáticos, em crítica, como passou a dos simples naturalistas literários”. Era necessário reconhecer que:

A crítica é atividade intelectual e não afetiva, filosófica e não apenas psicológica, objetiva em seus fins e não puramente subjetiva. Nada se faz, porém, em atividade alguma, nada de penetrante e realmente verdadeiro se conseguirá, especialmente em crítica literária, sem esse calor da emoção que conduz a vontade e desperta a inteligência¹²⁹.

Sugere-se a *compreensão* como horizonte crítico. Esta implicaria uma “renúncia transitória ao racionalismo”, de forma que “para se operar a transfusão do espírito da obra no espírito do crítico, indispensável para a compreensão daquela, é mister que seja o sentimento do crítico a observar a obra, antes que a inteligência a análise”. Retoma-se a figura do *leitor profissional*:

A operação capital da crítica é a leitura, não a leitura que comenta e anota, mas a leitura que deleita, a leitura receptiva, que se faz por prazer, para sentir o espírito da obra e a sua beleza interior. Sem isso, sem essa submissão prévia do crítico à obra, não passará a crítica de fria consideração aparentemente científica, mas sem penetração nem verdade.

A operação de leitura do crítico, portanto, constituiria um encontro:

A alma do crítico deve procurar a alma do autor. Através da obra se o não conhece; fora dela, também, em caso contrário, deve o crítico tentar-se fundir-se, por alguns momentos ao menos, com o espírito daquele cuja obra pretenda exprimir e analisar, colocando-se na situação mental em que ele se encontrara para criar. Sai desse contato de alma a alma uma centelha que abrasa e ilumina, que dá seiva e calor à inteligência, para a obra que pretende elevar¹³⁰.

Tal fusão de horizontes, numa espécie de atitude hermenêutica¹³¹, era a crítica expressionista:

Dessa crítica moderna, que poderíamos chamar de “expressionista”, se importasse a denominação – cujo conceito repousa, como acabamos de delinear, numa penetração mais profunda do espírito das obras, numa fusão preliminar da alma do crítico com a do autor, na transformação da análise objetiva em síntese expressiva, na individuação do juízo estético –, nasce da eliminação dos preconceitos nas críticas parciais anteriores.

Neste sentido, tal empreendimento superaria as metodologias passadas:

Nem a crítica didática, que sentencia como juiz, com critérios pseudocientíficos; nem

¹²⁸ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, Alceu Amoroso *Estudos literários*. Rio de Janeiro: Cia Aguilar Editora, 1966, p. 535.

¹²⁹ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A. A. *Estudos literários*, p. 535-536.

¹³⁰ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A. A. *Estudos literários*, p. 536.

¹³¹ Em termos gerais, poderíamos assinalar que o “método filológico postula, com efeito, que o círculo hermenêutico pode preencher a distância histórica entre o presente (o intérprete) e o passado (o texto), corrigir, pela confrontação entre as partes, um ato inicial de empatia divinatória com o todo, e chegar assim à reconstrução histórica do passado”. E, no caso das teorias de Dilthey, “opondo à explicação, que só pode ser atingida pelo método científico aplicado aos fenômenos da natureza, a *compreensão*, que seria o fim mais modesto da hermenêutica da experiência humana”. COMPAGNON, A. O autor. *O Demônio da teoria*, p. 61-62.

a crítica acadêmica, que submete as obras a padrões imutáveis e a regras inflexíveis; nem a crítica histórica, que apenas reúne materiais, sem os aproveitar, ou pior, confundindo-os com o próprio juízo crítico; nem a crítica moralista, que tudo investiga com a lente estreita de um alvoroçado e deslocado pudor; nem a crítica verbalista, para quem os livros são meros campos de operações gramaticais; nem a crítica pedagógica, que apenas procura descobrir o ensinamento que contém as obras de arte; nem a crítica sociológica, que estuda a determinação mas esquece a criação das obras, colocando, portanto, o acessório acima do principal; nem a crítica psicológica, a quem só interessa o autor, e desdenha a obra; nem o lirismo crítico, que geralmente apenas nos revela a alma do crítico, quando o que nos interessa é a obra e o seu autor; e muito menos o diletantismo, que elogia ou condena arbitrariamente, ao sabor de preferências ou interesses. Nada disso como critério sistemático, mas um pouco de quase tudo em síntese, pois alguns desses critérios parciais, como o histórico, o sociológico, o psicológico e o lírico contém muita verdade, perdida na rigidez do convencionalismo¹³².

Tratava-se de enunciar o “espírito da crítica contemporânea”. Daí epígrafe de Croce: identificar, ao menos inicialmente, o espírito do crítico com o do artista. A crítica literária teria, assim, que se desvincular ou ao menos não se confundir com as formas da história literária:

Devemos compreender que o *Zeit, Volk, Umgebung* de Hegel, que Taine aplicou e generalizou, com a genialidade de costume, na fórmula *Race, Milieu, Moment*, não pode corresponder inteiramente à necessidade da verdadeira crítica de arte, dando-nos apenas a história da civilização, a *kulturgeschichte*¹³³.

A crítica deveria buscar a sua especificidade:

As considerações históricas, que explicam as origens e indicam a classificação da obra, nada mais fazem do que reunir elementos para a verdadeira crítica. Pois há uma coisa que a crítica puramente histórica ou sociológica não pode penetrar nem exprimir: o espírito da obra, essa personalidade íntima e característica que nela existe, independente de outras considerações que não sejam a sua própria força de expressão. [...] sem negar a determinação, mas dando à criação, ao elemento inventivo, a importância preeminente que lhe cabe¹³⁴.

O livro *Afonso Arinos* não deixou de causar polêmicas devido ao conceito de “crítica expressionista”, como costuma acontecer com este tipo introdução¹³⁵. O lançamento da obra significou um importante índice para se perceber o alcance, reconhecimento e lugar ocupado por Tristão de Athayde, que fazia agora o papel de autor, no interior da cultura intelectual brasileira. Assim, o crítico João Pinto da Silva lhe escrevia de Porto Alegre agradecendo o envio da obra e lhe informava: “tenho acompanhado sempre com carinhoso interesse a fulgurante atividade mental do ilustre confrade. Para mim, Tristão de Athayde é atualmente o mais admirável dos nossos críticos”¹³⁶. João Ribeiro lhe enviou duas cartas. A primeira considerava

¹³² ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 537.

¹³³ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, P. 537-538.

¹³⁴ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 613.

¹³⁵ Na segunda edição de *Formação...* Cândido comenta que: “(...) o que parece haver interessado realmente aos críticos e noticiaristas foi a ‘Introdução’, pois quase apenas ela foi comentada, favorável ou desfavoravelmente. Esse interesse pelo método talvez seja um sintoma de estarmos, no Brasil, preferindo falar sobre a maneira de fazer crítica, ou traçar panoramas esquemáticos, a fazer efetivamente crítica, revelando a intimidade das obras e as circunstâncias que as rodeiam”. CÂNDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. Vol I, p. 15.

¹³⁶ Carta de João Pinto da Silva a Tristão de Athayde, 10-09-1922, acervo CAAL.

a obra como “admirável” monografia de “senso crítico”¹³⁷. Na segunda, já após algumas polêmicas, João Ribeiro dizia ser “um dos mais contentes de seus admiradores” e que “não foi preciso o tempo para que eu descobrisse a solidez e a autoridade das suas opiniões. Desde que comecei a ler os seus escritos, percebi a alta valia que do seu espírito novo e reformador das nossas antiquadas ideias em matéria de crítica”¹³⁸.

Nos textos anônimos voltados mais à divulgação do livro falava-se no crítico Tristão de Athayde como um “já consagrado escritor patricio”¹³⁹. O crítico Homero Prates considerava Tristão de Athayde como “um dos mais ilustres e, incontestavelmente, o mais popular dos nossos jovens críticos literários”¹⁴⁰ e, segundo o crítico de *O País*:

Se outros títulos – crônicas e artigos esparsos – não tivesse o sr Tristão de Athayde, que o colocassem à vanguarda da moderna crítica literária entre nós, bastaria este ensaio, meditado e brilhante, para o consagrar como um dos nossos mestres desse gênero literário no Brasil.

Medeiros e Albuquerque, num inquérito sobre crítica literária, avaliava a crítica expressionista:

Isso é apenas uma palavra. Ele procura, segundo disse, o que há de superiormente humano, quase divino, nas obras de arte. A frase é de muito boa retórica, mas traduzida em realidade não tem significação real. Posto em verso seria admirável. Essa extração do “divino” é uma operação de química literária de alta fantasia. Criticar é medir o que há de bom e de mau em uma obra de arte. Isso se pode disfarçar mais ou menos, mas no fundo a crítica só pode isso. O crítico tem de nos dizer onde estão as belezas da obra criticada e de que valor são elas. [...] O que Tristão de Athayde chama “Expressionismo” é magnífico “impressionismo”, um impressionismo que procura ser solene e doutoral, um impressionismo que a si mesmo se ilude e que se julga estar fazendo extrações do que é divino em cada autor, quando está apenas chamando divina a sua orientação. O que há de bom é que o impressionismo de Tristão de Athayde é quase sempre excelente¹⁴¹.

Múcio Leão faz coro a tais ideias e joga com o pseudônimo do crítico: “Se o sr Tristão de Athayde quisesse escrever acerca do livro que nos acaba de dar o sr Alceu de Amoroso Lima, nós havíamos de ter um sólido ensaio de crítica expressionista”¹⁴². Além disso, comenta Leão:

Agora, com a *crítica da expressão*, temos que nos afastar da *crítica da impressão*. E se uma buscava as nossas emoções e os nossos sentimentos através das emoções e dos sentimentos encontrados nos livros – não será lógico que a outra procura em nós mesmos os sentimentos e as emoções que deveriam se conter nos livros? A confissão? É que a crítica expressionista é a mesma crítica impressionista, apenas olhada pelo lado oposto.

Numa das raras vezes que assinou como Alceu Amoroso Lima na década de 1920, o crítico respondeu a este artigo. Recusava o significado comum atribuído à “crítica” lembrado por Medeiros e Albuquerque e por Múcio Leão: o papel de julgar¹⁴³. Não era esta sua finalidade:

¹³⁷ Carta de João Ribeiro a Tristão de Athayde, 20-07-1922, acervo CAAL.

¹³⁸ Carta de João Ribeiro a Tristão de Athayde, 17-09-1922, acervo CAAL.

¹³⁹ “Afonso Arinos”, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1922, p 4.

¹⁴⁰ PRATES, Homero. Notas literárias, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 6 set. 1922, p 3.

¹⁴¹ ALBUQUERQUE, Medeiros e. Apud. FACÓ, Américo. O que pensam os que pensam, *A Noite*, Rio de Janeiro, 12 de jun. 1922, p 1.

¹⁴² LEÃO, Múcio. Tristão de Athayde, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 set. 1922, p 2.

¹⁴³ Tal reavaliação do papel judicativo é recorrente na crítica em geral. Considerações como as de Lucien Febvre

A função do crítico, a meu ver, ao menos a função essencial que lhe compete, - não é de forma alguma *judgar*. A função de juiz supõe uma diversidade de situações e de pontos de vista da parte do crítico e do autor, quando o ponto central de todas as minhas ideias sobre crítica literária está justamente na fusão prévia do espírito da crítica com o espírito da obra, condição indispensável para a compreensão desta. E sem compreensão profunda não há crítica, não há crítica sem essa simpatia, esse calor da emoção, que procurei pôr em relevo no prefácio de *Afonso Arinos*¹⁴⁴.

Retoma a correspondência entre o escritor Gustave Flaubert e a romancista George Sand, em que o autor de *Madame Bovary* defendia a existência de uma “poética insciente”¹⁴⁵ em cada obra de arte e que caberia ao crítico compreendê-la e comunicá-la. Tristão de Athayde avalia:

A crítica expressionista, ou melhor, a *crítica tout-court*, no sentido mais elevado da expressão, é aquela que não se limita ao egocentrismo dos que só pensam em si mesmos e esquecem os outros, ou dos que excluem deliberadamente autor e crítico, para encarar artificialmente as obras por meio de análises eruditas e mortais: essa crítica verdadeira [...] é a que se submete ao autor, à *expressão* de arte perante a qual se encontra e que procura *recriar*. Agora, deve essa crítica excluir inteiramente as *ideias* de sua atividade? Não o creio e sei que o sr é da minha opinião [...] o que procuro é conservar à obra de arte estudada o caráter de *vitalidade* com que foi criada¹⁴⁶.

Ao fim deste artigo de resposta, o crítico explicitava como via sua posição em meio aos seus pares: “Se nos lugares em que escreveu – Tristão de Athayde – tivesse escrito – Osório Duque Estrada – eu é que teria achado muito justa a sua crítica”.

O debate continuara em cartas e artigos de jornal, como era de praxe na cultura intelectual brasileira. Medeiros e Albuquerque escrevera a Tristão alertando-o que a palavra “expressionismo” estava “sendo usada na Europa com uma acepção inteiramente diversa de que lhe dá. Os expressionistas são em pintura os cubistas”¹⁴⁷. Medeiros cita um livro alemão traduzido para o inglês, do psicólogo e psicanalista Oskar Pfister, intitulado *Expressionism in art – its psychological and biological basis*. Segundo o autor suíço, o expressionismo era

feitas em 1938 sob o título “Pra que serve a crítica?” podem ser elucidativas: “Julgar, eu detesto essa palavra: o historiador não é um juiz de instrução; ele é um intérprete. Um homem que, tendo compreendido alguma coisa, faz outro compreender também. Não se pode compreender sem criticar, de fato. Mas a crítica não é feita para julgar os homens, ou mesmo os livros [...] ela é feita para tornar mais inteligente aquele que lê”. FEBVRE Apud. MÜLLER, B. *Lucien Febvre, lecteur et critique*, p. 16. No caso da arte e da literatura, especificamente, a crítica poderia ser um meio de “plenificação da obra”, de modo que, “o julgamento da obra, na aparência, a praça forte da apreciação crítica em declará-la excelente, boa, razoável ou má, é o aspecto mais precioso da crítica, pois a possível contribuição do crítico quanto a seu objeto antes está na armação argumentativa que desenvolva”. LIMA, Luís Costa. *Frestas*, p. 430.

¹⁴⁴ LIMA, Alceu Amoroso. A propósito da crítica, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 set. 1922, p. 2.

¹⁴⁵ As passagens citadas em francês na obra *Afonso Arinos* são as seguintes: “Você me fala da crítica na sua última carta, me dizendo que ela desaparecerá em breve. Eu acredito, pelo contrário, que ela está, no máximo, em sua aurora. [...] No tempo do *La Harpe*, era-se gramático; no tempo de Sainte-Beuve e de Taine, era-se historiador. Quando será artista, nada menos que artista, mas apenas artista? Onde você já conheceu uma crítica que se pergunta pela obra ‘em si’, de uma maneira intensa? Analisa-se finamente o meio do qual ela é produto e as causas que a conduziram; mas a poética ‘insciente’? De onde ela vem? Sua composição, seu estilo? O ponto de vista do autor? Jamais. Seria preciso, para uma crítica desta, uma grande imaginação e uma grande bondade, eu quero dizer uma faculdade de entusiasmo sempre pronta, e ainda de gosto, qualidade rara, mesmo dentre os melhores [...]”. FLAUBERT Apud. ATHAYDE, Tristão de. *Afonso Arinos*. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 538.

¹⁴⁶ LIMA, Alceu Amoroso. A propósito da crítica, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 set. 1922, p. 2.

¹⁴⁷ Carta de Medeiros e Albuquerque a Tristão de Athayde, 21/11/1922, acervo CAAL.

qualquer representação gráfica que incorresse numa apresentação subjetiva caracterizada por uma total ou quase total distorção da natureza até chegar à incognoscibilidade ou à supressão de toda realidade externa. Albuquerque, então, alerta que a crítica expressionista poderia se tornar “cubista”, numa “total distorção” de sua intenção.

A carta de foi enviada na mesma data em que saíra o artigo de Tristão de Athayde “Críticas à crítica”, no qual ele reiterava, pela última vez, os argumentos já debatidos. A fim de reafirmar seus pontos de vista, o crítico considerava que:

O expressionismo crítico não será mais do que a disciplina do impressionismo. Não indicam esses termos diferença alguma de essência, senão de método. E no fundo não se distinguem, pois a crítica é uma só, “esforço criador como arte e como esta expressão”. [...] A crítica será o que for o crítico, falível como ele e como ele dependente do carinho, do prazer e da simpatia com que a espiritualizar a sombra fugaz e luminosa de Ariel. A crítica é apenas a passagem da arte por outro espírito criador e, portanto, “uma nova criação”¹⁴⁸.

Ao se esforçar por caracterizar a crítica segundo parâmetros que lhe pareciam mais condizentes com as questões de seu tempo e a “tarefa de sua geração”, Tristão de Athayde procurou no termo “expressionismo” uma maneira de superar tanto a crítica universitária e “científica”, quanto a impressionista. E no centro de toda a crítica ressaltava o que lhe era determinante: o ato de leitura. “Leitor profissional” era a definição do crítico. Profissão que deveria enfrentar tanto as ilusões de um cientificismo objetivista e insuficiente, quanto a arrogância de um impressionismo orgulhoso de sua arbitrariedade. Fazer do expressionismo uma sucessão do impressionismo não era algo inusitado.

Brevemente, convém precisar que o termo expressionismo¹⁴⁹ teve circulação em diferentes línguas europeias desde o início do século XX. Por ocasião de uma exposição de pintores franceses (Braque, Derain, Friesz, Herbin, Marie Laurencin e Vlaminck, dentre outros) na galeria berlinense “Der Sturm”, em 1912, o termo foi utilizado como meio de agregá-los. Foi preciso décadas para que a historiografia da arte conseguisse determinar como expressionistas apenas o grupo (Erich Heckel, Karl Schmidt-Rottluff, Fritz Bleyl, Ernst Ludwig Kirchner, Max Pechstein, Emil Nolde e outros) formado em Dresden em 1905, que se intitulava

¹⁴⁸ ATHAYDE, Tristão de. Críticas à crítica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1922, p. 1.

¹⁴⁹ Segundo as considerações feitas em 1949 pelo o crítico de arte francês Maurice Raynal: “O novo termo expressionismo veio da palavra ‘expressão’ tomada em seu sentido clássico de ‘representação das paixões’. [...] não é de se surpreender que o termo ‘Expressionismus’ tenha sido proposto pela crítica alemã, há cinquenta anos, para qualificar em geral toda pintura, mas particularmente aquela na qual a representação dos sentimentos humanos toma a dianteira da resolução dos problemas puramente plásticos. É um retorno a uma forma sentimental do Romantismo”. Cf. “Expressionnisme”, *Le Grand Robert de la langue française – Version électronique*. Paris : Le Robert / SEJER, 2005. Para além disso, porém, no contexto das artes plásticas, as reflexões do pintor francês Henri Matisse feitas em 1908, por exemplo, tomavam a expressão como meio de superar a mera “sensação” do impressionismo em favor de um maior apelo à observação. Dessa forma, a “expressão” aí reivindicaria antes uma maior “objetividade” representada pelas necessidades impostas por critérios puramente plásticos e técnicos, do que a subjetividade das sensações emotivas do artista. Sobre esse verdadeiro imbróglio da história da arte moderna ver: GORDON, Donald E. On the origin of the word ‘Expressionism’, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, Vol. 29, pp. 368-385, 1966.

“Die Brücke” (A ponte), e seus desdobramentos¹⁵⁰.

Os teóricos europeus do expressionismo dos anos 1910 e 1920 não afirmaram uma definição precisa. O poeta e crítico triestino Theodor Däubler, em 1916, num ensaio intitulado “Expressionnisme”, refletia sobre a estética cubista e seus principais artífices parisienses, considerando, em seguida, o pintor francês Robert Delaunay como “o primeiro expressionista consciente”¹⁵¹. As enumerações de artistas de diferentes orientações seria o que mais comprometeria uma definição rigorosa. Assim, a revista *Die Aktion* ao classificar, em 1918, os escritores de língua alemã segundo diferentes escolas: realista, ocultista, neorromântica, impressionista, citava apenas dois escritores sob o índice expressionista, deixando de fora nomes que viriam a ser tidos como ícones desta tendência, como Gottfried Benn definido pela revista como humanista¹⁵². Já o importante teórico do expressionismo, Kasimir Edschmid, dizia que “existiu o expressionismo em todas as épocas. Nenhum lugar não o teve”¹⁵³.

Em 1914, porém, o poeta francês Yvan Goll considerava que:

O expressionismo não é uma nova religião que foi fundada. É uma coloração da alma da alma que (para os técnicos da literatura) não tinha ainda sido analisada. [...] O expressionismo está no ar de nossa época, da mesma forma como romantismo e o impressionismo eram a única possibilidade de das gerações anteriores¹⁵⁴.

O expressionismo parecia se definir mais pelo que ele negava, de modo que “antes de ser esteticamente *por* alguma coisa, o expressionismo é *contra*”. Contra o impressionismo e o naturalismo¹⁵⁵. Uma das obras mais influentes no período acerca do tema era o livro do austríaco Hermann Bahr intitulado *Expressionismus* (1920). O autor falava que a “pesquisa expressionista” seria uma empresa sem precedentes. Bahr elencava diferentes tendências: cubismo, futurismo, Blaue Reiter, Die Brücke. Todas seriam expressionismo, pois, apesar de as escolas serem até hostis entre si, “o ponto comum é que todas se desviam do impressionismo, todas se voltam mesmo contra ele (é por isso que as qualifico todas de expressionistas, mesmo se isto seja apenas o nome de uma única seita e que as outras irão protestar)”¹⁵⁶.

Estas reflexões acerca do expressionismo nas artes plásticas situam-nos de forma mais consistente nos horizontes sensíveis que marcavam os impasses em torno da produção intelectual naquela época. Sendo ou não o expressionismo algo que estaria “no ar da época”, como queria o poeta, o fato é que o crítico Tristão de Athayde pretendeu dar uma resposta a um impasse que vinha ocorrendo nas reflexões sobre literatura desde os fins do século XIX, quando

¹⁵⁰ Cf. FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 19.

¹⁵¹ DÄUBLER Apud. FAUCHEREAU, Serge. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 19. .

¹⁵² Cf. FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 19.

¹⁵³ EDSCHMID Apud. FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 21. .

¹⁵⁴ GOLL Apud. FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 53.

¹⁵⁵ FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*. Paris: Flammarion, 2010, p. 53.

¹⁵⁶ BAHR, Hermann. *Expressionismus*. In: HARRISON, C. et al. *Art en théorie*. 1900-1990, p. 152.

a expressão “impressionismo” era reiteradamente utilizada¹⁵⁷. A “crítica expressionista” não era outra coisa que a tentativa de superar tal impasse de uma maneira original. Apesar de sua inspiração e, mesmo, orientação teórica maior (Tristão o considerava “a maior figura da crítica contemporânea”¹⁵⁸), não se deve, porém, fazer do “expressionismo crítico” mera aplicação das ideias do filósofo italiano Benedetto Croce. Se este é o precursor, ou o principal teórico moderno, das reflexões acerca da arte como “intuição” e “expressão”, ele permaneceu na perspectiva de uma filosofia da estética, entendendo esta como “ciência da arte” que, por sua vez, faria parte de um “sistema” filosófico que abrangia a Estética, a Lógica e a Filosofia da Prática, compondo o horizonte da “Filosofia como ciência do espírito”¹⁵⁹. O “expressionismo” de Benedetto Croce é fruto pertinente das conclusões de seus apreciadores e críticos que adjetivaram o autor com o termo devido à centralidade da categoria “expressão”¹⁶⁰ em suas reflexões. Não há dúvida que ideias como a de ser a tarefa do crítico a realização da intuição da obra de arte e, conseqüentemente, fazer do seu espírito uma “unidade com o do poeta”¹⁶¹, são derivações diretas do pensamento croceano. Porém, as reflexões acerca de posições como as de Gustave Flaubert, o debate com as tradições do pensamento crítico literário no Brasil e no exterior, notadamente as relações entre impressionismo e expressionismo, e as apreciações da psicanálise na crítica literária são algumas mostras da singularidade do crítico brasileiro.

As reflexões de Tristão de Athayde procurando reconhecer o valor da “alma” e da “vida”, tanto nas produções dos artistas quanto na dos críticos, não seriam estranhas às intenções dos expressionistas europeus em “escutar o *homem e sua época*”¹⁶². De fato, características do expressionismo alemão como a preocupação com suas distorções mobilizadas por razões psicológicas, especialmente segundo uma concepção trágica e torturante do mundo, a crítica ao urbano e à modernização, a sedução pelo tema da loucura e, por fim, a orientação política cada vez mais explícita e determinante em torno de uma “nova objetividade” não deixam de marcar paralelos, bem complexos é verdade, com a trajetória do crítico brasileiro.

¹⁵⁷ Cf. GLIKSOHN, Jean-Marie. “Julgar”. In: BRUNEL, P et al. *A crítica literária*, p. 69.

¹⁵⁸ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 ago. 1921, p. 1. O teórico austríaco René Wellek notara que desde a morte de Croce, tanto no formalismo russo e estruturalismo quanto nas hermenêuticas e no desconstrucionismo, “Croce não é referenciado nem citado, mesmo quando ele discute os mesmos problemas e concede soluções similares”. Croce ainda seria, segundo Wellek, indiscutivelmente, “a mais erudita e abrangente [wide-ranging] figura na história da crítica”. Cf. ROBERTS, David D. *Historicism and fascism in modern Italy*. Toronto: University of Toronto, 2007, p. 84.

¹⁵⁹ Cf. CROCE, Benedetto. *Estetica come scienza dell'espressione e linguistica generale*. Teoria e storia. Bari: Gius. Laterza & Figli, 1908. [Primeira edição 1902]

¹⁶⁰ Já em 1922, o crítico britânico I A Richard, um dos fundadores do *new criticism* inglês, falara do “expressionismo” croceano. Cf. RICHARDS, Ivor Armstrong. *The foundations of aesthetics*. Selected Works 1919-1938. Vol 1. Cambridge: John Constable, 2001, p. 37-39.

¹⁶¹ CROCE, Benedetto. Apud. KEMP, Gary. Croce's Aesthetics, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.),

URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/croce-aesthetics/>>. .

¹⁶² FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 35.

O fato é que, após a carta de Medeiros e Albuquerque relacionando o expressionismo a um desejo patológico de distorção da realidade, o crítico não falará mais em crítica expressionista. Os autores estrangeiros ligados ao expressionismo estarão presentes em suas análises, mas antes como referências a serem combatidas ou relativizadas do que como nomes com os quais se identificasse. De qualquer forma, o livro *Afonso Arinos* obteve o reconhecimento dos pares, mesmo que o prefácio tenha roubado a maior parte das atenções. Isto, porém, no interior da cultura intelectual brasileira, era algo positivo para a divulgação de um autor e de uma obra, afinal, “a polêmica [foi] fundamental para dinamizar o sistema intelectual”¹⁶³. Tais debates levados a cabo nas páginas de jornais, com direito a réplicas e tréplicas, parecem, mesmo, gerarem hoje considerações mais positivas, como a que defende que “talvez seja possível imaginar que num futuro próximo o sistema interno de emulação, cujo motor é a polêmica programática ou doutrinária, retorne ao cenário brasileiro”¹⁶⁴.

Para além do prefácio

As polêmicas em torno da crítica expressionista não deixaram de notar as qualidades que a obra *Afonso Arinos* traria. Múcio Leão comenta que “há muitas coisas novas; e uma dessas é o encantador estudo de Afonso Arinos feito pelo sr Tristão de Athayde à luz das doutrinas pansexualistas de Freud”¹⁶⁵. Na parte da obra que buscava dar conta das relações entre a personalidade e a obra de Afonso Arinos, a fim de descobrir aquela “poética insciente” sugerida por Flaubert, o crítico considerava que “podemos recorrer, com proveito, à nova luz que, em certos casos, trouxe a moderna psicanálise à crítica literária”. A partir da obra de Carl G. Jung, *Psychology of the unconscious*, em edição de 1921, o crítico procurava mostrar que:

Em Afonso Arinos, encontramos duas formas de “libido” – não na acepção “descritiva” em que Freud emprega o termo, mas no mais amplo sentido “genético” em que Jung o interpreta: a concupiscência do grande mundo, e a concupiscência da pequena pátria. Por diversas formas se manifestou pela primeira: pelo desejo, aliás atávico, de abandonar os estreitos limites intelectuais da província, para conhecer a terra e abeberar-se nas velhas civilizações europeias e asiáticas; pelo amor da aventura, da vida farta e livre, em novos horizontes e meios diferentes; pelo gosto fidalgo e aristocrático, que se orgulhava da nobreza bandeirante de seus antepassados¹⁶⁶.

Arinos não seria acometido pelo “mal de Nabuco” que atacaria os que saem do Brasil e nunca retornam por demais que são envenenados pelo cosmopolitismo e bovarismo esterilizantes.

Esta “concupiscência da pequena pátria” seria como uma paixão do subconsciente pela terra onde cresceu e pessoas que conheceu “nessa primeira infância de liberdade rústica e na

¹⁶³ ROCHA, João Cezar de Castro. Sílvio Romero: a polêmica como sistema. In: CORDEIRO, R et al. *A crítica literária brasileira em perspectiva*, p. 97.

¹⁶⁴ ROCHA, J C de C. Sílvio Romero... CORDEIRO, R et al. *A crítica literária brasileira em perspectiva*, p. 110.

¹⁶⁵ LEÃO, Múcio. Tristão de Athayde, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 set. 1922, p 2.

¹⁶⁶ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 560.

vigorosa adolescência de sertanejo”. Assim, seria preciso observar que:

Essa dupla libido – recalcada uma, a do mundo, na primeira fase da vida, quando, no ambiente acanhado de Ouro Preto, ansiava em vão por uma vida mais ampla, mais farta, mais aventurosa, em meios de avançada civilização, e a outra, a da pequena pátria, na segunda fase, quando em peregrinação no mundo, guardava sempre vigilante a imagem de sua longínqua província mineira -, essa dupla libido recalcada voltava-lhe à tona, segundo o processo que a psicanálise descreve, por duas válvulas de liberação – superior e inferior. Da exaltação desses desejos reprimidos – a “sublimação” na linguagem técnica de Freud – resultou-lhe a obra literária originalíssima. Da degradação deles – que, segundo a psicanálise, produz as diferentes perturbações mentais – veio-lhe a nostalgia esterilizadora¹⁶⁷.

Na articulação das duas fases do escritor, constata-se que:

Se a repressão, na primeira fase, procurou uma válvula superior de escapamento, convertendo-se em “expressão literária”, foi porque os desejos recalcados representavam um acréscimo de vitalidade, uma vontade de expansão, um esforço para crescer, para melhorar, para estender o campo de aplicação de sua atividade e expansão de sua fantasia. Na segunda fase, pelo contrário, deu-se a libertação pela válvula inferior, produzindo a “nostalgia esterilizadora”, porque os desejos então recalcados representavam justamente um remorso, uma saudade, a convicção de uma existência relativamente falhada, naquilo que mais ambicionara, a certeza de que não correspondera, de todo, às esperanças despertadas nem conseguira exprimir quanto ainda sentia confuso e vigoroso no subconsciente. Significava tudo isso uma depressão, quando a fase anterior exprimira uma exaltação¹⁶⁸.

O recurso à psicanálise na análise literária era algo que se coadunava com as ideias expressionistas em geral, na constatação de que os “fatos só tem sentido segundo a *mão* do artista que mergulhe neles capturando o que se encontra atrás deles”¹⁶⁹. Encontrar o que há “por detrás” é atividade primordial da psicanálise. Levada ao extremo, porém, tal procura psicanalítica poderia sugerir fórmulas abrangentes e deterministas: “Sendo o complexo de Édipo um fato humano universal, não há ficção, representação ou arte imagética que, de certa forma, não seja dele ilustração velada”¹⁷⁰. Tristão de Athayde nunca chegou a tanto, mantendo-se numa abordagem, por assim dizer, incipiente das relações entre psicanálise e crítica literária.

O livro sobre *Afonso Arinos* trazia uma interpretação que situava sua obra ao fim de três fases da história literária brasileira: o americanismo, o brasileirismo e o regionalismo do qual o “sertanismo” de Arinos seria um feito. Tal reflexão fazia parte da “crítica expressionista” que não encararia “as obras como criações arbitrárias de espíritos isolados. O elemento histórico é indispensável à caracterização de uma obra e mesmo para sua compreensão estética”¹⁷¹. Esta parte do livro também foi contemplada pelos críticos que o analisaram. Especialmente Ronald de Carvalho, que em fevereiro daquele ano participara da Semana de Arte Moderna em São Paulo, percebera aí uma expressão da “obra da geração moderna” despojada tanto do “lirismo

¹⁶⁷ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 560.

¹⁶⁸ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 561.

¹⁶⁹ EDSCHMID Apud. FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 57.

¹⁷⁰ ROBERT, Marthe. *Romance das origens, origens do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2007, pg. 48.

¹⁷¹ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 590.

romântico quanto do pessimismo cientificista”¹⁷².

Ronald de Carvalho sintetiza em sua crítica os momentos pelos quais teria passado o “pensamento” brasileiro nas épocas sugeridas pelo autor de *Afonso Arinos*: “O ‘americanismo’, dos Frei Vicente do Salvador, dos Rocha Pitta e dos Santa Rita Durão; o ‘brasileirismo’, dos Alencar, dos Magalhães e dos Taunay; o ‘regionalismo’, de Euclides da Cunha, de Arinos e vários outros”. Em seguida, Carvalho faz longas citações sobre cada um destes temas, concluindo que “seu primeiro livro” possui um modo “pessoal, riquíssimo de observar e julgar as obras literárias. O homem, o crítico e o artista caminham de par, e não se apartam nunca”.

No mesmo sentido, Rodrigo de Mello Franco, sobrinho de Afonso Arinos, em carta a Tristão de Athayde, considerara que:

[...] seu “Afonso Arinos” é, realmente, o mais agudo, o mais sério e o mais belo estudo crítico publicado entre nós nestes últimos anos. [...] E se v. conseguiu realizá-lo, foi não somente pelas excepcionais qualidades de inteligência, que já lhe granjearam [...] prestígio em nosso meio, e pela sua brilhante erudição, mais uma vez posta à prova neste ensaio, mas sobretudo pela admirável força de simpatia, que empresta um calor de vida e de verdade a cada uma daquelas páginas ilustrando incisivamente as ideias que v. sustenta em sua magnífica introdução sobre “a crítica de hoje”. A medida dessas linhas deixar avaliar-se a projeção futura de sua obra de crítica, numa curva luminosa que o seu talento, a sua cultura e o desarroubo de seu espírito dão direito de esperar¹⁷³

Estratégias de história literária em um país periférico

Em suas considerações acerca da história literária brasileira, Tristão de Athayde reitera uma ideia que talvez tenha sido, com maiores ou menores alterações, a mais repetida neste campo da história intelectual do país¹⁷⁴: a que tivemos “uma literatura transplantada”. Verdadeiro lugar comum da tradição intelectual brasileira, a maior riqueza deste *topos* talvez resida na apreciação sobre como cada intelectual ou grupo de intelectuais reagiu a esta “verdade”. Segundo o autor de *Afonso Arinos*, tal experiência não seria exclusiva dos países latino-americanos, podendo mesmo ser encontrada nas origens da literatura latina, nos tempos de formação do Império Romano. Ao invés de tomar o tema das “literaturas transplantadas” como exclusividade dos países de “formação recente”, notadamente das ex-colônias modernas,

¹⁷² CARVALHO, Ronald de. Afonso Arinos e o sertanismo. Recorte de Jornal, acervo CAAL.

¹⁷³ Carta de Rodrigo de Mello Franco a Alceu Amoroso Lima, 21-7-1922, acervo CAAL.

¹⁷⁴ Sílvio Romero considerava que “A literatura no Brasil, a literatura, em toda a América, é um processo de adaptação de ideias europeias às sociedades do Continente”. Antônio Candido, utilizando uma metáfora orgânica, afirmava ser a literatura brasileira “galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas”. Joaquim Nabuco havia utilizado metáfora similar para falar que no Brasil a civilização teria sido “plantada de galho”. Silviano Santiago, em 2015, afirma que “a literatura, em si, é tudo, menos brasileira”. Cf. ROMERO, Sílvio. A situação liberal. *Lucros e perdas*: crônica mensal dos acontecimentos. Rio de Janeiro: Livraria Contemporânea de Faro Lino, 1883, p. 29; CÂNDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. Vol 1, p. 9-10; NABUCO, Joaquim. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1919, pg 9; SANTIAGO, Silviano. A literatura brasileira da perspectiva pós-colonial – um depoimento, *Aula Inaugural do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras (UFMG)*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/037483.shtml>

ele via o processo como algo que estaria nas “origens” do pensamento ocidental.

Seguindo considerações do helenista Émile Egger (1813-1885) e do latinista René Pichon (1869-1923), o crítico contrapunha o nascimento “espontâneo” da literatura grega à “transplantação” da tradição helênica aos romanos. E o “regionalismo” aí teria seu papel:

É o regionalismo que prepara a grande florada literária do helenismo. Da Ásia Menor viera o grande movimento heroico inicial. Em Paros, em Samos, em Éfeso começa a despontar o lirismo. A ilha de Lesbos vê surgir esse admirável movimento de lirismo musical, iniciado por Alceu e Safo, e que tanta importância ia assumir na literatura grega posterior. Surge a comédia na Sicília, com Epicarmo e Formis. É na Jônia que a história se forma e na própria Ática, das festas de Dionísio, desponta a tragédia. Só então é que Atenas começa realmente a centralizar em parte o gênio da raça – sempre, aliás, dividido -, que ia perpetuar e transmitir à posteridade o espírito e o modelo do helenismo imortal¹⁷⁵.

Segundo esta narrativa¹⁷⁶, o gênio romano, “guerreiro e utilitário”, conquistara a Grécia, mas se rendera ao seu “espírito”, de modo que “operava-se assim, nessa aurora da literatura latina, o oposto do que ocorrera na Grécia. Nesta se fizera a eclosão da literatura, do particular para o geral. Dava-se o contrário em Roma. A literatura nascia passando do universal para o local”¹⁷⁷.

Assim, esquematicamente, ele afirmava que “não tivemos nós, à semelhança daqueles tempos iniciais de Roma, uma literatura espontânea”. Porém, o Brasil não contaria com uma civilização autóctone, sendo que “só o espírito de imitação à metrópole podia guiar aos que timidamente aqui ensaiassem a lira, sem eco no meio local. A arte é em parte suscitada por aqueles a quem se dirige”. Seria preciso reconhecer que:

[...] não teríamos [...] passado de colônia, de eco insignificante de além-mar, se o novo meio e a gente – se não nova ao menos renovada com mesclas estranhas – não começassem a reagir sobre os modelos recebidos, imprimindo caráter individual, mais ou menos diferenciado, às obras que aqui vinham a lume¹⁷⁸.

Nesta reação residiria a originalidade e o caráter da produção local.

Uma dialética cultural do novo mundo se formaria segundo a dinâmica do “contato da literatura importada com esse elemento local”. Esse processo teria conhecido momentos diferenciados: americanismo, brasileirismo e regionalismo que seriam três “sentimentos da terra” que se sucederiam. Tristão de Athayde nota que tais momentos, sendo o segundo

¹⁷⁵ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 586.

¹⁷⁶ As considerações de Tristão de Athayde acerca da antiguidade nos interessam enquanto *gesto* de um intelectual preocupado em legitimar o empreendimento teórico, literário e cultural num país periférico. Apesar de coerente e atualizado com as teorias históricas da época, muitas de suas considerações não passariam intactas pelo crivo da historiografia contemporânea. Assim, as ideias que veem na antiguidade a divisão dos povos baseada em critérios raciais, a harmonia pressuposta numa unidade grega sem conflitos, o apagamento das desigualdades de classe, as definições sobre o regionalismo na Grécia e mesmo o proverbial “filelenismo romano” são revisados pela historiografia. Sobre este tema, agradeço as observações e indicações bibliográficas feitas a mim pelo jovem helenista Igor Barbosa Cardoso. Cf. HUMMEL, Pascale. Emile Egger, historiographie des mutations philologiques, *Antiquité classique*, Tome 75, pp. 155-160, 2006; TRABULSI, José Antonio Dabdab. Uma cidade (quase) perfeita: a “cidade grega” segundo os positivistas, *Varia História*, Belo Horizonte, nº 23, pp. 26-41, jul. 2000; WEST, Martin Litchfield. *Introduction to greek metre*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

¹⁷⁷ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 586.

¹⁷⁸ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 587.

adaptado a cada nação, poderiam ser encontrados em toda América Latina, inserindo, portanto, a história literária brasileira num contexto americano. Assim, explicita os paralelismos:

O romantismo cedera ao realismo. E no mesmo ano em que Taunay publicava aqui a sua *Inocência*, primeira obra em que o sertão se revela como é, vinha à luz na Argentina um poema, que ficou até hoje como arquétipo da literatura gauchesca: o “Martin Fierro” de José Hernandez, olvidado embora como obra individual mas intensamente vulgarizado por todo por todo o país e caído no anonimato, tal a sua popularidade¹⁷⁹.

Com algumas exceções¹⁸⁰, tal seria o processo na América Latina das “sensibilidades literárias”.

Assim, munido dessas concepções, Tristão de Athayde ensaia uma história da literatura no Brasil segundo tais critérios. Antes de começar a empreitada, o crítico deixa claro que:

É toda parcial, convém logo advertir, essa consideração de nossa literatura pelo prisma localista. Estamos muito longe de julgar que uma literatura só valha pela originalidade local. Toda literatura nacional é tanto maior quanto mais universal. Ao que se pode acrescentar, que será tanto menor quanto mais prematuramente ou levemente universal. A verdade está no momento e na necessidade da expansão [...] Não significam [tais considerações] que o estudo de nossa história literária deva girar em torno desse falso critério nacional, o que seria contradizer-nos incidindo em um dos mesmos preconceitos que justamente procuramos combater¹⁸¹.

Apesar de arbitrarias, as fases procurariam seguir, em alguma medida, critérios “internos” aos processos culturais desta história da “ação local sobre a literatura transplantada”:

O americanismo corresponde ao período colonial e vai até ao romantismo. Ainda é de fora que o sentimos, pois nesse tempo ainda não se pode considerar a nossa literatura para a vermos com veracidade, senão de Portugal, onde está o centro do império luso-brasileiro. Sentem e verificam os portugueses que as obras dos seus patrícios colonizadores – nascidos no Reino ou lá educados, o que é regra geral -, escritas sob o sol tropical, têm qualquer coisa de diferente, qualquer ação própria da natureza e mesmo da mentalidade ambiente. Não a atribuem ao Brasil, que ainda não é uma nação, que ainda não apresenta fisionomia própria, e não passa de terra a explorar, mas à América, ao continente novo, que o século XV revelara ao mundo do Renascimento, ávido de vida, de ouro e de aventura¹⁸².

Os trabalhos de Frei Vicente de Salvador e Botelho de Oliveira estariam nesta tendência. Sobre o primeiro, o crítico menciona a presença do que “viria a ser o grande tema de nossa existência nacional – o litoral e o sertão”, e cita a passagem do primeiro que ele corrige:

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato porque até agora não houve quem a andasse (inexato), por negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos¹⁸³.

¹⁷⁹ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 588.

¹⁸⁰ Tristão de Athayde cita, neste sentido, os casos do Chile e da Colômbia: “à exceção, até certo ponto, dos países onde a raça, autóctone possuía uma importância tal, que deixou rastros na literatura, ou simplesmente de assunto, como na *Araucana* de Ercilla, no Chile, ou também de espírito, como nas obras de Garcilaso de la Vega, o famoso mestiço peruano do século XVI”. As informações são retiradas das obras de Salcedo Ruiz, *Literatura Española*, E García Velloso, *Historia de la literatura argentina*, Alfred Koester, *The literary history of Spanish America*, Ricardo Rojas, *Historia de la literatura Argentina*, Domingos A Caillava, *La literatura gauchesca en el Uruguay*. ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 588-590.

¹⁸¹ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 590.

¹⁸² ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 590-591.

¹⁸³ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 591.

Já o nome de Gregório de Matos traria características diferenciadas ao período:

[...] figura isolada, e que domina, do alto, todo o nosso período colonial, não sentimos apenas esse americanismo de colorido e de fachada de toda essa era, mas a coexistência de um verdadeiro espírito da terra, essencialmente urbano – e o primeiro que revela o elemento humano local, quando só a natureza é que então operava e seduzia -, com o sentimento profundo de verdadeiro poeta.

A Escola Mineira acentuaria o americanismo e revelaria aspectos do que viria a ser o brasileiro, notadamente, na temática do indianismo em Basílio da Gama e da explícita ou sugestiva preocupação, descritiva ou sentimental, com a terra local, em obras de Santa Rita Durão, Silva Alvarenga, Tomás Antônio Gonzaga, Caldas Barbosa e Cláudio Manoel da Costa.

Sobre o americanismo, Tristão lembra que os poetas, quase todos, são portugueses e que nesses séculos sofrem “influxo do novo continente, porque não podem deixar de sofrê-lo, mas cujas raízes se embebem todas além-mar, para onde voltam em geral as atenções, e donde vem o espírito animar as obras, que o meio apenas colore”¹⁸⁴. O americanismo teria perdurado até a obra de Gonçalves Dias, quando livrando-se do jugo português:

Em 1835, o poema de Porto Alegre “A voz da natureza” é impresso em Nápoles. Foi de Paris que nos veio, no ano imediato, o volume de Magalhães, de que ia datar a inovação romântica. Varnhagen imprime em Madri o tomo 3º do seu precioso *Florilégio*, e em 1857 leva Gonçalves Dias a Leipzig suas obras para uma edição completa. É em Viena que Porto Alegre publica as suas *Brasílicas*, e Pereira da Silva faz imprimir em Paris a *História da Fundação do Império Brasileiro*. Ampliou-se o mundo de nossa visão literária e ao mesmo tempo crescia, com a independência, a consciência da nacionalidade que despertava. Ainda não sabe o romantismo distinguir o americanismo, vago e parcial, do brasileiro, mais preciso e caldeado, e por algum tempo hão de surgir as “brasílicas” ao lado das “americanas”¹⁸⁵.

E são críticos europeus, como Almeida Garret e Alexandre Herculano, que demandam mais “espírito nacional” nos autores. O primeiro denuncia a “educação europeia” que teria apagado tal espírito, fazendo parecer que tais poetas “receiam de se mostrar ‘americanos’ e daí lhes vêm uma afetação e impropriedade, que dão quebra em suas melhores qualidades”. Herculano, por seu turno, lamenta a obra de Gonçalves Dias:

Quiséramos que as “Poesias Americanas”, que são como o pórtico do edifício, ocupassem nele maior espaço. Nos poetas transatlânticos há, por via de regra, demasiadas reminiscências da Europa. Esse Novo Mundo, que deu tanta poesia a Saint Pierre e a Chateaubriand, é assaz rico para inspirar e nutrir os poetas que crescerem à sombra de suas selvas primitivas.

Tristão reconhecia que, “em geral, até nossos dias, seria considerada a influência local como derivada apenas da natureza, dessas ‘selvas primitivas’”. Inaugurava-se a fase romântica tendo no indianismo a força mais contundente marcada pelo espírito independentista.

O romantismo era o “brasileirismo” que se particularizaria em cinco “meios” distintos: as “cidades”, as “praias”, as “selvas”, a “roça” e os “campos”. O crítico ainda destaca que:

[...] é mister lembrar que a “literatura da escravidão” constituiu também uma espécie

¹⁸⁴ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 591-592.

¹⁸⁵ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 592.

particular do brasileiro, não fundada no meio mas no mais grave dos nossos problemas sociais no século XIX. Se não foi muito fecunda deu-nos, pelo menos, um grande poema nacional, com *A Cachoeira de Paulo Afonso* de Castro Alves, que a opinião insuspeita de estranhos julga credora de um lugar na literatura universal, ao lado da obra imortal de Beecher Stowe¹⁸⁶.

Aquela classificação dos meios permite situar a produção de autores, especialmente romancistas, segundo a paisagem dos enredos trabalhados. Nesta disposição, o critério cronológico cede ao temático e o crítico enumera autores posteriores ao romantismo, acentuando antes os aspectos de tal “brasileirismo”. Assim, um “brasileirismo urbano” seria reconhecível nas obras de Manuel Antonio de Almeida, Aluizio de Azevedo, França Júnior, Artur de Azevedo, além de algumas produções de José de Alencar e Machado de Assis.

Já o brasileiro das “praias”, apesar de inspirações das “mais ricas a sondar”, como as dos “jangadeiros do Norte”, contaria com obras esparsas de autores já ligados ao regionalismo, como Xavier Marques, Batista Coelho (João Foca), Gustavo Barroso, Juvenal Galeno e Plínio Cavalcanti. O “meio” das “selvas” fora o dileto do indianismo e maior marca do brasileiro do século XIX, mas que estaria totalmente abandonado. Ele destaca o meio “roça”, por estar próximo ao litoral e ao campo, não sendo nem sertão nem cidade:

Foi essa “roça” que iniciou, pode-se dizer, o brasileiro do século e iniciou-o por meio das *Comédias* de Martins Pena, que começaram a ser conhecidas em 1838 [...]. Pode-se dizer que é ainda desse caráter roceiro, mais do que sertanejo, que participa o movimento dos poetas que, por volta de 1860 e estendendo-se até hoje, criaram o que Sílvio Romero chamou de “sertanejismo” e antes seria “roceirismo” superficial, com Bittencourt Sampaio, Zaluar, Joaquim Serra, Juvenal Galeno, Muniz Barreto, Ezequiel Freire, Trajano Galvão, Bruno Seabra, etc. Desse caráter roceiro participam esses romances vagamente rústicos, do período romântico, como *O Tronco do Ipê* de Alencar ou o *Ouro sobre Azul* de Taunay e alguns de Macedo¹⁸⁷.

Embora o indianismo seria a corrente mais em voga no período, o “sertanismo” possuía um “caráter muito mais nacional” devido aos processos de “interiorização do Brasil”. Assim:

Foi propriamente com Bernardo Guimarães que surgiu o sertanismo literário, se lhe quisermos encontrar uma data de referência, o que nunca deve ser categórico senão aproximado, teremos a de 1858, com o aparecimento do *Ermítão de Muquém*. Já não é o vago americanismo do século anterior, nem o brasileiro urbano de Manuel de Almeida ou roceiro de Martins Pena¹⁸⁸.

Seria, porém, uma tendência nascida do indianismo e que, neste primeiro momento, pouco se distanciaria dele, dando, antes, prosseguimento à busca literária pelo “espírito novo”:

No índio, na raça autóctone, despojada pelos invasores, raça cuja perseguição e caráter indômito inflamavam o gosto de romanesco da época, julgaram ver o representante típico da nação, que buscava um passado seu, alheio e contrário ao dos colonizadores. Dissipada a ilusão das selvas, mas sentindo sempre a necessidade de procurar uma originalidade local, voltaram-se para os campos, habitados por essa raça cruzada, já nacionalizada e integrada no corpo da nação: o mestiço sertanejo. Daí resultou o

¹⁸⁶ A comparação com Stowe teria sido feita em G Le Gentil. “*Le cinquantenaire de Castro Alves*”. In: *Revue de l’Amérique Latine*, nº 3, Março 1922, p. 196. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 593.

¹⁸⁷ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 595.

¹⁸⁸ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 596.

sertanismo¹⁸⁹.

A obra de José de Alencar passaria por todos aqueles “meios” que caracterizariam o brasileiro: o litoral, nos *Contrabandistas* ou no *Ermitão da Glória*, a cidade, na *Pata da Gazeta* ou nos *Sonhos d’Ouro*, a roça, em *O tronco do Ipê* ou *Til*, as selvas, em *Iracema* ou *Ubirajara*, o sertão, em *O sertanejo* e *O Gaúcho*, de modo que “todos os ambientes diversos da nação foram por ele estudados superficialmente, mas com carinho e sinceridade, procurando em todos exprimir de preferência a natureza, pendor de seu espírito”.

Franklin Távora teria iniciado no indianismo de *Índios de Jaguaribe* e passado para o sertanismo de *O cabeleira*, *O Matuto* e *Lourenço* que, junto aos romances de Adolfo Caminha, visariam criar uma “literatura do Norte”. Segundo Tristão de Athayde, a obra marcante do sertanismo, porém, era *Inocência*, de Escragnolle Taunay, talvez, “a única obra representativa dessa corrente literária no período romântico”. O sertanismo contemplado nos nomes de Bernardo Guimarães, José de Alencar, Taunay e Franklin Távora, participava “da mesma índole do brasileiro literário de então: o preconceito de fazer literatura nacional, de criar o ‘romance brasileiro’, como era moda então dizer”¹⁹⁰. Tal empenho é assim caracterizado:

[...] além do desejo de fazer sertanismo – por patriotismo e pela consciência justa de que estavam a criar realmente uma literatura mais nacional do que nunca, outro caráter havia que entre si ligava esses corifeus do sertanismo na época: a generalização dos costumes e dos tipos em cena. [...] Não é o homem do sertão, em suas variedades individuais, com o seu temperamento próprio, que aparece, mas o homem médio, o homem representativo, uma espécie do famoso e falso Robinson dos economistas clássicos¹⁹¹.

O sertanismo, com o tempo, adquiria maior espontaneidade, traria problemas como os da língua, que Gregório de Matos teria já concedido “um sabor local até então desconhecido”, mas que, no período anterior à Independência, “não se concebia que essas alterações vingassem, ou pelo menos ultrapassassem variações superficiais no léxico”, sendo consideradas “erros das colônias”. O tema desenvolvera-se durante o século XIX em obras de Varnhagen, Pereira Coruja, Celso Magalhães e Couto de Magalhães. José de Alencar no *Nosso Cancioneiro* (1874), considerava que “não é somente no vocabulário mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o seu inalienável direito de imprimir o cunho de sua individualidade ao instrumento das ideias”¹⁹². Surgira, então, um movimento “pela emancipação da língua portuguesa na América” que reuniria nomes como Macedo Soares, Batista Caetano, Baurepaire Rohan, Pacheco Júnior, Manuel de Melo, Apolinário Porto Alegre, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior e, ainda, João Ribeiro. Paranhos da Silva chegaria a afirmar que “o português falado no Brasil

¹⁸⁹ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 596.

¹⁹⁰ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 597.

¹⁹¹ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 598.

¹⁹² ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 599.

é que era o verdadeiro idioma clássico e o de Portugal era um vicioso *galiziano*¹⁹³.

O sertanismo passaria a ter desdobramentos regionalistas os mais variados e iria ser caracterizado por uma “aproximação maior da realidade, mais verossimilhança na ação e nos tipos, mais objetividade nas narrativas, mais naturalidade na língua, enfim, subjetividade mais rica e profunda na criação”. Uma das obras características da transição seria *Coração caipira*, de Lúcio de Mendonça, enquanto um marco seria o livro do paraense Inglês de Sousa, *O cacaulista*, que retratava o meio amazônico e que procurava claramente combater a obra de Joaquim Manoel de Macedo, *A Moreninha*, vista como “um tipo de literatura açucarada e falsa”:

Estava dado o novo impulso. O idealismo romântico cedia ao realismo naturalista. De preconceito a preconceito, sempre dava a literatura mais um passo para a compreensão e expressão da terra. [...] Acentuou-se o provincialismo, até então exterior ou apenas sentimental, e já agora mais enraizado na alma. Começava o homem a debater-se entre a proverbial diversidade de solicitações, pois tanto crescia o apego à terra como à cultura¹⁹⁴.

O sertanismo passaria a assumir as ideias provenientes tanto da Escola de Recife, quanto de agrupamentos intelectuais como a Escola Popular formada no Ceará, nos anos 1870, por nomes como Capistrano de Abreu, Rocha Lima, Araripe Júnior, Xilderico de Faria, Felino Barroso e Pompeu Filho. Segundo o crítico, “era então a maçonaria considerada o refúgio do espírito novo, e o órgão das novas ideias foi o jornal *Fraternidade* [...]. Fundaram a Escola Popular, instituição destinada a divulgar a instrução primária e cívica, e a cultura geral, pelos operários e por todos os desamparados da fortuna”. O movimento seria um marco na história cultural do Ceará, tendo preparado o terreno para o aparecimento de dois grupos literários subsequentes: o imediato, com o movimento abolicionista, entre 1880 e 1888, quando surgiram Oliveira Paiva, Antônio e Álvaro Martins, José Carlos Ribeiro, Antônio Sales, Antônio Bezerra, Rodolfo Teófilo e, depois, em 1890, com a fundação da Padaria Espiritual¹⁹⁵.

O primeiro movimento produziu a obra *Crítica e Literatura* de Rocha Lima publicada postumamente em 1878 e o romance *D. Guidinha do Poço* de Oliveira Paiva, que ainda era inédito¹⁹⁶. Os eventos provocados pela seca de 1877 também teriam influenciado na mudança de perspectiva literária acerca do tratamento das realidades nacionais, dando origem à “literatura das secas”. Segundo Tristão de Athayde:

Foi mister renovar as velhas tintas. A realidade era atroz: a natureza cinzenta, esquelético o homem, o gado esquelético. Idealizar esse quadro fora mais do que um absurdo estético: um crime contra essa terra martirizada e contra esse homem esmagado pelos elementos. Só uma literatura rude e áspera, amassada com lágrimas, pudera tentar vaga expressão literária desse inferno de cinza e pó. E nem assim conseguiu fazê-lo, por um fenômeno de repressão mental inconsciente, hoje explicado pela psicanálise. São unânimes os que assistiram ao flagelo, ainda de

¹⁹³ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 600.

¹⁹⁴ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 601.

¹⁹⁵ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 603.

¹⁹⁶ O romance foi publicado na íntegra apenas em 1952.

passagem, em declarar que nada, nem mesmo a epopeia admirável de Euclides da Cunha, pode ainda traduzir o horror da realidade¹⁹⁷.

Já em 1877, começaram a sair trabalhos sobre o tema, normalmente em folhetim e posteriormente reunidos em livros, como *Aves de arribação*, do potiguar José Leão Ferreira Souto e, no ano seguinte, a novela *Ataliba, o Vaqueiro*, de Francisco Gil Castelo Branco, retratando episódios da seca no Piauí. Em 1878, Araripe Júnior lançara dois capítulos que fariam parte de um romance nunca publicado intitulado *O Retirante* que tratava da seca de 1845. Ao mesmo tempo, o autor lançara um romance de costumes cearenses, *Luizinha*. Além disso:

Em 1879, perdurando ainda a impressão da catástrofe, ocupou-se José do Patrocínio com o tema em *Os Retirantes*, romance desvalioso mas significativo, publicado a princípio em folhetins da *Gazeta de Notícias* e depois em volume. E um lustro mais tarde, em 1884, publicava o sr Rodolfo Teófilo a *História da Seca do Ceará*, voltando ao tema em 1888, data de novo flagelo, com o romance *A Fome*, em que a epopeia das secas começa a assumir feição mais característica. Gira, em geral, desde então em torno desse novo motivo a fecunda atividade literária do expressivo romancista, que lhe dedica vários volumes de bastante cor local, estudando em *Os brilhantes* o cangaço, um dos aspetos característicos desses sertões do Nordeste, e em *O Paroara* a segunda fase do problema das secas, o êxodo para a Amazônia¹⁹⁸.

Sobre a obra *D Guidinha do Poço*, cujo autor Oliveira Paiva morrera precocemente em 1892, Tristão de Athayde considera que seria um “novo sertanismo” que traria:

[...] secas, vivas, originais, sem se demorarem em longas descrições e, pelo contrário, com sabendo evocar a paisagem em duas palavras características, com rara concisão de estilo e fragrância de transposição. Os tipos são verdadeiros e cheios de vida. Tudo revela um temperamento literário de excepcional acuidade de visão, libertado de preconceitos e exprimindo-se por meio da maior sobriedade de traços, apenas os essenciais¹⁹⁹.

Em 1902, o livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, seria a “obra capital” dessa literatura e teria, como nenhuma outra, deixado “um traço profundo e indelével” da “revelação brutal” que era Canudos. Sua “forma literária” seria “imprecisa”, como o eram *A retirada da Laguna*, de Taunay, e, mais tarde, *Rondônia*, de Roquette Pinto. O cânone sertanista estaria feito:

Um ano depois via o sertanismo literário das secas surgir outra obra-prima, e essa no gênero ficção: a *Luiza Homem* de Domingos Olímpio, livro admirável de veracidade e de emoção, que figurará entre as obras clássicas do nosso sertanismo literário, a par de *Inocência* de Taunay, de *O Missionário* de Inglês de Sousa, de *D Guidinha do Poço* de Oliveira Paiva, do *Pelo Sertão* de Afonso Arinos, do *Inferno Verde* de Alberto Rangel, da *Maria Bonita* de Afrânio Peixoto, de *Os Caboclos* de Valdomiro Silveira, dos *Urupês* de Monteiro Lobato, e alguns outros²⁰⁰.

Os escritores brasileiros caminhariam para um nacionalismo cada vez menos intencional, e após aquele “‘brasileirismo’ consciente mas antes exterior que íntimo, aproximaram-se ainda mais [...] da realidade local, e o espírito da terra, em suas feições particulares, integrado já, por vezes, no espírito da gente, surgiu [...] para formar o ‘regionalismo’ contemporâneo”.

¹⁹⁷ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 604.

¹⁹⁸ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 605.

¹⁹⁹ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 606.

²⁰⁰ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 607.

Enquanto autores como Coelho Neto, apesar de títulos como *Miragem e Sertão*, não compareceriam em tal tradição devido ao “excessivo” “verbalismo literário”, o crítico percebia que Monteiro Lobato estaria a “renovar o sertanismo” e tal “estímulo à espontaneidade e à originalidade” seria “toda a justificação literária do sertanismo”. O crítico reafirmava que:

Se o sertanismo nos tem dado algumas obras que hão de ficar em nossa literatura, é apenas por contarem estas uma expressão natural e vigorosa da alma de seus autores. Daí não pode passar, sob pena de cair na mistificação ou no artifício da moda literária. O sertanismo de forma alguma resume toda a nossa literatura. Mas justamente por ser, de momento, uma de suas faces originais e fecundas, ‘devemos deixá-lo exclusivamente aos filhos do sertão’²⁰¹.

O estudo do sertanismo brasileiro, aqui reproduzido longamente, procurou dar conta, parcialmente, da “ação local sobre a literatura transplantada”. Trata-se da história de um processo que, dividido em três fases – americanismo, brasileirismo, regionalismo –, serviu como esforço de organização e atualização da produção intelectual no país naquele momento. Uma espécie de “o que nós fizemos até aqui”. O próprio Afonso Arinos seria um momento passado, um personagem de transição, cuja maneira não era a dos “realistas modernos” e estava “longe dos românticos”. Deixara, porém, o autor de *Pelo Sertão*, a máxima esperançosa que via na América “o berço primitivo e poético da nova orientação filosófica e política do mundo”²⁰².

A esperança da periferia (colônia) é um dia fazer sentido no centro (metrópole). Tal relação em seu sentido clássico viria das teorizações do início do século XX de Werner Sombart sobre a relação entre geografia e economia e que Allain Reynaud, já nos anos 1960, sintetizou da seguinte maneira: “a concentração de população, riquezas, informações, capacidade de inovação, meios de ação, enfim, de poderes de decisão que fazem a centralidade e por consequência a diluição ou, mesmo, a falta destes critérios definem fazem a periferia”²⁰³. Deve-se retomar, também, as definições que criticam estas visões “centrais” promotoras de uma perspectiva enrijecida e tranquilizadora das relações e posições entre centro e periferia. É preciso dar conta de afirmações como as de Franz Fanon feitas num contexto de independência colonial: “A Europa é literalmente a criação do Terceiro Mundo”²⁰⁴. Notar que “as formas culturais são híbridas, ambíguas, impuras, e chegou a hora de a análise cultural voltar a vincular o estudo e a realidade delas”²⁰⁵. Não se trata de produzir um horizonte teórico em que as produções, ações, formações culturais, práticas e traduções de diferentes partes do mundo “transferem-se” segundo esquemas de “mestiçagens” e, portanto, de “autenticidades

²⁰¹ ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 612.

²⁰² ARINOS Apud. ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. In: LIMA, A A. *Estudos literários*, p. 619.

²⁰³ REYNAUD, Allain. Apud. BLANCHARD, Nelly; THOMAS, Mannaig. Prologue. Qu’est-ce qu’une périphérie littéraire ? In : BLANCHARD, Nelly; THOMAS, Mannaig (Dir). *Littératures périphériques*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2014, p. 12.

²⁰⁴ FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 81.

²⁰⁵ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 50.

primordiais”, “purezas” reveladas ou perdidas, reproduzindo a “miragem do ocidente que pensa ver o outro, mas apenas enxerga a si mesmo”²⁰⁶. Mas de se enxergar aquilo que parece ser escondido sempre, reiteradamente, aquilo que parece ser interdito, numa espécie de limitação do discurso que se esforça por estabilizar o lugar da periferia e do centro. A temática das lutas haitianas na formulação de um dos maiores patrimônios da cultura ocidental, a filosofia hegeliana²⁰⁷, é apenas uma ilustração disso. Assim como a existência do imperialismo - portanto da disponibilidade de uma gama de produções, discursos, paisagens, viagens, imagens, objetos, artefatos etc. - como condição de possibilidade à grande parte de todo o “primitivismo” da arte de vanguarda do século XX²⁰⁸. Ora, estas produções são máximos expoentes nos quais a “identidade ocidental” se reconhece, suas construções consideradas as mais elaboradas, guardadas em museus e com valores inestimáveis, é o seu espelho favorito e orgulhoso.

A esperança da periferia (colônia) é um dia fazer sentido no centro (metrópole). Poderia ser diferente? Verifica-se tal característica desde as demandas ao romantismo brasileiro feitas pelos críticos europeus até às confissões de Tarsila do Amaral sobre Paris: “Não pensem que essa tendência brasileira na arte é malvista aqui. Pelo contrário. O que se quer aqui é que cada um traga a sua contribuição de seu próprio país. Assim se explicam o sucesso dos bailados russos, das gravuras japonesas e da música negra”²⁰⁹. O re-conhecimento internacional, neste caso, é a verificação do exótico. Talvez por isso a pintora, que antes considerara negativamente que “o nosso verde é bárbaro”, passara, no exterior, a ter orgulho dele²¹⁰. A angústia da irresolução, da incompletude, da falta reiterada, da carência essencial é o motor que faz com que os intelectuais e artistas periféricos procurem atingir uma realização cultural que possa lhes parecer livre dos preconceitos nacionalistas, regionalistas e cosmopolitas. Tal problemática atravessará toda a década de 1920²¹¹ e perdurará por muitos anos no horizonte da história cultural brasileira. As literaturas tenderiam, assim, a ser “maiores” ou “menores”.

O termo “literatura menor” ganhou densidade teórica após os estudos acerca dos *Diários* do escritor tcheco Franz Kafka²¹². Especialmente em torno de reflexões por ele feitas em 1911 sobre as “literaturas pequenas” exemplificadas nos casos da produção literária na Varsóvia escrita em ídiche ou em tcheco. Tais escritos, num autor como ele, chamaram atenção,

²⁰⁶ BOIDIN, Capucine. L’horizon anthropologique des transferts culturels, *Revue Germanique internationale*, nº 21, janvier 2004, p. 268 », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Resenhas e ensaios historiográficos, posto online dia 07 fevereiro 2005. <http://nuevomundo.revues.org/339>

²⁰⁷ BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti, *Novos Estudos –CEBRAP*, nº 90, pp. 131-171, 2011.

²⁰⁸ Cf. DECAUDIN, Michel. Guillaume Apollinaire devant l’art nègre, *Présence Africaine*, 1948/1, nº 2, pp. 317-324; SCHWARTZ, Jorge. Lasar Segall: um ponto de confluência de um itinerário afro-latino-americano nos anos 1920. *Fervor das vanguardas*. Arte e literatura na América Latina. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

²⁰⁹ AMARAL, Tarsila do. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole...*, p. 283.

²¹⁰ Cf. “Uma pintora brasileira em Paris”, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 9 dez. 1928, p. 3.

²¹¹ Cf. MORAIS, Eduardo J. de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições, 1978.

²¹² Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: Por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

dentre outras coisas, para um outro tipo de re-conhecimento internacional que, poderíamos dizer, é quase oposto àquele dos românticos e modernistas brasileiros, pois se daria não pela afirmação do *característico* (e mesmo exótico), mas pelo apagamento deste. Assim:

Como Kafka parecia isento de toda determinação geográfica, não se hesitava em adotá-lo, eu diria quase “naturalizá-lo”, e de fato, tratava-se de veras aí de um tipo de procedimento de naturalização no qual nascia um Kafka francês, mais próximo de nós certamente, mas tendo apenas uma relação longínqua com o verdadeiro (...) Este direito de exterritorialidade era, no fundo, um privilégio celeste: vindo de lugar nenhum e pertencendo a todos, Kafka produziu naturalmente o efeito de ter caído do céu, mesmo aos escritores e críticos franceses os menos inclinados a tomar o céu como medida²¹³.

Os “re-conhecimentos” não são totalmente opostos porque, na verdade, apenas situam-se em posições diferenciadas do mesmo jogo de espelhos. A demanda do outro para a melhor afirmação de si mesmo²¹⁴. Este tipo de relação, porém, não se restringe aos trânsitos internacionais da cultura. Assim como a relação centro/periferia dependerá do escopo e objeto de análise contemplados - a afirmativa de Lima Barreto de que o Brasil não era o Rio de Janeiro e este não era a Rua do Ouvidor²¹⁵ é exemplar-, a oposição exótico/natural²¹⁶ também varia, podendo ir dos regionalismos às vanguardas internacionais. Mesmo o “intelectual nativista”:

[...] valoriza altamente os costumes, tradições e aparências de seu povo, mas sua experiência inevitável e dolorosa parece ser apenas uma busca banal de exotismo. O sári torna-se sagrado e os sapatos vindos de Paris ou da Itália são abandonados em favor dos calçados de couro cru, ao mesmo tempo que, de uma hora para outra, a língua do poder dominante é sentida como queimando os lábios [...] a cultura para a qual o intelectual se inclina não passa, muitas vezes, de um punhado de particularismos. Ele quer se ligar ao povo, mas, em vez disso, só se apodera de sua roupagem externa²¹⁷.

Tais reflexões contribuem para uma melhor avaliação da dinâmica e estrutura da valoração e distribuição dos méritos culturais ou dos “incontáveis atos de crédito trocados entre os agentes engajados no campo”²¹⁸, para utilizar uma linguagem bourdieusiana. Assim, no

²¹³ ROBERT, Marthe. Apud. CASANOVA, P. *La République mondiale des Lettres*. Paris: Éditions du Seuil, 2008, p. 229.

²¹⁴ Daí as considerações de Leyla Perrone-Moisés: “Como toda a antiga colônia, a América é necessária à Europa como um espelho. Que o espelho adquira uma perturbadora autonomia, tornando-se deformante, que devolva uma imagem ao mesmo tempo familiar e estranha, é esse o risco ou a fatalidade de toda a procriação ilegítima”. PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 49.

²¹⁵ Cf. BARRETO, Lima. O que é então? *Vida Urbana*. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2171 p. 111.

²¹⁶ Devido a sua carga simbólica, política, cultural e social, optamos por tal oposição, que nos pareceu a “menos enviesada”, seguindo as observações dicionarizadas que definem o exótico como: não originário do país em que ocorre, estrangeiro, que não é nativo, indígena, esquisito, excêntrico, extravagante, que não foi bem acabado ou realizado, malfeito, desajeitado. Já os seus antônimos são aborígene, autóctone, compatriota, doméstico, habitante, indígena, morador, nacional, nativo, natural, pátrio, primitivo, vernáculo. Cf. *Dicionário eletrônico Houaiss*. São Paulo: Objetiva, 2001.

²¹⁷ FANON, Franz. Apud. APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 95.

²¹⁸ BOURDIEU Apud. BLANCHARD, N et al. ; THOMAS, M. Prologue. Qu’est-ce qu’une périphérie littéraire ? In : BLANCHARD, N et al. *Littératures périphériques*, p. 12.

âmbito internacional, o jogo de re-conhecimento afeta a “literatura latino-americana, na medida em que a recepção internacional lhe é mais favorável quando ela responde aos desejos de evasão, de exotismo e de folclore das culturas hegemônicas”²¹⁹. O re-conhecimento Kafkiano, porém, representaria propriamente a situação em que:

Os grandes consagradores reduzem de fato a suas próprias categorias de percepção, constituídas em normas universais, as obras literárias vindas de alhures, esquecendo todo o contexto – histórico, cultural, político e, sobretudo, literário – que permitiria compreendê-las sem as reduzir. As grandes nações literárias cobram pela concessão de uma carteira de circulação universal. É por isso que a história das celebrações literárias é também uma longa sequência de mal-entendidos e de injustiças que encontram suas raízes no etnocentrismo dos dominantes literários (notadamente dos parisienses) e no mecanismo de anexação (nas categorias estéticas, históricas, políticas, formais) que se realiza no ato mesmo de reconhecimento literário. [...] O universal é, de alguma maneira, uma das invenções mais diabólicas do centro: em nome de uma negação da estrutura antagonista e hierarquizada do mundo, encobertos pela igualdade de todos em literatura, os detentores do monopólio do universal convocam a humanidade inteira a curvar-se a sua lei. O universal é o que eles declaram como conquistado e disponível a todos, sob a condição de que lhes seja aparente²²⁰.

Quando as considerações de Franz Kafka sobre as “pequenas literaturas” vêm à tona, essa “crítica universalista” se vê constrangida a tratar de um tema espinhoso em seus domínios, qual seja, o nacionalismo em Kafka. Mais do que demarcar os traços biográficos e históricos do autor, as reflexões sobre as vantagens da relação entre nacionalismo e literatura, assim como a descrição da dinâmica singular destas “pequenas literaturas” configuram-se como uma maneira alternativa de se analisar a produção literária segundo critérios não-universalistas. Kafka reconhecia que, acerca das “pequenas literaturas” judia e tcheca:

[...] muitos dos benefícios da atividade literária, a renovação espiritual, a coerência em um todo único da consciência nacional, frequentemente inoperante na vida pública e sempre disposta a desintegrar-se, o orgulho e o apoio que a nação recebe de sua literatura, para si mesma e contra o resto hostil do mundo, o fato de que a nação escreva uma espécie de diário, que é algo muito distinto da historiografia, e como consequência desse fato verifique um desenvolvimento mais rápido e, sem embargo, constante e diversamente vigiado, a detalhada espiritualização da simplificada vida pública, a assimilação dos elementos menos satisfeitos, que passam a ser úteis justamente quando sua inutilização poderia ser danosa, a constante integração do povo nesse todo, cumprida pela atividade das revistas, a concentração da atenção da nação em seu próprio círculo, e recepção do estrangeiro apenas por reflexo, a aparição do respeito pelo literato em atividade, o transitório despertar de efeito, contudo duradouro, de ambições mais elevadas nas gerações jovens, o reconhecimento da importância política dos acontecimentos literários, a dignificação e a possibilidade da antítese entre pais e filhos, a exibição dos defeitos nacionais de uma maneira em verdade bastante dolorosa, mas libertadora e merecedora do perdão, a aparição de uma animada e, portanto, respeitável atividade editorial e de um interesse pelos livros; todos estes efeitos podem ser obtidos mesmo por uma literatura que na realidade não se desenvolve dentro de limites insolitamente vastos, mas que pareça fazê-lo por carência de talentos significativos²²¹.

²¹⁹ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe nacionalismo*, p. 49.

²²⁰ CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des Lettres*, p. 226.

²²¹ KAFKA, Franz. *Diários*. 1910-1923. Buenos Aires: Emecé Editores, 1953, p. 140-141.

Esta enumeração de fatores propiciados pela dinâmica das “literaturas pequenas” judias e tcheca revelaria um caráter específico do fazer literário em nações, com ou sem território firmado, que não compartilhariam das condições das “literaturas grandes”, no caso de Kafka, representadas pela tradição alemã. A literatura assumiria um caráter abrangente:

A vivacidade de uma literatura desse tipo até pode ser maior que a de uma literatura mais rica em talentos, porque, como aqui não aparece nenhum escritor que, perante seus méritos, ao menos a maioria dos cétricos deva guardar silêncio, a competência literária em grande escala se vê realmente justificada²²².

Sendo algo que demandaria “maior atenção pública”, as questões literárias aí seriam marcadas pelas polêmicas e debates públicos, de tal forma que:

Insultos considerados literários vão e vem; no círculo dos caracteres mais violentos, voam. O que nas grandes literaturas ocorre no plano mais baixo, e constitui um sócio de nenhum modo indispensável do edifício, aqui ocorre em plena luz; o que lá provoca o momentâneo interesse de umas poucas pessoas, aqui absorve a atenção universal como um assunto de vida ou morte²²³.

Tal apelo “público” da literatura mereceria as atenções da política, afinal, a partir do momento em que se escreve a história de tais literaturas, que seria uma espécie de “diário da nação”, percebe-se que “a vinculação exterior da literatura com a política não é danosa”, terminando por “conseguir que a literatura se difunda pelo país apoiada nas muletas políticas”²²⁴.

Segundo Pascale Casanova, Kafka teria sido uns dos primeiros “a compreender que *todas* as ‘pequenas’ literaturas podem (e *devem*) ser pensadas segundo os mesmos esquemas” (grifos nossos)²²⁵. O historiador francês parece, com esse universalismo às avessas ou dos avessos, seduzido pelo mesmo etnocentrismo que combatera nos mecanismos de afirmação dos valores universais. Afinal, as rápidas considerações de Kafka feitas nas características peculiares de um diário dirigem-se às produções em ídiche e tchecas na Varsóvia, o próprio autor escrevia em alemão, como o fazia grande parte dos judeus em Praga. Ele não se considerava como um “representante” de uma “literatura pequena”, mas admirava a vitalidade destas literaturas²²⁶. Abordando as reflexões de Kafka em um contexto específico, Milan Kundera ressalta como características das “literaturas pequenas” a relação intrínseca com o tema nacional que, longe de ser algo óbvio e claro em si mesmo, permaneceria como um problema, uma aposta e um risco em graus diferenciados. No caso da Polônia, por exemplo, o risco do desaparecimento de sua existência era algo real. A inquietação existencial marcaria a “pequena literatura”, de tal forma que a nação se valeria de toda afirmação que a literatura lhe poderia dar, ao mesmo tempo, porém, em que condicionaria a ação da criação artística a um

²²² KAFKA, Franz. *Diários*. 1910-1923, p. 141.

²²³ KAFKA, Franz. *Diários*. 1910-1923, p. 143.

²²⁴ KAFKA, Franz. *Diários*. 1910-1923, p. 142.

²²⁵ CASANOVA, P. *La République mondiale des Lettres*, p. 287.

²²⁶ Cf. LUPAS, Maria. Ionesco contre la littérature mineure ? Le cas de la littérature roumaine, *Les chantiers de la création*, 4 | 2011, disponível em : URL : <http://lcc.revues.org/406>

papel único. O laço entre literatura e política é, neste contexto, uma coação à criação²²⁷.

Assim, as considerações de Franz Kafka instigam pela maneira com que refletiu acerca das funções das literaturas em contextos específicos segundo demandas determinadas. Em seu “Esquema de características das pequenas literaturas”, o autor situou três eixos com as tópicas pertinentes: 1 – **Vivacidade**: Conflito, Escolas, Revistas; 2 - **Menos compulsão** – Falta de princípios, Temas pequenos, Fácil formação de símbolos, Supressão dos ineptos; 3 - **Popularidade**: Vinculação com a política, História literária, Fé na literatura (se lhe permite estabelecer suas próprias leis)²²⁸. Não se trata, nem parece ter sido pretensão do autor, de uma “teoria” das “pequenas literaturas”²²⁹, longe disso, mas de reflexões que nos despertam para uma abordagem diferenciada da literatura e, vindas de um autor “universal”, tornam-se ainda mais interessantes. Alguns temas, portanto, podem ser ricos para se pensar a reflexão literária no Brasil que, se não era no princípio do século XX uma “literatura pequena”, também não se via (nem era visto) como portador de uma “literatura grande”. Assim, enquanto os temas das polêmicas, da questão nacional persistente, da fé na literatura e da vinculação com a política são praticamente óbvios no Brasil, a verificação da existência de uma “osmose entre o povo e a literatura”²³⁰ só poderia nos causar perplexidade, a menos que tal condição fosse vista sob o estigma de uma permanente carência angustiante²³¹, o que não é o caso.

Ao considerar o fenômeno das “literaturas transplantadas” como algo recorrente que poderia remontar à “antiguidade ocidental”, Tristão de Athayde ensaiava retirar o caráter totalmente exótico da história literária no Brasil e conceder-lhe a complexidade dos processos modernos. Ao mesmo tempo, a necessidade de fazer da história da literatura uma espécie de “diário da nação”, significando não apenas a sucessão de diferentes autores, escolas e tendências literárias, mas a própria forma com a qual as produções culturais relacionaram-se com a gente, o meio e a história do país, faz da obra *Afonso Arinos* uma tentativa de consolidação da tradição nacional. Um repertório de objetos mais ou menos recorrentes (o sertão, o índio, a natureza, a miséria, as cidades, os costumes, a língua, as regiões, as raças, os escravos etc.) contemplados de maneiras diversas (descritivas, narrativas de viajante, satíricas, arcádicas, românticas, realistas, naturalistas, “modernas”), segundo valorações e interpretações específicas (exotismo, nativismo, pessimismo, realismo, ufanismo, cientificismo etc.).

²²⁷ Cf. LUPAS, Maria. Ionesco contre la littérature mineure ? Le cas de la littérature roumain, *Les chantiers de la création*, 4 | 2011, disponível em : URL : <http://lcc.revues.org/406>

²²⁸ KAFKA, Franz. *Diários*. 1910-1923. Buenos Aires: Emecé Editores, 1953, p. 143.

²²⁹ O próprio Casanova reconhece que os escritos destes diários formam um “texto obscuro e difícil”, não sendo uma “verdadeira teoria”, tratando-se, antes, de “notas atiradas sobre o papel”. CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des Lettres*, p. 290.

²³⁰ Cf. LUPAS, Maria. Ionesco contre la littérature mineure ? Le cas de la littérature roumain, *Les chantiers de la création*, 4 | 2011, disponível em : URL : <http://lcc.revues.org/406>

²³¹ Cf. LIMA, Luís Costa. *Frestas*. A teorização em um país periférico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

Não fazia sentido, assim, tomar como índice inicial da história literária no Brasil o seu caráter “brasileiro” ou nacional, mas ver este como um momento de um processo maior. Dessa forma, evitava-se a exclusão arbitrária de produções relevantes para a tradição, como a de Gregório de Matos²³², ao mesmo tempo, porém, permanecia, ainda que bastante diminuída, certa característica evolucionista e teleológica em função do desenvolvimento da “consciência nacional”²³³. O livro *Afonso Arinos* foi tratado por poucos historiadores. Sobre a “crítica expressionista”, Antônio Cândido a considerara “excepcional para o tempo e com certeza a melhor monografia de escritor até então publicada no Brasil”, tendo sido a:

[...] primeira tentativa teórica de superar, no Brasil, as modalidades críticas anteriores, que segundo ele partiam da inteligência reflexiva, não da afetividade, e por isso ficaram no acessório, ou seja, coisas como as “causas” ou “funções” da literatura, deixando escapar o essencial²³⁴.

Além disso, Antônio Cândido pontuava:

Verdadeiro feito, de grande rendimento interpretativo, [...] o mencionado recurso à psicanálise, através do conhecimento de Freud e de Jung. Graças a esta visão (moderníssima para o Brasil daquele tempo), ele não apenas comprovou, mas deu poder de convicção à ideia de que a expressão se nutre da relação do autor com meio formativo, e, como vimos, renovou o que fora um dos cavalos de batalha do positivismo crítico²³⁵.

Assim, qualquer consideração sobre a crítica de Tristão de Athayde, durante os anos 1920, como algo que não esteja no âmbito deste “expressionismo” crítico seria errônea.

O autor de *Formação da Literatura Brasileira*, porém, não tece comentários acerca da história do “sertanismo” e das reflexões do crítico sobre a história literária brasileira. A contribuição da obra *Afonso Arinos* para a história do regionalismo brasileiro sofrera, por assim dizer, uma espécie de “apagamento progressivo”. Os trabalhos sobre o tema reforçaram o regionalismo como produto literário dos anos 1930, considerando, em geral, toda a produção anterior segundo os juízos negativos do pitoresco e do exotismo, desobrigando-se²³⁶ dela, por assim dizer. As considerações de Tristão de Athayde, porém, além de apontar tais limitações,

²³² Deve-se ter em mente que a história da literatura brasileira é um problema secular reiterado, desde ao menos meados do século XIX, quase que a cada geração. Cf. CAMPOS, Haroldo de. *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. Salvador: FOJA, 1989.

²³³ Como aponta Leyla Perrone-Moisés: “Se escrevermos a história das literaturas latino-americanas como um apêndice da história das literaturas das línguas-mães, mantendo-as como um paradigma a ser alcançado, estaremos dentro de uma concepção evolucionista da literatura e tenderemos a considerar as primeiras manifestações coloniais como infantis e canhestras. Se considerarmos que, em determinado momento, essa história se torna autônoma, teremos dificuldades em situar precisamente esse corte. Se situarmos esse começo no momento da independência política, apenas retardaremos sua *infância*”. Daí propostas como as de Haroldo de Campos em opor um “nacionalismo modal ao nacionalismo ontológico”, de modo que o nacionalismo não seria uma busca pela origem, mas um movimento dialógico com a diferença, favorecendo uma “historiografia fragmentada, não homogênea”. PERRONE-MOISÉS, L. *Vira e mexe nacionalismo*, p. 42-43.

²³⁴ CÂNDIDO, Antônio. Mestre Alceu em estado nascente. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004, p. 83.

²³⁵ CÂNDIDO, Antônio. Mestre Alceu em estado nascente. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004, p. 85.

²³⁶ Cf. LIMA, Luís Costa. Regionalismo. In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. Vol. V - Modernismo. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana; CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros)*. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980; ALMEIDA, Jose Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

situava a função do regionalismo no desenvolvimento geral da história cultural brasileira, o seu papel decisivo no processo da “ação local sobre a literatura transplantada”.

Terceira Parte

DÚVIDA

Contra a “literatura”: Sertão

“Canaã não é pura literatura”.
Carta de Medeiros e Albuquerque a Graça
Aranha (1902).

“Tentei contar neste livro, com um mínimo de
literatura para um máximo de honestidade [...]”.
Epígrafe de Jorge Amado
no livro *Cacau*, (1933).

As duas passagens citadas acima foram produzidas num intervalo de mais de trinta anos, mas revelam a manutenção e, na verdade, o fortalecimento de uma concepção literária que, curiosamente, era contra a “literatura”. Uma noção que complementa e ajuda a explicar esta apreciação da “literatura” é a de “bovarismo”, termo que teve grande ocorrência na cultura intelectual brasileira. Lima Barreto confessava a respeito em seu diário: “A minha vida de família tem sido uma atroz desgraça. Entre eu e ela há tanta dessemelhança, tanta cisão, que eu não sei como adaptar-me. Será o meu ‘bovarismo’?”¹.

O conceito foi trabalhado por Jules Gautier em 1892 no ensaio *Le Bovarysme*. O termo é inspirado na protagonista do romance de Gustave Flaubert, “Mme Bovary” (1856), e, conforme Tristão de Athayde: “O que de fato caracteriza essas personagens é um defeito essencial de caráter fixo e de originalidade própria. Logo, se influenciadas pelo meio social se julgam diversas do que são, é que – nada sendo por si mesmas – alguma coisa se tornam, em virtude da sugestão a que obedecem”². O “bovarismo” é tido por Jules de Gautier como um fenômeno e, na verdade, uma “patologia” da “civilização”. Segundo o autor, o mérito de Flaubert residiria em sua perspectiva especial que, seguindo os princípios da “autonomia da arte” e “impessoalidade do autor”, teria a capacidade de fornecer visões de mundo ao “espírito crítico” e de produzir “sugestões psicológicas novas”. A morte do romantismo em Flaubert estaria expressa na revelação, pela imaginação, dos “males da imaginação” e de um “mal do pensamento” em que o “pensamento precede à experiência ao invés de sujeitar-se a ela”³.

Tal situação resultaria num desequilíbrio “mórbido” vivido por vários personagens de Flaubert, mas derivado de um fenômeno maior: a civilização. Esta seria caracterizada pela capacidade humana “de beneficiar seus descendentes dos conhecimentos científicos e morais adquiridos durante sua passagem pela vida”. Porém, com o seu desenvolvimento:

[...] o círculo dos conhecimentos adquiridos se alarga a cada dia e a inteligência humana se encontra na presença de um tão grande número de questões postas e resoluções, que ela não pode verificar todas [...]. Como os meios de difusão das opiniões tomaram uma extensão considerável, como o livro e o jornal permitem a

¹ BARRETO Apud. MICELI, S. *Poder, sexo e letras na República Velha*, p. 41.

² GAULTIER Apud. ATHAYDE, Tristão de. *Bibliografia*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1920, p. 2.

³ Cf. GAULTIER, Jules. *Le Bovarysme*. Paris: Librairie Léopold Cerf, 1892, p. 2-12.

um grande número de homens propagar seu pensamento, e a um número ainda maior de homens apoderar-se do pensamento de outros, segue-se que há sobre cada assunto milhões de opiniões; e esta pluralidade se estende não apenas às ideias morais que cada classe da sociedade faz, frequentemente, um ideal diferente, que estão a mercê das influências do meio e da literatura, mas também aos fatos da história, que através das paixões políticas e religiosas, tomam um aspecto infinitamente diverso e variado até formalmente se contradizerem⁴.

O autor considera o fenômeno como algo inerente às civilizações, mas não há dúvida que tal caracterização (e reação) é debitária da proliferação dos impressos, da educação pública e de uma cultura da escrita e da leitura na Europa, e especialmente na França, no século XIX.

A educação seria um dos vetores da “patologia do bovarismo”:

[...] supondo mesmo que esta educação tenha sido perfeita, este único fato de conhecer existências anteriores a sua, de saber como se constituíram estas existências em todas suas conjunturas da vida, constitui para ela [a criança aluna] um modelo para lhe dirigir, uma miragem que lhe desflora as realidades, leva suas impressões de ingenuidade e sua verdade: quanto mais as grandes imagens da história se sobrepõem perante seus olhos em perspectivas mais altas, mais distantes e mais multiplicadas, mais se torna para ela difícil de escapar da fascinação que exercem sobre sua alma os altos fatos dos heróis tão louvados e as ideias que inspiraram tais homens; ocorre que observa-se a vida presente apenas pelo prisma do passado; não se relaciona mais com suas sensações e com suas próprias percepções; ela lhes negligencia e não as toma em conta; porque ela tem de todas as coisas uma ideia pré-concebida; ela sabe o que deve experimentar na presença de tal fato e se a emoção não vem, ela a imagina; ela sabe previamente o que ela deve amar e o que ela deve odiar e estes sentimentos imaginários de coisas imaginárias acabam por obscurecer as realidades, por tornar seus nervos inaptos a retirar da vida impressões pessoais⁵.

Tal processo tomaria a quase todos os homens civilizados e conduziria a um “cataclismo” que conformaria uma “nova humanidade” que, por seu turno, “levará no seu cérebro o germe de um mal similar”⁶. O século XIX teria produzido a “patologia” em um grau mais elevado devido às circunstâncias históricas que propiciariam o mal: guerras, eventos revolucionários e o Império, este último com a revelação mais aguda do exotismo, teriam suscitado o romantismo:

Superaquecida pelo choque dos eventos, a alma humana se manifesta pelos atos dramáticos, pelas trágicas levas; depois, logo que a temperatura do meio se resfria, logo que os eventos decaem, esta força exasperada, pronta a se atirar em atos, é doravante sem emprego sob esta forma bruta, pouco a pouco se transpõe; ela se traduz pelos pensamentos e pelas formas artísticas, se insinua nas palavras que ela anima, circula nas veias do mármore que ela forma, vibra e se expande nas ondas sonoras. Foi em razão desta lei que o grande período literário de 1830 sucedeu o impulso de ação do começo do século e que todas energias vitais erigidas pelas violências da guerra encontram um derivativo nas orgias da imaginação romântica. [...] Esta literatura fervente ainda e toda ofegante das convulsões das últimas lutas, toda impregnada do hálito quente de uma atividade sem emprego, contendo os germes da paixão que irão eclodir nos corações as concepções sentimentais que exercerão sobre os cérebros uma influência preponderante e os precipitarão fora do real⁷.

⁴ GAULTIER, Jules. *Le Bovarysme*. Paris: Librairie Léopold Cerf, 1892, p. 12-13.

⁵ GAULTIER, Jules. *Le Bovarysme*, p. 13-14.

⁶ GAULTIER, Jules. *Le Bovarysme*, p. 15.

⁷ GAULTIER, Jules. *Le Bovarysme*, p. 15-16.

Precipitar-se para fora do real é o mal principal do “bovarista”. O teórico do “bovarismo” sempre reivindicará o realismo como parâmetro para suas críticas. E um dos alvos principais era a “literatura”. Gaultier fala em figuras “contaminadas pela literatura”, da literatura como um bacilo destruidor dos “temperamentos realistas” promovendo casos desequilibrados e mórbidos, como Bovary que “abusada pelo falso ideal que ela formou sobre si mesma, a pobre mulher se torna este ser híbrido devotado à mentira necessária e chegando ao suicídio, que põe fim a sua terrível dualidade”⁸. Tal como haveria um “bovarismo” sentimental, persecutório de amores irrealizáveis, existira outro, intelectual, obstinado por uma fé no progresso e nas certezas científicas, e, ainda, um terceiro, político, que teria uma concepção exagerada dos ideais históricos, como a fé no poder popular, na fraternidade e na justiça⁹.

As reflexões de Gaultier tiveram repercussão não apenas no Brasil, mas na América Latina¹⁰, onde receberam apropriações específicas. A campanha “contra a literatura” é explícita na cultura intelectual brasileira nos primeiros anos da década 1920. Tristão de Athayde, acerca do livro *Cidade Encantada* de Xavier Marques, considera que “por literatura, nesse sentido pejorativo, entendo o artifício literário, o esforço da composição, a dispersão da realidade”¹¹. Esse tipo de “literatura” contaria com nomes reconhecidos, como o de Coelho Neto. A reunião de seus discursos revelaria que a “arte viciou-lhe a naturalidade. Ele fala de Bilac morto como aos remadores de um clube de regatas”, num caso em que “engenho e cultura exilaram razão e sentimento. A corda mais ferida é a patriótica. Para o mar e para o sertão tem efusões de um lirismo contínuo, que o demônio da literatura faz soar em falso”¹².

Apesar de a questão nacional ser orientadora da cultura intelectual brasileira ao menos desde meados da década de 1910, isso, por si só, não impediria a queda numa “corda patriótica” perdida pelo “excesso de cultura” que a “elevava” na mesma medida em que a enfraquecia, como no mito grego de Anteu (*Antaeus*)¹³ citado pelo crítico. Era preciso reconhecer uma mudança na prática de tais intervenções intelectuais:

Entre nós, foi costume e moda, há dez ou quinze anos passados, fazer justamente o contrário. Tomava-se a aparência das questões ou motivos de mera espuma literária: o “leque”, o “sorriso”, o “casamento”, a “flor”, e sobre eles se bordava uma hora de

⁸ GAULTIER, Jules. *Le Bovarysme*, p. 26.

⁹ GAULTIER, Jules. *Le Bovarysme*, p. 46.

¹⁰ Cf. BEAUREGARD, Paulette Silva. La lectura, la pose y el desarraigo. Pedro-Emilio Coll y el “bovarismo hispanoamericano”, *Acta Literaria*, nº 37, pp. 81-95, II Sem. 2008.

¹¹ ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1920, p 2.

¹² ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1920, p 11.

¹³ O caso de Anteu é lembrado pelo fato de ele, filho de Poseidon (Netuno), ter sido, segundo a lenda, um lutador imbatível até que Hércules descobrira que, quando suspenso seu contato com o chão, o combatente perdia toda sua força. A cultura bovarista de Coelho Neto, quanto mais lhe rendia frutos de saberes superiores, mais o enfraquecia em sua legitimidade frente às principais questões de sua época, lhe retirava do solo. Cf. SMITH, William. *Dictionary of greek and roman biography and mythology*. Boston: Little Brown, 1870, p 181.

palestra de uma desoladora frivolidade. [...] a conferência tende hoje a um objetivo mais elevado de educação e cultura¹⁴.

A conferência seria um meio “particular e atual” de “comunicação literária”:

Estamos em uma época de propaganda, época cujo principal caráter literário é uma intervenção cada vez maior das letras na vida política e social dos povos, forçando a arte a compromissos e desvios, que são uma degradação presente, mas uma redenção futura. Degradação, porque a arte só é pura quando busca a beleza e hoje lhe vemos fins utilitários ou morais. Redenção, porque ante o requinte, o subjetivismo, o artificialismo aristocrático a que tinha chegado a arte, para a renovação da sua fibra amortecida e exasperada, esse mergulho na realidade e na ação.

A literatura precisaria dos auxílios da história, da sociologia, do folclore, dos estudos políticos e da crítica literária. A literatura, na verdade, teoricamente, abarcaria todos estes saberes. Sobre as conferências, ressalta-se os trabalhos de Amadeu Amaral, especialmente sobre “A Literatura da Escravidão” que concluía que o papel da “infanda instituição” foi “menor do que devera ter sido, dada a influência profunda e permanente do tráfico na vida nacional”. Isso seria devido ao “mal de grande parte de nossa literatura, onde as qualidades de imaginação superam as de observação¹⁵, permanecendo em geral estranhos ao seu meio e ao seu tempo”¹⁶.

O combate à “literatura” exigia diferentes frentes de produção intelectual que lhe garantissem o tão almejado “realismo”. O cenário posterior à Grande Guerra colocava em jogo diferentes orientações políticas e culturais que tomavam as manchetes dos jornais brasileiros com temas que iam desde o avanço bolchevista às questões dos negros norte-americanos, passando por debates estéticos que tinham que decidir sobre qual relação se deveria manter com as novas condições e exigências políticas. E, se os próprios intelectuais brasileiros reconheciam seu “bovarismo”, eles não poderiam deixar de se identificar com dilemas internacionais.

Trata-se de um cenário complexo, mas que a crítica literária pretendia, de alguma forma, organizar e conceder sentidos únicos ou, pelo menos, destacar os mais legítimos. Convidado pela *Revista do Brasil* a fazer um balanço da produção literária do ano de 1920, Tristão de Athayde verificava que, excluídos os trabalhos científicos, técnicos e estritamente didáticos, ele reunira pouco mais de uma centena de obras na capital e nos estados. Além das lacunas incontornáveis de tal tipo de levantamento, ele lembrava os problemas econômicos e limitações tipográficas oriundos do cenário posterior à Guerra. Ademais, seria “desde logo mister apontar o contraste entre essa escassa produção livresca e a grande frequência da colaboração literária em jornais e revistas”¹⁷.

¹⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 set. 1920, p 2.

¹⁵ Ao menos desde meados do século XX, esta consideração foi completamente invertida pela historiografia literária brasileira. Cf. MIGUEL-PEREIRA, L. *História da literatura brasileira*. Vol XII, p. 175; CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Vol 1, p. 18.

¹⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 set. 1920, p 2.

¹⁷ ATHAYDE, Tristão de. A literatura em 1920, *Revista do Brasil*, São Paulo – Rio de Janeiro ano VI, volume XVII, nº 64, abril-junho 1921, p. 7-8.

Apresentado como “brilhante escritor, que apesar de jovem tão fortemente se impôs à admiração do público inteligente”, ele elencara uma “dezena de gêneros” distribuídos em “poesia, conto, crítica literária e filosófica, crônica, romance, viagens, filologia, memórias, sociologia, ‘folclore’”¹⁸. O crítico avalia:

[...] a minha convicção é que, a despeito de tudo, um certo movimento idealista anima as nossas letras e os que dela se ocupam. E esse movimento é o de uma convicção crescente da nossa personalidade nacional e portanto literária, dos perigos do cosmopolitismo, do contato com a nossa realidade e da necessidade de uma conciliação dos caracteres locais e universais, individuais e humanos, para alcançar a verdadeira personalidade literária¹⁹.

Tal como as reflexões sobre a condição racial, as perspectivas acerca de tal “verdadeira personalidade literária” também eram vistas sob certo ceticismo, mas já com alguma confiança ou, ao menos, um otimismo incipiente: “o mundo está preparando hoje uma geração poética prodigiosa para 1960, quando se converter em matéria de beleza toda a massa dolorosa e patética das grandes libertações atuais e da profunda inquietação do homem contemporâneo”²⁰.

Domínios do tempo e do espaço

Se, no início dos anos 1920, a República estava velha, tal diagnóstico revelava-se antes pelo descontentamento geral com o país do que por sugestões de mudanças reais de regime, salvo exceções como a obra de Alberto Torres e as pregações dos movimentos anarquistas. O que se destaca nos primeiros anos em torno da Grande Guerra é uma relação com o regime que, apesar de não vislumbrar um horizonte de mudança radical, denuncia reiteradamente a incapacidade de realização política do país. Pedro Lessa expressa tal condição no primeiro número da *Revista do Brasil* ao tratar do “preconceito das reformas constitucionais”.

Segundo o jurista, a reivindicação daqueles que defendiam reformas constitucionais baseava-se, justamente, na consolidação de um regime que estivesse mais de acordo com as “tradições brasileiras”. Um governo condizente com a identidade do país. Lessa criticava essas concepções, via o apelo a tais reformas como “recursos prediletos das nações fracas, incapazes - por sua falta de educação e de energia - de um bom governo prático, e das nações decadentes e enervadas, que, umas e outras, apelam frequentemente, mas debalde, para tão desacreditada panaceia”²¹. No caso brasileiro, ele perguntava-se sobre qual regime seria esse, uma vez que, sob o Império, a “constante preocupação dos espíritos liberais e progressistas era uma larga descentralização administrativa, que no conceito dos mais adiantados quase se confundia com

¹⁸ ATHAYDE, Tristão de. A literatura em 1920, *Revista do Brasil*, p. 8.

¹⁹ ATHAYDE, Tristão de. A literatura em 1920, *Revista do Brasil*, p. 14.

²⁰ ATHAYDE, Tristão de. A literatura em 1920, *Revista do Brasil*, p. 12.

²¹ LESSA, Pedro. O preconceito das reformas constitucionais – Qual a reforma do governo reclamada pelas tradições brasileiras, *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 1, jan-abr 1916, p. 6

o federalismo”²². O parlamentarismo, em sua visão, “dados os nossos gravíssimos defeitos, a péssima composição dos nossos congressos, a influência dos perniciosos elementos que prevalecem na política nacional, [...] seria apenas uma nova e estranha modalidade da nossa incapacidade, ou de nossa decadência política”. A tradição colonial, tampouco, emprestaria um exemplo de governo, uma vez que o Brasil viveria sob o poder absoluto de Portugal que lhe imprimira uma total tutela governativa²³. Assim, não haveria nenhum regime político, ainda mais na tradição brasileira, que pudesse servir de redenção à crise instalada e vivida.

Ele citava os Estados Unidos e a Argentina que compartilhariam, além de um passado colonial, regimes similares ao do Brasil e que, não obstante, teriam “produzido os melhores frutos, que é lícito esperar de aparelhos políticos, de organizações jurídicas abstratas”. O apelo às reformas constitucionais seria confissão de incapacidade. Lessa acreditava que a “vida nova” deveria começar sob a Constituição de 1891. Os eventos nacionais e internacionais, porém, acenavam outras possibilidades e este texto de Lessa pode ser considerado uma das últimas defesas da República brasileira tal qual ela havia sido delineada em sua primeira Constituição.

A própria reflexão acerca do passado segundo uma sucessão de “regimes de governo” já não satisfaria a cultura intelectual. Daí a distinção que Tristão faz entre uma história “considerada como registro e estudo dos fatos mais notáveis de um povo, especialmente do ponto de vista do seu governo, e a história como investigação da vida, do caráter e da formação desse povo, e nele portanto baseada”²⁴. Enquanto a primeira estaria ligada à historiografia mais tradicional, a segunda deveria ser mais explorada pelas próprias demandas do presente:

Se há um espírito de cada tempo, se o de hoje – que é mais do que nunca o de amanhã, pois nunca talvez se tenha pensado tanto para o futuro como agora – nos leva a estudar a sociedade em seus meandros, a esmiuçar-lhe as necessidades, a compreender-lhe os direitos, pode-se afirmar que a história clássica, de datas e de nomes, não tem por si o espírito do tempo.

A história dos “pontos culminantes” não interessaria mais, pois “a história não deve ser [...] essa ‘mestra’ solene e moralista que, por poucas luzes que incita em seus discípulos, logo lhes revela o manto de artifício e a consciente falsidade lançado sobre os acontecimentos”.

A história teria mais a ver com o “espírito coletivo”, “inconsciente” e “anônimo” do que com as diretrizes reconhecidas em indivíduos e homens poderosos. Segundo o crítico, tais ideias teriam suas primeiras sementes lançadas por Voltaire, em seu *Ensaio sobre a história geral e sobre os costumes e espírito das nações* (1756)²⁵, e ganhado desdobramentos ulteriores:

²² LESSA, P. O preconceito das reformas constitucionais, *Revista do Brasil*, p. 7.

²³ LESSA, P. O preconceito das reformas constitucionais, *Revista do Brasil*, p. 7.

²⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 out. 1921, p. 1.

²⁵ O reconhecimento da obra de Voltaire verifica-se nas considerações feitas na *History of Civilization in England* (1857) de Henry T. Buckle, autor influente e debatido pelos intelectuais brasileiros. Talvez, por isso, o crítico considere a obra de Voltaire como precursora do “grande surto moderno da História da Civilização”. Cf. KERN, Daniela. Voltaire. In: MALERBA, Jurandir (org). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*.

Só estudando esses povos em sua vida cotidiana, só observando os seus costumes, só procurando os seus ideais, é que será possível traçar um perfil menos inverídico do que tenha sido realmente sua vida. As guerras são momentos de exceção, em que cessa, ou melhor, se desvirtua a vida do país; as revoluções são simples crises agudas de movimentos longos e profundos; as dinastias e as intrigas diplomáticas ficam quase sempre estranhas à vida da nação, quando não contrárias. É mister estudar os povos nos períodos de paz, na sua vida familiar, nos seus sentimentos íntimos, nas suas festividades e nos seus hábitos, na sua organização social, nos seus meios de vida, na sua instrução e educação, no seu jornalismo, na sua cultura, na sua vida material e nos seus ideais, em tudo que represente realmente a vida normal desses imensos corpos coletivos para depois confrontar as conclusões obtidas, com observações sobre os períodos de crise, em que se põe à prova o trabalho das eras de trabalho pacífico e fecundo. Seria, por exemplo, muito mais significativa de nossa vida nacional, muito mais proveitosa para o estudo de nossa formação, uma História da Escravidão no Brasil do que uma História Militar do Brasil. Pois bem, pouco ou quase nada se tem feito pela primeira [...]”²⁶.

Tais reflexões eram feitas acerca do livro *História Militar do Brasil* do capitão Genserico de Vasconcelos. Tal tipo de trabalho seria um modelo de “história transcendente” oposta, conseqüentemente, a uma “história imanente”²⁷. Em outra ocasião o crítico considerara que:

[...] tivemos oportunidade de expor dois métodos históricos, a que chamamos transcendente e imanente, conforme partissem *a priori* dos grandes acontecimentos para se aplicar a toda a vida nacional de um povo, ou comesçassem o seu estudo empiricamente, partindo da realidade, aparentemente mais mesquinha e desinteressante, a fim de lentamente ir traçando o verdadeiro perfil desse povo²⁸.

Chegar a essa “verdade”, ou ao menos a um “perfil menos inverossímil”, seria condição para superação do bovarismo que assolaria a cultura intelectual brasileira. Esta concepção fazia com que Tristão de Athayde, ressoando as ideias de Capistrano de Abreu²⁹, considerasse ser impossível àquela altura a produção de uma história do Brasil:

Já se poderá escrever a História do Brasil? Penso que não. As raças em fusão e as sub-raças derivadas ainda não cristalizaram em uma raça uniforme; o território ainda não foi ligado com método e eficácia; uma nova língua lentamente se está formando; o espírito da nacionalidade ainda não se desprende das tendências individuais e regionais. Com uma unidade vacilante e instituições dificilmente adaptáveis à índole nacional, estamos apenas em caminho para a independência. 1822 foi simplesmente um pequeno impulso como haviam sido 1817, a abertura dos portos, a vinda da família real, a Inconfidência, os descobrimentos do ouro e diamantes, a oposição das câmaras municipais, o “bandeirismo”, as guerras holandesas. A posterior agitação

Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 41; ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 out. 1921, p.1.

²⁶ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 out. 1921, p. 1.

²⁷ A curiosa utilização deste vocabulário por Tristão de Athayde parece revelar no crítico a apropriação, tanto do ramo da filosofia Escolástica, que percebia a “ação imanente” como aquilo que permanece no agente, ou seja, o que ele quer, deseja, entende etc. e que era contraposta a uma “ação transitiva”, que teria sua finalidade em algo exterior ao agente, como esquentar, serrar etc. Imanência contraposta à transcendência é uma relação cara à tradição da filosofia idealista, especialmente em sua vertente alemã pós-kantiana, e a caracterização que Tristão de Athayde faz do “transcendente” como associado a algo tomado como *a priori* corrobora com esta segunda tendência. Porém, a forma como o crítico a aplica à história não parece ser coerente com nenhuma das duas escolas. Sobre conceitos de transcendência e imanência ver verbetes em: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

²⁸ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 out. 1921, p. 1.

²⁹ Desde 1882, Capistrano de Abreu via com ceticismo a possibilidade de se escrever uma “história do Brasil” e, anos 1920, considerava tal história como uma “casa edificada de areia” e uma das razões para tal condição precária era a falta de “monografias sobre temas históricos específicos”. Cf. OLIVEIRA, Maria da G. de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de Mestrado. UFRS, 2006, p. 51.

política, imperial e republicana, e o progresso material não são mais do que novos elos à cadeia. Nenhum desses movimentos tem uma ação definitiva: todos concorrem apenas para um objetivo ainda alongado. Essa posição de nebulosa a resfriar-se não permite, entre nós, a mentalidade do historiador nem a matéria histórica. O estudo do Brasil só pode ser feito, hoje, por – estudos do Brasil. Só o assunto fragmentado, os ensaios regionais podem preparar material para a futura visão do conjunto³⁰.

Assim, às vésperas das comemorações do centenário da Independência, o crítico se perguntava sobre a oportunidade “admirável” de nesta ocasião promover-se “a multiplicação dessas monografias locais, como as queria Le Play, mas compreendendo toda a vida regional, pelas quais se pudesse realmente compreender a eclosão da vida colonial, no território brasileiro”³¹.

O exemplo que viria sendo produzido à época seriam os trabalhos sobre a história colonial de São Paulo feitos por Affonso d’Escragnolle Taunay, que compreenderiam que:

[...] a vida normal dos povos tem mais importância para a História, do que as brilhantes narrativas dos fastos guerreiros ou políticos dos governos. A história de baixo para cima não é a única mas é, sem dúvida, o fundamento, a estrutura da História, que é vida e ideia e não museu ou panteão. Em nossa história ainda avulta o mal por mingua de documentos. E, portanto mais merecem aqueles que tentam reconstruir, sem fantasia, a vida colonial³².

Curiosamente, Taunay era o diretor do Museu Paulista desde 1917. De qualquer forma, na visão do crítico, ele era um historiador que sabia analisar e reviver a “era das bandeiras” paulistas. Sua pesquisa tinha como fontes principais as “Atas da Câmara Municipal de São Paulo”, cuja publicação fora iniciada em 1914 por iniciativa do então prefeito da capital paulista, Washington Luís, que, segundo Taunay, seria um grande “prestador de serviço à história paulista e do Brasil”³³. Na visão do crítico, da obra *São Paulo nos primeiros anos (1554-1601)*:

[...] se podem imediatamente colher duas observações gerais de ordem material e moral. Em primeiro lugar, a rudeza do viver quinhentista, em lares toscos, desprovidos de todo conforto, num povoado de escassa centena de fogos, a princípio isolado do litoral por um caminho longo e fragoso, habitado, aliás, por gente também rude, de costumes frouxos, a que era preciso atalhar com uma regulamentação severa de quase comunismo, e finalmente exposto constantemente aos ataques do gentio inimigo e traiçoeiro³⁴.

E a segunda “observação principal que ressalta dessas preciosas Atas: o espírito paulista de independência e altivez. Desde então é possível notar a formação dessa índole, que vem a ser até hoje o caráter específico do paulista, observado por quantos o tem estudado”.

Assim, a historiografia regional de Taunay contribuía para a consolidação e invenção de uma identidade regional paulista que ganhava corpo com o decorrer dos anos³⁵. Esta

³⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1919, p. 1.

³¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 out. 1921, p. 1.

³² ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1923, p. 1.

³³ TAUNAY, Affonso E. Inventários do Sertão. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 out., 1922, p. 1.

³⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 mai. 1921, p. 1.

³⁵ Sobre formação da identidade paulista no século XX cf. ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. Tese de Doutorado em História. USP, 1985; FERREIRA, Antônio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

historiografia seria um exemplo de história “imane[n]te”, afinal, como o crítico afirmara:

[...] ousou recomendar a leitura atenta dessa história de São Paulo a todos que queiram conhecer realmente o que foi o Brasil colonial e como nasceu lentamente a nossa civilização. Aprende-se mais lendo um desses volumes de realidade precisa, sem falsos arrebiques, nem grandiosidades afetadas, do que todo um curso de História do Brasil. Porque ali se aprende a ver o Brasil real, a vida da colônia tal qual nascia do primeiro contato do homem, despido do seu fulgor de herói, com a terra, despida da sua clássica magnificência pomposa, e com índio, despido de sua coroa de mártir, ou de sua pura animalidade de bárbaro. Nesses livros, de tão escrupulosa veracidade, é que temos de fundar nossa história nacional. Quando se estenderem essas monografias a outras partes do país, quando conhecermos realmente o caráter e os costumes desse primeiro contato, é que poderemos começar o estudo definitivo de nossa vida nacional, já tão brilhantemente versado, desde Fr. Vicente do Salvador ao Sr Rocha Pombo ou Capistrano de Abreu³⁶.

A obra de Taunay seria exemplo de história “documental” que se somava a outras abordagens do passado: a “reconstitutiva” e a “polêmica”. Embora nenhuma existisse de maneira pura, o crítico considerava a história documental como aquela que se prenderia à “análise das fontes, procurando a autenticidade dos argumentos e provas em que se possa fundar toda conclusão ou reprodução histórica”; a reconstitutiva como a que “faz ressurgir o passado em seus contornos reais; evoca os acontecimentos procurando reproduzir a vida das épocas que estuda”; e a polêmica sendo a que “procura interpretar os fatos, rever as provas, cotejar autoridades, para pesar os juízos históricos e restabelecer quanto possível a veracidade dos acontecimentos”³⁷.

Assim, a história poderia ser “imane[n]te” ou “transcendente” e seguir orientações documentais, reconstitutivas ou polêmicas. A história documental seria a menos praticada na cultura intelectual. Já a reconstitutiva teria mais adeptos, como Alberto Rangel com o livro *Quando o Brasil amanhecia*, que não seria “nem obra histórica, nem obra de ficção” e relatava eventos “como [...] a morte de Fernão Dias, [...] a partida de Maurício de Nassau, a chegada a Vila Rica da cabeça decepada de Tiradentes, [...] o levante de Felipe dos Santos e outros muitos episódios peculiares [...]”³⁸. Um nome que se destacava no gênero “reconstitutivo” da história era Viriato Correia, autor, dentre várias outras produções, de *Contos e Crônicas da História Brasileira*. Sua obra abrigaria a tensão entre o documental e a reconstituição:

Todo mundo sabe que o Sr Viriato Correia não faz um trabalho de investigação original, de pesquisa de fontes e documentos, de história científica ou filosófica em sentido geral. Trabalha sobre episódios históricos tradicionais, sem desdenhar as próprias lendas, procura os fatos em cronistas ou historiadores particulares, limitando-se, o que é muito, a reviver a vida de outrora, ou a interpretar os dados fornecidos pelos investigadores originais ou outros, revendo julgamentos habituais ou retrazando perfis adulterados pelo tempo ou pela fantasia. Sendo assim, não devia o Sr Viriato Correia limitar-se às sumárias indicações que, às vezes, apresenta sobre a origem das informações que lhe servem de base ou de subsídio. Afinal, se não é a história em sua mais nítida compreensão que interessa ao Sr Viriato Correia, também não pretende simplesmente fazer uma literatura à margem da história. Neste volume

³⁶ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 out. 1921, p. 1.

³⁷ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 mai. 1921, p. 1.

³⁸ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1920, p. 2.

[...] sente-se que o critério da verdade cada vez mais o preocupa, tanto nas reconstituições como nas discussões. Sendo assim, não se compreende a indicação bibliográfica tão falha de todo o livro, sendo que às vezes inteiramente nula³⁹.

Viriato, na visão do crítico, concederia à história uma “atualidade flagrante” e à literatura uma “feição poderosa de veracidade”, harmonizando “perfeitamente as duas atividades”.

A história “polêmica”, por seu turno, poderia ter como objeto as mais diversas questões. A história polêmica aproximaria o historiador do homem de ação. Tristão de Athayde contrapunha a obra do General Alípio Bandeira a do historiador católico Jonathas Serrano. O primeiro, participante da comissão Rondon, tratava do Serviço de Proteção aos Índios levado a cabo por políticas de governo. Bandeira opunha o serviço do Estado, cujos agentes “acreditam na possibilidade de incorporar o selvagem à nossa civilização, creem nas vantagens mútuas dessa obra e estão convencidos dos processos que para isso emprestam”, à história das missões religiosas, as quais, ainda naquele período, não teriam “preocupações tão altas. Para eles o índio é a máquina da produção, o motivo da pedincharia, o instrumento da fortuna”⁴⁰. Já a obra do historiador Jonathas Serrano, *Um aspecto social da educação da Infância*, fazia proselitismo católico considerando que “só no jardim da Igreja podem vicejar as flores do bem”. O crítico, apesar de reconhecer os benefícios da ação religiosa, lembrava que existiria “solidariedade fora dos jardins da Igreja”. Tristão reconhecia o valor das perspectivas polêmicas dos autores:

Dignos ambos de apreço, move-os a mesma intolerância sectária, fazendo com que um só veja o bem na sua igreja, e o outro a verdade em seu credo. É a eterna intransigência, fator de tantas injustiças, mas afinal inevitável, e talvez necessária. Necessária, não para aquele que julga ou expõe os acontecimentos, portanto para o historiador, mas para o homem de ação, para quem a justiça estrita e precisa é um fator de enfraquecimento.

De modo geral, o importante era a forma como contribuiriam para a formação de uma historiografia regional que, por sua vez, possibilitasse a consecução de uma História do Brasil. Daí o crítico reconhecer o mérito na reedição de uma obra como os *Estudos de História do Ceará*, de Joaquim de Oliveira Catunda. Tristão avalia positivamente a influência da historiografia alemã no autor, ao mesmo tempo que impõe reparos ao seu racismo. Assim, na obra do historiador cearense “o pensamento mestre parece ser a hierarquia das raças. As raças puras são as raças superiores: os mestiços são incapazes de civilização. Por aí logo se reconhece a cultura germânica do autor”. Seria preciso, porém, refletir mais sobre tal questão racial:

Faltam-me competência e espaço para rebater esse debatido ponto de vista. O espetáculo da civilização europeia, contudo, não é molde a recomendar a ideia. Que são esses povos senão a amálgama de virtudes e defeitos do Mediterrâneo e do Báltico? De um lado os germanos, eslavos e normandos, fortes e cruéis, sadios e aventureiros, independentes e atrasados. De outro, os gregos, romanos e semitas com os primores de uma civilização avançada, de um longo progresso intelectual – a inteligência, a sensibilidade, o culto da beleza, a par de todas as taras de raças

³⁹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 mai. 1921, p 1.

⁴⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1920, p 2.

decadentes e esgotadas – a moleza, a luxúria, os requintes verbais, a pobreza moral. E dessa fusão de virtudes e vícios – o intelectualismo meridional fecundado pelo sadio vigor setentrional -, não veio nascer afinal o que de mais alto produziu a chamada – civilização? Das raças inferiores pode nascer uma raça nobre. Helenos e etruscos eram ramos da mesma migração asiática: os primeiros legaram a mais bela flor humana, os outros passaram a viver apenas no olvido da história. E o esplendor egípcio terá sido, por acaso, obra de raças estremes senão de mestiços? A América é terra de mestiços. Os norte-americanos são frutos de raças fundidas, em marcha para uma nova condensação. É certo que a nós coube peso maior, com o afluxo de sangue “inferior” africano e indígena. Por isso, enquanto a fusão dava aos Estados Unidos “a atividade”, às repúblicas hispano-americanas “a altivez”, deu-nos a nós uma “submissão inquieta”, e essa “sensibilidade”, que é a nossa fraqueza e o nosso perfume⁴¹.

Reconhecendo sua “falta de competência”, o crítico ensaia uma nem tão bem-sucedida tentativa de escapar ao racialismo reinante no período. De qualquer forma, o que importaria no caso é que a história não poderia se prender à verificação de processos raciais que, não raro, acarretariam diagnósticos pessimistas e deterministas como os de Catunda:

A república (do Equador) morreu pela incapacidade nativa da raça para qualquer regime de liberdade política. Jamais os descendentes das populações sul-americanas formarão uma república de homens livres [...] Depois de mais de meio século de tirocínio de governo constitucional o Ceará se acha ainda como nos primeiros dias de sua inauguração⁴².

O crítico lembrava que o “cearense não é simplesmente um mestiço de índios falsos e venais, de negros perversos, de brancos calcetas e aventureiros como quer o autor”. Ao mesmo tempo em que se deveria combater as visadas deterministas de uma historiografia do século XIX [a primeira edição do livro de Catunda é de 1885], reconhecia-se que “antes que de cada uma de nossas províncias sejam feitos estudos análogos, não é possível a História Pátria”.

Assim, o regionalismo não seria uma mera escola literária mal definida e caracterizada apenas por seus defeitos. O regionalismo era uma visão de mundo, um princípio orientador e organizador dos saberes acerca do país e que se apresentava como condição de possibilidade para a produção de qualquer conhecimento seguro acerca do conjunto nacional. Na perspectiva regionalista, o realismo reivindicado pela cultura intelectual brasileira passaria pela superação das sínteses que, seja segundo um princípio racial, seja segundo uma história dos eventos, não chegariam ao conhecimento “real” do país. A relação entre o regionalismo e a República de 1889 seria íntima: “Só com a República e o seu federalismo político pôde expandir-se francamente esse espírito regionalista, que sempre existiu (basta lembrar a ação das Câmaras Municipais no esforço da independência), mas só então encontrava terreno propício para o seu franco desenvolvimento”⁴³.

Ao comentar o livro de Catunda, Tristão espantava-se com o fato de o historiador

⁴¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1919, p. 9.

⁴² CATUNDA Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1919, p. 9.

⁴³ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1921, p. 1.

cearense mencionar apenas de maneira passageira um tema como o da seca. O regionalismo, assim, instituíra temas e questões que iam se tornando incontornáveis na reflexão regional. Através do domínio regionalista, o país começava a ser visto, de forma mais acentuada, segundo suas diferenças “raciais”, sociais, políticas e culturais. Ao tratar da obra *Beatos e Cangaceiros*, de Xavier de Oliveira, o crítico considerava que, assim como Sarmiento vira o litoral argentino vivendo o século XIX enquanto as regiões interioranas permaneceriam no século XVI, em “nosso território também convivem todos os estágios de cultura e civilização, desde a idade regressiva da pedra lascada, dos aborígenes do Mato Grosso e do Amazonas, às mais avançadas conquistas do Rio ou São Paulo”⁴⁴.

O “conhecimento” regionalista instituíra incompatibilidades e diferenças abissais, tanto no espaço quanto no tempo. A obra de Xavier de Oliveira tratava do que já teria se convencido chamar “banditismo do Nordeste”. O crítico lembrava que o tema há pouco tempo tinha sido apreciado por Gustavo Barroso, no livro *Heróis e Bandidos*, que estudara:

[...] as causas precípua desse fenômeno, destacando sobretudo as condições mesológicas e os antecedentes étnicos. Insistiu então o Sr Gustavo Barroso sobre os motivos econômicos ou naturais, como sejam – clima, deficiência de alimentação, vida pastoril, frequência às tavernas, falta de saneamento, isolamento – para explicar a constituição rude dessa gente e os seus hábitos violentos e rudimentares.

Xavier Oliveira, porém, não compartilhava de tais concepções. Segundo Oliveira, as causas do “banditismo” seriam devidas a “motivos morais: analfabetismo, ausência de justiça, falta de trabalho e exiguidade de salário, politicagem”⁴⁵. Por existir tais mazelas em todo o país, o crítico não concordava com o diagnóstico. Lembrando ainda os escritos de Euclides da Cunha sobre “a terra e o homem” presentes em *Os Sertões*, Tristão de Athayde estipula um “meio termo” em que uma vez que “as causas profundas e remotas são essencialmente étnicas e mesológicas, podem as causas apontadas pelo Sr Xavier de Oliveira ser aceitas como causas imediatas, relevando entre elas – a ausência de justiça e a politicagem”⁴⁶.

Segundo o autor de *Beatos e Cangaceiros*, “no sertão não há lei, não há direitos, não há justiça. E, por isso, como nos tempos primitivos: cada um se garante a si mesmo, como pode”. Daí a enumeração de casos como os do cangaceiro Antônio Silvino que, após o assassinato do pai ter ficado impune, matou por vingança o criminoso e quatro irmãos deste. Depois, entrara para o cangaço. Oliveira afirma que “não há polícia no Nordeste” e sugeria o seguinte:

Poderiam fazê-lo avocando à União o ensino primário obrigatório: fazendo a unidade da magistratura, para que os juizes encarregados da distribuição da justiça independam dos governos dos Estados; criando as Regiões Militares, no interior do país, para despertar o civismo dos sertanejos; e tornando um fato o voto livre e a

⁴⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1920, p. 2.

⁴⁵ OLIVEIRA Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1920, p. 2.

⁴⁶ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1920, p. 2.

eleição direta, desde os prefeitos dos municípios ao presidente da República⁴⁷.

Note-se que as medidas coadunam-se com o regime estabelecido, apenas reivindicando-se maior aplicabilidade das leis existentes e a reforma de algumas. O crítico, porém, continuava céptico, pensava que “uma tal transformação dessa sociedade só pode ser obtida, sucessiva e paulatinamente, por um processo econômico, higiênico e moral com raízes profundas no tempo e na consolidação de uma nacionalidade ainda efervescente”. Não obstante, seria um problema que exigiria “medidas imediatas e práticas, ainda que não passem de paliativos ou fortificantes, e sejam quais forem essas medidas, o mais urgente é combatermos a indiferença do litoral pelo interior e atentarmos para o desamparo em que vive o homem do sertão”⁴⁸.

O “homem do sertão”, no caso, ficava por conta da descrição dos “tipos” do beato e do cangaceiro. Sobre este, a obra não traria originalidade, pois teria seu “tipo” já era descrito:

Grande chapéu de couro quebrado adiante e atrás, meio a Napoleão, enfeitado com uma rosa encarnada, e de largo barbicacho, espécie de cilha na testa, logo acima das sobrancelhas; um lenço encarnado, posto no pescoço, à cintura, servindo de peitoral, um bernal cheio de balas e um cobertor de lã, postos a tiracolo; um patuá e uma cabaça de colo amarrados à cintura, e onde trazia mantimentos e agia para as grandes travessias; alpercatas de rabicho; cartucheiras de arma longa e de arma curta; um grande punhal de dois gumes, cabo de prata e ouro, posto por trás das cartucheiras, ao nível do abdômen de cima para baixo, da direita para a esquerda, de modo a ficar o cabo à altura do hipocôndrio direito e a ponta para além do quadril esquerdo. Uma pistola Colt, presa da cintura aí pela região paraumbilical do mesmo lado; um longo facão, modelo baioneta, pendido da anca; e uma carabina, das do Exército nacional, tipo 908, sua arma predileta!⁴⁹

O “beato” seria original. Este não deixaria de ser um cangaceiro, “é antes uma coisa e outra, ora cangaceiro arrependido, ora beato valente e cruel”. Haveria “várias espécies” de beatos movidas, em geral, pelo “interesse ou o cuidado da própria salvação, o terror das penas eternas e a devoção ao P Cícero, ‘o padrinho’”. Segundo descrição de Oliveira:

O beato é um sujeito celibatário, que faz voto de castidade (real ou aparentemente), que não tem profissão porque deixou de trabalhar, e que vive da caridade dos bons e das explorações dos crentes. Passa o dia a rezar nas igrejas, a visitar os enfermos, a enterrar os mortos, a ensinar orações aos crentes, tudo de acordo com os preceitos do catecismo! Veste à maneira de um frade: uma batina de algodão tinto de preto, uma cruz às costas, um cordão-de-são-Francisco amarrado à cintura, uma dezena de rosários, uma centena de bentinhos de São Bento, uns saquinhos com breves religiosos e com orações poderosas, tudo pendurado ao pescoço⁵⁰.

Segundo o crítico, alguns membros dessa “cultura do cangaço” seriam “bandidos comuns, sem especial interesse”. Representariam outros, porém, “uma feição peculiar e preciosa da nacionalidade, e todos denunciam uma grande miséria latente e um injustificável desamparo”. Ao fim, reconhecia-se que da “observação dessa galeria de nossos compatriotas nos fica um misto de admiração e de tristeza, mais de tristeza que de admiração”. O cangaço seria um

⁴⁷ OLIVEIRA Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1920, p. 2.

⁴⁸ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1920, p. 2.

⁴⁹ OLIVEIRA, Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1920, p. 2.

⁵⁰ OLIVEIRA, Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1920, p. 2.

fenômeno “natural” frente às “condições precárias de nossa civilização atual”, um “mal de crescimento”, uma “força mal encaminhada”⁵¹.

O regionalismo não deixava de oferecer estereótipos e figuras exóticas, como a dos cangaceiros e beatos. Onde começaria o exotismo e terminaria o conhecimento? A longevidade destas descrições típicas revela a permanência do regionalismo no horizonte cultural da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, as descrições regionalistas vinham acompanhadas de reivindicações quanto às ações a serem tomadas pelo poder público a fim de sanar as mazelas do universo regional. A “verdade” do interior, cada vez mais, iria se caracterizar por seu caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que era tida como portadora de uma essência nacional, ela trazia incompletudes, defeitos e problemas que necessitavam de intervenções políticas.

A produção regionalista era enorme. Tristão de Athayde procurou, por mais de uma vez, sistematizar o processo que caracterizaria o regionalismo:

A mentira literária, que o romantismo erigira em dogma, como realizando paradoxalmente a expressão mais sincera dos temperamentos, cederia então lugar à obsessão da verdade – tudo estava no documento, no fato, na visão direta das coisas. O prestígio secular da fantasia se apagava perante o valor crescente da observação. Já não eram florestas encantadas, criaturas de lenda, incidentes romanescos, estilos figurados que dominavam a literatura, mas o meio ambiente, as figuras reais, as ações possíveis e a verdade das palavras. E o regionalismo literário nasceu, naturalmente, dessa transformação do espírito público dessa nova orientação estilística, contando já hoje com uma longa cópia de cultores [...]⁵².

Do estudo da crítica literária, uma lista de autores vivos àquela época pode ser depreendida contendo nomes como Alberto Rangel, Rodolfo Teófilo, Catulo da Paixão Cearense, Alberto Deodato, Gustavo Barroso, Xavier Marques, Xavier de Oliveira, Hugo Carvalho Ramos, Alcides Maia, Valdomiro Silveira, Monteiro Lobato e outros. Assim como a história procurava produzir monografias regionais a fim de consolidar uma historiografia nacional, os literatos engajavam-se na construção de obras que reforçassem as identidades regionais.

É a época dos glossários ao fim das obras, das reflexões em torno da(s) língua(s) brasileira(s), dos trabalhos que poderiam ir desde a coleta de produções tidas como populares até à emulação poética e literária destas mesmas produções. As *Trovas populares* de Afrânio Peixoto estariam incluídas no primeiro caso. Segundo o crítico, “foi nos meados do século XIX, com José de Alencar, e especialmente com os preciosos estudos de Sílvio Romero, que se iniciou entre nós o interesse pelo folclore, e desde então têm visado os investigadores a poesia, desdenhando os poetas”⁵³. A “novidade” residiria na identificação dos poetas tidos como populares, assim como numa reflexão acerca do que seria “poesia popular”. Segundo Peixoto, “a poesia popular sê-lo-á, não porque vem do povo, mas porque é criada para o povo, e por ele,

⁵¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1920, p. 2.

⁵² ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1921, p. 1.

⁵³ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1921, p. 1.

se o mereceu, foi adotada”⁵⁴. O crítico comenta a tal respeito:

Se é certo, como observa o autor, que o sensualismo transborda de toda a poesia de nosso povo, não é menos patente a ausência de dor nas suas trovas. As tristezas são invocadas não como feridas da alma, senão para despertar a piedade ou o interesse. Descuidoso e confiante, o nosso sertanejo é volúvel, esquece as dores sem dor. Indolente, mas forte e otimista, sabe fugir a tristezas que emudecem o coração e prefere o consolo da melancolia desamargurada, tinta de uns longes de ironia. Sem embargo, nunca deixa de invocar o mal de amor, os queixumes da saudade ou da desesperança, para o efeito poético ou o enternecimento amoroso⁵⁵.

O livro organizado por Peixoto era uma tentativa de se contrapor à obra de Agostinho Campos e Alberto de Oliveira, *Mil trovas Portuguesas*, daí a comparação de Tristão de Athayde:

As trovas portuguesas, ao invés, são um tecido de tristezas. O fado, o destino como indica o termo, recebeu de início a tristeza dos mouros pioneiros, seus criadores, quando às noites de Lisboa, nas ruas fechadas por cadeias, sob o olhar dos esculcas cometidos à sua guarda, modulavam, em algaravia, suas queixas de exilados nostálgicos das planuras comburentes de África. Depois recebeu o fado a tristeza das mulheres que ensopavam de lágrimas as praias de Belém ao romper das caravelas para Melinde ou Santa Cruz. E a dor dos que partiam, lançados no ignoto, isolados da pátria, e do mundo, consumindo-se em saudades? Tristeza dos mouros, tristezas das mulheres, tristezas dos navegadores – dessa trama se teceram as trovas de Portugal.

Os cantores populares brasileiros, ao contrário, seriam “cigarras do sertão, beija-flores das cidades” em que a dor é “apenas um tema”⁵⁶. Além disso, a veia cômica seria uma constante:

Outros caracteres somenos distinguem as nossas quadras, como sejam: a irreverência para com as ideias recebidas, a religião, a velhice, a mulher, reminiscência de nossos costumes coloniais, que oscilavam entre a tirania estreita dos padres e a moral despejada da massa; e ainda o pundonor da coragem, a petulância, a gabolice, verdadeira feição do mestiço⁵⁷.

No mesmo sentido, o livro de Leonardo Mota, *Cantadores*, reunia uma série de compositores populares. O crítico procura estabelecer algumas características da poesia popular em geral:

O povo não é só a coletividade, mas cada uma das suas parcelas. O povo é o indivíduo, caso este possua os caracteres daquele, sobretudo a espontaneidade e a incultura, além dos peculiares a cada grupo nacional. A poesia culta se distingue pelo que há de diferente, de pessoal, de original no seu criador. O poeta é o indivíduo que se destaca do seu meio, e mais vale à medida que se eleva acima do ambiente. A poesia popular, pelo contrário, caracteriza-se pela fusão com os elementos que a rodeiam: o poeta do povo é tanto maior quanto mais participa da alma coletiva. Essa poesia pode somente provir do povo, como apenas ser feita pelo povo. No primeiro caso, será muitas vezes dessaborida e vulgar, porque o povo não é infalível, como poeta humano que é. Sendo feita para o povo, mais fácil é ainda a falsificação aparente e o valor nulo. O critério menos falho para julgar dessa poesia é sentirmos que ela nasce do povo e naturalmente repercute e se espalha por ele⁵⁸.

A apreciação da poesia popular pelo intelectual exigia essa disposição à contemplação de seu “outro”, qual seja, do “inculto” que, por sua vez, lhe revelaria o que tanto busca: a “alma

⁵⁴ PEIXOTO, Afrânio. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1919, p. 11.

⁵⁵ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1919, p. 11.

⁵⁶ O crítico cita a seguinte quadrinha: *Lágrimas são o que eu almoço, / Janto suspiros e dor; / À tarde merendo ais, / À noite ausência de amor*. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1919, p. 11.

⁵⁷ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1919, p. 11.

⁵⁸ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1921, p. 1.

coletiva”. E, mais uma vez, o Ceará é destacado:

O Ceará não é o deserto nem a promessa, por ser uma e outra coisa. Calcinado pelo sol, desamparado por seus filhos, vendo extinguir-se a vida em seu solo maldito – não desaparece a seiva dessa terra incrível, mas recolhe-se pra explodir, em verdadeiros hinos de vitória, nos anos de fartura e bem-aventurança, que se prolongam até a marcha inflexível do flagelo que novamente se abate sobre a terra mártir. Uma natureza dessas cria os homens à sua feição: nem o enfado do ócio, nem o esgotamento da luta, mas o estímulo à vitalidade com a recompensa do esforço. Esta uma das causas que pelo nordeste estimula a poesia popular, comunicando-lhe excepcional poder de expressão e de impressão. Se a natureza operava por essa forma sobre os homens, era natural que esses comunicassem à sua poesia espontânea a têmpera que possuíam. E, por isso, o primeiro caráter que atrai a atenção para essa musa popular é a sua varonilidade.

Novamente, a imagem do homem forte euclidiano moldado pelo clima, pela terra e pela raça se destaca e se reafirma. O mérito da obra de Leonardo Mota seria o de não ter desdenhado o sujeito criador, indo ao seu encontro para lhe ouvir as poesias e reproduzi-las. Aí as individualidades despontam, revelando formações diferenciadas dos compositores que, na opinião do crítico, “quando mais inculto o poeta, melhor a poesia”. Daí comparar Anselmo, completamente analfabeto, ao cordelista João Mendes de Oliveira que se “gabaria” de ser letrado e de editar seus versos⁵⁹. O primeiro guardaria maior fluência e espontaneidade, ao passo que o segundo perdera a “frescura natural”, mas tornara-se poeta expressivo da região ao documentar, dentre outras histórias, “o fanatismo das rústicas populações do Norte pelo Padre Cícero”⁶⁰, seu verso “*Páde Cisso é uma pessoa / Da santíssima Trindade!*” teria ficado famoso⁶¹. A obra elencaria vários “cantadores”, inclusive mulheres, prestando um bom serviço:

Serviço, a nós das cidades, porque nos permite compreender mais de perto a alma sertaneja. Serviço à nossa literatura, porque lhe trouxe incomparável contingente de expressão e de beleza. Serviço, enfim, a esses poetas do sertão, pois veio tirar do anonimato em que viviam esses criadores da poesia popular, do povo para o povo, apontando-os à nossa justa admiração⁶².

Também nesta tendência estão os trabalhos de Amadeu Amaral e Gustavo Barroso. Este era autor de várias obras e artigos de jornal em torno do folclore e da cultura “popular”. O folclore constituiria um domínio fundamental do regionalismo e seria, segundo o crítico, uma “arte exata” ou uma “ciência balbuciante”⁶³. O folclore expressava o interesse pelo “popular”:

⁵⁹ Os versos citados de Anselmo são “*Avoa, meu caboré, / Penera, meu gavião, / Palmatora quebra dedo, / Palmatora faz vergão, / Quebra os osso e quebra a carne / Mas não quebra opinião!... / Triste sina de quem nasce / Porque, depois de nascê, / Não escapa de mamá, / Depois de mamá – vivê, / Depois de vivê – pecá, / Depois de pecá – morrê... / Depois do corpo pená / A alma é quem vai sofrê*”. Enquanto os do “letrado” João Mendes guardariam títulos como “O Brasil em guerra” e se expressariam em versos como estes: “*Vê-se na costa dos mares / A grande carnificina, / Entrou agora na luta! / Chile, Brasil, Argentina! / Da Prússia vem a natema / Com este novo sistema / Da guerra submarina*”. Sobre o último, Tristão o compara ao cantador, poeta, músico e compositor Eduardo das Neves. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1921, p. 1.

⁶⁰ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1921, p. 1.

⁶¹ O poeta cearense é lembrado ainda hoje, dentre outras coisas, por ter abrigado Lampião em seu sobrado em Juazeiro do Norte, no ano de 1926, por ocasião da Coluna Prestes. Cf. CARVALHO, Gilmar de. *Madeira Matriz: cultura e memória*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 65.

⁶² ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1921, p. 1.

⁶³ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1919, p. 7.

[...] sintoma característico das sociedades modernas, prolonga suas raízes até o século XVIII. Foi esse um século de libertações, iniciado no domínio das ideias, e passando, no fim, ao domínio da ação. Século de individualismo filosófico e ativo, preparou o século da cultura, que foi o XIX. Essa nova entidade, *povo*, cujos direitos e cujo poder se haviam revelado no século anterior, começou a interessar todos os espíritos. [...] Já não era o povo aquele animal quase inconfundível com a terra, que La Bruyère mostrara numa página pungente, nem essa terrível força social que se impunha brutalmente à luz das novas correntes de ideias. Começava a ser estudado cientificamente, com o fito na investigação de sua psicologia. Criou-se uma ciência para as criações populares, que em 1846, recebia, na Inglaterra, o batismo de *folklore*. Mas enquanto, com o romantismo, via a arte nesse filão um meio de diferenciação nacional – como se deu, por exemplo, na Alemanha com a fortuna do *Lied* -, tendia cada vez mais essa ciência a mostrar a identidade humana fundamental de todos esses caracteres, aparentemente diversos – ou de todas as origens, que, segundo o unigenismo de Benfey⁶⁴, iam encontrar-se no oriente indiano. Como sempre, ao mesmo resultado divergente chegou, entre nós, o estudo da alma popular. No velho mundo, foi a revolução filosófica e social que chamou a atenção de artistas e críticos para a literatura do povo. Entre nós, foi a revolução política e logo o espírito patriótico desse novo campo de estudos e de inspirações⁶⁵.

No caso brasileiro, o crítico enumera os trabalhos realizados na década de 1870 por Celso de Magalhães e José Alencar. Sílvio Romero, porém, teria conferido “sistematização” e caráter “científico” a tais estudos segundo o caráter “etnológico” que tinha no “critério das raças formadoras” o meio de “classificar os frutos da fantasia popular”. Desde então:

Foi a classificação geralmente seguida, depois dele, sendo que os estudos se orientavam de preferência no sentido horizontal – isto é, a coleta de novo material de acordo com os diferentes meios – do que no sentido vertical, isto é, na investigação das origens, daquele caráter têm participado geralmente os estudos os estudos de literatura popular posteriores a Sílvio Romero, e que em vez de tentarem a consideração de toda a matéria, se restringiram a determinadas regiões, como o Barão de Studart ou o Sr Leonardo Mota, no Ceará, Pereira da Costa, em Pernambuco, Vale Cabral, na Bahia, Rodrigues de Carvalho, no Norte em geral, ou Carlos de Koseritz, no Rio Grande do Sul.

Na obra *Ao som da viola*, de Gustavo Barroso, o folclore começaria uma nova fase:

Sílvio Romero faz derivar todo o nosso folclore das três raças básicas da nossa etnografia, anotando as variações e mutações trazidas pelos mestiços. Mas considerando todos os folclores, na maioria originários de um fundo comum de toda a humanidade, e considerando as dificuldades que se antolham a qualquer estudioso no escarpelar essas origens africanas, indígenas e portuguesas, já hoje tão baralhadas, tão confundidas, parece melhor dividir o folclore sertanejo em ciclos mais ou menos temáticos, que lhe possam dar maior facilidade de classificação e de organização⁶⁶.

Assim, o estudo do folclore e da “cultura popular” passaria a relativizar a centralidade de critérios racialistas. Barroso proporia um sistema de classificação e caracterização da “musa sertaneja”. Haveria ciclos diferenciados da produção, como o dos Bandeirantes, o do Natal, o

⁶⁴ Theodor Benfey (1809-1881) foi um professor alemão especializado no sânscrito e no estudo comparativo das línguas. Suas teorias reconheciam a origem indiana de várias histórias, contos e lendas que formariam o conjunto das tradições europeias. No fim dos anos 1920, suas teorias eram questionadas, apesar de a questão das influências orientais permanecerem como um tema recorrente neste campo. Cf. D’OLDENBOURG, Serge. *Le conte dit populaire: problèmes et méthodes*, *Revue des études slaves*, Tome 9, fascicule 3-4, pp. 221-236, 1929.

⁶⁵ ATHAYDE, Tristão de. *Vida literária*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1921, p. 1.

⁶⁶ BARROSO. *Apud*. ATHAYDE, Tristão de. *Vida literária*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1921, p. 1.

dos Vaqueiros, o Heroico ou dos Cangaceiros. O autor coletara e caracterizara a produção de cantadores populares, segundo um “folclore repentista”, além de trabalhar outras formas dessa cultura como histórias, fábulas, lendas e superstições. Acerca da “poesia popular”, ele enumerava as formas variadas que ela poderia assumir como a quadrinha, o “martelo” (desafio em toada rápida) feito em “obras” (estrofes) de dez versos decassílabos denominados, no nordeste, “gabinete”. Sintetizava o crítico: “os gêneros poéticos de que geralmente se socorrem os cantadores são as ‘obras de seis’, ‘sete’ ou ‘oito pés’, o moirão, o martelo, a obra de ‘nove poesias’, a ligeira, o quadrão, o gabinete, o galope, a embolada, e o ‘dez pés em quadrão’”⁶⁷.

A “fase” em que estaria o folclore àquela altura seria a de reunião documental:

Dia para dia afluem novos materiais, trazidos pelo carinho de devotos e fanáticos. Os folcloristas são, por vezes, sábios observadores e eruditos; ainda não podem ser cientistas. Os autores ingleses e alemães, que mais profundamente versaram o assunto, acham-se ainda na fase das doutrinas, dos sistemas: caminham para a verdade⁶⁸.

O crítico considerava que tal tema não seria de fácil desenvolvimento, pois a “verdade popular é árdua e arriscada”. Dessa forma, o folclorista deveria ser “um glotólogo, um humanista, um observador, um generalizador, um erudito. E se não for um artista, ou quando menos um homem de gosto, logo degenera em compilador árido e ilisível”. Mas o que se via era que “todo mundo se julga folclorista. Não há quem desconheça mitos e tradições, provérbios e parlendas, brinquedos e superstições populares e não se arvora em comentador desses fenômenos literários. Por isso o material bibliográfico ou oral do assunto é inesgotável”. Os folcloristas contribuiriam para o saber acerca do “povo” a fim de se superar o inveterado bovarismo.

Aí se incluiria parte da obra de Cornélio Pires, especialmente *Conversas ao pé do fogo*, que faria parte do processo geral de um “auspicioso e crescente interesse pelas coisas do sertão”. Pires recolhera “histórias autênticas ouvidas de caipiras puros e reproduzidas com a maior fidelidade de léxico e sintaxe”, seu livro conteria “curiosos provérbios, abusões, ações, recolhidas no sertão paulista, análogos aos coligidos no nordeste pelos Sres. Gustavo Barroso e Leonardo Mota”⁶⁹. Por mais de uma vez, o crítico retoma a história desse tipo de produção que, pela fragmentação da crítica literária, temos que recompor como uma espécie de mosaico:

No correr de nossa literatura, o que a princípio interessou como elemento original do país foi a natureza. Mais tarde começou o homem a valer alguma coisa, mas como elemento típico e artificial, com pouca verdade intrínseca ou mesmo aparente. Modernamente, com a orientação realista e regionalista de grande corrente literária nacional, começou-se a encarar esse nosso “homem” com olhos de quem quer ver e não iludir-se, como os românticos. E logo duas correntes se desenharam, uma como reação à outra, que fora por sua vez reação, contra a corrente anterior. Considerava uma o homem do sertão como um doente, um fraco, um fãlhado, mas a quem tudo devíamos, porque quase tudo lhe faltava e sem o qual nada fôramos. Julgaram outros

⁶⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1921, p. 1.

⁶⁸ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1919, p. 7.

⁶⁹ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1921, p. 1.

que havia injustiça nessa concepção e reagiram, mostrando o nosso sertanejo como um forte, o puro, o sadio, que devíamos antes admirar que socorrer. Era a reprodução das duas grandes correntes de nossa vida mental: o pessimismo e o lirismo.

Cornélio Pires estaria nesta última tendência, preocupava-se em distanciar-se das sínteses sobre o sertanejo, de modo que “não estuda ‘o caipira’, o que pode levar à falsidade, nem ‘um caipira’, o que leva à parcialidade, mas ‘os caipiras’, em sua característica variedade de tipos e costumes: o caipira branco, o caboclo, o preto e o mulato”. O autor destacaria a validade das distinções especialmente pelo fato de os “caboclos”, “descendentes diretos dos bugres catequizados pelos primeiros povoadores do sertão”, serem comumente tomados como o caipira em geral, especialmente segundo a figura do Jeca Tatu.

No mesmo sentido, estaria o trabalho de Amadeu Amaral, *Dialeto Caipira*, que corroborava com a ideia da existência de uma “língua brasileira” distinta da portuguesa. Apesar de dialetos implicarem a constituição de “formas particulares de linguagem” e, até mesmo, a existência de “verdadeiros idiomas nacionais coexistentes”, o autor esclarecia que “o que pretendemos nesse desprezioso trabalho é caracterizar esse dialeto caipira, ou, se acham melhor, essa aspecto da dialeção portuguesa em São Paulo”⁷⁰. Na visão do crítico, este tipo de estudo era fundamental, uma vez que a “vida, a língua e a literatura regionais são as verdadeiras células dessa renovação idiomática”⁷¹. Dessa forma, assim como a história e a literatura, o estudo da língua “brasileira” só poderia ser levado a cabo segundo as análises regionalistas. Amadeu Amaral norteou seu estudo pela avaliação de quatro eixos:

a) De elementos oriundos do português usado pelo primitivo colonizador, muitos dos quais se arcaizaram na língua inculta. b) De termos provenientes das línguas indígenas. c) De vocábulos importados de outras línguas por via indireta. d) De vocábulos formados no próprio seio do dialeto⁷².

Essa linguagem “regional” passou a ser um tema recorrente nos debates culturais e literários do período. Muito mais que a história ou o folclore de orientação regionalista, a literatura, especialmente a poesia e o conto, era a produção mais volumosa deste domínio. Assim, as questões linguísticas reafirmariam a sua centralidade na arte literária:

Compreendida a arte como uma das formas do conhecimento e não como simples hedonismo, como simples prazer ou diversão [...] incompreensível se torna essa mutilação do fato estético em fundo e forma, em pensamento, imagem ou comoção que se vestem à vontade com as roupagens fornecidas por filólogos e gramáticos. Há uma unidade substancial na obra de arte. A intuição e a expressão constituem simples momentos da criação literária. [...] Assim compreendida a obra de arte, como um corpo uniforme, sem solução de continuidade entre essência e aparência, é patente a competência dos literatos - não em nome do critério científico - forma lógica do conhecimento - mas no do critério estético - forma intuitiva dele -, em questões de linguística, pelo menos na função orgânica e criadora que lhes cabe⁷³.

⁷⁰ AMARAL, Amadeu. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1921, p. 2.

⁷¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1921, p. 2.

⁷² AMARAL, Amadeu. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1921, p. 2.

⁷³ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1920, p. 2.

Nas produções poéticas e ficcionais em geral, portanto, a linguagem era a própria matéria a ser trabalhada e, no caso da literatura regional não poderia ser diferente. A produção literária de Cornélio Pires, em *Cenas e paisagem de minha terra*, seria um exemplo do processo de “decantação” pelo qual precisaria passar um poeta regionalista:

No sr Cornélio Pires ainda não se fez a necessária decantação, e seu livro contém muita ganga presa às pepitas. Pela disposição da matéria, que não sei se corresponde a uma ordem cronológica, sente-se uma ascensão dos desvarios literários do sentimento à visão sincera, nítida, viva e pitoresca da realidade caipira, e decadência dessa expressiva poesia dialetal e espontânea, para o poema satírico, alheio inteiramente às cordas do autor. É o eterno bovarismo⁷⁴.

A obra de Pires abrigaria, segundo o crítico, tanto formas “artificiais”, “bombásticas” e “intoleráveis”⁷⁵, quanto verdadeira “poesia regionalista” de “um admirável impressionismo literário”⁷⁶. Tristão de Athayde aconselhava ao autor que procurasse “despojar-se” “de toda essa escória de falsa literatice, cultive cada vez mais esse delicioso impressionismo regionalista” que assim ele poderia um dia ser “um poeta à parte, o nosso poeta caipira”⁷⁷.

Em algumas obras de regionalismo literário, como nos *Poemas sertanejos* de Câmara Campos, o crítico notava que tais produções podiam ser apenas pitorescas, ricas em cor local, mas sem nenhuma vivacidade ou evocação. O valor aí estaria apenas no glossário ao fim da obra, aliás, algo presente nos livros regionalistas em geral. Assim, dessa literatura regionalista, “ainda quando alheia a qualquer valor estético, como esses sonolentos poemas do Sr Câmara Campos, fica a contribuição ao estudo das variações dialéticas do idioma”.

Nessa época, como ele sistematizara na obra *Afonso Arinos* (1922), o sertanismo seria a “face mais original de nossa literatura”. Considerava o crítico que “outras haverá mais ricas, mais compreensivas, mais formosas; dessa, porém, é que data afinal a nossa emancipação literária já que no sertanismo não se dá exclusivamente uma escolha de assunto, sendo um estado de espírito e um modo de expressão”⁷⁸. Tais considerações foram feitas em torno da publicação de *Histórias e Paisagens* de Afonso Arinos. A obra de Arinos, que estaria então já “ultrapassada” pelos cultores modernos do gênero, traria impressões vividas:

[...] no sertão, o desalinho das paixões irreprimidas, o imprevisto trágico da vida, e sobretudo esse elemento supersticioso – do temor irresistível do homem simples perante o mistério, a par de sua coragem perante a vida e os outros homens. Dando essa importância primordial à superstição, em seus contos, revelou Arinos uma das

⁷⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1921, p. 1.

⁷⁵ Cita-se a seguinte estrofe: “Morrer é libertar-se dos grilhões / que a alma nos prendem à mortal matéria; / é apenas momentos de aflições / para fugir-se ao jugo da miséria”. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1921, p. 1.

⁷⁶ Cita-se os versos: “Um rancho de sapê. O sol declina. / Num banco, uma cabeça de repolho, / Co’ a peneira no colo, nhá Firmina / cata o feijão para botar de molho”. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1921, p. 1.

⁷⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1921, p. 1.

⁷⁸ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1921, p. 1.

faces mais expressivas da alma sertaneja, ainda tão imperfeitamente estudada⁷⁹. Arinos seria um defensor da “arte nacional”, tendo feito conferências sobre o tema, como a “Nacionalização da arte”, onde considerava: “Aceito, pois, a influência estrangeira em nossa literatura mas não aceito modo de sentir nem forma estrangeira. Acho que a obra nacional, ainda quando filiada de estrangeiro ou por este sugerida, deve ter o cunho característico nosso”⁸⁰.

De qualquer forma, o sertanismo teria ganhado no autor mineiro um desdobramento significativo: “Arinos colocou nos termos mais justos a questão do ‘nacionalismo da arte’, e por isso mesmo o sertanismo literário, por que sempre se bateu, longe de se localizar para morrer, há de nacionalizar-se para durar”⁸¹. Assim, o regionalismo prepararia ou iniciaria a “arte nacional” e provocaria, recorrentemente, a reflexão sobre a identidade do país que, por um movimento secular marcado pela intercalação entre sertão e litoral⁸², teria se conformado numa ambiguidade existencial que reivindicava soluções:

Estamos, portanto, em uma época ambígua, muito mais do que o século XVII, pois neste não se deu a existência dos dois elementos – litoral e sertão -, senão a sucessão deles, ao passo que no nosso esses elementos não só coexistem, mas coincidem, sendo a nossa alma contemporânea feita de um misto de ambos⁸³.

Pode-se apontar como eixos do regionalismo os temas da história regional, do folclore,

⁷⁹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1921, p. 1.

⁸⁰ ARINOS, Afonso. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1921, p. 1. Em várias ocasiões, Alceu Amoroso Lima recorda o fato de ter sofrido a influência de tais ideias diretamente de Afonso Arinos durante os anos 1910. Cf. LIMA, Alceu Amoroso. *Memorando dos 90*, p. 252.

⁸¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1921, p. 1.

⁸² O crítico, assim expunha tal processo: “Sabendo-se que a dois elementos capitais – o litoral e o sertão – é possível reduzir a nossa história, há sintomas de que estamos repetindo, desde a Independência, o mesmo ritmo seguido no período colonial. Descoberto o país, não se aventuravam os colonos pelo interior dele, privados de estímulo e possuídos de terror. A relativa prosperidade de Pernambuco e as penosas iniciativas do Sul mais os prendiam à costa, no temor da perda de contato com a metrópole, que ainda não lobrigara a fortuna que tinha em mãos. O século XVI, portanto, foi o século do litoral, resumido por assim dizer nos três núcleos de Olinda, de Salvador e de São Vicente. O vago sentimento de nacionalidade, que acaso se esboçara nesse início de colonização litorânea, ia consolidar-se na primeira metade do século seguinte, ocupada com a luta contra os holandeses. [...] não se afasta propriamente essa luta da orla da praia, decidindo-se toda ela nos campos adjacentes. A segunda metade do século ia ver, porém, a primeira arrancada para o sertão. Era que à metrópole chegavam as primeiras notícias positivas de riquezas fabulosas do interior e começavam para ela o sonho delirante do ouro e das pedras, que lhe dariam uma fabulosa riqueza passageira e a perda definitiva da colônia. [...] O século XVIII, todo ele, por assim dizer, o século das minas e das bandeiras, bem como do sentimento nativista, desde as lutas de emboabas e paulistas em 1708 e 1709 e o levante em Olinda em 1710, até a insurreição de Vila Rica em 1789. O delírio do sertão e do seu prodigioso mistério de riquezas fabulosas estimulou a epopeia dos paulistas, que terminaram, por essa época, o descobrimento do Brasil, chegando ao Madeira, depois de palmilharem as terras ignotas de Goiás e Mato Grosso, desvendando, assim, o grande abraço dos rios, que é uma das figuras características de nossa terra. Foi, portanto, o século XVIII o primeiro século do sertão. Seria o seguinte justamente o oposto. Com a abertura dos portos em 1808 e a Independência, deslocou-se o eixo do interesse nacional, e o afinamento da população, bem como a industrialização do país, até então apenas extrativo e agrícola, concentraram o movimento civilizador no litoral, como em outras circunstâncias ocorrera com o primeiro século do descobrimento. Hoje, com a manhã do século XX, vemos, novamente, o despertar ou o recrudescer o interesse pelo sertão, interessa já não apenas de ambição, como outrora, mas de civilização. E com esse interesse de expansão sertaneja coincide uma assimilação, cada vez mais ativa, por parte do litoral, da cultura universal. E tudo leva a crer que, uma vez terminada ou adiantada essa assimilação de cultura, oscilará novamente o eixo da nossa civilização, para o interior do país, repetindo-se, portanto, como a princípio afirmamos, o ritmo inicial da nossa história: litoral, litoral—sertão e sertão”. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1920, p. 2.

⁸³ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1920, p. 2.

do espaço e do homem, da “cultura popular”, das individualidades populares e da língua que, por sua vez, seriam analisados segundo a perspectiva maior de um realismo que percebia o “dilema nacional” de um país cuja “alma” seria dividida entre sertão e litoral. No interior da crítica de Tristão de Athayde, dois nomes se destacaram nas reflexões acerca do regionalismo literário: Catulo da Paixão Cearense e Valdomiro Silveira. Um terceiro, o mais expressivo, era Monteiro Lobato que, por sua especificidade, merecerá abordagem diferenciada. Valdomiro Silveira, segundo o crítico, seria um dos precursores do gênero em sua vertente moderna e um dos melhores realizadores, pois seus contos abrigariam os três elementos essenciais neste tipo de produção: realismo, originalidade e localismo:

Não há quadros poéticos, crepúsculos preparados a receber as melancolias virginais, manhãs de incêndio ou noites de pedrarias, a natureza soturna ou festiva que faz geralmente o fundo dos quadros literários. Há, pelo contrário, uma natureza dura e incolor, tal qual deve surgir ante os olhos dos “caboclos” que nela vivem. É a própria vida local, trágica às vezes, outras cômicas, aqui revoltante de dor ou injustiça, feliz mais adiante, mas quase sempre passiva e uniforme na sua monotonia. O leitor que sinta com sua alma e penetre com sua compreensão tudo o que se contém de profundo e original nessa humanidade tão estritamente regional e verídica. A verdade não é necessariamente original; longe disso. No caso o é, pois espelha sentimentos, raciocínios, costumes expressivos de uma gente privada de maior contato civilizador, guardando por isso os seus caracteres espontâneos, ainda que simples ou triviais⁸⁴.

O caso do poeta maranhense Catulo da Paixão Cearense é um dos mais ricos para se estudar os desdobramentos do regionalismo no interior da cultura intelectual brasileira. Ainda assinando como A Amoroso Lima, sua primeira crítica literária teve como objeto o livro de Catulo, *Meu Sertão*. Era apresentado como o primeiro livro do então chamado “poeta sertanejo”, mesmo que sua atividade intelectual remontasse aos últimos anos do século XIX⁸⁵. E foi por essa presença que, em 1918, uma “Comissão Central de Homenagem a Catulo”, por iniciativa do conterrâneo “nordestino” Assis Chateaubriand, foi formada a fim de adquirir recursos para a publicação da obra. Uma série de atividades foi programada, sendo a principal a organização de um evento do Teatro São Pedro, no centro do Rio de Janeiro, em que Catulo se apresentaria junto ao seu violão. Reuniram-se nomes como Roquette Pinto, Assis Chateaubriand (à época apenas um jovem advogado ambicioso⁸⁶), Pandiá Calógeras e os acadêmicos Paulo Barreto (João do Rio) e Mário de Alencar⁸⁷.

O livro veio a lume municiado por uma série de protocolos de leitura⁸⁸. Primeiro, o

⁸⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1921, p. 1.

⁸⁵ Cf. VELOSO, Mônica Pimenta. Falas da cidade: conflitos e negociações em torno da identidade cultural no Rio de Janeiro, *ArtCultura*, Uberlândia, v. 7, n. 11, jul-dez, 2005, p. 167; MORAES, Kleiton de Sousa. *Catullo da Paixão Cearense ou Como se constrói um autor (1894-1946)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de História / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2014, p. 41-45.

⁸⁶ Cf. MORAIS, F. *Chatô*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 66-91.

⁸⁷ Cf. MORAES, Kleiton de Sousa. *Catullo da Paixão Cearense*. Tese de Doutorado, p. 20.

⁸⁸ Trata-se de uma concepção que reforça os aspectos que caracterizam os suportes textuais segundo orientações editoriais que vão desde o aspecto mais “material” do produto (tipo de papel, cor, caractere) até os mecanismos textuais como prefácios, ilustrações, notas de edição etc. confluindo para a formação de um “leitor ideal”. Cf.

soneto do poeta acadêmico Luís Carlos intitulado “A Catulo Cearense” o considerava “primeiro trovador entre os primeiros”. Em seguida, o texto “Um Grande poeta”, de autoria do também acadêmico Afrânio Peixoto, julgava como “obras primas” seus poemas. Posteriormente, Alberto de Oliveira, membro da Academia de Ciências de Lisboa, assinava a nota “Catulo Cearense” onde dizia se lembrar de Portugal ao ler o poeta, lhe reconhecendo como um “continuador dos nossos trovadores populares da Idade Média”. Contava ainda o volume com a transcrição dos discursos de Humberto de Campos e Roquette Pinto feitos por ocasião da referida “Homenagem”. Apenas os dois últimos fizeram menção à linguagem de Catulo. Campos considerava que, se “passados os versos para a linguagem corrente”, o poeta estaria entre os “nossos melhores líricos”, mas reconhecia que, “como é sertanejo”, Catulo “vaza essa forte seiva nos rústicos moldes que lhe fornece o sertão”. Pinto, por seu turno, se qualificava como “simples naturalista” e considerava que “seja qual for o juízo que se forme do idioma semibárbaro de que se ele serve, é preciso reconhecer que tal língua não morrerá” e que “esta poesia semibárbara me fascina, porque sinto, nela, as louçanias e as imperfeições da minha terra”⁸⁹. Nas edições posteriores, o livro passara a contar com uma referência não assinada publicada no *Mercure de France* e reproduzida em francês⁹⁰.

Em 1918, Monteiro Lobato dera o tom que nortearia alguns dos debates posteriores acerca da poesia de Catulo da Paixão Cearense:

A publicação das poesias de Catulo Cearense põe de pé uma interessante questão: é possível aceitar, como língua, no qual se vazem versos, o modo de falar do caboclo? Cremos que não, porque tal modo de falar não é sequer um dialeto e sim mera corrupção do dialeto brasileiro. (...) Pensando assim, lamentamos o grande, o maior poeta deste país, o poeta-poeta, o poeta cujas composições feitas em músicas vivem de Norte a Sul cantadas por todas as bocas, despertando em todos os peitos as mais suaves emoções, não tenha escrito seu livro em nossa língua, a língua brasileira, filha da portuguesa. (...) Se Catulo traduzir seus versos em nossa língua, [...] fará uma obra que marcará época, criará escola, determinará correntes. Está em suas mãos ser apenas um poeta caipira ou ser o maior poeta popular do Brasil⁹¹.

Lobato explicita um problema que terá longa duração nos debates acerca da “língua literária”

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 77-105; ISER, Wolfgang, A interação do texto com o leitor. In: LIMA, Luiz Costa (Seleção, tradução e introdução). *A literatura e o leitor: textos de estética e recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 83-122.

⁸⁹ Cf. CEARENSE, Catulo da Paixão. *Meu Sertão*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica Americo Bedeschi, 1932, p. 5-23.

⁹⁰ A nota considerava que “Catulo Cearense é único em seu gênero e nos deu o frisson novo. A matéria de seus poemas é simples, vasta e rica. Ela é a contemplação do mundo e contemporânea de todas as épocas. Ela tem a imagem forte, profunda, cósmica. Sua alma está no centro da floresta, como um eco sonoro, tal como a alma de Victor Hugo no centro de tudo, segundo o verso célebre. Ele tem um jeito fácil e seguro de entrar na matéria, uma familiaridade jamais vulgar, que me faz pensar no incomparável La Fontaine. Catulo nunca diz seus versos nem os declama. Ele os vive. A voz, o gesto, a feição e os movimentos, tudo tem esta verdade, esta força espontânea e justa de uma arte que se concilia com a vida. Ele é simples, natural e exato como um canto de pássaro. *Mercure de France*, Paris, 1 de maio de 1919”. Crônica do “*Mercure de France*”. In: CEARENSE, Catulo da Paixão. *Meu Sertão*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica Américo Bedeschi, 1932, p. 25.

⁹¹ LOBATO Apud. MORAES, K de S. *Catullo da Paixão Cearense*, p. 99.

apropriada a este tipo de obra⁹². Assim, na apreciação de Tristão de Athayde:

A crítica ao Poeta penso ter vindo como reação aos que dele querem fazer o nosso Poeta Máximo. E nisso totalmente fundada. Catulo é mais do que um poeta regional, menos, porém do que um poeta nacional, e muito menos um Poeta Máximo. Será ele um poeta racial, o poeta de uma grei, o Vate dos Sertanejos. E como tal o devemos julgar e sentir-lhe as belezas sem conta. Poeta Nacional só pode ser aquele cujo estro exprima a onda de toda uma população, cuja obra seja a expressão de uma pátria. Só pode haver Poeta Nacional quando há perfeita unidade nacional. O Brasil não pode ter hoje um tal poeta, porque ainda não cristalizou completamente. Sub-raças variadas espalham-se por um território onde há todos os climas, flora da mais rica, costumes e aspirações divergentes. É certo que por detrás dessas variáveis se cristalizam as constantes num lento trabalho de unificação. Nesse período transitório de fixação, porém, não podemos produzir um Poeta que seja a expressão da nacionalidade⁹³.

Mais uma vez, o tema do regional precedendo ao nacional aparece e, onde Lobato destacava o problema linguístico, o jovem crítico via uma questão relacionada ao próprio regionalismo:

É tão falso julgar o Brasil por S Paulo ou Rio como pelo Tocantins ou S Francisco. O sertanejo dos Campos Gerais é tão nacional como o marítimo da Bahia ou o operário dos grandes centros. O poeta que canta as paisagens e as paixões sertanejas é tão nacional como o que procura exprimir a alma torturada dos praiheiros, atraídos pelo mar e enfeitados pela terra.

Ao contrário de Lobato, o crítico reconhecia na linguagem de Catulo um de seus maiores atrativos: “que importa que essa língua não seja senão o português errado, sem verbos regulares, sem gramática, sem concordâncias, se ela tem a beleza da forma adequada, se ela é bem a expressão sonora da grande alma sertaneja!”⁹⁴. Um dos dramas mais longevos do regionalismo literário é fundamentalmente o drama da língua. Já a questão da exatidão do relato, da autenticidade da visão, da documentação do registro, poderia ser relativizada:

Sinceridade de poeta, quais os teus limites? Sinceridade não pode ser somente a expressão de uma sensação imediata, de uma visão completa das coisas. A memória, a fantasia, o desejo, tudo concorre para a obra poética, e tudo concorre – nos verdadeiros poetas – espontaneamente, do fundo da alma sensível e aberta. Catulo largou o sertão aos 18 anos, viveu na cidade, perdeu os hábitos rudes do sertanejo, mas ficou sertanejo de alma⁹⁵.

Em várias ocasiões, Tristão de Athayde fez considerações acerca de Catulo, que tornara-se um exemplo de naturalidade em poesia a ser contraposto a alguma expressão tida como “bovarista”⁹⁶. No livro seguinte de Catulo, *Sertão em flor*, o crítico continuava a lhe reconhecer os méritos. Versando sobre a origem do fenômeno poético, associava-o a comum inspiração deste com o sentimento religioso num hipotético “homem primitivo”. Este tipo de

⁹² Cf. BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*, p. 23.

⁹³ LIMA, A.A. À margem de um livro, *Revista do Brasil*, São Paulo, n 17, ano IV, vol X, janeiro de 1919, p. 84.

⁹⁴ LIMA, A.A. À margem de um livro, *Revista do Brasil*, p. 87.

⁹⁵ LIMA, A.A. À margem de um livro, *Revista do Brasil*, p. 86.

⁹⁶ Analisando o livro de poemas *Pandora*, de Da Costa e Silva, Tristão de Athayde argumentava: “Qual o mais espontâneo dos nossos poetas contemporâneos? O Catulo, parece, pois a sua poesia é de uma naturalidade conquistada através da arte”. ATHAYDE, Tristão de. *Bibliografia*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1919, p. 9.

consideração era recorrente à época, inclusive em concepções tidas como vanguardistas⁹⁷.

Segundo o crítico:

Têm a poesia e a religião, uma origem comum. Nasceram ambas de um sentimento de respeito. Misto de surpresa, terror e admiração, foi o respeito a atitude do homem perante a natureza, quando pode distinguir a existência de um mistério oculto pelas aparências. E isso, quer se aceite a teoria animista, quer se adote o moderno objetivismo de Lévy-Bruhl⁹⁸.

Em seguida, o autor faz uma associação do homem “primitivo” com a criança⁹⁹, pois “quando a evolução mental da criança lhe permite a consciência lúcida do mundo exterior, a surpresa, a admiração e o terror criam-lhe o respeito pela natureza e pelo homem”¹⁰⁰. Este último seria para a criança uma espécie de “Deus” e:

[...] a submissão perante essa natureza e esse homem, cujo mistério ela apenas entrevê, traz-lhe o sentimento religioso e, logo depois, o sentimento poético da exaltação. Chega então a crise dos sentidos, a mais grave, aquela de cuja solução vai resultar talvez toda a existência do indivíduo. Dela deriva o domínio ou a escravização da vontade, com prejuízo da inteligência e reflexo no sentimento. Conforme a solução dessa crise sexual, será o homem capaz ou não de respeito e portanto de religião e de poesia. Os homens que a resolvem, submetendo-se aos sentidos, são geralmente incapazes de respeito. É o que vemos comumente acontecer com esses que se creem superiores e são geralmente ateus e prosaicos, impermeáveis à dúvida e ao mistério.

⁹⁷ Dentre várias, convém lembrar as posições do teórico alemão Wilhelm Worringer, cuja obra *Abstraktion und Einfühlung* (“Abstração e Empatia”) lançada em 1907 tivera grande repercussão nos meios artísticos, especialmente no expressionismo alemão e ganhara várias reedições ao longo das décadas seguintes. Worringer aí considerara que se fizessem uma “psicologia da necessidade artística”, “ela seria uma história do sentimento do mundo e, como tal, encontraria lugar ao lado da história das religiões”. Nas primeiras décadas do século XX, a relação entre a criação artística e o fenômeno religioso também pode ser encontrada em teóricos como o britânico Roger Fry na obra *Um ensaio de estética* (1909), onde fala sobre a existência de “um vínculo da arte com o místico e o religioso”. Ainda poderia ser enumerado o trabalho do pintor e teórico russo Wasilly Kandinsky, *Do espiritual na arte* (1911). Cada uma destas posições possuem especificidades e relações singulares no tratamento do tema que, não obstante, lhe reconhecem pertinência. Cf. ENDELL, August. *La Beauté de la forme et l’arte décoratif*. In: HARRISON, C. et al. *Art en théorie*. 1900-1990, p. 98-126. .

⁹⁸ A obra do filósofo e etnólogo francês Lucien Lévy-Bruhl teve grande circulação e influência tanto no campo das ciências humanas quanto nas reflexões de artistas da primeira metade do século XX. Suas teorias sobre a condição “pré-lógica” e “mística” das populações “primitivas”, consequentemente, o levaram a uma noção hierárquica e, além disso, variada acerca da natureza humana o que não era concorde com as teorias animistas, como a do britânico Edward B Tylor, que antes viam um processo evolucionista da mentalidade humana cuja natureza seria essencialmente a mesma. Nos finais dos anos 1930, em seus “cadernos” publicados apenas postumamente, Lévy-Bruhl acabou por reconhecer os erros e falhas de quase todo o seu pensamento expresso em obras como *As funções mentais nas sociedades inferiores* (1910) e *A mentalidade primitiva* (1922). Tylor, por sua vez, fora bastante criticado, ao longo do século XX, por suas concepções evolucionistas, preconceituosas e condescendentes acerca das populações “primitivas, de modo que o conceito de ‘animismo’ persistira, mas ganhara novas interpretações antropológicas”. Cf. SPURR, David. *Myths of Anthropology: Eliot, Joyce, Lévy-Bruhl*, *PMLA*, Vol. 109, No. 2, pp. 266-280, Mar. 1994; STRINGER, Martin D. *Rethinking Animism: Thoughts from the Infancy of Our Discipline*, *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 5, No. 4, pp. 541- 555, Dec. 1999; ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1919, p. 6.

⁹⁹ Revisando a antropologia do século XX sobre a África, o filósofo congolês V Y Mudimbe comenta a maneira como o africano, ora visto como “primitivo”, ora visto como “raça inferior”, e a “criança” tornaram-se intercambiáveis: “A Civilização humana era ocidental aos olhos dos colonizadores e os africanos não eram, [...] em finais da década de 1930, perfeitamente humanos. O que eram, quer pura crianças quer seres humanos incipientes necessitando de formação, era simplesmente o resultado da aplicação dos padrões ocidentais num contexto não ocidental”. MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção de África*. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde/Portugal: Pedagogo, 2013, p. 94.

¹⁰⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1919, p. 6.

Assim, segundo o crítico, num misto de teorias antropológicas e reflexões freudianas, a dúvida e o “Mistério” seriam constituintes de um indivíduo “bem resolvido” sexualmente e moralmente. Conforme precisa Tristão de Athayde, “o sentimento religioso não implica a submissão a um determinado culto, senão o reconhecimento da miséria humana, a par da grandeza divina”. A decisão por uma religião seria, na verdade, algo de menor importância:

A crença no mistério é essencial: secundária é apenas a solução temporal dessa crença. Em páginas admiráveis, mostra Renan como a religião é o único ideal da grande maioria dos homens. Só por meio dela sentem qualquer coisa de superior à vida cotidiana, que os esmaga. Uma simples imagem da Virgem, na choupana de um lenhador, é o mais puro raio de luz na vida obscura dos humildes. Mas os “homens superiores” ou os “homens práticos”, não só desdenham da divindade, mas zombam do próprio mistério. São por isso incapazes também de sentimento poético, porque a essência da poesia é o reconhecimento de um mundo qualquer superior ao nosso.

A religião seria “nada disso exclusivamente, mas tudo a um só tempo”, de forma que a poesia, em suas origens, “nasce com a religião, de um sentimento despertado pelo mistério e realiza-se pela eloquência, que será a expressão harmoniosa desse sentimento íntimo”. O crítico, então, lembra as reflexões hegelianas sobre a arte¹⁰¹, segundo as quais “a primeira manifestação do sentimento poético foi o símbolo, ‘precursor da arte’, como chamou Hegel. E a manifestação rudimentar do símbolo é a imagem, obtida pela comparação”¹⁰². A riqueza de Catulo residiria na capacidade imagética de sua obra que traria aquela “exaltação” e “deslumbramento” pela natureza física:

*Nhá dona, o vestido dela
tinha a cô das foia verde
das arve, quando amanhece.
A fita dos seus cabelo
era amarela, amarela,
como as fulô do argudão.
E a fulô que ela trazia
na cova do cabeção,
era da coô da tristeza*

*do coração dos doente,
que sofre do coração.
As chinela, as chinelinha
era sem tirá nem pó,
mimosa e piquinininha
dois ôvo de bêja-fro.
O lenço, o lencinho dela,
seguro no cós da saia
era mais branco e arrendado
que a renda do lenço d’água,
que a onda estende na praia.
tudo nela era tão mimoso!...
Era lindo e encantadô!
O nariz era um biquinho*

¹⁰¹ Tais considerações são feitas por Hegel, dentre outras ocasiões, acerca do que chama “panteísmo artístico do oriente”, tido pelo filósofo alemão como a “primeira Forma de arte, a simbólica, com sua procura, sua efervescência, seu enigma e sua sublimidade”. HEGEL, G. W. *Cursos de Estética*. São Paulo: EdUSP, 1999, p. 92.

¹⁰² Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Bibliografia, O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1919, p. 6.

*tão bem feito e ingraçadinho
como o da “fogo-pagou”.
Tinha a carinha redonda,
que nem que fosse uma bola.
O corpo, assim, tão bem feito,
cum as cadera
arredondada parecia uma viola*¹⁰³.

O crítico reconhecia na obra de Catulo uma “poética dialetal” “comovida e harmoniosa”. Tal produção seria “rudimentar”, “próxima do ninho”, ou seja, trazia o aspecto “primitivo” da origem poética, os elementos primordiais e originários do “respeito e da exaltação”. Assim, o “sertanejo” traduziria tal estado de espírito, pois respeitaria as:

[...] forças misteriosas da natureza, a superioridade da inteligência, a grandeza dos sentimentos, a força justa, as leis do dever. Exalta-se ao mesmo tempo, perante a beleza física, o amor, os encantos da natureza, os rasgos de cavalheirismo, as proezas da astúcia ou da bravura¹⁰⁴.

Apesar de não ser “toda a poesia”, era uma produção “admirável” a que o crítico comentava ser necessário notar que “a exaltação, a glorificação, o engrandecimento do mistério é apenas uma atitude primitiva, que permite a eclosão do sentimento poético. A essa atitude podem suceder, e sucedem mais tarde, outras de negação, de depressão, de incerteza, ou de simples resignação”. Tristão de Athayde via em Catulo um poeta que, “a despeito de tudo que contém de técnica aprendida, de sensação raciocinada, de simplicidade adquirida, é uma admirável, e talvez singular, manifestação de lirismo elementar”. Seguindo ainda o pensamento estético hegeliano, o crítico situa a lírica como “verdadeiro sentimento poético” e a face mais rica do poeta maranhense que também fazia poemas satíricos.

O livro *Sertão em Flor* saíra com prefácio do acadêmico Mário de Alencar, filho de José de Alencar, que trazia de novo à baila a questão da língua do Catulo:

Não lhe peçam ao poeta outra língua nem explicação de sua poesia, nem lhe sugiram, ou solicitem outros assuntos que não os da natureza e humanidade agreste do Brasil, nem outra forma que a da narração objetiva... Completo, perfeito em todas as partes de cada poema? Não, antes incompleto, imperfeito, em muitas partes dos seus poemas. Mas no fim de cada poema, e ainda nas suas poesias menores, a impressão definitiva que ele nos deixa é a de um grande artista, como a natureza¹⁰⁵.

Apesar de subscrever os elogios de Alencar, Tristão considerara *Sertão em flor* como um livro “incomparavelmente inferior” ao anterior, *Meu Sertão*, representando uma espécie de “decadência”. Catulo pareceria estar “cansado” ou “amargurado” e, talvez pela produção atropelada (dois livros lançados em menos de um ano), acerca de uma nova produção recomendava “a retardar quanto possível, a fim de permitir se lhe renove a inspiração”¹⁰⁶.

Aparentemente, quem mais apreciou as considerações do crítico foi o próprio Catulo

¹⁰³ CEARENSE Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1919, p. 6.

¹⁰⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1919, p. 6.

¹⁰⁵ ALENCAR. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1919, p. 6.

¹⁰⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1919, p. 6.

da Paixão Cearense que, na ocasião do lançamento de seu terceiro livro de poemas, enviou uma carta ao “Ilmo. Sr Tristão de Athayde” lhe apresentando o “caçula dos meus três filhos sertanejos”. Na ocasião, o poeta dizia ao crítico, “com a sua autoridade de esteta, me diga se se parece com os outros, se é feio, formoso ou monstrengo, como o pai, este seu grande admirador”¹⁰⁷. Na carta, Catulo ainda esclarecia que:

[...] deixei, não de todo a imaginação, para, realmente, definir a alma dos homens, que são os protagonistas de meus poemas. [...] Contêm este livrinho cinco poemas escritos em linguagem corrente. O fundo, parece-me, é essencialmente sertanejo. É uma tradução, mais ou menos em linguagem gramatical, do que eles diriam em seu idioma bravio. O eminente crítico aprovará esta minha nova orientação? Isto é, devo escrever os meus poemas nas duas línguas: a culta e a inculta?¹⁰⁸

A carta ressoa as demandas, dentre outras, de Monteiro Lobato, especialmente na ideia de “traduzir” sua poética. Tal questão se tornou central para o poeta maranhense. No caso, tratava-se de se definir como poeta popular ou simplesmente um poeta, conforme Kleyton Moraes:

[...] a dúvida posição de Catullo no meio letrado de então, qual seja, a de ser um autor de poemas sertanejos, porém poeta cidadão, e a de ser reconhecido como alguém que conhecia o sertão, mas que o representava com os referenciais e códigos reconhecidamente das cidades. Dubiedade que era evocada como parte intrínseca e fundante de sua condição de poeta¹⁰⁹.

Tal dubiedade estava na crítica literária. Enquanto João Ribeiro via na produção de Catulo “uma criação erudita disfarçada sob a fraseologia inculta de idiotismos, vocábulos e locuções sertanejas”, Miguel Mello, considerando Catulo “o poeta da moda”, qualificava o maranhense de “cantador de modinhas”, justamente pela pouca erudição de sua produção. Quando saem os *Poemas Bravios* com as composições “traduzidas”, João Ribeiro considera que agora ele poderia ser visto “como um poeta nacional; não tenho dúvida”¹¹⁰.

Apesar da cordialidade na carta de Catulo a Tristão de Athayde, este considerou que o poeta, após ter sido por “alguns críticos aconselhado”, começara a escrever em “linguagem comum”. O crítico, então, dava a sua opinião:

Penso que nada supre a linguagem original. Se as almas que passam em sua poesia são as almas simples e rudes, se esses homens que falam nesses versos são criaturas rústicas do sertão, se essa poesia deve toda a sua luz e todo o seu calor ao realismo lírico que possui, e no qual se confundem a alma do poeta e as formas da natureza, penso que deve conservar as irregularidades mais expressivas daquela linguagem, sem precisar cair no puro regionalismo de expressão. Poderá mesmo corrigir essas irregularidades, desde que não alterem em nada a naturalidade do verso. Para isso, deveria escrever como falam no sertão, se possível, polir a linguagem original¹¹¹.

Após enumerar alguns exemplos de possíveis transposições ou “polimentos”, o crítico considerava haver “mais perigo que vantagem em suprimir a linguagem rústica desse povo do

¹⁰⁷ Carta de Catulo da Paixão Cearense a Tristão de Athayde, 26-8-1921, acervo CAAL.

¹⁰⁸ Carta de Catulo da Paixão Cearense a Tristão de Athayde, 26-8-1921, acervo CAAL.

¹⁰⁹ MORAES, K de S. *Catullo da Paixão Cearense*, p. 105.

¹¹⁰ Cf. MORAES, K de S. *Catullo da Paixão Cearense*, p. 106-117.

¹¹¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1921, p. 1.

sertão”. Na verdade, haveria no livro passagens de uma “algaravia insuportável” que deveriam “basta para que desista o autor imediatamente de escrever em prosa comum”¹¹². Em apontamentos sobre o popular e o erudito, ele considerava a capacidade poética do escritor maranhense segundo sua habilidade de “filtrar” o material sertanejo:

Acho que nada supre, repito, o dialeto rude e irregular dos sertanejos. A musa popular é naturalmente inculta. Entre os próprios cantadores do sertão, que criam a poesia popular sem mescla, é possível encontrar, como vimos, um princípio de falsificação dessa poesia, quando corrompida pela prosápia de algumas tintas de instrução. Perante eles, representa Catulo o artista que sabe filtrar os elementos recebidos do sertão, para com eles recriar a beleza e a emoção. Já está, portanto, duplamente afastado da plebe e da terra, pela distância e pela mentalidade. Está no limite derradeiro para passar da arte ao artifício, pois que todo apogeu, naturalmente, é o início da decadência. Nem sempre evita essa passagem e deve, por isso, resguardar-se contra enganosas ambições. Foi o sertão que o consagrou: não seja ingrato ao sertão¹¹³.

Naquilo que João Ribeiro via como o desenvolvimento que levava um autor de um regionalismo erudito a uma “poesia nacional”, Tristão de Athayde reconhecia uma decadência da arte transformada em artifício, denunciando seu caráter postiço e, por que não dizer, “bovarista”. Este último juízo terá desdobramentos nos anos 1920, como no prefácio escrito por Paulo Prado à *Poesia pau-brasil* (1924) de Oswald de Andrade: “O lirismo puro, simples e ingênuo, como um canto de pássaro, só o exprimiram talvez dois poetas quase desprezados – um, Casimiro de Abreu, relegado à admiração das melindrosas provincianas e caixeiros apaixonados; outro, Catulo Cearense, trovador sertanejo, que a *mania literária* já envenenou” [grifo nosso]¹¹⁴. O risco de se cair em “literatura”, “mania literária”, em “bovarismo” e artificialismo era sempre lembrado, especialmente acerca da literatura regionalista:

Não é de hoje a falsificação do sertanismo. Toda corrente literária que se impõe converte-se em moda e, como a moda é a negação da originalidade e o paraíso dos medíocres, começa a chegar a onda dos imitadores. Perde-se o espírito do movimento e transmite-se o seu formalismo – eis a regra geral da conversão das escolas literárias em modas literárias¹¹⁵.

Tal convencionalismo atingiria também à crítica: “está em moda elogiar os que se inspiram em movimentos locais, os que fazem literatura nacional e criticar os que se inspiram em outras sugestões”. Apreciando os “Bailes e divertimentos suburbanos”, Lima Barreto considerava que:

O violão e a modinha que Catulo, com sua tenacidade, com o seu talento e a sua obediência cega a um grande ideal, dignificou e tornou capaz da atenção dos intelectuais, vão sendo mais prezados e já se fazem encantos dos saraus burgueses [...]. É pena que para um Catulo, artista honesto, sob todos os pontos de vista, haja

¹¹² A passagem citada é do conto “Curandeiro”: “Antônio Cobra, em se tratando do tóxico segregado pelas suas homônimas, era um semideus daquelas paragens. Quem o deixaria de respeitar e admirar, se representava para aqueles homens rudes o eminente Pasteur, imortalizado pelos seus trabalhos sobre a profilaxia da raiva e de outras moléstias contagiosas?”. CEARENSE, Catulo da Paixão. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1921, p. 1.

¹¹³ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1921, p. 1.

¹¹⁴ PRADO, Paulo. Poesia pau brasil. Um prefácio, *Revista do Brasil*, São Paulo, Vol. XXVII, set-dez 1924, Editora Monteiro Lobato, p. 109.

¹¹⁵ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 set. 1921, p. 1.

uma dezena de Casanovas disponíveis, que, maus de natureza e sem talento algum, se servem da arte reabilitada pelo autor de Sertanejo, a fim de, por intermédio de horríveis cantarolas, levarem a desgraça a lares pobres e perder moças ingênuas e inexperientes¹¹⁶.

A cultura do regionalismo, portanto, é uma cultura da República dividida em unidades federativas que, por sua vez, teriam uma história, uma cultura e uma autonomia próprias a serem determinadas e desenvolvidas dentro de marcos estaduais ou regionais. O regionalismo, com seu anseio de “conhecimento do interior”, do “sertão” em oposição ao “litoral”, tornou-se um domínio que reunia as mais diversas produções e apreciações. Sua dimensão mais visível e acessível pode ser encontrada na “febre” sertaneja que marcou os anos 1910 e 1920 no Rio de Janeiro e em São Paulo. O regionalismo, antes de tudo, fazia sucesso. Os livros de Catulo conheceram dezenas de edições, receberam elogios de diversos seguimentos, como os do jovem poeta paulista Guilherme de Almeida que, em 1918, entusiasmava-se com o sarau que iria ocorrer na Sociedade de Educação Artística:

É um poeta sertanejo, que vai dizer versos no sarau de quarta-feira próxima no Trianon. Ele não nos era desconhecido, porque não há quem, acompanhando com um pouquinho de amor a vida artística brasileira, não conheça Catulo Cearense. Qualquer violeiro de esquina canta por aí versos seus e qualquer de nós sabe de cor essas quadras tão cheias de sentimento e verdades do “Luar do Sertão”. (...) E a gente aplaude irresistivelmente, sem saber porque, aquela história corriqueira de amor; aplaude inconscientemente, talvez porque, pela primeira vez, tenha sentido nela, cantante e sincera, a alma brasileira, a nossa alma, bem caipira, escondida no fundo do mato e trazida, assim de repente, à flor da arte e da verdade¹¹⁷.

Poetas e cantadores regionalistas, além de se apresentarem em lugares como a referida Sociedade e o Teatro Municipal, arrancavam elogios de intelectuais respeitados, como o de Monteiro Lobato, feito em 1916, após a apresentação de Cornélio Pires e João Pernambuco:

Nunca uma plateia como a nossa, vítima de azia crônica pelo abuso de orchatas francesas como essa que o Lugué-Poe nos forçou a ingerir a 10\$000 a dose, vascolejou diafragmas e adjacências com mais sinceros saudáveis e tonificantes risos. Não era o risinho espremido e forçado, verdadeira careta de mártir de quem sorri por injunções do snobismo – sorriso palerma que é um esgar simiesco – repuxo cômico de músculos faciais. O que no público ria não era a atitude, nem a francelha cultura do espírito; era a carne, o sangue, a raça, era esse substrato mental e sentimental que nós, medrosos da crítica escarninha dos elegantes que cheiravam Paris e no-lo embutem como padrão supremo, conservamos timidamente em cárcere privado. Que bem faz rir assim! (...) A outra consoladora manifestação de arte nossa proporcionou-nos João Pernambuco. É um belo tipo de homem. Nele se estampam em grau acentuado todas as características do brasileiro puro, criado ao ar livre, no contato direto com a natureza bravia. Dentro do seu peito bate um coração. Sua alma é a própria alma da terra. Paris não contaminou um glóbulo sequer daquele sangue oxigenado pelo ar das florestas¹¹⁸.

A amplitude da presença no cenário cultural brasileiro dos autores regionalistas pode ser verificada na conferência de Oswald de Andrade proferida em 1923 na Sorbonne. Naquela

¹¹⁶BARRETO, Lima. *Marginália*, p. 22-23.

¹¹⁷ALMEIDA, Guilherme de. Apud. MORAES, K de S. *Catullo da Paixão Cearense*, p. 109.

¹¹⁸LOBATO Apud. MORAES, K de S. *Catullo da Paixão Cearense*, p. 112.

ocasião, elencava-se dentre os que buscavam a “verdade nacional” autores como Ricardo Gonçalves, Cornélio Pires e Catulo, este último tido como o maior dos poetas de tal tendência nacionalista¹¹⁹. Neste sentido, as reflexões de Moraes são bastante contundentes:

Essa conferência tem uma importância fundamental para o entendimento do que foi o “modernismo” no Brasil, pois não se trata só de um balanço crítico das artes brasileiras do período, mas de uma tentativa de produção de um discurso histórico do “modernismo”. Há, no evento, uma apropriação dos nomes de diversos autores de língua portuguesa de forma a culminar nos nomes dos modernistas paulistas. Mas, se, posteriormente, muitos desses nomes elencados por Oswald desapareceriam dos estudos literários brasileiros, ali, ainda em 1923, na proximidade dos acontecimentos de 1922 em São Paulo, surgiam nomes inesperados que o conferencista evocava para construir uma racionalidade histórica para o movimento diante do público francês. [...] Entretanto, se, para o estudioso atual da literatura brasileira, o aparecimento de nomes consagrados como “pré-modernistas” seria fatal, é com espanto que se vê surgir na conferência de Oswald nomes improváveis como os de Amadeu Amaral, Cornélio Pires, João Ribeiro e Catullo da Paixão Cearense¹²⁰.

De fato, o regionalismo é, além de um conceito mal trabalhado, um campo da história intelectual brasileira fragmentado e inexplorado em seus domínios literários, históricos e políticos. A existência de “figuras regionais”, “descrições regionais” e “contextualizações regionais” pode ser verificada em vários contextos e épocas. Porém, nos fins do século XIX, destaca-se o aparecimento de uma “busca pelo regional” e pelas “raízes” nacionais expressa especialmente na obra de Maurice Barrès (figura bastante lida no Brasil à época), mas também debitária dos escritos sobre a diversidade francesa de Hippolyte Taine e da geografia regional de Vidal de la Blache. O regionalismo, a essa altura, deixaria de ser meramente naturalista ou social para tornar-se uma “inspiração”, uma “verdade última sobre os seres”, tal produção seria visível especialmente nas publicações da *Revue des deux mondes* (de grande circulação no Brasil) na virada do século XIX para o XX¹²¹.

Em obra dos anos 1960, mas que continuou sendo reeditada nas décadas seguintes, Antonio Cândido avaliava a produção regionalista das primeiras décadas do século XX:

Gênero artificial e pretensioso, criando um sentimento subalterno e fácil de condescendência em relação ao próprio país, a pretexto de amor da terra, ilustra bem a posição dessa fase que procurava, na sua vocação cosmopolita, um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas. Forneceu-lhe o “conto sertanejo”, que tratou o homem rural do ângulo pitoresco, sentimental, e jocoso, favorecendo a seu respeito ideias-feitas perigosas tanto do ponto de vista social quanto, sobretudo, estético. É a banalidade dessorada de Catulo da Paixão Cearense, a ingenuidade de Cornélio Pires, o pretensioso exotismo de Valdomiro Silveira ou

¹¹⁹ A conferência de Oswald de Andrade, intitulada “Esforço intelectual no Brasil contemporâneo”, era um apanhado que elencava nomes como os de Farias Brito, Jackson de Figueiredo, Roquette Pinto, Oliveira Viana, Washington Luís, Afonso Taunay, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Graça Aranha, Monteiro Lobato, Paulo Prado, Mário de Andrade, Ronald de Carvalho, Menotti del Picchia, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Rego Monteiro, Alberto Nepomuceno, Alexandre Levy, Francisco Braga, Villa Lobos, Serge Milliet, dentre outros. Cf. M. Oswald de Andrade em Sorbonne, *Le Figaro*, Paris, 23 mai. 1923, p. 3.

¹²⁰ MORAES, Kleiton de Sousa. *Catullo da Paixão Cearense*, p. 114-115.

¹²¹ Cf. CLAVAL, Paul. Le thème régional dans la littérature française, *L'espace géographique*, Paris, Tome XVI, nº 1, pp. 60-73, 1987.

do Coelho Neto de *Sertão*: é toda a aluvião *sertaneja* que desabou sobre o país entre 1900 e 1930 e ainda perdura na subliteratura e no rádio. A publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902, assim como a divulgação dos estudos de etnografia e folclore, contribuíram certamente para esse movimento. Ele falhou na medida em que não soube corresponder ao interesse então multiplicado pelas coisas e os homens do interior do Brasil, que se isolavam no retardamento das culturas rústicas. Caberia ao Modernismo orientá-lo no rumo certo, ao redescobrir a visão de Euclides, que não comporta o pitoresco exótico da literatura *sertaneja*¹²².

Na opinião de Candido, o regionalismo é projeto falhado, mesmo que perdurasse na “subliteratura” e no “rádio”, ou seja, que fizesse sucesso. Além disso, o autor considera que a visão acerca do sertanejo devia lhe reconhecer o “retardamento”, por isso, não teriam sido bem sucedidos os regionalistas. É surpreendente que, na mesma obra, apesar da crítica às teorias de Lévy-Bruhl a partir de Lévi-Strauss citada por Candido, este propunha que os homens “primitivos” seriam análogos aos “iletrados” das sociedades “civilizadas” e que a “atividade artística” do “homem primitivo” seria “similar” à do “homem rústico”, demandando estudos de folclore, sociologia e análise literária¹²³. Dessa forma, ficamos, diante da síntese de Antonio Cândido, sem saber exatamente o que ele queria dizer. Como notamos ao longo deste tópico, o eixo euclidiano Sertão-Litoral era um dos principais organizadores e orientadores das avaliações intelectuais acerca das produções culturais daquele período, prontos a denunciar o exotismo e o pitoresco, de modo que simplesmente reivindicar um “redescobrimento” da visão de Euclides pelo modernismo é algo que carece de maior demonstração. Ou será que Candido pretendia reabilitar o racismo de Euclides da Cunha e considerar o sertanejo como sub-raça “retardada”? Por serem ligeiras tais considerações, é impossível depreender qualquer juízo que não seja justamente o que destaca a forma rápida segundo a qual o tema geralmente é tratado.

Lúcia Miguel-Pereira, uma década antes do estudo de Candido, considerara o regionalismo literário de maneira mais nuançada e já notava seu desdobramento na “subliteratura” e no rádio. Segundo a autora, se toda obra que traduzisse “particularidades locais” for considerada regionalista, este seria o gênero da “maior parte de nossa ficção”. Ela prefere, então, considerar como regionalistas as obras:

[...] cujo fim primordial foi a fixação de tipos, costumes e linguagem locais, cujo conteúdo perderia a significação sem esses elementos exteriores, e que se passem em ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciem dos que imprime a civilização niveladora. Assim entendido, o regionalismo se limita e se vincula ao ruralismo e ao provincialismo, tendo por principal atributo o pitoresco, o que se convencionou chamar de “cor local”. Essa definição indica por si só as vantagens e as fraquezas¹²⁴.

Assim, segundo Miguel-Pereira, o regionalismo traria sempre o tom das descrições, da influência do meio sobre os personagens que comporiam uma totalidade com este último. Ao

¹²² CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*, p. 113-114.

¹²³ Cf. CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*, p. 41-44.

¹²⁴ MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira*. Vol XII, p. 175.

analisar, porém, alguns regionalistas da virada do século XIX para XX, a autora reconhece que o grande desafio proposto a esta seara literária era a superação de uma “posição de turista assumida pelos autores”¹²⁵. E, para além dos defeitos do gênero igualmente enumerados pela historiadora da literatura, ela procura lhe revelar os motivos do sucesso:

[...] a própria esquematização, que por um lado lhe prejudica o alcance psicológico, facilita-lhe por vezes o tratamento das personagens que, surpreendidas apenas nas suas reações superficiais, guardam por isso, um certo mistério e adquirem assim maior força sugestiva. Além disso, mergulhando na atmosfera poética criada pela linguagem exótica, pelos ambientes fora do comum, pela mesma simplicidade das criaturas, um caso banal se pode transfigurar, tornar vivo e dramático. Por fim, a espécie de saudosismo de civilização diante da vida primitiva, que empolga o autor, atua igualmente sobre o leitor, enternecendo-o, fazendo-o mais receptivo, mais pronto à emoção¹²⁶.

Em reflexão mais recente, Durval Muniz de Albuquerque Jr. problematizou o tema do regionalismo, especificamente em torno da “história regional”. Segundo o autor de *A invenção do Nordeste*, o próprio conceito de “região” deve ser considerado em sua dimensão inventiva e instituinte, lembrando sua origem linguística que remonta tanto à noção fiscal, administrativa e militar, *reggere* (comandar, reger), e ao domínio político do poder *regio*. Dessa forma, a região não deve ser vista como algo “natural” e existente por si só nos domínios da natureza, ao contrário, conforme o autor: “*A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço*”¹²⁷ [grifos do original]. Assim, é preciso perceber que:

A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Suas fronteiras são móveis e o Estado pode ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação. O Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites político-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais¹²⁸.

A “história regional”, mesmo quando crítica às implicações regionais e suas limitações, permaneceria no “campo de dizibilidade” da região:

“História Regional” participa da construção imagético-discursiva do espaço regional, como continuidade histórica. Ela padece do que podemos chamar de uma “ilusão referencial”, por dar estatuto histórico a um recorte espacial fixo, estático. Mesmo quando historiciza este espaço, valida-o como ponto de partida para recortar a historicidade. Ela faz uso de uma região “geográfica” para fundar uma região epistemológica no campo historiográfico, justificando-se como saber, pela necessidade de estabelecer uma história da origem desta identidade regional, afirmando a sua individualidade e sua homogeneidade. Por isso, o questionamento da região, como uma identidade fixa, passa pela crítica desta “História”, que participou desta cristalização identitária, e passa pela retirada das fronteiras do campo historiográfico. O nacional e o regional não são critérios de validação de uma

¹²⁵ MIGUEL-PEREIRA, L. *História da literatura brasileira*, p. 182.

¹²⁶ MIGUEL-PEREIRA, L. *História da literatura brasileira*, p. 183.

¹²⁷ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste*, p. 36.

¹²⁸ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste*, p. 37.

produção historiográfica, não são referências pertinentes para fundar uma epistemologia. Uma história serial não se pode ater a estas divisões, visto que as séries históricas desconhecem estas fronteiras¹²⁹.

Assim, segundo Albuquerque Jr., a história regional partiria de um erro construído *a priori* ao procurar se inscrever reproduzindo, enriquecendo e atualizando a “naturalidade” inconsciente que lhe caberia revelar artificiosa e humana. A história da invenção do nordeste não seria uma história regional, ou seja, uma história que procure caracterizar uma região, mas, justamente, segundo suas próprias palavras, a “*história da emergência de um objeto de saber e de um espaço de poder: a região Nordeste*” [grifos do original].

As reflexões de Tristão de Athayde acerca do regionalismo no interior da cultura intelectual brasileira procuram caracterizar de forma exaustiva o tema. Na visão do crítico do *O Jornal*, o regionalismo seria “estritamente local, tanto na paisagem como nos tipos e na significação”. Sua “força de repercussão” viria de seu aspecto “concentrado” e deste âmbito limitado, de modo que “o regionalismo mais se expande quanto mais se restringe”:

Achando-se no polo oposto ao da literatura universal, pode chegar, por vias antagônicas, a uma ressonância análoga. A literatura universal interessa todos os homens, de civilização semelhante, porque contém o que neles há de eterno e comum. Todos a compreendem porque todos nela se reveem. O regionalismo literário, ainda que em menor escala, em virtude do seu modo de expressão menos acessível, interessa também a todos, porque fixa o que há de absolutamente antagônico entre os vários ambientes e os diferentes tipos humanos¹³⁰.

O regionalismo trataria antes da repulsa do que da afinidade, provocaria a sedução por meio da “atração dos contrários” e estimularia um sentimento “universal”: a curiosidade. Esta, por sua vez, operaria a partir de um segundo aspecto que o regionalismo traria consigo, ao menos teoricamente: a originalidade. Esta última não seria, porém, aquela da “fantasia”, mas provinda “de um esforço especial de observação e de isenção, que formam o outro requisito principal da literatura regionalista: o realismo”¹³¹.

O regionalismo voltado ao “aspecto exterior das coisas” contrariamente à “literatura universal” que penetraria e exprimiria o “íntimo delas”, seria “a própria realidade em suas manifestações locais e espontâneas”. Assim, “desde que nele se sinta a fantasia literária do autor, a preocupação simbólica, filosófica, social ou outra qualquer, da obra, ou a deturpação da realidade por elementos exóticos, perde o regionalismo o seu principal caráter literário”. Por outro lado, o domínio regionalista abrigava as reflexões de trabalhos folcloristas como os de João Ribeiro, Alberto Faria e Gustavo Barroso que, inspirados em produções inglesas, francesas e alemãs, ao ultrapassarem a prática de catalogação e classificação segundo critérios locais, tinha-se que o resultado a que “chegou essa investigação da literatura popular, estudada no

¹²⁹ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste*, p. 39.

¹³⁰ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1921, p. 1.

¹³¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1921, p. 1.

tempo, foi o de uma identidade fundamental da natureza humana, expressa em seus elementos mais simples e espontâneos, isto é, na alma popular”. Segundo notava Barroso, “todos os folclores são semelhantes. As suas formas variam de espírito de país a país. O seu fundo continua o mesmo desde a Ásia longínqua até às terras americanas. Raros os cantos, as lendas ou as fábulas que se não encontram em todos os povos, em variantes as mais diversas”¹³².

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o regionalismo literário trazia consigo o interesse “universal” pela compreensão da diferença humana, a poesia popular, segundo os estudos folclóricos, revelaria, nas suas longínquas origens comuns, a unidade da natureza humana. O regionalismo literário brasileiro teria como maior inspiração essa “alma popular”:

A arte, quando se universaliza, isto é, no seu apogeu de intensidade e repercussão, chega, como a ciência, a essa unidade essencial dos espíritos, que criou a *weltliteratur* de Goethe. Não é possível, porém, esse apogeu sem passar pelo localismo, que será sempre, ainda no mais elevado universalismo, como que o fio que prende as pérolas do colar. E as fontes mais ricas do localismo nascem justamente da alma popular. A literatura popular, portanto, liga os povos e os diferencia, conforme a encaramos com critério científico ou artístico. É que os caracteres elementares dessa literatura são os mesmos, mas outros são os seus elementos fisionômicos¹³³.

Novamente, o regionalismo é associado a um momento necessário da produção literária de um povo, sendo a condição para que atingisse voos mais altos. O regionalismo literário não seria, assim, à parte e totalmente adverso às literaturas universais, mas algo que lhes constituiria, que nunca seria totalmente abandonado e se manteria como o “fio que prende as pérolas do colar”.

A política regional também era algo que caracterizava o cenário da Primeira República. Conforme notamos em tópicos anteriores, a dinâmica política do período era marcada pela articulação e proeminência dos poderes regionais e mesmo os conflitos armados que ocorreram tinham, em sua maioria, motivações locais, assumindo até mesmo nomenclaturas regionalistas, especialmente no caso sulista, com seus maragatos e ximangos. No tumultuado processo de consolidação das candidaturas presidenciais para as eleições de 1922, tal caráter tomou feição ainda mais explícita. Opondo o mineiro Artur Bernardes ao fluminense Nilo Peçanha, a campanha presidencial envolveu acontecimentos significativos na história política brasileira. Ao Manifesto dos Convencionais que apoiava o primeiro contrapôs-se o movimento da Reação Republicana a favor do segundo.

Assim que ficou claro o encaminhamento dos rumos distintos tomados pelos diversos partidos republicanos dos Estados, o tema do regionalismo político ganhava contornos no debate público. Como a candidatura do mineiro Artur Bernardes sofria oposições de diferentes estados, o professor, político e diretor do periódico *Diário de Minas*, Magalhães Drummond,

¹³² BARROSO Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1921, p. 1.

¹³³ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1921, p. 1.

tratou de deixar claro que a “política mineira” não comportava “tendências regionalistas”.

Segundo o autor:

[...] a verdade é que, por sua posição geográfica, como por sua formação étnica, como por sua tradição políticas, Minas tem de ser, na vida política do Brasil, o centro coordenador, o elemento de conservação e de equilíbrio, a garantia da liberdade legal, o grande imã potentíssimo da unidade nacional¹³⁴.

Tais características seriam comuns aos estados do sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, que compartilhariam um “espírito conservador” marcado por uma “tempera moderada e calma”. Tais verificações partiam dos estudos de Oliveira Viana, “mestre inigualado da sociologia brasileira” segundo Magalhães Drummond:

É aqui, (refere-se ele à fase de elaboração dessas duas grandes obras nacionais), é aqui que se começa a compreender a função providencial dessas populações centro meridionais, o valor inestimável das suas virtudes pacíficas e ordeiras, dos seus instintos de brandura e moderação, do seu horror do sangue e da luta. Essas populações concorrem com a maior porção na formação do escol dirigente. Essas populações exercem uma ascendência imensa sobre os grupos regionais, que lhes ficam ao sul e ao norte. No meio delas está a cabeça do poder, o centro do governo nacional, a sede da realeza e do parlamento. Nessa luta entre as aspirações liberais e o princípio da autoridade, tivessem o liberalismo e a democracia aqui para auxiliá-los, como tiveram no norte e no extremo sul, a lança do guerrilheiro e o cangaço do jagunço, e a grande obra de organização nacional estaria contaminada e destruída. [...] os homens do centro-sul não compreendem nem o heroísmo do caudilho, nem o heroísmo do bandido. O seu herói, a personalidade magnética e imperante, que centraliza a surda e silenciosa admiração das massas, é o homem de ideias e convicções, o reformador que já realizou ou em quem elas pressentem, por instinto, capacidade para realizar, de posse do Estado, um grande programa de regeneração e de moralidade públicas¹³⁵.

No início de uma das crises dentre os poderes regionais da República, a existência do regionalismo político é atestada ao mesmo tempo em que é “solucionada” pela verificação de que certas regiões, no caso a mineira, eram as “mais brasileiras” e, na verdade, como nota o autor, nem seria regionalistas, mas mantenedoras do equilíbrio. E isso abrindo-se mão do liberalismo e da democracia em nome da moralidade, da autoridade e do “instinto” que lhe cabe na “posse do Estado”. Assim, no interior do horizonte político regionalista, delineia-se que o interesse de algumas regiões era, por alegadas razões históricas, políticas e sociológicas, coincidente com o interesse nacional. O nacional, nada mais é, nesse caso, do que a aceitação pelo resto do país da proeminência do poder político de uma região privilegiada e esclarecida. Esta traria consigo a verdade da história nacional, as virtudes pacíficas e ordeiras que, no passado, “salvaram a nacionalidade da anarquia, da desintegração e da morte”¹³⁶. Tal “região meridional” seria, por fim, fiadora da própria nação.

Porém, o regionalismo ao longo da década de 1920, cada vez mais, seja no âmbito

¹³⁴ DRUMMOND, Magalhães. A função política de Minas na política nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1921, p 1.

¹³⁵ VIANNA Apud. DRUMMOND, M. A função política de Minas na política nacional. *O Jornal*, p 1.

¹³⁶ VIANA Apud. DRUMMOND, Magalhães. A função política de Minas na política nacional. *O Jornal*, p 1.

literário, político ou historiográfico explicita suas limitações e insuficiências frente às exigências que despontam no período. O regionalismo é a cultura da Primeira República. Esta, envelhecida nos anos 1920, começava a revelar o desgaste excessivo do arranjo oligárquico que, não obstante, perdurará mesmo após a Revolução de 1930¹³⁷. Da mesma forma como a poesia de Catulo parecia ter se perdido em meio ao bovarismo reiterado da cultura intelectual brasileira, o regionalismo, em geral, se mostrava limitado frente a questões que ultrapassavam os limites geográficos de uma localidade ou o caráter de uma população específica. Além disso, as reivindicações nacionalistas tendiam a reforçar a denúncia acerca do caráter malsão da política oligárquica, mesmo que isso se desse de maneira lenta e imprecisa. Afinal, os nacionalistas, intelectuais ou políticos, em geral, eram ligados a alguma oligarquia. Ao mesmo tempo, temas como os da “questão social”, das repercussões da Revolução Russa e, posteriormente, do avanço fascista, da emergência de um catolicismo decididamente empenhado na reformulação da política nacional, da unidade nacional frente aos imperialismos reiterados após a Grande Guerra, das reflexões sociológicas que criticavam a organização política do país, dos debates culturais que procuravam determinar o caráter do país, dos movimentos políticos que buscavam superar o regionalismo partidário, a insistência em reformas constitucionais, ultrapassavam os limites do domínio regionalista e reivindicavam soluções que não podiam ser contempladas por sua mera reprodução.

¹³⁷ GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Contra a “literatura”: Litoral

“[...] depois do café e do charque, não há no Brasil produto mais valorizado que a literatura fescenina”.
Agripino Grieco, “Vida Literária”, 1923.

“[...] a vida sexual da mulher é um ‘continente obscuro’ para a psicologia”.
Sigmund Freud, “A questão da análise leiga”, 1926.

O par antitético sertão-litoral foi um domínio bastante profícuo no interior da cultura intelectual brasileira nas primeiras décadas do século XX. Dito nos seus termos, porém, o par é uma criação do “litoral”. Contrariamente às produções regionalistas, a perspectiva litorânea, quando imbuída de algum caráter reconhecido como nacional, haveria de se desdobrar em algum universo (espacial, temporal, imaginário ou linguístico) que não fosse apenas aquele das grandes cidades, dos cenários urbanos e cosmopolitas das classes mais abastadas. A *síntese* nacional, diferentemente da *descrição* regionalista, precisava contemplar o universo cindido de um país que a cada geração acredita se redescobrir.

Os elementos do par sertão-litoral possuíam um caráter móvel. Como afirmara Tristão de Athayde, alguns defendiam que “para um brasileiro o sertão é o mundo”¹. E se o sertão começava onde terminava a Avenida, ele poderia ser tanto o suburbano sítio dominado pelas saúvas de Policarpo Quaresma quanto as regiões inóspitas da Amazônia, o *hinterland* como se dizia, para onde iam os cearenses “deserdados”. Agudiza-se a percepção de que se o “sertão” guarda “a” verdade nacional, esta estava sendo muito descurada.

Tal perspectiva está presente no *best-seller* *A Esfinge* (1911) do médico e escritor Afrânio Peixoto. No romance, há um momento em que a vida cosmopolita e agitada da elite carioca, sempre a veranejar em Petrópolis, começara a decepcionar o protagonista Paulo de Andrade. Especialmente por se ver preterido pela “esfinge” Lúcia, ele programa uma viagem para sua terra natal, no interior da Bahia, cuja narrativa ocupa toda a terceira parte das quatro que compõem o livro. A ida à cidadezinha, sugestivamente denominada Amparo, seria “remédio seguro para esquecer-se e de novo achar sabor na vida”². Porém, já a viagem a barco demandando dias para chegar ao destino começava a revelar uma realidade que contrariava as lembranças nostálgicas: “Eram os mesmos vapores servidos no mesmo desmazelo, sem decência nem asseio, tripulados por gente sem disciplina, cheios de passageiros sem

¹ Cf. LIMA, A Amoroso. À margem de um livro, *Revista do Brasil*, p. 85.

² Cf. PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 115.

compostura, mal vestidos, que falavam alto, a cuspinhar por toda parte”³.

Quando a cidade despontava no horizonte, o narrador conta o que se passava em Paulo:

Era aquilo que tão ansiosamente buscava, havia tantos dias, de tão longe, através de uma viagem cheia de tédio e desconforto? Era o próprio Amparo que ele vira e imaginara? Casas pequenas, desgraciosas, arruinadas e miseráveis sempre com as mesmas decorações na fachada, pintadas de cores extravagantes e irrísórias... Parecia-lhe que minguara, decaíra, e em vez da cidade de ruas largas e extensas que deixara, com altos prédios, grandes e maciços que lhe causavam tanta admiração na infância, davam-lhe um burgo desolado, de ruelas estreitas e tortas, com ar de pobreza e decadência, que infundia mais desgosto que pena...⁴

Ao desencanto da paisagem citadina irão se somar as desventuras vividas nesta temporada no sertão. Ao encontrar o irmão Pedro, este logo aludia ao esquecimento “da nossa gente” provocado pelos “divertimentos”, “prazeres”, “distrações” e “passeios” da capital na qual Paulo vivia há doze anos intercalados por um estágio na Europa onde se dedicara à formação em belas artes como escultor. Ao se deparar com um coronel da região, o Tavares, apresentado como “influência política da nossa terra”, mais uma vez os prazeres da capital são aludidos, revelando os sonhos do sertão com a vida no litoral. Eugênia, mulher de Pedro, estudara na Capital e aludia a sua condição rotineira de uma “uma vida triste”, ao passo que Paulo estaria “sempre nas capitais, viajando, bons hotéis, bons teatros, bons museus, bailes, festas, jantares...”⁵.

Paulo começava a duvidar sobre o “remédio” aplicado às suas angústias. No passeio pela cidadezinha, confirmara as primeiras impressões:

Possuíam as ruas nomes novos... eram agora datas nacionais e nomes de presidentes da República, de generais... o Amparo, que nada tinha para sua memória de menino, senão as saudosas Rua da Matriz, do Rosário, da Lapa, do Mercado, possuía agora as inexpressivas 15 de Novembro, Marechal Floriano, 24 de Fevereiro, Marechal Deodoro... como todas as vilas do Brasil, uniformemente, banais... O que havia de novo era lastimável... uns casarões pesados e ridículos que seriam a Intendência, a Cadeia, o Quartel...⁶

A situação política, assim figurada pelas ressignificações do espaço público da pequena cidade, começa a ser explicitada quando Paulo encontra um amigo de outrora, Maurício de Brito. Este põe a conversa em dia e conta que passaram os anos de infância:

— Já se foram esses tempos. Veio a vida dura e triste... Empreguei-me como escrivão da coletoria... trabalhava com zelo, tinha tudo em dia e em ordem... mas a política apareceu, fui botado fora, quando menos podia, pois já era casado e com três filhos... Seu irmão foi dos que mais me perseguiram... Armaram-se um processo administrativo... não deixaram defender-me e fui posto no olho da rua, depois de seis anos de bons trabalhos, sem um dia de falta ou menos irregularidade. Andei por aí, de déu em déu, até que me fiz mestre de música, quando fundaram a Filarmônica da Euterpe... Faço a escrita de duas casas comerciais... Vai-se vivendo com dificuldade. Maldita política⁷.

³ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 115.

⁴ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 116-117.

⁵ Cf. PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 119-120.

⁶ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 121.

⁷ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 122.

O relato de Maurício associaria à precariedade urbana a decadência política que assolava o local: “_ Você não imagina... Todo este povo que vê está dividido, dos maiores aos miúdos... de um ou de outro lado... e falam uns dos outros, escrevem pasquins e cartas anônimas, difamam as famílias, inventam calúnias, agridem-se...”⁸. Mesmo que Paulo não se empenhasse em participar de tais querelas, Maurício lhe prevenira que, neste caso, só restaria o isolamento, todos seriam contra ele na terra em que “quem não é por nós, é contra nós”.

As histórias sobre antigos conhecidos se desdobravam em casos de assassinatos, bandalheiras, cavações, enriquecimentos ilícitos e infâncias conduzidas à criminalidade. As eleições, por seu turno, seriam “uma indecência...”, conforme relato de Maurício:

[...] a princípio ainda havia alistamento, convocação, mesários. Deixavam a gente votar e depois apareciam umas apurações fantásticas de dois, três mil votos aos candidatos da chapa. O Alcântara [secretário da Intendência] tinha o cinismo de dizer que se a eleição era livre, a apuração também havia de ser... Mas agora nem isto. Sabemos das eleições pelo resultado que vem escrito nos jornais da Capital: e os eleitores vão aumentando, ao passo que acabam as eleições. Na última, o município deu quatro mil e seiscentos votos ao Governo; agora deve andar por uns cinco mil. Uma sem-vergonhice meu amigo, um descaramento... E como recompensa, está o Senado estadual...⁹.

O encontro dos amigos se desfaz assim que chegam próximos à casa de Pedro, agora inimigo político de Maurício. O narrador conta a reflexão de Paulo sobre essa realidade provinciana:

Que importa houvesse lá fora luta tremenda e civilizadora, pela conquista do Direito, pela posse do Progresso, pela cultura da Arte?... Ali no Amparo, em todos os outros Amparos de que o Brasil está cheio, a preocupação absorvente, única, exclusiva, seriam as pequeninas rivalidades locais, envenenadas e violentas que, se não terminavam no sangue, viviam do doesto e produziam essa imensa ruína¹⁰.

Ao chegar à casa do irmão, era justamente o Alcântara, agora senador, que o aguardava na sala. Após cumprimentos protocolares, “inclusive aludindo à honra da República e da Democracia”, o visitante revelava seus motivos: filiar o recém-chegado na Filarmônica 28 de Setembro, como Maurício previra. Embora Paulo assistisse a tudo isso com um pouco de humor, a desilusão não poderia deixar de se fazer patente. Afinal, estava ali para encontrar a “verdade interior” em seu sentido mais largo. E o que vira fora essa “vida do Amparo”. A visita do Senador e seus pares era apenas o lado “cômico e grotesco”:

Desgraçadamente era apenas o avesso do outro, trágico e repulsivo. Justiça corrompida e explorada; viúvas e órgãos deserdados por contas fictícias e hipotecas falsas; arbitrariedades, violências, crimes e impunidade resultante das culpas não formadas, dos despronunciamentos escandalosos ou absolvição dos juízes venais; rendas públicas fraudadas, administração parasitária dos apaniguados, o povo sem instrução, nem conforto, ou segurança... e a assistir a tudo isto, a Lei, vigilante, pela polícia, pela política, protegendo o interesse de muitos e mantendo a covardia de todos¹¹.

⁸ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 123.

⁹ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 123-124.

¹⁰ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 124-125.

¹¹ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 128.

A viagem de Paulo estava, na verdade, lhe aguçando as tristezas e desmazelos. O irmão Pedro, ao saber das conversas com o rival Maurício, sentira-se traído e confessara que “dez ou doze amigos me vieram censurar o seu procedimento e alguns até a mim próprio, porque consentia uma indecência daquela ordem”¹². Assim, a cidade do interior, o sertão ou algo que o valha, era pura decadência. Se ali havia algum caráter a ser revelado estava já decididamente corrompido pelos próprios homens que o habitavam e, dessa vez, era mesmo a moderna política republicana que operava como catalisadora do atraso.

A busca, porém, não chegara ao fim. Ainda mais longe da capital nacional, para além da pequena Amparo, no isolamento do “Barro Branco”, sítio de propriedade de sua família, Paulo iria ter o remédio que ansiava. No local, morava apenas a família de caseiros que tinham uma filha, Luísa, amor de infância de Paulo e agora contando com dois filhos. Ela será a confidente do protagonista e lhe escutará todas as reclamações e angústias que trazia do Rio de Janeiro. Luísa, a outra esfinge, desiludida outrora pelo jovem amante, lhe revelava agora o valor do perdão a que ele deveria se submeter em relação àquela que o abandonara. Com o passar dos meses, Paulo de Andrade “esquecera o Amparo e o Rio...”, conseguira sarar “males do passados e cobrar energias sãs para tornar viver”¹³. Poderia voltar. O sertão redentor, por assim dizer, torna-se um isolamento quase completo, numa vida em que memória e presente se confundem, fora de qualquer registro público ou histórico, portanto, fora do tempo e do espaço. O “sertão real”, a cidade de interior, o vilarejo interiorano, a vida pública dos “Amparos de que o Brasil está cheio” não trazia nenhuma verdade redentora.

O romance *A Esfinge* tivera ótima recepção e ganhara seguidas reedições. Osório Duque Estrada elogiara tanto o livro que se viu obrigado, em crítica subsequente, a pontuar que não se tratava de “obra perfeita”¹⁴. Estrada destacava no livro a abordagem da “fina psicologia de alguns residentes de Petrópolis”. O crítico considerara toda a terceira parte como um “detalhe insignificante” sendo, portanto, desnecessária a descrição da “excursão de Paulo a Amparo e Barro Branco”¹⁵. O autor não conta as razões de tal impertinência. Pelos elogios escolhidos, nota-se que Estrada preferia o tratamento irônico e sarcástico de certas veleidades da elite carioca às considerações críticas sobre a história e a realidade das regiões interioranas brasileiras. Afinal, *A Esfinge* é uma obra marcada por passagens sobre bailes, salões, negociatas políticas feitas à mesa do baralho, adultérios, práticas de aborto, cirurgias de esterilização feminina, descrições dos prazeres das classes mais altas do país, considerações sobre o caráter da mulher como mãe, amante, trabalhadora e religiosa, sobre o casamento e o divórcio em que

¹² PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 130.

¹³ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 156.

¹⁴ ESTRADA, Osório D. Ainda Esfinge, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1911, p 1.

¹⁵ ESTRADA, Osório D. A esfinge. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1911, p 2.

a reflexão moral era a que mais se fazia sentir. Um dos personagens, o poeta Luís Macedo, a propósito do divórcio, faz considerações que dão uma impressão acerca do universo da trama:

— O casamento, o adultério, com ou sem divórcio, passam de moda... já não há poesia do recato e da novidade, que dava a ilusão do amor... Este só encontra hoje, talvez, entre as mundanas. De fato, a imoralidade anda agora principalmente com a gente fina... vive nos salões. Na rua, no corso, nos teatros, as *cocotes* têm ar honesto, falam bem, com timidez, discrição, e até aparentam acreditar no amor... pelo menos praticam publicamente a virtude... Nas praças, nos jardins, nos carros, nas festas, são simples e honestas burguesas... Nos salões, entretanto, a boa gente aperta-se, declara-se, namora, beija-se e, se não faz mais, é simplesmente por uma questão de mobiliário¹⁶.

Esta foi a característica que, com o tempo, mais se procurou criticar na produção literária de Peixoto e que foi lhe foi associada de maneira implacável. O livro trazia as duas coisas contrapostas entre si, explorando o contraste entre o sertão e o litoral. Este caráter litoral/sertão da obra de Afrânio Peixoto pode ser percebido nas apreciações que Lima Barreto fez do escritor baiano. Devido ao caráter mundano e do trânsito que Afrânio Peixoto tinha nos meios elitistas da sociedade brasileira, Lima chamava-o de “visconde Afrânio Peixoto”, especialista tanto em História das Religiões, quanto em modas e chapéus¹⁷. O escritor falava que apenas com um professor de boas maneiras, um “matuto” poderia “imiscuir-se na sociedade que tem para romancista o psiquiatra Afrânio”¹⁸. O próprio Lima Barreto, porém, destacara como o “interessante Afrânio” dissera “diante de estrangeiros, na sua recepção na Academia, um punhado de verdades amargas sobre a diligência de Canudos”. Assim como o sertão, seja ele o que for, precisava deixar de ser idealizado, a cultura da elite litorânea tinha a sua vida superficial ainda mais escancarada quando oposta àquilo que então se chamava de “Brasil real”. Neste sentido, o interesse pelo romance de *A Esfinge* é de ele estar no início de um período em que tal verificação se tornará cada vez mais recorrente e passará a ser um dos critérios para se definir o valor e o caráter nacional de uma produção intelectual qualquer.

Domínios da ação, da volúpia e da síntese

Um dos autores que mais expressa a cisão entre sertão-litoral no interior da cultura intelectual brasileira é Monteiro Lobato. Na primeira vez que abordou uma de suas obras, *Problema Vital*, Tristão de Athayde considerou o autor de *Urupês* como o “Savonarola de nossa desnacionalização, de nossa incúria, de nossa ilusão”¹⁹. O livro era uma reunião de artigos publicados no *O Estado de São Paulo* onde os institutos Manguinhos e Butantã eram vistos como “oásis salvadores nesse deserto de indiferença, ninhos onde começam de armar-se novos

¹⁶ PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976, p. 59.

¹⁷ BARRETO, Lima. Chapéus, etc. *Vida Urbana*. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2171 p. 112.

¹⁸ BARRETO, Lima. Os nossos jornais. *Vida Urbana*, p. 4.

¹⁹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1919, p. 9.

cruzados do saneamento”. Parafraseando Lobato, o crítico notava que:

O quadro das grandes endemias nacionais não se esgota com a ancilostomíase, o impaludismo, o mal de Chagas, parcas do nosso destino. Esses males físicos são função de males morais que podem ser reduzidos em três grandes classes – o bacharelismo, o burocratismo, o literatismo²⁰.

Dessa forma, o quadro da cultura intelectual é traçado segundo uma patologia, diagnosticando-se o “problema vital” do país. A crítica ao bacharelismo, já desde a obra de Alberto Torres²¹ e Lima Barreto²², era algo recorrente. Com Lobato, porém, a coisa ganhava um caráter de doença, como o bovarismo de Gaultier, inclusive com denúncias à “literatura”:

O bacharelismo ataca a mocidade por volta dos quinze anos. Contraída a seção, começa a corroer as fibras da vontade, da iniciativa, do realismo nacional e predis põe o organismo para o mal burocrático. O burocratismo, encontrando terreno propício, sutilmente corrompe o sangue ainda são da vítima e definitivamente a aparta das profissões independentes e produtivas. E por trinta e cinco anos vegeta o indivíduo, de casaquinho amarelo, entre o último bonde do “ponto” aberto e as quatro horas libertadoras. Toma-lhe as horas do dia a minuciosa redação de vagos ofícios. Vive de intriguinhas e cotoveladas nas promoções. Casa, tem dois filhos verdes, joga no bicho e morre com os olhos pregados no ideal – a aposentação. O micróbio do burocratismo é precursor do literatismo. Nas horas ociosas entre os raros ofícios do dia, a mesa deserta convida aos sonhos literários. E o doente começa a deitar poesias. Nesses óvulos se oculta a ninfa da moléstia que, pelos ouvidos e pelos olhos, contamina toda a secretaria. Nos cafês, nas escolas, nas repartições e nos salões se consuma a ruína de vinte milhões de opilados, de amarelados, de papudos, que vagueiam pelo nosso interior²³.

O crítico aponta a educação como causa principal desta situação devido à formação por demais “teórica”, “viciada”, “pouco severa”, incapaz de “dar ao indivíduo a qualidade máxima: o caráter”. A relação entre sertão e litoral aparece caracterizada:

Monteiro Lobato estuda, nesses artigos de combate, as duas faces do problema higiênico, concluindo pela procedência do saneamento físico. Todavia, não está entre nós o mal disseminado por igual. Temos o sertão contaminado fisicamente. Temos o litoral contaminado moralmente. É o litoral que explora e domina o sertão. Logo é mais urgente atender à causa do que ao efeito, que cessará com ela. Nada impede, porém, e antes é desejável, que simultaneamente se enfrentem as duas faces do problema.

Poucos meses depois, Lobato voltava a ser assunto da crítica de Tristão de Athayde, dessa vez com os livros *Ideias de Jeca Tatu* e *Cidades Mortas*. Segundo o crítico, enquanto artista, Lobato seria um criador, mas, na crítica, estaria antes ao lado dos demolidores²⁴, devido

²⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1919, p. 9.

²¹ Em 1911, iria ser criada a Faculdade de Medicina de Minas Gerais. Alberto Torres publicou um artigo, sob o sugestivo título “Mais doutores”, criticando a iniciativa. Cf. TORRES. Apud. PIRES, Aurélio. *Faculdade de Medicina de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1927, p. 88-91.

²² Especialmente na obra *Os Bruzundangas*, Lima Barreto fala da cultura superficial e de imitações acríicas de parte da intelectualidade da utópica República. O autor enumera uma certa hierarquia de doutores segundo as gemas dos anéis de bacharel: Médicos (Esmeralda); Advogados (Rubi); Engenheiros (Safira); Engenheiros militares (Turquesa); Engenheiros geógrafos (Safira e certos sinais no arco do anel); farmacêutico (Topázio); Dentista (Granada). Cf. BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16833, p. 20.

²³ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1919, p. 9.

²⁴ O volume *Ideias de Jeca Tatu* trazia o artigo “Paranoia ou Mistificação?” que Lobato escrevera a propósito da

a sua falta de “calma para analisar e serenidade para concluir”²⁵. Se o Jeca aparecia revisto, considerado desta feita não mais como um “acanhado”, “indolente” e “fatalista”, mas segundo “ideias ardentes, convictas e agressivas”, as *Ideias de Jeca Tatu* eram, porém, “menos um apoio aos desiludidos que uma sátira, direta e implacável, contra os males de uma civilização apressada que se descaracteriza”. Tal condição era vista por Lobato como um atraso, pois, àquela altura “já deveríamos ter uma personalidade nacional inconfundível”. O crítico, porém, considerava a exigência “forçada”:

Nação de território imenso e geralmente hostil, com quatrocentos anos de existência e cem de independência, solo em que se caldeiam as raças mais opostas, país lançado prematuramente no jogo das nações e ligado, por força das circunstâncias, aos maiores acontecimentos mundiais, forçado portanto, a um crescimento precoce, só seria de espantar que fosse homogêneo e metódico o seu desenvolvimento. O nosso descaráter de hoje é a mais perfeita expressão de uma nacionalidade solicitada pela civilização, quando ainda se debate com a barbaria.

O tema do “desequilíbrio” nacional era recorrente e mesmo a escrita de um autor poderia ser identificada com tal caráter (ou “descaráter”) do povo. Comentando o estilo de Lobato, o crítico considerava como “novo [...] lidimamente brasileiro, tem o viço e o desconcerto da terra”, “vibrante, expressivo nas comparações vegetais, independente, cria neologismos, inventa construções inéditas, e para ideias novas aplica termos novos”. Porém, não se poderia condenar simplesmente o cosmopolitismo das maiores cidades, uma vez que:

[...] não há esse país em que os grandes centros não tenham um caráter mais ou menos cosmopolita. A civilização material criou uma semelhança bem sensível entre todas as capitais. É sempre o interior dos países, no campo e nas pequenas cidades, que se guarda o verdadeiro feitio nacional. [...] não se pode exigir de uma terra e de um povo em nossas condições, um caráter claramente definido. [...] assim como se não pode culpar o sertanejo pelo seu atraso científico ou intelectual, não se deve acusar, sem remissão, o cidadão pela sua despersonalidade. O sertanejo ainda vive banzando, sem iniciativa viva nem saúde, por culpa do urbanismo de nossos governos e da criminosa indiferença das classes chamadas superiores. Estas não guardam nem criam uma feição nacional característica, porque se viram solicitadas, inclusive pelos sentimentos atávicos, por civilizações estranhas e sedutoras, antes que adquirissem a consciência do seu ser moral. Tanto o sertanejo como o cidadão não podem, sem grandes atenuantes, ser responsabilizados por esses males.

Impunha-se, porém, a ação do homem para “apressar tal transformação”. O crítico vê a oportunidade de se formar um “movimento de opinião” que possa, enfim, atingir os objetivos

exposição de Anita Malfati, em 1917, criticando-a fortemente. Ao analisar o volume, o crítico não fizera qualquer referência direta a tais críticas, apenas considerando que “reuniu o autor, em volume, vários escritos publicados em diários e gazetas, sobre crítica de arte, crítica social e crítica literária. Ocupa-se com várias questões de estilo nacional, de educação artística, das novas correntes estéticas, estuda com inteligência e gosto a obra de Pedro Américo e de Almeida Júnior, escreve crônicas agudas sobre os costumes cosmopolitas contemporâneos, e publica páginas fortes sobre Roquette Pinto, J A Nogueira, ou sobre o Saci Pererê e o inquérito aberto pelo ‘Estadinho’. Se, como artista, é o sr Monteiro Lobato um criador, como crítico é um demolidor”. Cf. LOBATO, Monteiro. Paranoia ou mistificação? In: BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro*. Antecedentes da Semana de Arte moderna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971; ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1919, p. 9.

²⁵ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1920, p. 8.

almejados. A obra de Monteiro Lobato corroboraria com tal movimento:

[...] revela-se o sr Monteiro Lobato um crítico impiedoso e demolidor, para com os males de nossa descaracterização, sensível e carinhoso para com tudo aquilo que concorra para a nossa emancipação intelectual e artística. O livro [*Ideias do Jeca Tatu*] é desconexo e imoderado, perfeitamente expressivo do espírito tumultuoso e combativo do autor. É este um destruidor, que saberá reconstruir, pois lhe sobre talento, quando alcançar a serenidade. Hoje, mesmo em sua obra de arte, é um criador mas não um construtor. Sente-se-lhe ainda nas ideias e nas sensações em ebulição incompatível com o trabalho pausado e a cultura²⁶.

Na produção ficcional de Lobato exemplificada no livro *Cidades Mortas*, Tristão de Athayde via a expressão da “figura de mais acentuado caráter da nova geração intelectual. Dotado de uma incomparável visão de observador, com grande pitoresco de expressão e excepcional talento de narrador, tem o estofado de um admirável romancista”. O crítico traça-lhe o perfil:

Tem, como critério de arte, a verdade. Foge da beleza procurada. Não lhe interessam os dramas interiores nem as dissecções da psicologia. Arte, para ele, é a expressão intensa do meio e das paixões. É um naturalista, sem que lhe degenere o naturalismo em obsessão do pormenor. Sabe ver com uma vivacidade singular, e transporta para a sua obra toda a palpitação de uma realidade vibrante. Paisagem, costumes e ação resumem a sua arte. Expressão e movimento talvez lhe sejam os mais distintos caracteres, sem esquecer o pitoresco e a comoção. Como descritivo, chega muitas vezes à caricatura, de que talvez abuse. Sabe forçar a realidade para gravá-la. É um pessimista, ou antes, um realista, de sensibilidade muito aguda e tumultuosa. Vê os homens como são, sem se iludir, ou melhor, com as ilusões mortas. [...] Esse realismo escrupuloso dos seus tipos despertou a reação dos sertanejos, em geral da cidade...

O crítico considera que não haveria em Lobato intenções de deprimir o interior, o sertão, mas de exprimí-lo. Sua severidade com o “homem da cidade” seria ainda mais aguda, visto que aos defeitos deste último se somariam a vaidade e a hipocrisia: “Monteiro Lobato copia a realidade: eis porque foi acusado de traí-la. Estamos tão habituados a ver os homens como queremos ver, que mal acreditamos em quem os vê como são”. Segundo o crítico, o melhor na obra *Urupês* era o seu estilo e aconselhava-o a realizar trabalho de maior fôlego:

Perde um pouco o livro [*Cidades Mortas*] pela falta de unidade. Porque se não lança o autor, afoitamente e com êxito seguro, no romance? Porque dispersa elementos tão preciosos? Porque não abandona de vez certo tom apaixonado e pessoal que altera a sua arte forte e objetiva? Toda arte, e mormente a arte realista, deve viver por si, com a mínima intervenção o autor. E na obra de ficção do próprio sr Monteiro Lobato é fácil verificar como as melhores páginas são as que tem vida autônoma.

Em carta a Tristão de Athayde, Lobato considerava que quando a crítica era “séria e meditativa” daria ensejo ao “ao criticado de pegar na pena, não para agradecer simplesmente, mas para abrir-se em confidências que deixem entrever os bastidores psicológicos do freguês”²⁷. O escritor, então, pedia ao crítico que tivesse paciência para ler suas considerações:

Cid. mortas é um livro gaveta de sapateiro onde meti coisas velhas, anteriores aos Urupês, é essa literatura que vem com o buço e as primeiras espinhas. Ideias do Jeca é uma escaramuça. Nenhum deles é nem pretende ser mais que isso. E [...] os três são oriundos do único sentimento que me anima a escrever: a indignação. Tenho

²⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1920, p. 8

²⁷ Carta de Monteiro Lobato a Alceu Amoroso Lima, 28-1-1920, acervo CAAL.

notado que é esse um dos grandes sentimentos criadores. No geral, porém, atrasam-na os homens deblaterando em grupinhos, para desabafo [...] esperneando numa mofina de seção-livre. Eu resolvi aproveitá-la de outro modo - renovando-a, sob a forma de artigos de jornais ou contos. Todos eles têm origem na indignação. Exemplos que me ocorrem: “Comprador de fazendas”. Eu morava na roça e certa vez hospedei durante uma semana um candidato à minha fazenda; ao cabo ele se foi, sem fechar negócio, confessando que há sete anos andava [...] em procura dessa fazenda para comprar. Mal partiu meditei sobre o caso e disse a minha mulher: quer ver que este patife me enganava? Mas deixa estar que me vingou. Casco-lhe um conto. E incontinentemente, a um fôlego, depressa, depressa a tempo de apanhar a saída num jornaleco de cidade vizinha que ele forçosamente leria, passei a minha indignação naquela história, mas errei. Antes de publicado o homem voltava e comprava-me a fazenda. “Velha Praga” e “Urupês”: a caipirada queimara-me grande extensão de matas certo ano; apliquei a justiça, apliquei o esforço pessoal; perseverando a indignação fiz aquelas [...] contra o jeca, que tanto popularizaram o mesmo. “Imposto único”, indignação contra um fiscal que brutalizou um pequeno em minha presença. “Ideia do Jeca”: indignação contra uma lombriça de asfalto que sob o nome de Freitas Valle caftiniza as artes e os artistas de S Paulo. “Pollice Verso”: indignação contra um médico que matou um meu amigo e extorquiu 10 contos ao espólio; “Espião alemão”: indignação contra um atitude imbecil de um certo jornal e duns tantos patrioteiros em face dos alemães do Brasil. E, assim por diante, tudo. [...] Calmamente não escrevo senão [...] postais. Por esse motivo não me tenho na conta de literato, não faço carreira disso, não aspiro à coisa nenhuma [...] academia etc. E também por esse motivo não me atiro ao romance que V. e outros têm sugerido. Como conseguir uma indignação que perdure durante 300 pgs.? A cólera criativa arrefeceria ao fim do 1º capítulo... Errei pondo a classificação de “Crítica” às “Ideias” [do Jeca]. Devia estar ali guerra [...] Como errei chamando contos às outras coisas, devia dizer picuntas²⁸.

Quando tratou de obras que criticavam abertamente a maneira como Lobato caracterizara a figura do jeca, o crítico usou argumentos expostos nessa carta:

Pensando talvez em favorecer ao sr Monteiro Lobato, fez-lhe Ruy Barbosa um mal inconsciente, pela publicidade que deu ao tipo do Jeca Tatu. Criara-o o autor de “Urupês”, em um momento de revolta contra os caipiras que lhe haviam atacado a fazenda e devastado as matas. Inspirava-o a “indignação” [...] e ainda a reação contra o sertanismo idílico de Alencar ou Bernardo Guimarães, e não cogitara de traçar um retrato, senão uma caricatura naturalmente forçada e injusta²⁹.

Após o discurso eleitoral de Rui, Lobato tornara-se o “homem do Jeca”, que virara personagem de teatro de revista e samba de carnaval³⁰. O crítico apontava que perspectivas otimistas acerca do homem interiorano, do sertanejo, estavam mais próximas das de Lobato do que se poderia imaginar. Acerca do volume *Jeca Tatu e Mané Chique-Chique*, do autor cearense Idelfonso Albano, Tristão de Athayde dizia que em ambos se poderia perceber o amor pela terra, o contato com sertanejo e a consciência de que ele é o cerne da nacionalidade. Afinal, em *Ideias de Jeca*

²⁸ Carta de Monteiro Lobato a Alceu Amoroso Lima, 28-1-1920, acervo CAAL.

²⁹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1920, p 2.

³⁰ O samba “Jeca Tatu”, feito em pergunta e resposta, tinha na primeira parte tais versos: “*Que vida penosa / Tem o conductô / a picotá / a picotá / Oh! Que luta danada / Fazendo sempre / Só madrugada*” que era respondido pelo coro: “*O seu Jeca fica firme / Boa vida é picotar / Meu amigo isto é da vida / Não se ponha a espernear*”. Cf. Carnaval. Blocos dos Teteias. Grande Festival no Politeama Méier, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1920, p. 8; Cf. Dia 1. JECA TATU, revista de Alfredo Breda e Romano Coutinho, música de Paulino Sacramento. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1919, p. 11.

tatu, diz-se que “O Brasil ainda é o caboclo”. Ambos autores teriam o “desejo de grandeza, fê de prosperidade futura. Apenas o estado de alma de encarar os fatos é distinto”³¹.

Segundo o raciocínio de Tristão de Athayde, visto o aparecimento de uma literatura de “defesa do sertanejo”, ao menos, “foi um dos bens da sátira esse despertar do interesse pelo caboclo deslembado ou romantizado”. Mesmo reconhecendo que as críticas feitas por Lobato eram “pesadas”, o crítico insistia na oportunidade de tal método, questionando-se retoricamente: “E o fim não foi então alcançado? Não decorrerá maior bem para o sertanejo, de uma pintura exagerada e pessimista, ao seu estado, do que uma descrição idílica de sua situação?” Assim, o livro *Urupês e o sertanejo brasileiro*, do escritor paranaense Leônidas de Loyola, apesar das críticas a Lobato, compartilharia com este último do mesmo “ardor patriótico”. A cisão sertão-litoral torna-se uma condição cada vez mais alarmada no país.

De maneira mais genérica, a questão marcava a busca pela unidade nacional. Tal problema seria um “assombro” da história nacional com várias causas:

A grandeza da terra, o isolamento das regiões, as divergências de caráter, de clima, de civilização, a variedade de culturas e de mercados, as aspirações centrífugas, a proximidade de vizinhos poderosos, ou fracos mas ávidos de crescer, a colonização deficiente e desequilibrada, tudo parecia conspirar contra uma unidade de pátria aparentemente tão desfavorecida pelas circunstâncias³².

Por outro lado, outros aspectos teriam auxiliado à manutenção da unidade:

Primeiramente a colonização espanhola das regiões limítrofes, em oposição à colonização portuguesa isolada no seio do continente. Em consequência desta, a língua peculiar e divergente, laço nacional por excelência, que favorece as aproximações e pode criar as indissolubilidades. E finalmente a centralização monárquica, política de admirável realismo, quaisquer que tenham sido os seus abusos ou desvios na prática.

Tais reflexões davam ensejo para se tratar da questão do território amazônico que, até então, teria cumprido um papel de “isolamento” na preservação estratégica da unidade do país. O território e as populações amazônicas, no decorrer da dos anos 1920, ganham notoriedade na cultura intelectual brasileira, desde as perspectivas estéticas aos estudos econômicos e políticos.

Nesses anos, relatava-se uma história que remontava aos finais do século XIX em que o território amazônico fora “o palco da mais prodigiosa tragédia, da mais aventurosa epopeia da nossa história”. A imigração para a região seria uma “cruzada de desbravamento” que se igualaria ou, ao menos, “empalideceria” os feitos do bandeirantismo paulista. Eram os “deserdados” descritos no livro de Carlos Vasconcelos. Tal história assumiria tonalidades trágicas em que os principais artífices ficariam relegados ao esquecimento, de modo que “mais triste é que ressaltam os mais ignóbeis, os exploradores, os ‘apuizeiros sociais’, quando os verdadeiros heróis da conquista, os anônimos ‘cearenses’, desaparecem no estonteamento do

³¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1920, p 2.

³² ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1921, p. 1.

‘inferno verde’. É a lei da injustiça imanente, da reversão absurda dos valores”³³.

O livro seria feito “em páginas ardentes, vigorosas, estonteantes, onde sangra uma realidade de inacreditável violência. O feito literário do Sr Carlos Vasconcelos é a brutalidade”. Seria uma produção que:

[...] não tem medida, não tem gosto, não tem sutilezas nem intensidade psicológica. Vê o mundo em seus aspectos mais violentos ou grosseiros, sem recuar perante os exageros de uma visão patética da existência. É um bárbaro, em literatura, com os defeitos e as qualidades de uma força deliberada ou inconscientemente anárquica.

Estará aí “o” romance da Amazônia da época. Não se tratava, porém, de um romance de fato, mas da descrição de episódios que formariam um “colar de contos”. O livro de Vasconcelos descreveria a situação dos seringueiros na Amazônia submetidos a uma dupla “escravidão”: da natureza e do homem. Um quadro seguindo o realismo tão reivindicado é exposto:

O seringal era o reduto infernal onde agonizava a seringueira aos golpes furibundos do seringueiro, acirrado em crises de desespero, e o estendal apavorante onde vinham cevar-se, nos crimes multiformes, os monstros da ganância e da fereza! Os máximos heroísmos ali se alternavam com as maiores vilanias. O esforço do braço cearense e a plethora da seiva no líber das seringueiras, eis os exclusivos fatores de toda heroicidade da estupenda cruzada contra a floresta infinda, no labirinto complexo do gigantesco rio letífero, cujo ambiente prende como o visgo e atrai como ímã! Transpunha-lhe os verdes umbrais saturados de esperança e cheios de vigor, para logo voltarem desalentados e semimortos, quando escapos à seriação imensa de perfídias e ciladas, adrede engendradas pelo homem e pelo ambiente: e, no entanto, a lição tremenda, longe de os fazerem arribar dali, espavoridos, os reconduzia, estoicos e contraditórios, à ‘praga’ parasitária, às provações exaustivantes, à famigeragem multifária dos cães ali vestidos de pele humana³⁴.

Aí se revelariam os aspectos materiais do desenvolvimento amazônico:

Tombados os grandes madeiros, ora mantidos pelas raízes adventícias, por essas sapopembas colossais, a bacia do Amazonas oferecerá infintos planos à atividade universal, com madeiras, palhas e fibras adequadas a todos os ramos da indústria; abarrotar-se-á de celulose, víveres e gado, com a extrema uberidade que a crosta de húmus natural assegura: e ao efeito de suas lendas mais formosas, esplenderá na grandeza eternal da Gama e da Glória³⁵.

Por outro lado, o agente de tal “epopeia amazônica”, o “miserável cearense”, era visto como:

Esquálido, falho de capitais e de forças, e só abroquelado no poder da vontade criadora, o deserddado êxul das soalheiras do Ceará expugnara numa procissão integral os labirintos do Rio Mar e legara à terra ferace um gigante na ação, na perseverança e no patriotismo, seu filho másculo continuador de sua obra, suprabrasileira, que, na Região das Águas, agora entra a espasmar o mundo³⁶.

A obra tinha um valor que, na opinião do crítico, “muito maior seria se ao autor não faltasse intensidade psicológica e uma técnica mais apurada”. O mais relevante, porém, era a sua pertinência “neste momento, em que do extremo Norte e do Alto Acre nos chegam as mais desoladoras notícias de miséria, de desamparo e até, Santo Deus, de fome, assume o livro forte,

³³ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1921, p. 1.

³⁴ VASCONCELOS Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1921, p. 1.

³⁵ VASCONCELOS Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1921, p. 1.

³⁶ VASCONCELOS Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1921, p. 1.

vibrante e doloroso do Sr Carlos Vasconcelos a mais sombria das feições”³⁷.

Assim, produções como as de Carlos Vasconcelos e Monteiro Lobato tinham dentre seus focos principais a denúncia acerca das condições inóspitas vividas pelas populações interioranas, seja no Amazonas, seja no interior paulista. Estas últimas tinham se tornado verdadeiro mote literário. Lima Barreto via como “uma das manias mais curiosas da nossa mentalidade” o “caboclismo”. E, no caso, o escritor criticava o “general Rondon” que “nunca venceu batalhas, e não as vencerá, porque o seu talento é telegráfico. Não há general como ele para estender linhas de telégrafo; mas não há também general como ele, para catequizar caboclos”³⁸. Daí Barreto admirar a obra de Monteiro Lobato, pois este não teria procurado “simbolizar em Jeca-Tatu, nem o sertanejo, nem coisa alguma”:

Ele não tem pretensões simbolistas, como nunca tiveram os grandes mestres da literatura. Tais pretensões são cabíveis nos transcendentes autores que ninguém lê. Ao que me parece, pois só epistolarmente conheço o autor do Urupês, o Sr. Lobato viveu ou nasceu na região a que chamam “norte paulista”, o vale da parte de São Paulo do Paraíba do Sul. É ela que ele descreve com tanta ternura e emoção contida nos seus livros de ficção. Ele viu a sua decadência; ele lembra seu esplendor passado. Certamente, quando menino, brincou lá com aqueles Jecas; e é a sua saudade, é a sua simpatia, é a sua mágoa por não vê-los prósperos, que fez pintá-los como pintou. Isto está a ver-se nas suas Cidades Mortas, livro seu, talvez mais curioso que o famoso Urupês, que tanto escandalizou o patriotismo indígena³⁹.

A produção de Barreto, se não tinha na cisão sertão-litoral o cerne de suas preocupações, abrigava, em suas idealizações, a finalidade de superar a divisão entre os homens:

Fazendo-nos assim tudo compreender; entrando no segredo das vidas e das coisas, a Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos; e, por aí, nós nos chegaremos a amar mais perfeitamente na superfície do planeta que rola pelos espaços sem fim. O Amor sabe governar com sabedoria e acerto, e não é à toa que Dante diz que ele move o Céu e a alta Estrela⁴⁰.

Sua obra, assim, procuraria agir sobre os seus leitores, despertando-lhes o “sentimento de solidariedade”. Na visão de Tristão de Athayde, Lima Barreto faria parte de uma tradição de “tendência socialista, antianarquista, mas libertária”⁴¹ que estaria se avolumando no interior da cultura intelectual brasileira. Segundo o crítico:

Literariamente, essa tendência trabalhista implica maior simplicidade de estilo, menos rebuscado de sentimentos, generosidade e desejo de justiça. A hierarquia intelectual e moral perdurará, porque é eterna, mas o pensamento será mais humano, a expressão mais simples. Inspirada pela terra e apiedada pelo homem, a nossa literatura de amanhã viverá num largo sopro de naturalidade.

Lima Barreto foi objeto da primeira crítica lançada por Tristão de Athayde em *O Jornal*, na qual

³⁷ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1921, p. 1.

³⁸ BARRETO, Lima. O nosso caboclismo. *Marginália*, p. 24.

³⁹ BARRETO, Lima. A obra do criador de Jeca-Tatu. *Marginália*, p. 61.

⁴⁰ BARRETO, Lima. Impressões de leitura. O destino da literatura. *Marginália*, p. 41.

⁴¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1919, p. 11.

abordara o livro *Vida e Morte de M J Gonzaga de Sá*. Aí ele comentava o fato de se evolar de suas produções “um grande desencanto de viver. Vencido na vida, inadaptável, comunica à sua literatura um acre perfume de tédio e amargor. Sua obra é uma galeria de caricaturas sociais, magistralmente traçadas⁴²”. Ele seria, mais do que um céptico revoltado ou ironista, um caricaturista. Um humorismo diverso do de Machado de Assis, pois em Lima Barreto “a revolta contra os males sociais rompe amiúde o verniz da ironia. Ainda não alcançou a impassibilidade do *humour*. Lá chegará, se vencer o tédio de viver”. Além disso:

[...] humorista, caricaturista, com uma visão dolorosa dos males ridículos sociais, temperada pelo pudor de sofrer. Lima Barreto procura esquecer o cotidiano – *vinum laetificat cor hominis* [o vinho alegra o coração dos homens]. O desconcerto de sua obra resente-se da boemia de seu viver. Contudo é o mais humano de nossos romancistas, o de mais vasta mirada. Criou tipos imperecíveis e perpetuou os nossos meios urbanos de mais caráter: a imprensa, a política, a repartição – fixando a paisagem familiar do Rio. Que o mal de viver não emudeça esse raro e doloroso artista, que conhece o segredo da arte literária – escrever nas entrelinhas.

O autor agradecera as palavras do crítico novato, enviando-lhe um cartão com as seguintes palavras: “ao [...] Tristão de Athayde, cumprimenta Lima Barreto e agradece a crítica que sobre o livro dele, teve o sr. a bondade de fazer no ‘Jornal’”⁴³.

Por ocasião do falecimento do escritor, o crítico fizera considerações sobre a obra completa do autor. Desta feita, ele lembrara a consciência social de Barreto, destacando a influência dos romancistas russos e, além disso, reformulando os juízos sobre o tipo do seu humorismo, agora percebido como ligado à “verdade”:

O humorismo satírico de Lima Barreto é uma função desse signo da verdade, sob o qual nasceu literariamente. E por esse caráter se liga, no que lhe toca, a essa grande corrente do cômico universal, que vai de Aristófanos a Charles Chaplin. Interrogado este último sobre o meio que emprega para despertar nos homens de todas as classes e todas as inteligências o mesmo riso irresistível e indelével, respondeu que se limita a dizer as verdades mais corriqueiras, embora menos previstas: *It is telling them plain truth of things... I make them conscientious of life*⁴⁴.

Na visão do crítico, que tecera apreciações sobre cada um dos romances do autor, a obra de Lima Barreto ficaria como marco do “romance social” brasileiro:

Seus livros não de ficar, porque contêm um grande sopro de humanidade, no qual se não de reconhecer, através dos tempos, todos os que sentiram o peso da contradição fundamental da vida. E se concorrerem para apagar um pouco do nosso egoísmo, com a visão de tanta maldade e de tanta dor humilde, terão realizado o sonho de sua vida de desabusado que nascera para burguês.

Tristão de Athayde notara, ainda, o aspecto central da capital nacional em sua obra que “pôde perpetuar, pelo amor com que as amou, essas paisagens familiares do nosso Rio, que compreendeu naquilo que possuem de bem nosso, debaixo do verniz de metequismo de todas as grandes capitais”. A literatura que buscava ver “debaixo do verniz” traria consigo as questões

⁴² ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919, p. 11.

⁴³ Carta de Lima Barreto a Tristão de Athayde, sem data, acervo CAAL.

⁴⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1922, p. 1.

sociais e políticas que afligiam a sociedade em geral, assim como as paragens urbanas que eram desconhecidas pelos próprios habitantes das cidades. Aí estariam inclusas as produções do escritor anarquista Afonso Schmidt, especialmente a reunião de contos intitulada *Brutalidade*, na visão do crítico, “um livro de revoltado [...] um livro que os catalogadores classificariam talvez de ‘literatura social’; mas não é um livro de proselitismo vulgar, em que o amor da tese leva à falsificação consciente da verdade”⁴⁵. Segundo a apreciação, “o drama deste livro é justamente a visão constante da beleza em meio da vulgaridade, da serenidade em plena luta, do céu enfarinhado de estrelas na noite lóbrega e imunda do calabouço”. Assim, recomendava-se francamente a obra do “libertário” que “mais fará sem dúvida, pela nossa piedade humana, que todo um tratado de materialismo histórico...”.

Os olhares por “debaixo do verniz” das cidades trariam muito mais do que engajamentos em causas sociais. Uma obra que se situava no limite entre a literatura realista do litoral e a “literatura” que parecia ter maior compromisso com a venda de livros, era a de Paulo Barreto (João do Rio). Tristão de Athayde considerava sua produção como a “mais expressiva do nosso desequilíbrio social e mental”, pois “nela se encontram os caracteres mais opostos de civilização e empirismo”⁴⁶. Afinal, “pelo amor ao rutilante, ao colorido, ao superficial, mostra o que tem de rudimentar. Pela sutileza do pensamento, pela fertilidade da imaginação, pela vibração do estilo revela um alto grau de civilização”. Seu estilo teria algo da maneira dos pintores da escola *pointillistes*, do pós-impressionismo francês, uma literatura marcada por “pincladas leves e múltiplas, de cores vivas e várias, como se um punhado de confete houvesse atingido a tela” e, por isso, seria mais profícuo no conto e na crônica. João do Rio mostraria como nem sempre a verdade é verossímil e isso se consolidaria em uma busca pela “originalidade a todo transe. Procura impressionar pela escolha de assuntos raros termos inéditos, comparações extravagantes, teorias paradoxais. Se todos que escrevem para ser publicados pensam no público, no Sr João do Rio ainda é o fato mais patente”.

A literatura de João do Rio traria uma gama de “tarados, paradoxais, viciosos, neurastênicos, requintados, perversos” e seria caracterizada pela:

[...] repulsa ou desdém pelo natural, desde a escolha dos assuntos até à maneira de os tratar. Sua imaginação oriental ignora o sentimento da verdade e da proporção. Não é para ele a arte uma expressão sensível da relação entre os fenômenos e os temperamentos. É uma literatura de ilimitado subjetivismo. Os limites da expressão são os do próprio temperamento. Se é certo que usa da maior liberdade, não cai na licença conservando-se nas lindes da compreensão, senão nos da sensação vulgar.

Dessa forma, produziria uma arte “nevrótica”:

[...] tudo é desproporcionado. O vício abjeto, o luxo refinado, a ignorância boçal, a inteligência anárquica. O amor é um uivo dos sentidos, ou sacrifício atroz. A própria

⁴⁵ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1922, p. 1.

⁴⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1919, p. 6.

virtude é agressiva. Não duvido da sinceridade de uma tal visão de mundo. Apenas deve existir um desequilíbrio no foco dessa visão, que deforma a realidade, dramatizando-a. Para o Sr João do Rio, não parece haver sentimentos médios, inteligências parcas, costumes burgueses, vida tranquila, virtudes desinteressantes, criaturas incolores⁴⁷.

João do Rio cultivaria, ao mesmo tempo, o “trágico e o frívolo”, uma arte dos opostos que, por tal condição, “não sendo moralmente inócua, ao menos em aparência, pode exercer literariamente uma ação favorável, pela ousadia de seus processos e ideias. Em arte é preferível a própria incoerência dos mais arrebatados ‘futuristas’ à paralisia dos conservadores impenitentes e gelados”. O autor, porém, não concordara totalmente com as apreciações:

Será verdadeira a sua teoria a meu respeito? Eu achei que não, posto que a respeitasse pelo que ela tinha de sincero e independente e de delicioso. Era e é desejo meu encontrá-lo e conversar. Há meses, porém, ainda não me foi possível esse prazer. Talvez da palestra surgisse a certeza de que o João do Rio não tem imaginação, não é artificial, não passa afinal de um cidadão com um mérito único: a observação⁴⁸.

Os livros mais vendidos apareciam esporadicamente na crítica literária de Tristão de Athayde, que tinha no silêncio uma forma de apreciação. Os comentários, porém, sobre quais obras tinham mais edições surgiam regularmente na crítica literária em geral. A esse respeito, não restaria dúvida, dentre os mais vendidos estavam os livros associados a algum tipo de pornografia ou sensualismo exacerbado. Daí as reflexões de Agripino Grieco:

Até quando abusarão da nossa paciência os escritores licenciosos? Pululam eles agora entre nós como vermes num pedaço de queijo podre e vivem a espalhar livros que, além de péssimas obras de arte, são péssimas ações morais. Faz vergonha a existência, no Brasil, de tantos rabiscadores que exploram a turbação sexual, a loucura e a fealdade, que propagam o gosto da desonra, da decadência e da morte de seu próximo, mostrando amar a baixaza alheia como outros amam o vinho e o jogo, possuídos de uma espécie de furor de deprimir os demais, para acanalhar todo o gênero humano. Para eles, não há hierarquia na escala zoológica e o homem, se é “un cochon qui sommeille”, está sempre pronto a despertar e grunhir. Só veem na sociedade de hoje uma debandada moral; só se preocupam com misérias de hospital ou de manicômio. Fazem da literatura uma escola de escândalo, um “club” de má-língua, e orgulham-se de ser os Houbigants do lixo, perfumistas paradoxais que engarrafam e rotulam água suja de toucador⁴⁹.

Os escritores de tais volumes fariam sucesso, seriam “lacaio da fama, preocupados unicamente com o quinto ou sexto milheiro, transformam a glória artística, que já foi uma espécie de livro de ouro da nobreza, em simples cadastro policial”. Dentre os autores assim considerados pelos críticos, o escritor Théo Filho figurava com destaque. Apontava Grieco:

Sua gente preferida são os temperamentos aberrativos, paradigmas de canalhice, loucos ou imbecis dados a idílios bestiais, sujeitos mal educados e bem vestidos, mulheres de lábios e cabelos pintados, jogadores de campista, gozadores de cocaína e morfina, políticos venais, banqueiros ladravazes, e da plebe o sr Théo apenas vê, nas tascas e outros lugares sórdidos, velhas devassas, carregadores e peixeiros, moleques que têm gestos obscenos de saguim irritado; sendo de notar o profundo desprezo com que ele, bairrista excitado, todo louvores para o bairro do Catete, fala

⁴⁷ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1919, p. 6.

⁴⁸ Carta de João do Rio a Tristão de Athayde, sem data, acervo CAAL.

⁴⁹ GRIECO, Agripino. Vida literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 out. 1923, p 1.

nos moradores do Meier⁵⁰.

Tristão de Athayde, por sua vez, destacava o naturalismo na obra de Théo Filho:

[...] apesar de inteiramente sobrepujado por todas as correntes literárias modernas, é só entre nós que o naturalismo continua a garantir o lucro de autores e editores, e ninguém ignora que na França o grande escândalo literário do dia é essa desinteressante e vulgar, embora bem feita, *La Garçonne*, livro friamente naturalista, cuja tiragem num semestre já excedeu os duzentos mil exemplares⁵¹.

Como se vê, a “fórmula do sucesso” estava bem difundida. O livro *La Garçonne*, de Victor Margueritte, além da fama pelo sucesso de tiragens, rendeu ao autor a expulsão da Legião da Honra francesa. No caso, seu advogado foi o próprio Anatole France que, para explicitar a injustiça, lembrava a censura imposta pelo governo de Napoleão III à obra *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert. Segundo apreciação de Adrien Delpech:

Na *Garçonne* ninguém se salva. Todos são odiosos e exclusivamente odiosos. Monique entrega-se ao noivo antes do casamento, só para se afirmar a si mesma que se acha acima dos preconceitos. Depois, sem a desculpa da paixão ou do simples desejo, entrega o corpo ao primeiro transeunte encontrado de noite na rua, e gaba-se dessa triste aventura perante os progenitores, dos quais a mãe é adúltera, e não passando o pai de negociante sem sombra de escrúpulos, ao ponto de fazer uma simples traficância o casamento da filha. O noivo vale o futuro sogro. Dos amantes com quem Monique procura o repouso, depois de ter viajado na ilha de Lesbos e em todos os paraísos artificiais, um, Régis, é uma espécie de fera, ciumento até o crime; o outro, Blanchet, um declamador sem originalidade⁵².

A frase final do livro, “não se pensa no esterco quando se respira uma flor”, não teria sido suficiente para salvar a moral da protagonista. *La garçonne*, porém, virou filme que rapidamente foi proibido em todo território francês. Em Buenos Aires, recolheu-se o livro, proibiu-se e depois se liberou as exhibições⁵³. No Brasil, a obra foi traduzida e anunciada como um “grande sucesso” e, apesar dos protestos junto à polícia, ganhou as salas do carioca Cine Palais, “tão apreciado pelas famílias”, segundo relatos da época, além de ter virado peça de teatro e feito a moda dos “cabelos à la garçonne”⁵⁴.

Segundo Tristão, a obra de Théo Filho, justamente por seu naturalismo, teria “a vantagem de mergulhar na realidade contemporânea de tomar da vida em sua dinâmica

⁵⁰ GRIECO, Agripino. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1924, p. 1.

⁵¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1923, p. 1.

⁵² DELPECH, Adrien. *La garçonne*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1923, p. 1.

⁵³ Cf. “*La garçonne*”, enfim, foi interdita no território francês, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 set. 1923, p. 11; Na Argentina. O sequestro da novela “*La Garçonne*”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1923, p. 5; Foi permitida a exibição de “*La Garçonne*”, em Buenos Aires, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1923, p. 15.

⁵⁴ Cf. *La Garçonne*, hoje à venda o 1º fascículo em português. GRANDE SUCESSO, *O Jornal*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 8 jul. 1923, p. 3; O protesto contra o filme saiu na seção de pedidos do jornal e, dentre outros reclamos contra a exibição da película, dizia “Moças brasileiras: afastai a vossa pureza e o vosso espírito da materialidade grosseira e bestial”. O protesto gerou a resposta dos órgãos policiais dizendo que não caberia censura policial, uma vez que o juiz da 3ª vara criminal havia liberado a exibição. Cf. A pedidos. Moralidade pela moral! *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1924, p. 6; *La Garçonne*, o filme condenado, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1924, p. 11; Apresentação no teatro à *La Garçonne*. Teatro Recreio, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1924, p. 11; Cabelos à *La Garçonne*. Máquina para cortar cabelos e navalhas para aparar os do pescoço. Casa Hermany. Rua Gonçalves Dias, 54. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1924, p. 3.

poderosa, sem receio de macular os arminhos da arte”⁵⁵. O autor editando livros seguidamente, construiria visões como a de um “espelho passivo”, faltando-lhe qualidades expressivas:

A verdade não pode ser um fim em arte, mas a matéria que serve à expressão pessoal. E essa verdade não será essa realidade cotidiana e aparente, mas qualquer coisa de mais vulgar, de mais sintético e deformado pela visão pessoal. A deformação é a conformação que supera a realidade para erguer a arte.

Assim, os livros de Théó Filho, no caso *Uma viagem movimentada* e *A grande felicidade*, seriam férteis na descrição de cenas, mas frágeis nas construções psicológicas:

O Sr Theo Filho, em suma, tem fantasia, facilidade de escrever, reproduzindo correntemente a realidade, capacidade de observação superficial dos aspectos mais cosmopolitas de nossa civilização de hoje. Faltou-lhe porém, a meu ver, capacidade psicológica, originalidade de expressão, força de sugestão, humanidade e individualidade. É um romancista copioso, e as grandes tiragens são sempre consoladoras...

Théo Filho fazia carreira como escritor abordando temas e situações que tinham repercussão no público. No livro *365 Dias de Boulevard*, o autor traçou suas impressões da cidade de Paris, objeto de desejo do imaginário brasileiro da época. O crítico, que àquela época já havia estado na capital francesa por quatro vezes, não deixa de fazer restrições à turnê do outro, apontando as dificuldades para tal tipo de literatura de viagem:

[...] lançou-se o autor no mais batido, no mais conhecido, no mais esgotado dos temas – Paris -. Outro obstáculo a vencer. Não sei quem possa hoje dizer coisas novas sobre Paris. Todos os seus aspectos já foram estudados e, no mais, é uma pretensão ingênua quereremos fazer psicologia em uma terra de psicólogos, que se têm observado e estudado com todo o lazer e amor. Enfim, pode ser que olhos de fora vejam o que foge aos da casa. Estão nesse caso os do sr Théó Filho⁵⁶.

Tristão de Athayde fala sobre seu conhecimento da cidade, recriminando o fato de Théó Filho não ter ido ao “Rive Gauche”, de ter visto “só o Boulevard” que seria o que “há de menos Paris em Paris. É como se fossemos julgar o Brasil pela Avenida Rio Branco. Dirá o autor que quis apenas salientar um aspecto de Paris. Mas porque foi justamente escolher o mais trivial, o mais impressivo, o mais secundário dos seus aspectos?”. Segundo o crítico:

O Boulevard vive do estrangeiro. A burguesia média, o pequeno ou o grande comércio trivial, os tipos equívocos, os teatros de escândalo, de dramalhão ou de êxito, os cafés cosmopolitas, as agências e escritórios de informações, os jornais vulgares, os homens de segunda ordem, tudo que há de internacional em Paris se fixou entre a Madeleine e o Porto Saint Martin, o centro desse mundo de uma vulgaridade desoladora ou de uma moralidade transparente é o memorável Café de la Paix. Ali se encontra a primeira água dessa gente duvidosa que de todos os continentes julga vir conhecer a grande capital instalando-se na “terrasse” célebre.

As caracterizações da capital vão se seguindo e, acerca da ida do autor ao bairro de Montmartre, o crítico comentava sobre as mudanças da geografia poética da cidade:

Não há dúvida que a “butte” ainda se gaba de ser o centro de uma elite de jovens reformadores em arte ou literatura. Mas, já no concurso de há anos para príncipe dos poetas, o candidato do Montmartre – George Fourest, o autor daquela imprevista e

⁵⁵ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1923, p. 1

⁵⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1919, p. 9.

deliciosa “Negresse Blonde”, foi batido por Paul Fort, que o “quartier latin” apoiava⁵⁷.

E, assim sucessivamente, ele ia pondo reparos às escolhas e juízos do autor. Este, por sua vez, considerava haver “dois Paris: o que trabalha e o que se diverte. Daí três camadas sociais: a dos ricos, a dos pobres, a dos miseráveis... O brasileiro que visita a Europa retira-se de Paris sem a conhecer completamente, porque fica desde o começo na primeira camada social”⁵⁸. Neste sentido, Théo Filho diz não haver “nada mais grotesco do que o turista brasileiro que passeia pela Cidade Luz” e conta a seguinte anedota:

O nacional desembarca em Paris na gare de São Lázaro, na de Leão, na de Montparnasse ou no Cais d’Orsay. Um cocheiro vai ao seu encontro com um carro e a respectiva alimária. “_ Onde vamos patrão? O brasileiro responde: _ A um hotel caro... O cocheiro sorri, adivinhando o rasta... _ Há milhares de hotéis caros sr príncipe. A qual deseja ir?... _ Ao mais caro, com todos os diabos!...”

Na visão do crítico, seus “quadros são uma fotografia ou um comentário da vida mais insignificante, mais destituída de inteligência, mais maçadora, mais desinteressante de Paris”⁵⁹. Tais quadros retratariam os “bas-fonds” entre artistas, casos envolvendo cançonetistas, camelôs, gorjetas, gabinetes de fumar ópio, restaurantes, cocheiros, aventuras campestres, cabarés, notas mundanas e *fait-divers*. Se tais apreciações não tinham ressonâncias positivas no viajado Tristão de Athayde, com Lima Barreto, a coisa era diferente:

Nunca, na verdade digo, viajei; mas desejava muito viajar, por isso tenho grande inveja do Théo Filho que leva a vida a viajar toda a hora e a todo o instante. Este Théo, sem vintém no bolso, leva daqui para Paris e de Paris para aqui. Não sei como ele consegue isto, pela razão muito simples que, às vezes, me vejo em sérias dificuldades para descer de Todos os Santos até o Campo de Santana. Théo não tem dessas angústias. Embarca num paquete e vai até à França. Nesse país, passa anos e escreve excelentes livros de viagem, como o *365 dias de Boulevard* e agora, *Uma viagem movimentada*⁶⁰.

De um modo geral, Lima Barreto apreciava as descrições (ou indiscrições) que o autor faria da sociedade da qual ele “desenha muito bem as mulheres”. Em sua obra apareceriam tipos como o Pereirinha, do livro *Virgens Amorasas*, que teria “a monomania dos desvirginamentos, gênero de psicopata sexual ainda não estudado pelos competentes, nós todos conhecemos tipos dessa natureza”⁶¹. Sobre a obra *Anita e Plomark*, Lima Barreto elogiara a história em que “o par de aventureiros agita-se em um meio de ‘rastas’ parvos, de patifes de toda a sorte e origem, de gente que perdeu a alma ou nunca teve uma, formando uma corja que pode ser ‘sui-generis’, mas que me é visceralmente antipática”⁶². Barreto, porém, não perdoava “semelhantes vagabundos de caso pensado”, de modo que “para as fêmeas como essa Anita, que Théo parece

⁵⁷ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1919, p. 9.

⁵⁸ FILHO, Theo. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1919, p. 9.

⁵⁹ ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1919, p. 9.

⁶⁰ BARRETO, Lima. Transatlantismo, *Vida Urbana*, p. 137.

⁶¹ BARRETO, Lima. Um romance de Botafogo. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 235.

⁶² BARRETO, Lima. Anita e Plomark aventureiros. *Marginalia*, p. 73.

querer exaltar, só lhes desejo a guilhotina”:

A prostituta só é digna da piedade e respeito dos homens de coração, quando ela o é em toda a força do seu deplorável estado, quando ela sabe com resignação e sofrimento arcar declaradamente com a sua tristíssima condição. Não é assim a heroína do romance de Théo Filho; não é mesmo o que os venezianos da Renascença chamavam, com tanto respeito, uma hetaira “honesta”, isto é, a cortesã eivada de arte, ensopada de poesia, com certo desinteresse natural e, talvez, uma tal e qual generosidade espontânea. Ao contrário, Anita, como em geral, as mulheres públicas da nossa sociedade burguesa, é de uma estupidez assombrosa e sem nenhum traço superior de coração ou inteligência⁶³.

Segundo Lima Barreto, a obra traria algo que ele considerara notável:

É como ele mostra o mecanismo espiritual pelo qual se dá esse estranho fenômeno do cafetismo, essa abdicação da vontade da mulher, toda inteira, na de um homem, esse domínio de corpo e alma do rufião sobre a meretriz, esse ascendente, quase sempre unicamente determinado por laços psicológicos, em que não entra a mínima violência⁶⁴.

Se discussão sobre a cisão do país entre sertão-litoral invocava problemas de ordem política e econômica, exigindo alguma ação governamental, o domínio do mundo “visto debaixo do verniz” das cidades, não raro, recaía em reflexões morais que tinham nas censuras da crítica e da sociedade as suas medidas restritivas. Especialmente quando envolvia a ação de mulheres como a Monique de Margueritte ou a Anita de Théo Filho, o tom moralista era o mais repetido. Como já dissemos, as descrições da vida elegante, cosmopolita e luxuriosa das elites brasileiras tinham grande apelo público, especialmente quando embebidas em traços mundanos, festas, bailes, namoros, diversões, traições, taras, seduções, cenas sexuais explicitamente descritas ou meticulosamente sugeridas.

Nem só as personagens femininas transgressoras preocupavam setores da crítica literária e social. Jackson de Figueiredo comentava sobre a oportunidade de a polícia agir em casos de defesa contra o vício e o crime. Ele refletia sobre a curiosidade que poderia ser provocada apenas pelo título de um livro que, capaz de surpreender “experimentados”, seria ainda mais pernicioso em se tratando de “senhoras” ou “moças inexperientes”. No caso, Figueiredo contava sobre como “uma garota de quinze anos, se tanto, lia a meu lado, num bonde, um livro reconhecidamente imoral – o ‘Primo Basílio’, de Eça de Queiroz”. O articulista defendia o combate à “tolerância das leis em face do livro imoral”, concluindo que “se os paladinos da campanha em prol da educação nacional, não fizerem simultaneamente, uma outra, e não menos vigorosa, contra o livro imoral, o jornalismo pornográfico, etc. não fazem outra coisa, a meu ver, senão castelos de areia ao alcance da onda”⁶⁵. Tal opinião acerca da obra de Eça de Queiroz dificilmente encontraria consentimento no interior da cultura intelectual brasileira em geral. Pelo contrário, a própria escritora Carmen Dolores, caso raro de mulher

⁶³ BARRETO, Lima. Anita e Plomark aventureiros. *Marginália*, p. 73.

⁶⁴ BARRETO, Lima. Anita e Plomark aventureiros. *Marginália*, p. 74.

⁶⁵ FIGUEIREDO, Jackson. Literatura imoral e educação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 de mai. 1921, p 1.

reconhecida por seus méritos intelectuais, tinha em Eça o melhor escritor da língua portuguesa, sendo que o Conselheiro Acácio, personagem do romance atacado por Jackson de Figueiredo, era uma figura recorrente de suas crônicas⁶⁶. As considerações de Jackson, porém, explicitam a situação moralmente maniqueísta da mulher naquele período da história brasileira, com poucas identidades intermediárias entre a inocência e a prostituição⁶⁷.

A primeira autora analisada por Tristão de Athayde foi a escritora Maria Eugênia Celso. Na ocasião, ele traça uma apreciação sobre a escassez da produção intelectual feminina no Brasil segundo a qual “a emancipação intelectual da mulher brasileira começa apenas a operar-se”⁶⁸. Ele aponta a atualidade das descrições de Elizabeth Agassiz quando passara, em 1865, juntamente com o marido, o naturalista Louis Agassiz, pelas terras brasileiras:

Em geral, presta-se muito pouca atenção, no Brasil, à educação das mulheres... A que se lhes dá, confinada a um medíocre conhecimento do francês e da música, deixa-as na ignorância de uma multidão de questões gerais; pode-se dizer que o mundo dos livros lhes é fechado, pois é bem o das obras em outras línguas... Elas não imaginam que um oceano de ideias se agita fora do seu pequeno mundo e suscita constantemente novas fases na vida dos povos e dos indivíduos. Enfim, além do estreito círculo de sua existência doméstica, nada existe para elas⁶⁹.

O crítico considera que tais palavras refletiriam um “estado de espírito e de civilização” que se, por um lado, “os moralistas evocam talvez com saudade”, por outro lado, existiria “uma evolução necessária” em curso no país. Daí não haver surpresa ao se verificar que “todo o nosso movimento literário se tenha operado com absoluta exclusão das mulheres, que só ultimamente, graças ao desenvolvimento da educação e à evolução dos costumes, tem visto surgir a sua tímida arraiada intelectual”⁷⁰. Posteriormente, ele aponta exceções:

É certo que, há um século, ainda era muito mais imponderável essa literatura feminina, embora já em princípios do século XVII existisse, no Brasil, ao menos uma mulher de letras na pessoa dessa D Joana Rita de Sousa, pernambucana a que se referem Varnhagen e Januário Barbosa. Até hoje cresceu o número, sem dúvida, mas não na proporção que fora de esperar da queda de tantos preconceitos⁷¹.

Apesar de ignorar numerosas iniciativas que já teriam procurado contrapor-se ou, ao menos, diminuir tal ausência feminina no cenário cultural brasileiro⁷², o crítico corroborava com juízos que as próprias mulheres escritoras faziam a este respeito à época⁷³. Segundo Tristão, o processo de participação das mulheres na cultura intelectual brasileira estava sendo

⁶⁶ Carmen Dolores é o pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Mello. Sobre sua atuação como intelectual cf. ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de romance*. As mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos, p. 233.

⁶⁷ Tal condição era, ainda na década de 1930, recorrente na produção ficcional brasileira. Cf. BUENO, Luís. *Uma história do Romance de 1930*, p. 283-332.

⁶⁸ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1920, p. 2.

⁶⁹ AGASSIZ. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1920, p. 2.

⁷⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1920, p. 2.

⁷¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1923, p. 1.

⁷² Cf. HOLANDA, Heloísa Buarque de. O que querem os dicionários? ARAÚJO, Lúcia Nascimento; HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Ensaístas brasileiras*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 13-19.

⁷³ Cf. ELEUTÉRIO, M de L. *Vidas de romance*, p. 117.

consolidado e, em sua visão, “pode-se dizer que o século XX marcará o início da participação efetiva da mulher brasileira no movimento literário nacional”⁷⁴. A educação da mulher, tema recorrente nos escritos de autoras do período, seria a condição para esta participação nas artes:

[...] a arte não é uma simples questão de inspiração, como tanto entre nós se faz crer. A arte é instinto, sem dúvida, é a manifestação consciente do subconsciente, mas que não chegaria a desprender-se dos limbos originais, sem a ação efetiva e vigorosa do esforço individual, da paciência e do estudo.

Duas das maiores figuras da poesia feminina nacional seriam Maria Eugênia Celso e Gilka Machado, esta seria “carne” e a primeira “espírito”. Na produção da primeira, elogiava-se o “livro de puro sentimento e essencialmente feminino, é realmente digno de nota o domínio efetivo e constante que, sobre a expressão de suas emoções, exerce a autora”. Tal notoriedade proviria do lugar comum segundo o qual as mulheres seriam caracterizadas pelas marcas emotivas e sentimentais⁷⁵, daí o crítico notar que, “ainda no verso, linguagem natural de uma forma de arte particularmente propícia à formação espiritual da mulher, não se distinguem elas por uma produção satisfatória e nem mesmo apreciável”⁷⁶. Esta associação entre poesia lírica e o “espírito feminino” abrigava uma concepção mais profunda da mulher:

A alma feminina, portanto, que é afinal uma alma de homem em eterna adolescência, não podia deixar de exprimir-se naturalmente por meio da poesia. O sonho ou a nevrose, que são os dois estados fundamentais dessa alma, só por meio da poesia conseguem exprimir realmente o seu mundo interior. A mais ligeira vista de olhos por nossa literatura mostra a absoluta disparidade entre o número das nossas poetisas e o das romancistas, ensaístas, cronistas, etc. Com o puro sentimento, sempre é mais fácil criar poesia que orientar ideias. E, sendo a alma feminina sobretudo intuitiva, compreende-se como seja o lirismo, que é a própria intuição em verso, a sua forma poética espontânea e predileta⁷⁷.

Elogiava-se empreendimentos como os de Henrique Castriciano de Souza, irmão da poetisa Auta de Sousa, que criara a Escola Doméstica do Natal. Se a educação masculina era deficiente, a feminina estaria ainda por ser delineada:

A mulher brasileira teve, outrora, apenas a educação do sentimento. Que epopeia humilde a sua, ao longo de nossa história! Resignada, obscura, boa, às vezes heroica, nunca teve o prêmio de sua dedicação calada. Com a independência começa lenta e defeituosa, nas cidades, a sua emancipação intelectual, posto que de preferência e especializada. Mas o interior continua até hoje fechado à obra de reabilitação⁷⁸.

Um fator social e econômico estaria associado ao caso tratado, uma vez que devido ao “mistério da Amazônia” que seduziria o homem pela “miragem da riqueza fácil”, mulheres e crianças ficariam entregues à própria sorte, mormente em roças e sítios interioranos. Em tais casos, sobre a mulher cairia “o peso do futuro”, ao que o crítico comenta pateticamente: “quantas vezes é esperada em vão a volta do chefe, e à mãe cabe inteira a responsabilidade da família! O coração

⁷⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1920, p. 2.

⁷⁵ Cf. ELEUTÉRIO, M de L. *Vidas de romance*, p. 109.

⁷⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1920, p. 2.

⁷⁷ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 out. 1921, p. 1.

⁷⁸ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 out. 1919, p. 10.

não basta para a tarefa, e a inteligência desaproveitada é de nenhum recurso⁷⁹. Henrique Castriciano inspirara-se em modelos alemães e norte-americanos ao programar um curso de seis anos dedicado à “medicina do lar”, “educação social”, além de história do Rio Grande do Norte, do Brasil e Universal. O corpo docente seria formado por especialistas, dentre os quais professoras francesas e americanas. Na opinião do crítico:

Nesse viveiro se está formando a verdadeira mulher brasileira, grande de coração, de vontade firme, e com a inteligência orientada cientificamente para a sua alta e silenciosa tarefa social. O intuito principal do sistema adotado é despertar nas discípulas a individualidade. Deverá ser esse o objetivo de toda a educação. Não é mesmo uma escola, senão uma cooperação de estudos. “Uma Escola Doméstica é uma casa de família. Daí a nossa orientação no sentido do estabelecimento manter o aspecto material e moral de um lar completamente feliz. Para conseguir esse intuito [...] Mestras e alunas discutem a respeito como verdadeiras amigas, dando-se às últimas plena liberdade de opinião”.

A Escola Doméstica do Natal era tida como uma contribuição, pois “a solução do problema do saneamento dos campos entre nós, depende em grande parte da educação da mulher [...]” e visava orientar a “mulher sobretudo para a vida campestre⁸⁰. Assim, a Escola seria “grande exemplo de patriotismo inteligente, realçado pelo recato do empreendimento⁸¹. A “mulher brasileira”, porém, possuía variados perfis e as representações do feminino iam além do espectro doméstico e familiar, apesar de este cumprir um papel extremamente recorrente.

Ao analisar a produção de Maria Eugênia Celso, o crítico a considerava habilidosa no tratamento poético, havendo em seus poemas “um grande engenho e verdadeira opulência e variedade nas imagens e comparações, além da pureza cristalina na linguagem, mas naturalmente em sacrifício do sentimento interior e profundo e às vezes com uma ponta de artifício e um abuso de composição⁸². O equilíbrio da emoção e da expressão se revelaria na obra da autora em versos como os seguintes:

*É no torreão, cujas seteiras
O tempo de hera atapetou
que vem cismar horas inteiras
Essa que a um rei enamorou...⁸³*

Temas como a brisa, a chácara, a melancolia e paisagens clássicas povoariam o livro da autora que não seria uma poetisa, termo pejorativo que indicaria uma mulher sem criatividade, mas “um poeta – mas de alma profundamente feminina⁸⁴. Ou seja, suas qualidades intelectuais existiriam na medida em que se igualariam à produção masculina. Ao crítico, a autora enviou

⁷⁹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 out. 1919, p. 10.

⁸⁰ SOUZA, Castriciano Henrique de. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 out. 1919, p. 10.

⁸¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 out. 1919, p. 10.

⁸² ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1920, p. 2.

⁸³ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1920, p. 2.

⁸⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1920, p. 2.

um cartão com os dizeres “o poeta Maria Eugênia Celso agradece”⁸⁵, reconhecendo-se com o adjetivo masculino. No mesmo sentido, o crítico considerou a reedição da obra *Esfinges*, da paulista Francisca Júlia que teria “como caráter essencial do espírito, o domínio da personalidade”⁸⁶. Desde as apreciações de Vicente de Carvalho, o percurso de Francisca Júlia era visto como a passagem de um estado impassível, presente na obra *Mármore*, para uma condição piedosa marcante em *Esfinges*⁸⁷. Tristão de Athayde, porém, via antes uma evolução do “sentido plástico ao filosófico guardando sempre a mesma tranquilidade superior de expressão e revelando o mesmo domínio interior da alma”⁸⁸. Ele nega o caráter meramente parnasiano da autora, pois, não teria ela “essa convicção parnasiana da arte, como expressão perfeita das coisas”, conforme se poderia perceber pelos versos:

*Aroma, ou asa, ou flor... Tudo o que diga e exprima,
Perde, ao amoldar-se em verso, o seu próprio relevo*

Tristão de Athayde reconhece que Francisca Júlia:

Foi incontestavelmente um grande poeta – pelo domínio da língua que manejava com absoluta firmeza, pela intensidade da vida interior que anima a sua obra, pela beleza dos temas escolhidos, pela ressonância de certas invocações, pelo poder evocador que possuía em alto grau, enfim pela nobreza da inspiração aliada à mais plástica das formas.

Se Maria Eugênia Celso e Francisca Júlia eram expressões do equilíbrio, a escritora carioca Albertina Berta traria o “outro lado” da imagem feminina. Na verdade, seria o “verdadeiro” lado, uma vez que uma mulher equilibrada, provida de controle emocional, seria uma mulher de qualidades masculinas. O volume *Estudos*, de Albertina Berta, foi enviado ao crítico com dedicatória “ao brilhante homem de letras Sr. Tristão de Athayde”⁸⁹, este, por sua vez, considerava ser a autora “o Eu mais clamoroso das nossas letras. Sua obra de artista como de pensadora tende a um delírio da individualidade”⁹⁰. Para ele, “nos seus livros tudo são nervos exasperados, ânsias febris, desejos incoercíveis, expressos numa linguagem despenteada, cortada de frases desconexas, relâmpagos de imagens, gemidos e imprecações”. *Estudos* foi o segundo livro de Albertina que lançara o romance *Exaltação* em 1916. Antes disso, a autora fazia conferências⁹¹ e era membro de organizações lideradas por mulheres como a Cruz Branca⁹² e a Associação da Mulher Brasileira⁹³. O romance teve várias edições e, conforme a

⁸⁵ Carta de Maria Eugênia Celso a Tristão de Athayde, 2-7-1920, acervo CAAL.

⁸⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1921, p. 1.

⁸⁷ Cf. ELEUTÉRIO, M de L. *Vidas de romance*, p. 109.

⁸⁸ ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1921, p. 1.

⁸⁹ Cf. BERTHA, Albertina. *Estudos*, Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1920. Acervo CAAL.

⁹⁰ ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1920, p. 2.

⁹¹ Cf. *Correio Paulistano*, São Paulo, 7 ago. 1915, p. 2; *Correio Paulistano*, São Paulo, 23 nov. 1916, p. 3.

⁹² Cf. A Cruz Branca realizou ontem a sua primeira sessão ordinária, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1915, p. 6.

⁹³ Cf. Uma nova instituição feminina – A Associação da Mulher Brasileira, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 set. 1916, p. 2.

crítica da época, suas “maravilhas” estariam no “sensualismo” de uma história em que “um casamento sem amor leva uma mulher ao adultério e depois ao suicídio quando sente que lhe escapa o amante”⁹⁴. Em comentários acerca de suas reedições, já se falava do “livro que tem arrancado entusiasmos de todos”⁹⁵ e que a sua protagonista, a personagem Ladice, seria “um tipo perfeito, [...] o tipo mais bem acabado da mulher pernóstica, altamente pernóstica. Não fora isso, a criação seria inverossímil”. José Oiticica descrevia Albertina Bertha como uma “árvore brasileira que vingou”⁹⁶: “Calcule-se esta alma feminina, com todos os característicos da selvageria brasileira, impregnada de Nietzsche, *aristocratizada* pela cultura literária e artística, solta num meio social oscilante. Ponha-se dentro dela uma tormenta passional e teremos a autora da *Exaltação*”.

A influência do filósofo alemão foi um dos traços mais evidentes das primeiras produções de Albertina Berta, *Exaltação* e *Estudos*. Segundo Tristão de Athayde, a obra da autora traria um desequilíbrio em que “um esforço poderoso para o pensamento e a impersonalidade é constantemente traído por um subconsciente irreprimível que perturba a serenidade da atmosfera de cogitações abstratas”⁹⁷. Faltaria a “humildade” dos sábios e criadores para quem “a ideia ou a criatura em si valem muito mais que o seu próprio eu”. Tal condição seria devida a sua “adoração de Nietzsche”. Albertina comentava a respeito:

Nietzsche deslumbra-me. Produz-me na imaginação o mesmo abalo das montanhas com todos os seus trabalhos de seiva, de luz, de propulsões intensas... Devemos saboreá-lo lentamente, lentamente, como se fora uma volúpia estranha, esquisita... Os seus conceitos deixam-me na mente fendas luminosas, trilhas de ouro para descobertas futuras; princípios, traços, que outros cérebros possantes virão ampliar, avolumar, concluir...⁹⁸

Reparos eram feitos a tal perspectiva, pois, o que interessaria nesse tipo de obra seria “a análise de suas ideias, a explanação do seu sistema ou da sua falta de sistema, a crítica do seu pensamento, a classificação de suas teorias, o estudo de sua influência”⁹⁹. Dessa forma, o interesse da autora por Nietzsche seria menos por suas ideias em si mesmas do que pelo “furor individualista”. O “temperamento explosivo” de Albertina seria compatível com a frase do autor alemão: “Eu não sou Homem, sou dinamite”. A paixão seria o motor de ambos.

Tal característica acabaria por fazer com que as análises de Albertina acerca do pensamento alheio fossem sempre uma forma de egotismo que traria “uma originalidade e um conhecimento da matéria aos quais o que menos falta é calor”. Dotada de uma “cultura filosófica atropelada, mas superior”, ela faria de todos seus temas e personagens pretextos para

⁹⁴ LOPES, Oscar. Um livro estranho, *Correio Paulistano*, São Paulo, 9 abr. 1916, p. 3.

⁹⁵ MUSME. Um novo livro. A propósito de “Exaltação”, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jan. 1917, p. 3.

⁹⁶ OITICICA, José. Crônica Literária, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25. Fev. 1917, p. 2.

⁹⁷ ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1920, p. 2.

⁹⁸ BERTHA Apud. ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1920, p. 2.

⁹⁹ ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1920, p. 2.

expressar o seu “individualismo delirante”, como sintetizaria sua visão sobre a arte: “A grande Arte deve ser livre, deve surgir inopinada já com todas as febres, todos os esgares da sublimidade”¹⁰⁰. Tal definição, segundo o crítico, era um meio de fazer com que a arte fosse o refúgio dos “ímpetus dionísios”¹⁰¹ da autora. Albertina Bertha seria um misto de cultura elevada e incomum nos meios brasileiros, mas que seria corrompida por excessos de indisciplina e orgulho num desregramento incapaz de dominar o seu “demônio interior”.

A autora enviou seus *Estudos* para Jackson de Figueiredo que, por sua vez, publicou dois artigos sob o título “Cartas a uma Escritora”. Jackson fala do “excepcional talento” da autora e que “alegrou-me poder verificar que o próprio amoralismo de que v. ex. se fez evangelizadora – sem ter bem consciência talvez do mal que faz às demais mulheres inteligentes do nosso meio – não é moléstia incurável de que sofra”¹⁰². Em artigos repletos de citações em francês, o intelectual católico procura corrigir as análises de Bertha sobrepondo às apreciações da autora textos no original e concepções dele próprio. Na primeira carta, tratou-se das análises acerca do pensamento lógico e, especialmente, das noções de causa e efeito na filosofia nietzschiana e, na segunda carta, da questão do imoralismo. Sobre este último, faz reparos ao desconhecimento da autora acerca da Verdade (aludindo às suas próprias crenças teológicas) e também sobre a filosofia nietzscheana, ao “pandemônio de contradições do treloucado pensador alemão”¹⁰³. É possível perceber o tom teológico de seus raciocínios que apontam a autora como alguém que “deixou sua inteligência sucumbir aos afagos do sensualismo macabro de imaginação”. Ele não admite as visões de Bertha sobre o papel da mulher no casamento:

Devemos ser-lhe um obstáculo indefinido para a curiosidade, um feixe de complexidades divinas, a sua perplexidade constante [...]. Não lhe sejamos a calma, o sossego, a certeza, uma coisa totalmente possuída [...]. É preciso que o nosso marido anseie por nós, nos tema, acredite estarmos sempre com o pé na tragédia [...]. A nós, mulheres deste século de espiritualismo, também nos não satisfaz havermos do homem a sua presença física e nada mais: exigimos-lhe as torturas metafísicas [...]¹⁰⁴

Tais proposições são consideradas pelo autor como “monstruosas”, apesar de “ridículas”. O papel evangelizador de sua análise termina com a indicação à autora à leitura da obra do Monsenhor Frappel, *Oeuvres Pastorales et oratoires*, além disso, Jackson lhe recomenda a meditação sobre a frase do poeta setecentista Giampietro Zanotti: “É difícil mudar as coisas para melhor”¹⁰⁵. Como contraposição à figura de Albertina Bertha, podemos lembrar os artigos que Jackson de Figueiredo escrevera sobre a poetisa potiguar Auta de Souza. Segundo

¹⁰⁰ BERTHA Apud. ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1920, p. 2.

¹⁰¹ ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1920, p. 2.

¹⁰² FIGUEIREDO, Jackson. Cartas a uma escritora. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jun. 1920, p. 1.

¹⁰³ FIGUEIREDO, Jackson. Cartas a uma escritora. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1920, p. 1.

¹⁰⁴ BERTHA Apud. FIGUEIREDO, Jackson. Cartas a uma escritora. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1920, p. 1.

¹⁰⁵ Cf. FIGUEIREDO, Jackson. Cartas a uma escritora. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1920, p. 1.

Figueiredo, esta autora teria a capacidade de “comover realmente, de agitar os melhores sentimentos do coração humano”, não havendo nela algo recorrente na produção feminina da época marcada por “uma poesia rudimentar segundo os sentidos, sensualismo, pura embriaguez dos sentidos, gemido ou fúria de paixão, doloroso murmúrio ou gritos e brutais revoltas do instinto”¹⁰⁶. Por isso, a obra de Auta de Souza, que apenas publicou o livro de poesias, *Horto*, lançado em 1900, estaria relegada ao esquecimento. O autor destaca a transfiguração da poetisa que destacara a reflexão mística em sua educação e formação¹⁰⁷. Figueiredo ressalta o caráter cristão de Auta de Souza expresso em versos como os seguintes:

*Não tenhas medo do sofrimento
Ele é a escada do Paraíso*¹⁰⁸.

Lima Barreto também analisara a obra de Albertina Bertha considerando-a “um dos mais perturbadores temperamentos literários que, de uns tempos a esta parte, têm aparecido entre nós”¹⁰⁹. O autor reconhecia na escritora seus talentos de formação e educação:

Muito inteligente, muito ilustrada mesmo, pelo seu nascimento e educação, desconhecendo do edifício da vida muitos dos seus vários andares de misérias, sonhos e angústias, a autora do “Exaltação” com auxílio de leituras de poetas e filósofos, construiu um castelo de encantos, para seu uso e gozo, movendo-se nele soberanamente, sem ver os criados, as aias, os pajens e os guardas.

Se o romance anterior era considerado como de um “delicioso anacronismo”, a nova obra da autora, *Estudos*, seria um “demonstrativo da originalidade do seu temperamento e do seu curioso talento, tanto mais curioso quando se trata de uma mulher brasileira”. Além disso, revelaria que o seu pensamento se caracterizaria por “uma certa difusão de ideias, uma falta de nitidez, de clareza e coerência de ideias”. Novamente, a relação com Nietzsche vem à baila:

Aos primeiros, às naturezas plenas (os “Super-Homens”), a esses seres privilegiados, artistas do pensamento e da ação, que sabem governar-se, manejar as paixões em proveito próprio (tomem nota), desviar as reações, ela (a tal moral dos Super-Homens) tudo permite para a sua existência, o seu equilíbrio na vida universal: aventuras, incredulidades, repouso, o próprio excesso, a impiedade, a rudeza...

Lima Barreto não compartilhava de tal admiração pelo filósofo alemão, pelo contrário, dizia explicitamente: “Não gosto de Nietzsche; tenho por ele ojeriza pessoal”:

Ele deu à burguesia rapace que nos governa uma filosofia que é a expressão de sua ação. Exaltou a brutalidade, o cinismo, a amoralidade, a inumanidade e, talvez, a duplicidade. [...] Nietzsche é bem o filósofo do nosso tempo de burguesia rapinante, sem escrúpulos; do nosso tempo de brutalidade, de dureza de coração, do “make-money” seja como for, dos banqueiros e industriais que não trepidam em reduzir à miséria milhares de pessoas, a engendrar guerras, para ganhar alguns milhões mais¹¹⁰.

Assim, Albertina Bertha recebera as restrições de Tristão de Athayde sobre o impressionismo

¹⁰⁶ FIGUEIREDO, Jackson de. Auta de Sousa, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1921, p. 1.

¹⁰⁷ FIGUEIREDO, Jackson de. Auta de Sousa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1921, p. 1.

¹⁰⁸ Cf. FIGUEIREDO, Jackson de. Auta de Sousa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1921, p. 1.

¹⁰⁹ BARRETO, Lima. *Marginália*, p. 65.

¹¹⁰ BARRETO, Lima. *Marginália*, p. 66.

de suas análises apaixonadas, as admoestações de Jackson de Figueiredo que considerou sua obra como imoral e incorreta e as críticas de Lima Barreto que apontavam o caráter burguês e elitista das reflexões da autora. Eram unânimes, porém, em lhe reconhecer a inteligência e a cultura incomum.

Albertina tornara-se um nome reconhecido e uma referência no interior da cultura intelectual brasileira do período. Ao analisar o livro *Caracteres femininos*, de Lila Escobar de Camargo, Tristão de Athayde verificava que a obra de Bertha “fizera escola”¹¹¹. Camargo retrataria o “artifício requintado das cidades” no interior das quais ganharia cada vez mais espaço a afirmação das individualidades femininas. Estas, porém, se fariam como “uma revolta contra o pudor”. Assim, comparativamente:

Nos homens é uma afirmação da personalidade, é uma forma peculiar de orgulho. A libertação que o individualismo masculino visa é toda intelectual. Os homens, por ele, procuram fugir à disciplina do pensamento, que tanto os tem tolhido. As mulheres, porém, visam à libertação do instinto. Já não é contra a disciplina intelectual mas contra a disciplina moral e social que elas então se insurgem.

O pudor, mesmo quando alheio à disciplina moral e religiosa, seria uma “manifestação mais natural de um domínio interior das sensações, emoções, sentimentos ou paixões”. Voltando-se contra ele, o individualismo feminino se faria em “nome do instinto, de uma exaltação animal do temperamento”. Tal libertação seria incompleta e prematura:

Essa glorificação dos instintos é uma verdadeira vingança da matéria contra o espírito e demonstra um desenvolvimento intelectual incompleto. Afinal, não passa do mesmo romantismo com que se pretendeu impor aos homens uma libertação prematura e incondicional.

O livro de Lila Escobar de Camargo retratava a trajetória de três mulheres, três caracteres definidos pelo crítico como “uma mulher forte e consciente, frágil e sensível outra e uma terceira em cujo caráter o interesse e o instinto dominam sem contraste”. Cada uma com seu destino singular, a primeira encontra a felicidade, a segunda morre de tuberculose e “degrada-se a terceira para o luxo quase mercenário”. Numa obra cujo espírito seria a “ânsia de libertação feminina”, o crítico impunha reparos:

Esse espírito de rebeldia, de histerismo, e a submissão à animalidade inferior se comunicam à linguagem do livro, transmitindo-lhe por vezes certa vibração original, mas quase sempre tocada daquela inflação doentia, característica do gênero. Essa tensão constante que acompanha a narrativa devia produzir, como produz, uma atmosfera artificial em que as figuras se movem animadas pela autora mas sem existência real. Foi outro, porém, o resultado e, se a paixão existe, a psicologia é o que há de vulgar e superficial.

A autora estaria a caminhar pelos passos de Albertina Bertha. Um “mau caminho”, o qual Tristão considerava ser “uma péssima recomendação da autora no mundo das letras, onde pretende entrar. Se julga que arte se faz com clamores e reclamo, pode estar certa que vai desde

¹¹¹ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1921, p. 1.

já corromper, irremediavelmente, certas qualidades literárias que revela”. O “mundo das letras” não estaria propenso a receber tais “clamores e reclamos” de mulheres escritoras, mas, apenas, indignações como as de Monteiro Lobato e outros.

A obra de Albertina Bertha revelava em um nível superior, por assim dizer, o espectro que rondava as expectativas acerca da produção feminina. O dionisismo de Albertina, apesar de “intelectual”, não deixava de situá-la num lugar comum então conferido às mulheres que saíssem minimamente dos papéis tradicionais de mães dedicadas e voltadas a uma existência dedicada aos âmbitos do mundo privado. Se as exceções a tais casos eram numerosos e cada vez mais recorrentes, à cada produção no interior da cultura intelectual brasileira que envolvesse as questões de gênero e feminilidade, o tema vinha à tona, seja para reiterar os papéis tradicionais conferidos à mulher, seja para admitir e valorizar a mulher como ser humano dotado de autonomia e capacidade intelectual equivalente à masculina. Aquele aspecto familiar e maternal, porém, é marcante. Daí a obra de Maria de Lourdes Eleutério, *Vidas em Romance*, ter utilizado como critério distintivo entre as escritoras as relações familiares de irmãos e irmãs; maridos e esposas; amados e amadas; pais e filhas; mães e filhas. Segundo a autora, àquela época, várias reflexões se encaminhavam para reafirmar que:

O papel primordial da mulher [...] tem de ser mesmo o de esposa e mãe, o de dona-de-casa. O seu espaço é o espaço da vida privada, mesmo quando chega a publicar trabalhos e ganhar alguma projeção fora do lar. É que, em relação a ela, a educação e a instrução não são em si mesmas um suporte para a manutenção de alguém voltado para as atividades fora do lar, sobretudo após o casamento. A educação e a instrução proporcionadas a essas mulheres objetivam antes o aprimoramento da educação de seus filhos e o bem-estar dos maridos do que o delas próprias. [...] Há, portanto, uma perda da identidade da mulher como indivíduo¹¹².

Mesmo quando se reconhecia os valores intelectuais às mulheres, tal apreciação vinha acompanhada pelo espanto e mesmo pela ironia. É o caso da análise que Tristão de Athayde fez da obra *Rito Pagão*, de Rosalina Coelho Lisboa, juntamente com o livro *Jardim das Confidências* do poeta Ribeiro Couto:

Tenho sobre a mesa dois volumes de versos. Na capa de um deles medita pálida adolescente, languidamente reclinada à sombra de velho tronco. No outro, sobre o fundo todo negro da página, se alça, isolada e arrogante, uma língua de fogo. Explica o título do primeiro que essa doce criatura sonha no *Jardim das Confidências*, ao passo que a chama ardente do segundo se eleva de uma ara, onde é celebrado o *Rito Pagão*. Tudo no primeiro respira suavidade e doçura; tudo no outro, força e vibração. Devem ser versos de mulher aqueles -, mas sabemos que o não são [...]. Devem estes ser versos masculinos, mas o nome que o subscreve não permite duvidar do engano¹¹³.

Sem lirismo, sendo às vezes marcial, isenta de declarações de amor, paixão e devaneios, cantando heróis do passado e ironizando a figura de Jesus Cristo, rejeitando o perdão, a

¹¹² ELEUTÉRIO, M de L. *Vidas de romance*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 109.

¹¹³ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1922, p. 1.

humildade e a doçura, adepta de um “pessimismo integral”, Rosalina Coelho Lisboa era assim vista pelo crítico: “não vem do coração sua poesia, nem dos sentidos, mas do pensamento”¹¹⁴.

Os versos finais do livro seriam expressivos de tais características:

*E hei de saudar o fim, altiva e forte.
Sem temer, no declive ou na escalada.
A ignota lei que rege a humana sorte.
Que, tombando, no orgulho abroquelada,
Pouco me importa que me arraste a morte
Para a perpetuação ou para o nada*¹¹⁵.

Sem cantos de amor, nem descrições de desejos incontidos ou inconfessáveis, sem odes ao casamento e à vida familiar, Rosalina pareceu ao crítico uma figura varonil que destoava das expectativas comuns. Já Ribeiro Couto faria “versos femininos” em que “tudo é macio, sedoso, inacabado” e que se exprimiria em linhas que desejariam apenas cantar:

*A dor sentimental dos romances perdidos
da mocidade inquieta e de uma espera inútil*¹¹⁶.

O crítico, então, procura “explicar” essa aparente contradição sexual:

Que contraste, Santo Deus, entre a poesia em pé de guerra da Sra. Rosalina C Lisboa e a poesia de *biscuit* do Sr Ribeiro Couto! Deu-se positivamente um engano de almas, caso não se veja nessa contradição a ânsia de desencarnação de todos os poetas. A poesia é, essencialmente, a insatisfação de si mesmo, e vemos, a cada passo, como a fátuidade é sempre prosaica¹¹⁷.

Haveria uma “ânsia de desencarnação” que marcaria os poetas e, no caso de Rosalina Coelho Lisboa, o que se revelaria era “o desgosto de ser mulher, e vinga-se reagindo contra o temperamento feminino que ainda acaso possui”. Assim, o crítico retomava o fervor sentimental que deveria marcar toda ação feminina, neste caso, a vingança. Segundo sua análise, a poetisa parecia contrariar tudo aquilo que estaria afirmado desde a antiguidade:

O lirismo, desde Safo, é a forma natural de expressão poética feminina: escolheu, para cantar, a forma parnasiana. A intuição e o sentimento são toda a alma da mulher: refugiou-se na inteligência e na vontade. A fragilidade e o perdão são as armas inestimáveis do sexo: prega a luta e a vingança. Os interiores mergulhados na penumbra, a luz crepuscular, as alamedas dos jardins desertos são o ambiente propício às almas de Eva: canta o sol que irradia ou a natureza opulenta e impetuosa. Procurou, por conseguinte, a autora do *Rito Pagão* incutir em si mesma um temperamento masculino, e, além disso, a admiração profunda que volta ao Oriente, como se vê das páginas de seu livro, criou-lhe talvez uma alma oriental.

Na visão do crítico, tratava-se de uma inversão civilizacional. Apoiado nos escritos Lafcadio Hearn, grego que se radicalizara no Japão assumindo o nome de Koizumi Yakumo¹¹⁸, Tristão de Athayde esboçava uma tese, sempre ao seu gosto, contrapondo antiteticamente o

¹¹⁴ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1922, p. 1.

¹¹⁵ LISBOA Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1922, p. 1.

¹¹⁶ COUTO Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1922, p. 1.

¹¹⁷ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1922, p. 1.

¹¹⁸ Cf. FUKUMA, Yoshiaki. Representations of “the West”, “Japan”, and the “the Periphery” in the Discourse of Lafcadio Hearn studies, *International journal of Japanese sociology*, Tóquio, nº 20, pp. 89-106, 2011.

Ocidente ao Oriente¹¹⁹. Aí são acionadas as seguintes oposições entre o primeiro e o segundo respectivamente: sentimento/vontade, liberdade/disciplina, paixão/ataraxia. Acerca do primeiro par antitético, o crítico considera que “a civilização oriental é a disciplina da vontade, a mortificação do corpo, a religião do dever. O ocidente é, todo ele, o culto do amor e da caridade, com o cristianismo, o culto da beleza e da intelectualidade, com o helenismo”¹²⁰. A maior distinção, porém, residiria no amor que marcaria “a grande cisão entre Oriente e Ocidente, o abismo que nos separa. Para nós outros, a paixão do amor é a justificação dos próprios crimes, a maior grandeza da alma humana, que o próprio Pascal julgava transcendente à nossa razão”. Os dois grandes “poemas ocidentais” seriam de almas “guiadas pelo amor”: “o poema do destino, de Dante, e o poema da revolta, de Cervantes”. Por outro lado, lembrava o crítico:

Pois bem, é o maior conhecedor ocidental da alma do Oriente, é Lafcadio Hearn quem nos informa nunca ter podido explicar aos seus alunos da Universidade de Kioto o preceito cristão de que pelo marido deve a mulher abandonar pai e mãe. Julgaram eles tão imoral o mandamento que não se podiam comenetrar de sua veracidade, mostrando-se incapazes de compreender o culto que o ocidente votava ao sentimento e especialmente ao amor.

A argumentação prosseguia considerando que, apesar de ser possível haver espíritos orientais no Ocidente e vice-versa e que nunca haveria expressões perfeitas de tais tipos, “a nenhum dos dois foi propício esse esforço de contrariar a natureza”. Rosalina Coelho Lisboa revelaria antes esforço, aplicação, trabalho e dedicação no fazer literário do que espontaneidade e “instinto poético”. Se era sua ambição ser a sucessora de Francisca Júlia, tal não poderia se dar, pois, “se a lira parnasiana apenas serviu a Francisca Júlia para apurar a riqueza natural de seu temperamento poético, representava para a Sra. Rosalina Coelho Lisboa quase toda a poesia”. Considerada, portanto, como artificiosa, a escritora, no juízo do crítico, reduzira aos versos os seus pensamentos, tendo antes uma atitude em compor uma fisionomia do que exprimir sua alma pela arte. Ao lado de Ribeiro Couto, revelava-se a dualidade extravagante:

Se por falta de temperamento poético, e de ingenuidade, peca a poesia prosaica e retórica da Sra. Rosalina Coelho Lisboa, traduzindo embora, além de um temperamento forte e espírito culto, uma reação salutar contra a fácil ilusão das confissões poéticas triviais, banham-se os versos açucarados do Sr Ribeiro Couto numa atmosfera de pieguismo enervante que lhe provém justamente da hipertrofia, da ingenuidade ou do abandono.

Não obstante o valor da poetisa de “temperamento forte e espírito culto”, o fato de ser mulher provoca uma inquietação no crítico que só pode ser vista de uma contrariedade da natureza.

Dividida entre opostos extremos, a mulher, como temática da cultura intelectual brasileira, tinha sempre ao lado da beatitude cristã a tentação afrodisíaca que lhe completava. A imagem da esfinge ganhava força em personagens como a Capitu, do romance *Dom*

¹¹⁹ Sobre o tema ver: SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 17.

¹²⁰ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1922, p. 1.

Casmurro, de Machado de Assis, mulher dedicada, mas misteriosa, na visão do homem, quanto à sua fidelidade. Afrânio Peixoto fizera o romance da *Esfinge*, sem dúvida o livro que mais consolidou na década de 1910 tal imagem enigmática da mulher¹²¹. A esfinge traduz a dualidade anjo/demônio recorrentemente atribuída à mulher. O crítico comenta a tal respeito:

O grande problema feminino é hoje, como sempre, o problema moral. A mulher sempre foi a santificadora ou a corruptora. O cristianismo, que formou a nossa consciência de ocidentais, tornou a mulher o eixo da salvação individual. Nunca foi ela elevada tão alto, nem degradada com tanto furor, como pelas vozes da Igreja. Circe e Penélope já vinham do mundo pagão, sem dúvida, mas só o cristianismo é que verdadeiramente deixou de considerar a mulher com indiferença. Para o paganismo, fora a mulher sobretudo a beleza, para o cristianismo o Bem e o Mal¹²².

Os tempos, porém, iam mudando e a República fizera a separação entre Estado e Religião. No romance *A Esfinge*, o protagonista Paulo de Andrade consegue, ao fim da obra, conquistar o amor de sua desejada prima Lúcia. Esta, porém, era casada e, apesar de não ficar claro o que fizera para se ver livre do marido, o novo casal procura realizar uma união pela Igreja Metodista a fim de receber a tolerância da sociedade, uma vez que a dissolução da relação conjugal era interdita, resguardando-se apenas a separação de corpos¹²³. Temas como o do divórcio e o da maternidade, por um lado, e da emancipação pelo trabalho - independência profissional - e pelo direito ao voto e à representação pública - independência política - por outro lado, marcam os debates acerca da realidade feminina neste período. Daí a profusão de produções que buscavam descrever diferentes tipos de mulheres a fim de, além de dar conta da diversidade real de possibilidades femininas, enfraquecer o ideal único da mulher mãe e protetora da família que, não obstante, continuará sendo o mais recorrente no período. Estes diferentes papéis da mulher, porém, raramente tocavam a questão das diferenças sociais e “raciais” existentes no interior do universo feminino e feminista. As considerações no diário de Lima Barreto acerca de sua irmã, Evangelina, malgrado o preconceito que o autor mantinha em relação às capacidades intelectuais das mulheres, são esclarecedoras:

Minha irmã, esquecida que, como mulata que se quer salvar, deve ter um certo recato, uma certa timidez, se atira ou se quer atirar a toda a espécie de namoros, mais ou menos mal intencionados, que lhe aparecem. (...) Se a minha irmã não fosse de cor, eu não me importaria, mas o sendo dá-me cuidados, pois que de mim para mim, que conheço essa sociedade (...) ¹²⁴.

Com exceção, talvez, da maternidade, todos outros temas, como o divórcio, o trabalho fora do lar, o voto e participação pública eram polêmicos. A “mulher” tornava-se progressivamente um tema específico, um domínio do saber, a ser tratado pelos campos da ciência, da literatura, da crônica social, dos discursos políticos, das organizações sociais

¹²¹ Cf. ELEUTÉRIO, M de L. *Vidas de romance*, p. 65.

¹²² ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1923, p. 1.

¹²³ Cf. PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*, p. 195.

¹²⁴ BARRETO, Lima. Apud. ELEUTÉRIO, M de L. *Vidas de romance*, p. 53.

coletivas etc. Tais esferas não podem ser tomadas segundo uma autonomia ideal. O eugenista Renato Kehl, ao tratar da “inteligência da mulher”, dizia que “a mulher tem o cérebro idêntico ao do homem e poderá desdobrar o seu psiquismo na mesma proporção”¹²⁵, contrariando, assim, as posições acima citadas de Tristão de Athayde que via na mulher “uma alma de homem em eterna adolescência”. Porém, o saber “científico” aí não poderia dar a última palavra:

Melhor será que não o faça: a espécie humana seria prejudicada se todas as mulheres quisessem intelectualizar-se. A mulher, por ser mulher, não vence o homem pelos dotes intelectuais, vence-o pelas suas qualidades morais e físicas. Aprimorai-vos, pois, leitoras amigas, e contai sempre com a vitória nos lances do Amor – porque sois o sexo forte – nesse terreno.

Assim, mesmo a “ciência” que se considerava portadora dos meios de “proteção e aperfeiçoamento da raça humana” curvava-se frente às visões tradicionais acerca do papel da mulher na sociedade. Tais posições procuravam fazer frente à onda de notícias, obras literárias, científicas, cinematográficas, debates políticos etc. que traziam novas representações do papel da mulher na sociedade. Falava-se sobre o direito ao voto e à participação política das mulheres inglesas, questionando-se quando seria “reconhecido à mulher brasileira o direito de votar, e ser votada para o Parlamento Brasileiro”¹²⁶. Também da Inglaterra noticiava-se o “Girl Guide”, espécie de associação que procurava erigir orientações que visassem remodelar a educação física, intelectual e moral da mulher. Enquanto a primeira seria praticamente inexistente, a segunda não passava de formações rudimentares e a terceira se confundia com o catecismo¹²⁷. Na Bélgica, ao passo que os católicos defendiam o voto feminino nas eleições comunais, provinciais e gerais, os conservadores e socialistas advogavam pela protelação de tal lei que seria “perigosa” por datar de 1914 a lei de ensino obrigatório¹²⁸. Dos Estados Unidos, vinham notícias sobre a Conferência Pan-Americana de Mulheres ocorrida em Baltimore e levada a cabo pela “Liga das mulheres eleitoras dos Estados Unidos”. O direito ao voto feminino aí era diretamente relacionado ao desenvolvimento da educação da mulher¹²⁹. Joaquim Pimenta, como os socialistas belgas, era favorável ao voto feminino, porém, para o futuro. Afirmava Pimenta, às vésperas das eleições presidências de 1922:

Se a querem eleitora ou eleita para os congressos, para os conselhos municipais, para as prefeituras ou mesmo para a presidência da República, deem-lhe previamente uma concepção racional e positiva das coisas; cultivem nela o sentimento de uma justiça que não se aprenda a amar ao pé dos altares, mas pela noção exata das necessidades, dos conflitos e dos sofrimentos humanos; libertem-na moral e intelectualmente de preconceitos que a enclausuram em um convencionalismo de virtudes postiças; em síntese, seja ela uma unidade social autônoma, e assim o voto nas suas mãos, além de se tornar uma força nos destinos políticos do país, exercerá ainda uma função

¹²⁵ KEHL, Renato. A inteligência da mulher, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1920, p. 1.

¹²⁶ A mulher vence, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1919, p. 2.

¹²⁷ LEÃO, A. Carneiro. The girl guide, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1920, p. 1.

¹²⁸ Notas Belgas. O direito de voto das mulheres, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 de março, 1920, p. 1.

¹²⁹ Cf. LEÃO, A. Carneiro. Conferência Pan-Americana de Mulheres (Pan-American Conference of Women), *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1922, p. 1.

moralizadora do caráter nacional¹³⁰.

Por ter sempre a moral em seu horizonte reflexivo, as ações envolvendo organizações femininas haviam de ter algum posicionamento frente à religião. Pode-se dizer que, na década de 1910, a exemplo de organizações como a Cruz Branca e a Associação da Mulher Brasileira, a relação com a Igreja era pacífica. A Cruz Branca dedicava-se à caridade, tinha comissões de festas, confecções, costura e socorros. A Associação da Mulher Brasileira seria mais complexa, além de vender confecções e “todo trabalho de mulher”, notadamente os dedicados à costura, mantinha “escritório de colocação para empregadas de armazéns, lojas, datilógrafas, professoras, governantas e enfermeiras, abrangendo todas as profissões às quais possa dedicar-se a mulher”¹³¹.

Por ocasião da instalação da Legião da Mulher Brasileira, “instituição destinada a elevar o nível da moral feminina e proteger, sobre múltiplos e nobres aspectos a mulher brasileira”¹³², a divisão no interior da agremiação feminista tornou-se explícita, justamente a partir de um tema sensível como o religioso. A sessão era chefiada pelo Monsenhor Mariano Lemos, vigário geral da Arquidiocese, ali em nome do cardeal Arcoverde, figura maior da igreja católica no Brasil daquela época. Além dele, o padre João Gualberto estava representando a instituição eclesiástica. Dentre as mulheres que ocuparam lugares de fala estavam Áurea Pires, que dissertara sobre o papel da instituição em “elevar o valor moral, intelectual e social da mulher”, Heloísa Lutz, Cecília Meireles e Maria Eugênia dos Santos, a Baronesa de Ibiapaba. Os nomes dos cargos diretores eram Mary de Sayão Pessoa, Júlia Lopes de Almeida, condessa Pereira Carneiro, Baronesa de Ibiapaba, Cacilda Martins, Marechala Gomez Pimentel, Heloísa Lutz, Cecília Meirelles, Olga Doyle, Lúcia Serrano, Emília Muniz, Margarida L. de Almeida, Angela Vargas, Áurea Gama e Flora Hanselma.

Parecia correr tudo bem até que o padre Gualberto ia dar a bênção à Legião, mas apenas se “estivesse claramente delineado o programa da sociedade” segundo os princípios de propagar a fé católica. Porém, conforme a reportagem que retratou o caso:

O padre Gualberto não pode entretanto, prosseguir na oração. As suas ideias, no momento expendidas, acerca do modo porque, baseada nos ensinamentos da igreja católica, devia a Legião presidir os seus destinos, provocaram sério protesto de uma grande parte da assistência, que se levantou, retirando-se do recinto entre os protestos dos que, com as ideias referidas, não podiam, por uma questão de crença, estar absolutamente de acordo. Entendiam os que protestavam, que a Legião, formada por senhoras de diferentes credos religiosos não deviam admitir injunções de quem quer que fosse, de maneira a abalar o sentimento religioso que divergia por completo entre os presentes.

¹³⁰ PIMENTA, Joaquim. O voto feminino, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1922, p. 1.

¹³¹ Cf. A Cruz Branca realizou ontem a sua primeira sessão ordinária, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1915, p. 6; Uma nova instituição feminina – A Associação da Mulher Brasileira, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 set. 1916, p. 2.

¹³² A legião da mulher brasileira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1920, p. 7.

A diretoria afirmara que sequer havia convidado o Arcebispo, mas que não “compactuava com os protestos”¹³³. Publicou-se nota ratificando que a Legião não possuía fins religiosos. No dia seguinte, o próprio jornal recebera em sua redação “uma comissão de operárias que protestavam contra as palavras do padre Gualberto, pois sendo leiga a associação que se formava, não podiam as associadas aceitar dogmas que não professavam”. Assim, se no início do século XX, Maria Eleutério pode reconhecer um espírito de solidariedade entre as mulheres que “se protegem umas às outras no interesse de sua própria autonomia”, com o passar do tempo, se tal *esprit de corps* não se rompe totalmente, suas divisões internas vão se tornando mais claras, sendo cada vez mais difícil considerar a mulher de forma genérica e estereotipada.

Contemplando tais diferenças, porém observadas do ponto de vista moral, Tristão de Athayde verificava na produção literária feminina que:

[...] ao passo que umas se revoltam contra o que lhes parece uma tirania, levantam-se outras como vestais do templo. Enquanto algumas, a maioria sem dúvida, exaltam os sentimentos nobres e puros, clamam outras, a minoria mais sonora, pela liberdade dos instintos. Anjos e demônios – como nos tempos idos¹³⁴.

Autoras como Madame Chrysanthème, pseudônimo de Cecília Bandeira de Mello Rebelo de Vasconcelos, aceitavam encarnar o “demônio”, uma vez que, dentre outras coisas, isso lhes permitia alcançar altas vendagens, aproveitando-se de um nicho que escritores como Théo Filho, Afrânio Peixoto, João do Rio e outros usufruíam. Havia até os que, sob pseudônimos femininos, exploravam o mercado de obras consideradas escandalosas, como o jornalista baiano Eduardo Faria que, assinando Regina Alencar, fez sucesso com o livro *Sensações* (1922)¹³⁵. O crítico via em obras de Chrysanthème, como *Enervadas* e *Gritos femininos*, a reprodução da “literatura tabaresca” que garantiria edições esgotadas. Agripino Grieco considerava:

Chrysanthème, depois de escrever lindas histórias para crianças, revelando-se uma das mais encantadoras “femmes de lettres”, entrou a escrever livros meio escandalizantes, como “Enervadas” e “Uma Paixão”. Passou a pôr venenos borgianos nas suas compotas de manga ou caju. Seus heróis dantes faziam apenas orgias domésticas com chá, a tisana elegante dos ricos: hoje, atiram-se à morfina e à cocaína. Madame Chrysanthème descreve agora de preferência mostuário de homens da Avenida e quase todos os seus heróis são Narcisos dos espelhos do Alvear, arrotando éter e licores caros. Suas heroínas praticam uma espécie de donjuanismo feminino. Nelas, o carmim é o único róseo do pudor, e perdem mais tempo polindo as unhas que os sentimentos. Quando se fazem de ingênuas, são ingênuas de teatro, ingênuas libertinas...¹³⁶

Quais seriam os limites que determinariam o passo fatal do anjo que se torna demônio? Da liberdade que se torna libertinagem? Do belo voluptuoso que devém pornografia?

Se a autoria feminina era já um pretexto para se acusar a presença dos instintos

¹³³ A legião da mulher brasileira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1920, p. 7.

¹³⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1923, p. 1.

¹³⁵ Cf. COELHO, Nelly Novaes. Regina Alencar. In: *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*. 1711-2001. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 557.

¹³⁶ GRIECO, Agripino. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 out. 1923, p. 1.

dionisíacos comumente associados às mulheres, em obras assinadas por homens, a análise crítica não era tão óbvia. Tal era o caso do romancista carioca Adelino Magalhães. Segundo Wilson Martins, sua obra, que começara a ser publicada em livros em 1916, no volume *Contos e Impressões*, “parecia comprazer-se na anedota escatológica, no pormenor sórdido, nos tipos teratológicos e no emprego de sonos palavrões escritos com todas as letras”, havendo mesmo cenas de “porcos trepando uns nos outros” em “atitude pederasta”, nas palavras de Magalhães¹³⁷. Nos contos de *Tumulto da Vida*, o autor parecia continuar nesse tom em que, segundo Tristão de Athayde, “inegáveis qualidades de escritor, imaginoso e comovente, se casam aos mais inaceitáveis processos estéticos”¹³⁸. Magalhães, como João do Rio, Chrysanthème e outros, justificava sua obra pelo apego à vida, à sinceridade e à observação, considerando-se um “paladino da verdade”. O crítico, porém, discordava:

Escrever com todas as letras nomes e frases pornográficos ou vulgarmente imorais, colocar os homens em posturas ridículas, exhibir pavorosas e uniformes corrupções ou deformações físicas, banir da arte, como inexistente toda a delicadeza ou mistério, é trair a verdade, falsear a vida.

A pornografia, portanto, residiria no falseamento da vida em favor do grotesco. Ao contrário de sua autorepresentação, o autor seria antes um impressionista do que um observador:

O realismo do Sr Adelino Magalhães é todo interior e procede mais da sensação que da observação. Sensibilidade à flor da pele, deixa-se o autor impressionar por todas as manifestações, portanto, mais aparentes que profundas, da realidade e reproduz em sua obra esse tumulto de sensações cambiantes.

O livro produziu no crítico perspectivas díspares, ao mesmo tempo em que reconhecia “um talento inculto e desconexo, mas incontestável, de narrador” e que “a própria anarquia de estilo, que nele reina, é por vezes indício de vivacidade e comoção”, não podia deixar de recriminar a “tirania da sensação” presente em sua arte. Faz-se um apelo à ordem:

E foi nesse sentido que indaguei, de início, se não era acaso “a desordem” o que o Sr Adelino Magalhães pretendia impor como dogma de arte. É a consequência da sua concepção elementar da sinceridade, como exata e perfeita reprodução do tumulto interior do artista. É um engano. Esse tumulto interior existe, mas como primeiro estágio da obra de arte, e esta não se deve modelar senão apenas inspirar nele. A verdadeira sinceridade não é absolutamente incompatível com a forma cuidada e a expressão modelada. A ordem e a lucidez, pelo contrário, são a suprema expressão da verdadeira intuição criadora, em que se equilibram sentimento e inteligência – ao passo que a desordem é sempre sintoma de anarquia intelectual e de difícil assimilação. Queiram ou não, há de ser a razão eternamente o nosso supremo brasão de homens.

Contra o domínio das sensações e do irracionalismo, o crítico lembrava que a:

[...] obra de arte não chegará a viver e muito menos a durar [...] sem a galvanização da inteligência. Só esta, só a ação transfiguradora da razão conseguirá vitalizar essa argila informe e divina, que é o germe maravilhoso da obra de arte, mas nunca - sem a inteligência – passaria de um germe apenas potencial.

¹³⁷ Cf. MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. (1915-1933). Vol. VI, p. 80.

¹³⁸ ATHAYDE, Tristão de. *Bibliografia*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1920, p. 2.

Não por acaso, o nome do líder da Ação Francesa e signatário do Partido da Inteligência, criado em 1919¹³⁹, Charles Maurras¹⁴⁰, era lembrado pelo crítico pela asserção segundo a qual apenas pela razão se poderia atingir a “sábria naturalidade”. Acerca de Adelino Magalhães, ele comenta:

A primeira consequência do seu antintelectualismo, inconfessado mas real, é essa expressão desconexa e ofegante, que dá por vezes a impressão de vida, mas que depressa fatiga e chega, não digo aos maiores, mas a verdadeiros absurdos do mais elementar impressionismo: “Que Angústia! Ó! por que veio pizzicatear aos ouvidos aquela palavra... assim, momentânea, em cintilar auditivo: cabaré! Cabaré! Cabaré! Mas... avante! Avante! Cabaré! Cabaré! Cabaré! Sus! Tu és Fidalgo! Cabaré! Mais alto!... Mais alçado ao Infinito! Redenção! Glória! Exulte ser por ser! O Universo exulte! ser por ser goze ó! delírio Cabaré! Sus! Olá... Avante! Avante! Cabaré! Que música espocante, convulsa em si mesma, insofrida no desejo glorioso dos horizontes de lá... de lá... de lá! tão longe! Vês?... Sus! Tu és um fidalgo! Mais alto! Mais estirado sobre teu triunfo! Avante! de longínquos horizontes: de gozo liberto! E o Pecado exulte! E o Egoísmo fulgente... Por que não se bacharelara, ao tempo em que seus irmãos, filhos de pai nobre, cursaram contudo o futuro respeitável do ‘sabe com quem está falando?’ Por que dera para as leituras libertárias, depois de tão belo curso propedêutico? E por que dera para tipógrafo, com o fim quase exclusivo de um dia pregar a revolução?...”¹⁴¹

Aquilo que o crítico vira como “elementar impressionismo” foi tido, já ao fim da década de 1920, pelo grupo de intelectuais reunidos em torno da revista *Festa*, como algo “precursor, não só no Brasil, mas no mundo, do suprarrealismo”¹⁴². Décadas depois, Wilson Martins considerara Adelino Magalhães como alguém que possuía um “estilo expressionista”, sendo “o mais fecundo dos pré-modernistas”¹⁴³. Na visão de Tristão de Athayde, “nessa licença literária, sem pudor, simplicidade e correção, de que se gaba o Sr Adelino Magalhães, não há mais do que um individualismo ingênuo e rudimentar”¹⁴⁴.

Em um contexto de mobilização em torno das temáticas nacionais, nem o regionalismo nem as perspectivas que procuravam ver por “debaixo do verniz” citadino poderiam atender aos anseios crescentes. A questão nacional ganhava ainda mais recorrência em função da proximidade do centenário da Independência. Como afirmara o crítico:

Anuncia-se literariamente o ano próximo como o de um grande balanço nacional.

¹³⁹ Cf. EINFALT, Michael. La critique littéraire de "L'Action française". In: Cahiers de l'Association internationale des études françaises, 2007, n°59, p. 313.

¹⁴⁰ Charles Maurras era um dos principais nomes da intelectualidade francesa do período entreguerras. Fundador da Ação Francesa em 1899 ao lado de Maurice Pujo e Henri Vaugois, defendendo um “nacionalismo integral” que se baseava no monarquismo, catolicismo e classicismo, conseguira impor seu nome em diferentes meios intelectuais e políticos, desde os do radicalismo da direita nacionalista até os do interior da consagrada *Nouvelle Revue Française*. Cf. EINFALT, Michael. La critique littéraire de "L'Action française". In: Cahiers de l'Association internationale des études françaises, 2007, n°59, p. 303 ; ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean François. *Les intellectuels en France*, p. 11; DAGAN, Y. *La nouvelle Revue française*, p. 112 ; PROCHASSON, Christophe. Sur Le cas Maurras: biographie et histoire des idées politiques (note critique), *Annales, Science Sociales*, Ano 1995, vol 50, n 3, p. 580.

¹⁴¹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1920, p. 2.

¹⁴² SILVEIRA, Tasso da. Renovação: a propósito de um livro de Tristão de Athayde, *Festa: Mensário de pensamento e arte*, Rio de Janeiro, Ano I, n° 2, 1 nov. 1927, p. 8.

¹⁴³ MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. (1915-1933). Vol VI, p. 81; 145.

¹⁴⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1920, p. 2.

Vamos procurar saber se, realmente, já conquistamos uma independência de que a quebra dos laços políticos em 1822 foi simples episódio. Nessas condições, devemos esperar por larga messe histórica, desde a história propriamente dita até o romance do passado, o poema cívico ou o teatro da reconstituição¹⁴⁵.

A dúvida e o ceticismo permaneciam como marcas do olhar que procurava identificar a identidade brasileira como algo existente e consolidado. Frente a tais expectativas, seria preciso se manter reticente acerca das obras meramente celebradoras:

Não há talvez forma poética mais difícil do que a musa comemorativa. A espontaneidade da inspiração, a graça da expressão, toda a alma imprecisa e leve da poesia tem de ceder lugar a uma gravidade forçada e incompatível com o encanto alado do verso. Sente-se facilmente o trabalho laborioso da construção, a fria disposição das estrofes¹⁴⁶.

Ao tratar de livros de poesia escritos com tais intenções, aponta-lhes as falhas e insuficiências.

A obra *A volta do Imperador*, de Carlos Magalhães de Azeredo, era exemplar:

*Ó Brasil! pátria adorada,
a quem todo eu pertence,
sem uma hora só pousada,
desde a infância atribulada
a essa noite de amargura,
que a um passo da sepultura,
ai! Me separou de ti!*¹⁴⁷

Tal “voz da pátria” não diria nada e seria marcada antes pela algidez, quando a “nossa poética” reivindicaria o prosaico e anódino. O livro *Predição. Saudação*, do político católico Carlos de Laet, seria “ainda menor” em sua ode à natureza do país:

*Sem mais verde matiz vestirão as colinas;
Há-de armar-se nos céus um doce todo azul;
E corridos os véus das vésperas neblinas,
Surgirá mais nitente o Cruzeiro do Sul!*

Após os processos pelos quais vinha passando a cultura intelectual brasileira, era impossível aceitar este tipo de ufanismo como expressão da realidade nacional. O desafio do Centenário era muito maior do que se podia imaginar.

A questão acerca do “estilo nacional” aparecera em praticamente todos os domínios da cultura intelectual brasileira. O crítico destacava as considerações de Monteiro Lobato sobre a arquitetura colonial e os esforços desenvolvidos, especialmente em São Paulo, para criar, “senão um estilo nacional nosso, ao menos um que se abebere nas fontes próximas de nossa nacionalidade, ibérica e árabe, e se inspire nas necessidades e nos motivos ambientes”¹⁴⁸. Os debates a respeito da formação de uma arquitetura nacional se faziam nas páginas dos jornais. As grandes reformas urbanas que vinham ocorrendo em São Paulo corroboravam com a discussão acerca da questão arquitetônica das cidades, conforme editorial de um jornal carioca:

¹⁴⁵ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 out. 1921, p. 1.

¹⁴⁶ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1921, p. 1.

¹⁴⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão. Vida Literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1921, p. 1.

¹⁴⁸ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1920, p. 8.

Durante muito tempo dir-se-ia que os habitantes do Rio eram completamente indiferentes à beleza da cidade. Desde que tínhamos uma “natureza” incomparável, unanimemente elogiada pelos “touristes” e viajantes estrangeiros, julgávamo-nos quites conosco mesmo; os arquitetos improvisados, os grosseiros mestres de obra ou os homens sem sombra de gosto ou educação artística que passavam pelo governo municipal, podiam encher impunemente a moldura maravilhosa da Guanabara com os mais tremendos aleijões de pedra e barro que acudissem a uma imaginação inferior de bárbaros. Mesmo depois da avenida e das obras de embelezamento do prefeito Passos, os cariocas assistiam indiferentes à substituição dos velhos casarões inestéticos que a pobreza de gosto artístico dos portugueses nos legara, pelo delírio dos palacetes rastaqueras de Copacabana e Botafogo e dos monstros pesados e coloridos da grande artéria central. Uma dia, entretanto, aqui, ali, começaram a surgir os primeiros protestos tímidos contra a fealdade das construções cariocas e o criminoso sacrifício das nossas lindas perspectivas naturais. Sem ir até às cidades europeias, tínhamos nos bairros novos de S Paulo o exemplo de habitações sóbrias e distintas, que atestavam, ao menos entre os paulistas, a capacidade primeiro de sentir os efeitos das linhas puras e das cores medidas¹⁴⁹.

O editorial não se perguntava sobre os problemas que vinham ocorrendo e sendo denunciados na imprensa, seja acerca dos estilos empregados¹⁵⁰, seja quanto aos problemas urbanísticos desencadeados¹⁵¹ na cidade paulista. Tratava-se, para o periódico carioca, de se encontrar um meio termo entre o “velho casario colonial e a imitação servil das vilas italianas, da moderna e formosa arquitetura francesa ou dos feios arranha-céus de Nova York”¹⁵².

O debate opunha defensores do estilo neocolonial e os proponentes de uma absorção das últimas produções europeias. José Mariano Filho iniciara uma discussão a partir dos questionamentos que recebera do professor de arquitetura da Escola Mackenzie de São Paulo, Cristiano Stockler das Neves, acerca das “sugestões” que dera, na condição de representante da Sociedade Brasileira de Belas Artes, ao prefeito do Distrito Federal, o engenheiro Carlos Sampaio, sobre as reformas na cidade. Entre abril e novembro de 1921, o debate sobre a “arquitetura nacional” brindou os leitores do *O Jornal* com posições acerca da história do barroco no Brasil e da importância da arquitetura e do urbanismo na formação das cidades. Ambos falavam na busca de um “estilo nacional”, apenas o primeiro defendia que “o barroco que nos foi legado é despido de valor artístico e não pode, de maneira alguma, inspirar nossos arquitetos”¹⁵³. Para o autor, “temos que voltar as nossas vistas para a França que é o país onde a arte está hoje mais adiantada, a despeito de todo o temperamento artístico dos italianos, cuja arte estacionou com o barroco”. A arte nacional brasileira não podia ser a renovação do estilo colonial pois este seria, antes, português. Daí que “um edifício pode ter elementos e não ter estilo; é o que acontece com as nossas construções coloniais que, tendo elementos de diversos estilos, ressentem-se absolutamente da falta de um caráter nacional ou mesmo regional”.

¹⁴⁹ O problema das construções urbanas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1921, p. 1.

¹⁵⁰ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*, p. 119.

¹⁵¹ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*, p. 109.

¹⁵² O problema das construções urbanas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1921, p. 1.

¹⁵³ NEVES, Cristiano Stockler das. Arquitetura tradicional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 jun., 1921, p. 1.

José Mariano Filho, por sua vez, defendia o caráter ibérico do estilo colonial, cuja “unidade do estilo barroco” ele mesmo teria verificado passando por Minas, Bahia e Pernambuco e considerara que “nenhuma grande arquitetura [...] escapa ao espírito e tradição de sua raça”. Fala das técnicas empregadas na península Ibérica, inclusive com as influências de técnicas oriundas dos “países quentes” e “árabes” sob as telhas italianas. Segundo o autor, “todos esses pequenos detalhes arquitetônicos aparentemente insignificantes, como a rótula, o alpendre, o pátio interior, a telha romana, o grande beiral projetor de sombra amiga, todos eles têm a sua explicação perfeitamente lógica, e por conseguinte, tradicional”. Era preciso sair do “esnobismo artístico”, pois o Rio já estaria repleto de “castelos medievais” e “palácios *art nouveau*, diante dos quais a orgia barroca adquire foros de nobreza ática”. Assim, reconhecia-se uma arquitetura tradicional capaz de inspirar a produção da arquitetura nacional¹⁵⁴.

João do Norte (Gustavo Barroso) criticava Cristiano Stockler, considerava que o barroco seria dotado de “altas qualidades e que possui força bastante para maravilhar os olhos e mesmo para falar às almas”¹⁵⁵. Apesar de sua inserção tardia em terras brasileiras, o barroco colonial seria uma “arte das decadências” que, por isso, “possui belezas sem par, e às vezes os grandes espíritos do mundo surgem na vertigem dessas decadências. Quando o que decai foi grande, lança grandes chamas no bruxulear”. Contrariando Neves, considerava que “o Barroco não é tão feio como ele pinta” e traça uma história do estilo desde suas origens italianas. O que importava, segundo Barroso, era que o barroco “estava de acordo com a sua época, exprimia sentimentos da mesma, e respondia às necessidades intelectuais, morais e física do momento”, de modo que “uma arte assim ligada ao tempo há de ser elevada”. Além disso, o estilo seria completo, “há o edifício leigo e o religioso, a catedral e o palácio barrocos, o objeto de prata cinzelado e o quadro, a escultura e o vaso, o pano bordado e o móvel”. No caso brasileiro, especificamente, lamentava-se o fato de que o “barroco jesuítico que nos coube por sorte não ser dos melhores, pois é o vulgarmente chamado estilo João V, [...] penso, sem pretensão de impor minha ideia, que ele não pode ser representativo da raça e da terra, porque não se nacionalizou”. Ao contrário das experiências peruanas e mexicanas, em que o barroco teria se nacionalizado “sobre as construções das civilizações precedentes”, como no caso da Igreja de São Domingos sobre o Templo do Sol em Cuzco, no Brasil não teria ocorrido tal processo e “as belas igrejas barrocas da Bahia, do Rio de Janeiro e do interior de Minas são barrocas só, não são brasileiras, como são peruanas ou mexicanas que citei”. Para Barroso, devia-se nacionalizar

¹⁵⁴ Cf. MARIANO FILHO, José. Arquitetura tradicional, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1921, p 1; MARIANO FILHO, José. Arquitetura tradicional (II). *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1921, p 1; MARIANO FILHO, José. Arquitetura tradicional (III). *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1921, p 1; MARIANO FILHO, José. Arquitetura tradicional (IV). *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1921, p 1.

¹⁵⁵ NORTE, João do. Arquitetura nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1921, p 1.

o barroco mediante incorporação de motivos da fauna e flora nacionais, tal como em outros países latino americanos.

José Mariano Filho escrevera ao “caro Tristão de Athayde” para que este participasse da discussão. Segundo o debatedor, “não será escuso lembrar-lhe a importância social do assunto em debate. A desnacionalização arquitetônica do Brasil é obra malsã [...] dos judeus que não tendo pátria, nem tradições procuram destruir a dos outros”¹⁵⁶. O crítico, porém, não participou do debate. Ele, contudo, sob o pseudônimo de Fernando Telles, havia escrito, meses antes, um artigo sobre a “casa brasileira” em que defendia ser a arquitetura a “arte mais expressiva de um povo”, especialmente por seu “anonimato”, que poderia ser verificado pelas obras da antiguidade dos egípcios, assírios e gregos¹⁵⁷. Além de afirmar concepções tradicionais da arquitetura como uma espécie de “mãe das artes”, o crítico reconhecia tal riqueza pelo fato de aí ser possível notar “a solidariedade artística e a ação do momento histórico”. E o presente não seria uma “época de ingenuidade arquitetônica”, mas de “uma época de pura imitação”, um momento de “assimilação de cultura”:

[...] para mal de nosso presente e para bem de nosso futuro, não temos a coragem da ignorância, que tão profundamente distingue os nossos irmãos norte-americanos. Desdenham eles, em geral, de toda cultura que lhes não seja útil e vão edificando logicamente sua casa, a começar dos alicerces econômicos.

Mais uma vez, porém, o “caso brasileiro” revelava sua característica central de cisão, desacordo e incongruência:

Com o sangue e a mentalidade que temos, não nos seria possível essa evolução racional. Dotados de uma inteligência muito especial, viva e assimiladora, não conseguimos adaptar o nosso estado mental ao nosso estado social. Esse desacordo flagrante e inevitável, manifesta-se em todas as modalidades da vida nacional. Na arquitetura é patente. São geralmente os nossos arquitetos homens sabedores e mesmo sábios, inteligentes, cultos e de gosto. Que lhes falta então? A coragem de ser nacionais, de tatear por mil obstáculos a vencer, de abrir caminho.

O crítico, então, lembrava que a “cultura” poderia tolher a criatividade:

Aos nossos arquitetos, falta a coragem de ser imperfeitos, esquecidos de que mais vale uma imperfeição original do que uma perfeição copiada. Nunca um tão vasto e deserto campo se apresentou a olhos de artistas como o de nossa arquitetura urbana e rústica. Mas não se apontam arquitetos capazes de vencer a rotina do plágio, a que nos habituamos, nem proprietários de bastante gosto, para compreender que só a região, o clima e a gente podem inspirar a verdadeira beleza arquitetônica.

Assim, ele considerava que os “construtores nossos” seriam ou “boçais ou distintos”, mas “bebidos por demais em revistas americanas, inglesas e francesas”. Deveriam os arquitetos olharem para o “sol, para as nossas árvores, para o nosso mar, para a nossa gente, para a nossa história”, a fim de compreender que “nada do que foi construído, embora com perfeição e gosto, ficará como obra de arte ou civilização”. Nada fora do horizonte nacional poderia ser perene.

¹⁵⁶ Carta de José Mariano Filho a Tristão de Athayde, sem data, acervo CAAL.

¹⁵⁷ TELLES, Fernando. A casa brasileira, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1920, p 1.

Tais produções ficariam como “prova da nossa civilização incipiente e mimetista, e como documentos da falta de originalidade e de individualidade dos nossos cultos e elegantes arquitetos”¹⁵⁸. A superação deste “bovarismo arquitetônico” poderia ser atestada em produções de São Paulo, como “na residência luxuosa de Numa de Oliveira” que provaria ser “possível fazer arquitetura nacional de qualidade. Ou pelo menos luso-brasileira, que é nacional também”. O crítico cita o nome do português Ricardo Severo¹⁵⁹ que participaria das iniciativas semeadoras para “o nascimento de um estilo nacional arquitetônico”. À época, Mário de Andrade publicava na *Revista do Brasil* a série de artigos “A arte religiosa no Brasil” sobre o barroco:

Todas essas igrejas, assim como os templos de maior porte, edificados mais tarde, obedecem a uma certa ordem de tipos arquitetônico que, tendo-se vulgarizado por todo o Brasil, tomariam uma feição fortemente acentuada, donde muito bem se poderia originar um estilo nacional¹⁶⁰.

José Mariano Filho e Cristiano Stockler das Neves concordavam com a sentença do arquiteto americano Charles Freeman Gillette segundo a qual “a escolha de um estilo em cada país deveria ser inspirada por sua história, voltando-se ao último estilo que ali nasceu para se desenvolver o estilo futuro”¹⁶¹. A questão, porém, era precisar essa história, identificar seus traços mais relevantes e aquilo que deveria caracterizar sua identidade. Ao comentar o livro *Jornadas pelo meu país*, de Júlia Lopes de Almeida, Tristão de Athayde fala dos problemas de se conhecer todo o território brasileiro, especialmente pela precariedade dos transportes, embora não fossem raras as obras de viajantes. Aí residiria um aspecto fundamental para a afirmação nacional, uma vez que “só seremos um, quando formos muitos. Só teremos uma personalidade nacional quando granjearmos caracteres locais”¹⁶². Ele fazia restrições às observações da escritora, para quem “só na paisagem logra um viajante encontrar certo motivo de novidade, tão semelhante é entre si a vida das suas populações, pelo menos no que essa vida tem de aparente”¹⁶³. Na visão do crítico, esta afirmação do “aparente” é que não poderia satisfazer aos anseios intelectuais, revelando antes alguém que “passou pelo Rio Grande, colhendo as flores da terra, sem lhes perscrutar as raízes”¹⁶⁴, não podendo assim perceber a autora a “diversidade de vida das populações, dos seringueiros aos gaúchos, dos embarcações aos fanadores” que formavam a população brasileira. “Perscrutar as raízes”, tal era o horizonte que por muito tempo iria marcar a cultura intelectual brasileira.

¹⁵⁸ TELLES, Fernando. A casa brasileira, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1920, p 1.

¹⁵⁹ Sobre trajetória e concepções de Ricardo Severo ver: MASCARO, Luciana Pelaes; BORTOLUCCI, Maria Ângela; Lourenço, Júlia Maria. Ricardo Severo, Raul Lino e os movimentos tradicionalistas, *Convergência Lusíada*, n. 25, pp. 102-123, janeiro-junho 2011.

¹⁶⁰ ANDRADE, M Moraes de. A arte religiosa no Brasil, *Revista do Brasil*, São Paulo, Rio de Janeiro, nº 50, fev. 1920, p. 98.

¹⁶¹ Cf. MARIANO FILHO, José. Arquitetura tradicional (IV), *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1921, p 1.

¹⁶² ATHAYDE, Tristão. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1920, p 2.

¹⁶³ ALMEIDA, Júlia L. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1920, p 2.

¹⁶⁴ ATHAYDE, Tristão. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1920, p 2.

Neste sentido, o papel e lugar dos portugueses era algo que passava por constantes reavaliações. A obra “colossal” e “monumental”, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, organizada por Carlos Malheiro Dias e prevista para compor cinco volumes, teria a participação das “maiores autoridades portuguesas, brasileiras e estrangeiras no assunto” e pretendia ser “a obra de maior suntuosidade artística publicada até aos nossos dias em língua portuguesa”¹⁶⁵. Em seu primeiro volume, procurava-se demonstrar que “os descobrimentos resultaram de um plano nacional, a que presidiram concepções geográficas arrojadas, desenvolvidas por um trabalho científico de grande envergadura”. A partir de tais posições, Tristão de Athayde propõe reparos segundo uma reflexão teórica acerca da história:

Para ser respeitável e útil, para que possamos confiar na sua palavra e beneficiar de sua lição, deve a história visar um único objetivo – *a verdade*. Não se discute que essa verdade seja falha, que o tempo desnature os acontecimentos, que as interpretações modifiquem os documentos, que a personalidade do historiador não possa inteiramente desaparecer perante os fatos. Tudo isso é sabido e quem for esperar pela verdade completa melhor fará indo cuidar de seu jardim, como Candide. O que se deseja é o ideal da verdade, isto é, a coragem de enfrentar os acontecimentos sem preconceitos, de escrever a história sem defender ou contrariar sistematicamente teses, sem se colocar em posição de apologista ou de negador, tomando dos fatos como eles são, sem escolha prévia ou focalização de luz sobre os que convenham, deixando à sombra os que contrariem simpatias ou convenções; o que se deseja é que da condição da fé, da idade ou da nacionalidade do historiador se não possa deduzir seus conceitos¹⁶⁶.

O crítico suspeita que a orientação maior da obra não residiria em tais aspectos, mas no combate a “certo nativismo feito contra Portugal” e, principalmente, como “pretexto para levantar o ânimo da pátria, deprimido com a decadência política e econômica, encarecendo-lhe a admirável grandeza do que foi e as possibilidades que o aguardam”.

A obra organizada por Carlos Malheiro Dias traria a deturpação da história para “servir a um fim de glorificação nacional portuguesa ou de fraternização internacional luso-brasileira”. Daí ela abrigar, à guisa de epígrafes e aforismos, sentenças como a de Guerra Junqueiro que afirmam ser o Brasil a “eucaristia sagrada dos Lusíadas” ou, ainda, passagens escritas, segundo apreciação crítica, em estilo de “comício popular”:

Uma das páginas mais brilhantes, mais gloriosas e mais fecundas da História de Portugal é, sem dúvida, o descobrimento do Brasil. Este imenso território que ocupa quase três quintas partes do Continente sul-americano, tanto na sua extensão geográfica como na sua grandeza social, foi obra da fé e da energia dos portugueses... A todos os colaboradores, portugueses e brasileiros, que vão contribuir com o melhor de seus talentos para esta apoteose à raça da Lusitânia, que foi dominadora do mundo, e ainda hoje se orgulha de ser das mais nobres, audazes e valentes... aqui deixo a expressão do mais vivo e profundo reconhecimento¹⁶⁷.

O crítico notava que era preciso escolher entre “História da Colonização” ou “Apoteose à raça

¹⁶⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 out. 1921, p. 1.

¹⁶⁶ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 out. 1921, p. 1.

¹⁶⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 out. 1921, p. 1.

da Lusitânia”¹⁶⁸. A obra ainda pretenderia explicar “em toda a complexidade, o milagre que consiste em haver querido e podido uma pequena nação... (criar) no espaço de três séculos um dos maiores impérios da terra”. A tais considerações, Tristão de Athayde lembrava o risco de se acreditar em “milagres”, desdenhando-se “de certas causas naturais acessórias, para cair na ‘apoteose’ do homem colonizador” e que “a história de todas as colonizações nacionais é a história de um sentimento: o interesse”. O crítico avaliava:

[...] só estudando os acontecimentos sem preocupação de “apoteose”, é que poderão realmente levar a cabo uma obra imortal, com que hão de granjear a admiração e o respeito de portugueses e brasileiros. Mas se pretendem provar que os portugueses são os melhores colonizadores do mundo, que o desejo de Portugal era criar uma nação para a liberdade, que os colonizadores chegavam animados de intenções desinteressadas, que a administração colonial era o mais suave dos governos, então devemos confessar que se terá perdido o mais admirável esforço até hoje empreendido, para se estudar a história da nossa colonização.

Malheiro Dias respondera primeiramente em carta timbrada pela “Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa no Brasil”¹⁶⁹. Considerando-se “perplexo” e que desde Tito Lívio “a História tem servido para glorificar as grandes nações e exprobar as más”, Dias esclarecia que “no vasto plano em que trabalhamos, só há uma ideia preconcebida: a de procurar explicar como um minúsculo povo criou esta pátria imensa”. O autor escreveu artigo endereçado ao “Exmo. dr. Tristão de Athayde”, destacando que a crítica parecia destoar da forma geral com que a obra fora recebida: “Se quisesse me magoar - e estou convencido de que não foi de modo algum a sua intenção, - v. ex. não teria podido encontrar palavras mais ásperas do que essas que juntou aos louvores veementes da vasta notícia dedicada ao 1º fascículo da ‘História da Colonização Portuguesa do Brasil’”¹⁷⁰. Ele comentava que a “autoridade do seu nome já consagrado pela retidão do seu proceder, pela imparcialidade do seu critério e pelo fulgor do seu talento, tenha dado pretexto para que se generalizem suspeições tão injustas, que vão ferir os homens eminentes congregados para este labor abnegado”. Por fim, o artigo enumerava os colaboradores da obra¹⁷¹ que atestariam serem infundadas as suspeitas do crítico. Este não respondeu, mas comentou posteriormente:

Acaba de aparecer o segundo fascículo da monumental História da Colonização Portuguesa do Brasil. Prosseguindo na erudita “Introdução”, relativa à intencionalidade do descobrimento da América, procurando reivindicar para os portugueses a glória de uma empresa de que foi apenas Colombo o visionário da Fé. Ocupa-se ainda o fascículo em provar os motivos de D João II em recusar o oferecimento do Colombo, não por ignorância mas por ciência de que só o caminho do nascente levaria à Índia. Note-se, enfim, que voltam os autores a afirmar o propósito de não fazerem “literatura panfletária ou alteração nacionalista”, mas –

¹⁶⁸ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 out. 1921, p. 1.

¹⁶⁹ Carta de Carlos Malheiro Dias a Tristão de Athayde, 19-10-1921, acervo CAAL.

¹⁷⁰ DIAS, Carlos Malheiro. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 out. 1921, p. 1.

¹⁷¹ São elencados os nomes de D Carolina Michaelis de Vasconcelos, Duarte Leite e Luciano Pereira da Silva, Lopes de Mendonça, Antônio Baião, Júlio Dantas, Esteves Pereira, Jayme Cortesão, Oliveira Lima, Anthero de Figueiredo. Cf. DIAS, Carlos Malheiro. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 out. 1921, p. 1.

“obra objetiva e imparcial, superior às paixões e às especulações patrióticas e dialéticas”. A esse registro sumário e sucessivo nos limitamos, por ora, conforme expressa deliberação¹⁷².

No mesmo sentido em que avaliara a obra organizada por Carlos Malheiro Dias, o crítico apontava a lusofilia exacerbada que presidia produções como o livro *O sentido do Atlântico*, do escritor português João de Barros. Segundo Tristão de Athayde:

Se o problema das relações luso-brasileiras está de novo em foco, provocando graves dissidências em ambos os países e confundindo todos os espíritos, é que a leviandade de alguns alvoroçados, como o Sr João de Barros, não soube compreender a situação real dessa relações nem o estado de espírito dos dois povos. As ligações que existiram, e continuam existindo por outras formas, entre os dois povos, longe de serem um motivo de aproximação, como pode parecer a um raciocínio superficial, aconselhavam o afastamento. Não se tratava simplesmente de duas nações “filhas do mesmo passado, gêmeas pelo sentimento e pela linguagem”, como diz o Sr João de Barros. Se assim fosse, nada mais fácil do que uma aproximação que redundaria em fusão. A linguagem dos que pregam essa aproximação bem mostra quanto ela é artificial, quando não espontânea, pelas sutilezas e subterfúgios que emprega¹⁷³.

Este tipo de consideração sobre a realidade dos dois países seria algo que em nada contribuía para o real conhecimento de suas especificidades, agindo antes em sentido contrário. Assim, o passado deveria ser contemplado segundo perspectiva pertinente a cada uma das nações:

Portugal descobriu definitivamente e colonizou o Brasil, mas apenas transportado para a América o povo de além-mar, e iniciado o caldeamento da raça com outros elementos, bem como sob a ação do meio, começou a formar-se para a Colônia, uma história própria, que é hoje o seu passado, e um de cujos principais característicos foi justamente o espírito de reação contra Portugal. Não há por conseguinte em cena duas “filhas do mesmo passado”, o que indica igualdade de condições, mas uma metrópole, que se resignou, e uma Colônia que se libertou.

Assim como os brasileiros reconheceriam antes o “passado vivido” da Batalha dos Guararapes do que o “passado transmitido” da Batalha de Ourique, não haveria razão em afirmar o caráter gemelar de sentimento e linguagem entre as duas nações. E como o português colonizador teria se “modificado fisiologicamente, e portanto não poderá ser o mesmo sentimento”, a linguagem seria um “patrimônio de que não somos depositários nem mesmo usufrutuários, mas plenos proprietários por direito de transmissão, e que sofre as alterações inevitáveis e necessárias do tempo, da raça e do meio diferentes”. O crítico avaliava que:

A aproximação entre duas nações é tanto mais difícil quanto maiores são os laços que as prendem. E isso porque não há “aproximações sentimentais” entre nações mas aproximações de interesse. Foi o desconhecimento dessa observação comezinha da vida internacional que provocou os movimentos prematuros de certas tentativas de aproximação artificial e excessiva que provocaram o surto dos nativismos agressivos, tanto lá como aqui.

O trabalho dos “os pregadores da amizade, os apóstolos da confraternização” faria com que a hostilidade entre os países aumentasse, dando ensejo à emergência de movimentos de intolerância recíproca. O crítico lembrava que:

¹⁷² ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1921, p. 1.

¹⁷³ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1921, p. 1.

Nunca o Brasil e Portugal se amaram menos do que no dia em que se começou a pregar o amor que deviam ter um pelo outro! Para que as relações entre Portugal e Brasil possam um dia atingir sua máxima cordialidade, sem prevenções nem ressentimentos recíprocos, é mister que por muito tempo voltem as duas nações a trilhar os caminhos divergentes por onde as ia levando o destino, com sabedoria, antes da atoarda das aproximações inoportunas e consequente agastamento agressivo¹⁷⁴.

O autor considerava a obra de João de Barros como funesta e contraproducente. Assim, a afirmação de Barros de que “o que se deseja, e de toda a alma, é que Portugal compreenda que deve amar o Brasil, e que o Brasil aceite, e, em carinho e ternura, recompense o amor de Portugal”¹⁷⁵ era tida pelo crítico como “pura fantasia”:

Não há amor, de povo a povo, nem amizade! Há simpatia, como será o nosso caso para um Portugal, quando tiver cessado de vez a agitação dos importunos pregoeiros de amor que só tem conseguido até hoje semear a discórdia e a desconfiança. O “acordo espiritual”, tão caro ao Sr João de Barros, talvez se faça um dia, mas só quando o Sr João de Barros e seus companheiros deixarem de pregá-lo... [...] parece refletir [o livro], no empenho da aproximação, mais uma ambição do Portugal maior do que o desejo proclamado do “Grande Brasil” ou da equivalência entre as duas nações.

Os próprios princípios simbólicos que interessavam aos dois países seriam opostos naquele momento. Na opinião do autor de *O Sentido do Atlântico*:

Quando, um dia, um estadista português compreender que o futuro de Portugal, estando diretamente ligado ao desenvolvimento das nossas colônias, está ligado também, e estreitamente, a um bom e leal entendimento com o Brasil – porque só esse entendimento, nos poderá dar predomínio econômico sobre o Atlântico, *mare nostrum*, caminho único da nossa ambição e da nossa possível expansão; quanto esta concepção alimentar e inspirar a nossa política externa – teremos entrado de vez numa era de vitoriosas realizações nacionais. [...] A aproximação com o Brasil faz parte do nosso “patrimônio de esperanças” [...]. Ninguém há que não parta para a corrida extenuante da ambição e do triunfo! Mais do que nunca a vergonha e o dano é hesitar, é quedar-se, é recear. Caminha também, meu Povo audaz! Nas tuas mãos amadurece o teu destino: na tua coragem resplandece a tua alegria e a tua vitória¹⁷⁶.

A justiça aí, nas observações do crítico, só seria válida para os “professores de patriotismo”. Na verdade, ele notava que nestes casos tratava-se de um “imperialismo velado”:

O que é grave é que esses clamores imperialistas sejam velados, aos olhos da maioria, por palavras blandiciosas de puro amor desinteressado. O interesse de Portugal e o bem mais preciosos do seu “patrimônio de esperanças” é expandir-se apoiado no Brasil, e nesse caso devemos terminantemente recusar tal apoio, pois não podemos de forma alguma desviar o nosso espírito dos problemas internos, sendo muito outra a diretriz dos nossos destinos, ou Portugal pode reencetar sozinho seu novo caminho de ambições nacionais, e não deve solicitar amizades que se refuguem, solicitação que pode muito justamente ser interpretada como simples apelo de hipocrisia diplomática¹⁷⁷.

Dessa forma, enquanto João de Barros defendia que a união deveria vir da consciência de que “os dois países terão do seu comum ‘destino atlântico’, imposto pelas respectivas

¹⁷⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1921, p. 1.

¹⁷⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1921, p. 1.

¹⁷⁶ BARROS Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1921, p. 1.

¹⁷⁷ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1921, p. 1.

situações geográficas”¹⁷⁸, o crítico afirmava que o processo pelo qual passava o Brasil era o de “americanização” e que, menos do que deixar abertas as portas do Atlântico, “devemos abrir as nossas portas para a verdadeira estrada do nosso futuro – o *Sertão*”¹⁷⁹. Tristão de Athayde recusava as loas a uma “coisa amorfa e ridícula chamada ‘patriotismo luso-brasileiro’” e rebatia os apelos do escritor português com novas conclamações:

Não nos deixemos, por conseguinte, embalar por essas vozes de sereias que nos vem apregoar a grandeza tradicional ou as glórias futuras do *Sentido do Mar*. Não é para ele que nos conduz a nossa evolução natural. Outro ideal deve animar a nossa consciência coletiva, outro sentido deve apurar-se em nosso corpo nacional, único que o guiará para o seu verdadeiro destino – o *Sentido da Terra*.

Se, negativamente, ou seja, afirmando o que ela não deveria ser, era relativamente simples a distinção da identidade brasileira em relação à portuguesa, outro era o caso quando se devia considerar o que ela era positivamente. Na crítica a João de Barros, Tristão de Athayde defendia que os interesses do país estariam na “conquista da terra e a fixação da raça”.

Sobre esta última, a “raça”, além das discussões intermináveis em torno de suas características biológicas e culturais, havia o problema do “preconceito de raça no Brasil”, título de um panfleto de Álvaro Bomilcar que tocava neste tema que era uma espécie de tabu no interior da cultura intelectual brasileira. Poucos escritores analisavam tal preconceito no Brasil e Tristão de Athayde era exemplar dessa postura geral:

Existirá preconceito de raça no Brasil? Penso que não. É certo que publicistas uma vez por outra se ocupam dele. [...] Julgo mesmo inteiramente inútil o gasto que se faz de ciência, de veemência, de sentimentalismo ou de retórica – para provar ou desmentir pretensas superioridades étnicas. Somos um povo de mestiços em caminho para uma raça vindoura e remota. [...] Nessa raça futura hão de fundir-se todos os elementos lusos, africanos, germanos, indígenas, anglo-saxônicos, asiáticos, mediterrâneos, semitas, que a imigração vem trazendo ao território nacional. Julgo, portanto, perfeitamente inútil e ilusória, até contraproducente, toda ação contra qualquer das correntes que a fatalidade histórica trouxe ou trouxer à nossa formação étnica¹⁸⁰.

Dessa forma, Tristão de Athayde negava a existência do problema que, por não ter bases “reais”, não haveria razão de se perpetuar. Tais reflexões, porém, como reiteradamente se pode perceber nos discursos da época, eram marcadas pela ambiguidade e contradição. Assim, continuava o crítico na tecla que afirma ser o brasileiro um povo “mestiço” e que o melhor a se fazer era “tentar a nacionalização das raças que nos procuram e a solução das questões de nossa formação histórica. Uma intervenção no problema da raça só se compreende para fundir os elementos heterogêneos, e melhorar as condições dos inferiores”. Não haveria “preconceito de raça”, mas existiriam raças inferiores e superiores e, para resolver o problema inexistente, o crítico termina pela seguinte propedêutica: “Deixemos que as raças continuem a fundir-se porque é este o único

¹⁷⁸ BARROS Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1921, p. 1.

¹⁷⁹ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1921, p. 1.

¹⁸⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1919, p. 9.

meio de evitar preconceitos de raças”¹⁸¹. Tal posicionamento confuso acerca das diferenças de cor no Brasil vistas como distinções “raciais” é duradouro¹⁸².

Ao analisar o folheto de Bomilcar, o crítico preferira observar o caráter anti-português da obra e à reflexão sobre as condições raciais do país se somava a crítica à “lusofobia”:

Devemos partir, quanto à raça, desse postulado evidente; somos mestiços; [...] que a nossa história, com formosas exceções [...] é a crônica de uma colonização péssima, feita com sacrifício de negros e índios cujo mérito maior foi o próprio mal que sofreram; que nunca houve, entre esses elementos, divergências sérias que, pelo contrário, tudo tem caminhado nesses quatro séculos para a unificação dos fatores primordiais; que modernamente um novo afluxo – a imigração europeia –, e cada vez mais, doravante, a imigração norte-americana tem concorrido e hão de concorrer para a precipitação definitiva, em uma nova raça, de todos os elementos primeiros; que a ação humana nunca consegue vencer, senão orientar a fatalidade histórica; que as nações só morrem para renascer; que quarenta milhões de brasileiros nada podem temer de seis milhões de portugueses, e que portanto o perigo luso é um mito; que se deixar de ser absurda uma ideia de Confederação Luso-Brasileira, ela se fará apenas em detrimento de Portugal que independente foi glorioso, e confederado será mesquinho; que o tempo é o fator máximo de todas as evoluções históricas ou étnicas e que o Brasil e os brasileiros, com seus males e defeitos comuns a todos os povos, com os seus portugueses, caboclos, mulatos, germanos, anglo-saxônicos ou mediterrâneos, não tem razão de falar em “beira do abismo” ou “dominação estrangeira”!

Tal perspectiva antiportuguesa comporia outra obra de Bomilcar, *A Política no Brasil ou o Nacionalismo Radical*, que o crítico reparava as insuficiências acusando o “caráter urbano” e restrito da perspectiva do autor. Bomilcar, apesar de “patriota sincero”, teria se deixado “dominar pela paixão de suas ideias e escravizar por uma ridícula obsessão” contra Portugal, produzindo, assim, um “nacionalismo negativo”¹⁸³. Seu programa falava em “mudança da capital”, “nacionalização do comércio”, “nacionalização da imprensa”, “organização do teatro nacional brasileiro”, “A regulamentação dos alugueis de casa”, o “crédito agrícola”, a “política de solidariedade americana” e a reforma da Constituição, especialmente acabando com a igualdade que equipararia “o alienígena ao filho do país”¹⁸⁴.

Jackson de Figueiredo fazia coro às ideias de Bomilcar no volume *Do nacionalismo na Hora Presente*. O líder católico compreendia o nacionalismo como sendo:

¹⁸¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1919, p. 9.

¹⁸² No interessante e importante inquérito feito por Gilberto Freyre nos anos 1950, no qual foram ouvidas cerca de trezentas pessoas de diferentes idades, à pergunta sobre a atitude dos entrevistados em relação às pessoas negras, mulatas e “de cor”, a maioria respondia não possuir preconceito algum. Porém, quando questionada sobre como reagiriam a uma união de filho, filha, irmão ou irmã com “pessoa de cor” ou “de cor mais escura que a sua”, a grande maioria, aí incluídos padres e religiosos, com poucas exceções, era veementemente contrária ou se omitia a responder. As respostas assumiram as mais variadas “justificativas”, mas mantiveram um interesse geral que via a sorte das pessoas negras como invariavelmente pior que a das brancas. Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, se dizia contrário ao casamento com “gente indisfarçavelmente de cor. Além do mais, porque me recusaria sempre a concorrer para que viessem ao mundo infelizes. E o preto e o mulato, devido às condições sociais, cada vez mais predominantes no Brasil, de toda evidência, são uns infelizes” Cf. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Vol II, p. 359.

¹⁸³ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1921, p. 1.

¹⁸⁴ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1921, p. 1.

[...] de um modo feliz ou infeliz, não importa, certo ou errado, a sistematização, digamos assim, do que hoje vulgarmente chamamos patriotismo, a nacionalização do que é puro sentimento, ou quando muito, também, um punhado de ideias rudimentares; [...] a ação de uma elite que, acertada ou erroneamente, repito, mas de boa-fé, quer dar a uma dada pátria o sentimento e a ideia de que já constituiu uma raça histórica, tão legítima quanto as que mais legítimas se julguem¹⁸⁵.

A tais palavras, o crítico lembrava “que a boa-fé, no terreno das ideias, vale tanto quanto a intenção, no terreno da arte, isto é – nada, como critério de verdade ou de beleza”¹⁸⁶. Jackson de Figueiredo identificava dois pontos absolutamente tradicionais que deveriam compor o nacionalismo brasileiro: o espírito católico e o anti-lusitano. Segundo Tristão de Athayde:

[...] a concepção nacionalista do sr Jackson de Figueiredo, mormente em sua objetivação, parece-me enormemente acanhada. Se os dois únicos ideias do nacionalismo da hora presente são – desenvolver o espírito religioso e combater a influência portuguesa, temo muito que se inutilize entre esforços de Sísifo e estocadas de D Quixote.

Apesar de “tradicionalmente católico”, o povo seria “muito superficialmente religioso”:

O espírito religioso, por tradição, é infinitamente mais frágil que o espírito religioso por convicção, e um estudo sumário de nossa história ou a observação dos nossos costumes mostram que a nossa religiosidade não tem na alma aquelas raízes profundas da gente espanhola, por exemplo, ou das orientais em geral.

O catolicismo brasileiro seria fruto da colonização e não chegaria a formar um “caráter”. Além disso, o crítico comentava que o espírito católico “nada teria de propriamente nacionalista, pois teríamos conosco todas as nações hispano-americanas e grande parte da Europa”. Tampouco o antilusitanismo teria tal força:

O desequilíbrio entre o litoral e sertão, os pruridos separatistas de certas regiões, inassimilação do elemento italiano ou germânico, as relações econômicas com a América do Norte, as relações políticas com os vizinhos fronteiriços, a questão social natural e importada, a cultura cosmopolita e muitos outros problemas são mais sérios para a nossa nacionalidade que as relações com Portugal.

Dessa forma, ele concluía:

O verdadeiro nacionalismo é a ação construtora, a ação “por” alguma coisa e não “contra” alguma coisa. O verdadeiro nacionalismo brasileiro é a consolidação higiênica, econômica, política, moral e intelectual da nacionalidade brasileira. É a política de saneamento, de independência econômica, de estímulo à produção, de paz no exterior para o trabalho interior.

Jackson de Figueiredo respondera a tais considerações dirigindo-se em artigo ao “distinto e admirado amigo sr Tristão de Athayde”¹⁸⁷. O intelectual católico rebatera as acusações de lusofobia, mas reconhecia sua relação com Álvaro Bomilcar, a quem deveria a “primitiva orientação” do seu nacionalismo, mas que “de tempos para cá, múltiplas foram as causas que me separara dele, no que diz respeito às ideias gerais, que devem dirigir o movimento nacionalista”. Figueiredo, porém, defendia a superioridade colonização portuguesa, não admitia

¹⁸⁵ FIGUEIREDO Apud. ATHAYDE, Tristão. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1921, p 1.

¹⁸⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1921, p 1.

¹⁸⁷ Cf. FIGUEIREDO, Jackson de. Do nacionalismo na hora presente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1921, p 1.

nacionalismo brasileiro sem ser católico e, diferentemente de Afonso Celso e Álvaro Bomilcar, não aceitava que em tal movimento se admitisse não católicos.

As propostas inusitadas de Bomilcar e o nacionalismo católico de Jackson de Figueiredo expressam a recorrência do anseio, ainda incipiente e cético, que começa a caracterizar a cultura intelectual brasileira. Nenhum dos dois, porém, na visão do crítico, corresponderiam ao “nacionalismo realista” que deveria nortear a intelectualidade do país. Segundo ele, “é um sintoma do melhor augúrio observar como, desde Euclides da Cunha ou Alberto Torres, se vem generalizando essa concepção realista das coisas nacionais, que fora a dos grandes formadores da nacionalidade”¹⁸⁸. Tal concepção “realista” teria de levar em conta a oposição sertão/litoral fora da qual só restariam abordagens parciais, retóricas, deficitárias e incapazes de irem ao fulcro dos problemas nacionais. A fim de contemplar o par antitético, as metáforas orgânicas ganham cada vez mais espaço, afinal, desde o romantismo, “a sociedade verdadeiramente orgânica seria aquela da realização plena de cada um e de todos ao mesmo tempo”¹⁸⁹. Diferentemente dos modelos mecânicos, a imagem biológica do organismo concederia ao seu objeto o dinamismo vital de um ser integrado em suas partes que se desenvolve tanto espiritualmente quanto fisiologicamente, tanto moralmente quanto fisicamente. Através de sua cultura, raça, literatura, política, clima e geografia, a nação é tomada como uma personalidade impelida pelo espírito que lhe garante a autonomia e a liberdade¹⁹⁰. Assim, o par sertão/litoral é visto sob a perspectiva biológica e médica:

[...] os grandes centros só podem pensar lucidamente pelo país e dirigi-lo com eficácia, ao compreenderem que só existem saúde e desenvolvimento em um corpo quando há perfeita harmonia entre os vários órgãos e funcionamento perfeito de cada um deles. O louvor dos que estudam os nossos problemas por um prisma de nacionalismo positivo está em compreenderem essa verdade e procurarem observar o Brasil em sua existência real, com seus males profundos, com seus defeitos inveterados, investigando portanto os sintomas com a isenção fria e aguda de um médico. E aos médicos cabe justamente um papel saliente nessa orientação moderna e fecunda do nosso nacionalismo positivo¹⁹¹.

O crítico fazia referência à obra do médico Belisário Pena, *O clamor da verdade*, na qual Oswald Cruz era tido como o “maior dos brasileiros”. Na visão de Tristão de Athayde, aí residiria a orientação que se destacaria da percepção de que “o Brasil tem sido feito de cima para baixo; agora chegou o momento de refazê-lo, como deve ser, de baixo para cima”. Daí a saudação à “política sanitária” defendida por Belisário Pena e que deveria ser vista como o verdadeiro patriotismo isento da nota ufanista, mas, superior pelo horizonte de ação:

Quero apenas acentuar que não vejo impatriotismo algum nas cores negras com que

¹⁸⁸ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1921, p. 1.

¹⁸⁹ Cf. SCHLANGER, Judith E. *Les métaphores de l'organisme*. Paris: Librairie Philosophique J Vrin, 1971, p. 235.

¹⁹⁰ Cf. SCHLANGER, Judith E. *Les métaphores de l'organisme*, p. 152-155.

¹⁹¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1921, p. 1.

pinta o quadro da nossa população do interior. Parecem-me exatas essas cores, mesmo por observação superficial; mas ainda quando não o fossem, seriam necessárias para despertarem a apatia nacional, a respeito do problema do saneamento, que de qualquer forma é primordial. Nada há de irreparável em nossa situação geográfica ou étnica, para que nos seja lícito desesperar; mas também muito deixamos a desejar, nesse sentido, para que não urja a convergência de esforços sobre a eliminação de certos fatores primaciais de indolência e pessimismo, que impedem o surto de qualquer progresso¹⁹².

O realismo brasileiro só poderia redundar, se não em pessimismo, ao menos em diagnósticos e análises que reiterariam a situação negativa do país. Estas sínteses realistas estão na base daquilo que será a nova fase de interpretações nacionais da realidade brasileira que procuram lhe conferir o caráter segundo seu povo, geografia, história e cultura. Assim, na obra *Grão de areia*, do sergipano Gilberto Amado, após a consideração sobre o indivíduo como um grão de areia frente ao “Estado frio”, o sociólogo tratava da educação, do meio e da evolução histórica do Brasil. Os três tópicos mostrariam que “o Brasil é uma nebulosa em consolidação, que só do tempo poderá esperar remédio para o seu desconcerto”¹⁹³. Tristão considerava que:

Esta postura de fatalismo perante o destino pode ser exata mas não é fecunda. Por mais ingrato que seja o nosso meio para campanhas políticas, morais ou de inteligência, qualquer ação desinteressada e honesta terá sempre um efeito indireto, por mínimo que seja. Das pequenas resistências ao mal se fazem as grandes virtudes. Se cada homem sincero e bem intencionado se revoltar, do seu recanto, contra o mal ambiente, a atmosfera acabará por clarear. Se Oswaldo Cruz tem sido fatalista, ainda teríamos a febre amarela. Se Rondon esperasse o maná da providência, os nossos sertões continuariam ignotos. Se Murtinho não tem estendido a sua mão de ferro, que seria do nosso crédito? Se as câmaras municipais da Colônia não se tem imposto lentamente pela oposição ao Reino, teria sido possível a independência? É a vontade que conduz a história, vontade individual ou coletiva.

Esse elogio à vontade, independente dos cálculos e das apreciações razoáveis, é um dos primeiros passos à saída do ceticismo que parece marcar ainda a obra de Gilberto Amado. Defendendo uma “moral pragmatista”, Amado, em matéria de educação, advogava que o ensino teria de ser orientado pelo “princípio da utilidade [que] domina a moral moderna”, devendo a educação ser guiada pela busca pelo dinheiro, segundo um “breviário do arrivismo”. Haveria muito “humour” nas observações de Gilberto Amado, porém, o que o crítico destacava era a singularidade do seu trabalho nos meios intelectuais brasileiro:

Entre nós, a não ser o compêndio excessivamente didático do sr João Ribeiro, tem sido a história mister de cronistas, de historiadores, diplomatas. Uns relatam simplesmente o que viram, outros o que lhes é pedido. Alguns fazem história para publicar certos documentos inéditos, outros para ganhar a vida. Aos nossos historiadores, se assim os podemos apelidar, tem faltado amor, desinteresse, cultura, espírito de nexa e generalização, visão política. Não falta número nem valor: falta pulso. O sr Gilberto Amado tem qualidades de historiador, senão de uma nacionalidade ao menos de um período: observação arguta e pessoal, despida de preconceitos e exotismos, independência, generalização e lógica. Ele raciocina para o Brasil com pensamento e argumentos brasileiros. Nasce-lhe o tino histórico da

¹⁹² ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1921, p. 1.

¹⁹³ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jul. 1919, p. 9.

própria realidade, não de teorias ou lirismos. No quadro que traça de nossa evolução teve em mira provar que – “a população do Brasil politicamente não tem existência”. Não é contudo feito com cores negras senão com tintas fortes. Acentua, com acerto, o papel do escravo na história, resumindo – “aí está esboçada toda a história do Brasil no século XIX: Senhores e escravos”¹⁹⁴.

A obra de Gilberto Amado¹⁹⁵ advogando este pensar com “argumentos brasileiros” compõe, ainda que de forma incipiente, a tendência nacionalista que irá se desenvolver nos ensaios e estudos de interpretação nacional que irão reivindicar a especificidade de análise para se compreender o “caso” brasileiro. Sem dúvida, a obra que mais contribuiu à época para tornar palpável este “caso” brasileiro foi *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana. Em um país que primava pela falta de perseverança, falta de estudos pacientes, fraqueza de observação e marcado por uma “erudição dispersiva e parcelada”, segundo avaliação do crítico, a obra de Viana escaparia tanto da ideologia quanto do empirismo, distinguindo-se pela “originalidade e singularidade do tema escolhido” em que abordaria o “nosso povo, com suas peculiaridades de caráter ainda tão pouco definidas”. A investigação se desdobraria sobre o “cerne da nacionalidade”, ou seja, as populações interioranas compreendidas como “matrizes da nacionalidade”. De pronto, o trabalho revelaria:

[...] a ausência de uma unidade geral do povo, mas a existência, senão de “tipos sociais fixos”, ao menos de “ambientes sociais fixos, em virtude da diversidade dos hábitos, a sua ação durante três ou quatro séculos, de variações regionais no caldeamento dos elementos étnicos e principalmente a inegável diferença das pressões históricas e sociais sobre a massa nacional, quando exercidas ao norte, ao centro e ao sul”¹⁹⁶.

Seriam três meios distintos que formariam três sociedades diferentes (sertões, matas e campos) com três tipos humanos singulares: sertanejo, matuto e gaúcho. A obra lançada abordava apenas o segundo tipo, ficando previstos os estudos sobre as “Populações rurais do extremo-sul”, “Populações Sertanejas” e “Os caucheiros da Amazônia”. Viana não passara do primeiro volume, porém, o plano geral, por si só, seria uma “obra de ciência, observação e método, que raramente vem a lume na nossa escassa produção sociológica”. O livro publicado abordaria, portanto, o “matuto” que seria o “homem de formação agrícola”, aquele que compreenderia a “grande massa de nossa população”, enquanto “o jagunço e o gaúcho, de ‘formação pastoril’, são tipos regionais”. Oliveira Viana explica as razões de sua escolha:

[...] o grande centro da política nacional, depois da Independência, se fixa justamente dentro da zona de elaboração do tipo matuto. Este fato da contiguidade geográfica do principal ecúmeno agrícola com o centro do governo nacional dá ao tipo social

¹⁹⁴ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jul. 1919, p. 9.

¹⁹⁵ O sociólogo agradecera a crítica, pontuando que o livro deveria ser uma “vasta obra em dois grossos volumes”. Porém, o autor era cético sobre o destino da empreitada: “Mas não consegui concluir e nem sei se concluirei nunca. A Biblioteca Nacional gasta uma hora para encontrar um livro em que se vai buscar uma nota de cinco linhas”. De qualquer forma, Amado era grato ao crítico: “Tristão de Athayde o sr me deu uma boa manhã, além das que me tem dado todos os dias com os seus [...], saborosos, excelentes escritos. [...]”. Carta de Gilberto Amado a Alceu Amoroso Lima, 2-7-1919, acervo CAAL.

¹⁹⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1920, p. 2.

nele formado uma situação de incontestável preponderância sobre os outros dois tipos regionais¹⁹⁷.

Estas “populações matutas” teriam exercido obra fundamental à “formação nacional”, notadamente devido ao “valor inestimável de suas virtudes pacíficas e ordeiras, dos seus instintos de brandura e moderação, do seu horror do sangue e da luta”. Nestas populações meridionais residiria uma das principais “matrizes” do caráter nacional positivo que, com o tempo, converteram-se “em clãs poderosos, de grande coesão individual, mas de nenhuma solidariedade social” que tiveram, por sua vez, uma decadência “espontânea” frente à ascensão da legitimidade da coroa e consolidação da formação do Estado Nacional. Na sociedade rural residiriam as origens nacionais:

Essa sociedade em formação, dispersa, incoerente, revolta, gira realmente em torno do domínio rural. O domínio rural é o centro de gravitação do mundo colonial. Na disseminação da população, lembra um pequeno núcleo solar, com as suas leis e a sua autonomia organizada. Dele é que parte a determinação dos valores sociais. Nele é que se traçam as esferas de influência. Da sociedade colonial – abstraídos os aparelhos administrativos, que se lhe ajustam, estranhos e inassimiláveis – resta apenas como elemento celular o domínio rural. Sobre ele, a figura do senhor de engenhos se alteia prestigiosa, dominante, fascinadora. Nenhuma desprende de si, em torno, para as outras classes, fluidos mais intensos de sedução magnética e ascendência moral... O grande domínio açucareiro ou pastoril extrema as duas classes coloniais: o patriciado dos ‘homens bons’ e a plebe dos emigrados, dos aventureiros e dos mestiços livres, tumultuantes no vasto remoinho colônia. Ele é que classifica os homens. Ele é que os desclassifica.

A forma de dominação tradicional no Brasil seria esta exercida na sociedade colonial:

O espírito da obra do Sr Oliveira Viana é mostrar como, nessas populações de origens tão nitidamente diversas, sem nenhum dos fatores morais e econômicos da sociabilidade, sem a consciência e a necessidade da associação municipal, formou-se, pela própria natureza das coisas e pela ação eficaz de um regime forte, uma sociedade definida que forma elemento essencial da nacionalidade¹⁹⁸.

Neste sentido, interrogado sobre a tradição do liberalismo e do conservadorismo imperiais no Brasil, Viana não teria dúvida em afirmar que:

Às maiores figuras da nossa história chamam-se Olinda, Feijó, Bernardo de Vasconcelos, Evaristo, Paraná, Eusébio, Uruguai, Itaboraí, Caxias... Neles o entusiasmo pela liberdade e pela democracia não chega a turvar nunca a consciência que todos têm das nossas realidades e dos nossos destinos americanos, salvando, com o senso prático e a sua coragem, o princípio da autoridade e o da unidade nacional¹⁹⁹.

Apesar do entusiasmo geral com a obra, Tristão fazia alguns reparos ao trabalho:

[...] compreendeu, aliás, perfeitamente a nossa história, cujo problema máximo tem sido e devia ser essa formação da estrutura nacional. Mas toda evolução social apresenta uma inevitável tendência individualista, o verdadeiro significado da civilização é a emancipação humana. As pátrias não são um fim em si, e unicamente um meio para esse fim supremo que é o Homem²⁰⁰.

¹⁹⁷ VIANA. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1920, p. 2.

¹⁹⁸ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1920, p. 2.

¹⁹⁹ VIANA Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1920, p. 2.

²⁰⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1920, p. 2.

Dessa forma, na visão do crítico:

Encarando essa maravilhosa formação da pátria brasileira surgindo do caos inicial do primeiro século, desdenhou um pouco o Sr Oliveira Viana, na significação e no objetivo superior de sua obra, essa eclosão tocante das classes, das famílias e dos indivíduos, na evolução dos instintos despejados do início da colonização, ao sentimento moral que floresceu, enfim, no quarto de século, e para o qual, aliás, chama a atenção, até a formação lenta da inteligência e da cultura a que estamos assistindo²⁰¹.

Daí não haver na obra de Viana qualquer consideração sobre a história da instrução da população, o que revelaria o obscurecimento dos papéis individuais em seu trabalho. O crítico considerava como uma:

[...] falta, aliás, muito grave, mesmo sob o ponto de vista da formação nacional, e que atenuará certamente o rigor com que o autor encara a plebe rural, fazendo ressaltar, como devia, a responsabilidade criminosa, embora explicável, da “aristocracia” e do governo, metrópole ou coroa, no estado rudimentar ou transitório de civilização dos “mestiços”. Nem tudo pode a etnologia explicar, mesmo a de Gobineau ou Lapouge...

O individualismo era um fenômeno flagrante no processo histórico brasileiro e não poderia ser obliterado por uma análise excessivamente coletivista. Porém, Tristão de Athayde aponta que, talvez, tal condição seja, justamente, o “flagrante entre nós [da] oposição entre o litoral e o sertão, entre uma civilização que já atingiu a fase individualista e a que ainda se encontra na de elaboração estrutural”. De qualquer forma, a obra de Viana era um marco:

Com a sua cultura real, com o seu conhecimento familiar de nossa história, com a sagacidade de sua observação pessoal, com o critério objetivo e o método seguro que adota, reconhecendo embora no autor uma rigidez excessiva de ponto de vista e, coroando toda essa base indestrutível de conhecimentos com o luminoso espírito de generalização que possui, coloca-se desde já o Sr Oliveira Viana, com o seu volume de estreia, entre os poucos mestres dos nossos estudos sociológicos.

O crítico Agripino Grieco tivera o mesmo entusiasmo, que parece ter sido geral, lamentando apenas a excessiva importância concedida a fatores “antropo-sociológicos”:

É ele dos que ainda creem em arianos, dos que ainda creem em craniometria, em indícios cefálicos e em outras complicações dos livros de Vacher, de Lapouge. Ora, tudo isto caiu no terreno do romance. Só os irmãos Rosas poderiam ainda falar a sério em dolicocefalos e braquicefalos...²⁰²

Não obstante, Grieco não deixava de considerar a obra de Viana como “a coluna vertebral da sociologia brasileira”. Por ocasião do lançamento de *Pequenos estudos de psicologia social*, Tristão de Athayde o considerara como aquele que veio “ocupar a vaga que em nossos estudos sociais se abriu com a morte prematura de Alberto Torres, um dos nossos poucos grandes homens”²⁰³. Haveria, porém, diferenças entre os dois, uma vez que Viana:

[...] não procurava uma visão original ou uma concepção generalizada e completa do nosso caso nacional. Vinha, pelo contrário, pregar e empregar método um tanto diverso, e tanto menos comum em nosso meio quanto mais fecundo. Contra a

²⁰¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1920, p. 2.

²⁰² GRIECO, Agripino. Vida literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1923, p. 1.

²⁰³ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1922, p. 1.

demagogia, contra o liberalismo excessivo, contra o lirismo de nossas apressadas generalizações em matéria social, vinha o Sr Oliveira Viana estudando a nossa formação nacional à luz de critérios empíricos²⁰⁴.

O crítico ressalta o fato de Viana não fazer “sociologia de amator”, mas “sociologia de vida real” que advogava a revitalização da vida rural: “É a renovação desse belo culto da terra opima e nutridora, culto em que se formaram e definiram os atributos melhores de nossa índole étnica: é nisto que está a grande obra empreender-se para regenerar o nosso caráter e para nacionalizar a nossa alma”. Tais estudos acerca do passado terminavam por conferir as tonalidades das apreciações sobre a realidade política brasileira do presente:

Estudando em seguida o nosso meio político, com o mesmo escrúpulo de observar as coisas de perto, sem temor dos males a descobrir, antes procurando-os para os corrigir – descobre entre as singularidades da nossa democracia esse egoísmo político consagrado que faz com que os homens públicos se desinteressem dos negócios da nação, uma vez que não estejam inteiramente empenhados neles. Não encontra em nossa democracia essa participação ativa de toda nação nos negócios públicos, como se compreende que seja toda democracia verdadeira. A nossa “é uma democracia inconsciente de si mesma, absenteísta, indiferente, completamente alheia à vida administrativa e política do país”. Indagando, em seguida, as causas desse absenteísmo, em forma eleitoral, aponta várias, como os hábitos de alheamento adquiridos durante os séculos do período colonial, a extinção dos antigos partidos, e sobretudo o desaparecimento dessa classe de “senhores rurais”, de chefes dos grandes latifúndios, que interessavam os seus apaniguados e dependentes nas grandes lutas eleitorais de outrora²⁰⁵.

O crítico lembra ao sociólogo que tais “senhores rurais” de ontem seriam os coronéis de hoje não devendo ser, assim, tão encarecidos os seus antepassados. Além disso, notava-se uma causa primordial do absenteísmo eleitoral: “o sistema presidencial, que transformando o governo da nação em simples maquinações de gabinete, sem a teatralidade e a divulgação do debate parlamentar, produz como que uma cisão entre as classes dirigidas, suscitando nestas o marasmo e o desinteresse pela coisa pública”²⁰⁶.

O realismo sociológico de Viana, assim, produzia os conteúdos que poderiam servir de arsenal para as críticas cada vez mais contundentes ao regime republicano e democrático brasileiro no interior da cultura intelectual brasileira. Apesar de ainda não ter se desdobrado em projetos paralelos e utópicos de organização social, o realismo nacionalista, progressivamente, se desenvolvia em sínteses que apontavam as mazelas do país pobre, atrasado e analfabeto. A busca pelas raízes, o olhar sobre o Brasil real, seja pela observação do sertão, seja pela visada “por debaixo do verniz” das cidades, produzia, ainda sem direções claras, apreciações que cada vez mais assinalavam o desencontro do país consigo mesmo.

²⁰⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1922, p. 1.

²⁰⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1922, p. 1.

²⁰⁶ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1922, p. 1.

Clássicos, românticos: modernos

A arte só deixará de ser nacional no dia no qual o universo inteiro viver sob um mesmo clima, nas moradas construídas sob o mesmo modelo, falará a mesma língua com o mesmo sotaque, quer dizer, jamais. Das diferenças étnicas e nacionais nasce a variedade das expressões literárias, e é esta variedade mesma que é preciso salvaguardar.

Guillaume Apollinaire, “O espírito novo e os poetas”, 1918.

Se fosse possível uma medida legislativa no campo das letras, eu proporia a supressão sumária da Grécia, por dez anos da nossa literatura.

Tristão de Athayde, “Vida Literária”, 1921.

Entre todas as relações que a modernidade possa ter, a relação com a antiguidade é a melhor.

Walter Benjamin, “A modernidade”, 1938.

Não parece ser exagero afirmar que um dos maiores problemas da memória e da história acerca das estéticas modernas e do modernismo no Brasil se deveu a um grande mal entendido, com intenções explícitas ou inconscientes de se procurar uma origem absoluta, a Semana de Arte Moderna, que confundia-se com a emergência de São Paulo como centro econômico e político do país. Daí a proclamação de verdadeiras e falsas vanguardas, precursores legítimos e oportunistas de ocasião, obras relevantes e produções que não merecem mais do que o esquecimento. Tal aproximação estética com o passado produziu uma memória e uma história canônica sobrecarregada com os mesmos cinco ou seis nomes e pouco mais de uma dezena de obras que, por sua vez, recobriam, a golpe de força, todo o “resto” da produção nacional. Esta busca por uma depuração quase ilimitada chegou a considerar nomes como o de Menotti del Picchia, o autor que mais se utilizou da imprensa para promover os ideais “futuristas” do incipiente movimento intelectual que se organizava em São Paulo¹, como um desvio, uma dissidência ou um “falso radical” infiltrado². Em outras ocasiões, verdadeiros contorcionismos teóricos foram necessários a fim de se assegurar a proeminência estética de determinados nomes. Tal foi o caso das seguidas apreciações de Antônio Cândido sobre a obra completa de Oswald de Andrade. Num primeiro momento, nos anos 1940, Candido considerou que ainda não seria o momento de julgar a produção de Oswald, pois haveria no horizonte uma “obra que se anuncia cheias de expectativas promissoras de renovação”³, talvez sem aquele catolicismo do autor que insistia em finalizar suas obras dos anos 1920 com um LAUS DEO, para perplexidade do crítico⁴. Décadas depois, Candido refletia acerca da obra de Oswald:

¹ Cf. THALASSA, Ângela. *O primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Comunicação, Pontifícia Universidade de São Paulo, 2007.

² Cf. FARIA, Daniel. *O mito modernista*. Uberlândia: EdUFU, 2006, p. 17.

³ CANDIDO, Antonio. Estouro e libertação. *Brigada Ligeira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004, p. 11.

⁴ CANDIDO, Antonio. Estouro e libertação. *Brigada Ligeira*, p. 20.

A ninguém ocorria que já tivesse feito o suficiente para não haver mais necessidade de obras novas como condição do seu lugar na literatura. Ele era o autor de *Memórias sentimentais de João Miramar*, *Serafim Ponte Grande*, *Pau Brasil*, *Primeiro caderno do aluno de poesia*; do “Manifesto antropófago” e alguns artigos geniais de polêmica. Todavia, eu (nós) esperava (mos) por uma confirmação, um coroamento que ele teimava em anunciar como tal! O autor ajudava o crítico a errar; e este não percebia que o que viesse viria por acréscimo. [...] o melhor ainda deveria estar pela frente, *já que Oswald não dissera a palavra final...* Vendo de hoje, é claro, que em matéria de ficção esta palavra estava dita naqueles dois livros [*Memórias...* e *Serafim...*]⁵.

Assim, com o passar do tempo e após a morte de Oswald de Andrade, o “insuficiente” tornou-se “suficiente”. É interessante observar o modo como o “modernismo” operou no interior da reflexão histórico-literária brasileira e a conduziu a ambiguidades como essas. Wilson Martins, ao escrever o livro *O modernismo*, considerava que “história literária é feita pelo que aceita e consagra, assim como, pelo que exclui. Só há olhar que se guie pela qualidade”⁶. Ao ver o modernismo antes como uma “época da vida brasileira” do que uma escola, o olhar qualitativo não conseguiu somar mais do que cinco obras representativas, entre poesia e ensaio, e dezenove “autores fundamentais”, num período compreendido entre 1916 e 1945. Ao realizar trabalho de maior fôlego, Martins reconhecia o modernismo como sendo um “movimento de livros únicos” e que, já em meados da década de 1920, “esgotado o primeiro impulso revolucionário e, ao que parecia, impotente para traduzir em obras o seu próprio programa, via-se de repente em um beco sem saída”⁷. Assim, tendo sido o modernismo algo como um “espírito de época”, ao mesmo tempo, ele era surpreendentemente improfícuo. Não há, porém, contradição. O olhar estético do passado cria um horizonte monumental que preza pela manutenção de uma série de nomes e obras que se reproduzem em livros de história, coletâneas, celebrações, edições comemorativas que, não raro, reiteraram os mesmos fatos, acontecimentos e eventos célebres.

Todo perigo vivido pela história monumental reside em aproximações indevidas que, ao humanizarem as estátuas erguidas, podem, às vezes, manchá-las e, no limite, as derrubar. Assim, o catolicismo de Oswald de Andrade e Mário de Andrade, a relação umbilical dos principais nomes do modernismo paulista com a oligarquia do Estado e com sua elite cafeicultora, sinal da limitação classista e conservadora de tal renovação cultural, os contatos amistosos e combativos que estes autores tiveram entre si e com outros intelectuais consagrados ou não pelo cânone, a relação no mínimo ambígua com o chamado modernismo que Mário de Andrade manteve ainda nos anos 1920 e o repúdio ao modernismo de Oswald nos anos 1930, os elogios que a cúpula do cânone modernista fizera a nomes como os de Graça Aranha e Plínio Salgado, a inserção do modernismo num processo maior de nacionalismo da cultura intelectual

⁵ CANDIDO, Antonio. Digressão sentimental sobre Oswald de Andrade. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p. 62.

⁶ MARTINS, Wilson. *O modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 9.

⁷ MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. (1915-1933). Vol. VI, p. 414.

brasileira, ainda que para lhe conferir novas perspectivas, estas e muitas outras faces deste monumentalizado movimento começam a encontrar desdobramentos na historiografia corrente.

A abordagem da cultura intelectual brasileira deste período não procura ser uma “história do modernismo”. Esta já está contada e consolidada há muito tempo⁸. Começa com a exposição de Anita Malfatti em 1917, muito criticada por Monteiro Lobato etc., e termina deus sabe quando. Por um lado, autores dos anos 1930, como Graciliano Ramos, Jorge Amado e José Lins do Rego repudiavam a produção modernista dos anos 1920, conforme observa Luís Bueno, “se olharmos em bloco as manifestações sobre o modernismo levado a público pelos intelectuais – romancistas, poetas, críticos – dos anos 30, veremos que a recusa dominava”⁹. Por outro lado, historiadores da literatura, como Wilson Martins, dizem que o movimento durou até os anos 1950¹⁰, quando teria encontrado a sua fase criticista. Preocupada em separar o “joio do trigo”, a historiografia literária corre o risco de criar barreiras e separações que são antes frutos de seleções feitas a fim de se estabelecer o que deve ou não ser lembrado. Assim, em 1970, Augusto de Campos propusera uma *ReVisão de Kilkerry* nos seguintes termos:

Kilkerry não só compreendeu mais conscientemente que outros simbolistas o papel desempenhado na criação pelo subconsciente – mais tarde supervalorizado pelo Surrealismo – como soube levar mais longe a liberdade de associação imagética. Por outro lado, a capacidade de síntese, assim como a consciência das limitações da sintaxe ordinária, são mais agudas em qualquer outro poeta nosso Simbolismo¹¹.

Desde então, o poeta Pedro Kilkerry tornou-se uma espécie de precursor da modernidade brasileira “descoberto” pelos concretos. O autor baiano, porém, foi primeiramente publicado em livro no volume *Humilhados e Luminosos*, do intelectual católico Jackson de Figueiredo, que, como sugere o título, traça os perfis de quatro figuras paupérrimas, porém talentosas. Na qualificação de Tristão de Athayde, seriam “tipos curiosíssimos de nossa boemia e da nossa miséria literária”: Uriel Tavares, Melo Leite, Pedro Kilkerry e José Magalhães. Os quatro foram amigos de Jackson de Figueiredo que dizia ser Kilkerry, o “Gregório de Matos daquele período da vida baiana”. Conforme Tristão: “pelo que de sua obra semeada ao acaso, nos revela o sr. Jackson de Figueiredo, pode-se concluir que Kilkerry terá sido o mais legítimo representante brasileiro do simbolismo”. Versos do poeta baiano são, então, citados:

*O mar faz medo... que espanta
A redondez sensual
Da praia, como uma anca
De animal¹².*

Que dizer? Depois de cinquenta anos, o trabalho do intelectual católico conservador foi

⁸ Um volume exemplar de tal cristalização da história é a obra comemorativa escrita por Marcos Gonçalves. Cf. GONÇALVES, Marcos Augusto. *1922. A semana que não terminou*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

⁹ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*, p. 46.

¹⁰ MARTINS, Wilson. A crítica modernista. In: COUTINHO, A. *A literatura no Brasil*, p. 499.

¹¹ CAMPOS, Augusto de. *ReVisão de Kilkerry*. São Paulo: Fundo Estadual de Cultura, 1970, 12.

¹² Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro 28 mar. 1921, p 1.

continuado e o juízo do jovem crítico reforçado e consagrado.

Historiograficamente, a reflexão sobre o “mito modernista” parece abrir perspectivas mais profícuas no estudo deste período da história intelectual brasileira, não para revelar alguma verdade ocultada por qualquer mito tradicional, mas para substituí-lo:

O Mito Modernista é, portanto, apenas uma forma de historicizar-se a literatura brasileira contemporânea. [...] este mito, unidade narrativa recorrente nas mais diversas versões sobre o “modernismo”, traz consigo as marcas próprias do épico: nele traça-se a imagem de um momento que funda a história, engendrando uma comunidade (a nação brasileira), e no qual a emergem as figuras de heróis dotados de infalibilidade e confrontados por monstruosas contrafações do caos. Frente a isto, a proposta foi substituir o Mito modernista por outro mito, não épico, mas quixotesco, entendendo-se o Dom Quixote como herói que, ao invés de fundar a historicidades, está em conflito com o histórico, em tensão constante com o mundo da narrativa¹³.

Deve-se ter em mente, ainda, uma série de obras que procuraram nas últimas décadas produzir reflexões históricas e teóricas que reconstituíram as experiências de modernidade, modernização e modernismo, tanto na sociedade em geral, quanto nos domínios estéticos, que relativizam o cânone que o movimento modernista ocupa na história cultural brasileira¹⁴. De qualquer forma, é preciso dar conta da maneira como estes autodenominados “futuristas” e, depois, “modernistas” integraram-se ao conjunto maior da cultura intelectual brasileira.

A harpa brasileira

Por mais de uma vez, Tristão de Athayde elencou as figuras de Machado de Assis e Euclides da Cunha como duas linhas mestras da tradição intelectual brasileira que representariam “as tendências capitais da nossa inquieta e vária alma contemporânea”. A

¹³ FARIA, Daniel. *O mito modernista*. Uberlândia: EdUFU, 2006, p. 22-23.

¹⁴ Mencionamos alguns títulos a esse respeito: FABRIS, Annateresa (org). *Modernidade e modernismo no Brasil* (ORG). São Paulo: Mercado das Letras, 1994; FABRIS, Annateresa. *Figuras do moderno* (possível). In: SCHWARTZ, Jorge (Org). *Da antropofagia a Brasília*: Brasil: 1920-1950. São Paulo: Faap: Cosac Y Naify, 2002; FARIA, Daniel. *O mito modernista*. Uberlândia: EdUFU, 2006; FERES JÚNIOR, João. Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico, *Mediações*, Londrina, v 15, n 2, pp. 28-41, jul-dez 2010; GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; MORAIS, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições, 1978; HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem patrão*. Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984; HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. *A invenção do Brasil moderno*. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994; MARTINS, Ana Luiza. Páginas revisteiras modernistas: letra e imagem. In: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008; MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 1, n 2, pp. 220-238, 1988; OLIVEN, Ruben George. Cultura e Modernidade no Brasil, *São Paulo em Perspectiva*, 15 (2), pp. 3-12, 2001; PASSIANI, Enio. *Na trilha do Jeca*. Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil. Bauru/SP: EDUSC, 2003; SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*. A representação humorística na história brasileira: da *Belle Époque* aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 2002; SOUSA, Jessé. *A modernização seletiva*. Uma reinterpretção do dilema brasileiro. Brasília: UNB, 2000; SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras*. Literatura, técnica e modernização. São Paulo: Cia das Letras, 1987; VELLOSO, Mônica Pimenta. Sensibilidades modernas: as revistas literárias e de humor no Rio da Primeira República. In: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008; VELLOSO, Mônica. A modernidade carioca na sua vertente humorística, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 8, nº 16, pp. 269-278, 1995.

oposição entre ambos era construída da seguinte maneira:

Machado de Assis é sóbrio, frio, humorista, interior, humano. Euclides da Cunha opulento, caloroso, eloquente, exterior, dramático, racial. Àquele vão de preferência os de cultura universal, os de caráter frio ou que preferem a razão à imaginação, os seduzidos pelo estudo da alma humana, os delicados e interiores, os que compreendem a ordem e a disciplina, os clássicos enfim. A este os ímpetos incoercíveis, de temperamento exuberante, de imaginação tropical, sensuais e libertários, atraídos por uma originalidade racional, românticos enfim¹⁵.

Não seria uma contraposição irreconciliável, uma vez que “qualquer dos dois isolados não exprime a alma brasileira no atual momento histórico, pois ela se biparte justamente naqueles caracteres divergentes, de cuja coexistência deriva talvez a maior originalidade do atual momento literário”. O país atravessaria três “dramas esquilianos”:

Um, em tímida e arraiada e universal aliás, que é o despertar sombrio dos humildes e resignados, pela instrução e pela higiene, que chegam sem corretivo, ou melhor, o complemento econômico e moral necessário. Dos outros dois aspectos, um é o problema da terra [...] outro o da consciência. A luta pela terra será fisicamente mais dolorosa, mas a tragédia da consciência, solicitada pela cultura à imitação de moldes estrangeiros e forçada pela observação, pelo raciocínio e pelo instinto, à criação de categorias novas, tem por certo, ainda quando interior, uma intensidade moralmente superior. A ela não pode fugir qualquer espírito aberto à voz das ideias e sensível às solicitações do meio e do sangue. Eis por que me não parecem inconciliáveis as duas tendências literárias, expressas por Machado de Assis, o clássico, e por Euclides da Cunha, o romântico.

O crítico estabelecia as noções de clássico e romântico segundo linhas gerais de princípios, atitudes, personalidades, não significando com isso escolas históricas de pensamento e nem se restringindo aos campos da estética e da cultura. Tais conceitos abrangeriam as mais diversas produções intelectuais, desde manifestos artísticos de vanguarda até os programas políticos, de forma que o mais comum era a indeterminação de ambos, embora quase ninguém nos anos 1920, nem no Brasil nem no exterior, se autoproclamasse romântico. Denunciava-se, porém, correntemente, o romantismo dos outros. Um dos casos mais expressivos de tal confusão entre clássicos e românticos é um artigo do jornal *The Times* sobre Charles Maurras. Este fizera do classicismo o caráter maior da identidade francesa que, segundo o raciocínio pós-guerra do nacionalista radical, opunha-se fundamentalmente ao romantismo alemão. O periódico inglês, porém, não titubeava em chamar romântico o líder da *Ação Francesa*, conforme Yaël Dagan:

Sua obsessão pela “ordem” traduz na realidade uma angústia toda ela “romântica”, o conduzindo a construir uma teoria desprovida de realismo. Para um inglês, continua o autor, é extremamente difícil de compreender como uma teoria tão fraca possa ter tanta repercussão na França: “O caso do sr Maurras é realmente muito interessante; nós nos questionamos como ele feito tanto de habilidade, quanto de penetração, uma paixão tão profunda pela razão e pela clareza tenha podido chegar a semelhante destempero”¹⁶.

O crítico literário da *Nouvelle Revue Française*, Albert Thibaudet, também acabara por incluir

¹⁵ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 out. 1920, p. 2.

¹⁶ DAGAN, Yaël. *La nouvelle Revue française*, p. 291.

Maurras no interior da tradição romântica: “(...) pode-se separar do romantismo aqueles que construíram no romantismo e contra ele ou mesmo que reconheceram faltar nele, os Stendhal, os Sainte-Beuve, os Renan, os Flaubert, os Barrès, os Maurras?”¹⁷. Já André Gide dizia:

O único classicismo legítimo hoje, o único ao qual podemos e devemos pretender é aquele na ordem do qual “todos os elementos que fermentam no mundo moderno, após ter encontrado uma livre expansão, se organizam segundo suas verdadeiras relações recíprocas”, conclui o crítico do *Times*. E eu adoto de boa vontade a sua fórmula final: “O objetivo ao qual nós aspiramos é uma larga integração”¹⁸.

Paul Valéry compreendia as noções de clássico e romântico segundo as relações de uma dinâmica na qual “todo classicismo supõe um romantismo anterior [...] A essência do classicismo é vir depois. A ordem supõe uma certa desordem que ela vem reduzir”¹⁹. Por fim, não se pode perder de vista a relação fundamental que a modernidade teria com a antiguidade como situou Charles Baudelaire, conforme apreciação de Walter Benjamin:

Entre todas as relações que a modernidade possa ter, a relação com a antiguidade é a melhor. Baudelaire encontra esta ideia apresentada em Victor Hugo: “O destino levou... a transformar a ode antiga e a tragédia antiga... nos poemas e dramas que dele conhecemos”. A modernidade caracteriza uma época; caracteriza simultaneamente a força que age nesta época e que faz com que ela seja parecida com a antiguidade. [...] Segundo essa teoria, o exemplar modelar da antiguidade se limita à construção; a substância e inspiração da obra é o objeto da *modernité*. “Ai daquele que estuda outra coisa na antiguidade de que não a arte pura, a lógica, o método geral. Se ele se aprofundar demasiado na antiguidade... renuncia... aos privilégios que a ocasião lhe oferece”²⁰.

No interior da cultura intelectual brasileira, o mais corrente era a associação do classicismo à Grécia antiga e a motivos helênicos consolidados numa visão não raro academicista acerca do clássico. Havia, porém, toda uma poética *art-nouveau*, na apreciação de João Paulo Paes, que, tanto sob as formas e regras parnasianas consagradas, quanto pela tradição simbolista da virada do século XIX-XX, percorria temáticas típicas do espírito *Belle Époque*: a dança e a vertigem; a embriaguez da vida; o grande Pã; entrelaçamento monístico; sensações primaveris; magia das flores; lago e barco; cisnes; sonho ao crepúsculo; horas de entorpecimento estival; a maravilha do corpo; o paraíso terrestre²¹. Tal enumeração poderia ser complementada pelo caráter “cinzento” e “indefinido” do fazer poético francês da época:

[...] de um lado, um lirismo de expressão indireta em que o *eu* se dissimula voluntariamente sob as imagens – alegorias, emblemas, figuras divinas, máscaras de heróis – e inventa, se for preciso, fábulas, dramas, personagens nos quais se encarnam seus poderes e seus desejos. De outro lado, recomeça-se a colher, nas partes mais humanas do *eu*, uma inspiração sentimental que absolutamente não procura ultrapassar-se a si mesma para florescer em beleza pura ou transformar-se em impulso místico, mas que, pelo contrário, se confessa ingenuamente,

¹⁷ Cf. COMPAGNON, Antoine. *Os Antimodernos*, p. 140.

¹⁸ GIDE Apud. DAGAN, Yaël. *La nouvelle Revue française*, p. 291.

¹⁹ VALÉRY Apud. DAGAN, Yaël. *La nouvelle Revue française*, p. 292.

²⁰ BENJAMIN, W. A modernidade. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1975, p. 17.

²¹ A enumeração teria sido proposta pelo crítico alemão Jost Herman. Cf. PAES, José Paulo. *Gregos e Baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 77.

pateticamente²².

Não seria, porém, possível ensaiar uma redução sintética acerca da produção poética brasileira e tais indicações nos servem apenas para destacar alguns caracteres do fazer poético que ultrapassavam as fronteiras nacionais à época. Conforme Tristão de Athayde:

Na proporção de três a um, prossegue o predomínio da poesia em nossa produção literária. E daí as conhecidas e inevitáveis conclusões de que o Brasil é uma lira (geograficamente “uma harpa”, dissera o Fr. Vicente do Salvador), que a literatura vive aqui chorando em verso e os vates brotam, abundantes e delicados, como flores no charco. Fora de desejar que tivéssemos o privilégio do mal, para assim nos distinguirmos por critério certo. Não o temos. Por toda parte onde há literatura – e não existem Libérias e Andorras que se não gabem de possuí-la -, sempre a poesia supera a prosa em quantidade²³.

Abundavam os poetas que ocupavam livros, jornais, revistas, propagandas publicitárias, seções de “a pedidos” etc. e, conforme notava o crítico, não era isso nosso “privilégio:

[...] os frios ingleses, que julgamos todos preocupados com questões econômicas, políticas, geográficas e filosóficas, afinam a lira e concertam o pigarro como qualquer latino-americano de melenas e olheiras. Basta dizer que, depois das obras de Shakespeare, o livro que mais edições tem alcançado na Inglaterra é o *Rubayat*, de Omar Khayyam. [...] É mal de todo mundo a abundância de poetas. [...] há uma facilidade de composição poética muito propícia à produtividade farta. O mal está em confundirem a facilidade de alinhar versos com a verdadeira espontaneidade poética.

“Alinhavar versos”, esta era uma atividade extremamente recorrente na cultura intelectual brasileira, sendo difícil nomear um intelectual, talvez mesmo um cidadão letrado ou não, que não tenha versegado em algum período de sua vida. A história do fazer poético não se restringe à dimensão única da arte ou da estética. Pelo contrário, fazer poesia foi parte de um momento da cultura brasileira, seja uma moda, seja algo provido de razões mais “profundas”, o poético era presente em diversas esferas da vida cotidiana. Na crítica literária, porém, tratava-se de se definir as características da produção corrente, assim como estabelecer as orientações gerais que incluiriam o fazer poético no interior de processos culturais, sociais e políticos mais abrangentes. Tais “orientações” variavam e, de modo geral, os poetas preferiam navegar em águas conhecidas, como nota Marcel Raymond, acerca da poesia no fim do século XIX francês:

Para a maioria dos novos poetas, o importante era menos impor-se por alguma originalidade impressionante ou simplesmente pela expressão forte de um temperamento do que cultivar em si uma consciência linguística escrupulosamente francesa introduzir-se em formas já experimentadas do espírito nacional²⁴.

Substitua-se aí a “consciência linguística escrupulosamente francesa” por linguagem comumente aceita nos meios oficiais da literatura brasileira que chegaríamos a uma comparação exemplar das duas realidades. Em 1918, Andrade Muricy comentava que entre os jovens poetas, “nenhum esforço fazem para compreender o seu verdadeiro papel social e artístico; para se pôr

²² RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*. São Paulo: EdUSP, 1997, p. 61.

²³ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1922, p. 1.

²⁴ RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*. São Paulo: EdUSP, 1997, p. 61-62.

em dia com a evolução da arte nos grandes centros; para tomar conhecimento das modernas tendências do pensamento”²⁵. No ano anterior, João Ribeiro reclamava:

[...] já se tornou fatigante em retardatários, imitadores provincianos, que aprenderam as excelências técnicas dos seus mestres, igualaram quase a sua perfeição, e, por assim dizer, banalizaram, até ao fastio, a sua estética. Daí, o desencanto de antigos segredos, o excesso de sonetos perfeitos e inúteis, aos milhares, aos milhões²⁶.

O que esperar dos poetas? No caso destas duas últimas apreciações, nota-se a expectativa moderna comum que procura na poesia, como nas artes em geral, a autocertificação de se estar “atualizado” com a “evolução dos grandes centros”. Trata-se da interiorização sensível da visão de mundo que, ao caracterizar o tempo histórico como uma “história do mundo” em progresso contínuo, preocupa-se com a condição “atrasada” de uma determinada comunidade, no caso a dos poetas nacionais. Assim, a maior expectativa em relação a um poeta ou a um artista qualquer seria a sua capacidade de expressar a “Ideia” maior de seu tempo, este último visto como unificado segundo a lógica do desenvolvimento de um espírito absoluto em incessante busca de conhecimento de si mesmo. A história da crítica moderna não deixa de ser, em grande medida, uma história da filosofia da história do progresso, especialmente em seus motivos recorrentes de inovação, vanguarda, atualização, rompimento etc. Participar expressivamente de uma “Verdade universal” é um dos objetivos maiores do artista moderno que teria seu lugar ao lado da religião e da filosofia:

Uma segunda forma da união espiritual entre o objetivo e o subjetivo é a *Arte*: ela aparece mais na realidade sensível do que a religião; na sua mais nobre atitude ela deve representar não, na verdade, o espírito de Deus, mas a forma do deus – e depois, o divino, o espiritual, em geral. Mas a Verdade não apenas alcança a representação e o sentimento, como acontece na religião, e a intuição, como ocorre na arte, ela também atinge o espírito que pensa – leva à terceira forma dessa união: a Filosofia. Este é seu resultado mais elevado, mais livre e sábio²⁷.

Dessa forma, as relações entre os povos convertidos em nações que expressariam em alguma medida tal “Verdade”, especialmente segundo manifestações coletivas concretizadas em Constituições de Estados Nação, seriam mensuráveis de acordo com grau de progresso e atraso de uns em relação aos outros, em que o marco maior seria a liberdade entendida segundo o padrão de uma Razão universal dinâmica, qual seja, sua capacidade de autodeterminação. Ao mesmo tempo, no interior da mesma tradição filosófica, o chamado romantismo alemão, reivindica-se a legitimidade das especificidades das nações, independentemente de se constituírem enquanto Estados, cuja riqueza residiria em sua cultura, linguagem e tradição. No primeiro caso, a manifestação de um “espírito nacional” só adquire pleno sentido quando reenviado à lógica maior de um “espírito absoluto” que o integraria em seu progresso pela

²⁵ MURICI, Andrade. Apud. BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro*, p. 90-91

²⁶ RIBEIRO Apud. BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 93.

²⁷ Hegel, GW F. *A razão na história: uma introdução à filosofia da história*. São Paulo: Centauro: 2001, p. 100.

liberdade, no segundo caso, o “espírito nacional” tem sua finalidade em si mesmo, sendo seu valor supremo a felicidade²⁸. Estes dois tópicos, o internacionalismo universalista e o nacionalismo autêntico, constituem importantes eixos de argumentação artística, filosófica, histórica e política que sempre retornam nos debates intelectuais modernos.

Assim, as críticas de João Ribeiro e Andrade Murici esperavam dos poetas a saída do provincianismo, ou seja, o estabelecimento de maior conexão com os “centros progressistas” que, por sua vez, conforme ficará claro com o tempo, ansiavam pela “verdade” autêntica das nações “exóticas”. Tal cruzamento de expectativas e questionamentos podem ser notados na recepção de um dos trabalhos de Ronald de Carvalho. Em 1919, com a publicação de *Poemas e Sonetos*, o poeta teve a oportunidade de revelar o sentido daquela poesia acusada de excesso de referências antigas. O volume foi elogiado por seu amigo²⁹, Tristão de Athayde:

[...] aquele cujo pensamento agudo recebe da sensibilidade a emoção para convertê-la em ideia que vai ser vazada numa forma nobre. O ciclo da poesia é uma cadeia de três elos – sensibilidade, pensamento, expressão. A sensibilidade imoderada leva ao desconcerto do romantismo. O pensamento pode cair no cientismo, e a obsessão da forma conduz à poesia de mármore. Do uso ao abuso vai a distância de Racine a Campistron³⁰.

Relembrando a trajetória poética de Carvalho, o crítico revela a maneira como a poesia fazia parte da vida daqueles jovens: “Começou por poetar como todos: para os jornais, em família, para as revistas de Escola, para os ilustrados da semana”. Neste processo, assinala-se que “a sensibilidade do poeta é hoje menos ostensiva e por isso mais profunda. Seu pensamento é mais sintético e assim se eleva mais alto. Moderando-se, atingiu à harmonia suprema da expressão”. O livro evocaria paisagens de castelos italianos, jardins perfeitos, num imaginário recorrente de classicismo ao qual o crítico, porém, recusava o caráter acadêmico:

Toda primeira parte do livro é um hino à natureza: à natureza real e à natureza ideal, desde as cascatas e as florestas, aos repuxos – leves e esguios como “uma pluma” – e aos “tanques de opala”. A paisagem não lhe é a expressão de um aspecto da natureza, senão a própria natureza estilizada. Os jardins de seus versos são antes sonhados que vividos, como as árvores de Corot. Não que tenha a paisagem acadêmica de Herédia ou Poussin, nos seus quadros naturais há, pelo contrário, uma vibração íntima, um grande talento de evocação, uma prodigiosa riqueza descritiva. Não são jardins impossíveis, nem jardins reais; são jardins perfeitos.

Neste sentido, são citados os seguintes versos:

*Nos parques de veludo, onde as árvores bolem,
Sobe um leve rumor de repuxos e ramos,
Há mais astros no azul, nas flores há mais pólen,
Por que não vieste mais? Como nós nos amamos...*³¹

²⁸ SCHLANGER, Judith E. *Les métaphores de l'organisme*, p. 142.

²⁹ No volume *Companheiros de Viagem*, o crítico lembra esta amizade que remontava ao curso da Faculdade de Direito e dos encontros no Itamarati onde trabalharam juntos em 1917. Cf. LIMA, Alceu Amoroso. *Companheiros de viagem*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971, p. 30-31.

³⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1919, p. 11.

³¹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1919, p. 11.

Enquanto Tristão considerava que do livro do poeta se desprenderia um “perfume ático de graça e elegância”, o crítico Nestor Vitor afirmava que os *Poemas e Sonetos* eram, desde o período do romantismo, o livro mais divorciado da alma e da índole brasileiras. Sua forma seria a dos clássicos portugueses e brasileiros e as ideias, “o fundo”, mostrariam como:

[...] o poeta, à semelhança da pavoneante gralha, e com um pouco mais de sutileza do que o ingênuo animal do fabulista³², foi revestindo a sua inteligência das louçanias de uma roupagem de empréstimo que, nem por ser luxuosa e fulgurante, consegue encobrir a sua estranha origem³³.

A tais críticas, Ronald de Carvalho pergunta-se se apenas o folclore e as trovas populares seriam fontes de literatura nacional e considera que:

Mas qual o poeta brasileiro, desde Bento Teixeira, que se inspirou em Camões, ou Gregório de Matos, que plagiou Quevedo, ou Cláudio Manoel da Costa, que imitou os árcades franceses e os italianos, até Gonçalves Dias, que escreveu as Sextilhas de Frei Antão, Castro Alves, que decalcou Victor Hugo, Álvares de Azevedo, que refletiu Byron, Raimundo Correia, que traduziu Metastasio e Gautier, Olavo Bilac, que parafraseou Baudelaire, Alberto de Oliveira, que aproveitou muitos motivos de Heredia e Leconte, Cruz e Sousa, que tantas afinidades tem com a dúvida pessimista de Antero e o satanismo melancólico de Rollinat, qual o poeta brasileiro, em suma, do século XVI aos nossos dias, que estaria isento da pecha lançada pelo senhor sobre o meu insignificante volume de versos?³⁴

A presença em seus poemas de rebanhos de carneiros, frutas de pastoral, dourados de trigais, perfis de moinhos, choupos, salgueiros etc. não seria algo inusitado na tradição brasileira. Os exemplos retomariam Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Machado de Assis, Casemiro de Abreu e outros. Assim, um artista nacional não se restringiria a motivos locais: “Ora, sendo a arte manifestação pessoal da nossa vontade criadora, deve ser livre, deve sobrepor-se às contingências de tempo e espaço. Nós *sentimos* como brasileiro, é certo, mas *criamos* como homens”. Ele questionava um critério nacionalista estreito e dizia ser um carioca criado em um meio cosmopolita e que, portanto, não seria estranho haver em sua arte certo “sentimento de exotismo”, justificando um fazer poético reconhecido como acadêmico e mimético.

O que esperar dos poetas? Ao comentar o inquérito “A Academia julgada pela nova literatura”³⁵ feito pela *Revista Nacional*, em 1919, Tristão de Athayde notava como tal tipo de “investigação literária, aqui iniciada ou pelo menos revelada pelo sr Paulo Barreto, pode ser realmente expressiva”³⁶. O crítico comenta acerca das respostas:

³² Referência à fábula “A gralha entre os pavões”, que conta a desventura de uma gralha que enfeitou-se com penas de pavões que descobriram seu disfarce e a expulsaram, também os de sua espécie perceberam a falsidade e a repeliram do grupo. Cf. LA FONTAINE, Jean de. *Fábulas*. Vol II. Rio de Janeiro: Edigraf, 1967, p. 144-147.

³³ Cf. CARVALHO, Ronald de. Carta a Nestor Vitor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 out. 1919, p. 4.

³⁴ CARVALHO, Ronald de. Carta a Nestor Vitor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 out. 1919, p. 4.

³⁵ Cf. Momento literário, *Revista Nacional*, Rio de Janeiro, ago. 1919, p. 33-36.

³⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 set. 1919, p. 12. Desde o fim do século XIX, haveria um imaginário onipresente da “enquête” no periodismo que adentrou pelo século XX. Um exemplo pode ser encontrado na própria biblioteca de Alceu: VARILLON, Pierre ; RAMBAUD, Henri. *Enquête sur le maîtres de la jeune littérature*. Suivi de commentaires et de lettres par M^{me} de Noilles ; F P Albert ; Maurice Barrès ; Paul Bourget ; René Boylesve ; André Gide ; Émile Henriot ; Henri Massis ; Charles Maurras. Paris : Bloud & Gay, 1923. Sobre este tipo de produção e sua relação com a história da literatura e do jornal cf. KALIFA, D. *La*

[...] a impressão que me deixaram as respostas foi a – severa ponderação da nossa mocidade, a sua falta de vibração, de ousadia, de irreverência. [...] Dos 26 inqueridos, respondeu a metade, salvo leves restrições, favoravelmente à Academia, o que pode ser uma verdade, mas deslocada em penas tão jovens. Nove se declararam absolutamente contra e quatro preferiram a ironia, que é ainda a melhor atitude perante o “salão literário”, às vezes fino, que é a Academia. O sr Humberto de Campos, ou melhor, o candidato à vaga de Emílio de Menezes: - “Que pensa a Academia de mim?”; o sr Da Costa e Silva não tem condescendências: - “No conceito cristão, a imortalidade e o reino do céu vem a ser a mesma coisa; e só os pobres de espírito têm direito a tão alta bem-aventurança”; o sr Homero Prates diz: - “Como provável candidato, penso, como toda a gente, que a entrada na Academia é uma glória, um justo prêmio, um êxito final e honroso a toda a carreira literária”; o sr Raul de Leoni: “A Academia Brasileira, por seu conceito essencial, deverá ser o Estado Maior da nossa inteligência, reconhecendo as seleções da nossa cultura, orientando a vida adolescente do nosso pensamento; o sr Mário Pinto Serva é categórico: “Nenhum país do mundo ousou imitar à França a Academia de Letras, porque seria apenas ridículo. A Academia Brasileira de Letras é a cópia servil da Academia Francesa”; o sr Carneiro Leão: - “A Academia Brasileira é, pois, uma bela instituição, que poderá vir a ser excelente”; o sr Andrade Muricy: - “A Academia de Letras é legítima representativa da grande maioria da intelectualidade brasileira”; o sr Heitor Lima: - “Candidato a uma cadeira na Academia... não estou, pois, no momento, com necessária liberdade de ânimo para corresponder à gentileza da ‘Revista Nacional’”. E se a “Revista” abrisse agora um inquérito, entre a mocidade, sobre o chamado cubismo literário?³⁷

Dessa forma, o horizonte acadêmico parecia compor as expectativas de parte dos escritores brasileiros. Naquele mesmo ano de 1919, o entrevistado Antônio Francisco da Costa e Silva teve seu livro de poemas, *Pandora*, analisado pelo crítico que, na ocasião, aproveitara o título helênico do volume para fazer algumas considerações: “Confesso que, ao se me depararem o título e a capa do livro e ainda nas primeiras páginas, julguei encontrar um poeta erudito e artificial, obcecado pelos mitos gregos e pela paisagem de lenda. A Grécia é a nossa mestra e o nosso mal”³⁸. A imagem grega tinha estatuto de superioridade poética e humana, de forma que a utilização de símbolos, alegorias, imagens, personagens e temas a ela associados já era um começo para se vestir o artista com um caráter clássico e, portanto, superior, afinal, “por obra e graça do imobilismo acadêmico, a cultura da Grécia ‘clássica’ se converteu desde a Renascença em modelo teórico da cultura dita ‘erudita’”³⁹. Tristão de Athayde caracterizava o sentido e significado da cultura helênica em algumas produções intelectuais reconhecidas:

Não queremos compreender o exemplo de Atena, cujo templo “é uma lição eterna de consciência e de sinceridade” e arrancou a Renan aquele grito sublime: “Ô noblesse! Ô beauté simple et vraie ! déesse dont le culte signifie raison et sagesse”⁴⁰. [...] A palavra de Hêlade é uma lição de sinceridade. O falso helenismo de imitação, o adeus de Lamartine à catedral gótica ao defrontar o Parthenon, a própria prece de Renan levaram à reação excessiva dos “ocidentalistas”, chefiados por esse nobre Adrien Mithouard, que acaba de morrer. Os partidários do “particularismo estético e intelectual” chegaram a qualificar de “insensível” a Palas Ateneia, “ídolo primário

civilisation du journal. Paris : Nouveau Monde, 2011.

³⁷ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 set. 1919, p. 12.

³⁸ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1919, p. 9.

³⁹ PAES, José Paulo. *Gregos e Baianos*, p. 9.

⁴⁰ “Oh Nobreza! Oh beleza simples e verdadeira! deusa cujo culto significa razão e sabedoria”.

trazido ao nosso país (França) para abolir a tradição e degradar as inteligências”. [...] Palas não é insensível. Ela nos dá os tipos supremos da beleza, as ideias imortais de equilíbrio, gosto e verdade para justamente realizarmos o voto profundo da nossa personalidade. [...] Palas nos deve guiar, mas “apenas” guiar. [...] A verdadeira cultura clássica estimula a personalidade, sem nunca a desviar. A única beleza “simples e verdadeira” é a que encontramos dentro de nós⁴¹.

Este era o preâmbulo à análise do livro de poemas de Costa e Silva que não procuraria atingir algum classicismo acadêmico. Talvez porque o trouxesse naturalmente consigo, conforme os seguintes versos do autor exaltando a forma e o amor:

*Ânsia de perfeição! glória legítima,
Por quem o meu espírito se eleva
Para o infinito, na atração da luz,
Tu és crença de que sou a vítima,
A fé que ilumino a minha treva,
A miragem falaz que me seduz⁴².*

O poeta seria um “um verdadeiro técnico do verso e da inspiração desejada e realizada”. Seu parnasianismo era motivo para Tristão de Athayde lembrar que tal escola tivera no país “uma ação de incalculável valor, dando aos poetas, o amor pela expressão”, pois, antes disso:

Poesia, entre nós, era, em parte, sinônimo de inspiração fácil ou de sentimentalismo trivial e simples. Foram, em parte, o naturalismo em França, tomando em poesia a feição do parnasianismo, e, mais tarde, o realismo clássico de Baudelaire que sugeriram aos nossos poetas a verdadeira cultura poética. [...] O pensamento íntimo e a explicação dessa nova poética nacional [...] podem ser encontrados nestes conselhos de Baudelaire aos jovens literatos. “A orgia deixou de ser irmã da inspiração: este parentesco adúltero foi por nós quebrado. A rápida enervação e a fraqueza de alguns belos temperamentos dão testemunho contra esse preconceito odioso. A única coisa necessária aos escritores fecundos é uma alimentação substancial, mas regular. Decididamente a inspiração é irmã do trabalho cotidiano. [...] Se quisermos viver em uma contemplação perseverante da obra de amanhã, o trabalho cotidiano servirá à inspiração, como uma escrita legível serve para esclarecer e como o pensamento calmo e poderoso serve para escrever legivelmente: *car, le temps des mauvaises écritures est passé!*”⁴³.

As mesmas considerações voltam à baila por ocasião da apreciação do livro *Colunas*, do poeta Luiz Murat. Mais uma vez a imagem grega, mais uma vez a questão do parnasianismo. O crítico lembra análises de José Veríssimo que, apesar de “pouco simpático ao movimento”, reconhecia que “da influência do parnasianismo resultavam afinal três aquisições úteis à nossa poesia: uma forma em suma mais perfeita, uma diminuição do subjetivismo sentimental e um gosto novo de temas gerais com sacrifício dos motivos pessoais”⁴⁴.

No caso da obra de Luís Carlos, o crítico considerava que se o livro “fosse aliviado talvez de metade, por inaceitável ou por medíocre, de seu conteúdo, seria incontestavelmente um dos melhores do momento e da época” e destaca o soneto final:

⁴¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1919, p. 9.

⁴² Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1919, p. 9.

⁴³ “Porque é passado o tempo dos escritos ruins”. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1919, p. 9.

⁴⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26. Jul. 1920, p. 2.

*Esta muda tristeza indefinida
Que prematuramente me envelhece,
Dando-me ao ser a contrição da prece,
Dando-me à vida a sombra da outra vida;
Este surdo pesar, que me intimida
E o ânimo quente, aos poucos, me arrefece,
Colhendo lágrimas em larga messe,
Sempre a mesma recôndita ferida.
É a condição da minha essência humana
E sente-a, apenas, quem, no curso incerto
Da existência falaz, nunca se engana;
Quem não vibra à ventura que tem perto;
Quem, no solo de alegre caravana,
Compreende a sós a mágoa do deserto⁴⁵.*

A poética submetida às regras de escola poderia ser exemplificada pelos *Poemas Parnasianos*, de Afonso de Carvalho, que, na visão do crítico, seguiriam os preconceitos de escola, inclusive com referências à produção de Bilac, bastante banalizada àquela altura:

*Ourives das estrofes rutilantes,
Quero que o verso máximo consista
Numa sonora orquestra de brilhantes.*

Olavo Bilac, porém, era visto com outros olhos pelo crítico que, na ocasião da publicação do volume póstumo *Tarde*, pode fazer um apanhado geral da obra do príncipe dos poetas. Acerca do primeiro volume de Bilac, *Poesias*, Tristão de Athayde apontava algumas diferenças sutis entre o título da obra e os nomes recorrentes de obras do parnasianismo de língua francesa:

Era este o nome singelo sob o qual Bilac reunia em 1888 a sua primeira messe. Mas não era então Bilac um parnasiano? E com a tradição dos *Émaux et Camées*, *Cariatides*, *Stalactites*, *Poèmes Antiques*, *Poèmes Barbares*, *Les Trophées*, limitou-se a batizar os seus poemas com a naturalidade de um clássico⁴⁶.

A filiação à escola francesa, porém, era declarada, como explícita a “Profissão de fé” do poeta escrita em 1866 e que se tornara exemplo sintético do parnasianismo brasileiro,

*Torce, aprimora, alteia, lima
A frase, e, enfim
No verso de ouro engasta a rima
como um rubim⁴⁷*

Na visão de Tristão de Athayde:

Influenciado pela poesia de Banville, Gautier ou Leconte de Lisle e levado, pelo seu instinto de artista, a reagir contra o desconcerto dos nossos românticos e o mau-gosto do “cientificismo”, Bilac lançou-se na reforma parnasiana, e com ele Machado de Assis, Teófilo Dias, Luiz Guimarães, Raimundo Correia, Augusto de Lima, Alberto de Oliveira.

O crítico citava os versos seguintes à “Profissão de fé”:

*Caía eu também sem esperança,
Porém tranquilo,
Inda ao cair, vibrando a lança*

⁴⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26. Jul. 1920, p. 2.

⁴⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25. Jul. 1919, p. 9.

⁴⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25. Jul. 1919, p. 9.

Conforme apreciação do crítico, “é possível que essa mocidade ardente, que vinha ‘vibrar a lança em prol do estilo’, se julgasse parnasiana ou impassível o caso é que nunca alcançou nem uma nem outra coisa”. O parnasianismo brasileiro seria marcado por aspectos como “lirismo natural”, “solicitação dos sentidos”, “calor extenuante”. Mesmo em seu maior “joalheiro”, Alberto de Oliveira, haveria tais características, podendo-se concluir que “entre nós nunca existiu, como escola, o ‘parnasianismo’”. No caso de Bilac, não teria passado de uma intenção, a tal ponto que a epígrafe de sua “Profissão de fé” foi tomada ao maior nome do romantismo francês, Victor Hugo, apesar de ter escolhido versos que bem expressavam o conteúdo da sua “crença”: “o poeta é cinzelador”. Expressão de uma época em que o poeta “dominado, a princípio, pelo instinto, modelado pelo meio, poetando involuntariamente ao sabor do ambiente, Bilac começou por ser o veículo de uma inspiração coletiva. Era seu estro a condensação de um mundo de poesia do instinto brasileiro”. Fez o epitáfio do indianismo:

*E, no sopé do monte, era de ver erguido
O vulto de Tapir... Inesperado um ruído
Seco, surdo, soou, e o corpo do Guerreiro
De súbito rolou pelo despenhadeiro...
E o silêncio outra vez caiu.*

Para o crítico, Bilac “foi talvez no seu tempo, o mais nacional de nossos poetas. Poeta nacional é antes o que possui os dons da alma pátria do que o cantor dos assuntos nacionais” e “foi nacional pelos dons de sensibilidade, de sensualismo ardente, de lirismo da alma brasileira”.

Olavo Bilac teria conseguido se desdobrar em variadas expressões poéticas, do sensualismo ao nacionalismo engajado. Porém, a vitória parnasiana ou de seu ideal, no interior da poética brasileira, teria criado a recorrência e segurança garantidas por um receituário poético, do “poeta cinzelador”, assim como uma restrição dos horizontes, notadamente visando à incorporação acadêmica. Tristão lembrava os conselhos de Alain (pseudônimo do ensaísta e filósofo francês Émile-Auguste Chartier) aos artistas: “Pense sua obra, sim, certamente; mas a gente pensa apenas aquilo que é; faça, portanto, a sua obra. Sempre que a Ideia precede e regula a execução, é indústria”⁴⁹. Tais considerações estariam desenvolvidas na obra *Système des Beaux-Arts*, lançada em 1920, e o crítico aproveitava para diferenciar o artista do artesão:

Submeter deliberadamente a própria inspiração a conceitos e preconceitos de escola é sacrificar a espontaneidade necessária da expressão. Um poeta deve fazer “poemas”, mas não “poemas parnasianos”, ou “poemas líricos”, ou “poemas simbólicos”. A famosa “teoria dos gêneros”, de Brunetière⁵⁰, já deu o que tinha de

⁴⁸ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25. Jul. 1919, p. 9.

⁴⁹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26. Jul. 1920, p. 2

⁵⁰ Referência ao livro *A evolução dos gêneros na história da literatura* (1890). Apesar de Tristão de Athayde considerá-la uma perspectiva esgotada, a obra teve sua sexta edição em 1914. Cf. BRUNETIÈRE, Ferdinand. *L'évolution des genres dans l'histoire de la littérature*. Leçons professées à L'École Normale Supérieure. Paris : Hachette, 1914, p. 1-13. .

dar⁵¹.

Assim, na obra *Manhãs de Sol*, de Orlando Penaforte Caldas, haveria “os mesmos versos de sempre, em torno dos mesmos temas, com o mesmo séquito de imagens, sem nada que nos repila, nem nada que nos atraia”⁵².

“Nada que repila nem atraia” tal divisa poderia servir como norte para a apreciação das obras poéticas, sendo expressiva de certos espíritos poéticos pouco preocupados em definirem-se para além da média comum. Não deixava de ser um espírito cético e conformado com a realidade circundante. A obra do poeta sergipano Hermes Fontes, que no início da década de 1920 havia publicado três livros, despertaria na crítica juízos que variariam “desde o da genialidade até o da negação de todo talento poético”⁵³. No começo, ele seria marcado pela ambiguidade de duas forças contrárias: “um romântico às avessas, cheio do clamor e da exterioridade do romantismo, mas já possuído pelo intelectualismo parnasiano”. O crítico destaca sua “Salve Rainha”, versos de juventude que trariam alguma “espontaneidade nativa”:

*Ó mãe que amparas os desamparados:
Mãe das minhas virtudes, que me assistes
e me atenuas todos os pecados,
mãe de misericórdia: mãe dos tristes!...
Salve fonte das minhas esperanças!
_ Fonte, de cujas lágrimas me inundo
Nas translúcidas gotas que me lanças!
_ Fonte, de que meu pensamento é oriundo;
que choras... de chorarmos desde crianças
Neste vale de lágrimas – o Mundo⁵⁴.*

Com o tempo, aquele “intelectualismo parnasiano” teria lhe tornado um autor de “frio engenho, prosaico, artificial e conceituoso”, o qual “confundindo trivialismo com naturalidade e beleza, quis vencer o primeiro e suprimiu também em geral a naturalidade e beleza”. Assim, nos versos de *Odisseia*, a linguagem do coração cederia ao artifício:

*A alma, porém, floresce, frutifica
e jamais apodrece! É seu condão
Manter-se sempre nova, sempre rica
do ouro de que é o filão.
Ouro de sofrimento e de bondade,
moeda sem ágio, que o Homem – emissor,
para que Deus em astros a arrecade,
cunhe o inimigo tórculo da dor.*

Hermes Fontes parece corporificar um processo descrito diversas vezes pelo crítico:

A nova orientação tomada pela nossa literatura, depois de 1870, teve justamente por origem a tímida introdução de um certo elemento intelectual em domínios até então exclusivamente reservados ao elemento afetivo. Depois das orgias, por vezes magníficas de sentimentalismo e emoção, dos românticos, houve o corpo literário mister, para se não perder no vago da sensibilidade exausta ou no mero formalismo

⁵¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26. Jul. 1920, p. 2

⁵² ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1922, p. 1.

⁵³ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1922, p. 1.

⁵⁴ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1922, p. 1.

artificial, de uma reação vigorosa da inteligência, dando ao verso uma consistência e uma significação maiores e à prosa um vigor e uma autonomia desconhecidos. [...] tem essa intervenção cada vez maior da inteligência em seus processos de composição e em sua própria essência caracterizado a nossa literatura. Foi ela que nos deu Machado de Assis e Euclides da Cunha [...]. A ela devemos, com poucas exceções, toda a nossa poesia contemporânea, de voo acanhado, sem o vigor e a espontaneidade da romântica, mas de um gosto, de uma fantasia, de uma plástica inteiramente novos, que serão os grandes alicerces poesia vindoura⁵⁵.

A poesia corrente, em geral, seria de “voo acanhado”, de tal forma que o poeta mais publicado no alvorecer dos anos 1920 era Castro Alves. Mas, afinal de contas, o que se espera dos poetas? E quem espera? Em uma perspectiva como a nossa, que procura apontar mudanças das sensibilidades no interior da cultura intelectual, o espírito cético transparece em versos como os do jovem carioca Ildefonso Falcão:

*Como quem olha às vezes o caminho
penosa e longamente perlustrado,
quedo-me a recompor, devagarinho,
uma por uma, as coisas do passado.
Quanto cardo agressivo! quanto espinho
que me magoou a cada passo dado!
Planura sem uma ave; maninho
torvo deserto o mundo atormentado!
Hoje, entretanto, pelo que padeço,
vejo o mesmo deserto bem mais largo,
os cardos e os espinhos mais pungentes...
Melancólico, paro e reconheço
que, no presente, tudo é mais amargo,
mais ferozes os homens e as serpentes...⁵⁶*

José Eduardo do Prado Kelly, poeta premiado aos quinze anos pela Academia, mais tarde tornado jurista, advogado e deputado, enveredava-se, no seu livro *Tumulto*, pelo panteísmo e o pansexualismo. Segundo o crítico, “neste livro não há Deus. Nem um só momento o mistério do além ocupa a alma adolescente”⁵⁷. Haveria, porém, “todos os deuses, um panteísmo vibrante enche essas páginas tumultuosas, que assentam em uma visível unidade. A natureza é a única realidade”. Expressaria inconscientemente “a lei da sucessão eterna das coisas, o ‘retorno eterno’ de Nietzsche” e cantaria a miséria e o esplendor humanos:

*Na minha vida túrbida e sombria,
cheia de fé tranquila e luz ardente,
sinto a neve dos tempos refulgente,
envolvida no ocaso do meu dia.
Mas, tremulando pela tarde fria,
na tristeza em que tomba lentamente
imerso na sombra, o meu poente,
cheio de orvalho, fúlgido irradia.
Olha o sol, que se foi: e a luz doirada
do meu sonho: e o estendal fecundo e imenso
da minha suave e límpida alvorada.*

⁵⁵ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1920, p. 2.

⁵⁶ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 mai. 1920, p. 1.

⁵⁷ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 set. 1919, p. 10.

*E volto a ter, no ardor, em que trabalho,
a grandeza infinita do que penso
na pequenez eterna do que valho*⁵⁸.

Mas estes são apenas dois exemplos. Acompanhemos o crítico. Há uma espécie de paralelismo entre o crítico que procura inserir as obras analisadas em um contexto maior, nacional e internacional, e os autores que, no mais das vezes, apenas publicavam livros de poesia a fim de expressar algum sentimento ou divulgar algum ideal moral ou científico. Daí a lembrança, ao analisar a obra poética de Medeiros Albuquerque do “cientificismo poético”. Segundo o crítico:

Essa forma de reação contra o romantismo já levava Teófilo Braga, em 1864, a escrever os versos, hoje e sempre ilisíveis, da *Visão dos Tempos*, de forma que em 1881, quando Martins Júnior publicava as suas *Visões de Hoje*, ensaios de poesia científica, surgia esta como fruto natural de uma campanha que havia mais de dois lustres agitava o Recife, pelo verbo de Tobias Barreto e pela pena de Sílvio Romero. Ninguém ignora o fracasso a que estava destinada esta forma poética, puramente cerebral, que era por natureza a negação da própria poesia [...].⁵⁹

Medeiros e Albuquerque teria seguido, em sua juventude, essa “escola modernista”, segundo qualificação do crítico, “que sucedia ao romantismo antes de ceder o cetro aos parnasianos”. Se tal vertente científica da poesia ficara restrita aos finais do século XIX, em 1920, o positivista Montenegro Cordeiro publicava o livro de poemas *As catedrais* e Tristão de Athayde aproveitava para traçar algumas reflexões sobre arte e moral:

Todos os que exclusivamente se preocupam com objetivos morais e sociais desdenham da beleza como fim em si, reconhecendo-lhe função subalterna na vida do espírito. Foi o que Max Nordau⁶⁰ exprimiu perfeitamente, ao escrever que: “Fica estabelecido que a arte não se exerce somente pela arte, possuindo ao contrário um duplo objetivo – subjetivo e objetivo: o de satisfazer uma necessidade orgânica do artista e o de exercer uma ação sobre os seus semelhantes, aplicando-se a ele os princípios pelos quais se julga qualquer outra atividade humana que busque o mesmo objetivo: os princípios da moralidade e da legalidade”. Neste período está contida a condenação da arte e a sua submissão às regras mais estreitas e intoleráveis. [...] O artista é um espelho animado, que reflete as imagens da vida e da imaginação, recompondo-as em seu espírito, e não pode, por isso, ter preconceitos, nem religiosos, nem morais, nem filosóficos, nem sociais⁶¹.

O crítico frisa a restrição aos preconceitos, uma vez que o “artista superior” teria a capacidade de “resumir e transformar em matéria de beleza (no sentido mais geral do termo) toda a variedade de concepções do universo e de visões da vida que conviver em seu espírito”. Tristão via no ceticismo uma expressão de “espíritos superiores, uma condição de docilidade a esse reflexo do mundo que deve existir no artista”. Por outro lado, espera-se “nos espíritos menos fortes, confusão e obscuridade, pelo que neles se torna até desejável, como elemento de lucidez e ordem mental, a existência de criações de opiniões determinadas”. O que, porém, não

⁵⁸ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 set. 1919, p. 10.

⁵⁹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1922, p. 1.

⁶⁰ Sobre Nordau Cf. BALDWIN, P M, Liberalism, nationalism, and degeneration: the case of Max Nordau, *Central European History*, nº 13, june 1980, p. 103.

⁶¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1920, p. 2.

encontrava a aceitação do crítico era utilizar-se o “artista de sua arte para proselitismo, que altere ou falseie a realidade e os dados dos problemas”⁶²:

Quando esse proselitismo não corrompe a fonte de observação e fantasia, dando luz indistinta a todas as faces da realidade, pode converter-se em força de ação local e de expansão universal, como é o caso, por exemplo, do admirável romance russo. Se a arte exige, em sua elaboração profunda, essa liberdade de espírito, ainda mais sensível se torna essa exigência quanto aos seus meios de expressão. E dificilmente será possível conservar a esses meios, ao estilo, enfim, toda a plasticidade necessária, quando o submetemos às torturas da arte filosófica, da arte religiosa, da arte moral ou da arte social.

Montenegro Cordeiro fala da época que escreveu o livro em Paris, quando da Grande Guerra:

Para nós, positivistas, que temos no cemitério de Père-Lachaise o sacrossanto relicário nos túmulos de Augusto Comte e de sublime inspiradora, era terrível ameaça de ver Paris sob o guante e sob a bandeira do alucinado inimigo de tantos anos, causadora de excepcionais sofrimentos. [...] Foi depois de vencido o pânico inicial [...] que me apercebi do labirinto de erros em que me perdera no ardor de irrefletidas paixões. Destruindo então o que havia feito até aí, tomei para tema de minhas íntimas elucubrações não mais a guerra, momentânea e maldita geradora da destruição e da morte, mas sim o Amor, o Amor eterno e invencível [...]. Minha elaboração poética era, entretanto, um mero exercício particular, uma simples diversão as horas de ócio e de solicitude⁶³.

“Antes tivesse continuado a ser” é a frase que o crítico contrapõe à última sentença do relato.

O poeta faz o elogio ao passado, recriminando os novos blasfemadores:

*Ímpios, entrai e vede. A luz do Sol, que passa
Tamizada através da esplêndida rosaça,
Iriando-se, projeta auréolas ambulantes
Sobre humilimos fiéis de pálidos semblantes
Levando aos corações em críticos declínios
Remorsos, contradições, balsâmicos alívios!
Por que então blasfemar, ateus! Por que aluir
A crença do Passado antes que a do Porvir
Empreste âncora nova aos corações aflitos
Naufrágios lhes poupando em íntimos conflitos?!*

Julgando intolerável essa linguagem de um “acanhado sectarismo” que “de tudo pretende legislar”, o crítico considerava que a obra “como ideia nada contém de original nas suas preocupações moralizadoras e como forma são o que se acaba de ver: prosaicos, duros, incolores, enfáticos”⁶⁴. Além disso, reforçava a nota acerca das relações entre moral e estética: “Não se pode negar que em ‘As Catedrais’ há uma bela, uma pura intenção. Mas já Schopenhauer dizia e todos sabem que em arte a intenção não vale coisa alguma”.

Se o moralismo não era garantia de bons resultados, tampouco o abrigo no sensualismo mais ou menos imoral asseguraria o reconhecimento do crítico. O livro *Fada Nua*, do paulista Gofredo da Silva Teles, estreara com sucesso em São Paulo e no Rio de Janeiro, segundo a apreciação de Helios (Menotti Del Picchia): “No Rio, o novo livro de Gofredo causou ruidoso

⁶² ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1920, p. 2.

⁶³ MONTENEGRO Apud. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1920, p. 2.

⁶⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1920, p. 2.

êxito, quando lido à elite cerebral carioca. Aqui, a sua leitura despertou, uma roda íntima, a mais auspiciosa das impressões”⁶⁵. Em outra ocasião, o poeta e crítico considerava que “o erotismo helênico dos seus versos lapidares ressurgiu nos longes de mim mesmo, essa bizarra fada, de olhos estranhos, que anda a exaltar minhas cismas de homem e de artista...”⁶⁶. O livro, porém, foi considerado imoral e Helios voltara ao tema:

Gofredo, para o bolchevismo de muitos, tem um grande defeito: é rico. Há ainda o velho preconceito de que a riqueza ilide o talento, e só é genial e forte o que é esmolambado e miserável. [...] “A fada nua” é, sem favor nem amabilidades, um dos melhores livros que tem produzido a poesia lírica de S Paulo. Ressente-se de uma audaciosa liberdade lasciva, que não é pecado fascenino do vício condenável, mas a expressão segura e dionisiaca da própria vida, afirmando-se na sua procacidade e no seu amor. O artista é sincero e às vezes deixa a nudez sadia da natureza, que não criou véus nem rendas, onde o pudico hipócrita poria uma cauta e policial folha de parreira⁶⁷.

Madame Chrysanthème também saíra em defesa do poeta:

Eu não sou poeta e muitas vezes não compreendo bem o que esses habitantes do Parnaso gritam nas suas rimas e nas suas figuras, mas, folheando a “Fada Nua”, toda a simplicidade, toda a singeleza desses lindos versos me saltaram aos olhos e se gravaram no meu coração⁶⁸.

Tristão de Athayde, não reconhecia um valor que fosse além de certa inspiração do poeta:

No lirismo íntimo do sr Gofredo da Silva Telles, dirão os partidários da arte moralista, há uma intenção pior, que é a do impudor. Não penso assim. Se impudor existe nos versos d’“A fada nua”, onde há, pelo menos, um tremor incoercível de sensualismo, provém ele do que há de mais puro em arte, que é a confissão sincera de um alma. “A fada nua” é a história de um amor físico, mas não se lhe nota a intenção intolerável do interesse picaresco. [...] Mas, no caso, intimidade não indica exibição e há no sensualismo da poesia brasileira, muito da sua feição característica⁶⁹.

A *Fada Nua*, que parecia atender às expectativas de Menotti del Picchia, era tida por Tristão de Athayde como obra superficial e muito trivial, cujo “maior encanto, porém, talvez provenha da natural simplicidade da expressão, tão característica da nossa moderna poesia”. A “moderna poesia”, em 1920, podia ser exemplificada em tais versos:

*Paramos num talude. Em baixo, à nossa frente
Via-se em pleno vale, a cidade. E a luz quente.
Cobrindo o morro azul dispõe as grotas sob cumes.
Acordava no bosque as asas e os perfumes.
A seiva se exaltava entre os tojos marinhos.
A água enchia de som as frinchas do barranco.
E havia um pó dourado em volta dos caminhos.
E havia a luz do céu sobre um vestido branco⁷⁰.*

Se havia uma profusão de “alinhadores de versos”, a expectativa do crítico é definir os

⁶⁵ HELIOS. Crônica Social, Uma leitura de versos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 12 jan. 1920, p. 2.

⁶⁶ Helios, Crônica Social, A fada nua, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jan. 1920, p. 3.

⁶⁷ Helios, Crônica Social, A fada nua, *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 out. 1920, p. 4.

⁶⁸ CRYSANTHÈME, “A fada nua” de Gofredo, *Correio Paulistano*, São Paulo, 31 out 1920, p. 1.

⁶⁹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1920, p. 2.

⁷⁰ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1920, p. 2.

parâmetros da poesia, identificar o seu sentido maior. O que *ele* espera dos poetas e da poesia:

Sem remontar além do mundo moderno, podemos atestar como tem mudado o critério poético. Veio da Itália a nova palpitação de beleza, que a alma ardente da Provença fecundou. Permaneceu nessa incomparável ebulição da adolescência, durante esse século XVI [...] Foi então disciplina e de beleza e nobre harmonia de sentimentos, até que o abuso da “regra” provocou o grito de libertação provindo da Alemanha. Passou o critério de dogmático a libertário e em nome do puro sentimento se lançou a poesia no decorrer do romantismo. Mas a facilidade cansa mais do que a escravidão, porque esta embota o espírito enquanto aquela o sacia, e os poetas foram pedir à verdade e à beleza pontos de referência, nesse éter sem limite em que se banhavam desde o início do século. Foi o duplo caráter da poesia parnasiana e neoclássica, dos meados do século. Veria o fim deste outro critério, com a reação do espírito contra o prosaísmo em que se tinha resolvido a objetividade excessiva. E em nome da pura fantasia julgou o simbolismo os seus poetas. Já não há hoje o simbolismo como escola. Que há, então? Toda verdadeira poesia é a um tempo clássica, romântica, parnasiana e simbolista, pois toda ela deve possuir o amor da beleza, o calor do sentimento, a perfeição da forma e a repercussão humana das imagens. Não impede que novas escolas se fundem, pois a miragem é o estímulo de todo esforço criador. A miragem de hoje é a um tempo remontar às fontes empíricas da personalidade e realizar formas imprevisíveis de expressão. Daí o amplo critério que mencionei – naturalidade e originalidade⁷¹.

Alguns jovens, porém, não pareciam tão inclinados a introduzir em seus trabalhos tais pretensões, afinal, poetas de vinte anos viveriam a cantar suas tristezas e lamúrias:

Poetas da alegria deviam ser todos, se como Fausto houvessem saboreado a mocidade depois da experiência e do saber. Como homens, porém, são tristes por excesso antes de o serem por deficiência. Nessa idade, em tese, só são alegres os jogadores de futebol e os caixeiros de venda, porque para esses a vida é uma realidade, em suas formas consoladoras dos sentidos. Somos poetas, aos vinte anos, com a mesma antecipação com que aos quinze pretendemos ser homens. Contar tristezas é uma forma real de independência vã, como é para os meninos a vaidade de saírem sozinhos.

Em *Mocidade*, de Afonso Schmidt, o crítico distingue temáticas e aspectos de um caráter moderno caracterizado pela “desarticulação do verso, pelo domínio do impressionismo, pelo exílio das formas gongóricas ou eloquentes, pela intimidade dos sentimentos sem preconceito de escola, pela simplicidade da forma, pela expressão direta das emoções e das impressões variadas na flexibilidade do verso”. Do “cinzelador” passa-se ao pintor:

*O verso não é mais do que uma pincelada,
Um sulco, um traço, um golpe, um acorde, um clamor;
Penetra pelo olhar uma alma enamorada.
Desperta o sonho, a graça, o riso, a mágoa, a dor;
E o que nos deixa o forasteiro? Quase nada:
Nos olhos um clarão, nos lábios um temor...*⁷²

A lembrança da cidade de São Paulo sobrepõe-se à cidade real do presente, a idealização bucólica de seu passado, da “velha pauliceia”, é expressada:

*No Piques, vagando à toa
é raro quem não pressinta
Uma toada indistinta*

⁷¹ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1922, p. 1.

⁷² Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1922, p. 1.

*que sob as pedras ressoa.
Cantas moedas, tilintas,
Na cadência de uma loa
A fonte exilada e boa
Há muitos anos extinta.
sua alma que ali nevoa,
De céus e de ares faminta
Repete a cada pessoa,
Uma novela sucinta:
Noturno, capas, garoa,
1830...⁷³*

Afonso Schmidt seria, segundo o crítico, “moderno em toda expressão poética”, guardando porém a “mais soberba aristocracia de inspiração”, que transparecia em sua relação com o tema que se impusera “com mais autoridade aos literatos do século XIX”⁷⁴: a multidão.

*O contágio da gleba os artistas perturba.
Sufoca-nos a massa, esmaga-nos a turba
A beleza morreu na igualdade das gentes⁷⁵.*

Tal olhar, no autor que assinara as *Palavras de um comunista brasileiro à Liga Nacionalista e à mocidade das Escolas*⁷⁶, não deixa de surpreender e a explicação para tal incongruência reside, talvez, no fato de o volume de poesias reunir produções de dez anos. Mesmo a imagem de seu idealismo, porém, poderia assumir um sentido quixotesco: *Um herói verdadeiro em cavalo de pau*. Ao fim, sobrevinham as lamúrias do poeta de vinte anos:

*Mundo vil, que eu sem cólera, desprezo
Altivo, nos meus áureos desenganos!
Altivo por ter muito e ser um Creso
Altivo por contar vinte e dois anos!
Príncipe, e louco, habito em minarete
Que abre no azul arquiteturas mouras
E arrasta os pés em cálido tapete
Um tapete real de tranças louras!
... Deixe-me só neste esplendor, embora
Digam que é sonho e que ele não existe!
Deixai-me neste orgulho de quem chora,
Nesta ventura imensa de ser triste!⁷⁷*

O livro *Mocidade* teve boa recepção da crítica em diferentes perspectivas:

É o caso de um crítico tradicional como João Ribeiro, um estreatante como Alceu Amoroso Lima, um católico como Jackson de Figueiredo, socialistas como Maria Lacerda Moura e Oduvaldo Viana, simbolistas e neo-simbolistas como Nestor Vitor e Tasso da Silveira e um “futurista” como Mário de Andrade, que afirma ter acompanhado o nascimento do livro, admirado seus poemas desde antes da publicação⁷⁸.

⁷³ SCHDMIT, Afonso. Apud. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1922, p. 1.

⁷⁴ Cf. BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1975, p. 46.

⁷⁵ SCHDMIT, Afonso. Apud. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1922, p. 1.

⁷⁶ Cf. SCHMIDT, Afonso. *Palavras de um comunista brasileiro à Liga Nacionalista e à mocidade das Escolas*. Rio de Janeiro: s/ed, 1920.

⁷⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1922, p. 1.

⁷⁸ PAULILO, Maria Célia de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 118.

O nome de Afonso Schmidt foi arrolado por Oswald de Andrade em seu discurso na Sorbonne de 1923, o próprio poeta, porém, fez questão de se desvencilhar do modernismo, explicitando sua orientação libertária, presente na obra *Brutalidade* comentada no tópico anterior. Afonso Schmidt formara-se como intelectual nos meios anarquistas em torno do jornal *A Plebe*, de Edgar Leuenroth, mais tarde, fez parte do grupo “Colmeia”, de Monteiro Lobato, e, por fim, integrara o grupo Zumbi, cujo panfleto “Palavras de um comunista...” citado acima foi uma das primeiras manifestações que divulgara no Brasil os ideais do grupo francês *Clarté*⁷⁹. Mero “experimentalismo formal” marcariam as querelas sobre “passadismo e modernismo”:

Por temperamento, não compreendo a arte pela arte, jogo de paciência para mandarins; palavras cruzadas. Suponho sempre que quem fala ou escreve tem um pensamento a comunicar, uma emoção a transmitir. A maneira como se desobriga da questão é questão de engenho; tanto melhor, se dá mostras de habilidoso e o faz por meio inesperado e atraente⁸⁰.

Schmidt critica nos modernistas o intuito em se “reformular uma arte nas suas exterioridades, deixando intacto todo o sistema endurecido pela arteriosclerose”. Defendia uma literatura que tivesse como finalidade “comunicar-se com um público cuja percepção fora embotada pela existência sofrida”⁸¹. As distâncias entre a poesia lírica e as temáticas sociais e políticas, no interior da cultura intelectual brasileira, podiam, assim, ser menores do que se imagina. Outro jovem poeta, Ricardo Gonçalves, morto precocemente aos vinte e oito anos, transitava entre o lirismo bucólico regionalista e o posicionamento politicamente engajado. Não por acaso, o panfleto “Palavras de um comunista...” trazia o seguinte poema de Gonçalves no frontispício:

*Tremei, vampiros nojentos
Tremei, nos vossos doirados,
Palacetes opulentos!
O sangue dos desgraçados
Sugai, bebei gota a gota!
Não tarda que chegue o instante
Em que a turba se levante
Sedenta, faminta e rota.
E quando comece a luta
Quando explodir a tormenta,
A sociedade corrupta,
Execrável e violenta,
Iníqua, vil, criminosa,
Há de cair aos pedaços,
Há de voar em estilhaços,
Numa ruína espantosa!*⁸²

Em volume, porém, o que ele publicava em 1921 eram versos regionalistas reunidos na obra *Ipês*. O poeta traria, na visão do crítico, a “originalidade na extrema simplicidade”:

Filia-se a essa corrente de poesia sertaneja, que nas imediações de 1860 aqui derivou

⁷⁹ SCHMIDT, Afonso. *Palavras de um comunista brasileiro à Liga Nacionalista e à mocidade das Escolas*, p. 6.

⁸⁰ SCHMIDT, Afonso. Apud. PAULILO, M C de A. *Tradição e modernidade*, p. 118.

⁸¹ Cf. TOLENTINO, Thiago Lenine T. *Monumentos de Tinta e Papel*, p. 196-197.

⁸² Cf. SCHMIDT, A. *Palavras de um comunista brasileiro à Liga Nacionalista e à mocidade das Escolas*, p. 1.

para o interesse regional a inspiração que andava dispersa e sem rumo. De Juvenal Galeno – ainda vivo hoje em dia, em sua casinha de Fortaleza, como verdadeira imagem do passado e patriarca vivo do regionalismo, pois foi em 1859 que Gonçalves Dias, chegando ao Norte, o animou a cultivar a lira bucólica e popular que cantava o sertão e as praias do seu Ceará -, de Juvenal Galeno, digo, de Zaluar, de Bittencourt Sampaio, de Joaquim Serra, de Muniz Barreto e alguns outros, partiu essa corrente de poesia local do sertão⁸³.

O poeta seria superior ao “sertanejismo poético”, com “sentimento mais íntimo da terra e manejo mais perfeito no verso” expressos em sua “Cisma de caboclo”:

*Longe, uma tropa trota pela estrada
E a vibração das matas, impregnada
De perfumes sutis,
Traz dos grotões que a sombra, lenta invade
O soturno queixume de saudade
Das pombas juritis⁸⁴*

A estreia do poeta mineiro Wellington Brandão vinha sob o signo do *Deslumbramento de um triste*. A poesia de Brandão, para quem era *a dor é a matriz de que decorre tudo*, traria a aspiração amorosa da perfeição extática cantada em soneto:

*Êxtase é a dor profunda da Ventura
e a ventura mirífica da Dor;
numa ascensão para a suprema altura
em que da Perfeição luz o esplendor...
Êxtase é a vida no que tem de pura,
a integral compreensão da Luz, da Cor:
por toda a estrada negra da amargura,
todo o luar de sol que é o nosso amor!
Aceno espiritual à Perfeição...
anseio dolorido dos que vão
seguindo o sonho, num silêncio triste...
Êxtase: elo de luz encadeando
as almas tristes dos que estão sonhando
ao sonho eterno do que não existe...⁸⁵*

Em 1921, a revista paulista *A Novela Semanal* anunciava a coleção “A Nova Plêiade” a ser publicada pela editora Olegário Ribeiro, a mesma do periódico. Tal projeto se faria pela:

Coleção de pequenos livros de versos a se publicar sob a direção de Amadeu Amaral (da Academia Brasileira) e destinada a vulgarizar as obras dos poetas novos de grande merecimento, ainda pouco conhecido. Iniciaremos coleção com o primoroso livro “Manhã” pode poeta paulista Graco Silveira⁸⁶.

Tristão de Athayde elogiara a iniciativa, assim como a escolha do primeiro nome a ser publicado. Apesar de ser o poeta, por vezes, “retórico” e “quase sempre acadêmico”, teria ele a “facilidade de versejar e elegância de estilo” expressos em trechos como os seguintes:

*Segue serenamente os ríspidos caminhos
Da existência. E através das torpezas mundanas
Vai ferindo os teus pés, entre seixos e espinhos.
Mágoas... Ingratidões... finge que há de esquecer-las!*

⁸³ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1922, p. 1.

⁸⁴ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1922, p. 1.

⁸⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Bibliografia, O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1920, p. 2.

⁸⁶ Cf. *A Novela Semanal*, Ano I, nº I, São Paulo, 2 mai. 1921, p. 1.

Assim se expressava um jovem poeta promissor de São Paulo em 1921. Era o que o grupo da *Novela Semanal* esperava. O que esperar dos poetas? A expectativa do lirismo poético teria, em meados do XIX, diminuído em metrópoles colonialistas como França e Inglaterra.

Nota-se na modernização e modernidade das artes e sensibilidades que:

[...] as condições de acolhimento de poesias líricas se tenham tornado menos propícias [...] o lírico não é considerado mais como o poeta em si. Não é mais o “vate”, como ainda o era Lamartine; agora se fez um gênero. (Verlaine faz com que esta especialização se torne tangível; Rimbaud já é um esotérico que, *ex officio*, mantém o público afastado de sua própria obra). Um segundo fato: depois de Baudelaire a poesia lírica não registrou nenhum êxito popular. (A lírica de Hugo teve, todavia, ao aparecer, uma grande repercussão. Na Alemanha o “*Buch der Lieder*”⁸⁸ marca o limite). Disto se pode deduzir um terceiro elemento: o público tornou-se mais frio, inclusive quanto àquela poesia lírica do passado, que lhe era conhecida. O espaço de tempo em questão pode datar-se, mais ou menos, da 2ª metade do século XIX. [...] Visto que as condições de recepção para a poesia lírica tornaram-se mais pobres, pode-se deduzir que a poesia lírica, só de forma excepcional, conserva o contato com os leitores. E isso poder-se-ia atribuir ao fato de que a experiência dos leitores se tenha transformado em sua estrutura⁸⁹.

É notável que um dos principais meios de veiculação literária no século XIX seria o responsável principal por esse embotamento da sensibilidade do leitor moderno, o jornal:

Os princípios da informação jornalística (novidade, brevidade, inteligibilidade e sobretudo ausência de qualquer conexão entre notícias isoladas) contribuem para este efeito, tanto como a paginação e o estilo linguístico [...]. A rígida exclusão da informação, no que diz respeito ao campo da experiência, depende, deste modo, do fato de que a informação não entra na “tradição”. Os jornais aparecem em grande tiragem. Já nenhum leitor tem facilmente “algo de si” para contar ao próximo. Existe uma espécie de competência histórica entre as diversas formas de comunicação. Na substituição do antigo relato pela informação e da informação pela “sensação”, reflete-se a atrofia progressiva da experiência. Todas estas formas se separam, por sua vez, da narração, que é uma das formas mais antigas de comunicação. A narração não visa, como a informação, comunicar o puro em si do acontecido, mas o incorpora na vida do relator, para proporcioná-lo, como experiência, aos que escutam. Assim, no narrado fica a marca do narrador, como a impressão da mão do oleiro sobre o pote de argila⁹⁰.

Como constata Pierre Bourdieu, apesar de recorrente na produção literária, os livros de poesia vendiam cada vez menos no interior do mercado dos gêneros artísticos:

[...] vê-se por inúmeros indícios que, sob o Segundo Império, o topo da hierarquia é ocupado pela poesia, que, consagrada como a arte por excelência pela tradição romântica, conserva todo o seu prestígio: a despeito das oscilações – com o declínio do romantismo [...] ela continua a atrair um grande número de escritores, embora seja quase totalmente desprovida de mercado - a maior parte das obras conta apenas com algumas centenas de leitores. Ao contrário, o teatro, ao qual se impõe

⁸⁷ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1922, p. 1.

⁸⁸ “Livro de Canções”, trata-se de poemas recolhidos pelo poeta alemão Heinrich Heine, em 1827, e que teve inaudita repercussão. O teórico alemão Theodor Adorno segue a linha das análises de W. Benjamin acerca da decadência do lirismo na modernidade: “O *Buch der Lieder* exerceu influência indescritível, que se estendeu muito além do âmbito literário. Logo em seguida, a lírica foi enfim rebaixada à linguagem do jornal e do comércio”. ADORNO, Theodor. *A ferida Heine, Notas de literatura*. Vol 1. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 127.

⁸⁹ BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*, p. 38.

⁹⁰ BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*, p. 40.

diretamente a sanção imediata do público burguês, de seus valores e de seus conformismos, proporciona, além do dinheiro, a consagração institucionalizada das Academias e das honras oficiais. Quanto ao romance [...]. Adquire um peso considerável no campo literário quando, com Zola, obtém sucessos de venda excepcionais (portanto, ganhos muito importantes que lhe permitem libertar-se da imprensa e do folhetim), atingindo um público muito mais vasto que qualquer outro modo de expressão, mas sem renunciar as exigências específicas no que se refere a forma (chegara mesmo a obter, com o romance mundano, uma consagração burguesa até então reservada ao teatro)⁹¹.

Se a poesia tinha, em terras brasileiras, a predileção dos escritores, a expectativa lírica e amorosa, por seu turno, era explicitada pela crítica. Assim, acerca dos poetas paulistas Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida e do mineiro Nilo Bruzzi, reconhecia Tristão de Athayde:

Três poetas do amor! Três poetas bem nossos portanto; já que o amor é o motivo, por excelência, de toda a nossa poesia. De toda poesia, diria melhor. [...] Pode-se mesmo dizer que a poesia é a expressão, mais que literária, natural do amor, já que este é o criador máximo do maravilhoso e aquela a forma espontânea de tradução desse maravilhoso pela palavra. Só ela consegue exprimir o impreciso, o infinito, o intuitivo, desse divino sentimento, que espiritualiza os homens e justifica a vida. Só ela pode traduzir a harmonia e o colorido, o gosto da morte e a intensidade da vida, o delírio e a lucidez, a força inabalável e a sublime fraqueza, que se contém na paixão. Só a poesia, forma literária do sentimento, pode interpretar o sentimento por excelência, que é o amor. Não compreendo, portanto, aqueles que acham vulgar a poesia amorosa. Compreendo os que não gostam de poesia, embora me pareçam espíritos, talvez profundos, mas inacabados. [...] A poesia do amor não é vulgar; vulgares são, muitas vezes, os que a praticam. [...] E daí essa chuva de versos de amor que todo poeta se julga na obrigação de publicar e todo namorado de endereçar à sua vítima⁹².

Nilo Bruzzi estreava com *Luar de Verona* que seria obra espontânea e despreocupada de técnica, com versos que permitiam ao poeta “espelhar as primeiras ondulações de sua alma adolescente, embora não lhe evite o trivialismo de certas expressões e mesmo a frouxidão geral da poesia”:

*Rola o céu a lua, tristemente,
E eu, triste sonhador inveterado
Procuro-a, num desejo inconsciente,
Para aquecer meu coração gelado...*⁹³

Guilherme de Almeida procuraria, por seu turno, penetrar no coração humano em seu *Livro de horas de Soror Dolorosa* que recebeu, aliás, representação do escultor Victor Brecheret em 1921⁹⁴. O amor de Soror teria a morte no horizonte por ter nascido do pecado, aspirando ao aniquilamento aquilo que começou pela “Tentação”:

*Por uma noite dorida
eu levantei-me toda
envolta em cinza e spleen,
e fui a passo lento
plantar meu pensamento
num canto do jardim.*

⁹¹ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 134.

⁹² ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1921, p. 2.

⁹³ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1921, p. 2.

⁹⁴ A obra está exposta no museu Casa de Guilherme de Almeida, na cidade de São Paulo.

<http://www.casaguilhermedealmeida.org.br/museu/acervo-museologico.php>

*Então, na trama escura
daquela noite impura,
um desejo infernal
luziu, e num instante,
riscou, como um diamante,
minha alma de cristal*⁹⁵.

Após o amor-tentação, vem a culpa e o destruição:

*Como um trapo de vida aos pés da cruz sucumbo.
Soldou-me o amor de fogo as pálpebras de chumbo,
para tudo de belo e bom que o mundo encerra
para toda alegria esparsa na terra*

A morte, expressa nessas “pálpebras de chumbo”, não calaria, porém, a palavra do amor:

*Amo para viver: O amor é a vida. Um dia
“eu morrerei de dor;
porque deixei de amar”... Assim dizia
a que morreu de amor*

O crítico traça as seguintes considerações acerca de Guilherme de Almeida:

É a fatalidade e a grandeza do amor que gravara, no seu poema [...]. Nele alcançou a sua poesia uma intensidade de vibração muito superior à dos seus anteriores poemas. Procurou concentrar, de mais em mais, o sentimento poético. O pensamento é mais elevado e agudo; a expressão lacônica; a comparação original e exata. Desarticulou o seu verso. Despojou, em geral, a rima de sua majestade parnasiana. O próprio ritmo se adapta à severidade do estilo. É interior, inacabado, sugestivo, sombrio. Não há luz, mas uma penumbra velada; não há clamores, mas uma voz em surdina. Toda dolorosa majestade do amor se reflete nessas páginas sinceras, ainda que impessoais. Não têm retumbância, mas intensidade. E toda a inquietação da poesia moderna, que a torna ofegante e fragmentária⁹⁶.

Menotti del Picchia abria sua obra *Máscaras* com a seguinte inscrição: “Julga-te feliz se, com ideias velhas, fizeste frases novas”. Talvez por adotar um tema tradicional, o amor de Pierrot e Arlequim pela Colombina, o poeta escolhera tal epígrafe. Segundo o crítico:

Não há dúvida de que as ideias não são propriamente novas já que a encarnação de Pierrot como puro romântico data, por assim dizer, da transplantação desse tipo de comédia italiana e da pantomina francesa para a nossa literatura, e já que a consideração do amor como misto de desejo e sonho é de todos os tempos.

O “poemeto” criado em torno das três personagens traria uma concepção amorosa em cada uma delas. O Arlequim figuraria o amor carnal, sensual e vibrante:

*O beijo da mulher: Ó sinfonia louca
da sonata que o amor improvisa na boca...
No contato do lábio, onde a emoção acorda
sentir outro vibrar, como vibra uma corda...
À vaga orquestração da frase que sussurra...
vez um corpo fremir tal qual uma bandurra...
Desfalecer ouvindo a música que canta
no gemido de amor que morre na garganta...*⁹⁷

Pierrot, por sua vez, lhe responde com a imagem de um amor ideal, sonhado e nunca

⁹⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1921, p. 2.

⁹⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1921, p. 2.

⁹⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1921, p. 2.

experimentado, do qual o segredo estaria “na intenção da carícia e nunca na carícia”. Segundo Tristão de Athayde, seria ele um “cético” ao pressentir o “amargor da saciedade”:

*E é tão doce sonhar!... A vida nesta terra
vale apenas, talvez, pelo sonho que encerra.
Ver vaga e espiritual, das cismas nos refolhos,
toda uma vida arder na tristeza de uns olhos,
não tocar a que se ama e deixar intangida
aquela que resume a nossa própria vida,
eis o amor, Arlequim, misticismo tristonho,
que transforma a mulher na incerteza de um sonho...*

Já a Colombina, conforme observação do crítico, “é mulher e portanto ama o amor. Amando-o, sente-o sinceramente em todas as suas formas e desconhece a consciência da infidelidade. O egoísmo do homem não pode compreendê-la”:

*Não! Não me compreendeis... Ouvi, atento, pois,
meu amor se compõe do amor de todos dois.
Hesitante, entre vós, o coração balanço;
O teu beijo é tão doce... e o teu sonho tão manso...
Pudesse eu repartir-me e encontrar minha calma,
dando a Arlequim meu corpo... e a Pierrot minh'alma!
Quando tenho Arlequim, quero Pierrot tristonho,
pois, um dá-me prazer e outro dá-me o sonho!
Nessa duplicidade o amor todo se encerra:
Um me fala do céu... outro fala da terra!
Eu amo, porque amar é variar e em verdade
toda a razão do amor está na variedade...
Penso que morreria o desejo da gente
se Arlequim e Pierro fossem um ser somente,
porque a história do amor pode escrever-se assim:
Um sonho de Pierrot... E um beijo de Arlequim.*

Tristão de Athayde reconhecia nesta “comédia encantadora” a expressão da “nossa vida interior” dividida entre Arlequins e Pierrots, de modo que “a luta é o estado normal dos seres que habitam a nossa miserável túnica de carne”.

Dois anos antes do livro de Menotti, Manuel Bandeira fizera do *Carnaval* a temática de sua poesia. O crítico esboçara na ocasião uma reflexão sobre o simbolismo na poesia:

Não basta dizer que o Sr Manuel Bandeira é um simbolista ou que a sua lira tem muito da de Laforgue, o “falhado de gênio” dos decadentes, ou de Cesário Verde. O simbolismo não é senão um dos momentos agudos do individualismo artístico e, em princípio, seria um contrassenso estudar as influências, literárias ou outras, sofridas por um simbolista, que é essencialmente um independente. É um aristocrata da sensação. Com o medo da amplificação, o horror ao sentimentalismo e o desdém da vulgaridade, faz da sua arte uma túnica alegórica e sutil, não isenta de pedantismo ou de artifício, com que veste a sua emoção. Ironista e impressionista, fixa com vivacidade os momentos agudos de uma realidade expressiva e o ricto sensitivo do seu “tormento obscuro do impressentido”. Arte nervosa e ofegante, que não chega a ser uma libertação, arte sintética, que procura a notação precisa e nua, também exasperada e febril, e chega, por vezes, nessa procura, ao mero artifício verbal, ou antes, musical⁹⁸.

⁹⁸ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1920, p. 2.

O caráter musical do simbolismo seria a única tópica que permitiria alguma generalização e reunião de artistas tão díspares entre si, conforme assinala Paul Valéry: “o que foi batizado como simbolismo resume-se muito simplesmente na intenção comum a muitas famílias de poetas (aliás, inimigas entre si) de retomar à Música o seu bem”⁹⁹. O crítico brasileiro vê o “Debussy” como aquilo que seria “quase um *pastiche* do autor da *Sérénade interrompue*”:

*Para cá, para lá...
Para cá, para lá...
Um novelzinho de linha...
Para cá, para lá...
Para cá, para lá...
Oscila no ar pela mão de uma criança,
(Vem e vai...)
Que delicadamente e quase a
adormecer o balança.
- Psiu... - Para cá, para lá...
Pra cá e...
O novelzinho caiu¹⁰⁰*

Tais versos seriam frutos de um impressionismo de “estilo nervoso e original”. O carnaval de Bandeira traria um Pierrot “sombrio e amargo”, transeunte em uma quarta feira de cinzas:

*Entre a turba grosseira e fútil,
Um pierrot doloroso passa.
Veste-o uma túnica inconsútil,
Feita de sonho e de desgraça
O seu delírio manso agrupa
Atrás dele os maus e os basbaques.
Este o indigita, este outro o apupa...
Indiferente a tais ataques,
Nublada a vista em pranto inútil
Dolorosamente ele passa.
Veste-o uma túnica inconsútil
Feita de sonho e de desgraça...¹⁰¹*

O poeta guardaria o sofrimento e o vício, a piedade e uma “morbidez cerebral”, esta última vista pelo crítico no apelo aos sentidos e desejos:

*Se perguntarem: que mais queres,
Além de versos e mulheres?...
_ Vinhos... O vinho que é meu fraco!...
Evoé Baco!*

E ainda em “Pierrete”:

*O sexo obsidente alucina
A minha índole surpresa:
As imagens da natureza
São um delírio de morfina,
a minha carne complicada,
Estreita em voluptuosos ardil,
Alguém de que tenha a alma sutil,*

⁹⁹ VALÉRY Apud. RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*, p. 43.

¹⁰⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1920, p. 2.

¹⁰¹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1920, p. 2.

Esta seria, entretanto, “uma feição fugaz e inferior de suas arte, cujo verdadeiro aspecto é o da expressão sintética, irônica e febricitante, às vezes preciosa, de um grande desengano íntimo”¹⁰². Destaca-se então os poemas em que se deseja um carnaval de sentidos contidos, mas com expansão da interioridade, mais uma vez provocada pela musa musical:

*Eu quis, um dia, como Schumann, compor
Um Carnaval todo subjetivo:
Um Carnaval em que só o motivo
Fosse o meu próprio ser interior.*

O poeta revela seu pudor ao confessar aquilo que guarda secretamente:

*Tudo que existe em mim de grave e carinhoso
Te digo aqui como se fora ao teu ouvido...
Só tu mesma ouvirás o que aos outros não ousou
contar do meu tormento obscuro e impresentido.
Em tuas mãos de morte, ó minha Noite escura!
Aperta as minhas mãos geladas. E em repouso
Eu te direi no ouvido a minha desventura
E tudo o que em mim há de grave e carinhoso...*

Tristão de Athayde considera por fim acerca do poeta estreante:

A coação indicada atinge as próprias fontes da inspiração e por isso a originalidade se não converte em insinceridade, embora abuse o autor do arabesco e do cinzelado, do artifício, portanto. Será, talvez, um escudo, e por isso frio, mas nunca indiferente. E é essencial, na arte como na vida.

Também no ano de 1919, o livro *Juca Mulato*, em segunda edição, trazia a reflexão, a partir da poesia, acerca do tema do “caráter”, tanto individual quanto nacional:

Os poemas do Sr Menotti del Picchia deixam uma funda impressão de sua leitura: não pode haver melhor demonstração do seu “caráter”. Quando essa impressão não se limitar aos leitores e aos críticos, e se estender à própria literatura nacional, terá a sua poesia atingido ao grau supremo que lhe auguro¹⁰³.

O poema *Juca Mulato* sendo uma narrativa não estava ligado apenas ao lirismo do poeta a expressar uma condição pessoal e existencial qualquer, mas guardava a descrição deste “tipo” nacional, o mulato, com claras referências a uma ordem social e política com a qual o herói deveria harmonizar-se. Em termos gerais, o crítico elogiara a construção poética do autor:

O poema do Sr Menotti del Picchia tem a simplicidade e a frescura das criações espontâneas e necessárias, onde o esforço da composição permanece obscuro como deve. Para lhe realçar a beleza não se sente a crítica compelida a buscar símbolos problemáticos ou filosofias arbitrarias. Sendo o que é – um mal de amor impossível que leva a alma à desesperança, para se resignar depois e ressurgir consolada pela visão da terra amada, da felicidade atingível e do sonho necessário -, como pelo simples aspecto de suas linhas harmoniosas.

O amor impossível do mulato é a filha dos proprietários de uma fazenda de café. A riqueza simbólica deste poema, tanto para representar a relação do imaginário poético paulista da época com a realidade cafeicultora, quanto para expressar a forma segregacionista que deveria se

¹⁰² ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1920, p. 2.

¹⁰³ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 set. 1919, p. 12.

reproduzir na realidade nacional, com a finalidade de consolidá-la, é significativa. A obra abria a década de 1920 provocando reflexões como estas: “Juca Mulato é a reconciliação do homem consigo mesmo, do brasileiro com sua terra, do bárbaro com seu isolamento. Reconciliação às vezes impossível, outras ilusória, raramente realizada”¹⁰⁴.

As imagens consagradas (ou seriam estereotipadas?) do trabalhador rural, ainda refletem as notas do tradicional sertanejo euclidiano:

*É ágil como um poldro, forte como um touro;
no equilíbrio viril dos seus membros possantes,
há audácias de coluna e a elegância dos barcos*¹⁰⁵

Esta a imagem do lavrador de café das fazendas paulistas que, no caso do poema, canta o que perdera pelo amor impossível:

*Também, como esse bosque eu tive outrora,
na alma, um bosque cerrado de emoções.
As palmeiras das minhas ilusões,
iam levando o fuste, espaço afora.
Floriam sonhos; era uma pletora
de crenças, de desejos, de ambições...
Não havia por todos os sertões,
mais luxuriante e mais violenta flora.
“Ai, bosque real, e o tempo das queimadas...”
É agosto, é agosto, o fogo arde o que existe
em fogachos sinistros e medonhos...
Ai de nós!... Somos almas desgraçadas,
pois, na luz de um olhar lânguido e triste,
também ardeu o bosque dos meus sonhos...*

Em busca de uma “mandinga” que desfaça o sentimento que o enfeixara, o herói recorre a um “velho negro feiticeiro” que lhe aconselha:

*Esquecer um amor dói tanto que parece
que a gente vai matando um filho que estremece.
Foge! Arrasta contigo essa tortura imensa
que o remédio é pior que a própria doença
pois, para se curar um amor tal qual esse...
_que me resta fazer? / Juca Mulato; esquece!*

Desesperado, Juca Mulato começa a ouvir, então, “a voz das coisas”, conforme o crítico descreve a relação telúrica que o trabalhador teria com o mundo a sua volta: “O cedro de cuja madeira lhe fora feito o berço, a torrente que dera a água para o seu batismo, a estrela que o iluminara ao nascer, a floresta, o azul, a terra, tudo lhe fala ao coração e à mente”¹⁰⁶:

*Não vás. Aqui, serão teus dias mais serenos,
que, na terra natal a própria dor dói menos...
E fica que é melhor morrer (ai, bem sei eu!)
no pedaço de chão em que a gente nasceu!*¹⁰⁷

¹⁰⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 set. 1919, p. 12.

¹⁰⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 set. 1919, p. 12.

¹⁰⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 set. 1919, p. 12.

¹⁰⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 set. 1919, p. 12.

Assim, o “mulato” é associado ao mundo natural, a um estado primevo e primitivo em que o homem integrado à terra encontraria a sua real autenticidade. O poema final resumiria a obra:

*E Mulato parou.
Do alto da serra,
Cismando, seu olhar era vago e tristonho.
Se minha alma surgiu para a glória do sonho,
o meu braço nasceu para a faina da terra.
Reviu o cafezal, as plantas alinhadas,
todo o heróico labor que se agita na empreita,
palpitou na esperança imensa das floradas,
pressentiu a fartura enorme da colheita...
Consolou-se depois: “O Senhor jamais erra...
Vai! Esquece a emoção que na alma tumultua.
Juca Mulato! Volta outra vez para a terra,
procura o teu amor, numa alma irmã da tua”.
“Esquece, calmo e forte. O destino que impera,
um recíproco amor às almas todas deu.
Em vez de desejar o olhar que te exaspera,
procura esse outro olhar que te espreita e que te espera
que há por certo um olhar que espera pelo teu”¹⁰⁸.*

Tristão de Athayde não esconde o entusiasmo com o livro comentando que “a fragmentação das obras de arte é o sacrilégio inevitável da crítica. A esta que fizemos do ‘Juca Mulato’ só pode revelar o desejo que desperta pela leitura do original”. O crítico termina por afirmar, apesar de alguns reparos, queo “poeta mostra ser uma das mais formosas esperanças da poesia nacional. Mas não estará justamente o caráter do poeta no maravilhoso desequilíbrio radical de sua arte – poderosa como a terra, e desordenada como a gente?”¹⁰⁹.

Daniel Faria nota que *Juca Mulato* foi o maior sucesso de Menotti del Picchia, tendo atingido, em três décadas, vinte e nove edições. O “sentido do poema” seria que:

[...] o homem separado da força vital na terra perde-se num anseio pelo nada. Mas na terra e nas realizações concretas estariam inscritas as possibilidades de regeneração. Com isso, o amor se tornaria fonte de construção de uma civilização, deixando de se ser um anseio idealista pelo impossível. A terra, no poema de Menotti, implicava metaforicamente a ideia de autenticidade¹¹⁰.

Se tais características são estruturantes do poema, é bastante clara, ao mesmo tempo, a consideração do “mulato” segundo características associadas a um universo pré-racional e pré-científico e, mesmo, pré-civilizacional, primitivo, tendo a magia como forma primordial de relação com o mundo que, por sua vez, teria canais abertos com o herói malfadado. Este é limitado duplamente: pela situação de classe do empregado e pela condição racial do “mulato”. Ao aconselhar Juca a procurar o amor “numa alma irmã da tua”, o poema revela o sentido ambíguo de tal predição, podendo significar tanto o sentido vulgar de “alma gêmea” amorosa, quanto aludir à condição hereditária explícita no nome do protagonista. O poema de Menotti

¹⁰⁸ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 set. 1919, p. 12.

¹⁰⁹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 set. 1919, p. 12.

¹¹⁰ FARIA, Daniel. *O mito modernista*, p. 55.

encontra uma resolução, por assim dizer, “realista” da maneira como se devia solucionar as questões de classe, raça e organização social brasileiras. A organização pressupõe o cumprimento estrito do papel de cada personagens no interior do microcosmo que é, no caso, a fazenda cafeeira paulista, cuja ordem estanque é a força mais determinante do enredo, de tal modo que até a “natureza” aconselha o herói a respeitar tal estrutura. Assim, a “integração” do “mulato” nesta vertente literária da cultura intelectual brasileira se dava segundo um registro que encontraria importantes desdobramentos ulteriores. A figura do mulato e do negro associada ao “primitivo”, a integração destes personagens para formar uma “identidade brasileira” ou o seu retrato segundo a composição de papéis/raças determinados, a valorização da terra como fundamento para a criação da autenticidade nacional, a restrição, quase nunca explicitada, mas reiterada de maneira latente, ao casamento entre pessoas de “raças” distintas, a abertura às experimentações formais nas criações poéticas, por fim, a fazenda de café paulista como pano de fundo deste processo, revelam o lugar significativo desta obra que continuou sendo editada por décadas, algo sempre relevante, notadamente em um país que não primava pela pujança editorial.

Futuristas?

Observamos nos autores analisados acima a recorrência de expressões como “moderno” e “atual” utilizadas para se caracterizar produções que a tradição crítica da segunda metade do século XX, de forma alguma, em geral, concordaria. Parece que a historiografia celebradora do modernismo no Brasil restringira significativamente a imaginação sobre o moderno. Neste sentido, algumas definições simples e genéricas, porém esclarecedoras, podem ser úteis como pontos de partida. Sobre o termo “moderno”, por exemplo, o teórico alemão Reinhart Koselleck traça uma história do conceito:

Esta expressão pode significar ou a simples constatação de que o “agora” é o novo, de que o tempo atual se opõe ao tempo passado, seja qual for a profundidade desse passado. Este sentido se forjou a expressão “*modernus*”, que desde então não perdeu o significado de “atual”. Por outro lado, o novo tempo pode indicar uma reivindicação qualitativa, a de ser novo no sentido de inteiramente diferente, ou até mesmo melhor, do que o tempo anterior. Então o novo tempo indica novas experiências que jamais haviam sido experimentadas dessa maneira, ganhando uma dimensão que confere ao novo um caráter de época. Por último, o tempo moderno também pode ter um significado, derivado dos dois significados possíveis que o precedem, que retrospectivamente é entendido como novo frente à Idade Média¹¹¹.

Não nos importa perscrutar cada momento destas acepções em uma história secular. Apenas ressaltar que o “tempo moderno” é esta época da história ocidental e de seus horizontes de além-mar mais ou menos conectados em que se torna cada vez mais evidente a vivência em uma época que parece guardar um futuro distinto do presente e um passado diferente de ambos. O

¹¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado*, p. 274.

moderno como atual e impulsionado pelo novo, o tempo experimentado como pressão de tempo, ou seja, como força que impele para uma expectativa sempre mais alargada do que a experiência passada parecia assegurar. A vantagem dessa definição segundo uma semântica do tempo histórico é a sua generalidade, não se prendendo a determinações por vezes excessivamente específicas e localistas como as dos conceitos de modernização¹¹² e modernidade¹¹³, este último, na perspectiva de Koselleck, poderia ser alargado até o século XVI¹¹⁴, apesar de o teórico preferir utilizá-lo para explicitar os horizontes temporais de fins do século XIX, quando surge o termo como “conceito enfático do novo tempo”, ou seja, como consciência da vivência em um constante “tempo de transição”. Acerca do sufixo “ismo”, o autor reconhece em tal recorrência (liberalismo, republicanismo, comunismo, socialismo, modernismo etc.) a temporalização que passa a marcar a reformulação e criação dos conceitos: “O que eles possuem em comum é basearem-se apenas parcialmente na experiência. A expectativa que depositam no tempo que está por vir está em proporção inversa à experiência que lhes falta. Trata-se de conceitos de compensação temporal”¹¹⁵. Ao tratar de temas como esses, é preciso ter em mente que “não há algo como a modernidade em geral. Há somente sociedades nacionais, cada uma das quais se moderniza em sua própria feição”¹¹⁶. Cabe aí o reparo significativo que sequer esse recorte nacional é suficiente para se apreciar adequadamente a complexidade de tais processos históricos.

Como epígrafe de seu texto, Koselleck escolheu uma passagem de Wilhelm Schulz:

A emergência de novas palavras na língua, seu emprego cada vez mais frequente e as modificações de sentido que lhes são atribuídas pela opinião dominante, em uma palavra, aquilo que se poderia caracterizar como sendo a linguagem da moda, são um importante ponteiro no relógio do tempo, que não deve ser negligenciado por aqueles que, partindo de fenômenos aparentemente insignificantes, procuram tirar conclusões sobre as mudanças no conteúdo da vida¹¹⁷.

Neste sentido, Nicolau Sevcenko foi preciso na apreciação da São Paulo do início dos anos 1920, quando “a palavra ‘moderno’, de recente fluência na linguagem cotidiana, em particular através da presença crescente da publicidade, adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário”¹¹⁸. Assim, “moderno” se torna uma “palavra-fetiche” provocando fantasias, expectativas, sonhos, como dissera Koselleck, por basear-se apenas parcialmente na experiência, depositando no tempo que está por vir aquilo que não pode ser afixado pelo passado. A lógica da publicidade e da moda como a da revolução e da vanguarda,

¹¹² HABERMANS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 5.

¹¹³ Cf. FERES JÚNIOR, João. Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico, *Mediações*, Londrina, v 15, n 2, jul-dez 2010, p. 38-39.

¹¹⁴ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado*, p. 269.

¹¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado*, p. 297.

¹¹⁶ HERF, J. *O modernismo reacionário*, p. 13.

¹¹⁷ SHULZ, Wilhelm. Apud. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado*, p. 267.

¹¹⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole...*, p. 227.

porém, é fazer este tempo agora, tornar o “futuro presente”. Assim, há uma “medicina moderna” que “comporta tecnologias mirabolantes, conhecimentos revolucionários, métodos inéditos, resultados extraordinários que ultrapassam tudo o que se sabia sobre a vida e a morte”. De um modo geral:

“Moderno” se torna a palavra-origem, o novo absoluto, a palavra-futuro, a palavra-ação, a palavra-potência, a palavra-libertação, a palavra-alumbramento, a palavra-reencantamento, a palavra-epifania. [...] um novo sentido à história, alternando o vetor dinâmico do tempo que revela sua índole não a partir de algum ponto remoto no passado, mas de algum lugar no futuro¹¹⁹.

Modernas eram as roupas, de vanguarda as lojas, os automóveis, por sua vez, modernos, ultramodernos, revolucionários. Associado ao consumo de produtos industrializados e caros, o moderno podia ser para poucos, como a consulta médica com raios-X, ou acessível a uma parcela mais significativa da população, como os remédios Bayer. O moderno gramofone direcionado aos jovens, símbolos do novo e da liberdade, era tido com causa de desordem, indisciplina e promiscuidade. As profissões modernas apareciam com métodos modernos de aprendizagem, que garantiriam a velocidade na apreensão de conhecimentos. A sexualidade moderna afiançaria o “amor à vontade” com vacinas anti-gonorréia e métodos contra a impotência. A política moderna aparecia na crítica ao caráter agrícola do país ou na ação moderna do Estado com processos de racionalização administrativa, gerenciamento tecnocientífico, ciências sociais aplicadas, estatísticas e censos¹²⁰.

“O Modernismo” é o nome do artigo publicado por José Veríssimo no primeiro número da *Revista do Brasil*. Associado a uma série de acontecimentos e “movimentos de ideias”, estes caracterizados em correntes como o “positivismo comtista”, “o transformismo darwinista”, o “evolucionismo spenceriano”, o “intelectualismo de Taine e Renan” que influíram para se “pôr termo ao domínio exclusivo do Romantismo”. O modernismo, segundo Veríssimo, “entrou a sentir no Brasil” em torno da Guerra do Paraguai. Um renovado nacionalismo surgira, a questão do trabalho servil suscitara a crítica à organização do trabalho, a questão religiosa teria alvoroçado “o espírito liberal contra as veleidades do ultramontanismo” e a guerra franco-alemã chamara a “nossa atenção para uma outra civilização e cultura que a francesa, estimulando novas curiosidades”¹²¹. Desde então, a expressão “pensamento moderno” tornara-se recorrente e, “na ordem mental”, “os seus efeitos se fizeram sentir numa maior liberdade espiritual e num mais vivo espírito crítico”¹²².

Assim, “moderno” e “modernismo” eram palavras correntes no interior da cultura intelectual brasileira em suas feições as mais diversas, do apelo publicitário à periodização em

¹¹⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole...*, p. 228.

¹²⁰ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole...*, p. 229-231.

¹²¹ VERÍSSIMO, José. O modernismo, *Revista do Brasil*, São Paulo, Vol 1, Ano 1, nº 1, jan-abr. 1916, p. 43.

¹²² VERÍSSIMO, José. O modernismo, *Revista do Brasil*, p. 44.

história literária. Como se trata de um tempo em que “o futuro trazia outro futuro”, os termos podiam ser renovados reiteradamente, explorando ao máximo o vazio entre a experiência conhecida e a expectativa almejada. Historiograficamente, portanto, a “denúncia” de “radicais de ocasião”¹²³ ou “infiltrados” perde de vista tal perspectiva teórica. Afinal, se a única permanência era a transição contínua, como o crítico Tristão de Athayde não cansava de repetir acerca de sua época, buscar identidades estanques e posicionamentos fixos parece ser ir contra o tempo. Daí podermos ver o jovem crítico Sérgio Buarque de Holanda, tradicionalista e monarquista, que em 1920 escrevia textos como “Viva o Imperador”, que em 1921 falava que “futurismo, o cubismo e quejandas” seriam expressões do mundo da arte que reproduziam o utilitarismo anglo-saxão, “efêmeras escolas artísticas”¹²⁴; mas que, alguns meses depois, defendia que estas mesmas escolas seriam um “atestado sério de independência de espírito e que embora o gênio nunca acompanhe escolas, estas são sempre agentes de grandes ideias”. E no início do ano seguinte, com o artigo “Il faut des barbares”¹²⁵, expressão divulgada por André Gide tomada da correspondência do poeta Charles Louis-Philippe¹²⁶, elencava nomes como Apollinaire, Rodin, Knut Hamsun, Proust e Romain Rolland, defendendo o “futurismo” que assentará “que o campo da arte é vastíssimo, é infinito, que o repouso e que o movimento são indistintamente motivos dignos de serem representados”¹²⁷. Tudo isso sintetizado em uns versos do “realista místico”¹²⁸ Paul Claudel:

*O poète, je ne dirai point que tu reçois de la nature
aucune leçon, c'est toi qui lui imposes ton ordre*¹²⁹.

Seria Sérgio Buarque de Holanda um modernista de ocasião? Apreciações similares poderiam ser feitas de outros autores, como Mário de Andrade que, até a Semana de 1922, tinha apenas um livro publicado sob o pseudônimo de Mário Sobral, *Há uma gota de sangue em cada poema...* (1917), e que ressoava as divisões entre germanófilos e aliadófilos que afloravam na cultura intelectual brasileira à época da Grande Guerra. Oswald de Andrade, apesar de ter participado da direção de dois periódicos, *O Pirralho* e *Papel e Tinta*¹³⁰, e ser colaborador do *Jornal do Comércio* de São Paulo, havia publicado em um pequeno volume duas peças em

¹²³ Cf. PRADO, Antônio Arnoni. *1922 – itinerário de uma falsa vanguarda – o dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 7.

¹²⁴ WEGNER, Robert. Criação e crítica literária na trajetória modernista de Sérgio Buarque de Holanda (1921-1926). In: CORDEIRO, R et al. *A crítica literária brasileira em perspectiva*, p. 136.

¹²⁵ Cf. WEGNER, R. Criação e crítica literária na trajetória modernista de Sérgio Buarque de Holanda (1921-1926). In: CORDEIRO, R et al.; *A crítica literária brasileira em perspectiva*, p. 136-137.

¹²⁶ A frase completa é: “O tempo da suavidade e do diletantismo passou. Agora, precisa-se de bárbaros”. E, ainda, dizia André Gide: “O curioso é que é pela própria cultura que [Philippe] toma consciência da *legitimidade* desse sentimento”. RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*, p. 170.

¹²⁷ Cf. HOLANDA, S B de. ...Il faut des barbares. In: BOAVENTURA, M E (org). *22 por 22*, p. 34.

¹²⁸ Cf. RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*, p. 164.

¹²⁹ Cf. HOLANDA, S B de. ...Il faut des barbares. In: BOAVENTURA, M E (org). *22 por 22*, p. 34.

¹³⁰ BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 33; 108.

francês, “Mon coeur balance” e “Leur âme”, em 1916, ao lado de Guilherme de Almeida¹³¹. Em 1926, Oswald considerava que as duas foram “Dedicadas ao sr Washington Luís Pereira de Sousa. Única qualidades”¹³², revelando a mudança de suas concepções estéticas, mas a permanência de suas orientações políticas.

Assim, quando, em 5 de fevereiro de 1922, oito dias antes da Semana de Arte Moderna, José Maria Belo fez artigo sobre “o movimento literário de São Paulo e a literatura nacional”, ele comentava os números alcançados pela editora Monteiro Lobato & Cia que atingira a marca de 130 mil exemplares. O crescimento econômico de São Paulo daria seus frutos culturais:

Durante os últimos anos do império e durante toda a República, S Paulo, preocupado com o seu admirável aparelhamento econômico, esquecera-se quase de todo das relações de espírito, de arte ou ciência, que tanto as riquezas materiais afirmam e definem a existência de uma nação. Enquanto no Rio e nos velhos centros intelectuais do Norte, em Pernambuco ou na Bahia, intensificava-se o cultivo das letras, boas ou más, gordas ou finas, não importa, os paulistas, muito mais positivos ou práticos, rasgavam as terras virgens do oeste, plantavam o café para as “valorizações” posteriores e enriqueciam... A vida mental do país era função dos nortistas ou dos provincianos do Estado. Não era mesmo sem certo sorriso de piedade, vagamente irônica que o “homem prático” de Ribeirão Preto ou de Santos sabia da existência dos “literatos cariocas”, pobres poetas, mais ou menos boêmios e miseráveis, mais ou menos parasitas da burocracia...¹³³

Desde o lançamento da *Revista do Brasil*, o autor considerava que “à sua indiscutida hegemonia econômica e política na Federação, S Paulo junta a hegemonia literária”. Maria Belo atualiza o cada vez mais reiterado passado bandeirante paulista, reconhecendo que ao estado caberia o verdadeiro centro da nação e que “um dia, rico, superpovoado, pletórico, ele integralizará, pelas novas ‘bandeiras’ conquistadoras, o resto do país à marcha triunfal”. Porém, a literatura que lá despontava não traduziria tal estado de coisas. A tendência era ainda o “regionalismo à antiga maneira”, de modo que “os escritores e poetas paulistas procuram na história sem brilho e nos costumes ingênuos da raça vencida os seus motivos de inspiração”. Estes estariam voltados:

Para o pobre Jeca Tatu, vencido sem luta, abandonado ou esquecido nas suas terras do norte, se voltam, através de todas as ironias e todas as “perversidades” literárias, as melhores simpatias do sr Monteiro Lobato. No “Dialeto Caipira” desconta o sr Amadeu Amaral a sua ternura regionalista. No poema “Juca Mulato”, canta o sr Menotti del Picchia, que pelo nome deve ser um descendente próximo de italiano, os amores infelizes do mestiço, que S Paulo quase não mais conhece, como o sr Cornélio Pires, aliás da geração anterior, revivera nos seus contos regionais, o caipira clássico a que o contato diário do “colono” estrangeiro vem emprestando outros sentimentos e outra língua¹³⁴.

O autor via aí uma “moda” que deveria, enquanto tal, passar, pois a “literatura caipira” só poderia frutificar pela curiosidade. Ele aguardava para o futuro a frutificação artística das novas

¹³¹ MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. (1915-1933). Vol, p. 50.

¹³² ANDRADE, Oswald de. Tristão de Athayde e a crítica brasileira, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1926, p. 4

¹³³ BELO, José Maria. Vida literária. O movimento literário de S Paulo e a literatura nacional, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1922, p 1.

¹³⁴ BELO, J Maria. Vida literária. O movimento literário de S Paulo e a literatura nacional, *O Jornal*, p. 1.

gerações, não só de São Paulo, mas cariocas, baianas e pernambucanas e considerava não ser “justo exigir uma literatura acabada em um país onde pouco ou nada existe de definido”.

Menotti del Picchia respondera a José Maria Belo considerando que as fontes do autor não lhe permitiram chegar às “verdadeiras tendências literárias de S Paulo moderno”¹³⁵. O autor de *Juca Mulato* falava sobre o fim do regionalismo, que seria um “artifício quase cabotinamente jacobino” e que “o cérebro paulista não se anquilosaria no fatalismo da jeremiada, nem pararia fulminado, como a mulher de Lot, a contemplar as ruínas das últimas taperas sob as quais agonizavam os últimos Jecas”. Chegara o tempo de se reconhecer o novo personagem: “O neobrasileiro de São Paulo, caldeado, sob este sol de trópico, com o sangue de cem raças radicadas à terra dadivosa em que nasceu, como as perobas e os cedros, é um homem de ação, pragmático, ativo”. Por fim, ele fala da existência de um grupo “reacionário de novos”, que acompanharia a “estética do pós guerra” e seriam “mal etiquetados com o rótulo de ‘futuristas’”, cuja “primeira aparição oficial será na Semana de Arte Moderna”.

Não só as fontes de José Maria Belo seriam falhas. Na *Fisionomia dos novos*, livro do rio-grandense João Pinto da Silva lançado em 1922, fala-se de uma “Escola Paulista” formada por nomes como Monteiro Lobato, Hilário Tácito, Godofredo Rangel (nascido em Minas Gerais), Leo Vaz e Guilherme de Almeida. Ao analisar o livro, Tristão de Athayde lembra, neste “movimento de intensa eclosão literária que estamos assistindo em São Paulo”¹³⁶, as figuras de Martins Fontes, Afonso Schmidt e Menotti del Picchia. Considerando ser inegável a existência de uma “Escola paulista”, o crítico asseverava que:

[...] não se pode tentar um estudo aproximado de uma orientação, sem nele incluir a plêiade de escritores que neste século, e mesmo desde a última década do século passado, vem lentamente criando o ambiente intelectual da Pauliceia, que circunstancias mais remotas concorreram também para tornar fecundo.

A tal “Escola Paulista” era composta por nomes de autores com livros publicados e que teriam uma produção passível de ser analisada pela crítica. Se o artigo de Maria Belo serviu para que a resposta de Menotti concedesse um tom inaugural à Semana, a apreciação de Tristão feita meses após o evento assinalaria a limitação de sua repercussão na cultura intelectual brasileira, não ultrapassando, em geral, os limites geográficos da capital paulista¹³⁷.

Embora Menotti falasse em um grupo de “reacionários de novos” que seriam “mal etiquetados com o rótulo de futuristas”, tal “rótulo” foi assumido por ele e outros e em dezenas de artigos na imprensa tornava-se palpável a existência de uma vertente “futurista” nas letras brasileiras. A palavra, antes usada pejorativamente como na apreciação de Lobato à exposição

¹³⁵ Cf. HELIOS. Um artigo de Maria Belo. In: BOAVENTURA, M E (org). *22 por 22*, p. 53-55.

¹³⁶ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1922, p. 1.

¹³⁷ Cf. MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. (1915-1933). Vol. VI, p. 272. Exceções como o caso de Inojosa devem ser lembradas. Cf. INOJOSA, Joaquim. *Arte Moderna: 1924-1974*. Rio de Janeiro: Meio Dia, 1977, p. 11-12.

de Anita Malfatti de 1917, passa a assumir uma força expressiva que parecia encarnar uma novidade que o desgastado termo moderno não garantiria, de forma que, à época da Semana de Arte Moderna, esta era chamada nos jornais de Semana Futurista ou Semana de Arte Futurista. Em 1920, na sua “conversão ao futurismo” dizia Menotti:

Que é futurismo? Aí está um nome pavoroso, que arrepiava a pele ao conservador pacífico, bolchevismo estético, agressivo e iconoclasta, lembrando um camartelo sonoro a estilhaçar a espinha vertebral da ordem e do bom senso. [...] Eu, que fui um encruado perseguidor desses revoltados, só em ouvir o nome de Marinetti sentia ânsias de estrangulamento e minhas mãos crispavam-se como tenazes. [...] Hoje, amansei minhas cóleras. Sem admitir-lhe as loucuras, sem aplaudir-lhes as aberrações, admirei-lhes as belezas [...] Como se vê isso não é um bicho de sete cabeças, que nos pintaram os primeiros e barulhentos futuristas. É uma coisa séria, raciocinada, honesta...¹³⁸

A essa altura, a pintora Tarsila do Amaral desembarcara em Paris e escrevia à Anita Malfatti: “Já estive no Grand Palais, no salão do Outono: olha, Anita, quase tudo tende para o cubismo ou futurismo”¹³⁹. Na onda do “futurismo”, a exposição de Anita Malfatti de 1917 veio a ser o trauma do movimento, merecendo tardias desculpas públicas de Menotti¹⁴⁰ e a garantia de Mário de Andrade do caráter precursor da pintora no Brasil¹⁴¹, apesar da mostra expressionista de Lasar Segall de 1913¹⁴².

A figura do escultor Victor Brecheret, por seu turno, veio a ser o apanágio dos “futuristas”. O artista formara-se no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, foi para a Itália em 1913 e lá ficou por seis anos. Tendo montado um atelier no Palácio das Indústrias, Brecheret foi “descoberto” por Menotti e Oswald de Andrade que o consagraram como o “Rodin Brasileiro”. Também Monteiro Lobato elogiara o escultor. Os três intelectuais criaram uma comissão encomendada pelo prefeito da cidade de São Paulo, Washington Luís, em 1920, para a consecução de um monumento à Independência e outro dedicado às Bandeiras. Para este último, Brecheret fez uma maquete que, não podendo ser aceita pela prefeitura, foi adquirida pelo Estado de São Paulo que a acolhe na sua Pinacoteca. Em pouco mais de um ano, Brecheret fora incorporado pela oficialidade paulista e conseguiu bolsa para ir à Europa, onde fora premiado em Paris. A síntese de Menotti del Picchia é expressiva de tal situação:

Essa Vitória dá o que pensar. Pelo menos dá que pensar nisto: 1º que há muitos cérebros atrasados entre nós. 2º que estes cérebros representam a maioria. 3º que em matéria de arte estamos nos tempos da pedra lascada. 4º que há um pequeno grupo, o tal caluniado grupo “futurista”, que parece enxergar mais do que os outros. 5º que o nosso governo [...] sabe fazer justiça aos artistas de valor¹⁴³.

¹³⁸ Helios. Apud BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 169.

¹³⁹ Cf. MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. (1915-1933). Vol VI, p. 213.

¹⁴⁰ Cf. THALASSA, Ângela. *O primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna*, p. 108.

¹⁴¹ Cf. BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*. Rio de Janeiro, p. 71.

¹⁴² Cf. BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971, p. 68; THALASSA, Ângela. *O primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna*, p. 109.

¹⁴³ Cf. BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 132-133.

O “Monumento às Bandeiras”, hoje exposto em frente ao parque Ibirapuera na cidade de São Paulo, expressa a integração entre “artistas de valor” e as propostas de supremacia e liderança paulista no contexto nacional. É a fase “futurista”, por assim dizer, da invenção de São Paulo.

A concorrência entre a oficialidade governamental e os “futuristas” era significativa. De fato, deve ter sido o primeiro caso em que um manifesto de arte moderna ou algo que o valha foi produzido em uma mesa de banqueiros, oligarcas e alguns intelectuais orgânicos. Menotti estava entre estes últimos. Redator do jornal *Correio Paulistano*, o poeta recebera um banquete em sua homenagem em janeiro de 1921, quando ocorrera o chamado “Manifesto do Trianon” encorpado pelo discurso de Oswald de Andrade que, repórter do *Jornal do Comércio* paulista, também andava envolto pelos barões da República. Na ocasião, o tom rebarbativo dá bem a ideia do ambiente oficialesco do entorno, assim como da reiterada nota paulista:

Uma voz quase pessoal a minha, que vem dizer o mesmo louvor coletivo da festa que fazem, apenas numa tecla de sonoridade diferente, por querer completar a homenagem aqui afirmada de políticos e poetas, de amigos certos e admiradores permanentes, com a adesão de um grupo de orgulhosos cultores da extremada arte de nosso tempo. É um restrito bando de formalistas negados e negadores que se juntam e se desfazem e permanecem no espírito de mútua eleição que se criaram para o gozo próprio e virtude, quem sabe, da cidade tumultuária que os abriga. [...] S Paulo, neste instante em que o eixo da vida de pensamento e de ação parece deslocar-se num milagre lento e seguro para os países descobertos pela súplica das velas europeias, partidas como num pressentimento de fim, para a busca de Canaãs futuras, S Paulo é a continuada promessa dos primeiros escolhos em que bateram, numa festa, as antigas proas cansadas. [...] Toma, pois, um sentido de investidura a nossa participação na tua festa, ó irmão cumulado de abençoadas farturas. [...] E para que continues a marcha sobranceira no deserto [...] vimos assegurar-te nessa dolorosa viagem da crença a calma companhia vigilante e profunda dos teus irmãos. [...] S Paulo atingiu a primeira quietação de uma etapa vencida. Daqui, pra diante!¹⁴⁴

Na audiência, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Victor Brecheret, Armando Pamplona e René Thiollier, provavelmente, seriam eles o “bando de formalistas negados e negadores”.

O ano de 1921 assistira a emergência de uma série de artigos na imprensa paulista entoando o “futurismo”. Declamavam-se “descobertas”, como Oswald acreditando ser o primeiro a falar no Brasil sobre o poeta francês Paul Fort que visitava o país naquele ano¹⁴⁵. Em entrevista ao jornal carioca *Gazeta de Notícias*, Oswald de Andrade apresentado como “um dos espíritos mais fulgurantes da nova geração” diz fazer parte do “grupo do futurismo paulista”. Este, porém, não seria ligado a Marinetti, aos dadaístas, ultraístas e “demais paradoxistas da literatura internacional”¹⁴⁶. O termo “futurismo” poderia englobar o “surto que deu à França a gloriosa falange de Romain Rolland [...], Apollinaire, André Gide, Duhamel, e Charles Vildrac”, de modo que “a literatura do novo século [...] liga-se, entanto, por uma

¹⁴⁴ Cf. BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 181-182.

¹⁴⁵ Cf. BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 194.

¹⁴⁶ Cf. O momento literário paulista. Fala-nos o escritor e jornalista Oswald de Andrade, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 out. 1921, p. 2.

idêntica afirmação de força lírica e uma igual ambição espiritualista”¹⁴⁷. No caso dos paulistas, porém, não se tratava de ir “até o histerismo de inovação dos grupos bolchevistas da Europa”. Ele alude ao fato de Lobato ter voltado atrás na decisão de publicar a *Pauliceia desvairada* de Mário de Andrade tido como um “crítico notável e extraordinário poeta”. Enumera-se como futuristas Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Afonso Schmidt, Cândido Mota Júnior, Agenor Barbosa, Rodrigues de Almeida e Cleomenes Campos. Fala-se de São Paulo como “uma civilização que rebenta em audácias, empreendimentos, renovações, vida e luta”.

O mesmo Oswald de Andrade, no *Jornal do Comércio* paulista, anunciando o livro *Pauliceia Desvairada* que sairia apenas um ano depois, falava em “meu poeta futurista”, omitindo, porém, o nome de Mário de Andrade. Este, por seu turno, responde com um artigo intitulado “Futurista?!”, que em uma das epígrafes retomava a frase de Rui Barbosa: “Não poucas vezes, pois, razão é lastimar o zelo dos amigos”¹⁴⁸. A resposta procurava se desvencilhar do “futurismo”, considerando que a obra era “livro íntimo”, não destinado à publicação, e que seria “livre (ao menos no sentido estético), mais romântica do que clássica, mais gótica do que argiva, mas onde uma alma se chora sem preocupação de escola e até sem preocupação de arte”. Não obstante, publicou-se o livro no ano seguinte. Porém, continua, Mário de Andrade:

E classificam-no de futurista, e agrilhoam o meu pobre Prometeu, às artes ou artimanhas de Marinetti ou de Boccioni!!! Futurista por que? Será só unicamente porque o meu amigo admira certos corifeus do futurismo e reconhece, no meio das suas errorias, os benefícios que o grupo nos veio trazer?¹⁴⁹

O artigo dizia não haver filiação ao “futurismo internacional”, que o autor da *Pauliceia Desvairada* (o texto é escrito na terceira pessoa) seria um “reformador”, mas jamais um “revolucionário, iconoclasta”, questionava se existia tal futurismo paulista, que produtos teria, quais ideais, o que desejava e qual futuro almejava. O autor então considera que:

Algumas ideias dele pude muito bem compreender ou distinguir; mas estas horrorizam: o banimento completo da lembrança de Deus, o desrespeito absoluto pelo meigo idioma, também gentil, e o abandono das noções de pátria e principalmente de tradição...¹⁵⁰

Mário, porém, liga-se ao grupo dos “futuristas” (seria ele um futurista de ocasião?), ainda que para relativizar o “futurismo”, e a maior expressão desse processo, antes da Semana, foi a série de artigos “Mestres do Passado” publicada no *Jornal do Comércio* de São Paulo. O autor que, dois meses antes dizia não ser revolucionário ou iconoclasta, fazia agora obituário, necrológio e réquiem a fim de enterrar Francisca Júlia, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac e Vicente de Carvalho. Nesta extrema-unção do parnasianismo, ele afirma:

No Brasil leem-se Kant, William James, Schopenhauer – mas só um ou outro,

¹⁴⁷ Cf. O momento literário paulista. Fala-nos o escritor e jornalista Oswald de Andrade, *Gazeta de Notícias*, p. 2.

¹⁴⁸ Cf. BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 236.

¹⁴⁹ Cf. BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 236-237.

¹⁵⁰ Cf. BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 237.

raríssimo, folheou um tratado de lógica, leu uma súmula de psicologia ou prolegômenos de Metafísica. Tenho um amigo muito querido que se admira eu nunca ter lido Nietzsche... Mas como ler Nietzsche, se o adorado irmão Bernardo, no Ginásio do Carmo, não me deu bomba em Lógica só porque eu fazia o meu sexto ano e precisava formar-me! Prefiro não ler Nietzsche enquanto não compreender bem compreendida a Psicologia de Mercier que há seis meses dorme num canto da minha secretária a imortalidade do “Enchanteur Pourissant”. (*L'Enchanteur pourissant*, de Guillaume Apollinaire, 1921, edição da Nouvelle Revue Française, xilografias de Derain). Como veem, sou ilógico, mas não sou cata-vento. Por tudo isso prefiro, dos nossos homens escritores, um Medeiros e Albuquerque – ruim no conto, detestável na poesia, abominando no romance, horripilante no drama – homem de ideias, ateu, anticlerical, bobo, mas que afinal é bobo, é anticlerical, é ateu: tem ideias. Quanto a essas balanças inconscientes: hoje adoradores de Buda, amanhã de Odin, positivistas em fevereiro, coisa nenhuma em agosto... é deplorável!¹⁵¹

Mário parecia ver-se enveredado em uma miríade de apelos e contradições, procurando um ideal definido, ainda que bobo. Esta dúvida dividida entre um ceticismo amargurado, vivendo a catar o vento, e o desejo não realizado de se decidir por uma orientação mais contundente, é expressiva de um caráter geral que despontava na cultura intelectual brasileira.

Apesar das incontáveis citações de figuras nacionais e internacionais, nos sete artigos de Mário de Andrade não há menção a quase nenhum nome de intelectual brasileiro atuante à época. Com exceção dos “enterrados vivos” Vicente de Carvalho e Alberto de Oliveira, de um elogio a Martins Fontes, que seria poeta de “achados magníficos”, aparecem apenas Medeiros e Albuquerque e Tristão de Athayde. O primeiro é mencionado na passagem acima. Há uma referência a Oswald de Andrade, mas apenas para fazer alusão ao “escândalo literário” suscitado pelo artigo “meu poeta futurista”. Dessa forma, se os “mestres do passado” estavam muito bem representados, o leitor não sabe exatamente quem seriam seus antagonistas, os reveladores do futuro ou, como diz o articulista, os “Dragões do Centenário”:

Nós, os novos de hoje, os Dragões do Centenário, tombamos de nossa paz para os guararapes da guerra. E não nos curvamos diante de vós, porque diante de vós somos como homens diante de homens. E homens superiores, mais belos, mais terríveis, porque não mentimos, porque somos sinceros, porque não temos preconceitos literários, porque sabemos amar a juventude estonteada, a meninice inerme, os janeiros e as auroras¹⁵².

Ao grito iconoclasta “E que não fique nada! nada! nada!” sucedia o último parágrafo dos “Mestres do Passado”:

Só eu. E os meus amigos... Não. É preciso que fique também o “eminente jornalista”. E os “Bons e Maus” também. E o sr Nuto Santana... O sr Nuto Santana é necessário para a alegria da vida. Não. Melhor é que tudo fique assim como está: nem o Universo se desmantele, nem a Terra vá bater na Lua, nem o Brasil seja infeliz. Mas que fique também o riso, a alegria, a criançada! O sr Tristão de Athayde já verificou, citando Hegel, que tudo isso é sintoma das épocas de transição. Viva o riso, a alegria,

¹⁵¹ ANDRADE, Mário de. Mestres do Passado. In: BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 269.

¹⁵² ANDRADE, Mário de. Mestres do Passado. VI - Vicente de Carvalho. In: BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 307.

a “blague”! Estaremos nós por acaso numa época de transição?...¹⁵³

Questionamento, apelo ou blague, o crítico do *O Jornal* não respondeu diretamente às palavras de Mário de Andrade. Em janeiro de 1922, porém, Tristão de Athayde tocara na questão que parecia ser tratada já como dissídio entre “passadistas” e “futuristas”:

Entre os extremos, igualmente censuráveis, dos que querem o Brasil improvisado e dos que o desejam anquilosado, havemos de encontrar um justo termo. Em quase todos os aspectos nacionais, encontramos o dissídio desses pontos de vista, mas só a face literária aqui nos interessa. Ainda nesta se repelem os projetos do futuro e os impregnados do passado. Buscam todos o “caráter” brasileiro – tema até hoje preferido de nossa vida intelectual. Só na fonte há discordância. Encontram-na alguns na obediência ao tempo que passou, enquanto só no presente a procuram outros. Foi o peso do passado que nos levou à sua negação. Houvesse a nossa literatura brotado espontânea e a tempo, quando tudo concorresse para a eclosão, e hoje nos havia o passado de desvanecer. Fomos colônia, porém, e, como todos os povos colonizados do berço nos ficou o vício radical. Tudo recebemos antes de criar, e, portanto, era natural que criássemos reagindo contra o que recebêramos. Antes assim, se tal era a fatalidade de origem. Mil vezes antes a rebeldia que a inação. [...] Não é, contudo, um largo e opulento passado que tolhe a invenção, antes de certos limites alongados do tempo e esgotamento. Sempre no espírito é que devemos buscar o mal. Só quando infante ou decrépito é que um povo se mostra incapaz de defesa contra o peso de uma herança. Cresce com o requinte a reserva de originalidade até a lenta agonia da perfeição. E os extremos ainda uma vez se encontram. Estará o Brasil no caso de “ainda” repelir o passado? [...] Não sou pela repulsa, mas pela precaução contra o passado. Muito maior tem sido, para as nossas letras, o mal da imitação e do receio que o da audácia e da originalidade. A cauda do passado nos tem tolhido a marcha por tímidos que somos. E é preferível por isso ver-nos iconoclastas que idólatras¹⁵⁴.

É difícil determinar se tais palavras eram uma resposta à série “Mestres do Passado”. Afinal, um mês depois da publicação dos artigos de Mário de Andrade, em outubro de 1921, Menotti del Picchia falava em uma “bandeira futurista” formada por Mário, Oswald e Armando Pamplona que ia de São Paulo para o Rio de Janeiro a fim de engrossar a “turba futurista”, avolumando “a triunfante legião dos avanguardistas do liberto pensamento brasileiro...”¹⁵⁵. Nas enumerações dos nomes do Rio de Janeiro feitas por Menotti del Picchia, cujas crônicas seriam um “diário do modernismo”, aparecem Ronald Carvalho, Ribeiro Couto, Manuel Bandeira, Álvaro Moreira, Olegário Mariano, Villa Lobos, Flexa Ribeiro, Alves de Souza, Raul de Leoni, Afrânio Peixoto e Graça Aranha. Em dezembro de 1921, porém, não se falava em Semana de Arte Moderna, nem em algum evento similar. Como se pode depreender da historiografia acerca do tema, há um descompasso entre toda a “campanha futurista” de 1921 e a dúvida que paira sobre a organização da Semana, que ocorrera nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922. Mário de Andrade rememora a respeito:

Quem teve a ideia da Semana de Arte Moderna? Por mim não sei quem foi, nunca soube, só posso garantir que não fui eu. [...] Já tínhamos lido nossos versos no Rio

¹⁵³ ANDRADE, Mário de. Mestres do Passado. VII – Prelúdio, Coral e Fuga. In: BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 309.

¹⁵⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1922, p. 1.

¹⁵⁵ Cf. BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro*, p. 316.

de Janeiro; e numa leitura principal, em casa de Ronald de Carvalho, onde também estavam Ribeiro Couto e Renato de Almeida, numa atmosfera de simpatia, “Pauliceia Desvairada” obtinha o consentimento de Manuel Bandeira [...]. E eis que Graça Aranha, célebre, trazendo da Europa a sua “Estética da Vida”, vai a São Paulo, e procura nos conhecer e agrupar em torno da sua filosofia. Nós nos ríamos um bocado da “Estética da Vida” que ainda atacava certos modernos europeus da nossa admiração. E alguém lançou a ideia de se fazer uma semana de arte moderna, com exposição de artes plásticas, concertos, leituras de livros e conferências explicativas. Foi o próprio Graça Aranha? foi Di Cavalcanti?... Porém o que importa era poder realizar essa ideia, além de audaciosa, dispendiosíssima. E o fator verdadeiro da Semana de arte Moderna foi Paulo Prado¹⁵⁶.

Desde então, a concorrência acerca de quem seria o idealizador da Semana de Arte Moderna converteu-se em embates de memória e história. Anita Malfatti lembrava que:

Muito falou-se e escreveu-se sobre a decantada Semana de Arte Moderna. Foi com a chegada ao Rio de Janeiro do escritor Graça Aranha, que René Thiollier com Paulo Prado conseguiram alugar o Teatro Municipal por uma semana inteira para os artistas. Foram eles, influenciados por alguns artistas cariocas e por Mário de Andrade, Guilherme de Almeida e outros íntimos de Paulo Prado, que foram os promotores desta Semana, que tanta influência teve sobre o desenvolvimento da Arte Moderna no Brasil¹⁵⁷.

Em carta a Tristão de Athayde, provavelmente de 1925 ou 1926, Ribeiro Couto conta a sua versão que, apesar das lacunas na leitura, merece ser citada:

Quando o Graça quis fazer em S Paulo a Semana de Arte Moderna, recusei-me a ir. O Graça queria ver primeiro o que eu levaria (Vá aí as favas! E, se eu dissera que não, mais forte fiquei na negativa). Detesto essas excursões intelectuais, sobremaneira confusas. Entendo que o pensamento puro não lucra nada com elas. Porém, aí havia um agravante: a coisa ia ser teatral, com o Menotti del Picchia a deitar falação modernista do mesmo passo que recitava Rostand! De modo que nos preparativos da tal Semana de Arte Moderna, feitas na redação da “América Brasileira” (O Elísio, de charutão, estava meio estomagado, porque [ilegível] também queria tomar parte; então, [ilegível] faz, creio que em casa do Freitas Valle, uma conferência sobre a Cavalaria entre a nobreza paulista do século XVI... nesses preparativos, ficou [ilegível] claro: o Graça, ausente da pátria muitos anos, queria fazer um movimento com rufos de tambor¹⁵⁸.

No relato de Mário, à “bandeira futurista” paulista se sucedera uma investida de Graça Aranha com o claro propósito de agrupar os paulistas em torno de *sua* filosofia. Se Mário e seus amigos riam-se de Graça Aranha, era um riso que não teve publicidade entre 1922 e 1924. O que se vê em 1922 são apoios irrestritos ao autor de *Estética da Vida* que, já em 1921, recebera elogios de Cândido Mota Filho e Menotti de Picchia¹⁵⁹. Oswald de Andrade, dias antes da Semana de 1922, defendendo que “o futurismo tem tendências clássicas” e criticando a “vida intensamente acadêmica” das artes brasileiras, considerava que na literatura, “a não ser Graça Aranha que vem mantendo uma grande linha de pensamento em evolução admirável – *Canaã, Malasarte,*

¹⁵⁶ ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. *Aspecto da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 234-235.

¹⁵⁷ MALFATTI, Anita. Apud. BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Seja*. A obra de Paulo Prado. Campinas: Papyrus, 2000, p. 90.

¹⁵⁸ Carta de Ribeiro Couto a Tristão de Athayde, sem data, Acervo CAAL.

¹⁵⁹ Cf. BRITO, M da S. *História do modernismo brasileiro*, p. 322.

A Estética da Vida – vemos Afrânio Peixoto e mais alguns raros escritores sérios”¹⁶⁰. Após a Semana, Mário de Andrade publicara uma carta a Menotti:

[...] Somos todos os pseudofuturistas uns casos teratológicos. Somos burríssimos. Idiotas. Ignorantíssimos. Compreendes que, com todas essas qualidades, só havia um meio de alcançar a celebridade: lançar uma arte verdadeiramente incompreensível, fabricar o Carnaval da ‘Semana de Arte Moderna’... e deixar que as araras falassem. [...] O que fica é o nome e um sentimento de simpatia que não se apagam mais da memória do leitor. Estamos célebres! Enfim! Nossos livros serão comprados! Ganharemos dinheiro! Seremos lidíssimos! Insultadíssimos! Celebérrimos! Teremos nossos nomes eternizados nos jornais e na História da Arte Brasileira. Agora calemo-nos, amigo Helios: não há necessidade de escrever. Estamos célebres, amados e detestados. E tudo isso por que? Porque os araras caíram na armadilha. Insultaram-nos¹⁶¹.

Não se pode tirar a razão do autor de *Pauliceia Desvairada*. Apenas, essa repercussão foi um pouco mais limitada à época e tornou-se mais sensível com o passar das décadas. Entre 1921 e 1924, falava-se muito mais em futuristas do que em modernistas, confirmando que, como dissera Mário, “o que fica é o nome”¹⁶².

Nos trabalhos de Tristão de Athayde daquela época, a Semana de Arte Moderna não ocupa quase nenhum espaço, sendo uma presença apenas nas suas memórias:

Não tomei parte na Semana de Arte Moderna de São Paulo, mas a apoiei integralmente, embora com absoluta independência. Não fazia parte de nenhum dos grupos, nem paulista nem carioca. Não frequentava grupos literários nem livrarias. Não tinha por isso mesmo compromisso com ninguém. Prezava por demais a minha liberdade e a minha independência de espírito para me deixar envolver por teorias ou por tendências grupais¹⁶³.

Tais “grupos”, porém, não tinham uma existência tão rígida e contundente, talvez, nem seja muito preciso falar em grupos, sendo mais proveitoso pensar em articulações momentâneas, pois praticamente todas elas se corroeram ou modificaram profundamente sua relação interna de forças em menos de uma década. Dessa forma, o crítico, independentemente de suas memórias, poderia ser facilmente associado ao “grupo” do *O Jornal*, onde escreviam regularmente Ronald de Carvalho e Renato Almeida, por exemplo.

No caso de Ronald de Carvalho, não é por acaso que Mário de Andrade e outros foram ler poemas na casa dele em fins de 1921. A esta altura, além de autor de uma *Pequena história da literatura brasileira*, dos volumes *Luz gloriosa* e *Poemas e sonetos*, o premiado escritor assinava a coluna intitulada “Crônica de arte” no *O Jornal*. Aí tratava-se das exposições da

¹⁶⁰ ANDRADE, Oswald. *Semana de Arte Moderna*. In: BOAVENTURA, M E (org). *22 por 22*, p. 70.

¹⁶¹ Cf. THALASSA, Â. *O primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna*, p. 142-143.

¹⁶² Já em 1921, o periódico *O Jornal* reproduzia charge intitulada “Futurismo”, originalmente publicada em *O Carnaval* de Barcelona. No caso, em uma exposição de arte, o comprador se diz adepto da escola e, por isso, iria pagar apenas depois de cinco anos. No mesmo sentido, o samba de Noel Rosa e Ismael Silva, “Seu Jacinto” (1932), fala numa figura que, por ser futurista, sempre paga no futuro. Com Lamartine Babo, Noel Rosa gravou “A B Surdo” (1930), utilizando o termo para dizer que a marchinha não era uma marchinha devido aos “absurdos” utilizados na gravação da mesma, o refrão dizia: “É futurismo menina, é futurismo menina, pois não é marcha nem aqui nem lá na China”. Cf. *O futurismo*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1921, p. 1.

¹⁶³ Cf. LIMA, A A et al. *Alceu Amoroso Lima*. Memórias Improvisadas, p. 68.

Escola de Belas Artes, dos Salões Anuais desta mesma instituição e de uma ou outra mostra artística que ocorria na cidade. Em 1919, ele escrevera sobre Di Cavalcanti, figura reconhecida no Rio de Janeiro que já vinha se apresentando no Salão dos Humoristas desde 1916 como caricaturista¹⁶⁴, abordando sua produção como desenhista e ilustrador que mereceria uma “particular referência”:

Seu talento, ainda um pouco indisciplinado, é, entretanto, de um vigor excepcional, e já se mostra nessas primeiras realizações que ele nos oferece, capaz de uma obra considerável e farta. [...] A sensibilidade e a imaginação resgatam-lhe, porventura, as indecisões de uma inteligência que, apesar de aguda e ágil, não ganhou por enquanto a expressão definitiva e perfeita. [...] Possuindo, de par com uma deliciosa fantasia, uma capacidade de análise nada comum. Di Cavalcanti se firmará, em futuro muito próximo, como retratista e ilustrador. [...] se falta uma certa segurança de desenho, sobra-lhe, porém, uma espontaneidade, diria até um atrevimento de fatura, realmente singular. [...] Não se lhe nota, em tal passo, mau grado a verdura dos anos, aquela estreiteza de visão peculiar aos estreantes. Ele não procura efeitos de luz ou de sombra para iludir as dificuldades, para evitar qualquer pormenor desagradável ao espectador. Vai ao assunto diretamente, sem hesitações, tal se quisesse, de um só ímpeto, apanhar o flagrante de verdade que lhe entremostam as ilhas misteriosas da face humana. Quase todos os seus retratos são máscaras de grande movimento, quase todos traduzem um pensamento secreto, um acordo íntimo entre o modelo e o artista¹⁶⁵.

Dentre os pintores que iriam participar na Semana, Ronald de Carvalho analisou as obras de Zina Aita e Vicente do Rego Monteiro. Este último expôs na ocasião um “Retrato de Ronald de Carvalho”. Acerca da primeira, Carvalho comenta a mostra no Liceu de Artes e Ofícios:

[...] Zina Aita tem o dom da naturalidade. Seus motivos preferidos, suas cores, seus matizes, o corte e os acessórios das suas composições são de uma singeleza quase primitiva [...] é sintética por excelência, despreza as minudências graciosas, estiladas e ricas. [...] A forma que lhe seduz mais que a cor, mas a sua originalidade está especialmente no modo por que nos transmite o volume das figuras e dos objetos. Ao revés dos impressionistas, cujo processo já está velho e revelho, apesar de parecer novidade e vulto a muita gente, sua fatura não apresenta aquele conjunto de massas impetuosas, movimentadas e eloquentes. É uma fatura seca, precisa, porém cheia de energia na sua graça suave e modesta. [...] Seus defeitos indicam apenas desvios naturais de uma vontade que deseja libertar-se das formas rígidas e dos preconceitos inúteis. São defeitos salvadores...¹⁶⁶.

Já sobre o pintor pernambucano Vicente do Rego Monteiro, Carvalho aproveitara para reafirmar

¹⁶⁴ A caricatura ocupava lugar significativo no interior das artes plásticas do país àquela época. Além do Salão dos Humoristas, nas exposições anuais da Escola de Belas Artes havia um espaço reservado à produção caricatural. Di Cavalcanti expôs no Salão dos Humoristas, quando foi muito elogiado. Gastão Penalva é quem conta essa história: “Foi no Salão dos Humoristas de 1916, esse interessante conjunto de arte e espírito que, como todas as boas iniciativas, não teve nessa terra a ajuda do destino. Em meio de centenas de quadros aramados por mestres, por novos e por anônimos, toda a gente parava diante de uma caricatura feminina assinada por Di. Quem seria esse Di? Os jornais que criticaram a exposição não dispensavam uma referência ao trabalho do artista desconhecido, louvando-lhe a perfeição e a semelhança da caricatura. Afinal Di apareceu, tornou-se artista de verdade [...]. Impávido aos golpes rudes da censura atrasada, que lhe não condescende em perdoar o feitio cunho artístico, segue Di para frente a trabalhar, e o seu sucesso confirma-se dia a dia pelo trabalho que já tem e pelas provas públicas de algumas exposições em S Paulo, por fins do ano último, com um catálogo pequeno e escolhido de obras imediatamente adquiridas”. Cf. PENALVA, Gastão. A caricatura no Brasil. III Di Cavalcanti. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1920, p. 5

¹⁶⁵ CARVALHO, Ronald. Crônica de Arte. Os Nossos Desenhistas, Di Cavalcanti, *O Jornal*, 7 jul., 1919, p. 7.

¹⁶⁶ CARVALHO, Ronald. O espontaneísmo de Zina Aita, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1920, p. 1.

a tecla da necessidade de se criar uma “arte verdadeiramente brasileira”:

Sua exposição é [...] digna de aplauso. Rego Monteiro viveu em Paris alguns anos, aprendendo a sua arte na França. Poderia, portanto, trazer-nos flagrantemente do “boulevard”, paisagens da Bretanha, impressões da ilha de França. Poderia exhibir-nos ilustrações das velhas lendas nórdicas, orientais ou caledônias. [...] preferiu o ineditismo das nossas lendas selvagens, com a sua poesia estranha e a sua indumentária esquisita. O aspecto obscuro das civilizações primitivas, hoje mais do que nunca, empolga o artista. Rego Monteiro observou, certamente, o pendor dos modernos pintores e escultores europeus para a ingenuidade, a rudeza, o espontaneísmo das artes antigas, principalmente da Índia e do Egito. Os Picasso, os Matisse, os Derain procuram, sem compromisso com as fórmulas clássicas voltar ao sentimento dos antigos, à “humanização da arte”, no dizer de um crítico da época, o sr André Salmon¹⁶⁷. Se a missão desses homens, na Europa cansada e batida por tantos séculos de cultura, tem encontrado entusiasmos delirantes, que dizer da de Rego-Monteiro, aqui, onde tudo é novidade. Na sua exposição, o que mais interessa é a contribuição do pintor para os efeitos de uma grande arte cênica, de caráter profundamente nacional. A série de bailados que lhe sugeriam as fábulas selvagens, como a do Curupira e o Caçador, a de Pahy e Tumaré e das Icamíabas, mereceria ser aproveitada por um dos nossos musicistas, como Villa Lobos. Com aqueles cenários e indumentárias que desenhou Rego Monteiro, poderíamos ter alguns bailados admiráveis. Aproveitando-se os motivos musicais dos nossos selvagens, encarecidos não faz muito por Villa Lobos em uma entrevista cheia de bom senso, combinando essas melodias bárbaras com as decorações de Rego Monteiro, muito lucraria nossas artes¹⁶⁸.

Deve-se lembrar, neste sentido, as considerações de Aracy Amaral sobre o fato de Ronald de Carvalho ter sido “particularmente responsável pela adesão de Heitor Villa-Lobos, seu amigo pessoal, e dos artistas plásticos Hildegardo Leão Velloso (1899-1966), Zina Aita (1900-1967) e Vicente do Rego na Semana, tendo a ela enviado parte significativa da sua própria coleção particular para exposição”¹⁶⁹.

Como crítico de arte, Ronald de Carvalho tinha de apreciar obras diversas segundo seus critérios, procurando contemplar o que podia haver de valioso em cada uma delas. Como afirmara certa vez acerca da crítica: “As obras de arte não podem ser julgadas senão pelo espírito profundo que as anima, pelas intenções que traduzem, pela realidade transcendente que nos comunicam”¹⁷⁰. Ao tratar de alguns paisagistas, elogiava os trabalhos de Jorge de Mendonça, considerando, porém, o fato de a Escola de Belas Artes não ter conseguido, após cem anos de existência, criar uma “verdadeira escola de paisagem”. O aspecto nacional que, como vimos acima, o Ronald poeta procurara relativizar, era acionado pelo crítico de arte. A linguagem acadêmica seria uma espécie de “retórica da paleta”, marcada por “meia dúzia de lugares comuns” segundo as regras de um academismo impassível e inócuo. O autor criticava

¹⁶⁷ Crítico e poeta francês foi, ao lado de Apollinaire e Max Jacob, um dos entusiastas dos quadros de Pablo Picasso desde 1905. Cf. RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*, p. 197.

¹⁶⁸ CARVALHO, Ronald de. Duas exposições de pintura, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1921, p. 1.

¹⁶⁹ Cf. BOTELHO, André. *Um ceticismo interessado: Ronald de Carvalho e sua obra dos anos 20*. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, 200, p. 122.

¹⁷⁰ CARVALHO, Ronald. As bases da crítica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1923, p. 1.

a insistência e a primazia dos motivos greco-romanos que reinariam solitariamente na arte decorativa e lembrava a sentença do pintor inglês William Turner (1775-1851) que afirmava pintar o que via e não o que sabia, ao contrário dos brasileiros que estariam sempre, com algumas exceções, a reproduzir saberes não se importando com aquilo que viam¹⁷¹.

As crônicas de arte de Ronald de Carvalho são fontes importantes para se compreender o desenvolvimento das artes plásticas no Brasil daquele período segundo as preocupações, questões e movimentos que importavam ao segmento. As exposições da Escola de Belas Artes eram eventos significativos na cultura intelectual brasileira no interior da qual ganhavam interpretações as mais variadas¹⁷². Se não é o caso de acompanharmos aqui as análises de Ronald de Carvalho acerca destes pintores e artistas, destaquemos um de seus textos teóricos que versava, em 1920, sobre a “tortura da arte contemporânea”. Ele refletia sobre o “dilema trágico” do artista:

Uma longa tradição esterilizante de escolas tanto ou quanto fictícias, a prática de certas regras impostas pelo hábito ou pelo respeito à antiguidade, assim como o peso morto de um passado que já não corresponde aos desejos e às ambições da alma moderna, estão indicando a necessidade de novos métodos mais largos e animadores¹⁷³.

Não seria mais possível ao artista permanecer numa “atitude de tranquilo ecletismo” que marcaria o ambiente cético que caracterizaria o mundo das artes no início do século XX:

Ele tem de escolher, sem hesitar, um destes dois caminhos: em aceitar o cânon acadêmico, tão dilatado que abrange até as rebeldias serôdias do impressionismo, ou, então, romper com o formulário passivamente adotado e olhar, frente a frente, a realidade tumultuosa da vida circunstante. No primeiro caso teremos um artista amável, avisado, prudente conhecedor daqueles enganos e misturas sábias que são o encanto dos amadores felizes. No segundo, estaremos em face de um técnico possivelmente inferior, sem os recursos do outro, sem a sua astúcia calculada e sutil, mas estaremos em face de um homem, isto é, de uma vontade criadora que, muitas vezes em detrimento de uma certa beleza convencional e aprioristicamente, prefere a extravagância e o exotismo à prática do mimetismo cheio de brilhos inúteis e perigosos. Esse ideal de arte viva e livre que, por um momento, julgaram encarnar cubistas e futuristas, não está, entretanto, nem na plástica geométrica daqueles nem no dinamismo metafísico destes. O cubismo nada mais é, no fundo, que uma simples decomposição matemática das coisas. Ele se reduz a uma análise numérica das figuras, análise seca e precisa que, à força de tanto seccionar o contorno dos corpos, acaba por destruí-los, tirando-lhes a fisionomia própria e o caráter particular.

¹⁷¹ CARVALHO, Ronald. Os pintores de nossa paisagem, *O Jornal*, 10 out. 1920, p 1.

¹⁷² O livro *Mocidade Morta* (1900), de Gonzaga Duque, publicado em 1900, é bastante elucidativo acerca das visões críticas acerca do academismo. Dentre outras tramas, o livro narra as desventuras de um grupo de jovens escritores e artistas, os *insumissos*, que pretende reformar as artes brasileiras, “escangalhar a academia”, em nome de uma arte nova. Formam então o grupo “Zut” que significaria “qualquer coisa, coisa nenhuma”. O livro se inicia, inclusive, com a exposição na Escola de Belas Artes de um premiado pintor que chegara recentemente da Europa, onde fora premiado, Telésforo de Andrade, e que apresentava um quadro histórico, enorme, intitulado *Rendição Uruguaiana – 28 de setembro de 1865*, numa clara referência aos consagrados quadros históricos de Pedro Américo e Vitor Meireles. Os jovens faziam piada da produção do pintor consagrado por verbas do governo e por presenças ilustres, exclamando em frente ao quadro: “_ Sublime! Único! *Telesfowmida!*”. Cf. DUQUE, Gonzaga. *Mocidade Morta*. Disponível em

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=38020, p. 34.

¹⁷³ CARVALHO, Ronald. A tortura da arte contemporânea, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1920, p 1.

Querendo reagir contra o chamado pós-impressionismo, que não via na atmosfera senão a luz, os cubistas, a exemplo de Picasso ou Metzinger, caíram no exagero oposto, porquanto só percebiam no espaço o valor dos volumes. Apesar de todas as suas audácias de expressão o cubismo não conseguiu libertar-nos do ranço clássico, pois representa, na imobilidade dos seus planos conjugados, das suas numerosas projeções e dos seus ângulos caprichosamente distribuídos, uma volta, bastante confusa sem dúvida, aos métodos tradicionais. Não se enganaram os futuristas quando taxaram o cubismo de arte estática, ainda amarrada aos preconceitos do desenho e da cor, das massas e da luz¹⁷⁴.

Não se trata de subscrever os juízos de Ronald de Carvalho, é inegável, porém, que o crítico possuía uma visão bastante precisa acerca de alguns dos significados das vanguardas plásticas do início século XX. Lembramos, neste sentido, que, nos esforços de se criar definições rápidas e sintéticas, “tais afirmações vão se tornar frequentes: o cubismo é um realismo, o cubismo é um classicismo; confrontado sem distinção às duas concepções respectivas, o público era impelido a aceitar o cubismo”¹⁷⁵. Carvalho esforça-se para criar uma linha interpretativa válida para a realidade brasileira a partir de uma crítica às vanguardas artísticas:

Mau grado a crítica cerrada feita contra os cubistas, o futurismo também não resolveu o problema que a si mesmo se propôs. Tentando, segundo pontificam em sua linguagem científico-pitoresca, “colocar o espectador no centro do quadro”, estabeleceram como princípio fundamental que, “ao invés do contorno dos objetos fugir para um centro situado o nosso horizonte, fuge para uma periferia (ambiente) da qual ocupamos o centro”. A simultaneidade da nossa visão e das coisas que incidem no raio dela, deveriam criar, assim, um dinamismo de planos e luzes, único capaz de nos dar a medida justa da linha e do movimento. Ora, baseando-se a arte futurista na linha e no movimento, e sendo estes a expressão mesma do dinamismo universal, não haveria como recusar a excelência dos princípios assentados por Marinetti e Boccioni. Teríamos que aceitar, então, não só a poesia do **lirismo multilíneo**, senão a pintura dos sons, dos rumores e dos perfumes, proposta por Carlo Carrá, em seu manifesto de agosto de 1913¹⁷⁶. Perceberíamos, pois, cheios de febre e de certeza de ideal novo, as cores da velocidade, da alegria, da tristeza, as “cores do movimento sentido no tempo e não no espaço”. [...] Veríamos o invisível, sentiríamos o insensível, tocaríamos no imponderável! O simultaneísmo futurista não passa, porém, de uma bela fantasia para nos arrancar da monotonia desse eterno quotidiano que nos amargura. [...] Filosoficamente, nada poderíamos dizer contra as leis da metafísica futurista. Esteticamente, porém, elas são absurdas. Nosso olhar não percebe os “volumes dinâmicos” de um Russolo, nem as “espessura atmosféricas” de um Balla, nem tampouco as “sínteses” de um Soffici, assim como não consegue o nosso aparelho mental, talvez por em quanto, penetrar o **dadaísmo** de Tristan Tzara ou simultaneísmo poético da Picabia. Para tanto, será necessário que as condições físicas e morais da humanidade se mostrem muito diversas das atuais. Faz-se mister, entretanto, que atiremos os nossos dados. Respeitemos as tradições, saibamos compreender a obra do passado, mas não nos confinemos dentro das fórmulas rígidas, nem confundamos o preconceito com realidade. Não devemos afirmar, a exemplo de Marinetti, que um automóvel lançado em vertiginosa carreira é mais belo que a **Victoria de Samotrácia**. Devemos fazer, ao contrário, de todas as coisas uma obra de beleza, retirando delas a energia alegre e saudável de que necessitamos. É preciso não esquecer que cada homem traz consigo a sua fórmula, cada homem é um momento da história universal. [...] A **modernolatria**, entretanto, é tão perigosa como

¹⁷⁴ CARVALHO, Ronald. A tortura da arte contemporânea, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1920, p. 1.

¹⁷⁵ Cf. FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 100.

¹⁷⁶ Trata-se do manifesto “La pittura del suoni, rumori e odori” publicado por Carlo Carrà em agosto de 1913.

a **classicolatria**. [...] Libertemo-nos tanto de um quanto de outro preconceito [...] ¹⁷⁷. As considerações de Ronald de Carvalho poderiam somar-se às inúmeras manifestações de críticos, artistas, teóricos e pensadores que em diversos países procuravam reiteradamente (re) significar e (re) orientar a produção artística e intelectual nas primeiras décadas do século XX. No caso brasileiro, tais proposições feitas no despontar dos anos 1920 parecem começar pelo fim, ou seja, quando o impacto da Grande Guerra, da ascensão do fascismo e da Revolução Russa de 1917 produzira movimentos como os do retorno à ordem ¹⁷⁸, da Nova Objetividade e de outros posicionamentos ¹⁷⁹, como os de Pablo Picasso, que insistia, em 1923, que o cubismo estava totalmente inscrito “nas regras e limites da pintura”, tendo utilizado “o desenho, a forma e a cor no mesmo espírito e com os mesmos métodos que as outras escolas” ¹⁸⁰. O próprio pintor futurista Carlo Carrá publicava um *Nossa antiguidade* (1916), rejeitando a vanguarda em nome dos “valores eternos” encarnados na tradição clássica. Sobre a história das vanguardas é importante manter pontos de vista abertos à multiplicidade de significações, evitando-se concepções restritas que apenas empobrecem a contemplação histórica de tais fenômenos:

Em uma perspectiva temporal larga, o vanguardismo aparece finalmente como uma característica essencial de alguns decênios do século XX; ora, cada cultura tem sua lógica e seu ritmo. Seria o erro deste vanguardismo histórico de se comportar como se certas culturas fossem mais *avançadas* que outras – donde um militantismo inconscientemente colonialista em muitos de seus guias. A força de um movimento ou de uma obra é de estar em fase com seu meio e sua época, quiçá de os ultrapassar; aqui os vanguardistas são assim simbolistas, alhures eles são surrealistas, e isto não é uma maior ou menor vantagem. A circulação de ideias e de formas não tem um sentido único, e uma hegemonia ou uma retração nunca serão definitivos ¹⁸¹.

Se Ronald de Carvalho possuía uma produção e uma atuação que justificavam a atração que exercera sobre os jovens “futuristas”, Graça Aranha, com sua *Estética da Vida*, parecia também agradá-los ¹⁸². Tristão de Athayde, porém, não compartilhou do entusiasmo pela teoria estética do acadêmico que possuiria um inato “horror visceral pela análise”:

Possuidor de formosa inteligência, que não se alimenta no conhecimento das coisas, mas na intuição delas, dotado de imaginação delirante, libertado de qualquer tortura da dúvida interior, partindo de um otimismo fundamental para chegar a um risonho egotismo, sentindo apenas no mundo exterior a volúpia das formas e no mundo íntimo o sensualismo das ideias puras, animado de perene entusiasmo, e confiado mais no que sonha do que no que vê, tudo para o Sr Graça Aranha está na magia das

¹⁷⁷ CARVALHO, Ronald. A tortura da arte contemporânea, *O Jornal*, 21 de dezembro, 1920, p 1.

¹⁷⁸ O texto de Guillaume Apollinaire, “O espírito novo e os poetas”, lançado em 1918, marcaria esse “retorno à ordem”, ou chamado à ordem, que se afirma revalidando o classicismo, afirmando seu cartesianismo ao advogar um sólido e assentado bom senso: “Assim o espírito novo, que tem a ambição de marcar o espírito universal e que não pretende limitar sua atividade a isto ou àquilo, não sendo menos, e pretende continuar uma expressão particular e lírica da nação francesa, de modo que o espírito clássico é, por excelência, uma expressão sublime desta mesma nação”. Cf. In: HARRISON, C. et al. *Art en théorie*, p. 262.

¹⁷⁹ Cf. FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 44.

¹⁸⁰ Entrevista de Pablo Picasso feita por Marius Zaya, intitulada “Picasso fala”. In: HARRISON, C et al. *Art en théorie*, p. 249.

¹⁸¹ FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 542.

¹⁸² Cf. MORAIS, E J de. *A brasilidade modernista*, p. 21-22.

aparências e só há no mundo uma verdadeira inimiga do homem: a Verdade¹⁸³.

As reflexões teóricas de Graça Aranha teriam um caráter espetacular, navegariam numa lógica conceitual abstrata, trabalhariam com noções gerais cujo acompanhamento pelo leitor não era e continua não sendo uma tarefa simples. O crítico fazia restrições às ideias de Graça:

Tendo chegado pela inteligência a domar a sensibilidade, que nos faz sofrer pela participação às dores alheias, não pode permanecer na pura intelectualidade, cuja ação também nos leva à dor, pelo debate insolúvel, entre a curiosidade e a incapacidade humana. Certa tendência inata ao repouso íntimo, e à contemplação ativa, o sentimento de que “os homens procuram na vida contingente a felicidade”, e a visão dessa felicidade, não na Virtude, como quer Sócrates, mas na alegria, como quer Spinoza, mostraram-lhe a necessidade de vencer também a inteligência, que nos fere com a verdade, depois de ter vencido a animalidade, que nos fere com o desejo, e a sensibilidade, que nos fere com o altruísmo, para chegar, enfim, à serenidade da pura intuição do universo, que nos torna transcendentais aos seus males, pela eliminação do bem e do mal.

Nesta “intuição do universo” residiria a sua “concepção estética da vida” que partiria de uma crítica, muito comum à época, às limitações da ciência para a formação de uma vida autêntica:

A ciência decompõe o Universo, discrimina-o, estuda-o nas suas manifestações parciais. Só há ciência do que se pode fragmentar. Pode-se analisar, explicar cada ordem de fenômenos percebida pela sensação; a ciência não dará jamais a explicação sintética do todo, a essência da causalidade. Ela ficará estranha ao sentimento da unidade infinita do Universo, que só nos pode ser revelada pela religião, pela filosofia, pela arte.

Conforme notava o crítico, uma vez que o autor não optara pela religião, ele acabara por abraçar uma concepção que tinha sua matriz na filosofia do francês Henri Bergson:

Bergson chegou à intuição como forma “final” do conhecimento, mas o que corre mundo como bergsonismo¹⁸⁴, e abre as portas da metafísica a todos os inspirados da filosofia, é a intuição como forma “inicial” do conhecimento, prescindindo da longa e paciente pesquisa pura da inteligência, cômodo diletantismo que estava longe de ser a intenção do filósofo. Só tem o direito de desdenhar ou de passar adiante da ciência aquele que a penetrou profundamente e pode conhecer-lhe os limites¹⁸⁵.

A filosofia de Bergson ao substituir a medida objetiva do tempo matemático pela duração subjetiva, defendendo a primazia da intuição na relação do homem com o mundo, enfeixada numa concepção otimista do progresso humano segundo uma “evolução criadora” servia como uma luva na concepção espetacular do universo esposada por Aranha. Não haveria neste último, assim como no próprio Bergson¹⁸⁶, a preocupação com as ciências. Conforme notara o crítico,

¹⁸³ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1921, p. 1.

¹⁸⁴ Charles Péguy e Julien Benda tinham posições antagônicas sobre o bergsonismo. Enquanto o primeiro considerava que “o bergsonismo também é um método para bem conduzir sua razão. (...) O bergsonismo nunca foi um irracionalismo, nem um antirracionalíssimo”; Benda “atacava em termos estritos o suposto irracionalismo de Bergson, a sua desconfiança da ciência e da inteligência, pois o ‘ódio à Inteligência é uma das características essenciais de nossos modernos’, acreditava [...]”. Cf. COMPAGNON, Antoine. *Os Antimodernos*, p. 258-259.

¹⁸⁵ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1921, p. 1.

¹⁸⁶ Segundo Bertrand Russel, autor muito citado por Tristão, a obra de Bergson constituiria uma importante vertente da filosofia àquela época, que ele divide entre pragmáticos, clássicos e realistas. O filósofo francês estaria entre os primeiros e, para o cético inglês, assim poderia se resumir seu trabalho: “*Donnés immédiates de la conscience* de Bergson, foi publicado em 1889; e seu *Matéria e memória*, em 1896. Mas a grande reputação começou com *A evolução criadora*, publicado em 1907 – não que este livro fosse melhor do que os outros, mas continha menos argumentos e mais retórica, de modo que tinha efeito mais persuasivo. Não há, nesse livro, do começo ao fim,

Aranha invertera o esquema da filosofia comteana “fazendo a humanidade passar do teocrático ao científico e daí ao metafísico, de onde partirá para a sublime inconsciência final...”¹⁸⁷. Tristão criticava a visão pragmática de Graça Aranha exposta no trecho seguinte:

A concepção estética do Universo, pela sua essência, é estranha a toda a ideia do bem e do mal. Nessa perfeita unidade com o Todo, não se prossegue nenhum fim, tudo é aparência, tudo é ilusão... Os homens buscam na vida contingente a felicidade... A alegria só pode ser dada aos estados especiais de inconsciência transcendental... O máximo da ascensão espiritual é a não ascensão, é a unidade... O ideal é sentir e não compreender¹⁸⁸.

Esta espécie de “humanitismo” Quincas Borba¹⁸⁹ só poderia fazer sentido, segundo o crítico, a partir de um lugar bastante privilegiado:

Não é de poeta essa voluptuosa isenção, mas de sibarita, que vê passar, confortavelmente sentado em sua acolchoada poltrona de filósofo espectador, toda essa roda de possessos, que vive a vida sem estética, perseguidos pelo mal da essência, que lhes impede de gozar a sublime e macia aparência. Eis a atitude filosófica do Sr. Graça Aranha, eis a que se reduz a sua estética da vida [...]. A essência da arte, para o Sr Graça Aranha, é “o seguimento dessa unidade (com o Universo), quando se realiza pelos contatos sensíveis com a natureza, pelos sentidos corporais, transportando as sensações até a altura de emoções vagas, indefinidas do Todo”. [...] Tudo vem dar afinal no “frêmito de infinito”, que é a grande volúpia espiritual do sr Graça Aranha e à sua obra comunica um fulgurante vácuo. É sempre o seu profundo anti-intelectualismo que o inspira a escrever que “o pensamento e a ideia, elementos essenciais da poesia e da literatura, são limitações à pura emoção estética”. Chega, por isso, ao puro verbalismo, que pratica, quando explica que “na poesia, pelos contatos sensíveis das palavras, o espírito humano é levado ao

nenhum argumento e, portanto, nenhum mau argumento; existe apenas um retrato poético que apela para a fantasia. Não há nele para ajudar-nos a concluir se a filosofia por que advoga é verdadeira ou falsa; essa questão, que pode ser encarada como frívola, Bergson deixa para os outros refletirem. Porém, segundo suas próprias teorias, ele está correto, pois a verdade deve ser alcançada pela intuição, não pelo intelecto e, assim, não é uma questão de argumento. Uma grande parte da filosofia de Bergson é apenas misticismo tradicional expresso em uma linguagem com algumas conotações novas”. RUSSEL, Bertrand. *Ensaio céticos*. Porto Alegre: L&PM, 2014, p. 66.

¹⁸⁷ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1921, p. 1.

¹⁸⁸ ARANHA Apud. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1921, p. 1.

¹⁸⁹ Sem reduzir a filosofia de Graça Aranha às reflexões do personagem, indico algumas semelhanças entre a *disposição* intelectual de ambos, ou seja, certa *personalidade* e certo *caráter* que parecem compartilhar. Conforme o personagem, o “humanitismo” proviria de “humanitas” e procuraria ir ao “princípio das coisas”. Segundo os comentários de Brás Cubas, era uma “filosofia que acomodava-se facilmente com os prazeres da vida, inclusive a mesa, o espetáculo e os amores; e que ao contrário, a frugalidade podia indicar certa tendência para o ascetismo, o qual era expressão acabada da tolice humana”. O “universalismo” era o ponto de partida do humanitismo: “Para entender bem o meu sistema [...] importa não esquecer nunca o princípio universal, repartido e resumido em cada homem”. O narrador não deixa de inscrever marcas irônicas sobre essa filosofia que fala do mundo e de todos os males na tranqüilidade da farta mesa de jantar: “Olha: a guerra, que parece uma calamidade, é uma operação conveniente, como disséssemos o estalar de dedos de Humanitas; a fome (e ele chupava filosoficamente a asa do frango), a fome é uma prova a que Humanitas submete a própria víscera. [...] este frango, que eu almocei agora mesmo, é o resultado de uma multidão de esforços e lutas, executados com o único fim de dar mato ao meu apetite”. A dor é assim definida: “A dor, segundo o humanitismo, é uma pura ilusão. Quando a criança é ameaçada por um pau, antes mesmo de ter sido espancada, fecha os olhos e treme; essa *predisposição* é que constitui a base da ilusão humana, herdada e transmitida. Não basta certamente a adoção do sistema para acabar logo com a dor; mas é indispensável; o resto é a natural evolução das coisas”. O humanitismo, em sua concepção espetacular e universalista, era otimista por natureza, a expressão de um mendigo que encontrara a fortuna. Seu elogio à vida e seu otimismo exacerbado podem ser resumidos na inversão da máxima trágica de Sileno. Enquanto esta pregava que a o maior bem humano seria não ter vindo à existência, Quincas Borba dizia que “verdadeiramente há só uma desgraça: não nascer”. Cf. ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881, p. 253-306. Sobre a teogonia da dor na tragédia antiga a partir da figura mítica de Sileno ver: NIETZSCHE, Friedrich. *A origem da tragédia na música*. Lisboa: Editora Guimarães, 1982.

sentimento vago na unidade infinita do Universo”. Coloca, por isso, a música no ápice das artes, porque o oceano de harmonia em que banha, ao ouvi-la, o nosso espírito não exige o menor esforço de compreender e leva-nos a essa voluptuosa moleza da imaginação, em que William James via, com razão, o maior perigo para a alma humana, mas em que a filosofia confortável do Sr Graça Aranha descobre justamente o único meio de alcançarmos o Infinito que é a inconsciência...¹⁹⁰

Não aceitava o crítico esta ascendência do inconsciente sobre o consciente, salvando nela, apenas, a “vertigem do infinito” que para ele seria “a poesia dessa metafísica pragmática”.

O presente fugidio

Não era Graça Aranha o indicador dos caminhos que o crítico tanto ansiava segundo a percepção de se viver numa época de transição. Tal “transição” seria verificável no pós-guerra que teria aberto um horizonte impreciso, entre a evolução e a revolução, na literatura:

Atualmente as predições são meras conjeturas. Sem embargo, já se podem descobrir na guerra dois efeitos prováveis (dependendo como dissemos da evolução ou da revolução) sobre a literatura vindoura: um formal, outro virtual. O efeito formal será o assunto mais trágico e aventuroso, vocabulário mais rico e ousado, sensibilidade menos delicada e mais geral. O efeito virtual se traduzirá por mais vigor na literatura, mais movimento na arte, mais voo na poesia, vida mais plena enfim. [...] A literatura baixará dos cenáculos e grupos de aristocracia intelectual para o meio da multidão, sem se perder nela. O homem crescerá mais em mais. A literatura será menos um jogo de palavras, que a expressão de uma realidade superior. A arte ainda uma vez realizará “o esplendor da verdade”¹⁹¹.

Guillaume Apollinaire é retomado, reforçando o papel dos franceses nas reflexões brasileiras:

Guillaume Apollinaire, o Debussy das modernas escolas literárias francesas, diminuído pelos excessos de seus discípulos, escreveu, pouco antes de morrer: “o novo espírito das letras, oriundo da guerra, terá por caráter diferencial a exploração da verdade exaltando a vida, sem prejuízo do bom senso”. [...] Eis aí, sem mais detido exame, um esboço da influência da guerra sobre a literatura na terra de França, Delfos do mundo moderno.

O esboço aludido pelo autor tratava da emergência de um “neorrealismo” durante a guerra que teria em Henri Barbusse e Georges Duhamel, escritores que tematizaram diretamente o conflito, seus maiores nomes. Tal orientação, porém, não manteria sua predominância após o conflito, deixando as expectativas indefinidas: “A guerra sacudiu a literatura, trazendo-a do cubismo quase ao naturalismo, e levando-a depois a mais desmedida fantasia¹⁹²: só com o tempo poderá voltar a serenidade e o repouso, para a eclosão do Grande Rapsodo”¹⁹³.

Na visão do crítico, tal condição oracular era compreensível, tendo suas razões e consequências num país como o Brasil que após a conflagração poderia ter outra perspectiva:

Nacionalidade ainda não sedimentada, politicamente nula e economicamente

¹⁹⁰ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1921, p. 1.

¹⁹¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1919, p. 9.

¹⁹² “Nota-se, em França, um renascimento do romance de aventuras, da literatura de imaginação, da fantasia e do exotismo. Pierre Benoit, o grande autor do dia, escreve obras de uma inspiração ardente - como *L’Atlantide* ou *Koenigsmarck*. Pierre Mille leva-nos à Turquia, Charles le Goffic conta-nos histórias de piratas. As gazetas vêm cheias de narrativas sobre costumes armênios ou marroquinos, japoneses ou das Antilhas, Rosny Ainé e Claude Farrère voltam à baila”. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1919, p. 9.

¹⁹³ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1919, p. 9.

instável, carregando um peso imenso de analfabetos e de doentes, temos de refletir as cambiantes literárias do Velho Mundo ou restringir nossas ambições. [...] Nesse sentido, trouxe-nos a guerra um grande bem. A verdadeira literatura é a que busca a seiva no solo que nos gerou. Árvores exóticas só podem vingar em estufa. Assim, graças, em parte, à guerra, acentuamos a tendência ao regionalismo a que já nos conduzia nossa própria evolução. Vai circular cada vez mais, nos nossos livros, um perfume de mato, de terra molhada, de brisa fresca do mar. Os assuntos brasileiros, os costumes sertanejos ou praieiros, a paisagem que nos cerca não de dar mais espontaneidade à nossa literatura. A inspiração nacional não nos levará tão alto, mas com mais segurança, para um futuro remoto de criação e independência. Precisamos ganhar personalidade. Por ela [guerra] talvez venha alegria à nossa literatura. Paradoxo possível, se bem que improvável. A tristeza é uma flor de civilizações cansadas. É certo que pode ser também de civilizações apressadas, como a nossa. Contudo, limitando-nos a ambição intelectual, renovando a verdadeira tradição, despertando o realismo nacional, dando-nos, enfim, saúde mental, é possível que a guerra traga o sorriso à nossa arte triste. Com uma inspiração mais natural, com um pensamento mais livre e sadio, poderá nossa produção literária alcançar aquela forma simples e vigorosa, padrão de boas letras¹⁹⁴.

Com a reiterada verificação da perspectiva acadêmica dentre os jovens, o crítico ia depurando suas reflexões estéticas em torno do fenômeno artístico, ainda que mantivesse o horizonte nacional. Em fevereiro de 1921, desdobrava-se sobre a especificidade do literário:

Por extensão, pode considerar-se literatura todo o movimento de publicidade intelectual de um povo. Sob esse aspecto, a filosofia ou a própria ciência são literatura, como expressão literária do pensamento. Estritamente, porém, literatura é o aspecto verbo-motor do fenômeno artístico. E como tal exclui o pensamento puro. [...] Pois bem: escoimado o campo literário de tudo que não seja composição da própria fantasia, estreme de qualquer outra preocupação, é possível ainda encontrar nesse acervo de obras puramente literárias dois caracteres essenciais e distintos: o estático e o dinâmico. [...] Algumas abrem caminho, procuram novas formas de expressão, refletem com toda a nitidez a personalidade do autor, cuja preocupação não é tanto o assunto da sua obra, como o próprio temperamento, a própria alma em ebulição. São vivas, intermitentes, desordenadas, denunciando o desejo da inovação, o gosto da originalidade. Quebram moldes, ostentam veleidades literárias, não desdenham da própria mistificação para escândalo das severas vestais do academismo, do tradicionalismo. São irreverentes e ingênuas, de curto fôlego e viva impressão. Apresentam outros aspectos radicalmente diversos. Não se dispersam em furores de originalidade nem traem a alma do autor, mas vivem de uma vida mais objetiva, procurando antes condensar e consolidar os elementos dispersos que outros semearam. São mais sólidas, mais duradouras, desenvolvendo-se com toda a segurança, dentro dos limites consagrados e procurando o objetivo de arte com uma disciplina mais severa e vencendo, certamente, dificuldades maiores. [...] esses elementos estático e dinâmico, em literatura, não são mais, em suma, do que a velha querela de clássicos e românticos¹⁹⁵.

O crítico considera que, àquela altura, quanto aos aspectos estático e dinâmico, “sofremos do abuso do primeiro, e desconhecemos os abusos do último”. Este teria desdobramentos diferentes na literatura de ficção nacional e na de outros países:

Esse elemento dinâmico, que em outras literaturas muito mais avançadas e requintadas está produzindo uma *arte sem fio*, traduz-se no nosso meio por uma maneira pessoal de sentir, de observar, de escolher o assunto e de exprimi-lo. E se nessas literaturas tende cada vez mais para o universal e o arbitrário desde a sintaxe

¹⁹⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1919, p. 9.

¹⁹⁵ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1921, p. 2.

até o instinto infantil que tanto encarece, orienta-se em nossa literatura decididamente para o *nacional* e o *real*¹⁹⁶.

Assim, determinada em sua especificidade, “literatura é o aspecto verbo-motor do fenômeno artístico”, e ressaltada a sua autonomia, “escoimado o campo literário de tudo que não seja composição da própria fantasia, estreme de qualquer outra preocupação”, o crítico procurava erigir um campo reflexivo que franqueasse àquele elemento dinâmico uma abertura ainda desconhecida na cultura intelectual brasileira. A orientação deveria ser o realismo e o nacionalismo que garantiriam o dinamismo brasileiro. O reiterado classicismo acadêmico teria de ser superado: “A todos que venceram a rotina e o academicismo parece que a velha retórica Greco-romana está respeitosa catalogada no museu das antiguidades literárias, ao lado dos cânones artísticos, dos tratados de poética ou da famosa coordenação platônica”¹⁹⁷. Ao tratar da obra *As belas letras*, de Gastão Franca Amaral, ele se diz surpreso em ver “cá fora” ideias que pareciam mumificadas:

Sendo o estilo uma coisa toda formal e concreta, a sua constituição ou organização só pode ser feita depois da elaboração do pensamento, na ocasião de sua expressão vocabular-gráfica sobre o papel (sic). Neste momento, então, é que o escritor dispõe ao seu gosto, segundo a ordem que se lhe afigura mais elegante, as palavras, as frases, de acordo com as regras. [...] O Estilo é antes de tudo uma disposição formal da expressão vocabular, uma espécie de escultura da frase e do período. O que constitui propriamente são as figuras de sintaxe: elipse, zeugma, silepse, hipérbato, anacoluto, anástrofe, assíndeto e polissíndeto e as partículas de realce¹⁹⁸.

Tristão de Athayde ironiza que tais ideias sejam defendidas em “pleno século XX” e aproveita a ocasião para tecer algumas reflexões sobre o estilo em literatura:

[...] a nova concepção do estilo tem sido um dos pontos vitais de toda a crítica moderna, desde a reação contra a teoria seiscentista, que fizera a famosa apologia dos “ornamentos literários”. [...] A disciplina da linguagem, o polimento do estilo, as correções, as substituições de palavras, tudo isso a que estão habituados os que escrevem, não são absolutamente - como pensava a retórica clássica e julgam ainda os seus continuadores - simples habilidade técnica ou obediência a fórmulas gramaticais ou retóricas estabelecidas. Não se trata de embelezar, de corrigir ou de melhorar a forma material do espírito, mas de apurar o próprio espírito, de procurar o próprio *eu*. Esse esforço pelo estilo [...] não é um exercício literário, mas um esforço de psicologia¹⁹⁹.

Dessa forma, à frase do romancista Eneas Ferraz, autor do romance *Histórias de João Crispim*, que afirmava “o melhor estilo é aquele que menos interrompe o curso de um pensamento”²⁰⁰, o crítico destacava que o romancista “poderia ter acrescentado, para esclarecimento, que assim é porque o estilo é o próprio pensamento, é imanente a este”.

Em outra ocasião, ele retomara uma imagem já utilizada por Sérgio Buarque de Holanda acerca da “literatura nova de São Paulo” como provida de dois planos, horizontal e um

¹⁹⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1921, p. 2.

¹⁹⁷ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1922, p. 1.

¹⁹⁸ AMARAL, Gastão F. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1922, p. 1.

¹⁹⁹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1922, p. 1.

²⁰⁰ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1922, p. 1.

vertical, que seriam “tendências universais da arte”. Holanda trata da predominância da primeira nos paulistas e, utilizando as obras de Guilherme de Almeida, revelava o caráter clássico deste último, erroneamente tomado como romântico, pois “o classicismo consistindo antes de tudo na concretização das noções abstratas, de outra maneira: na objetivação do subjetivo e na *horizontalização* do vertical”²⁰¹. Tristão afirmava sobre o romance nacional:

A literatura contemporânea é sobretudo fragmentária. [...] Foi Alberto Thibaudet [...] quem mostrou que o simbolismo desviara a literatura da linha horizontal à vertical. É uma fórmula gráfica incisiva do crescente individualismo literário. E há pouco escrevia certo crítico inglês que um dos caracteres da literatura vitoriana fora o volume de quinhentas páginas. Para confirmar a regra, temos hoje aliás a torrente exaustiva e irresistível de Marcel Proust, que mal pôde saborear a amarga embriaguez da glória. Entre nós, a modernidade desse fragmentarismo, acresce a tendência inata à literatura sem fôlego, tão da nossa negação à paciência. Somos muito mais criadores que eruditos, seja Deus louvado. E como criadores, antes agudos que extensos. Daí a abundância de contos e a escassez de romances²⁰².

Ao analisar o romance de *Vida ociosa* (1920), de Godofredo Rangel, o crítico lembrava que a lista de bons romancistas brasileiros vivos não parecia ir além de Lima Barreto e Afrânio Peixoto. Na obra do autor mineiro, ele percebera, porém, a presença daquele “elemento dinâmico”. Tristão destaca o aspecto “curioso que a literatura tenha sido, entre nós, até agora, a única forma de arte isenta do extremado modernismo pós-bélico cujos ecos nos tem chegado de além-Atlântico”²⁰³. O livro de Godofredo Rangel faria parte, segundo o crítico, da “nossa literatura moderna”, cujo caráter principal seria o de “olhar a realidade sem óculos verdes, tomá-la tal qual é, com suas imperfeições e relatividades. E é o mais grato sinal de vitalidade literária e social”. Assim, haveria na obra de Rangel:

[...] boa prosa literária, de um puro sabor de brasileirismo e flagrante poder de sugestão. Não pode merecer o livro a censura, até certo ponto justa, e comumente assacada aos nossos romancistas, de pobreza de assunto. Foi justamente um dos meios que permitiu ao autor alcançar o seu objetivo e transmitir-nos, em forma de ficção, as suas impressões da vida rural mineira. A intensidade dessa vida está menos nos objetos tratados pelo autor que na maneira de os tratar. A forma de intensidade sugestiva, empregada pelo Sr Godofredo Rangel, atua lentamente, por extensão e pelo poder evocador das descrições, dos diálogos e das observações. E, nesse sentido, não é absolutamente um paradoxo afirmar que a *Vida Ociosa* é um romance de vida intensa. E duradoura, acrescentarei.

Wilson Martins considerara esta obra como um monótono romance sobre a monotonia²⁰⁴. O romancista Autran Dourado, por sua vez, adjetivara-o como admirável, ao que o próprio autor, Godofredo Rangel, já idoso, dizia ser “livro antigo e velho como eu, um escritor e juiz aposentado”²⁰⁵. A obra, de fato, tinha como eixo principal o tédio que o juiz Dr Félix, o narrador,

²⁰¹ HOLANDA, S B de. Literatura nova de São Paulo. In: BOAVENTURA, M E (org). *22 por 22*, p. 148.

²⁰² ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1922, p. 1.

²⁰³ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1921, p. 2.

²⁰⁴ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. (1915-1933). Vol VI, p. 90.

²⁰⁵ Cf. DOURADO, Autran. Prefácio. In: RANGEL, Godofredo. *Vida Ociosa*. Belo Horizonte: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000, p. IX.

vivia na repartição que só era remediado pelo ócio menos entediante que passava na fazenda do amigo Américo, filho dos idosos Próspero e siá Marciana. Os dois amigos passavam dos quarenta e eram solteiros. Américo vivera sempre na fazenda, não se formara em nada e cotidianamente ficava a refletir sobre temas como o da existência de extraterrestres, a infinitude do universo e, não raro, interpelava o protagonista com questões como a seguinte: “_ Senhor doutor, com capacidade calorífica que tem hoje o centro de nosso sistema planetário, e dado o seu arrefecimento progressivo, qual será o lapso de tempo necessário para extinção completa da energia solar?”²⁰⁶. O narrador, por sua vez, fazia da preguiça o seu maior predicado. As histórias de sua narração vinham, antes, dos fatos relatados pelo velho Próspero. A certa altura, Dr Félix descreve sua “filosofia”, ao recusar um convite de pescaria: “_ Venho com tenções de pescar, e no entanto não me encorajo a arrostar sol e ladeira para satisfazer meu desejo. E a vida assim é que me parece razoável: um perpétuo aspirar, sem realizações”²⁰⁷. Ficava cansado e entediado apenas de ver ou pensar no trabalho alheio e, a certa altura, quando vence uma dessas letargias para ir ver uma cachoeira, acaba por concluir ceticamente: “_ Pode ser belo – mastiguei; mas monótono e repisado como uma descrição de Zola. Havendo satisfeito a velha curiosidade, eis-me enfarado, com a saciedade da posse. Isto me confirma a cômoda filosofia...”²⁰⁸. Não haveria superioridade do campo sobre a cidade e daí talvez o realismo e intensidade percebidos por Tristão de Athayde. A casa da fazenda é descrita em contradição com o seu proprietário, Próspero: “As ripas enxadrezadas com os paus-a-pique, exibem por toda a parte sua ossatura carunchosa. É um cadáver de casa, uma carcaça decomposta, já mostrando as costelas”²⁰⁹. Em carta ao “sr. Tristão de Athayde”, Godofredo Rangel agradecia:

Se apenas agora, muitas semanas após a publicação de suas benevolentes palavras acerca do meu livrinho, cumpro o dever de agradecer-lhe, é que o favor foi tão grande que me enchia de hesitação não sabendo como fazê-lo. Sua opinião é de peso, com ela se firmam ou se destroem reputações literárias; e a repercussão que ela teve, no tocante a minha modesta tentativa, foi muito na aceitação que “V. Ociosa” tem tido. Críticas como a sua servem de poderoso estímulo para os que se dedicam às letras²¹⁰.

Como se sabe, Godofredo Rangel era amigo de Monteiro Lobato²¹¹ e a obra que está na biblioteca do crítico contém a dedicatória: “Ao Tristão off. o Lobato esta obra prima”²¹². Esse o procedimento que Lobato adotou para a promoção de outro autor de sua predileção, Leo Vaz, que tinha seu romance apresentado ao crítico em carta do editor da *Revista do Brasil*: “Mando-te um livro extraordinário o Professor Jeremias. É Sterne²¹³ puro, é Machado de Assis

²⁰⁶ RANGEL, Godofredo. *Vida Ociosa*, p. 61.

²⁰⁷ RANGEL, Godofredo. *Vida Ociosa*, p. 58.

²⁰⁸ RANGEL, Godofredo. *Vida Ociosa*, p. 99.

²⁰⁹ RANGEL, Godofredo. *Vida Ociosa*, p. 6.

²¹⁰ Carta de Godofredo Rangel a Tristão de Athayde, 22/04/1921, acervo CAAL.

²¹¹ Cf. LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo Editora, 2010.

²¹² Cf. RANGEL, Godofredo. *Vida Ociosa*. São Paulo: Edição Revista do Brasil: 1920. Acervo CAAL.

²¹³ Citado por Machado de Assis na abertura de seu *Brás Cubas*, revelando ter adotado sua “forma livre”, o escritor

da melhor fase, é o homem do ano”²¹⁴. Na observação do crítico do *O Jornal*, seria um livro sem enredo. “É um romance, espelho da vida”²¹⁵, e por tal forma fiel ao seu destino, que desdenha de alterar a realidade, curvando-se às necessidades de uma ação seguida e predeterminada”²¹⁶. Dividido em pequenos capítulos, talvez daí a lembrança do Machado de Assis “da melhor fase”, o livro evoluía em narrativas episódicas. Vaz prescindiria das descrições de paisagens: “Não há sequer uma árvore nesse livro. Reduz ao mínimo as descrições, limitando-se aos traços essenciais e indispensáveis”²¹⁷. A força da obra estaria alhures:

A este livro falta movimento aparente, falta fantasia, falta paisagem, falta variedade, falta comoção, falta luz, parecem faltar todos os elementos do romance, e no entanto vive, vive intensamente dessa vida que se prolonga e mantém em nossa memória feita de vibração interior, de pensamento agudo, de ambiência mais pressentida que provocada, de realidade profunda nas personagens e nos fatos, de pequenas minúcias luminosas e significativas como de imagens admiravelmente expressivas, adequadas e originais. [...] Poderia, por exemplo, ser ainda mais conciso, e às vezes menos forçado e tortuoso. Mas nada disso afeta a essência do livro.

A outra relação com Machado de Assis seria o ceticismo do romance:

O sr Léo Vaz é um homem para quem o mundo exterior existe apenas na inteligência humana. Daí um profundo desdém e uma grande piedade pelas coisas humanas. Mas a piedade é profunda, ao passo que o desdém é superficial. Nem uma nem outro são aparentes. O que mostra é uma perfeita seriedade, quase a severidade do “humour”. Transparente como é essa gravidade apenas exterior, deixa ver ao fundo o pessimismo do autor. Esse puro intelectual, para quem a realidade é uma aparência, e a razão humana parece a única certeza, zomba da própria razão, mostrando, nessa deliciosa história do louco de Juquery, o absurdo da lógica inflexível, que se não adapta às circunstâncias da vida e raciocina pelas simples deduções do espírito”²¹⁸.

Tristão de Athayde considera que o Professor Jeremias vai de par com a crença dos céticos, como Montaigne, que só teria fé na “eterna passagem de dia a dia, de minuto a minuto”, ou como Anatole France a lembrar que “mesmos os céus que nós acreditamos incorruptíveis conhece de eterno apenas o eterno esvair das coisas”²¹⁹. O perfil do cético seria o de uma:

[...] alma compassiva e débil de aparência, com uma ironia profunda e risonha, uma grande convicção da vaidade profunda das coisas, e, justamente por isso, um verdadeiro carinho por todas as formas e aspectos; libertado de preconceitos, sibarita e parrônico irmão daqueles tipos que Anatole France e Machado de Assis imortalizaram, incapazes de ação espontânea, otimistas por desengano integral e frutos de uma civilização requintada e decadente”²²⁰.

O romance *Histórias de João Crispim*, de autoria de Eneias Ferraz, acima mencionado

irlandês setecentista Lawrence Sterne tinha reforçada sua associação à obra machadiana desde as apreciações críticas de Sílvio Romero, especialmente acerca do humorismo do autor. Cf. ROMERO, Sílvio. O humorismo de Machado de Assis – teorias de Hennequin e Taine. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

²¹⁴ Carta de Monteiro Lobato a Amoroso Lima, 13/01/1920, acervo CAAL.

²¹⁵ Definição provavelmente inspirada em Stendhal: “Um romance: é um espelho que se leva ao longo de um caminho”. Cf. STENDHAL. *O vermelho e o negro*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 90.

²¹⁶ ATHAYDE, Tristão de. O Professor Jeremias, *Revista do Brasil*, nº 53, São Paulo, mai. 1920, p. 79.

²¹⁷ ATHAYDE, Tristão de. O Professor Jeremias, *Revista do Brasil*, p. 82.

²¹⁸ ATHAYDE, Tristão de. O Professor Jeremias, *Revista do Brasil*, p. 80.

²¹⁹ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Professor Jeremias, *Revista do Brasil*, p. 82.

²²⁰ ATHAYDE, Tristão de. O Professor Jeremias, *Revista do Brasil*, p. 83.

nas reflexões sobre estilo, teve boa recepção do crítico:

E se eu disser que o seu livro é uma obra de real interesse, a revelação de um novo romancista de talento, justamente por ser o contrário da literatura experimental, por ser o romance lírico? Seu fim não foi “a verdade”, mas “a expressão da verdade”. Se tivesse apenas buscado “a verdade”, não teria o Sr Eneias Ferraz ultrapassado a velha estética naturalista, puramente documentadora, e que só conseguia galvanizar a matéria literária estática, e friamente recolhida, quando o sentimento do artista fundia os materiais esparsos e dava vida à inércia das observações. A obra-prima de Zola é *Germinal*, porque o sentimento socialista do autor, a sua paixão pelos homens, a sua indignação pelo sofrimento dos mineiros animavam, com uma chama interior extraordinária, os dados recolhidos em sua faina de naturalista literário²²¹.

Tristão de Athayde, porém, não faz maiores comentários acerca do livro de Ferraz, apenas lembrando suas associações com o romance de Lima Barreto:

João Crispim e Afonso Pina são o Sr Eneias Ferraz, têm as ideias do Sr Eneias Ferraz, olham a vida pelo mesmo prisma que este e empregam, como este, para comentá-la, um, a mesma calma do desprezo, e o outro, a mesma paixão da revolta. A maneira do romancista aproxima-o do Sr Lima Barreto, cujos tipos de Policarpo Quaresma e Gonzaga de Sá têm certa analogia interior com o João Crispim. Se este é um tipo que se grava em nossa memória, é justamente por não ser uma simples transposição da realidade aparente, possuindo, porém, uma profunda verdade interior.

O livro de Eneias Ferraz acabou por ser visto, posteriormente, como tendo em Lima Barreto o seu verdadeiro protagonista, um retrato do autor, conforme crítica de Wilson Martins²²², e uma biografia dele, segundo apreciações mais recentes²²³. Eneias Ferraz era bastante próximo de Barreto. Este último, além de ter ajudado na publicação da obra²²⁴, lhe fez a apreciação crítica em jornal²²⁵. Lima Barreto parece ser um autor que, já em um de seus necrológios, teve pressagiada a sua fortuna crítica: “O homem e o romancista em Lima Barreto foram uma só e mesma individualidade viva. Ele tinha forçosamente de morrer como vivera...”²²⁶. Assim, se a maioria de seus personagens recorrentemente foi associada à vida do autor, uma obra que se inspirasse neles, fatalmente, tornar-se-ia sua biografia.

Um quarto romance poderia somar-se a estes três, tanto pelo reconhecimento crítico da época, quanto pelas semelhanças da visão cética expressa por um livro de Anatole France à cabeceira do protagonista que ali o mantinha como uma “mão irônica e piedosa que o guiava e corrigia através dos excessos sentimentais”²²⁷. Trata-se de *A Juventude de Anselmo Torres*, de Mateus de Albuquerque. O livro narra a trajetória do personagem título que, saído de Alagoas, passa a viver no Rio de Janeiro desfrutando especialmente da companhia de um antigo amigo

²²¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1922, p. 1.

²²² Cf. MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. (1915-1933). Vol VI, p. 321.

²²³ Cf. SANTOS, André Luiz. *Caminhos de alguns ficcionistas brasileiros após as Impressões de Leitura de Lima Barreto*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2007, p. 125-147.

²²⁴ Cf. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 320.

²²⁵ Cf. BARRETO, Lima. *Marginália*, p. 53.

²²⁶ Cf. PEREIRA DA SILVA, A J. Lima Barreto. *A Noite*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1922, p 2.

²²⁷ ALBUQUERQUE, Mateus de. *A juventude de Anselmo Torres*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922, p. 21.

da Escola de Direito do Recife, o advogado Eduardo de Lacerda. A história se passa em salões e eventos da burguesia carioca, onde o protagonista se vê apaixonado pela mulher do amigo, Hortênsia. A obra foi recebida com entusiasmo por Ronald de Carvalho, que o considerara um “romance moderno”. Para justificar o epíteto, Carvalho ensaiara uma sintética e erudita história do romance, a começar por suas origens antigas, como “filho prosaico da epopeia”. No fim do artigo, o autor tenta mapear algumas produções da época:

Hoje, com Maurice Barrès, André Gide, Marcel Proust, Jules Romains, Knut Hamsun e Papini, temos excelentes modelos da novela puramente psicológica. Procuram os contemporâneos, nomeadamente o autor de “Sodoma e Gomorra”, explicar o indivíduo pela soma das suas sensações mínimas diante da realidade quotidiana. O plano dos seus livros se resume, às vezes, na análise de meia dúzia de impressões triviais, que, aos românticos e aos naturalistas, pareceriam, sem dúvida, secundárias. O que os singulariza justamente é não desprezarem eles a menor parcela da realidade. O gesto mais simples, a palavra mais vaga tem a sua correspondente exata. Nada fazemos, pois, inutilmente. Torna-se, portanto, o romance como que uma longa confissão, um ensaio minucioso das experiências íntimas que a realizamos²²⁸.

O livro de Mateus de Albuquerque, embora não se filiando a tal tendência, manteria “preciosas ligações com ela”. Seria um “romance depoimento, em que a urdidura da fábula foi manifestamente posta de lado. A ação de sua obra é toda interior [...]”. Assim:

Anselmo Torres nasce para dizer o que pensa, e não o que vê. Passam-lhe os ambientes sob os olhos, rapidamente, subitamente, com a celeridade da película cinematográfica. Anselmo é um sensitivo, capaz do perdão e do crime, do crime de se sacrificar, o pior de todos os delitos nesta sociedade monstruosamente incolor, de agora ou possivelmente de sempre. [...] Compensam a falta de movimento exterior com a riqueza, das intenções, de sonho e do caráter dos seus personagens. Aliás, seus personagens são apenas desdobramentos, em carne e osso, dos desejos, das ideias e dos sentimentos de Anselmo Torres. [...] Reproduz também o sr Matheus de Albuquerque, exatamente, os conflitos da alma provinciana, sensual e desprevenida, ao entrar e se perder nos torvelinhos de ambição e despeito do Rio de Janeiro. Correndo a fabulação da sua novela, após a guerra, apresenta-nos ele quadro quase contemporâneo dos nossos costumes.

Tristão de Athayde não compartilhava de tal entusiasmo na avaliação do livro.

Também ele tecia algumas considerações sobre o gênero do romance:

O Romance é [...] a arquitetura literária. Nele se conjugam todos os gêneros, como na arquitetura se podem reunir quase todas as artes. O lirismo da poesia, a aguda sugestão do conto, o gosto da crítica, o pensamento da filosofia, a reconstituição da história, a verdade da ciência e especialmente a verdade humana da ciência social [...]. É o homem todo, em sua máxima expressão literária, e toda a vida. [...] Pode-se mesmo dizer generalizando que as quatro grandes pátrias do romance moderno – a Rússia, a França, a Inglaterra e a Itália – apresentam cada uma nesse gênero um caráter diverso: o sentimento profundo do mal social, entre os russos; o extremo requinte da psicologia individual na França; o senso da vida, e da sua comicidade trágica, britânica; a poesia ou o dinamismo das paixões na Península itálica²²⁹.

O crítico lembra as credenciais de Mateus de Albuquerque, “amigo da beleza, poeta; amigo das

²²⁸ CARVALHO, Ronald de. Um romance moderno, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1922, p. 1.

²²⁹ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1923, p. 1.

ideias, crítico; amigo da vida, cronista²³⁰, e a expectativa que tais características provocariam acerca do anúncio de um romance de sua autoria. Como Ronald de Carvalho, ele retoma o fato de ser o livro um “romance interior”, um “momento da alma brasileira contemporânea”. Porém, Tristão, já no início de sua apreciação, considera que se trata de um “romance imperfeito”:

A despeito de se tratar evidentemente da história da própria alma, e talvez por isso mesmo, pela grande delicadeza que possui, conservou-se o romancista um pouco estranho ao romanceado. Estranho, é demais. Conservou-se fora, como espectador, mostrando apenas, talvez por pudor e “elegância moral”, os traços gerais desse caráter. Falta, portanto, ao livro um pouco mais dessa palpitação da verdade humana, da vida em ação, que é talvez o encanto e a força suprema dos romances. Essa relativa passividade da “juventude de Anselmo Torres”, é que tolhe um pouco o movimento do romance, já não digo de ação exterior, que é quase nula, e não importa que o seja, mas de vida íntima, o que é essencial. E todo o livro é escrito nessa mesma linguagem disciplinada, sensível de uma simplicidade “que só Deus sabe o que custa”, como diz o autor.

Consequentemente, o crítico considerava ser ainda cedo para uma tradução que se estava fazendo do livro para o francês, que seria o ingresso para a “universalidade”:

Não será um pouco prematuro? A despeito do incontestável valor que possui – como documento moral, como modelo de anti-romantismo vulgar e como elegância de expressão – pode ainda dar-nos melhor o Sr Mateus de Albuquerque, com os elementos que possui, em uma obra de introspecção mais profunda, de síntese criadora mais intensa, de simpatia social mais viva.

A crítica feita por Ronald de Carvalho foi publicada em dezembro de 1922, meses após sua participação na Semana de Arte Moderna. Já as considerações de Tristão de Athayde são de fevereiro de 1923, um mês depois de ter analisado as obras de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti del Picchia. É inegável o impacto que os livros *Pauliceia Desvairada*, *Alma e O homem e a morte*, em graus diferenciados, teve sobre o crítico.

Ao comentar a obra de Mário de Andrade, Tristão de Athayde, como era recorrente em suas análises, lembrava uma passagem, fato ou interpretação de tempos passados. No caso, falou-se dos seguintes comentários de Castro Alves:

Em 1868, escrevia-se de São Paulo para a Bahia o seguinte: “Olha, se leres poesias nebulosas, germânicas, tiritantes, híbridas, acéfalas, anômalas... não critiques nunca, antes de ver se são de São Paulo, e se forem... cala-te. São Paulo não é Brasil... é um trapo de solo, pregado a goma-arábica na fralda da América (como dizia o Tobias)”²³¹. Cito o trecho com vistas aos que só veem extravagâncias no movimento literário iniciado ultimamente em São Paulo, e que já reconheceram, no autor da profecia, o seu consagrado Castro Alves, acusado no seu tempo de excessos semelhantes aos de hoje²³².

O crítico comenta sua relação com o movimento: “A evolução literária é um pêndulo. E, aliás, sinto-me a vontade para falar desse malcrismado ‘futurismo’, pois me incluo entre aqueles que Unamuno chamou de ‘eternistas’”. Assim, ao mesmo tempo em que os elogiava, ele se

²³⁰ ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1923, p. 1.

²³¹ A referência é a correspondência de Castro Alves com Augusto Álvares Guimarães. Cf. ALVES, Castro. *Obras completas de Castro Alves*. Vol. II. Rio de Janeiro: São Paulo: Belo Horizonte: Francisco Alves, 1921, p. 447.

²³² ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

distinguiu dos “futuristas”, arrogando-se uma outra identidade temporal: a do eterno. Conforme refletira o crítico literário alemão Ernst Robert Curtius em meados dos anos 1920 sobre uma tradução tardia da obra *Del sentimiento trágico de la vida* publicada originalmente em 1912:

O elemento autêntico. Forte e impressionante da religiosidade de Unamuno é o seu desejo de eternidade. [...] Muitos de nós não sentem essa necessidade. Mas outros associarão um sentimento de libertação a voz de Unamuno, que, na nossa Europa esclarecida, cética e sofisticada, permanece alheia às críticas do senso comum e aos cautelosos gestos da erudição. Entre os intelectuais europeus, não é considerado polido falar sobre a morte e a eternidade. Mas não é esta repressão a causa de muitos dos nossos sofrimentos? Em essência, a fome de Unamuno (...) pela imortalidade não é mais do que o instinto de sobrevivência. Ele não quer morrer²³³.

Tal apreciação ressoava a nota recorrente no interior de determinadas esferas do contexto intelectual alemão da época que reiterava a perspectiva de uma existência destinada inexoravelmente à morte²³⁴. Porém, desde pelo menos a década de 1910, as ideias de Unamuno circulavam na Europa e América do Sul com significações variadas²³⁵.

O “eternismo” reivindicado por Tristão de Athayde pode ser, sem desprezar as apreciações anteriores, associado às ideias céticas sempre reticentes em relação às grandes novidades ou àquele eterno esvair das coisas, conforme a imagem de Anatole France. A visão da evolução literária como um “pêndulo” reforça tal perspectiva. A própria “fome de imortalidade” e os explícitos anseios religiosos do filósofo espanhol, que considerava ser o “único problema vital” o “problema da imortalidade e salvação eterna da alma individual”²³⁶, marcavam antes a angústia recorrente de uma existência cindida do que a afirmação segura:

Esta incerteza produz uma constante dúvida que condiciona qualquer raciocínio, e seu exemplo mais representativo são suas terríveis e angustiosas crises religiosas [...]. As vacilações reduzem o método científico unamunescos ao *ignorabimus* socrático [...] e da aliança entre a incerteza dubitativa e uma acentuada humildade [...] resulta um inquebrantável ceticismo frente a qualquer postura que se apresente como inalienável ou dogmática²³⁷.

O “sentimento trágico da vida” compartilhado por Tristão de Athayde era, na visão de Miguel Unamuno, a experiência reiterada de um impulso vital para a fé logo contraditado pela razão: “a vida é tragédia, e a tragédia é perpétua luta, sem vitória nem a esperança dela; é contradição”²³⁸. A figuração é feita a partir de dois “perpétuos lutadores”: Dom Quixote e Sancho Pança. O autor pretendia, no interior do contexto espanhol, tomar o “quixotismo como

²³³ CURTIUS, Ernst Robert. Apud. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926*, p. 423.

²³⁴ Cf. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926*, p. 373.

²³⁵ Cf. BAGGIO, Kátia Gerab. Ronald de Carvalho e *Toda a América: diplomacia, ensaísmo, poesia e impressões de viagem na sociabilidade intelectual entre o Brasil e a Hispano América*. In: BEIRED, José Luís Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (ORG). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010, p. 174.

²³⁶ Cf. UNAMUNO, M. de. *El sentimiento trágico de la vida*, p. 80.

²³⁷ ARDILA, J A G. El “hacer política” de Unamuno y el punto de vista platónico-kierkegaardiano, *Bulletin Hispanique*, Tome 103, nº 1, 2001, p. 179.

²³⁸ Cf. UNAMUNO, M. de. *El sentimiento trágico de la vida*, p. 17.

religião nacional”²³⁹, a partir de uma “uma fé à base da incerteza”:

[...] a heroica fé que Sancho Pança teve com seu amo o Cavaleiro Dom Quixote de la Mancha [...] uma fé à base da incerteza, da dúvida. Isso porque Sancho Pança era homem, homem inteiro e verdadeiro, e não era estúpido, pois apenas sendo-o teria acreditado, sem sombra de dúvida, nas loucuras do seu amo. Que por sua vez tampouco cria nelas dessa maneira, pois tampouco, ainda que louco, fosse estúpido. Era, no fundo, um desesperado [...]. E por ser um heroico desesperado, o herói da desesperação íntima e resignada, por isso é o eterno modelo de todo homem cuja alma é um campo de batalha entre a razão e o desejo imortal. Nosso Senhor Dom Quixote é o exemplar do vitalista cuja fé se baseia na incerteza, e Sancho Pança é o do racionalista que duvida de sua razão²⁴⁰.

O empenho e a luta dos modelos de Miguel Unamuno são lembrados por Tristão de Athayde:

[...] a religião do quixotismo [...] aconselha o homem: “Procura viver em contínuo vértigo pasionalmente dominado por una pasión cualquiera. Solo los apasionados llevan a cabo obras verdaderamente duraderas y fecundas... Hagamos que la nada, si es que nos está reservada, sea una injusticia: peleemos contra el destino, aún sin esperanza de victoria”²⁴¹.

Assim, tal postura não significava uma relação de indiferença, soberba ou desprendimento, mas a marca de uma inquietação e insatisfação profundas de que o ceticismo era antes um sintoma do que uma solução.

Seguindo na avaliação da obra de Mário de Andrade, Tristão de Athayde aludia ao passado poético do autor da *Pauliceia Desvairada*:

O Sr Mário de Andrade, que agora perturba o despertar ou desperta o fel de tantos Sanchos indígenas, era poeta – imaginação, sentimento, técnica segura -, prontinho para figurar em sólidas antologias, onde os sonetos dormem respeitosamente, lado a lado, para desespero dos estudantes de gramática, para a insônia de algum varejista letrado ou para gáudio de algum letrado a varejo. Pesou-lhe, porém, a monotonia dos trilhos, tão do grado dessa literatura de horário certo, de que não temos aliás privilégio. Tentou a variação de um desvio. Mas os desvios levam muitas vezes ao isolamento, longe da linha-tronco. E resolveu então descarrilhar, com grave prejuízo dos horários organizados pelo Sr Luís Carlos²⁴².

O “descarrilamento” de Mário de Andrade significaria, finalmente, uma mudança real no horizonte poético da cultura intelectual brasileira:

Pauliceia Desvairada é tanto ou mais um livro de combate do que um livro de poesia. Não que deixe de conter poesia, e poesia profunda, vinda do íntimo e vinda da terra, poesia virgem e inquieta, que leva consigo toda a personalidade e não o simples devaneio. Mas acima disso, é um livro que rompe barreiras, que arrasta ou que afasta os tímidos e ignora onde termina a blague, onde principia a seriedade. A ironia, a sátira, a gargalhada, todos os recursos e portanto a própria injustiça são elementos desse lirismo sub e supra consciente. Exausto da lividez clorótica e da tímida melancolia de nossos pierrots, resolveu envergar arrogantemente a véstia de Arlequim, com que cobriu também, alegremente, o seu livro. E rompeu combate, pelo “seu” tempo, pela “sua” verdade literária.

O aspecto “eternista” de sua perspectiva fazia-o lembrar que tal desejo de ser de seu tempo, ser

²³⁹ Cf. UNAMUNO, Miguel de. *El sentimiento trágico de la vida*, p. 301.

²⁴⁰ UNAMUNO, Miguel de. *El sentimiento trágico de la vida*, p.122.

²⁴¹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1923, p. 1.

²⁴² ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

atual, era velho, de “antes que os nossos papagaios viessem nomear um continente e colorir, em cores vivas, o mapa de Cantido para Hércules D’Este” e cita o filósofo inglês Geoffrey Chaucer, que vivera no século XIV: “Take every man his turn as for his time”²⁴³.

Tristão de Athayde, entre o classicismo e o romantismo, esboça uma pequena reflexão sobre os critérios da crítica poética: “O poema é liberdade, clamaram os românticos, o poema é servidão, afirma o neoclassicismo de Charles Maurras. Não seria mais exato dizer que o poema é o poeta?”. E nos domínios das referências intelectuais inglesas, lembra a posição de Samuel Johnson, escritor e crítico literário do século XVIII: “Já o famoso Dr Johnson escrevera que o essencial, em poesia, não era submeter-se às regras, nem se revoltar contra elas, mas superá-las”. Tais palavras precedem à análise do “Prefácio Interessantíssimo”:

Não prega o Sr Mário de Andrade o libertarismo incondicional, que aliás só pode existir na poesia dos loucos. O que deseja é conservar ao estado lírico o máximo de sua frescura, de seu arroubo original. Em quarenta páginas de um “prefácio interessantíssimo”, que o é de verdade, no qual revela toda a agilidade viva e toda a sólida e leve erudição de seu espírito de revoltado consciente – expõe seu “desvairismo”.

Tal posição equilibrada estaria expressa nas seguintes palavras de Mário de Andrade:

A inspiração é fugaz, violenta. Qualquer empecilho a perturba e mesmo emudece. Arte, que, somada a lirismo, dá Poesia, não consiste em prejudicar a doida carreira do estado lírico para avisá-lo das pedras e cercas de arame do caminho. Deixe que tropece, caia e se fira. Arte é mondar mais tarde o poema de repetições fastientas, de sentimentalidades românticas, de pormenores inúteis ou inexpressivos. Arte não é, portanto, a desordem da consciência, mas a consciência da desordem original de sensações, de emoções, de evocações associadas²⁴⁴.

Tais reflexões ressoariam a primazia da inteligência notada por Tristão de Athayde como uma força que regeu a cultura intelectual brasileira desde finais do século XIX. O crítico nota como, “no estado de nossa evolução literária”, tratava o poeta de reivindicar a liberdade, ainda que com moderação: “Minhas reivindicações? Liberdade. Uso dela; não abuso”. O poeta, por seu turno, parecia abandonar as críticas ao “mestres do passado”: “Sou passadista confesso. Ninguém pode se libertar de uma só vez das teorias-avós que bebeu... livro evidentemente impressionista. Ora, segundo modernos, erro grave o impressionismo”.

Tristão de Athayde – e é a partir desse momento começa a corrida pela “atualização” incessante que os debates sobre o modernismo desencadearão - lembra que, antes da guerra, a crítica ao impressionismo era feita por Kasimir Edschmid, “um dos apóstolos expressionismo alemão”, e que “na França, o que se nota hoje, de fato, é uma volta à disciplina, sem sacrifício da renovação”²⁴⁵. O crítico cita algumas passagens de 1922 do poeta Tristan Derème²⁴⁶:

²⁴³ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária*, O Jornal, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

²⁴⁴ ANDRADE Apud. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

²⁴⁵ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

²⁴⁶ Tristan Derème (1889-1941) teria feito parte de um grupo de poetas que se deixavam influenciar tanto pelo simbolismo quanto pelo classicismo francês. Cf. RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*, p. 115-121.

Eis, por exemplo, o que escreve Tristan Derème, no prefácio de seu recente e delicioso *La Verdure Dorée*, “A matéria dada, a arte é toda escolha e indústria na reunião dos elementos escolhidos, habilitada no emprego das luzes diversas, que o poeta se compraz em esclarecer seu domínio. De maneira que, longe de se deixar afogar nos sentimentos, ele lhes avalia, lhes domina, os julga e os canaliza”²⁴⁷.

As referências seguintes operam como legitimação do lugar de fala do crítico:

Jacques Copeau²⁴⁸ pede uma “adequação entre a inspiração e a técnica”. Jules Romains faz um “Curso de Técnica Poética”. Falando de Paul Valéry, o puro artista dos *charmes*, evocam críticos os poetas da Pleiade. E Marcel Raval, no último número das *Feuilles libres*²⁴⁹, vê um sintoma de fim de era, nos balanços poéticos empreendidos por Epstein, Cocteau e Max Jacob: “A poesia não tem nada que ver com o progresso. Por se estar num momento cru, suscetível de vida e de movimento, ela tem de colher nesta pesquisa uma lição de humildade que a conduza dócil e flexível ao nosso manuseio”. A evolução literária é um pêndulo, repito, mas nunca um pêndulo inútil²⁵⁰.

Daí o crítico sentir-se à vontade para notar um “relativo atraso do sr Mário de Andrade em relação às tendências poéticas modernas”, sendo isso, porém, “um grande bem”, uma prova de sinceridade, fugindo das questões sobre mimetismo e originalidade:

É certo que o defeito orgânico desse modernismo, como foi do camonianismo, do arcadismo, do romantismo, do simbolismo, de todos os “ismos” (evitáveis) de nossas letras, é a sua transplantação. Convém, aliás, advertir que todas as evoluções literárias, ainda no que têm de mais local, de mais espontâneo, de mais original, mais ou menos se repetem em todos os países.

“Mestre de si mesmo”, na apreciação do crítico, Mário de Andrade teria, porém, os seus inspiradores que, entretanto, se colocariam, em geral, “acima das modas literárias, e cuja ligação é sobretudo a mesma ânsia de exprimir a vida moderna, em sua trepidação exterior e em sua inquietação íntima [...]”. Destaca-se as seguintes reflexões do autor:

A poética está muito mais atrasada que a música. Esta abandonou, talvez mesmo antes do século XVIII, o regime da melodia quando muito oitavada para enriquecer-se com os infinitos recursos da harmonia. A poética, com rara exceção até meados do século XIX francês, foi essencialmente melódica. Chamo de melódico o mesmo que melodia musical: arabesco horizontal de vozes (sons) consecutivas, contendo pensamentos inteligíveis. Ora, se em vez de unicamente usar versos melódicos horizontais... fizermos que sigam palavras sem ligação imediata entre si: estas palavras, pelo fato mesmo de se não seguirem e gramaticalmente, se sobrepõem, umas às outras, para a nossa sensação, formando, não mais melodias, mas harmonias²⁵¹.

Tal perspectiva seria explicitada no tratamento da decadência do rio Tietê, desde o período das monções até “as braçadas vulgares e inúteis de hoje, no clube de regatas: *Arroubos... Lutas... Cantigas... Povoar!*”. O crítico aí reconhece a capacidade sugestionadora de tais versos:

²⁴⁷ Citado em francês. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

²⁴⁸ Escritor e crítico teatral francês, fez parte do comitê de redação da *Nouvelle Revue Française* desde a sua fundação. Ao lado de Henri Ghéon, André Gide e Jean Schlumberger, estava entre aqueles que em certo momento demonstraram admiração e, por vezes, adesão às ideias de Charles Marras e da Ação Francesa. Cf. DAGAN, Yaël. *La nouvelle Revue française*, p. 113.

²⁴⁹ Revista parisiense dirigida pelo poeta e escritor Marcel Raval (1900-1956), dedicada às “letras e artes”, começou a ser publicada em 1918 e circulou até 1928. Cf. http://data.bnf.fr/32774875/les_feuilles_libres_paris/

²⁵⁰ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

²⁵¹ ANDRADE, M. Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

Vemos nele a ambição inicial dos bandeirantes, os perigos a vencer, os combates contra o indígena, as saudades sonoras de Taubaté ou São Paulo – onde haviam deixado o que permanece à beira de todas as torrentes; e, finalmente, a visão do futuro, o povoamento do deserto, a independência, a pátria²⁵².

O processo de “harmonia poética” era complementado pela “polifonia poética”, não se tratava da justaposição de palavras “soltas”, mas de frases complementares, como quando “dentro da névoa paulistana rompe o ronco de um motor: *A engrenagem trepida... A bruma neva...*”

O crítico retoma suas ideias sobre o elemento dinâmico em arte que, no caso da poesia de Mário, viria de um esforço de síntese que realizaria a perspectiva do poeta e crítico inglês Robert Graves, para quem haveria um “poder da surpresa que marca toda poesia verdadeira”²⁵³. O tema da “surpresa” é recorrente nas reflexões sobre a vida e a arte modernas, Charles Baudelaire considerava que “depois do prazer de ser surpreendido, não há outro maior do que o de causar uma surpresa” e, décadas depois, Guillaume Apollinaire: “O novo está todo na surpresa [...] É o que há nele de mais novo, de mais vivo”. O poeta Jean Pellerin, companheiro da Escola Fantasista de Tristan Derème, falava da “surpresa constantemente renovada que sugere ao leitor o sentimento da incoerência essencial da civilização e da vida moderna”²⁵⁴. A surpresa nos versos de Mário se daria pela “ressonância das associações”, esta característica enriqueceria sobremaneira o fazer poético, o que faz o crítico lembrar de certo intelectual inglês que faria algumas reflexões não muito distantes daquelas de Ezra Pound e dos imagistas²⁵⁵ anglo-americanos em sua admiração pelo ideograma²⁵⁶:

Certo orientalista britânico, apaixonado pelo Levante, afirmava ser o chinês a única língua em que a verdadeira poesia poderá ser escrita, em virtude da cadeia invisível de alusões contidas em cada palavra do idioma inesgotável e inacessível quase, do Celeste império. A poesia vale sobretudo pelo que retém e desperta²⁵⁷.

A polifonia de Mário se realizaria não nos sentidos, mas “pelo choque das palavras objetivamente, o que produz a incoerência, senão na inteligência, no esforço mental de apreensão, consecutivo à leitura ou à visão da arte”²⁵⁸. Se a experiência da surpresa era marca de um “espírito moderno”, por assim dizer, o choque tornou-se objeto de variadas interpretações pelos teóricos da vida moderna. Walter Benjamin situou o trabalho de incorporação (defesa) contra o choque como fundamento da poética de Baudelaire:

No caso do funcionamento frustrado da reflexão, produzir-se-ia o espanto, agradável ou (mais comumente) desagradável, que – segundo Freud – sanciona o fracasso da defesa contra os choques. Este elemento foi fixado por Baudelaire numa imagem crua. Fala de um duelo no qual o artista, antes de sucumbir, grita de espanto. Este

²⁵² ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

²⁵³ Cf. GRAVES, Robert. *On english poetry*. New York: Alfred A Knopf, 1922, p. 24.

²⁵⁴ Cf. RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*, p. 205; 127.

²⁵⁵ Sobre imagistas ver: FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 159-171.

²⁵⁶ “A estrutura ideogrâmica uma das chaves do método e da própria poesia de Pound”, conforme apreciação de Augusto de Campos. Cf. POUND, Ezra. *Abc da Literatura*. São Paulo: Cultrix, 1970, p. 10.

²⁵⁷ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

²⁵⁸ ANDRADE Apud. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

duelo é o processo mesmo da criação. Portanto, Baudelaire colocou a experiência do choque no coração de seu trabalho artístico²⁵⁹.

Georg Simmel, por seu turno, situa a “defesa contra os choques” da vida nas metrópoles como uma das principais razões para a formação da subjetividade urbana, do homem metropolitano, excessivamente intelectualizada a fim de o proteger das solicitações recorrentes aos sentidos: “A reação aos fenômenos metropolitanos é transferida àquele órgão que é menos sensível e bastante afastado da zona mais profunda da personalidade. A intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana”²⁶⁰. Segundo esta visão, o intelectualismo tornou-se uma forma de relacionamento no interior da vida na metrópole, constituindo, na verdade, um mecanismo de defesa:

Se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores quanto as da cidade pequena, onde se conhece quase todo mundo que se encontra e onde se tem uma relação positiva com quase todos, a pessoa ficaria completamente atomizada internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável²⁶¹.

O choque provocado pela poesia de Mário de Andrade falaria, no espírito da pauliceia, antes à inteligência que aos sentidos, exigindo a “leitura atenta”:

Só a leitura artificial, desatenta ou inepta é que pode ver nessa arte moderna a simples extravagância [...]. O que há é o desejo de desarticular o aparentemente fundido para novamente articular uma realidade muito mais ampla, com elementos diversos, mas em geral convergentes e cujo disparate é apenas aparente ou transitório. A lógica pode ser um empecilho à verdade da arte, que é de caráter diverso da verdade da natureza, pois entre as duas existe o transformador da inteligência humana, que altera pelas sensações e intensifica pelas associações. A lógica é mesmo frequentemente a maior inimiga da naturalidade. E do abuso da lógica provém muitas vezes essa impressão irresistível de artifício que a arte produz. Alinhar pode ser trair²⁶².

Neste primeiro artigo, as considerações de Tristão de Athayde voltavam-se quase exclusivamente às questões teóricas que envolviam o livro de Mário de Andrade. O crítico preocupa-se em demarcar o lugar que deveria ocupar a obra na cultura intelectual brasileira:

Poesia de ação, quando estamos habituados a poesia contemplativa. Poesia do presente, quando estamos habituados a poesia prolongada no tempo ou na distância – outras eras, outros sóis, outros olhos. Poesia de simultaneidade, quando estamos habituados a poesia do tema único, com variações secundárias. Não admira, portanto, a surpresa de uns, a revolta de outros, o desdém ou a gargalhada grosseira e paradoxal das múmias.

Talvez com alusões à Semana de Arte Moderna, ele reconhece o valor de ambos os lados:

A revolta contra as revoltas literárias não é simplesmente um sinal de atraso mental, como convém aos inovadores crer. [...] A vaia é, ao mesmo tempo, uma consagração e uma legítima defesa. O nosso mal não é a vaia, mas antes o medo de vaiar e o medo de ser vaiado. Desconheceu-o o Sr Mário de Andrade, e, outro valor não tivesse a sua obra, teria o de quebrar corajosamente as convenções, o de rasgar novas janelas,

²⁵⁹ BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*, p. 44.

²⁶⁰ SIMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental* (1902). In: VELHO, Otávio Guilherme (ORG). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 13.

²⁶¹ SIMMEL, G. *A Metrópole e a Vida Mental* (1902). In: VELHO, O G (ORG). *O Fenômeno Urbano*, p. 17.

²⁶² ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

embora fossem para os mesmos horizontes²⁶³.

Mas a originalidade do autor superaria o ímpeto inovador, pois a sua *Pauliceia Desvairada* possuiria “uma intensidade de vida, uma trepidação de movimento, uma variedade de sugestões, como ainda ninguém tinha expresso e muito menos por essa forma”. O crítico não deixa de lembrar que, apesar disso, trata-se de São Paulo e “o defeito desse impressionismo é chegar ao regionalismo urbano, de modo que seu livro só pode ser compreendido em seus pormenores, em suas alusões constantes às coisas locais, por um paulista ou habitante de lá”. Ressaltava-se o fato de a inovação da obra de Mário não se enfeixar nas descrições da cidade moderna:

“Escrever arte moderna” diz ele com razão no seu admirável e inteligente prefácio, “não significa jamais para mim representar a vida atual no que tem de exterior: automóveis, cinema, asfalto. Se estas palavras frequentam-me o livro não é porque pense com elas escrever moderno, mas porque, sendo meu livro moderno, elas tem nele sua razão de ser. [...] há no meu livro e não me desagrada, tendência pronunciadamente intelectualista”.

Tristão de Athayde continuava sua apreciação em artigo seguinte, de uma maneira que ele nunca havia feito antes, não pela divisão da análise em textos subsequentes, mas pelo esforço teórico de precisar os significados e a riqueza de uma obra que viera a lume nestes quase quatro anos como crítico literário militante no *O Jornal*. Além de aumentar cada vez mais a produção editorial, de São Paulo viriam as “vozes dos novos cantos”. Na *Pauliceia Desvariada*, o crítico pontua os juízos sobre o “livro de combate”:

Aceitá-lo integralmente seria confundir os meios com o fim, que o próprio poeta distingue no poema final da obra, quando a sua “loucura”, depois de todos os esgares da luta impiedosa travada contra “os orientalismos convencionais”, contra “as senectudes tremulinas” e contra “os sardanapilários indiferentes”, entoa a deliciosa “cantiga de adormentar”, que cai sobre o campo ardente de batalha como um orvalho cheio de frescura, molhando as fontes latejantes das “juvenilidades auriverdes”²⁶⁴.

A esta passagem que glosa os trechos que compõe “As juvenilidades auriverdes”, cita-se os versos do poema “Minha Loucura” que sucedem os primeiros:

Chorai! Chorai! Depois dormi!
Venham os descansos veludosos
Vestir os vossos membros! ... Descansai!
Ponde os lábios na terra! Ponde os olhos na terra!
Vossos beijos finais, vossas lágrimas primeiras para a branca fecundação!
Espalhai vossas almas sobre o verde!
Guardai nos mantos de sombra dos manacás os vossos vagalumes interiores!
Inda serão um sol nos oiros do amanhã!
*Chorai! Chorai! Depois dormi!*²⁶⁵

O crítico destaca no livro a esperança celebrada, “o amor pela terra verde de café”, com fê renovada e otimismo nacional. Haveria o apelo nacional no sentimento brasileiro, mas, acima de tudo, de paulistanidade que beiraria, como dissera anteriormente, a certo regionalismo.

²⁶³ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923, p. 1.

²⁶⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

²⁶⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

Elogia-se os contrastes que marcariam a capital, figurados no poema “Domingo”:

*Missas de chegar tarde, em rendas, e dos olhares acrobáticos...
tantos telégrafos sem fio!
Santa Cecília regurgita de corpos lavados e de sacrilégios picturais...
Mas Jesus Cristo nos desertos,
mas o sacerdote, no “confiteor”... Contrastar!
- Futilidade, civilização²⁶⁶.*

Tristão de Athayde ressalta os aspectos contraditórios da cidade explicitados pelo poeta:

*S Paulo! Comoção de minha vida.
Galicismo a berrar nos desertos da América!*

O crítico sintetiza tal aspecto enumerando a presença da temática em vários poemas que constituem a *Pauliceia Desvariada*:

“O Trovador”, “A Escalada”, poema forte e vibrante de vida sintética dos imigrantes que vêm enriquecer a Pauliceia, caluniada e miraculosa; “Rua de São Bento”, “O Rebanho”, “O Domador”, “Colóquio Sentimental”, excelente de vida vivida e sugestão; “Paisagem nº 4”, além do poema final “As Enfibraturas do Ipiranga”, são todos inspirados num conflito interior de sugestões de que salta a centelha, espontânea, aguda, colorida²⁶⁷.

Na conclusão, Tristão volta a precisar a originalidade dessa obra que “longe de ser mero futurismo de imitação, como se espalha, é um livro que procura o que há de novo nesta civilização americana que tentamos, o significado literário de cem anos de independência”. A crítica termina com uma apreciação sobre o lugar do livro na cultura intelectual brasileira:

[...] representa o livro uma corajosa clarificação de tendências, uma visão poderosa da vida atual e de todos os contrastes da civilização moderna, uma reação necessária contra a asfíxiante rotina das formas consagradas, e sobretudo, uma tentativa de originalidade literária brasileira, ainda presa demais ao urbanismo talvez, para poder alcançar uma realidade mais vasta, mais cheia de força, de possibilidades, de inteligência conquistadora. [...] Nem há fórmulas de arte; o necessário é que cada artista se procura a si mesmo. E o encanto a vida literária é justamente a diversidade e o jogo das personalidades. O Sr Mário de Andrade é um homem de muito espírito para não compreender tudo isso, assim como viu que em seu livro a blague se entrelaçava à seriedade. Seja como for, vale por toda uma vanguarda.

Acerca do romance *Alma*, primeiro volume da trilogia intitulada *Os condenados*, de Oswald de Andrade, Tristão de Athayde considerava o autor como uma estreia “fora do comum”. Não era uma estreia. Porém, como dissemos acima, apesar da campanha futurista, estes intelectuais, especialmente Oswald e Mário de Andrade, não eram tidos como autores de obras conhecidas. O crítico lança mão de comparações entre escritores modernos para ilustrar o lugar que ocuparia a obra do romancista: “Mais sereno, porque apenas construtivo, está para o Sr Mário de Andrade como um conto de Paul Morand para um poema de Cocteau, ou um romance de Joseph Conrad para um poema de T S Eliot”. Além disso, a obra do “sereno” Oswald viria ao encontro das expectativas do crítico em relação ao romance no Brasil:

Os Condenados!, livro novo e de sempre, livro profundo! “A literatura de hoje não

²⁶⁶ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

²⁶⁷ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

pode ser uma joia a cinzelar mas uma comunhão pessoal com a vida a exprimir”, escrevia eu em minha penúltima crônica. E nenhuma obra podia realizar mais integralmente o meu pensamento que este admirável romance do Sr Oswald de Andrade, primeiro pão de um tríptico que há de marcar indelevelmente em nossas letras. Como estamos longe, aqui, do romance pitoresco, que procura, com a novidade dos costumes, encher o vácuo da alma, do romance arquitetado, que revela a cada passo os mistérios transparentes da estrutura, do romance de luxo, em que só interessam ao romancista aquelas “almas de duzentos mil francos de renda”, de que falava Mirbeau. Temos aqui um livro de carne e osso, se é possível dizer. Um livro, cuja personagem máxima e nunca ausente é o Destino... e é por isso que uma grande angústia desce em nós, ao fecharmos a página final deste prelúdio sombrio, de uma ronda de vida²⁶⁸.

Tais elogios não encontraram muita ressonância na fortuna crítica dessa obra que, segundo Antônio Cândido, Wilson Martins e Haroldo de Campos, cada qual reiterando o juízo do outro, tratava-se de “um romance falho como estilo, como criação de personagens, como expressão de humanidade”²⁶⁹. Para Tristão de Athayde, porém, a coisa era distinta. Ele se comprazia na destinação infeliz das personagens, talvez por ver aí o espírito trágico que compartilhava:

Pesa sobre as criaturas desse romance a condenação da matéria. Nenhuma delas conhece a libertação. E esse tema da volta à fatalidade é como um dobre implacável lembrando a argila de que é feita a nossa fugaz espiritualidade. Não existe, entre esses pobres escravos de si mesmos, uma vontade que consiga passar da rebelião instintiva, realizando-se. Alma – assim se chama a figura central dessa galeria palpitante de verdade vazia de literatura – não é uma encarnação, não é um tipo de viciada ou de amorosa, não é predestinada às grandes tragédias. É uma mulher, uma simples mulher, que passa da ingenuidade infantil a todas as humilhações da carne, sem que o mais leve artifício literário altere a profunda naturalidade e a tragédia silenciosa da transformação. Sacrificada em sua paixão, entregando-se ao namorado de outrora, por compaixão e pela sentimentalidade nunca vencida em seu coração honesto e frágil. Saciada do bem, como do mal, entrega-se então, por interesse, a outro desses filhos do instinto, que lhe fazem abominar dia a dia os homens. Já então luzira, em seu calvário descendente, o consolo de uma maternidade palpitante: voltava, por um momento, à infância a sua alma apenas desvirginada. Mas o destino velara, e o último raio da inocência perdida foi aconchegar-se em seu pobre coração como uma saudade irreparável a mais. E quando, ainda uma vez voltou ao apaixonado fiel de todos os momentos, confiante, talvez, na ilusão impossível de uma reabilitação definitiva um engano fatal fez transbordar a resignação exausta daquele outro ‘condenado’, e um crepúsculo rápido de dor desce sobre este prólogo pungente de humanidade em carne viva. Até aqui, o que já de eterno no livro – esse embate de paixões, essa escravidão da matéria, esse ergástulo de almas que é a vida.

A história de *Os condenados* é a trajetória dessa Alma, adolescente que percorre a vida extática da São Paulo dos anos 1920. Seduzida pelo cafetão Mauro Glade, sedutora do romântico João do Carmo, amante do rico engenheiro Tales de Melo, mãe de dois filhos mortos precocemente, um abortado e o outro, Luquinhas, vitimado de colerina, ela permanece, enquanto tudo morre ou desaparece a sua volta. Antônio Cândido assim traça as limitações da obra:

As pessoas neste livro são pequenos turbilhões de lugares-comuns morais e

²⁶⁸ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

²⁶⁹ Cf. CANDIDO, Antonio. Estouro e libertação. *Brigada Ligeira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004, p. 14. Considerações semelhantes em MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. (1915-1933). Vol. VI, p. 278; CAMPOS, Haroldo de. Miramar na mira. In: ANDRADE, Oswald de. *Obras Completas*. Vol 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972, p. XL.

intelectuais; o processo do autor consiste em acentuar violentamente as suas banalíssimas qualidades, afogando-os definitivamente na retórica. Literatos baudelairianos, caftens desalmados, flores de vício, velinhos sofredores, funcionários ridículos -, todos são de uma coerência espantosa com os traços convencionais que os constituem. Feitos de um só bloco, sem complexidade e sem profundidade, não passam de autômatos, cada um com a sua etiqueta moral pendurada no pescoço. Reina um convencionalismo total do ponto de vista psicológico²⁷⁰.

O fato, porém, de a heroína (aliás, na passagem de Cândido não há uma definição para a protagonista, “flor de vício”, talvez) após tantas desventuras “morais” continuar ao fim da obra e, talvez, com um novo pretendente à vista, destoa do lugar comum que à mulher coube até o romance dos anos 1930 em que lhe era reservado apenas o papel de esposa ou prostituta como notamos em momento anterior. De qualquer forma, não há dúvida que o romance é um interessante contraponto entre uma São Paulo nascente e otimista, pronta a “conduzir o país”, e aquela pintada pelo escritor em traços decadentes e viciantes. Nas últimas passagens do livro, a pauliceia desvairada é invocada com o fim do romântico João do Carmo: “E desvairada Pauliceia, as carroças rodando nos viadutos, silhuetados em aço pelos relâmpagos curtos... Silêncio! Um homem vai morrer, voluntariamente, vitoriosamente...”²⁷¹. Mário da Silva Brito destacou como o livro foi considerado imoral por revelar uma São Paulo que desagradava os orgulhosos da capital emergente e tinham de ver a cidade infestada por nomes que não eram aceitos na vida social cotidiana e, muito menos, na *urbs* literária: cáften, caftina, *rendez-vous*, bom macho, burrada, gigolô, gado, *cabaretier*, rachar a despesa, trouxa, rabicho, fêmea, femeação, saiazar²⁷². Aí aquele “olhar por debaixo do verniz” de que tratamos anteriormente e que fazia o sucesso de certas obras literárias. E, ainda segundo Brito, há de se destacar:

[...] o caráter urbano e cosmopolita da *Trilogia*, a topografia paulista e paulistana em que se desenvolve, o censo e o recenseamento de sua população fictícia, a constituição social dos personagens que nela habitam - em linhas gerais integrada pela burguesia, uma ascensional e outra em declínio; pequenos funcionários, públicos ou particulares; os representantes dos diferentes meios artísticos; modestos trabalhadores autônomos, que vivem de biscates; capitalistas e defensores da ordem pública; profissionais liberais; mais o *lumpen-proletariat* do que o proletariado propriamente dito.²⁷³

Conforme pontua Antônio Cândido, no romance *A Revolução Melancólica*, publicado vinte anos depois, Oswald continuaria, no que diz respeito à sua técnica, “fielmente o cinematografismo e a síncopa de ‘Os Condenados’”²⁷⁴. Tal “cinematografismo” fora destacado por Tristão de Athayde, assim como o investimento estilístico do autor:

O que há de novo, sobretudo, é o estilo, é a expressão pessoal dessa comunhão com

²⁷⁰ CANDIDO, Antonio. Estouro e libertação. *Brigada Ligeira*, p. 15.

²⁷¹ ANDRADE, Oswald. Alma. *Obras Completas*. Vol I. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975, p. 104.

²⁷² Cf. BRITO, Mário da Silva. O aluno de romance Oswald de Andrade. In: ANDRADE, Oswald de. *Alma*. São Paulo: Globo, 1990, p. 13.

²⁷³ BRITO, M da S. O aluno de romance Oswald de Andrade. In: ANDRADE, O de. *Alma*, p. 27.

²⁷⁴ CANDIDO, Antonio. Estouro e libertação. *Brigada Ligeira*, p. 22.

a vida, em sua verdade essencial, em sua sombra inexorável. Nem as amplificações majestosas do romantismo, em que se comprazia a imaginação em vestir de sedas e rendas a realidade. Nem as intermináveis descrições do naturalismo, falsas à força de verdade minuciosa e de complacência no insignificante. Nem os requintes decadentes do simbolismo, em que um fim de era procurava quintessências para matar o tédio e sacudir nervos esgotados. Nem mesmo as hesitações, os desvios, as alusões veladas do *humour*. Nada de supérfluo. A palavra tomada em seu valor exato e incisivo. A realidade, temas e episódios, possuída em bloco no espírito e procurando realizar-se sem artifício, com o máximo efeito na maior simplicidade. É a grande economia de força literária. É literatura de ação, em ação²⁷⁵.

O elogio, mais que à simplicidade, à economia da força literária, à síntese expressiva é um tema que se tornará cada vez mais recorrente na crítica literária e artística do século XX no Brasil. Conforme nota Haroldo de Campos, “da ‘magreza estética’, do estilo ‘gago’ de Machado de Assis, numa certa linha rastreável de evolução, à escritura telegráfica de Oswald de Andrade, marcada pela metonímia cubista”²⁷⁶. Neste primeiro romance de Oswald de Andrade, o que os críticos Haroldo de Campos e Antônio Cândido percebem, aliás, tida por eles como única novidade do livro, é a escrita cinematográfica. Sobre o tema, considerava Tristão:

O leitor colabora com o autor. Tem a ilusão de que vai criando também, e vive melhor a vida do livro e vai tendo a ilusão de que o romance é também seu, pelo que vai descobrindo nas entrelinhas, nas palavras isoladas que desprendem ondas sonoras de significação, como cordas tangidas no silêncio. E o efeito é admirável, de força partilhada, de emoção transmitida, de uma imensa realidade contida em essência. Há muito que a divisão forçada de capítulos vem mostrando que frequentemente trai a naturalidade da ação. Ou a continuidade sacrifica a variedade ou esta parcela e diminui a intensidade daquela. Neste livro, suprimiu o Sr Oswald de Andrade a capitulação convencional e consegue comunicar à narrativa uma vivacidade que de outra forma perderia. Procura a simultaneidade das ações de forma a conservar à vida e ao ritmo do pensamento a sua marcha original. A ordem de exposição lógica está muitas vezes em contradição com a desordem aparente dos acontecimentos e das ideias. Sente-se nesta reação contra a ordem artificial, a influência do cinema como a proclamou Epstein ou como a ensaiou também Jules Romains. Consegue, mesmo sem as dissonâncias do Sr Mário de Andrade, uma simultaneidade de ação superior à que se poderia realizar na tela, pois a palavra sugestionadora não está sujeita às contingências da teatralização prévia, a que se vê forçado o cinema²⁷⁷.

O crítico cita uma passagem que conta o abandono de Alma pelo “amado explorador”:

Fez do braço um travesseiro humilde... Que adiantava adoecer? Um barulho levantara-a. Mauro andava lá dentro. Um arrepio começou-lhe no ventre, subiu. Foi perdendo a energia inteira. Até a força dos olhos glaucos caiu... Estava sem saliva... e doía-lhe o coração de vinte anos. Ele continuava a andar, a mexer nos móveis alugados... não iria decerto... Bom! Lindo! Em meio das lágrimas, um irreprimível sorriso confessou-se... Cão! mesmo assim, queria-o tanto! Ia sair, ia sair, ia sim, deixá-la... Andava no tom decididos dos sapatos americanos... ia... Uma calma de novo na casa sonora... um arrastar de cadeira... ia... um arrepio... Não ia... estava se demorando... que fosse! Não... se tivesse escutado! Calma de novo... Ia... presentiu que ia mesmo... esticou-se toda de bruços, querendo alongar-se como uma cobra até a rua... Tapou os ouvidos depressa e escutou perfeitamente, implacavelmente, o

²⁷⁵ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

²⁷⁶ CAMPOS, Haroldo de. Arte pobre, tempo de pobreza, poesia menos. *Metalinguagem e outras metas*. São Paulo: Perspectiva: 1992, p. 223.

²⁷⁷ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

barulho estalado da porta fechando-se²⁷⁸.

Ele reconhecia no romance de Oswald de Andrade o seu aspecto sensivelmente trágico:

Como se vê, o romance é uma obra profunda, de humanidade e intensamente aguda de expressão. Lembra, por vezes, pela compreensão trágica e ao mesmo tempo serena da matéria social contemporânea – esses russos modernos, ainda tão mal conhecidos entre nós, e que estão perpetuando a tradição incomparável dos seus antecessores: Tchekhov, Bounine...²⁷⁹

Tal associação com os russos renderá uma discussão epistolar com Mário de Andrade²⁸⁰. Cabe notar que, apesar da empolgação do crítico com o romance de Oswald de Andrade, alguns consideravam como decepcionante um livro que vinha como concretização da campanha futurista feita meses antes. Conforme Wilson Martins, “a crítica literária da *Revista do Brasil* falava da ‘decepção profunda’ que tinham sido ‘Os condenados’ e ‘O homem e a morte’ para os que haviam antecipado como obras revolucionárias: eram ‘livros sólidos, passadistas, sem nenhuma extravagância’”²⁸¹. Tristão de Athayde assim sintetizava o significado das três obras:

Se o Sr Mário de Andrade, através de todos os excessos desejados e passageiros de sua cruzada combativa, procura uma expressão poética nova da civilização brasileira do século XX – se o Sr Oswald de Andrade penetra a realidade social de hoje, tomando ainda da vida em sua força coletiva, e com um senso de universalidade -, mantém-se o Sr Menotti del Picchia, neste poema em prosa, na pura vida subjetiva, ainda muito tocado de simbolismo²⁸².

A obra deste último, que já contaria com quase dez anos de atividade intelectual, estaria sempre a evoluir. E a referência encontrada pelo crítico, agora, é a comparação do estilo que sempre vibra “cordas de uma lira irisada e fagulhante, como uma página musical de Stravinsky”. Com o horror das repetições e da vulgaridade, o poeta cantaria a vida das:

[...] verticalidades, e toda negação do que rasteja. A “Morte” desta sua “tragédia cerebral” não é a figura soturna e lúgubre que a Idade Média nos legou, mas uma mulher deslumbrante de vida e de mocidade, cujos lábios destilam o hidromel irresistível de um amor sempre renovado e fulminante. A vida mais intensa é sempre o desejo de uma afirmação impossível.

A expressão “tragédia cerebral” é empregada pelo próprio Menotti del Picchia para caracterizar seu livro narrado em primeira pessoa pelo protagonista Homem que vive envolto com Kundry. Esta seria a morte e o amor do homem, conforme passagem de Picchia: “O Homem, para possuir a Vida, precisa destruir a Vida. O que ele ama no fundo da vida é aquilo que a vida não é... o homem no fundo da vida, ama a Morte”²⁸³. Num jogo de símbolos e alegorias que incluem faunos, sátiros, a própria Kundry, homônimo da sedutora personagem da ópera “Parsifal” de

²⁷⁸ ANDRADE, O. Apud. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

²⁷⁹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

²⁸⁰ Tristão de Athayde, em mais de uma ocasião, advogou a relação mais profícua que os brasileiros poderiam ter com a intelectualidade russa contrapondo-a à francesa. Neste sentido, Mário de Andrade lhe escrevia: “Acho o caminho russo positivamente ruim e até impossível. Fico abismado até quando vejo tanta gente boa, inteligente, criticamente, falar que Os Condenados do Oswald parecem Dostoievski. É tão diferente mas tão que nem posso compreender”. Cf. Carta de Mário de Andrade a Tristão de Athayde, 23-12-1927, acervo CAAL.

²⁸¹ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. (1915-1933)*. Vol VI, p. 277.

²⁸² ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

²⁸³ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

Richard Wagner, o poeta buscava, segundo o crítico, dar conta desse desejo do impossível:

Esse amor pelo Além, tão deliciosamente objetivado na carne ardente de Kundry, tentou Críton, o arquiteto, objetivar na arte, pela criação de seu sonho interior de beleza. E morreu, também, ao desprender-se a criatura do seu criador, alheia a ele, possuída pela carícia dos elementos e pelos olhares dos outros homens. Sempre a loucura ou a morte, espiando na orla da floresta sombria das vidas, que rastejam e se confundem na penumbra²⁸⁴.

Kundry, como na obra de Wagner, tem aí também o seu jardim que conforme a caracterização do crítico comporia uma das passagens expressivas do estilo gongórico abraçado pelo poeta que, porém, faria o que era antes decorativo constituir agora sua “vida intensa e ofuscante”:

Os relâmpagos lívidos pareciam adagar decepando nuvens em fuga... As ondas de apalpavam com suas mãos de água... A noite, feita de farrapos de nuvens e punhados perdidos de estrelas... Kundry, nua, flagelada pelos ventos, gritava... Sua voz mal roçou o silêncio... A tarde caminhava com passos de brisa... O sol decepava, como um alfanje de ouro, as cabeças pensativas do tinhorões tristes... Os galos viajavam, longe a tragédia da noite que findava... O velho parque onde, como de repuxos, jorrava o tédio estrídulo das cigarras... A lâmina do horizonte degolara a cabeça sanguinolenta do sol... A aurora invisível canta na garganta dos galos escarlates²⁸⁵.

Conforme Daniel Faria, a obra de Menotti contou com entusiasmo de Mário de Andrade:

Naquele momento o livro foi apresentado por Mário de Andrade como um dos pilares da reação literária promovida por *Klaxon* e seus colaboradores²⁸⁶. Juntamente com *Os Condenados*, de Oswald de Andrade, e *Epigramas Irônicos e Sentimentais*, de Ronald de Carvalho, o texto de Menotti perfazia, na perspectiva de Mário, a proclamação da independência da literatura brasileira²⁸⁷.

Ao se deparar com obras tão diversas entre si, Tristão terminava sua análise elogiando Menotti del Picchia e destacando o caráter eclético do “movimento modernista de São Paulo”:

É o poeta esplêndido e livre, em todo o seu sonho de beleza, que escreve neste livro, simbólico e irrealista, a tragédia interior de sua ânsia impossível de libertação. O movimento modernista de São Paulo, como vemos, não cerceia a personalidade, tão diferente, de cada um destes três autores. A escola só existe onde não há talento. E há mais que talento nestes três criadores. Há uma renovação²⁸⁸.

Os artigos dedicados aos escritores de São Paulo renderam ao crítico do *O Jornal* a sua filiação “oficial”, por assim dizer, ao movimento. Já em meados de 1922, Osvaldo Orico dizia que Tristão de Athayde havia acabado de “aderir ao pensamento moderno”²⁸⁹. Menotti del Picchia, sem dúvida o nome que naqueles anos mais falou em futurismo, Semana de Arte Moderna e bandeira paulista, apenas quatro dias após às análises do crítico, comentava:

[...] verdadeira vitória da gente nova paulista foi a sagração feita aos seus chefes pelo notável crítico Tristão de Athayde, acatado hoje no Rio de Janeiro como uma das mais notáveis autoridades críticas do país. Suas palavras, no ‘Jornal’ sobre as obras capitais do “movimento de S. Paulo” são de molde a desacoroçoar todas as múmias

²⁸⁴ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

²⁸⁵ PICCHIA Apud. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1

²⁸⁶ Wilson Martins alude a um primeiro dissenso entre Mário de Andrade e Oswald de Andrade justamente acerca dessa crítica, pois o último não concordava com os elogios feitos pelo primeiro especialmente à obra de Menotti. Cf. MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. (1915-1933)*, p. 277.

²⁸⁷ FARIA, Daniel. *O mito modernista*, p. 35.

²⁸⁸ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923, p. 1.

²⁸⁹ ORICO, Osvaldo. A elegância da nova crítica, *América Brasileira*, Ano I, jul. 1922, p 20.

que ainda passam por gente viva no mercado das múmias...²⁹⁰

Este artigo foi conservado por Tristão, revelando, talvez, a importância que tais palavras podem ter significado para ele em algum momento.

Naquele mesmo ano de 1923, porém, o crítico revelava que sua concepção acerca do moderno, talvez nem tanto do modernismo, era mais complexa do que a celebração futurista que parecia ecoar de São Paulo. Ao analisar a obra *Luz Mediterrânea* do poeta carioca Raul de Leoni, Tristão de Athayde reforçava, mais uma vez, os significados de clássico, mas, desta feita, incorporando as novidades literárias que vieram a lume naqueles últimos meses:

Ao passo que alguns poetas novos pedem, com razão, luz americana, mergulha o Sr Raul de Leoni a raiz de sua inspiração nesse Mediterrâneo sutil e aventuroso. Seu livro é tipicamente europeu e exprime, melhor que qualquer dissertação erudita, toda uma face de nossa fisionomia. Não há nele nada de americano, nada de brasileiro, nada dessa mescla mental que caracteriza nossa cultura. É um livro de espírito universal, sem a menor correção, sem a mínima influência do meio novo, dos novos ideais, da nacionalidade peculiar em formação. Filho de uma cultura greco-latina, recuperada no humanismo do Renascimento, conservou intata a herança do espírito clássico. E, adversário de todo romantismo, e de todo excesso, avesso a toda originalidade que implique a negação de suas origens, impregnado de arianismo, guarda nos seus versos a pureza extrema da sua tradição mental e de seus ideais estéticos. O espírito clássico do Sr Raul de Leoni é a própria feição do seu espírito que exprime, naturalmente, por uma forma, em geral moderna, ampla, vasada em rima pobre ou inexistente, de ritmo caudaloso ou imprevisto e musicalidade apenas interior²⁹¹.

Dessa forma, o crítico revelava sua simpatia para com um autor que parecia estar em desacordo²⁹² com aquilo que ele mesmo falava sobre a orientação moderna da arte literária brasileira, ou seja, seu olhar nacional, realista, antes iconoclasta que tradicionalista etc. Acerca do classicismo de Raul de Leoni, Tristão de Athayde avalia que:

[...] No livro do Sr Raul de Leoni há classicismo, e não academismo. Se não cria novas formas estéticas, se não procura uma expressão nova da civilização que estamos levantando, se não representa absolutamente esta necessidade anárquica, mas espontânea e rica, de renovação literária, que vemos surgir com a nova geração, se repudia, integralmente, ao menos nesse livro, toda forma de americanismo, deixando-se prender cada vez mais pelos velhos laços europeus não se contenta absolutamente com a beleza convencional ou com as formas obsoletas, criando, pelo contrário, uma poesia espontânea e moderna em sua exposição impregnada de sensibilidade aguda e de pensamento profundo²⁹³.

Dessa forma, o moderno encontrava-se com o clássico sem a mediação vanguardista. A

²⁹⁰ Helios. Crônica. Na estacada, *Correio Paulistano*, São Paulo, 25 jan. 1923, p. 4.

²⁹¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1923, p. 1.

²⁹² A crítica de Tristão de Athayde é propícia para, por um lado, se relativizar o que a historiografia literária parece ter afirmado sobre o fato de a obra do poeta ter sido “esquecida pela crítica, sobretudo no momento da publicação, quando *todas* as atenções voltam-se para as rupturas promovidas pelos poetas modernistas” (grifo nosso). Por outro lado, ela revela a contradição entre uma obra de sucesso, reeditada reiteradas vezes, e seu “esquecimento” crítico e historiográfico subsequente, na medida em que Tristão de Athayde, apesar dos elogios, irá explicitar as contradições entre Raul de Leoni e seu tempo. Cf. MELLO, Ana Maria Lisboa de. A posição de Raul de Leoni na história da lírica moderna brasileira, *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n° 4, dez. 2006, p. 58; ALCIDES, Sergio. Introdução. In: LEONI, Raul. *Luz mediterrânea e outros poemas*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

²⁹³ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1923, p. 1.

identidade da poesia de Raul de Leoni, conforme o “Pórtico” de seu livro, é assim descrita:

*Alma de origem ática pagã,
Nascida sob aquele firmamento,
Que azulou as divinas epopeias,
Sou irmão de Epicuro e de Renan,
Tenho o prazer sutil do pensamento
E a serena elegância das ideias*²⁹⁴

Tristão de Athayde percebe aí uma tendência a fazer das ideias objetos de malabarismo, ou seja, reconhece no poeta uma expressão viva daquele ceticismo, cada vez mais questionado, que marcaria parte da cultura intelectual brasileira. Sua poética conduziria a uma constante reiteração da “convicção de uma inanidade do pensamento”. O poeta faz uma apologia do instinto prefigurada na concepção que visaria apenas o prazer na relação formal com as ideias:

*De tudo então, ficou somente em mim
O pavor tenebroso de pensar
Por que as ideias nunca tinham fim...
Que mais resta da fúria malograda?
Um bailado de frases a cantar...
A vaidade das formas... e mais nada...*

Ainda que considerado de qualidade “superior”, não sendo mero “sibaritismo vulgar”, mas expressão de uma “crença nessas ideias eternas e grandes, que são toda a nossa humanidade e não um simples devaneio espiritual”, o crítico via como ultrapassada tal postura:

Há nesse livro, de um verdadeiro poeta tão elegante e puro de formas, tão harmonioso em pensamentos, tão cheio de sensibilidade velada e nunca desmedida, a expressão muito peculiar ao estado de espírito em que se formou a adolescência de nossa geração impregnada de dúvida, saturada de renanismo e de epicurismo, educada na palavra de ouro e de seda de Anatole France, herdeira do ceticismo amável que nos legaram os predecessores. Hoje, parecerá, talvez, um livro de ontem²⁹⁵.

Tristão de Athayde, apesar dos elogios a Raul de Leoni, parece começar a dar um adeus a si mesmo. Ele não deixa de apelar, mais uma vez, ao sentido angustiante que marcaria a destinação da sua geração: “A tragédia interior de nossa mocidade já não parece ser a desilusão pessoal e a resignação sorridente na harmonia das formas, mas a luta entre a afirmação e a negação que se trava em nós”. Lembra, então, as palavras do poeta francês Charles Louis-Philippe, numa espécie de epitáfio da *Belle Époque*: “Acabou a doçura de viver: os tempos da paixão chegaram”. Ironicamente, este trecho enfeixa aquele reivindicado por Sérgio Buarque de Holanda sobre a “necessidade dos bárbaros”²⁹⁶. Os versos do jovem poeta seriam passados:

O drama da nossa consciência hoje é sobretudo a luta ardente da inércia dessa ironia sedutora, desse afastamento, desse ceticismo risonho que amava “todas as ideias”, contra a força viva de uma clarificação de tendências, de uma nova confiança em

²⁹⁴ LEONI Apud. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1923, p. 1.

²⁹⁵ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1923, p. 1.

²⁹⁶ “Agora, precisamos de bárbaros. É preciso ter vivido muito perto de Deus sem tê-lo estudado nos livros, é preciso ter uma visão da vida natural... Começa hoje o tempo da paixão”. Cf. RAYMOND, M. *De Baudelaire ao surrealismo*, p. 55; HOLANDA, Sérgio Buarque de. ...Il faut des barbares (1922). In: BOAVENTURA, M E (org). *22 por 22*. São Paulo: EdUSP, 2008.

ídolos derrubados. Em alguns o drama já cessou; mas em quase todos ainda é ardente a luta. Nem sei se algum dia poderá ter fim. E de qualquer forma esse livro, fino e profundo, há de ficar não somente como obra de beleza, mas também como o espelho de uma época²⁹⁷.

Na mesma ocasião, o crítico analisara a obra de Prado Kelly, *Alma das coisas*. Kelly foi premiado aos quinze anos e recebera elogios do crítico anteriormente. Desta feita, porém, mais que as esperanças, a certeza do crítico não teria sido realizada:

A própria orientação poética está na lógica da que fora anteriormente indicada. Apenas, sente-se neste segundo livro a cristalização do sentimento, a repetição de processos, a monotonia dos efeitos, o artifício convencional dos ornatos. Consumido por esse desejo de perfeição, que foi em tempo tão necessário em nossa poesia, e produziu tantas obras-primas, mas de que se tem abusado à saciedade, acontece que fez um livro friamente parnasiano, hierático, solene, quase sempre distante, apesar de todo o calor panteísta que espalha por seus versos. Livro que parece mais esculpido do que criado repetindo frequentemente certos clichês de efeito, as eternas sutilezas, que a princípio interessam e mesmo encantam, mas logo cansam quando sentimos que se transforma em “processo” [...].

O poeta continuara o mesmo, o crítico é que começava a modificar sua visão de mundo. Em suas apreciações finais sobre o livro de Prado Kelly, se não relativiza o seu “eternismo”, ele começa a ter dúvidas sobre a pertinência de eternos há muito já assentados, por assim dizer:

Pesa-me ver tanta força poética desperdiçada em temas repetidos, em sonetos inevitáveis, em comemorações conhecidas, com todo o séquito do convencionalismo e da beleza artificial, do eterno panteísmo, do eterno sensualismo que justamente por serem eternos nunca perdem quando esquecidos por algum tempo [...]. Que lhe falta então? Com deve orientar-se? Não compete aos críticos dizer-lho, pois não lhe falta talento para descobrir em si mesmo o segredo de um novo esplendor, que não lhe altere a intuição poética, o momento inicial, a essência da poesia, mas ir para adiante, renovar-se, criar uma beleza nova e não convencional e esmaltada meditando o conceito eterno de Rodó: “*Reformarse es vivir*”.

Na dedicatória do livro *Dança dos Pirilampos*, Osvaldo Orico assim se expressava: “A Tristão de Athayde, ao novo Tristão – que se libertou das velhas frases acadêmicas, e enfrenta hoje o alto pensamento da vontade sem algemas e da arte sem dogmas”²⁹⁸. Talvez por isso o crítico optou por analisar a obra de Orico juntamente com a conferência do modernista português Antonio Ferro²⁹⁹, *A cidade do jazz-band*. Na ocasião, também foram abordados os livros *Fonte Carioca*, *Arlequim* e *Penso, logo... Eis isto* do humorista Bastos Tigre, que assinava como D Xicote. Era um daqueles artigos em que os autores abordados pareciam servir como pré-textos para que o crítico pudesse traçar alguma tese geral. A tristeza era um dos temas:

Para nós brasileiros parece que o riso é impróprio do homem. “Muito riso, pouco siso”, sentença que se incute em nosso espírito desde a mais tenra infância, primeira advertência da longa lição de melancolia que é a vida aqui, entre o delírio ardente do sol, o coro despreocupado das cigarras do estio, a exuberância dos verdes e a velhice precoce de todas as faces³⁰⁰.

²⁹⁷ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1923, p. 1.

²⁹⁸ ORICO, Osvaldo. *Dança dos pirilampos*. São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1923. Acervo CAAL.

²⁹⁹ Sobre Ferro Cf. SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português*. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações. Campinas: Unicamp, 2004, p. 165-181.

³⁰⁰ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1923, p. 1.

O crítico considerava que “felizmente, nem só de clima e da terra nos vem o riso, como nem só do esgotamento humano nos vem o sorriso”³⁰¹ e que “o homem se diverte a contrariar as teorias que os homens edificam”, não devendo ser causa de surpresa o sucesso dos humoristas. E os modernos seriam, no Brasil, continuadores da tradição humorística do país:

Reação contra a melancolia habitual de viver, como reação contra a tristeza literária encontramos nos livros dos nossos modernistas, a quem a praga dos mediocres ou dos céticos não consegue asfixiar. Modernos são, cheios de vida nova, os Sres. Antônio Ferro e Osvaldo Orico, aquele, aliás, uma das figuras mais originais e representativas da nova geração portuguesa, e que por aqui passou o ano passado numa conferência sonora e frenética que ora se publica. Ambos modernos, ambos moços, ambos cheios de talento inovador e cansados de repetir, ambos pregando alegria. Mas, no mais, um verdadeiro contraste entre eles.

A oposição entre os dois autores é expressa da seguinte maneira:

Enquanto o Sr Antônio Ferro, chocalhando as palavras como guizos, faz ruidosamente a apologia da vida exteriorizada, de vida ao sol, vibrante, colorida, agitada, da vida vulgar, do sibaritismo contemporâneo, reclama o poeta sutil e delicado que se revela o Sr Osvaldo Orico, em versos alados:

*Ama os meus versos, pois eles são como um favo
de doçura – ninguém conhece, infelizmente,
o que a gente deixou guardado como travo.
O pensamento esconde tudo, alegremente.
Ninguém sabe o que vai nas pétalas vermelhas,
nem conhece o amargor que vem doirado e flavo,
no trabalho paciente e suave das abelhas.*

A oposição entre sertão e litoral parece ganhar uma atualização em torno do modernismo:

Ondula livremente, sem preconceito de forma, ao sabor da brisa interior, que balança brandamente os seus versos, sem rumor ou apenas em surdina, como que a medo de despertar a eloquência sonora ou o pessimismo amargo, que dormem em todos nós, como peso da condição humana. Mas o *jazz-band* polifônico e sem alma do Sr Antônio Ferro pretende quebrar todo esse encantamento de asa que faz sorrir a superfície quieta da lagoa, de garça arisca que pisa de leve o chão verde, de abelhas tontas e de vaga-lumes rasgando a sombra, como estiletos de fogo. É o áspero rumor dos *dancings*, o rascar irritado das violas, os silvos finos e os pratos claros, toda essa orquestra em delírio que faz duvidar do silêncio, confunde guinchos de palhaços com estertores de coma, e apaga das paredes com sofreguidão todos os *Mane-Thecel-Phares* da nova humanidade que surge da miséria, da velha humanidade que se refugia nos templos. “A Europa envelheceu, teve um abaixamento de vez com as emoções da guerra”.

Não se trata, porém, de optar entre as duas estéticas, mas reconhecer onde reina o artifício, condenado pelo crítico, e onde se estabelece a relação mais autêntica com a modernidade. O *jazz-band* torna-se o símbolo da nova cultura que não é vista positivamente:

A Europa lembrava um soprano lírico em decadência. Foi a América quem lhe valeu, quem lhe injetou nas veias murchas a vida artificial do *jazz-band*. Sejam alegres, sejam despreocupados, sejam arlequins. Fora com os pierrôs, fora com o luar – esse insuportável alvaiade... “Infantilizemo-nos”, clama enfaticamente, cheio de infantilidade aventureira e de modernidade epidêmica. Nessa dogmática apologia do “artifício” encontra o Sr Antônio Ferro uma das características da Idade Moderna –

³⁰¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1923, p. 1.

que Paul Morand³⁰², com muito mais modernidade real e sem sombra de artifício, fixou indelevelmente em suas extraordinárias águas-fortes literárias³⁰³.

Fenômeno internacional, a jazz-band era uma ocorrência que chamava a atenção dos mais diversos setores. Instituída como signo da “geração atual”, a chamada “jazzmania” podia ser associada a doenças endocrinológicas que, por sua vez, seriam as verdadeiras causadoras de alguns “sensacionais crimes da atualidade”, conforme noticiavam os jornais:

A rapariga endoidece pelo jazz, que mata, que envenena, que chora, é uma vítima da pressão do seu sangue, dizem alguns investigadores. E esta pressão do sangue é geralmente o resultado das glândulas tiroides superestimuladas ou congenitamente anormais³⁰⁴.

Tais investigações encaminhadas por médicos norte-americanos conseguiram fazer com que um juiz decidisse pela internação da jovem Dorothy Ellington, que assassinara a própria mãe, ao invés de enviá-la para uma penitenciária. Criou-se um tipo, a “rapariga do jazz-band” (Jazz Girl), que intrigava cientistas. Começara-se, então, a estudar a:

Era do Jazz, a era do modernismo e do futurismo, da mesma maneira, por que estudam culturas microscópicas através de uma lente. Nos últimos dois anos, por exemplo, aumentou nos Estados Unidos uma estranha mania entre as raparigas, a mania de fugir de casa³⁰⁵.

Haveria uma “cultura do jazz-band” que parecia evidenciar a formação de uma nova sociedade.

O escritor alemão Thomas Mann também mantinha reticências em relação à onda americana:

Nós vivemos numa época em que a fidelidade intransigente algumas vezes nos irrita: uma verdadeira época de bandas de jazz, cujos heróis são o campeão de boxe e as estrelas de cinema, e estes revelam todos os detalhes de suas grandes orgias. Orgias espetaculares e divertidas, admito. Certamente seria filistino e pequeno-burguês esbravejar contra os novos tempos³⁰⁶.

As reflexões do crítico, porém, não seriam esse esbravejar ou, pelo menos, não se restringiriam a ele. Tratava-se da reflexão sobre a questão secular acerca da relação entre arte e natureza, a questão da mimesis³⁰⁷, que a oposição entre naturalidade e artifício trazia latente:

A natureza existe, está aí à vista de todo o mundo, não oculta as suas belezas. O homem, cada um de nós, se realiza nela, mas em face dela. Copiar a natureza, imitá-la, é uma inutilidade, é repetir o que está feito e repetir o mal, porque a voz do vento não pode ser reproduzida, como é única e infinita de recursos a luz do sol. Só resta ao homem realizar por si o seu sonho de beleza: é a arte. A arte não deve, portanto, imitar, deve criar, procurando o homem tirar de si os elementos dessa criação. É incontestável a possibilidade que pode conter essa fecunda concepção de arte, contanto que seja ultrapassada, e não permaneça apenas no preconceito. A natureza existe para o homem, como este só é homem por ser um momento de natureza. Naturalidade e artifício no fundo se confundem. Não há limites fixados, não há caracteres inconfundíveis. É tudo um jogo de sombras, uma ronda de entretons. Haverá nada mais artificial do que uma cattleya, com aquela gradação de vermelhos

³⁰² Escritor, poeta, dramaturgo e diplomata francês. Cf. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926*, p. 412.

³⁰³ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1923, p. 1.

³⁰⁴ Um interessante problema social e científico: serão todas as perturbações da jazzmania causadas pela glândula tireoide. *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 12 jul. 1925, p. 1.

³⁰⁵ Cf. Um interessante problema social e científico: serão todas as perturbações da jazzmania causadas pela glândula tireoide. *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 12 jul. 1925, p. 1.

³⁰⁶ MANN Apud. GUMBRECHT, H U. *Em 1926*, p. 73.

³⁰⁷ Sobre o tema cf. ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 387.

que assombra, com aqueles lábios recortados como apenas conseguiram igualar os mais ágeis dedos femininos, com aquela transparência de tecido, inacessível à análise, porque a síntese dos seus elementos é por assim dizer orgânica? E o esplendor dos crepúsculos tropicais, quem perante eles não pensou em como parece ilusória essa possibilidade prodigiosa de mentir divinamente, das palhetas humanas? E nem sempre uma orquestra straussiana ou stravinskyana será superior em variedade aos ruídos do silêncio na floresta tropical, ou à voz de uma cidade em trabalho, que é natureza, como natural é o rumor de uma multidão em revolta ou o vento. A natureza sabe criar a ilusão do artifício como o homem chega à naturalidade, porque artifício e naturalidade se confundem, sem se anular, contudo³⁰⁸.

Tristão de Athayde procurava definir teoricamente alguns pressupostos que deveriam caracterizar a produção artística moderna, abandonando o conceito tradicional de *mimesis* como cópia, para atualizar o sentido relacionado à produção associada a uma subjetividade criativa.

Esta última seria sintoma dos processos de emancipação do indivíduo na modernidade:

Mais efêmero do que negar a natureza, só o preconceito de circunscrever-se a ela. Existe na arte moderna, entre os elementos de rejuvenilidade que os megatérios insistem, naturalmente, em negar, uma conquista ao menos que há de ficar, quando a arte moderna ceder à nova arte moderna de amanhã: é o esplendor da deformação. A arte foi, quase sempre, para nós, segundo a herança greco-romana do nosso pensamento, uma tendência à harmonia. A natureza era a desordem que o homem podia disciplinar pela arte. A arte era a supressão do disforme; era, por essência, uma conformação. O homem moderno, por agudeza de engenho ou por originalidade mórbida, por decadência ou requinte, um pouco por tudo isso, sentiu que a escala não bastava, que as formas visíveis não esgotavam as invisíveis, que o silogismo não exprimia todo o pensamento. E chegou à dissonância na música, à deformação na plástica, à sugestão alógica na poesia. A literatura não é apenas filha das condições sociais, como se julgou algum tempo, mas sobretudo das condições intelectuais. As condições sociais modernas, suscitando o individualismo e o ambicionismo, provocaram esse delírio de egotismo que a loucura do *jazz band* tão sugestivamente evocada pelo Sr Antônio Ferro põe em foco.

Neste processo de desenvolvimento das condições intelectuais modernas, Tristão de Athayde ressalta a própria crítica à ciência e ao racionalismo como componente da realidade nova:

As condições intelectuais modernas, todavia, ainda concorreram mais para os novos horizontes literários. Bergson já tinha mostrado, pelo recurso à intuição, que a razão pura não lhe bastava. Depois dele, Bertrand Russel ou Wittgenstein procuraram mostrar que a lógica aristotélica já não lhes parecia suficiente para toda a ambição analítica do conhecimento e chegam à “logística”, à “filosofia como ciência do possível” à totalização da vida mental, de forma a insuflar novas modalidades ao pensamento, dando-lhe uma flexibilidade e uma fluidez, que o tornam talvez mais obscuro, mas, possivelmente, mais sutil e humano.

Note-se, portanto, que o tecido reflexivo criado pelo crítico abordava diferentes matrizes da cultura intelectual: filosofia, arte, história e sociologia são modalidades de pensamento que ele procura articular em suas apreciações. Tristão de Athayde lembra passagens do livro *Le subjetivisme* do escritor anarquista nascido na Argélia, Han Ryner³⁰⁹ (pseudônimo de Jacques

³⁰⁸ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1923, p. 1.

³⁰⁹ Sobre recepção das ideias de Han Ryner no Brasil ver: RAGO, Margaret.

“Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabri.” Disponível em: <<http://www.nusol.org/agora/pdf/margarethrago.pdf>>.

Élie Henri Ambroise Ner), mas radicado na França:

O homem é um tecido que de forma alguma se analisa sem um pouco de mentira e de destruição. Há o conhecimento e a crença no terreno onde mergulham as raízes da ação; e é necessário ao conhecimento e à crença um princípio ativo. O gênio atinge uma precisão harmoniosa apenas na refletida luz do pensamento; e um esforço constante e feliz em direção à ciência pressupõe uma disciplina da vida³¹⁰.

O princípio crítico que mantém distante a possibilidade de chegar-se a um ponto final do conhecimento ou, como diz o crítico, “a verdade, sempre inatingível, recua sempre, mas nós não recuamos e esse é o consolo, a verdadeira fé”, não poderia ser, entretanto, razão para se abandonar a orientação racionalista e intelectualista da disposição humana. O crítico procura expor tal perspectiva no interior da história da arte e do pensamento modernos:

As correntes mais modernas da literatura são filhas da logística, mais que da anarquia contemporânea. Todos procuram quebrar a rigidez dos moldes convencionais, por uma aproximação - ilusória e mínima, mas confiante e vencedora – dessa verdade que refuga, para nosso bem, ao nosso conhecimento. Apenas não deram ainda hoje as letras uma figura como Einstein para as ciências. “A dificuldade de compreender a teoria da relatividade não está tanto em aprender quanto em desaprender”, dizem os que a entenderam. É o que acontece, igualmente, no nosso mundo literário. O obstáculo em compreendermos a riqueza da deformação é libertarmos o nosso espírito da sedutora harmonia em que educamos os sentidos. Mas sabemos que o que não se explica é muitas vezes a explicação exata de que a arte que tudo diz é uma arte que tudo cala à nossa inteligência e sensibilidade; que a perfeição modelar é a negação da verdade, sempre imperfeita, dessa verdade que é apenas uma marcha para a Verdade, que é um elo, um degrau, uma doutrina ou um poema. Por isso mesmo não creio absolutamente que a originalidade fecunda dos artistas modernos esteja em negar a natureza, senão em descobrir novas fórmulas de expressão dessa comunhão crescente da vida real e imaginária, da arte e do artifício, do silêncio inato e da agitação numerosa, que a vida de hoje comunica ao nosso espírito. “Impedir a arte de se nutrir em uma fonte qualquer é secar todas as fontes ao mesmo tempo”, escreve admiravelmente esse mágico Elie Faure³¹¹.

Tristão de Athayde defendia, assim, uma concepção abrangente do moderno que não deveria valer-se de preconceitos e restrições, mas manter-se aberto a todas as fontes. E aí compreendemos onde se encontram os pirilampos e a jazz-band: “Tão moderna é a vibração exterior e selvagem dos *jazz-bands* vulgares, como o requinte destilador dos mundos íntimos. O contrário seria apagar os pirilampos do Sr Osvaldo Orico”. O humorista Bastos Tigre enfeixava tais reflexões com a nota cética, mas não complacente, que era marca recorrente: “[...] paradoxal ou truista, imprevisto e vulgar, mas sempre vivo e sempre agudo, sempre lúcido, mudo ou sorrindo, passando rasteiras garotas nos ridículos encartolados, sem por isso negar o calor do ideal: ‘Ri dos sonhadores; mas experimenta se é possível realizar os seus sonhos’”³¹².

O ponto de chegada, por assim dizer, das reflexões de Tristão de Athayde neste primeiro período que denominamos como “tempo da dúvida” pode ser reconhecido em uma de

³¹⁰ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1923, p. 1.

³¹¹ Autor francês dedicado à história, crítica e teoria da arte. Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1923, p. 1.

³¹² Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1923, p. 1.

suas últimas críticas feitas antes da interrupção de sua atuação em *O Jornal* entre agosto de 1923 e fevereiro de 1925. Trata-se de um elogio à representação da peça *Seis personagens à procura de um autor* do dramaturgo italiano Luigi Pirandello:

Comédia, disse eu, mas comédia no verdadeiro sentido em que Dante empregou a expressão “Comédia”, que fere mais duramente, que penetra mais a fundo nos tecidos da vida que a mais trágica tragédia. Um tema... não há *um tema*. Há o tema por excelência, de todos aqueles que, em qualquer tempo, tentaram criar. A tragédia do artista que se sente senhor da vida, mas, ao mesmo tempo, incapaz de dar vida a toda a verdade, a toda a sutileza da verdade que ele mesmo não sabe bem exprimir a si próprio. E, no caso, não é a tragédia do criador que vivemos, mas a dor da criatura, da *personagem*. Criada, ou melhor, concebida no espírito do homem audaz, que quer ser Deus, a personagem se destaca dele, vai viver sua vida, sua vida de fantasia. Vida de fantasia, vida de realidade. Onde o limite? Somos o que nos julgamos ser. Se da matéria só os fenômenos nos atingem – do espírito, do espírito que é o homem mesmo (pois a carne não é mais do que o espírito da matéria), desse espírito conhecemos uma realidade ainda mais fugaz, cambiante, sutil, do que os fenômenos da matéria. Porque esta, ao menos, é uma coisa em si. Na matéria existe uma coisa em si, que não sabemos qual seja, mas que, se acaso tivesse consciência de si mesma, saberia ela qual a sua realidade real³¹³.

Nessa reflexão sobre as (im)possibilidades de conhecimento de si e do mundo, o crítico percebia na peça a fugacidade dos saberes e da própria representação que os homens fazem de si mesmos:

A consciência é apenas a visão interior, misteriosa, do que refuga em nós mesmos à ideia de fixidez, de determinação. Somos o que é o espírito, o que nos parece o espírito – uma ronda imponderável e intangível de imagens e de pensamentos, que conseguimos, muitas vezes, fixar, mas fixar ilusoriamente. Porque cada um de nós é sempre outro, a cada momento, e a luta que sentimos em nosso íntimo é a dessa multiplicidade que procura incessantemente a sua unidade interior, para a vida viva do espírito.

A encenação, que tinha na atriz italiana Vera Vergani uma de suas protagonistas não buscava a originalidade por si mesma, mas a alcançaria pela sua “admirável cena de verdade e dor”.

Segundo o crítico, os contrastes eram a feição principal da peça por ele descrita:

[...] o contraste entre o realismo do início, quando assistimos, nos bastidores de um teatro, aos preparativos de um ensaio, e a chegada imprevista daquelas seis personagens falidas como a dor, e trazendo no luto do vestuário o vestígio recente da morte, que passou entre elas; o contraste entre o sarcasmo irônico daquele punhado de atores e a tragédia incompreendida, que estraçalha o coração daquelas seis criaturas, fundidas entre si, como os elos de uma cadeia, pela fantasia macabra e irrealizada de um artista; o contraste entre a verdade antiteatral daquele horrível drama de família, que as personagens pretendem recriar em cena, e o cabotinismo dos cômicos que se esforçam por encarnar as vítimas da tragédia, mas falsificam a verdade e não conseguem sair de si mesmos. E próprio contraste entre a Mãe, imagem da fatalidade sofredora das criaturas todas de bondade, o Filho legítimo, soturno como a moral inflexível e sem piedade, o pequeno bastardo, cujo silêncio é o remorso de uma culpa inexistente, mas sempre atribuída uns aos outros, todos esses de uma humanidade rigorosa e concentrada – e de outro lado o Pai e a Filha bastarda, odiando-se como espíritos impenetráveis, vivendo intensamente a comédia que lhes rasga o peito, e mais mediocrementemente humanos, querendo reviver e completar no palco a tragédia que o seu criador deixara inacabada, esboçada apenas em sua fantasia. Tudo isso parece nebuloso e obscuro. Eu é que sou nebuloso e obscuro, pretendendo prender em algumas palavras a onda de vida, de sofrimento, de

³¹³ ATHAYDE, Tristão de. Pirandello, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1923, p. 1.

humanidade, que Pirandello conseguiu fazer palpitar num palco – que não é um palco – durante algumas horas de arte verdadeira. Porque a arte verdadeira nem sempre é a arte pura. A arte pura será quase sempre uma beleza distante. A arte que Pirandello criou nessa página tão humana, não é pura, e por isso mesmo é mais, talvez, do que se fosse pura. É a arte que se mistura realmente com a vida, com o nosso espírito, na realidade das criaturas. E mais uma vez é preciso voltar ao tema inflexível do contraste, que é, talvez, a grandeza maior desse drama. A dor que é toda dor parece que se esfuma; perde-se em sua totalidade. Mas a dor muda, que vive ante o desprezo e o sarcasmo, como a das três criaturas silenciosas; a dor que chega à própria degradação de se exibir, sem perder, contudo, a consciência do seu mal incurável, como a do Pai e da Filha – essa dor parece que reponta com mais horror, porque ressalta de uma negação³¹⁴.

Mas questões menos filosóficas parecem ter tomado a atenção do crítico que aproveita a ocasião para tratar de outra atração do espetáculo, a plateia de teatro no Rio de Janeiro daquele tempo:

Uma boa senhora lamentava o dinheiro perdido, pois viera ver uma tragédia, “os italianos não dão para a comédia” (a boa senhora ria muito, depois deve ter-se desconsolado) e caíra naquilo. Outros soltavam sonoras gargalhadas a torto e a direito, como se tudo aquilo fosse impagável. Uma dama se indignava que o teatro estivesse quase cheio: “Só porque fez sucesso em Paris. Tudo esnobismo”; dizia com certa razão, sem dúvida. E muitos outros sorriam com superioridade das “maluquices” de Pirandello.

Ronald de Carvalho irritado com a falta de público nos concertos de Villa Lobos falava em “decadência da plateia carioca” e sobre o teatro tornar-se “um lugar de conversa, de encontros amáveis, de intrigas sibilinas, onde há uma orquestra e meia dúzia de cantores, tal qual como nos restaurantes de luxo”³¹⁵. Segundo Carvalho, “a maioria da nossa plateia contemporânea é incapaz de julgar uma obra de arte” e, frente ao bovarismo reiterado, incentivava Vila Lobos:

Não desanime, porém, o sr Villa-Lobos. Dê os seus dois últimos concertos, embora para os cem admiradores que tem ido ao Municipal, pois, quando voltar da Europa, consagrado pelos elogios do estrangeiro, pelos aplausos de Varsóvia ou de Bucareste, serão dois mil os seus entusiastas. Infelizmente, a nossa moeda artística depende, como a fiduciária, do câmbio meteca.

No caso da crítica de Tristão de Athayde a Pirandello, além de seus vizinhos de poltrona, houve outras manifestações contrárias. Maria Belo assume honestamente não ter compreendido bem a peça:

Onde a verdade? Que tentou dizer Pirandello? Na sua confusão macabra de cômico e trágico, e que é um velho processo do humorismo, não desejaria, apenas, intrigar e atordoar o espectador incauto? A sua estranha concepção não caberia, porventura, nas regras eternas da técnica literária e teatral? Acredito que todos nós, que assistimos a comédia de Pirandello, o sr Tristão eu, o vizinho divertido do sr Tristão [...] fomos vítima duma nova “duperie” [...]. A inteligência do sr Tristão de Athayde, confessadamente simpática às formas, mais ou menos obscuras, da arte nova, futurismo, penumbrismo, impressionismo e não sei que mais, e que a mim se me afiguram simples sintomas duma triste decadência literária [...]. A inferioridade do meu exclusivismo, que ainda não pode sair da linha que vem de Montaigne a Anatole France, clara, precisa, geométrica, responderia negativamente³¹⁶.

³¹⁴ ATHAYDE, Tristão de. Pirandello, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1923, p. 1.

³¹⁵ CARVALHO, Ronald de. A decadência da plateia carioca, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1922, p. 1.

³¹⁶ BELO, José Maria. Pirandello, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1923, p. 1.

Ele termina por lembrar as verdades clássicas que iriam de encontro a tais “coisas novas”:

Atenea é mais implacável das deusas. Ela não perdoa nunca os atentados dos bárbaros contra a sabedoria das suas regras de verdade e de beleza clara, simples e medida, e que são as únicas que resistiram e resistirão, incólumes e eternas, no alto da Acrópole, às injúrias loucas dos homens e dos séculos...³¹⁷

Tristão de Athayde responde a Maria Belo com um artigo que começava já por comentar a reivindicação da autoridade antiga: “No século XVI, [...] quando Sá de Miranda provocava a consciência estética do país, surgiu também, em Portugal, a crítica literária na pessoa de Antonio Ferreira, em seus versos pregava a submissão servil à antiguidade”³¹⁸:

*... o inculto, o fero
Em si só confiado não me apraz:
Eu, Musas, a vós sigo, em vós espero.
Cantei na arte, trabalho, tempo e lima.
Fizeram aqueles nomes tão famosos,
Por quem a Antiguidade se honra e estima.*

Retomam-se as reflexões sobre o mal do classicismo academicista e reitera-se que a “arte é expressão e a beleza um êxtase do espírito”. Questiona o que seria de Shakespeare e da literatura inglesa, dos escritores russos, de franceses como Rabelais e Marcel Proust, de “toda a literatura e toda a arte espanhola, misto impuro de cristianismo e de arabismo, produto, portanto, de um hibridismo inconciliável com a clara simplicidade ática”. Comenta, afinal, que:

Do Oriente, então, nem falemos, porque conservou intacta a sua extravagante personalidade, expressa em uma arte que é a negação dos modelos clássicos. E da nossa pobre América, então? Dela só podemos guardar aquilo que imitou aos modelos herdados, em que obedeceu às regras eternas do mosaísmo estético e estático. Da literatura brasileira, coitada, varra-se tudo o que tentou humildemente fazer de um pouco seu. – e os apóstrofes do Navio Negreiro irão encontrar no Limbo do ostracismo “Os Sertões”, de Euclides da Cunha.

Tais argumentações serviam para afirmar o sentido do artigo: “O encanto da arte é a multiplicidade. A beleza é movimento e variedade, sempre a mesma e sempre diversa”. E o critério da originalidade a partir do nacional é, mais uma vez, reiterado:

Cada continente, cada povo, cada um de nós, deve procurá-la, não como moldura passiva para uma tela indiferente, mas como expressão de vida e sangue da nossa alma, nessa avidez de recriar eternamente um mundo à imagem do nosso espírito que nos reconcilie com o mundo a imagem dos nossos olhos, em que a ironia da fatalidade nos faz nascer. Foi isso o que Pirandello, como tantos outros, nos revelou, por alguns momentos fugazes. Não há fórmulas de beleza. O seu esplendor é a multiplicidade.

Maria Belo respondera afirmando que Tristão exagerara as posições do primeiro e considera que: “Não desejaria nunca que repetíssemos servilmente as formas da beleza helênica. Acredito, no entanto, que dentro das regras eternas de harmonia, proporção e graça, de que ela é a expressão suprema e eterna, cabem todas as inspirações pessoais”³¹⁹. Toda a reflexão sobre

³¹⁷ BELO, José Maria. Pirandello, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1923, p 1.

³¹⁸ ATHAYDE, Tristão de. A beleza múltipla, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1923, p 1.

³¹⁹ BELO, José Maria. Arte antiga e moderna, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1923, p 1.

deformação em arte que o crítico de *O Jornal* vinha expondo não encontra ressonância em Maria Belo que, por sua vez, encerra o debate dizendo que ambos poderiam estar com a verdade.

Nesse ano de 1923, Tristão de Athayde irá interromper por mais de um ano a sua atividade de crítica literária em *O Jornal*. A defesa da “Beleza Múltipla” ia, ainda, em acordo com uma sociedade múltipla também que, conforme veremos a seguir, será menos um valor a ser defendido do que um dilema acerca das condições políticas e culturais que não param de demandar soluções. O tempo parecia, cada vez mais, ser sentido como uma pressão e, ainda em 1923, ao comentar sobre a voga do regionalismo, o crítico diz que “por aquele tempo, pouco depois, temeu-se o perigo regionalista, pela direção que ia tomando nossa literatura, atraída pela preocupação nacionalista em voga”³²⁰. A expressão “por aquele tempo” é utilizada aqui para se falar de três anos passados, revelando a forma como o presente parecia, cada vez mais, diluir-se frente aos acontecimentos que se sucediam. Em uma de suas memórias, Tristão de Athayde dizia que:

[...] em 1922, com a Semana de Arte Moderna, de que eu não tomei parte diretamente, mas tomei indiretamente, e aí, isso que foi a posição, realmente, a minha posição em relação ao modernismo foi como um crítico que tinha começado três anos antes [...] com uma certa abertura de espírito, mas com uma certa seriedade também. A minha posição e a importância que eu possa ter tido a esse tempo foi ter tomado a sério o modernismo, essa é que a verdade³²¹.

O crítico cada vez mais tomará a sério não só o modernismo como várias outras esferas da cultura intelectual brasileira, fazendo da angústia uma de suas características mais patentes.

³²⁰ ATHAYDE, Tristão. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1923, p 1.

³²¹ “Dr Alceu”. Direção: Heloisa Buarque de Holanda. [s.l.] Embrafilme, 1981.

Intermezzo: O Espetáculo da coluna da angústia e da esperança

A coluna distende-se e prossegue pelo atalho angustioso, furando a floresta rumo da salvação.
“*Episódios da Coluna Prestes*”, 1926.

Em 1925, quando Tristão de Athayde voltara à atividade periódica depois de pouco mais de um ano de interrupção de sua coluna de crítica literária semanal, o *O Jornal* estava já consideravelmente modificado. Desde 2 de outubro de 1924, o nome de Assis Chateaubriand passou a encabeçar a primeira página do veículo que noticiava a mudança da seguinte maneira:

[...] renunciou ontem o lugar de diretor desta folha o Dr Renato de Toledo Lopes. Renato Lopes fez, em curto lapso de tempo, uma definitiva reputação de homem de imprensa. O JORNAL foi em 1919, ao raiar da luz branca da paz, uma ousada tentativa de ressurgimento, no Rio de Janeiro, da imprensa doutrinária [...]. Assumiram interinamente a direção da Empresa Gráfico Editora, os Sres. A Cruz Santos e A Chateaubriand, os quais deverão convocar a assembleia geral, destinada a escolher os diretores efetivos. A nova direção escolheu para redator chefe o sr Dr Saboia de Medeiros¹.

Em outra apresentação, os novos proprietários do *O Jornal* afirmavam o prosseguimento em sua orientação “conservadora” e “para a direita”:

Um grupo de homens de boa vontade, animados pelo desejo ardente de prestar serviço ao país, no momento grave que passa e em que tem de enfrentar a resolução de problemas delicadíssimos, do qual dependem os seus destinos, escolheu adrede este jornal para órgão e instrumento da ação que lhe ditam os seus sentimentos patrióticos. [...] Parece-lhes [...] que a situação social e política da nação brasileira está a reclamar uma ação mais enérgica e decidida, um “coup de barre” mais vigoroso para a direita, um combate mais renhido contra os males e vícios que atacam o organismo nacional e lhe ameaçam a existência. Essa orientação conservadora, importa, claro está, em prestigiar a autoridade em seu princípio mesmo, enquanto autoridade, responsável pela coisa pública, sem que, entretanto, este respeito indispensável lhe tolha a liberdade justa e necessária de assinalar os erros e desvios possíveis na direção dos negócios públicos. [...] A todas as reformas sociais há que aplicar os princípios daquele “empirismo organizador” de que fala Charles Maurras, e que implica numa ação reformadora constante, perseverantemente seguida, com decisão e energia, mas com tato, moderação, prudência e delicadeza: uma ação perscrutadora para adotar as leis e regras diretivas às realidades e continências da vida social. [...] O JORNAL pretende servir e defender o interesse nacional; não o interesse de uma classe ou de um partido, mas o interesse comum, aquele “bem comum” que é o objeto e a única razão de existência das comunidades políticas².

Esta passagem pode ser vista como um segundo manifesto do *O Jornal*, de forma que se o primeiro ressaltava a orientação democrática e liberal, o último se comprometia com princípios da ordem e da direita política, inclusive com citações do nacionalista reacionário Charles Maurras. Ironicamente, Jackson de Figueiredo, que tanto escreveu sobre o intelectual francês, não colaborará nesta segunda fase do *O Jornal*. Figueiredo, aliás, teria participado da censura

¹ EXPEDIENTE, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 out. 1924, p 1.

² PELA REAÇÃO CONSERVADORA, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 out. 1924, p. 1.

policial no governo Bernardes que intervira, inclusive, nas páginas de *O Jornal*.

Os artigos de Assis Chateaubriand delineiam as novas orientações do veículo, assim como a sua expansão de páginas, colaboradores, patrocinadores, campanhas, propagandas, intervenções na vida pública etc. situava o jornal entre os maiores do país. Nos dois âmbitos – a doutrina jornalística de Chateaubriand e as diversas produções abrigadas pelo jornal – aqueles princípios de conservadorismo e defesa da autoridade foram relativizados. Conforme Moraes, com sua linguagem de biógrafo entusiasmado:

Chateaubriand assumiu a direção de *O Jornal* com o estrondo das tempestades de verão da Paraíba. Como se quisesse deixar bem claro que vinha para ficar, para presidir a nova empresa ele chamou ninguém menos que o ex-presidente Epitácio Pessoa. Uma das diretorias foi entregue a Alfredo Pujol e a outra a Rodrigo Melo Franco de Andrade, o responsável pela coleta de dinheiro em Minas Gerais. [...] Cercado pelas três mais luzidias estrelas da política, do direito e da intelectualidade [sic], trabalhou freneticamente nas suas primeiras semanas como dono de jornal. No Brasil, só *O País* e *O Imparcial*, assinantes do serviço integral da agência de notícias americana United Press, publicavam regularmente artigos assinados sobre política e cultura internacionais. Mas eram assinaturas de analistas da própria agência, nomes pouco conhecidos do público. Chateaubriand resolveu inovar e, após breve troca de telegramas, trouxe para as páginas de *O Jornal* nomes cobiçados internacionalmente, como o prêmio Nobel de literatura Rudyard Kipling, o ex-presidente francês Raymond Poincaré e o ex-premiê britânico Lloyd George [...]³.

Sob o novo comando, o *O Jornal* sofreu diversas modificações. Seu tamanho passou a variar entre quinze e vinte páginas em média, mas, não raro, chegava a trinta ou quarenta. As edições de domingo, que poderiam abrigar três seções, chegavam a contar com cinquenta páginas.

Em um editorial, Chateaubriand reconhecia sua admiração pelos norte-americanos:

Nós estamos ainda na infância do jornalismo. A própria Europa pode dizer que agora entra na fase da adolescência. Porque os mestres, os que incontestavelmente levaram a imprensa, sobretudo na parte informativa, ao apogeu da sua vitalidade e da sua perfeição, são os americanos do norte. E aí há muito menos imprensa amarela do que se supõe⁴.

O jornalista, porém, não define o que seria essa fase adulta do jornalismo, pois o artigo tratava de denunciar um direito de resposta não garantido pelo jornal *Correio Paulistano* que, assim, estaria a quebrar a lei moral e de imprensa. Portanto, ele falava em atraso material e ético do jornalismo brasileiro. Acerca do primeiro, o jornalista paraibano investiu muito na modernização do maquinário que imprimia seus periódicos⁵. O que se destaca no jornalismo de Chateaubriand é a sua tendência ao espetáculo. Tudo que saía no jornal assumia ares de “exclusividade”, de novidade e de “furo” jornalístico. Até a coluna literária assinada por Tristão

³ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 141.

⁴ CHATEAUBRIAND, Assis. O que é jornalismo no Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1925, p. 1.

⁵ Conforme Fernando Moraes: “No Rio de Janeiro *O Jornal* exibiu a opulência semelhante ou até maior que a do *Diário da Noite*. Para o jornal carioca comprara uma máquina ainda mais sofisticada que a Albert que fazia tremer o velho prédio do vale do Anhangabaú: uma Hoe de alta velocidade, novinha em folha, capaz de imprimir duas vezes e meia mais jornais que a máquina instalada em São Paulo – ou seja, 72 mil exemplares por hora, continuamente”. MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*, p. 154-155.

de Athayde ganhara um parêntesis de “especial para *O Jornal*”. O princípio maior que passa a nortear a sua imprensa é a publicidade, desde seu aspecto de propaganda de venda de produtos até o investimento nas formas de se tornar a notícia, a informação jornalística, mais atraente ao leitor/consumidor. Chateaubriand foi um grande divulgador dos princípios publicitários na imprensa brasileira, escrevia artigos sobre o tema e promovia ações como um inquérito em torno da publicidade no país e seus efeitos positivos para o empresariado⁶. A própria publicidade poderia virar notícia, como na divulgação do “Mais caro e mais eficiente anúncio que já se fez, do Brasil, na imprensa norte-americana”. Aí, o Copacabana Palace Hotel apresentava, nos Estados Unidos, a capital brasileira como uma “fuga” “dos destinos batidos e prazeres estáticos da Europa”, convidando o estrangeiro a vir para “um novo mundo [...] Rio de Janeiro, onde você pode aproveitar livre de todas as restrições”⁷. Falava-se sobre a peça:

É verdade que o anúncio foi habilmente preparado e escrito pelo conhecido especialista americano da publicidade, sr. Fritz Gibbon, antigo chefe de publicidade do “New York American”, e alguns outros diários importantíssimos de Nova York, o qual, nessa ocasião, estava contratado pelo O JORNAL para a organização do seu departamento de Publicidade e que agora faz anúncios interessantes de importantes casas de comércio da praça, clientes de sua nova Agência de Anúncios, fundada por ele sob o nome de Publicidade Internacional, com sede no n 22 da Avenida Rio Branco. [...] O JORNAL tem, em muitas ocasiões, salientado a importância e a necessidade da publicidade moderna e eficiente, tanto no Brasil como fora dele e publica esta página no desejo de estimular o apreço público por essa relevante questão e para auxiliar o desenvolvimento do Rio de Janeiro como um centro de turismo⁸.

Esta preocupação com a publicidade fazia com que o periódico reiterasse a cada grande manchete, notícia ou evento, um caráter de comunicação direta com o público leitor, lembrando a este que apenas no *O Jornal* ele poderia ter acesso a tal informação. Discutia-se à época, inclusive, a questão dos direitos autorais na produção intelectual brasileira⁹. Assim como a publicidade exigia gastos para a promoção de produtos à venda, a notícia chamativa também vinha acompanhada por reivindicações de propriedade intelectual e jornalística. Um dos feitos significativos do *O Jornal* foi a divulgação do “testamento de Lenin”. O que era noticiado somente a partir de notas não assinadas das agências internacionais, agora vinha como “furo” de reportagem exclusiva. Enquanto a morte do líder soviético ganhava nos telegramas internacionais apenas descrições rápidas e sintéticas¹⁰, as novas pretensões do periódico de Chateaubriand abrigavam contribuições como as de Morris Gordin, assim apresentado:

⁶ Cf. CHATEAUBRIAND, Assis. A eficiência da propaganda jornalística, *O Jornal*, 11 de julho, 1926, p 1.

⁷ O MAIS CARO E MAIS EFICIENTE ANÚNCIO QUE JÁ SE FEZ, DO BRASIL, NA IMPRENSA NORTE-AMERICANA, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 20 mar. 1927, p. 5.

⁸ O MAIS CARO E MAIS EFICIENTE ANÚNCIO QUE JÁ SE FEZ, DO BRASIL, NA IMPRENSA NORTE-AMERICANA, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 20 mar. 1927, p. 5.

⁹ Cf. MENDES, Brito. Da propriedade literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 mai. 1924, p 1.

¹⁰ Cf. O enterro de Lenin, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1924, p 5.

Morris Gordin é, hoje, um dos escritores russos de maior sucesso nos Estados Unidos. Depois de haver servido durante quatro anos ao governo do Soviete, em contato com Lenine e Trotsky, ele foi à América do Norte, onde ganhou a fama de um dos críticos mais bem informados da política soviética. Os seus artigos, dos quais O JORNAL adquiriu a exclusividade, vulgarizam fatos até agora desconhecidos ao público ocidental, sobre os negócios russos¹¹.

Assim, e com o devido parêntesis de “especial para o jornal”, Gordin publicava as cartas que Lenin deixara e deveriam ser lidas antes da escolha de seu sucessor no Congresso do Partido.

As cartas caracterizavam cada líder soviético, com os parêntesis de Gordin:

Zamenev – Presidente do Soviete de Moscou, um “oportunista” incurável. Um fraco, assim se mostrara em 1917. Deve ser vigiado. Zinoviev – (presidente da Internacional Comunista) – Sem talento, arde pelo poder. Deve ser estritamente vigiado, porque pode se tornar prejudicial ao Partido. Bukharin – (Editor do Pravda, órgão central do Partido Comunista) – Não é perspicaz. O seu Marxismo é desnecessário, porque não sabe como tirar partido da dialética. Tem muito temperamento, gosta de paradoxos. É, no entanto, o único teórico que existe no Partido, mas em caso algum o teórico do Partido. Trotsky (o recente ministro da Guerra do Soviete na Rússia) – É muito bem dotado, porém “poseur” demais. Possui extraordinárias faculdades de comando e organização. O seu passado “menchevismo” há muito se evaporou. De mais a nada, ele nunca foi um “menchevista” verdadeiro, mas constantemente propenso ao bolchevismo. Amante da disciplina, deseja-a igualmente para si e para os outros. Tem muita coragem em reconhecer as faltas passadas. Deve, portanto, estar à testa do Partido. Piatakov – (vice-presidente do Commissariado da Economia Pública do Povo e ardentíssimo opositor) – É um homem habilíssimo. Infelizmente foi nos últimos anos monopolizado pela administração do trabalho. Deve lhe ser dada uma larga parte na direção do Partido. Stalin – É astuto e inteligente. Tem paixão pela ditadura. De forma alguma lhe será permitido ser secretário geral do Partido (o que hoje é). Se preciso for será expulso do Partido, a fim de serem aproveitados os preciosos serviços de Trotsky¹².

O próprio articulista comenta a proibição de que foi objeto tal “documento secreto” que permanecerá por décadas na obscuridade¹³.

O investimento, portanto, de Assis Chateaubriand num jornalismo ao mesmo tempo informativo e espetacular era alto. Talvez fosse isso que entendesse por grande imprensa norte-americana. Várias eram as estratégias de promoção do periódico *O Jornal* e de sua associação à vida das pessoas. Assim, ele promovia diversas promoções, colunas e eventos que faziam do jornal muito mais do que um informativo. Criou-se então o “Concurso de Beleza do ‘*O Jornal*’” que promovia uma interação entre as figuras femininas, a publicidade e a concessão de prêmios¹⁴; o “Grande concurso cinematográfico do *O Jornal*”, também anunciando premiações variadas¹⁵; outra premiação criada era a distribuição de dinheiro pelo jornal, normalmente vinte

¹¹ GORDIN, Morris. Uma crise no Partido Comunista Russo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1925, p. 1.

¹² GORDIN, Morris. A morte de Lenine, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 de jun. 1925, p. 1 e 2.

¹³ Orlando Figes narra como Stálin impedira a divulgação de tais notas, que teriam “ficado nas sombras” até 1956, de sua restrita divulgação nos anos 1920 e que “coube a Trotsky e a seus seguidores divulgar, no Ocidente, o teor do Testamento de Lenin”. Cf. FIGES, Orlando. *A tragédia de um povo. A Revolução Russa 1891-1924*. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 981.

¹⁴ Cf. O concurso de Beleza do *O Jornal*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1925, p. 3.

¹⁵ Cf. Grande Concurso Cinematográfico do *O JORNAL*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1927, p. 7.

mil reis, a pessoas que fossem flagradas pelos repórteres lendo o periódico pelas ruas do Rio de Janeiro¹⁶; ofereciam-se brindes aos assinantes¹⁷; o “curso semanal de palpites esportivos do *O Jornal*” rendia premiações de até quinhentos mil reis¹⁸. Além de premiações e concursos, o periódico desdobrava-se em colunas e seções com interesses cada vez mais específicos, como as dedicadas às “horas de lazer feminino” (com o subtítulo “Mundanismo – Modas – Literatura – Arte – Frivolidades”)¹⁹, ao “jornal das crianças”²⁰ e até uma “seção de eletricidade”²¹. Publicou-se um “Almanaque Informativo do *O Jornal*”²². Prefigurava-se, assim, o advento da revista *Cruzeiro* lançada por Chateaubriand em 1928²³.

No mesmo sentido, criou-se um “Jornal Luminoso”, “uma novidade sensacional a qual é nem mais nem menos do que um jornal da noite elétrico escrito no ar”, com patrocínios garantidos da Brahma, Fox Filmes, Philips do Brasil e outros, anunciava-se que:

Este “Jornal Luminoso” será fornecido exclusivamente pelo O JORNAL com um serviço regulador de informações úteis: as cotações de encerramento do câmbio e do café, boletim do tempo, todas as últimas notícias esportivas e outras informações de grande interesse para o público. [...] O “Jornal Luminoso” será publicado no ar, no alto do prédio, diretamente em frente do Hotel Avenida, isto é, num lugar onde dezenas de milhares de pessoas passam todas as noites, ora tomando os bondes a caminho de casa, ora neles chegando dos arrabaldes com o intento de ir em qualquer dos pontos de diversão do centro, para não falar já dos inúmeros viandantes que enchem a Avenida à hora do fechamento do comércio. [...] O espectador observando tal instalação pela primeira vez fica atônito ao ver frases de luz correrem como relâmpagos pelo espaço [...]. O JORNAL instalou um departamento especial o qual está continuamente atento às notícias de todas as partes do mundo, nas quais o público do Rio esteja interessado particularmente o momento, de maneira que 3 ou 4 minutos mais tarde, esta informação possa ser inserta no “Jornal Luminoso”. Em outras palavras, esta novidade torna possível ao público possuir informações transmitidas em grandes em grandes letras de fogo, legíveis facilmente por milhares de pessoas simultaneamente. Sem dúvida, marca este jornal de luz, um novo progresso na divulgação de notícias e informações de todas as naturezas. [...] Como sempre, é O JORNAL na sua ânsia de modernizar-se sempre o primeiro a introduzir para o público o Rio um novo veículo de informações e anúncios, o qual marca um progresso notável e criará um novo interesse na vida diária Carioca²⁴.

O “jornal luminoso” pode ser considerado como a concretização da notícia como um espetáculo. Chateaubriand apostou nisso, de modo que aquele conservadorismo é bem relativo.

De fato, assim que o governo Artur Bernardes chegara ao fim, Chateaubriand começara uma intensa campanha contra o ex-presidente mineiro. Em janeiro de 1927, o diretor

¹⁶ O Dinheiro distribuído pelo “O Jornal” aos seus leitores, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 out. 1926, p. 3.

¹⁷ Um belo presente para os leitores do “O JORNAL”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 out. 1926, p. 3.

¹⁸ Concurso semanal de palpites esportivos do “O JORNAL”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1926, p. 7.

¹⁹ Para as horas de lazer feminino, *O Jornal* (Segunda Seção), 14 nov. 1926, p. 3.

²⁰ Jornal das crianças. *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 28 nov. 1926, p. 5.

²¹ No lançamento da coluna, afirmava-se que “A eletricidade é um auxiliar indispensável da vida moderna”. O JORNAL VAI COMEÇAR UMA SEÇÃO DE ELETRICIDADE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1927, p. 12.

²² ALMANACH INFORMATIVO D’O JORNAL. Para 1928. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1927, p. 5.

²³ Em meados de 1928 era anunciada a abertura para assinaturas da revista e seu slogan aparecia: “Tudo sabe. Tudo vê”. Cf. *Cruzeiro*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1928, p. 1.

²⁴ “O JORNAL” luminoso. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1926, p. 1.

do *O Jornal* elogiava o presidente recém-eleito, Washington Luiz, por ter posto fim ao estado de sítio que não seria “mais do que uma mordança posta à nação para que fosse ela roubada e saqueada por duas dúzias de malfeitores medíocres” e que o presidente Bernardes teria subido “ao poder graças ao suborno”²⁵. As desavenças entre Chateaubriand e Bernardes, segundo o biógrafo do jornalista, remontariam à tentativa de compra do *Jornal do Comércio* pelo primeiro e de acordos comerciais estrangeiros que o segundo teria inviabilizado²⁶.

Em dezembro de 1926, o livro de Assis Chateaubriand, *Terra Desumana*, era anunciado com toda a publicidade de que poderia tirar proveito o dono do *O Jornal*:

O enorme êxito do livro TERRA DESUMANA que, sobre a personalidade do presidente Bernardes escreveu o sr Assis Chateaubriand, decorre da alta dose de sinceridade e da lealdade com que foi escrito este ensaio. O autor jogou com uma bibliografia riquíssima: os depoimentos objetivos que lhe transmitiram muitas pessoas que conviveram com o Dr Bernardes. O livro está cheio de frases, de reflexões inéditas do Dr Bernardes, permitindo todo esse material fazer-se uma luz perfeita sobre o curioso fenômeno psicológico, que é o ex-presidente. A facilidade com que já se esgotaram 5 mil exemplares da primeira edição é a prova de que há no público verdadeiramente ansiedade por conhecer de perto o homem estranho que durante quatro anos governou o Brasil²⁷.

No ano seguinte, continuava a publicidade, dessa vez com uma linguagem ainda mais corrosiva:

O presidente Artur Bernardes examinado através dos dados da psicologia mórbida. TERRA DESUMANA, que foi escrito durante o sítio é um livro que pinta o sr Artur Bernardes tal como a história o incorporará amanhã definitivamente à lista dos condutores de povos, e a quem a trágica dependência de uma tara, de uma psiconevrose, torna capaz de todas as abominações e de todas as crueldades. O sr Assis Chateaubriand toma o ex-presidente como quem fosse a um manicômio e examinasse a categoria dos semiloucos, enfermos dessa modalidade patológica, que a psicologia mórbida chama o messianismo. [...] ele não ataca nem destrói o ex-presidente, mas apenas interpreta-o, examina-o, com a mesma impassibilidade com que um vivissecador corta a uma cobaia, para fazer uma experiência em bem da humanidade. Oito mil exemplares já foram vendidos [...] Com a mesma pasmosa ausência de responsabilidade moral com que mandava bombardear São Paulo, em 1924, o sr Arthur Bernardes dilapidava Banco do Brasil, tesouro público, federal e mineiro, arrasava a constituição, tomado por aquela ideia fixa dos obsessos, para os quais o mundo deve girar em torno da sua vesânia. TERRA DESUMANA é um ensaio piedoso de psiquiatria, cujo alto interesse reside na serenidade com que o autor, senhor dos dados da psicologia mórbida, se aventurou ao estudo de uma psiconevrose, em marcha acelerada para um breve desenlace, e a qual já deu ao Brasil vários exemplares da perigosa extirpe do sr Arthur Bernardes, tais como Antônio Conselheiro, Padre Cícero e outros profetas do mediocre e grosseiro messianismo, mercê do qual o ex-presidente fez no Catete, em plena metrópole do Brasil, uma ressurreição de Canudos. [...] todos estes aspectos da personalidade do sr Arthur Bernardes são objeto, na TERRA DESUMANA, de um exame detido, que leva o leitor à conclusão imediata de defrontar o mais alarmante espécimen de charlatão da ideia republicana, que ainda assombrou o Brasil com a improbidade conjugada à crueldade²⁸.

A obra recebera a crítica do redator-chefe do *O Jornal*, Austregésilo de Athayde, que não lhe

²⁵ CHATEAUBRIAND, Assis. [...] da legalidade, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 de janeiro, 1927, p. 2.

²⁶ Cf. MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*, p. 135-137.

²⁷ Um livro de grande atualidade, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1926, p. 1.

²⁸ Terra desumana, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1927, p. 1.

poupara as críticas pertinentes. O autor do livro seria um “inimigo sincero do ex-presidente”:

Há em todo o livro, que é uma longa invectiva carlyleana, o objetivo indisfarçável de apresentar o presidente Bernardes com as feições pavorosas de um monstro, de uma dessas criaturas taradas para o cometimento daquelas maldades, que ficam na história espantando as gerações, fria encarnação de tirano com o sadismo do ódio e da vingança²⁹.

Na crítica de Austregésilo de Athayde, que elogiava Chateaubriand pela abertura de tal espaço em seu jornal revelando não ser “oposicionista de aldeia”, sugere-se uma avaliação geral do governo Bernardes como um “vitorioso” e “justiceiro”.

O jornal, porém, investiu alto na oposição a Bernardes e o livro *Terra Desumana* era o primeiro gesto³⁰. O grande tema que seria tratado da maneira espetacular pelo *O Jornal* era a Coluna Prestes. Além da oposição ao ex-presidente, era um evento de grande apelo público e que constituiria uma nova representação das expectativas políticas no país, especialmente frente à indeterminação política dos tenentes. Não era pouco. Conforme Carone:

O fracasso da revolução de 1922 não significa o fim da ideia revolucionária: é verdade que alguns dos participantes ou alguns daqueles que não puderam lutar em julho de 1922 tenham optado por soluções diferentes. Mas o governo férreo de Artur Bernardes, a perseguição contra a oficialidade do Exército, os julgamentos dos revolucionários de 1922 – e outros fatores – obrigam os tenentes a continuar a revolução³¹.

Em 1924, os elementos militares teriam atuado de maneira diferente daquela de dois anos atrás, especialmente por certa fragilidade no apoio oligárquico:

Praticamente isolados – mas não totalmente – os militares continuam a trabalhar, até que em 5 de julho de 1924 deflagra-se a revolução em São Paulo. A retirada da Capital paulista, na madrugada de 27 de julho de 1924, representa a determinação de continuar a luta. Os fracassos dos movimentos revolucionários em São Paulo, Mato Grosso, Sergipe e Amazonas (todos em julho) não impedem que os tenentes tenham, pelas armas e ocupação militar, levar a revolução para outras partes do país³².

Conforme as ações não encontram os resultados esperados por seus líderes, as estratégias vão se modificando: “Derrotada momentaneamente a ideia de revoluções nos Estados, a Coluna Paulista representa novo elo com os futuros acontecimentos: é dela que parte a esperança para a continuidade de novos movimentos tenentistas, cujo ponto alto é a revolução de outubro de 1924, no Rio Grande do Sul”³³. Nesta série de movimentações militares que irrompem no cenário político brasileiro, Carone propõe a seguinte síntese:

Entre julho de 1924 e início de 1927 sucedem-se revoluções contínuas, em cadeia ininterrupta. Podemos dividi-las em dois segmentos: as paralelas de julho de 1924, de São Paulo; e as posteriores, que resultam da continuidade deste movimento, isto é, da Coluna Paulista e Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes³⁴.

²⁹ ATHAYDE, Austregésilo de. *Terra desumana*. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1926, p. 4.

³⁰ Várias acusações ao legado de Bernardes eram feitas, como a suposta dívida legada pelo mineiro ao seu sucessor. Cf. 1 milhão e 550 mil contos de dívida flutuante, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1927, p. 2.

³¹ CARONE, Edgar. *O tenentismo*. Acontecimentos, Personagens, Programas. São Paulo: DIFEL, 1975, p. 45.

³² CARONE, Edgar. *O tenentismo*, 1975, p. 73.

³³ CARONE, Edgar. *O tenentismo*, p. 73.

³⁴ CARONE, Edgar. *O tenentismo*, p. 101.

Dessa forma, a Coluna Prestes é resultado do encontro da Coluna Paulista e a Coluna Gaúcha. Sua finalidade é “levar a revolução pelo interior do Brasil”³⁵. Assim:

O objetivo da nova coluna Prestes-Miguel Costa é marchar pelo interior, para despertar ou esperar a eclosão de novos focos revolucionários. Num certo momento, o próprio Isidoro Dias Lopes (jan. 1925), pensa em dirigir as tropas para o Rio de Janeiro, mas é Prestes que acentua a ideia de “guerra de movimento” que realmente começa quando os efetivos paulistas e gaúchos se põem em marcha. De 29 de abril de 1925, quando termina a travessia do rio Paraná, a 3 de fevereiro, de 1927, quando se interna na Bolívia, a Coluna percorre um total de 24.000 km, somando-se as marchas de seus destacamentos³⁶.

Contando com um número móvel de combatentes, variando entre oitocentos e mil e quinhentos, dentre militares e civis, a Coluna teria se envolvido em cinquenta e três combates e não saíra derrotado de nenhum. Na peregrinação, ela conheceu apoios, mas também hostilidades:

Mas a propaganda, acrescida de estragos e requisições, leva a hostilizar homens cujo objetivos estas populações não entendem e não podem entender. O comum é encontrar vilarejos vazios; no Ceará a população ataca os revolucionários porque pensa – como dizia a propaganda bernardista – que são ateus e vão prostituir as mulheres; em Goiás os fazendeiros resistem por causa das requisições de cavalos. Mas Bernardes para derrotar os revolucionários, usa todos os recursos: Exército; Forças Públicas Estaduais; Lampião, que é contratado e ganha patente de Capitão; o Padre Aristides na Paraíba e o Coronel Horácio de Matos na Bahia; jagunços em Goiás e o coronel Franklin de Albuquerque em Pernambuco³⁷.

As notícias à época, tampouco, conseguiam determinar os marcos dos apoios e resistências. No caso do Ceará e do “Norte” em geral, noticiava-se que:

Com exceção da população de Juazeiro, cujo chefe político, o padre Cícero, já teve oportunidade de dizer que caso os revolucionários tentem entrar naquela cidade, não fará a mínima resistência, desde que eles venham de modo mais ou menos pacífico, as de Teresina, Caxias e Crato estão alarmadas, presas de verdadeiro pânico³⁸.

A cobertura que o periódico *O Jornal* fez da Coluna iniciou-se em 1926 e cresceu enormemente nos anos seguintes. Trata-se, portanto, de uma abordagem muito mais em torno da constituição do *sentido e significado* da Coluna Prestes, do que de se noticiar suas peripécias pelo interior do país. Acerca destas últimas, dois anos após os movimentos de julho de 1924, publicam-se análises e descrições das batalhas e evoluções da Coluna acompanhadas de mapas e croquis que procuravam dar conta da “ação dos revoltosos de São Paulo e Rio Grande nos dois anos de campanha”. Tal série de reportagens era assim apresentada:

O JORNAL inicia hoje a publicação de um trabalho de um dos nossos mais competentes oficiais superiores, analisando as operações militares, durante as revolta destes últimos dois anos. [...] A marcha da Coluna Prestes através do interior do Brasil, e as tentativas de descrição das suas atividades por parte de alguns jornais, tem solicitado fortemente a atenção da opinião pública para os acontecimentos militares que originaram, em 1924, há precisamente dois anos, a incursão daquele ardoroso chefe rebelde do sul a norte do país. [...] A um dos nossos mais brilhantes e capazes oficiais superiores pedimos um depoimento sincero, que considerasse a

³⁵ CARONE, Edgar. *O tenentismo*, p. 121.

³⁶ CARONE, Edgar. *A República Velha*. Evolução Política. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 397.

³⁷ CARONE, Edgar. *A República Velha*, p. 399.

³⁸ A coluna Prestes no Norte, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 set. 1926, p. 3.

situação dos revolucionários, que ainda se acha em armas, desde o primeiro foco da insurreição, que foi em São Paulo, abrangendo depois Mato Grosso, Santa Catarina (a luta em Clevelândia, Catandubas, Barracão e a subsequente invasão do território paraguaio), até a marcha dos remanescentes, que atravessando o Paraguai, sob o comando do capitão Prestes, partiram para o norte, a fim de fazerem o “raid” hoje conhecido em todo o país³⁹.

O termo “raid” era utilizado para se descrever os desafios que as pessoas se propunham, especialmente atravessando distâncias enormes, pondo a vida em risco em barcos ou aviões. Tristão de Athayde fala “daquele desmiolado que se jogou num bote ‘sozinho através do Atlântico (Alain Gerbault)’”⁴⁰. O *O Jornal* fazia a manchete sobre o “Grande ‘raid’ em torno dos cinco continentes” que o piloto italiano Francesco de Pinedo pretendia levar a cabo⁴¹. Também havia o “feminismo na aviação”. Neste caso, relatou-se “o triunfo na vitória e na morte” ao se tratar das aviadoras Ruth Elder, que fizera o percurso entre os Estados Unidos e a França, e Mildred Doran, que “desapareceu no Pacífico”. Ambas seriam “campeãs do feminismo”, “uma vencendo e outra morrendo na aspiração do seu ideal”⁴². Sobre aviadores de 1926, Gumbrecht nota como eles procuravam representar o seu país, como o espanhol Ramón Franco, irmão do general Francisco Franco, ao mesmo tempo em que proporcionavam o melhoramento técnico e do conhecimento da engenharia a partir de tais raids, travessias, competições e corridas sobre desertos, oceanos e continentes inteiros⁴³.

A Coluna Prestes vista como um “raid” transmitia essa excitação de um espetáculo de vida ou morte, envolvendo algum comprometimento nacional e a aspiração a um ideal. Isso não passou despercebido aos olhos de Assis Chateaubriand e de seus colaboradores. Mais do que explorar o sensacional da notícia, o *O Jornal* engajou-se na causa da Coluna que, justamente por não ter uma orientação determinada, mas uma indecisão angustiante em suas pretensões⁴⁴, permitia ao periódico conceder-lhe os sentidos que o aprovesse. Já no elogio que Chateaubriand fizera ao fim do estado de sítio, o tema dos tenentes vinha à tona:

A grande dificuldade que terá o historiador futuro será em saber, no quadriênio de 1922-1926, quem foi a legalidade, quem encarnava a Constituição, a lei, a ordem

³⁹ General X. A ação dos revoltosos de São Paulo e Rio Grande, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1926, p. 1.

⁴⁰ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária. Selvas e Salões, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1925, p. 4.

⁴¹ Cf. O avião de Pinedo deve iniciar hoje o grande “raid”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1927, p. 1.

⁴² O feminismo na aviação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 06 nov. 1927, p. 5.

⁴³ Também o piloto De Pinedo propagandeava a tecnologia italiana de seus aviões e recebera, por seus feitos, o “bastão de fascista honorário” em cerimônia com presença do próprio Mussolini. Cf. GUMBRECHT, H U. *Em 1926*, p. 51-57; Uma homenagem dos fascistas a De Pinedo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1925, p. 3.

⁴⁴ A historiografia acerca do tema reforça sempre o descompasso entre os movimentos tenentistas e a “realidade do país”. A análise “ideológica” tende a avaliar que, “na essência, a ideologia tenentista é pequeno-burguesa, reformista, colocada no plano ético”. Caio Prado Júnior verifica o caráter complexo do tenentismo: “Apesar do conteúdo militar aparente de todos ou quase todos esses movimentos, nada existe neles contudo que os caracterize como ‘militaristas’, no sentido próprio do termo. [...] eles não agem e não pensam como militares. Expressam antes a inquietação das classes médias a que pertencem pela sua origem; de uma burguesia progressista cujos anseios de renovação encarnam e que as forças conservadoras da República Velha comprimem num arcabouço anacrônico e rígido, que já resvalara francamente para a mais completa degradação política e moral [...]”. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes. Análise e depoimentos*. São Paulo: Círculo do Livro, 1971, p. 56.

social. Se o general Isidoro não é a ordem; se o capitão Prestes não é a legalidade, muito menos o serão estas duas coisas, o sr Bernardes ou o general Setembrino, o general Santa Cruz ou o general Fontoura. A revolução da caserna e dos espíritos; o motim na alma do soldado e do paisano, são muito mais obra destes, que encarnavam o governo, que se diziam a ordem, que faziam a caricatura da legalidade, do que aqueles que levantaram os quartéis e a população. Quando Isidoro, João Francisco, Juarez Távora levantavam, em 1924, as guarnições de São Paulo e conseguem levar atrás de si uma forte corrente popular – já o sr Bernardes, o ministro Setembrino e o general Fontoura se haviam utilizado do Exército e das armas federais para duas revoluções, uma no Estado do Rio e outra no Rio Grande do Sul⁴⁵.

Um dia depois, Chateaubriand escrevia outro editorial, desta feita defendendo abertamente a anistia dos membros da Coluna Prestes e lembrando suas desavenças pessoais com Bernardes:

Todos os amigos do sr Washington Luís dizem que o atual presidente se manifesta contrário à anistia dos implicados nos movimentos revolucionários durante a presidência Bernardes. [...] os oficiais da Marinha e do Exército, que se amotinaram contra o presidente Bernardes, seriam todos eles mais respeitáveis, mais dignos do apreço público do que este, o qual abusando da sua autoridade, não só dilapidou a fortuna privada como a pública. [...] Para que o governo atual insista em levar à barra dos tribunais os que se revoltaram contra a legalidade bernardista, não promovendo a anistia, é indispensável que se promova também a responsabilidade do sr Arthur Bernardes, por outros tantos movimentos revolucionários com que ele ensanguentou o país e desprestigiou a majestade da Constituição [...] Ponha o sr Washington Luís diante da sua consciência de brasileiro este problema delicado e procure resolvê-lo, isento das paixões de antigo correligionário do sr Bernardes. Este não pode ser senador da República e os outros rebeldes, seus discípulos, no fundo das prisões. A anistia é o corolário da senatoria do ex-presidente. Salvo, se resolverem mandar o sr Bernardes tomar banhos de mar na Ilha de Trindade. Mas isto seria muita honra dada a tão lamentável criatura⁴⁶.

A campanha em prol dos membros exilados da Coluna Prestes, porém, foi muito além dos editoriais dirigidos à presidência da República. Além de movimentações parlamentares e do engajamento explícito de nomes proeminentes à época como o senador Irineu Machado⁴⁷ e o político Pandiá Calógeras⁴⁸, o *O Jornal* investiu alto na notícia/espetáculo desse grupo de homens e mulheres que decidiu sair caminhando pelo interior do país em nome de uma causa que poderia ser a de qualquer um, uma vez que ninguém sabia ao certo do que se tratava. Os tenentismos tinham o ímpeto para ação, mas eram indecisos ou indeterminados politicamente. Suas ideias estavam em movimento como seus corpos que procuravam encontrar a realidade nacional transitando por cada região até terminarem no exílio.

O *O Jornal* chefiara, nos primeiros meses de 1927, uma intensa campanha de arrecadação em prol dos soldados da Coluna Prestes. Assim, prestava-se contas sobre as ações realizadas a favor da causa que, agora, era a do amparo aos próprios membros da Coluna:

⁴⁵ O articulista refere-se às eleições de Raul Fernandes no Rio de Janeiro, de quem ele teria sido inclusive o advogado na causa no Supremo Tribunal Federal, e da intervenção na eleição de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. Cf. CHATEAUBRIAND, Assis. [...] da legalidade, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1927, p. 2.

⁴⁶ CHATEAUBRIAND, Assis. A questão da anistia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 jan. 1927, p. 2

⁴⁷ Cf. MACHADO, Irineu. Em prol da anistia ampla, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1927, p. 1; 10.

⁴⁸ Cf. CALÓGERAS, Pandiá. Anistia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1926, p. 1.

O apelo que destas colunas dirigimos ao coração brasileiro, no sentido de amparar e auxiliar os soldados da Coluna Prestes que estão exilados na Bolívia, teve em todo o país uma acolhida significativa. Foi com unânime simpatia que todas as nossas classes sociais receberam a ideia d'O JORNAL, trazendo-nos imediatamente o seu apoio e a sua solidariedade. Nem outra coisa, de resto, se podia esperar do generoso coração do nosso povo, onde há sempre lugar para os sentimentos altos da bondade e do patriotismo. Depois era um dever elementar de humanidade socorrer esses bravos legionários, ontem, revolucionários, hoje apenas brasileiros, que se encontram no exílio, em terra estrangeira, a curtir privações e amarguras⁴⁹.

Assim, se a Coluna foi algum dia “revolucionária”, agora era apenas uma reunião de brasileiros que precisavam do apoio dos compatriotas solidários. A fim de ganhar o público nacional, esvaziava-se o caráter político e partidário da Coluna, fazendo dela uma causa de “bondade” e “patriotismo”. A campanha foi bem sucedida, conseguiu arrecadar mais de dezessete contos de reis, além de remédios, mantimentos e vestimentas. As doações vindas de várias partes do país eram dirigidas à redação do próprio do *O Jornal*, na rua Rodrigo Silva 12, no Rio de Janeiro.

Com o passar do tempo, a campanha ia ganhando os mais variados apoios, inclusive tendo mobilizado “estudantes das escolas superiores” que se propunham a “fazer uma passeata para angariar donativos”. Os discentes lançaram um manifesto em apoio aos exilados:

A mocidade acadêmica do Rio de Janeiro, representada pelos Centro Acadêmico Nacionalista, Centro Reacionário e Partido da Mocidade vem, confiante, exigir o nobre concurso do povo carioca, que sempre exultou nas manifestações grandiosas de liberalidade, para compartilhar uma causa sacrossanta e cheia de fé que os moços abraçaram, unificados pelos mesmos sentimentos humanos e irmanados pelo verdadeiro civismo rezando de mãos postas, no altar da pátria o seu credo nacionalista!⁵⁰

Como se vê, o argumento de apoio aos soldados é baseado no “credo nacionalista” segundo uma “liberalidade” que tinha antes que ver com o aspecto “sacrossanto” e crente da causa do que com qualquer princípio propositivo de maior alcance. A mobilização, porém, que a “causa”, talvez justamente por seu caráter impreciso, era capaz de acionar é significativa. Essa mesma “comissão acadêmica pró-Coluna Prestes” realizara um leilão, com o concurso “das Sras. viúva Coelho Lisboa e da admirada poetisa brasileira dona Rosalina Coelho Lisboa”, em que seriam arrematados: desenho feito por Rio Branco, retrato autografado de Siqueira Campos, de Santos Dumont, Autógrafo de Albert Einstein, Soneto autografado por Olavo Bilac, autógrafos de Machado de Assis, José Bonifácio, Joaquim Serra, Fontoura Xavier, Gago Coutinho e Secadura Cabral, Carta de d João VI, autógrafo de Nabuco, de Vicente de Carvalho. Os autógrafos eram febre entre os brasileiros⁵¹. Porém, o item que dá a dimensão da maneira como a Coluna Prestes começava a, mais do que ser um evento espetacularizado pela mídia, ganhar tonalidades míticas

⁴⁹ EM PROL DOS SOLDADOS DA COLUNA PRESTES, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1927, p. 2.

⁵⁰ EM PROL DOS SOLDADOS DA COLUNA PRESTES. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1927, p. 2.

⁵¹ Sobre o tema o aviador Ramón Franco comenta: “Existe neste país [Brasil] uma mania que não tínhamos visto nem conhecíamos quando partimos. Esta mania certamente vem da Inglaterra ou dos Estados Unidos, porque nós latinos não fazemos isso. Ela consiste no fato de que todo mundo quer um autógrafo de qualquer pessoa que tenha se destacado de alguma maneira. Nós fomos as vítimas desta mania”. Cf. GUMBRECHT, H U. *Em 1926*, p. 57.

e redentoras era o “fragmento (que pertenceu ao tenente revolucionário do Forte de Copacabana, Eduardo Gomes) da bandeira que os 18 de Copacabana dividiram para trazer ao peito, na tarde de 5 de julho”⁵². A “heroica coluna” se revestia de um passado recente já capaz de se converter em relíquia de culto patriótico.

Se a coluna era heroica, como queriam seus entusiastas, o herói maior era a figura de Luís Carlos Prestes. E era uma carta dele, transcrita no *O Jornal*, que garantia o recebimento de todos os bens arrecadados. Coube ao repórter Luiz Amaral, “enviado especial à Bolívia, ao Paraguai e à Argentina”, a cobertura da situação dos exilados. Uma série de reportagens é feita. Era um dos momentos mais altos da configuração da imaginação sobre a Coluna Prestes. Aí se falou das “mulheres da Coluna Prestes”, com fotografias de bebês nos colos de suas mães, descrevendo-se o papel que elas teriam na nova “bandeira”:

Na “bandeira” da Coluna Prestes, não foram só homens valentes que se empenharam. Empenharam-se, também, várias mulheres. Umas, seguiam os maridos ou os companheiros – oficiais, soldados ou civis; outras, eram enfermeiras ou costureiras e houve também uma cozinheira. Algumas dessas mulheres seguiram a Coluna desde S Luiz, no Rio Grande. Outras, partiram de São Paulo, quando da evacuação da cidade pelas tropas revolucionárias. Morreram algumas pelo caminho, resistiram outras até o fim⁵³.

A situação no exílio seria cada vez pior. O repórter descreve o trabalho a que algumas tinham de se dedicar frente à “miséria voraz” que, não obstante, não lhes retirava o empenho na luta:

Não tive a impressão de estar falando com vítimas arrastadas ao sacrifício e, sim, com pessoas que, embora exaustas e, marcadas pela fadiga, pelos sofrimentos, tem prazer de relembrar os dias amargos que voluntariamente e conscientemente viveram, empolgadas pela bravura de seus homens, absorvidas pelas dores alheias, que a elas, como enfermeiras, cumpria mitigar. Essas mulheres, algumas débeis e cuja constituição não garantiria as vicissitudes a que se submeteram, não tinham comodidades especiais. Seguiam a tropa a cavalo, vestidas como soldados, de laço à garupa da montaria⁵⁴.

Há, ainda, o relato da maternidade e da dedicação extrema das mulheres: “Nascida a criança, prosseguiram a derrota, laço à garupa, filhinho ao colo... Se morria de alguma o esposo, nem por isso a liça era abandonada. A viúva prosseguia, ou só ou unida a outro bravo. De todas as crianças nascidas na campanha, só três sobreviveram”. E é da voz de uma das combatentes, Elza Schmidtke, uma alemã que deixara a Coluna para viver em Cuiabá, que se afirma a “moralidade” dos tenentes e, em especial, de Luís Carlos Prestes:

— Eram muito bons e muito estimados. O general Prestes⁵⁵ não fuma, não bebe nem gosta de mulheres. Zelava muito pelo respeito às famílias das localidades onde passávamos. Os infratores eram enviados para o Batalhão de Disciplina, a puxarem carretas ou condenados a marcharem a pé durante 15 dias ou um mês. De manhã o

⁵² Cf. A DOCUMENTAÇÃO DA ENTREGA DO PRODUTO DAS SUBSCRIÇÕES D’“O JORNAL” E DO “DIÁRIO DA NOITE”, A LUIZ CARLOS PRESTES, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 05 jun. 1927, p. 3.

⁵³ AMARAL, L. Conversando com as mulheres da Coluna Prestes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1927, p. 6.

⁵⁴ AMARAL, L. Conversando com as mulheres da Coluna Prestes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1927, p. 6.

⁵⁵ Luís Carlos Prestes era capitão, mas foi “promovido” a General em meio à marcha da Coluna, em fevereiro de 1926. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*, p. 32.

“Tenente disciplina” aplicava-lhes dez vergastadas de laço. Os mesmos castigos eram infligidos aos que voltavam ao acampamento trazendo algum fruto de roubo, algum objeto além das requisições necessárias. [...] _ Todos muito bons, muito respeitosos. Eles eram amigos do general e procediam bem, para agradá-lo⁵⁶.

As descrições da mãe e viúva acerca da personalidade Prestes somavam-se às dezenas de relatos que iam encorpando o culto à figura do líder da Coluna. Na Bolívia, a recepção da Coluna também teria sido de empolgação pelo brasileiro, conforme narra Luiz Amaral:

_ Esses homens não são ladrões, disse-me o governador do Oriente Boliviano. São homens exemplares, contra os quais até hoje não se me apresentou uma só queixa, por pequena que fosse. Se houvessem roubado, não precisariam de estar qui cavando estradas e rolando madeira. Onde está o dinheiro que roubaram? Prestes não tem nem sapatos: está descalço!⁵⁷

A figura de Prestes assume, assim, os contornos de uma personagem moral, de uma pobreza franciscana e dedicação desinteressada. Segundo o mesmo relato, Prestes é figura inigualável:

_ Seria excessivamente feliz e privilegiado o Brasil, se possuísse muitos filhos iguais a Prestes. Como não creio que assim seja, não posso compreender que prescindia por muito tempo da colaboração desse homem quase perfeito, no qual descubro predicados extraordinários, qualidades hoje raríssimas, que exornam apenas um ou outro homem em toda humanidade.

Quando a voz é do próprio Prestes, ele é apresentado como alguém que vivia no “meio das amarguras e privações do exílio voluntário em Gaíba” e que “interpretou os anseios da alma nacional” quando se revoltou e correu todo o território. O líder esperava que a anistia viesse, uma vez que Washington Luiz devia cumprir suas “intenções pacifistas”, mas que ele nunca a pediria. Acerca da situação política do país, Prestes criticava o fato de o povo viver divorciado do governo e sob os desmandos deste. Fala então de uma “revolução legal” e lembra as palavras do presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos: “É preciso fazer a revolução antes que o povo a faça”. Assim, esperava-se que o governo fizesse a revolução, modificando “os processos políticos e administrativos” ou o povo faria repetidas revoluções. Defendia a anistia aos soldados da Coluna ressaltando que os “chefes não querem benefício algum”⁵⁸.

Em 1927, esta é a imagem de Prestes. Moral, desinteressado, jovem, franciscano em sua pobreza e dedicação e que falava em “revolução legal”. Um processo de mitificação de sua figura é posto em prática, conforme nota Daniel Aarão Reis:

Ele [...] agora se tornara o Cavaleiro da Esperança. A expressão foi usada pela primeira vez por Isidoro Dias, inspirado na figura e na saga do general Lazare Hoche, da Revolução Francesa, conhecido como *Le Chevalier de l'Esperance*. De origem pobre, soldado aos dezesseis anos, general aos 25, morto aos 29, ele simbolizara a determinação, o espírito prático (*les choses, pas les mots*: “as coisas, não as palavras”), a coragem e a generosidade da juventude revolucionária⁵⁹.

⁵⁶ AMARAL, L. Conversando com as mulheres da Coluna Prestes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1927, p. 6.

⁵⁷ Cf. AMARAL, L. Conversando com Siqueira Campos, Miguel Costa e João Alberto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 mai. 1927, p. 3.

⁵⁸ Cf. AMARAL, Luiz. O pensamento de Luiz Carlos Prestes sobre a Anistia, *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 mai. 1927, p. 1-2.

⁵⁹ REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes*. São Paulo: Cia das Letras, 2014, p. 110.

Como era de praxe, um teatro de revista encenava já a peça “Prestes a chegar” e, numa confusão entre anseios e possibilidades, Luís Carlos Prestes foi votado nas eleições no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, apesar de não ser candidato⁶⁰. O mito vivo, porém, pode sempre ter de enfrentar as complicações da realidade histórica. A indeterminação de Prestes, e notadamente o seu apelo eleitoral, parecia interessar, e muito, aos setores políticos que se articulavam desde as crises do governo Artur Bernardes. Chateaubriand declara oposição formal ao presidente:

O ilustre presidente Washington Luís fora, entre todos os presidentes da República, o único que até hoje subiu ao Catete fazendo, de antemão, uma confissão pública da sua inexperiência política e administrativa. Enganou-se com ele quem quis. [...] Os homens de espírito verificaram, desde logo, que na presidência se sentava, não uma dessas criaturas desempenadas do ocidente, crentes no poder galvanizador da vontade, mas um suave muçulmano, destituído de iniciativa para encarar uma situação delicada e resolvê-la [...] Aqui chegando, o doutor Washington Luís teve como primeiro cuidado “desmoralizar a confiança”. Confessou a própria fraqueza, e de 15 de novembro até hoje o chefe da nação, que é um dos nossos mais simpáticos turistas, não tem feito outra coisa senão passear a sua amável indiferença sobre todos os problemas de administração e governo⁶¹.

Desde 1926, Chateaubriand fizera-se porta-voz do Partido Democrático que se fundara em São Paulo tendo à frente nomes como o Conselheiro Antonio Prado, Frederico Vergueiro Steidel, Francisco Morato, Reinaldo Porchat e Waldemar Ferreira, dentre outros⁶². Seu programa é reproduzido e comentado nas páginas do *O Jornal* pelo professor e jurista Gama Cerqueira que é apresentado como um de seus “ilustres líderes”. Seus principais objetivos seriam “doutrinar, fiscalizar os poderes públicos, selecionar rigorosamente os elementos de sua composição e arregimentá-los dentro da disciplina”⁶³. O escopo de atuação é reformista, ainda segundo os preceitos da Constituição de 1891, destacando algumas medidas segundo um:

[...] complexo de providências legislativas dirigidas [...] na qualificação eleitoral, no momento de votar, na apuração e no reconhecimento; depois as que entendem com representação efetiva das classes agrícolas e industriais [...]; nos conselhos diretores da política e da administração; as que focalizam a questão social tão descuidada entre nós, exatamente quando um concurso afortunado de circunstâncias nos permite ainda canalizar e dirigir convenientemente correntes sociais aproveitáveis para o bem comum, que, deixadas ao acaso mais tarde poderão trazer-nos graves perturbações que atualmente observamos em outros países.

Neste mesmo ano de 1926, Chateaubriand adquiria o periódico paulista *Diário da Noite*. No ano seguinte, ele inaugurava pessoalmente a sucursal do *O Jornal* em Belo Horizonte instalada na Avenida Afonso Pena, no Palacete Guanabara. Dizia ser amigo do então presidente do estado, Antonio Carlos, e defendia que o *O Jornal* não era um “diário carioca”, mas que procurava se “constituir em porta-bandeira das aspirações do Brasil desde o Acre ao Rio Grande do Sul”⁶⁴.

⁶⁰ REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes*, p. 110-111.

⁶¹ CHATEAUBRIAND, Assis. O muçulmano do Catete. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 set. 1927, p. 2.

⁶² CARONE, Edgar. *A República Velha*. Evolução Política. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 409.

⁶³ CERQUEIRA, Gama. O programa do Partido Democrático, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07 mai. 1926, p. 1.

⁶⁴ A inauguração ontem da sucursal em Belo Horizonte, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1927, p. 2.

Na ocasião, o jornalista negava ter o periódico qualquer caráter partidário e que seria movido pela impessoalidade. Acerca de Artur Bernardes, ele considerava:

Com o vosso antigo presidente, o Dr Artur Bernardes [...] se nem sempre nos pudemos entender como queríamos, não foi porque O JORNAL não houvesse posto uma infinita dose de boa vontade nas suas relações amistosas com o poder. O Dr Arthur Bernardes constituiu com o Todo Poderoso, à semelhança daquele sucessor dos margraves de Brandenburgo de que fala Eça de Queirós, uma sociedade solidária, da qual era ele o sócio gerente aqui neste pequenino grão de areia perdido nos espaços etéreos.

Assis Chateaubriand defendia a necessidade de se respeitar a liberdade para não se cair no cesarismo, no caudilhismo ou na anarquia. Ao mesmo tempo, porém, falava em revolução inevitável que seria melhor conduzida se tivesse homens como Antonio Carlos a sua frente:

Se aspirarmos um governo livre e honesto no Brasil, teremos de pagá-lo com um alto **esforço**, a custo das nossas virtudes heroicas, de ganhar uma prodigiosa vitória moral sobre o nosso comodismo, sobre o nosso apetite de gozo, sobre a ruminação dos bens materiais que o espírito mercantil ávido e cupido nos ensinou. Temos de “viver perigosamente”, enamorados do nosso ideal, decididos a realizá-lo intrepidamente. Trata-se, meus senhores, hoje, no Brasil de defender as liberdades públicas, tanto contra os ventos da desordem que sopram tantas vezes das turbas como das violentas tempestades interiores, que quase sempre sacodem e devastam os governos. Jamais o nosso presente acusou uma fisionomia mais inquietadora, como penha dessa cooperação fraternal, em que, governantes e governados, numa incessante atividade, preparam o futuro comum. O Brasil não está, como se diz, às bordas de um abismo, mas de uma revolução, que é fatal e inevitável. Se em todos os Estados encontrarmos homens de governo, como o vosso presidente atual, ela será pacífica, porque o vosso primeiro magistrado, com o trato sutil que distingue, na barbaria dos nossos costumes cívicos, se está incumbindo de orientá-la aqui em Minas, com a doçura que impedirá a inundação da torrente impetuosa, procurando precipitar-se fora do álveo⁶⁵.

Por fim, o orador salientava o “sentimento conservador” que presidia o *O Jornal*, cuja sucursal mineira seria entregue a Milton Campos, e que encontraria, entre a “bondade e ao espírito de tolerância destes montanhese suaves”, o fio da tradição que cria, ““através da terra e dos mortos”, o diálogo eterno entre as gerações que se foram e as que acrescentam novos elos à cadeia família”. Era a revolução conservadora e ela partiria de Minas Gerais.

Assis Chateaubriand vinculando-se a nomes da política paulista, carioca e mineira, constituíra seus “diários associados” em pouco mais de três anos e, em 1929, fundara outro jornal, o *Diário de São Paulo*. Toda esta estrutura midiática articulada nos três principais estados do sudeste e que ia costurando alianças políticas e criando um discurso para a tomada do poder esteve, por um tempo, à disposição de Luís Carlos Prestes. Da Bolívia, destacava que o líder dos tenentes tinha o *O Jornal* em “alta estima” e que ele seria o veículo de sua gratidão. Na fundação da seção carioca do Partido Democrático, o nome Prestes era exaltado nas páginas do jornal de Chateaubriand, ainda que se procurasse manter distante o horizonte revolucionário:

⁶⁵ Cf. A inauguração ontem da sucursal em Belo Horizonte, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1927, p. 2.

Sob a bandeira deste partido [Partido Democrático], foram se congregando, para a conquista pacífica do poder, todos os homens honrados e independentes do grande Estado [São Paulo]. E, enquanto essa corrente pacifista se avolumava rapidamente, o grande idealista e patriota Luiz Carlos Prestes, julgando que a ideia revolucionária era uma convicção profunda do povo, saía do Rio Grande do Sul [...] percorria todo o território pátrio até o Maranhão, voltava outra vez ao sul, palmilhando a maioria dos Estados do Brasil, ouvindo sempre o mesmo conceito revolucionário, a mesma teoria, sem encontrar, entanto, muitos que a quisessem praticar, tanto assim que, após dois anos de luta, seu contingente, em lugar de aumentado, se achava reduzido a quatrocentos soldados, pugilo de heróis que, desiludidos de alcançar pela revolução as aspirações uniformes do povo brasileiro. E, enquanto a energia [...] de Prestes assim se quebrava [...] resultados que ele pudesse colher resultados práticos de sua campanha, os quarenta fundadores do Partido Democrático de S Paulo assistiam ao rápido engrossar de suas fileiras. [...] O que os soldados de Prestes não conseguiram pelas armas, com a revolução, os democráticos de S Paulo alcançaram, brilhantemente, pelo voto, com a educação cívica. [...] Fui vítima da ilusão revolucionária, participei, prática e efetivamente, de todas as revoluções, desde o primeiro 5 de julho: por isso, pleiteio, com todas as energias, a anistia para os meus irmãos sacrificados pela ingratidão da Pátria⁶⁶.

Tais palavras eram ditas por Mattos Pimenta, que era o secretário do P D do Distrito Federal. Esta a proposta: um Prestes candidato e não revolucionário. No máximo, talvez, para encabeçar alguma “revolução conservadora” conforme ele mesmo dissera sobre Antônio Carlos.

Em 1928, Prestes era cotado para ser presidente da República. Porém, além de não ter idade para pleitear constitucionalmente o cargo, ele contava então com trinta anos de idade, sua imagem persistia ligada a um espírito revolucionário que os membros do Partido Democrático procuravam afastar, notadamente quando se falava em revolução bolchevista. Assim, esclarecia um dos líderes do partido que o “processo eficaz de combate ao exagero das ideias comunistas não é a repressão à força: é a satisfação do ideal de justiça, sob todas as suas formas. Não é de leis mais ou menos draconianas que precisamos: é de educação”⁶⁷. Os que investiram na mitificação da figura de Prestes pareciam ter perdido o controle sobre a criatura. Diferentes vertentes políticas procuraram se aproximar do carismático líder, uns ansiando pela “revolução legal” outros pela “revolução contínua do povo”⁶⁸. Assim, quando as oposições ao governo Washington Luiz se dividem em espectros mais ou menos próximos, com a atuação do Partido Libertador, do Partido Nacional e do Partido Democrático, que estariam dispostos a apoiar tanto Assis Brasil quanto Antônio Carlos, o nome de Prestes é vinculado a forças “extremistas”:

A corrente extremista da oposição antipática com esse alvitre e preferindo imprimir à sua atitude um cunho de estreita solidariedade com o capitão Prestes e com as suas ideias recentemente expendidas em entrevistas, deseja para candidato uma expressão revolucionária, considerando os elementos fascinados pelo liberalismo, meros remanescentes da ordem de coisas que desejam destruir a todo custo⁶⁹.

⁶⁶ PIMENTA, Mattos. Partido democrático do Distrito Federal. *O Jornal*, 19 jun. 1927. p. 2.

⁶⁷ LABORIAU, F. Bolchevismo?, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1927, p. 2.

⁶⁸ Prestes, no exílio, fora procurado tanto por Getúlio Vargas quanto pelo líder comunista brasileiro, Astrogildo Pereira. Cf. REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes*, p. 113.

⁶⁹ A esquerda em face da sucessão presidencial, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1928, p. 4.

As “entrevistas de Prestes” revelariam que o canonizado líder tornava-se cada vez mais indócil aos seus cultuadores interessados. Sua posição era ambígua, defendia os nomes de Assis Brasil e do Partido Democrático, mas insistia em ideias como a de que “não há solução possível para os problemas brasileiros dentro dos quadros legais vigentes”. E, segundo um repórter:

Resume [Prestes] a situação brasileira como uma máquina opressora, solidamente instalada, oprimindo e reprimindo todos os movimentos democratizadores, acreditando, por isso, pessoalmente, na eficácia da guerra civil como único meio de solucionar os problemas... devidos à “incompetência”, à “falta de visão” e à “má vontade dos atuais dominadores do regime”⁷⁰.

Em telegrama publicado, ainda no início de 1928, Prestes afirmava que “fazer toda a política de oposição em torno do voto secreto e da anistia é ficar muito aquém das aspirações nacionais e, portanto, não concorrer para a formação do ambiente indispensável à ação que planejamos”⁷¹. Tais orientações eram centrais no programa do Partido Democrático.

Em janeiro de 1929, o aniversário de Prestes, então exilado na Argentina, era celebrado com missa na igreja de Nossa Senhora do Carmo, no Rio de Janeiro, com grande concorrência:

Comemorando a passagem do aniversário natalício do capitão Luiz Carlos Prestes [...] um grupo de amigos e admiradores do chefe revolucionário exilado, mandou celebrar solene missa em ação de graças, na igreja de Nossa Senhora do Carmo. O cônego Amalto Correa de Magalhaes, que todas as quintas-feiras, no mesmo templo, reza missas em intenção dos revolucionários mortos na luta, oficiou na cerimônia de ontem, acompanhado pelo coro e pela orquestra da igreja da Candelária. Estiveram presentes à missa centenas de pessoas, [...] além de muitos outros oficiais do Exército e da Marinha, advogados, médicos, jornalistas, etc. [...] À saída do templo, [...] um popular ergueu um “viva”! a Luiz Carlos Prestes, a qual foi correspondido por todos com entusiasmo⁷².

No mês seguinte, o aniversariante dizia que “não devemos temer o fantasma bolchevique”⁷³. Em meados do mesmo ano, quando já se articulava a oposição em uma “Aliança Liberal”, Prestes não comporia a movimentação: “continuamos intransigentemente fieis aos ideais da Revolução, desinteressando-nos portanto das competições das oligarquias bem como de alianças incompatíveis à memória dos companheiros sacrificados na luta”⁷⁴. Debalde foram as tentativas de Assis Brasil, Maurício de Lacerda, Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas para convencê-lo a participar da orquestração política. Coube ao último encorpar a figura que parecia pronta para o outro, conforme análise de Raimundo Faoro acerca de Vargas:

O homem vestia, predisposto por velhas tendências, o mito. Começava a sentir que não era ele o candidato dos situacionismos divergentes, mas de um país em protesto. A máscara, que parecia caber a Luís Carlos Prestes, amolda-se à sua fisionomia, para não mais desprender-se de sua cabeça⁷⁵.

Os antigos companheiros tenentes também tentaram convencer Prestes a embarcar na

⁷⁰ Cf. REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes*. São Paulo: Cia das Letras, 2014, p. 118-119.

⁷¹ Cf. CARONE, Edgar. *A República Velha*, p. 430.

⁷² O aniversário do capitão Luiz Carlos Prestes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1929, p. 1

⁷³ Cf. REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes*. São Paulo: Cia das Letras, 2014, p. 123.

⁷⁴ Cf. CARONE, Edgar. *A República Velha*, p. 430.

⁷⁵ FAORO Apud. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole...*, p. 306.

Aliança. João Alberto que, juntamente com Siqueira Campos e Miguel Costa, travou com o antigo chefe da Coluna um debate fundamental sobre os rumos da disposição política brasileira, conta como Prestes, agora, “parecia um fanático, transbordando de violência contra adversários e amigos da véspera e colocando todos [...] na classe de exploradores do povo”⁷⁶. A verdade é que ele tinha, finalmente, se decidido. Após seis anos de lutas, viagens, Coluna, reportagens, fotografias de primeira página, namoros com as oligarquias dissidentes, ídolo da “mocidade acadêmica”, símbolo de patriotismo e civismo, líder consagrado, o Cavaleiro da Esperança surpreendia a todos com seu manifesto de maio de 1930 que saíra após as eleições daquele ano, talvez uma das últimas concessões que faria a solicitações estranhas à causa. O fato de o requerente, Siqueira Campos, ter falecido tragicamente horas após o pedido de protelação do manifesto deve ter reforçado seu empenho em guardar o segredo. Temia-se que sua decisão pudesse mudar os rumos políticos do país, conforme nota Carone:

[...] neste mesmo mês de maio, em Buenos Aires, Prestes lança o seu Manifesto Comunista. Para a grande maioria daqueles que não estavam a par do que se passava com o líder revolucionário tenentista, o lançamento deste Manifesto, em que ele se declara comunista e contra a revolução da oligarquia, seria um choque suficiente para pôr em dúvida o que se vinha tramando. [...] No que fica sendo conhecido por Manifesto de Maio, Prestes fala na necessidade de “modificação na orientação política que temos seguido”; a última campanha é “mais uma farsa eleitoral, metódica e cuidadosamente preparada pelos politiquieiros... com o concurso ingênuo de muitos revolucionários”; “mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificado todo um povo por uma campanha aparentemente democrática, mas que no fundo não era mais do que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas...”⁷⁷

A jovem Patrícia Galvão, a Pagu, segundo uma de suas biógrafas, lembrava-se acerca da Coluna Prestes que, diferentemente de sua família, ela “via naquele dom Quixote tupiniquim um exemplo de luta pela dignidade”⁷⁸. A imagem da coluna como algo quixotesco é, talvez, mais precisa e rica em significado histórico do que as análises que a historiografia em geral e os próprios tenentes fizeram acerca do tenentismo como uma espécie de movimento descontraído com os anseios reais da população e com concepções limitadas acerca da revolução e do desenvolvimento histórico, conforme a síntese de Edgar Carone:

A dicotomia entre objetivo e realidade – ou melhor, a falta do conhecimento da realidade concreta brasileira – é fatal para o tenentismo pois, em nenhum momento os revolucionários se identificam com os valores e desejos das populações locais – trabalhadores e patrões. Daí a facilidade do governo em combatê-los, simplesmente porque surgem como estranhos e ameaçam os bens e valores das populações locais⁷⁹.

Embora correta em um sentido preciso: o tenentismo falhou em seus objetivos e não conseguiu o apoio massivo das populações espalhadas pelo país, em uma reflexão mais larga, porém, as

⁷⁶ Cf. REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes*, p. 134.

⁷⁷ CARONE, Edgar. *A República Velha*, p. 432.

⁷⁸ CF. FREIRE, Tereza. *Dos escombros de Pagu*. São Paulo: Senac, 2008, p. 33.

⁷⁹ CARONE, Edgar. *O tenentismo*, p. 121.

próprias premissas parecem de difícil aceitação. O “conhecimento da realidade concreta brasileira” era algo que estava em constante disputa no interior da cultura intelectual. Apesar do diagnóstico de uma República em ruínas, velha e decadente, as soluções propostas eram tão variadas quanto às sínteses sugeridas no volume *À margem da história da República*, que ainda iremos abordar, ou às notícias sobre a expansão do bolchevismo e do fascismo, assim como à criação do Partido Comunista Brasileiro e os programas de reformas constitucionais sugeridos desde a Reação Republicana de 1922 até a Aliança Liberal, já no fim da década, que, derrotada como a primeira, consegue, porém, pela “Revolução”, chegar ao poder.

Talvez o ímpeto da Coluna tivesse sido antes o de conhecer o país do que o de esclarecê-lo, mas tratava-se de se “levar a revolução”, segundo os seus artífices. Há um aspecto angustiante na Coluna nesse desencontro de força e contundência, assim como há uma esperança de talvez eles, os tenentes, se encontrarem no interior do país consigo mesmos. O que explicaria tal disposição de centenas de pessoas, homens e mulheres em palmilhar dezenas de milhares de quilômetros em nome de uma causa que não se distinguia claramente nem do próprio programa político de Artur Bernardes? A resposta à Coluna Prestes, porém, chega com o exílio de seus integrantes. Transformada em objeto simbólico, constituindo-se através das narrativas e relatos midiáticos, fazendo-se motivo de comoção pública e solidariedade nacional, de forma que os opacos princípios políticos que orientariam seus integrantes desapareceram frente ao *gesto* e à ação a que se propunham. Ao contrário de Quixote, cujos ideais seriam relativamente precisos e a ação desastrosa, a Coluna Prestes marcava por suas ações e deixava que o significado delas fosse reiteradamente construído notadamente pelos jornais.

A Coluna Prestes fez algo que a cética República jamais seria capaz ou, no máximo, consideraria como messianismo ou fanatismo. E não seria um pouco disso? Estariam os fanatismos e esperanças messiânicas tomando a ordem do dia? Em um dos livros de Henri Barbusse, a figura de Lenin aparecia como uma espécie de Messias⁸⁰. A imagem é retomada por Plínio Salgado, em seu romance *O Estrangeiro*:

Na madrugada vermelha, Cristo surgia blindado, - silhueta enorme de um carro de guerra.
Era Lenine.
Debruçava-se no peitoril nevoento do Século...⁸¹

É importante notar como as propostas feitas no horizonte constitucional republicano não pareciam surtir efeitos positivos ou sequer comparáveis às expectativas desencadeadas também

⁸⁰ Cf. ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean François. *Les intellectuels en France*, p. 132.

⁸¹ Cf. SALGADO, Plínio. *O Estrangeiro*. Crônica da vida política. S Paulo: Helios, 1926, p. 201.

pelo tenentismo. Assim, o voto secreto⁸², o voto feminino⁸³, as reformas do judiciário, do legislativo, da imprensa, dos direitos trabalhistas, nada disso parecia ser suficiente no interior de um horizonte revolucionário e... messiânico. Precisava-se de um Cavaleiro da Esperança que a todos salvassem. Forjado no afã nacionalista, Prestes foi elevado à categoria de presidenciável sem ter sequer um partido, sem fazer parte de nenhuma oligarquia, não era nem uma patente militar reconhecida, mas um jovem de vinte e tantos anos que, após demonstração de bravura e sabedoria militar, foi feito redentor de um país. É de se imaginar como reagiram os que tanto lhe apoiaram e nele depositaram as suas esperanças de tomada do poder, quando o viram comunista. De qualquer forma, a angústia de Prestes resolveu-se numa decisão extrema, como a de muitos de sua geração.

⁸² O voto secreto e a defesa das garantias liberais e democráticas formavam o escopo do Partido Democrático, assim como dos liberais que o apoiavam. É sintomático, porém, que já no fim da década, nem os liberais paulistas acreditam em alguma mudança do cenário político através do voto. Conforme depoimento de um de seus artífices: “(...) as revoluções, embora perigosas, representam um direito de todo povo esbulhado e oprimido, e que na ordem legal não tenha meio legítimo de reivindicar o que lhe pertence”. O voto secreto foi aprovado ainda na Primeira República em experiências estaduais, como a do Ceará. A mudança, porém, não parece ter tido a repercussão esperada, sendo mesmo uma “desilusão completa”. Cf. CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988; Uma experiência do voto secreto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1927, p. 3.

⁸³ A Primeira República aprovou a o voto feminino em escopo estadual, em 1927, no Rio Grande do Norte. Cf. O problema do sufrágio feminino, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1927, p. 23.

Quarta Parte

ANGÚSTIA

Política e Letras I

... a angústia é a realidade da liberdade como possibilidade antes da possibilidade.

Sören Kierkegaard, *conceito de Angústia*, 1844.

Ao mesmo tempo em que a democracia triunfa ela parece decepcionar.

Pierre Rosanvallon, *O desencantamento democrático*, 2003.

“_Porque, quando o rico geme, / O pobre é que sente dor” Esta última sentença de um xará que muito me honra, João Martins de Ataíde, parece-me admirável na sua singeleza. É a história de todas as crises.

Tristão de Athayde. *Vida Literária*, 1921.

Nos debates na imprensa em torno das candidaturas à presidência em 1922, José Maria Belo sentenciava: “o que ficará, ao menos, para os que ainda creem na verdade das democracias burguesas e nos velhos ideais republicanos é o resultado positivo deste ou daquele jogo de vaidades e ambições pessoais”¹. Enquanto a historiografia acerca da Primeira República ressalta o alcance limitado das eleições, seu baixíssimo quórum de votantes, assim como seu aspecto de “arranjo” entre as oligarquias que controlavam o país, a cultura intelectual à época, consciente de muito destes defeitos, não deixava de expressar posições e anseios que vinham a lume nos períodos de sucessão governamental. A disputa entre o mineiro Artur Bernardes e o carioca Nilo Peçanha é tida como uma das exceções em que o vencedor contou com menos de 70% dos votos para presidência².

Bernardes era o nome oficial, foi escolhido em abril de 1921 nas articulações dos partidos republicanos estaduais que, em junho daquele ano, durante a Convenção nacional, deveriam todos consentir com a candidatura do mineiro. Os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, porém, não estavam de acordo com a decisão. Assim, dividem-se os republicanos entre os “convencionais”, que tinham ao seu lado estados como os de São Paulo e Minas Gerais defendendo os nomes de Bernardes e Urbano dos Santos, e os membros da Reação Republicana, que apoiavam Nilo Peçanha e o baiano José Joaquim Seabra. Há certa dificuldade em caracterizar este processo político. Cláudia Viscardi aponta quatro vias interpretativas para o processo:

A primeira vertente associou o surgimento da Reação aos conflitos interestaduais, em razão da escolha do Vice-Presidente que iria compor, ao lado de Bernardes, a chapa oficial. A segunda vertente explicou o advento da Reação, como expressão das discordâncias em relação à política econômica posta em vigor pelo situacionismo, a qual favorecia, exclusivamente, os interesses cafeeiros, em prejuízo de outros setores econômicos. A terceira vertente viu a Reação como um resultado das articulações da

¹ BELO, José Maria. Em torno da questão política, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 out. 1921, p. 1.

² Cf. CARVALHO, J M de. Os três povos da República. *Revista USP*, p. 107.

dissidência oligárquica com os setores urbanos emergentes, exercendo sobre eles, uma liderança de caráter “proto-populista”. Por fim, uma quarta vertente que entendeu a Reação como uma tentativa de se formar um eixo alternativo ao domínio de Minas-São Paulo, sobre o regime oligárquico, incorporando reivindicações por mudanças de ordenamento institucional, que passava, sobretudo, por uma distribuição mais equitativa das benesses do Estado em relação às unidades autônomas federadas³.

A autora se inclui na da quarta vertente. Mas de onde viera a força de tal embate entre as forças políticas? Conforme nota Sodré, “foi a imprensa que transformou a centelha em incêndio”⁴. De fato, do manifesto da Reação Republicana ao episódio das “cartas falsas”, a mobilização em torno da disputa eleitoral presidencial se deu pelos debates, provocações, injúrias e teses defendidas na imprensa. Era uma batalha de opiniões. A forma como tais ideias tocaram a maioria da população é difícil de se mensurar, porém, é possível perceber que o momento da eleição de Artur Bernardes marcou a explicitação e a emergência de temáticas que terão desdobramentos importantes: a centralização do governo, as propostas de reformulação constitucional, a “questão social” tomada mais a sério com a criação de delegacia especializada na vigilância política, as falhas da democracia brasileira, a recorrência ao estado de sítio e ao autoritarismo como forma legítima de governo, a prática reiterada da censura na imprensa, a questão da prerrogativa do catolicismo na cultura do país, a reavaliação da história do país segundo um paradigma considerado como moderno e adequado à realidade nacional, a tentativa de pela ação militar conquistar o poder da República.

No discurso oficial das forças políticas, o debate entre Nilo Peçanha e Artur Bernardes, no início, não se tingia de cores fortes. No Manifesto da Reação Republicana lido por Raul Fernandes em 24 de junho de 1921 na Sede da Sociedade Rio Grandense no Rio de Janeiro fala-se que Peçanha e Seabra contariam com o apoio da “direção política” do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, assim como de “líderes” de outros estados e de “altas patentes do Exército”. O Manifesto repisa a já recorrente crítica à política eleitoral do país:

Enquanto as circunstâncias políticas do país não determinarem a formação de partidos nacionais, a eleição presidencial há de correr sob a responsabilidade das agremiações partidárias existentes nos Estados. [...] num país como o nosso, onde a grande massa dos cidadãos não possui o exercício do direito do voto, o pleito presidencial é ineficaz para corrigir o desacerto das candidaturas, em cuja escolha houver sido preterida aquela condição essencial ao desafogo da opinião pública. [...] É tempo de emendar o erro das convenções ou aclamações [...]. Sem dúvida, as convenções são precedidas da formalidade de uma consulta prévia; mas pouco a pouco vai se estabelecendo como regra que a consulta versa sobre determinados candidatos e é formulada em nome de partidos regionais, em número reduzido, mas constituindo um núcleo eleitoral de peso decisivo. [...] Sem um corpo eleitoral bastante numeroso para por si só exprimir a vontade nacional e corrigir, assim, os possíveis equívocos da interpretação que lhe deem os patronos ocasionais dos candidatos, e, de mais a mais, homologando as candidaturas em convenções que não

³ VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*, p. 281.

⁴ SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*, p. 410.

exprimem sequer a livre manifestação da vontade de todos os partidos políticos nela presentes por seus delegados, vimos criando pouco a pouco uma situação cujos perigos é inútil encarecer e que se desenha com todos os visos de uma nefasta desinteligência entre a política eleitoral e a opinião⁵.

O Manifesto, porém, era reticente quanto a qualquer definição acerca de projetos políticos da chapa oposicionista, não pretendendo “traçar aos nossos candidatos um programa pormenorizado de governo”. A tecla mais batida é a necessidade de equilibrar pagamentos, não se permitindo gastos públicos que excedam a arrecadação em impostos. Uma perspectiva de reponsabilidade fiscal, por assim dizer. Outros temas aparecem genericamente:

Esperamos que, eleitos, façam um governo conservador, e [...] busquem para as classes militares, chefes da estirpe dos Florianos, dos Mallets e dos Noronhas - só para citar os mortos - sem descuidar de prosseguir no seu aperfeiçoamento técnico. A conciliação entre operários e patrões, singularmente facilitada pelo inteligente liberalismo dos chefes da indústria nacional, deverá encontrar no governo um mediador imparcial, atento à manutenção do princípio da propriedade - base da ordem econômica e, entre nós, porta de fácil ascensão do operariado - mas disposto ao desenvolvimento das instituições de progresso social, que elevam as classes proletárias a um padrão mais largo de vida, e não entrando a progressiva socialização do direito naquilo em que as reformas se coadunarem com o grau de desenvolvimento econômico e social da nossa pátria.

A referência aos militares revela o sucesso obtido pelas “altas patentes” acima citadas. O marechal Hermes da Fonseca foi preterido pela Convenção que se decidiu por Bernardes.

A campanha começara em junho de 1921, as eleições seriam em primeiro de março de 1922 e o governo eleito tomaria posse apenas no dia 15 de novembro. Se o discurso oficial era moderado, a campanha na imprensa foi feita em um tom cada vez mais exaltado, não importando tanto o fato de as duas candidaturas se autodenominarem conservadoras. Um dos nomes que mais batalhou pela candidatura de Bernardes foi Jackson de Figueiredo, que contribuía em *O Jornal* desde a fundação do periódico. Figueiredo contando com pouco mais de trinta anos de idade escreveu dezenas de artigos em que defendia que o “candidato dos católicos” era o mineiro, considerando que “quando não seja para que estatue a nosso favor este ou aquele privilégio, pelo menos, para que não sejamos os mais combatidos pelo seu indiferentismo religioso”⁶.

O *Correio da Manhã* respondia diretamente aos artigos de Jackson de Figueiredo. Este ganharia benefícios do candidato mineiro, desde o apoio a candidaturas políticas até cargos no funcionalismo público⁷. O jornal ironizava o católico militante, chamava-o de autor do livro *Pascal e a cavação moderna*⁸ e pretendia denunciar os motivos por detrás de sua militância:

⁵ A reação contra a candidatura Arthur Bernardes, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1921, p 3.

⁶ FIGUEIREDO, Jackson de. Catolicismo e política, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1921, p 1.

⁷ Cf. No mundo político. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1922, p 2; Tópicos e notícias, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1923, p 4; A questão religiosa no México e as relações do Brasil com esse país amigo, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1926, p 3.

⁸ Trocadilho como livro de Jackson, *Pascal e a Inquietação moderna*. Cf. Para ler no bonde. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1924, p 2.

O abnegado e desprendido filósofo deve continuar a zuzzir, com mais violência, os próceres da reação republicana. Isso de ser filósofo é muito bom, muito bonito, muito altruístico. Mas é sempre bom atender ao “princípio” das conveniências. É isso que faz o sr Jackson, e – sejamos lógicos – vai bem...⁹

Um dos principais feitos de campanha promovidos pelos adeptos da Reação Republicana foi o episódio das “Cartas Falsas”. Estas últimas, vindo a público em novembro de 1921 e sendo atribuídas a Bernardes, trariam uma série de vitupérios do candidato mineiro ao marechal Hermes da Fonseca¹⁰. O Club Militar repudiou as missivas, prontificou-se em “analisá-las”¹¹, a campanha eleitoral efervesceu e, pode-se dizer, não teve arrefecimento definitivo.

A eleição veio, Bernardes ganhou, mas a Reação Republicana não aceitou o resultado. Convocou uma recontagem no Supremo Tribunal Federal que lhe favorecera, mas foi derrotada em apreciação no Congresso. Em junho de 1922, a Reação Nilo Peçanha e Seabra afirmavam:

Estamos eleitos presidente e vice presidente da República por uma maioria de 22.764 votos. A decisão que reconhece o candidato oposto por um Congresso sem autoridade e que se colocou fora da Constituição, renunciando voluntariamente à sua função de juiz, importa, pois, num esbulho aos direitos soberanos do povo e cuja consumação se pretende para o 15 de novembro próximo vindouro. A Reação Republicana [...] não se submete nem se conforma com essa situação revolucionária¹².

Os autores, habilmente, denunciavam a “revolução” dos outros a fim de arrogar para si o lugar de conservadores que ficara distante após os apelos militares e a recusa em aceitar o resultado eleitoral. Menos de um mês após tal recusa pública, estourava a revolta no Forte de Copacabana comandada pelo filho de Hermes da Fonseca, o capitão Euclides Hermes da Fonseca.

As ligações entre os membros da Reação Republicana e a revolta militar¹³ são evidenciadas tanto pela acusação proposta pelo procurador da República à época, quanto por um dos réus no processo. Segundo a acusação:

Está provado no inquérito, quer pela confissão de alguns indiciados, quer por depoimento de testemunhas, que o deputado federal José Eduardo Macedo Soares, coronel Vivaldi Leite Ribeiro, Dr Sílvio Rangel, Dr Laurindo Lengruber Filho, coronel Januário de tal e o capitão reformado Carlos Eiras [...], momentos antes de explodir a revolta, obtiveram a adesão do comandante da polícia estadual César Sampaio Leite e do seu ajudante, Paulo Ornelas do Couto, com o auxílio dos quais fizeram ocupação militar da Companhia Telefônica, impedindo durante toda a noite qualquer comunicação com esta capital [...]. Esses indiciados, depois de haverem afirmado [...] aos Drs. Nilo Peçanha e Raul Fernandes, nesta capital, que a revolta explodiria naquela noite, foram para Niterói, onde praticaram o ato de rebelião acima descrito, e tudo fizeram para persuadir, o chefe de polícia a aderir ao movimento

⁹ No mundo político. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1922, p 2;

¹⁰ CARONE, Edgar. *A República Velha*, p. 350.

¹¹ Cf. SÁ, Alberto Leandro de. A moção do Club Militar, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 nov.1921, p 1.

¹² PEÇANHA, Nilo; SEABRA, J J. À nação, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1922, p 2.

¹³ Mesmo que se leve em conta, conforme Carone, a “obscuridade” do movimento militar de 1922, não se pode perder de vista estas razões explicitadas em várias fontes e documentações que sempre traçam a relação entre membros da Reação Republicana, militares descontentes e a prisão de Hermes da Fonseca etc. Se o protagonismo era militar, vários civis eram cientes dos acontecimentos, como Graça Aranha que não só buscou apoio para causa, como acabou preso por ordem explícita do presidente da República. Cf. CARONE, Edgar. *O tenentismo*, p. 21; AZEVEDO, Maria Helena Castro. *Um senhor modernista*, p. 288.

subversivo e mandar a força policial ocupar todas as repartições públicas estaduais e federais¹⁴.

O deputado Macedo Soares arrolado como réu no processo não nega a relação com os revoltosos, apenas fala da ignorância dos próceres da Reação e a recusa em apoiar o movimento:

O sr marechal Hermes da Fonseca foi preso¹⁵, no domingo dia 2, e solto na segunda feira, 3 de julho. Nesse dia, tive notícia de que um grupo de oficiais julgava inadiável e urgente a desafronta do Exército; na quarta-feira, 4 de julho, às 3 horas da tarde, fui informado que a reação armada se daria imediatamente. Às 6 da tarde, colhi detalhes sobre os últimos preparativos do movimento iminente. Depois disso fui à casa do senador Nilo Peçanha [...] com o intuito de pôr o chefe da Reação Republicana ao corrente dos acontecimentos que se preparavam. Estavam na casa do chefe fluminense várias pessoas [...] Falei à parte ao senador Nilo Peçanha, que se mostrou cético sobre o rompimento da revolta, sobre cuja eficiência não podia fazer ideia. Às 9 horas da noite tive as derradeiras informações, marcando a hora para o rompimento, dando sinal o forte de Copacabana. [...] Não cogitamos em dar qualquer espécie de cooperação material à revolta [...]¹⁶.

Em 14 de novembro de 1922, na véspera da posse de Bernardes, primeiro presidente eleito empossado sob estado de sítio, Peçanha encerrava a disputa, mas não o ideal da Reação:

Aproxima-se o momento da transmissão do governo da República, e sinto-me no dever de acudindo à inspiração de quantos prestaram o seu concurso à causa da Reação Republicana e que me fazem a honra de pedir um conselho, falar-lhes, ainda uma vez, que se está encerrada a questão da Presidência, não está encerrada a questão de princípios que ela levantou, nesse primeiro e talvez mais largo apelo direto do povo brasileiro às urnas¹⁷.

Por mais de uma vez, Peçanha lamentara não ter sido a Reação Republicana um partido nacional devido à “fraqueza dos políticos”, mas que expressava um “estado de alma”.

A vaga definição do senador pode ser mais significativa do que aparenta. Se a Reação Republicana, de fato, não tinha em seus objetivos compromissos que a distinguissem significativamente de seu opositor, ela teve o papel de dar vazão a algumas forças sociais e políticas que continuarão a agir no decorrer da década de 1920 no Brasil. A campanha eleitoral de 1921-1922 cumpriu importante papel no interior da cultura intelectual brasileira, ainda que fosse para explicitar os limites acanhados das ações políticas promovidas pelos representantes do poder institucional na República que só poderiam convidar ao ceticismo, conforme José Maria Belo: “Todas figuras de primeiro plano têm origens idênticas e se movimentam por finalidades análogas. São igualmente conservadores e republicanos: acreditam com a mesma fé nos ‘largos destinos’ da nossa democracia burguesa e juram trabalhar pela felicidade do país”¹⁸. O autor comentava que, assim como Bernardes vencera a eleição, a escolha poderia ter “recaído no sr Washington Luís, no sr Borges de Medeiros ou no sr Nilo Peçanha”. O absurdo seria

¹⁴ Perante a comissão de Justiça da Câmara, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1922, p. 1.

¹⁵ Hermes da Fonseca foi preso acusado de apoiar uma revolta no estado de Pernambuco. CARONE, Edgar. *A República Velha*, p. 363.

¹⁶ Perante a comissão de Justiça da Câmara, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1922, p. 1.

¹⁷ A sessão de ontem no Senado, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1922, p. 3.

¹⁸ BELO, José Maria. Em torno da questão política, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 out. 1921, p. 1.

depende a “direção do país” de “quatro ou cinco nomes” que controlavam a “máquina eleitoral das principais unidades federativas” segundo o princípio de um “conservadorismo constitucional”¹⁹. Durante a campanha eleitoral, Maria Belo explicitava o descompasso entre as premissas das coligações partidárias e as questões que prementes do país:

Quer os homens da convenção de junho, quer os da dissidência estão profundamente satisfeitos com a atual ordem de coisas. São todos eles declaradamente burgueses conservadores, admiradores do capital e das forças armadas, que constituem mesmo, ao seu ver, a cúpula do edifício social. [...] Podem ser amanhã com a mesma displicência, protecionistas ou livre-cambistas, individualistas ou intervencionistas, papelistas ou anti-papalista conforme as circunstâncias, como podem ser revisionistas ou conservadores da velha e absurda Constituição de Fevereiro²⁰.

Enquanto Jackson de Figueiredo concederia um conteúdo católico-nacionalista à campanha de Bernardes opondo-se a Edmundo Bittencourt, redator *Correio da Manhã*, que fazia de Peçanha um progressista e liberal, críticos como Maria Belo só viam a inocuidade de ambos.

Gilberto Freyre aponta a demora de certos temas em tomarem a arena do discurso político oficial, seja com a apreciação tardia de Rui Barbosa acerca da existência de uma “questão social” no país, seja com o juízo que via nesta última um caso de polícia, na apreciação de Washington Luís. Os próprios tenentes ancoravam-se em ideias e projetos que, em grande medida, se confundiam com aqueles das oligarquias que queriam derrubar. Trata-se de um processo complexo que, a exemplo dos movimentos militares, se, por um lado, a sua persistência na luta revela a existência de uma expectativa (angústia) utópica de revolução no país, a indeterminação de suas prerrogativas políticas acentua a sua relação com as reflexões políticas oficiais que se mantinham distantes de ideais que pudessem parecer subversivos e contrários às tradições conservadoras do país, como gostavam de dizer. Levará alguns anos até a cultura intelectual brasileira, em geral, julgar “velha e absurda Constituição de Fevereiro”.

A “questão social” na cultura intelectual brasileira

Se o discurso político oficial tendia a apenas tangenciar ou, quando muito, a aceitar a existência de uma “questão social” no país, nos demais domínios da cultura intelectual brasileira o tema tornava-se cada vez mais recorrente. Enquanto o presidente Epitácio Pessoa negava a existência de tal “questão no país”²¹, o noticiário era repleto de casos a respeito de expulsões, prisões e ações policiais que visavam conter as ações, greves, movimentos e manifestações de orientação claramente trabalhista, notadamente segundo uma visão de mundo anarquista²².

¹⁹ BELO, José Maria. A imprensa e a vida política. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1921, p. 1.

²⁰ BELO, José Maria. A campanha política, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1921, p. 1.

²¹ Cf. KAREPOVS, Dainis. Os comunistas: Do surgimento no Brasil aos primeiros passos na vida eleitoral (1918-1924). *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. Tese. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001, p. 50

²² Cf. A EXPULSÃO DOS DECLARADOS ANARQUISTAS. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1919, p. 4; Combate ao anarquismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1920. p. 1; Os anarquistas em atividade, *O Jornal*, Rio

Conforme Angela de Castro Gomes, os movimentos anarquistas atingem seu auge no ano de 1919 no Brasil e começam a decair frente à repressão desencadeada pelos governos Epitácio Pessoa e Artur Bernardes²³. As “campanhas contra o anarquismo” podiam estar presentes tanto no endosso das matérias de jornal à legislação e às ações de repressão, quanto nas produções simbólicas que condenavam tais orientações políticas. As charges aí se destacam²⁴.

Se os anarquistas tinham de enfrentar a forte repressão estatal, os ideais comunistas, bolchevistas e maximalistas, como se dizia, ocupavam grande parte dos informativos internacionais, tornando-se um tema incontornável. A própria utilização da expressão “bolchevismo intelectual”²⁵ era reflexo dessa situação. *O Jornal* manteve numa coluna intitulada “notas bolchevistas” com notícias da Rússia e notas diversas sobre a figura de Lenin ou o funcionamento dos soviets, por exemplo²⁶. Além disso, cotidianamente falava-se em “avanço bolchevista no mundo”, “Rússia Soviética”, “Pedagogia bolchevista”, “psicologia do Maximalismo”, “a praga do Maximalismo”²⁷ etc. Como a maioria dos periódicos não dispunha da colaboração das agências internacionais de notícias, muitas dessas informações eram republicadas em outros jornais e revistas, como no caso da nota sobre “Lenin: o político e o orador” aparecida em *O Jornal* e reproduzida na *Revista do Brasil*, no início de 1920. Este tipo de apreciação era uma composição que buscava, ao mesmo tempo, dar uma noção minimamente objetiva acerca do tema tratado e promover o repúdio ao bolchevismo que deveria decorrer logicamente da notícia. Não era algo tão simples. Assim, o perfil de Lenin era traçado como “lúcido e perspicaz”, “cínico e cruel”, porém, não se resumindo a tais adjetivos:

Lenin é um primitivo. Desde que adotou a doutrina da luta das classes, ele rejeitou de propósito deliberado toda investigação científica e moral. [...] Com este exercício quotidiano ele se consumiu singularmente e espantaria ao mais cético pelo seu racionalismo elementar. [...] Em suma, Lenin não enriqueceu o pensamento humano com ideia alguma nova. Procurar-se-á, em vão, em suas obras escritas, antes e durante a revolução, outra coisa além de comentários mais ou menos engenhosos da tese de Karl Marx. Mesmo quando escreveu, em 1908, sobre a pretendida superioridade do regime dos soviets, não achou outro argumento em favor de sua

de Janeiro, 23 jul. 1919, p. 4.

²³ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, p. 123.

²⁴ É significativa a quantidade de charges que, estampadas em primeira página, traziam críticas, denúncias e reprovações acerca de tais orientações políticas. Numa delas, Oswald ironiza “A partida dos anarquistas”, em que um grupo de pessoas está a discutir e sobressai o seguinte diálogo: “_ Eles foram de carro para bordo...” “_ De carro e com guarda de honra! E ainda há quem proteste contra o embarque dos anarquistas. Nem passagem eles pagam...”. Cf. OSWALDO. A partida dos anarquistas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1919, p. 1.

²⁵ A expressão “bolchevismo intelectual” foi utilizada, dentre muitos outros, por João do Norte (Gustavo Barroso) para criticar os ideais artísticos que despontaram no ano de 1922. Cf. NORTE, João do. Bolchevismo intelectual, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1922, p. 1

²⁶ Cf. Notas Bolchevistas. Lenin: o político e o orador, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1920, p. 1; Notas bolchevistas: que é um soviete?, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1920, p. 1.

²⁷ Notas estrangeiras. Propaganda Bolchevista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 de mar. 1921, p. 1; VIEIRA, José. A Rússia Soviética, *O Jornal*, (SEGUNDA SEÇÃO), Rio de Janeiro, 16 jan. 1927 p. 1; Notas alheias. Pedagogia bolchevista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1921, p. 1; A psicologia do Maximalismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 out. 1919, p. 1; SERVIÇO TELEGRÁFICO – A PRAGA MAXIMALISTA, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1919, p. 5.

tese senão citações tiradas das obras de Marx [...]. Aliás, a pobreza de pensamento é a característica de toda revolução russa, em todos os seus períodos²⁸.

As notícias, os relatos e demais produções simbólicas que faziam referências diretas ou indiretas aos acontecimentos na Rússia constituem importantes fontes para se apreender os desdobramentos no interior da cultura intelectual brasileira acerca das ideias sobre reformas constitucionais, mudanças de regime e modernização da “ciência política”. Frente ao noticiário abundante, surgem nomes como o do jurista Viveiros de Castro a teorizar acerca do tema de uma maneira diversa daquela que os militantes anarquistas e socialistas faziam há tempos sem atingir, porém, espaços hegemônicos como o dos jornais de grande circulação e as instituições consagradas. Assim, Castro dava cursos na Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acerca da “questão social” cujo programa era:

Objeto do curso: explicações preliminares, Definição de – ‘operário’. – A Questão social; Impropriedade de denominação; definição. Existe realmente uma questão social; ela não é uma superstição -, como pensava Garófalo. Otimismo da escola liberal: sua refutação. Causas que tornam atualmente mais grave o conflito entre o capital e o trabalho. As quatro – vigas mestras – da organização social²⁹.

Conforme a notícia, Viveiros de Castro não seria nem socialista nem liberal, pois via “o problema do trabalho *como essencialmente moral*, não podendo ser resolvido sem se fortalecer o sentimento religioso”. Castro era ministro do STJ e suas ideias eram assim glosadas:

[...] todos estão de acordo [...] que urge por meio de medidas prontas e eficazes vir em auxílio das classes inferiores [...]. Já não é mais possível demorar a solução da *questão social* dentro das normas jurídicas, mesmo para evitar que essa solução seja dada por processos revolucionários, ou ditada pelas sugestões do medo. Hoje, em regra, o patrão considera o operário um instrumento de produção, como as máquinas, do qual é preciso obter tudo o que ele pode representar, substituindo-o quando tornar imprestável. [...] firmou-se o regime da – riqueza móvel -, do – dinheiro. A isto, veio juntar-se um novo perigo [...] a excessiva concentração de capitais acumulados em pequeno número de mãos, enquanto mais de dois terços das populações sofrem necessidades. [...] as quatro vigas mestras da ordem social: _ Deus, a Família, a Autoridade e a Propriedade. Os Estados procuram apagar da alma humana a ideia de Deus; os laços familiares estão cada vez mais frouxos; o princípio de autoridade é violentamente combatido; a propriedade é considerada uma expropriação ignóbil.

Ao tratar do livro *Penso e Creio*, de Perilo Gomes, Tristão de Athayde expressava sua desconfiança frente à utopia religiosa. Tal orientação faria parte, segundo o crítico, de um processo geral de “depuração das direitas” frente à ação das esquerdas. Antes de tudo, o autor reafirmava sua posição “eternista”, solicitando um lugar de observador transcendente:

Não creio em eclipses da civilização. Há épocas dolorosas, há ciclos de desorientação mental, há períodos de miséria, há momentos de aparente estagnação, mas nunca há propriamente retrocesso. Tudo depende da altura em que se colocar o observador, do alcance de sua visão³⁰.

Os acontecimentos revolucionários que irrompiam no oriente teriam uma lógica histórica:

²⁸ Notas Bolchevistas. Lenine: o político e o orador, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1920, p. 1. Também publicado em: Lenine: o político e o orador, *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 52, pp. 366-367, abr. 1920.

²⁹ As Grandes Conferências. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *O Jornal*, 27 set. 1919, p. 8.

³⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1921, p. 2.

A chamada orientação à esquerda de todo o movimento político do século XIX não era uma simples veleidade, mesmo porque as veleidades individuais não podem contrariar uma tendência coletiva invencível. Essa orientação era a consequência, e por sua vez a causa, de um crescente individualismo, filho inevitável da instrução difundida nas massas e da meia cultura das elites. E a questão social, hoje máxima, é uma consequência desse individualismo. Sem indagar de outras e remotas consequências benéficas que esse movimento libertário traga consigo, movimento tão injustamente julgado pelas aparências, às vezes de fato desoladoras, basta a primeira delas para nos convencer de que a civilização não está em perigo. A primeira consequência benéfica do movimento das esquerdas é a depuração das direitas: Toda ordem social estabelecida que não tenha contra si uma oposição, honesta, sincera, forte e justa, só por um milagre [...] pode evitar o enlanguescimento. A ordem social capitalista chegara talvez a esse ponto, enquanto os subversores dela apenas pregavam a desordem ou pelo menos a negação da ordem estabelecida. Hoje o movimento é mais sério, e o pensamento da esquerda, amadurecido pelo tempo, pela meditação e pela experiência, apresenta um corpo poderoso e unificado de doutrina e ataque. Consequência: a ordem estabelecida cogita sua defesa. A esse movimento depurador das direitas, no tocante às ideias, pertence o Sr Perilo Gomes, como a ele também se filia o Sr Jackson de Figueiredo, e se hoje é um mero fio de água será amanhã certamente caudal, já que corresponde a uma reação natural e necessária que se está produzindo normalmente em todos os países do mundo³¹.

O crítico observa que o princípio de autoridade constituiria um foco central nas reflexões teóricas de reabilitação do pensamento de direita que atacariam, justamente, as noções gerais de liberdade e individualismo. O autor não deixa de ironizar a premissa de Perilo Gomes:

É de notar, aliás, como os anti-individualistas fazem questão do seu caso individual. *Penso e Creio* é o título desse livro de combate ao individualismo, e não “Pensar e Crer”. O fato, porém, é que o Sr Perilo Gomes [...] parte da consideração religiosa do problema. E ataca a este de frente, com desassombro e tanta vaidade e orgulho de sua submissão à Igreja quanto a dos que a combatem. Nada lhes fica devendo.

Habilitar a validade da reflexão religiosa no interior da República laica e do pensamento moderno em geral estava entre as pretensões dessa direita católica politicamente engajada.

Dessa forma, acerca da “questão social”, Perilo Gomes considerava:

E nós não pretendemos mais do que foi feito: lembrar que a Igreja quando possuiu o ‘controle’ sobre a ordem temporal, fez o possível em matéria de organização social, e que para resolver o problema máximo do nosso tempo – o pauperismo – o seu maior obstáculo é a impiedade.

O crítico não se entusiasma com as soluções católicas, desconstruindo os argumentos religiosos, acentuando o caráter fundamental da mudança por que ele passará posteriormente:

Toda a dialética do Sr Perilo Gomes, que aliás é a apologética de todos os tempos, [...] baseia-se na consideração de que o mistério supremo das origens e dos fins implica necessariamente do sobrenatural. Mas haverá nada mais natural do que o mistério? Se o Sr Perilo Gomes é o primeiro a reconhecer que o mistério, no sentido popular da expressão, é simplesmente uma questão de ignorância que não implica a existência do sobrenatural, por que não há de logicamente aplicar o mesmo critério para as questões que se encontram “na raiz de todas as ciências”? A incapacidade do rústico em conhecer a origem do trovão e a tendência a atribuí-lo à manifestação da divindade é da mesma espécie que a incapacidade do sábio em desvendar a origem da vida e atribuí-la a Deus. [...] O mistério parece-me, portanto, a ignorância talvez definitiva do homem [...] À medida que a ciência aumenta o seu campo de ação,

³¹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1921, p. 2.

diminui o do mistério: não creio que a ciência seja capaz de eliminar o mistério nem que deva vedar aos homens a consideração dele. [...] A ordem sobrenatural, portanto, é a incapacidade do homem em determinar os limites da ordem natural. É mais lógico, portanto, atribuir essa ordem sobrenatural aparente à ignorância fundamental do Homem do que à existência de Deus. [...] Mas qual o motivo da radicação profunda do sentimento religioso, no coração e na mente da humanidade? Por uma necessidade de Ordem, fundamental à natureza humana, ordem individual e ordem social. O instinto filosófico, ou seja, a indagação pessoal dos problemas [...] deixa os homens isolados em sua interrogação dramática do mistério, ao passo que o instinto religioso congrega os homens, dá a cada um o conforto de um edifício secular de pensamento e de bondade, em que nunca o deixarão só. Socialmente, fora da religião, só um sentimento fragilíssimo consegue conter os instintos das massas – o hábito. E a ordem social só foi possível, durante séculos, graças ao sentimento religioso, que, acenando com outra vida melhor, trazia os homens o consolo individual ou a resignação social. Mas nem a existência secular das religiões prova a existência objetiva do sobrenatural, nem a majestade da moral religiosa prova a sua revelação divina, apresentando, ao contrário, todos os característicos de uma lenta elaboração humana. E no mais, se “a descrença é um estado anormal do homem”, a experiência prova que a fé no sobrenatural é um estado transitório. E se o mistério é indecifrável, isso prova, como vimos, contra a razão humana e não pela existência divina. [...] [o livro] é, de momento, a mais formosa manifestação, entre nós, do grande movimento universal de apuração e de depuração dos direitos da Fé³².

Assim, não era a solução religiosa que atraía o crítico. Não seria inexato dizer que e o crítico travou durante a década de 1920 um debate consigo mesmo. Sob o nome de Fernando Telles, ele, como já escrevera no artigo “Êxodo” analisado em tópico anterior, fazia o contraponto entre uma sociedade urbana e outra rural, ressaltando a prevalência que esta última teria nas projeções políticas brasileiras. Comentando o panfleto do deputado e vice-presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, Fidélis Reis, Telles defendia o alistamento rural:

Ao invés desse sorteio militar, que só atinge, em regra, aos pobres e desprotegidos, tirando dos campos para as cidades o maior número dos seus conscritos, levaria o serviço agrícola para os campos, durante um tempo determinado, toda a nossa mocidade que definha e se perde nas cidades. O trabalho no campo é a grande escola de saúde e da virtude. O contato forçado com a terra, com a nossa terra que tão criminosamente desleixamos, havia de deixar, em grande número desses novos servidores da pátria, o salutar amor pela liberdade, pela iniciativa, pela vida forte e fácil do campo. A “política da gleba” é a única política construtora de uma nação incipiente como a nossa³³.

Em outro artigo, Telles reafirmara a sua aversão aos meios urbanos, considerando-os fonte originária de vários males modernos, da “inconsequência ocidental”:

Enquanto no Oriente se prepara a luta sem tréguas contra as sociedades burguesas, enquanto no nascente um novo e rubro sol se levanta sobre o mundo, quando a mais grave das ameaças paira sobre as nossas cabeças, o ocidente dança, ri, diverte-se, goza voluptuosamente o prazer atropelado dos sentidos, sem freio moral, sem pudor, sem consciência. [...] Muito mais grave do que a “onda de preguiça”, que moralistas conservadores e jornalistas reacionários descobrem nas classes proletárias, é a onda de prazer que varre as chamadas classes superiores. [...] A guerra foi como uma pedra lançada no charco: está vindo à tona todo o lodo. Como é lamentável o contraste que aqui a nossos olhos avulta! De um lado, o sertanejo desamparado, as populações do nordeste morrendo à míngua, o povo humilde das cidades torturado pela vida cara e

³² ATHAYDE, Tristão De. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1921, p. 2.

³³ TELLES, Fernando. A política da gleba, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1920, p 1.

difícil, a sociedade em perigo e de outra parte, esta mesma sociedade inconsciente e risonha, corrompida pelo luxo, vulgarizada pelo cosmopolitismo, escravizada pelas modas mais absurdas, esquecidas dos deveres que os seus direitos lhe impõem, sob pena de os perder. [...] Uma campanha temos contra o urbanismo causa primeira de todos esses males sociais, contra o luxo, contra os costumes importados, contra as modas e danças exóticas, contra a miséria, contra o utilitarismo crescente das mentalidades, contra a falta da educação moral, contra a decadência do sentimento religioso, contra a – onda de prazer – que acentuou o contraste entre o sertão e os grandes centros e agrava a delicada questão social, uma campanha geral e incansável, contra esses males do momento, é o mais comezinho dever de defesa e consciência, de uma sociedade, que ainda queremos crer não mereça o suicídio, a que está sendo impiedosamente levada³⁴.

É interessante notar esse desdobramento das figuras de Alceu Amoroso Lima, Tristão de Athayde e Fernando Telles cada qual com um posicionamento público distinto. Ao analisar a obra do dramaturgo Luigi Pirandello, o crítico ressaltava o caráter dissociado da personalidade:

Pirandello é o mais inumano dos homens. Para Pirandello o homem não existe. Não no sentido em que não existia para Joseph de Maistre. De Maistre, como também Gobineau, dizia ter encontrado em sua vida muitos franceses, muitos alemães, muitos russos, mas nunca ter encontrado – o homem. Pirandello vai além. Não encontrou nem mesmo esse homem-nação: - francês, russo ou alemão; nem mesmo o homem-profissão: - pedreiro, banqueiro ou estadista; nem mesmo o homem-caráter: - intelectual, afetivo ou artista. Pirandello nunca encontrou homem de espécie alguma. O homem para ele é um mito. O homem é uma abstração. O homem não existe para Pirandello. Só existem os estados de espírito [...]³⁵.

Talvez viesse da própria experiência a empolgação pelo artista italiano. Afinal, parece haver um jogo de heterônimos e figurações contraditórias em que o viajado e industrial Alceu Amoroso Lima, que lembra ter introduzido o tango argentino no Rio de Janeiro³⁶, assume a persona de um Fernando Telles idealizador do mundo rural a recriminar a “onda de prazer” que assolava a “civilização” ao mesmo tempo em que Tristão de Athayde reconhecia a possível positividade dos movimentos revolucionários na Rússia e em outros lugares do mundo e era cético em relação a qualquer resolução religiosa da “questão social”.

Fernando Telles, porém, era condizente com o papel de industrial, que guardava por detrás de seu pseudônimo, a produzir uma síntese sobre a formação da classe operária moderna:

Um dos grandes fatores do descontentamento contemporâneo, entre as classes operárias, provém, sem dúvida, da falta de amor à tarefa. E essa falta não pode ser

³⁴ TELLES, Fernando. A onda de prazer. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1920, p. 1.

³⁵ ATHAYDE, Tristão de. Pirandello, *O Jornal*. Rio de Janeiro, 25 set. 1927, p. 4.

³⁶ Em entrevista ao *O Pasquim*, em setembro de 1977, recordava o crítico literário: “Bailarino? Introduzi o tango no Rio de Janeiro. [...] Olha, brinquei no Champs-Élysées quando Proust brincava lá. O final da minha *belle époque* foi com essas argentinas. Namorei uma delas mas não deu em nada felizmente me voltei para uma moça nacional (ri). [...] Aprendi o tango porque era a dança da época, mas no Brasil era considerado uma dança imoral, pior que o maxixe. Tango era o que havia de mais baixo. Em 1915, eu estava em Poços de Caldas onde conheci Vera Barbosa [...] que também tinha aprendido o tango em Paris. [...] Mas a Vera era uma moça muito avançada e quando a orquestra tocou um tango me perguntou: ‘Vamos dançar?’ ‘Sem dúvida nenhuma’. O espanto foi geral! A orquestra sempre tocava tangos mas ninguém saía para dançar. Já sabíamos que seria um escândalo. Formou-se uma roda e demos um *show*. Era a primeira vez que uma moça e um rapaz de sociedade ousavam dançar o tango. Até hoje quando tocam *La Cumparsita* me lembro desses tempos de dança. [...] Vocês falaram *jeunesse dorée*. Pois nós éramos chamados de *jeunesse adorée*. Íamos ao Palace, um cabaré [...] Havia jogos, bacará, roleta, danças, bebidas, essas coisas todas”. LIMA, Alceu A. *Memorando dos 90*, p. 209-210.

atribuída a defeito do trabalhador, senão à própria organização do trabalho na indústria, onde a questão social assume sua verdadeira importância. [...] Este era antes um artista que um artífice. Mas o princípio fecundo de Adam Smith – a divisão do trabalho –, e a introdução cada vez maior das máquinas, na indústria, vieram alterar completamente o sistema de trabalho. O novo sistema vinha afastar o operário de sua obra, impedindo-lhe de nela imprimir o cunho de sua personalidade. [...] Criou-se, então, a grande indústria, com o trabalho dividido e a máquina auxiliando ou substituindo o homem. E com a grande indústria se criou, ou melhor, se acirrou a eterna questão social. [...] E o antagonismo dos dois interesses rivais foi aumentando com o afastamento cada vez maior entre patrões e empregados. É o ponto em que se encontra a nossa indústria. [...] É uma forma de dissidência, que se diz irreparável, entre o capital e o trabalho, esquecidos todos de que trabalho é capital em formação e capital trabalho consolidado³⁷.

Telles, então, apresenta aos leitores as propostas de Frederic Winslow Taylor, fundador do “Sistema Taylor” ou taylorismo. A admiração pelo taylorismo era algo que irrompia mesmo nos líderes da União Soviética³⁸ e, no caso dos industriais brasileiros, o sistema poderia ser uma solução bastante sedutora, pois excluiria os perigos revolucionários, conforme comenta:

Em 1911, reunia em volume o resultado de trinta anos de pesquisas, de observações e de resultados práticos maravilhosos, sob o título de – “The Principles of Scientific Management”. Guiava-o o princípio econômico de que a máxima prosperidade do patrão dependia da máxima prosperidade do operário e o princípio moral de que a primeira não devia subsistir sem a segunda. Nessa união de um princípio moral a um princípio econômico é que reside o poder incomparável do taylorismo, que está fadado, quiçá, senão a resolver pelo menos a encaminhar a solução da questão operária, hoje central em quase todo universo. [...] estamos longe de tentar qualquer solução racional do dissídio, divididos entre reacionários e revolucionários. [...] Se as grandes potências resolverem pacificamente a questão social, também resolveremos, sem a menor perturbação; se, pelo contrário, só uma revolução, o que é improvável conseguir classificar a grande confusão contemporânea, também não escaparemos a ela³⁹.

Em um segundo artigo sobre o tema, Fernando Telles sistematiza as posições do taylorismo:

“1º – desenvolver uma ciência para cada elemento de trabalho humano, em substituição ao velho método empírico; 2º – escolher cientificamente, e depois preparar, ensinar e apurar o trabalhador, enquanto outrora era este a escolher o seu próprio trabalho e a fazê-lo como melhor o entendesse; 3º – obter a cooperação cordial entre os chefes e os subordinados, de acordo com os princípios científicos. Estes repousam numa quase perfeita divisão do trabalho entre a gerência e os trabalhadores. [...] É o próprio Taylor quem nos põe em guarda contra certas adoções apressadas de suas ideias. Só lentamente, e pelo estudo prévio das condições do trabalho a organizar, pode ser fecunda a aplicação dos princípios científicos do “taylorismo”.

³⁷ TELLES, Fernando. O Sistema Taylor. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1920, p. 1.

³⁸ Segundo Figes: “O apreço de Lenin pelas ideias de Friedrich W Taylor ajuda a explicar esta tendência. Há muito que ele saudava a ‘administração científica’ [...] do taylorismo [...]. Os métodos de Taylor e Henry Ford forneceriam a chave para um futuro brilhante e próspero, diziam alguns bolcheviques”. Nas palavras de Lenin, em 1918: “Aprender a trabalhar – eis a tarefa que o Poder Soviético deve apresentar ao povo. A última palavra do capitalismo sobre esta questão, o taylorismo, contém toda uma série de descobertas científicas as mais fecundas no domínio da análise dos movimentos mecânicos durante o trabalho, a eliminação dos movimentos inúteis e inadaptados, a elaboração de métodos de trabalho os mais apropriados, a introdução dos melhores sistemas de recenseamento e de controle, etc. [...] É preciso estudar e ensinar na Rússia o sistema Taylor; é preciso implementar o sistema Taylor e o adaptar às nossas necessidades. [...]”. Cf. FIGES, Orlando. *A tragédia de um povo*, p. 913; LENINE. *La révolution bolcheviste*. Écrits et discours de Lénine de 1917 à 1923. Paris: Payot, 1970, p. 87.

³⁹ TELLES, Fernando. O Sistema Taylor. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1920, p. 1.

Sintomaticamente, porém, esse Fernando Telles entusiasta de uma utopia taylorista desaparecerá justamente após refletir sobre a complexidade do problema da questão social que não poderia ser solucionado plenamente segundo uma reorganização fabril. E, neste sentido, em suas últimas linhas, Fernando Telles fazia uma apreciação sobre a questão do bolchevismo:

[...] o silêncio que se fez em torno do artigo do grande psicólogo argentino José Ingenieros, publicado no último número da *Revista do Brasil*, e onde, com toda a serenidade, com a máxima isenção [...] estuda a sério a contribuição doutrinária do movimento bolchevista, que é possível resumir em um grande princípio geral, que é a expressão de “uma nova filosofia política” – a representação profissional. Esse trabalho de ciência [...] é talvez a única coisa justa e sensata, isenta de paixão ou de preconceito, que entre nós se tenha escrito sobre a obra de Lenin, odiosa e admirável, ao mesmo tempo, como a de todos os grandes reformadores sociais⁴⁰.

Antes, porém, de o ítalo-argentino José Ingenieros criticar a “infatigável difamação radiotelegráfica” de que era alvo o regime soviético, Gilberto Amado batia na tecla sobre o problema da confiabilidade das notícias sobre a Rússia e o comunismo:

Tem-se a impressão, ao ler esses telegramas, que a United Press e a Havas continuam a nos julgar indignos da verdade, pobres bugres que convém manter no alheamento completo do que se passa no mundo. É claro que não há aqui, para bem falar, bolchevistas. Não há aqui gente bastante séria para fazer oposição a uma ordem estabelecida. No Brasil só se faz oposição a pessoas... Mas ainda que não haja propriamente bolchevistas, ou comunistas, há, contudo, homens inteligentes a que certas coisas irritam⁴¹.

Denunciava-se a falta informações sobre o apoio de Anatole France ao comunismo e a Lenin:

O raciocínio mais elementar está demonstrando que se um homem como Anatole France saúda Lenin ou se deixa acompanhar por sujeitos que o aclamam, é claro que pelo menos não reputa Lenin um monstro, fora da humanidade, responsável pelos crimes hediondos que lhe são atribuídos e ao seu partido. E se um homem como Anatole France é socialista, combate pela implantação do comunismo na sua França e, porfiando pela realização das teorias de Bergeret, arrisca a sua pele em meio às violências da polícia de Paris – é intuitivo que pelo menos a causa, não é tão nociva assim, e que não somente bandidos a ela se afeiçoam e por ela querem batalhar. Temem-se porventura os aliados de que nós os contaminemos do vírus socialista e que a influência de Anatole os possa ser nociva? Não acreditem nisto. Anatole France não tem aqui leitores capazes de se interessar pelas questões sociais em si mesmas, nem a nossa sensibilidade e o nosso raciocínio chegaram a esse ponto de refinamento desinteressado em que se pode sentir e refletir com amargura ou revolta as desigualdades e o absurdo do regime social em que vivemos. Podem os aliados deixar vir para cá todas as notícias⁴².

Tristão de Athayde, em artigo que saíra no *O Jornal* e na *Revista do Brasil*, falava da precedência que na “mentalidade brasileira” o sentimentalismo teria sobre a reflexão racional:

Ressente-se o nosso julgamento sobre o bolchevismo desse mal de nossa mentalidade. A maioria, ainda a letrada, julgando sobre telegramas fantasiosos, por ideias feitas ou interesses ameaçados, conclui que o movimento russo é uma aberração monstruosa da natureza humana, um simples caso de usurpação do poder por aventureiros judeus, uma mera transferência de propriedade, imoral e feroz. Por seu lado, certas minorias exaltadas, julgando talvez por simples oposição ao

⁴⁰ TELLES, Fernando. Realismo social, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1920, p. 1.

⁴¹ AMADO, G. Anatole France comunista, *Revista do Brasil*, São Paulo, Ano IV, nº 43, jul. 1919, p. 276.

⁴² AMADO, G. Anatole France comunista, *Revista do Brasil*, p. 276-277.

preconceito da maioria, aceitam cegamente tudo que na Rússia fizeram e fazem os partidários de Lenin. Estão cegos ou de má fé como os outros. [...] Todas as grandes revoluções suscitaram os mesmos fanatismos, que o movimento moscovita contemporâneo. [...] Quando estudarmos a organização dos atuais senhores da Rússia, veremos que eles já não representam o que de mais extremado existe em matéria social. Aos homens como às ideias, modifica sensivelmente a posse do poder. A oposição irreduzível não é entre regimes ou classes determinadas, senão entre os de cima e os de baixo. [...] Todo governo, pelo próprio fato de sua existência, suscita oposição. E a mais grave as oposições seria a provocada pela inexistência de governo. [...] Discutir o problema social, sem preconceito, portanto, é crer preliminarmente na impossibilidade de uma solução perfeita da matéria. [...] Para isso, é mister conhecer o que se está passando a Rússia. Ainda são vagas e suspeitas as notícias de que lá nos chegam. [...] Devemos, contudo, estudar imparcialmente o assunto, clarificando as ideias e preparando a inteligência para a compreensão e talvez para a defesa⁴³.

Pouco tempo depois, vinha a lume o artigo de José Ingenieros sobre a “democracia funcional na Rússia” na *Revista do Brasil*. O próprio jornal argentino *La Nación*, citado pelo autor, notaria uma mudança no tratamento do tema na imprensa internacional:

[...] É digno de notar-se que *The Times*, cuja atitude ante o maximalismo tem sido até agora tão agressiva quão intransigente, publique um artigo do seu correspondente especial na Rússia soviética, no qual se não fala de atrocidades. O correspondente se limita a descrever a situação desse país, que julga comparável à de outros países europeus que ainda não provavam do maximalismo⁴⁴.

Ingenieros procura analisar em que medida o sistema soviético representaria a emergência de uma “nova filosofia política” e de novas “características sociológicas”. Ao considerar que os “sistemas políticos efetivos são sempre o resultado da experiência; nunca improvisações inventadas por quimeras utopistas”, ele afirma que as origens do fenômeno russo remontaria à Revolução Francesa e à emergência de uma “soberania popular”. Define-se “revolução”:

Só merece o nome de Revolução uma mudança de regime que implique fundas transformações das ideias ou radicais desequilíbrios entre as classes que coexistem no Estado; por um vício de linguagem costumam confundir-se com ela os motins e pronunciamentos em que se cansa a história de certos povos⁴⁵.

Assim, a partir das revoluções francesa e americana, a afirmação da soberania popular em detrimento de qualquer princípio divino ou absolutista de legitimação do poder traria consigo mudanças acerca da representação política. Sobre esta última, comenta o autor:

A soberania popular foi firmada como um direito individual e contra os privilégios de classe; como consequência desse critério, se tendem a distribuir a representação quantitativamente, dividindo o povo soberano em tantas seções eleitorais quantos representantes devia eleger. Ele permitiu desagregar os privilégios que viciavam as precedentes assembleias; mas, ao mesmo tempo, suprimiu o caráter funcional da representação, em vez de aumentá-lo⁴⁶.

O autor enumera algumas consequências “lógicas” – toda argumentação é atravessada pela

⁴³ T. de A. A questão social, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1920, p. 1. Também publicado em: T. de A. A questão social, *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 50, pp. 177-178, fev. 1920.

⁴⁴ INGENIEROS, José. A democracia funcional na Rússia, *Revista do Brasil*, p. 10.

⁴⁵ INGENIEROS, José. A democracia funcional na Rússia, *Revista do Brasil*, p. 11.

⁴⁶ INGENIEROS, José. A democracia funcional na Rússia, *Revista do Brasil*, p. 13.

reivindicação do olhar científico, sociológico e, portanto, “desinteressado” - da representação nas democracias modernas acerca das quais apenas os partidos políticos não concordariam. Daí falar em “democracia funcional” na Rússia, uma vez que a “democracia” permanecia como horizonte legítimo, qual seja, a “soberania popular”, mas a sua realização é que encontrava uma resolução distinta dos sistemas parlamentares ocidentais. Tal “falseamento” da representação seria já reconhecido pelos sociólogos, de modo que ao invés de representar a população, os parlamentos constituiriam uma classe política e que os:

[...] partidos parlamentares têm por finalidade assenhorar-se do poder ou participar dele, em proveito dos representantes do povo, mais e melhor do que em benefício do soberano representado. Os que mais falam de patriotismo, são, geralmente, os de conduta menos patriótica; não tratam de cooperar com os demais para o bem-estar comum, mas de combatê-los sistematicamente para monopolizar o poder; a rixa dos partidos mantém a sociedade em estado de guerra. [...] O cidadão é um zero à esquerda, depois de eleger como representantes os políticos profissionais que dirigem o partido de suas simpatias. O parlamento [...] não representa a sociedade, é um organismo parasitário e nocivo para o funcionamento das atividades sociais⁴⁷.

A criação de partidos trabalhistas revelaria a necessidade de tais mudanças na representação. Ingenieros apresenta os tópicos basilares da constituição do sistema soviético:

1º: “Os cidadãos da República dos Soviets” nomeiam deputados por grupos funcionais; a massa desses deputados sai dos laboratórios, das oficinas, das escolas, dos centros ferroviários, das associações científicas e artísticas etc. No caso particular de Moscou, capital do Estado, também se representa o pessoal técnico das repartições centrais. “Assim se impede, desde o começo, o nascimento dos profissionais da política”. Visa ainda este fim o fato de se tornarem demissíveis e substituíveis os delegados. 2º “Por sua especial capacidade econômica, ora como produtores ora como consumidores”. Nos soviets locais, da cidade e do campo, existe uma subcomissão econômica, que delega um deputado à sua respectiva Federação; esta, por sua vez, é representada na Assembleia Geral do Soviete, onde constitui a Seção Econômica, conjuntamente com técnicos especialistas (economistas, agrônomos, estatísticos [...]) 3º Através dos partidos políticos. “O número dos representantes eleitos com este critério é muito pequeno comparado com o dos representantes diretos de corporações técnicas. Levou-se em conta que os **líderes** políticos podem ser úteis nos serviços públicos; sua cooperação, quando possuem conhecimentos técnicos é necessária no período de transição e reconstrução”. 4º Todo “soviets” local ou seccional mantém representação com “soviets” gerais da mesma especialidade⁴⁸.

Mesmo que, segundo o autor, o regime representasse ainda um “sistema funcional” incompleto, os bolcheviques estariam realizando conquistas eleitorais⁴⁹ e políticas importantes, não podendo ser considerado uma “associação de ignorantes ou malfeitores prepostos a

⁴⁷ INGENIEROS, José. A democracia funcional na Rússia, *Revista do Brasil*, p. 17.

⁴⁸ INGENIEROS, José. A democracia funcional na Rússia, *Revista do Brasil*, p. 24.

⁴⁹ O autor cita reportagem do jornal *La Prensa* que reproduzia telegrama de Londres: “Informações radiográficas de Moscou anunciam a primeira sessão do ‘soviet’ [...] Votaram, anuncia-se, 507.000 eleitores, ou sejam 87% do total dos eleitores alistados. O número de habitantes que carecem de voto é de 588.000, dos quais 468.000 são crianças e o resto criminosos e pessoas cujos meios de vida não são obtidos pelo trabalho. Sob o regime do czar o número dos que votavam não excedia de 15.000. No tempo de Kerensky votaram 45.000”. Cf. INGENIEROS, José. A democracia funcional na Rússia, *Revista do Brasil*, p. 24.

assassinar e roubar os ricos, sem prejuízo de fazer o mesmo aos pobres”⁵⁰. Alguns lemas do regime, como “quem não trabalha não come”⁵¹ e “quem não trabalha não vota” são destacados e serão recorrentes nas apreciações sobre os soviéticos. Tudo, porém, estaria por fazer, o horizonte que se abria era um processo histórico marcado pela angústia e pela esperança:

O aumento da felicidade não é para a murcha geração da guerra, e sim para a futura geração da paz. As épocas revolucionárias não tiram a felicidade do nada, e implicam angústia para todos. [...] A violência não é finalidade das revoluções, senão a dolorosa defesa imposta pelas circunstâncias contra a ameaça dos reacionários. [...] As nações civilizadas caminham para uma Democracia Funcional. Educar os espíritos nessa orientação é obra inteligente de Paz; obstruir o curso a história é obra louca de Guerra⁵².

Se tais palavras caíram no silêncio, como dissera Fernando Telles, o fato é que, com o tempo, a temática apenas ganhou em vigor e complexidade no interior da cultura intelectual brasileira.

Entre dezembro de 1920 e fevereiro de 1921, o socialista Joaquim Pimenta⁵³ publicava uma série de seis artigos intitulada “A luta de classes em face do direito moderno” publicada sempre na primeira página do *O Jornal*. Em uma linguagem vazada de metáforas biológicas e organicistas segundo uma concepção evolucionista, Pimenta considerava que o:

Coroamento da evolução, a revolução não só se justifica, como é necessária; é uma intervenção cirúrgica que se impõe a um organismo que, para poder viver, tem de amputar certas partes gangrenadas ou que perderam a sua função; é uma intervenção que a sociedade exige de si mesma, impelida pelo próprio instinto de expansão vital que tanto preside ao transformismo biológico dos seres, como ao dinamismo sociológico dos povos⁵⁴.

Pimenta criticava concepções anarquistas que, por serem reticentes e até contrárias à existência do Estado, estariam restritas à ação sindical. Porém, o que vem à tona é a crítica radical ao liberalismo e ao regime brasileiro no qual o Congresso “não representa o povo, nem o eleitorado, mas os governadores estaduais junto à presidência da República” aqui e no exterior:

[...] Em todos os países onde ele [Parlamentarismo] se erigiu em imperativo categórico do liberalismo político, o contraste logo se denuncia entre os fatos e o tão decantado “governo do povo” pelo “povo” [...] o poder que na Inglaterra está acima de todos os poderes não é o Parlamento, mas o Gabinete. Este pode impedir ou deter, em qualquer das duas casas, a votação dos “bills” que lhe convierem; “tornou-se a única fonte de legislação séria; daí, pela força das coisas, se fez a única fonte de legislação constitucional”. Dos Estados Unidos sabe-se que assentam eles em uma constituição que se tem por um dos mais suntuosos monumentos da cultura jurídica. Entretanto, não há país onde se haja mistificado tanto os são preceitos da ética constitucional. [...] O mercado de votos, para o qual se criou uma classe especial de agentes, os “bosses”, converteu a poética ficção da soberania nacional na mais

⁵⁰ INGENIEROS, José. A democracia funcional na Rússia, *Revista do Brasil*, p. 24.

⁵¹ Ironicamente, a frase tem origem bíblica e é atribuída ao apóstolo Paulo em sua “Primeira Epístola aos Tessalonicenses”. Lenin a utilizou como mote para combater os burgueses da Rússia em um contexto de grande fome que se seguiu à revolução, o lema era visto como “a primeira máxima fundamental que está na base do socialismo: ‘Aquele que não trabalha, não come nada’ [...] todo trabalhador compreende isso”. LENINE. *La révolution bolcheviste*, p. 94.

⁵² INGENIEROS, José. A democracia funcional na Rússia, *Revista do Brasil*, p. 27.

⁵³ Sobre Joaquim Pimenta e sua militância Cf. GOMES, Â de C. *A invenção do trabalhismo*, p. 147-165.

⁵⁴ PIMENTA, J. A luta de classes em face do direito moderno, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 dez. 1920, p. 1.

prosaica transação mercantil. O dólar é o verdadeiro título eleitoral por que a grande República faz sentir [...] a força do seu imperialismo econômico-político⁵⁵.

Joaquim Pimenta terminava sua série de artigos retomando a questão da representação funcional como horizonte das formas políticas vindouras, com evolução ou revolução:

[...] não há atualmente um governo que realize o regime democrático como o delinearão os corifeus do liberalismo racionalista [...] o “Estado popular do trabalho”, uma República ou antes uma federação de sindicatos, de estrutura essencialmente jurídica, em que o equilíbrio das forças econômicas, morais e intelectuais do agregado humano resultará da coparticipação no gozo das riquezas, qualquer que seja o seu aspecto, por todos os indivíduos que as tiverem produzido.

Fora das orientações engajadas diretamente no sindicalismo ou nas lides partidárias, Tristão de Athayde ressoava o tema do socialismo e da “questão social” ao analisar a obra *Clarté* de Henri Barbusse. Tratava-se de se abordar a obra e o engajamento do autor:

Sente-se correr por seus livros um sangue quente de desejo, mas de desejo são e viril, de desejo fecundante e simples. Ele prega a ruína, mas a quer apressar para a obra necessária de reconstrução. Os românticos amavam [...] a desordem nas ideias e a liberdade de sentimentos. Henri Barbusse acentuara o seu amor à razão, sua confiança no pensamento, seu apego à ordem. – *La révolution, c'est l'ordre* [A revolução é a ordem]. Esta frase poderosa resume o seu idealismo positivo⁵⁶.

Tal “idealismo positivo”, às vezes, poderia prejudicar seu valor literário:

Seu último livro, *Clarté*, reúne e enfeixa os dois precedentes: *L'Enfer* e *Le Feu*. Delinea-se em sua obra uma severa unidade de pensamento, missionário que é da Ideia-Nova. Seu proselitismo o conduz, por vezes, ao sofisma especioso e ao golpe de teatro trivial de dramalhão. O tom de apóstolo que assume nem sempre atrai, antes irrita. Alma de uma delicadeza doentia, espírito sensível ao mal, o autor de *Clarté* aumenta as misérias, só vê as misérias. Há pessoa para quem o mundo é o belo: para Barbusse o mundo é o feio. A revista *Les Marges* abriu, há pouco, um inquérito sobre qual o monumento mais feio de Paris. Barbusse respondeu: _“Todos”. Essa resposta não parece sintomática de sua predisposição a dramatizar a realidade?

Tais reparos não impediam o crítico de avaliar que o “volume não pode ser resumido: deve ser lido” e que seu “amor pelo homem do povo sofredor, vítima do mecanismo social, pelo soldado raso, pelo proletário intelectual e manual, aguçou-se-lhe o contato íntimo com a tragédia de 1914”. Acerca de suas ideias políticas e sociais, Tristão de Athayde afirmava:

A razão [...] o conduz a modelar a sociedade futura aliás vagamente esboçada em quatorze ou quinze mandamentos, entre os quais avultam a supressão das pátrias políticas e de toda hereditariedade social e política e a subsistência da propriedade fundada no trabalho. [...] Barbusse foi o grande épico da guerra. Será a grande voz da evolução? [...] Sua fé na remodelação social não é utópica. Ele não crê que qualquer regime social possa influir na felicidade – “paraíso íntimo e pessoal” -, mas a “vida equilibrada e cuidada é necessária ao homem para construir a mansão isolada da ventura”, para “viver a paz e o trabalho justo, a doçura do lar, o conforto geral, para os inventos, os acordos, as virtudes”. Não é idílico o seu quadro de futuro: é justo e razoável. [...] Sua filosofia, em *L'Enfer* e *Le Feu*, fora a do esvaimento eterno das coisas do nosso mestre incomparável Anatole France. Em *Clarté* esse pensamento se completa pelo esplendor da verdade reacendendo o gosto de viver.

As ideias de *Clarté* tiveram boa recepção na cultura intelectual brasileira. A emergência

⁵⁵ PIMENTA, J. A luta de classes em face do direito moderno, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1921. p. 1

⁵⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1919, p. 11.

do grupo *Clarté* e suas reivindicações são indissociáveis do impacto que a Grande Guerra tivera no cenário intelectual francês. Criado em 1919 por Henri Barbusse que, anteriormente, foi um dos fundadores da Associação Republicana dos Antigos Combatentes (ARAC), não por acaso livros intimamente ligados à guerra (*L'Enfer e Le Feu*) prefiguram a origem ao grupo. Apesar de engajados na revolução, a orientação pacifista do ideário de *Clarté* ressoa o caráter pós-guerra do movimento. *Clarté* se dizia livre de qualquer orientação partidária, elencava, entre membros e patronos, nomes como Anatole France, Máximo Gorki, Rosa Luxemburgo, Jules Romains, Georges Duhamel e outros. Acerca das obras *Le Feu e Clarté*, Lenin comentava:

Pode-se reconhecer nestes livros uma das confirmações particularmente persuasivas do desenvolvimento da consciência revolucionária das massas. A transformação de um representante comum da pequena burguesia [...] em um revolucionário, precisamente sob a influência da guerra, é mostrada com a força do talento e uma verdade extraordinária⁵⁷.

No Brasil, um dos documentos mais marcantes sobre a recepção das ideias de *Clarté* é o panfleto assinado pelo paulista Afonso Schmidt e intitulado *Palavras de um comunista brasileiro à liga nacionalista e à mocidade das escolas*⁵⁸. O pequeno volume é dividido em cinco tópicos: “‘Clarté’ Manifesto dos intelectuais franceses aos seus colegas do mundo inteiro”; “O nosso apelo”; “À margem de um programa comunista”; “Aos intelectuais brasileiros de todos os credos” e “Grupo comunista brasileiro ‘Zumbi’”. Este último, com sede no Rio de Janeiro, estaria em processo de filiação ao grupo francês, de modo que os “brasileiros poderão colaborar com os intelectuais de todo o mundo no advento da República Universal, fora da qual não há salvação para os povos”. O próprio título do panfleto revela uma característica importantes do pequeno manifesto: a nacionalização da “questão social”. Afinal, parte da argumentação visa refutar a tese de que a questão social seria provocada por imigrantes:

[...] quando se fala em questão social, os conselheiros da República, que continuam a ser os mesmos da Monarquia [...] limitam-se a repetir o venerando chavão: - “O Brasil é um país novo, rico e imenso. Quem não puder vencer nas cidades que vá para o sertão, onde há terra para todos”. E o problema – dizem eles – ficará resolvido. [...] Precisamos notar que os trabalhadores que da Europa nos chegam são, na sua maioria, camponeses de pouca cultura que aqui vem receber os primeiros rudimentos da literatura e da ciência, e isto mesmo quando nos chegam muito jovens. As ideias libertárias bebem-nas aqui. [...] enquanto o capitalista europeu traz para o nosso meio a intransigência feroz das classes a que pertencia no seu país de origem, o trabalhador europeu, pelo contrário, adapta-se logo aos nossos costumes, identifica-se com a nossa gente e faz causa comum com o proletariado brasileiro⁵⁹.

O temor em relação ao destino dos trabalhadores estrangeiros era mais que justificado:

Os debates parlamentares envolvendo a discussão de projetos de expulsão de estrangeiros não eram um fato novo, tendo ocorrido em 1907 e 1913. Mas em 1920-21, o projeto foi aprovado – considerando o anarquismo crime – permitia legalmente a deportação sumária de estrangeiros envolvidos em distúrbios e o fechamento de

⁵⁷ Cf. ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean François. *Les intellectuels en France*, p. 131.

⁵⁸ SCHMIDT, Afonso. *Palavras de um comunista brasileiro à liga nacionalista e à mocidade das escolas*, p. 5.

⁵⁹ SCHMIDT, Afonso. *Palavras de um comunista brasileiro à liga nacionalista e à mocidade das escolas*, p. 10.

quaisquer associações que realizassem atos considerados prejudiciais à ordem pública⁶⁰.

O capital internacional ditaria as regras no país, segundo os brasileiros entusiastas de *Clarté*: “Esses capitalistas estrangeiros influem diretamente na política interna do nosso país e a administração pública sofre a sua influência pernicioso e subversiva. Quase todos os nossos políticos devem favores eleitoreiros às grandes empresas estrangeiras”⁶¹. O panfleto enumerava várias influências, elencando tanto autores da tradição anarquista, quanto figuras associadas ao comunismo⁶². Quanto a este, porém, havia o esforço de defini-lo a partir do alinhamento com os bolchevistas, traduzindo o termo para o português como “maximistas” ou “maximalistas”, mas que, a fim de evitar confusões, utilizariam o termo comunista⁶³. No sentido de nacionalizar a questão social no Brasil, enumera-se tanto os inspiradores do movimento quanto seus membros efetivos, elencando-se nomes como Euclides da Cunha, Rocha Pombo, Ricardo Gonçalves, José Oiticica, Graça Aranha, Fábio Luz, Marcelo Gama, Augusto dos Anjos, Lima Barreto, Orlando Correia Lopes, Curvelo de Mendonça, Octávio Brandão, Benjamin Mota, Avelino Foscolo, d. Maria Moura Lacerda, Astrogildo Pereira, Maurício de Lacerda, Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta⁶⁴ e muitos outros.

Em artigo para *O Jornal*, José Maria Belo repercutia o “apelo de *Clarté*”:

A chamada questão social não se resume, como se afigura à maioria dos nossos políticos, a um simples conflito, declarado ou latente, entre operários e patrões, em que o Estado possa intervir como mediador gracioso [...] Ela existe por toda a parte, desde que o trabalho de braço ou da inteligência humana se restrinja à função de escravo dos capitalistas⁶⁵.

Maria Belo, então, fazia a defesa do novo grupo e aponta suas possíveis limitações:

O apelo de “*Clarté*” aos intelectuais da América não tem outro sentido senão o de um toque de reunir a todos os homens de inteligência ou mesmo, de simples boa vontade. [...] “*Clarté*” será mais um método do que uma religião fechada [...] O apelo

⁶⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, p. 135.

⁶¹ SCHMIDT, Afonso. *Palavras de um comunista brasileiro à liga nacionalista e à mocidade das escolas*, p. 9.

⁶² Como é destacado pela historiografia, a imbricação e mesmo confusão entre visões de mundo anarquistas e comunistas permaneciam mesmo após a fundação do Partido Comunista Brasileiro. O PCB foi fundado em congresso realizado em Niterói, entre os dias 25 e 27 de março de 1922. O ecletismo teórico pode ser verificado no depoimento de um dos fundadores do PCB: “Abstraindo do conceito que de mim façam todos os anarquistas [...], eu na minha consciência sinto-me tão anarquista como os que mais o sejam. Não obstante, estou de acordo com a Terceira Internacional, e, por consequência, com a Ditadura do Proletariado, porque acho que para os efeitos da realização do ideal anarquista, são necessárias a centralização e a disciplina e não dispersão e irresponsabilidade. [...] Eu, sendo anarquista, sou aderente e simpático à Ditadura do Proletariado apenas como um ‘meio’. Assim sendo, não preciso dizer que nos princípios e finalidades estou plenamente de acordo com todos os anarquistas, porém, me parece que quanto aos ‘meios’, de dia para dia, a prática e os fatos nos ensinarão quais são os mais eficazes e seguros”. Cf. KAREPOVS, D. *A esquerda e o parlamento no Brasil*, p. 43.

⁶³ Explica-se: “A palavra russa *Bolshevik* pode ser traduzida por *maximista* e designa o grupo que, num congresso efetuado antes da revolução, declarou-se a favor do programa socialista na sua máxima expressão. [...] A parte vencida, os que eram pelo socialismo na sua mínima potência reformadora, passaram a designar-se *mencheviki*, ou *minimistas*. [...] A designação de maximalista corresponde presentemente à de comunista. É esta, portanto, a que, de preferência, devemos usar para fugir às confusões que tanto agradam aos detratores da nossa ideia”. SCHMIDT, Afonso. *Palavras de um comunista brasileiro à liga nacionalista e à mocidade das escolas*, p. 10.

⁶⁴ SCHMIDT, Afonso. *Palavras de um comunista brasileiro à liga nacionalista e à mocidade das escolas*, p. 28.

⁶⁵ BELO, José Maria. O apelo de “*Clarté*”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 set. 1921, p. 1.

de Anatole e Barbusse, secundando na Argentina pelo sr. Ingenieros, não se perdeu como eu supunha, para tristeza e humilhação da nossa inteligência. [...] Resta, agora, apenas que ele não se limite a uma simples tentativa literária, tornando-se o que deve ser – um núcleo de estudo e de ação eficiente que, através das misérias do nosso empirismo político e do egoísmo displicente das nossas letras, possa dar aos outros países e a nós mesmos, a certeza de que conduzimos também as nossas pedras para a edificação da cidade futura⁶⁶.

Se no contexto francês o grupo *Clarté* foi ao mesmo tempo algo significativo e estatisticamente pouco representativo⁶⁷, no Brasil, além da nacionalização da “questão social”, ele mobilizou alguns personagens com trajetórias nos meios políticos legais e clandestinos, sendo, assim, um ponto nodal na história da cultura intelectual brasileira. Conforme nota Karepovs:

A posterior trajetória do grupo “Clarté” levou parte relevante de seus membros a afastar-se de suas posições de simpatia à Revolução Russa e a defender, a partir de posturas reformistas [...] a criação de um Partido Socialista, que, como tantos que o antecederam, acabou não vingando. Mais tarde, no final dos anos 1920, vários de seus membros acabaram aproximando-se da Aliança Liberal de Getúlio Vargas e, vitoriosa a chamada Revolução de 30, ingressaram na máquina estatal getulista, o que levou Hall e Pinheiro a afirmar que o “Grupo Clarté” teria sido, na verdade, mais que elemento formador do PCB, um precursor do Ministério do Trabalho. No entanto, parte dos membros de “Clarté”, particularmente os oriundos do “Grupo Comunista Brasileiro Zumbi”, passou a integrar as fileiras do PCB⁶⁸.

Assim, se os debates políticos oficiais mantinham-se reticentes frente às demandas políticas e sociais oriundas da chamada “questão social”, esta ocupava o noticiário e vários espaços de produção simbólica com diferentes tratamentos no interior da cultura intelectual brasileira.

Sistemas e projetos

Ao tratar da obra de Assis Chateaubriand, *A Alemanha*, Tristão de Athayde refletia sobre as causas da Grande Guerra que não poderiam recair sobre apenas um país:

Sei muito bem que atribuir à Alemanha a exclusiva responsabilidade da guerra, como hipocritamente faz o Tratado de Versalhes, é uma simples manobra do cesarismo que ditou as condições draconianas de paz, e que as origens do fenômeno, para não ir mais longe, remontam às duas colunas básicas de nossa sociedade atual – a propriedade e a soberania – sem cuja remodelação será impossível alcançar qualquer progresso social e internacional⁶⁹.

Os temas tratados a partir da “questão social” propiciaram a emergência de uma variada produção intelectual preocupada em tratar da remodelação do regime político brasileiro. A República parecia defasada em relação aos processos políticos e culturais noticiados do exterior. A defesa de Ingenieros de uma “democracia funcional” era uma expressão clara deste processo. Não se trata do aparecimento de uma originalidade primordial, mas da conformação de um conjunto de condições políticas, culturais e sociais, nacionais e internacionais, que confluíram para a estruturação de um campo simbólico preciso que faz a “questão social” se

⁶⁶ BELO, José Maria. O apelo de “Clarté”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 set. 1921, p. 1

⁶⁷ Cf. ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean François. *Les intellectuels en France*, p. 131.

⁶⁸ KAREPOVS, D. *A esquerda e o parlamento no Brasil*, p. 38.

⁶⁹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1922, p. 1.

relacionar com a “questão nacional” que, ademais, tomava todos os campos da cultura intelectual brasileira.

O realismo é também reivindicado, ainda mais do que em outros domínios da cultura intelectual, no tratamento da reflexão política e social. Há uma profusão de textos e livros que começam a tratar o país como um problema político a ser resolvido e os programas começam a surgir ininterruptamente. Sobre uma conferência de Luciano Pereira, *O que temos sido e o que devemos ser*, o crítico considera que, se o autor era desprovido de originalidade, ele teria uma “visão exata de nossas necessidades”. Tratava-se de se golpear de vez qualquer ufanismo:

Se tivéssemos a coragem de confessar que o nosso solo é, em geral, pobre e enfeitado de obstáculos naturais à cultura, que as nossas vias de penetração têm de ser laboriosamente construídas e custosamente mantidas, que é a imensidão de nossas distâncias é um mal quase invencível, que os nossos grandes rios são de navegação difícil e às vezes impossível, que enormes regiões do nosso território exigem um saneamento rigoroso [...] A nossa grandeza há de ser obtida graças a uma luta contínua e implacável em que teremos de vencer a natureza e a nós mesmos: a natureza por ser áspera e difícil; a nós mesmos porque nascemos mais para o devaneio que para a ação⁷⁰.

O crítico termina, porém, com a cética afirmação de que se tratava, no caso, de “mais um programa e um bom programa de construção nacional. Como se sabe, tudo está em realiza-lo”.

Ao tratar do livro de Félix Rodrigues, *Velhos rumos políticos*, a coisa era distinta. Tristão de Athayde traça uma reflexão sobre o próprio estatuto do pensamento político no país, de suas limitações teóricas e epistemológicas:

A teoria política é pouco versada entre nós. Deliberadamente me esquivo de falar em “ciência política”, expressão tão do agrado de muitos ideólogos e teoristas. É tão instável o governo dos homens, que à fixidez da ciência se deve preferir a maleabilidade da arte, ainda em seu conceito menos variável de “teoria”. Não costuma esta prender frequentemente a atenção dos nossos publicistas, seduzidos de preferência pelo ponto de vista histórico ou prático [...]. Se passarmos, então, da literatura jornalística ou parlamentar para a prova de fôlego da literatura livresca, rareiam de mais em mais as contribuições. À falta, em nosso meio, das “escolas de ciências políticas”, que orientam os espíritos desde a mocidade, para o debate teórico, se deve em grande parte essa exiguidade de concurso a uma matéria de tão alta relevância humana. Formam-se, quase sempre, os nosso estadistas, no desempenho dos cargos públicos e nas pugnas mesquinhas do partidarismo e da politicagem, lutando os nossos publicistas, já em plena maturidade, num esforço inglório e exaustivo de autodidatismo⁷¹.

Daí o crítico se dizer surpreso com o aparecimento de uma obra como a de Félix Contreiras Rodrigues⁷². Tratava-se de uma teoria do Estado que o considerava segundo sua forma, regime e sistema. Conforme o próprio Rodrigues: “A forma é dada pela divisão política e administrativa do Estado. O regime é dado pela determinação da origem da autoridade. O

⁷⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1920, p. 2.

⁷¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1921, p. 1.

⁷² Há poucas informações sobre o autor, cf. CARDOSO, Claudira. *Integralismo no processo político gaúcho*. Partido da Representação Popular (PRP). Jaguarão/RS: Selbach & Associados, 2014, p. 105.

sistema é a entrosagem constitucional de que se serve a autoridade para reger o Estado”. Quanto à “forma” do Estado, ele defenderia uma “centralização política”, com isso significando a permanência da unidade nacional num sistema burocratizado e unificado. Rodrigues aí trata do processo de formação dos Estados nacionais segundo uma “lei histórica da atração nacional”. A Guerra revelaria o caráter internacional da questão nacional:

A tendência secular para a nacionalização [...] acentuou-se consideravelmente com a guerra. “A última guerra autoriza a generalizar que a humanidade, ciente dos resultados da diferenciação política, faz cara-volta [...] enveredando pelo número da diferenciação étnica... E, de fato, as nações incompletas alargaram os seus círculos, atingiram os limites extremos, se expurgaram dos elementos estranhos, se completaram, se nacionalizaram. Fora a Suíça, respeitada na sua formação espontânea, não há hoje Estado que não seja uma nacionalidade”⁷³.

Esta “diferenciação étnica” marcaria a definição das identidades e horizontes nacionais. O crítico faz reparos em torno da complexidade que envolveria tal relação entre etnia e nação. Ele considerava “ridículas” as pretensões de Rodrigues em associar uma identidade entre o mundo Ibérico e a América Latina, segundo tal aproximação entre etnia e nação que, ademais, o autor não utilizaria para a América inglesa: “Já somos hoje tão pouco portugueses quanto se consideram ingleses os norte-americanos, e a nossa nacionalidade tende, como a deles, a consolidar-se cada vez mais, em torno de elementos variados e convergentes, sem a mínima relação com a ex-metrópole”⁷⁴.

O processo de consolidação das nações seria caracterizado por um movimento duplo de internacionalização constante e de emancipação dos direitos individuais:

Com grande agudeza de visão, mostra o Sr Felix Rodrigues a tendência moderna para a universalização. Nunca, estando tão desagregado, esteve o mundo mais ligado do que hoje. [...] Há um nacionalismo exasperado em todas as nações, preso a um internacionalismo fatal. Nunca os inimigos dependeram tanto uns dos outros, odiando-se com mais implacável sentimento. E apesar disso e por isso, “a marcha ascensional da política humana” vai do particular para o geral. Dos Estados para a Federação, das federações para as alianças, das alianças para a Sociedade das Nações e desta, verossimilmente, para a “unarquia de todos os homens”. Mas se as particularidades políticas tendem a desaparecer, cresce o poder dos indivíduos: “A humanidade ameaça absorver as agregações particulares, os Estados, as pátrias, mas exalta o indivíduo. O maior apanágio da humanidade é a própria individualidade. Permitir que cada indivíduo se desenvolva, dilate o seu eu até onde atinja o do próximo, ou indefinidamente onde o não encontra, de forma a contribuir no que puder para a expansão geral, eis o que é e o que será eternamente humano”.

O subtítulo da obra de Rodrigues era *Ensaio contributivo para a revisão constitucional do Brasil* e, ao desdobrar suas propostas políticas, tal preocupação com liberdades e direitos individuais se diluem e assumem um caráter secundário, afastando-se mesmo da democracia:

O governo é feito para o povo e no interesse do maior desenvolvimento possível de cada uma das suas unidades; mas o poder, se repousa no povo, há de ser por intermédio de órgãos autorizados e depuradores da massa, onde tenha assento a

⁷³ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1921, p. 1.

⁷⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1921, p. 1.

“qualidade” e não a “quantidade”. “A eleição em si, como iniciativa do povo, não existe... O povo, entregue a si mesmo, costuma escolher os indivíduos que mais convém aos seus interesses imediatos; mas isso não significa que escolha os que lhe são mais convenientes... Que se governe, em virtude do sufrágio universal, a grande massa dos habitantes de um país, com a preocupação predominante da preponderância do maior número, muito bem... Mas que, por sua ação, fique excluída a intervenção segura e permanente do que representa a qualidade nacional, é injusto e não republicano. Ao contrário, aristocratizando-se a república, tornar-se-á *respublica* mais generalizada, mais república, portanto”⁷⁵.

Dessa forma, acerca do segundo tópico de sua análise, “o regime” defendido por Rodrigues é uma “aristodemocracia” que teria no Senado o “equilíbrio” qualitativo da República. O crítico se decepciona com a “solução” proposta pelo autor:

O órgão desse escol será o Senado, escolhido por voto restrito que faça uma “seleção dos eleitores para elevar o nível dos eleitos no Senado”. Não explica, aliás, qual deva ser em sua opinião essa seleção, limitando-se a falar em “condições de seleção exigidas por lei”. [...] É uma falha séria do livro do Sr Félix Rodrigues essa falta de precisão do que entende por “qualidade”, no seu sistema de governo. Aliás, nada tem este de propriamente original, a não ser a organização do senado que justamente não chega a esclarecer [...]”⁷⁶.

A terceira parte de sua análise do Estado e proposta para o Brasil reside no “sistema”, ou seja, na “entrosagem constitucional” do regime:

A última parte do livro é dedicada à defesa do parlamentarismo, de um lado, por ser “brasileiro historicamente”, e de outro, sob o aspecto doutrinário, por apresentar motivos de preferência sobre o presidencialismo, sendo o mais adequado à formação da unidade nacional e de um escol social, por ter caracteres mais gerais, sendo mais plástico à evolução social, por tornar mais efetiva a responsabilidade política e equitativa a representação dos partidos no governo. República unitária, aristodemocrática e parlamentar, eis a conclusão do Sr Félix Rodrigues, sobre o sistema de governo mais adequado ao nosso desenvolvimento nacional [...].

Apesar dos elogios à obra de Rodrigues, especialmente por seu caráter claro e preciso, Tristão de Athayde lamenta que o autor não tenha se desdobrado sobre a constituição deste Senado que equilibraria os poderes. Retomando seu “eternismo”, segundo o qual “nada é velho em política”, aludindo ao título da obra *Velhos rumos políticos*, e que “tudo vai da maneira de compreender os preceitos de Sólon ou de Licurgo, tudo vai, sobretudo, da maneira de aplicar os ditames das teorias”, o crítico fala da mais importante “velha novidade” em política à época:

Outro velho rumo político [...] que não mereceu a atenção do Sr Félix Rodrigues, talvez por julgá-lo revolucionário e dada a sua índole contrária a tudo quanto não seja pacificamente consagrado pelo tempo, [...] está sendo renovado hoje, ainda em experiência, e vai certamente introduzir uma grande transformação nos sistemas constitucionais de um futuro pouco remoto. [...] Essa alteração nos vem da Rússia bolchevista e por isso vai provavelmente merecer a repulsa imediata de todos quantos ainda veem a Revolução Russa como um simples acesso de barbaria [...]. Essa alteração [...] é a *representação profissional*, substituindo a formação geográfica ou partidária do parlamento. Nenhuma dessas duas espécies representa, hoje, plasticamente, a sociedade, como teórica e praticamente devem os parlamentos fazer. [...] O *parlamento profissional* será o verdadeiro parlamentarismo do futuro

⁷⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1921, p. 1.

⁷⁶ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1921, p. 1.

próximo e só nessas condições posso compreender e aprovo a predominância do escol no governo, como que o Sr Félix Rodrigues.

A obra de Félix Rodrigues propunha uma reavaliação do horizonte político republicano brasileiro que já não se confundia com as propostas das lides partidárias das oligarquias. O comentário de Tristão de Athayde, por seu turno, revelava o caráter complexo com que a cultura intelectual brasileira começava a lidar com os destinos incertos que estariam reservados à República, especialmente quando situada no interior de um movimento internacional que parecia irresistível. O crítico destacara a força do realismo que caracterizaria, cada vez mais, as reflexões sociológicas e políticas como, aliás, já havia verificado na produção literária:

É um sintoma do melhor augúrio observar como, desde Euclides da Cunha ou Alberto Torres, se vem generalizando essa concepção realista das coisas nacionais [...]. Foi esse realismo que nos deu [...] o livro tão merecidamente falado do Sr Oliveira Viana, e este ano o livro tão injustamente calado, embora menos valioso que aquele, do Sr Félix Rodrigues. É esse realismo que está inspirando a dupla campanha benemérita, pela política sanitária e pela política econômica, que já conquistou a consciência nacional e penetrou mesmo as famosas esferas governamentais, embora anulado ou atenuado por erros de outra espécie⁷⁷.

A velhice da República verificada desde fins da década de 1910 começa a assumir um caráter agônico. Uma das produções mais significativas neste sentido é a obra coletiva *À margem da história da República* lançada em 1924 e organizada por Vicente Licínio Cardoso. Antes de a analisarmos, porém, alguns necrológicos pedem passagem.

Sobre três necrológicos

Dois dias após a morte de Rui Barbosa ocorrida em 1º de março de 1923, Tristão de Athayde escrevia sobre a dificuldade em precisar o significado de seu testamento:

Até hoje, e hoje mais do que nunca, não tivemos serenidade para julgar esse homem a quem tudo foi negado, a quem tudo foi concedido, e que nem foi o falso grande homem dos seus inimigos, nem o grande homem perfeito dos seus amigos. [...] Só o tempo nos livrará dessa emoção, dessa perturbação inexplicável que irradiava daquela figura, e tolhia a todos que ousavam defini-la, caracterizá-la, situá-la⁷⁸.

O político e intelectual baiano era uma lembrança importante da geração da campanha civilista:

Quem de nós, cuja adolescência se escoou pelos dias sombrios do civilismo, não viu Rui Barbosa surgir como um verdadeiro facho luminoso, acordando em nossas almas crestadas de ironia e egotismo, um pouco daquela ingenuidade do entusiasmo impensado, que um racionalismo sutil e demolidor envenenara lentamente de ridículo. Foi um momento de restauração romântica; um momento apenas, mas que nos salvou talvez da negação.

O romantismo de Rui Barbosa é assim verificado pelo crítico: “Romantismo político, o seu infatigável e indestrutível liberalismo; romantismo religioso, a sua evolução do livre pensamento ao espiritualismo. [...] Romantismo literário, essa prolixidade inesgotável de sua pena, essa feição tribunícia e ciceroniana que assumiam todos os seus escritos”. O aspecto mais

⁷⁷ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1921, p. 1

⁷⁸ ATHAYDE, Tristão de. O amigo dos livros, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1923, p. 1.

destacado pelo crítico na obra de Rui Barbosa é o seu caráter livresco que traria boas e más características. As primeiras seriam a polidez no caráter, a falta de rancor e o tratamento sem asperezas, pois “entre os livros é que nasce a verdadeira urbanidade”⁷⁹. Já dentre as más:

[...] a obra de Rui Barbosa foi toda ela concebida e criada em plena biblioteca. Daí a raiz principal dos defeitos que lhe há de a posteridade apontar. E daí talvez esse outro fato paradoxal: esse homem formidável, que perturbou a todos os seus contemporâneos, que transcendeu do presente, que escreveu sem cessar por mais de cinquenta anos para erguer uma obra imensa, informe, dispersa, desigual – não possui o “seu” livro, o livro que seja ele. É a *Réplica*, para uns. Para outros o *Parecer da Instrução*. As *Cartas de Inglaterra*, para alguns. Nunca chegou a escrever o livro de sua vida. Talvez porque desconheceu a coragem de ser breve.

Sequer no direito, área a que mais se dedicou, teria Rui deixado uma obra que o imortalizasse.

O crítico parece não encontrar o testamento e o que encontra não pretende guardar para si:

Literariamente, não foi um criador de valores, nem um modelador de beleza, nem um perpetuador de vidas. Foi acima de tudo – o defensor da língua. A memória prodigiosa de que era dotado, os longos e continuados estudos empreendidos, o método rigoroso a que submetia essas investigações, tudo faz desse romântico o grande clássico vivo da língua. [...] E se não consigo encará-lo como um bom mestre de estilo, é inegável que revelou a quase todos o imprevisível e a opulência que se continham nesse instrumento que nunca descansou em suas mãos, nem guardava mais segredos, afinal, para aquele que o domara.

A insistência em afirmar o romantismo de Rui Barbosa revela a distância que haveria entre os anseios nascentes àquela época e os ideais que estariam sendo enterrados. O realismo tão reivindicado não poderia ser expresso segundo a “cultura livresca” a ele atribuída. Mesmo aquela polidez no tratamento, talvez, não seria mais condizente com os tempos revolucionários que os jornais insistiam em proclamar. O necrológio de Rui Barbosa é, em certa medida, mais uma afirmação da decadência da República brasileira tal qual definida nos moldes da Constituição dos Estados Unidos do Brasil cuja autoria é, em grande parte, atribuída ao político baiano. Por essas razões – seu romantismo associado a um liberalismo oitocentista, sua cultura de biblioteca, seu apreço pelos ideais que pareciam ter conduzido a Europa à Grande Guerra - Tristão de Athayde, não vendo algo realmente válido no testamento de Rui, considerava que o recém falecido “não representa para as novas gerações um guia”, mas “apenas um exemplo”.

O segundo necrológio foi o do escritor e militante político francês Maurice Barrès falecido em quatro de dezembro de 1923. Muito associado ao nacionalismo direitista, seus últimos dias são retomados por Tristão de Athayde que vê nas diferentes formas com que o francês se relacionou com a cidade de Veneza um meio de revelar seus “extremos”:

Para os que só de longe o conheceram, a última imagem de Barrès, a mais viva e cheia de evocações, foi aquele retrato com d’Annunzio num balcão de Veneza. [...] Veneza foi sua primeira plenitude. Na cidade dos doges, encontraram os seus atormentados vinte e cinco anos a afinidade que repousa. Mais tarde, foi ele o cantor de sua Morte⁸⁰. E é preciso ter sentido pessoalmente o arpejo pungente dessa cidade

⁷⁹ ATHAYDE, Tristão de. O amigo dos livros, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1923, p. 1.

⁸⁰ Conforme menciona Leo Spitz, com a geração *fin de siècle* de D’Annunzio, Barrès, Hofmannsthal e Thomas

maravilhosa, única em toda a terra, que lentamente mergulha no Adriático, para ler dolorido, vencido pela fatalidade, essas páginas de imensa tristeza em *Amori et Dolori Sacrum*, que parecem encolher-se de emoção dessa grande frase triste e verdadeira: “Desespoir d’une Beauté qui s’en va vers la mort” [Desespero de uma Beleza partindo em direção à morte]⁸¹.

A atração da morte em Veneza teria atingido o próprio crítico, conforme suas lembranças⁸².

O que interessaria era demarcar as duas fases que caracterizariam a trajetória de Maurice Barrès. A primeira seria a de um intelectual fortemente direcionado por um “culto do eu”, quando o “individualismo encontrou o segredo de suas inquietações”:

Barrès estreara em 1887, *Sous l’oeil des barbares*, em páginas de análise rebelde e penetrante, nas quais se comprazia em fustigar a mediocridade, alimentando o orgulho de civilizado no escândalo que o seu egotismo provocava. [...] *Un Homme libre* foi o segundo painel desse tríptico, que se encerrou com *Le Jardin de Bérenice*, e naquele volume [...] é que Veneza aparece ainda viva, sem aquele torpor de beleza agonizante que mais tarde inspiraria o seu canto de Morte⁸³.

Esta faceta de Barrès, “sibarita da análise interior” e “inimigo das leis”, porém, ficara para trás:

Para toda a gente, Maurice Barrès, foi o apóstolo do nacionalismo francês moderno, o grande culpado do chauvinismo, que mantém aceso na Europa o rastilho das guerras futuras, o sucessor de Déroulède⁸⁴. [...] Os homens que trabalham apenas com os dados do espírito estão fadados aos públicos restritos. As multidões só glorificam os medíocres, os homens de ação ou, depois de mortos, os gênios que elas não leem. Mallarmé ou Rimbaud ficaram na primeira fase de Barrès: nunca os seus nomes conheceram os grandes repúdios e os grande entusiasmos do ar livre⁸⁵.

Mann, o eixo amor-morte herdado de Wagner e Baudelaire tornou-se a temática por excelência. Antes de Mann, que publicara a novela *Morte em Veneza* em 1912, Maurice Barrès, em 1903, lançara *Amor et Dolori Sacrum – A morte de Veneza*. Nesta obra, Barrès assim trata do tema: “O gênio comercial de Veneza, seu governo despótico e republicano, a graça oriental de seu gótico, suas invenções decorativas, eis as sólidas bases de sua glória: nenhuma destas maravilhas, porém, seria suficiente para fornecer esta qualidade de volúpia melancólica que é propriamente veneziana. A potência desta cidade sobre os sonhadores está em seus canais lívidos, em suas muralhas bizantinas, sarracenas, lombardas, góticas, romanas, mesmo rococó, todas molhadas de musgo que alcançam sob a ação do sol, da chuva e da tempestade, a virada equívoca, quando, mais abundantes de graça artística, elas começam a sua decomposição. Assim vão as rosas e as flores de magnólia que nunca oferecem odor mais inebriante, nem coloração mais forte, do que no instante no qual a morte aí projeta seus segredos ardentes e nos propõe suas vertigens”. Cf. SPITZER, Leo. *Essays on English literature*. New Jersey: Princeton University Press, 2015, p. 34; BARRÈS, Maurice. *Amori et dolori*. La mort de Venise. Paris : Félix Juven, s/d, p. 21-22.

⁸¹ ATHAYDE, Tristão de. Os extremos de Barrès, *América Brasileira*, Rio de Janeiro, ano III, nº 25, jan. 1924, p. 12.

⁸² Por mais de uma vez, Alceu falou da ocasião em que lhe viera o desejo de se matar: “Tenho a impressão de que fui velho em moço e remoecei com a velhice. Já contei ao próprio Papa [...] que aos 20 anos e sozinho em Veneza, pensei em suicídio pela primeira e última vez em minha vida, exatamente por não encontrar, aos 20 anos, o sentido profundo de viver. Nessa época, uma das frases que mais me impressionaram foi aquele verso de Alfred Musset sobre sua própria geração: ‘Nous sommes venus trop tard dans un monde trop vieux’ [‘Nós viemos muito tarde em um mundo muito velho’]. Era isso, mais ou menos, o que eu pensava em moço. E comigo grande parte de minha geração”. Porém, em julho de 1928, dias antes de sua conversão oficial ao catolicismo, o crítico revelava a Jackson de Figueiredo a sua angústia “E como posso eu, católico, ser cúmplice disto, eu, senhor de escravos-operários em 1928, como o negreiro de 1828, senhor de escravos-agrícolas. Isso é que é *realismo*, verdade nua. Ímpetos de suicídio. Meu Deus!”. Cf. LIMA, A A. *Memorando dos 90*, p. 317-318; *Canal Livre*. O direito do homem. 18 de jul. 1981. Entrevista com Roberto D’Ávila. Participantes: Otto Lara Resende, Carlos Eduardo Novaes, Célio Borja, Lígia Fagundes Telles e Darcy Ribeiro; Cf. FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 199.

⁸³ ATHAYDE, Tristão de. Os extremos de Barrès, *América Brasileira*, p. 12.

⁸⁴ Barrès, em julho de 1914, tornara-se presidente da Liga dos Patriotas franceses, sucedendo a Paul Déroulède. Cf. ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean François. *Les intellectuels en France*, p. 105.

⁸⁵ ATHAYDE, Tristão de. Os extremos de Barrès, *América Brasileira*, p. 12.

O que marcaria tal passagem do individualismo misantropo ao coletivismo nacionalista de Barrès seria o “Affaire Dreyfus”. A apreciação de Tristão de Athayde acerca do acontecimento, ainda hoje tido como marco na história intelectual francesa, é a de um divisor de águas:

Para nós aqui, a questão Dreyfus foi simplesmente (se é possível dizer) um erro judiciário. As cartas de Rui Barbosa e as correspondências do Sr Delgado de Carvalho para o *Jornal de Comércio* teceram em torno da vítima uma auréola de mártiro, a mesma que os Zolas e os Clémenceaus pregavam em França. [...] o problema era muito mais sério e profundo. Foram duas França que se ergueram uma contra a outra. Dreyfus e Esterhazy entravam em cena como meros símbolos de duas mentalidades que se opunham [...] a França da Tradição e a França da Revolução. Barrès sentiu renascer, do fundo do seu eu, que ele cultivara com tanto orgulho, e tanta impertinência, as vozes abafadas e mais vivas do que nunca de sua Lorena ancestral. E jogou-se em plena ação. Datam dessa época as duas grandes séries de romances de fixação e de defesa nacional – *Le Roman de l'énergie nationale* e *Les bastions de l'Est*, que gravaram definitivamente a sua figura de nacionalista intransigente e agressivo⁸⁶.

O crítico ressalta na trajetória do francês este caráter dividido entre extremos. Uma divisão que não seria estanque, mas trabalhada reiteradamente, como na afirmação de Barrès sobre a unidade sua obra: “A tradição reencontrada pela análise do eu”⁸⁷. Embora não estivesse nas graças da “nova geração francesa” que, apesar de lhe reconhecer os méritos, “não hesita em repudiá-lo”, destaca Tristão de Athayde o que haveria de positivo em tal testamento:

Para nós [...] Barrès tem o encanto das hesitações vencidas, do romantismo dominado mas não humilhado, da razão triunfante mas pela aliança do sentimento. As incoerências de Barrès, o mistério de suas agitações, a tortuosidade de suas análises, as desilusões do seu helenismo tudo que ele procurou fundir numa unidade, por que sempre ansiou sem de todo alcançar, tudo isso é que o aproxima de nós. [...] Outros serão mestres mais seguros, menos perigosos. [...] Se havia contradição nesses extremos, ele a procurou conciliar. E quando o não tenha conseguido, deixou-nos, ao menos, para afinidade e refúgio o espetáculo, sensível a todas as negações, mas que soube dar vida e plástica às afirmações necessárias da inteligência⁸⁸.

O terceiro necrológio foi o do celebrado intelectual e militante político Anatole France falecido em doze de outubro de 1924. É o menor dos três textos de Tristão de Athayde e o mais direto. Tratava-se aí de se enterrar um dos ídolos mais importantes de sua geração:

Três ídolos seduziram nossa adolescência. Três ídolos que a geração anterior nos transmite: Anatole França, Eça de Queiroz, Machado de Assis. [...] Três ídolos, sim, que nos deram, aos quinze e vinte anos, o sabor mais puro da civilização. A herança maior que recebemos foi, afinal, esta, em literatura. O Brasil é o mau gosto; a arte brasileira a imitação ou o delírio de possessos. Portugal é o clássico mofado e ilisível, escrevendo vidas de santos cacetíssimas ou romantizando lacrimosamente episódios históricos. Aqui e lá, duas exceções, dois mestres de bom gosto, de medida, de aulicismo, os dois únicos civilizados da língua: Machado e Eça. E acima deles, mestre supremo, senhor da Irreverência e do Pecado, aquele que escrevia a língua mais harmoniosa que jamais soara aos nossos ouvidos – Anatole France⁸⁹.

Tal geração anatoliana guardaria em seu seio o sentimento de ser “civilizada”, de aspirar ao

⁸⁶ ATHAYDE, Tristão de. Os extremos de Barrès, *América Brasileira*, p. 12.

⁸⁷ Citado em francês.

⁸⁸ ATHAYDE, Tristão de. Os extremos de Barrès, *América Brasileira*, p. 13.

⁸⁹ ATHAYDE, Tristão de. Anatole France, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 out. 1924, p 1.

universal e em tudo ver o superficial e vulgar. Uma disposição intelectual que consagrava a dúvida e ridicularizava as certezas: “A dúvida já não era o demônio interior. A dúvida passava a ser a inspiradora a criadora de coisas eternas, a revelação do mistério inexistente. A Dúvida era, afinal, a Verdade”⁹⁰. A metáfora que mais caracterizaria tal posição seria a do jogo:

Anatole France criou em nós o sentimento íntimo do jogo. Todo pensamento se resumia num jogo admirável de ideias. As coisas eram ou deixavam de ser, à medida do nosso poder de malabarismo. A verdade perdia a sua austera fisionomia imutável para multiplicar-se em jogos de luz, em irisações deliciosas da matéria ou do espírito, em que todas as coisas valiam pelo segredo de beleza que em cada uma delas sabíamos descobrir. [...] Tudo, nesse plasticismo, nessa volta ao antigo, nessa reivindicação do clássico, era, no fundo, um jogo de ideias, um sensualismo de formas. Porque ele amava a realidade pelo que ela lhe pudesse dar de gozo mental ou de volúpia dos sentidos e não pelo que representava de real.

Ele seria a encarnação do ceticismo que, cada vez mais, Tristão verificaria como uma disposição não apenas sua, mas de sua geração. A herança aí guardaria bens negativos: “hoje, é com certo ressentimento que reabrimos esse passado de ontem. Teria esse epicurismo sutil roubado às nossas almas o gosto amargo de afirmar, dever de agir, a força dos abandonos necessários?”

O necrológio de Anatole France é uma das explicitações da passagem do ceticismo à angústia no interior da crítica literária de Tristão de Athayde. A dúvida não podia continuar sendo a “Verdade”, assim como o realismo necessário à formação de uma nova política nacional não podia ser o liberalismo livresco de Rui Barbosa. O nacionalismo militante de Maurice Barrès, apesar de todas suas intransigências “irritantes”, parecia ainda guardar um sentido histórico, especialmente porque dividido entre o comprometimento social e a afirmação individual. Era cindido por natureza. A angústia, neste caso, é a necessidade de se afirmar algo sem, porém, saber-se exatamente o que. Angústia de nada, conforme dizia, em 1844, o teólogo e filósofo Sören Kierkegaard: “a angústia é a realidade da liberdade como possibilidade antes da possibilidade”⁹¹. Utilizando-se da passagem bíblica sobre a condição de Adão frente à proibição de provar da árvore da ciência do mal e do bem, o pensador dinamarquês percebe aí a expressão da angústia: “a proibição o angustia, pois a proibição desperta a possibilidade de liberdade nele [...] a possibilidade angustiosa de *poder*”⁹². O sentimento da angústia propicia a busca incessante por definições e afirmações que possam saná-lo. Kierkegaard encontra na união da fé com a angústia um modo para a salvação. Aí há um reconhecimento de se conviver com a angústia a partir da fé que, retomando Hegel, o autor define como “a certeza interior que carrega a Infinitude”⁹³. A busca por uma certeza desse tipo, porém, é que faz o caminho angustiado do cético que, como lembra o autor dinamarquês, pode muito bem, ao invés da fé e

⁹⁰ ATHAYDE, Tristão de. Anatole France, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 out. 1924, p. 1.

⁹¹ KIERKEGAARD, Sören. *El concepto de la angustia*. Madrid: Espasa-Calpe, 1982, p. 60.

⁹² KIERKEGAARD, Sören. *El concepto de la angustia*, p. 62.

⁹³ KIERKEGAARD, Sören. *El concepto de la angustia*, p. 183

do “controle da angústia”, encontrar no suicídio⁹⁴ a sua decisão.

A angústia não permite o sorriso irônico, superior ou civilizado do cético frente ao “eterno esvair das coisas”. As próprias “coisas” exigem a tomada de decisão do agente indeciso, atormentado, inquieto diante dessas demandas. O apelo ao realismo se faz segundo a *projeção* no presente de um passado e futuro mobilizados para conceder veracidade a sonhos, projetos, utopias e sistemas almejados pelos angustiados frente a um destino inevitável. O realismo é, assim, um *valor* reivindicado na cultura intelectual que, por sua autoridade constituída, procura afirmar a verdade da angústia comum e, não raro, os caminhos e saídas possíveis. Ao romper o véu racionalista do ceticismo, a angústia abre espaço à ação, à vontade, ao irracional, à fé, à loucura, à violência e ao suicídio. “Uma viagem, embriaguez, suicídio...” diz Luís da Silva, o “Lula”, protagonista do romance *Angústia* de Graciliano Ramos⁹⁵. Diferentemente da disposição cética, não raro acompanhada por uma expectativa pessimista, a angústia abre espaço à esperança, à ideia de uma possível saída. Uma viagem, uma embriaguez, um suicídio.

A República na Cultura Intelectual Brasileira

O livro *À margem da História da República* publicado no aniversário de trinta e cinco anos do regime era anunciado da seguinte maneira na imprensa:

[...] é uma obra de análise profunda, de honesta mas rigorosa crítica. Foi escrito para afirmar que nós começamos a conhecer-nos verdadeiramente; que compreendemos nossa grandeza, mas também vemos nossos males; que vamos adquirindo mais clara visão de nosso passado e de nosso presente, e por isso mergulhamos mais a fundo o olhar ansioso na perspectiva longa de nosso destino de povo no planeta. É o livro de uma geração consciente de seus deveres para com a pátria⁹⁶.

Na abertura da obra, o organizador Vicente Licínio Cardoso apresentava o volume como um “uma afirmação coletiva de ideias, de crenças, de almejos”. Os autores seriam uma geração:

Reunidos, representam [...] uma geração de homens: a geração que nasceu com a República, pouco antes ou pouco depois: não viram o imperador, não conheceram os escravos, não herdaram títulos, nem cargos, nem comissões. [...] são pois republicanos e democratas na verdadeira acepção do termo, fizeram viver, em suma, as suas próprias ideias⁹⁷.

A percepção geracional permitiria a verificação da distinção entre o momento presente e aquele da proclamação da República. Não se tratava mais de instituir um regime, mas de fomentar o trabalho intelectual que deveria se engajar no trabalho de se fixar, “no tempo e no espaço, o pensamento e a consciência da nacionalidade brasileira”⁹⁸. A competência para tal empreitada seria garantida por autores que teriam a liberdade de pensamento como característica comum:

⁹⁴ Cf. KIERKEGAARD, Sören. *El concepto de la angustia*, p. 185.

⁹⁵ Cf. RAMOS, Graciliano. *Angústia*. São Paulo: Livraria Martins, 1964, p. 9.

⁹⁶ Edições do “Anuário do Brasil”, *Terra de Sol*. Revista de arte e pensamento, Rio de Janeiro, Vol IV, nov-dez 1924, p. 140.

⁹⁷ CARDOSO, Vicente Licínio. Prefácio. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) *À Margem da História da República*. V. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 16.

⁹⁸ Nota do Editor. In: CARDOSO, V L (org.). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 13.

Agrupados, apresentam todos uma característica comum: não estão presos a nenhuma escola europeia, ou filiados a nenhum sistema importado. Leram Spencer, Comte, Le Play, Karl Marx e outros, mas, contrariamente aos predecessores da geração passada, não são ortodoxos. Leram e admiraram, por outro lado, o nosso Alberto Torres, mas nenhum se intitula seu discípulo. Descobriram-no de *per si*, isoladamente, cada um a seu tempo. [...] São brasileiros: pensam pois como brasileiros, americanos, latinos e tropicais⁹⁹.

O impulso do lançamento do volume é a inquietação frente a acontecimentos que exigiriam uma reação, ainda que sob o lema caro à República brasileira, “ordem e progresso”:

Compreendem, de outro lado, a gravidade de nosso momento histórico presente e procuram reagir. Mas reagir pelo progresso dentro da ordem, por isso que todos eles sabem que em Sociologia o caminho seguro para andar mais ligeiro é aquele que evita os desatinos das correrias revolucionárias perigosas e intempestivas. O livro de agora será de futuro um prefácio ou um epílogo: prefácio inicial de uma obra maior exigida pelo ambiente de nossa pátria, ou um epílogo sombrio onde serão inscritos e conservados os nomes dos visionários tombados por não haverem encontrado o estímulo, protetor e oportuno; dos aplausos e adesões que lhes tiverem faltado. Epílogo temeroso ou prelúdio criador, ele marcará porém uma época, definirá uma geração ou fixará uma data de nossa história¹⁰⁰.

Lançada sob o estado de sítio de meados do governo Artur Bernardes, esta obra constitui-se como uma manifestação intelectual que guardava críticas as mais radicais ao regime. O governo Bernardes instituíra a censura na imprensa¹⁰¹ logo após tomar posse, em 15 de novembro de 1922. Em julho de 1924, estourava a segunda revolta tenentista. A derrota dos insurgentes na capital paulista não significara o fim do ímpeto revolucionário e de tal disposição surgirá a Coluna Prestes¹⁰². Neste momento, porém, convém destacar que o *Manifesto das Forças Revolucionárias* lançado em 27 de julho de 1924 nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo* defendia que a luta se fazia em nome do voto secreto, da justiça gratuita, da reforma do judiciário, de uma “verdadeira democracia”, da “igualdade perante a Lei”, da reforma do ensino, que deveria acabar com esse “malfadado ensino livresco que tem gerado entre nós, essa classe [...] que o povo denomina bacharelesca”¹⁰³. Seu horizonte estava, assim, plenamente inserido no regime constitucional existente e sequer a questão social era aí mencionada. A

⁹⁹ CARDOSO, V L. Prefácio. CARDOSO, V L (Org.) *À Margem da História da República*. V. 1, p. 16.

¹⁰⁰ CARDOSO, V L (Org.) *À Margem da História da República*, p. 17.

¹⁰¹ Já em 21 de novembro de 1922, a primeira página do *O Jornal* aparecia com várias de suas colunas em branco, pois o texto havia sido retirado pela “censura policial”. No dia seguinte, afirmava-se que tal censura foi feita por engano. Ou seja, censura prévia. Outro ponto a ser verificado é a expressiva diminuição da presença de charges brasileiras e, posteriormente, de qualquer tipo no periódico. Apenas entre os anos de 1919 e 1922 mais de vinte artistas brasileiros foram por nós enumerados. A contribuição estrangeira tornou-se cada vez mais expressiva após as eleições de 1922. Apesar de parecer haver uma relação direta entre o acirramento da censura e a fragilização da produção chargista, não encontrei suportes suficientes para comprová-lo. Na obra de Herman Lima não há qualquer referência a tal relação, porém, não há em seus volumes charges sobre Bernardes entre os anos de 1922 e 1925. O presidente, ainda segundo Lima, teria sofrido as “piores campanhas”, mas já nos momentos finais ou posteriores ao seu mandato, quando passou a se definir o político da maneira teratológica com “orelhas de morcego, olheiras de hiena, rabo de demônio e asas de coruja”, Cf. A reunião do Ministério. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1922, Rio de Janeiro, p.1; Cf. LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Vol. 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 1208.

¹⁰² CARONE, Edgar. *O tenentismo*, p. 73.

¹⁰³ CARONE, Edgar. *O tenentismo*, p. 277.

indignação contra o “bacharelismo” dá bem a ideia de uma revolta quase literária, por assim dizer, ao fazer deste verdadeiro clichê intelectual, que fora reiterado por toda a Primeira República, a razão para um levante armado que gerara um bombardeio terrível que por vários dias assolou a capital paulista¹⁰⁴. Nas memórias do movimento de 1924, porém, há dissonâncias. Como lembra Carone, “não existe tenentismo, mas *tenentismos*. Tenentistas são antigos revolucionários, novos adesistas, oportunistas, elementos oligárquicos e *tutti quanti* que se acham de dizer *revolucionários*”¹⁰⁵. Nelson Werneck Sodré destaca que:

Se o próprio chefe do levante paulista, o Marechal Isidoro Dias Lopes, teme entregar armas aos anarquistas, no segundo 5 de julho [o primeiro sendo o de 1922], quando estes as solicitam, para apoiá-lo na luta, já o General Olinto de Mesquita Vasconcelos, na retirada de São Paulo, doa terras aos índios das barrancas do Paraná, concitando-os a “varrer o capitalismo do Brasil”, pois, dizia, “só haverá realmente povo, quando desaparecerem as castas. O comunismo é o único capaz de resolver o problema”. Essa proclamação, de 7 de setembro de 1924, era pioneira, no sentido de pregar “a queda do regime capitalista, o advento, no Brasil, das novas aspirações da humanidade”¹⁰⁶.

Assim, o tenentismo teria conhecido o elogio ao comunismo nas “barrancas do Paraná”. Seria o caso de uma viagem que revelara a verdade/decisão e dava fim à angústia?

Os que pretendiam, porém, ficar à margem da história da República eram imbuídos de expectativas, ideias e projetos que podiam se diferenciar em grau elevado do horizonte constitucional existente. Este, à época, já era alvo de uma série de propostas legislativas de revisão constitucional que acabarão sendo efetivadas, em 1926, por Artur Bernardes, em projeto oriundo do próprio Executivo que ampliava o poder central restringindo o dos Estados e garantia maior autonomia para decretação do estado de sítio. O volume organizado por Licínio Cardoso expressa tal abertura no interior da cultura intelectual brasileira. Carneiro Leão apontava alguns pontos críticos do regime eleitoral, numa perspectiva reformista e democrática:

Quando vemos o tamanho da população brasileira – quase três vezes maior do que a da Argentina – e observamos que, numa eleição renhida como a do nosso último pleito presidencial, não concorreram às urnas mais de 600 mil eleitores, enquanto, na República vizinha, foram contados mais de 900 mil votos, na sua derradeira eleição, percebemos o avanço da cultura política dos nossos amigos do Prata. Ali há vários partidos, de programas definidos, com deputados e senadores no parlamento, todos eles disputando renhida e lealmente, pelo voto secreto, as conquistas das posições políticas. Aqui tem sido o indiferentismo, manifesto em todos os aspectos da vida nacional, um dos maiores males brasileiros. Não há o controle da opinião pública. São os clientes políticos, quase os únicos concorrentes às eleições nacionais. [...] Não é, pois, estranho que sejam os grupos, ainda hoje, os donos do Brasil¹⁰⁷.

As principais preocupações de Carneiro Leão se dirigiam à educação no Brasil que, mesmo com as imprecisões estatísticas, manteria o número de 48% das crianças fora da escola. Celso

¹⁰⁴ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole...*, p. 304.

¹⁰⁵ CARONE, Edgar. *O tenentismo*, p. 13.

¹⁰⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Círculo do Livro, 1971, p. 56.

¹⁰⁷ LEÃO, A Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 22.

Vieira também zelava pela Constituição de 1891:

Se há defeitos na relação criada entre o homem e a lei, são nossos: ignorância das massas, degenerescência política do escol. O pecado mortal desta geração é que o seu espírito sem ideais, atraído ao velho idealismo dos antepassados, não tenha sabido animar gloriosamente aquele texto¹⁰⁸.

Gilberto Amado resumia a história do Brasil do século XIX a uma relação única e determinante: senhores e escravos. A escravidão era a base de um regime que, mesmo após as leis de restrição ao tráfico, continuava a importar e a comercializar pessoas escravizadas, se não numa crescente contínua, ao menos com uma regularidade inglesa. A tese de Amado é a reiterada adoção no Brasil de instituições que não corresponderiam à realidade do país. Ideias fora do lugar? Talvez. O problema, porém, era sempre acentuado em sua forma cultural, ou seja, na constituição do *caráter* brasileiro no qual a escravidão desempenharia papel fundamental:

A República não pode deixar de ser, portanto, como era a Monarquia [...] se estudarmos o fenômeno do funcionalismo que apresenta no Brasil o aspecto de um novo coletivismo, não sonhado pelos comunistas, pois assenta no tesouro público, veremos que eles têm, a bem dizer, a sua origem na escravidão. Foi ela que tornando abjeto o trabalho da terra, obrigou a encaminhar-se para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e que não queriam igualar-se aos escravos. Sendo o trabalho ocupação de negros, os mestiços e brancos julgar-se-iam desonrados nele¹⁰⁹.

A reivindicação de Amado é o apelo ao realismo que, em seu caso, significa a formação de uma “‘elite’ de diretores mentais” que demonstre antes o conhecimento das “realidades práticas do Brasil” do que a “erudição de constitucionalistas americanos”. Abrasileirar a República é a divisa defendida. O que implicaria significativas revisões constitucionais em um país cuja “população é ainda incapaz de exercer seus direitos políticos” e cumprir os seus deveres cívicos¹¹⁰. J A Nogueira, por seu turno, destaca as perspectivas de representação profissional expostas em obras como a de Alberto Torres e José Ingenieros. Segundo Nogueira, era preciso consolidar essa “justiça distributiva”, havendo conseqüentemente “na orientação socialista uma parte perfeitamente realizável e que não deve repugnar aos povos mais cultos, contanto que se extreme das utopias anárquicas do comunismo radical”¹¹¹.

No mesmo sentido iam as preocupações de Pontes de Miranda que procurava estabelecer uma “política científica”¹¹² para o país. Neste caso, havia uma verdadeira utopia técnico-científica advogada pelo jurista. Antes, ele assim delineava o quadro “realista”:

¹⁰⁸ VIEIRA, Celso. Evolução do Pensamento Republicano no Brasil. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 43.

¹⁰⁹ AMADO, Gilberto. As Instituições Políticas e o meio social no Brasil. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 56.

¹¹⁰ AMADO, Gilberto. As Instituições Políticas e o meio social no Brasil. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 59.

¹¹¹ NOGUEIRA, José Antônio. O ideal brasileiro desenvolvido na República. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 81.

¹¹² A ideia de “política científica” tivera grande recorrência no país desde os fins do século XIX. Cf. ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*,

O Estado, esse, no Brasil, sempre foi oligárquico. [...] Não há conservadores, nem liberais, nem patriotas, nem reacionários, nem subversivos; há egoístas, há desfibrados, há flexíveis e desmedulados. [...] Dizem que não há razão, no Brasil, para reivindicações proletárias. Há, sim, e do proletariado manual, do técnico, do intelectual. O brasileiro é um dos homens mais roubados do mundo: roubam-no, na teia sutilíssima dos contratos seculares, empresas estrangeiras criadas com o nosso dinheiro e que, em regra, nunca trouxeram capital; roubam-no os que contam com a doentia tolerância do nosso temperamento. No interior, a escravidão continua; poder-se-ia criar um museu social, com os troncos, os instrumentos de suplício e de tortura, e o mundo certamente se espantaria de que tudo isso passasse em pleno século XX. Que nos vale ocupar posições invejáveis e desfrutar copiosos ordenados se descendentes de homens que vieram da Europa com os nossos avós e mais audazes do que eles, mais valorosos, porque se internaram no sertão e lutaram com a braveza da gente e da terra, definham, mal alimentados, nas choupanas imundas e rudimentares, depois de trabalhar, sem aparo moral e sem conforto, oprimidos e maltratados, de sol a sol, sob a chuva ou sob os raios ardentes do trópico? [...] Não há, absolutamente, democracia¹¹³.

O intelectual alagoano advoga uma reforma que “desartificialize” o país. Seria chegada a hora de fazer dos cientistas e “técnicos da vida social” os diretores da sociedade. A “política científica” seria uma “revolução branca” que criaria uma “Segunda República”. Os temores são claros, apesar de não o serem as diretrizes de resolução:

Non queremos eliminar o Estado, mas regenerá-lo. Em vez de política especulativa, como a dos utopistas de 1889 a 1891, a política científica e experimental, eficaz e prática, que evitará as formidáveis calamidades que nos esperam, quando, dentro de dez anos, esmagados pela casca artificial e despótica dos dirigentes, sem organização do trabalho e da indústria, a população brasileira, acrescida da imigração incessante, utópicas: socialismo puro ou anarquismo¹¹⁴.

Pontes de Miranda começa então a esboçar a sua “política científica” segundo a qual a “escolha científica dos homens para os diferentes misteres da vida (porém todos igualmente dignos) constituem um dos pontos capitais”. O teórico defende uma verdadeira engenharia social:

Nas escolas públicas (e não deverá haver escolas particulares ou de privilegiados) começará a seleção profissional segundo as indicações da ciência, para que a sociedade não sofra os prejuízos dos erros de profissão e os indivíduos não tenham de ser castigados pela adoção do ofício que não era o melhor para eles¹¹⁵.

Conseqüentemente, toda a sociedade seria sujeita a uma planificação “científica” que produziria estatísticas sobre necessidade de cada profissão em cada região, a orientação profissional seria um dever do Estado, na medida em que era tomada como um problema de técnica, formando-se conselhos de profissão compostos por cientistas, industriais e técnicos. O ensino seria democratizado e o serviço militar obrigatório. A ciência definiria os melhores segundo a sua natureza, daí a defesa uso de dados biométricos na adequação de cada indivíduo a sua atividade.

vol 15, nº 44, outubro 2000, p. 46.

¹¹³ MIRANDA, Pontes de. Preliminares para a revisão constitucional. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 8.

¹¹⁴ MIRANDA, P de. Preliminares para a revisão constitucional. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. Vol 2, p. 13.

¹¹⁵ MIRANDA, P de. Preliminares para a revisão constitucional. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 2, p. 14.

Desse modo, ao invés de legisladores e aplicadores da lei, seriam “os técnicos com a imparcialidade dos homens de ciência” que deveriam assumir a direção da sociedade. Oito ministérios seriam formados: da Vida Genésica, Econômica, Intelectual, Religiosa, Estética, Moral, Jurídica e Política. Trata-se de uma verdadeira utopia tecnocrática.

Sem dúvida, um dos autores que mais reiterou a crítica acerca da existência de um Brasil “real” e um Brasil “legal” foi Oliveira Viana. No volume *À margem da história da República* ele contribuiu com o trabalho “O idealismo da Constituição”. As reflexões de Viana aí expostas são desdobramentos de ideias que ele já defendera em obras anteriores, como no manifesto¹¹⁶ *O idealismo a evolução política do Império e da República* e no volume *O povo brasileiro e a sua evolução*, ambos lançados em 1922. Acerca destes últimos, Tristão de Athayde destacava o lugar diferenciado que Oliveira Viana representaria na cultura intelectual brasileira, “do lirismo e do pessimismo organizador, que se esboça entre os que estudam hoje o nosso caso nacional, se destaca, entre os da primeira linha, o Sr Oliveira Viana. Poucos têm estudado, em síntese, a civilização brasileira com tanta lucidez e objetividade como ele”¹¹⁷. Tal “lucidez” e “objetividade” seriam empregadas nas análises da sociedade, raça e instituições nacionais. Tendo em mãos o recenseamento levado a cabo por Bulhões de Carvalho em 1920, Viana, desta feita, ao contrário do seu livro de estreia, não se restringiria às “populações meridionais”. O crítico ironizava as definições do “caráter racial” brasileiro aí expostas:

Estudando a evolução da raça, depara-se ao Sr Oliveira Viana a deficiência de dados exatos. E a propósito, nunca devemos esquecer que todas estatísticas, ainda as mais verificáveis, são muito aleatórias, pois a exatidão dos recenseamentos se funda, afinal, no grau de educação do povo, que entre nós ainda é mínimo, especialmente no campo. Quanto aos dados etnográficos, nada se pôde obter no recenseamento de 1920, pelo temor de prejudicar (pelo preconceito que parece inexistente, à primeira vista) a obtenção dos outros. De forma que as conclusões do Sr Oliveira Viana só se podem basear nos dados incertos de 1890, que mostram, entretanto, inquestionavelmente: “A tendência para a arianização progressiva dos nossos grupos regionais” cuja diferenciação aliás é sensível, mas que tendem para o tipo ruivo – o ariano, vestido com a libré dos nossos climas tropicais?

No artigo/manifesto de 7 de setembro de 1922, depois publicado como folheto, Viana caracterizava a “evolução política” segundo um “movimento contínuo de maré que vai do regionalismo colonial ao unitarismo imperial, e do federalismo de 89 às tendências cada vez mais forte de centralização”, na apreciação de Tristão de Athayde. As duas forças políticas principais do país se conformariam à época do Império, com a formação das linhas dos partidos conservador e liberal, o primeiro representando o “idealismo orgânico” e o segundo o “idealismo utópico”. O crítico concorda com a tese geral, embora com restrições:

Trabalharam estes [os liberais utópicos], em regra, sobre ideias bebidas na organização política da França, da Inglaterra e da América do Norte, ao passo que os

¹¹⁶ Cf. BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade*, p. 45.

¹¹⁷ ATHAYDE, Tristão de. *Vida Literária, O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1923, p. 1.

seus antagonistas procuravam de preferência estudar o meio local para nele procurar a lição incomparável da experiência e da realidade. A observação é exata, se tomada por alto e em bloco, pois de fato as transigências foram recíprocas, tanto assim que coube, em geral, aos conservadores realizar as reformas liberais, como todos sabem, e aos liberais, muitas vezes, o papel de defensores da unidade, como Feijó, por exemplo¹¹⁸.

Acerca das conformações políticas do país, Oliveira Viana considerava que os “erros” do “utopismo federativo” republicano estariam sendo sanados lentamente:

[...] o país se está reintegrando, aos poucos, na sua primitiva unidade, sob a ação poderosamente articulada de sua rede ferroviária... quer dizer que o majestoso edifício da nossa unidade política, que o Império não pôde assentar senão sobre uma base artificial, começa agora a assentar-se sobre as suas verdadeiras bases, que são as de uma circulação política tanto quanto possível eficiente e completa.

Já no texto de 1924, *O idealismo da Constituição*, o autor tratava da carta magna da República que, desde sua criação, ou seja, da Assembleia Constituinte, fora inferior ao processo de formação da Constituição imperial de 1824. Assim, a República passa a ser submetida a uma crítica essencial, radical, que denuncia o “embuste” que traz na origem:

Na Constituinte Republicana, nada disto. Já as próprias fontes da sua autoridade não eram de pureza absoluta: o mandato que receberam não lhes vinha de uma delegação nacional, comparável a de que resultara a Constituinte Imperial; mas, sim, de um embuste formidável, conscientemente preparado através do famoso “regulamento Alvim”, com o fito declarado de abafar qualquer manifestação do povo contrária à ideia republicana. [...] Por isto, os expoentes do ideal republicano, na Constituinte ou fora dela, não pareciam muito senhores da sua ideia matriz: a impressão que nos dão é que não sabiam bem o que queriam, nem bem o que era preciso fazer. [...] Eles se haviam contentado até então com um vago programa de aspirações, vagamente formulado em frases vagas: os “imortais princípios”, o “regime da opinião”, a “soberania do povo”, a “organização federativa”, o “princípio da liberdade”, a “democracia”, a “república”, etc. O manifesto de 70 é um magnífico exemplo desse culto das generalidades sonoras, que constitui o fundo da mentalidade dos republicanos da propaganda. [...] O traço mais distintivo dessa mentalidade era a crença no poder das fórmulas escritas. Para esses sonhadores, por em letra de forma uma ideia era, de si mesma, realizá-la. [...] as palavras tinham o poder mágico de dar realidade e corpo às ideias por elas representadas. [...] Excelentes tradutores dos males estranhos; péssimos intérpretes dos nossos próprios males¹¹⁹.

Os princípios que norteariam a Constituição republicana assumem o caráter de fórmulas mágicas e de feitiços que ludibriariam os seguidores crédulos:

Por aquela época, a crença nas virtudes do Liberalismo, do Federalismo e da Democracia era tão profunda como a dos feiticeiros nas virtudes dos seus encantamentos e das suas mandingas: a mais leve expressão de dúvida sobre a excelência destas fórmulas políticas acarretaria para o dissidente as agruras da lapidação; quando menos, ele sofreria a dor de se ver alcunhado de “retrógrado” – ofensa tremenda para aqueles tempos. [...] Veio a República. Veio a Democracia. Veio a Federação. E para logo se levantou um sussurro de desapontamento do seio da turba fanatizada – e esse desapontamento se acentuou, com o tempo, numa permanente desilusão. [...] Os Cristos da Nova Revelação foram justamente os que mais alto fizeram ressoar o

¹¹⁸ VIANA Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1923, p. 1.

¹¹⁹ VIANA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, V L (Org). *A Margem da História da República*. V. 1, p. 104-105.

refrão do seu desânimo. Não era esta a República dos meus sonhos! Diziam, sucumbidos. E suspiravam com melancolia¹²⁰.

O ideal republicano não se adequaria nem à “estrutura da nacionalidade” nem ao seu “espírito”.

Proclamada no ano seguinte ao da abolição da escravidão, não poderia haver pior momento:

No fundo, a abolição do trabalho escravo desorganizara o sistema de meios de vida da aristocracia nacional – e a República a encontrou na situação de quem procura “urgentemente” uma nova base econômica. [...] Tanto mais quanto essa aristocracia, deslocada da sua grande indústria da terra, passou a encontrar no Estado uma nova base econômica que lhe substituiu a antiga base econômica destruída. Essa nova base econômica foi a indústria do emprego público, que o novo regime fundou e que se tornou para a grande aristocracia nacional mais vantajosa e lucrativa do que a velha indústria da exploração da terra, então profundamente desorganizada. [...] Nestas condições, os cargos públicos – administrativos ou políticos – passaram a ser disputados, não como meio mais eficiente para realizar o “ideal”, o “sonho”, mas, pura e materialmente, como meio de vida¹²¹.

Assim, a República, já em seus primeiros dias, conhecera duas “correntes de opiniões” ou “duas atitudes típicas” que ainda dividiriam os republicanos:

[...] a dos “intolerantes”, que atribuem a falência do regime à corrupção dos que detêm eventualmente o poder, e a dos “tolerantes”, para os quais a falência do regime era apenas aparente, porque oriunda da falta de “experiência” ou de “aprendizagem” das novas instituições¹²².

Os primeiros faziam a defesa da “força” e da “violência” como meio de “dar realidade à ideologia da Constituição” através das “salvações”¹²³, mas que, segundo Viana, tais “tentativas do partido da Força” eram “invariavelmente coroadas pelo fracasso”. Já os segundos acreditavam que o “tempo” seria o meio necessário para que o regime atingisse a sua plenitude, assumiriam certa postura “fatalista” e se resignariam a “esperar messiamicamente na ação do grande milagreiro”¹²⁴. Em ambos os casos, a República era algo que não havia dado certo.

Viana acentua que a “causa mais profunda” que explica tal “incapacidade” e “insucesso” do regime não estaria na fraqueza da força nem na escassez de tempo, mas no “desacordo entre o idealismo da Constituição e a realidade nacional”. Assim, o apelo ao realismo faz com que aquilo que existe concretamente assumia um caráter fictício, ideal e irreal. Os modelos dos governos ingleses e norte-americanos não poderiam ter realidade entre os brasileiros. Especialmente acerca da “opinião pública”, que Viana situa como peça fundamental das democracias modernas, o autor tece os seguintes comentários:

¹²⁰ VIANA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 107.

¹²¹ VIANA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 107.

¹²² VIANA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 109.

¹²³ “Salvação” era o nome que se dava às intervenções militares da União em casos de problemas de sucessão ou consolidação dos poderes estaduais, algo que ocorrera já no início da República. Cf. VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*, p. 202.

¹²⁴ VIANA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 109.

O “regime da opinião” na Inglaterra não resulta, pois, exclusivamente do fato dos cidadãos ingleses terem a prerrogativa de escolher, pelo direito do voto, os representantes do poder; mesmo sem o direito do voto, essa poderosa solidariedade de classes, esse espírito popular, militante e infatigável, acabaria por obrigar, pela simples força moral da sua opinião, os detentores do poder e a classe propriamente política a considerá-lo, a ouvi-lo e a atendê-lo. O regime de opinião preexiste à prerrogativa eleitoral – e a sua razão de ser está nestes dois atributos intransferíveis do cidadão inglês: sua índole ativa e combativa (a *aggressive vitality*, de Whitman), por um lado; por outro, o espírito de solidariedade, o sentimento instintivo do interesse coletivo, aquilo que van Dyke chama – *the spirit of common order and social co-operation*. Estes dois atributos – um de natureza biológica, porque se prende ao temperamento da raça, outro de natureza moral, porque se prende à formação social e política do povo – é que asseguram à democracia inglesa esta surpreendentemente vitalidade, que faz a admiração e também o desespero de todos os povos não saxônios do mundo¹²⁵.

O “realismo” de Oliveira Viana acentua a diferenciação cultural entre os povos fazendo com que cada nação deva encontrar o regime político que seja adequado às suas condições específicas, ao seu caráter. No Brasil, não haveria solidariedade de classe, nem classes organizadas, à exceção da militar, nem organização da opinião pública. O problema do país é visto segundo a formação do caráter do brasileiro que nas eleições revelava-se exemplarmente:

[...] o eleitor vai à urna para comprazer o chefe local, ou porque aí o leva o *boss* do partido; nunca, porém, por um impulso superior de civismo, por um movimento espontâneo de sua consciência – para o fim de constituir os órgãos do governo político da sociedade. Ir às urnas, como servir o júri, como exercer qualquer cargo não-remunerado, mas benéfico à coletividade, representa tudo isto, para 99% de nós brasileiros, um “sacrifício”, um “incômodo”, uma “maçada”. Este é um dos traços mais característicos da nossa psicologia social [...]¹²⁶.

Ao contrapor as características dos brasileiros àquelas das “raças germânicas” e da “raça inglesa”, Oliveira Viana explorava um caminho de longa tradição na cultura intelectual brasileira, qual seja, a definição do estatuto da modernidade brasileira e do “caráter nacional”.

A privatização do público é delineada como uma característica distintiva dos brasileiros:

[...] o monopólio dos órgãos do poder pelas pequenas parcerias politicantes, que entre si distribuem os cargos públicos; conseqüentemente, os congressos federais unânimes, as assembleias estaduais unânimes, as câmaras municipais unânimes; e, portanto, a inevitável subordinação de todos esses corpos legislativos e representativos aos chefes do executivo municipal, do executivo estadual e do executivo federal. Tudo isto são fatos naturais, perfeitamente lógicos, num povo que não tem – nem podia ter – nem espírito democrático, nem sentimento democrático, nem, portanto, hábitos e tradições democráticas. Fazendo dos cargos públicos e, conseqüentemente, do tesouro público coisa da sua propriedade privativa, os nossos clãs partidários, que manipulam o governo da União, dos estados e dos municípios, estão na mesma situação de um indivíduo que se apoderasse de uma *res derelicta*¹²⁷.

A formação das oligarquias não seria algo condenável, pois, “num povo como um nosso”, elas

¹²⁵ VIANA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 111.

¹²⁶ VIANA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 112.

¹²⁷ VIANA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 113.

eram inevitáveis e, até mesmo, necessárias. Tudo estaria em “educá-las”, “discipliná-las” a fim de “reduzir o seu mal”. Para isso, várias reformas seriam necessárias e, fundamentalmente, acabar com um espírito de expectativa que anseia pela chegada de um “governo patriótico”:

Nós, com efeito [...] nós, brasileiros, vivemos budicamente mergulhados nessa doce expectativa utópica de esperar do “patriotismo dos governos” – um patriotismo-geração espontâneo, de origem endógena, sorte de *factus animi* lucreciano, surgido das próprias entranhas dos patriotas que governam!¹²⁸

Se, conforme apontara Tristão de Athayde acerca dos trabalhos de 1922 de Viana, o autor se dedicara antes à “crítica dos erros” do que aos “remédios sugeridos”, a situação em 1924 era distinta. De fato, nesta ocasião, Viana apresenta algumas propostas que teriam, a seu ver, o valor do “realismo” e não se tratariam de concepções oriundas de idealismos, “dedutivismos” e noções sem objetividade. Como a maioria da população brasileira e, portanto, do eleitorado residia em áreas rurais sob o domínio de senhores que teriam o poder de expulsar de suas terras os trabalhadores que discordassem da situação em que viviam, era preciso criar condições que proporcionassem a emergência da formação da opinião pública:

Ora, os meios mais eficazes para assegurar essa independência não serão, por certo, o “sufrágio universal”, nem a “eleição direta”, nem o “voto secreto”, nem o “*self-governement* local”; mas sim outros meios, de natureza econômica e social: o estabelecimento da “pequena propriedade”; um sistema de “arrendamentos a longo prazo” ou um “regime de caráter enfiteutico” a difusão do “espírito corporativo” e das “instituições de solidariedade social”; uma “organização judiciária” expedita, pronta e eficaz; uma “magistratura autônoma”, com força moral e material para dominar o arbítrio dos mandões locais, etc. nenhuma dessas reformas tem qualquer caráter político ou constitucional; mas somente elas serão capazes de dar à nossa plebe rural, base do eleitorado nacional, esses indispensáveis atributos de independência e altivez, sem os quais a famosa “soberania do povo” não tem significação alguma¹²⁹.

Tristão de Athayde via no autor o realismo nacionalista: “Só quem desconheça totalmente a nossa realidade nacional e continue a acreditar nessa política de exemplos estrangeiros [...] poderá negar a procedência das justas observações do Sr Oliveira Viana”¹³⁰.

O comunismo à deriva

Os “exemplos estrangeiros” poderiam ser tanto aqueles do liberalismo, republicanismo, federalismo e democratismo, que fundamentariam a “ultrapassada” República brasileira, quanto as ideias “novas” noticiadas em torno do comunismo russo e do fascismo italiano. Sobre este último, desde 1921, falava-se da “tática dos fascisti”, de uma “nova força” capaz de “opor-se aos comunistas que se haviam desencadeado no país”:

Não são, porém, apenas os políticos, pertencentes aos partidos moderados, e principalmente os burgueses, que elogiam a ação dos “fascisti”: homens

¹²⁸ VIANA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 116.

¹²⁹ VIANA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, V L (Org). *À Margem da História da República*. V. 1, p. 117.

¹³⁰ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1923, p. 1.

naturalmente calmos e sensatos, homens de estudo e de gabinete, que vivem alheios às preocupações eleitorais, rejubilam-se e felicitam a pátria por terem os “fascisti” entrado em cena¹³¹.

Com o passar dos anos, noticiava-se que o fascismo contava com um milhão e meio de associados¹³², inclusive com a formação de núcleos no Brasil, que a “imprensa italiana” em São Paulo seria “toda fascista”, criando-se uma segunda imagem negativa (a primeira se referia aos antigos anarquistas) dos imigrantes daquele país conforme sentenciava um cronista: “só os italianos é que procuram estabelecer ‘fascios’ para dificultar a nacionalização e criar embaraços políticos para o futuro”¹³³. Via-se a “agressividade do fascismo” com admiração e repulsa:

O “fascismo”, na sua vitalidade, na sua atuação eficiente e profícua, recorda o apólogo do feixe de varas, que quebravam, com facilidade, uma a uma, mas que eram inquebráveis quando reunidas, quando se apresentavam juntas, em um só feixe. Quando o “fascismo”, na sua obra de fortalecimento das energias italianas, que pareciam soçobrar ao influxo das ideias do comunismo, haja atuado, assim, sob a inspiração do seu chefe, do seu Duce, só é para louvar, sendo deveras plausível essa concentração de elementos que fizeram o triunfo rápido dos “camisas pretas”. [...] A dedicação inteligente e raciocinada é tão nobre e louvável quanto é pernicioso a intolerância na defesa dos ideais, a agressividade aos que não concordam com os princípios esposados pelos correligionários, os atentados à liberdade de pensamento e à liberdade de crítica dos que dissentem dos nossos pontos de vista. O aspecto antipático do “fascismo”, mesmo na sua atuação magnífica dentro da Itália, é o dessas explosões que tanto o desrecomendam à civilização dos dias que correm. [...] que os apologistas da obra renovadora do primeiro ministro italiano queiram transplantar para terras estranhas, onde são hóspedes, esses processos de coação e de violência, para a imposição de seus ideais, é o que se não pode admitir em um país republicano, em que se assegura a brasileiros e estrangeiros todas as garantias de liberdade, amplas, ilimitadas, a não ser pelas leis e pela liberdade de cada um¹³⁴.

Os telegramas, à época, noticiavam a posição do Centro Católico afirmando que “o Fascismo merece a adesão de todos os católicos sinceros, pois que ele, pela primeira vez na História, ousou combater a Maçonaria, numa luta contínua e árdua, que ainda perdura, porque os maçons de ontem continuam maçons hoje”¹³⁵. Apesar de, no fim dos anos 1920, jornais ingleses ainda escreverem que o fascismo era uma “loucura temporária, como a mania da dança medieval na Itália”¹³⁶, no Brasil, em meados da década, assistia-se à conversão ao credo italiano de uma figura como a o humorista Mendes Fradique, pseudônimo do médico Madeira de Freitas, autor de obras como *História do Brasil pelo método confuso*¹³⁷ e cronista do *O Jornal*. Ele se dedicaria a campanhas políticas ardorosas¹³⁸, mas, no início de seu fascínio pelo fascismo,

¹³¹ Notas Alheias. A tática dos “fascisti”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1921. p. 1.

¹³² O fascismo conta com 1.500.000 partidários, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1926, p 16.

¹³³ AMARAL, J B S. O fascismo e a nacionalização dos imigrantes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 set. 1926, p. 4.

¹³⁴ A AGRESSIVIDADE DO “FASCISMO”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 set. 1926, p 4.

¹³⁵ O centro nacional católico e o fascismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1927, p.1.

¹³⁶ O “Star”, de Londres, prediz a queda de Mussolini ante a criação do Grande Conselho Fascista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 set. 1928, p. 1.

¹³⁷ Cf. LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso – humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 dez. 1921, p 1.

¹³⁸ Isabel Lustosa relata como Madeira de Freitas convertera-se ao catolicismo e tornara-se integralista nos anos 1930, tendo sido preso e ficado paralítico. Cf. LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso – humor e boemia*

mantinha um pouco de bom humor: “Em matéria de defeitos graves, descobrimos em Mussolini apenas três: não ser imortal, não ser brasileiro e gostar dos versos do Sr. Marinetti”¹³⁹.

Tristão de Athayde, no período abordado, tratara do fascismo apenas em passagens rápidas, considerando-o, por exemplo, como uma “barbaria da direita”¹⁴⁰. Era o comunismo que lhe chamava a atenção, como atesta uma série de quatro artigos de meados de 1925. Trata-se de um trabalho muito significativo no interior da cultura intelectual brasileira que, além de expressar a importância que os processos políticos internacionais tinham na definição identitária nacional, revela o esforço para se construir uma visão minimamente objetiva, “realista”, acerca de uma realidade obscura não só para os brasileiros. Assim, a reflexão sobre o comunismo em sua feição “real”, ou seja, na maneira como ele era levado a cabo na Rússia, tinha como impulso primordial a condição indecisa e angustiante que começava a se tornar patente nos escritos do crítico acerca da realidade nacional. Tal situação gerava uma análise estruturada em suas fontes de percepção, mas com juízos determinantes segundo sua orientação decisiva. Sua abordagem dos soviets assim se inicia:

Homens de terra firme e homens do mar alto... É exato. Sempre que penso nos homens de hoje, especialmente nos homens de hoje, a imagem do mundo me ocorre. Continentes e oceanos. De um lado, os homens que já coordenaram as suas ideias e que se submeteram a uma doutrina. Aqueles que se acolheram e um sistema geral do mundo, a uma estrutura completa de ideias – o catolicismo, sobretudo, ou o socialismo, o positivismo etc. –, para melhor expandirem o seu pensamento. Homens da terra firme. De outro lado, os que, pelo contrário, ainda navegam angustiosamente de porto em porto à busca de um porto; os que viajam por diletantismo; os milionários que peregrinam por excesso de dinheiro; os miseráveis que se engajam a bordo por falta de pão... Homens do mar alto. Para estes, que ainda vagam à procura de um porto ou desiludidos de todos eles, é que os faróis são necessários. Mesmo para os outros o são... Mais ainda para nós, porém, que ainda não conseguimos chegar àquela terra firme ou que acreditamos ser possível viver sem certas abdições definitivas¹⁴¹.

O próprio crítico indaga-se acerca da seriedade de tais preocupações. Haveria tal “risco” para o Brasil? Gilberto Amado uma vez dissera que não haveria razões para se cuidar ou descuidar de manifestações maximalistas no Brasil, pois se tais ideais vencessem na França, na Inglaterra ou nos Estados Unidos, fatalmente por aqui se adotaria o novo regime “de um dia para outro, haja ou não preparo ou propaganda”¹⁴². Apesar de atuar praticamente na ilegalidade, o PCB articulava-se em campanhas e associações políticas, inclusive com a controversa Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira (CSCB)¹⁴³, atuava na imprensa¹⁴⁴ e lançava programas

em *Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993, p. 241-242.

¹³⁹ FRADIQUE, Mendes. Mussolini, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1927, p. 5.

¹⁴⁰ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 set. 1922, p. 1.

¹⁴¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, O Comunismo I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1925, p. 4.

¹⁴² Cf. AMADO Apud. MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. Ponta Grossa: UEPG, 2010, p. 208.

¹⁴³ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, p. 149-150.

¹⁴⁴ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, p. 147.

de campanha¹⁴⁵. A este respeito, Ângela de Castro Gomes considera que “no que se refere à divulgação de textos teóricos e de artigos de doutrina e propaganda, não há dúvida de que o PC foi bem-sucedido”¹⁴⁶. Em 1925, o acadêmico *best-seller* Afrânio Peixoto lançara o romance *As razões do coração* que retomava os ambientes urbanos e dos salões da burguesia carioca expostos na obra *A Esfinge*. Muitos personagens reapareciam no novo livro. Dentre eles, o velho Dr Lisboa que, no livro de 1911, representava uma espécie de sabedoria sobranceira, crítica e um pouco cética. No volume de 1925, Dr Lisboa aparece debatendo com o pragmático poeta acadêmico Luís Macedo e com o Conselheiro Machado acerca do comunismo. É de Macedo a primeira voz reproduzida por nós, seguida pela de Lisboa:

_ Bem achado. Governar é explorar a todos, em proveito de alguns... A velha lei da biologia – o parasitismo...

_ Não é outra coisa. Seja o rei absoluto, pela vida, e com a sucessão hereditária, ou o presidente nas repúblicas presidenciais, com sucessão indicada, seja o rei constitucional hereditário, como nas monarquias representativas, ou presidente eleito como nas repúblicas parlamentares – isto não tem importância, questão de tempo, de herança, de indicação ou eleição, mas o fato essencial é este: cobrar impostos, de todos, dá-los, em empregos, a alguns. Por isso, quando chegar a vez do comunismo, em que todos devem trabalhar para si, e portanto para todos, em vez de todos trabalharem para alguns que não trabalham, os governos se hão de unir clamorosamente contra essa restituição, de justiça e de probidade.

_ Já se disse que toda revolução é apenas uma transferência de capitais, de uma a outra classe... a ditadura do proletariado valerá a da burguesia, de hoje, como esta vale a da nobreza, de ontem...

_ Não; em cada revolução há uma evolução. O terreno adubado da economia dá as plantas dos costumes e dos hábitos sociais, que florescem nas artes, na justiça, na felicidade humana. Sempre conseguimos alguma coisa a mais, e para melhor. Com o comunismo, o trabalho imposto a todos, não haverá a posse privada, e portanto, o capital; não haverá o parasitismo civil e militar, isto é, a burocracia, a administração, a polícia, o exército, a armada, portanto as guerras, que são os pretextos para a existência destes funcionários. Redimida a mulher pelo trabalho, terá a independência de escolher o seu companheiro, o casamento durará enquanto se amarem, e os dois farão por isso, pois já não terão o privilégio da indissolubilidade...

_ E os filhos? perguntou o Conselheiro, entre irritado e irônico. _ Os filhos se opõem a essa dissolução...

_ Os filhos não serão dos pais, senão temporariamente, se esses o merecerem, ou puderem. Os filhos serão do Estado. A notificação da concepção será compulsória. Desde aí a lei velará pelo futuro cidadão, protegido no seu direito de viver, contra o abortamento e o parto prematuro. Receberá a gestante um estipêndio e será paga para criar e amamentar o filho, filho do Estado, sempre sob a vigilância médica e pedagógica da autoridade. A educação será uniforme para todos os cidadãos, para impedir a formação de classes, endereçados os indivíduos para as profissões, segundo as suas aptidões naturais...

_ E a ternura humana onde fica, “seu” comunista? interrompeu ainda o Conselheiro. – Os pais não poderão manifestá-la aos filhos?

_ Contanto que os não desviem dos preceitos comuns, de higiene, de educação, de civismo. O que se chama ternura dos pais é muitas vezes a tirania do egoísmo deles, como se a criatura que chamaram, sem o querer aliás... que chamaram à vida, também não tivesse direitos... Foi uma mulher, e mãe, e com talento para se exprimir

¹⁴⁵ Cf. KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil*, p. 69-70.

¹⁴⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, p. 147.

pelas outras, quem disse: “ser mãe... é, em troca do dom da vida, ter o direito de morte sobre a criatura. E usar dele”. Não, isto não será mais possível. Os pais indignos, incapazes, imprudentes, ignorantes, serão privados de fazer mal; os outros, vigiados, instruídos, responsabilizados, se quiserem, até certo prazo, e sob certas condições, poderão guardar os filhos, os filhos do Estado, - que pagará para se criarem homens e mulheres dignos desse nome, enquanto hoje paga a funcionários e soldados, para não fazerem nada, ou nos fazerem mal¹⁴⁷.

Assim, o comunismo invadia várias áreas da cultura intelectual brasileira, do noticiário às campanhas políticas, das sínteses sociológicas aos romances mais vendidos. Cada um com sua visão e imaginação sobre o que seria ou viria a ser tal entidade contemporânea.

Frente a tal profusão, Tristão de Athayde procura acentuar a força do comunismo no interior da cultura ocidental, vendo o fenômeno como um grave perigo que:

[...] ameaça destruir a estrutura e sobretudo o espírito da sociedade ocidental, que o mundo moderno já tem corrompido e abalado por tantas formas [...] Fantasia? Uma fantasia que tem raízes mestras de um século, e que dura, mais ou menos realizada, há oito anos, e não apresenta sinal algum de fraqueza. Perigo remoto? O comunismo já tem grupos militantes e numerosos, decididos a tudo, espalhados por todo o mundo. [...] O comunismo está nessa alternativa: ou para viver organiza a revolução mundial, ou se resigna ao isolamento e provavelmente morrerá de asfixia. Já o previra o próprio Marx. E, por isso, tendo o governo de Moscou desistido, por ora, de derrubar de frente as nações ocidentais, começa agora a atacá-las corajosamente pelas costas, pelo Oriente, pelo mundo muçulmano, pelas colônias, pelos fanatismos asiáticos e africanos. Pelas próprias raízes do poder econômico ocidental. Como a luta está aberta, devemos ter a consciência clara do mal para não vacilar¹⁴⁸.

Se antes o crítico falava em aprender com o regime dos bolchevistas, a posição agora se tornou muito clara: há uma luta em curso e faz-se necessário se posicionar. Não se trata, porém, de um panfleto anticomunista. O próprio advento do regime é visto com o realismo de um processo com bases na história moderna e com a inevitabilidade dos destinos necessários e angustiantes:

[...] temos de compreender que o que se está passando na Rússia não é, como muitos querem fazer crer, um fenômeno puramente eslavo ou restrito em sua evolução. O fenômeno é humano, universal. [...] Será talvez um episódio capital da grande revolução social que o século XX vai possivelmente operar na estrutura da sociedade ocidental. E digo ocidental, e não apenas europeia, porque no caso em que essa evolução radical se opere, realmente, teremos, nós americanos, certa transformação também a sofrer. Estaremos realmente no pórtico da grande revolução, que vai destruir e substituir o democratismo parlamentarista e mais ou menos liberal do século XIX? Pelas linhas que já começam a esboçar-se, essa revolução tem um duplo ponto de partida; a revolução de baixo para cima e a revolução de cima para baixo. Ambas substituindo os métodos indiretos pela ação imediata. Ambas partindo de uma visão realista dos fenômenos sociais. Ambas compreendendo que acima do conceito “abstrato” de “liberdade” – que o democratismo colocara como ideal social – está o conceito “concreto” de “necessidade”.

Toda a tradição liberal e democrática que desde o século XVIII teria ganhado fôlego parecia estar ameaçada. Seria o fim de uma época, de uma era, de uma civilização. Questiona-se sobre o futuro de um presente que se mostrava instável e cuja falência parecia ser questão de tempo:

¹⁴⁷ PEIXOTO, Afrânio. As razões do coração. In: *As razões do coração. Uma mulher como as outras*. Rio de Janeiro: INL, 1976, p. 72-73.

¹⁴⁸ ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1925, p. 4.

Ao Estado Retórico Jurídico de hoje substituir-se-á o Estado Utilitário e Moral de amanhã? Passarão as Declarações de Direitos a ser Declarações de Deveres? Ao predomínio dos “doutores oniscientes” da democracia atual sucederá o predomínio dos “técnicos profissionais” e dos “especialistas políticos”? Um século de experiência já parece suficiente para mostrar que o democratismo atual satisfaz muito mais a fantasia do que a inteligência, aos interesses ilegítimos do que às necessidades legítimas. Mas a transposição ao democratismo futuro que parece possível será lenta e inteiramente divergente em seus métodos. [...] Os pontos de partida contraditórios já hoje se delineiam em torno do “Comunismo”, partindo de baixo, e em torno do “Fascismo”, partindo de cima¹⁴⁹.

O crítico lembrava a dificuldade que havia para se obter informações sobre o que se passava na Rússia revolucionária e pós-revolucionária, de modo que “uma revolução que só em 1789 encontrava paralelo” era marcada por um silêncio trágico em seu redor. Porém, as coisas se modificavam, “as cortinas se foram abrindo. As vozes chegando pelos sem-fios, pelos trilhos, pelo mar. O cordão de isolamento cedia. O comércio ensaiava”. O momento seguinte, entretanto, estaria marcado pela paixão: “De cada lado um desperdício assombroso de adjetivação. Ou o laboratório de todas as barbáries ou o pórtico da Nova Era de felicidade humana”. Tudo estava, a princípio, portanto, em se conseguir fontes “sem intenção ou pelo menos com uma intenção desapassionada de observação e de estudo”. Estas seriam as questões primordiais, não se tratava mais de se discutir teorizações sobre capitalismo e comunismo, mas como a coisa era levada na prática. A obra que Tristão de Athayde apresenta, apesar de “sujeita a todas as contingências humanas, especialmente com a falta de dados exatos que ainda há e sobretudo com a proximidade dos fenômenos”, como capaz de reunir “desinteresse puro do homem de ciência” associado à competência e à erudição são os trabalhos do sociólogo alemão Werner Sombart:

[...] professor de Economia Social na Universidade de Breslau, diretor por muito tempo [...] dos *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozial Politik*, e nome universalmente familiar a todos que se ocupam com problemas econômicos. [...] a feição do seu espírito parece-me, particularmente, indicá-lo para um julgamento inicial, quanto possível objetivo da revolução russa, tanto mais quanto o que mais interessa são as fontes autênticas e as estatísticas, que não regateia em sua obra.

Jeffrey Herf analisa a trajetória e a obra de Werner Sombart segundo suas orientações políticas e o define no interior do campo intelectual alemão como um “modernista reacionário”:

Werner Sombart (1865-1945) foi o mais importante representante da sociologia alemã a influenciar a revolução conservadora bem como a tradição modernista reacionária. Ao lado de Max Weber, editava uma das maiores revistas da ciência social alemã, *Die Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*. [...] A principal contribuição que prestou ao modernismo reacionário precedeu a guerra. *Die Juden und das Wirtschaftsleben* (Os Judeus e a Vida Econômica, 1911) era uma interpretação das origens do capitalismo na Europa que traduzia categorias histórico-sociais em arquétipos religiosos e psicológicos. [...] O resultado foi desviar o protesto cultural contra o capitalismo e o mercado para longe dos ressentimentos antitecnológicos e para cima do liberalismo, do marxismo e dos judeus¹⁵⁰.

¹⁴⁹ ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1925, p. 4.

¹⁵⁰ HERF, J. *O modernismo reacionário*, p. 59.

Como se sabe, Max Weber associava o espírito do capitalismo à ética protestante, prevenindo, inclusive, acerca da complexidade das relações que poderia ter com judaísmo:

[...] quando autores [...] caracterizam a tendência ética de base do puritanismo, especialmente na Inglaterra, como “hebraísmo inglês”, não estão, se corretamente entendidos, errados. Contudo, é preciso não pensar no judaísmo da Palestina dos tempos das Escrituras, mas no judaísmo como veio a ser sob a influência de diversos séculos de educação formalística, normativa e talmúdica. E mesmo nesse caso deve-se tomar muito cuidado ao fazer paralelos. A tendência geral do judaísmo mais antigo para uma aceitação ingênua da vida como tal estava muito longe das características especiais do puritanismo. [...] Os judeus se identificavam com um capitalismo aventureiro, político e especulativo; seu *ethos* era, em uma palavra, o do capitalismo pária. Mas o puritanismo se sustentava no *ethos* da organização racional do capital e do trabalho¹⁵¹.

O que as pesquisas e teorias de Werner Sombart e Max Weber compartilhavam era, basicamente, a perspectiva teórica “espiritualista” e “compreensiva”:

O homem moderno [...] costuma ser incapaz de atribuir às ideias religiosas a importância que merecem em relação à cultura e ao caráter nacional. Mas não é meu intuito substituir uma interpretação causal materialística unilateral por outra interpretação espiritual, igualmente unilateral, da cultura e da história. Ambas são viáveis mas, se qualquer delas não for adotada como introdução, mas sim como conclusão, de muito pouco serve no interesse da verdade histórica¹⁵².

Conforme analisa Herf, Werner Sombart considerava que:

O capitalismo que se desenvolvia correspondia a objetificações de um espírito arraigado na psicologia e na religião judaica. O judaísmo era uma “obra da razão” (*Verstandeswerk*), isto é, uma obra desprovida de sensação e emoção e, portanto, em conflito com o mundo “natural” ou “orgânico”. O racionalismo e o intelectualismo eram as “feições fundamentais” do judaísmo, bem como do capitalismo, e ameaçavam “o que é irracional e misterioso, [...] sensual, artístico e criativo [...] A religião judaica não conhece nenhum mistério”, e era a “única” religião que não conhecia nenhum mistério. Não fora o ascetismo protestante, mas sim o judaísmo, que impulsionara a racionalização do mundo moderno. [...] Cômico da obra de Weber sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, Sombart escreveu: ‘O puritanismo é o judaísmo’¹⁵³.

Todas estas considerações são úteis para nos situarmos historicamente no contexto intelectual em que se dava investigação angustiada de Tristão de Athayde acerca do comunismo. O crítico, após apresentar as credenciais acadêmicas do autor alemão, traça um esboço bastante preciso acerca de sua produção bibliográfica. Em um apanhado geral dos livros de Sombart, ele enumera as principais obras publicadas e destaca a que trata dos judeus e o capitalismo:

Sem falar nos trabalhos isolados como que à parte ou preparatórios do seu tratado sistemático sobre a vida econômica medieval e moderna – isto é, *Gewerbewesen, Luxus und Kapitalismus, Die deutsche Volkswirtschaft im neunzehnten Jahrhundert, Händler und Helden, Die Juden, Der Bourgeois*, etc. -, devo chamar particularmente a atenção para a sua grande obra histórica e econômica – *Die Juden und das Wirtschaftsleben* que há dois anos apareceu em tradução francesa (*Les juifs et la Vie Economique*, trad. Jankélévitch, A. Payot) e que mereceria uma atenção particular, não só pelo excepcional interesse da tese aí magistralmente desenvolvida, mas

¹⁵¹ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 124.

¹⁵² WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 136.

¹⁵³ HERF, J. *O modernismo reacionário*. São Paulo: Ensaio, p. 157-158.

também por contar muitos dados e informações que interessam de perto a vida colonial brasileira¹⁵⁴.

Como se vê, ao apresentar, ainda em seus preâmbulos, a abordagem que fará do comunismo na Rússia, o crítico envia o leitor a uma série de nomes e livros em língua alemã, muitos dos quais lançados poucos meses antes¹⁵⁵ da publicação desses artigos de julho e agosto de 1925. Como não eram os judeus e o capitalismo o foco da análise do crítico brasileiro, este apenas afirma que um atestado do caráter insuspeito de Sombart era sua aversão ao capitalismo:

Existe (diz ele no seu livro sobre *O Burguês*); na própria natureza do espírito capitalista, uma tendência imanente a se decompor e a se aniquilar. Já no decorrer deste trabalho encontramos várias dessas destruições do espírito capitalista; no século XVI, na Alemanha e na Itália, no século XVII na Holanda e na França, no século XIX (e no presente) na Inglaterra (O livro apareceu em 1913)¹⁵⁶.

Assim, segundo o crítico, não seria a obra do autor alemão uma expressão tipicamente capitalista e anticomunista. O livro que Tristão de Athayde se utiliza para a análise do comunismo na Rússia é *Der Proletarische Sozialismus* lançado em 1924, que estaria em sua décima edição, revista, aumentada e poderia ser visto como um “tratado” do “movimento socialista universal”. A obra traria “quadros cronológicos” acerca “de todos os fatos sociais relativos à ação internacional do movimento trabalhista, nos diferentes países do mundo com indicação sincrônica dos fatos essenciais do capitalismo e da Legislação Social” entre 1750 e agosto de 1924. Daí a autoridade do alemão:

Essa autoridade, portanto, de que vou extrair alguns dados e indicações, para facilitar a compreensão do caso russo e justificar uma repulsa decisiva a certos métodos e sobretudo aos Ideais da Revolução, é a de um universitário, um professor, cuja objetividade ao tratar do assunto é tal, que ao fim do livro sobre a ação econômica dos judeus fica-se indeciso se ele os louva ou ataca. [...] É a autoridade, enfim, de um homem que escreveu o seguinte sobre os chefes da revolução de 1917: “Como acaso histórico muito importante e decisivo para o êxito da revolução e a longa duração do domínio soviético, devemos finalmente indicar a circunstância de que a Revolução trouxe à tona três homens muito acima da média e mesmo em certo sentido genialmente dotados: Lênin, Trotsky, Radek. [...] Lênin, o estadista genial; Trotsky, o genial organizador do Exército; e Radek, o diplomata genial [...]” Em comparação a eles, os três guias da Revolução Francesa em seu último estágio: Robespierre, Danton, St Just surgem apenas como “tagarelas vaidosos”.

Tristão de Athayde traça um quadro acerca das origens históricas, sociológicas e populares do regime soviético. As primeiras trariam a recorrência da violência e do domínio a que sempre estivera submetido o povo russo sob o regime czarista, onde a escravidão manteve-se até 1860, as condenações à morte eram recorrentes, assim como as execuções sumárias¹⁵⁷. A

¹⁵⁴ ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1925, p. 4.

¹⁵⁵ Alguns livros em alemão que estão na biblioteca de Alceu Amoroso Lima têm os selos das seguintes livrarias que poderiam ser os lugares onde o autor comprava ou encomendava tais obras: “Livraria Alemã, Frederico Will, rua da Alfândega 69”; “E & H Laemmert. Livraria Universal. Livros portugueses, franceses, alemães, ingleses, etc. Rua do Ouvidor”.

¹⁵⁶ ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1925, p. 4.

¹⁵⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de, O Comunismo II – Antecedentes e origens da Revolução, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1925, p. 4.

condição miserável da maioria dos camponeses russos era um dos fatores considerados dentre os mais importantes para a eclosão da revolução. Soma-se ainda o “caráter libertário” que passa a caracterizar os intelectuais russos e sua “inteligência” em geral, conforme comenta o crítico:

Nessa terrível liberdade de espírito, nessa capacidade de bruscamente se arrancar da sua terra, de seus costumes e da história, de queimar atrás de si os navios, de repudiar todo um passado em nome de um futuro desconhecido, está uma das particularidades mais profundas do espírito russo” escreveu Merezhkovsky, citado por Sombart, e todos que conhecemos a literatura russa, e algumas raras criaturas dessa terra prodigiosa e terrível, podemos confirmá-lo¹⁵⁸.

Por último, as causas “populares” do movimento russo poderiam ser assim interpretadas:

Entre as causas populares, acentua Sombart, o messianismo das massas russas. “A dominação dos bolchevistas, sob o ponto de vista russo, não significa outra coisa do que o aparecimento do Anticristo”, diz Sombart, estendendo-se sobre o assunto, para concluir que se encontra no movimento o espírito de três raças: “Dos judeus provém o racionalismo, dos tártaros o ativismo, dos eslavos o passivismo. Os judeus imaginaram o sistema, os tártaros o puseram em prática, e os eslavos até agora o suportaram”.

O crítico via aí uma “síntese empolgante” e Sombart parece desconhecer o antissemitismo que também fizera parte do movimento russo desde a eclosão da revolução¹⁵⁹. De qualquer forma, o que o crítico destacava era o fato de os “homens da revolução” terem conhecido apenas o que a sociedade teria de pior: “a miséria, a luta implacável pela vida, o esmagamento dos fracos, a polícia, o exílio, o cárcere”. O movimento trabalhista na Rússia, diferentemente dos seus congêneres em outros países, onde seria possível distinguir no movimento operário reformistas e revolucionários, seria radical por excelência. Assim, os líderes soviéticos estariam:

[...] aplicando, portanto, os princípios do materialismo histórico, partindo de um espírito de ódio. Dir-se-á que esse ódio é inevitável, em seguida às injustiças de que tinham sido vítimas. Mas o fato é que na origem da nossa sociedade atual encontramos também como formadores dessa sociedade uma grande massa de homens perseguidos, escravizados, comprimidos na liberdade de suas convicções, de seus ideais, e no entanto animados exatamente do oposto, de um espírito de amor e não de ódio. E por isso é que puderam criar uma estrutura social que atravessou séculos e terríveis vicissitudes e que só começou realmente a desagregar-se quando as ambições individuais de liberdade não quiseram mais respeitar os sábios limites da experiência da razão e do tempo. E o resultado será essa salvação da desordem e sobretudo da injustiça atual pelos remédios violentos e bárbaros com que o futuro nos ameaça, quer nos submetamos à mecanização comunista, quer demarquemos a nossa vitalidade pela reação contra ela.

A reiteração da nota acerca de uma “mecanização comunista” revela a maneira como o crítico brasileiro apropriou-se de algumas categorias importantes que o “modernismo reacionário”

¹⁵⁸ Cf. ATHAYDE, Tristão de, O Comunismo II – Antecedentes e origens da Revolução, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1925, p. 4.

¹⁵⁹ Conforme Figes: “O antissemitismo fez parte da vida russa durante todo o período revolucionário. Os judeus foram alvos constantes da fúria das massas. A palavra *pogrom* poderia significar tanto ataques aos judeus quanto assaltos a propriedades. [...] Fazer dos judeus bodes expiatórios tornou-se prática generalizada a partir de 1914. Entre os líderes do Exército Branco, de oposição aos soviets, espalhou-se a propaganda que “retratava o regime bolchevista como conspiração semita, espalhando o mito de que todos os principais líderes Vermelhos eram judeus, à exceção de Lenin”. Cf. FIGES, Orlando. *A tragédia de um povo*, p. 830-831.

alemão, do qual Werner Sombart era um dos maiores expoentes. Conforme Jeffrey Herf:

Os pensadores a que chamo de modernistas reacionários nunca empregaram precisamente estes termos para descrever a si mesmos. Mas essa tradição consistia numa coleção coerente e significativa de metáforas, palavras familiares e expressões emotivas que tinham o efeito de converter a tecnologia, de componente de uma *Zivilisation* estranha, ocidental, em parte orgânica da *Kultur* alemã. Combinavam reação política com avanço tecnológico. [...] Os modernistas reacionários foram nacionalistas que desviaram do bucolismo voltado para o passado o anticapitalismo romântico da direita alemã, apontando em lugar disso para os contornos de uma ordem nova e bela que substituiria o caos disforme devido ao capitalismo em uma nação unida, tecnologicamente adiantada. [...] Na revolução conservadora de Weimar, a adoção irracionalista da tecnologia foi defendida por Hans Freyer, Ernst Jünger, Carl Schmitt, Werner Sombart e Oswald Spengler, com Martin Heidegger juntando uma voz mais ambivalente ao coro modernista reacionário¹⁶⁰.

O “modernismo” destes reacionários alemães, na visão de Herf, reside em sua adoção da tecnologia que deixa de ser associada a algo estranho ao nacionalismo alemão, como o era desde o século XIX. O reacionarismo, por seu turno, é a revalidação nos anos 1920 das categorias irracionais e românticas como meios de constituição da orientação política. A própria dialética entre razão e mito que este pusera em curso, segundo teoria clássica de Theodor Adorno e Max Horkheimer¹⁶¹, precisava ser nuançada segundo a especificidade alemã:

Horkheimer e Adorno estavam certos em salientar que a razão e o mito estavam enaltecidos na ditadura alemã. [...] Contudo, se era acurada sua percepção, sua teoria do Iluminismo e sua visão da história alemã moderna estavam deploravelmente equivocadas. O que se provou tão desastroso para a Alemanha foi a separação entre o Iluminismo e o nacionalismo alemão. A sociedade alemã permanecia parcialmente – jamais “plenamente” – esclarecida. A análise de Horkheimer e Adorno passava por cima desse contexto nacional e generalizava as misérias da Alemanha como dilemas da modernidade *per se*. Consequentemente, eles culpavam o Iluminismo por aquilo que na realidade resultava de sua fraqueza. Em que pese a tecnologia exercesse fascínio sobre os intelectuais fascistas da Europa inteira, foi apenas na Alemanha que ela se tornou parte da identidade nacional. A singular combinação do desenvolvimento industrial com uma fraca tradição liberal constituía o pano de fundo social do modernismo reacionário. A tese da dialética do Iluminismo obscureceu essa singularidade histórica. Enquanto “teoria crítica”, ela é estranhamente apologética em relação à história moderna da Alemanha. É uma das ironias da teoria social moderna que os teóricos críticos, que pensavam estar defendendo o singular contra o geral, contribuísem para obscurecer a singularidade da via iliberal da Alemanha rumo à modernidade¹⁶².

A emergência do irracionalismo como categoria significativa do campo intelectual alemão dos anos 1920 é indissociável da experiência da guerra, das reações anticapitalistas e românticas que “quando celebravam a emoção, a paixão, a ação e a comunidade e criticavam a razão ‘sem alma’, voltavam-se para o estado como alternativa para o liberalismo político e a sociedade capitalista”¹⁶³. Conforme Adorno, um “jargão da autenticidade” era reiterado indefinidamente no qual “certos conceito absolutos, tais como sangue, raça e alma, eram colocados além da

¹⁶⁰ HERF, J. *O modernismo reacionário*. São Paulo: Ensaio, 1993, p. 13-14;

¹⁶¹ Cf. ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. São Paulo: Jorge Zahar, 1985.

¹⁶² HERF, J. *O modernismo reacionário*, p. 22.

¹⁶³ HERF, J. *O modernismo reacionário*, p. 27.

justificação racional. Na opinião deles, a própria razão era *lebensfeindlich*, ou seja, ‘hostil à vida’¹⁶⁴. Herf destaca que tal romantismo tocava autores de esquerda (Georg Lukács e Ernst Bloch), de centro (Thomas Mann e Max Weber) e de direita (Ernst Jünger). Porém, nomes expressivos do “modernismo reacionário” tiveram relações de rejeição e ambiguidade com o “nacional-socialismo”, deixando no ar que algo se perde nas análises de Herf:

Pelo fato de jamais haverem ingressado no Partido Nazista (Jünger, Freyer, Sombart, Spengler), ou de o terem feito só por pouco tempo (Heidegger, Schmitt), alguns comentadores acentuaram o hiato entre as opiniões deles e as do nacional-socialismo. Mas os pontos em comum pesavam mais que as diferenças¹⁶⁵.

As reflexões de Tristão de Athayde, porém, não se prendiam apenas à tradição dos “modernistas reacionários” alemães, pelo contrário, o crítico brasileiro lançava mão de um repertório intelectual muito mais amplo de influências e diálogos intelectuais. O que o interessava e seduzia nos trabalhos de autores como Sombart era, fundamentalmente, a prerrogativa dos fatores culturais e “espirituais” sobre os materialistas e deterministas. A sua crítica à “mecanização da vida” que poderia resultar de uma vitória do comunismo vinha, justamente, dessa concepção que pretendia salvaguardar alguma essência humana segundo os valores de “vida” e “autenticidade”. É interessante notar que na análise de Herf sobre os escritos de Sombart, o livro estudado por Tristão de Athayde, *Der Proletarische Sozialismus* não é sequer mencionado. Preocupado em reconstituir as origens intelectuais do nazismo, Herf prioriza a “tecnologia e a questão judaica” na obra de Sombart, algo que, como vimos, era secundário nas preocupações do brasileiro. Em 1925, o que importava para o crítico era o rumo dos acontecimentos na Rússia e não na Alemanha. Em 1925, acreditava-se que o “terror” viria dos soviéticos ou dos fascistas, ao passo que esses modernistas reacionários alemães teorizavam sobre a morte, a existência autêntica e a experiência dilacerada da vida moderna entre a técnica e a alma, a máquina e a natureza, que poderia abrigar desde a constatação de um mundo desencantado segundo a metáfora da jaula de ferro weberiana até a mitificação da tecnologia conforme o impulso fáustico defendido por Oswald Spengler, conformando-se tal tradição como uma espécie de reserva espiritual da filosofia moderna ocidental. E, não por caso, ela se fará cada vez mais recorrente nos escritos de Tristão de Athayde. Por ora, porém, tratava-se de se esclarecer (a si e aos leitores) sobre o perigo soviético.

Ao comentar um livro de Maxime Gorki, *Lenin e o camponês russo*, o crítico anotava as tentativas do regime em extirpar do país a religião sem obter, porém, os resultados esperados:

O caso contado por Gorki é o das famosas “exumações” de relíquias¹⁶⁶. O governo dos soviéticos acreditou que mostrando ao povo, por meio de uma exibição teatral, que

¹⁶⁴ ADORNO, T. Apud. HERF, J. *O modernismo reacionário*, p. 31.

¹⁶⁵ HERF, J. *O modernismo reacionário*, p. 60.

¹⁶⁶ “Os milagres cristãos eram tachados de mitos; sepulcros nos quais haveria relíquias de santos russos haviam sido abertos e, segundo os bolcheviques, nada continham além de esqueletos ou, em alguns casos, efigies de cera;

aquelas relíquias de cadáveres intatos de santos, etc. não eram mais do que mistificação dos padres, tinha extirpado do coração do povo o ópio religioso e emancipado as massas das velhas superstições. Mais uma das variadas espécies de extirpação que os homens têm inventado, ao longo da história, contra a religião. Mas os comunistas julgam que a sua seja a última. Pois se lutam contra o fanatismo... A uma dessas exumações, [...] assistiu Gorki, como chefe que era de uma sociedade para a difusão do ensino popular. Terminado o espetáculo, com o maior êxito para os Comissários do Povo, organizadores da cerimônia, dirigiu-se Gorki a um grupo de camponeses. “Ah! (disse um deles); os santos previam o sacrilégio de que iam ser vítimas e retiraram a tempo os seus despojos. Ou então (dizia outro); foram os próprios *popes* que esconderam as verdadeiras relíquias em lugar seguro, para subtraí-las à heresia”¹⁶⁷.

Assim, a República Socialista dos Sovietes teria procurado arrancar, “numa manhã de inverno, do coração do povo russo a erva daninha da religião, substituindo a auréola dos santos pela auréola de Marx e de Lenin”. Quais outros estariam sendo derrubados?

Tristão de Athayde pretende contar a trajetória do regime soviético a partir de três fases: “a) A fase inicial de vingança. b) A fase da Ideologia. c) A fase atual de Conciliação e Propaganda”. A primeira trata da reação violenta contra a ordem instituída identificada como burguesa. Em 1918, um ano após a Revolução, assim trataria do caso um jornal bolchevique:

Os interesses da Revolução exigem o aniquilamento físico da burguesia. Façamos do nosso coração uma arma que temperamos no fogo do sofrimento e da luta sangrenta pela liberdade. Tornaremos os nossos corações sombrios, rudes, insensíveis; não havemos de tremer à vista do mar de sangue inimigo que faremos correr. [...] eles se hão de afogar no próprio sangue... Que o sangue da burguesia corra em torrentes! Mais sangue, tanto sangue quanto possível¹⁶⁸.

As cifras de Sombart contabilizariam um milhão e setecentas mil vítimas, dentre proprietários, soldados, policiais, médicos, professores, trabalhadores, camponeses, profissionais liberais e outros. Saques se proliferariam sob as máximas de Lenin “roubai o que vos foi roubado” e de Trotsky “tomai aos burgueses os sapatos e deixai-lhes apenas os chinelos”¹⁶⁹.

A instituição russa que mais simbolizaria o terror do regime seria a Cheka (Comissão Extraordinária de Todas as Rússias para Combater a Contrarrevolução e a Sabotagem). Segundo o depoimento de um suposto anarquista, transcrito por Sombart, criava-se a seguinte situação:

Um espantoso, bárbaro e nunca visto desdém e desprezo pelos direitos mais elementares do homem tornou-se em axioma do governo comunista. Com uma sequência lógica converteram-se as comissões extraordinárias num organismo

e os celebrados ‘ícones chorosos’ não passariam de pedaços de borracha que, devidamente comprimidos, produziam ‘lágrimas’ quando alguém lhe oferecia um donativo. O apego do campesinato às explicações e superstições religiosas só merecia ser ridicularizado como imbecilidade: colheitas perdidas e epidemias deveriam ser evitadas pela ciência agronomia e meteorológica e não por preces e rituais, diziam os donos do poder. Para dirimir dúvidas, o regime fez a prova dos nove, semeando ‘terras de Deus’ e ‘terras ateias’, lado a lado – a primeira tratada com água benta, a outra com fertilizantes químicos. A bordo de aeroplanos, os agricultores podiam constatar com seus próprios olhos que no céu não havia anjos nem seres divinos. A imprensa provinciana mantinha seções especiais dedicadas ao ‘paganismo científico’. Centenas de panfletos e histórias ateus também foram publicados. A literatura e a música tidas como religiosas não mais podiam existir”. FIGES, O. *A tragédia de um povo*, p. 916.

¹⁶⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo II – Antecedentes e origens da Revolução, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1925, p. 4.

¹⁶⁸ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, O Comunismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1925, p. 4.

¹⁶⁹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, O Comunismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1925, p. 4.

monstruosamente autocrático, que é independente e irresponsável e tem em suas mãos direito de vida e de morte. Recurso contra ele é impossível, não existe¹⁷⁰.

Outro autor, Georges Popoff, que seria um revolucionário segundo Tristão de Athayde, relatava que “no campo, vê-se com particular nitidez que a Cheka é a própria autoridade administrativa... Nas cidadezinhas e aldeolas desertas e quase mortas das regiões da fome, são os edifícios da Cheka o único lugar onde ainda existem vida e ordem”. Popoff, que era russo, teve algumas de suas obras traduzidas para outras línguas. O livro *Sous le soleil des soviets* publicado em 1925 é o utilizado pelo crítico brasileiro. Não se trata, porém, de um “revolucionário”, pelo menos não de um que se manteve como tal, mas de um intelectual poliglota que deixara a Rússia. A obra citada era fruto de uma temporada no país dos soviets entre 1922 e 1923¹⁷¹ e revelaria a situação diversa da época do Czar, a fim de prevenir o “empreendedor europeu”:

A decadência econômica é tal que o comércio exterior e interior representa apenas uma fração insignificante do tráfego de antes da guerra; mais da metade das usinas não funciona; o poder de compra do povo empobrecido e dizimado se reduz ao mínimo; a população não dispõe mais do que uma quantidade extremamente pequena de mercadorias. No campo sobretudo, e nas cidades pequenas, a miséria é tão grande que a Europa ocidental não pode ter a mínima noção. A população não produz quase nada, ancorando-se em métodos tradicionais. Com todos estes fatos, o negociante, o empreendedor europeu [...] O quadro de ruína que por toda parte eles verão poderá lhes demover, - não talvez se eles estiverem informados com antecedência e objetivamente acerca das coisas que lhes aguardam. O governo bolchevista é tão vacilante que o empreendedor europeu é ameaçado na sua liberdade pessoal; que ele deve contar sempre com uma flutuação súbita e arbitrária do câmbio; que o objetivo principal dos bolchevistas – o estrangulamento da ideologia burguesa, da economia capitalista – irrompe continuamente; que é na aplicação do “livre comércio” que se mostra a mais forte oposição dos chefes soviets aos capitalistas ocidentais, e que em todos se reconhece a intenção clara de sufocar a livre expansão da empresa estrangeira. Os bolchevistas retiram hoje do empreendedor estrangeiro o que eles lhe deram ontem: com uma mão eles lhe apertam seu coração, e por outro eles tentam lhe apunhalar pelas costas...¹⁷²

O livro de Popoff parece ter sido bem recebido na França. Alguns diziam, inclusive, que a obra “na ignorância sistemática em que nós estamos, é um documento pleno de interesse”¹⁷³. Em outra ocasião, acerca de uma obra sobre sua experiência como presidiário sob o controle da Cheka, relata-se que o autor russo estaria “ligado à missão americana de ajuda à Rússia” e, “preso sob uma obscura denúncia”, pode contar “o funcionamento desta instituição medieval, cujos procedimentos ultrapassam em horror aqueles da Inquisição”¹⁷⁴. O jornal do Partido Comunista Francês, por seu turno, deslegitimava as histórias de Georges Popoff:

Sr Georges Popoff, emigrado russo, que teve a chance de se beneficiar da desdenhosa piedade dos Sovietes, na época quando ele tentava espia-la e traí-la em nome da

¹⁷⁰ Trata-se de certo Rud Broker. Não encontramos, porém, nenhuma referência a alguma obra por ele publicada. Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1925, p. 4.

¹⁷¹ Cf. POPOFF, Georges. *Sous l'étoile des soviets*. Paris: Plon, 1925, p. 2.

¹⁷² POPOFF, Georges. *Sous l'étoile des soviets*, p. 4-5.

¹⁷³ LALOY, Louis. Les livres, *Comoedia*, Paris, 22 mar. 1925, p. 3.

¹⁷⁴ TIMMERMANS, Marcel. La Tschéka par Georges Popoff, *L'homme libre*, Grand journal quotidien du matin, Paris, 30 mar. 1926, p. 2.

burguesia intervencionista, fez aparecer um compêndio de leitões mais ou menos novos, mas todos igualmente imundos, sobre a Tchêka, esta não se deu a pena de executar um tão pobre ser e não consentiu mesmo em mantê-lo preso, sem dúvida por motivos de higiene penitenciária. [...] Pobre Popoff! Ele não terá a vantagem, - que seria enorme para um quase aborto - de ser tomado a sério pelo *Humanidade*¹⁷⁵.

A força e a centralização do poder do regime soviético eram reiteradamente afirmados por Tristão de Athayde. Desde as falas de Lenin, que defenderia a estratégia de “nos decidir a todos os sacrifícios, e, quando for necessário, empregar mesmo a astúcia, a esperteza, os métodos ilegais, a reticência, a sonegação da verdade, etc.”¹⁷⁶, aos relatos de Emma Goldman, exilada anarquista nos Estados Unidos, que assim comentava os “métodos” nos Congressos Anuais de Todas as Rússias: “todos os meios imagináveis são empregados pelos bolchevistas para aumentar os votos comunistas. Quando os métodos habituais não dão resultado, ameaça-se com a redução das rações e com a prisão”. Werner Sombart, por sua vez, concluía que “a verdadeira constituição no tempo de Lênin era a de uma monarquia absoluta: hoje podemos indicá-la como uma constituição diretorial autocrática (*autokratische Direktoralfassung*)”.

A “fase ideológica” do regime seria marcada pela aplicação do “programa econômico comunista”. Conforme descreve Tristão de Athayde:

Esse programa se resumiu afinal numa oficialização total dos meios de produção, de distribuição e de retribuição. A nacionalização começou pelos bancos. Seguiu-se a grande indústria e logo a pequena indústria. [...] Foi em seguida efetuada a nacionalização da terra, de forma que a produção era dirigida pelo governo, de acordo com um plano único e central, para que os representantes dos ofícios isolados não seguissem egoisticamente os seus interesses, porém se conjugassem na engrenagem coletiva. [...] Estabeleceram-se os salários oficiais [...] Cada pessoa recebe uma “caderneta de consumo” e só consegue comprar alguma coisa quando está na caderneta a observação de que ela produziu um trabalho (o que se considera trabalho, não está dito em parte nenhuma). Os trabalhadores recebem o seu salário, não em dinheiro, porém, *in natura* [...]. Lembremo-nos de que por “trabalhadores” se deve entender a “sociedade inteira”, já que o lema muito justo, aliás, em princípio, “quem não trabalha não come” domina toda a vida comunista. Quem não possuir a sua caderneta, com boas notas, morre de fome. [...] O comércio interior e exterior fica sendo monopólio do Estado. A especulação é proibida – em tese, o que na prática a multiplica. A população é dividida em pequenas comunas de consumo, existentes em cada bairro da cidade. Essas *konsumkommunen* é que requisitam da Central os produtos e os distribuem pelos consumidores. [...] Nada se pode comprar isoladamente. Tudo por um requerimento especial à Comuna de Consumo que tratará então de obter, se possível, o que o indivíduo pede. A economia doméstica é suprimida e substituída pelas cozinhas públicas, “para emancipar a mulher da sua servidão”. Os proprietários de casas são naturalmente expropriados e as residências distribuídas por ordem das repartições competentes. Era a ideologia comunista aplicada em sua cristalina pureza¹⁷⁷.

Em três anos, a situação econômica ruíra e a NEP (Nova Política Econômica) passa a ser posta em prática em 1921. Conforme o crítico, era “um começo de negação às ilusões iniciais”. Ainda

¹⁷⁵ PARIJANINE. Le sieur Popoff rescapé de la Tchêka, *L'humanité* : organe central du Parti Communiste, Paris, 30 out. 1926, p. 4.

¹⁷⁶ Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1925, p. 4.

¹⁷⁷ ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo III, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1925, p. 4.

que provisória, a NEP¹⁷⁸ era oposta ao que se entendia por comunismo, conforme o crítico:

A) “A concessão de salários mais elevados aos chefes de serviço”. Essa simples medida era o suicídio do comunismo puro. B) “A introdução de uma disciplina mais rigorosa em todos os ofícios”. E como Lênin acrescentava: “A própria Revolução exige hoje, e realmente no interesse do socialismo, a ‘subordinação incondicional’ das massas à vontade unitária do guia do processo de trabalho”. C) “A aplicação do sistema Taylor”. D) “A introdução do salário contratual (*akkordlohn*)”, isto é, “a liberdade de contrato de serviço (sic)”. E) “A adaptação do salário conforme a tarefa produzida”. F) “A organização da concorrência entre as Comunas de produtores e consumidores”, por meio de “elevação de salários, redução de horas de trabalho, concessão de maior quantidade de bens culturais ou estéticos (sic) etc. G) “Cooperação estreita com o corpo de burgueses... de forma a guiá-los, dar-lhes certas concessões e nos utilizarmos deles (sic)”¹⁷⁹.

Ideias como a do reconhecimento de méritos individuais, de premiações pelo esforço, de alguma liberdade contratual voltariam a fazer sentido como fomentadoras da produção. Lenin teria arrancado “‘cerca de 85% da vida econômica russa à dependência comunista’. E com isso, abolir por decreto a entrega de salários em gêneros, e quase tudo o que fora a ilusão mais fagueira da ideologia comunista”. A crise, porém, não foi solucionada e os problemas de ordem econômica não teriam sido interpretados como um sinal da falência do regime:

O que o governo bolchevista reconheceu nesse momento de crise, não foi a inaplicabilidade de seu absurdo programa. Ele quis ver apenas nos desastres que o programa provocara uma falta de habilitação dos homens para agirem de acordo com os puros princípios da escola, e resolveu adiar a aplicação desses princípios até o dia próximo ou remoto em que prevalecer a frase de Lenin: “De cada um conforme a sua capacidade; a cada um conforme suas necessidades”. O paraíso terrestre. Reconhecendo a falta de preparação do povo para a sua ideologia, resolveram então os bolchevistas enveredar pelo caminho das concessões e dos compromissos, para manterem o poder – e iniciarem então a obra gigantesca de propaganda.

Começaria, então, a “terceira fase” da história do regime comunista. Tristão de Athayde reconhece o “realismo” dos líderes do governo soviético, especialmente em figuras como a de Anatole Lunatcharski, Comissário do Esclarecimento, que “depois do sacrifício de suas ideias econômicas, reconheceram que o comunismo só podia durar organizando a revolução mundial e preparando o espírito das novas gerações. Daí as duas armas atuais: a propaganda e a educação”. Enquanto na América e Europa a propaganda se fazia entre as massas para que estas se opusessem aos governos estabelecidos, na Ásia e na África as divulgações dos ideais comunistas se faziam dentre os membros do poder estatal. Seja nas colônias ou nas metrópoles, a finalidade era “derrubar a sociedade atual”. A partir dos relatos de Popoff, o crítico comenta o que se passava pelo interior da Rússia:

[...] exército de pintores encarregados de brochar, futuristicamente, toda a espécie de quadros de propaganda, que se encontram nas mais miseráveis estações de estradas

¹⁷⁸ Segundo Figes: “A Nova Política Econômica foi originalmente concebida como um recuo temporário. ‘Fazemos concessões econômicas pra evitar transigências políticas’, disse Bukharin ao Comitern, em julho. Em dezembro, Zinoviev acrescentou: ‘A NEP é apenas um desvio transitório, um recuo tático antes do ataque decisivo do trabalho contra o capitalismo internacional’. Lenin concordava”. FIGES, O. *A tragédia de um povo*, p. 945.

¹⁷⁹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo III, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1925, p. 4.

de ferro, ao lado de bustos de Marx, de Lênin, de Robespierre, entre toda a sorte de sinais cabalísticos sempre dominados pelo emblema soviético da foice e do martelo cruzados. Museus de propaganda espalharam-se pelo país. [...] O filme famoso da exumação é passado sempre, em todos os cinemas, com detalhes os mais grotescos. São organizadas contraprocissões em todos os dias santos, com os maiores escárnios às coisas sagradas, figuras escarnecedoras de Jesus, insultos à Virgem¹⁸⁰, bustos caricaturais de Buda e Maomé, tudo misturado [...] ¹⁸¹.

Uma reforma educacional seria levada a cabo com a finalidade de formação e consolidação de uma “mentalidade comunista”. Os programas para o ensino superior reformariam as universidades existentes e criariam novas. Algumas medidas são apontadas, como a exclusão das “pseudociências abstratas”, isto é, aquelas ciências ‘que não chegam a qualquer dado prático (sic)’ e, nas unidades de ensino de ciências sociais, apenas seriam “permitidos professores comunistas ou pelo menos marxistas”. Uma das criações que chamou a atenção do crítico era a dos *Proletkult* de Lunatcharski. Este assim tinha comentadas suas palavras:

“[...] Grupos, Comunidades de Trabalhadores para a criação de literatura, de teatro, de música e de artes plásticas. Em cada um deles se reúnem, sob a direção dos instrutores do *Proletkult*, vinte a trinta pessoas. Esses estudos devem ser melhor comparados a laboratórios... nos quais são feitas pesquisas, em condições particulares e em parte artificiais, para conseguir novas conquistas culturais”. Esses laboratórios de arte proletária são realmente uma obra-prima de engenhosidade comunista. Como diz Lunatcharski: “Os Gogols e os Pushkins hão de vir”. E para isso foi organizado os seus laboratorizinhos, com todos os aparelhos modernos de fabricação de cultura e de arte. É o último avatar da indústria¹⁸².

Ao fim desta viagem guiada pelas mãos e olhos de um intelectual avesso ao regime soviético, as reflexões passam a ganhar suas tonalidades conclusivas e determinantes:

O ideal comunista [...] é um ideal puramente utilitário. Como não podia aliás deixar de ocorrer numa aplicação do materialismo histórico. [...] O mundo comunista é um mundo sem Deus, sem Família, sem Pátria, sem Liberdade, sem Contemplação, sem Arte Livre, sem ciência Pura, sem Beleza desinteressada. Um mundo geométrico [...] onde “um par de sapatos vale mais do que todo Shakespeare”, na frase de um comunista citada por Sombart. Reduz-se a educação a uma simples máquina de formar comunistas, isto é, espíritos limitados, sem ambições excessivas, sem veleidades individuais, bons técnicos, homens práticos e resignados, pensando pelas cartilhas do Estado, visitando os museus em grupos de vinte, fazendo espírito em laboratórios de cultura mental, enfim, o ideal do perfeito súdito, embriagado de belas palavras e conformado com o seu lugar nas fileiras. Aos conceitos humanos naturais, imortais, de raça ou de pátria, de família e religião, de cultura ou virtude, substituiu-se o conceito utilitário de classe. E de fato por uma volta à escravidão. Pois de duas uma: ou as várias classes são necessárias à vida de uma sociedade, e nesse caso todas elas têm um direito incontestável à justa recompensa do seu esforço, ou realmente a sociedade pode subsistir apenas com a classe proletária e nesse caso desaparece o conceito de classe, pois a classe é mais uma “relação” que uma existência em si¹⁸³.

É importante destacar que, apesar dos juízos, descrições e comentários essencialmente

¹⁸⁰ “Surgiu uma arte ateísta – um cartaz particularmente blasfemo mostrava a Virgem Maria grávida sonhando com um aborto – um teatro iconoclasta e um cinema profano”. FIGES, Orlando. *A tragédia de um povo*. A Revolução Russa 1891-1924. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 916.

¹⁸¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, O Comunismo III, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1925, p. 4.

¹⁸² Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, O Comunismo III, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1925, p. 4.

¹⁸³ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, O Comunismo IV, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1925, p. 4.

negativos acerca do regime soviético, a conclusão geral de relatos como o de Georges Popoff era de que o sistema bolchevique iria de perdurar. Conforme um analista de sua obra:

De todos os livros sobre o bolchevismo, são poucos dos quais se depreende com tanta clareza e verossimilhança as razões que este regime apresentado ordinariamente como calamitoso, há de durar. Esquece-se facilmente que o povo russo é quase exclusivamente camponês – e que um governo que saiba se conciliar com os camponeses tem toda a Rússia. Os Sovietes nisso tiveram sucesso ordenando a divisão de terras, que isso tenha resultado numa diminuição da produção de chá, que a exportação de cereais, fonte de riquezas para a antiga Rússia, tenha se tornado impossível – são questões que não preocupam de forma alguma o mujique. Tem-se o erro, por muito tempo de o julgar como um europeu. Nós o acreditamos patriarcal, religioso, conservador, enquanto ele não é nada disso [...]¹⁸⁴.

Em busca do bom governo

O repúdio ao comunismo não significava o fim das inquietações de Tristão de Athayde. Pelo contrário, se a República Soviética não era o “paraíso terrestre”, isso implicava uma angústia ainda mais aguda. Afinal, se o comunismo não era o caminho, o que poderia ser? A própria conclusão do artigo acerca do governo russo era antes um questionamento, um ponto de partida, do que uma afirmação ou um porto, para utilizar a imagem empregada pelo crítico:

Por mais grotesco, porém, que seja o quadro social comunista [...] por mais sensível que nos apareçam a discordância entre as palavras e os fatos bem como as renúncias às utopias iniciais ou o reconhecimento de princípios outrora renegados, o fato é que tudo indica nesse comunismo um dos pontos de partida da renovação social do século XX. [...] desde já podemos observar que está sendo uma dolorosa lição de realidade. [...] Aproximou-nos mais da realidade social – esse é o fato. Cabe agora ao futuro e ao ocidente, se fugir ao lento suicídio atual, fazer o que eles não fizeram. Conseguir um ideal social que em essência se resume em duas palavras – “justiça” e “variedade”. [...] não permitir que esse ideal de “justiça” tão desdenhado de fato na sociedade egoísta e arrogante de hoje venha impedir o surto da “variedade”, a expansão justa do Indivíduo, a livre afirmação da família, o estímulo da criação e da recompensa individual, o sentimento da responsabilidade, a conservação do passado naquilo que nos legou de grande e de justo – tão inexistente no mecanismo social simplista do comunismo. Não tenhamos grandes ilusões. Todo governo é apenas um mal menor. Partindo desse princípio exato, o democratismo esfacelou o poder nas mãos dos indivíduos, certo de que por esse meio o mal seria reduzido ao mínimo. O resultante foi até hoje, ao lado de um progresso material assombroso e de uma incontestável elevação das massas, uma desordem latente e uma injustiça patente. Reagindo contra isso, propõe o comunismo o inverso. A centralização absoluta. Moscou, o Kremlin, centro não somente da Rússia, porém de todo o Universo. [...] Para favorecer a reação contra essa extrema mecanização social, para levar a restauração de uma estrutura social sólida e forte em formas que ainda seria arriscado prever, mas que não esmague o indivíduo, antes o estimule a se expandir, o exemplo do comunismo está aí vivo ante os nossos olhos. Através de que lutas terríveis vai operar-se essa transformação social no decorrer do século XX, o tempo o dirá¹⁸⁵.

Ao criticar a forma como a justiça teria se tornado uma “arma de governo” sob o regime dos soviets, consolidando-se como uma “justiça de classe”¹⁸⁶, segundo a qual dever-se-ia “punir

¹⁸⁴ G-R, B. Sous l'étoile des Soviets, *Les nouvelles littéraires, artistiques et scientifiques* : hebdomadaire d'information, de critique et de bibliographie, Paris, 2 mai. 1925, p. 3.

¹⁸⁵ ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo IV, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1925, p. 4.

¹⁸⁶ A “justiça de classe” seria aquela exercida pelos tribunais revolucionários instituídos já em 1918: “Os

os inimigos dos operários [...], ‘mais fortemente’ do que os criminosos de origem proletária ‘pelo mesmo delito’, praticado por uns ou outros”¹⁸⁷, Tristão de Athayde lembra as alegorias acerca do “bom” e do “mau” governo pintadas por Ambrogio Lorenzetti no século XIV:

E a esse respeito me vem à mente aquela obra-prima da pintura trecentista, com que Ambrogio Lorenzetti, em mil trezentos e tantos, adornou as paredes do Palazzo Público de Siena. [...] São as duas alegorias do “Bom Governo” e do “Mau Governo”. Este é rodeado confusamente pela Tirania, pela Soberba, pela Vaidade, pela Crueldade, pela Guerra e entre os muros da cidade a Anarquia impera. O Bom Governo, porém, ladeado pela Prudência, pela Paz, pela Fortaleza, pela Magnanimidade, pela Temperança, com os homens de armas, as forças da Terra, a seus pés, e com o Santo Espírito, as forças do céu, sobre a cabeça, recebe a sua inspiração e a sua força de uma outra figura. Só, no extremo oposto do painel, destacada, grave, sobre a qual converge a visão, e que tem acima da cabeça, como a iluminá-la, a imagem da Sapiência, e abaixo de sai a Concórdia, estendendo a sua ligação até o governo por uma série de homens bons, em trajes locais, como aquele Dante de Giotto, tão familiar a todos nós. Essa figura de que tudo deriva para o Bom Governo – é a imagem da Justiça. Não é só a pintura que prende o espectador. É a ideia que resume todo o pensamento político de uma época, aquele admirável senso de equilíbrio católico da sociedade que até na própria arte imprimia, pela primeira vez, com tanta grandeza, o seu selo inconfundível. E abaixo dos *affreschi*, comentando o símbolo da independência e liberdade comunal que aquilo representava e a genial arquitetura política de uma época, o artista escreveu entre outras palavras o seguinte: “*Lá dove stá legata la Justizia – nessuno al ben comum già mai si accorda*” [“Onde a justiça está atada – ninguém nunca se reúne para promover o bem comum”]. Palavras inesquecíveis.

Assim, a República delineada no horizonte idealizado por Tristão de Athayde encontra-se no passado e não no futuro. Conforme Quentin Skinner, as pinturas do artista italiano participavam da instituição e da consolidação de uma “ideologia” que se constituía no processo de criação das cidades-repúblicas italianas a partir do século XI. Trata-se de um momento no qual as comunas de Pisa, Milão, Genova, Arezzo, Bolonha, Pádua, Florença, Lucca e Siena estabeleceriam uma autonomia política em relação aos poderes imperiais, adquirindo o status de repúblicas independentes com constituições que garantiriam seus autogovernos eletivos¹⁸⁸.

Ao avaliar que se tratava de uma expressão do “senso de equilíbrio católico”, o crítico brasileiro reproduz a interpretação tradicional das alegorias que as vê como expressões do pensamento tomista e aristotélico. Skinner, por seu turno, considera que a obra de Lorenzetti dialoga com os autores “pré-humanistas”, do século XII-XIII, que tinham na tradição romana, especialmente nos escritos de Cícero e, em menor medida, de Sêneca, a base de suas ideias.

juízos realizavam-se segundo a posição social do réu e suas vítimas. Em uma destas cortes, os jurados adotaram o hábito de inspecionar as mãos do denunciado. Se fossem limpas e macias, ele era condenado. Comerciantes afeitos à especulação recebiam punições severas e, às vezes, acabavam sentenciados à morte. Em contrapartida, ladrões – e até assassinos de pessoas com dinheiro – viam-se penalizados com penas brandas ou acabavam absolvidos, caso alegassem pobreza como causa para o crime. O saque aos saqueadores fora legalizado e a lei, abolida: grassava a ilegalidade. Lenin sempre insistirá que o sistema jurídico deveria ser usado contra a burguesia, funcionando como arma do terror de massa”. FIGES, Orlando. *A tragédia de um povo*, p. 913

¹⁸⁷ ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo IV, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1925, p. 4.

¹⁸⁸ Cf. SKINNER, Quentin. The rediscovery of republican values. *Visions of politics*. Vol II. Renaissance virtues. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p.10-15.

Isso significava a confluência nos afrescos dos valores “teológicos” – fé, esperança e caridade – com valores “políticos” – prudência, justiça, temperança, fortitude e magnanimidade, este último expressamente oriundo das reflexões de Sêneca¹⁸⁹. Assim, aquilo que o crítico via como um apogeu do catolicismo poderia conter, na verdade, o início de sua decadência. A Sapiência, que sobranceia a Justiça, teria, a partir dos escritos de Cícero, na figura do Legislador aquele que traria o bem comum e o triunfo da paz, inclusive da instituição da religião¹⁹⁰. Trata-se, assim, de uma visão do mundo político com vários elementos pagãos. Tal característica, porém, não pode ser considerada como uma restrição às ideias de Tristão de Athayde sobre os últimos séculos da Idade Média nos quais o autor reconhece justamente a existência de um “realismo” típico e de um conceito de liberdade, de forma que ambos teriam ruído a partir do mundo moderno. Novamente, o mundo moderno passa a ser visto como uma decadência. O crítico considera acerca do problema da miséria, da fome e das desigualdades sociais:

[...] a nossa sociedade está muito longe ainda de ter tido a inteligência de resolver um problema, cada vez mais insolúvel, desde que o conceito capitalista (judaico e anglo-saxônico) da economia ilimitada, nos séculos XV e XVI, suplantou o conceito cristão de economia limitada, que só ele pode salvar-nos do comunismo¹⁹¹.

Em outra ocasião, ele retoma tais ideias:

Entre os abalos sofridos pela Igreja revelou-se também um abalo nas concepções econômicas. A admirável teoria econômica cristã, limitando os impulsos do lucro, por meio de freios morais e religiosos, já vinha cedendo diante do progresso material crescente, das competições nacionais e do espírito judaico de lucro e economia. Com a Descoberta da América, coincidindo aproximadamente com o movimento libertário da Reforma, o espírito da economia livre venceu definitivamente, por alguns séculos, o princípio da economia limitada. Werner Sombart e Max Weber estudaram detalhadamente o fenômeno, mostrando como o espírito judaico e o espírito protestante, em nome da liberdade de ação, venceram o espírito católico da economia limitada e deram início ao Grande Capitalismo moderno que naturalmente veio civilizar a América¹⁹².

Sobre o ilimitado horizonte econômico capitalista, Michel Foucault propõe uma síntese das mudanças estruturais por que passa a governamentalidade moderna a partir do liberalismo:

Creio que começa a se esboçar aí algo muito importante, cujas consequências, como vocês sabem, estão longe de ter se esgotado. Esboça-se aí uma coisa que é uma nova ideia da Europa, uma Europa que não é mais imperial e carolíngia, mais ou menos herdeira do Império Romano e com estruturas políticas bem particulares. Tampouco [...] é a Europa clássica da balança, do equilíbrio entre as forças estabelecidas de tal modo que nunca a força de um prevaleça de uma forma demasiado determinante sobre o outro. É uma Europa do enriquecimento coletivo, é uma Europa como sujeito econômico coletivo que, qualquer que seja a concorrência estabelecida entre os Estados, ou melhor, através da própria concorrência que se estabelece entre os Estados, deve tomar um caminho que será do progresso econômico ilimitado¹⁹³.

¹⁸⁹ Cf. SKINNER, Quentin. Ambrogio Lorenzetti and the portrayal of virtuous government. *Visions of politics*. Vol II. Renaissance virtues. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 80.

¹⁹⁰ Cf. SKINNER, Q. Ambrogio Lorenzetti and the portrayal of virtuous government. *Visions of politics*, p. 56.

¹⁹¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, O Comunismo IV, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1925, p. 4.

¹⁹² ATHAYDE, Tristão de. Aspectos Brasileiros, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1925, p. 4.

¹⁹³ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 75.

Este modelo de concorrência livre, de enriquecimento ilimitado dos estados europeus, de progresso constante do ocidente (em seu sentido restrito), para quem haveria à disposição “um mercado cada vez mais extenso e, no limite, a própria totalidade do que pode ser posto no mercado, no mundo”, ou seja, a “mundialização do mercado”¹⁹⁴, teria levado às crises abissais que, após a Grande Guerra, pareciam decretar a falência de tal estrutura política e econômica. Se o crítico brasileiro já perdera as esperanças no comunismo, se é que algum dia as manteve realmente, a partir da crítica à economia capitalista e ao sistema soviético, ele encaminhava-se para portos mais tradicionais, mas não menos fervorosos e bélicos.

¹⁹⁴ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*, p. 75.

Política e Letras II

Fui educado num colégio francês. Palpito de entusiasmo, de amor ante a renovação da arte musical italiana. Admiro e estudo Uidobro e Unamuno. Os Estados Unidos me entusiasmam como se fossem pátria minha. Com a aventura de Gago Coutinho fui português. Fui russo durante o Congresso de Gênova. Alemão no Congresso de Versalhes. Mas não votei em ninguém nas últimas eleições brasileiras.

Mário de Andrade, *A escrava que não é Isaura – Discurso sobre algumas tendências da poesia modernista*, 1924.

Mas a vida da inteligência, como a vida das nações e a de cada um de nós, é justamente, em sua essência, esse jogo de tendências extremas e moderadas que se corrigem, que se repelem, que se suportam ou se confundem.

Tristão de Athayde, *Política e Letras*, 1924.

É a minha sina: a de descontentar no dia seguinte, aqueles a quem na véspera tinha tão plenamente satisfeito.

Carta de Tristão de Athayde a Jackson de Figueiredo, 1924.

Em 1922, Tristão de Athayde lançara seu primeiro livro que se desdobrou em torno da reflexão teórica acerca da “crítica expressionista” e da contribuição à história da literatura no país. Dois anos depois, em participação no volume *À margem da história da República* organizado por Vicente Licínio Cardoso, a mudança de olhar do crítico pode ser vislumbrada desde o título do alentado ensaio: “Política e Letras”. Tal associação expressa a virada que se passava na cultura intelectual brasileira em que as interpretações sobre o passado e presente do país tomavam o centro das preocupações, numa espécie de revisão completa da história nacional e da abertura de um horizonte político indeciso e angustiante.

“Política e Letras” pode ser considerado como o seu ensaio de intérprete nacional. Ele parte da divisão tradicional da história brasileira em períodos colonial, imperial e republicano. Sobre o primeiro, traça o seguinte panorama, aliás, bastante convencional:

No “período Colonial”, que se estende até 1808, [...] não possui o Brasil existência sua e vive de Portugal e para Portugal. Sua vida não tem espontaneidade nem destino próprio. Recebe de Portugal tudo de que necessita para trabalhar, para produzir, para iniciar a sua vida. [...] Sua riqueza é a Coroa que absorve. Sua gente vai ser educada em Coimbra e lá se aporuguesa em regra definitivamente. Todo desenvolvimento da Colônia tende naturalmente para a Mãe-Pátria¹⁹⁵.

Os juízos são rápidos, com alguns destaques como o que afirma ter sido a colonização portuguesa mais “opressora” do que a espanhola. Na colônia estariam as raízes do país: “as

¹⁹⁵ ATHAYDE, Tristão de. *Política e Letras*. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org). *À Margem da História da República*. V. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 49.

raízes da nacionalidade estão no período colonial. Nem por isso deixa ele de ser o período luso por excelência de nossa história, em que a nossa formação tudo deve, por assim dizer, ao que nos vinha de além-mar. Nem outro recurso restava à terra imensa e silenciada”¹⁹⁶.

Acerca do período Imperial, o crítico propõe uma visão tradicional à época, mas que hoje poderíamos considerar controversa e que, há décadas, era tida como conservadora. Conforme escreve José Honório Rodrigues nos anos 1970, segundo tal tese:

[...] se pode dizer que o processo da Independência se realiza entre abril de 1821, com a partida de D João VI, e agosto de 1825, com o Tratado de Reconhecimento. Uns começam mais cedo, outros ampliam para mais adiante. Os primeiros seguem a tradição que veio de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro [...] que atribui à vinda da família imperial uma importância decisiva na eclosão do movimento emancipador. [...] ¹⁹⁷.

O centro dessa tese é que “a independência é uma doação da dinastia: D João cede e transfere ao seu filho a soberania de parte de seu império”¹⁹⁸. Já segundo a outra tese, que o historiador chama “liberal”, teria “ocorrido uma ruptura, que o povo, só o povo, senhor da soberania nacional, podia dar a coroa de D Pedro, como podia ter preferido a República. O rei era uma simples criação do povo e a aclamação é que legitimara o seu poder, e não os títulos dinásticos”. Assim, a Independência se inicia:

[...] em 1822 e se conclui em 1831, com a abdicação, quando se elimina a tutoria que D Pedro vinha exercendo com o governo absolutista. D João é o grande obstáculo à Independência e sua partida desembaraça as dificuldades [...] o 25 de agosto de 1825 marca a conclusão vergonhosa da Independência transformada numa compra por 2 milhões de libras esterlinas, um fato talvez inédito na história das emancipações europeias ou americanas.

Rodrigues aponta como falha geral da tese conservadora a ausência de uma “base econômica e social”. Esta última terá nos anos 1960 maior desenvolvimento:

Não parece exagero afirmar que o enquadramento teórico predominante e mais influente na historiografia da Independência, pelo menos desde os anos 1960, é aquele derivado da abordagem de Caio Prado Jr. Partindo de um ponto de vista marxista, ele procurou entender o “sentido” da colonização, inserindo a história do Brasil num contexto senão planetário, ao menos ocidental: a história do Brasil explicar-se-ia como um derivativo da história europeia, no contexto da expansão do capitalismo comercial. Essa tese é a base das teorias da dependência¹⁹⁹.

Jurandir Malerba faz reparos a tal perspectiva. A própria “história” seria aí secundária, apenas confirmando teses sobre o desenvolvimento social, econômico e político do mundo moderno:

Entendido o funcionamento da máquina, sua “dialética”, está dada a história [...]. Os processos de independência na América Latina seriam meras “vertentes do mesmo processo de reajustamento e ruptura na passagem para o capitalismo moderno, na segunda metade do setecentos e primeira metade do Oitocentos”²⁰⁰.

¹⁹⁶ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 49.

¹⁹⁷ RODRIGUES, J H. Independência: historiografia. *Ensaio Livres*. São Paulo: Imaginário, 1991, p. 209-210.

¹⁹⁸ RODRIGUES, J H. Independência: historiografia. *Ensaio Livres*, p. 210.

¹⁹⁹ MALERBA, Jurandir. As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica, *História*, São Paulo, v.24, n.1, 2005, p. 105.

²⁰⁰ Cf. MALERBA, Jurandir. As Independências do Brasil, *História*, p. 107.

Tal tese inspirada no marxismo e na escola dos *Annales* estaria, porém, desde o fim do século XX, sendo revisada e nuançada. Ao comparar as abordagens, Malerba nota que nem parece se tratar do mesmo tema. Agora, estuda-se com maior dedicação o período de D João VI no Brasil, reconhecendo as culturas políticas aí proeminentes e as novas linguagens e práticas políticas. Num cenário amplo, aborda-se a função de variadas produções simbólicas, dos jornais às festas públicas, a ação de personagens (biografia), o papel dos debates políticos, a emergência de um liberalismo brasileiro e preserva-se no horizonte a dedicação a pesquisas que possam ressaltar ou reconhecer a participação da maioria da população, ou seja, escravos, libertos e trabalhadores em geral na história da Independência do Brasil²⁰¹.

Não se poderia, assim, dizer que a historiografia atual acerca da independência do Brasil mantenha um horizonte teórico radicalmente diverso, como a dos anos 1960, das perspectivas desenvolvidas na passagem do século XIX para o XX. Quando analisou a obra de Oliveira Lima, *O movimento da Independência* (1922), Tristão de Athayde afirmava sobre os debates acerca de personagens determinantes: “é tão absurdo atribuir a esse ou àquele o movimento emancipador, como acreditar apenas em causas naturais”²⁰². O livro teria como tese geral a ideia de que foi o “espírito liberal que fez a nossa independência, conseguindo vencer a volubilidade aventureira de d. Pedro I e a inércia das massas, contra a política recolonizadora das Cortes de 1822”. Tratava-se de se rever o papel de alguns personagens, ao mesmo tempo em que se ressaltava o papel da imprensa, das lojas maçônicas e da ação de alguns deputados brasileiros junto à Corte, lembrando-se que “nunca a preocupação de conservar ao Brasil o seu caráter colonial foi tão grande, em Portugal, como naquele momento”, como apontaria a historiografia atual. Assim, as ideias desenvolvidas por Tristão de Athayde acerca do tema são antes controversas do que totalmente ultrapassadas. De qualquer forma, representam um momento da historiografia brasileira que respondia ao seu tempo presente:

Como bem acentua o Sr Oliveira Lima, citando a frase de Antônio Carlos, foi a atitude das cortes que despertou o amodornado Brasil. Essa tendência à modorra é, aliás, um elemento com que sempre devemos contar entre nós, e constitui a esperança de todos os governos arbitrários...

Acerca do período Imperial, Tristão de Athayde adianta um dos aspectos gerais da tese defendida no ensaio “Política e Letras”, a saber, o caráter “artificial” da ordem estabelecida. Em seus períodos sucessivos, ele caracteriza o oficialismo imperial:

O de D João VI fora o prurido de transplantar instituições, de inaugurar serviços e academias. O oficialismo de Pedro I fora o de pressentir o desejo ambiente de tomar a si a iniciativa dos atos definitivos que criavam situações novas e decisivas para a vida nacional. O oficialismo da Regência fora o de resistir à desunião, opor a autoridade central à anarquia periférica, defender o Brasil uno que recebera e o trono que simbolizava essa unidade nacional. O oficialismo de Pedro II é o de árbitro dos

²⁰¹ Cf. MALERBA, Jurandir. As Independências do Brasil, *História*, São Paulo, v.24, n.1, 2005, p. 117.

²⁰² ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1923, p. 1.

partidos, o de fiel nessa balança de poderes que o Parlamentarismo da Inglaterra fazia oscilar constantemente. Pedro II nunca abdicou do seu Poder Moderador, que era o nome constitucional desse novo oficialismo do segundo reinado²⁰³.

Retomando a periodização de Euclides da Cunha, o crítico situa em 1870 o fim do Império:

O “Período Republicano” data de 1870. É que então se começa realmente a sentir como a serenidade desse Império americano era artificial. [...] Foi-se vendo pouco a pouco – e até hoje o vemos ainda com surpresa, por vezes, que o Brasil se formara às avessas, começara pelo fim. Tivera Coroa antes de ter Povo. Tivera Parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera escolas superiores antes de ter alfabetismo. Tivera bancos antes de ter economias. Tivera salões antes de ter educação popular. Tivera artistas antes de ter arte. Tivera conceito exterior antes de ter consciência interna.

Na “republicanização do Império”, a “hipertrofia do oficialismo e a inanição das forças reais do país começavam a revelar o artifício daquela imponente serenidade imperial”.

Seria o momento da ascensão da geração nascida com a Independência que clamaria “contra o abuso do poder pessoal e a atonia do povo”. Dotada de uma formação jurídica, ela acabaria criando novos artifícios caracterizados, desta feita, pelo ardor das reformas: “a fé nas reformas eleitorais, o fetichismo da liberdade, a pureza do regime parlamentar”. Esse primeiro momento do republicanismo brasileiro combateria a “ficção imperial” na qual “o povo era o grande esquecido nessa pompa fingida do Império”. A partir de matérias da imprensa da época, livros de história, memórias, discursos parlamentares e depoimentos avulsos, o crítico analisa a orientação política de D Pedro II que, “imbuído de liberalismo, do romantismo político que frutificou tão profusamente no século XIX, não oferecia resistência à propaganda dissolvente. O que talvez lhe prolongou o trono até 1889 seja dito de passagem”²⁰⁴.

O aspecto econômico da emergência do republicanismo é ressaltado segundo a modernização por que passara o país, neste “período das primeiras grandes usinas de açúcar, das fábricas de algodão, das máquinas beneficiadoras de café, das estradas de ferro, da navegação a vapor”. Além disso, destaca-se o papel crescente que os paulistas passam a ter na atividade produtiva nacional, notando que o “aparelhamento mecânico e a imigração fazem desde então o espantoso progresso econômico de São Paulo, desenvolvendo a um tempo o urbanismo, pela indústria, e o ruralismo, pela riqueza crescente do café”²⁰⁵. O crítico propõe uma geografia de forças que contribuiriam para o progresso do republicanismo sob o Império:

Em São Paulo [...] com a revolução econômica; no Rio, com a agitação abolicionista e o progresso do liberalismo político; no Sul, com o foco permanente de caudilhismo, eterna reserva de reivindicações democráticas e libertárias; e no Norte, enfim, com o movimento de ideias, especialmente em torno de Recife, que se desenvolveu sobretudo por essa época – nesses quatro pontos principais operava o movimento de transformação republicana. [...] o “elemento popular”, no Rio Grande, pelo instinto aventureiro e anárquico; o “elemento econômico”, em São Paulo, pelo

²⁰³ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 51.

²⁰⁴ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 54.

²⁰⁵ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 55-56.

desenvolvimento da iniciativa individual; o “elemento político”, no Rio, pela oscilação crescente das correntes políticas para a esquerda, contra o imperador, que “era o Império”, no dizer de Cotegipe; o “elemento intelectual”, no Recife, combatendo as ideias e sentimentos que tinham afinal constituído a feição moral do Império²⁰⁶.

Neste sentido, a República já estaria feita sob o Império. Tristão de Athayde faz apelo a figuras e metáforas vitalistas e espiritualistas que se tornarão muito recorrentes:

Quando em 1889 se proclamou a República a república já existia no Brasil. Não são os fatos mas o espírito dos fatos que realmente marca os períodos. [...] É preciso distinguir, na história das nações, o que é método de exposição e o que é evolução vital [...] Durou trinta e dois anos a Revolução Francesa, dizem os historiadores. Mas nós bem sabemos que não durou trinta e dois anos a Revolução Francesa. Seria simples demais. E a realidade se ri desses compartimentos estanques com que procuramos dividir o tempo, para compreender o passado. [...] O principal é o que se oculta embaixo das águas. O essencial da história é o trabalho dos espíritos e o pressentimento fugitivo de um ou outro fato precursor²⁰⁷.

A mudança do regime veio e “as transformações políticas que houve – e só o tempo naturalmente as revelou – deram-se justamente no sentido oposto ao que pretendiam os ideólogos do movimento”. A República dos republicanos não era aquela sonhada:

A República, hoje, com trinta e cinco anos de realização, é a resultante de duas forças contraditórias: o “cesarismo” e o “caudilhismo”. Entre as duas, o país indiferente, a grande força obscura de trabalho, de inteligência, de egoísmo e de sacrifício que tece surdamente a vida da nação e em cujo nome as forças contraditórias se digladiam. A República não resolveu ainda nenhum dos problemas básicos que provocou logo após a sua proclamação²⁰⁸.

Após a síntese da história política do Brasil independente, aqui esboçada, o ensaio passa a considerar o outro termo de seu título destacando, porém, a relação íntima entre ambos:

Não é possível isolar [...] as letras da política, a vida de cada espírito da vida do espírito coletivo, das forças gerais que animam um povo, que lhe dão uma fisionomia. Não é preciso submeter uma à outra, nem chegar aos excessos que o naturalismo crítico, pseudocientífico, pretendeu implantar. [...] Literatura é independência. “Uma nação apenas se eleva à dignidade da história através da arte e sobretudo pela literatura, que lançam suas raízes numa vida econômica intensa e exuberante”²⁰⁹.

A citação entre parêntesis é do filósofo francês François Mentré²¹⁰, autor da obra *Les générations sociales* lançada em 1920, e marca uma passagem no interior das reflexões de Tristão de Athayde em que o conceito de “geração”, antes visto com ceticismo (“geração é eu e meus amigos”), passa a ser o condutor acerca das variações da cultura intelectual brasileira.

O que desponta na reflexão sobre “política e letras” é o quanto estas últimas participam efetivamente da primeira. Daí considerar que os “homens de letras” de quase todo o período colonial terem se dedicado apenas “às “letras de importação” e que “nenhuma intervenção

²⁰⁶ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 56.

²⁰⁷ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 56-57.

²⁰⁸ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 57.

²⁰⁹ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 59-60.

²¹⁰ Sobre Mentré Cf. ATTIAS-DONFUT, Claudine. La notion de génération : usages sociaux et concept sociologique, *L'Homme et la société*, Paris, n° 90, 1988, p. 40.

tiveram, naturalmente, no governo da Colônia”. Não haveria aí “nenhuma ou quase nenhuma preocupação com os problemas locais. Olhos em Portugal, só ansiavam pelo dia de pisar de novo o solo europeu. Seria absurdo pretender o contrário”. Daí o valor dos inconfidentes:

É quando a contradição existente entre os pruridos literários e a vida do país tende a diminuir. Quando os poetas de Minas entram em conspiração com outros elementos da terra para tentar a independência. É preciso não encarecer a importância desse episódio. É preciso também o não desconhecer. Fossem quais fossem as responsabilidades conscientes, ou a atitude posterior dos conjurados, o sinal dos tempos é significativo. Foi o primeiro ensaio de intervenção efetiva, em nossa história, dos homens de letras na vida política do país²¹¹.

Após a Independência, ainda não seria apropriado sequer falar em “homem de letras”, afinal, apenas “à medida que a civilização modela a vida e a figura de um país é que podemos verificar nos homens essa variedade profissional, que indica a complexidade crescente da vida coletiva e o desenvolvimento correspondente da vida mental de um povo”²¹². Haveria a partir de então a “colaboração pela primeira vez da ‘inteligência’ brasileira nos negócios públicos”:

Pode-se mesmo dizer que a independência foi antes uma conquista intelectual e política do que um movimento revolucionário popular. Os Mocamboas não faltaram... Mas a obra grande e eficaz operava pela ação das inteligências, das melhores inteligências do tempo, como Evaristo da Veiga ou Odorico Mendes, como Hipólito da Costa ou Silva Lisboa²¹³.

Porém, é no “planalto político” criado a partir da Maioridade, que desenvolve-se a “verdadeira iniciação” das letras pátrias. Tal produção, contudo, teria perdido seu valor:

Uma aspiração de independência: o indianismo. Uma forma nova, dentro do inevitável mimetismo de uma literatura apenas nascente: o romantismo. Uma nova figura: Gonçalves Dias. Nomes, pouco importam. Quem se dá ao trabalho de ler hoje Magalhães ou Porto-Alegre? O que conta é o estado de espírito. E daí a nossa escassa tradição literária. A tradição só se forma quando se lê o passado por gosto e não por curiosidade. Quando o passado é sempre presente. A não ser um pouco de Gonçalves Dias, quem lê hoje a primeira geração romântica?

Assim, enquanto a primeira geração romântica agira, a segunda “iniciara” e a terceira “tomava posse do terreno e da consciência de sua missão”. O romantismo imprime a política nas letras:

Naquele momento, sentimos realmente pela primeira vez o sentimento brasileiro da criação literária. [...] A literatura imperial, como a política imperial, procurava criar para o Brasil uma fisionomia espiritual que iludia aqueles que a concebiam. Julgavam ter realizado uma arte brasileira, adaptando moldes europeus a paisagens tropicais – como os estadistas pensavam modelar socialmente o Brasil adaptando formas parlamentares europeias à anarquia e apatia americanas.

Este “sonho de brasileirismo” teria o valor de Castro Alves, mas era José de Alencar, deputado, ministro e publicista quem encarnaria a “figura nacional por excelência”. Alencar, segundo o crítico, “procurou a verdade e a ficção. Nunca as dissociou. E nesta, sentiu como ninguém toda a complexidade pátria, toda a variedade de aspectos que procurou refletir em sua obra de

²¹¹ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 60-61.

²¹² ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 61.

²¹³ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 62.

romancista. Fez uma obra menos de inspiração que de vontade”²¹⁴. O outro lado do romantismo era o dos que não se preocupava com tais questões, revelando que “o homem brasileiro já se sentia tranquilo nos limites de sua pátria, e voltava-se então para si mesmo”, de tal maneira que “seu pesadelo eram as paixões. Era o coração que os atormentava. Era o subjetivismo delirante, por vezes genial como nos lampejos de Álvares de Azevedo, que lhes guiava a chama literária”.

O republicanismo, ou seja, os anos 1870, traria o naturalismo nas letras. Especialmente a partir da Escola de Recife. As novas gerações, agora inspiradas por obras como *O Mulato* (1881) de Aluísio de Azevedo, “sorriam da ingenuidade literária de seus antecessores, e, em nome da verdade, aboliam o lirismo”. Tratava-se de outro momento:

E a nova era surgia das imprecisões contra a “tirania” de Pedro II e a “anemia” de Alencar. [...] seria ocioso investigar se o naturalismo foi um mal ou um bem. Não podia ter sido de outra forma, dado o impulso inicial de mimetismo nossas letras, como de nossas instituições políticas. Em poesia, deu-nos o parnasiano, isto é, alguns dos melhores poemas de nossa literatura, dos mais atuais de nossa aceitação ou repúdio moderno. Em prosa, deu melhor, porque aproximou a tendência nacionalista do romantismo, da nossa verdade nacional²¹⁵.

A realidade republicana apresentaria um caráter complexo que, apesar de uma “apatia e uma debilidade aparentes”, tornaria explícita a existência de um país que progredia de maneira desigual, sem ideal único, havendo uma “coexistência cada vez mais viva de épocas literárias”:

Acotovelam-se em todas as gerações homens que adormeceram no naturalismo e mesmo no romantismo; os que acreditam que o simbolismo ainda é uma novidade. Os que importam o dadaísmo como elemento terapêutico de dissolução. [...] Estamos, realmente, como em nenhuma época, talvez, da nossa história, diante “de uma multiplicidade de tempos de crescimento”, que torna o nosso tempo anárquico de aparência. No fundo, porém, seguimos o fio fatal da evolução interior²¹⁶.

A contraposição entre a literatura imperial e a republicana evidenciaria na primeira a orientação romântica, o brasileirismo, o sentimentalismo na inspiração, assim como uma suposição do “Divino”, ao passo que a segunda teria “oscilado entre o regionalismo e o cosmopolitismo; entre a verdade provincial, dialetal, local da terra e a expressão universal ou nitidamente ligada às correntes literárias europeias mais modernas. E, sobretudo, uma literatura sem Deus”. Assim, o Império foi “unitário e católico”, enquanto a República era “federativa e ateísta”.

Tristão de Athayde comenta tratar-se de uma “feição geral dos períodos” e lembra palavras de Albert Thibaudet: “uma das heranças definitivas que o século XIX nos legou foi a ideia bergsoniana da *durée*, da continuidade, do fluxo de vida que prende todos os fenômenos no espaço e mantém no tempo a fusão das épocas”²¹⁷. Assim, percebe-se a existência de “uma formação interior da história, cuja importância avulta para a compreensão dos homens e das ideias. Nada vive isoladamente. Tudo é uma preparação à vida”. Daí os significados gerais da

²¹⁴ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 63.

²¹⁵ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 64.

²¹⁶ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 65.

²¹⁷ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 66.

passagem do Império para a República no Brasil:

O naturalismo foi a forma literária do materialismo republicano que ganhara os espíritos. E, filosoficamente, os guias mentais da nova geração eram Comte ou Spencer, Haeckel ou Darwin, Renan ou Taine, sem grande distinção de categorias. As famosas “demolições” do século XIX ganhavam os nossos espíritos, e o romantismo [...] não oferecia grande resistência aos novos ideais²¹⁸.

Na esfera política, porém, a dinâmica parlamentarista do Império teria cedido às manobras republicanas marcadas por uma dose maior de imprevisibilidade:

Politicamente, ao passarem das lutas claras e, quanto possível, polidas do Parlamento [...] para as lutas imprevistas do presidencialismo republicano, regime de arestas vivas, em que a oposição trama na sombra e a autoridade degenera facilmente em tirania civil ou dos quartéis²¹⁹.

Apesar de dizer não ser um saudosista monárquico, tal sentimento se depreende de seu ensaio:

O que não impede de verificarmos que o Parlamentarismo brasileiro era apenas uma ficção, que em setenta anos não conseguiu senão dar uma imagem ilusória da nacionalidade, nem resolver os seus problemas essenciais, e ao mesmo tempo observarmos que as novas tendências literárias de então nos deram depois algumas das obras mais perfeitas de nossas letras²²⁰.

Dessa forma, os regimes políticos do Brasil independente seriam marcados por fragilidades e falhas essenciais, não se podendo saber mesmo qual deles era o pior. No tocante à literatura, sugere-se uma imagem geográfica para se compreender a história literária:

Os meridianos literários serão os grandes sentimentos humanos, as atitudes essenciais do homem perante os problemas eternos, suas ideias fundamentais. Os paralelos literários serão as épocas e as escolas, as formas que, no correr dos tempos, vão assumindo esses problemas, essas ideias, esses sentimentos. A diferença estará apenas em que esses modos de ser essenciais do espírito são ilimitados, e limitados, portanto, os meridianos, ao passo que o tempo acrescenta sempre novos paralelos àqueles que o passado traçou. Porque os homens procuram sempre ver as mesmas coisas com outros olhos, sentir o que há dois mil anos sentiam mas com outro coração, mostrar que, se nada há de novo embaixo do sol, há sempre um modo novo de compreender o que existe embaixo do sol.

É no Parlamento imperial que o crítico reconhece a originalidade da produção intelectual da época monárquica. Daí decorre uma questão polêmica do ensaio:

No Parlamento está a verdadeira literatura brasileira desse período imperial de nossa história. [...] O Parlamento foi realmente, por meio século, a essência viva do Brasil e o seu espelho. E nisso não vai apenas um elogio. [...] Mas a fisionomia que o Império imprimiu à vida brasileira, desse longo planalto do século XIX, encontra no regime parlamentar sua expressão real. E enquanto a inteligência literária cá de fora se deixava em regra arrastar pela imitação, ou por uma fantasia mórbida e um sentimentalismo sem força de impressão e de originalidade, lá dentro a inteligência podia expandir-se sobretudo mais presa à realidade concreta de nossa existência nacional. Era uma literatura falada [...] superior em suma, à generalidade da literatura escrita de então.

Ciente do caráter heterodoxo de tais considerações, ele reforça seu julgamento, revelando como o termo “Letras” que intitula o ensaio devia ser tomado em um sentido largo:

²¹⁸ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 66.

²¹⁹ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 66-67.

²²⁰ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 67.

Se mesmo aí, no Parlamento, o sentido da imitação prejudicava muito a originalidade dessa literatura de eloquência, muito menos grave era o mal do que cá fora, nas letras escritas ou de mera ficção, muito mais artificiais e efêmeras que a outra. [...] Percorram-se os jornais do tempo. Passam-se meses sem que um só livro de interesse venha a lume. Imprimem-se folhetos insignificantes, livros de ensino, poesias lacrimosas e ilisíveis, banalidades intoleráveis. Ao passo que rara é a semana em que no Parlamento não se ouça um discurso digno de ser ouvido. É ali que o espírito da raça se exprime com sinceridade e com arrebatamento, com personalidade²²¹.

Com a queda do Império, a República fecha o Parlamento e a literatura “se torna realmente livre”. Tal processo marcaria um direcionamento à independência e à autonomia que:

[...] apresenta uma riqueza de criação mais intensa que em outro qualquer período de nossas letras. Esses vinte e cinco anos do século XX já podem apresentar um patrimônio literário, que não encontra paralelo, em opulência, a nenhum outro período de nossa história. Isso não quer dizer que esse movimento de independência já se tenha consolidado. Longe disso. Nem há de ser provavelmente em nossos dias que a nova tendência produzirá seus frutos. Mas o caminho está traçado²²².

Cem anos após a emancipação política do país, o tema da independência permanecia como uma questão recorrente. No período republicano, as letras teriam uma nova função:

Já não será no interesse e na surpresa pela nova terra, como no período colonial, ou no esforço pela formação política e social da nacionalidade, como na era imperial, que a literatura poderá encontrar seus elementos de originalidade. É por si mesma, doravante, que ela tem de valer. [...] Doravante, se se abandonar inteiramente à inveterada preguiça da imitação, já não terá outro recurso de originalidade, e a inteligência se dissolverá no cosmopolitismo ou se fará raquítica e enfezada no regionalismo. A responsabilidade, portanto, da inteligência brasileira, na nova fase que a República abriu para a nacionalidade, é maior do que nunca foi. [...] Ou se tornará independente ou vai confessar o seu irremediável fracasso²²³.

O crítico traça as seguintes considerações que, no fundo, procuram caracterizar o lugar que Machado de Assis ocupa neste período de transição política e cultural:

Mas a República foi a obra imediata dos militares e do parlamentarismo liberal, com o apoio despeitado ou a condescendência dos conservadores monarquistas e favorecida apenas por uma pequena propaganda política [...] A República fez-se, portanto, em grande parte, à revelia das letras. E estas a aceitaram, em geral, sem oposição nem entusiasmo. Nos espíritos, a República já fora há muito proclamada. A atitude de Machado de Assis, a maior figura da época, é bem expressiva do indiferentismo com que a literatura encarava o novo regime²²⁴.

A obra de Machado traria dentre os traços de sua originalidade seu caráter político específico:

Ao passo que toda a nossa literatura até então, no que tivera de mais original, fora um recurso à Natureza, Machado de Assis foi deliberadamente ao Homem, mostrou que não somente no verde de nossas matas se devia procurar o motivo para criar. As *Memórias Póstumas de Brás Cubas* marcavam, em 1881, um momento capital das nossas letras. Esta primazia psicológica, que levou Machado de Assis do humanismo ao humorismo, não podia senão resolver-se no absenteísmo político e social. E a sua atitude no movimento de 1889 está bem marcada nas páginas inesquecíveis do *Esauí e Jacó*.

Machado de Assis representaria um indiferentismo recorrente das letras que, não

²²¹ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 67-68.

²²² ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 68.

²²³ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 68-69.

²²⁴ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 70.

obstante, não poderia ser generalizado dentre os membros da geração que o sucedera. Na verdade, o ambiente seria complexo, entre céticos, boêmios, idealistas e nacionalistas radicais:

Enquanto a república mergulhava no militarismo, seu mal de origem, os homens de letras se isolavam como Machado e os primeiros parnasianos; desperdiçavam-se pelos cafés, como toda a “boêmia” de então, dos bigodes empinados de Mallet ao vozeirão de Paula Ney, de candura de Fortúnio às truculências de Murat, da improvisação superficial de Valentim Magalhães às exaustivas observações de Aluísio, das estilizações de Anselmo Ribas aos ardores de Bilac; procuraram, no isolamento, com ansiedade o mal secreto da nacionalidade, como Alberto Torres; ou então, raros e sem eco, entravam em cheio na batalha política, como Eduardo Prado e Raul Pompeia²²⁵.

O crítico considera como forças opostas o conservadorismo de Eduardo Prado e o idealismo de Raul Pompeia. Ambos, porém, concordes no apreço à “ordem” e à “autoridade”:

Visaram ambos à conservação do Brasil, da precária civilização brasileira, embora pregando remédios distintos. Combatiam, cada um por seu lado, o instinto demolidor, o “negativismo da descrença”, as ameaças à nacionalidade e à unidade brasileira. [...] enquanto Prado defendia vivamente o Império e a tradição, que nos haviam dado o feitiço moral e a configuração nacional, Pompeia sustentava apaixonadamente o idealismo republicano, que viera colocar o país na posse definitiva de seu ser, embora combatido interiormente por males desesperadores²²⁶.

Várias são as considerações acerca destes intelectuais. Sobre Pompeia, Tristão de Athayde aponta que ele “iludia-se” com “a tranquilidade do dia 15, da parada garbosa e incruenta, da ‘revolução pela ordem’. Não via o veneno nas raízes. Como naquele momento não havia febre, não procurou diagnosticar o mal interior”. Pompeia não teria percebido os riscos do militarismo republicano, pois “julgava que a função das forças armadas, no movimento de 89, fosse apenas de catalisador”. Eduardo Prado, por seu turno, seria menos lúcido que Pompeia, uma vez que não percebia que “fossem o que fossem os vícios de origem, a República era a lógica fatal da nossa história”. Assim, apesar de Prado ver, “com toda lucidez, a origem e a verdade atual da situação”, acabava por pregar “um remédio ilusório, impossível”²²⁷. Os dois intelectuais representariam a maneira como as letras podiam envolver-se na política:

Faltou um derivativo a esse puro artista [R. Pompeia], transviado nas lutas penosas de um início de regime, na “profunda convulsão moral com que a transformação da República abalou a nossa sociedade por todas as formas, por mil modos”, segundo suas próprias palavras. E só na morte violenta ia encontrar repouso, que Eduardo Prado dois anos mais tarde, depois de Canudos, e do ataque sofrido pelo seu jornal, pode encontrar “num pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre”²²⁸.

A morte de Pompeia e o exílio de Eduardo Prado marcariam a cisão crescente entre a literatura e a política até a emergência do principal fato vivido até então pela jovem República:

O absentismo intelectual de uns; a boêmia desperdiçada de alguns; a angústia ou a desesperança de outros, levavam as letras a campo diverso daquele a que os males naturais do regime em início ou a inépcia dos homens conduziam o país. Até

²²⁵ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 72.

²²⁶ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 63.

²²⁷ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 74-75.

²²⁸ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 76.

Canudos. Canudos foi um aviso tremendo²²⁹.

Não importava que a República houvesse, por fim, “vencido” a Guerra e mesmo saído reforçada do conflito, seu significado seria mais profundo que a mera destruição do arraial de Belo Monte:

Canudos era o resultado de um longo erro, de um erro secular. Era o artifício da civilização brasileira que ali se expunha à luz da mais terrível realidade. Era o Império, com o seu litoralismo; era a República, com a sua corrupção militarista, que ali se julgavam afinal. A República desorganizara a autoridade e portanto a unidade nacional; o Império não conseguira organizar a civilização no Brasil, eis o que revelavam aqueles fanáticos broncos e formidáveis do Vaza Barris.

E do trágico conflito surgiria a figura de Euclides da Cunha cuja função principal seria a denúncia daquele artificialismo que parecia caracterizar as instituições brasileiras, políticas e intelectuais, em sua relação com a realidade do país. Retrospectivamente, o “realismo” tão reivindicado pelos teóricos dos anos 1920 teria sua “origem” na obra de Euclides da Cunha:

Ele vinha mostrar, eloquentemente, e com fatos, o erro do litoralismo político, que fora na Monarquia o parlamentarismo, importando fórmulas e confundido ficções com soluções. [...] Literariamente, vinha revelar o erro do esquecimento em que jazia a massa dos homens brasileiros e dá aos vindouros um exemplo incomparável de originalidade, ao tomar em suas mãos a miséria bárbara americana, e procurar exprimi-la, sem a correção de escolas e preconceitos. E criou um estilo – o que é realmente a obra suprema de um artista²³⁰.

Ao fim do alentado ensaio, o crítico afirma a herança antagônica que os brasileiros receberam de seus antepassados, cujos males deveriam nortear os idealismos futuros:

O problema da civilização brasileira é um problema de assimilação. E o resultado a que chegamos hoje, em quatro séculos de lenta nacionalização, é justamente o contrário. Na política – a oposição de cesarismo e caudilhismo; nas letras – a oposição de regionalismo e de cosmopolitismo. As duas forças que operam em toda a civilização sul-americana ainda não conseguiram anular-se entre nós.

O autor teme que qualquer uma das orientações, se levadas ao extremo, poderiam levar a males ainda maiores do que os já vividos:

Que subsistiria do Brasil se vingasse o precedente de uma interrupção brusca da unidade do governo? Quantos anos de anarquia? Que probabilidade de dispersão definitiva desse milagre da unidade, que só o artifício imperial conseguiu manter e consolidar? Que desastre, talvez irreparável, para a nacionalidade? Por outro lado, que esperança de solução do nosso problema nacional se o caudilhismo é um elemento inato da nacionalidade, e se queremos resolver o problema do todo pela supressão de uma das partes? Tem sido esta solução empregada dezena de vezes (e há circunstâncias em que se torna inevitável), mas o resultado é sempre o mesmo. O ressurgimento do instinto demolidor com mais vitalidade, com mais perfeita organização e palavreado mais retórico²³¹.

Ele defende que “o tempo e o bom senso” tragam soluções políticas, em um processo de “assimilação das forças vivas da nacionalidade americana, por natureza anárquicas e incultas, pelas forças vivas da espiritualidade, tantas vezes desviadas pela paixão do poder, mas afinal

²²⁹ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 76.

²³⁰ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 77.

²³¹ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 78.

cultivadas pelo idealismo e pela experiência do ocidente cristão”²³².

No caso da produção literária, esta seria acometida por semelhantes problemas de “instituições transplantadas” e “letras importadas”. Aí estaria o “dato essencial de nosso problema de civilização” e, portanto, de “nosso problema estético”. As duas faces da medalha brasileira eram Machado de Assis e Euclides da Cunha, mas a medalha era uma só. O crítico se questiona sobre as orientações que caberiam à arte literária brasileira:

Literatura brasileira, dizem uns pensam outros, é por ora uma utopia. Limitemo-nos a fazer o que o mundo moderno pede que façamos. Sejam românticos, e seremos românticos; sejam naturalistas, e seremos naturalistas; sejam simbolistas, e seremos simbolistas; sejam futuristas, e seremos futuristas. E o que é ainda mais frequente, fazem-no sem dizer que o fazem. É o cosmopolitismo. Artificio – clamam horrorizados os adversários. Se queremos ser nacionais, olhemos para as nossas matas, para os nossos rios, para o nosso céu; inspiremo-nos nos temas da nossa história; voltemos as costas deliberadamente, a todo mimetismo; sejam bárbaros; queimemos, em efígie, o Partenon e fuzilemos Marinetti; sejam nossos para ser novos. E assim se chega ao regionalismo. Duplo engano, como fora o engano político da solução exclusivista. Não há apenas um artificio na inspiração em escolas alienígenas, nem se alcança uma expressão nossa, pelo simples recurso a temas, ideias ou formas indígenas²³³.

O caminho sugerido é o de um lento processo de assimilação segundo o qual nem o regionalismo nem o cosmopolitismo atingiriam a “verdadeira originalidade” se orientados em soluções restritas: “Ser nacional é criar uma nacionalidade e não submeter-se a ela”.

“Criar uma nacionalidade”, este é objetivo colocado como questão final do longo ensaio “Política e Letras” de Tristão de Athayde. Em um país desagregado, dividido em regiões com marcos de progressos diferenciados, uma população diversa em sua cultura e instrução, caberia aos intelectuais produzir “uma literatura imperiosa e fecunda” que só poderia ser levada a cabo se enfrentasse o problema da falta de “uma integração social e moral”. Para tal desafio, seriam necessários “os homens ou antes as gerações de gênio que consigam realizar a síntese dos antagonismos atuais”²³⁴. E não é isso que se procura na tradição ensaísta das décadas de 1920 e 1930? A produção de sínteses interpretativas do país torna-se a obsessão da cultura intelectual brasileira. Não se trata de inspirar-se na “cor local” para garantir o nacional, nem de se vestir o autóctone com a roupagem importada para lhe dar ares de universalidade, mas de se encontrar/produzir este retrato, essas raízes, a linha mestra evolutiva, o caráter fundamental que fizesse com que as instituições políticas e intelectuais do país se tornassem menos estranhas ao próprio conjunto formador da “nação”. Esta deve ser unificada, des-regionalizada, integrada, o que significa que o federalismo republicano torna-se um empecilho aos anseios de nacionalização. A velhice da primeira República significa no interior da cultura intelectual o

²³² ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 78.

²³³ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 78-79.

²³⁴ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 79.

apelo à diversidade em si mesma, enquanto que os movimentos políticos passam a procurar a centralização do poder e as orientações artísticas e intelectuais, por seu turno, visam a nacionalização da cultura como meio para a sua “universalização”.

Do “futurismo” ao nacional incógnito

Em dezembro de 1923, Jackson de Figueiredo, já funcionário do governo Artur Bernardes, publicou uma série de artigos, no tradicional jornal *Gazeta de Notícias*, intitulada “Literatura reacionária”. O objetivo era dar conhecimento aos leitores acerca de uma:

[...] literatura de reação, antirromântica, que vai, ora definidamente católica, ora revestindo-se somente do senso prático social, do Catolicismo, não só reduzindo à poeira os abastados créditos das doutrinas individualistas e materialistas, como, de alguns anos para cá, assentando já as bases de uma remodelação social, consciente e positivamente inspirada nos ensinamentos da Igreja²³⁵.

Ele pretendia tornar claras as exposições acerca do “ideal antirrevolucionário” que teria já concretizações no “fascio da Itália” e no “riverismo da Espanha”. Os principais intelectuais escolhidos eram o suíço Auguste Viatte, autor de *Le catholicisme chez les romantiques*, e o crítico literário da Ação Francesa, Henri Massis. Ao passo que o primeiro valeria por “um programa de inovação da mentalidade política entre os próprios católicos”, o segundo explicitaria a orientação católica em crítica literária. Além disso, Figueiredo tratou das obras de Perilo Gomes, *Ensaio de crítica doutrinária*, e do Padre Leonel Franca, *A Igreja, a Reforma e a Civilização*. A reunião de tais produções revelaria a “ligação de caráter o mais íntimo que há entre as tentativas tradicionalistas, monarquistas, integralistas, enfim, reacionárias, em todos esses países, mesmo no nosso, e a intensa produção intelectual católica desses últimos vinte anos, máxime nos países de cultura latina”.

Tais considerações procuravam fazer reparos aos “envolvimentos futuristas” de Ronald de Carvalho. Este teria um “espírito francês” e um “espírito de ordem”, mas estaria a dar “ouvido a essas sereias de indisciplina e fuliginosas imaginações... Pois é difícil apreender em que sentido evoluiu o sr Ronald dos seus ‘Poemas’ e da sua ‘Pequena História’ aos seus ‘Epigramas’ e ao seu último artigo do ‘O Jornal’”²³⁶. O artigo citado por Figueiredo é “A Revolta dos Anjos” que talvez por suas metáforas bíblicas tenha chamado a atenção do intelectual católico. Uma delas é a epígrafe com uma passagem do Deuteronômio: “Observa o mês dos frutos novos, que é o princípio da primavera...”. A imagem de nascimento e recomeço é significativa neste período em que se produz de maneira quase interminável uma série de projetos, ideias, manifestos, metáforas, interpretações, análises e juízos no interior da cultura intelectual brasileira que se colocam numa disputada posição de criação, de ação inaugural, de

²³⁵ FIGUEIREDO, Jackson de. Literatura reacionária, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1923, p. 2.

²³⁶ FIGUEIREDO, Jackson de. Literatura reacionária III, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1923, p. 2.

invenção, seja de uma nova arte, seja de uma nova política. Muitas vezes, das duas coisas. Mesmo os reacionários falavam em “inovação da mentalidade”. A “Revolta dos Anjos” explicitava tal condição:

Os Tronos, as Potências, os Serafins, todas as ordens maiores e menores que ruflam as asas cândidas no firmamento das nossas artes, girando e regirando em redor do sinistro Deus-Preconceito, estão brandindo as espadas de fogo contra os anjos maus. Remova-se a tradição do Gênese. [...] Há novas maçãs na Árvore da Sabedoria. Há novas serpentes nos jardins paradisíacos²³⁷.

O autor retoma a Semana de Arte Moderna como um marco depois do qual “a inteligência brasileira não tem mais o direito de ficar atrelada aos varais de um quinhentismo senil, de um gagaísmo empalhado”. A “revolta dos anjos” seria contra os “gramaticelhos rebarbativos”, “os remanescentes do ‘parnasiano’” e do “arcadismo”, o “virtuosismo superficial e tímido”, o “regionalismo de empréstimo”, a “velhice precoce dos adolescentes desalentados” e “a teimosia solerte dos anciãos retrógrados em querer dirigir e orientar”. Sobre o “futurismo”, Ronald de Carvalho o considera “coisa velha e revelha, um espantalho para as crianças mal comportadas literariamente”. O autor emprega um plural que sugere a divisão na cultura intelectual brasileira:

Acusam-nos de inimigos da tradição, da ordem, da disciplina, do método. Mas quem está com a razão? Nós, que desejamos uma arte livre, que represente a nossa vida brasileira, o tumulto das nossas forças em ascensão, a índole da nossa raça, neste momento histórico, ou os que se esterilizam na cópia disfarçada e inócua dos Fr. Heitor Pintor, dos d’Annunzio, dos France, dos Renan, dos Verlaine, os que não veem que a imaginação criadora é que prepara as realidades do futuro?

A própria existência da tradição literária brasileira é questionada quanto ao seu valor intrínseco:

Qual é essa ordem, essa disciplina, esse método, essa tradição, em suma? Temos, porventura, como a França, a Alemanha, a Inglaterra ou a Itália o que se convencionou chamar “espírito universitário”? Qual é a nossa tradição literária? A dos românticos, que imitaram Victor Hugo, Byron, Espronceda? A dos parnasianos, que se inspiraram nos “Poèmes Barbares”, nos “Trophées”, no “Intermezzo”, de Heine, nos “Noturnos”, de Gonçalves Crespo? A dos simbolistas, que foram buscar nas “Fleurs du Mal”, nas “Fêtes Galantes”, no “Chariot d’Or”, nas “Vies Encloses”, os seus motivos preferidos? Digam, por favor, senhores tradicionalistas, onde estão as colunas inabaláveis das nossas tradições literárias? [...] Não temos ídolos, temos ideias. Interessa-nos a totalidade do fenômeno brasileiro.

Carvalho incorporava o impulso sintético a fim de dar conta da “totalidade do fenômeno brasileiro”, o que significava reavaliar o passado segundo uma nova disposição do presente:

É preciso mostrar ao país que não temos escolas, que os mestres da juventude ainda estão por vir, que o pensamento brasileiro ainda não encontrou a sua finalidade superior. E é preciso, sobretudo, rir generosamente, rir atordoadamente no rosto pergaminhoso desses falsos doutores sutilíssimos, que, por tantos anos, dilapidaram a nossa inteligência, atalhando-a de noções apressadas, ridículas e inúteis. Também os anjos se cansam de divagar na Eternidade...

Tal perspectiva gerou a reação do católico Jackson de Figueiredo que lamentava as novas ideias de Ronald de Carvalho. Este último, por sua vez, responde ao “querido amigo”

²³⁷ CARVALHO, Ronald de. A revolta dos anjos, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1924, p 1.

com o artigo “Morra o futurismo”:

Estamos empenhados, todos quantos refletimos sobre o grave assunto da cultura brasileira, numa batalha, em que mesmo a paixão violenta é imprescindível. Será, portanto, desleal e perigosa qualquer fuga nesse terreno incerto, que precisamos conquistar inteiramente, a fim de realizar os nossos objetivos²³⁸.

Seguindo os escritos de Giovanni Papini, principalmente a obra *L'esperienza futurista* (1919), de onde retira seguidas citações em italiano, ele descreve as origens do futurismo:

O futurismo foi também um movimento político. A Itália adormecida de Carducci, a Itália papirizada e congelada da Academia della Crusca, das nevroses d'annunzianas, continuadas por Benelli, da crítica empalhada de Ojetti e Del Lungo, a Itália imitadora de Baudelaire e dos naturalistas; a Itália dos revezes na África, sem prestígio no Adriático, onde Polla, e não Veneza, era a cabeça mestra; a Itália, sem os caminhos do Mediterrâneo, onde a esquadra de sua majestade britânica dominava e cruzava impunemente; a Itália, forçada a entrar num pacto de aliança com os seus inimigos tradicionais; a Itália, entregue aos conservadores intolerantes e seriamente ameaçada pelas sucessivas crises econômicas; a Itália, sem carvão e sem ferro, os dois fatores das grandes potências modernas, estava diante deste dilema inevitável: ou reformar os processos caducos, ou desaparecer, tutelada pela Áustria, pela França ou pela Inglaterra. Foi nessa ocasião, [...] que Papini, rodeado de sua falange latina, rompeu com um apodrecido tradicionalismo, que pretendia encarnar a tradição italiana dos Dante, dos Julio II e dos Maquiavel.

Segundo tal raciocínio, haveria uma distinção entre o “futurismo” e o “marinettismo”, algo que o próprio Papini desde 1915²³⁹ havia traçado, marcando um movimento cultural mais amplo:

Essa livre agitação de ideias [...] estratificou-se lentamente numa Escola. O futurismo desapareceu no marinettismo. Marinetti pôs abaixo as linhas da arquitetura papinista, codificando, regulando, petrificando a estrutura admirável que recebera. O Estado futurista, propriamente dito, foi destruído pela administração Marinetti. Como observou Papini, o marinettismo opôs à latinidade, à supercultura, ao desprezo do *culto* do passado, à sensibilidade nova, à agudeza, à originalidade, à ironia, à finura, à aristocracia, à paixão da liberdade, ao patriotismo, à combatividade do futurismo, o *germanismo*, o *americanismo yankee*, a *ignorância*, o *desprezo do passado*, o *tecnicismo novo*, o *simplicismo*, a *forma esdrúxula*, o *profetismo*, a *publicolatria*, o *imperialismo humanitário*, a *solidariedade estreita*, o *xenofobismo* e o *militarismo*²⁴⁰.

O autor procura valorizar a “tradição futurista” segundo os escritos de Papini e não de Marinetti, pois a partir da “reação” do primeiro “se alargaram os horizontes da arte italiana, e dela surgiu a figura dominante de Mussolini, *condottiere* empolgante da Itália Nova [...]”. Assim, a “ação futurista” devia ser vista como algo que se desenvolvera “na Itália, para o gênio italiano e para as realidades italianas” e, conseqüentemente, estariam aí traçadas as “origens, vida, tragédia e morte” do futurismo. No fim de seu artigo/carta, Carvalho procura uma posição conciliatória:

O que desejamos é integrar o Brasil no Universo, liberando-se de um passadismo artificial, que não é o Passado de tradicionalismo fácil, que não é a Tradição. Tu, dentro da Igreja, acompanhado aliás de muitos dos acoimados “futuristas” e, eu, fora dela, na medida de minhas possibilidades, pretendemos em verdade a mesma coisa. [...] O futurismo é também um passadismo. Morra o futurismo!

²³⁸ CARVALHO, Ronald de. Morra o futurismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1924, p 1.

²³⁹ Cf. FAUCHEREAU, Serge. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 139.

²⁴⁰ CARVALHO, Ronald. Morra o futurismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1924, p 1.

Apesar das explicações eruditas de Carvalho, o termo “futurista” continuará a ser empregado para avaliar determinadas produções artísticas, intelectuais e culturais. Pode-se afirmar que os “futuristas” tiveram de se integrar ao debate geral em torno da questão nacional, sob o risco de terem sua ação muito restringida ou, mesmo, caírem no ridículo.

Em resposta a Carvalho, Jackson de Figueiredo reiterava sua crença que visava à:

[...] realização do bem – o que não é possível sem o culto da verdade integral, que é a verdade, ou o conjunto de verdades, confiado por Jesus Cristo, filho de Deus vivo, Deus vivo Ele próprio, à Igreja Católica apostólica romana, dura escolha de disciplina, não resta dúvida, mas única fonte, que se conhece, de santidade e amor, a que sacrifício nenhum consegue imitar²⁴¹.

Tal modo de ser não “ia bem com futurismo”, mas ele reconhecia que ao menos não seria o seu contraditor um “revoltado”. Ronald de Carvalho lança, então, um artigo intitulado “Estética” que trazia como epígrafe uma ideia cara à filosofia kantiana: “a verdadeira beleza não tem finalidade, mas é viva e livre”. Trata-se de um texto bastante erudito, com alusões a filósofos da antiguidade e expoentes da época, procurando refletir sobre o estatuto do conceito de “ordem”, central nas ideias de Figueiredo, como norteador da reflexão estética. Ele sistematiza:

Apresenta-nos a história das ideias estéticas duas estradas paralelas: a primeira é a dos dogmáticos, a dos idealistas absolutos, a dos que subordinam o fenômeno estético a uma categoria metafísica; a segunda, é a dos relativistas, a dos que consideram o fenômeno estético através dos processos de introspecção psicológica²⁴².

Após densa argumentação, afirma-se uma posição crítica e reflexiva: “O que ficou de pé, em matéria de estética, depois dessa longa controvérsia de séculos é que a arte não pode ser explicada nem pelas categorias absolutas da metafísica nem pelos métodos experimentais apressados”. Os juízos estéticos deveriam situar-se em condições e contextos específicos:

No fenômeno estético a primeira coisa que devemos considerar é a força da expressão individual e humana que recebemos dele. Não houve um só metafísico, um só idealista que pudesse explicar as fórmulas e as regras predeterminadas para a criação da obra de arte. Se não, vejamos. Quando me referi à **chicana da ordem**, foi na mais perfeita sinceridade de ânimo. Que é ordem? É uma categoria metafísica, e, pois, variável, conforme a interpretação a que formos determinados. Ordem não quer dizer “realidade”, nem “proporção”, nem “medida”, nem “bom-gosto”, nem “bom senso”, nem o “belo”, em suma.

Sustenta-se, assim, a relatividade do próprio conceito de “ordem”: “Se aceitássemos uma **ordem preestabelecida**, condenaríamos o Parthenon ou a Catedral. Com os dois não poderíamos ficar [...] Eu **prefiro** por exemplo, o ‘Woolworth Building’ ao monumento de Atenas e ao de Paris”. O mesmo se poderia dizer da ideia de ordem como “medida” ou “bom gosto”. Acerca das produções artísticas contemporâneas, Carvalho conclui da seguinte maneira:

Em que espécie ou categoria de ordem preestabelecida, com as suas consequências lógicas de “beleza”, “bom gosto”, “proporção”, poderiam ser enquadradas as cenas de pura luz de Monet, a pintura sem construção real de Picasso, a poesia inumerável

²⁴¹ FIGUEIREDO, Jackson de. Literatura reacionária IV, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1924, p. 2.

²⁴² CARVALHO, Ronald de. Estética, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1924, p. 1.

de Whitman, ou a música do “Sacré du printemps”, de Stravinsky? Cada obra de arte revela, portanto, uma **ordem. Cada artista é uma fórmula nova do Universo**²⁴³.

Apesar de Jackson de Figueiredo se considerar satisfeito com as respostas do autor, este continuara sua reflexão, dessa vez associando à reflexão sobre juízos estéticos aquilo que diria respeito às “raízes éticas” do movimento. No caso, combatia-se a ideia da inferioridade brasileira e do brasileiro. Fala-se, então, de um novo homem distinto daquele do romantismo, pois haveria àquela época “profundas modificações na substância nacional”:

O brasileiro de “escol” não é mais “filho de fazendeiro”, habituado aos longos silêncios do sertão [...] testemunha de uma raça escrava, em cujo leite mamou as primeiras dúvidas. E o brasileiro, em síntese, não é mais, tampouco, o exclusivo produto de caldeamentos limitados a três grupos étnicos: o índio, o africano e o luso. O italiano, o alemão, o polaco e o russo trouxeram a máquina para a nossa economia. O Brasil industrializou-se [...]²⁴⁴.

O combate entre homem e natureza teria agora a força de uma “nova raça de sangue mais temperado [que] vencerá o meio cósmico que os nossos maiores conquistaram”. A inspiração em Graça Aranha permeia os escritos de Carvalho e tal visão do Brasil como uma terra inóspita a ser conquistada por “homens superiores” é reiterada desde, pelo menos, a obra *Canaã*. No caso, porém, trata-se mais explicitamente da demonstração da “ciência moderna” segundo a qual “a civilização é uma conquista do homem sobre a natureza”. O realismo estético deveria produzir a superação da melancolia brasileira através do “claro riso dos modernos”. A “alegria” é o sentimento que conduziria a tal “libertação”: “Sejamos livres, portanto, para afirmar o nosso ser, ou ‘alegres’, como queria Spinoza”. Poeticamente, as palavras deveriam ser postas em liberdade, suprimindo-se adjetivos, advérbios, segundo a fórmula do *Suplemento ao Manifesto técnico da literatura futurista*²⁴⁵ publicado por Marinetti em 1912, o que concederia “de novo ao substantivo seu valor essencial, total e típico”. Tal perspectiva seria a de Blaise Cendrars, Apollinaire, Mário de Andrade e do próprio Ronald de Carvalho.

Se a alegria era o meio de se combater “preconceitos infecundos”, a deformação se colocava como condição primordial da inteligência artística: “O artista é, por excelência, um deformador, um indivíduo que inventa uma super-realidade. [...] A própria palavra é uma deformação da ideia”²⁴⁶. Excluído do termo “Brasil” a adjetivação tradicional (atrasado, inferior, gigante adormecido etc.), a libertação do substantivo traria apreciações artísticas variáveis. Assim como os teóricos políticos se abriam para a reflexão sobre novos regimes, os escritores e intelectuais engajados na remodelação cultural tinham nas vanguardas a medida para se reconstituir os parâmetros identitários nacionais.

²⁴³ CARVALHO, Ronald de. Estética, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1924, p. 1.

²⁴⁴ Cf. CARVALHO, Ronald de. O claro riso dos modernos, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1924, p. 1.

²⁴⁵ Cf. MARINETTI, F. T. Suplemento ao manifesto da literatura futurista. In: TELLES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 101-103.

²⁴⁶ CARVALHO, Ronald de. O claro riso dos modernos, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1924, p. 1.

A série de artigos de Jackson de Figueiredo também provocou resposta de Tristão de Athayde. Ao tratar dos escritos do francês Henri Massis, Figueiredo o qualificava como uma “moderníssima alma” que teria superado o dualismo entre ética e estética, mantendo-se, porém, coerente com a doutrina católica. Sobre Tristão, ele comenta:

[...] tenho dito sempre que muito fez pelo ressurgimento da crítica literária no Brasil contemporâneo, mas que isto se lhe deve mais ao caráter que à inteligência. Esta, brilhantíssima, aliás, deixou-se dominar, no entretanto, pela moderna nevrose da novidade, e fora inútil esperar que assim dominada pudesse exercer a menor função benéfica, se o caráter que é, em certo sentido, uma espécie de inteligência social, não fosse, nele, conservador e tradicionalista, por excelência, pelo menos nos seus processos de repulsa a indignação, quero dizer, franqueza e absoluto horror ao relativo...²⁴⁷

Em resposta ao “querido Jackson”, o crítico reconhece a função que a religião poderia exercer na arte moderna, especialmente segundo o “sentido de mistério” que traria à tona:

Não nego meu querido Jackson a riqueza estética do senso do divino. Julgo mesmo que a arte de amanhã ganhará sensivelmente com a deslocação da mentalidade cética ou racionalista do século passado. A própria arte de hoje, reagindo contra o naturalismo em prosa, contra parnasianismo em poesia, procura, até certo ponto, explorar em beleza as novas fontes de mistério, que o pensamento contemporâneo vai desvendando²⁴⁸.

Ele, porém, não concorda com as imposições segundo a “disciplina da ordem religiosa ou moral” feitas às produções artísticas, e faz reparos ao crítico literário da “Ação Francesa”:

O esforço de Massis – e não desconheço a admirável contribuição, tão sutil, inteligente e perturbadora da exegese católica moderna – no sentido de equiparar catolicidade e universalidade em todas as ordens, parece-me levemente forçado. Toda verdade que se coloca alheia à própria realização progressiva é uma limitação.

Tudo estaria, na verdade, na teorização acerca da especificidade da produção artística:

A beleza, a bondade, a justiça, a verdade, a sobrenaturalidade, etc... são cores do espectro interior. [...] A arte é um esforço de **toda** a espiritualidade para a beleza, como a moral o é para o bem, como o direito para a justiça, como a religião para a nossa consciência do mistério.

A perspectiva da Henri Massis não deixaria a arte “escapar à moral”, especialmente com a afirmação de uma filosofia verdadeira e de uma moral verdadeira. Dirigindo-se às afirmações do intelectual católico, o crítico define a sua posição:

Se julgasse que o esforço da arte moderna [...] fosse apenas uma “nevrose de novidade” não me interessaria por ele. Se o vejo com toda a simpatia [...] é que sinto quanto há nele de necessário para o revigoramento de uma força criadora [...] e sobretudo para a incorporação de novas forças, que o espetáculo do mundo de hoje tem posto em movimento, aos motivos eternos de beleza, que há três mil anos e mais, o homem vem tirando de si mesmo e do mundo sempre se esgotando e renovando-se sempre.

A resposta do crítico não convenceu o intelectual católico que considerava que tal questão encontraria “solução” apenas num debate mais profundo que em primeiro lugar:

[...] discutíssemos o ser e as suas divisões, as bases mesmas da metafísica, e, posta

²⁴⁷ FIGUEIREDO, Jackson de. Literatura reacionária VI. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1924, p. 2.

²⁴⁸ ATHAYDE, Tristão de. O espectro interior, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1924, p. 1.

de lado toda vaidade, nos entregássemos a aborrecida tarefa de definir um por um todos os objetos sobre os quais discutimos. Só após a caracterização da filosofia que nos orienta é possível saber o por que pensamos desta ou daquela maneira em relação a esta ou aquela coisa²⁴⁹.

O católico percebe no crítico literário a possibilidade de ele cair em um “intelectualismo abstrato”, um “nacionismo”, que não encontraria saída para suas reflexões. A argumentação de Tristão de Athayde é, então, reprovada em seu aspecto “materialista”: “A sua comparação da bondade, beleza, justiça, às cores do espectro, às quais é possível isolar pela análise, se bem que, cessada a decomposição, voltam para o raio, é de um lastimável materialismo [...]”.

O crítico retoma a questão, sem o desejo de “prolongar uma polêmica”, reafirmando os direitos do artista frente às solicitações da moral e dos costumes estabelecidos:

O artista é o espelho que passa a criar imagens por si próprio. É a cera dócil a todas as impressões que o universo comunica, com a graça de modelar um novo universo. Não pode haver critério justo de verdade e de realidade para caracterizar a obra de arte. A obra de arte é completa em si mesma. É em si mesma que ela encontra a sua finalidade²⁵⁰.

Em relação direta com os valores católicos e a história do cristianismo, o crítico lembra que a estética é também uma forma de conhecimento e que deve ser resguardada em sua autonomia:

Se Jesus nos trouxe realmente uma palavra de verdade imperecível, que iluminou todo o Ocidente, se criou realmente uma nova “ordem moral” apenas pressentida pelos homens ou pelo menos esparsa e indisciplinada em tentativas individuais ou locais, vamos negar que toda arte anterior ao século I esteja viciada por esse erro fundamental de eclosão? Não terá o paganismo criado um mundo de beleza, que se não esgotou os temas da arte – porque a expressão dos homens só com eles morrerá – realizou o ciclo completo de sua existência?

Acerca dos novos rumos da cultura, o artista é visto como figura fundamental à consecução de projetos que ganharão conformações mais definidas e polêmicas. O crítico aposta no papel fundador do artista que, talvez, viria “revelar” a verdade de uma época angustiada:

O artista é justamente aquele que vai além, que descobre novas realidades, que faz recuar as aparências e nos revela a nós mesmos, melhor que um sistema filosófico ou que a ordenação da dogmática religiosa, apesar de serem a religião e a arte duas formas de conhecimento, em que os pontos de contato são inúmeros e provavelmente comum, o ponto de partida. A arte só pode ser compreendida pelo espetáculo da arte e essa independência da estética é a lição da história.

Como sugeriu Jackson de Figueiredo, o debate exigiria maiores investigações e questionamentos acerca das posições gerais que cada um dos autores esposava.

As querelas que tomavam as páginas dos jornais, não raro, se desdobravam em correspondências e o caso de Jackson de Figueiredo ganha destaque na trajetória de Tristão de Athayde justamente pela força que essa relação missivista teve sobre os posicionamentos futuros do crítico literário. Vale lembrar que todo este debate público era “controlado” por outro travado na esfera privada. Este último, inclusive, podia ser mais interessante, ao menos no que

²⁴⁹ FIGUEIREDO, Jackson de. Literatura reacionária VIII. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1924, p. 2.

²⁵⁰ ATHAYDE, Tristão de. A beleza total, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1924, p. 1.

toca às referências explícitas a autores envolvidos na questão, assim como por se caracterizar por certa disposição para um tipo de expressão que, se por um lado, pode parecer mais sincera devido ao foro íntimo, por outro lado, também possui um leitor-alvo, conformando-se assim o discurso a essa condição primordial²⁵¹. Tristão de Athayde considerava que não se deveria confundir “espírito conservador político com espírito conservador literário”:

Sou, como você, um espírito conservador em política, embora julgue que essas minhas ideias precisem de uma certa atenuação, em virtude da situação que tenho. Sou suspeito de defender, embora com certas restrições, (admitindo as reformas necessárias como fruto de evolução natural), uma sociedade que podem alegar que defendo por interesse ou coisa parecida²⁵².

O crítico reafirma a especificidade dos debates da cultura intelectual àquela época:

Devemos estar fartos, no Brasil, de coisinhas medidas e acadêmicas, por moldes feitos e França, para uso de meninas de colégio. Sofremos de não ter a coragem de ser novos, de procurarmos uma expressão nossa, embora bebidos os princípios renovadores em literaturas estranhas. É possível que haja muita *blague* no que escrevem esses novos de São Paulo. Nem algum deles nega isso, como o Mário de Andrade. Mas é uma *blague* de combate, um pouco ingênua, sem dúvida, mas necessária para agitar esse mar morto em que andam geralmente as nossas letras. [...] Quanto ao que você diz sobre medida, moderação, etc., estou farto de ler isto nos críticos franceses. Vou mesmo além: sou adversário do romantismo e você bem sabe quanto estou ligado às ideias, mesmo estéticas, da “Action Française”. Apenas, há duas coisas a pensar nesse ponto: primeiramente, que é preciso entender *classicismo* [...] inteligentemente, como *disciplina interior*, domínio da própria sensibilidade e força de vontade literária de forma a dar o máximo de intensidade à expressão do mundo interior de intuições, de ideias, de imagens. E depois, que nós, brasileiros, estamos perante um novo problema literário que não é o mesmo que tinham a resolver os franceses [...], mas a quem por vezes vemos demais como autoridades incontestáveis e como modelos a seguir com servilidade²⁵³.

Na associação entre arte moderna e conservadorismo ou progressismo político, o crítico lembra um fator que nem sempre é posto em evidência nas histórias da arte e da literatura²⁵⁴:

Acaso você já leu a obra de Marcel Proust, de Paul Morand, de Jean Giraudoux, de Tristan Derème? Limito-me a citar nomes de escritores [...] que pertencem à extrema direita, intimamente ligados, senão filiados, à “Action Française”. Pois bem, em cada um desses escritores, há uma nova forma de expressão artística, *revolucionária* talvez para os que pensam como você em matéria de estética, mas não os impede de pertencerem à geração e ao partido que prega a contrarrevolução. [...] Pouco me importa louvar, ao mesmo tempo, um tradicionalista e um modernista, se em ambos reconhecer talento, originalidade e sinceridade. E essa é mesmo a razão principal porque chamei de *expressionista* a crítica que procuro fazer: quero o jogo das expressões individuais e respeito a variedade delas, estimulando-as, enquanto me

²⁵¹ Sobre características literárias e sociológicas das relações missivistas cf. SANTIAGO, Silviano. Suas cartas, nossas cartas. *Ora (direis) puxar conversa!* Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 65; TREBITSCH, Michel. Correspondances d'intellectuels. Le cas de lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Les cahiers LIHTP*, n° 20, março 1992, p. 82.

²⁵² Cf. FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 63.

²⁵³ Cf. FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 63-64.

²⁵⁴ Neste sentido, Antoine Compagnon comenta que a tradição antimoderna perdeu na política, mas venceu na literatura: “Quase toda a literatura francesa dos séculos XIX e XX preferida pela posteridade, se não é de direita, é ao menos antimoderna. Quando se recua no tempo, Chateaubriand triunfa sobre Lamartine, Baudelaire, sobre Victor Hugo, Flaubert, sobre Zola, Proust, sobre Anatole France, ou sobre Valéry, Gide, Claudel, Colette [...]”. COMPAGNON, Antoine. *Os Antimodernos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 15.

pareçam conter uma força nova, uma vitalidade própria. Esse é talvez o ponto vital da nossa discordância: você louva e prega a crítica dogmática, que submete as obras a certos critérios fixos, julgando-as de acordo com esses modelos inflexíveis. A minha crítica é o oposto disso: ela procura buscar a *vida* onde a encontre, e como um dos males maiores da nossa literatura é o academicismo, e o ar confinado da classicomania, é lógico que pode chocar por vezes os espíritos tímidos ou dogmáticos, louvando certas inovações que parecem, à primeira vista, páginas de hospício²⁵⁵.

Por fim, Tristão de Athayde afirma a sua identidade e seu lugar como crítico literário:

Onde você se engana é na importância que atribui às minhas críticas. Pouco valem e menos valerão de agora em diante, quando se afastam de mim todos os que tomam as letras *a sério*. Vou continuar mais do que nunca como até hoje: *só*. Pois recusarei qualquer adesão a velhos ou novos, especialmente a estes, a quem nada devo e que menos me devem. Sou e serei um franco atirador. É a minha sina: a de descontentar no dia seguinte, aqueles a quem na véspera tinha tão plenamente satisfeito²⁵⁶.

O debate público levado a cabo por Jackson de Figueiredo, Ronald de Carvalho e Tristão de Athayde nos primeiros meses de 1924 pode estar dentre as razões que levaram o presidente da Academia Brasileira de Letras, Medeiros e Albuquerque, a realizar uma série de palestras que procuraria “ajustar-se à curiosidade natural sobre as transformações das letras e das artes” desde o início do século XX²⁵⁷. Anunciava-se que o acadêmico Graça Aranha falaria sobre o “Espírito moderno”. Nos jornais, a apresentação era divulgada como um momento no qual Aranha “apresentará opiniões suas, talvez um pouco irreverentes, sobre a ABL”, que seria um “acontecimento extraordinário”, “um manifesto contra o academicismo, dentro da própria academia”. O evento contou com a presença de intelectuais não acadêmicos como Mário de Andrade, Rubem Borba de Moraes, Oswald de Andrade, Manoel Bandeira, Tristão de Athayde, Ronald de Carvalho, Renato Almeida e Augusto Frederico Schmidt dentre outros²⁵⁸.

Graça Aranha inseria suas ideias na perspectiva de renovação nacional, num sentido, aliás, bastante vago, porém sintomático do momento. Conforme Jardim de Moraes:

“O Espírito Moderno” é a plataforma de um projeto de construção da cultura nacional. Veja-se a este respeito o final da conferência que levaria Graça Aranha a abandonar a Academia: “O movimento espiritual, modernista, não se deve limitar unicamente à arte e à literatura. Deve ser total. Há uma ansiada necessidade de transformação filosófica, social e artística”. [...] Continuando a mesma linha de pensamento de *A estética da vida*, ela vem acompanhar o surto do nacionalista de 1924²⁵⁹.

Segundo os relatos da época, a sessão daquele dia na Academia seria marcada por várias manifestações da plateia, ora vaiando, ora aplaudindo o conferencista. Quando Osório Duque Estrada pedira para falar após o fim da palestra, a coisa teria virado “um quase conflito” em que “aquilo parecia uma sessão do antigo Reichstag austríaco”. O fato é narrado da seguinte forma:

²⁵⁵ Cf. FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 65.

²⁵⁶ Cf. FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 67.

²⁵⁷ MONTELLO, Josué. *O modernismo na Academia*. Rio de Janeiro, ABL, 1994, p. 37.

²⁵⁸ AZEVEDO, M H C. *Um senhor modernista*. Biografia de Graça Aranha, p. 327.

²⁵⁹ MORAIS, E J de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*, p. 30-31.

A impetuosa vanguarda dos escritores modernistas abafou a voz do irritado crítico do “Registro Literário”. O sr Osório, vermelho como uma crista de peru, desconjuntava-se em gestos e atitudes de revolta contra os admiradores do sr. Graça Aranha.” _ Fora bobo! Gramaticógrafo!... crítico de meia tigela! ... Vá limpar as caspas do “fraque” e da sua prosa”...²⁶⁰

Enquanto uns saíam e outros entravam, Coelho Neto “abrindo a custo passagem entre os revolucionários” improvisa uma fala e afirma que o conferencista “é um dos fundadores desta casa, não podia cuspir no prato em que come”. Após outros gritos e recriminações recíprocas, “dois dos mais robustos levantaram o sr Graça Aranha, colocaram-no nos ombros acompanhados de uma multidão, cantando a ‘Internacional’ do espírito moderno”. Um destes “robustos” teria sido Tristão de Athayde, ao passo que o outro poderia ser Murilo Araújo ou Augusto Frederico Schmidt que executariam a façanha “enquanto os partidários de Coelho Neto o arrebataavam da tribuna, levado nos ombros de Rafael Pinheiro e Osório Duque Estrada”²⁶¹. Tanto o clima agitado da sessão, em que “a assistência participava abertamente do debate”, quanto seu desfecho foram relatados pelos jornais da época. Era, na expressão de um repórter, o “batismo de fogo” da “Ideia Nova”²⁶².

No mesmo dia, a conferência era publicada no jornal *A Noite*, na manhã seguinte, saía na íntegra no *Jornal do Brasil* e, como o autor atacava a Academia e elencava uma série de autores que estariam lhe dando apoio, as reações partiam tanto dos simpatizantes da primeira, quanto pelos nomeados como seus pares de “espírito moderno”. Estes seriam Villa Lobos, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Victor Brecheret, Renato Almeida, Jackson de Figueiredo, Agripino Grieco, Manuel Bandeira, Paulo Silveira, Tristão de Athayde, Menotti del Picchia, Ribeiro Couto, Oswald de Andrade além de “mil jovens sôfregos de demolição e construção”.

Os primeiros a apontar as reações à conferência nos meios acadêmicos foram os repórteres que começaram a indagar nomes como Coelho Neto, Carlos de Laet, Mário de Alencar, Alberto de Oliveira e Azevedo Amaral que, em geral, eram reticentes ou explicitamente contrários às posições de Graça Aranha²⁶³. Barbosa Lima Sobrinho falava em “comédia literária” feita por aquele que era tido pelos pares como o “traidor à causa comum, o sitiado que foi abrir a porta da praça para que entrassem os sitiantes”. Sobrinho afirma se tratar

²⁶⁰ Divergência entre “imortais”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1924, p. 2.

²⁶¹ Alceu Amoroso Lima rememora: “Fui, no entanto, daqueles que carregaram Graça Aranha nos ombros, na Academia Brasileira de Letras, em 1924 [...]. Nessa função de ‘charoleiro’, creio que tinha como companheiro Augusto Frederico Schmidt que dizia estar lembrado do fato. Assim também pensa Agripino Grieco em depoimento a respeito. Mas Prudente de Moraes Neto, que se encontrava presente a essa ruidosa sessão na Academia, diz que foi Murilo de Araújo um dos que carregaram Graça Aranha nos ombros. O próprio Murilo confirma a versão”. Cf. MONTELLO, Josué. *O modernismo na Academia*. Rio de Janeiro, ABL, 1994, p. 39; LIMA, Alceu Amoroso et al. *Alceu Amoroso Lima: Memórias Improvisadas*, p. 68.

²⁶² Cf. O espírito Moderno, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1924, p 7.

²⁶³ O tumulto na Academia. “A contenda dos imortais”. In: MONTELLO, J. *O modernismo na Academia*, p. 67.

de “um movimento intitulado *futurista*” que “se apega a fórmulas sem maior expressão”²⁶⁴. Medeiros e Albuquerque também dizia ter “algumas objeções”. Albuquerque apontava a contradição em o acadêmico Aranha ser tido como “chefe revolucionário” do movimento. Além disso, dentre os associados ao “chefe”, só haveria um parentesco: “as respectivas certidões de idade que oscilam entre vinte e poucos e quarenta e poucos anos”. Apesar de reconhecer no palestrante uma “grande ilustração”, contesta que “do que ele nunca nos precisará dar lições é de patriotismo, é de nacionalismo. A Academia é brasileira e de letras brasileiras”²⁶⁵.

Neste sentido, os artigos de Gustavo Barroso assinados sob o pseudônimo de João do Norte, que tinha acabado de ser aceito na ABL, são dignos de nota. Intitulados “La Illa Allah Mohammed Raçul Allah!”, que segundo a tradução do autor significaria “Deus é Deus e Maomé é o seu profeta!”, os textos tem um tom de blague, invertendo a provocação: “Vaia futurista é vaia futurista e Graça Aranha é o seu profeta”. Barroso ironiza os esforços “futuristas”:

Lançado, assim, o meu grito de guerra, eu, que era múmia e que era **passadista**, incorporo-me definitiva e integralmente nas fileiras daqueles que, ansiosos pelo maximalismo intelectual, resolveram abolir de suas obras a elegância moral, escolhendo a falta de regras e saber na produção artística, a falta de compostura nas manifestações públicas. Viva a anarquia! Morra o ritmo! Morra a regra! Viva o apupo! Viva a pedrada! Viva o desaforo! Chegou a hora do crê, ou morre. Quem não seguir as pegadas do Messias, [...] do Padre Cícero das Letras, arrisca-se a acabar nas unhas ferozes dos seus jagunços, mesmo dentro dos mais finos salões do Rio de Janeiro²⁶⁶.

A vaia, segundo o autor, seria, na verdade, um aspecto da identidade nacional:

Ademais, isto é o país ideal da vaia. Aqui se vaia tudo e a todos: os heróis e os sábios, os mais nobres personagens, os presidentes da República, antes, durante e após o mandato. Um dia chegará em que talvez haja brasileiros que vaiem a própria bandeira da sua pátria! Nós vivemos numa contínua, desenfreada molecagem.

As supostas influências de Graça são questionadas, ao mesmo tempo em que o humorista, através das citações, revela que sua recusa não era devida à ignorância de obras europeias:

O sr Graça lera *Cinematoma* de Max Jacob, *Jeroboam* de Lafitte, *La fin du monde* de Cendrars e Léger, *Prikaz* de Salmon. Vira os quadros de Picasso, os desenhos de Dufy, aquarelas de Cézanne, *Chez Bernheim*, e as ilustrações de Van Dongen, na rara edição de *Hassan Badreddine*. Divertira-se com o *Ubu Roi* de Alfred Jarry, a *Noce Massacrée* de Cocteau, com o *Bestiaire* de Appolinaire, série de chatices em verso sobre os motivos do Píandro de Hermes Trimegisto, do cortejo de Orfeu e dos fisiólogos medievais. Na verdade, coisas futuristas! Kerdyk fizera com seus versos assombrosos *son âme pure rever à sa venue...* Mas as poesias de Cocteau, produzidas de 1917 a 1920, essas lhe agitaram a alma sonhadora.

Questionava-se a influência europeia que permeava a exigência de se afirmar a brasilidade: “os escritores brasileiros são acusados pelo mestre Graça Aranha de remoer a bagaceira europeia. De versos, assim como os de Cocteau, nasceram os já célebres dos novos Andradas de S Paulo:

²⁶⁴ Cf. SOBRINHO, Barbosa L. A comédia literária. In: MONTELLO, J. *O modernismo na Academia*, p. 71-75.

²⁶⁵ Cf. O presidente da Academia, Medeiros e Albuquerque, responde ao confrade, dois dias depois no mesmo salão. In: MONTELLO, J. *O modernismo na Academia*, p. 83-91.

²⁶⁶ NORTE, João do. La Illa Allah Mohammed Raçul Allah! *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1924, p 1.

insetos roendo caixa de fósforo e Mário paga o tostão do bonde...”. Como se vê, as ironias não se restringiam ao “papa Graça Aranha”. No segundo artigo, Gustavo Barroso emula a suposta forma de escrita dos “futuristas” e, dizendo-se filiado ao “futurismo”, fala sobre a conversão:

Após meu batismo na pia do futuro, apadrinhado pelo sr Graça Aranha, resolvi manter essas linhas gerais na minha obra futuperra, acrescentando-lhes a poesia, gênero que até agora não me atrevera a tentar, por causa das sílabas, das tônicas, dos hemistíquios, e de todos esses empecilhos acumulados pelas trevas do passado. Deixarei de imitar os clássicos, os Anatole France, os Flauberts e os Goethes, deixarei de mão o regionalismo como o praticava, abandonarei as minhas ideias pessoais e passarei a comer na mesma gamela dos Jarrys, dos Laffites, dos Cocteaus e dos Maxs Jacobs. E vou merecer um rodapé no “O País”, declarando-me gênio, vários artigos na “Gazeta”, proclamando-me incomparável, um folhetim litero-crítico aqui do O JORNAL, qualquer domingo destes, guindando-me às nuvens; os rapazes de óculos de Harold Lloyd, que sabem trepar em cadeiras estofadas nos salões de recepção, cuspir nos bondes, brandir juncos e dar vaias anônimas, porão os olhos em alvo, em beatífica admiração, à minha passagem, acharão que eu sou o “suco” (a expressão é lidimamente futurista) da literatura nacional, e terei uma estátua depois de morto, nu, ou de ceroulas, esculpida pelo Brecheret, que será inaugurada ao som duma música de Villa Lobos com discursos desvairados... Viva eu e a minha pevide!...²⁶⁷

O autor expõe duas historietas, “O charuto de Carlos Magro” e “A meningite do Papaconha”, ambas sem nenhuma pontuação, e um poema piada “O retrato a óleo da minha”. Numa destas provocações, Carlos Magro teria também os seus doze pares: “Tristão Jacques Oswald Mário Paulo Picchio Brechero Roldão Renato Sérgio Wilhelm e Lobo”. Por fim, conta uma anedota:

Quero findar o meu manifesto futurista com mais algumas palavras. Toda gente conhece a fábula passadista do Sansão bíblico. Empurrando para um e outro lado as colunas do templo filistino, ele as aluiu e derrubou. Então, o teto pesado abateu e sepultou sob seus escombros Sansão e os inimigos de Israel. Mas pouca gente sabe da lenda do famigerado atleta Milo de Krotona. Num banquete de amigos, o travejamento que sustentava o forro da sala fendeu-se e ameaçou desabar. Houve um grito de horror. Sorridente, o hercúleo atleta trepou sobre a mesa, sustentou as traves do telhado nos ombros possantes e deu tempo a que todos os convivas se pusessem a salvo. Quando a Academia Brasileira de Letras elegeu o sr Graça Aranha, pensou trazer para o seu seio um novo Krotoniate. Enganou-se. O homem era um Sansão. Diante desse lindo exemplo, eu me converti ao futurismo.

De maneira mais séria, mas ainda segundo uma orientação “anti-futurista”, Adrien Delpech analisou as ideias de Graça Aranha para, em seguida, questionar a pertinência delas²⁶⁸.

O manifesto pode se dividir em três partes: 1º Curto histórico da arte na Idade Medieval e nos tempos modernos: “submetida a um subjetivismo que o romantismo exacerbou e que contrasta com o objetivismo atual”; 2º Definição, em duas

²⁶⁷ NORTE, João do. La Illa Allah Mohammed Raçul Allah! *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1924, p. 1.

²⁶⁸ Em 1991, o *Jornal do Brasil* dedicou uma edição especial a Tristão de Athayde intitulada “O diário modernista de Tristão”. Conforme apresentação de José Montello, eram alguns escritos que o crítico lhe havia entregue dizendo se tratar de “três textos correspondentes ao meu diário de escritor, em três momentos de nosso Modernismo. São suas. Talvez lhe sejam úteis”. São abordagens feitas acerca da conferência de Graça Aranha em anos diferentes, 1924, 1925, 1926, 1944 e 1964. O texto de Adrien Delpech aparece no “diário” como sendo datado de 1925, apesar de ter sido publicado em 1924. Esta confusão nas datas expõe a cautela que o historiador deve manter em relação a esta documentação. Cf. O diário modernista de Tristão. *Jornal do Brasil*, Caderno Ideias/ENSAIOS, Rio de Janeiro, 8 set. 1991, p. 6-8.

proposições, do universalismo para que deve tender a arte moderna e a do futuro no espírito do reformador; 3º Aplicação de suas teorias à arte brasileira²⁶⁹.

O autor se diz decepcionado com o manifesto, afirmando que “as fórmulas empíricas das escolas literárias duram menos que uma receita de cozinha”. O que mais é acentuado por Delpech é o fato de as ideias de Graça Aranha reproduzirem o “já dito e de uma maneira muito melhor”. Mesmo o impulso à liberação frente à cópia estrangeira seria coisa reiterada na história literária brasileira e tivera suas feições no “romantismo, condoreirismo, germanismo de Tobias, Sertões de Euclides”. Dessa forma, “o manifesto do sr Graça Aranha, com todo o seu futurismo, será mais velho, de aqui um mês, quando o escândalo da atualidade se terá amortecido, que os conselhos de Aristóteles ou a arte poética de Boileau”.

Alguns autores imbuídos já de um espírito antiacadêmico louvaram a ação de Graça Aranha, mantendo, porém, algumas restrições. Antonio Torres elogiava o conferencista que “deu anteontem algumas vassouradas e alguns golpes de espanador naquele sarcófago”²⁷⁰. Torres não deixa de questionar o discurso que teria uma primeira parte “extremamente confusa”, “como tudo em que este escritor mete filosofia”. Mas o que ficaria era o exemplo, “o serviço por ele prestado às letras pátrias”, de forma que seria “necessário repetir a dose, mas agora deve ser a pedradas e de tal modo que se destrua de uma vez para sempre aquela Bastilha do pedantismo condecorado”. O autor questionara alguns nomes elencados por Graça Aranha: “E como fazer reação contra a Academia com Ronald de Carvalho, laureado da sobredita Academia, e Jackson de Figueiredo, candidato a ela?!”

Jackson de Figueiredo mantivera uma posição ambígua frente à conferência polêmica. Se, por um lado, ele discordava do “local para aquela confissão revolucionária do ponto de vista acadêmico”²⁷¹, por outro lado, dizia não concordar totalmente com “os que condenavam o próprio espírito da conferência”. Sobre o seu nome estar entre os lembrados por Graça Aranha, ele considerava que o autor não havia qualificado como “‘futuristas’ as pessoas citadas, e sim, as apontou como os que lhe pareceram representantes do espírito moderno, dando [...] a este uma amplitude que reuniu doutrinas e pensamentos os mais opostos [...] semelhantes apenas no ardor da combatividade do espírito brasileiro”. Assim, ele reprovava os excessos, o “futurismo”, mas reconhecia se tratar de um “ato de fé no espírito brasileiro”.

Várias foram as manifestações em apoio ao conferencista. Agripino Grieco elogiava o fato de que, agora, era um “inquilino que se encarrega, ele próprio de derrubar o edifício, a golpes de picareta, de dentro pra fora”²⁷². Nomes como Ronald de Carvalho e Renato Almeida,

²⁶⁹ DELPECH, Adrien. O modernismo do senhor Graça Aranha. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1924, p. 1.

²⁷⁰ TORRES, Antônio. Protesto de letras... atacando a Bastilha do pedantismo condecorado!, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1924, p. 1.

²⁷¹ FIGUEIREDO, J. A conferência do sr. Graça Aranha, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1924, p. 1.

²⁷² Cf. GRIECO, Agripino. O espírito moderno e a Academia de Letras, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21

reconhecidos admiradores das ideias de Graça Aranha, também se mostraram favoráveis à palestra. Almeida, já repercutindo o debate que se firmara entre *passadistas* e *futuristas*, procurava destacar a inocuidade de tal questão: “Só houve o protesto de um homem, o sr Coelho Neto, ‘o último heleno’, aliás tão pouco olímpico, revelando bem a perturbação de todo o passadismo, o seu pavor ao sopro da rafada nova”²⁷³. O problema tocava pontos que iriam muito além da produção artística ou do salão da ABL: “não só na literatura e na arte, mas também na política e até nos costumes, os figurinos europeus é que nos modelam, mal ajustados em geral. Não nos percebemos sequer do ridículo doloroso”. A percepção de uma nova época, de um tempo com horizonte aberto, também se afirmava de maneira incisiva: “O necessário é fazer total essa renovação. O Brasil nos chama a todos para a mesma obra de força e de energia, na terra, na forja, na escola, na política, nas letras e nas artes”. O ponto sempre é o engajamento nacionalista que sequer é adjetivado, gozando de um valor auto-evidente:

Nem desprezo do passado, nem renúncia à cultura, mas a busca incessante de uma harmonia perfeita entre a nossa sensibilidade e o nosso pensamento com as vozes e os ardores da terra. Só transpondo para as categorias universais as forças hauridas do fundo do inconsciente nacional, é que faremos obra duradoura, que domine o tempo e domine o espaço. Só assim o Brasil viverá perpetuamente²⁷⁴.

O discurso de Aranha tocava pontos diversos da cultura intelectual brasileira e mobilizou até personagens como o médico e eugenista Azevedo Amaral que via a possibilidade de se refletir acerca da “tragédia psicológica do brasileiro diante do misterioso destino étnico da sua descendência”²⁷⁵. Amaral assume o tom inaugural que marcaria o momento presente:

O Brasil até agora foi apenas uma fórmula de alguns espíritos sonhadores que tiveram a intuição genial das vastas possibilidades do nosso meio como teatro para o desenvolvimento de uma civilização de grande amplitude. [...] O grande ciclo brasileiro principia conosco; somos o primeiro elo de uma cadeia histórica, apenas muito vagamente relacionada com os homens e com os fatos dos primeiros séculos de ocupação do nosso território.

A tese que afirmava ser o país o produto de “uma fórmula de alguns espíritos sonhadores” era diretamente relacionada aos trabalhos de Oliveira Viana citado nominalmente. O próprio Viana teria se interessado pelo discurso de Graça Aranha a partir dos comentários de Amaral. Uma vez, porém, que este último impunha restrições às análises de Viana acerca da validade dos processos passados sobre o presente, o autor de “O idealismo da Constituição”, em carta a Elísio de Carvalho publicada em *O País*, desdobrava o debate entre “passadistas” e “futuristas”:

O artigo do Amaral fez-me sorrir. O futurismo do Graça Aranha será aquilo mesmo? [...] Para poder assegurar, com conhecimento de causa, que o Brasil atual nada tem como Brasil passado seria preciso primeiramente que o Amaral fizesse um estudo consciencioso desse Brasil passado e [...] desse Brasil presente. [...] o Amaral confunde duas coisas distintas – confunde *influência do passado* e *consciência da*

jun. 1924, p. 2.

²⁷³ ALMEIDA, Renato. Pelo espírito moderno, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1924, p 1.

²⁷⁴ ALMEIDA, Renato. Passadismo e imitação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1924, p 1.

²⁷⁵ AMARAL, Azevedo. Olhando para o futuro, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 de jun. 1924, p 1.

influência do passado. O que me parece mais divertido é, porém, aquela sentença do Amaral em que ele diz que o erro de todas as hipóteses explicativas do Brasil está em aplicar a nós os métodos com que se estudam as velhas nações civilizadas. [...] esta ideia é a minha ideia, é o *leit-motiv* de todos os meus livros [...] Mande-me, pois, a oração da Acrópole. Quero lê-la já e já. Quero estar com a consciência do meu tempo e também a dos tempos futuros!²⁷⁶

Contudo, não tardará muito para que os nomes elencados ou não por Aranha comecem a definir esse “Brasil” e daí surgirem fissuras, conflitos e rugas entre os entusiasmados nacionalistas. O momento, porém, guarda a passagem dos “futuristas” para o “espírito moderno” nacionalista.

Em artigo intitulado “Tropicalismo Universalista”, Tristão de Athayde faz a sua primeira análise do discurso de Graça Aranha. Frente a tantas manifestações de apreço, recusa, adesão, ironia e entusiasmo, o crítico procura situar a sua posição:

Longe de partilhar [...] de muitas ideias do sr. Graça Aranha, e conservando como até hoje, minha inteira liberdade de apreciação penso que a oração de Graça Aranha, na Academia, já é, de qualquer forma que a encarem, um fato histórico em nossas letras. Não será possível omiti-la, mais tarde, quando o tempo serenar as paixões. São palavras que marcam. Que iniciam alguma coisa²⁷⁷.

Do conteúdo da conferência, seria possível tanto uma apreciação rápida e sintética que revelasse os seus significados mais importantes e, principalmente, aquilo que seria realmente uma marca a ser deixada na cultura intelectual brasileira, quanto uma reflexão mais conceitual e crítica, que buscasse desenvolver os termos que eram colocados em jogo no debate estético nacional:

E os críticos vindouros, ao indagarem do efeito possível dessas palavras de vida sobre a poesia ou o romance de amanhã, é provável que lhe encontrem uma das origens nas sugestões mais simples, pois são sempre aquelas que mais vivamente se transmitem. Nesse caso – o apelo à alegria e ao colorido. Uma arte menos tocada de tristeza e de passividade sentimentalista talvez surja, ou se acentue [...]. Para nós, porém, há outros aspectos teóricos da conferência, que merecem comentários. E especialmente a referência ao “objetivismo dinâmico”, como caráter essencial do novo espírito em arte, que a muita gente há de causar surpresa, ironia ou ceticismo.

Se, por um lado, a alegria era a prova dos nove, como se dirá mais tarde, os significados da teorização de Graça Aranha precisariam ser analisados e submetidos à crítica estética.

Não era possível definir “um espírito novo” unívoco e hegemônico, sendo necessário reconhecer as diversas tendências e optar pelas mais pertinentes à realidade brasileira:

Acredita-se, em geral, e com certo fundamento, que a essência do espírito moderno, é um libertarismo incondicional, em que o homem se prevalece da anarquia social contemporânea para dar folga a seus instintos, nessa agitação desenfreada do modernismo, convencional, para repórteres e autores de revistas. Existe, porém, no espírito de parte das novas gerações, velado embora por dissidências ou aparências ilusórias, uma tendência a um objetivismo renovado, a uma consciência dos limites, a uma necessidade dos limites, a uma necessidade de disciplina interior, que a volta a Bach²⁷⁸ em música, por exemplo, exprime luminosamente.

²⁷⁶ Cf. MONTELLO, Josué. *O modernismo na Academia*. Rio de Janeiro, ABL, 1994, p. 80-81.

²⁷⁷ ATHAYDE, Tristão de. *Tropicalismo universalista*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1924, p. 1.

²⁷⁸ Maurice Denis, pintor e teórico que muito contribuiu para o reconhecimento crítico do modernismo de Cézanne, lançou em 1909 o ensaio “De Gauguin e Van Gogh ao neoclassicismo” que procurava afirmar a relação entre o simbolismo de fins do século XIX e o neoclassicismo das primeiras décadas do século XX, estabelecendo uma espécie de laço entre o anti-naturalismo dos primeiros e o “retorno à ordem” dos segundos. Esta relação entre

O crítico retoma uma análise, bastante recorrente à época, acerca dos processos culturais que caracterizariam a passagem do século XIX para o século XX, em especial em torno da arte:

O fim do século XIX viu a reação contra o materialismo literário pela reafirmação do individualismo. Os homens se cansaram de abdicar. A ciência começou a desiludir a fé ingênua daqueles, que pensaram, por ela, realizar a eterna tendência humana a superar os limites do visível. A imaginação voltou a pleitear junto à observação, que parecia tê-la esmagado definitivamente. Como se houvesse, em arte, qualquer coisa de definitivo. A mortalidade das obras de arte é um dos segredos de sua imortalidade. Renascem mais vivas, porque vivem sempre o perigo de perecer. Nisso está, talvez, a superioridade da beleza humana sobre a beleza natural²⁷⁹.

Tristão de Athayde aponta o problema das caracterizações estáticas dos processos culturais e artísticos, uma vez que “só nas raças incapazes de marcar a sua personalidade, é que se vê a passividade das tradições rigorosamente obedecidas e por isso mesmo inertes e cristalizadas”.

Mas era a contradição e os impasses que manteriam vivas as “as raças fortes e jovens”:

[...] em perpétua contradição consigo mesmas e nessa contradição permanente que é o esforço incessante da ordem intelectual sobre a anarquia dos instintos está a verdadeira tradição de vida e cultura. As afirmações se mantêm vivas graças à constância da negação. O furor dos que desejariam a vida lisa como um espelho, esquece-se de que o espelho é liso, porque frio, inerte e passivo.

O crítico caracteriza, então, o que seria o momento da reação simbolista quando:

[...] o ponto de vista passou a ser a realidade. As formas se ondularam, esfumaçaram-se, perderam-se numa vaporização em que as irisações sugeriam o mistério das coisas. Era tudo uma grande ilusão. Cada homem via a natureza e as ideias como função de si mesmo e a evanescência universal era a lei de permanência. Periclitavam as coisas nas névoas dos sentidos. Tudo era música de cores, colorido de tato, olfatização de formas. [...] Era do impressionismo em crítica, do delicioso verlainismo em poesia, da sutílização extrema da luz, em pintura, do intelectualismo genial da música de Debussy.

A Grande Guerra seria o “gongo” do individualismo simbolista, ou seja, quando irrompera “em pleno idílio de ideias sutis, de análises proustianas do coração, de matizações supremas em todas as formas de arte, o golpe da realidade terrível, sufocante, esmagador”.

A Guerra provocaria uma espécie de imediata renovação do naturalismo, em que a “a vida humana nada mais era realmente que uma alga na onda”, uma “volta à realidade”, mas, com a paz, viera “um desejo de renovação profunda”. O que Tristão de Athayde critica no “objetivismo dinâmico” de Graça Aranha é sua disposição anti-subjetivista. Afinal, Aranha falara em um “objetivismo estático” que poderia ser qualificado como uma “tirania da natureza”, uma disposição à “cópia”, à mera reprodução realista da natureza, ao passo que, segundo o “objetivismo dinâmico”, “a arte exprime o movimento das coisas, que agem pelas

simbolismo, anti-naturalismo e novo classicismo aparecerá nas reflexões de Tristão de Athayde. Acerca da obra de Sebastian Bach, Denis considera que “os músicos, menos niilistas que os pintores, mas como eles absorvidos por mais liberdade individual e mais expressão, submetem-se, ao mesmo tempo, à influência do romantismo wagneriano, do pitoresco russo e da música pura que lhes revelam César Franck, Bach e os contrapontistas do século XVI”. Cf. DENIS, Maurice. De Gauguin et van Gogh au néoclassicisme. In: HARRISON, C et al. *Art en theorie*, p. 78.

²⁷⁹ ATHAYDE, Tristão de. Tropicalismo universalista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1924, p. 1.

suas próprias forças independentes do eu”. De um modo geral, o subjetivismo é visto como algo que “importa em destruição individualista. Na ordem social vem desde a revolução francesa, atingiu o seu máximo na grande guerra e ainda se alastra”²⁸⁰. No caso brasileiro, o subjetivismo era o “horror cósmico da imitação da natureza”, um “lirismo da tristeza” por “não termos vencido a natureza”²⁸¹. Conforme o conferencista, tratava-se de uma “época de reconstrução” em que, “neste caos, o objetivismo dinâmico nos revela o universo nas suas forças simples e eternas e recompõe com os seus fragmentos ativos a unidade intelectual e sentimental, criando uma ordem prática, simples, útil, enérgica”²⁸². Não seria o caso, em arte, de uma subjetividade a contemplar o mundo, mas da decomposição das formas, volumes, sons que integrariam o objeto na totalidade da matéria universal: “a essência da arte está nas emoções provocadas pelos sentimentos vagos, que nos vêm dos contatos sensíveis com o Universo e que se exprimem nas cores, nas linhas, nos sons, nas palavras”.

Tristão de Athayde confessava, como muitos outros, não compreender “a fusão do espírito no universo, como já pregava a ‘Estética da vida’” e investia na reflexão sobre a dualidade entre subjetividade e objetividade. Conforme acentua o crítico:

[...] não creio que seja possível, em arte, a negação do subjetivismo. A liberdade do artista é uma resultante de duas disciplinas: a que nos vem das coisas e a que criamos em nosso espírito. A arte é a centelha do contato entre esse mundo exterior da necessidade e o mundo interior da liberdade. Devemos justamente dar vida a essa dupla fecundação -, das coisas que impõem a sua linha de permanência sobre o espírito que a deforma, e do espírito, que povoa a inércia das coisas naturais, sobre a passividade da matéria. E a arte é a consequência dessa discordância. São dois mundos que procuram mutuamente inserir-se, e nesse esforço de criação onde ambos os elementos conservam toda a frescura de seu poder estará provavelmente a originalidade do artista novo cujo gênio se impuser²⁸³.

Trata-se de uma nova relação que se impunha à reflexão moderna que se afirmaria explorando uma tensão, mais do que repousar em alguma resolução unitária e coerente:

O novo espírito, na maleabilidade de suas tendências pessoais e variadas, não implica, portanto, a meu ver, numa abdicação do subjetivismo. Reação contra o subjetivismo romântico e simbolista, sim. Mas antes reforço ao poder do espírito. [...] Os dois maiores gênios do teatro contemporâneo, Pirandello e Shaw, como em “Niebla” mostrara Unamuno, demonstram essa preeminência da visão. Especialmente Pirandello, trouxe à arte contemporânea esse elemento realmente novo e fecundo, da realidade plástica das coisas mentais. Os homens são o que são e o que nos parecem. E como os homens, os atos e as ideias. Daí, um enriquecimento da realidade, um conflito cada vez mais fecundo de vida espontânea e de vida criada, de forças da natureza e de forças do espírito. [...] A arte moderna se afasta do

²⁸⁰ Cf. O espírito Moderno, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1924, p 7.

²⁸¹ A este respeito, sintetiza Eliana Dutra: “[...] ao vencer a natureza, com sua exuberância e força; a metafísica, superando o medo e o terror místico da natureza herdado de índios e negros; e a inteligência, dominando a faculdade imaginativa, o brasileiro estaria vencendo o mundo tropical e os elementos bárbaros de sua herança cultural. Só assim nossa ‘trajetória animal da vida’ seria domada, pondo fim à nossa libertinagem mestiça [...]”. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. O não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu Retrato do Brasil, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 26, 2000, p. 242.

²⁸² Cf. O espírito Moderno, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1924, p 7.

²⁸³ ATHAYDE, Tristão de. Tropicalismo universalista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1924, p. 1.

realismo, pela afirmação desse poder criador do homem, fecundando as formas inertes da natureza, deformando-as para conformá-las numa vida superior e universal. Afasta-se do simbolismo, pela afirmação daquele “objetivismo dinâmico”, que prende o homem às formas essenciais dessa natureza que ele pensou poder suprimir, mas que sempre lhe volta, amorosamente ou violentamente. [...] E a arte poderá retirar recursos admiráveis [...] da acentuação cada vez mais sensível desse dualismo essencial, em que as duas disciplinas se inserem, mas não se anulam.

Por fim, o crítico afirma que o lugar escolhido por Graça não era dos melhores:

A Academia é um ponto de reunião elegante e inócuo, em que alguns homens de talento real se confundem na massa dos figurões e figurinos. Se algum ingênuo esperasse dela qualquer coisa pela arte viva, bastaria para desenganá-lo, a leitura da lista de mortos da mais ilustre delas [...].

De um modo geral, as Academias de Letras nunca se conformariam bem a tais investidas:

A imortalidade parece matar as Academias. E a própria guarda da tradição literária – que fez Maurras expor Jonnart²⁸⁴ ao ridículo de batê-lo – é, até certo ponto, mesmo em França, uma ilusão. A tradição viva das letras se forma onde se formam as letras e se conserva em plena vida da criação de beleza e do debate de ideias, isto é, longe dos recintos inertes, onde se convencionou guardar as tradições, e onde o que se guardam são os generais aposentados, ministros, fraques, traças de dicionário e outras preciosidades.

Assim, era preciso se ter em mente que “é sempre fora dos recintos acadêmicos que a vida tende para as expressões de arte e de pensamento. Com ela ou sem ela, o essencial é que surjam os talentos e o poder criador e renovador”.

No mesmo dia em que saiu o artigo “Tropicalismo Universalista” de Tristão de Athayde, Oswald de Andrade lançou nas páginas do *Correio da Manhã* o texto “Modernismo atrasado”. Um dos aspectos fundamentais das invectivas de Andrade é o de desqualificar a maneira como o conferencista teria feito contato com os ideais das vanguardas:

Graça Aranha entrou em contato com o cubismo apenas há três semanas, tomando chá comigo e Paulo Prado no atelier da pintora Tarsila do Amaral, que possui em São Paulo, além de alguns quadros seus, de transição, filiados a esse movimento, uma boa coleção de telas cubistas, francesas. [...] E não tendo nenhuma vocação especial para entender de arte, o que o interessava era somente a retórica especulativa. Provo que Graça Aranha entrou em contato com o cubismo há pouco tempo. A noção que ele trazia da Europa sobre a última revolução pictórica, fora condensada nas seguintes passagens da “Estética da Vida”: “Na pintura o que se espraia é a decoração. E nessa fantasia do colorido, rebusca-se, diverte-se, brinca uma arte fácil e superficial”. Depois: “Como explicar essa superficialidade em um instante tão trágico do destino humano? Parece que o artista hesita diante do abismo e disfarça, brincando com a forma, a cor e o som”. Ora, na sua conferência sobre “O espírito moderno”, o cubismo peca justamente por defeitos opostos: “O grande erro do cubismo é o seu exclusivismo intelectual”. E, na indicação detalhada de que a nova escola remontou na sua grave pesquisa até Platão, Kant, Cícero e Bossuet, eilo que só demonstra uma coisa – que a pintura moderna não é “uma arte fácil e superficial”. Esta contradição só pode ser filha de um chá elegante, onde *sandwichs* e broinhas exageram a importância espiritual dos primeiros quadros da escola,

²⁸⁴ Alusão à disputa que Charles Maurras perdera para Célestin Jonnart na eleição para a Academia Francesa, em 19 de abril de 1923. Cf. Cours et conférences. Charles Maurras écrivain, *L'express du midi*, Organe de défense sociale et religieuse, Toulouse, 21 abr. 1923, p. 4.

avistados pelo erudito esteta que em Paris, acreditando nas insígnias raivas de seu amigo Maclair nunca visitou um atelier cubista ou uma galeria moderna²⁸⁵.

A reação de Oswald de Andrade atualiza a corrida intelectual para se mostrar quem é aquele que mais está a par das correntes estrangeiras de pensamento e cultura. Na verdade, trata-se de uma divisão que já se começara a se explicitar frente a um dos primeiros esforços de adjetivação contundente do termo Brasil. Mais do que a “monomania verbal” de Graça Aranha, Oswald de Andrade reage à caracterização que Aranha fizera, sem nomear o autor paulista, do recém-lançado “Manifesto da poesia pau-brasil”. Este saíra em letras pequenas em 18 de março de 1924 na parte inferior da quinta página do jornal *Correio da Manhã*²⁸⁶. Segundo Andrade:

Não posso perdoar a Graça Aranha me ter posto no meio dos brilhantes renovadores sujeito-dinâmico-objetivos que com tão sacra fúria amarretaram a Academia na sua última sessão. E maior despeito me causou o inventor de “Malazarte”, quando, conseguindo me identificar com uma perícia de gabinete policial, num trechinho da sua palestra, deixou de por meu nome e qualidades. Lede: “Os escritores que no Brasil procuram dar de nossa vida a impressão de selvageria, de embrutecimento, de paralisia espiritual, são pedantes literários”. E adiante: “ser brasileiro não é balbuciar uma linguagem imbecil, rebuscar os motivos da poesia e da literatura, unicamente numa pretendida ingenuidade popular”. Eu, pelo menos, me sinto aí à vontade, depois que publiquei o meu *Manifesto da Poesia Páu Brasil*. E, francamente, muito mais à vontade do que de braços pela Avenida das Nações com o baralho metafísico do Renato Almeida e a sábia do meu ainda caro Mário de Andrade, atrás da charola do emboaba Graça Aranha²⁸⁷.

Oswald de Andrade desqualifica a atitude de Graça Aranha e sua pretensa liderança intelectual:

Graça Aranha é dos mais perigosos fenômenos de cultura que uma nação analfabeta pode desejar. Leu mais duas linhas do que outros, apanhou três ideias além das de uso corrente, e faquirizado por uma hipnose interior, crédulo e ingênuo, quer impor à *outrance* os seus últimos conhecimentos, quase sempre confusos caóticos. Chegou ao Brasil amigo de Camille Maclair, entusiasta de Barrès e alto comissário das ideias nietzsche-bergsonianas. Encontrou o Brasil lendo Max Jacob, Cendrars, Cocteau e Marinetti. Imediatamente a sua flama cerebral imantada voltou-se para esse lado. Aderiu. Ficou futurista.

Não parece que muitos intelectuais se manifestaram publicamente a favor das duras críticas de Oswald de Andrade a Graça Aranha²⁸⁸. Um apoio, em certa medida inaudito, veio

²⁸⁵ Camille Maclair, pseudônimo do francês Séverin Faust, foi um crítico, poeta, escritor e teórico que, amigo de Graça Aranha, escreveu o prefácio da edição francesa do livro *Malazarte*, cuja tradução foi publicada em 1920. Maclair contribuiu com vários artigos na imprensa brasileira e, em *O Jornal*, publicou uma série de textos intitulada “As letras e artes em França”. Além de ter idade aproximada a de Graça Aranha, Maclair também é visto como um escritor “especialmente prolixo” e que atuara em diferentes áreas do campo intelectual. Cf. AZEVEDO, M H C. *Um senhor modernista*. Rio de Janeiro: ABL, 2002, p. 244, 342-346; MAUCLAIR, Camille. As letras e as artes em França, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1921, p 1; CARBONNEL, Marie. Camille Maclair ou la vigilance critique, *Romantisme*, nº 121, 2003, p. 83. ANDRADE, Oswald de. Modernismo atrasado, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1924, p. 2.

²⁸⁶ O destaque, entre vários outros textos, daquela seção “Letras & Arte” eram os versos em francês da poetisa Margueritte Flori Bracet. Esta era apresentada pelo jornal como a “esposa do pintor brasileiro Augusto Bracet, é um fino talento de poesia, em que a uma visão profunda das coisas se junta a uma forte esquisita sensibilidade. [...] Nascida e educada em França, a Sra. Bracet adora, entretanto, o nosso país. Cf. Letras & Artes, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1924, p. 5.

²⁸⁷ ANDRADE, Oswald de. Modernismo atrasado, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1924, p. 2.

²⁸⁸ Repercutindo algumas reflexões do “diário modernista de Tristão de Athayde”, em que este consideraria ser o artigo de Oswald de Andrade “a coisa mais importante depois do discurso”, Castro Azevedo anota que: “Mário vai condenar o artigo, dizer o que de áspero, de brutal a Oswald. Na confidência a Manuel [Bandeira], em outubro, é

do crítico literário do *Correio da Manhã*, José Oiticica. Este último redigiu uma “Carta aberta ao sr Graça Aranha”, na qual faz as seguintes considerações:

Animou-me, todavia, o artigo do sr Oswald de Andrade no *Correio da Manhã* de quarta feira. O desrespeitoso moço teve o ousio de achar v s *passadista*. Para ele, o maravilhoso discurso de v s, é marca romântica, lardeado de frases feitas e expressões grisalhas, quando se esperava de v s, roupa nova, um alinhio literário, sem fraque, sem cartola, sem casaco fofoló. Vê o irreverente, nas imagens de v s, “cinquenta anos de belchior” e anota um *forja do futuro*, um *alavanca do espírito*, um *clave de igualdade*, e outras claudicâncias passadistas lamentáveis²⁸⁹.

Oiticica, porém, se coloca na posição de precursor das ideias de Aranha, as quais ele afirma ter expresso há quinze anos. Ele questiona, ainda, onde estaria tal “estilo novo”, que o mostrasse:

[...] nos versos melindrosos, meia tinta, dos Sres. Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho ou Ribeiro Couto, nos versos futuristas dos srs. Mário de Andrade e Oswald de Andrade, na filosofia escolástica do sr. Jackson de Figueiredo, e, se eu fora músico, nas inconsistentes composições de Vila Lobos. Não nego o talento de nenhum deles. Todos são prodigiosos; Mas, ilustre acadêmico, não vejo neles, por mais que busque, nenhum vestígio de *integração do ‘homem no Todo’*”.

Um mês após a conferência, Tristão de Athayde reagindo às inúmeras manifestações geradas pelo discurso de Graça Aranha, publica o artigo intitulado “O gesto”, em que procura destacar a riqueza e o caráter positivo do debate que passa a acalorar a cultura intelectual brasileira. Partindo de uma tipologia do escritor espanhol José Maria Salverría, o crítico explora a distinção entre os “escritores espetaculosos” e os “escritores silenciosos”:

Os primeiros [...] eram os que deixavam a suas personagens o cuidado de se formarem por si, ficando na sombra o autor, que apenas dava o impulso inicial e retraía-se. Os segundos, aqueles que sempre apareciam, que nunca abandonavam a cena nem se resignavam a ficar nos bastidores, encarnando-se, ao contrário, em cada uma de suas criaturas. [...] São os silenciosos, os retraídos, os que fecham dentro de si a luta que outros vivem ao ar livre, os que ouvem a voz do silêncio, os que veem no deserto, já tocado pela ironia necessária da imortalidade, o tumulto dos homens, os que compreendem ainda hoje a “beatitude” que existe na solidão. Os espetaculosos, porém, quebram com irreverência esse grato silêncio do recolhimento. São os que vivem para o exterior, para o ar livre, para o tumulto das controvérsias, para as camaradagens ruidosas e os proselitismos intolerantes. Abominam a vida interior. Odeiam a quietude. Ignoram a paixão do isolamento. Só sentem a vida dentro dela, na passagem ardente e fugaz de cada momento, como se a vida se resumisse toda ela no choque imediato, na pressão aguda do tempo que passa. [...] Escritores de sombra. Escritores de luz²⁹⁰.

Apesar de afirmar que sua simpatia seria para com os primeiros, ele diz não poder negar “o que há nos outros de força, de vida, de necessidade”.

Assim, segundo Tristão de Athayde, as discussões que tomavam as páginas dos jornais deviam ser vistas como algo benfazejo e poderiam ser caracterizadas com os tipos descritos:

No debate, que ora felizmente anima as nossas letras, e que queira Deus tão cedo não

um impulso meio ingênuo de conciliação, grupalismo, o que parece ter orientado a reação de Mário, sempre avocando a si responsabilidade no movimento. Ele sugere ter condenado Oswald sobretudo porque julgava (será possível?) que Graça Aranha não o visara na crítica ao primitivismo; ‘o Graça me tinha negado que tivesse a intenção de atacar o Osvaldo. Falara em ideias gerais’”. Cf. AZEVEDO, M H C. *Um senhor modernista*, p. 342.

²⁸⁹ OITICICA, José. Espírito Novo, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1924, p 4.

²⁹⁰ ATHAYDE, Tristão de. O gesto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1924, p 1.

esmoreça a não ser para dar a cada um menos paixão, menos despeito, e mais superioridade de visão, nesse debate há no fundo uma dissidência de escritores de sombra e escritores de luz, silenciosos e espetaculosos²⁹¹.

Graça Aranha estaria entre os “espetaculosos”, o principal de sua conferência residiria no próprio gesto, na ação, muito mais do que nas ideias:

Seu ato foi um ato de juvenilidade necessária. Um ato de fé, que repercutirá em todas as originalidades tímidas. Pode hoje o bom senso triunfar facilmente dele. O que não poderá é suprimi-lo, nem impedir-lhe a irradiação. Daqui alguns anos, quando as ideias da oração tiverem vivido o seu destino, quando as novas gerações tenham vindo com o seu modernismo menos improvisado, com o seu tropicalismo mais consciente, com o seu universalismo mais lúcido, quando a própria oração não for mais lida, perdurará o gesto, o gesto juvenil, o gesto inconveniente, o gesto de coragem e de esperança [...].

O crítico, porém, mantém reiteradas restrições acerca das importações vanguardistas, utilizando termos e conceitos de maneira larga, sem se preocupar com a precisão das ideias:

O excesso de literatura, a intoxicação da inteligência nas letras, levaram a Europa há alguns anos, depois que a tentativa desesperada do futurismo fracassou a um nihilismo cínico, que na França se chamou dadaísmo e na Alemanha expressionismo. Foram dois sintomas do desespero. “Littérature”²⁹², chamava-se a revista, que em França introduziu o movimento, como suprema forma de suicídio. Não havia mais nada a dizer. Esgotaram-se tudo na beleza, no pensamento, na expressão. E para não repetir só havia um recurso – arrasar, chegar ao puro negativismo, à infantilidade balbuciante. Era claramente um sintoma de excesso de requinte e de falta de originalidade, só possível em nações cuja literatura atingira realmente à suprema flor da graça e do engenho.

Se tais movimentos teriam razão de ser nos países europeus, o caso brasileiro era diverso:

Querer introduzir, porém, essa infantilidade senil numa literatura que está ainda lutando com os males da infância verdadeira, é positivamente a prova de uma incapacidade risível de criar, de olhar o mundo que nos cerca, de pensar um minuto em nosso caso nacional, de tentar um pequeno esforço de originalidade. Compreende-se que no Velho Mundo, onde tudo foi dito, embora tudo reste a dizer para os que realmente possuem o “dom” – compreende-se que a originalidade seja de fato um esforço intolerável para a grande maioria dos que não se resignam a remanchar ideias e formas já mil vezes repetidas. Aqui, porém, onde tudo está por dizer, a tentativa desse nihilismo é simplesmente uma confissão de incapacidade. E a inteligência, nesse caso, estaria na resignação. O Brasil precisa de tanta gente que trabalhe em coisas úteis e prosaicas! Mas será possível desistir do demônio literário?... Vaidade, vaidade...

A ideia de que o esforço nacional brasileiro não poderia ser uma cópia das correntes vanguardistas estrangeiras é um aspecto caro às reflexões de Tristão de Athayde que, nos anos seguintes, sempre reafirmará esta tecla nas análises de autores modernistas ou não. Na geopolítica das influências intelectuais, o crítico acredita ser antes a Inglaterra e a Rússia os países que mais poderiam auxiliar os projetos artísticos nacionais. Nas reflexões do crítico, a

²⁹¹ ATHAYDE, Tristão de. O gesto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1924, p 1.

²⁹² Revista lançada em 1919 e dirigida por Louis Aragon, André Breton e Philippe Soupault, tidos então como “os três mosqueteiros” herdeiros de Guillaume Apollinaire. Com o tempo, o periódico, que de início trazia certo ecletismo, abrigando nomes como o de Paul Valéry, tornou-se porta-voz das vanguardas dadaístas e, posteriormente, foi precursora do surrealismo. Cf. FAUCHEREAU, Serge. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 330.

literatura francesa seria “tipicamente intelectual, filha de gente de inteligência mais fina do nosso tempo” e sua influência só poderia “desviar-nos do caminho da originalidade”²⁹³. Países como Inglaterra e Rússia, por seu turno, seriam “menos requintados, menos agudos, menos polidos, conservando ainda certa ingenuidade no pensamento”, de tal forma que saberiam melhor “penetrar na ‘vida’”, assim como seriam “mestres” que ensinariam a “refletir e a transportar para a inteligência toda essa massa inesgotável de uma matéria sempre renovada, sempre fresca, sempre inspiradora”. O exemplo maior seria o do poeta irlandês W. B. Yeats que recentemente ganhara o prêmio Nobel e, na opinião do crítico, podia ser considerado “talvez em todo o Ocidente o poeta nacional típico, que soube plasmar o elemento nativo com todas as forças que lhe traziam uma grande cultura e uma inteligência universal”. A ideia mais destacada, que já estava na conclusão do ensaio “Política e Letras”, era a de que ao poeta não caberia a inspiração nos motivos nacionais, mas modelar “a sua própria nacionalidade”. Conforme Yeats:

Nós chamamos criativas certas mentes porque elas estão entre as modeladoras da nação e não porque são feitas por seus moldes. [...] não é a grande peça, não a peça que dá a sensação de uma realidade externa, mas a peça na qual há a grande abundância da vida em si mesma, da realidade que está em nossas mentes?²⁹⁴

Na visão de Tristão de Athayde, o engajamento acríptico nas vanguardas poderia ser visto como mais um tipo de filiação de escolas de pensamento:

Não é de regras e escolas que precisamos. Com elas temos vivido e já nos bastam. O que precisamos é penetrar, é viver realmente, como Whitman fez em seu tempo, a vida que se esboça em nossa terra, com a riqueza de sentimento que só a natureza pode dar e com a lucidez de inteligência que se libertar do peso do passado morto dos próprios preconceitos da liberdade²⁹⁵.

O crítico lembra um conto de Pirandello no qual se narra a história de um siciliano produtor de azeite e que um dia viu quebrar-se seu jarrão de pedra. Não tendo onde guardar o precioso produto, ele contratou certo velhote que se gabava de ter a melhor das colas. Este iniciou o seu meticuloso trabalho, meteu-se no meio dos cacos e foi reconstruindo o objeto, até atingir a sua forma original e perfeita. Tal foi sua concentração e dedicação que, ao fim do processo, o velho se viu preso dentro do próprio vaso que teve de ser novamente quebrado a fim de se libertar o homem. Narrado o conto, conclui o crítico: “Assim, com os preceitos, em literatura e em arte, reacionários ou revolucionários. Lucidez, disciplina, equilíbrio, crítica. De outro lado – liberdade, inspiração, força criadora, dinamismo. Tudo muito bem. Apenas – cuidado em não ficar dentro do jarro...”.

Em janeiro de 1924, antes, portanto, da conferência polêmica, do “Manifesto da poesia

²⁹³ ATHAYDE, Tristão de. O gesto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1924, p 1.

²⁹⁴ Citado em inglês no original. Cf. ATHAYDE, Tristão de. O gesto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1924, p 1. A citação é do texto “The play, the player and the scene” lançado em 1904. Cf. YEATS, W B. *The collected works of W B Yeats*. Vol. III. The Irish dramatic movement. New York: Scribner, 2003.

²⁹⁵ ATHAYDE, Tristão de. O gesto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1924, p 1.

pau-brasil” e do início das divisões sobre a adjetivação que deveria ser associada ao termo “Brasil”, Tristão de Athayde fizera alguns a da seguinte afirmação de Graça Aranha presente no livro de correspondências entre Joaquim Nabuco e Machado de Assis:

Não podemos instituir o culto dos escravos em antítese ao culto do índio. O escravo foi um acidente doloroso que passou: o índio é uma idealização eterna no sentimento nacional... Não se volta à escravidão; aspira-se sempre à liberdade de que o índio é o protótipo... Parece hoje que o indianismo tem a feição de uma desforra contra a imigração. E isto vai dar-lhe vida nova²⁹⁶.

Não estaria aí uma prefiguração das “raízes” e do “caráter” nacionais que a década de 1920 irá privilegiar simbolicamente em determinada vertente de sua cultura intelectual e que ganhará o cenário internacional? O crítico não concorda com a apreciação de Aranha e faz uma reflexão sobre a contribuição do homem negro no Brasil, algo que estava longe de ser um lugar comum:

Esse paralelo me parece puramente literário. O negro é muito mais *nosso* que o índio. Toda a nossa vida nacional está entrelaçada à sorte dessa miserável gente africana. Toda a melancolia da nossa gente, tanto ou mais que saudade portuguesa, é *banzo* africano. Toda a superstição do nosso povo, toda a bondade, todo o fácil sentimentalismo, toda a indolência tropical de nossa gente não está revelando os traços da alma negra que nos ficaram? E a unidade da nossa terra teria sido possível sem o braço negro? Foi o escravo que sustentou no século XVIII as liberalidades loucas de Portugal, que despertando a cobiça na terra rica, apertaram os laços da submissão e suscitaram os ímpetus da independência. Foi ele que permitiu a formação dos grandes latifúndios que estenderam o domínio e a cultura da terra rude e interminável, fixando os núcleos esparsos da futura pátria. Foi o escravo que preparou a riqueza da independência, que permitiu o paradoxo da sua escravidão, sustentando a liberdade do país²⁹⁷.

Tal apreciação que preza antes por uma visada mais em acordo com a reflexão historiográfica e menos com a força “simbólica” e “icônica” que poderia um dos termos angariar à época será recorrente nas críticas de Tristão de Athayde. Continuando sua apreciação, ele afirma:

Enquanto o índio se embrenhava em suas selvas, inacessível à civilização, soberbo talvez mais inassimilável, o negro se aproximava, subia lentamente de sua sorte miserável, ia conquistando aos poucos a mesma liberdade a que nunca deixara de aspirar, e cuja negação não podia desonrá-lo mas apenas àqueles que o privavam dela. O índio é um mito para todos nós, como o pau-brasil. Ao passo que o preto é a vida de cada dia, é o contato de todo momento. Quem de nós não guarda em seu coração a saudade de uma mãe-preta, toda generosidade e sacrifício? E quando vemos nossos filhos adormecerem nesses amplos regaços, cheios de aconchego e de fidelidade, podemos, acaso, afirmar que o índio é o nosso ideal e o preto o nosso escárnio? O indianismo foi um ideal puramente literário e que representou sobretudo o ímpeto da libertação intelectual.

As concepções de Tristão de Athayde sobre as populações indígenas eram inspiradas nas apreciações e estudos de Roquette Pinto que, não obstante toda a sua luta e engajamento na defesa dos povos autóctones assim como a sua crítica contundente aos preceitos racialistas no saber etnológico, mantinha concepções ambíguas acerca do estatuto antropológico de tal

²⁹⁶ ARANHA Apud. ATHAYDE, Tristão de. Dois amigos, *Terra de Sol*. Revista de arte e pensamento, Rio de Janeiro, Vol 1, nº 1, janeiro 1924, p. 37.

²⁹⁷ ATHAYDE, Tristão de. Dois amigos, *Terra de Sol*, p. 37.

população. Assim, Pinto defendia a “desigualdade entre as raças” recusando, porém, qualquer hierarquização daí advinda, o que o fazia considerar a existência de “raças mais *inteligentes*; outras mais *sentimentais* e terceiras mais *pertinazes*”, situando as populações indígenas antes entre as segundas e terceiras do que como membros das primeiras²⁹⁸. Da mesma forma, ele estabelecia que o “nosso papel deve ser simplesmente *proteger*, sem procurar *dirigir*, nem *aproveitar* essa gente”²⁹⁹. Esta última sentença está em uma das obras mais importantes da história da cultura intelectual brasileira das primeiras décadas do século XX, *Rondônia*. Dentre as várias passagens grifadas por Tristão de Athayde, está a que considera que, ao contrário do Paraguai, “no Brasil, o índio, na concorrência, tem sido sumariamente liquidado; não contribuiu senão através de seus descendentes, para a etnogenia do país”³⁰⁰. Dessa forma, o crítico associando a tais posições a teoria da decadência das civilizações, provavelmente a partir da obra do alemão Oswald Spengler, considerava que o “indianismo”:

Não pode voltar senão como elemento. O cotejo com o caso do México e do Peru não procede. Enquanto os Astecas e os Incas haviam representado realmente uma civilização, de que hoje restam exemplares soberbos, nossos índios se encontravam no último grau da decadência. Não eram raças elementares; eram fins de raças, eram a despedida de uma humanidade. Sou o primeiro a proclamar que aproveite, por exemplo, em nossa arte decorativa³⁰¹, os elementos admiráveis que eles nos deixaram com a arte das penas e das contas. Mas é quase tudo. Mesclados, ainda nos deram os extraordinários jagunços. Puros, nada ou quase nada. O índio é um ideal remoto; o preto a realidade presente. E a epopeia de cada um tem a mesma grandeza, pois se um defendeu nas selvas a sua liberdade, o outro nunca deixou de lutar por ela, e tão humanamente soube elevar a sua súplica que criaturas como Joaquim Nabuco, desceram de sua classe para lhes dar a mão. Beleza por beleza, sacrifício por sacrifício, nenhum leva a pala ao outro. E é falso, portanto, concluir que a liberdade de um é um ideal a seguir e a escravidão do outro uma mancha a esquecer. A liberdade está em nosso espírito e no esforço que fazemos por alcançá-la, em nós mesmos. Ambos viveram sem ela e para ela e mais nosso portanto é aquele que viveu e vive conosco³⁰².

Estas reflexões feitas a partir de noções desenvolvidas por Graça Aranha, ainda que contrárias a elas, revelam aquilo que Jardim de Moraes escrevendo sobre a “dimensão filosófica” da “brasilidade modernista” contundentemente constatara: “[...] a obra de Graça Aranha dá forma a todo o segundo momento modernista em sua generalidade. Só podemos alcançar a dimensão do universal passando pelo singular. E o singular é o nacional”³⁰³. Em

²⁹⁸ Cf. SANTOS, Ricardo V. Os debates sobre mestiçagem no início do século XX. “Os Sertões” e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nisia Trindade; MIRANDA DE SÁ, Dominichi (org’s). *Antropologia brasileira: ciência e educação* na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 134.

²⁹⁹ PINTO Roquette. Apud. SANTOS, R V. Os debates sobre mestiçagem no início do século XX. “Os Sertões” e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, N T et al. *Antropologia brasileira*, p. 131.

³⁰⁰ PINTO, E. R. *Rondônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 43. Acervo CAAL.

³⁰¹ Tais aspectos acabaram sendo, de fato, reiteradamente sugeridos pelo professor da Academia de Estrasburgo, August Herboth que, além de expor desenhos sugestivos na Academia de Belas Artes em 1926, escreveu artigos ilustrados na imprensa explorando o tema. Cf. HERBORTH, Augusto. A Arte primitiva do Brasil e sua significação para a arte moderna, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 set. 1926, p. 18.

³⁰² ATHAYDE, Tristão de. Dois amigos, *Terra de Sol*, Rio de Janeiro, Vol 1, nº 1, janeiro 1924, p. 37-38.

³⁰³ MORAIS, E J de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*, p. 122.

inquérito de 1924³⁰⁴ feito por Renato Almeida na revista *América Brasileira* acerca do “problema do gênio em arte”, Tristão de Athayde, que foi o primeiro entrevistado, respondia à questão associando a genialidade à universalidade, à angústia e à superação do ceticismo:

*A universalidade acima de tudo. [...] Dante ou Miguel Ângelo viveram angustiados, já não digo pelo espírito da nacionalidade, mas da cidade, de partido. Foram até ao extremo, até o ódio, até a morte, cidadãos. E no entanto o universo viveu e vive neles. E são nossos, intimamente nossos. Sabem responder à nossa inquietação. [...] O ceticismo é justamente a negação da genialidade que supõe a confiança em penetrar no segredo das coisas. As civilizações da conformidade, como Esparta ou o Egito, não são favoráveis à genialidade, que supõe uma expansão mais livre e espontânea do indivíduo. A Itália do Renascimento, onde tantos gênios brotaram, foi a terra da ebulição da força viva da vida em chama. Onde a conformidade é uma resignação, a reserva de surpresa do indivíduo não desaparece. E os gênios surgem, como na Rússia de ontem. Hoje querem também transformar a Rússia numa civilização de conformidade. O futuro dirá se as reservas da raça conseguirão vencer a inércia da sociedade que Licurgo-Lênin modelou. Mas os românticos admiram os homens de gênio. Os clássicos as ideias de gênio. Não esquecer sobretudo, que os homens de gênio são *homens* de gênio. Femininos por vezes³⁰⁵.*

Após a polêmica conferência, Graça Aranha apresentou um projeto³⁰⁶ de reforma da instituição que, segundo o seu autor, visaria “modernizar a sua atividade” situando os temas nacionais como primordiais, mas que foi rejeitado pelos próceres da Academia Brasileira de Letras. Em outubro de 1924, o “senhor modernista” escreve uma carta ao presidente da instituição solicitando o seu desligamento³⁰⁷. Apesar de ser um dos seus membros fundadores, Graça Aranha abre mão da Academia que, ironicamente, não tardará muito a receber candidaturas a prêmios e a cadeiras tanto dos seus detratores, quanto de seus admiradores.

O “Suprrealismo” e os modernos brasileiros

Em fevereiro de 1925, anunciava-se que Tristão de Athayde voltava a “fazer o folhetim literário, por ele inaugurado desde a fundação do O JORNAL”³⁰⁸. O jornal elogiava a figura que por sua “finura do espírito, gracioso e sutil, a atitude do pensamento e a probidade e impessoalidade dos processos da crítica literária, conquistou, no Brasil, uma tão invejável situação [...]”. Reforçava-se, então, ideias do ensaio “Política e Letras” e incorporava-se o espírito renovador que via o período como uma espécie de marco zero da história nacional:

Falemos franco. A literatura brasileira existe mas não vive. A literatura brasileira sempre acompanhou os movimentos europeus, nunca suscitou uma idealidade própria além de suas fronteiras. A literatura brasileira pode ser ignorada por um homem culto³⁰⁹. Não temo acrescentar – por um homem culto brasileiro. Sim. É

³⁰⁴ Dentre os ouvidos estavam Graça Aranha, Medeiros e Albuquerque, Afrânio Peixoto, João Ribeiro, Antônio Austregésilo, Mário de Alencar, Ronald de Carvalho, Celso Vieira, Jackson de Figueiredo e Tristão de Athayde. Cf. Um Inquérito da “América Brasileira”, *América Brasileira*, Rio de Janeiro, Ano III, n. 29, mai. 1924, p. 153.

³⁰⁵ O problema do gênio (inquérito), *América Brasileira*, Rio de Janeiro, Ano III, n. 31, jul. 1924, p. 207.

³⁰⁶ Cf. MONTELLO, Josué. *O modernismo na Academia*, p. 103-104.

³⁰⁷ Cf. MONTELLO, Josué. *O modernismo na Academia*, p. 135-136.

³⁰⁸ A crítica literária do “O Jornal”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1925, p. 1.

³⁰⁹ Ideia similar foi retomada por Antônio Candido trinta anos após essa crítica: “(...) podemos imaginar um francês, um italiano, um inglês, um alemão, mesmo um russo e um espanhol, que só conheçam autores de sua terra

perfeitamente possível ser um brasileiro inteligente, cultivado, cheio de pensamento e rico de seiva criadora e não ler habitualmente os livros brasileiros, ignorar o passado literário brasileiro. Parece uma heresia afirmar esse direito à ignorância numa seção literária. Um crítico, que reinicia a sua atividade, lançando essa condenação à própria matéria de que vai viver, parece desejar apenas um efeito fácil de paradoxo ou de escândalo barato. Mas o fato é esse. Podemos ignorar a nossa literatura e fazer por ela mais do que muitos que a conheçam profundamente³¹⁰.

Assim, o primeiro passo para a criação original no Brasil residiria em “libertar-se da imitação estrangeira”, pois a falta de caráter era a marca essencial de tal tradição negativa:

[...] a nossa memória e o nosso gosto corrompem a nossa inteligência criadora. Desde o classicismo arcádico ao futurismo categórico, todos os nossos movimentos literários ou plásticos, musicais ou filosóficos, revelaram o sinete de outras gentes. Sempre fomos a cera dócil, esquecidos de que a palavra “caráter” é [...] de origem grega, que significa, não a cera em que o sinete se grava, mas a marca profunda que nela deixa...

Não seria o caso de se pregar a ignorância, mas de se constatar que desconhecer o que “fizeram os imitadores não será propriamente um bem, mas também não pode ser um grande mal”. Os “imitadores” formavam quase toda tradição literária brasileira. Tristão de Athayde parece dar continuidade a algumas reflexões que ele fizera no ano anterior acerca do conceito de “realidade” como um parâmetro profícuo para o desenvolvimento da arte moderna brasileira:

Para nós, nem um nem outro pode satisfazer inteiramente. Daí a inquietação em procurar a lei interior dessa realidade que nasce alheia a nós, defrontando a realidade não menos real que nasce dentro de nós. E a deformação humana limitada pelo jogo das grandes massas naturais, será a síntese plástica ou literária do esforço moderno contra o simbolismo e o realismo, - pela realidade³¹¹.

A “realidade” possibilitaria operar a síntese que garantiria a originalidade e a independência cultural que surgiriam de uma nacionalidade feita de fraturas, contradições e imperfeições:

O meio tropical, excessivo, luminoso, a herança sentimental e ideológica, o ambiente de civilização informe de tendências discordantes, toda essa força exterior ou recebida se impõe a nós como uma resistência que nos oprimiria, se por sua vez não reagisse nossa disciplina de cultura, nosso gosto de universal, nossa vontade de reação contra o academicismo, nossa fé na realidade do espírito, um sentimento de expressão nova, forte, profunda, que satisfaça a nossa ampla concepção de beleza, como intuição do mundo exterior e como expressão do mundo íntimo.

Da criação desta “realidade” viria um sentido novo e total para a cultura intelectual:

Quais são os dois grandes livros destes 50 anos, talvez os dois maiores livros brasileiros, pois não se destinam apenas a artistas, e letrados, mas a toda inteligência brasileira? Penso que não haverá dúvida em nomear: “Um estadista do Império”, de Joaquim Nabuco, e “Os sertões”, de Euclides da Cunha³¹².

Tal juízo se afirmaria num esforço de integração que iria além de qualquer limitação a priori:

Eles são grandes livros porque testemunham, através de duas inteligências tão díspares, as duas faces da nossa alma brasileira: - a que se expõe e a que se recolhe,

e, não obstante, encontrem neles o suficiente para elaborar a visão das coisas, experimentando as mais altas emoções literárias. Se isto já é impossível no caso de um português, o que se dirá de um brasileiro? [...] Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca”. CÂNDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. Vol 1, p. 9-10.

³¹⁰ ATHAYDE, Tristão de. A literatura brasileira e a crítica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1925, p. 1.

³¹¹ ATHAYDE, Tristão de. Realidade, *Terra de Sol*, Rio de Janeiro, Vol II, nº 5, mai. 1924, p. 194.

³¹² ATHAYDE, Tristão de. A literatura brasileira e a crítica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1925, p. 1.

a que confessamos e a de que nos envergonhamos, as capitais e o interior, a cultura recebida, a inteligência, a polidez, a autoridade, a vontade de plasmar, de conformar, de constituir a nacionalidade, - e do outro lado a massa em ebulição, a natureza eriçada de espinhos, o sol impiedoso, a gente bárbara, toda a rudeza da vida abandonada, do instinto à solta, da rédea livre³¹³.

O que estaria em acordo com a “alma brasileira” seria a constatação de que “não foi o amor da beleza que até hoje tem conseguido salvar a nossa obra, mas o amor da verdade”. Essa “verdade” seria a expressão da realidade em sua complexidade, o que, àquela altura, parecia produzir apenas um angustiante ceticismo frente à sucessão de derrotas que seria a história da literatura brasileira e que continuava sendo em um presente vivido sob o signo da espera:

Uma geração dificilmente compreende a geração anterior e a seguinte. A barreira entre pais e filhos é quase intransponível. O homem novo é um novo homem. Especialmente quando vale alguma coisa. Daí as raízes verdadeiras das escolas literárias. [...] As escolas porém também são artifício e cabotinismo. E sobretudo uma lição de convencionalismo. O “poncif” é a sorte de toda revolta sem gênio. [...] Apenas há uma imitação mais grave do que a dos discípulos insofridos ou levianos de escolas novas: é imitação de escolas mortas. Caso tão frequente entre nós! São os românticos do período naturalista, os parnasianos do simbolismo, os que fazem naturalismo na era do super-realismo. E assim por diante. Imitar é mau, mas imitar o que passou é apenas amar a consagração fácil. [...] O caos presente das nossas letras não autoriza senão um grande ceticismo sobre qualquer progresso em relação ao passado. [...] aumentamos consideravelmente a nossa produção, animando a nossa inteligência com um dos seus elementos de vida, que é a quantidade. Mas a espécie é que vale. [...] Produzir muito, sim, pois é uma ilusão pensar que os grandes livros nascem sozinhos, no seu momento necessário. Parecem sós mais tarde, mas porque ofuscaram os outros livros seus contemporâneos ou predecessores. [...] O gênio é a economia misteriosa de um longo desperdício.

De qualquer forma, era com essa tradição de “imitação” e essa “quantidade” que superava a “qualidade” que o crítico tinha de lidar. Assim como a manutenção do termo “Brasil” em suspenso não poderia perdurar, se é que poderia ser feita de alguma forma, o juízo de negação total da tradição e da história nacionais era antes uma nova maneira de se olhar para o passado a fim de se encontrar a especificidade do presente. As tendências passadas seriam integradas e superadas pelo presente reflexivo: “O romantismo viu, apenas, dessa natureza, o idílio, como o realismo euclidiano viu apenas a tragédia. Como em tudo, especialmente em letras, estamos apenas juntando materiais para o futuro”³¹⁴.

Tal atualização não poderia sucumbir ao mero canto patriótico. Este demonstrara sua fraqueza intelectual e estética durante os anos de Guerra na Europa. Conforme retoma o crítico:

O patriotismo literário dificilmente evita converter-se em patriotada. E essa forma falsa de patriotismo frutificou fartamente na Europa, durante a guerra. [...] E o resultado foi uma literatura de ódio e de heroísmo forçado, de lirismo guerreiro e de romantismo de ação, que traía o estoicismo de salão e a estratégia em chinelas. Os insuportáveis versos de Rostand, de Henri de Regnier ou de Richepin, escritos nesse período, são típicos desse falso heroísmo. O suave, o eternamente expatriado Loti clamava furiosamente contra a “hiena enraivecida”. Filósofos, como Bergson,

³¹³ ATHAYDE, Tristão de. A literatura brasileira e a crítica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1925, p. 1.

³¹⁴ ATHAYDE, Tristão de, Fagundes Varela e o romantismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1925, p. 4.

pensadores, como Durkheim procuravam, a todo transe, adaptar os seus sistemas à nova realidade. Paul Adam rugia tranquilamente coisas épicas, ante os campos de batalha que visitava... depois das batalhas. O sábio Bédier vinha investigar, não mais a origem das canções de gesta, mas os crimes dos invasores, ao passo que Joseph Reinach fazia a estratégia de salão, em quinze volumes. E o próprio France começou por sacrificar ao novo espírito, no seu *Sur la Voie Glorieuse* [...]. Em outros países ocorria o mesmo. Um professor de literatura como Walter Raleigh, escrevia a *História da Aviação Durante a Guerra*, com toda a grandiloquência de quem não conhecia a guerra. O próprio Santayana também se deixava levar por esse desvio da naturalidade. Alguns conseguem conservar-se independentes de espírito, como esse profundo Bertrand Russell, mas, para cair no excesso oposto. O próprio Kipling, poeta do imperialismo britânico e que escreveu algumas coisas impressionantes sobre a guerra, como esse modesto e profundo epitáfio: “If any question why we died / Tell them, because our fathers died”; o próprio Kipling é muito maior escrevendo contos da floresta indiana que a história dos guardas irlandeses durante os quatro anos. Na Alemanha as obras de Thomas Mann e de alguns poetas, não mobilizados, conduzem a uma nova estética de ação e de intelectualismo, que toma o nome de *Aktivismus*. E a nossa própria língua não se isentou. Um dos últimos livros de Júlio Dantas, *Espadas e Rosas*, reúne bem o que o “dantismo” tem de mais pedante e artificioso, ora suspirando coisas melífluas, nos *boudoirs* das marquesas, ora declamando períodos enfáticos sobre o heroísmo nas Flandres. Tudo literatura³¹⁵.

Tais palavras de 1923 mostrariam que a afirmação nacional não viria das maneiras e formas consagradas de expressão patriótica, mas já esgotadas em sua capacidade de revelar algo significativo ao público. Ao menos a uma parcela do público crítico.

Segundo esses impulsos críticos e analíticos acerca do passado e do presente, Tristão de Athayde abordou as obras *O espírito moderno*, de Graça Aranha, e *A escrava que não é Isaura*, de Mário de Andrade. O crítico começa a introduzir horizontes vitalistas em suas análises, algo que se tornará mais recorrente com o passar do tempo:

Como no mundo físico, pode-se dizer que a inércia é uma lei fundamental ao mundo moral. A vida humana é uma exceção. As coisas inanimadas são, por assim dizer, a regra da natureza. E, assim sendo, tudo tende à morte. E a vida, sendo uma exceção, é uma reação. Viver é vencer a morte a cada momento. E a morte não é apenas a cessação da vida; a morte é tudo que nega a vida; tudo que se opõe ao movimento, à saúde do corpo, à força de ascensão do espírito. A inércia do mundo moral é o caminho da morte. [...] A arte não escapa, portanto, a essa lei de inércia da vida. Sendo, por si mesma, um dos meios supremos de reação contra o poder da morte – das mortes, seria preferível dizer, pois há muitos meios de morrer, embora o fim definitivo seja um só – logo que a arte se incorpora novamente à vida, porém, sujeita-se à lei comum e tende, naturalmente à imobilidade, à estagnação, a petrificar-se. [...] A tendência à imitação vence o esforço pela originalidade. A preocupação da forma vence a essência viva. As artes poéticas sucedem à poesia. Os cânones à invenção. A tirania imposta, à disciplina espontânea. O convencionalismo à criação. E só um esforço de reação consegue impedir que essa inércia, como o mata-pau dos nossos matos, absorva toda a seiva da vida³¹⁶.

O crítico reafirma a percepção de se viver numa época de transição de destino incerto:

Estamos vivendo, hoje, um período de transição entre a inércia das formas recebidas e a vida das formas renovadas. Estamos em pleno período de revolução literária e artística, e, como o nosso meridiano literário impede de nos isolarmos do mundo, é natural que participemos também, embora remotamente, da agitação que vai pelo

³¹⁵ ATHAYDE, Tristão de. Curel e a Guerra, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1923, p. 1.

³¹⁶ ATHAYDE, Tristão. Modernos I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1925, p. 4.

Velho Mundo e pela América, ao menos. Estamos, portanto, num período de desatinos, demolições e demagogias, como o é todo período revolucionário. Alguns como Spengler [...] veem nessa agitação um simples sinal de decadência definitiva. [...] Mas o que parece, talvez, contrariar as sombrias previsões do Savonarola tedesco é que essa a essa revolução da liberdade, que há 50 anos agita a cultura europeia, sucedeu uma revolução da autoridade, aos modernos os antimodernos – mais “modernos”³¹⁷, de fato, que os primeiros, pois são os que preparam o novo classicismo de amanhã. Ao delírio de dissolução seguiu-se um áspero desejo de formação; aos espíritos possuídos de espírito negador sucederam os que pretendem afirmar, construir, embora voltando a buscar materiais que pareciam definitivamente condenados, como a escolástica, na filosofia, ou a lei, na arte³¹⁸.

O crítico lembra ideias de Eugênio D’Ors, destacada figura associada ao “novecentismo”, ao “mediterraneanismo” e ao nacionalismo da Catalunha³¹⁹, segundo a qual se, antes, as artes estavam envoltas nos esquemas vindos da música, agora era a arquitetura que surgia como centro gravitacional estético. O Brasil seguiria, ainda, seu papel de lua, ou seja, a refletir “luz alheia”:

O pouco que existe de modernismo brasileiro veio de Paris. Veio também de Roma, com Marinetti. Do norte do continente, com Whitman. Da Alemanha, com os expressionistas. De Madri, com os ultraístas. Dos povos de língua inglesa, com a “new poetry”. Veio de fora, como até hoje vieram todas as escolas em que os historiadores dividem a nossa evolução literária. Isto é, sozinhos não teríamos saído da rotina. Nem poderíamos ter tomado iniciativas dessas. Timidez, velhice prematura, academismo burro, gramaticismo? Falta de tempo, repito³²⁰.

O crítico confere a Graça Aranha o papel de ter “trazido de Paris” o modernismo, atualizando conflitos sobre o papel de “precursor” e de “liderança” do modernismo brasileiro³²¹. A “importação” não deveria ser vista com algo negativo em si. Afinal, esta era a dinâmica da tradição brasileira que, nem por isso, deixara de ter produzido nomes como Castro Alves, José de Alencar, Aluísio de Azevedo e Machado de Assis. O importante seria a incorporação do elemento nacional, do “tropicalismo”, como se passou a dizer.

Acerca da obra *O espírito moderno*, o crítico lembra se tratar da reunião de artigos que causaram repercussão no interior das letras nacionais, de forma que o que haveria de novo eram os fragmentos literários, “Terra” e “Mar”, especialmente criticados:

³¹⁷ A concepção do antimoderno como um moderno por excelência aparece já no livro de Jacques Maritain, de 1922, intitulado *Antimoderne*. O livro é dedicado a Vladimir Ghika, ícone intelectual e religioso na defesa da fé cristã e no combate ao comunismo e, posteriormente, ao nazismo. Na obra *Antimoderne*, Maritain afirma: “O que chamo aqui *antimoderno*, poderia muito bem ser chamado *ultramoderno*”. Retomando tais ideias, Antoine Compagnon considera que “os antimodernos [...] não seriam outros senão os modernos, os verdadeiros modernos, aqueles que o moderno não engana, aqueles que sabem”. Cf. MARITAIN, Jacques. *Antimoderne*. Nouvelle édition revue et augmentée. Paris: Editions de la Revue des Jeunes, 1922, p. 14; COMPAGNON, Antoine. *Os Antimodernos*, p. 12.

³¹⁸ ATHAYDE, Tristão de. Modernos I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1925, p. 4.

³¹⁹ Cf. KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem e acontecimento: o Mediterraneanismo de Joaquín Torres-García, *Domínios da imagem*, Londrina, ano 1, nº 1, p. 137-148, nov. 2007.

³²⁰ ATHAYDE, Tristão. Modernos I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1925, p. 4.

³²¹ No manifesto *A arte moderna* de Joaquim Inojosa, que teria “levado o modernismo” à Paraíba e demais estados vizinhos, a posição de Graça Aranha é tida como a de líder incontestado: “Graça Aranha, todos sabem, trouxe para o Brasil, depois de longa estada na França, o credo da Arte Nova, rezado, pela primeira vez, na Semana de Arte Moderna no Teatro Municipal de São Paulo”. As reações apareceram na correspondência do próprio Inojosa. Oswald de Andrade, por exemplo, agradece o fato de ser lembrado, mas afirma que no livro haveria “falta de informação”. Cf. INOJOSA, Joaquim. *Arte Moderna: 1924-1974*. Rio de Janeiro: Meio Dia, 1977, p. 49; 18.

Esses dois fragmentos literários [...] são puro romantismo verbal, simples repercussão do processo de alguns modernos, de isolar as palavras na frase, o que é, realmente, de efeito, mas que, empregado sistematicamente, convencionalmente, de princípio ao fim, é mais “poncif” do que toda a sintaxe tradicional³²².

Assim como Oswald de Andrade destacara o “modernismo atrasado” de Graça Aranha, Tristão de Athayde ressalta as contradições que o “senhor modernista” guardaria entre 1922 e 1924. Especialmente acerca da reflexão em torno do subjetivismo que, no primeiro momento, seria o fundamento da liberdade moderna e, no segundo, o causador da “destruição individualista”, devendo ser, então, suprimido pelo “objetivismo dinâmico”. O crítico analisa:

No prefácio do livro procura explicar essa contradição real pela evolução das concepções de arte, de 1921 a 1924. Isso é pura fantasia ou desculpa, pois já data de muito antes de 1921 o desejo de reconstrução. [...] Sua afirmação de 1922 era falsa, era apresentada e já estava há muito julgada e por muitos condenada. Eis, entre muitas citações que pudera fazer, o que escrevia o malogrado Jacques Rivière³²³, em 1920: “É preciso que renunciemos ao subjetivismo, à criação pura, à constante pretensão do objeto, que nos precipitaram na vida... Importa, sobretudo, que o espírito crítico deixe de nos parecer como essencialmente estéril”³²⁴.

Tais mudanças de perspectiva seriam sintomas da dinâmica da cultura intelectual brasileira:

Isso prova, mais uma vez, o caráter de simples repercussão que têm ainda entre nós, essas ideias. Enquanto lá fora houve vidas inteiras dedicadas a cada uma dessas afirmações, nós aqui nos satisfazemos com evoluir, tranquilamente, de um pelo outro, em dois anos, como se as ideias pudessem caminhar com essa rapidez, quando levam consigo realmente, todo o nosso sangue e toda a nossa alma. [...] essa passagem brusca de extremo a extremo indica apenas – ao lado de certo açodamento indiscreto em seguir a última moda de Montparnasse – o atraso com que chegamos a esse debate, que há já tantas dezenas de anos apaixonou toda a inteligência europeia, e que nós só há poucos anos conhecemos³²⁵.

Assim, o papel de Graça Aranha passa a ser aquele reservado ao gesto, à ação, ao fato de ter posto em curso o debate e sofrer hostilidades não só dos acadêmicos, mas também “por parte de modernistas que já procuravam, em silêncio, a ideia nova, verdadeira ou falsa, e viam-se, talvez, despojados da glória ou dos espinhos de inovadores, ou, pelo menos, de reveladores”. A sua ação e disposição seriam o principal, não se devendo esquecer-las frente às “vacuidades e fantasias de seus escritos [...] desde o aparecimento da ‘Estética da Vida’, cuja ‘Integração ao Todo Infinito’ volta ainda neste livro, com uma indiscrição mística e nebulosa...”.

Enquanto Graça Aranha marcaria um esforço já realizado, a obra de Mário de Andrade afigurava-se ao crítico como um começo de destino incerto. Da mesma forma que o primeiro modificara suas ideias, o autor de *Pauliceia Desvairada* também parecia começar a seguir novos caminhos teóricos, conforme as palavras expostas no posfácio do livro recém-lançado:

Fala-se muito e eu mesmo falei já da bancarrota da inteligência [...] Hoje pode-se dizer francamente que o intuicionismo faliu e Bergson com ele. A poesia

³²² ATHAYDE, Tristão. Modernos I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1925, p 4.

³²³ Jacques Rivière, que tinha acabado de falecer quando do lançamento do artigo de Tristão de Athayde, era, desde 1919, o diretor da *Nouvelle Revue Française*. Cf. DAGAN, Yaël. *La nouvelle Revue française*, p. 195-196.

³²⁴ Citado em francês. ATHAYDE, Tristão de. Modernos I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1925, p 4.

³²⁵ ATHAYDE, Tristão de. Modernos I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1925, p 4.

instintivamente qualitativa já não basta para o homem novo. A transformação será profunda [...] o paisagismo sentimental já vai aos poucos terminando. Nos discursos atuais, rapazes, já é de novo a inteligência que pronuncia e tenho dito³²⁶.

Por seu intelectualismo, Mário estaria em “completa oposição” a Graça Aranha, o que revelaria a complexidade do movimento que surgia no país e que os:

[...] modernistas têm razão quando afirmam que não existe um rudimento organizado e uniforme, de que o sr Graça Aranha fosse o papa carioca e o sr Mário de Andrade o pajé paulista, mas apenas um estado de espírito revolucionário ou reacionário que procura trazer para o Brasil o grande debate que divide a Europa e lhe prepara talvez um grande esplendor de criação artística para os meados deste século³²⁷.

Visto como “extremamente inteligente e culto”, Mário seria a figura central em debates que, se pensados dez anos antes, seriam tão “remotos como a revolução chinesa ou o reino do Rastafari”. Tristão de Athayde destaca um dos períodos finais da obra:

[...] cá muito em segredo rapazes, acho que um poeta modernista e um parnasiano todos nos equivalemos e equiparamos. Ao menos porque estas lutas e mil e uma estesias por uma arte humana só provam uma coisa: É que nós também os poetas nos distinguimos pela mesma característica dominante da espécie humana – a imbecilidade³²⁸.

Segundo o crítico, tal passagem seria especial, pois expressaria um “grito final de amargura” que guardaria, por sua vez, o aspecto angustiante por que passaria o modernismo:

O que noto é um grito de angústia de quem procura honestamente, de quem busca “o novo” com sinceridade e paixão de toda a alma, e vê na praça pública a exibição lamentável de todos os esgares, e ridículos, e disformidades, e malabarismos, e cabotinismo. Sob o seu passageiro soluço de desesperança. Passageiro, sim, porque estou certo de que, no seu próximo livro, nos contará como chegou a disciplinar a sua ansiedade e a estabilizar o seu pensamento. Quanto à angústia do coração, essa oxalá que nunca a domine, pois de lá nos virá a sua arte, a sua expressão, a sua beleza, e nós espectadores somos canibais insaciáveis...³²⁹

Conforme prevenira o próprio Mário de Andrade, o livro *Escrava que não é Isaura* já não representaria as ideias correntes do autor, pois, sua maior parte teria sido escrita dois anos antes da publicação. De qualquer forma, Tristão de Athayde considera ser o livro, que tanto custara a vir a lume, em matéria de “poesia moderna”:

[...] o primeiro ensaio sistemático que entre nós se tenta sobre o assunto. E para muita gente será uma revelação de loucuras mal suspeitadas, de regiões arbitrárias onde se comprazem apenas os extravagantes, os malucos, os imbecis e os esnobes. Tanto maior o valor de um homem, como o sr Mário de Andrade, de alma religiosa e apaixonada de verdade, que já procura discernir entre esses valores novos. Ainda o faz a medo. E realmente nada mais difícil, nesses casos, do que distinguir – entre o vozerio oco -, a palavra anunciadora.

Acerca de um dos pressupostos fundamentais que a obra abrigaria, a refutação do impressionismo segundo a fórmula da poesia vista como “máximo do lirismo, mais máximo de crítica, igual a máximo de expressão”, o crítico afirma que apenas se forem concedidos aos

³²⁶ ANDRADE Apud. ATHAYDE, Tristão de. Modernos II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1925, p. 4.

³²⁷ ATHAYDE, Tristão de. Modernos II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1925, p. 4.

³²⁸ ANDRADE Apud. ATHAYDE, Tristão de. Modernos II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1925, p. 4.

³²⁹ ATHAYDE, Tristão de. Modernos II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1925, p. 4.

“termos uma amplitude arbitrária e exagerada”, tal proposição poderia ser aceita:

Tomando-os, porém, em sua verdadeira significação, parece-me que falta a essa definição um elemento essencial. [...] Por ela, a arte é possível, em qualquer momento em qualquer circunstância, em qualquer parte, onde haja um espírito lírico, que se critique e procure exprimir esse seu mundo subconsciente de inspiração. E no entanto, o que a história e o pensamento nos revelam é exatamente o oposto. Um espírito sozinho, em circunstâncias adversas, não consegue medrar. A sua realização depende “também” de um elemento externo que permite e mesmo suscita o trabalho de espírito³³⁰.

Tal elemento exterior seria a própria história, ou seja, a maneira como a arte teria acompanhado “sempre a civilização, a força, a riqueza, os lazeres, a instrução”. A primeira referência do crítico ao *Manifesto do Surrealismo* lançado por André Breton alguns meses antes aparece aí:

Ora essa existência de um “Espaço” exterior a nós, independente do Espírito, que possa existir “antes” e “depois” do Espírito – a existência desse espaço é que torna defeituosas todas as definições de criações humanas em que a ação desse “espaço” seja desprezada. André Breton, “dissolve o peixe”, ao passo que, “na realidade”, o peixe “também” existe.

Esse “âmbito exterior” teria de ser abrigado pela teorização a fim de se atingir a realidade almejada. Tal incorporação da história seria um elemento fundamental da passagem do futurismo ao modernismo da brasilidade. Apenas de tal tensão poderia surgir a originalidade:

E o defeito dessa definição unilateral é que, por ela, se perde ligação necessária do artista às circunstâncias de seu meio, do seu tempo, de sua gente, que sempre se revela nos altos espíritos expressivos, e não apenas efêmeros e logo esquecidos. É afinal o que distingue a verdadeira originalidade, da simples extravagância.

O eixo teórico que gira em torno da dualidade homem natureza, simbolismo e naturalismo, subjetivismo e objetivismo, problema mimético por excelência, permanece como o horizonte de toda essa reflexão que deveria tirar da própria tensão/angústia o seu fator criativo:

As ideias são tão reais como os fatos. Fazem parte da natureza, como eles. São promotoras de vida, de ação, de movimento. Têm uma existência intangível aos nossos sentidos exteriores, porém mais tangível a nossa inteligência e a nossa sensibilidade do que a realidade aparente. Nada mais verdadeiro e fecundo, portanto, do que corrigir a verdade da natureza exterior, pelas verdades do espírito e vice-versa.

Os desvios excessivos em função de uma das partes poderiam levar ao hermetismo:

Escreve o sr Mário de Andrade que a inspiração do poeta é como um telegrama que o subconsciente lhe expede e que ele exprime, como acha que pode despertar repercussão “O leitor que traduza o telegrama”. Acontece, porém, que com esse sistema os poetas tendem a abusar do telegrama cifrado e se esquecem de fornecer a cifra.

O comprometimento da inteligibilidade é algo que os dois autores não parecem dispostos a bancar. Ao firmar Mário o combate ao hermetismo, o crítico julga que “nunca será bastante que o faça, com a autoridade que lhe dá o seu admirável conhecimento de toda poesia contemporânea, a sua influência nos novos espíritos, a sua aguda e original inteligência”.

Outras características do “discurso sobre algumas tendências da poesia modernista”

³³⁰ ATHAYDE, Tristão de. Modernos II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1925, p. 4.

são destacadas por Tristão de Athayde, como a destituição dos temas poéticos e artísticos tidos como legítimos, considerando-se que “em tudo há poesia”, apenas dependendo do “modo de tratar o assunto”³³¹. Liberdades consagradas como a da rima, do verso livre e do dicionário em sua riqueza vocabular também são reconhecidas o que, não obstante, não deveria se constituir em regras: “Muito judiciosamente explica o sr Mário de Andrade que o metro livre e a rima ausente não são exigências e sim apenas autorizações. O poeta as empregará ou não, de acordo com as necessidades do assunto e do pensamento”. Cada um destes termos poderia se converter em meros malabarismos, hermetismos de dicionários ou, ainda, desprezo pela riqueza que determinadas regras poéticas conferiam mesmo a formas modernas de expressão:

E esses poemas orientais, que tanto influíram na poesia modernista ocidental como o próprio sr Mário de Andrade reconhece, são escritos, como os “haikai”, por exemplo, em metros rígidos e inflexíveis. Nem por isso é menos espontâneo, e franco, e sugestivo o sentimento expresso, e menos viva a imagem, que de tão longe age tanto sobre nós. A disciplina só escraviza os espíritos por natureza escravos.

Uma imagem histórica e política delinea o valor da liberdade: “Não acho, porém, que essa liberdade deva ser imposta, a jeito daqueles **puros** da Revolução francesa ou hoje do comunismo bolchevista, que ‘cortavam a cabeça aos nobres para lhes impor a liberdade’”.

Um mês após a crítica de Tristão de Athayde, Mário de Andrade lhe endereçava uma carta, talvez a primeira de uma extensa correspondência, na qual comentava sobre o crítico:

Imensamente lhe agradeço o artigo que escreveu sobre a Escrava. Li e reli repensei aproveitei. O que mais me agrada em você é um dom de penetração quase jesuítico. Nunca vi ler tão bem nas entrelinhas. Já pegando a minha Pauliceia você soube com paciência que só mesmo as inteligências muito vivas têm descobrir o que era na realidade aquele livro como expressão psicológica dum autor. Agora, com a Escrava ainda foi mais sutil³³².

No final de sua crítica literária, Tristão de Athayde via na reflexão teórica de Mário de Andrade uma “necessidade de construir, de procurar novos caminhos, sem abandonar o passado, antes procurando sempre o que há de vivo e eterno nele”³³³. Neste sentido, ele teria se tornado o “elemento mais interessante e mais valioso do atual modernismo brasileiro”. E tal situação se verificaria pelo embate entre “modernismo e antimodernismo, mas no sentido de superar. Será amanhã a terceira fase das três que o Dr Johnson viu no espírito poético: servilismo à lei, o desprezo pela lei, a incorporação da lei”. Acerca de tais palavras, Mário de Andrade dizia:

É verdade que essa historiada de modernismo já me caceteia. Não é propriamente que eu hesite entre modernismo e antimodernismo, não, porém faz bem uns dois anos já que principiei a imaginar que a palavra tinha de servir, que a vida dum homem tem coisas mais importantes pra resolver que isso de mostrar se o paletó envergado é do último verão ou do próximo inverno. A minha vida é muito bela muito gostosa para eu me preocupar de saber se o que escrevo é bem moderno ou não. Modernismo e antimodernismo são palavras que já não têm mais nenhum significado para mim,

³³¹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Modernos II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1925, p. 4.

³³² Carta de Mário de Andrade a Tristão de Athayde, 28/5/1925, acervo CAAL.

³³³ ATHAYDE, Tristão de. Modernos II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1925, p. 4.

juro que não sei mais o que elas querem dizer. Você cuja justeza e independência de pensamento eu respeito me diga se não tenho razão. [...] Nada me desinteressa e muito menos o modernismo porém vejo que este em todo o mundo e no Brasil, com algumas exceções apenas está se dissolvendo em vaidades mandachuvas, partidinhos e sobretudo em feroz perplexidade. Tendo já usado todas as cocaínas e outros excitantes literários, usado e abusado, o modernismo não sabe mais o que há de inventar para chamar a atenção dos desocupados. Ora você bem percebeu na minha gargalhada de Pauliceia a revolta dolorida. [...] Eu não tenho o preconceito da alegria que leva tão facilmente a confundir a alegria com pândega. Pagodeio também mas reconheço o direito vital da dor. Daí o não compreender mais o sentido da palavra modernismo. Não por causa do modernismo porém por causa dos modernistas³³⁴.

Se o nome de André Breton aparecera de passagem no artigo sobre a *Escrava que não é Isaura*, cerca de dois meses depois, o crítico se dedicava inteiramente à análise nova vanguarda. É sintomático que os dois artigos de Tristão de Athayde, nos quais tratou diretamente do *Manifesto do Surrealismo*, não constem em vários trabalhos que tiveram como tema “o surrealismo no Brasil”. Em seu “surrealismo no Brasil”, Antonio Cândido vê o movimento como algo que não teria uma “necessidade vital” para o país, de modo que, por aqui, “o Surrealismo, além de ginástica mental, só pode ser compreendido como uma contribuição técnica, nunca como uma concepção geral do pensamento e da literatura, à maneira por que é cabível na Europa”³³⁵. João Paulo Paes, por seu turno, considera:

Mas qualquer que seja a grafia, ao falar em surrealismo está-se falando a rigor do escolástico, instaurado por Breton com o manifesto de 1924, e desde então indissolúvelmente ligado ao seu nome, a ele que foi um pastor zeloso sempre disposto a fulminar com anátema as tentativas de cisma na sua igreja. A par, todavia, do surrealismo oficial e histórico, há um outro difuso, oficioso, sem doutrina ou preceptística claramente definida, mas nem por isso menos atuante enquanto espírito de época³³⁶.

O autor afirma que rigorosamente falando, “do surrealismo literário no Brasil quase se poderia dizer o mesmo da batalha de Itararé: não houve”³³⁷. Ora, enquanto apreciação crítico-literária não apenas houve, cumprindo todas as exigências das oficialidades literárias defendidas pelo teórico, como serviu como um dos meios de se balizar a produção intelectual à época. Sérgio Lima, no texto “Surrealismo no Brasil: mestiçagens e sequestros”, diz haver no Brasil “vínculos explícitos com o surrealismo e seu movimento, desde os inícios dos anos 20”. O autor elenca, então, algumas iniciativas como a presença do surrealismo em algumas revistas, na “declaração dos direitos do sonho” feita por Sérgio Buarque de Holanda³³⁸, da edição de algumas obras, do “retorno ao selvagem” que iria desde as reflexões sobre o “inferno verde” vindas de Euclides da Cunha e Alberto Rangel até “às pesquisas de Rego Monteiro, passando pelo *Pau Brasil*, ‘*Antropofagia*’”. Apesar de reconhecer a presença do termo em passagens de Graça Aranha,

³³⁴ Carta de Mário de Andrade a Tristão de Athayde, 28/5/1925, acervo CAAL.

³³⁵ CANDIDO, Antonio. *Surrealismo no Brasil. Brigada Ligeira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004, p. 97.

³³⁶ PAES, José Paulo. *Gregos e Baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 100.

³³⁷ PAES, José Paulo. *Gregos e Baianos*, 1985, p. 99.

³³⁸ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Perspectivas, Estética*, Ano II, Vol 1, abr-jun. 1925, p. 273.

ainda que não atendendo ao rigor que o conceito passara a ter³³⁹, e em críticas dos anos 1930 de Mário de Andrade, a reflexão de Tristão de Athayde não ganha sequer uma menção³⁴⁰. Na mesma obra, Valentim Fiacoli, no texto “Modernismo, vanguardas e surrealismo no Brasil”, apenas afirma de passagem que “Prudente de Moraes, neto, e Sérgio Buarque de Holanda, defenderam quase instantaneamente [o surrealismo] e polemizaram contra os seus detratores [...] entre eles o crítico católico Tristão de Athayde”³⁴¹. Conforme analisamos, o crítico àquela época não era visto como um “católico” e nem se afirmava enquanto tal, além disso, o termo surrealismo, ou suprarealismo, sequer é citado por Sérgio Buarque de Holanda em seu artigo “Perspectivas” publicado em *Estética* em 1925, de forma que o epíteto antes lhe fora atribuído nos debates críticos que travara com o “católico”. Mais recentemente, tanto o volume organizado por Jorge Schwartz, *Vanguardas latino-americanas*³⁴², quanto o seu livro *O fervor das Vanguardas*³⁴³, ambos dando continuidade ao trabalho que o autor escrevera nos anos 1980, *Vanguarda e cosmopolitismo*³⁴⁴, mantêm o mesmo silêncio. Em *O fervor das Vanguardas*, no capítulo intitulado “Surrealismo no Brasil? Décadas de 1920 e 1930”, o historiador considera que a participação do poeta surrealista francês Benjamin Péret na revista *Antropofagia* teria acontecido num momento em “que o surrealismo era praticamente desconhecido no Brasil”³⁴⁵. Assim, a análise histórica sobre a relação do surrealismo com a cultura intelectual brasileira dos anos 1920, uma vez que as influências diretas parecem não ter muito rigor e pertinência, se contentaria com frases de espírito como a que diz que “desde sempre fomos um país surrealista”³⁴⁶, algo, aliás, presente já no “Manifesto Antropófago”³⁴⁷.

Apesar deste “sequestro do surrealismo em Tristão de Athayde”, as reflexões do crítico não só satisfazem os “requisitos formais” para se falar do tema, como tiveram influência significativa no interior da cultura intelectual brasileira. A começar pelo objeto de análise abordado nas análises que saíram nos dias 14 e 21 de junho de 1925 na coluna “Vida Literária” de *O Jornal: o Manifeste du Surréalisme* em sua primeira edição, quando precedia os textos

³³⁹ O termo “surrealismo” teria sido criado por Guillaume Apollinaire, em 1918, significando algo como um “novo realismo”, e ganhado novo sentido a partir dos manifestos surrealistas. A primeira acepção do termo teve também o seu percurso internacional, como se pode verificar pela apreciação do jovem Sérgio Buarque de Holanda a falar, em 1922, dos “sobre-realistas” de Apollinaire. Cf. RAYMOND, M. *De Baudelaire ao surrealismo*, p. 206; HOLANDA, Sérgio Buarque de. ...Il faut des barbares. In: BOAVENTURA, M E (org). *22 por 22*, p. 34

³⁴⁰ Cf. LIMA, Sérgio. Surrealismo no Brasil: mestiçagem e sequestros. In: PONGE, Robert. *Surrealismo e novo mundo*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999, p. 309-310.

³⁴¹ Cf. FACIOLI, Valentim. Modernismo, vanguardas e surrealismo no Brasil. In: PONGE, R. *Surrealismo e novo mundo*, p. 298.

³⁴² SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas*. São Paulo: EdUSP, 2008.

³⁴³ SCHWARTZ, Jorge. *Fervor das vanguardas*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

³⁴⁴ SCHWARTZ, Jorge. *Vanguarda e cosmopolitismo na década de 20*. Oliverio Gironde e Oswald de Andrade. São Paulo: Perspectiva, 1983.

³⁴⁵ SCHWARTZ, J. *Fervor das vanguardas* p. 49.

³⁴⁶ PAES, José Paulo. *Gregos e Baianos*, p. 99.

³⁴⁷ “Já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua Surrealista”. ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago, *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano 1, nº 1, mai. 1928, p. 3.

enfeixados sob o título de *Poisson Soluble* (“Peixe Solúvel”)³⁴⁸. A obra fora lançada entre outubro e novembro de 1924 e ganhara maior divulgação a partir da edição da revista *Révolution Surrealiste*, em dezembro do mesmo ano, que, não por acaso, trazia em sua contracapa um grande peixe, nem um pouco “dissolvido”, com o termo “surrealismo” inscrito sobre ele como uma espécie de marca fixada numa ilustração de lata de sardinha ou atum circundado pelos dizeres: “Nós estamos à véspera de uma Revolução você pode tomar parte. O escritório central de pesquisas surrealistas está aberto todos os dias de 4 hs. 1/2 a 6 1/2”. Na capa da revista dirigida por Pierre Naville e Benjamin Péret, falava-se na “necessidade de se alcançar uma nova declaração dos Direitos do Homem”³⁴⁹. Esta dimensão geral do surrealismo, acionando a tradição revolucionária francesa em nome de uma “nova declaração dos Direitos do Homem”, não podia deixar de ter fortes ressonâncias em alguns intelectuais brasileiros. Como destaca Cláudio Willer, em análise histórica do movimento, a especificidade do surrealismo frente às outras vanguardas que o antecederam residiria no seguinte aspecto:

E aqui tocamos no que realmente seria o fundamento do surrealismo, ou sua razão de ser: uma tentativa, não de revolucionar ou questionar a criação artística apenas (o que foi levado até o limite pelo dadaísmo), mas sim de repensar e refazer o homem, a sociedade, passando pela revalorização do *sujeito*, porém entendido dialeticamente, como relação com o que lhe é exterior e com o inconsciente, o não-sujeito consciente, o outro, o “duplo” do romantismo (e é neste ponto, que não pode haver confusão entre o surrealismo e qualquer modalidade de idealismo)³⁵⁰.

Essa dimensão geral e contundente expressa no manifesto de André Breton não passou despercebida pela crítica de Tristão de Athayde. Ele cunha a tradução “suprrealismo” e claramente demonstra sua contrariedade com a novidade:

Lá para 1950 chegará por aqui. Por ora, limitam-se os salões das *bas-bleus* paulistanas a imitar servilmente o cubismo de há vinte anos³⁵¹, ou a atual Exposição de Artes Decorativas de Paris (que aliás revela certas tendências de reação sadias) com louvável coragem de afrontar o ridículo, mas uma desoladora incapacidade de serem naturalmente originais. O suprrealismo é mais grave do que se fosse uma simples expressão de cabotinismo. Ou a efêmera ambição de um revoltado, de um original, de um segregado. Já pode apresentar toda uma série de nomes. É uma escola literária. Já tem adeptos entusiastas. Já tem revelações inéditas a anunciar. Surge ao fim desse primeiro quartel de século, em França, terra de irradiação incomparável, por meio da nova geração. Rapazes de inteligência e de cultura. Quebra radical com tradições anteriores. Base científica alegada. Momento propício. Neo-romantismo, respondendo, a um século de distância, ao movimento romântico de 1830³⁵².

³⁴⁸ O volume consultado é o da biblioteca do crítico. Cf. BRETON, André. *Manifeste du Surréalisme*. Poisson Soluble. Paris : Éditions du Sagittaire, 1924. Acervo CAAL.

³⁴⁹ Cf. *La Révolution Surrealiste*, Paris, Année 1, N° 1, 1 dez. 1924.

³⁵⁰ WILLER, C. Prefácio. In: BRETON, André. *Manifestos do surrealismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 15.

³⁵¹ Assim como Oswald de Andrade dissera que Graça Aranha tivera contato com o cubismo em um chá no atelier de Tarsila do Amaral, Renato Almeida, em fevereiro de 1924, narrara suas impressões do cubismo com que tivera contato na oficina da artista paulista. Almeida confessa que “não foi sem uma sensação de curiosidade que entrei no atelier da Sra. Tarsila do Amaral. Ia ter o primeiro contato como cubismo, que só conhecia através de livros e infíéis reproduções fotográficas”. Tais manifestações contextualizam a afirmação do crítico sobre o cubismo nos salões paulistanos. Cf. ALMEIDA, Renato. Num atelier cubista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1924, p. 1.

³⁵² ATHAYDE, Tristão de. O Suprrealismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1925, p. 4.

Se as suas considerações encerrassem apenas tais imprecações definitivas, talvez, elas merecessem o esquecimento a que foram relegadas. Porém, não se tratou apenas disso. Como analista de obras alheias, como “crítico expressionista”, Tristão de Athayde pretendeu definir o que seria o “suprrealismo” segundo as palavras do autor francês.

O crítico lembra que a “base científica alegada” pelo surrealismo residiria nas teorias psicanalíticas desenvolvidas por Freud que teria, mais do que qualquer outro teórico, encarecido “a importância do subconsciente, procurando na distração e no sonho a expressão sincera desse subconsciente, que seria a expressão profunda da nossa personalidade”. Aí estaria assentada a perspectiva surrealista que, nas palavras de André Breton, tomariam a seguinte dimensão: “Acredito na resolução futura destes dois estados, tão contraditórios na aparência, o sonho e a realidade, numa espécie de realidade absoluta, de *surrealidade*, se assim se pode dizer”³⁵³. Conforme a argumentação do crítico, o surrealismo buscaria se expressar segundo um:

[...] “automatismo psíquico puro”, que nos dá “o funcionamento real do pensamento”. A expressão literária será ‘um ditado do pensamento, fora de toda fiscalização da razão’. Repousa sobre “o sonho todo-poderoso” e tende a “arruinar definitivamente todos os demais mecanismos psíquicos”³⁵⁴.

Na apresentação do suprrealismo ao Brasil segundo Tristão de Athayde, a escrita suprrealista procuraria e recomendaria que se evitasse os estados de atenção, fazendo com que o escritor ficasse “em estado de passividade consciente, de forma a permitir que o sonho – pelo subconsciente – possa manifestar-se livremente. A atenção só existirá para manter a distração”. O crítico percebe aí um receituário para a banalidade na produção artística, uma vez que implicaria numa perigosa irradiação através da “divulgação por todos aqueles que hoje anseiam por escrever sem pensar, por ser artistas sem perder a hora dos cabarés ou faltar aos *dancings*”. Tal perspectiva tornaria a arte “servil dessa farândola desmiolada e alvar de uma civilização que se suicida” e os seguidores de Breton, muito provavelmente, não teriam o cuidado que ele mesmo diz ter cultivado na feitura de sua obra: “Acrescente-se que André Breton levou seis meses, diz ele³⁵⁵, de esforço contínuo a criar um só de seus fragmentos supra-realistas. Se for isso exato, seus imitadores ou continuadores hão de rir-se bastante do mestre, pois em cada seis minutos farão o que ele levou seis meses a fazer”³⁵⁶.

O crítico, então, procura situar o movimento surrealista em uma ordem maior de coisas, interpretando-o como um sintoma de uma “civilização à beira do suicídio”. Trata-se de uma apreciação do antigo e “confuso” conceito de decadência, conforme definido por Jacques

³⁵³ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Suprrealismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1925, p. 4. Tradução de Luiz Forbes. Cf. BRETON, André. *Manifestos do surrealismo*, p. 45.

³⁵⁴ ATHAYDE, Tristão de. O Suprrealismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1925, p. 4.

³⁵⁵ Alusão a seguinte passagem de André Breton: “O poema FLORESTA-NEGRA marca exatamente este estado espírito. Passei seis meses a escrevê-lo e, podem acreditar, não descansei um só dia”. BRETON, André. *Manifestos do surrealismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 5

³⁵⁶ ATHAYDE, Tristão de. O Suprrealismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1925, p. 4.

Le Goff³⁵⁷, que, em diferentes momentos, ganhara atualizações singulares segundo concepções historicamente específicas. A ideia de um suicídio europeu aparece explicitada no contexto da Grande Guerra, quando afirmações como a de Romain Rolland, “a velha Europa feudal decidiu morrer como morrem todos os desesperados: pelo suicídio”³⁵⁸, tornavam-se recorrentes:

Cabe dizer que a desilusão latino-americana é alimentada pela circulação de uma série de ensaios que, oriundos do outro lado do Atlântico, não para de confirmar o profundo mal-estar que afeta o Velho Continente: *La crise de l'esprit*, de Paul Valéry (1919); *Le déclin de l'Europe*, do geógrafo Albert Demangeon (1920); *Où va la France? Où va l'Europe?*, de Joseph Caillaux (1922); *La decadenza dell'Europa*, de Francesco Nitti (1922); os dois volumes de *Der Untergang de Abendlandes*, de Oswald Spengler (1918 e 1922); ou ainda as análises do economista espanhol Vicente Gay y Forner sobre a decadência e a morte dos povos europeus (1923)³⁵⁹.

Muitos destes autores faziam parte do repertório analítico de Tristão de Athayde que procura produzir, então, a sua visão do “suprrealismo” como uma “infecção literária natural, que corresponde ao estado de espírito de toda uma época”³⁶⁰. O crítico faz um grande parêntesis a fim de definir tal “época” como o último ponto de um processo secular, para não dizer milenar, segundo uma síntese que pretende demonstrar como o “pensamento antigo e medieval procurou sobretudo ‘diversificar’ as coisas”, ao passo que o “mundo moderno procurou de preferência ‘homogeneizar’”. Trata-se de uma teoria da modernidade que procura estabelecer as principais modificações ocorridas com o fim da antiguidade e da Idade Média:

Os antigos procuraram analisar as coisas, dar a cada elemento o seu valor. Chegou-se assim a uma série de leis, de regras, de preceitos, que eram o fruto de um longo trabalho de lucidez e de depuração. Uma “disciplina espontânea” da liberdade. A arte estratificou-se em Cânones. As letras em Retórica. A moral em Decálogo. A religião em Teologia. O direito em Digesto. A filosofia em Escolástica. A ciência em Leis. A política em Estado. Tudo isso foi uma lenta cristalização da sabedoria, do esforço, da inteligência, de séculos. Alguns povos ficaram nessa estrutura definitiva das abstrações humanas. [...] Outros, porém, caminharam. E o mundo das abstrações – que era afinal o mundo da realidade analisado, medido, pesado em suas minúcias – desagregou-se lentamente, lentamente, como um velho palácio veneziano minado pela laguna.

A imagem do mundo passado assume o desenho de um conjunto de edifícios que ruíram. Segundo o crítico, construções como o Direito Romano, “que chegara às codificações mais rígidas e permanentes das leis de justiça e convivência social”, definhara frente ao “Direito Germânico” que, “cheio de novas concepções, novo espírito de força, de vida, de liberdade, veio infiltrar-se no velho formalismo jurídico”. Nas artes, também ia ruindo a Retórica e os Cânones, de maneira que “a tradição da beleza clássica – toda em proporções, em leis, em limites – desapareceu na originalidade medieval e gótica, vinda do Norte, como as novas

³⁵⁷ Cf. LE GOFF, Jacques. *Decadência. História e Memória*. Campinas/SP: Unicamp, 1990, p. 375-417.

³⁵⁸ Cf. COMPAGNON, O. *O adeus à Europa*, p. 22.

³⁵⁹ COMPAGNON, O. *O adeus à Europa*, p. 212.

³⁶⁰ ATHAYDE, Tristão de. O Suprrealismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1925, p. 4.

correntes jurídicas”³⁶¹. O momento do Renascimento é visto como a reação “de uma religiosidade clara e racionalista do catolicismo mediterrâneo [...] contra o misticismo cristão do Norte gótico”. De tal forma, o Renascimento é tido como um período em que ressuscitara a “tradição clássica”, mas que “não impediu a marcha segura pela desagregação”. Na visão do crítico, a “estética do catolicismo” teria sido capaz de “harmonizar-se com o mundo clássico”, assim como “reagir contra a oposição inicial que o cristianismo representara contra o paganismo”.

Pela primeira vez na crítica literária de Tristão de Athayde, a figura de São Tomás de Aquino aparece como marco de pensamento estético: “Tomás de Aquino, na tradição sucessiva de Platão, Plotino, Agostinho, resumiu admiravelmente naqueles três princípios básicos da beleza: *integritas*, *consonantia*, *claritas* – uma verdadeira concepção de estética pré-cristã”. Cada uma dessas categorias teria sofrido um processo secular degradação: a *integritas* tornou-se fragmentação, a *consonantia* fez-se dissonância na harmonia que, por sua vez, já seria uma sucessão à monodia e, atingindo, finalmente, a “politonia de alguns malucos lógicos vencendo a harmonia”, não só em música. Já a *claritas* teria sido transformada em obscuridade:

[...] todos os movimentos estéticos sucessivos – com raras exceções -, no que tiveram de mais original, vieram caminhando para a sombra, até chegar ao esoterismo de certas seitas artísticas absurdas, mas no fundo lógicas, de ontem e de hoje. Pode-se dizer, portanto, que a arte moderna teve uma evolução a-tomista.

“Edifícios religiosos” como a Apologética, a Escolástica e o Decálogo, construídos através de séculos teriam sido destruídos aos poucos e ainda mais abalados pelo mundo moderno do que a arte e o direito. Assim, enquanto a Escolástica “era repudiada, desde Descartes, como incompatível com a Verdade cósmica e humana, a Apologética era abandonada aos círculos estreitos das ordens religiosas e a Moral procurava seus fundamentos em motivos extra-religiosos e puramente racionais ou utilitários”. O crítico nota, porém, uma reação:

Alguns espíritos procuram hoje [...] voltar à Sabedoria dos Antigos, que cristalizara, que temperara e conformara todas as atividades do homem em construções sólidas e fortes, dentro das quais fosse possível a nossa alma viver, expandir-se, criar, sem estar a cada momento indagando, como hoje o fazemos, da razão de ser das coisas fundamentais, estruturais e elevadas: as leis da justiça humana, as coisas da beleza, as verdade da natureza, o ideal do procedimento moral e finalmente a própria verdade Suprema. O homem moderno pensa ao ar livre, ao passo que o homem antigo pensava entre as paredes formidáveis de um edifício.

Também o Estado teria sofrido tal processo de ruína, segundo a concepção que percebe que enquanto a “política tendeu, durante séculos, para a formação de uma arquitetura social, as tendências modernas operaram sobretudo no sentido de derrubar esse edifício de ordem e hierarquia”. A Revolução francesa e a ideologia democrática provocariam a “desagregação de

³⁶¹ ATHAYDE, Tristão de. O Suprrealismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1925, p. 4.

todo o velho edifício social”³⁶². Assim, o Estado “deixou de depender de ‘princípios morais’ (bem ou mal aplicados, pouco importa), passando a depender de ‘direitos individuais’ (bem ou mal alegados também)”. Posteriormente, a tendência à homogeneização teria se tornado mais recorrente com o progresso do socialismo que encontraria na Revolução Russa a sua “fina expressão”. Dessa forma, o “Estado [...] que os antigos tinham erigido e preparado, como a suma arquitetura social, desagregou-se pelo democratismo, e homogeneizou-se mecanicamente no comunismo”.

A ciência também teria se tornado alvo de tal processo, uma vez que Einstein estaria a empregar uma “linguagem bem diversa da de Newton, quando falava do Tempo e do Espaço, como daquelas grandezas finais, imutáveis, eternas, sobre as quais toda a Natureza assentava”. O processo seria o mesmo, pois “onde outrora se procurou distinguir, hoje procuramos fundir e confundir, porque a isso nos parece levar a inclinação natural do pensamento, em busca da verdade. É a tendência à ‘homogeneidade’”. Elementos antes irreduzíveis estariam agora integrados em um “conceito indistinto total, do Espaço, no qual se poderá resolver a própria Matéria e de que o Tempo não é senão uma de suas dimensões: o Espaço-Tempo”. E se a ciência, ao menos, ainda guardava a distinção entre sujeito e objeto, “consciência perceptiva e uma realidade percebida”, a “filosofia moderna vai além e desrespeita mais esse dado da nossa intuição inata das coisas. Os materialistas reduziram o universo matéria. A alma era uma simples secreção. A inteligência um humor fisiológico”. Por outro lado, o idealismo reduzia “o universo ao espírito. Tudo se explica no plano mental, por sucessivas ‘sínteses *a priori*’ que são a única realidade possível para a nossa consciência. Até chegaram à negação da matéria”.

Também a psicologia moderna estaria a seguir o mesmo caminho, de tal forma que, segundo o crítico, “o que vemos, ainda uma vez, é o desejo de fundir, de anular as diferenciações, de sintetizar num todo e dissolver o que os antigos haviam dividido em partes”. Sendo a psicanálise a principal vertente “científica” reivindicada pelo surrealismo, o crítico descreve a maneira como a tendência à homogeneidade afetara os estudos psicológicos:

Toda a psicologia moderna está impregnada dessa ideia de homogeneidade e de dissolução. E de “ciência da alma”, como desde Aristóteles era considerada, passou modernamente a simples processo de vida, quando Avenarius e Mach tentaram dissolver totalmente essa ideia de concentração, esse conceito de alma, a maior das tais “entidades metafísicas”, tão abominadas pelos psicólogos modernos, substituindo-a pelo de “séries vitais”, pelo de “experiência pura”. Ao passo que Lange, Sergi ou James, pela famosa teoria periférica das emoções, procuravam descentralizar a consciência. Enquanto outros chegam a negar mesmo a consciência. Ou fazem do indivíduo um reflexo do grupo, do meio social que o cerca, como Tarde ou Durkheim.

Após esse longo parêntesis em que o crítico esboça uma teoria da modernidade segundo a

³⁶² ATHAYDE, Tristão de. O Suprrealismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1925, p. 4.

passagem da “diversidade” à “homogeneidade” e vê o mundo moderno como uma ruína, retoma-se a análise do movimento francês segundo sua inspiração na psicanálise que, dentre os sistemas e contra-sistemas, seria “o mais famoso, o mais espalhado, o mais cheio de verdade também, a psicanálise freudiana, onde o suprealismo embebe as suas raízes”³⁶³.

Dessa forma, a primeira coisa a se levar em conta era que o suprealismo não seria “um simples acesso de charlatanismo, como tantos que ultimamente se sucedem na Europa” e que, portanto, “não deve ser considerado com o simples sorriso dos céticos, com a gargalhada dos ignorantes ou dos sarcásticos, ou com o desdém dos criadores”. Assim como faria em relação ao comunismo, Tristão de Athayde verifica o “perigo” da nova vanguarda que, como o regime soviético, seria algo “fundamente ligado a todo o ambiente mental moderno e porque situado em pleno declive ‘natural’ das tendências contemporâneas, da marcha secular das ideias. E por isso merece que a nossa repulsa seja menos efêmera que um simples muxoxo”³⁶⁴. A relação entre comunismo e surrealismo, como se sabe, será bastante acentuada nos anos que se seguiram³⁶⁵. A relação entre política e letras tornar-se mais clara na recepção das vanguardas.

Segundo Tristão de Athayde, o crítico britânico Middleton Murry já teria se pronunciado sobre a incapacidade da psicanálise em gerar um “fruto estético”. Além disso, procurava-se situar a psicanálise freudiana no interior da história da psicologia moderna:

Na verdade, [a psicanálise] veio apenas ampliar pontos de vista filosóficos já indicados desde Leibniz, ou psicológicos sobretudo desde Charcot, Janet ou Breuer. Justiça seja feita. Freud não é culpado dessa cisão que lhe atribuem. Como sempre, os discípulos são mais orgulhosos que os mestres. Justamente porque não tiveram o trabalho de criar. E não percebem como a criação é apenas um elo a mais³⁶⁶.

Dessa forma, a primeira restrição direta feita pelo crítico ao suprealismo é acerca da pertinência teórica de sua leitura da psicanálise, especialmente a valorização do sonho e da distração pregada pelo movimento:

Ora, isso é uma interpretação muito parcial e errada da psicanálise, mesmo sem entrar na crítica desta. Para o que nos interessa, *o ponto de vista estético*, o que a psicanálise veio revelar não foi, como querem os suprealistas, a *predominância* do mundo subconsciente, mas apenas a *riqueza* desse mundo subconsciente.

O que estaria em jogo nas pesquisas freudianas seria antes uma maior compreensão acerca do funcionamento da psique humana a fim de mostrar que “não havia arbitrariedade no nosso mundo mental. Que tudo se reportava a dados, rigorosamente certos, a elementos preexistentes

³⁶³ ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1925, p. 4.

³⁶⁴ ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4.

³⁶⁵ “Em contraste ou mesmo em contradição com esta ligação com o esoterismo, o surrealismo se declara materialista e, desejando levar também a revolução no plano social, empreende desde 1925 sua aproximação com o partido comunista. Após longas tergiversações devidas à desconfiança dos intelectuais do partido, às objeções de Pierre Naville e à rejeição ao engajamento de muitos escritores surrealistas, em particular Soupault, Artaud e Vitrac, que serão ‘excluídos’ no fim de 1926, têm-se os artistas fora de um engajamento formal. [...] Nos primeiros dias de 1927, Aragon, Breton, Éluard, Péret e Pierre Unik aderem ao partido comunista, mas esta adesão durará apenas alguns meses”. Cf. FAUCHEREAU, Serge. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 353.

³⁶⁶ ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4.

em nós mesmos e que apenas não conseguimos perceber ou os percebemos mal”³⁶⁷. Para tanto, a “ciência” da psicanálise poderia “através dos sonhos e dos atos falhos” chegar a “uma visão mais lúcida dessa causalidade psíquica”. O crítico se questiona se a conclusão suprealista seria coerente com tal perspectiva clínica: “Ora, como concluir daí que o homem, o homem verdadeiro, o homem sincero, seja esse homem das regiões sombrias?” Desdobra-se, assim, o argumento que restringe a leitura estética que os suprealistas fariam da psicanálise³⁶⁸:

Seria o mesmo que dizer [...] que o verdadeiro Brasil, o Brasil puro, o Brasil único, é o Brasil das jazidas de minério. Revelar uma riqueza não é, de forma alguma, concluir pelo seu predomínio. O dinheiro, a abundância de dinheiro verdadeiro é uma riqueza, não há dúvida. Mas o predomínio exclusivo do dinheiro é a plutocracia que submerge e desmoraliza as democracias modernas. O sentimento é a maior riqueza da nossa alma. Mas uma arte que confia ao sentimento a supremacia, degenera logo no mais descabelado romantismo, no vago, no artifício, na ênfase³⁶⁹.

Ainda que mantivesse alguns “absurdos”, a psicanálise teria chamado a atenção para “esse mundo misterioso do subconsciente” e mostrado como dele se poderia “extrair força e beleza, arte e poder, bondade e perfeição”. A sua finalidade não seria habitar tal mundo:

Mas também mostrou que sozinho esse mundo não se elevava e que as degenerescências humanas eram justamente a compressão inconsciente das tendências instintivas mais prementes. Era afinal a ausência de consciência que provocava as degenerações. E o excesso de consciência permite as sublimações, para empregar a terminologia da escola.

Assim, a princípio, o suprealismo teria nascido de “uma falsa interpretação da psicanálise”.

Tristão de Athayde aponta uma série abolições, destruições e comprometimentos em que o suprealismo seria o ponto de chegada, num processo secular de afirmação da liberdade:

A arte, como a filosofia ou a ciência, caminhou no sentido da desagregação, da fusão e daí da confusão. Aboliram-se as leis. Aboliu-se o passado. Aboliu-se o gosto. Aboliu-se a inteligibilidade. Aboliu-se a natureza. Aboliu-se a beleza. Aboliu-se tudo que pudesse limitar, por menos que fosse, a liberdade absoluta. André Breton exclama, num grito de profunda sinceridade: *Só o que me exalta ainda é a única palavra liberdade*. Palavra reveladora!³⁷⁰

O crítico destaca a “honestidade” de Breton em revelar a base teórica do suprealismo, afirmando-se como nova expressão que, entretanto, partiria de pressupostos equivocados:

Expressão nova, revolucionária, em oposição à verdade do nosso espírito e da realidade externa – mas afinal nada mais do que expressão. E nisso, não é possível ir além do que foi a estética de Croce. Ou o silêncio – e portanto a renúncia a tudo,

³⁶⁷ ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4.

³⁶⁸ Em 1937, André Breton manteve com Freud uma correspondência que revelaria os supostos equivocados teóricos do surrealismo. Convidado a participar de uma coletânea de textos sobre o sonho, Freud recusou, pois “para ele o sonho só apresentava interesse enquanto conteúdo manifesto que remetia a um conteúdo latente: ‘... o enunciado literal, o que chamo de sonho ‘manifesto’, não tem para mim qualquer interesse. Dediquei-me a encontrar o ‘conteúdo latente do sonho’, que se pode extrair do sonho manifesto por meio da interpretação analítica. Uma recompilação dos sonhos, sem as associações que lhe são acrescentadas, sem conhecimento das circunstâncias em que o sonho teve lugar – uma recompilação semelhante nada quer dizer para mim’”. Cf. WILLER, Cláudio. Prefácio. In: BRETON, André. *Manifestos do surrealismo*, p. 15.

³⁶⁹ ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4.

³⁷⁰ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4. Tradução: Luiz Forbes. Cf. BRETON, André. *Manifestos do surrealismo*, p. 35.

à arte inclusive -, ou uma forma qualquer, por mais absurdo que seja, de exteriorização, e portanto *expressão*³⁷¹.

A primeira produção suprealista estaria contida no próprio volume em que saiu publicado o “Manifesto”, conforme aponta o crítico: “À sua expressão supra-realista (o nome é de Guillaume Apollinaire) chamou André Breton de *Poisson soluble*”. O que se destaca então é o apelo à *dissolução* que marcaria, conforme fora apontado, uma tendência de um processo histórico geral. A imagem que Tristão de Athayde se utiliza para descrever os efeitos do suprealismo na cultura não deixa de ser passível de verificação em algumas produções pictóricas surrealistas que vieram a lume posteriormente, notadamente na de Salvador Dalí:

Fabre se refere aquele inseto que injeta em sua vítima uma substância venenosa, que lhe dissolve as fibras, que o reduz a uma geleia, a uma papa informe, de que ele então longamente se deleita. Esse é, em arte, o processo supra-realista. Inocular na natureza, no mundo das coisas sólidas e das ideias lógicas, um ácido dissolvente, que as reduz à forma gelatinosa!

O crítico, então, passa a citar vários fragmentos em francês que compõem o *Poisson Soluble* a fim de dar o leitor a dimensão objetiva do que seria uma produção suprealista:

O parque, a esta hora, estendia suas louras da fonte mágica. Um castelo sem significado rolava na superfície da terra. Junto a Deus, o caderno desse castelo estava aberto sobre um desenho de sombras de penas e de íris. O Beijo da Jovem Viúva: tal era o nome da estalagem acariciada pela velocidade do automóvel e pelas colgaduras de relvas horizontais. Assim, jamais os ramos datados do ano anterior se mexiam ao se aproximarem os estores, quando a luz faz com que as mulheres se precipitem em direção às sacadas. A jovem irlandesa, perturbada pelas lamúrias do vento leste, ouvia as aves marinhas rir-lhe no seio³⁷².

Em seguida, são reproduzidas passagens do fragmento número 2:

Em menos tempo do que o necessário para dizê-lo, com menos lágrimas do que as necessárias para morrer, computei tudo, aí está. Procedi o recenseamento das pedras; o número delas é o dos meus dedos e de mais alguns; distribuí prospectos entre as plantas, mas nem todas quiseram aceitá-los³⁷³.

A seguinte passagem do fragmento número 6:

A terra, sob meus pés, não é mais que imenso jornal desdobrado. Às vezes passa uma fotografia, é uma curiosidade qualquer, e sobe das flores, uniformemente, o cheiro, o cheiro bom da tinta de imprensa. Quando eu era jovem ou vi dizer que o cheiro de pão fresco era insuportável aos doentes, mas repito que as flores cheiram a tinta de imprensa³⁷⁴.

E, por fim, um pedaço do fragmento número 9:

Noite suja, noite de flores, noite de estertores, noite capotosa, noite surda cuja mão é um papagaio de papel abjeto, detido por fios de todos os lados, fios negros, fios vergonhosos! Campo de ossos brancos e vermelhos, que fizeste de tua árvores imundas, de tua candura arborescente, de tua fidelidade que era uma bolsa de pérolas

³⁷¹ ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4.

³⁷² Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4. Tradução Sérgio Pachá. Cf. BRETON, André. Peixe Solúvel. *Manifestos do Surrealismo*, p. 67.

³⁷³ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4. Tradução Sérgio Pachá. Cf. BRETON, André. Peixe Solúvel. *Manifestos do Surrealismo*, p. 72.

³⁷⁴ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4. Tradução Sérgio Pachá. Cf. BRETON, André. Peixe Solúvel. *Manifestos do Surrealismo*, p. 78.

justapostas, com flores e inscrições mediocres, significados, em suma?³⁷⁵

Tristão de Athayde informa ao leitor que se trata disso o *Peixe Solúvel*, trinta e dois fragmentos de uma “prosa amena, satisfeita, tranquila”. O crítico considera que o suprealismo teria já atravessado o Atlântico, lembrando a produção poética do norte-americano E. E. Cummings, que faria poemas “bem no espírito da escola, embora muito menos radicalmente *dissolvidos*...” Conforme a própria publicidade do “Manifesto” lançado por Breton, “o mundo inteiro fala do surrealismo”³⁷⁶ e tal difusão justificaria a seriedade na apreciação:

É fácil demais rir. Por isso mesmo não devemos fazê-lo. Sorrir quando muito. E defender-nos. Tudo isso à primeira vista é uma bobagem. Mas é pior que isso. É realmente uma dissolução voluntária, a frio, da natureza, do espírito. E sobretudo uma sobrevivência de fantasmas e sombras que mostra bem o caráter simplesmente residual desse método³⁷⁷.

Retoma-se a tese que vê no mundo moderno a destruição dos “edifícios abstratos”, porém, ressaltando-se a positividade de tal expansão da “liberdade”. Esta agira frente à inércia que caracterizara a fortuna de cada um daqueles “edifícios”:

O Direito Romano, solidificado no estreito formalismo, tornara-se artificial, demorado, anacrônico, perro. A Arte, compendiada em Retórica, perdera a sua verdade natural, a sua frescura, a sua humanidade profunda e desejada. A Filosofia, depois de codificada em Escolástica, por um esforço mental incomparável, renunciara à investigação independente da verdade, em proveito de uma rigidez de fórmulas e preceitos que abafavam o pensamento e impediam todo surto individual. A Idade Média não foi absolutamente esse inverno que os nossos professores quiseram inculcar em nosso espírito. Foi antes uma formidável retorta de ideias e realizações. Mas depois de criada a Escola? Que faria o pensamento se não jogar com palavras e fórmulas? A Ciência, por sua vez, enfeixada em leis imutáveis e eternas, supunha varrer toda outra cogitação de verdade, arrogando-se o direito de dizer em tudo a última palavra. O homem criara assim uma série de abstrações, às quais dera uma realidade tão tangível, que acabou por tomá-las como a verdadeira realidade e esquecer a fonte viva de onde elas tinham se formado. A Retórica abafou o artista, como a Escolástica tolheu os filósofos, como a Ciência substituiu-se aos sábios ou o Código aos juristas. Em lugar da disciplina *espontânea* da liberdade, que levou a essas admiráveis construções de ideias, as gerações seguintes começaram a receber uma disciplina *imposta* da liberdade. Em lugar de *arquitectos*, os homens se viram forçados a ser apenas os pintores, os decoradores, os conservadores dos edifícios. Em vez de *criar* como seus antepassados, só lhes restava *guardar*. Revoltaram-se. E em lugar de aumentar os edifícios, de elevá-los, de enriquecê-los, como podiam, como deviam fazer, como hoje talvez recomeçam a fazer, resolveram *demoli-los*. Reagiram... e foi pior, até o ponto em que não souberam conter-se. E o abalo produzido por todos esses desmoronamentos suscitou no homem moderno tal dose de ceticismo, tal perplexidade e amargura, que permitiu e alimenta essa onda de desagregação moral que por toda a parte cresce. E as potências vis, as forças do interesse, do luxo, da ambição, de gozos do instinto, vão também crescendo.

Dessa forma, não se trata de uma crítica à modernidade que apenas verificaria uma injustiça total com as estruturas passadas, apesar de se destacar a maneira como o período medieval

³⁷⁵ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4. Tradução Sérgio Pachá. Cf. BRETON, André. Peixe Solúvel. *Manifestos do Surrealismo*, p. 85.

³⁷⁶ *La Révolution Surréaliste*, Paris, Année 1, N° 1, 1 dez. 1924, p. 34.

³⁷⁷ ATHAYDE, Tristão de. O Suprealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4.

deveria deixar de ser visto como um “inverno” segundo uma filosofia da história que tinha no mundo moderno a superação de uma Idade das Trevas³⁷⁸. Neste sentido, menos do que a criação de uma utopia passada, tratava-se da verificação de um sentimento segundo o qual os antimodernos seriam “os verdadeiros modernos”, os “modernos a contragosto”³⁷⁹.

Trata-se, antes de tudo, de uma crítica a um presente cindido no qual a “inteligência” deveria cumprir um papel essencial:

Quando a inteligência renuncia, o instinto se apodera. Um imenso suicídio. E é por isso que, a meu ver, para mencionar apenas o campo da arte, que aqui nos interessa, cada vez mais, o problema moderno por excelência, o que mais nos deve ocupar é o

³⁷⁸ Conforme Le Goff, nos últimos três séculos da era pré-industrial, o período medieval já passa a ser visto com uma “época execrável de que a humanidade saiu, a bárbara Idade Média, essa idade de trevas, agora dissipadas. Os eruditos e os lexicógrafos expressam bem esta noção na sua linguagem própria: não é só a média, mas também a baixa latinidade que a Idade Média revela através da língua – índice por excelência do nível cultural e moral – *media et infima latinitas*”. A configuração do imaginário intelectual acerca do mundo medieval nos anos 1920 passa por vários eixos, desde a renovação dos estudos historiográficos até à adoção de motivos medievais como inspiração vanguardista, passando pela renovação dos estudos acerca de São Tomás de Aquino, favorecendo toda a emergência de um neotomismo católico que teve grande propagação. Especialmente os séculos XII e XIII são vistos como períodos de desenvolvimento cultural, político, econômico e artístico, não se devendo doravante corroborar com as ideias modernas que adjetivaram o período medieval como “obscuro”, “ignorante” e “bárbaro”. Época das grandes catedrais góticas, das Cruzadas, da origem das universidades e das instituições parlamentares, do auge do papado, da emergência da literatura vernacular, da integração da filosofia aristotélica à teologia cristã, dos começos incipientes da investigação científica, das viagens de Marco Polo, dentre outros aspectos. Neste sentido, o historiador medievalista americano, Charles Homer Haskins, a fim de relativizar os “inícios” proclamados durante o renascimento, lançou, em 1927, a obra *The Renaissance of the Twelfth Century* [*O renascimento do século doze*], assim como, em 1907, o jesuíta e historiador James Joseph Walsh publicara *The Thirteenth, Greatest of Centuries* [*O treze, o maior dos séculos*]. Em 1924, Marc Bloch lançara *Os reis taumaturgos*, marco da nova historiografia que seria simbolizada pela criação da Escola dos *Annales* em 1929. Já no campo das artes de vanguarda, desde o grupo “Die Brücke” (“A Ponte”), fundador do expressionismo alemão, nota-se a influência e admiração explícita por artistas medievais, de modo que “os expressionistas dirão sempre sua admiração por Greco, Hogarth, Goya ou Daumier, mas sobretudo por uma arte muito especificamente germânica: os *Apocalypse* de Dürer, os nus de chapéu de Cronach que Kirchner tanto admira, as *Sorcières* de Baldung Grün, o Cristo convulsionado em dores do retábulo de Issenheim de Grünewald, as xilografias da Dança macabra de Holbein, a gravura sobre a madeira medieval [...]”. Além disso, um artista como Ezra Pound, teórico maior do “imagismo” inglês, era um “admirador da poesia medieval e provençal”, tendo produzido uma antologia de poetas medievais. O próprio Guillaume Apollinaire saberia “casar com elegância a fantasia e as rimas funambulescas do Grandes Retóricos medievais e seus contemporâneos Paul-Jean Toulet e Tristan Derème”. Tanto no primeiro quanto no *Segundo Manifesto do Surrealismo*, André Breton faz alusão à alquimia medieval e à magia como fontes de inspiração. A reabilitação do tomismo ganha força a partir da produções como a do professor Maurice de Wulf, especialista em história da filosofia medieval, foi professor na Universidade de Louvain e em Harvard, autor, dentre outras, de uma *Philosophy and civilization in the middle ages* lançada em 1922. Além disso, intelectuais como François Maritain atualizavam o tomismo como uma filosofia condizente com o revigoramento católico no interior da sociedade moderna. Eram os católicos ultramontanos. Pode-se dizer que Tristão de Athayde participou de cada um desses eixos. Em sua biblioteca, há várias obras sobre história, filosofia e cultura na Idade Média. Desde livros de vulgarização, como a *Life in medieval France* (1925) de Joan Evans, que pretendia descrever a vida nos castelos e nos casebres, nas catedrais e mosteiros, na escola e na Universidade, na cidade e no campo, até obras como a de Maurice de Wulf citada acima, a do alemão Alois Dempf, *Ethik des mittelalters* [“Ética da Idade Média”], lançada em 1927. No campo artístico, lá está o livro do importante historiador e teórico da arte, Wilhelm Worringer, *La esencia del estilo gótico*, tradução em espanhol lançada em 1925. Além disso, o ensaio interpretativo do filósofo russo Nicolai Berdiaev, *Das neue mittelalter* [“A nova Idade Média”], lançado em alemão em 1927. Cf. LE GOFF, Jacques. *Decadência. História e Memória*. Campinas/SP: Unicamp, 1990, p. 390; LITTLE, Lester K.; ROSENWEIN, Barbara H. *Debating the Middle Ages: issues and readings*. Padstow: Blackwell, 1998, p. 1-2; BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 29-30; LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 13-15; FAUCHEREAU, Serge. *Avant-gardes*, p. 27-362; HARRISON, Charles et al. *Art in theorie*. 1900-1990, p. 98-99.

³⁷⁹ Cf. COMPAGNON, Antoine. *Os Antimodernos*, p. 226.

problema da autolimitação da liberdade³⁸⁰.

O último estágio da liberdade ilimitada seria o suicídio. O tema do suicídio não era estranho à campanha surrealista. Em seu primeiro número, a revista *Revolução Surrealista* abria uma enquete ao público que devia enviar as respostas para o Escritório de Pesquisas Surrealistas:

A Revolução Surrealista dirigindo-se indistintamente a todos, abre a seguinte enquete: a gente vive, a gente morre. Qual é a parte da vontade em tudo isso? Parece que a gente se mata como se sonha. Não é uma questão moral que nós colocamos: O SUICÍDIO É ELE UMA SOLUÇÃO?³⁸¹

Uma vez que o suprarrealismo seria mais do que uma “escola estética”, André Breton naquele mesmo ano de 1925 dizia que “nós não temos nada que ver com a literatura. O surrealismo não é um meio de expressão novo, ele é um meio de liberação total do espírito”³⁸². As restrições radicais que Tristão de Athayde fizera acerca do movimento francês não podem ser simplesmente excluídas da história intelectual e artística do país, sob o preço de se transformar a reflexão historiográfica em celebração acrítica e narcísica.

Assim, o surrealismo não só teve recepção crítica imediata no Brasil, como foi utilizado como parâmetro de análise daquilo que surgia como vanguarda no país. Se, por um lado, o esforço “intelectualista” de Mário de Andrade era imediatamente reconhecido como valioso por Tristão de Athayde, a poesia “pau-brasil” de Oswald de Andrade foi, com a mesma prontidão, associada à “libertação suicida” que teria se tornado uma espécie de tendência histórica geral. Não por acaso, ao analisar a obra deste último, ele intitulou seu artigo como “Literatura suicida”. Voltando à afirmação sobre a necessidade de lucidez, o crítico retoma a imagem do mundo moderno que estaria a viver uma “era de luta”, na qual quem “não queira sucumbir, ou concorrer por inação, para auxiliar a decadência e a morte, precisa optar”. No caso, entre Montaigne e Pascal, era o segundo que deveria prevalecer, uma vez que “escolher – para nós que nascemos, que fomos educados, que fomos corrompidos, naquele paraíso da ironia e do ceticismo – é a mais dolorosa das operações. Escolher nos parece uma mutilação. O problema portanto é: *escolher sem mutilar*”³⁸³. Verdadeiro herói dentre os antimodernos, Pascal atingiria vários personagens do campo intelectual. Dentre os convertidos ao catolicismo desde a virada do século XIX para o XX, ele seria o “autor mais citado depois dos Evangelhos”. Nos meios vanguardistas, Apollinaire escrevia a Picasso: “O que ainda hoje há de mais novo, mais moderno, mais sóbrio, mais carregado de riquezas do que Pascal? Você gosta dele, acho, e com razão. É um homem que podemos amar”³⁸⁴. Maurras não compartilhava tais ideias:

(...) a vitória de Pascal é uma vitória perigosa (...) é a vitória do irracional; é, além disso, a vitória do pessimismo, de uma *concepção patética* e romântica do mundo,

³⁸⁰ ATHAYDE, Tristão de. O Suprarrealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925, p. 4.

³⁸¹ Cf. *La Révolution Surréaliste*, Paris, Année 1, N° 1, 1 dez. 1924, p. 2.

³⁸² Cf. Manifestes, *Les nouvelles littéraires, artistiques et scientifiques*, Paris, 28 mar. 1925, p. 2.

³⁸³ ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

³⁸⁴ COMPAGNON, Antoine. *Os Antimodernos*, p. 244.

(...) do divino, da inquietude, da intuição, da violência, de sei lá mais o quê! (...) Acrescentarei (...) é a vitória do modernismo. Com efeito, não basta declarar-se violentamente antimodernista para não o ser, se o modernismo está instalado no centro de tudo. É bom expulsar Descartes: mas colocar em seu lugar Bergson sob o nome de Pascal é um outro perigo³⁸⁵.

Sempre reiterando o papel específico de sua geração, que como nenhuma outra teria a “necessidade tamanha de traçar o seu roteiro”, Tristão de Athayde temia tanto o conformismo da “geração anterior”, quanto a importação do “modernismo destruidor”. Este último teria se tornado a orientação de Oswald de Andrade que, após ter repudiado “o ambíguo modernismo do Sr Graça Aranha”, lançara as “suas hiperbólicas *Memórias Sentimentais de João Miramar* (embora por vezes engraçadas, pois talento não falta ao autor desse excelente romance, *Os Condenados*, seu primeiro livro, que parece ter desdenhado, pelos malabarismos da moda)”³⁸⁶. O “manifesto da poesia pau-brasil” não parece ter obtido à época de seu lançamento grande repercussão³⁸⁷. O próprio Mário de Andrade escrevera a Tristão de Athayde lembrando que “no dia do famoso da leitura do manifesto aqui em casa, até Paulo Prado estava, tanto que escanchei com o manifesto que até o Oswald saiu meio estomagado, deixando a reunião no meio”³⁸⁸. O crítico destacava a maneira como tal produção viria prosperando, louvava-se do fato de ter ganhado as “elites” e não poderia mais passar despercebida. Ele nota que nas próprias páginas do *O Jornal* Oswald de Andrade havia divulgado a poesia “pau-brasil”.

Trata-se de um artigo intitulado “pau-brasil” no qual Oswald de Andrade, além de expor as suas ideias, nomeia uma série de figuras a ele associada. Apresentado como um dos “corifeus do modernismo” em São Paulo e aquele que estaria ali para mostrar “as últimas produções literárias da mocidade futurista da Pauliceia”, o autor abre sua reflexão:

Fatigados de tudo. Fatigados de cultura. Fatigados de sabença. Reagindo. Não nascemos para saber. Nascemos para acreditar. Sem pesquisa a não ser a do nosso instinto que é excelente, quase maravilhoso. É assim que entendo e realizo o momento brasileiro. Não será o bom caminho? Meu espírito banha-se numa piscina, inunda-se de repouso e de alegria, quando por exemplo, chego com um dos meus personagens prediletos – Serafim Ponte Grande, o burocrata transfigurado – à conclusão urbanista de que “o Largo da Sé é o ponto de junção das ruas Direita e 15 de Novembro”³⁸⁹.

Contrariamente à pesquisa e à reflexão, o instinto liberaria a “alma nacional” que estaria aí apenas esperando para ser afirmada através do artista. A estupidez, então, é o que se deveria cultivar: “Porque o nosso cérebro precisa é de um banho de estupidez, de calinada bem nacional, brotada dos discursos das câmaras, dos comentários da imprensa diária, das folhinhas, enfim de

³⁸⁵ COMPAGNON, Antoine. *Os Antimodernos*, p. 245.

³⁸⁶ ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida I*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

³⁸⁷ Neste sentido, destaca-se a nota literária de Menotti del Picchia intitulada “Manifesto anti-pau-brasil”, mas que contava apenas com sua assinatura, ou melhor, de seu pseudônimo Helios. Cf. Helios. *Cronica Social*. Manifesto anti-pau-brasil, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 abr. 1924, p. 4.

³⁸⁸ Carta de Mário de Andrade a Tristão de Athayde, 19/05/1928, acervo CAAL.

³⁸⁹ ANDRADE, Oswald de. Pau Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1925, p. 1.

tudo quanto representa a nossa realidade mental”³⁹⁰. A estupidez é o que representaria a “realidade mental” brasileira. “Pau-brasil” seria o oposto dessa “desarmonia” e “falsidade”: “Chamei Pau Brasil à tendência mais vigorosamente esboçada nos últimos anos em aproveitar os elementos desprezados da poesia nacional. Poesia de exportação, dizia eu há dois anos. Oposta ao espírito e à forma de importação”. Um “desses elementos desprezados” seria justamente a produção dos cronistas da época colonial. Daí a utilização de trechos da carta de Pero Vaz de Caminha que, segundo o artista, um “crítico profundo” poderia ver aí “a fundação da raça, a obra civilizadora, que sei eu, partida dessa primeira reunião social dada no Brasil. Nesse pulo de galego contente na praia das descobertas eu vejo poesia. E poesia bem nossa”. Ao invés de Florença e Grécia, nesses motivos residiria a expressão nacional e não apenas no passado:

O estado de inocência que o espírito sorve nas notícias dos cronistas sobre ananases, rios e riquezas e nos casos de negros fugidos e assombrações trazidas a nós pela tradição oral e doméstica, não, é porém, privilégio do passado. A mesma inspiração de poesia anda aí nos jornais de hoje e nos fatos de nossa vida pessoal.

A valorização do jornal como meio expressivo da “vida mental” brasileira traria a inspiração poética em torno do “Reclame” e do “Lloyd Brasileiro”, por exemplo, e, para o poeta, era disso que se tratava, afinal, sua poesia procuraria:

[...] somente fixar com simplicidade, sem comentário, sem erudição, sem reminiscência, os fatos poéticos da nacionalidade, pareça ela tosca, primitiva, humorística ou guindada. Isto é o que quer eu. Vida de Far-West e de preguiça colonial – estética helênica e renascentista, eis o que querem os outros.

Oswald de Andrade elenca uma série de “outros futuristas” que revelaria uma “verdade bem nossa, bem de exportação”, como Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia. Além deles, Tarsila do Amaral é apresentada como aquela que “fundou a grande pintura brasileira, pondo-nos ao lado da França e da Espanha de nossos dias. Ela está realizando a maior obra de artista que o Brasil deu depois do Aleijadinho”. Paulo Prado e D. Olívia G. Penteadó são elogiados também. Sobre o primeiro, anuncia-se a publicação da obra *Paulística* e o fato de que o poeta “se tivesse de invejar a forma de escrever de alguém, invejaria a de Paulo Prado”. Já Penteadó seria “o centro de nossa vida social e culta. Em sua casa fidalga, formou-se o melhor selecionado da intelectualidade paulista”. Por fim, Oswald de Andrade considera que “são as elites que se manifestam por nós. Está criada a moda. Ser brasileiro. Pau Brasil. Jean Cocteau já nos ensinou que a toda moda exterior corresponde uma moda interior e profunda”.

Tristão de Athayde reproduz os mesmos poemas publicados no artigo de Oswald:

PRIMEIRO CHÁ³⁹¹

Depois de dançarem
Diogo Dias

³⁹⁰ ANDRADE, Oswald de. Pau Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1925, p. 1.

³⁹¹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

Fez o salto real.

RECLAME

Fala a graciosa atriz

Margarida Pernagrossa.

Lindacor que admirável loção

Considere lindacor o complemento

Da toalete feminina da mulher

Pelo seu perfume agradável

E como tônico do cabelo garçonne

Se entendiam todos com seu Fagundes

Único depositário

*Nos E U do Brasil*³⁹².

NOITE NO RIO

O Pão de Açúcar

É Nossa Senhora da Aparecida

Coroada de luzes

Uma mulata surge nas avenidas

Como uma rainha do palco

Talco

Fácil

Árvore sem emprego dormem de pé

Há um milhão de maxixes

Na preguiça

Que vem do fundo da colônia.

Do mar

Da beleza da dona Guanabara

Paixões de féerie

O Minas Gerais pisca para o Cruzeiro.

O crítico acrescenta que tais “patacoadas” não diferiam muito daquelas apresentadas na obra *Memórias sentimentais de João Miramar* e cita o poema CASA DA PATAROXIA:

A noite

O sapo o cachorro o galo e o grilo

Triste tris-tris-tris-te

Uberaba aba-aba

Ataque e o relógio tac-tac

Saias gordas e cigarros.

Como já deixara transparecer, seu juízo considera que esse tipo de poesia que “outrora seria uma pura palhaçada é apenas a resultante que os espíritos lógicos tiraram de todo um longo passado de estética libertária, que começa a ser pregada aqui como novidade e contra a qual devemos reagir”³⁹³. Mais uma vez, essa expressão é vista, não como algo que devia ser ridicularizado, embora pudesse ser vista como tão ridícula quanto os “moedores de sonetos que continuam a despejar o seu *laissé pour compte* sobre as estantes dos livreiros e as colunas de jornais e revistas”. De um modo geral, a perspectiva de Oswald de Andrade é assim apresentada:

O que pretendem, portanto, o Sr Oswald de Andrade e o grupo de seus admiradores é abolir todo o esforço poético no sentido da lógica, da beleza, da construção, e nadar no instintivo, na bobagem, na mediocridade. Exaltar a vulgaridade. Chegar ao puro balbucio infantil. Reproduzir a mentalidade do imbecil, do homem do povo ou

³⁹² Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida, O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

³⁹³ ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida, O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

do almofadinha dos cafés. Curvar o joelho diante de todos os prosaísmos. Voltar ao bárbaro ou deleitar-se no suburbano. Em suma: liberdade absoluta, o puro subjetivismo arbitrário³⁹⁴.

A primeira questão diretamente extraída das propostas de Oswald de Andrade gira em torno do tema “exportação e importação poética”. Segundo o crítico, nessa “liberdade absoluta” o intelectual paulista pretenderia basear a sua “poesia de exportação”, ao passo que todos outros poetas brasileiros fariam “poesia de importação”. Ressaltando a intenção de não pretender ser o “campeão dos poetas brasileiros”, Tristão de Athayde afirma que a poesia que Oswald defenderia era “tão importada como as demais”. E, pior, não seria das melhores importações, mas “mercadoria deteriorada - automóveis em segunda mão, máquinas já usadas e enferrujadas, etc.”, de forma que toda “a sua literatura mandioca, aborígine, precabralica, precolombiana, premongólica, toda ela é bebidinha, direta e indiretamente, em duas fontes europeias muito recentes e muito conhecidas: o dadaísmo francês e o expressionismo alemão”. O sentimento de esgotamento que Oswald de Andrade explicitara em seu artigo sobre pau-brasil viria da vanguarda inaugurada por Tristan Tzara, assim delineada pelo crítico:

Funda-se na vaidade fundamental de todos os conhecimentos. Percorremos todos os caminhos. Esgotamos todas as sensações. Criamos tudo o que se poderia ter criado. Lemos todas as filosofias. Esvaziamos o céu de todos os deuses. Só nos resta demolir, negar, balbuciar. *Medida na escala da Eternidade toda ação é vã*³⁹⁵.

Já acerca da rasura do passado segundo um “banho de estupidez”, o crítico reconhece suas raízes nos textos André Breton sobre o dadaísmo. Primeiramente, cita-se o “manifesto dada” de Breton, intitulado originalmente como “Géographie Dada”, uma conferência que foi publicada pela primeira vez na revista francesa *Littérature* em 1920, mas que saíra, em 1924, na composição “Dois manifestos dada” no volume *Les pas perdus* (“Os passos perdidos”). O outro “manifesto” é um texto chamado “Pour dada” publicado originalmente na *Nouvelle Revue Française*, também em 1920. Assim, são citadas as seguintes passagens:

O cubismo foi uma escola de pintura, o futurismo um movimento político. Dada é um estado de espírito... O livre pensamento em matéria religiosa, não se assemelha a uma igreja. “Dada” é o livre pensamento artístico. Enquanto se fizer recitar as orações nas escolas sob a forma de explicações de textos e de passeios nos museus, nós clamaremos contra o despotismo e procuraremos avacalhar a cerimônia. Dada não se dedica a nada, nem ao amor nem ao trabalho. É inadmissível que um homem deixe um rastro de sua passagem pela terra. Dada reconhece apenas o instinto, condena à priori a explicação. Segundo ele, nós não devemos manter nenhum controle sobre nós mesmos³⁹⁶.

Dessa forma, a recusa de Oswald de Andrade à pesquisa e sua crença nos instintos poderiam ter aí suas origens ultramarinas. O crítico prossegue com as referências “dada” de Breton:

Nós não conhecemos meio de tratar seriamente um assunto qualquer, por uma razão ainda maior: nós... Eu falo e nada tenho a dizer. Eu não vejo em mim a menor

³⁹⁴ ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida, O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

³⁹⁵ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida, O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

³⁹⁶ BRETON Apud. Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida, O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

ambição... no sentido mais geral da palavra, nós passamos por poetas, porque antes de tudo nós atacamos a linguagem que é pura convenção³⁹⁷.

E, por fim, o elogio à obscuridade e do *nonsense*: “A obscuridade de nossas palavras é uma constante. A charada do sentido deve permanecer nas mãos das crianças. Ler um livro para saber denota certa simplicidade”³⁹⁸. Passa-se, então, à citação de trechos de poemas dadaístas de Francis Picabia, de 1920, com “Unique Eunuque” (“Único Eunuco”):

*Au lycée des pensée infinies
Du monde le plus beau
Architectures hyménoptères
J'écrirais des livres d'une tendresse folle
Si tu étais encore
Dans ce roman composé
En haute des marchés*³⁹⁹

De Louis Aragon, são reproduzidos trechos do poema “Programme” também de 1920:

*Tirerens-nous au sort le nom de la victime
L'aggression noeud coulant
Celui qui parlait trépassé
Le meurtrier se relève et dit
Suicide
Fin du monde
Enroulement des drapeaux
Coquillages*⁴⁰⁰

Do mesmo ano, são as passagens de “Artichauts” (“Alcachofras”), espécie de manifesto dadaísta de Georges Ribemont-Dessaignes:

O que é o belo?
O que é o feio?
O que é forte, grande, fraco?
O que é Carpentier, Renan, Foch?
O que sou eu?^{*}
Desconheço. Desconheço, desconheço, desconheço⁴⁰¹

Assim, o crítico ironiza a importação que estaria sendo feita por Oswald de Andrade:

É uma pura delícia literária. Ao lado disso, que triste papel fazem os nossos subdadaístas acreditando ainda na existência do Pão de Açúcar, do encouraçado *Minas Gerais*, do cruzeiro do Sul, da febre amarela? Não há dúvida que o dadaísmo já vinha deteriorado quando o importaram, ainda mais apodreceu aqui. Mediocrizou-se. Sempre o nosso medo dos extremos⁴⁰².

³⁹⁷ BRETON Apud. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

³⁹⁸ BRETON Apud. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

³⁹⁹ Citado em francês. Não encontramos uma tradução para o português. Literalmente: *No liceu dos pensamentos infinitos / Do mundo o mais belo / Arquitecturas himenópteras / Se você está ainda / Neste romance / Neste romance composto / Acima dos mercados*. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária. Literatura Suicida, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

⁴⁰⁰ Citado em francês. Literalmente: *Tiremos na sorte o nome da vítima / A agressão nó de força / Aquele que falava falece / Suicídio / Fim do Mundo. / Enrolamento de bandeiras / Moluscos*. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária. Literatura Suicida, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

⁴⁰¹ Publicado originalmente em: *Dadaphone*, Paris, nº 7, mar. 1920, p. 2. A frase com * não está na transcrição que o crítico fez no jornal nem na reedição do artigo em volume. Citado em francês. ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária. Literatura Suicida, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

⁴⁰² ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

Além das supostas origens dadaístas das concepções do autor de “pau-brasil”, Tristão de Athayde se refere às teorizações expressionistas como outras origens da nova vanguarda brasileira. Muitas vezes citado de maneira vaga, equívoca e imprecisa ao longo de seus textos, o expressionismo, desta feita, ganha maior consistência bibliográfica e argumentativa. Assim, o crítico começa por lembrar a contribuição do escritor, editor, crítico, tradutor e ensaísta alemão Paul Wiegler⁴⁰³ que escreveu a parte relativa à “literatura contemporânea” na obra *Die Weltliteratur im zwanzigsten Jahrhundert: vom deutschen Standpunkt aus betrachtet* (“A literatura mundial no século XX: do ponto de vista alemão”) escrita por Richard Meyer, lançada em 1913 e reeditada em 1922. As considerações de Wiegler são úteis para que o crítico consiga precisar que “já em 1910 o movimento expressionista se revela na pintura, ou literariamente em poetas como George Heym”⁴⁰⁴.

Os textos teóricos utilizados para caracterizar o expressionismo são os ensaios dos intelectuais alemães Kasimir Edschmid e Paul Fechter. Acerca do primeiro, o brasileiro lembra alguns escritos produzidos durante a Grande Guerra, mas que teriam alcançado maior notoriedade logo após o fim do conflito, quando:

[...] as bases da nova estética que tanto êxito ia alcançar depois da derrota de novembro, do “zusammenbruch” [colapso], quando a Alemanha toda ansiava pelo aniquilamento, num delírio de negação, num histerismo niilista, numa renúncia a todo esforço, a toda esperança, a toda luz, num adormecimento cataléptico.

Assim como a filosofia de Oswald Spengler, exposta na obra *A decadência do Ocidente* (1918-1922), o expressionismo é visto como um sintoma de um país que aspiraria a própria queda, ambos seriam “justificações de um povo que aspirava aos vermes”. O crítico cita passagens da conferência Kasimir Edschmid, *Über den dichterischen Expressionismus* (“Do expressionismo poético”⁴⁰⁵), proferida em 1917 e publicada em livro em 1918, onde haveria o clamor “contra a Burguesia, contra o Naturalismo, contra a ‘arte pela arte’, contra o impressionismo” e a afirmação de que “a unidade da nova arte e literatura expressionista: a consciência imensa e cósmica”. Assim, nas palavras do alemão, os poetas expressionistas:

[...] não estavam mais subordinados às ideias, às necessidades, às tragédias pessoais de um pensamento burguês e capitalista. Neles a sensação se desenvolvia sem medida. Eles não viam. Contemplavam. Não fotografavam. Possuíam faces. Em vez de foguetes criavam a excitação duradoura⁴⁰⁶.

⁴⁰³ Paul Wiegler editou várias revistas e jornais. Wiegler teria sido o responsável pelas primeiras publicações dos pequenos textos em prosa intitulados *Considerações* que, mais tarde, tornaram-se o primeiro livro de Franz Kafka. Entre 1908-1913, Wiegler esteve na direção do jornal *Bohemia*, um dos mais antigos diários publicados em língua alemã na cidade de Praga, onde ele seria um dos responsáveis por levar o gosto pelas vanguardas vindas de Berlim. Publicou vários poetas em Praga, como Max Brod, Otto Pick e Franz Werfel. Cf. GRAY, Richard T; GROSS, Ruth V; GOEBEL, Rolf; KOELB, Clayton. *A Franz Kafka encyclopedia*. Westport: Greenwood Press, 2005, p. 43.

⁴⁰⁴ ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

⁴⁰⁵ Uma tradução parcial do texto pode ser encontrada em: EDSCHMID, Kasimir. Expressionismo na poesia. In: TELLES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 111-112.

⁴⁰⁶ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

Já o teórico Paul Fechter, no livro *Der Expressionismus* (1920), afirmava que “a esse intelectualismo conscientemente de uma era, orientada cientificamente nas coisas principais, o Expressionismo conscientemente pôs fim”. O apelo ao inconsciente e aos instintos faria também a voga expressionista, nas palavras de Fechter citadas pelo crítico: “Não se trata mais de conhecer, porém de comungar, ascender às regiões da alma onde dorme aquilo que corresponde à força produtora, que dá vida à obra; onde dorme e portanto espera ser despertado do Ser puramente inconsciente, até tornar-se um fator vivo no destino da alma”⁴⁰⁷.

O expressionismo é visto como uma estética que validaria a “independência absoluta do artista”, que se afirmaria segundo uma série de negações, da “cultura”, da “lógica”, do “esforço de lucidez”, da “beleza”, do “gosto”, do “ideal de perfeição” ou de “transposição”. É situado, entretanto, no tempo passado: “Era uma pura expressão do inconsciente. A alegria da passividade. E para começar, a negação da natureza”⁴⁰⁸. Sobre este último aspecto, o crítico brasileiro reproduz as considerações do professor de história da arte da universidade de Breslau, Franz Landsberger, autor da obra *Impressionismus und Expressionismus* (1919), que tivera seis edições em três anos: “A reprodução da natureza subordina o artista ao mundo exterior, em vez de o deixar seguir o próprio impulso interior... Assim se transforma ele num escravo onde deveria dominar em liberdade”. Vendo nisso uma abertura para o “puro subjetivismo”, Tristão de Athayde depreende a relação que haveria entre expressionismo e o romantismo e utiliza passagens da obra *Die methode des expressionismus* (1921), de Georg Marzynski:

A arte expressionista, já não se dedica à sublimação da face objetiva da realidade total porém à sublimação do sujeito... Isto é, compreender o mundo como reflexo da própria personalidade e levar a um egocentrismo de espécie prodigiosa. [...] O expressionismo, em cada uma de suas orientações, demonstra um afastamento da realidade e tem, por isso, certa relação com o romantismo. E como o romantismo é uma moléstia humana generalizada com o aparecimento do Expressionismo voltam a reviver as correntes românticas repelidas⁴⁰⁹.

As considerações críticas de Tristão de Athayde sobre o expressionismo são bastante parciais, apesar de rigorosamente assentadas em estudos críticos relevantes à época, alguns deles ainda hoje importantes. Talvez se tivesse atentado à angústia marcante do expressionismo, ao mal estar existencial que lhe dá origem, inclusive com uma reiterada inconformidade com os ambientes urbanos e industriais⁴¹⁰, o crítico pudesse ter se reconhecido um pouco mais na vanguarda alemã. Porém, não foi isso que se deu. E, àquela altura, o que importava era demonstrar como as ideias de “pau-brasil” não seriam tão “pau-brasil” assim, de modo que, em

⁴⁰⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida, O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

⁴⁰⁸ ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida, O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

⁴⁰⁹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida, O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

⁴¹⁰ “As obras expressionistas nasceram de um sentimento de mal-estar; os problemas econômicos e sociais, mais rápido na Alemanha do que alhures, entranharam uma crise existencial entre os mais sensíveis e os mais refletidos. Suas acusações as mais imediatas são contra a cidade”. Cf. FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 63.

toda essa argumentação recheada de citações e referências em alemão, reiterava-se que o “anti-intelectualismo”, o “apelo à intuição”, o “desprezo à pesquisa” defendidos no artigo de Oswald de Andrade poderiam ter raízes no estrangeiro.

Além disso, tratava-se de se ressaltar que ambos os movimentos, dadaísmo e expressionismo, naquele ano de 1925, seriam coisas passadas. Provavelmente percebendo o movimento que, a partir de 1923 se consolidaria sob nome de “Nova Objetividade” na Alemanha, Paul Wiegler afirmava que “o fim do expressionismo é afirmado por vários críticos jovens que se tinham deixado arrastado por ele”⁴¹¹. Já o crítico de arte e ativista político Wilhelm Hausenstein, que era entusiasta das manifestações expressionistas desde suas origens de antes da Guerra⁴¹², passa, em 1920, com o volume *Die Kunst in diesem Augenblick* (“A arte no momento atual”), a considerar que “hoje descansamos e indagamos o que nos trouxe ele (o expressionismo). Hoje – pois hoje está terminado”⁴¹³. O próprio André Breton, no mesmo volume em que saíram os “dois manifestos dada”, revelava que havia mudado suas posições, falando agora que “dada” não estava mais em causa, que seu funeral foi feito em 1921 e que “apesar de ter tido, como se diz, sua hora de celebridade, deixou pouca saudade [regret]; com o tempo, sua onipotência e sua tirania tornaram-no insuportável”⁴¹⁴. Assim, o primeiro artigo de Tristão de Athayde sobre a poesia pau-brasil terminava por denunciar a sua importação ultrapassada: “[...] é essa ‘moléstia’ alemã e esse ‘cadáver’ francês que o Sr Oswald Andrade pretende impingir-nos como novidade, como coisa sua, como panaceia saneadora da poesia nacional, nascida, crescida aqui, poesia-mandioca. A mosca do coche. Ou antes o: - ‘nós laranjas...’”⁴¹⁵.

No segundo artigo acerca da poesia pau-brasil, o crítico reforça a ideia de se tratar no caso de um impulso para a morte de seres que se consideravam, mais que satisfeitos, fatigados de tudo. Lembra então um crime em que dois americanos teriam assassinado um homem apenas para experimentar a sensação, homens com “nervos esgotados de civilizados, intoxicados de drogas, desiludidos do dinheiro, tendo passado por todos os gozos, tendo exaurido realmente tudo o que o mundo lhes forneceria de novo, só lhes restava isso. O sadismo de matar. Matar voluptuosamente”⁴¹⁶. No caso de Oswald, o que lhe mobilizaria não seria a “miséria literária”, mas, ao contrário, por ser homem “culto, inteligente, viajado, sabendo ver e sabendo como os outros veem, não sofre literariamente de privações mas de fartura”. A alegação de “esgotamento

⁴¹¹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

⁴¹² Cf. CROCKETT, Dennis. *German post-expressionism. The art of the great disorder, 1918-1924*. University Park: The Pennsylvania State University, 1999, p. 12.

⁴¹³ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

⁴¹⁴ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

⁴¹⁵ ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925, p. 4.

⁴¹⁶ ATHAYDE, Tristão de. *Literatura Suicida II*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1925, p. 4.

e cansaço”⁴¹⁷, se poderia ter algum fundamento na “geração europeia”, por aqui, não faria muito sentido, assim, o impulso do paulista seria como o dos assassinos norte-americanos: “deu-se ao prazer de matar pelo gosto de ver como morriam, entre as suas mãos, essas recém-nascidas, que são a poesia e a prosa brasileira. E conclui que isso era ‘uma pura delícia’”.

A partir de uma das frases mais divulgadas de Charles Maurras, “a gente demole apenas aquilo que a gente substitui”, o crítico começa a refletir sobre a ideia de imitação em sentido largo, convencendo que “não temos que proclamar o nosso repúdio integral à imitação. Não façamos como o Sr Oswald de Andrade e seus companheiros, que têm horror à imitação... e imitam às escondidas”. Segundo seu raciocínio, ainda não estaria pronto o Brasil para produzir literatura “inteiramente própria e ao mesmo tempo universal”, conseqüentemente, por muito tempo, só restaria o trabalho reiterado e contínuo, “absorvendo a matéria nacional, plasmando-a – mas sem desfalecimento, sem renúncia”.

Trata-se de se teorizar sobre a maneira como a cultura intelectual brasileira deveria relacionar-se com o mundo. Assim, distingue-se imitação de reprodução, a fim de se alcançar uma “imitação criadora” que teria como valor maior a “revelação de nossa humanidade, dilatando o campo de nossa sensibilidade e a penetração da nossa inteligência”. Aí estaria uma das bases que garantiriam a “nossa libertação” e a “imitação criadora” poderia ser vista, na verdade, como “inspiração”. A imitação não deveria se restringir às *formas* utilizadas alhures, mas contemplar o *espírito* que impulsionara tais criações. Nisto residiria a superioridade do romantismo brasileiro sobre o parnasianismo. Enquanto o primeiro captara o *espírito* geral que envolvia os processos românticos, o segundo apenas teria copiado uma *forma* de se fazer poesia:

[...] é a imitação profunda, e apenas inicial, que se diversificará mais tarde em formas quase contraditórias. Imitar, para inspirar-se, portanto, não é submeter-se cegamente ao exemplo estranho. Imitar o espírito é um reconhecimento dos limites, a maior prova de independência de um espírito. É a sua humanização.

Com relação à Europa, seria preciso “saber *onde e em que* vamos inspirar-nos, já que sugerimos *como* devemos fazê-lo”. Na divisão mundial do trabalho intelectual, o crítico não titubeia em afirmar a centralidade europeia:

Tudo o que a América pode fazer por si está, pelo menos em germe, nessa velha Europa, caluniada e decadente, ameaçada de todas as ruínas, e onde há dois mil anos crepita a maior chama de pensamento e de ação de que há memória entre os homens. Estamos longe, bastante, para poder sentir claramente as imensas fraquezas e os males do espírito europeu. E se for possível para nos precavermos contra os germes envenenados que ele também irradia. Mas é lá, ainda hoje, o foco da inteligência universal. O Oriente sente, a América trabalha, e começa a pensar, mas a Europa ainda é realmente quem pensa. E pensa em todos os sentidos, em todas as formas. A Europa é mais moça que a América. E especialmente que a nossa América Latina. É uma lenda essa da velhice do Velho Mundo. Tudo se tenta por lá, tudo se destrói, tudo se reconstrói, tudo se pensa, tudo se imagina.

⁴¹⁷ ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1925, p. 4.

Ao menos em *germe*, literariamente, a Europa guardaria todas as manifestações. E ela própria estaria a imitar, não a América do Sul, mas os americanos do norte. Assim, seria preciso imitar as forças europeias que estariam lutando contra o abismo e não as que saltavam nele. Não aquelas que levariam “as sereias, céticas e sarcásticas e vazias, da destruição”, mas as que poderiam conceder “uma receita de inteligência”⁴¹⁸. Ao contrário do que poderia parecer, tais manifestações vanguardistas poderiam ser apenas provas de colonialismo:

Se deixarmos que os de nossa geração se alistem entre os suicidas, ou se contaminem do ceticismo radical desses homens que andam de Packard e balbuciam poemas gagos e desdentados, leem Joyce no original (é exato que sem entender uma página e duas, na melhor das hipóteses) e bancam de infantis e primitivos, vestem camisas de seda do Charvet e divinizam a poesia em mulambos – se deixarmos que a nossa geração se infeccione com esse primitivismo artificial, sarcástico, cabotino, teremos dado o mais triste exemplo do nosso colonialismo.

A reação proposta pelo crítico é a ida ao clássico. O chamado à ordem que tanto se propalava. Reafirma-se o romantismo e o classicismo como marcos para o entendimento das produções intelectuais, havendo entre os dois termos uma dinâmica criativa de oposição:

O romantismo é a descida ao inconsciente: o clássico é a reascensão ao consciente. Ser clássico é clarificar o espírito, é submeter a criação à crítica, é absorver o romantismo ambiente, o romantismo profundo do nosso subconsciente, o romantismo das forças de dissolução, de anarquia, de hesitação, de paixão e de exuberância, que andam esparsas no mundo exterior, e no nosso mundo íntimo, para coordená-las, depurá-las e chegar à essência da expressão

As concepções que pretenderiam fazer do inconsciente e do instinto as bases para a criação artística não poderiam perdurar:

Não há fundo no subconsciente. Construir sobre ele é cooperar na destruição. Elevar uma obra sobre a desordem fundamental das paixões mais ou menos conscientes é resignar-se servilmente ao transitório, ao desinteligente. Ambos erram. O romântico lógico, por ação destruidora. O romântico tímido, por omissão.

Exemplos de “clássicos modernos” seriam as posições de autores como T S Eliot que em seu ensaio *Tradição e talento individual* (1919) defenderia que a “poesia não é uma liberação da emoção, mas uma fuga da emoção; não é a expressão da personalidade, mas uma fuga da personalidade. Naturalmente, porém, apenas aqueles que têm personalidade e emoções sabem o que significa querer escapar dessas coisas”⁴¹⁹. Outro nome lembrado é o do escritor francês Max Jacob que seria um “espírito onde as *zwei Seele* [duas almas], de Goethe, têm lutado e crepitado num braseiro de ideias destruidoras e criadoras, bem de nossa época”. Tristão cita, então, a entrevista que Jacob concedera a Frédéric Lefevre em abril de 1924⁴²⁰:

Uma época clássica é uma época unitária, tendo um único gosto e inimiga das curiosidades, caracterizada por um tipo de desinteresse pelo “eu”. Os artistas das grandes épocas clássicas estão a serviço da humanidade e da beleza, ou parecem

⁴¹⁸ ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1925, p. 4.

⁴¹⁹ Citado em inglês no original. Tradução de Ivan Junqueira. Cf. ELIOT, T S. *Tradição e talento individual. Ensaios*. São Paulo: Art Editora, 1989, p. 47.

⁴²⁰ Cf. LEFEVRE, Frédéric. Une heure avec M. Max Jacob. Poète, romancier et humoriste, *Les nouvelles littéraires, artistiques et scientifiques*, Paris, 12 abr., pp. 1-2, 1924.

estar. Só se pode ser eterno, quer dizer, clássico, servindo às grandes leis da vida e servindo-se delas. Toda afetação é um desvio da beleza em favor do indivíduo. Os corcundas e os coxos têm também uma individualidade. A humanidade é uma. Ela é imensamente uma, mas é “uma”⁴²¹.

O “clássico”, na apreciação do crítico, é a “transcendência do eu”, a passagem do “social ao humano”. A situação brasileira reclamaria este tipo de atuação, uma vez que o caos reinaria:

Tudo é transitório. Aceitamos as correntes as mais contrárias. A riqueza, nas mãos de estrangeiros ou no fundo da terra. A unidade nacional abalada. A sorte do indivíduo abandonada. O poder, arbitrário, periclitante ou acometido de armas nas mãos. A arte, a filosofia, a literatura, imitando o passado ou comprazendo-se na diluição, no sarcasmo cínico, na morte. A terra ignorada. O futuro incerto. Tudo transitório. Tudo por fazer. Tudo vago, indeciso, amorfo⁴²².

O repúdio ao classicismo, ao academismo, não poderia implicar na recusa do *espírito* clássico de construção e afirmação “lúcida” e, principalmente, “consciente”.

A resposta de Oswald de Andrade foi feita na forma de uma carta à redação do *O Jornal* iniciando um debate que durará, pelo menos, três anos na imprensa brasileira. Com uma epígrafe de Jean Cocteau, “nada se assemelha mais a uma casa em ruínas do que uma casa em construção...”⁴²³, o autor paulista escreveu um longo artigo rebatendo as ideias do seu “amável crítico”. A resposta chegava com atraso, pois fora redigida em Paris:

Foi numa noite de julho findo, em Paris, que Paulo Prado, jantando na peniche de Poiret, da Exposição de Artes Decorativas, tirou de uma carteira um retalho de jornal e me deu. Era a sua primeira ofensiva contra a Poesia Pau Brasil. Juro-lhe que fiquei alarmado com a minha sabedoria, pois pela primeira vez tive a vantagem de ler os manifestos epiléticos de André Breton e da cervejaria expressionista que, pelo que vejo, também são meus. Minha surpresa cresceu diante da sábia manipulação que v. fez para convencer (principalmente a mim, que ignorava – não, Dadá e o Expressionismo – mas os detalhes das suas campanhas eleitorais) de que houvesse uma coincidência criminosa entre esses ilustres perturbadores da ordem mental europeia e a minha tentativa de brasilidade – tentativa que, sem dúvida, atinge na calva a furiosa erudição que vinga entre o Equador e o Trópico de Capricórnio⁴²⁴.

As “campanhas eleitorais” mencionadas seriam uma explicitação de como vários nomes começam a manter no horizonte um debate sobre o lugar de “chefia” ou “liderança” dos movimentos culturais que ninguém assume, ao mesmo tempo em que todos denunciam.

Oswald de Andrade ironiza a pecha de “copiador” afirmando que o crítico deveria ter se inspirado no que aparecia por aqui e não em lentes estrangeiras para ver o nacional:

É incontestável. Eu marotamente arranjo a minha originalidade nos “últimos” manifestos da vanguarda europeia. E admira que chegando ao Brasil [...] não tivesse a presença de espírito de aproveitar a verdadeira novidade do momento – a que v chamou de suprarrealismo – criando, por exemplo, uma variante do sucesso e essa nacionalíssima: O arrealialismo, em vez de copiar de linguinha de fora, num estafamento de simulações criadoras os cacos vencidos de Dadá e do Expressionismo, a fim de fazer propaganda da já invencível Poesia Pau Brasil. Para vir v. marechal Fontoura das letras pátrias, meter-me [...] na ilha dos plagiários.

⁴²¹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1925, p. 4.

⁴²² ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1925, p. 4.

⁴²³ Citado em francês. Cf. ANDRADE, O de. A poesia Pau Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1925, p. 4.

⁴²⁴ ANDRADE, Oswald de. A poesia Pau Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1925, p. 4.

Este apontamento contém a segunda invectiva do intelectual paulista contra o crítico carioca: não só a cópia do estrangeiro, como o atraso daquilo que se pregava como solução, ou seja, o retorno ao clássico. Oswald afirma que o que Tristão de Athayde pregava ele já estaria a fazer:

Mas v. faz o mesmo, meu sempre prezado Tristão de Athayde, v. também coincide e, imagine com quem, comigo mesmo! Leia este pedacinho do meu manifesto de há dois anos: “Contra a morbidez romântica – pelo equilíbrio geométrico e pelo acabamento técnico” e veja a sua crítica: “repudiar o romantismo em todas as suas formas”. O seguinte é do meu manifesto. “A coincidência da primeira construção brasileira no movimento de reconstrução geral. Poesia Pau Brasil”. Isto é seu: “Ir ao clássico. Penetrarmo-nos do seu espírito de disciplina criadora”. O seguinte é do meu manifesto: “Nossa época anuncia a volta ao sentido puro”. “As leis nasceram do próprio rotamento dinâmico dos fatores destrutivos: a síntese, o equilíbrio, a invenção, etc.” Como se vê, nunca estive tão perto das suas ideias de disciplina e construção do que quando, 24 meses antes da sua admirável sova, pensei pela primeira vez na Poesia Pau Brasil⁴²⁵.

Além disso, era esse tipo de fórmula que estaria “estafada neste tempo de descrédito dos Lenines”. O próprio classicismo de Jules Romains seria defendido, desde 1924, por nomes como Cassiano Ricardo e Francisco Pati. Consequentemente, o autor de “pau-brasil” não deixa de notar que “como não foi novidade para v. o expresso-dadaísmo das minhas ideias – o que aliás é falso – é velha para mim a sua ida ao clássico, esgotada até a medula pela revista ‘Le mouton blanc’⁴²⁶ [‘O carneiro branco’]”⁴²⁷.

Assim, o poeta afirma ao crítico que a “classicomania” já seria coisa do passado:

Houve mesmo uma classicomania moderna na Europa. Escute. Encontrei uma manhã Picasso, na Rua La Boétie. Isto se deu há dois ou três anos. Picasso estava irrequieto, andaluz. E interpelou-me: _ Que negócio é esse de clássico? Eu virei clássico. Todo mundo é clássico. É Cocteau que anda nos etiquetando. Vou fazer um escândalo. Vou virar cubista... Conte a Cocteau o que Picasso me dissera. Cocteau correu ao dicionário, depois ao telefone: _ É você, Picasso? Olhe, descobri que você é clássico... _ Como? Nunca! _ Você sabe o que é clássico? Veja no Petit-Larousse: “O que é ensinado nas escolas”. A sua pintura está chegando aos liceus. Clássica⁴²⁸.

Oswald de Andrade reafirma não pretender ser líder, “bússola”, e não deveria ser confundido com Ronald de Carvalho ou Jackson de Figueiredo, pois ele estaria sendo apoiado por Tarsila do Amaral, Blaise Cendrars adjetivado ironicamente como “um amoroso do Brasil”, Paulo Prado e Mário de Andrade. O que lhes teria interessado seria “a indicação agressiva e cômoda criada para tudo quanto seja nacional, Pau Brasil. O que deve ser apurado como tendência única, disciplinadora e construtiva, se quisermos ter uma literatura e uma arte e mesmo uma política e uma educação”. As vanguardas europeias apenas coincidiriam como esforço pau-brasil:

[...] os primeiros cronistas, os santeiros de Minas e da Bahia, os políticos do Império, o romantismo de sobrecasaca da República e em geral todos os violeiros. Pau Brasil

⁴²⁵ ANDRADE, Oswald de. A poesia Pau Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1925, p 4.

⁴²⁶ Revista francesa que apareceu em 1922, dirigida por Pierre Favre e inspirada em Jules Romains. O periódico se autoprotomava “órgão do classicismo moderno”.

⁴²⁷ ANDRADE, Oswald de. A poesia Pau Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1925, p 4.

⁴²⁸ Passagens entre “” citadas em francês no original. ANDRADE, Oswald de. A poesia Pau Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1925, p 4.

era o pintor Benedito Calixto antes de desaparecer na Europa. Pau Brasil é o sr Catulo quando se lembra do Ceará e o meu amigo Menotti quando canta o Brás⁴²⁹.

Num tópico intitulado “confidência”, Oswald conta o que estaria a fazer na Europa:

E prefiro declarar a v. que Nossa Senhora da Aparecida não sai de meu bolso e que na Europa como no Brasil, uma salutar vocação para o trabalho equilibra os meus dias. Faço esporte. Cortei relações com os artistas degenerados de minha terra. E v. me encontrará comendo o bife trapista de Brancusi, no atelier da Impasse Ronsin - nunca fazendo cauda nas literaturas de horizonte artificial. Não quis até hoje privar com os dissolventes mentais que v. cita, nem com Tzara nem com Breton, nem com Picabia – o único a quem fui ocasionalmente apresentado, mas que pouco me interessou. Ao contrário, tive grande prazer em conhecer em vida Satie e Radiguet – a ida ao clássico! Estimo imenso Cendrars, Leger, Romain, Larbaud, Supervielle – a saúde de Paris.

E, nesse contexto de “saúde”, ele narra a conversa com Cocteau, neoconverso ao catolicismo:

Vendo-o abatido, interroguei-o sobre o seu estado de saúde. _ Que se passa em mim? Dizem que é o desintoxicamento. Depois, nós, poetas, somos assim, cortados pelo meio a toda hora, arrancados pelos cabelos, estraçalhados. Só há dois caminhos, é ser assim ou então como quem? Como... monsieur Victor Hugo. _ É verdade que você está católico? _ Estou. Há muito tempo que sentia que andava metido num escafandro. Com ligações lá em cima (aí contou-me os detalhes da sua conversão que deve a Maritain). Mas sofro muito. Quando me aproximo da mesa da comunhão, as piores coisas me vêm à cabeça. Não se dá isso com você? _ Eu não pratico há alguns anos. _ Por que? _ Uma crise de curiosidade. _ Mas você tem fé? _ Intangível. Converti-me a 11 anos. Filosoficamente. Desde esse dia, possuo a chave do mundo. Trago-a no bolso. _ É a chave do mundo. Fora disso não há explicação. _ Reverdy é católico? _ Um santo. Comunga todos os dias. Isso lhe dá uma grande força. _ E Max Jacob? _ Max Jacob? _ Max tem a extraordinária faculdade de voltar a si, de não abandonar o altar...

Daí ele refutar completamente o epíteto de cético e de autor de uma “literatura suicida”. Ao descrever as divisões do cenário intelectual francês, ele explicita a maneira como os extremos contrários, o dadaísmo e a “Action Française”, se encontravam na necessidade de serem renegados e que caberia ao autor brasileiro a afirmação do nacionalismo “pau-brasil”:

De um lado estão Dadá e os antiescolas anarquistas. Do outro, todos os operários de construção atual, chamem-se eles Maurras ou Massis, Cendrars ou Satie. Apenas, neste grupo, a divisão para a qual pende o seu espírito é a divisão anti-poeta, burguesa e convencional, não coincide com Dadá na necessidade de se afogar o monstro sabença num dilúvio sem arca. Nesse ponto, eu não me envergonho de sofrer o mesmo nojo pelo homo sapiens do século passado que produziu o cientificismo e entre nós resultou nas mentalidades guanabarinhas. Os dadaístas querem, porém, permanecer na treva gagá em que se refugiaram ou daí tatear para um compartimento puramente freudiano. Eu proponho a linha nacionalista que vem da santidade dos cronistas à burrice dos anúncios do Fróes.

O intelectual paulista sugere ao crítico que abandonasse o “espírito de polêmica” e fosse mais sereno nas análises de “pau-brasil”. De forma alguma ele estaria a incorporar o instinto assassino daqueles “imbecis americanos”, mas apenas trabalhando a sua prosa a fim de melhorá-la. Por fim, Oswald retoma a crítica ao “primitivismo” a ele dirigida por Graça Aranha, mas que, se o epíteto lhe “matava”, ele não deixaria de reconhecer que, após a “gagueira” que

⁴²⁹ ANDRADE, Oswald de. A poesia Pau Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1925, p 4.

lhe acometera quando tivera de abandonar a maneira de escrever de *Os Condenados*, conseguira destravar a língua e fazia “redondilhas perfeitas”⁴³⁰, como esta sobre Recife:

*Desenvoltura
Atração sinuosa
Da terra pernambucana
Tudo se enlaça
E absorve em ti
Retilínea
Cana de açúcar
Dobrada
Para deixar mais alta
Olinda
Plantada
Sobre uma onda linda
Do mar pernambucano*

Se não há balbuciamiento aí, há primitivismo. Isso há. Sem escola. Sem monotonia. Primitivismo, porque se formos naturais, temos que ser de nossa época. Uma época que começa. Que ignorava o vapor há cem anos, o automóvel há trinta, o avião há vinte, o gás asfíxiante há doze, o Brasil há três. Muito seu admirador.

O artigo de Tristão de Athayde e a resposta de Oswald de Andrade revelavam que o marco zero e a adjetivação do termo “Brasil”, segundo os autores que buscavam renovar o tema nacional, iria propiciar uma série de polêmicas, debates e disputas.

No início do romance lançado em 1925, *As razões do Coração*, o acadêmico Afrânio Peixoto compunha uma cena em que o personagem Luís Macedo, junto a amigos no porto do Rio de Janeiro, comentava sobre um grupo visto por ele:

— Aqueles são “novos”... – velhos que fossem, era o mesmo... um grupo clamoroso de “novos”... agressivos porque supõem que lhes tomam o direito ao sol... Os velhos detêm editores e leitores... uma injustiça! São futuristas, cubistas, dadaístas, integralistas, harmoniosistas, associacionistas... _ Não... acionistas... da posteridade! _ ... expressionistas, arregionalistas, pão-d’açucaristas... Em falta de uma obra feita, um rótulo de escola... _ Uma escola literária, já se disse, é um homem de talento, cercado de um bando de sujeitos que não o têm... um delirante que reclama, e muitos imbecis conclamam... _ Ali quem não é imbecil é o Ricardo Sena, que se agita, para que não o esqueçam. Modesto, porque não confia no próprio talento o que espera do cabotinismo. E, com uma multidão, investe agora contra os consagrados, a Academia - grêmio que por sinal não existe, pois apenas existem quatro ou cinco homens de talento, que lhe dão fama e se chamam acaso acadêmicos -, Academia, à qual pertencerá, entretanto, como é de justiça... _ E com isto, cuidam de história, folclore, tradições... Futuristas anacrônicos! _ Felizmente para ele, e para nós, tem talento o chefe, e há de vencer. Será, pois, como passadista, lapidado pelos porviristas de amanhã... _ O divertido, disse Lisboa, - a quem os fatos miúdos, ainda os brincos literários dos grandes autores *in herba* excitavam a indução, - o divertido é que eles se dão ares de fazer coisa nova e original. Desde que o mundo é mundo foi sempre assim, velho contra novo, novo contra velho. Aristófanes *versus* Eurípedes, Focion *versus* Demóstenes... antigos e modernos no século XVII, Perrault contra Boileau, clássicos e românticos no XIX, Lemercier contra Hugo... e não acaba... parnasianos, simbolistas, dadaístas... *Ôte-toi de là que je m’y mette*... Arrivismo impaciente. _ A “mesmice” e a “outra coisa”, a moda velha e a novidade... Apenas, nas indústrias da vida, se faz a oposição e a substituição, sem o insulto. _ É arma da inteligência... melhor que a *boycotage*, o descrédito, a falência... armas do comércio! _ A evidência,

⁴³⁰ ANDRADE, Oswald de. A poesia Pau Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1925, p 4.

ou a fama, é mesa posta, que não querem abandonar os de apetite incansável, na qual os desejam substituir os jovens, cansados já de apetite... _ Como se justifica aquele belo costume canibal, de matança dos velhos!... _ A fome de glória e de... leitores faz isto, estas exigências de indelicadezas e de insulto... _ Sim, mas agora o movimento se faz com o nacionalismo... _ Bela novidade! O chefe reside em Paris, de onde nos manda suas encíclicas, impregnadas de Barrès e Bergson: os mais fogosos alunos têm nomes peregrinos... O rótulo ‘futurismo’ é tomado a Marinetti; a arte nova é Picasso, Debussy, Apollinaire, Cocteau, Cendrars... Nacionalistas, contra o regionalismo: pelos “metropolitanos” e *sky-scrapers*. Indústria indígena feita com máquinas e material estrangeiro... o Lloyd nacional. _ Assim deve ser... somos novos todos. Começamos, infantes, por imitar alguém; não imitamos a mais ninguém: será a maioria, acabamos imitando a nós mesmos, na decadência. Macedo não atendeu à lei geral, e concluiu: _ Puerilidade. Há meninos de todas as idades... *Pueri ludunt*⁴³¹.

Esta passagem pode ser considerada como uma boa expressão de como os modernistas eram vistos pelos autores acadêmicos e, provavelmente, por parte do público leitor, uma vez que Afrânio Peixoto era um dos autores, se não o autor, de romances mais vendidos à época.

Em resposta a Oswald de Andrade, Tristão de Athayde retoma muitos dos argumentos já explicitados. Intitulado o artigo como “Queimada ou fogo de artifício”, o crítico punha em foco o livro *Páio Brasil*, cuja primeira edição saiu publicada na França pela editora Sans Pareil. A disposição não seria para a polêmica, mas para que a fórmula do “nacionalismo literário” não obtivesse apenas o silêncio frente a “essas bandeirolas brasileiras escandalosas e berrantes”⁴³². A figura de Oswald é vista como um talento em vias de ser desperdiçado: “Não seria honesto deixar um talento como o dele, um dos mais originais da nova geração, um dos que mais *hão de* marcar nas nossas letras, afundar-se nesse cabotinismo da imbecilidade, julgando de boa ou má-fé, que está representando o papel providencial de Moisés de Botocudos”.

A associação do nacionalismo brasileiro ao primitivismo é o que mais é criticado nas apreciações de Tristão de Athayde. Lembrando uma comédia do novelista espanhol Perez Galdós, *Alma y Vida*, comenta-se o contraste entre os camponeses “de papelão” dos arcades e os lavradores reais, “pobres rústicos”, de modo que o jogo de espelhos entre a representação artística e o real só poderia provocar o assombro. Assim, o crítico reflete sobre como se daria o encontro de duas feições da poesia brasileira: aquela presente em volumes como o dos *Cantadores*, com poesias coletadas por Leonardo Mota entre “nativos, sertanejos de fato, sem artificios de sertanismo parisiense”, com os versos de Oswald de Andrade:

E lá diz humildemente o velho Pedro Nonato:

*Quando é tempo de júá,
Fulô de rompe-gibão,
A abeia, devido o vento,
Trabaia rente co chão,
Pinica na alma do pé
Que a dô vai pro coração.*

⁴³¹ PEIXOTO, Afrânio. As razões do coração. In: *As razões do coração. Uma mulher como as outras*, p. 29-30.

⁴³² ATHAYDE, Tristão de. Queimada ou fogo de artifício, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 out. 1925, p. 4.

E o poeta, indulgente, lhe diz: “Não é isso não, patricio. Poesia brasileira é isto”:

CAPELA NOVA
Salão Mocidade
Hotel do Chico
Uma igreja velha e cor-de-rosa
Na decoração dos bananais
Dos coqueirais.

PAISAGEM
Na atmosfera violeta
A madrugada desbota
Uma pirâmide quebra o horizonte
Torres espirram do chão ainda escuro
Pontes trazem nos pulsos rios bramindo
Entre fogos
Tudo novo se desencapotando

E a cada nova joia de brasileirismo autêntico, o pobre Nonato irá recuando com os pés barrentos sobre o tapete de Foliot (sacrifício, o silêncio nacionalista do sr Oswald de Andrade, ao ver as manchas de lama no tapete), até fugir porta afora, a quebrar o berimbau na primeira esquina, para estudar poesia no “*Pau-Brasil, Sans Pareil*”, único depositário da marca autêntica de poesia nacionalista⁴³³.

Ao se voltar para a afirmação da “autenticidade nacional”, o movimento modernista teria de lidar com aquilo que já vinha consolidando-se como característica fundamental da nacionalidade: a divisão sertão/litoral e os ímpetus regionalistas e cosmopolitas. Como definir a “poesia nacional”? Ela é “popular” ou é a dos chás, salões e revistas internacionais? Esta problemática irá acompanhar sempre estes autores preocupados em atingir a “universalidade” a partir do “nacional”. Questiona-se o primitivismo como melhor forma de expressão brasileira:

O que é falso, o que é artificial e cabotino é reduzir o Brasil ao balbuciamto. É de uma petulância incrível que um almofadinho qualquer do Triângulo, qualquer que seja o excepcional talento que revele, e pior ainda por isso mesmo, venha bancar de Colombo, para renegar tudo o que se tem feito até hoje pela absorção no Brasil, que não é muito mas já é.

Vê-se que o crítico parece não concordar com a afirmação que ele mesmo fizera meses atrás sobre um homem culto, mesmo brasileiro, poder tranquilamente ignorar a literatura nacional. Na disputa sobre quem seria o “mais brasileiro”, Tristão de Athayde considera que Oswald de Andrade, pelos versos de “pau-brasil”, não poderia estar num patamar superior a Castro Alves, Fagundes Varela e José de Alencar. Se os índios de Alencar eram de opereta, a fantasia de caipira de Oswald de Andrade, paradoxalmente, parecia fazê-lo distanciar-se de sua cultura:

Entre as almofadas do seu Cadillac, depois das trufas do Automóvel Club, entre uma partida de *mah-jog*, e a última de Epstein, entre os apitos das fábricas e os uivos das sereias, entre a aquisição de um Fernand Leger e uma discussão sobre a montagem da nova usina elétrica de 100.000 H.P., entre uma carta do Comte Etienne de Beaumont e o exame dos planos do novo *sky-scraeper* do Triângulo, o Sr Oswald de Andrade senta-se à sua secretária do Ruhlmann, acende o seu cachimbo de Old Bond-Street, toma da sua Watermann, invoca os manes de Apollinaire e do *citoyen* Vaché e põe-se a ensinar poesia brasileira aos caipiras do Cariri e do Garnier.

⁴³³ ATHAYDE, Tristão de. Queimada ou fogo de artifício, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 out. 1925, p. 4.

Não se trataria de “fechar os portos”, mas de se considerar a “realidade”:

Como já disse, acho que ainda não estamos em condições de ser universais, não nos falta apenas primitivismo, não. Isso temos de sobra, por todos os lados, por todas as formas, inclusive a mais pitoresca que é a da crença no primitivismo salvador e da possível virginação de homens atolados, “infernados” de cultura como nós⁴³⁴.

O crítico termina o artigo dizendo que, apesar de tudo, as manifestações de Oswald de Andrade deviam ser vistas com alegria, ainda que lhe caiba o papel ingrato de fazer o papel do clássico François Audriaux que se opunha ao romântico Alphonse Lamartine:

E, com tudo, o que me fica é a alegria de ver enfim viver essa *mare aux grenouilles*⁴³⁵ da nossa literatura. Que o Sr Oswald de Andrade tire o pé do lodo, em que se vai afundando, abraçado por fidelidade ao tronco do último *Pau-Brasil* (terá ele jamais visto algum em casca e folha?), e um dia me agradecerá ter-lhe feito o grande favor de bancar de Andrieux perante esse Lamartine...

As reflexões de Tristão de Athayde em sua apreciação da poesia “pau-brasil” apresentam categorias gerais que irão nortear muitas de suas análises e classificações posteriores em relação às produções ditas modernistas. Ao escrever sobre a revista organizada por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto, *Estética*, cujo primeiro número era aberto por um texto de Graça Aranha e um elogio ao acadêmico feito por Holanda⁴³⁶, o crítico retoma os juízos sobre um açodamento no interior da cultura intelectual brasileira:

Mas a *Estética* aí está no seu terceiro número, alegre, próspera, inteligente e, atrasados como sempre andamos, procurando ganhar tempo para galgar etapas. O que outros levam cinquenta anos a fazer, nós fazemos em poucos meses. Questão de impulso inicial. E ficamos depois convencidos de que fizemos o mesmo que os outros. O que acontece é que grande parte de nossa literatura, e sobretudo de nossa arte, dá a impressão de um desses oradores de praça pública, que vemos de longe, gesticulando muito, fazendo toda a mímica da oratória, mas sem que uma só palavra nos alcance⁴³⁷.

O texto de Sérgio Buarque de Holanda, “Perspectivas”, é lido como uma expressão do “suprrealismo” que o autor, conforme nota Tristão de Athayde, “expõe, engenhosamente, mas sem mencionar o nome”. Holanda se questiona acerca da defesa dos “direitos do sonho”: “Mas nós então não temos também as mesmas razões de sentirmos o esgotamento do consciente? Não somos homens como eles? Filhos do mesmo século XX? Participantes da mesma civilização?”⁴³⁸ Segundo o crítico, tal questão deveria reconhecer a diferença existente entre europeus e brasileiros, de modo que o suprrealismo seria uma reação de “desespero” para “consolar um pouco a sua impotência de esgotados” e seguir tal tendência seria incorporar um

⁴³⁴ ATHAYDE, Tristão de. Queimada ou fogo de artifício, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 out. 1925, p. 4.

⁴³⁵ Literalmente “lagoa de sapos”, trata-se de uma expressão para significar um ambiente, normalmente político, agitado e sem muitos recatos de ordem moral e ética.

⁴³⁶ Cf. ARANHA, Graça. Mocidade e estética, *Estética – Revista Trimestral*, Rio de Janeiro, Ano 1, vol 1, pp. 3-11, set. 1924; HOLANDA, Sérgio Buarque. Um homem essencial, *Estética – Revista Trimestral*, Rio de Janeiro, Ano 1, vol 1, pp. 29-36, set. 1924.

⁴³⁷ ATHAYDE, Tristão de. Salvação pelo angélico, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 out, 1925, p. 4.

⁴³⁸ HOLANDA, Apud. ATHAYDE, Tristão de. Salvação pelo angélico, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 out, 1925, p. 4.

“desespero de contágio”. Se os escritores brasileiros começassem a “dizer palavras incoerentes e sibilinas que o nosso subconsciente for ditando à nossa mão dócil, com a cumplicidade da distração compulsória”, seria algo “ridículo e profundamente hipócrita e esnobe”⁴³⁹.

A recepção das vanguardas europeias no Brasil teria de seguir a ordem das necessidades nacionais segundo seus problemas específicos que, de modo algum, seriam os mesmos pelos quais passavam os artistas europeus. O crítico destaca que onde Holanda procurava alguma “vida”, só haveria morte:

Esse supra-realismo, esse recurso ao sonho, ao subconsciente, ao ininteligível, ao incoerente, que o Sr Buarque de Holanda sustenta ser a lei da vida, ao passo que a “expressão” seria a lei da tendência à morte, esse supra-realismo foi inventado por esse grupo de ex-dadaístas para mostrar o seu desespero, a sua tendência à morte. Nenhum deles pensou em sustentar o absurdo de que aquelas bobagens incoerentes do subconsciente fossem “vida”, a vida que o Sr Buarque de Holanda quer paradoxalmente insuflar-lhes.

Cita-se a carta aberta assinada por Louis Aragon, Antonin Artaud, André Breton, Max Ernst, Paul Éluard, dentre outros, em protesto às declarações do poeta e embaixador Paul Claudel. Este último, numa entrevista, dizia que os tempos haviam mudado, que na sua época de simbolista faziam-se pesquisas e descobertas *musicais*, ao passo que os jovens daquele presente teriam apenas a preocupação *visual*. Segundo Claudel, “não se preocupa mais em se interrogar as ideias, os homens e as coisas, para saber o que eles significam”, mas de apenas “os projetar em um campo de luz, numa sucessão a mais acelerada. É o triunfo do cinema”⁴⁴⁰. Sobre os surrealistas e os dadaístas, o poeta diz que ambos teriam apenas um sentido: o pederástico⁴⁴¹. Tal afirmação gerara a carta aberta contra “Paul Claudel”, em julho de 1925, cujo seguinte trecho é citado por Tristão de Athayde:

Nós desejamos com todas as nossas forças que as revoluções, as guerras e as insurreições coloniais venham aniquilar esta civilização cuja canalha você defende até o Oriente, e nós clamamos a tal destruição como o estado de coisas o menos inaceitável ao espírito. Não poderia aí haver nem para nós nem equilíbrio nem grande arte⁴⁴². [...] Nós aproveitamos esta situação para nos *dessolidarizarmos* publicamente de tudo o que é francês, em palavras e em ação [...] Não há salvação pra nós em parte alguma⁴⁴³.

O crítico considera que tal situação seria compreensível na Europa, mas que não encontraria muita razão de ser no Brasil:

É horrível esse grito sincero de desespero. Quem não consegue em parte compreendê-los? Foram homens que passaram pelo momento mais terrível da

⁴³⁹ ATHAYDE, Tristão de. Salvação pelo angélico, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 out, 1925, p. 4.

⁴⁴⁰ Cf. Belles Lettres, Sur la poésie moderne, Une interview de Paul Claudel à Florence, *Comoedia*, Paris, 24 jun. 1925, p. 3.

⁴⁴¹ Cf. Belles Lettres, Sur la poésie moderne, Une interview de Paul Claudel à Florence, *Comoedia*, p. 3.

⁴⁴² Tal passagem se refere às considerações de Claudel segundo as quais “para reencontrar o equilíbrio perdido e o sentido da grande arte sã e fecunda, só há uma salvação: o retorno ao catolicismo fundamental apoiado no classicismo greco-romano”. Cf. Belles Lettres, Sur la poésie moderne, *Comoedia*, p. 3.

⁴⁴³ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Salvação pelo angélico, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 out, 1925, p. 4.

história moderna. Viveram o martírio da guerra. Veem a sua gente dizimada, amargurada, enterrada no mais bestial amor do ganho e do luxo ou incapaz de uma palavra de amor e de esperança. Ah, esse é um sofrimento que justifica todos os suprealismos deste mundo. Mas nós, nós aqui... O que há de grotesco em nosso caso é isso. Por um século, nos habituamos a imitar, a repetir, a refletir docilmente movimentos alheios. A ordem de pensar sempre nos veio do Velho Mundo. Sempre fomos um Novo Mundo Velho. Sem capacidade de criar até hoje qualquer coisa de irradiante. A não ser secundário ou excepcional. Tudo aliás compreensível, até certo ponto⁴⁴⁴.

O que deveria ser o Brasil? A questão ficaria em suspenso ou, mais do que isso, seria respondida apenas de maneira lacunar e insuficiente, restando uma perspectiva angustiante:

O que “devemos” ser. Ah! como é duro, no meio desse horror do desespero ou dessa delícia ilusória da liberdade, falar em “dever”. Há cem anos que a liberdade vem enchendo seu tufão. [...] E o que ainda nos retém? Para aqueles que tem Deus, Deus. Para nós que ainda não o temos, o esforço periclitante de imperativos pré-kantistas, duros mas necessários, de uma projeção do espírito que forma a estrutura dos limites capitais. A noção dos deveres próximos, da obra apenas iniciada, da revisão de todos os valores.

O crítico reitera a defesa “da lucidez, de disciplina, de predomínio da claridade sobre o obscuro”. Uma vez que o divino não era alcançável, pelo menos não para os que estavam a “olhar em torno do vazio que o mundo contém para nós”, a “salvação” residiria no “angélico”.

Ao contrário da revista *Estética*, o periódico mineiro *A Revista* lançado em julho de 1925 e dirigido por Martins de Almeida e Carlos Drummond de Andrade, traria no editorial de seu segundo número, “Para os espíritos criadores”, escrito por Martins Almeida, a afirmação do “moderno criador e não sarcástico, suicida ou mimetista”⁴⁴⁵, na apreciação do crítico. Este destaca a seguinte passagem de Almeida: “Pressentimos o perigo enorme do cosmopolitismo. É a ameaça de dissolução do nosso espírito nas reações da transplantação exótica. Não podemos oferecer nenhuma permeabilidade aos produtos e detritos (isto sim) das civilizações estrangeiras”. Tristão de Athayde reconhece um princípio de “saúde” em tal perspectiva, especialmente na percepção segundo a qual o editorial dizia haver “no nosso tempo uma volta à realidade... Cabe a nós uma obra de dura disciplina e de serenidade construtiva. Precisamos não só de atos de inteligências, mas, sobretudo, de atos de fé”. O nacionalismo realista de *Revista* é visto como um ponto de equilíbrio no interior dos modernismos: “Em Minas, o espírito de cultura equilibrará os extremos e poderá trabalhar com menos tensão, com menos combatividade, que traz o exagero ou o sarcasmo. E quase sempre a amargura que deprime”.

Já em janeiro de 1925, Carlos Drummond de Andrade teve o artigo “Nacionalismo literário” publicado em *O Jornal*. Nesta ocasião, além da afirmação de que a “literatura brasileira voltou ao nacionalismo”, destaca-se o “gesto heroico” de Graça Aranha, a “moléstia de Nabuco” diagnosticada por Mário de Andrade, assim como elogia-se o “caso” Oswald de

⁴⁴⁴ ATHAYDE, Tristão de. Salvação pelo angélico, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 out, 1925, p. 4.

⁴⁴⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Saúde, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 set. 1925, p. 4.

Andrade que, porém, não poderia ser aceito “na sua totalidade” e explicita-se certo incômodo com o termo “modernismo” que teria “um cheiro de futurismo disfarçado”⁴⁴⁶. A figura de Oswald de Andrade é a que mais lhe causa admiração, vendo a obra *Memórias Sentimentais de João Miramar* como “único livro de prosa verdadeiramente moderno, até hoje aparecido no Brasil”. A obra revelaria o verdadeiro brasileiro daquela época:

[...] este livro nos oferece o melhor retrato do brasileiro atual, filho da classe burguesa, ingenuamente devasso, ambicioso sem teimosia, preguiçoso, indeciso – bom. Convenhamos que é um retrato melancólico. Entretanto, não é um tipo definitivo, resultante de seculares refinamentos e cristalizações, e sim o primeiro produto apreciável da civilização em nossa terra. Por isso mesmo, João Miramar não tem armas contra o destino. Sua filosofia é feita de *laissez aller*. Sem apriorismos. Seduz principalmente pela clara ingenuidade de suas impressões, pela falta de malícia e pela absoluta virgindade moral e intelectual.

Oswald Andrade é visto pelo jovem poeta mineiro como um dos “felizes dominadores do nosso tempo”, cuja questão maior começaria a revelar um caráter, se não autoritário, ao menos, decididamente categórico: “Ser ou não ser brasileiro: viver ou não, com plenitude e consciência, neste cenário particularíssimo, o nosso formidável momento: eis o dilema. Aos que não quiserem resolver pela afirmativa, aconselho uma coisa: naturalizem-se turcos”.

Carlos Drummond de Andrade partia de um pressuposto segundo o qual a orientação dos escritores deveria assumir uma maior atuação no meio social em geral, não se restringindo aos domínios estéticos e literários. Ou melhor, estes domínios só fariam sentido real se trouxessem em seu âmbito o empenho em se articular com o conjunto maior da sociedade: “Não nos esqueçamos de que os escritores são ainda os maiores homens de ação, e que as realidades sociais só se desenvolvem na atmosfera intelectual que eles preparam ou de alguma sorte ajudam a fixar”. O editorial de Carlos Drummond de Andrade em *A Revista*, sintomaticamente intitulado “Para os céticos”, com o país sob o estado de sítio de Artur Bernardes, defendia que:

[...] na ordem interna, é forçoso lançar ainda uma afirmação. Nascidos na República, assistimos ao espetáculo quotidiano e pungente das desordens intestinas, ao longo das quais se desenha, nítida e perturbadora, em nosso horizonte social, uma tremenda crise de autoridade (...). No Brasil, ninguém quer obedecer⁴⁴⁷.

O editorial afirmava, ainda, que o “programa” da revista “resume-se em uma palavra: Ação. Ação quer dizer vibração, luta, esforço construtor, vida”⁴⁴⁸. Em uma entrevista, Drummond considerava: “Nenhum desejo absurdo de liberdade, como já fez sentir Tristão de Athayde, mas o domínio do nosso instinto tropical, pelo cultivo amoroso da nossa inteligência universal”⁴⁴⁹.

Tristão de Athayde associa aos princípios da *A Revista* as orientações segundo a

⁴⁴⁶ ANDRADE, Carlos Drummond de. Nacionalismo literário. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1925, p. 4.

⁴⁴⁷ Para os céticos, *A Revista*, Belo Horizonte, ano 1, nº 1, jul. 1925, p. 12. A atribuição da autoria deste editorial está afirmada em: TELLES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro*, p. 336.

⁴⁴⁸ Para os céticos, *A Revista*, Belo Horizonte, ano 1, nº 1, jul. 1925, p. 11.

⁴⁴⁹ Cf. BARROS, Jayme de. O que pensam e sentem os homens moços do Brasil, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1926, p. 1-2.

“hierarquia”⁴⁵⁰, sem que esta, porém, implique na quebra da “harmonia”, uma vez que o “problema brasileiro” por excelência, tanto no “terreno social” quanto no “terreno literário”, residiria na incapacidade de se “incorporar a multiplicidade” do país, devendo-se evitar:

[...] ou que a multiplicidade não consiga incorporar-se e portanto se formem núcleos de cristalização artificial, por falta de capacidade assimiladora do foco, além de uma atrofia geral. Ou, ao contrário, que a multiplicidade elimine o foco unificador e a desagregação mutile a obra de coordenação necessária. A primeira hipótese se dará em virtude do espírito de intolerância e preconceito; a segunda, em consequência do espírito de indolência e ceticismo.

A partir de tais reflexões, o crítico considera que a “saúde mental” deveria adquirir o papel de norteador do modernismo brasileiro:

Um fenômeno que se tem dado em nossa literatura, como em geral nas literaturas modernas, é esse da disjunção do elemento moral e do elemento intelectual, justamente pela ação desses preceitos de exclusão. Por um lado, a literatura nova, inteligente, livre, que tem realmente qualquer coisa de penetrante e de original, timbra em ser imoral ou pelo menos amoral. Por outro lado, o pouco que de moral se publica é ilisível, acanhado, acadêmico, pueril, de uma ineficácia e de uma bobagem psicológica da gente se torcer. O preconceito é que virtude e inteligência se repelem. Uma das consequências da introdução do princípio de saúde em nossas letras modernas será justamente atenuar esse preconceito e essa disjunção. É preciso que as novas gerações se orgulhem de ficar aquém do bem e do mal. É preciso dessensualizar uma arte que se tem deixado contaminar. É uma ilusão julgar que os sentidos se enriqueçam pela soberania incondicional que lhes dermos. Guiados pela inteligência, polidos pela inteligência, é que eles podem realmente deixar penetrar até o mundo interior do artista toda a verdade e toda a magia da natureza.

Neste sentido, qualquer “indianismo”, se tomado a sério, resultaria num falseamento da realidade brasileira, uma vez que:

O índio vai logo aos males da civilização, à cachaça, ao tabaco, ou vegeta no marasma da troca e na servidão ao branco. O índio é livre, ou parece sê-lo em plena selvageria! No mato. E como nós não podemos escapar da civilização, a consequência é uma só e inelutável: se a liberdade pela liberdade é uma volta ao índio, e se o índio degenera ou marasma em contato com a civilização, o progresso só pode derivar de uma repulsa ao índio e, portanto, à liberdade pela liberdade.

Ao fazer do tema da liberdade um aspecto fundamental de sua reflexão acerca da produção modernista, a crítica de Tristão de Athayde aproxima-se das ideias e metáforas políticas. Ao tratar da obra de Guilherme de Almeida, o crítico considera o poeta como um “girondino do modernismo”⁴⁵¹. Assim, a partir da imagem dos grupos que se opuseram na Revolução Francesa, fala-se em jacobinos, especialmente Oswald de Andrade, e girondinos, notadamente Ronald de Carvalho, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e Guilherme de Almeida. Mário de Andrade seria girondino em suas reflexões teóricas e jacobino em alguns escritos poéticos. O jacobinismo de Oswald de Andrade e dos que o acompanhavam se revelaria na “sua concepção radical e suicida da poesia, são os verdadeiros Jacobinos, os iniciais, pelo menos, dessa revolução incruenta que pretendem fazer [...]”. Esta direita e esquerda do

⁴⁵⁰ ATHAYDE, Tristão de. Saúde II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 set. 1925, p. 4.

⁴⁵¹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Um girondino do modernismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1925, p. 4.

modernismo, porém, não tiveram reiteradas apreciações nos escritos posteriores do crítico. E nisso podemos suspeitar de uma dupla impropriedade. A primeira por empresar do vocabulário político termos que pouco diriam sobre o tipo de arte que caracterizaria cada um dos grupos, numa época em que a Revolução Russa havia atualizado tanto o jacobinismo revolucionário quanto a arte que lhe seria pertinente com os *Proletkult*⁴⁵², ambos analisados pelo crítico. A segunda restrição é que o “jacobinismo” do modernismo teria de ser extremamente depurado de suas conotações políticas, uma vez que o movimento paulista encontrava-se umbilicalmente associado às oligarquias mais tradicionais daquele estado. As próprias manifestações de Oswald de Andrade sempre dizendo estar pelos cafês, chás e ateliers de São Paulo ou de Paris, lembrando as companhias de D. Olívia Guedes Penteado, Paulo Prado e fazendo elogios públicos à figura de Washington Luís, reivindicando que “pau-brasil” era algo “da moda” revelam o quanto de repórter do *Jornal do Comércio de São Paulo* e de discursador em mesas de barões, como no caso do “Manifesto do Trianon”⁴⁵³, mantinha-se em sua identidade.

O modernismo, de uma maneira larga, foi também um avatar do desenvolvimento material e político de São Paulo no interior da federação brasileira o que, inclusive, pode ter definido em grande medida a sua própria feitura estética⁴⁵⁴. Seus eventos fechados eram assunto das crônicas sociais as mais distintas e endinheiradas. Fazendo-se repórter de coluna social, Assis Chateaubriand assim narra um destes vernissages modernistas:

A Sra. Olívia Penteado, demonstrando o seu interesse pela arte moderna, encomenda ao forte pintor russo, Lázaro Segall, a decoração de um pavilhão, consagrado ao culto da modernidade, no jardim do seu palacete em São Paulo. As ruas retas da nova Babilônia paulista traduzem a inteligência, o espírito sadio, higiênico das novas gerações que ali se estão formando⁴⁵⁵.

A festa, além da “grande dama de espírito”, reunia “pouco mais de uma dezena de artistas”, dentre os quais Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Godofredo Telles e Tarsila do Amaral. Chateaubriand conta ter ganhado, numa festa do Automóvel Clube, uma peça de Lasar Segall⁴⁵⁶ que seria o que “de mais religioso respeito [...] ainda se fez no Brasil pela civilização do ‘fox-trot’, pelo gosto da época em que vivemos”⁴⁵⁷.

Dessa forma, qualquer análise que reivindique a associação de determinada tendência do modernismo paulista daquela época com alguma orientação política à esquerda ou à direita

⁴⁵² Ver tópico neste trabalho, Política e Letras I.

⁴⁵³ Ver tópico neste trabalho. Clássicos, românticos: modernos.

⁴⁵⁴ “Dito de outro modo, as obras dos modernistas brasileiros nos parecem hoje um tanto acanhadas, bastante aquém das realizações intrigantes dos grandes metes do cubismo, por exemplo, por não terem [...] logrado ultrapassar a barreira renitente dos padrões de gosto e sobretudo da irrisória taxa de risco estético a que estavam dispostos os clientes domésticos”. MICELI, Sérgio. *Nacional estrangeiro*, p. 91-92.

⁴⁵⁵ CHATEAUBRIAND, Assis. Na cidade de Pereira Inácio e de Francisco Matarazzo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1925, p. 1.

⁴⁵⁶ Sobre trajetória de Segall e sua relação com os “mecenas” da arte moderna de São Paulo, ver: PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. *Lasar Segall: arte em sociedade*. São Paulo: Cosac Naify; Museu Lasar Segall, 2008.

⁴⁵⁷ CHATEAUBRIAND, Assis. Na cidade de Pereira Inácio e de Francisco Matarazzo. *O Jornal*, p. 2.

precisa fazer grande esforço de abstração sociológica e política. Assim, falar em conservadores e progressistas, neste momento e acerca deste grupo, só é algo aceitável historicamente se tais conceitos vierem rigorosamente vinculados a definições claras sobre princípios estéticos específicos. Como afirmara certa vez Florestan Fernandes, talvez de uma maneira muito incisiva, “nem a ‘esquerda’ nem a ‘ultraesquerda’ do modernismo chegaram à negação da ordem”⁴⁵⁸. Não por acaso, em 1933, Oswald de Andrade, que encontrara a sua decisão extrema no comunismo, faz as seguintes afirmativas:

O movimento modernista, culminado no sarampão antropofágico, parecia indicar um fenômeno avançado. São Paulo possuía um poderoso parque industrial. Quem sabe se a alta do café não ia colocar a literatura nova-rica da semicolônia ao lado dos custosos surrealismos imperialistas? A valorização do café foi uma operação imperialista. A poesia Pau-Brasil também. Isso tinha que ruir com os cometas da crise. Como ruiu quase toda a literatura brasileira “de vanguarda”, provinciana e suspeita, quando não extremamente esgotada e reacionária. Ficou da minha este livro. Um documento. Um gráfico. O brasileiro à-toa na maré alta da última etapa do capitalismo. Fanchono. Oportunista e revoltoso. Conservador e sexual. Casado na polícia. Passando de peque-no-burguês e funcionário climático a dançarino e turista⁴⁵⁹.

Em sua conferência sobre o movimento modernista feita em 1942, Mário de Andrade faz uma série de reflexões críticas especialmente sobre a postura que ele e seus companheiros à época:

Deveríamos ter inundado a caducidade utilitária do nosso discurso, de maior angústia do tempo, de maior revolta contra a vida como está. Em vez: fomos quebrar vidros de janelas, discutir modas de passeio, ou cutucar os valores eternos, ou saciar nossa curiosidade na cultura. [...] Não me imagino político de ação. Mas nós estamos vivendo uma idade política do homem, e a isso eu tinha que servir⁴⁶⁰.

Assim, as divisões que começam a pipocar no interior dos círculos dos modernistas brasileiros não devem ter suas causas buscadas em motivações associadas a engajamentos políticos, mas à política literária. O poeta Ribeiro Couto, em carta a Mário de Andrade, alude ao fato de este último fazer “política literária”, no sentido de, às vezes, ser “insincero” e, mesmo, “hipócrita”. As duras palavras se dirigiam especificamente ao fato de Andrade não ter se pronunciado publicamente acerca da atuação de Graça Aranha junto aos modernistas. Segundo afirma Couto, conforme conseguimos transcrever de uma carta em péssimo estado:

V. [...] evitou a luta com o Graça. Fez o papel de sujeito que não dá queixa à polícia para não brigar com o ladrão. No entanto, o furto foi clamoroso. O Graça, com ares de Pedro Álvares Cabral, anunciou [...] movimento moderno, da ideia moderna. [...] V. consente que ele considere V. e outros uns simples discípulos da ‘Estética da Vida’ [...] e ainda se zanga com o Oswald, porque o Oswald, sincero, viu o cabotinismo do Graça, tanto mais à custa do sacrifício de passar por satélite dele. Assim, provo: eu disse que V. não é sincero em certas atitudes. Exemplo: na sua atitude para com o Graça em S Paulo, depois e agora. Pode ser que V. agora tenha feito restrições ao

⁴⁵⁸ FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia curupira*. Análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 15.

⁴⁵⁹ Prefácio à obra “Serafim Ponte Grande”. Cf. ANDRADE, Oswald. *Obras completas*. Vol II. São Paulo: Vera Cruz, 1972, p. 132-133.

⁴⁶⁰ ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1978, p. 253.

Graça. Mas, pelo menos até bem pouco a sua atitude era de apoio explícito ou virtual. Quem cala consente⁴⁶¹.

Menos de dois meses após esta carta, em janeiro de 1926, vinha a público a “Carta Aberta a Graça Aranha”, em que Mário de Andrade dispensara o acadêmico do “grêmio modernista”, “como se despede um criado de mesa”⁴⁶², na apreciação de um cronista. O intelectual paulista destacava, especialmente, as incompreensões do autor de *Estética da Vida* acerca do “cubismo” e do “primitivismo”, dizendo diretamente ao acadêmico que ele havia falhado como “orientador” na “chefia que erradamente deram a você”⁴⁶³.

Assim, as divisões da “política literária” modernista iam fazendo-se a cada gesto, obra e posicionamento público de seus integrantes. O crítico, por sua vez, procurava dar conta de tal dinâmica. Daí falar-se no “brasileirismo” do poeta Guilherme de Almeida, que em seu livro *Raça* atualizava a síntese romântica das três raças formadoras, em que tudo é tripartite, inclusive a reiterada nota da tristeza: *saudade dos brancos / saudade dos verdes / banzo dos negros...*⁴⁶⁴ tendo, ainda, o símbolo da cruz como força unificadora. Elogia-se o fato de o poeta começar a retirar de sua “inserção na matéria brasileira [...] uma poesia que não seja apenas sua, mas nossa também”. A narrativa de *Raça*, porém, estaria ligada ao passado colonial:

E afinal sobre esse quadro – ainda apenas colonial, Brasil de ontem – de coisas americanas, de coisas africanas, de coisas lusitanas, nessa sarabanda imprecisa e semibárbara, nesse redemoinho de raças que se fundem, que se derretem, que se anulam para ressurgirem numa mestiçagem vaga, onde dificilmente as forças se desenham, sobre esse quadro de terra ardente, de raça em ebulição, desce afinal, como uma grande paz, a Cruz que vai dar a essa incógnita um destino e uma esperança⁴⁶⁵.

As “atualidades” apareceriam em perspectivas como a que Mário de Andrade e Alcântara Machado, nas páginas do periódico dirigido por este último e por A C Couto de Barros e lançado em janeiro de 1926, *Terra Roxa e outras terras*, faziam acerca do circo:

Quanto aos louvores ao Circo Alcebiades (correspondente paulista do nosso Spinelli), como teatro eminentemente nacional, é influência já do pau-brasil de auri-verde memória, já da moda parisiense que estes últimos anos foi lançada pela extreme-gauche literária, que lançou o circo e o café-concerto como reação contra a decadência e a vulgarização do teatro. Lembrem-se da festa que o Comte Etienne de Beaumont deu no Olympia, do êxito mundano do Nouveau Cirque ou do número especial que o *Crapouillot*⁴⁶⁶ dedicou ao Circo. Mais uma vez o primitivismo inoculado pelo sr Oswald de Andrade mostra que é apenas um reflexo da última moda de Paris⁴⁶⁷.

O livro *Raça* de Guilherme de Almeida ganhara uma apreciação crítica no novo periódico, na qual Sérgio Milliet considerava que “só se é brasileiro sendo paulista, como só se é universal

⁴⁶¹ Carta de Ribeiro Couto a Mário de Andrade, 29/11/1925, acervo CAAL.

⁴⁶² O apedrejamento do mestre, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1926, p 3.

⁴⁶³ ANDRADE, Mário DE. Carta aberta a Graça Aranha. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1926, p 5.

⁴⁶⁴ Cf. ALMEIDA, Guilherme de. *Raça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. 30.

⁴⁶⁵ ATHAYDE, Tristão de. Brasileirismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1926, p. 4.

⁴⁶⁶ *Le crapouillot: Gazette poilue* foi um periódico francês lançado em 1915 e que circulou até 1966.

⁴⁶⁷ ATHAYDE, Tristão de. Atualidades, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1926, p. 4.

sendo do seu país”. Tristão de Athayde procura explorar os significados que tais palavras poderiam agregar, ao mesmo tempo em que ironiza as suas limitações regionalistas:

O **como** não está certo, caso esteja certa a primeira parte da frase. Se todos os brasileiros, para serem brasileiros, têm ora avante de se naturalizar paulistas, o certo seria dizer que “só se é universal sendo brasileiro”, o que teria o mérito de ser positivamente original. Tão original quanto a paulistização compulsória dos paróquias aos guascas... Enfim, o que o sr Sérgio Milliet quis afirmar foi o louvor do regionalismo e pouco há que lhe objetar, pois a nossa literatura ainda na faina dos materiais para as futuras construções. O erro, como todos sabem, será tomar uma coisa pela outra, ou pelo pior, que o regionalismo urbano do modernismo paulista veio descobrir a pólvora... ou o cigarro de palha e o fumo picado⁴⁶⁸.

Avaliando que na nova revista haveria mais coisas boas do que ruins, o crítico ressalta que um dos riscos do “quinzenário de regionalismo piratiningano” seria o de cair no defeito do “elogio mútuo, a camaradagem de igreja” que, inclusive, seria algo inevitável “num movimento ainda indeciso e recluso, que precisa de se apoiar reciprocamente para vencer”. A formação de tais divisões, que a historiografia pretendeu afirmar desde muito cedo na oposição entre verde-amarelos e os apoiadores de pau-brasil da revista *Terra roxa e outras terras*, constituiu-se de maneira muito precária até finais da década de 1920. Conforme demonstra Picoli:

Comparando-se os argumentos ideológicos utilizados pelo grupo Verde Amarelo com as temáticas identificadas em *Terra Roxa e outras terras* encontramos muitas semelhanças. Ambos utilizam os mesmos argumentos da grandeza histórica, geográfica e econômica de São Paulo, muitos deles semelhantes àqueles apontados por Paulo Prado em suas obras. Ambos elegem o bandeirante como símbolo da grandeza e referem-se ao nacionalismo dos paulistas. [...] Sendo assim, a separação efetuada pelos críticos do movimento modernista entre grupos como o de *Terra roxa e outras terras*, e o *Verde Amarelo*; entre grupos de ideologias chamadas de esquerda e de direita; entre períodos mais estéticos e mais políticos; tais divisões não se revelam tão claras quanto se pretendia. A ideologia apresentada pelo grupo *Verde Amarelo* revela semelhanças evidentes com as temáticas identificadas no jornal literário *Terra roxa e outras terras*. Semelhanças que não podem ser ignoradas simplesmente porque os grupos se declaram opositores⁴⁶⁹.

Neste sentido, a obra *O Estrangeiro* projetou de maneira significativa uma figura que iria ganhar grande importância no interior da cultura intelectual brasileira: Plínio Salgado. O livro, em sua primeira edição, trazia as tonalidades nacionalistas que começavam a caracterizar o dito grupo “verde-amarelo”: uma capa branca com escritos azuis e borda amarela, abaixo, a parte central circular da bandeira do Brasil com o lema ordem e progresso e as estrelas. Mais abaixo, em azul, os dados editoriais. Na contracapa, três papagaios verdes com peito amarelo tomam toda a página. Lançada pela editora Helios, a obra é apresentada como o “terceiro volume da série Novíssima, destinada a fixar o atual momento literário modernista”⁴⁷⁰.

O livro teve uma recepção muito positiva, esgotando a primeira tiragem em menos de

⁴⁶⁸ ATHAYDE, Tristão de. Atualidades, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1926, p. 4.

⁴⁶⁹ PICCOLI, Fabíola. “*Terra roxa e outras terras*”: *modernismo e paulistanidade*. Campinas, SP: [s.n.], 1997. Dissertação de mestrado, p. 140-141.

⁴⁷⁰ SALGADO, Plínio. *O Estrangeiro*. Crônica da vida política. S Paulo: Helios, 1926.

um mês, o que fez seu autor ser objeto de uma série de homenagens e prêmios⁴⁷¹ que lançaram seu nome como um dos mais importantes escritores naquele ano de 1926. Se, de fato, muitas dessas homenagens contaram com o apoio do jornal *Correio Paulistano*, do qual Plínio Salgado participara e Menotti del Picchia era redator, em suas declarações públicas, o autor de *O Estrangeiro* assumia um tom conciliador. Assim, em um texto sobre o “Espírito acadêmico”, Plínio Salgado afirmava que a hora de destruição havia terminado:

Basta, num relance, observarem-se as modalidades Graça Aranha, Mário, Oswald, Tarsila, Millet, Luiz Aranha, Alcântara, C de Barros, Ribeiro Couto, Manuel Bandeira, Rodrigues de Abreu, Pedro Nava, Martim de Almeida, Ronald, Guilherme, Cassiano, Menotti, Augusto Meyer, Vargas Netto, Raul Bopp, Moraes Netto, Drumont (sic), Agripino, Tristão, Tasso da Silveira, Andrade Murici, Murilo Araújo, Agenor, Graciotti, Nuto, Pati, e quantos, quantos outros! para se ter uma ideia da inquietude em que amanhecemos. Divergentes, mas em comum “o anseio de renovação o de afirmação de humanidade na modalidade brasileira”⁴⁷².

Já numa nota intitulada “Sessão Verde Amarela”, Menotti del Picchia reproduzia um suposto encontro dos verde-amarelos, dentre os quais Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Raul Bopp:

Reunida com a presença de todos os seus membros [...] funcionou em sessão plena a Academia Verde e Amarela. Ordem do dia: destruição de todas as academias do universo. – Após o bolchevismo – apartou Plínio Salgado. Bopp defendeu a arte negra: _ Sou pela cultura do micróbio do banzo... [...] Cassiano, caçador de papagaios, catava ecos para estilizá-los nos seus poemas. Eu falava como uma metralhadora. Senti uma picada na perna. _ Acho que os pernilongos são a pimenta dos ares. Condimentam, com o queijo da lua, os ‘nhoque’ das nuvens amotinadas... Plínio discordou: _ Ao individualismo anárquico sobrevirá o comunismo... Ivan era o organizador alegórico das tendências industriais. Pantojo a ruína romântica da velha organização agrária... Bopp retrucou: _ O ritmo africano superpõem-se à dolência nostálgica da nênia lusa, herdada do árabe contemplativo. Somos por uma arte bárbara. Não concordei: _ Sou adverso ao espírito gregário das corporações acadêmicas. Anulam a individualidade, isto é, a originalidade, na tábula rasa do coletivismo... [...] Estava discutido o assunto: as academias deviam morrer. Lavramos o decreto: “Ficam extintas todas as academias de letras por absoluta inutilidade funcional”. Academia Verde e Amarelo [...]”⁴⁷³.

Ivan era o protagonista do romance *O Estrangeiro*, um imigrante russo cuja trajetória no estado de São Paulo, primeiramente nas áreas de plantação cafeeira e, posteriormente, nos centros urbanos e fabris, era narrada. O livro foi acolhido com entusiasmo por Tristão de Athayde, especialmente por se tratar de uma “literatura de participação” e não uma produção “exclusivista”. Tratava-se, no caso, de uma reflexão acerca do estatuto da literatura brasileira:

Existe uma literatura de exclusão, como existe uma literatura de participação. E ambas são verdadeiras. Apenas, o que numa é vida em termos de universalidade, de abstrato, em outra é vida em termos de individuação, de concreto. A verdade, como unidades sucessivas pela depuração do múltiplo. Ou a verdade como variedade latente, como multiplicidade elementar. Só as civilizações depuradas podem chegar a uma literatura de exclusão, que não seja um simples artifício de idealismo. Para

⁴⁷¹ Em dezembro de 1926, foi entregue a Plínio Salgado o bronze “Juvêncio e os papagaios” em uma cerimônia no salão nobre do jornal *Correio da Manhã*. Juvêncio é o nome de um dos personagens principais do romance “O Estrangeiro”. Cf. CRÔNICA SOCIAL. Plínio Salgado, *Correio da Manhã*, São Paulo, 18 dez. 1926, p. 4.

⁴⁷² SALGADO, Plínio. O Espírito acadêmico, *Correio Paulistano*, São Paulo, 21 ago. 1926, p. 3.

⁴⁷³ HELIOS. Crônica Social. Sessão Verde Amarela, *Correio Paulistano*, São Paulo, 23 set. 1926, p. 6.

nós, por exemplo, é a literatura de participação a que realmente [...] corresponde ao que somos por natureza. O que não quer dizer que sejamos somente isso. Uma coisa é ser; ser em relação a um observador que nos visse de fora, de cima. Outra coisa é o que somos, isto é, o que pensamos ser, o que sentimos ser. E como a obra de arte é uma criação do mundo do espírito, pode acontecer que aquilo que parecia artificial, inoportunidade, desvio, ao observador estranho – seja de fato naturalidade, oportunidade, normalidade para o mundo das abstrações mentais em que se passa [...]”⁴⁷⁴.

Dessa forma, verificava-se que a literatura brasileira carecia de ser mais participativa, empenhada e, até mesmo, engajada na “realidade” do país. Neste sentido, algumas polarizações dos autores modernos revelariam as suas limitações, se tomadas como orientações absolutas, pois, “tanto erra o nacionalismo forçado, que só considera arte brasileira ao bárbaro ou ao primitivo, como o racionalismo estético, que pretender guiar a nossa caravana literária, por princípios definitivos, por mais exatos que sejam, em abstrato”.

Tal caráter de “participação” teria sido uma constante na história literária do país, desde os “brasileirismos” românticos até os “naturalismos” republicanos, ambos considerados como processos sucessivos de imitação que, não obstante, produziriam “uma reação renovadora do fio tradicional”. O mesmo valeria para as vanguardas modernistas. Tal elemento de participação teria uma relação fundamental com a situação política e econômica do país:

Seria simples demais, dizer que o Império assentava sobre a agricultura. E que a República passou a assentar sobre a indústria. O traço geral é exato, assim mesmo. E a indústria quer dizer urbanismo, com toda a sua miséria e a sua tragédia, logo, com sua literatura, que nasce sempre onde há movimento, riqueza, portanto miséria e dor.

Inclui-se, então, na análise literária não apenas a reflexão acerca das influências estéticas, culturais e teóricas que marcariam as produções artísticas, mas, também, a perspectiva econômica e social que caracterizaria a nova “realidade” que passa reivindicar abordagens no interior da cultura intelectual brasileira. Assim, o presente é visto sob o signo da crise:

A plutocracia democratizante de hoje está condenada, - à direita pelo espiritualismo religioso ou pelo realismo político, cada vez mais vivos e à esquerda, pelo materialismo comunista cada vez mais poderoso e violento. Entre essas três grandes forças em ação, as maiores talvez do mundo contemporâneo em matéria social, está o **capitalismo**, em sua dupla acepção, condenado a retrair-se consideravelmente, pela submissão do indivíduo a forças coletivas ou sobrenaturais que ele tem de reconhecer como superiores à sua audácia criminosa de cego egotismo.

O crítico inspirado no escritor católico inglês G K Chesterton expõe uma visão de mundo segundo a qual o capitalismo tende ao total colapso, não seguindo daí o surgimento de um sistema socialista ou comunista, mas, pelo contrário, a emergência de um mundo desagregado e fragmentado em pequenos poderes locais. A crise do capitalismo era a crise do urbanismo:

A desvalorização dos capitais trará consigo o desmembramento das capitais. E o mundo de amanhã conhecerá talvez dias melhores – depois de que tragédias é de imaginar – em que as misérias da ostentação das nossas capitais de hoje não deem

⁴⁷⁴ ATHAYDE, Tristão de. Ebulição, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1926, 4.

mais lugar a essa imensa ostentação de misérias que torna hoje em dia mais do que nunca amarga toda alegria possível de viver⁴⁷⁵.

Assim, o futuro, se guardaria alguma redenção terrena, esta seria conhecida apenas após tragédias que estariam já no horizonte presente. Sobre o mesmo tema, Tristão de Athayde reproduzia a mesma perspectiva que projetava, mantendo a incerteza das previsões históricas, o colapso de um sistema que cresceria ininterruptamente, sem limites e de forma irreflexiva:

[...] até ruir em catástrofes memoráveis ou voltar ao barbarismo inicial, à fome, à troca, às luas do medievalismo primitivo, após a queda do Império Romano. Chegue ou não a hipertrofia do capitalismo a essas catástrofes, improváveis mas não impossíveis, o certo é que ele já hoje representa uma negação daquilo de que partiu, isto é, o respeito à liberdade individual.

O que importaria, na análise de *O Estrangeiro*, era, àquela altura, o desenvolvimento urbano e capitalista, especialmente em São Paulo: “o que temos ainda hoje é o movimento de capitalismo ascendente. Essa é a face da nossa civilização atual. E, portanto, é ela que a literatura deve traduzir, a literatura de participação já se vê”⁴⁷⁶.

Dessa forma, o crítico exalta o tratamento do “movimento de capitalismo ascendente” existente na obra o que, inclusive, o faz considerá-la como um “romance social”. Sobre a filiação nas tendências modernistas, ele avalia tratar-se de um “romance de imigração”:

Ligado à corrente que o sr Graça Aranha iniciou com “Canaã”, em 1902 (e a que o sr Afonso Celso já tinha dedicado a sua romântica “Giovanina”, hoje ilisível) e que há tempos fora engrossada pelo enfático “País de Ouro e de Esmeraldas” do sr J A Nogueira. É um romance da raça em formação, da nacionalidade em fusão, o romance do “melting pot” paulista. Cheio de raiz na terra. E de galhos no ambiente bem vivo, bem nosso de hoje. Um livro enfim que traz a primeira qualidade de uma obra literária durável – a necessidade.

Plínio Salgado dizia que o livro era um desabafo, o que era bem visto pelo crítico, pois isso retiraria do romance qualquer aspecto de “coisa feita, preparada para agradar, ou para provocar certa originalidade expressiva, ou para permitir ambições e vaidades pessoais”, caracterizando-se pela “impressão de voz alta que ele deixa. De ar livre. De vida vivida. De coisa em marcha”.

O Estrangeiro traria exposições que gerariam uma má impressão. Conforme destaca o crítico, a obra começaria por:

[...] explicar o que é que cada uma de suas personagens representa. Este o “ciclo ascendente dos colonos”, aquele “o ciclo descendente das raças antigas”. Aqui, “a marcha do caboclo para o sertão o novo bandeirismo (Zé Candinha)”, ali o espírito de italianidade (a “Dante Alighieri”), “ou, a reação das tradições e sentimentos inerentes ao tipo provisório anteriormente esboçado (Juvêncio)”. Enfim, tem-se a impressão de que o autor vai entrar por uma dessas máquinas de alegorizações, tão caras aos últimos abencerragens do nosso positivismo religioso a que nos tem valido movimentos monumentais como todos sabem...

Mas Plínio Salgado não se prenderia a tais esquematizações, priorizando uma abordagem de conjunto em sua narrativa:

⁴⁷⁵ ATHAYDE, Tristão de . O Distributismo. *Estudos 2ª Série*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 262.

⁴⁷⁶ ATHAYDE, Tristão de. Ebulição, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1926, 4.

[...] o que mais vive no livro não é cada personagem de per-si, mas todos juntos. É o S Paulo de hoje. Essa coisa formidável que vai para a frente. Duramente. Implacavelmente. Cheio de vícios, de males, de misérias caladas, de arrogâncias intoleráveis, de arrivismos, de patifarias e escândalos⁴⁷⁷.

O crítico louva a opção por fazer de um russo, mais que o protagonista do romance, “a figura culminante do livro”, o “coro da tragédia”, pois nele se revelaria a “consciência periclitante, angustiada, indecisa do Brasil que surge entre as ruínas da velha e nobre estrutura imperial e o esboço dos novos caldeamentos de sangue e ideias que a República suscitou”. Frente aos conflitos sociais e políticos cotidianos, o personagem teria função significativa:

E andou bem em fazer de Ivan um russo. Um russo anarquista, expatriado do tzarismo, que aqui funda uma indústria nova, com ideias novos de participação nos lucros aos operários, a organização do egoísmo inevitável, mas cujo messianismo, cuja imaginação que nunca se pausa, é incapaz das grandes realizações, e cujo cosmopolitismo não o deixa criar raízes, na vida.

Ao contrário do que mais tarde ficará claro tanto nas exposições do grupo “verdumarelo”, quanto na historiografia que o abordara⁴⁷⁸, Tristão de Athayde vê na figura do “estrangeiro” o retrato da própria condição intelectual brasileira:

A mentalidade brasileira tem realmente qualquer coisa de mentalidade russa. E a agitação no vácuo de Ivan, a sua impossibilidade em concluir, a sua imaginação delirante, a sua eterna dissolução interior, o seu fogo contraditório não são apenas o “delírio insatisfeito de um ‘estrangeiro’”, insassimilado, e sim o fundo fofo de nossa alma, tanto capaz de grandes feitos como de todas as abdições⁴⁷⁹.

O valor da obra estaria na reflexão que despertaria sobre a “nossa vida moderna”, os choques provocados “entre o espírito de coisas novas e de coisas velhas que aqui se entrelaçam”. O crítico, porém, estava longe de avaliar *O Estrangeiro* como romance isento de imperfeições e falhas. Pelo contrário, chega a considerar que o livro “deverá ser refundido em certos pontos, para aliviar o que ainda tem de excessivo ou de artificial” e que conteria influências “do pior da poesia do sr Menotti del Picchia. Literatura ruim, literatrice de adornozinhos e arabescos. É muitas vezes inchado, gongórico”. Os elogios, porém, sobressaíam:

Mas é um livro novo e naturalmente original. Que fixa o fenômeno mais importante de nossa formação atual, como raça. E que faz viver, em páginas por vezes

⁴⁷⁷ ATHAYDE, Tristão de. Ebulição, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1926, 4.

⁴⁷⁸ A historiografia acerca do grupo “Verde amarelo”, formado por Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Candido Mota Filho, Plínio Salgado e Raul Bopp, este último nem sempre lembrado devido a sua posterior participação em “Antropofagia”, reitera o caráter nacionalista radical que tais intelectuais esposavam, o que implicaria numa identidade marcadamente xenófoba e, inclusive, simbolizada por figuras como a do Curupira que, além de emprestado à “tradição indígena” do país, seria caracterizado como um ser “sem fendas, hirtó e defensivo, invulnerável à penetração estrangeira, sisudo e compenetrado, vacinado contra a sedução transoceânica e avesso às ‘ideologias exóticas’”. Haveria, assim, uma continuidade óbvia entre os impulsos “verdumarelos” dos anos de 1924-1929 e a formação do integralismo e seu partido em 1932. Se, de fato, tais continuidades são explícitas, não se pode perder de vista o caráter ambíguo das perspectivas “verdumarelistas” que compartilhava, pelo menos, de uma simbologia (o recurso ao índio, ao bárbaro, ao “pré-europeu”) que não era estranha aos outros “grupos modernistas”. Especialmente o pau-brasil. Não por acaso, por mais de uma vez, os “verdumarelos” foram acusados de copiar as produções pau-brasil, conforme veremos a seguir. Cf. VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia curupira*, p. 18; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução*. O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

⁴⁷⁹ ATHAYDE, Tristão de. Ebulição, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1926, 4.

admiráveis de caráter e de cor, toda uma multidão bem moderna de obsessos, de alucinados, de angustiosos ou de delirantes, de consciências martirizadas de agitação ou bichadas de cinismo, a quem dá vontade de clamar, não as palavras de vingança e de ameaça – mas as palavras eternas de Jesus, palavras de vida de consolo: Fuge, Tace, Quiesce⁴⁸⁰.

Com tal invocação ao quietismo cristão, Tristão de Athayde começava a lançar mão da visão de mundo católica como um aspecto que deveria integrar o debate sobre a realidade nacional.

Uma característica ressaltada pelo crítico era a de o romance *O Estrangeiro* poder desagradar “alguns por moderno demais. A outros por pouco moderno”. E o que se seguiu ao sucesso da obra foi a projeção de Plínio Salgado não só como escritor de valor, mas como teórico do modernismo. Uma nova liderança, por assim dizer. Em setembro de 1926, Salgado refletia sobre a importância da imagem como forma essencial de cativar o leitor moderno que seria “rápido” e “dinâmico”, sendo a imagem “uma necessidade da expressão nova”:

Conceitos tornam-se imagens. Imagem síntese e conceito imagem faz a prova fragmentar-se e deixar de ser maçante. Grupos de imagens e conceitos. Nisso reside o segredo da prosa moderna. Substantivos e verbos são os elementares. Cria-se verbos, adjetivos, neologismos, idiotismos, gíria, regionalismos, e até barbarismos. Criamos uma língua nova nacionalista⁴⁸¹.

Salgado citava como exemplos deste “imagismo” trechos de poesias de Jorge Luís Borges, Pedro Garfias, Apollinaire, Serguei Iessienin⁴⁸², Cassiano Ricardo, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Menotti del Picchia⁴⁸³. Dessa forma, as conquistas estéticas das vanguardas, especialmente este apelo à síntese, ao recurso imagético, icônico, serviam para dar o passo seguinte no projeto nacionalista dos “verdamairelos”. No discurso de recebimento de um bronze em sua homenagem, Salgado discorria sobre o sentido geral do movimento:

O horror de parecermos ridículos tem nos tornado mais ridículos ainda. Temos receio de que a Europa não nos julgue bastante atilados e perspicazes para compreendermos a sua arte. Imitamo-la, pois, como gorilas, na certeza de que só por essa forma seremos considerados um ilustríssimo povo de refinados. Tomamos o Brasil como um tema, só porque o sr Blaise Cendrars fez uma poesia muito espirituosa sobre a avenida São João e estampou um negro numa parede de cal. Temos a visão objetiva da nossa terra. [...] essencial voltarmos à simplicidade. O que o futurismo procurou e não achou, na Europa, aqui temos. Virginalmente, na língua falada pelo nosso povo, um substrato americano, tão positivo como o espírito de unidade política, a identidade moral e sentimental da raça brasileira⁴⁸⁴.

As conquistas estéticas da vanguarda serviriam para expressar essa “unidade política”,

⁴⁸⁰ ATHAYDE, Tristão de. Ebulição, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1926, 4.

⁴⁸¹ Este tipo de reflexão revela que não é totalmente exata a apreciação de Gilberto Vasconcelos segundo a qual o “verdamairelismo” guardaria uma “indiferença total pela linguagem”. Cf. VASCONCELOS, G. *Ideologia curupira*, p. 107; Cf. SALGADO, P. Criadores de Imagens, *Correio Paulistano*, São Paulo, 10 set. 1926, p. 3.

⁴⁸² Este, inclusive, um dos principais nomes do chamado imagismo russo surgido em 1918, com manifesto lançado em 1919 e fim decretado pelo próprio poeta em 1924. Entusiastas da revolução, nostálgicos em temas poéticos e contrários ao futurismo de Marinetti, que esteve em Moscou em 1913, os imagistas russos são um bom exemplo da complexidade em diferentes vanguardas acerca das questões entre novo, velho, passado, futuro, progressismo e reacionarismo. FAUCHEREAU, S. *Avant-gardes du XX^e siècle*, p. 260-265.

⁴⁸³ Cf. SALGADO, Plínio. Criadores de Imagens, *Correio Paulistano*, São Paulo, 10 set. 1926, p. 3.

⁴⁸⁴ Cf. Homenagem dos escritores paulistas a Plínio Salgado – A entrega de um bronze comemorativo ao autor d’*O Estrangeiro*, *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 dez. 1926, p. 3.

“moral” e “sentimental” da “raça brasileira”. Anteriormente, Salgado já havia afirmado a necessidade de o Brasil ser “integrador”, de modo a considerar a “unidade de sentimentos necessária para a unificação”⁴⁸⁵. Foi a partir do discurso de premiação, feito em finais de 1926, que se formou o texto a “Anta e o curupira – Considerações sobre a literatura moderna”, primeira manifestação propositiva, por assim dizer, do grupo “verdamarelo”. Plínio Salgado fizera da anta um símbolo contra os preconceitos raciais e culturais, contra o ceticismo, o negativismo e o desânimo. Em uma das primeiras definições da “revolução de anta”, Salgado atualizava a divisão sertão/litoral vista como duas “mentalidades opostas” corporificadas na oposição São Paulo/Rio de Janeiro. À capital litorânea caberia o “oficialismo, cultos e costumes exóticos, requinte de inteligência [...] apurando a faculdade crítica, sobretudo o senso de comparação e de ecletismo, com detrimento da faculdade criadora”. Já os paulistas, apesar das diferentes orientações intelectuais, seriam unificados pela “ingenuidade de provincianos” e seriam capazes de promover a unificação de todas as “províncias” do país a partir “do sentimento brasileiro, que as colocará de pé em luta contra a ditadura de cem anos dos pensadores e artistas estrangeiros. Contra o nosso regime colonial”⁴⁸⁶. A simbologia de anta reenviaria aos ímpetus expansionistas dos bandeirantes paulistas que, por sua vez, seriam conduzidos por uma “razão étnica” proveniente de suas origens indígenas:

A centelha do movimento de anta faiscou uma noite, no decorrer de uma conversa entre mim, Alarico Silveira e Raul Bopp. A propósito de uma alusão que fiz a um artigo de Alarico (grande espírito e profundo conhecedor de coisas nossas), falou-nos ele da marcha bandeirante, no rumo do oeste, sugerindo as razões étnicas porque se encaminharam os paulistas naquela direção. Para ele, era uma espécie de saudade dos planaltos bolivianos, que o sangue índio plantou no sangue português, nas primeiras núpcias de raças, a que presidiu João Ramalho. Os tupis tinham vindo daquela região. Referindo-se à marcha pré-colombiana e à origem do nome dessa grande tribo, falou-nos do totem da raça, a anta ou o tapir – o maior mamífero da América e o único grande animal genuinamente americano do sul – totem largamente proclamado como tal pelos guerreiros, com os brados de “che tapyra”, que vieram atroando as brenhas, naquela procura épica e predestinada do Atlântico, por onde vinham, também numa procura épica de continentes, as caravelas lusitanas.

Aí ele teria encontrado a “força que possibilitou a unidade nacional”, a síntese que lhe permitiria tomar o país como um todo, sem fragmentações e acima das divisões sertão/litoral.

A partir de então, a unidade nacional é vista como um produto não da história ou da formação política, social e econômica, mas do mito racial conscientemente explorado:

Nem os nossos sistemas hidrográficos ou orográficos: nem a unidade do processo moral da formação brasileira; nem as contingências políticas, me eram mais sugestivos do que o próprio sangue tupi, proveniente das Ibiturunas (Andes), que eu via como um “denominador comum” das diferentes expressões humanas dos cruzamentos. Era bem verdade que não somente o tupi entrou na formação brasileira, uma vez que havia outras tribos selvagens, que não eram tupis; mas o símbolo servia e podia abranger todas as famílias autóctones, e ser tomado como “senha” de um

⁴⁸⁵ SALGADO, Plínio. A raça harmoniosa, *Correio Paulistano*, São Paulo, 10 out. 1926, p. 3.

⁴⁸⁶ Cf. A Revolução da Anta, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 13 mar. 1927, p. 7.

vigoroso movimento nativo. Pois, em toda a parte, víamos o índio: Poti, no norte; Tibiriçá, no centro, e S Sepé, no sul⁴⁸⁷.

Como fará recorrentemente, Salgado afirma o tom conciliador de suas propostas em relação a outras tendências modernistas, diminuindo qualquer tipo de discussão e discórdia que poderia vir a público, lembrando que, no fim, todos se encontravam para alguma celebração conjunta:

Quando eu e Bopp falamos da anta, nossos amigos verdamarelos puseram o bicho de quarentena. Tomaram-no, a princípio, como expressivo de uma função restritiva de preconceito racial. Espíritos irmanados no mesmo desejo e na mesma fé, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Motta Filho, Genolino Amado, Raul Bopp e eu, costumamos discutir com único intuito de chegarmos a um acordo. Na discussão, tudo se esclarece. Não brigamos, mesmo quando usamos de violência no terreno das ideias. Espírito largo de tolerância. Acordo que estalece o desacordo. Até mesmo os que estão fora merecem o nosso respeito. Divergimos, por exemplo, em muitos pontos, de Mário de Andrade, e votamos-lhes (de minha parte fervorosamente), uma grande admiração. Pregamos tacapadas no Oswald de Andrade, que nos agride também no seu rodapé do “Jornal do Comércio”, e, à noite, confraternizamos em palestras amigas na sala acolhedora do “Correio Paulistano”.

Na mesma ocasião, ele alude à leitura que fizera de seu “Nheengassú”⁴⁸⁸ e que teria desencadeado “a discussão que se tornou base do acordo em que hoje estamos em S Paulo de desenvolver uma ação nova no Brasil”⁴⁸⁹. Afirma-se a utopia ultranacionalista de se libertar de “todas as contribuições da consciência alheia” a fim de constituir uma identidade fundada explicitamente na instrumentalização de determinados mitos:

Como símbolo da ação que temos de desenvolver tomamos o totem de uma raça que, objetivamente, desapareceu, porém que é uma incontestável realidade na nossa formação étnica. E não se confunda formação étnica com formação nacional, que é outra coisa decorrente desse fator e de outros ainda. E se nos perguntarem porque tomamos o índio, diremos que pela sua virgindade a nos ensinar, constantemente que, não tendo nós ainda pensado pelas nossas cabeças, podemos fazê-lo sem compromissos com as velhas civilizações. Responderemos ainda que, pela nenhuma contribuição cultural ou civilizadora que ele nos trouxe à formação nacional, pode a Nação dizer-se sua descendente, sem submissão histórica, até sem gratidão, o que a faz mais livre. E foi justamente esse senso de individualismo nacional que ensinou aos clãs primitivos a se dizerem descendentes dos bichos: para que pudessem fazer sua eclosão como uma força de liberdade selvagem⁴⁹⁰.

Apesar dos trabalhos de Roquette Pinto e de outros lembrados pelo próprio autor, Salgado afirma o desaparecimento das raças indígenas, algo, aliás, recorrente no interior da cultura intelectual brasileira à época, mobilizando antes valores simbólicos e sintéticos do que qualquer empenho em relação às populações indígenas reais. O autor negava se tratar de um “novo indianismo”, mas da possibilidade e da necessidade de se responder a “angustiosa pergunta” sobre o destino da civilização na América. O relativismo civilizacional provocado pela

⁴⁸⁷ Cf. A Revolução da Anta, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 13 mar. 1927, p. 7.

⁴⁸⁸ Apesar de considerado como um texto de 1929 e admitido como manifesto “verdamarelo”, a referência já existia em 1927, pelo menos, e deve ser vista como um dos primeiros passos contundentes do “modernismo” brasileiro rumo aos totens indígenas e ultranacionalistas. Sobre datação de “Nheengassú” ver: TELLES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro*, p. 361.

⁴⁸⁹ Cf. A Revolução da Anta, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 13 mar. 1927, p. 7.

⁴⁹⁰ A Revolução da Anta, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 13 mar. 1927, p. 7.

experiência da Grande Guerra ganha no “verdamarelismo” um caráter que, acertadamente, a historiografia percebeu como sintomas do que constituiria a ideologia do integralismo nos anos 1930⁴⁹¹:

O que queremos é um Brasil masculino, que tenha a iniciativa dos atos fecundantes. Pois há povos masculinos, que fecundam, e povos femininos, que são fecundados. Como há espíritos femininos, que se emprenham pelo ouvido. Queremos, pois, um Brasil brasileiro. Não falo isto por patriotismo, mas por humanidade. Pois vejo que a civilização ocidental europeia faliu. Já nada se espera dela. Temos (e quando falo temos quero abranger séculos futuros), temos de criar uma civilização em que talvez o gênero humano seja mais feliz. Isso parece pilhéria, aos espíritos (como a maior parte dos intelectuais brasileiros), que esperam sempre os resultados do que se dá em outros países. Mas, creio firmemente que não o é. Ponho uma grande fé na “raça cósmica” de que fala José Vasconcelos⁴⁹². Ela poderá dizer a última palavra. Voltemos à sabedoria da infância. Porque nascermos velhos? A Europa é uma velha caduca, nós somos filhos do índio como o índio era da anta. E nada temos a ver com gente estranha. O movimento da anta é de ação. Ação verdamarela de independência. Sentir diretamente, dizer diretamente. Perder essa noção do ridículo, ministrada por estrangeiros e inimigos, essa noção que nos fez perder o brio nacional. Não mais dizermos que somos latinos. Isso é política que nos prende eternamente à Europa. E onde já se viu caboclo e mulato latino? Acabemos com esse respeito supersticioso pelas coisas que veem de fora. Sejamos brasileiros, para sermos dignos da Humanidade⁴⁹³.

Em outras manifestações de Plínio Salgado, a afirmação do irracionalismo de Anta é reiterada, no sentido de consagrar a ação irrefletida, impulsiva e instintiva. Anta, que nas “questões sociais e políticas” se dizia passadista, considerava que a “arte nova” expressa nas várias revistas modernistas envelhecera, não correspondendo mais ao “espírito cultural nacional”. As escolas surrealistas, a psicanálise e outras perspectivas são vistas como novos preconceitos e “na impossibilidade de criar uma arte e um novo senso de vida para substituir a essas velharias, ou baldas, inventamos a Anta. Que é a Anta? Nada”⁴⁹⁴. Assim, a vontade, o ímpeto da Anta, constituiria a simbologia perfeita na sua não sistematização, na ação impensada: “Anta é um grito de independência. É o incêndio das bibliotecas. É a candura virginal e a estúpida violência dos seres e dos povos nascentes, em função de querer”.

Oswald de Andrade foi dos primeiros a contrariar “Anta” e seus seguidores

⁴⁹¹ Cf. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987; VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia curupira*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

⁴⁹² Importante político e intelectual mexicano, autor de duas obras seminais na reflexão acerca da identidade latino-americana em meio às vanguardas. Segundo Stepan: “Em dois populares e controversos ensaios, *Raza Cósmica* (1924) e *Indiologia* (1925), Vasconcelos desenvolveu a idealização da mestiçagem da forma mais completa jamais feita até então. Vasconcelos imaginou a América Latina como palco da ascensão de uma nova era dominada por uma raça nova e ‘cósmica’. Seria nova por representar o estágio final da formação da raça, quando o momento de domínio mundial das raças branca e amarela pertencesse já ao passado; seria cósmica porque todas as raças se fundiriam em uma nova unidade racial; seria latino-americana por ser na América Latina que todas as raças já estavam presentes e o processo de fusão racial já ia mais avançado. Finalmente, a raça cósmica seria tropical porque todas as grandes civilizações haviam nascido nos Trópicos”. STEPAN, N L. *A hora da eugenia*, p. 160.

⁴⁹³ A Revolução da Anta, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 13 mar. 1927, p. 7.

⁴⁹⁴ SALGADO, Plínio. O significado de anta, *Festa – Mensário de pensamento e arte*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 4, 1 jan. 1928, p. 13.

“verdamarelos”. Suas primeiras invectivas foram no sentido de ridicularizar o movimento, especialmente no texto “Antologia”, publicado no *Jornal do Comércio* de São Paulo e todo feito de trocadilhos com o prefixo “ant” que afirmavam ser “antrasado”, “antipático” e “antiquelho” o caráter do movimento que não poderia vingar: “Pelo que inda hoje nos irritariam se não possuíramos mágicos e imunizadores antaclifos antagônicos a bufos de antambas mortas de seculice e cheirando antontem pelo que antigalho dão o nome à peça com que se seguram as vergas, quando a enxarcia desbaratada, que tanto Anta se assemelha e é dela semelhanta”⁴⁹⁵. O poeta e crítico Tasso da Silveira também ridicularizou o movimento e seu símbolo: “Porque vara as florestas em linha reta, abrindo caminho, derrubando obstáculos sem nunca desviar-se, invencível na sua teimosia? Isto é cegueira e não inteligência”⁴⁹⁶.

As críticas à Anta, porém, não se limitavam à ridicularização. Pelo contrário, havia mais em jogo. Oswald de Andrade considerou que o “verdamarelismo”, na verdade, seria uma cópia de suas ideias e que teriam apenas mudado “o título e a maneira de expor. O verdamarelismo nada mais é que uma contrafação do pau brasil”⁴⁹⁷. Também Prudente de Moraes, neto, e Rodrigo de Mello Franco, à época mais “simpatizantes” do “lado pau brasil” do modernismo, afirmavam que *O Estrangeiro* era feito de “pastiches do estilo do sr Oswald de Andrade”⁴⁹⁸. Denunciava-se antes a “cópia”, ou seja, a falta de originalidade e alguns “erros estéticos” do que as implicações políticas de tal nacionalismo exacerbado. Aspectos míticos e simbólicos, como o apelo à origem indígena, o elogio à “barbárie”, ao “primitivo”, a oposição fundamental do Brasil ao continente europeu, o esforço sintético que afirmasse um caráter nacional etc. eram antes perspectivas disputadas do que temas em si mesmos refutados por qualquer um dos lados. Era fator antes de “política literária” do que de engajamentos políticos. O *Correio Paulistano*, tanto abria suas páginas para os “verdamarelos” quanto celebrava o aniversário de Oswald de Andrade adjetivado como “distinto intelectual paulista” que, por seu turno, ia pessoalmente à redação do periódico agradecer os encômios⁴⁹⁹. As disputas entre “verdamarelos” e “pau-brasil”, entre “Anta” e “Antropofagia”, entre o tupi da unidade brasileira e a união antropofágica, irão se prorrogar durante anos até assumirem tonalidades mais extremas.

O que surgia, de qualquer forma, era a figura de Plínio Salgado como intelectual capacitado a formular sínteses convincentes acerca da realidade nacional, ainda que estas pudessem significar, em última análise, “nada”. O irracionalismo posto em curso aumentava o

⁴⁹⁵ Cf. MIRAMAR, João. Antologia. In: SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas*, p. 571-573.

⁴⁹⁶ SILVEIRA, Tasso da. A anta e o carrapato, *Festa – Mensário de pensamento e arte*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 3, 1 nov. 1927, p. 3.

⁴⁹⁷ ANDRADE, Oswald. Apud. RICARDO, Cassiano. Caçando papagaios, *Correio Paulistano*, São Paulo, São Paulo, 2 abr. 1927, p. 3.

⁴⁹⁸ Cf. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Prosa “verde amarela”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1927, p. 4.

⁴⁹⁹ Cf. Crônica Social. Agradecimentos ao “Correio”, *Correio Paulistano*, São Paulo, 14 jan. 1927, p. 4.

valor da ação em detrimento da reflexão racional, o apelo ao símbolo, o uso de certas fórmulas de determinadas vanguardas a fim de fazer da imagem direta e sintética o fundamento da consciência comum revelaram seus usos políticos nos anos seguintes. Tristão de Athayde, em 1927, não incluía o artigo sobre *O Estrangeiro* na primeira reunião de seus escritos enfileirados sob o título *Estudos*⁵⁰⁰ com produções do ano anterior. Talvez temesse ser tomado por um “verdamarelo”. É difícil saber, porém, o porquê de o artigo nunca ter sido publicado em livro⁵⁰¹.

Outro evento em 1926 que contribuíra para a afirmação das divisões no interior dos escritores modernistas brasileiros foi a visita que Marinetti fizera ao país⁵⁰². Trata-se de um verdadeiro acerto de contas. Afinal, era o pai do propalado futurismo, tantas vezes associado aos ou assumido pelos modernistas, que agora podia ser visto em carne e osso. No Teatro Lírico do Rio de Janeiro, a conferência de Marinetti, que contou com a apresentação de Graça Aranha, foi marcada por vaias, gritos e reações entusiasmadas da plateia. Conforme narra um cronista:

De um lado, a rapaziada do “poleiro” cantava: *Maria, ó Maria... / Maria Marinetti / Teu pai usa navalha, / Tua mãe usa gilete*. Do outro lado, vinha a resposta: *Maria, ó Maria... / Maria Marinetti / Teu pai vai de automóvel / Tua mãe vai de charrete*⁵⁰³.

Em meio à plateia exaltada, Graça Aranha afirmava o que o “espírito” da escola italiana poderia trazer à realidade brasileira, não excluindo o horizonte político:

Na Itália o futurismo é ocidental e por isso patriota, nacionalista, militarista e imperialista. Na Rússia é oriental, comunista, universalista, místico, pacifista e terrorista. No Brasil não será nem fascista nem comunista. Será coisa nossa, uma fórmula que corresponda à nossa espiritualidade libertada de todos os terrores, e à nossa suprema realidade. É preciso principalmente que exista, que seja. É preciso que o movimento, já eficiente na arte, se alargue e renove o Brasil. Para a análise transcendente, fascismo e comunismo valem igualmente como resultantes do movimento que revolveu a inteligência e o coração dos homens e com ideias novas está reconstruindo o mundo.

Marinetti lera poesias “passadistas” e “futuristas” sempre em meio a gargalhadas, assovios, aplausos e vaias. Ao final, o italiano dissertara sobre a pintura futurista e o fascismo italiano, “fazendo uma exortação à mocidade brasileira, em cujas vaias à sua pessoa, ele vê uma manifestação da força, de alegria e de saúde. E é isso mesmo que o futurismo ensina”.

Marinetti excursionou com sua esposa pelo morro da Favela, hoje conhecido como da Providência, acompanhado por A. Chateaubriand, Saboia Medeiros, Maria Henriqueta Barroso, Helena Medeiros, Rodrigo de Melo Franco e Zózimo Barroso Filho. Também faziam parte da comitiva dois soldados da polícia militar carioca, além de cinco moradores do local que

⁵⁰⁰ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Estudos*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.

⁵⁰¹ Algumas vezes, o crítico foi solicitado por autores a não publicar em livro algum rodapé por motivos diversos. Não foi o caso de Plínio Salgado que respondera à crítica de maneira muito favorável, dizendo-se “honradíssimo” pelo “belíssimo rodapé que dedicou ao ‘Estrangeiro’, no qual, mais uma vez, e como sempre, se revela uma superior visão estética e social”. Carta de Plínio Salgado a Tristão de Athayde, 1/08/1926, acervo CAAL.

⁵⁰² Sobre a visita do intelectual italiano ao país ver: BARROS, Orlando de. *O pai do futurismo no país do futuro: As viagens de Marinetti ao Brasil em 1926 e 1936*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

⁵⁰³ Cf. A estreia de Marinetti no Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1926, p. 3.

ciceronearam os visitantes. A reportagem foi narrada por Afonso Arinos de Melo Franco⁵⁰⁴ que assim descrevia o caráter do morro carioca: “Na Favela existe o pitoresco da paisagem aliado ao pitoresco dos costumes. Alpes da miséria sem a serenidade da neve e sem o conforto dos Palace. Ao vê-la, leprosa cheia de orgulho, pode-se mesmo declamar, imitando Manoel Bandeira: ‘Morro da Favela, muito mais Suíça brasileira do que Minas Gerais’”⁵⁰⁵. Quando atingiram o pico da Favela, encontraram certo “Zé da Barra”, qualificado pelo visitante italiano como o “piccolo Mussolini de questa colina”, e entraram na pequena sede da Sociedade Dançante dos Sujos e Limpos, onde o “‘choro’ toca na varanda e todos os convidados e sócios da agremiação ficam no terreiro”. Raras parecem ter sido as falas do italiano sobre tudo o que via. Uma passagem, porém, é ilustrativa. Do alto do morro, na sede dos Sujos e Limpos, contemplando a paisagem das luzes da cidade abaixo, Arinos descreve a seguinte situação:

Dir-se-ia um jardim suspenso... os jardins suspensos da Babilônia... Mas aquele cheiro não provinha seguramente de flores... aquele perfume estonteante tinha outra origem... Essa varanda não era um jardim. E Marinetti concluiu sentenciosamente: “É bello: são as latrinas suspensas da Babilônia...”

A relação do futurismo com o fascismo evidenciou-se na viagem que Marinetti fizera à cidade São Paulo. O hotel em que o italiano se hospedara foi apedrejado por um grupo de pessoas que protestavam contra a presença do criador do futurismo. Houve disparos de revólver, mas sem ocorrência de fatos mais graves. A manifestação exaltada seria oriunda “tão somente das paixões políticas entre fascistas e antifascistas da colônia italiana de S Paulo, visto ser considerado o sr Marinetti como agente do fascismo”. Embora o tenha desmentido, o rumor correra pela cidade e na madrugada, “depois de Marinetti haver realizado a sua conferência no Cassino Antártica, um grupo de exaltados resolveu fazer o seu ‘enterro’ e dirigiu-se, conduzindo o caixão mortuário, até a frente do Hotel Esplanada [...] fazendo grande algazarra”⁵⁰⁶.

Além das apresentações no Rio de Janeiro e em São Paulo, Marinetti fez discursos transmitidos pela Rádio Sociedade precedidos por apresentação de Ronald de Carvalho, de maneira que, desta feita, “a sua conferência foi ouvida não só pelo mundo culto e elegante, que se achava na sede daquela sociedade, como por todas as pessoas que possuem em suas casas esses aparelhos de radiofonia”⁵⁰⁷. Esta apresentação no rádio parece ter sido uma das mais bem sucedidas, pois, segundo o relato de um cronista, foi “a sua grande noite, ouvido, como foi, pela guarda avançada dos seus discípulos e por um auditório onde havia figuras de destaque como o vice-presidente da República, ministros, cientistas, médicos, representantes das artes das letras, jornalistas e a elite do mundanismo carioca”.

⁵⁰⁴ Tal autoria foi afirmada apenas na década de 1930 em um texto de Assis Chateaubriand. Cf. BARROS, Orlando de. *O pai do futurismo no país do futuro*, p. 69.

⁵⁰⁵ Cf. No Monte Sinai, de onde descem as leis da malandragem... *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1926, p. 5.

⁵⁰⁶ Cf. Marinetti em São Paulo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1926, p. 16.

⁵⁰⁷ Cf. Marinetti falou pelo rádio, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 mai. 1926, p. 16.

Quando retornara das visitas à Argentina e ao Uruguai, Marinetti esteve novamente no Rio de Janeiro e, dentre outras coisas, falou sobre a capital carioca e a cidade de São Paulo. Além do clima “admirável”, da “natureza de uma situação incomparável”, do “espírito notavelmente progressista” e de estar “destinada ser uma metrópole dinâmica e sempre formosa”⁵⁰⁸, a cidade do Rio é cercada de elogios. Inclusive de um que, à primeira vista, parece contrariar os anseios urbanistas, industriais, velocistas, “maquínicos” tão ao agrado do futurista que considerava que “apesar do intenso trânsito, e da extraordinária quantidade de automóveis, nunca senti meu olfato ofendido por essas emanções nauseantes de gasolina e asfalto fervido, que criam nas outras metrópoles do mundo uma atmosfera especial, pesada, opressiva e malsã, que sufoca e enjoa”. Acerca do ambiente cultural, o italiano diz o seguinte:

[...] surpreendeu-me observar no Rio um intenso movimento literário e artístico, tendo a seu serviço formosas inteligências e capacidades muito acima do comum. O futurismo é compreendido e defendido por uma legião de escol, igualmente brilhante na prosa e no verso, Graça Aranha e Ronald de Carvalho, primam entre esses precursores da arte nova.

Acerca da capital paulista, Marinetti lembrava a maneira como foi recebido naquela cidade, sem, porém, deixar de revelar o que mais lhe chamara a atenção:

Mal grado a tempestuosa recepção com que me acolheu S Paulo, esta cidade deixou-me também excelentes impressões. S Paulo é uma metrópole artificial, elevada por um esforço incessante, titânico, que soube deduzir formas belas de um ambiente hostil. É uma cidade feita pela vontade, pelo desígnio férreo e tenaz, que não conhece obstáculos, e vence as circunstâncias. [...] S Paulo é a cidade moderna por excelência, fecunda e forte, bela da beleza viril das coisas úteis. [...] Encontrei em S Paulo uma vanguarda de intelectuais que muito honram as letras brasileiras. Conservo grata recordação de cintilante grei de futuristas paulistanos. Destaco, sobretudo, Guilherme de Almeida e a Sra. Olívia Penteadó.

As reações provocadas pela visita de Marinetti foram variadas. Como mostramos acima, mesmo grupos sociais que nada tinham que ver com questões de estética e arte modernista fizeram protestos contra o italiano, associando-o ao regime de Mussolini. No espírito das provocações da plateia carioca, o humorista Juó Bananère também ridicularizou o futurismo. Com sua linguagem caracterizada pelo “dialeto ítalo-paulista”, que seria a maneira como parte dos habitantes de São Paulo se comunicavam, Bananère narra a visita do italiano:

As minhas impressó sopra do o Marinetti?” [...] Io axo chi u Marinetti é un numaro! Fui illo chi inventó u futurisimo, u Mussolino i, a modinha da Maricota sai da xuva. A primiera cumferenza che illo fiz inzima du u Gazini fui una billeza! Aparícia a fêra du largue du Aroche. Tenia batata, tumato, banana, pexe podre uova con pintigno, ecc ecc che caia du çeu quano u Marinetti apartava chi até u Xico du Butteghino che stava lá giunto cumigo vuleva descê du gallinhêro p’ra agiuntá, [...] O futurismo é una tioria literária chi manda aprantá batata tuttas tradiçô, a storia, u passato, i tutto chi é veglio. Tutto chi é veglio non presta, i a genti devi agiugá fora. U paie, a maia i o avô do a genti quano fica veglio a gente devi turcê u piscoço i agiugá fora també. U P.R.P. e u Gorreio Baulistano chi já stó podri di veglio precisa

⁵⁰⁸ Marinetti, de regresso da Argentina e do Uruguai, está novamente no Rio, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1926, p 16.

agiugá fora també. Também a Ripubliga já stá molto avacagliada, pur isso axo migliore mandá abuscá un figlioti du Mussolino p'ra toma gonta distu i mandá s'imbora u Bernardes chi stá moito visto já⁵⁰⁹.

Mais seriamente, o poeta Oswaldo Orico dizia que o futurismo já era algo envelhecido e que a viagem de Marinetti era “o clássico passeio monetário à América”. Segundo Orico:

A nova inteligência brasileira, que não está representada no “grupinho” que pretendeu representá-la, vê em Marinetti um simples cavouqueiro do lucro fiduciário. Nada mais. Ele é um inimigo do modernismo, porque tenta impedir a evolução natural de todas as correntes com a velha e primitiva aspiração com que o moveu⁵¹⁰.

De qualquer forma, lançou-se à época a obra *Futurismo: manifestos de Marinetti e seus companheiros* que trazia um prefácio de Graça Aranha⁵¹¹.

Tristão de Athayde também se manifestou sobre a visita de Marinetti ao Brasil e sua significação geral no interior da cultura intelectual brasileira. De um modo geral, o crítico abria sua argumentação com o uma apreciação que sintetiza a sua perspectiva:

Um homem com quem se tem inimigos comuns é quase um amigo. É o que se pode dizer de Marinetti. E esses inimigos comuns o que são senão o comodismo, a facilidade, o diletantismo, o decadentismo, o d'annunzianismo *faisandé*, o ceticismo sibarita, à France, a passividade, o titubeamento, a indolência, o culto beato dos mortos, do passado estático, do adjetivo, das formas convencionais, do falso classicismo, do ornamental, do acadêmico de tudo o que nos mergulha na inação burguesa ou nas deliquescências de um romantismo caduco?⁵¹²

Dessa forma, importaria antes incorporar o “espírito do futurismo” do que as suas realizações concretas. Repudiar a “escola” e considerar o ímpeto. Reitera-se o mimetismo brasileiro:

Se não fossemos tão atrasados intelectualmente, se não tivéssemos, como sempre sucedeu no passado, de esperar vinte anos para que todos os movimentos novos atravessassem o Atlântico, já poderíamos ter ultrapassado o futurismo, como hoje o faz o maior número das inteligências. Mas o que importa aqui é o que somos e não o que deveríamos ser.

O crítico procura, assim, depurar o futurismo de seu aspecto dogmático, escolástico, incisivo no seu “ismo” definidor. Também o gosto pelas abstrações expressas nas invocações dos substantivos maiúsculos iria de encontro ao realismo reivindicado por Tristão de Athayde:

Outro defeito do Futurismo é a maiúscula. Um gosto excessivo de maiúsculas. Logo, de abstrações. O que em política representaram para o século passado a Liberdade, a Justiça, o Progresso, a Humanidade, a Ciência, representariam para uma literatura brasileira fundada na dogmática futurista a Palavra, a Liberdade, a Enharmonia, o Dinamismo, a Geometria, etc., etc. Coisas abstratas. Contendo cada uma delas uma parcela de verdade. Mas sistematizadas. Enrijecidas. Não podendo por muito tempo prender a nossa atenção, o nosso gosto, a nossa fé.

Além disso, o futurismo seria um movimento nacional que se tornara internacional, dirigindo-se ao “Homem”, proclamando-se universal, ele desprezaria as condições locais, de época e

⁵⁰⁹ Cf. CHATEAUBRIAND, A. A excursão de Marinetti a São Paulo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1926, p. 1.

⁵¹⁰ ORICO, Oswaldo. O fenômeno Marinetti, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1926, p. 2.

⁵¹¹ Cf. MARINETTI, Filippo Tommaso. *Futurismo: manifestos de Marinetti e seu companheiros*. Rio de Janeiro, Pimenta de Mello, 1926.

⁵¹² ATHAYDE, Tristão. Marinetti I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1926, p. 4.

singulares tornando-se uma espécie de “Esperanto artístico”⁵¹³.

O maquinismo do futurismo também é visto como algo negativo e exagerado. Embora a vida humana seria, cada vez mais, marcada pela presença de máquinas, estas seriam tanto libertadoras quanto escravizadoras, mas, acima de tudo, responderiam ao mundo humano. Tristão de Athayde esposa uma concepção libertadora da máquina, que levaria à “independência do homem”: “A maquinização do homem é um estágio transitório do maquinismo moderno. O futuro verá a humanização da máquina. Não me parece [...] que o futurismo tenha estudado bem profundamente a máquina, quando lhe atribui uma revolução na natureza humana”. Assim, da mesma forma que se deveria incluir a “história das máquinas” na história da arte, também não se poderia deixar de considerar a liberação do homem através da maquinização da vida.

A concepção de tempo linear do futurismo também é criticada. A sua crença no progresso, na evolução e na celebração do presente significaria uma “simplificação absurda da complexidade de nossa posição no universo”. Uma vez que não se pode deixar de ser de seu tempo, não faria muito sentido se vangloriar da atualidade, residindo a complexidade, na visão do crítico, em “ser também de todos os tempos. E lutar contra a irreversibilidade”. Questiona-se, ainda, o aspecto demagogo do futurismo, que seria uma orientação voltada para as massas:

O futurismo é a arte transportada para o meio da rua, para o meio do povo. É a vingança do vulgo contra uma arte de salões, de que ele vivia afastado. Daí o mal em que degenera tudo que se apoia nas paixões das massas. A mediocrização. A vulgaridade. A insinceridade. A desordem pela desordem. O barulho, a troça, a improvisação. A substituição da qualidade pela quantidade. A ilusão do valor pelo ruído. A anarquia dos méritos. E sobretudo – o cabotinismo. A desforra dos charlatães.

As qualidades do futurismo residiriam, justamente, no lado reverso de seus defeitos apontados. Assim, valoriza-se o seu ímpeto para as afirmações, contra os ceticismos, a sua orientação decisiva e sem maiores sutilezas de pensamento:

[...] lição de vigor e de precisão. Combate o romantismo palavroso, o sentimentalismo choroso, o simbolismo decadente, o velho preconceito de que poesia é sinônimo de nostalgia. E renova o gosto da verdade precisa. Da visão direta. Da deformação enfim, mesmo da deformação sintética para condensar e reforçar as realidade esparsas e dispersas.

A disposição para ação incorporada no futurismo, o seu lançamento à vida e à ação seria útil num futuro próximo de combates monumentais que oporiam ocidente e oriente, significando, no caso, a contenção da expansão comunista pelo mundo:

O mundo continua em luta e prepara-se para lutas ainda mais terríveis. A civilização ocidental, (e sobretudo as classes intelectuais, as grandes corruptoras, as grandes artificializadoras), se continuar pelo caminho em que seguia nada mais será, em pouco tempo, do que a mais fácil das presas ao mundo oriental que ele procurou explorar e a quem inculuiu o segredo da sua força e das suas fraquezas. O Futurismo, como elemento auxiliar de outras forças saneadoras do espírito ocidental, a maior das quais é o espírito militante e sempre novo da Igreja – procurando inculuir nos

⁵¹³ ATHAYDE, Tristão. Marinetti I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1926, p. 4.

homens o sentimento esquecido de otimismo consciente, de confiança em si, de amor à vida e de desdém pela morte, poderá auxiliar a renovação de forças de uma civilização em decadência, de salvação hipotética, em que não faltam os profetas e os sinais de aniquilamento⁵¹⁴.

Assim, a força do futurismo seria como aquela da Igreja no esforço de assegurar a continuidade da “civilização ocidental”.

O apelo ao tempo presente e a revolta contra o passado marcariam a aceitação do mundo moderno, implicando uma disciplina pessoal, uma contenção da liberdade, em nome da ação contundente. Marinetti reconheceria as qualidades de animal do ser humano, bastando ver “a precisão e a energia com que ele tempera a ponta de aço da vontade, com que ele rebate as indolências da passividade, com que ele pretende justificar a sua arte pela sensação e pela razão”. O combate absoluto ao passado, apesar de impossível, e “fazer rir”, guardaria, porém, um “convite à reflexão” a “separar a veneração beata do passado – que é a falsificação corrente que nos impõem – da compreensão do seu espírito, o que é mais difícil. E indispensável”. Já a “demagogia” do futurismo poderia ser vista como a destruição das “torres de marfim”, um meio de se “impedir os isolamentos artificiais, de pôr a arte diretamente em contato com a vida”.

O que o crítico acaba por valorizar é a “vitalidade” do futurismo que tornará *fecunda* a sua *passagem* no interior da cultura intelectual brasileira. Assim, o “marinettismo” seria útil pela ação “galvanizadora de hesitações, saneadora de anacronismos, vitalizadora de uma literatura corroída de decadência”. Não se trataria da submissão à “disciplina futurista”, nem à “estrutura clássica”⁵¹⁵. Cada povo teria o seu “clássico” e, no caso de alguns, poderia mesmo ser o romantismo. Assim, na situação brasileira:

Para nós, só o nativo é clássico. O sadio, o forte, o bárbaro mesmo, se quiserem contanto que não se dê a esse termo um falso senso de indianismo artificial ou de anarquia intencional. O único indianismo que podemos admitir será o euríndio. O elemento de fusão das raças, de embriaguez do verde, de aspereza da terra dura. De vulgaridade da gente. De violência da civilização incipiente. De nostalgia do sangue herdado. Só essa massa em ebulição viva, onde alguns mais cultos, mais avançados, menos iludidos de modernidade presente e de modas efêmeras (isto é, de esquecimento do futuro), já procuram os traços de ordem do espírito, única eterna - só esse “courant vital” de que falava Balzac, em sua energética criadora – só essa massa de energias vivas e novas pode constituir o fio condutor de uma ação nossa, sincera e permanente e não apenas original de aparência.

Tristão de Athayde lança mão de uma oposição linguística que guardaria o potencial daquilo que ele passara a reconhecer como fundamental à cultura intelectual brasileira: “Possuem os alemães duas expressões para designar a oposição de estilos: **Kraftsprache**, a linguagem de força, e **Mondsprache**, a linguagem enlaurada. Eis aí o que devemos procurar, e o que devemos evitar”⁵¹⁶. A reflexão sobre o modernismo não poderia seguir as categorias

⁵¹⁴ ATHAYDE, Tristão. Marinetti I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mai.1926, p. 4.

⁵¹⁵ ATHAYDE, Tristão. Marinetti II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai.1926, p. 4.

⁵¹⁶ ATHAYDE, Tristão. Marinetti I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai.1926, p. 4.

politicamente figuradas em “girondinos” e “jacobinos”. A essa altura, faz-se o apelo a condições de existência, disposições intelectuais e visões de mundo que compreenderiam toda a expectativa de uma situação angustiante de uma civilização em crise. Não se trata da reflexão racional acerca de regimes ou posicionamentos políticos segundo os exemplos que a história podia conceder e a teoria política analisar. A ideia de um período de fundação, de criação de uma nacionalidade, invocava uma situação primordial de lançar-se no mundo. A noção de “Kraftsprache”, cara ao romantismo alemão, traria justamente essa reivindicação de uma língua instituinte, em que o adjetivo “força” entendido tanto no universo da natureza quanto no da vida humana faria da linguagem uma entidade caracterizada pela “potência”, “eficácia”, “virtude”, “vigor”, pela energia para “engendrar e desenvolver a vida”, pela capacidade de “portar consigo a modificação, de progredir do estado estático ao movimento” e, principalmente, da força como “aquilo que toca a vida da alma e emerge da interioridade do indivíduo, que lhe faz aproximar do coração da vida”⁵¹⁷.

Dessa forma, o conceito ou a noção que passa a servir como parâmetro de compreensão da realidade passa a ser não o de “realismo”, ainda bastante marcado por sua associação ao “naturalismo” e ao “cientificismo” do século XIX, mas o de “vida”. A partir de tal condição, o “vitalismo” será uma visão de mundo fundamental à crítica civilizacional e à abertura de um horizonte crítico que permitirá pôr em xeque várias das concepções racionalistas tradicionais acerca das realidades políticas e culturais. Tal “virada” epistêmica no interior da cultura intelectual brasileira é fundamental para se compreender como que, nesse período de transição, a vontade passa a superar a razão, a ação o ceticismo e a decisão a angústia. Se, nas reflexões sociológicas e políticas, procurava-se o regime que se adequasse à “realidade nacional”, superando-se a “importação constitucional” que caracterizaria a envelhecida República, em que conceitos como democracia, liberalismo e liberdade tornavam-se cada vez mais imprecisos e “importados”; nas perspectivas culturais e artísticas, que não estavam muito distantes das primeiras, fazia-se da síntese, do mito, do ícone, da “expressão nacional” a maneira privilegiada, menos de se conhecer tal realidade segundo a constituição de uma historiografia, por exemplo, do que de intuí-la, simbolizá-la e reduzi-la a um motivo geral, uma imagem, que permitiria expressar o “caráter” de todo o país. A suspensão do substantivo “Brasil” provocou a corrida e a disputa intelectual pelas definições sintéticas, submetidas antes ao princípio de ação do que o de reflexão.

⁵¹⁷ Cf. ABRAHAM, Bénédicte. Les concepts de ‘force’ et d’‘énergie’ en Allemagne à la lumière des définitions des dictionnaires entre la seconde moitié du XVIII^e siècle et le début du XIX^e siècle », e-CRIT 3224 [en ligne], mis en ligne le 10 janvier 2010. URL : <http://e-crit3224.univ-fcomte.fr>

Entre civilizações: América, Europa e África na cultura intelectual brasileira dos anos 1920.

Era a primeira vez que as duas iam ao morro do Castelo. [...] Velho caboclo, pai da adivinha, conduziu as senhoras à sala. [...] a consulta era só de uma – com o número 1.012. Não há que pasmar o algarismo; a freguesia era numerosa, e vinha de muitos meses. Também não há que dizer do costume, que é velho e velhíssimo. Relê Ésquilo, meu amigo, relê as *Eumênides*, lá verás a Pítia, chamando os que iam à consulta: “Se há aqui Helenos, venham, aproximem-se, segundo o uso, na *ordem marcada pela sorte*”... A sorte outrora, a numeração agora [...] o pai roçava os dedos na viola, murmurando uma cantiga do sertão do Norte: *Menina da saia branca, / Saltadeira de riacho...*

Machado de Assis, *Esau e Jacó*, 1904.

Um carnaval sambado dá a ideia de que recorreremos neste século à civilização africana para nos divertirmos. Sem arte.

Alfredo da Rocha Viana Filho (Pixinguinha).

Ao acompanhar os eventos da Grande Guerra do outro lado do Atlântico, vários intelectuais brasileiros tomavam partido, como Mário de Andrade fizera no seu primeiro livro, *Há uma gota de sangue em cada poema...*, lançado em 1917. Dividiam-se entre “aliadófilos” e “germanófilos”, como uma vez ilustrara Tristão de Athayde: “[...] nisto vem a guerra. Nós ficamos aqui, comodamente, de palanque a torcer pelos boches ou franciús, a nos esgoelarmos como meninas histéricas no Fluminense e no dia 11 de novembro arvoramos o tricolor, enfaticamente”⁵¹⁸. Após o fim do conflito, o realismo nas relações internacionais era a constatação da inevitabilidade do imperialismo. No interior da cultura intelectual brasileira, obras como *Os postulados da Guerra* (1919), da autoria de Santos Neto, começavam a caracterizar o debate no pós-guerra que se viu enredado na oposição entre a “cultura” alemã e a “civilização” francesa. Santos Neto defendia a causa alemã, na qual enxergava uma “raça de predestinados” e uma “pátria apolínea”. O crítico denunciara o “darwinismo social alemão” do autor que preconizaria uma “fatalidade do expansionismo germânico”. Frente a tal perspectiva, ele lamentava ver que o “prestígio da força consegue levar homens independentes a uma admiração besta e cega. São eles os verdadeiros adversários da causa alemã. Todo fanatismo desperta antipatia, ao menos nas almas equilibradas e amigas da verdade”⁵¹⁹.

As teorias de superioridade racial não poderiam ser reproduzidas acriticamente, pois “aceitar sem discussão – como postulado – a superioridade de uma raça, de um sistema de governo, de uma cultura, de um imperialismo, é renegar toda a liberdade de pensamento e todo

⁵¹⁸ ATHAYDE, Tristão de. A salvação pelo angélico, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 out. 1925, p. 4.

⁵¹⁹ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1920, p. 4.

o carinho da verdade”⁵²⁰. Assim como não se deveria condenar todo um povo pelos “desvarios do governo”, também não seria aceitável “fechar os olhos aos males provocados pelas mais brilhantes civilizações”. A guerra revelara até onde poderia chegar os ímpetos nacionalistas que, em última análise, levariam à ruína da “civilização”: “Se triunfar a deplorável doutrina de que ‘para as nacionalidades como a Alemanha, a guerra é uma condição primordial é sua existência’, poderemos então falar, sem ênfase nem retórica, na falência da civilização, cuja essência deve ser a expansão dos fortes sem lesão dos fracos”.

Firmar uma “expansão” “sem lesão aos fracos” seria característica dos imperialismos “positivos”, uma vez que o “imperialismo é para as nações o que a sociabilidade é para os homens”⁵²¹. A Grande Guerra é associada ao desequilíbrio na corrida imperialista:

A Alemanha chegou atrasada, e quando procurou o seu lugar ao sol já encontrou tudo ocupado. [...] À testa das nações imperava a Inglaterra, cujo espírito prático e essencialmente construtor edificara lentamente o mais formidável império de todos os tempos. Chegando a Alemanha, com sede insaciável de expansão [...] não se resignou à situação secundária, incompatível com o seu valor e a sua ambição. Cresceu, mas como só podia crescer à custa dos outros, que haviam sido em geral mais felizes, no seu tempo, por encontrar o mundo desocupado, cresceu violentamente ferindo, com seu imperialismo militarizado, situações já adquiridas.

A imagem de um “mundo desocupado” revela o eurocentrismo que este tipo de perspectiva “realista” ainda mantinha em seu horizonte reflexivo.

Os posicionamentos do pós-guerra podiam ser divididos entre “sentimentalistas conservadores”, “realistas” e “neo-sentimentalistas”. Os primeiros guardariam todo o “lirismo generoso e o ódio inflexível dos dias iniciais da guerra: julgando pelo coração, pelo hábito ou pelos preconceitos, continuam a fixar no Reno a fronteira da liberdade e prenúncio da barbaria”⁵²². Já os segundos seriam os que viram os “últimos anos” como “seladores implacáveis de ilusões e, se alguma lição aproveitaram da catástrofe, foi uma consideração mais justa de todos os valores nacionais, e sobretudo uma condenação inapelável contra a guerra, símbolo mais perfeito da estupidez humana”. Os terceiros seriam marcados por “uma reação natural e ingênua contra os primeiros, pretendendo apenas inverter a ordem dos nossos sentimentos, sem na essência os alterar”. Estes últimos são os germanófilos que, como Assis Chateaubriand, autor do livro *A Alemanha*, defendiam que esta nação se acharia “inteiramente corrigida do imperialismo de outrora, que a democracia socialista é um fato que a monarquia não conseguirá desbancar, que o militarismo está arquivado, que a mentalidade dominante é a do cumprimento de todas as obrigações assumidas”⁵²³ no Tratado de Versalhes.

⁵²⁰ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1920, p. 4.

⁵²¹ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 set. 1921, p. 1.

⁵²² ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1922, p. 1.

⁵²³ CHATEAUBRIAND, Apud. ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1922, p. 1.

São os segundos, os realistas, porém, que mais levam a cabo o que nos interessa nessa análise. Afinal, eles viam na guerra o fim de uma “ilusão” e lamentariam o fato de que entre “1871 a 1919 não tenha a humanidade progredido moralmente”. Pelo contrário, a Guerra explicitara o quão ilusórias eram as ideologias do progresso e do desenvolvimento universal humano. Segundo o crítico, “todas as guerras produzem uma revisão de valores. Esta nos obrigou a cogitar de nossa terra, com mais interesse e carinho”⁵²⁴. Tal “revisão de valores” torna-se o centro das preocupações políticas, estéticas, sociais e culturais na reflexão crítica.

Neste sentido, as ideias de civilização, cultura e barbárie passam por ressignificações importantes. De maneira geral, deve-se notar uma mudança sensível do horizonte civilizacional que caracterizara o período da Proclamação da República e o momento posterior à Grande Guerra. Esquemáticamente, destaca-se que entre o fim do século XIX e meados dos anos 1910, o Brasil teria experimentado uma “inserção compulsória na Belle Époque”, qual seja, importando de maneira brusca e improvisada modos de viver e apreender o mundo vindos dos países europeus, especialmente da França⁵²⁵. O conceito de civilização era unívoco, o caminho para o progresso era um só e o seu destino era sabido de antemão: a europeização dos costumes e da vida comum. Apesar de ser um país independente, o Brasil, segundo a cartilha do pensamento ocidental do período, precisaria de reformas radicais para alcançar a tão sonhada civilização. Não havia, de fato, muita coesão sobre quais reformas deveriam ser essas. A Grande Guerra e a Revolução Russa de 1917 pareciam vir por abaixo a ideia razoavelmente consolidada acerca do triunfo do liberalismo, da ordem capitalista internacional e da estabilidade dos conceitos de civilização e barbárie.

É neste contexto de “revisão dos valores” que a apreensão dos movimentos gerais, políticos e culturais, que se desenvolveram durante toda a década de 1920 deve ser levada a cabo. Afinal de contas, a Guerra era europeia, feita no interior do “mundo civilizado” e por países que, até então, figuravam como os nortes que todo o mundo deveria seguir e almejar se igualar, adotando desde os respectivos sistemas políticos até a emulação da cor de sua pele. O conceito de “civilização” perde sua estabilidade associada frequentemente a uma realidade antes passível de ser apontada como existente em determinados países, do que realmente capaz de ser reduzida a princípios como o da Razão universal, o Republicanismo político e a democracia burguesa. De qualquer forma, nos anos 1920, ambos os eixos, ou seja, tanto os países “civilizados” quanto os princípios civilizatórios foram postos radicalmente em questão:

Enquanto as elites latino-americanas se nutriam quase exclusivamente de referentes europeus desde as Independências e haviam atravessado a *Belle Époque* convencidas de que o coração da civilização se encontrava em alguma parte entre Paris, Londres

⁵²⁴ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1919, p. 11.

⁵²⁵ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, p. 43.

e Berlim, elas questionam a cultura cosmopolita de que eram depositárias e desenvolvem uma reflexão duradoura, destinada a constituir uma nova identidade nacional ou continental, emancipada de “modelos” europeus, agora considerados obsoletos e inadaptados às realidades sociológicas da América Latina⁵²⁶.

Em um inquérito feito com as “altas personalidades mundiais” sobre a capacidade de a ciência evitar o advento de uma guerra no futuro, a maioria se considerou francamente cética. Einstein respondeu que “nunca a ciência substituirá a boa vontade e o amor ao próximo”⁵²⁷. O francês Maxime Laubeuf apresentado como o “inventor do submarino”, ao lembrar que tal crença era propagada há muito e que o próprio Alfred Nobel, inventor da dinamite, acreditava em tal possibilidade pacificadora da ciência, vê aí apenas uma utopia ultrapassada:

A última guerra forneceu múltiplos exemplos dos terríveis aparelhos empregados pela primeira vez – aviões, submarinos, gases asfixiantes, jorros de chamas, bombardeamentos a enormes distâncias por canhões monstruosos... Os não combatentes não foram poupados. A ciência, nas suas aplicações guerreiras mais parece a caixa de Pandora que a pomba trazendo o ramo de oliveira.

Também o físico francês Charles Édouard Guillaume, vencedor do prêmio Nobel em 1920, expressava a mudança de posicionamento em relação à ciência após o conflito sem precedentes:

Nos primeiros anos deste século dizia-se francamente:

_ A guerra tornou-se impossível, porque de tal forma se aplicaram os princípios científicos ao aperfeiçoamento das armas, e estas se tornaram tão destruidoras, que nenhum povo se arriscará a avançar sobre outro, nem assumir a sangrenta responsabilidade desse ato.

A Grande Guerra deu-lhes um desmentido formal. Contra os movimentos nacionais não há raciocínio que valha.

Em um exemplar da obra do filósofo e matemático inglês Bertrand Russel, *Icarus or the future of science* (1925), Tristão de Athayde sublinhou as passagens em que o autor confessava, logo na abertura do volume, que ele estava convencido de que “a ciência será usada muito mais para promover o poder dos grupos dominantes do que para fazer os homens felizes. Icarus, tendo sido ensinado por seu pai Dedalus a voar, foi destruído por sua imprudência”⁵²⁸. Em um de seus *Ensaio céticos*, Russel traçava o seguinte panorama da Europa nos anos 1920:

Estamos acostumados a admitir o progresso como correto: aceitar sem hesitação que as mudanças ocorridas durante as últimas centenas de anos foram inquestionavelmente para melhor, e que mudanças futuras benéficas com certeza ocorrerão indefinidamente. No continente europeu, a guerra e suas consequências abalaram essa crença firme, e os homens começaram a olhar para a época anterior a 1914 como idade de ouro, que talvez nunca torne a ocorrer por séculos⁵²⁹.

Crenças seculares como a da possibilidade de a “Ciência” se tornar um princípio maior e orientador de um mundo em constante progresso tinham na catástrofe da guerra a prova de seus erros. A ideia de decadência passou a ser tão importante quanto a de progresso, assim como

⁵²⁶ COMPAGNON, O. *O adeus à Europa*, p. 18.

⁵²⁷ Cf. Uma “enquete” sensacional. Poderá a ciência contribuir para a supressão da guerra? *O Jornal* (SEGUNDA SEÇÃO), Rio de Janeiro, 2 mai. 1926, p. 1.

⁵²⁸ Cf. RUSSEL, Bertrand. *Icarus. The future of science*. Third impression. London : Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1925, p. 5. Acervo CAAL.

⁵²⁹ RUSSEL, Bertrand. *Ensaio céticos*. Porto Alegre: L&PM, 2014, p. 95.

o conceito de civilização assumia um caráter plural e, ainda, suas oposições não se referiam apenas à barbárie, mas também, à “cultura”. Trata-se de um contexto intelectual e cultural extremamente complexo, no qual, porém, é possível delinear análises, posicionamentos e orientações que começam a ganhar grande relevância. Em uma visita ao Brasil em 1926, o crítico e escritor francês Paul Hazard comentava que “a guerra ocasionou na sociedade francesa um completo transtorno, um mal estar geral, e conseqüentemente uma grande ânsia para uma situação mais favorável, e um certo horror pelo passado”⁵³⁰. Talvez por terem sido derrotados no conflito, são os intelectuais alemães os que mais dramatizam o momento pós-bélico. A obra de Oswald Spengler, *O declínio do Ocidente* (1918-1922), fez um enorme sucesso e teve grande repercussão na Europa e nas Américas⁵³¹. Suas leituras são variadas, tanto à época, quanto na historiografia das ideias. A afirmação da variedade civilizacional, cultural e humana era um dos pontos do olhar de Spengler:

[...] em vez desse quadro desolador de uma história linear do mundo [...] eu vejo o espetáculo de um grande número de poderosas culturas – cada uma delas florescendo com pujança antediluviana do seio de uma paisagem-mãe, à qual cada uma continua estreitamente ligada, no decorrer de toda a sua existência, cada uma imprimindo a sua própria forma ao seu material – a humanidade –, cada uma tendo as suas próprias ideias, as suas próprias paixões, a sua vida própria, o seu próprio querer e sentir, a sua própria morte. [...] Estas culturas, seres vivos de categoria superior, crescem com a sublime falta de finalidade das flores que crescem no campo, e, como as plantas e os animais, fazem parte da natureza viva de Goethe e não da natureza morta de Newton. Vejo na história do mundo um quadro em eterna formação e transformação, o quadro de um maravilhoso nascer e perecer de formas orgânicas⁵³².

As civilizações, assim, deveriam ser consideradas a partir de sua “morfologia”, como afirmava o próprio subtítulo da obra, tratava-se de um *Esboço de uma morfologia da história universal*.

A noção *Gestalt* [forma] deveria substituir a de *Lei*, a partir de uma reflexão segundo a qual:

Lei é o princípio apropriado aos “procedimentos exatos, mortíferos, da física moderna. A ideia de *Gestalt*, por outro lado, opera no reino ao mover-se e do vir a ser”. A primeira busca um domínio “sistemático” das leis naturais e das relações causais do mundo natural e do social; a última almeja uma “morfologia” do “orgânico”, da história e do “destino”. Spengler descreve esta última forma de explicação como “fisiognômica”. O modo sistemático atingiu um plano elevado no Ocidente e agora está em declínio. O futuro pertence às explicações fisiognômicas. A própria morfologia histórica de Spengler é uma precursora do futuro, um mapa das culturas do mundo, traçado do ponto de vista dos princípios míticos em suposta ascensão⁵³³.

Conforme apontara Jeffrey Herf, a riqueza e atualidade da perspectiva de Oswald Spengler, que faziam dele um modernista reacionário, não residiriam nessa revalorização romântica da

⁵³⁰ O movimento renovador da literatura francesa. A opinião do sr Paul Hazard, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1926, p. 5.

⁵³¹ Cf. NICHOLS, Roger A, Thomas Mann and Spengler, *The German Quarterly*, Vol. 58, N° 3, pp. 361-374, Summer 1985.

⁵³² SPENGLER apud BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Dimensões de Macunaíma*: Filosofia, gênero e época. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1987, p. 73.

⁵³³ HERF, J. *O modernismo reacionário*, p. 67.

existência de cada povo, comunidade ou civilização, mas de sua articulação entre tradição e modernidade, entre cultura e civilização, sem submeter necessariamente os avanços tecnológicos à conformação de uma sociedade racionalizada e tecnicizada em todos os seus âmbitos. Assim, se o conflito entre “Cultura” e “Civilização”, que teve reiteradas formulações nas obras de alemães como Friedrich Nietzsche, Thomas Mann e outros⁵³⁴, tradicionalmente opunha uma *vida* tradicional, instintiva e autêntica a uma *realidade* inovadora, racionalista e normalizadora, na obra de Spengler haveria mais em jogo:

O aspecto politicamente explosivo da versão spengleriana do romantismo e da *Lebensphilosophie* [filosofia da vida] não se situava na reinstauração das dicotomias da *Kultur* e da *Zivilisation*. [...] Mais propriamente, a originalidade de Spengler situava-se no amálgama de um panorama do passado com uma visão de mito e símbolo que indicava a possibilidade de uma nova era de política estetizada amanhecendo no futuro. Mais ainda, ver os avanços da técnica moderna através dos prismas de semelhante simbolismo transformava os fatos profanos da vida cotidiana em fatos sagrados e transcendentais⁵³⁵.

No contexto alemão, a filosofia de Spengler garantia aos nacionalistas reacionários a articulação da tradição política prussiana com os avanços tecnológicos que não deveriam mais ser vistos como infensos à cultura, mas como passíveis de incorporação segundo a síntese vitalista spengleriana. Conforme avaliava o filósofo Theodor Adorno, “a verdadeira história transfigura-se ideologicamente em história da alma, a fim de colocar o que é antitético e rebelde no homem, a consciência, sob o domínio cada vez mais completo da necessidade cega”⁵³⁶. A história é vista antes como um destino do que como um processo que seguiria leis ou princípios de causalidade⁵³⁷. E o destino de toda “cultura” era o de conforma-se como “civilização”:

A civilização é o destino inevitável de toda cultura. [...] Civilizações são os estados extremos, mais artificiosos, que uma espécie superior de homens é capaz de atingir. São um término. Seguem ao processo criador como o produto criado, à vida como à morte, à evolução como à rigidez, ao campo e à infância das almas como a decrepitude espiritual e a metrópole petrificada, petrificante. Representam um fim irrevogável, no qual sempre se chega, com absoluta necessidade⁵³⁸.

Estas ideias ganhavam leituras, concretizações e avaliações interpretativas variadíssimas. Neste sentido, o trabalho de Donna V. Jones, *The racial discourses of life philosophy - Négritude, vitalism and modernity*, é bastante expressivo na exposição dos processos de apropriação dessas visões de mundo que, em suas reivindicações vagas pelos direitos à “vida”, pelo “irracional” e até por certo misticismo existencial, permitiriam críticas radicais às hierarquias culturais e civilizacionais desenvolvidas no discurso de expansão

⁵³⁴ Cf. NICHOLS, Roger A, Thomas Mann and Spengler, *The German Quarterly*, Vol. 58, Nº 33, Summer, pp. 361-367, 1985.

⁵³⁵ HERF, J. *O modernismo reacionário*, p. 69.

⁵³⁶ ADORNO apud. HERF, J. *O modernismo reacionário*, p. 67.

⁵³⁷ “Um tema fascinante em Spengler é o problema do Destino e como ele o opõe ao princípio de causalidade. A história é pesada com o destino, argumenta ele, mas é livre de leis”. NICHOLS, Roger A. Thomas Mann and Spengler, *The German Quarterly*, Vol. 58, Nº 33, Summer, 1985, p. 370.

⁵³⁸ SPENGLER apud BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Dimensões de Macunaíma*, p. 74.

européia pelo mundo. Além disso, Jones destaca o fato de que o “Vitalismo gozou ainda de uma sobrevida não apenas por novos trabalhos influenciados pelos primeiros *Lebenphilosophs* [*Filósofos da vida*], mas também nas visões de teóricos contemporâneos como Gilles Deleuze, Antonio Negri, Giorgio Agamben e Elizabeth Grosz”⁵³⁹.

Deve-se, portanto, ter em mente a complexidade de um horizonte simbólico e teórico que não deixou de fazer parte das legitimações das práticas abomináveis de ação do Estado segundo critérios da “vida” de uma “raça” em detrimento de outras, mas que foi mobilizado como meio de afirmação dos movimentos intelectuais, políticos, poéticos e artísticos que reivindicavam o “direito à vida” da produção intelectual colonial, especialmente a negra e africana, como parte cultural da humanidade. Dessa forma, conforme esclarece Jones:

O Vitalismo foi, por exemplo, biológico e espiritualista, naturalista e teológico. Assim como a vida em si mesma pode ser nada além do que um nome acerca de várias formas de viver, o vitalismo pode ter como essência apenas o nome de uma série de doutrinas e movimentos assentados na vida entendida de maneira diferenciada⁵⁴⁰.

No contexto da Grande Guerra, deve-se ter em mente o processo segundo o qual:

O Vitalismo encapsulava também a mudança na natureza das críticas ao capitalismo. Nos anos que levaram e sucederam à Grande Guerra, o evento divisor de águas da modernidade, os termos da crítica social e cultural foram modificados de maneira decisiva, movendo-se de Marx e Hegel para Bergson e Sorel, Nietzsche e Heidegger. [...] os críticos que focavam a pobreza entre trabalhadores e as desigualdades passam a levantar preocupações morais sobre o oportunismo e o egoísmo do mercado através do contraste entre *Gemeinschaft* [Comunidade] e *Gesellschaft* [sociedade], de modo que a crítica decisivamente atingiu um novo registro nesses anos. Aí encontramos a consumação das concepções radicais da modernidade como uma fonte de desencantamento e de inautenticidade do tipo de existência a ela associada⁵⁴¹.

Assim, é a “vida”, e não a “racionalidade”, a “ciência”, a “verdade”, o “justo”, a “tradição”, a “ideia”, o “voto” etc. que deveria dar a última palavra acerca da legitimidade de todos esses princípios mencionados. Conceito, ideia, imagem, símbolo e lema a “vida” poderia reorganizar desde os saberes biológicos até aqueles relacionados à história e à sociologia.

Se foi “em nome da ‘vida’ que o racismo Europeu foi desafiado pelas colônias”⁵⁴², também no interior da cultura intelectual brasileira cumpriu importante papel o “vitalismo”, assim como o “culturalismo” que lhe era associado e, conseqüentemente, o relativismo civilizacional. A “civilização” poderia estar em qualquer lugar. Assim como os jornais anunciavam a possibilidade de a lendária Atlântida, “berço civilizacional”, estar em algum lugar do sertão brasileiro⁵⁴³, os intelectuais se preocupavam com o que poderia ser a civilização

⁵³⁹ JONES, Donna V. *The racial discourses of life philosophy*. Négritude, vitalism, and modernity. New York: Columbia University Press, 2010, p. 4.

⁵⁴⁰ JONES, D V. *The racial discourses of life philosophy*, p. 7.

⁵⁴¹ JONES, D V. *The racial discourses of life philosophy*, p. 8-9.

⁵⁴² JONES, D V. *The racial discourses of life philosophy*, p. 9.

⁵⁴³ Trata-se das pesquisas do geógrafo inglês coronel Percy Fawcett que causavam sensação nos jornais da época. Cf. A descoberta da Atlântida no sertão brasileiro? *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1925, p. 1-2.

brasileira que, segundo as metáforas vitalistas, estaria no seu nascedouro e reivindicaria decisões cruciais, uma vez que iria “crescer” num contexto marcado pelo imperialismo internacional e pelo combate de civilizações (ou de “luta pela vida?”) em que o risco de morte era iminente, como revelara a guerra. João Ribeiro, em 1923, fazia uma análise bastante precisa das ideias de Spengler, assim como criava uma imagem angustiante sobre o que estava em jogo:

[...] a “civilização” é a última fase da “cultura”; é o princípio de sua putrefação e ruína. A cultura ocidental chegou ao seu período final de civilização e dissolve-se lentamente. [...] É realmente um quadro lúgubre o das perspectivas que nos cabem no século presente. O majestoso e tranquilo rio da civilização, como num calafrio nos dizia Carlyle, aproxima-se de um Niágara formidável⁵⁴⁴.

Se Oswald Spengler expressava a visão de mundo de uma civilização decadente, o filósofo Hermann von Keyserling era apresentado por Tristão de Athayde como o representante de um “mundo que nasce”, conforme o título de sua obra principal. Ambos os autores seriam as expressões “representativas do pensamento alemão logo depois da guerra”. Ao passo que Spengler representaria um espírito “crítico”, Keyserling incorporaria uma visão “mística”, de modo que o primeiro reduziria “o homem a um simples elemento na engrenagem das culturas”, veria “nestas uma série de evoluções parciais e limitadas, que se correspondem em todos os tempos e em todos os lugares”, acabando por considerar “a *história* como sendo a especulação fundamental para a justa interpretação do universo”⁵⁴⁵. O segundo, por sua vez, partiria “do *homem* em si e não da humanidade”, considerando “o homem como sendo a chave da história e não a história como explicação do homem”. Dessa forma, explica o crítico, para Keyserling, é “o homem, como criatura de espírito, que representa o centro do universo. E sendo assim, a especulação fundamental deixa de ser a história para ser a *filosofia*”⁵⁴⁶.

O primeiro ponto diferenciado do pensamento de Keyserling residiria no fato de o intelectual alemão procurar reabilitar “a filosofia como elemento de vida. Pensa que os filósofos desacreditaram a filosofia, separando-a da vida, reduzindo-a a sistemas rígidos, trazendo-a do ar livre, que é o seu elemento natural, para os gabinetes de estudo, que representam a sua cristalização e a sua morte”. Assim, ao gabinete, Keyserling teria optado pela viagem:

Em vez de concentrar-se, disseminou-se. Em vez de ficar imóvel, como Kant, chamando a si todas as ideias do universo, - partiu para procurar as ideias em cada canto do universo. E daí o paradoxo de ter sido um livro de viagem, o seu “Diário de Viagem de um filósofo”, a pedra angular de sua própria mensagem filosófica⁵⁴⁷.

O mundo oriental lhe revelaria uma nova visão, um “novo espírito”, de modo que do “Oriente é que virá, a seu ver, a salvação, a renovação, mas em forma ainda inconcebíveis à nossa

⁵⁴⁴ RIBEIRO, João. Notas avulsas. O spenglerismo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 set., 1923, p. 1.

⁵⁴⁵ ATHAYDE, Tristão de. Keyserling. *Estudos II*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1928, p. 287.

⁵⁴⁶ ATHAYDE, Tristão de. Keyserling. *Estudos II*, p. 287-288.

⁵⁴⁷ ATHAYDE, Tristão de. Keyserling. *Estudos II*, p. 289.

mentalidade atual, embora já visíveis na aurora do povo russo, em seu novo regime político”⁵⁴⁸.

A oposição entre cultura e civilização se faz presente também no pensamento de Keyserling: “O mal secreto do mundo ocidental era a sua mecanização. A civilização tinha vencido a cultura. A máquina tinha aniquilado o homem. O progresso material tinha usurpados direitos da vida espiritual”⁵⁴⁹. O maior personagem de tal condição seria a figura do “‘chofer’ (o ‘chauffeurmensch’), do homem máquina por excelência, do homem pura agitação improdutiva”. A obra de Keyserling, por ser provida de um “espírito místico”, na verdade, “pseudo-místico”, um “objetivismo místico que prolifera hoje em dia”, refletiria “mais de perto a alma de seu povo e o ambiente de sua época”. Aí residiria a capacidade de renovação de sua obra que, ao contrário da de Spengler, anunciaria um renascimento civilizacional.

Cultura e civilização brasileira

Ao tratar das tendências interpretativas da realidade brasileira no interior do modernismo, Tristão de Athayde, como apontamos anteriormente, não verificava orientações politicamente engajadas. Numa ocasião, comparando os movimentos de vanguarda da Argentina e do Brasil, uma das diferenças entre os dois países residiria justamente neste aspecto:

Sendo o Brasil um país muito mais industrial que a Argentina, o movimento socialista ou comunista é mais importante lá do que aqui, devido à sua civilização essencialmente urbana. O reflexo na poesia é imediato. Há vários poetas de tendências libertárias, entre os novos. E quase todos cheios de palavreado típico dos grandes centros, da retórica de clubes e cafés. Aqui, por ora, não⁵⁵⁰.

Assim, as orientações modernistas abrigariam concepções variadas sobre a realidade brasileira que não traziam para o primeiro plano perspectivas de ação política direta. Apesar de verificar que tais “tendências” não guardariam muita estabilidade, o crítico arrisca-se a defini-las:

Muito se tem discutido. Muito se tem ensaiado. Muito já se tem abandonado. Reter em conceitos precisos esse caos é desejar apenas ser desmentido pelo tempo. Tanto mais quanto há sempre o cruzamento recíproco das tendências individuais desejadas com o movimento coletivo inconsciente. Freud escreveu longamente sobre a duas faces do nosso ser: o que afirmamos de nós e o que se processa em nós, ou, como ele diz, o “ich” e o “es”. Mais ou menos o “moi” e o “soi”, de Daudet. É o que se dá nos movimentos de hoje entre nós. E que torna toda cartografia literária mais ou menos mitológica⁵⁵¹.

O crítico lembra que “ainda hoje podemos observar as duas tendências perto da fonte e, portanto, com certos caracteres de oposição ainda marcados. Dentro em breve, talvez, já não seja possível. Tudo, entre nós, tende à fusão. Ao tanto faz”.

O grupo da primeira tendência contaria com os nomes de Graça Aranha e Ronald de Carvalho, ao passo que a segunda seria formada por Mário de Andrade, Oswald de Andrade,

⁵⁴⁸ ATAHYDE, Tristão de. Keyserling. *Estudos II*, p. 290.

⁵⁴⁹ ATAHYDE, Tristão de. Keyserling. *Estudos II*, p. 292.

⁵⁵⁰ ATHAYDE, Tristão de. Poesia argentina moderna, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1928, p. 4.

⁵⁵¹ ATHAYDE, Tristão de. Tendências, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1926, p. 4.

Alcântara Machado, Sérgio Buarque de Holanda e Manoel Bandeira. A primeira tendência expressaria os anseios civilizacionais de incorporar o Brasil ao progresso material ocidental:

O pensamento do sr Graça Aranha, tão impregnado de Marinetti, é que o Brasil dormita. Que nós vivemos engorgitados de terrores, de duendes, ou de imitações e que devemos galvanizar toda essa inércia. O brasileiro vive triste, quando deve ser alegre. O brasileiro vive indolente, quando deve ser impulsivo. O brasileiro vive vencido, quando deve ser vitorioso. Sua arte arrasta-se em meias tintas, quando deve refletir o colorido violento dos trópicos. Seu espírito subordina-se a tradições ancestrais, quando deve romper com o passado. Sua imaginação repete lições de disciplina, quando deve soltar o seu ímpeto faunescos. O nosso futuro está na civilização. É preciso sacudir o mistério verde das florestas. O trilho que aterre os pântanos e os bugres. Os silvos das Pacific que abafem os silvar das cascáveis. O rufo dos Farmans que espanque para longe o ruflar das jaçanãs. Que o futuro se afirme vitoriosamente contra as blandícias do passado. Que as leis incorporem a libertação dos vínculos tradicionais. Que a raça se depure de suas mestiçagens africanas e se arianize. Que o indivíduo afirme vitoriosamente a sua personalidade. Que a razão expulse a fê. Que o instinto governe a razão. Que a liberdade estimule o instinto. O Brasil precisa viver violentamente a sua vida. E a sua vida é o progresso, é o futuro, é a libertação absoluta do indivíduo. Portanto o segredo de sua arte é o tropicalismo. A estilização violenta e livre do seu meio, transformado pela civilização da máquina. Seu instrumento – a mocidade dionisiaca. Sua estética – o dinamismo⁵⁵².

Ao “dinamismo” de Graça Aranha estaria contraposta uma tendência muito diversa que o crítico associa com mais contundência às figuras de Oswald de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda:

Para eles a civilização faliu. A Europa, à qual vivemos ligados desde a descoberta, e da qual temos importado todos os nossos movimentos literários, falhou em sua tarefa. Nada temos a aprender com ela senão a confissão de sua própria falência. E, portanto, pensemos em nós. Sem nada de preconcebido, pois o passado nada nos pode dar. Sem nada de intencional, pois não sabemos para onde vamos nem o futuro que nos convém. Fechemos, portanto, as nossas portas ao passado e ao futuro. E vamos viver no presente. Nosso único refúgio. Nossa única verdade. E qual é essa verdade? Será o brilho de nossas capitais modernas? Será o progresso de nossas indústrias? Será a conquista do sertão? Será a cultura? Será a instrução difundida? Será a imigração branca dinamizando a raça? Será a luta contra os preconceitos religiosos? Será afirmação do indivíduo contra o meio? Será o riso claro da mocidade contra o rito macabúzio da melancolia ambiente? Nada disso, dizem eles. O brasileiro tem sofrido de “talento”. É a inteligência que o tem escravizado à velha casaca europeia. O brasileiro não é independente porque não se resigna a começar do princípio. Se vive dos outros é que quis partir de onde os outros acabavam. Quando deve refazer por si todo o trabalho que os outros fizeram. Começar por onde eles começaram. Partir do nada. E para isso o que lhe falta é a coragem de aniquilar-se. A coragem de sacudir de si todo o aprendido, todo o acumulado, todo o intencional. De deixar de ser inteligente. De descivilizar-se. Este será o trabalho essencial de quem deseja realmente fazer uma obra nacional, uma obra com raízes, sem artifício, sem pressa, sem aventuras. E, portanto, a obra, talvez ingrata e dolorosa, mas necessária de nossa geração, dizem eles, é voltar atrás, destruir o que foi feito sem alicerces, cortar o que foi enxertado de fora. E buscar sem vaidade os elementos espontâneos e primários de nossa existência nacional. Vamos fazer nova vida. Vamos deixar de pretensões ridículas. De academias ou de progresso. De arte universal ou imitações futuristas. E para isso começemos do germen inicial. Nosso lema – a liberdade de vegetar. Nosso esforço – o de captar os elementos

⁵⁵² ATHAYDE, Tristão de. Tendências, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1926, p. 4.

inconscientes, nativos, profundos, que nos estão formando sem querer. Nosso modelo – o primitivo. Nossa estética – a falta de estética⁵⁵³.

Tais “tendências” seriam instáveis em sua reprodução intelectual por parte dos autores mencionados, mas dariam um panorama da maneira como os modernistas identificavam o Brasil em uma conjuntura internacional em crise. O crítico impõe reparos às duas tendências:

Aceitar a concepção do sr Graça Aranha é louvar uma concepção materialista da civilização. É voltar ao racionalismo. É prosseguir no naturalismo mais ou menos disfarçado. É repetir a concepção nietzscheana da existência. É falsear todo o nosso caráter. Importando o utilitarismo. Recalcando sentimentos naturais de nossa alma. Artificializando, portanto, mais uma vez a nossa arte, pela supressão de suas raízes e pela inserção de caracteres estranhos. Seria possivelmente precipitar e falsear a nossa formação. Aceitar, por outro lado, totalmente o primitivismo, seria voltar a um ponto de partida ilusório e falso. Impossível. Fazer literatura apenas às avessas. E conseguir apenas disseminar um escárnio infecundo, um pessimismo inútil e meramente destruidor.

O dinamismo e o primitivismo não poderiam contemplar a complexidade da realidade nacional. Assim como os esforços de “dinamização” e modernização “esbarrariam” nos aspectos “inertes” e “primitivos” do país, os impulsos “primitivistas” só poderiam se realizar pela mistificação e pelo falseamento das realidades históricas e sociológicas do Brasil.

Ambas as orientações não poderiam perder de vista o risco de apenas reproduzirem expectativas das civilizações imperialistas, como o crítico afirmara anteriormente:

[...] a América já representa alguma coisa para a inteligência da Europa, embora não por meio de sua inteligência. O que a Europa pede à América é justamente uma reação contra o intelectualismo, em que Spengler já divisa os sinais definitivos da decadência. [...] Não é, portanto, à nossa inteligência que a Europa se dirige, para atenuar os males que o excesso de sua inteligência lhe tem causado. Mas nós não podemos contentar com isso, que em nós contenta a Europa. Nós procuramos exatamente o oposto. Nós procuramos inteligência. E inteligência não para fugir à fatalidade do meio, como muitos o fazem aliás, mas para compreender, para assimilar, para conquistar o nosso ser, afinal. Somos muito mais complexos do que eles nos veem. E nós, do Sul, muito mais que os do Norte, cuja civilização difere profundamente da nossa⁵⁵⁴.

O primitivismo poderia ser visto como uma visão de mundo concretizada em uma arte que não deixa de ser expressão de uma realidade imperialista incapaz de perceber a complexidade daqueles que parecem servir apenas como “uma fuga da civilização”. A decadência da “civilização” promoveria a sedução pela “barbárie”, especialmente num registro estético:

Estamos cada vez mais vivendo uma era em que a extrema civilização e a extrema barbaria se tocam. Chegamos a um verdadeiro estado de saturação civilizada, que se destrói por si mesmo. Há pouco, fazendo uma crítica do livro daquele desmiolado que se jogou num bote “sozinho através do Atlântico” (Alain Gerbault), escrevia Joseph Delteil, um dos escritores da extrema vanguarda literária em França, e cuja *Jeanne D’Arc* tanta tinta fez correr: “*Se liberar da civilização não é hoje o problema essencial?*”⁵⁵⁵.

⁵⁵³ ATHAYDE, Tristão de. Tendências, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1926, p. 4.

⁵⁵⁴ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 47-48.

⁵⁵⁵ ATHAYDE, Tristão de. Selvas e Salões, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1925, p. 4.

Por outro lado, o “dinamismo” modernizador poderia ser associado à civilização nascente despertadora dos ódios e desejos europeus⁵⁵⁶: os Estados Unidos. Ao analisar o livro de Roy Nash, *The conquest of Brazil*, Tristão de Athayde procurava justamente explicitar tais interesses. Nash ressaltava que não falaria do que todo mundo conheceria, o Rio da Guanabara e a São Paulo industrializada, mas do “homem que mora na casa de lama”. Não se tratava, porém, de um estudo feito por um viajante acerca da etnologia das populações indígenas, coisa que foi comum nos anos 1920, mas de alguém que teria em mente analisar os “problemas de nossa civilização e de nosso futuro”. O quadro pintado por Nash era bastante negativo:

Se um povo é iletrado na proporção de 750 por 1.000, impregnado de moléstias endêmicas, incapaz de cooperação para largos objetivos sociais, com a metade feminina de sua raça ainda marcada com a inferioridade existente na Idade Média, com seu comércio ainda tolhido por toda sorte de empecilhos criados pelos maus governos, vivendo em casas de lama porque é preguiçoso demais para ver a madeira que cresce em frente do seu quintal, satisfeito de viajar com meios de transporte que teriam desgraçado a Idade Média europeia [...] cavando a terra ainda com a enxada como se o arado não tivesse sido inventado, criando um fado inferior que os mercados do mundo não querem adquirir, guardando seus recursos naturais como um rebanho de mulas selvagens na mata virgem, - que haverá mais a dizer? [...] Se o povo é ignorante, desprovido de terras próprias e sem tipos fixos... a culpa é dos traidores do povo, que desgovernaram o Brasil desde que puseram o pé na América..., da glorificação da permanência governativa... do sistema da grande propriedade agrícola. [...] A culpa é ainda do mais falso dos artigos do credo hispano-português – a indignidade do trabalho manual. É a culpa da glorificação da fé e da negação ciência⁵⁵⁷.

Aí se explicitaria a incompreensão entre as duas civilizações americanas, a do Norte e a do Sul. Ainda que concordasse com a maioria das críticas do autor norte-americano, o crítico, dizendo-se alheio a qualquer “patriotada” ou “jacobinismo”, considerava que o livro de Nash, “com toda a sua simpatia aparente, com todo o seu esforço de compreender, com toda a sua ênfase liberal e democrática, é no fundo um livro de ódio e de imperialismo disfarçado”⁵⁵⁸.

Dessa forma, tanto o “primitivismo” quanto o “dinamismo” poderiam corresponder às reivindicações imperialistas das “civilizações”, seja atendendo às expectativas do mercado de arte moderna internacional, seja concedendo campos na Amazônia para exportação de borracha aos EUA, como Henry Ford já anunciava nos jornais brasileiros⁵⁵⁹. Se o primitivismo é o que se reserva à colônia, a exportação de matéria-prima é o que caracteriza a produção econômica das periferias do capitalismo. Oswald de Andrade refutou publicamente a pecha de primitivista a ele concedida por Tristão de Athayde. Em uma carta aberta, ele fazia as seguintes considerações: “Meu prezado redator. Tristão de Athayde está na melhor posição da crítica

⁵⁵⁶ Acerca de Paul Morand, que viajara ao redor do mundo nos anos 1920, Gumbrecht questiona-se: “Seria o ódio por si mesmo a razão que leva os europeus a odiarem os americanos – e a desejarem a América?” GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926*, p. 26.

⁵⁵⁷ NASH Apud. ATHAYDE, Tristão de. Como nos veem, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1928, p. 4.

⁵⁵⁸ ATHAYDE, Tristão de. Como nos veem, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1928, p. 4.

⁵⁵⁹ O milionário Ford vai fazer plantações de borracha na Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1926, p. 1.

brasileira. É preciso prestar atenção ao que ele diz. Permitirá você que eu comente o seu rodapé de domingo no O JORNAL”⁵⁶⁰. Oswald considerava que: “Tristão de Athayde sofre de visões. Enxerga demais. Qualquer atitude da geração repercute nele como numa abóbada e o assusta. Ele se impressiona consigo mesmo. Se assombra com a própria sombra. Nem Graça Aranha tem a importância que ele lhe dá. Nem eu”. Além disso, o intelectual paulista manteria o “apostolado do lado oposto que à menor oportunidade, se transformará no oposto lado do lado oposto”. Assim, naquele momento estaria com “Manoel Bandeira, Prudente, Alcântara, Sérgio e Couto de Barros em quase tudo. Mas a condição que nos liga é a independência”. Andrade propõe outra divisão: “a dos espontâneos (já há alguns) e os coladores”. A “cola” seria a verdadeira tendência na tradição nacional: “No Brasil, a cola tem sido o mais vasto e rendoso dos costumes literários. Rui Barbosa colou. Bilac colou. A Academia Brasileira é uma cola apressada da Francesa. Entre os modernos, anda assim de coladores. Naturalmente, essa gente toda tira nota boa, mas é colado”. Renegava a associação ao primitivismo: “Quanto a mim, não sou primitivista. E não sendo, não posso permanecer em primitivismo algum”. Em uma apreciação rápida de sua produção literária até meados de 1925, Oswald considerava:

Meu caso pessoal, documentado pela minha produção, é o seguinte: 1915. Duas peças em francês de colaboração com Guilherme de Almeida. Dedicadas ao sr Washington Luís Pereira de Sousa. Únicas qualidades. 1922. Os Condenados – Importação e choradeira para impor a mercadoria. Algum crédito. Tristão gostou. 1923. Memórias Sentimentais de João Miramar. Destruição do material errado. A língua que eu falava. Que eu escrevia. Necessária. Urgente. Técnica do desastre. Muita pureza. Um romance brasileiro tão bom como os de Macedo. 1924. Pau Brasil. Apresentação dos materiais inaproveitados, esquecidos ou difamados. Restauração da poesia ao seu verdadeiro sentido. A descoberta. Aqui cabe reivindicar para mim essa frase que já foi colada por muita gente boa: “Poesia de exportação contra poesia de importação”. Chego a nossos dias. Vou publicar neste instante o “Primeiro Caderno de Poesia” e um romance “Serafim Ponte Grande”, cujo prefácio entreguei à “Revista do Brasil”.

A sentença sobre estar no “lado oposto...” é um trocadilho com o artigo de Sérgio Buarque de Holanda que saíra na *Revista do Brasil* e pretendia caracterizar o momento literário brasileiro em 1926. É mais ou menos neste período que se pretende, mais do que manifestar em cartas abertas o repúdio a determinadas figuras, explicitar e caracterizar as divisões que ocorreriam no interior do modernismo, como percebera, à época, Prudente de Moraes, neto:

Foi por volta de 1925, passado o período heroico do modernista, este, que para muitos dos seus próprios adeptos consistia apenas num debate em torno de questões gerais de estética e de questões particulares de técnica, foi tomando a feição morosa das campanhas que parecem se eternizar⁵⁶¹.

Holanda reconhecia os ganhos na mudança que vinha se operando nos últimos dez anos no interior da cultura intelectual brasileira, assim como aludia às disputas modernistas:

⁵⁶⁰ ANDRADE, Oswald de. Tristão de Athayde e a crítica brasileira, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1926, p. 4.

⁵⁶¹ MORAES NETO, Prudente de. Cavaquinho solando, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set. 1927, p. 4.

A gente de hoje aboliu escandalosamente, graças a Deus, aquele ceticismo bocó, o idealismo impreciso e desajeitado, a poesia “bibelô”, a retórica vazia, todos os ídolos da nossa *intelligentsia* e ainda não é muito o que fez. Limitações de todos os lados impediam e impedem uma ação desembaraçada e até mesmo dentro do movimento que suscitou esses milagres têm surgido gérmenes de atrofia que os mais fortes já começam a combater sem tréguas. [...] A convicção dessa urgência foi pra mim a melhor conquista até hoje do movimento que chamam de “modernismo”. Foi ela que nos permitiu a intuição de que carecemos, sob pena de morte, de procurar uma arte de expressão nacional⁵⁶².

Autores como Ronald de Carvalho, Graça Aranha e Guilherme de Almeida são caracterizados como “acadêmicos modernizantes” que “falharam irremediavelmente”, pois, a própria poesia “brilhante” que produziam traria apenas uma “matéria pobre e sem densidade”, de forma que continuaram “a tradição da poesia, da literatura bibelô, que nós detestamos”. Assim, eles seriam aqueles que estariam “do lado oposto” e que fazem todo o possível para sentirem um pouco a inquietação da gente da vanguarda”. Holanda critica o aspecto “intencional” de uma poesia que denunciaria a “ausência de abandono e de virgindade”. O que o revoltava eram pretensões normativas da “expressão nacional”:

Somente me revolto contra muitos que acreditam possuir ela desde já no cérebro tal e qual deve ser, dizem conhecer de cor todas as suas regras, as suas riquezas incalculáveis e até mesmo os seus limites e nos querem oferecer essa sombra em vez da realidade que poderíamos esperar deles. Pedimos um aumento de nosso império e eles nos oferecem uma amputação (Não careço de citar aqui o nome de Tristão de Athayde, incontestavelmente o escritor mais representativo dessa tendência, que tem pontos de contato bem visíveis com a dos acadêmicos “modernizantes” que citei, embora seja mais considerável)⁵⁶³.

Trata-se de um artigo de combate estabelecendo os lados do modernismo brasileiro, discriminando papéis e posições identitárias que estariam em oposição, mas cujos argumentos, é preciso lembrar, sobre a “mocidade”, “virgindade” e apelo à “liberdade” não eram exatamente uma novidade nem propriedade exclusiva de nenhum dos “lados”:

O que idealizam, em suma, é a criação de uma elite de homens inteligentes e sábios, embora sem grande contato com a terra e com o povo [...], gente bem intencionada e que esteja de qualquer modo à altura de nos impor uma hierarquia, uma ordem, uma experiência que estrangulem de vez esse nosso maldito estouvamento de povo moço e sem juízo. Carecemos de uma arte, de uma literatura, de um pensamento enfim, que traduzam um anseio qualquer de construção, dizem. E insistem sobretudo na panaceia abominável da *construção*. Porque para eles, por enquanto, nós nos agitamos no caos e nos comprazemos na desordem. Desordem do que? É indispensável essa pergunta, porquanto a ordem perturbada entre nós não é decerto não pode ser a *nossa ordem*, há de ser uma coisa fictícia e estranha a nós, uma lei morta, que importamos, senão do outro mundo, pelo menos do Velho Mundo. [...] O erro deles está nisso de quererem escamotear a nossa liberdade que é, por enquanto pelo menos, o que temos de mais considerável, em proveito de uma detestável abstração inteiramente inoportuna e vazia de sentido. Não me lembro mais como é a frase que li num ensaio do francês Jean Richard Bloch e em que ele lamenta não ter nascido num país novo, sem tradições, onde todas as experiências tivessem uma

⁵⁶² HOLANDA, Sérgio Buarque de. O lado oposto e outros lados, *Revista do Brasil* (Terceira Fase), Ano I, Nº 3, 15 out. 1926, p. 9.

⁵⁶³ HOLANDA, S B de. O lado oposto e outros lados, *Revista do Brasil*, p. 10.

razão de ser e onde uma expressão artística livre de compromissos não fosse ousadia inqualificável. Aqui há muita gente que parece lamentar não sermos precisamente um país velho e cheio de heranças onde se pudesse criar uma arte sujeita a regras e a ideias prefixadas⁵⁶⁴.

Holanda lamentava que “*gente da Action Française*”, como Charles Maurras, Henri Massis e, ainda, intelectuais como Julien Benda e T S Eliot passariam a ter “o apoio em muitos pontos do esplêndido grupo ‘modernista’ mineiro da ‘A Revista’ e até mesmo de Mário de Andrade, cujas realizações apesar de tudo me parecem sempre admiráveis”. Acerca deste último, o jovem crítico dizia que “a sua atual *atitude* intelectualista me desagrade” e que todos os defeitos do paulista estariam nos pontos de contato que manteria com Tristão de Athayde. Ele elencava uma série de autores resistentes ao “construtivismo”: Oswald de Andrade, Prudente de Moraes, neto, Couto de Barros, Manoel Bandeira, Mário de Andrade e Antônio de Alcântara Machado⁵⁶⁵.

Por essa razão, talvez, Tristão de Athayde incluía o nome de Holanda no grupo dos chamados “primitivistas”. Ele começa por traçar um perfil do jovem escritor:

O sr Sérgio Buarque de Holanda é um caso sério, como se diz hoje. Não é um improvisador. Não é um simples repetidor. Nem mesmo um sacristão de capelinha. Muito moço, quase inédito, tem lido este mundo e o outro, tem passado por todas as convicções ou algumas delas – as que mais importam, e não se tem apressado em dizer o que quer. É provável que ainda não saiba bem o que quer. Como todo o mundo, entre nós, a não ser os que se têm em tanta conta que não contam para nós⁵⁶⁶.

O crítico assume um tom senhorial e faz considerações sobre o fato de a nova geração ser mais sincera, enquanto a anterior endeusaria tudo, “ao sabor das simpatias”. Ele nega “a honra (imerecida, etc.) de ser o principal culpado de uma coisa chamada - ‘construtivismo’”. Nessa disputa pelo modernismo, ele diz serem muito frágeis as divisões e considerava que Holanda:

[...] se deixou levar demais pela necessidade de estabelecer barricadas. Nada de melhor. O nosso mal, um dos nossos males, é andarmos todos entre as barricadas sem sabermos ao certo de que lado estamos. Desse mal não creio que nos possamos já curar. É justamente um dos elementos inevitáveis da nossa barbaria nascente. Estamos num “*melting pot*”. Nada mais natural que à temperatura elevada da ebulição derretam-se também as barricadas.

Parte das afirmações de Sérgio Buarque de Holanda, assim, deveria ser vista com reticência:

Mas o que há de pitoresco no caso é justamente isso. O senhor Holanda me acusa de erigir açudes, de fazer distinções, de acreditar na inteligência, de importar rédeas, em vez de esporas (mal comparando...), acusa-me de tudo isso, e no entanto, começa justamente por me prevenir, como qualquer sentinela do Palácio do Catete, velando pela paz da República. “Alto lá camarada. Passe para o lado oposto!”. Assim como quem diria – “o apostolado modernista é meu: seu é o lado oposto passadista”.

Mas era a liberdade ou, melhor, o “mito da liberdade” reclamado por Holanda que mais merecia a atenção analítica por parte do crítico. Dessa forma, ele considerava que:

Eu confesso que sempre achei muito simplória essa ideia de liberdade, como bandeira única de reivindicação estética. Está entendido, e isso sabe o mais bocó dos rabiscadores de versos de suicida iminente, que toda arte é uma libertação. [...] De

⁵⁶⁴ HOLANDA, S B de. O lado oposto e outros lados, *Revista do Brasil*, p. 10.

⁵⁶⁵ Cf. HOLANDA, S B de. O lado oposto e outros lados, *Revista do Brasil*, p. 10.

⁵⁶⁶ ATHAYDE, Tristão de. Construtivismo e destrutivismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 out. 1926, p. 4.

fato, o poeta sempre foi uma criatura que não aceitava o mundo. Que fugia do mundo. Que afirmava o ser do não ser. [...] O poeta foi sempre um prisioneiro ansioso de evasão. Hoje em dia é que o poeta desistiu de evadir-se. E abandonando o passado e o futuro, fez as pazes com o seu inimigo tradicional – o presente. E resolveu aceitar a vida, a sua época, aceitar, aceitar sempre, o que outrora repelia, invectivava, amaldiçoava. E nas sociedades capitalistas o poeta entoava o hino à estrada de ferro, ao automóvel dos milionários, às chaminés de usinas, como nas sociedades comunistas canta o louvor do Estado todo poderoso, do vencedor do burguês, da ordem proletária das cozinhas coletivas, etc.⁵⁶⁷

A liberdade, portanto, seria algo constituinte da arte. Assim, não sendo o artista um “simples fonógrafo”, a sua liberdade deveria ser qualificada, caracterizada e criticada:

Ele não se limita a pôr uma chapa no cérebro e a deixar rodar a “Valência” ou o “I have no banana today”. O artista tem de fazer a sua chapa. E, portanto, tem alguma coisa em mente, fora de si, no fim de seu pensamento, a atingir. E tem de servir a esse fim, de se adaptar a esse fim, de encaminhar a sua emoção interior a esse fim. [...] o defeito do moderno é julgar que só pode haver obras primas ou acadêmicas. Coisa que valha e que não presta. É preciso não esquecer, hoje mais que nunca, as mistificações conscientes ou inconscientes. Porque há uma mistificação inconsciente de que o estado de espírito, o meio, o ambiente, são os culpados. Erigir, portanto, a liberdade em lábaro do modernismo, é restringir o seu campo de ação.

O crítico ressalta o quanto os maiores “destruidores da consciência”, os “suprrealistas”, os “campeões do automatismo” eram sistemáticos em seus manifestos, abordando conscientemente o subconsciente, preparando-se “lucidamente para captar-lhe as mensagens misteriosas”. Não sendo contra tal “pescaria”, tinha outras expectativas da arte moderna. O crítico confessa os seus anseios angustiantes que só poderiam ser contemplados a partir de uma visão de mundo que expressasse as fragmentações da realidade brasileira por ele abordada:

Eu quero apenas o que não podemos deixar de ter – uma arte brasileira complexa, dilacerada, perturbada de auroras e crepúsculos, lutando com deficiências e superfluidades, sentindo em si os clamores de um mundo que morre e as agitações de uma terra que começa, absorvendo as extremas sutilezas de uma civilização extrema e patinando nas mais vulgares grosserias de uma barbaria que se despede. O que não admito é mutilações. O mutilado só pode ser heroico se é uma vítima. E nós não somos vítimas. A não ser da miséria irremediável de ser homens incompletos. O que é sempre melhor do que ser índios. O que eu não aceito, senão no dia em que o sr Oswald de Andrade for ditador literário desta Brasilândia, é que me queiram fazer de índio, é que me vistam de tanga e me arranquem as bombachas de hoje, que o sr Buarque de Holanda felizmente ainda não usa. O que eu não aceito é que me forcem a ser negro, se o não sou. Ou ariano, se o não ousar. E me impeçam de ser o que sou: uma alma cortada de extremos, uma perplexidade melancólica e impulsiva, uma contradição que procura ultrapassar-se, uma conjunção de mensagens indecifráveis, uma pororoca de instintos que se aniquilam com a vontade de ser que se proclama, uma primitividade que se vence e um requinte que não se resigna a conformar-se.

Em uma passagem de verdadeiro impressionismo crítico, Tristão de Athayde reforçava o que lhe atraía nas produções modernistas:

Sim, a arte moderna, no que ela tem de menos intencionalmente moderno, isto é, a arte que nasce realmente do nosso tempo, desta época assombrosa que vivemos, - essa arte que é um romance de Waldo Frank ou uma peça de Paul Fargue ou uma

⁵⁶⁷ ATHAYDE, Tristão de. Construtivismo e destrutivismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 out. 1926, p. 4.

página de Joyce, um conto de Virgínia Wolf ou uma novela de Julien Green, toda essa arte animada, como bem disse Robert Honnert “de revolte et de pureté”, desde o dogmatismo mais ortodoxo de Maritain, até as imprecações mais blasfematória de Louis Aragon, no “Paysan de Paris” ou de Henri Lefebvre nas páginas revolucionárias do “Esprit” – todo esse pensamento toda essa arte moderna, que os críticos superficiais chamam de esgotada, ou de falsa, ou de insensível, reflete esse terrível sentimento de abandono que nos mata. É uma arte profundamente grave. Uma arte profundamente trágica. Os mais fracos, toda a messe dos inquietos ou dos delicados, bem como toda a fauna dos personagens pirandellescos, ficam na angústia incessante desse isolamento, dessa dilaceração, desse abandono. Os mais fortes reagem, triturando-se ou triturando os demais. Mas nenhuma deixa de sentir em si essa onda que parece por vezes asfixiar o homem moderno⁵⁶⁸.

Para além das “tendências” modernistas, ele sugeria a constituição de uma “mística criadora” e que apenas ela cumpriria com a finalidade de “fundir realmente esses dois elementos de nossa realidade. Nem banir os chamados ‘terrores’ primitivos por incompatíveis com o progresso mental, nem comprazer-se neles numa mera evocação de demonismos selvagens ou de superstições sertanejas”⁵⁶⁹. Evitar tanto o “erro do racionalismo” quanto o “erro mistagógico”:

Espiritualizar a nossa emoção criadora. Desdobrar a nossa realidade linear. Transportar para o plano das verticalidades o que ameaça decair permanecendo na simples horizontalidade. Tanto o dinamismo quanto o primitivismo nos levariam a uma arte apenas dos sentidos exteriores. Mas isso já tínhamos com o parnasianismo ou naturalismo. Só a impregnação de espírito poderá, não eliminar os sentidos, pois a arte é por essência coisa sensível e não abstrata, mas enriquecer esses sentidos, fecundá-los com a apropriação de verdades transcendentais e profundas, de universos suprassensíveis ou infrassensíveis. Pelo supra-naturalismo poderemos talvez fundir os elementos contraditórios de nossa alma titubeante.

Tal aspecto “espiritual” concederia às produções literárias russas, exemplificadas nos nomes de Dostoievsky, Gogol e Tchekov, “esse sabor do humano mais que humano, esse desdobramento de vida que torna o localismo mais universal que qualquer arte cosmopolita”⁵⁷⁰.

Uma vez que não haveria fórmula para se atingir tal “estado ‘supranaturalista’”, restaria apenas o trabalho contínuo a ser feito. A expressão da “alma” brasileira, de sua “morfologia”, por assim dizer, precisaria ir além dos “modismos” que o modernismo parecia abraçar, quando, por exemplo, via “apenas nos circos de cavalinhos das cidades o elemento natural, espontâneo total de nossa arte”, arriscando-se “a ficar apenas na literatura regionalista urbana como há cinquenta anos se ficou na literatura roceira”⁵⁷¹. Por mais de uma vez, ele reclamava a necessidade de ir “ao fundo das coisas – ou pelo menos, ao que pensamos ser o fundo delas”. Assim, o crítico lembrava a ausência de trabalhos historiográficos nas produções da jovem geração. Tal falha seria um problema primordial, uma vez que a reflexão acerca do passado, e não o seu mero abandono, seria fundamental a qualquer presente afirmativo:

⁵⁶⁸ ATHAYDE, Tristão de. Pirandello, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 set. 1927, p. 4.

⁵⁶⁹ ATHAYDE, Tristão de. Tendências. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1926, p. 4.

⁵⁷⁰ ATHAYDE, Tristão de. Construtivismo e destrutivismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 out. 1926, p. 4.

⁵⁷¹ ATHAYDE, Tristão de. Atualidades, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1926, p. 4

O Passado não é o que passa mas o que fica. O que passa, na história das coisas e dos homens, não chega a formar o passado: é apenas a corrente turva, indistinta, apressada à qual a massa dos fatos e das ideias confia o seu destino. Só o que vence esse impulso para o esquecimento; só o que emerge dessa evanescência fundamental à natureza, consegue formar então o Passado. Há por vezes injustiças nessa vitória da Passagem contra o Passado. A onda de darwinismo do século passado levou-nos a aplicar a seleção natural a domínios inteiramente estranhos à biologia; quando o mundo social e o mundo mental nos mostram que nada é menos certo, nesses domínios, do que a sobrevivência dos tipos superiores. Essas injustiças, porém, suscitam justamente as reparações, os renascimentos, as revisões do julgamento. E por isso mesmo é que cada geração deve procurar o seu passado⁵⁷².

O processo de suspensão do substantivo “Brasil” manteria os modernistas brasileiros num suposto estado de “virgindade”, “começo primordial” ou, como afirmara Sérgio Buarque de Holanda, como filhos de um “país novo, sem tradições”. Tristão de Athayde estava longe de concordar com tais imagens, preferindo denunciar a falta de reflexão historiográfica à época:

[...] um dos defeitos da nossa geração é a falta desse espírito histórico. Bem sei que a história exige a idade. Até certo ponto, porém. Sobretudo no sentido de aprofundar, de documentar, de consolidar as hipóteses e afirmações da mocidade. [...] Não vejo, até agora, na nossa geração, rapazes que se tenham dedicado à história e que possam pesquisar, com autoridade e lucidez, o passado, de forma a dar-nos a imagem desse “nosso” passado, a que acima me referi. Alguns tem o feito em domínios especializados e isso mesmo, às vezes, sem a necessária documentação original, e pesquisa própria. Na ânsia de futuro, de fazer qualquer coisa de novo, vamos levantando as paredes, depois de lançar apenas um olhar distraído e rápido ao terreno. E daí muito juízo falso ou mesmo justo, mas sem base, sem a filtragem necessária dos elementos recebidos. [...] Nossa história geral está toda em mãos de homens das gerações passadas. Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Rocha Pombo, Oliveira Lima, Alberto Rangel, Tobias Monteiro, todas as nossas autoridades em história já dobraram os cinquenta ou os sessenta. E será quando lá chegarmos que comecem a surgir os nossos historiadores, isto é, quando já não tivermos necessidade deles! Porque a história que interessa, que mais nos interessa, não é a história “do fato”, mas a das ideias, dos movimentos políticos, das reações sociais, enfim, a história de um organismo nacional vivo em formação. E não há uma objetividade imutável da história.

A história, portanto, desempenharia um papel fundamental à conformação daquela morfologia civilizacional de que falava Oswald Spengler. Essencialmente ligada ao presente, a história não teria uma “objetividade imutável”, mas sim uma necessidade reiterada à cada época em perceber o *seu* passado. A própria relação entre história e ficção não poderia ser vista como uma oposição irreduzível, mas antes como diferentes caminhos para se chegar à realidade:

Nada mais ilusório do que delimitar a realidade. Já não falo na acepção filosófica da coisa. Mas simplesmente no emprego quotidiano da palavra. Na sua oposição à ficção. Onde acaba o real, começa a fantasia. Pergunta sem sentido para as crianças e para os simples. As crianças julgam a ficção tão real como a realidade. Os simples acreditam que a ficção é tão irreal quanto é real a realidade e que entre ambas é fácil distinguir, como é fácil desmascarar um mentiroso. Para eles só há duas faces na verdade. E o seu reverso é sempre a mentira, seja por falsidade, por erro ou por fantasia. A falsidade, o erro e a fantasia não são apenas três aspectos que o reverso da verdade apresenta. São três vias para lá chegar. A falsidade é a negação consciente da realidade. O erro é a negação inconsciente da realidade. A fantasia é a deformação

⁵⁷² ATHAYDE, Tristão. Males de ontem e de hoje, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1925, p. 4.

arbitrária da realidade. E esta deformação não é apenas um caminho para aquele reverso da verdade, de que falamos. Pode levar justamente às verdades essenciais que se colocam acima dos nossos cinco sentidos. E neste caso a simples fantasia, a simples deformação arbitrária da realidade, se converte em intuição, que volta a descobrir, por novos rumos, o caminho da verdade. Em tudo, portanto, o que vemos são entretons esfumados, que se não deixam delimitar com precisão⁵⁷³.

Sendo a história a “vida no tempo exterior” e o romance “a vida no tempo interior”, importaria ver como “a vida” se ligaria “aos tempos contrários e confundíveis da realidade e da ficção”.

Entendida antes em seus traços morfológicos vitalistas do que em uma linearidade irresistível, a história poderia aproximar épocas distantes e afastar entre si os períodos recentes:

Estamos mais longe de 1907 do que de 1835. É assim a história dos povos. E a dos homens também, afinal. A cronologia da vida não corresponde à cronologia do tempo. Este nos ensina que os fatos de há um século são mais remotos que os de ontem. A vida, porém, pode dizer-nos o contrário. A ordem de sucessão dos fenômenos, de importância das ideias, da proximidade dos fatos e dos homens, vai-se alterando de geração em geração, de momento em momento. Pascal é mais contemporâneo nosso do que Renan. Maquiavel do que Rousseau. Uma moda feminina de ontem é ridícula e velha. A de já um século é uma obra de arte e sempre nova. A ilusão é julgar que só há um *cronos*⁵⁷⁴.

Vê-se, então, similaridade entre os anos 1920 e o romantismo:

Há no fundo uma identidade de situações. Com o intervalo de um século sentimo-nos de novo em pleno romantismo. Essa é que é a verdade. Não são Hugo ou Lamartine que nos interessam. Nos interessam eu e você, leitor. Nos interessa a repetição dos mesmos problemas e o aparecimento de problemas semelhantes aos que eles tiveram de encarar. Nos interessa sobretudo sentir que o romantismo não é uma escola literária. [...] O romantismo é um estado de espírito. É uma atitude humana. É um momento na história de cada homem e de cada sociedade. Vemo-nos como eles, herdeiros de um passado de negações e de racionalismo, e ansiosos por descobrir novamente um sentido transcendente da vida. Vemo-nos asfixiados por um passado glorioso ou pesado ou complicado demais, e ansiosos por redescobrir as fontes puras da vida. Vemo-nos inquietos, como eles foram inquietos. Vemo-nos melancólicos, como eles foram melancólicos. Vemo-nos insatisfeitos também. Vemo-nos ligados por analogias estranhas de espírito ao que se passa no espírito de outros homens muito distante de nós, - como os nossos avós de há cem anos iam buscar à beira do Sena o segredo de redescobrir as nossas selvas. Tudo analogia. Tudo repetições, tudo ecos vagos ou precisos. O romantismo é o nosso coração. [...] E se acaso, leitor, você não se reconhece nessas angústias ou faz delas apenas um tema de libertação individualista ou de sibirismo estético, mude o “nós” para “eu”, e não se julgue forçado a seguir quem não se entrega ao sentido do tempo que procura, quase sempre, subir a corrente⁵⁷⁵.

Um dos alicerces da afirmação romântica nacionalista, como se sabe, era a promoção da língua nacional cuja “revolução herderiana”, na denominação de Pascale Casanova, instauraria, a partir da obra do alemão Johann Gottfried von Herder, “um vínculo necessário entre a nação e a língua, ele autoriza todos os povos ainda não reconhecidos politicamente e culturalmente a reivindicarem uma existência (literária e política) na igualdade”⁵⁷⁶. Segundo as

⁵⁷³ ATHAYDE, Tristão de. História e ficção, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1926, p. 4.

⁵⁷⁴ ATHAYDE, Tristão de. Aspectos Brasileiros, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1926, p. 4.

⁵⁷⁵ ATHAYDE, Tristão de. O Pré-Romantismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 set. 1928, p. 4.

⁵⁷⁶ CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des Lettres*, p. 117.

concepções românticas, “o caráter espiritual e o caráter linguístico de um povo se confundem. A língua é a manifestação do espírito dos povos; sua língua é seu espírito e seu espírito sua língua; não se poderia pensa-los senão como idênticos”⁵⁷⁷. Nesse sentido, a ideia romântica de “língua” contrapunha-se ao conceito científico de “raça” como determinante da característica de um povo. Se, por vezes, eles poderiam se conjugar, em outros casos, como no da afirmação dos primeiros movimentos pan-africanistas no início do século XX, especialmente nos escritos do norte-americano Alexander Crummell, a “raça” prevalecera sobre língua:

Para Herder, profeta do nacionalismo alemão e filósofo fundador da moderna ideologia da nacionalidade, o espírito de uma nação expressava-se sobretudo em seu *Sprachgeist*, o espírito da língua; e uma vez que [...] há muito de Herder em Crummell, seria esperável vermos Crummell debatendo-se com a tentativa de descobrir nas línguas tradicionais da África uma fonte de identidade. Contudo, a adoção desse princípio herderiano por Crummell enfrentou obstáculos insuperáveis, entre eles seu conhecimento da variedade das línguas africanas. É que, na época de Crummell, a nação fora inteiramente racializada: admitindo-se seu pressuposto de que o negro era uma única raça, ele não poderia buscar na língua o princípio da identidade negra, simplesmente por haver línguas demais. Para Crummell, como deixa claro “A língua inglesa na Libéria”, não é o inglês como *Sprachgeist* dos anglo-saxões que importa: é o inglês como veículo do cristianismo e – o que ele veria como exatamente a mesma coisa – da civilização e do progresso⁵⁷⁸.

Assim, desde a publicação, em 1767, da obra de Herder, *Fragmentos Sobre Uma Nova Literatura Alemã*, e de suas reinterpretações e ressignificações as mais variadas⁵⁷⁹, a língua entendida como expressão máxima de um povo passaria a concorrer com outros valores e, em última análise, poderia mesmo ser diminuída e extinta frente aos “avanços” da “civilização”. Após a Grande Guerra, intelectuais alemães eram os que mais dramatizavam tais “avanços” identificados com os progressos da técnica, da ciência e do “materialismo”. Neste sentido, Tristão de Athayde analisara o artigo do controverso intelectual alemão Paul Fechter⁵⁸⁰, “Das Sterben der Sprache” [literalmente, “A morte da língua”], lançado em 1926 na revista *Die Literatur*, no qual o autor sentenciava que: “Gerações anteriores quebraram a cabeça sobre a origem das línguas. A nossa tarefa vai ser de acompanhar a morte das línguas”⁵⁸¹. O crítico fazia

⁵⁷⁷ SCHLANGER, Judith E. *Les métaphores de l'organisme*, p. 128.

⁵⁷⁸ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 43.

⁵⁷⁹ Cf. ESPAGNE, Michel. La notion de transfert culturel. *Revue Sciences /Lettres* [En ligne], 1/2013.

⁵⁸⁰ Crítico de arte e editor, Paul Fechter, que ainda não teria sido “extensivamente estudado”, é tido como o criador do termo “Expressionismus” aplicado em artes plásticas, além de ter sido um dos artífices teóricos do movimento de vanguarda alemão e que, mesmo após a sua crítica ao movimento no momento posterior à Grande Guerra, continuou a defender produções artísticas modernas e fez uma biografia do pintor expressionista Max Pechstein. Sua adesão ao regime nazista, porém, mostrou como um intelectual que “era tudo, menos um liberal”, representante do chamado “conservadorismo revolucionário”, ao mesmo tempo incentivava a arte moderna que à época era tida como “degenerada” pelos líderes do Reich, como ficou claro em suas defesas da obra do escultor Ernst Barlach. Os temas da alma, da autenticidade e da cultura alemã sempre fizeram parte das reflexões teóricas do crítico, desde a época do expressionismo, articulando, assim, a arte de vanguarda com temáticas românticas tradicionais. Cf. DYKE, James van, Ernst Barlach and the Conservative Revolution, *German Studies Review*, Baltimore, Vol. 36, nº 2, may 2013, p. 283-300; GORDON, Donald E, On the origin of the Word “Expressionism”, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 29, 1966, p. 376-377.

⁵⁸¹ FECHTER apud ATHAYDE, Tristão de. Nascer e morrer das palavras, *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, ano

considerações gerais acerca do momento intelectual da Alemanha:

Na Alemanha hoje, fala-se na morte de tudo. Por toda a parte, bem sei, deste nosso Ocidente cansado. Mas especialmente entre Vístula e Reno, onde a queda se deu de mais alto. Morrem as dinastias e os tronos com elas. Morrem as nobrezas de sangue. Os feudalismos do dinheiro. O equilíbrio da arte. Morre toda uma civilização, dizem. Religião e organismo político. Beleza e hierarquia social. Ordem e doçura de viver – tudo caminha para o esquecimento. E com tudo isso as línguas, o próprio corpo da expressão de uma alma em decadência. Esse, o estado de espírito. Essa convicção da irremediável tristeza interior de um povo que se julgou senhor de meio universo⁵⁸².

A perda da vitalidade das línguas decorreria da progressiva ausência de contato com suas “fontes originais”, num processo de cristalização “em regras mortas, em expressões recebidas, em palavras definitivamente fixadas”. Tal processo iniciaria na formação escolar que disciplinaria os impulsos primevos da linguagem tornando-a cada vez menos autêntica, artificializando-se no jornalismo, na política, no ensino, na mecanização do fonógrafo e do rádio. Dessa forma, conforme analisa o crítico:

O isolamento da palavra na radiotelegrafia, particularmente, é uma “transposição do caráter plástico da palavra para o caráter acústico”. E assim é que “já se torna a palavra para o homem de hoje um som sem relação com a alma original daquele que fala”. E dessa “tecnização da palavra” chega então a nascer o ímpeto de negar, de destruir línguas.

Interessaria, na mesma medida, porém, a reflexão sobre o nascimento das línguas e Tristão de Athayde lembra, no caso, os comentários do crítico literário francês Valéry Larbaud que, particularmente, escrevera sobre seu aprendizado da língua portuguesa. Apesar de não ter a “profundidade do outro Valéry”, o crítico brasileiro traça um perfil de Larbaud:

Larbaud é realmente um tipo de fidalgo das letras. Sorrindo dos preconceitos. Divertindo-se por vezes em variar profundamente de estilo. Revelando, a cada momento a seus compatriotas, novos valores absolutamente ignotos, como o fez com Samuel Butler ou com James Joyce, com Emílio Cecchi ou Ramon Gomez de la Serna, e hoje o vai fazer com a literatura portuguesa, como amanhã o fará possivelmente com a brasileira⁵⁸³.

Esse interesse, para o crítico brasileiro, era uma oportunidade de se perceber o nascimento de uma língua, agora, a brasileira:

Acompanhar Valery Larbaud na sua descoberta do português, é como visitar o Rio de Janeiro com um estrangeiro. Sentimos, em nossos olhos, qualquer coisa de diverso, como se a surpresa dos olhos do nosso companheiro se comunicasse a nós. Quando vou no bonde ou no trem com um estrangeiro, mesmo desconhecido, não consigo ler o livro ou o jornal. Tenho a impressão de estar, como ele, vendo uma cidade nova. É uma língua nova que passa pelos nossos olhos.

Dessa forma, o regionalismo republicano, que valorizava as diferenças das linguagens locais, suas expressões que desafiavam a gramática, suas palavras dialetais que tornaram correntes os glossários no fim das obras, passa a ser visto como um empecilho à constituição de uma língua unificada, centralizada e nacionalmente unitária.

I, nº 1, set. 1926, p. 23.

⁵⁸² ATHAYDE, Tristão de. Nascer e morrer das palavras, *Revista do Brasil*, p. 23.

⁵⁸³ ATHAYDE, Tristão de. Nascer e morrer das palavras, *Revista do Brasil*, p. 24.

Ao analisar a obra *Losango cáqui*, Manuel Bandeira destacava que esta era, “no que diz respeito a linguagem”, o “primeiro livro escrito em nossa língua. Adotando sintaxes e expressões correntes na conversação da gente educada, idiotismos brasileiros, psicologia brasileira, Mário de Andrade conseguiu escrever brasileiro sem ser caipira nem rude”⁵⁸⁴. Bandeira parecia, com isso, ter superado juízos do ano anterior, em que o poeta pernambucano avaliava que o amigo, à força de “escrever brasileiro”, acabava escrevendo paulista⁵⁸⁵. Tristão de Athayde enxerga nesse desejo de se “escrever brasileiro” mais uma coincidência com o romantismo. O crítico cita uma carta de José de Alencar a Joaquim Serra, que versava sobre a legitimidade nacional de se usar o termo “pampa” para designar os campos rio-grandenses:

Conversando poderíamos, sem pretensões acadêmicas, e dando ao espírito uma agradável diversão das cizânias diárias, elaborar os elementos da verdadeira crítica, e acumular um bom cabedal para a nossa filologia brasileira, que já não é, nem será nunca mais, a mesma de Portugal. Mas deixemos isso para nossos filhos, que serão mais americanos do que nós, porque terão na sua genealogia mais uma geração formada no clima do Novo Mundo e, o que quer dizer, mais uma raiz neste solo⁵⁸⁶.

Acerca da obra *Amar, verbo intransitivo*, de Mário de Andrade, e do livro *Brás, Bexiga e Barra Funda*, de Alcântara Machado, o crítico destacava as questões da língua nacional:

Haverá muita gente arrepiada ao ler o sr Mário de Andrade. E que dirá, naturalmente, pela milésima primeira vez, que só por esnobismo etc. Mas pouco importa. O que importa é que o movimento de onda, que leva esses dois como outros muitos, não é simples arbitrariedade. Simples vontade de chocar. Ou de irritar o português. Ou de cavar uma originalidadezinha barata e sem esforço. Mas, sim, um movimento irresistível, que se processa, por assim dizer no subconsciente da nacionalidade e que, de geração em geração, se vem acentuando⁵⁸⁷.

A língua nacional compõe uma conformação cultural que operaria de maneira inconsciente:

[...] o que se nota nesses dois livros, como em toda essa face do movimento moderno, é que o que era desejado e local, está passando a ser instintivo e nacional. O sr Mário de Andrade ou o sr Alcântara Machado – para falar apenas nos dois que nos ocupam, e que não são excedidos aliás por nenhum em originalidade e talento, - não escrevem brasileirismos, falam brasileiro.

Os regionalismos são vistos como meios artificiais de apreciação linguística, exteriores, catalogadores, objetivistas e racionalistas. A língua brasileira agregaria tais fatores ao mesmo tempo em que os superaria numa síntese intuitiva:

O regionalismo é quase sempre um trabalho de marchetaria. Modismos locais enxertados na linguagem tradicional. Aqui é coisa diversa. É a própria linguagem tradicional em uma nova modalidade do seu ser. É qualquer coisa de funcional, não de artificial. Do instinto mais do que da razão. São livros que não teriam podido aparecer há uma ou duas gerações. Como serão excedidos dentro de duas ou três. [...] São novos organicamente. Não porque simplesmente o queiram ser. São novos de dentro para fora.

⁵⁸⁴ BANDEIRA, M. Literatura, *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 set 1926, ano I, nº 2, 30 set. 1926, p. 37.

⁵⁸⁵ Cf. MORAES, Marco Antonio de. *Orgulho de jamais aconselhar: A epistolografia de Mário de Andrade*. São Paulo: EdUSP, 2007, p. 91.

⁵⁸⁶ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Romancistas ao sul, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 out. 1927. p. 4.

⁵⁸⁷ ATHAYDE, Tristão de. Romancistas ao sul, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 out. 1927. p. 4.

A língua teria, assim, se tornado o “problema capital de nossa literatura”, sendo Mário de Andrade um dos principais responsáveis. Além disso, era preciso acompanhar os desenvolvimentos da “linguística moderna” que estaria a abandonar teses consagradas:

Houve, nos séculos passados, uma tendência acentuada a considerar as línguas “em si”, sem ligação com a sua fonte e as condições de sua existência. E dessa tendência resultou uma cristalização progressiva das línguas em formas e regras gramáticas cada vez mais rígidas e imutáveis. As línguas passaram a ser “instrumentos” de utilização, como a pena com que escrevo ou o garfo com que como. [...] Ora, a linguística moderna, há 20 ou 30 anos que vem solapando todo esse edifício de preconceitos. E quem não quiser compreender a ação incessante desse movimento filológico reformador, não pode de forma alguma chegar e compreender o que são as formas modernas de arte⁵⁸⁸.

As teorias mais recentes acerca da linguagem teriam se deslocado da tradição filológica associada às etimologias e, cada vez mais, ligavam-se aos estudos acerca do “mundo da vida”:

Ainda há pouco, o grande filólogo escandinavo Otto Jespersen, autor de uma profunda “Filosofia da Gramática”, mostrava como hoje em dia alastrava-se de mais em mais a tendência para abandonar os métodos etimológicos e procurar a essência das línguas nos indivíduos. Já não devemos empregar termos impróprios como “a vida das palavras”, diz ele, e reconhecer que, - “o que é vivo é o homem que fala. A linguagem e os seus elementos, palavras, formas gramaticais, etc., são simplesmente ações do indivíduo vivo, que fazem parte de sua vida, mas que não são por si mesmos”.

O crítico cita os trabalhos do antropólogo e linguista francês Marcel Jousse⁵⁸⁹, discípulo do neurologista e psiquiatra Pierre Janet. A obra de Jousse seria inspiradora:

Apresso-me a dar todas essas indicações porque para nós, defensores da formação da língua brasileira independente da língua portuguesa, a obra de Marcel Jousse é providencial. Ela vem trazer-nos a confirmação científica daquilo que empiricamente vínhamos observando e racionalmente defendendo. Não se trata mais de uma questão de patriotismo: o Brasil é uma nação livre, logo deve ter uma língua própria. Não se trata mais de uma questão de dedução lógica: da mesma forma que o baixo latim, transportado para Portugal e em combinação com elementos de outras origens, formou a língua portuguesa; esta, por sua vez, transportada para a América, e recebendo numerosos influxos da gente e das outras línguas, deve necessariamente criar uma nova língua⁵⁹⁰.

Tendo em mente, talvez, essa dimensão da língua portuguesa falada no Brasil e em Portugal, o crítico sublinhara, no livro de Ferdinand Saussure, *Cours de linguistique générale* (1922), as partes dedicadas à “linguística geográfica”, notadamente na seção “diferenciação linguística em territórios separados”. Apesar de a obra estar longe de abraçar qualquer determinismo geográfico, Tristão de Athayde parece ter se atraído pela passagem em que Saussure falando sobre o “grau de parentesco entre as línguas” comenta os casos de continuidade e isolamento.

⁵⁸⁸ ATHAYDE, Tristão de. A língua brasileira, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1928. p. 4.

⁵⁸⁹ Apesar de ser uma referência hoje pouco lembrada, Jousse, que lecionou na Sorbonne, na École d'Anthropologie, na École Pratique des Hautes Études (EPHE) e no Institut Biblique de Rome (ele era jesuíta), teria feito uma obra densa e desarticulada, cujo livro que sintetizaria a sua trajetória, *L'anthropologie du geste*, foi publicado apenas após a sua morte. Cf. GUÉRINEL, R. Marcel Jousse between Pierre Janet and Joseph Morlaas, *Annales Médico-Psychologiques*, 166, pp. 232–237, 2008.

⁵⁹⁰ ATHAYDE, Tristão de. A língua brasileira, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1928. p. 4.

Assim, neste último, os “dois idiomas conservam de seu passado comum certo número de traços que lhe atestam o parentesco; no entanto, como cada um deles evoluiu de maneira independente, as características surgidas de um lado não poderão ser encontradas no outro”⁵⁹¹.

No caso da obra de Marcel Jousse, um dos maiores elogios concedidos ao francês se deve ao fato de ele ter “desgramaticalizado a linguagem”, deslocando-a de qualquer “superfetação, de adorno artificial, de cristalizações puramente formais para estudá-la em seus elementos realmente puros, originais, essenciais”⁵⁹². A linguagem é vista como gesto:

E nessa busca de elementos primários, ele foi encontrar a origem da linguagem no “gesto”. A linguagem é uma forma especial de gesticulação. Ela não é uma expressão apenas lógica, apenas da inteligência, e sim de todo o corpo. E não apenas do corpo – da alma também. E não apenas do corpo e da alma, - do objeto também.

Tais gestos seriam decompostos em “estilo oral”, “estilo escrito” e “sentido manual”. Uma das consequências principais da tese de Jousse ressaltada pelo crítico é que para o francês, como para “toda’ a linguística científica moderna, a linguagem ‘real’ é a linguagem ‘falada’. E sobre ela é que a linguagem escrita se deve modelar”. A validação da “escrita brasileira” deveria, assim, seguir os aspectos orais da linguagem e não na “verdadeira e boa língua”.

De forma diferente da de Paul Fechter, o linguista chegaria também à valorização da linguagem falada vista como mais “autêntica” e mais “verdadeira” do que a escrita. E, assim como Marcel Jousse teve nos estudos etnológicos a chave para suas pesquisas, as teorias vitalistas de Paul Fechter sobre a língua, ao constatarem que, pelo avanço da técnica, a “palavra para o homem de hoje” seria “um som sem relação com a alma original daquele que fala”, acabam por valorizar esquemas “primitivos” de entendimento da experiência linguística:

E dessa “tecnização da palavra” chega então a nascer o ímpeto de negar, de destruir línguas. E aí vemos ressurgir o apelo ao primitivo que circula no ambiente europeu e que já está também inserido em nosso meio. “O clamor pelos analfabetos, que se ouve a cada passo, meio em troça, não surge apenas pela repulsa ao saber mal situado ou à meia-cultura, - mas sim pela suspeita de que o alfabetismo é no fundo um suicídio dos povos, um atentado ao bem sagrado da sua alma viva e com isso à sua língua viva”⁵⁹³.

O apelo ao “primitivo”, simbolicamente, estabeleceria o contato com a “alma viva” de um povo.

No caso do Brasil, a mobilização “indianista”, tanto no romantismo quanto no modernismo, teria girado em torno de tal simbolismo nacionalista. Mas qual seria a qualidade de tal contato? Denunciava-se o afastamento que os intelectuais teriam com a realidade do país:

Quem menos viaja o Brasil são os brasileiros. Viajam as populações nômades do interior que tecem a trama de união entre as distâncias desesperadoras. Viajam os que têm obrigação de viajar. Os que viajam por negócios ou profissão. Viajam no Brasil, porém, não viajam o Brasil. Não vão apenas para ver e apenas para passar. E

⁵⁹¹ Cf. SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Publié par Charles Bally, Professeur à l’Université de Genève et Albert Sechedaye, Privat-Docent à l’Université de Genève. Avec la collaboration d’Albert Biedlinger, Maître au Collège de Genève. Paris : Payot, 1922, p. 288. Acervo CAAL.

⁵⁹² ATHAYDE, Tristão de. A língua brasileira, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1928. p. 4.

⁵⁹³ ATHAYDE, Tristão de. Nascer e morrer das palavras, *Revista do Brasil*, p. 23.

raramente contam o que viram. Tanto têm as nossas populações rurais de nômades quanto as urbanas de sedentárias, tudo explica um pouco o fenômeno. E quem se dispõe à aventura de um deslocamento, toca-se logo para outro hemisfério [...]. O mesmo, porém, não sucede com os estrangeiros em relação a nós. Viajam cada vez mais por aqui. E gostam de contar o que viram. Ou o que não viram...⁵⁹⁴

Assim como as descrições de Valéry Larbaud em torno de suas descobertas da língua portuguesa eram um ingrediente para se pensar numa língua brasileira nascente, as apreciações de viajantes estrangeiros acerca das características brasileiras instigavam, ainda mais, a reflexão sobre o “caráter nacional” segundo sua história, cultura e especificidade frente a outros países.

Na epígrafe do artigo de que foi retirada a passagem acima, Tristão de Athayde usou a seguinte passagem: “A América do Sul está hoje – principalmente em seu grupo de estados Argentina, Brasil e Chile – no primeiro plano das preocupações mundiais e de interesse mundial”. Tal consideração teria sido feita pelo ministro da Educação e Ciência da Prússia (1921-1925), Otto Boelitz, no periódico alemão *Zeitschrift für Geopolitik (Revista de Geopolítica)*. Sinteticamente, temos aí articuladas importantes referências que ganharam corpo nos anos 1920: a emergência do conceito de “Espaço” (“Raum”) que permitiria a subordinação, no interior da reflexão geopolítica, da política à geografia, segundo uma perspectiva vitalista que previa a possibilidade de expansão contínua dos Estados nacionais concebidos organicamente. Nesse sentido, o “Espaço” perderia seus significados correntes de “área” e “território” tornando-se uma espécie de “força sobrenatural e elementar das questões humanas”, o “Espaço” conformaria o Estado e, em última análise, “criaria o Estado”. Em decorrência disso, fala-se incisivamente em “Espaço vivo” (*Lebensraum*), explicitando-se a inserção do vitalismo, mais do que no domínio geográfico, na reflexão geopolítica⁵⁹⁵. Além de fomentar o ensino contundente da geopolítica nas escolas, Boelitz pretendia promover a “identificação de grupos alemães no exterior [...] e a perspectiva geopolítica para o ensino da geografia desempenharia aí um importante papel”⁵⁹⁶.

Se, por um lado, as produções de pesquisadores estrangeiros sobre o Brasil poderiam revelar aspectos da realidade nacional aos próprios brasileiros, por outro lado, não se poderia perder de vista este cenário imperialista internacional. Apenas a partir do “conhecimento” histórico, geográfico, etnológico, linguístico, político e cultural poderia obter-se tal domínio da “alma” nacional e, assim, formular realmente uma síntese expressiva de uma determinada nacionalidade. Este “conhecimento”, porém, poderia seguir as mais distintas orientações epistemológicas, do racionalismo técnico e científico ao intuicionismo vitalista e compreensivo, muitas vezes misturadas entre si. Dessa forma, um valor como o racionalismo, supostamente

⁵⁹⁴ ATHAYDE, Tristão de. Como nos veem, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1928, p. 4.

⁵⁹⁵ MURPHY, David Thomas. *The heroic Earth: Geopolitical Thought in Weimar Germany*. Ken, Ohio: The Kent State University Presse, p. 26-27.

⁵⁹⁶ MURPHY, David Thomas. *The heroic Earth: Geopolitical Thought in Weimar Germany*, p. 138.

embasado teoricamente em pesquisas objetivas e técnicas acerca das diferenças hierárquicas entre os seres humanos, poderia muito bem associar-se a quadros interpretativos e, mesmo, poéticos e místicos acerca da formação das nações como grupos dotados de uma alma comum e um espírito ou caráter nacional. A ciência ia junto com o mito, ao mesmo tempo em que versões míticas das sociedades ganhavam ares de saber científico. Nos anos 1920, estava-se longe de se tornar relativamente hegemônica a crítica que será formulada de forma contundente apenas após a Segunda Guerra Mundial, segundo a qual “não importa o que digam os cientistas, a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade mas o seu fim, não a origem dos povos mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem mas a sua morte antinatural”⁵⁹⁷. A apropriação dos saberes científicos para concretizações mitológicas ou críticas aparece exemplarmente na comparação entre as perspectivas de T S Eliot e James Joyce:

Ambos, Eliot e Joyce utilizaram-se largamente de materiais da antropologia, mas eles diferenciavam-se na maneira e na quantidade em que cada um aceitou a noção de verdade científica oferecida pela nova disciplina. Eliot estava disposto a tomar a antropologia pelo seu valor nominal enquanto ela contribuísse com suas teorias das origens poéticas e seus ataques à civilização. Joyce, contudo, era agudamente consciente sobre a antropologia ser um construto mítico e discursivo enraizado nos empreendimentos coloniais dos pensamentos e instituições europeus⁵⁹⁸.

Neste sentido, a apreciação do “primitivismo” no Brasil não deveria, segundo Tristão de Athayde, encorpar-se em visões mitológicas da nacionalidade. A principal nota do “primitivismo” se ligaria à existência de populações indígenas habitando o país e, especialmente, àquelas que viviam nas áreas de florestas, notadamente na região amazônica. Tal realidade podia ser tomada, pelo olhar estrangeiro, como a expressão da verdadeira América do Sul, como pretendia o intelectual inglês Charles Domville-Five em sua obra *The real South-America* (1922). Após ter passado pelo Chile, o viajante, conforme conta Tristão de Athayde:

Subiu aos altiplanos da Bolívia, o teto do Novo Mundo, e privou aí com os Aymarás, essa bela raça indígena de mastigadores de coca, em cujos traços finos se encontra, ainda hoje, qualquer coisa dos contornos fisionômicos dos vasos de figuras que nos ficaram dos Incas. Foi a Cuzco, cheia de evocações da conquista, e cuja Universidade de 1598 ainda hoje conserva as tradições do ensino superior entre a mocidade peruana. Viajou naquelas 100 milhas do pequeno caminho de ferro peruano, o mais alto do mundo. E de lá desceu ao “grande desconhecido”, ou como ele chama – “the dead heart of South America”, o vale amazônico⁵⁹⁹.

Dentre os fatos descritos pelo autor inglês, está o contato com a droga, tema recorrente nas narrativas sobre o Amazonas⁶⁰⁰, “extraída de uma planta chamada ‘yahgué’ e que tem o efeito

⁵⁹⁷ ARENDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 187.

⁵⁹⁸ SPURR, David. Myths of Anthropology: Eliot, Joyce, Lévy-Bruhl, *PMLA*, Vol. 109, No. 2 (Mar. 1994), p. 267.

⁵⁹⁹ ATHAYDE, Tristão de. Viajantes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 set. 1926, p. 4

⁶⁰⁰ “A Amazônia sempre esteve ligada à imagem da droga. De fato, foi uma prática imemorial das culturas que existiam ali, antes da chegada do Ocidente. A ‘ayahuasca’ [...] nos Andes, o ‘caapi’ ou ‘yahgué’ no Brasil, são, entre tantos outros, os nomes de uma bebida alucinógena ritual, manipulada pelos xamãs, pajés, curandeiros de diferentes etnias com fins proféticos, como fontes de sabedoria ou prazer, experiência com o sagrado, busca de experiências transcendentais, finalidades terapêuticas no sentido do diagnóstico ou tratamento, entre outras utilidades”. PIZARRO, Ana. *Amazônia*. As vozes do Rio. Imaginário e modernização. Belo Horizonte: UFMG,

curioso de colocar a quem a toma num estado em que a consciência perfeita se perde, e o subconsciente se abre a comunicações telepáticas”⁶⁰¹. O crítico considera o livro exótico até para os sul-americanos, devendo-se reconhecer que a “real *South America* é uma coisa muito mais complexa e profunda em que o pitoresco do sr Five é apenas um dos elementos em fusão”.

Outro viajante, o aviador e explorador britânico, Georg Miller Dyott, contaria em seu *Silent highways of the jungle* (1922), suas travessias da região Amazônica desde o Peru até o Brasil. Na cidade de Mayobamba, o viajante teria visto a floresta como uma fuga da “civilização” ao encontrar com um português que ali vivia exilado por ter “saciado da existência artificial das capitais” e buscado uma “vida simples”. A região, porém, seria paupérrima e tal simbolismo perde sua força quando se nota que o lugar era marcado pelo êxodo constante que o arruinara, tendo sido “tragado que foi pelos insaciáveis seringais antropófagos”, concedendo-se o mesmo destino a andinos e cearenses, conforme nota o crítico.

Também o norte-americano Fritz W Up de Graff, no livro *Head hunters of the Amazon* (1923), fazia da Amazônia um local de aventuras e desafios ao homem civilizado. O crítico destaca, dentre as várias narrativas do explorador, o evento que inspiraria o título da obra:

[...] a luta em que se empenhou, com um bando de índios Aguarunas contra os seus inimigos Huambisas, e a preparação que assistiu dos horríveis troféus de guerra, essas cabeças desossadas, com grandes cabelos e lábios cozidos, de que podemos ver no Museu Nacional algumas peças. [...] os seus companheiros se apoderaram de uma mulher inimiga, apenas moribunda, e lhe deceparam a cabeça, dificilmente, com o machado de pedra, enquanto outros a seguravam para não fugir, até o momento em que enchem a cabeça descreaneada, se é possível dizer, com areia quente e passam na face uma pedra também quente para preparar a pele.

Tristão de Athayde lembra a figura de uma índia catolicizada descrita pelo viajante e que tinha permissão de administrar certos sacramentos, mas que acabara perseguida pelos inimigos de sua tribo e vivia em busca de seus “companheiros de maloca”. Aí o crítico via um bom motivo para um “romance indianista”. Da mesma forma ele dizia sobre o autor da obra *Na planície Amazônica* (1926) que, sendo “comandante de ‘gaiola’ nos rios amazônicos, por anos e não sei se ainda hoje, tivesse o senhor Raimundo Morais uma sombra de gênio literário de Joseph Conrad, comandante de navio mercante, como ele, poderia ter escrito um livro admirável”⁶⁰².

Um dos viajantes estrangeiros que mais foi elogiado por Tristão de Athayde era o alemão Theodor Koch-Grünberg que teria dedicado “longos anos ao estudo de nossos indígenas dessas regiões do noroeste, e a sua grande obra em cinco volumes ‘Vom Roraima zum Orinoco’ (1923), é a mais completa que temos sobre essa região”⁶⁰³. Grünberg representaria a segunda fase de uma série de autores alemães que tinham na América do Sul o objeto de seus estudos,

2012, p. 186.

⁶⁰¹ ATHAYDE, Tristão de. Viajantes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 set. 1926, p. 4.

⁶⁰² ATHAYDE, Tristão de. Inferno ou paraíso, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 set. 1926, p. 4.

⁶⁰³ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Viajantes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 set. 1926, 4.

de modo que o crítico retoma uma interessante cronologia feita por certo Walter Schuck na revista bibliográfica alemã *Das Deutsche Buch* (Literalmente, *O livro alemão*)⁶⁰⁴:

Na consideração literária da América do Sul por escritores alemães, desenham-se claramente três fases: a dos descobridores e aventureiros, a que pertencem as descrições de um Ulrich Schmidl e de um Hans Staden, do século XVI; em seguida, a dos pesquisadores e viajantes, que vão do início do século XIX ao começo do século XX e são caracterizados por nomes como Martius em seu início e Koch-Grünberg, em seu fim. O terceiro período, finalmente, o atual, que já começava antes da guerra, mas que só a partir de 1920 alcançou seu pleno desenvolvimento: pode-se designá-lo como o tempo das descrições econômicas⁶⁰⁵.

Assim, o crítico acentuava a complexidade exigida nas considerações sobre o “primitivismo” no Brasil e a própria Amazônia exemplificaria tal condição:

O Amazonas é o que nós temos de mais futuro. [...] Desde o início de nossa história que atrai a audácia dos descobridores, ambição dos aventureiros, a fé apostólica dos missionários e hoje em dia preocupa os romancistas mais inovadores: em 1539, espantava a Europa com as narrativas fantásticas de Orellana, e em 1926 fornece a Blaise Cendrars páginas ardentes em seu último romance de aventuras⁶⁰⁶.

Reconhecer a complexidade do território amazônico seria a maneira de melhor compreender o que tal parte constituinte do país realmente implicaria no debate sobre a identidade nacional:

Por lá vagueiam ainda as tribos mais primitivas do nosso autóctone, aquelas “tribos fantasmas”, que não admitem contato algum com o branco, e das quais apenas até hoje se conhecem os rastros misteriosos pelas selvas, em torno dos poucos (ou loucos), que se tem aventurado a procurá-las – e lá também, em cidades improvisadas como Porto Velho ou Guajará Mirim, se acotovela a população mais cosmopolita da terra, na sede de enriquecer ou de esquecer, desde o japonês silencioso e tenaz ao nobre russo ou alemão, na miséria, desde o inglês fugido a uma página de Joseph Conrad ao sírio regatão.

Neste sentido, o crítico destaca os tipos diferentes que já se destacavam no território:

Há três classes de homens da Amazônia. O filho das selvas, o indígena inserido na mata, para quem a vida só é possível nessa fusão primitiva ou final com a natureza. [...] Há, em seguida, o amazonense branco ou mestiço, o mateiro, o seringueiro, o canoeiro, o nativo da região, cuja vida decorre entre o verde da floresta e o pardo das águas, vida apenas humana, de luta contínua com a natureza, de inadaptação permanente, mas fazendo, de qualquer forma o elo entre a nacionalidade e o caos. É o grande elemento esquecido. O senhor da terra que vive como um escravo. A esperança humana nesse deserto de homens. E, finalmente, o civilizado, que pretende penetrar o mistério desse mundo sombrio. O naturalista, o etnólogo, o político, o aventureiro, o missionário, o viajante, o romancista.

Talvez por essas considerações, Tristão de Athayde recebia o “Manifesto Antropófago” como um “neo-indianismo”, ao passo que a obra *Macunaíma* seria uma expressão do “nosso totalismo nacional”. A versão mistificadora da nacionalidade oposta à apreciação sintética do país. Ao abordar o primeiro número da *Revista de Antropofagia* dirigida por Alcântara Machado e Raul Bopp, o crítico considerara admirável o “poeminha do sr Mário de Andrade” ali lançado

⁶⁰⁴ Sobre as perspectivas distintas dos viajantes sobre o território Amazônico ver: PIZARRO, Ana. *Amazônia. As vozes do Rio. Imaginário e modernização*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 38-112.

⁶⁰⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Viajantes, O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 set. 1926, 4.

⁶⁰⁶ ATHAYDE, Tristão de. *Inferno ou paraíso, O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 set. 1926, p. 4.

e indicava a Plínio Salgado, que publicara o texto “A língua Tupi”, a leitura da obra de Koch-Grünberg e a do etnógrafo sueco Erland Nordenskiöld que “estudou as migrações sul-americanas buscando nas palavras que os índios empregaram para designar termos importados com os brancos de objetos antes inexistentes, como caixinha, cavalo, vaca, banana, etc.”⁶⁰⁷

O grande objeto da análise, porém, era o “Manifesto Antropófago”. Este foi abordado em seu texto original e a partir de uma entrevista supostamente concedida por Oswald de Andrade à sucursal paulista do *O Jornal* que trazia por título “A nova escola literária - Os ‘antropófagos’ paulistas” e anunciava o lançamento do periódico para aquela semana⁶⁰⁸. O próprio Oswald, entretanto, escrevera de Paris a Tristão de Athayde para dizer que a entrevista que saía no *O Jornal* não era dele⁶⁰⁹, apesar de a matéria guardar muitas semelhanças com o que dias depois viria a público⁶¹⁰. Talvez por essa razão, o crítico nunca tenha incluído o artigo nos livros que reuniam seus estudos. Conseqüentemente, grande parte da análise ficara prejudicada. Porém, é possível destacar seus traços principais. Tristão de Athayde reiterava a vinculação de Oswald de Andrade a uma orientação primitivista sobrepondo suas afirmações de dois anos antes com aquelas que vinham agora a público, em contraposições como esta: “Dizia eu: ‘a Europa... falira em sua tarefa’. Diz ele agora: - ‘A Europa faliu, meu amigo, definitivamente. Faliu. Há muito vinha agonizando desde a Revolução Francesa de 89’”⁶¹¹.

O foco principal de Tristão de Athayde era a crítica às ideias Freud e aos ataques aos princípios religiosos que o Manifesto incorporava. Cabe ressaltar que o texto foi lançado à época em que o crítico estava finalizando seu processo de conversão religiosa, ao passo que o intelectual paulista abandonava seu catolicismo. Questionava-se a perspectiva freudiana, então amplamente abraçada por Oswald de Andrade, que via na origem das religiões o processo de transformação do tabu antropofágico e incestuoso em totem. Trata-se da narrativa hipotética baseada em Darwin segundo o psicanalista alemão em que numa suposta horda originária reinaria o pai sobre todas as mulheres do clã primitivo, expulsando reiteradamente os filhos masculinos do grupo. Estes, por seu turno, pelo desejo de também cometerem o incesto, se reúnem, abatem e devoram o pai, pondo fim à horda primeva, conforme o psicanalista alemão:

O fato de haverem também devorado o morto não surpreende, tratando-se de canibais. Sem dúvida, o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-los eles realizavam a identificação com ele, e

⁶⁰⁷ ATHAYDE, Tristão de. Neo-indianismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1928, p. 4.

⁶⁰⁸ Nova escola literária. Os antropófagos paulistas. Como o sr Oswald de Andrade fala do credo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1928, p. 9.

⁶⁰⁹ Cf. Carta de Oswald de Andrade a Tristão de Athayde, 10-7-1928, acervo CAAL.

⁶¹⁰ Algumas “coincidências” entre a entrevista e o “Manifesto Antropófago” podem ser elencadas: referência a Revolução Francesa e à Declaração dos Direitos dos Homens como algo dependente de “nós”; a morte do Bispo Sardenha como data inaugural; a contraposição dos missionários ao antropófago; citação do nome de Keyserling somado, na entrevista, aos de Spengler e Soffici; a valorização da alegria. Cf. Nova escola literária. Os antropófagos paulistas. Como o sr Oswald de Andrade fala do credo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1928, p. 9.

⁶¹¹ ATHAYDE, Tristão de. Neo-indianismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1928, p. 4.

cada um apropriava-se da parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião. (...) Eles odiavam o pai, que constituía forte obstáculo a sua necessidade de poder e suas reivindicações sexuais, mas também o amavam e o admiravam. Depois que o eliminaram, satisfizeram seu ódio e concretizaram o desejo de identificação com ele, os impulsos afetuosos até então subjugados tinham de impor-se. Isso ocorreu em forma de arrependimento, surgiu uma consciência de culpa, que aí equivale ao arrependimento sentido em comum. O morto tornou-se mais forte do que havia sido o vivo (...). Aquilo que antes ele impedia com sua existência eles proibiram então a si mesmos (...). Eles revogaram seu ato, declarando ser proibido o assassinio do substituto do pai, o totem, e renunciaram à consequência dele, privando-se das mulheres então liberadas⁶¹².

O crítico, então, a fim de relativizar tanto o conhecimento freudiano quanto a teoria darwinista, evoca os estudos do anatomista holandês Louis Bolk que acabava de divulgar resultados parciais de suas pesquisas em um artigo na *Revista do Ocidente*. Neste sentido, Tristão de Athayde destacava que “a ciência do século XIX, dogmática como era, afirmou ter descoberto a origem do homem. Mas os tempos andaram, e essa origem continua envolta em mistérios. Continua em pleno período de hipóteses”⁶¹³. O crítico afirma que na definição do homem aí não haveria qualquer poesia: “um feto de primata chegado à madurez sexual”, daí nomear-se a sua perspectiva como “teoria da fetalização”. Sinteticamente, considera Bolk:

Os caracteres que diferenciam o homem do macaco não representam nenhuma propriedade que tenha adquirido no curso do tempo, mas que se apresenta na evolução do feto dos primatas... O que, no curso da evolução dos macacos foi uma fase de trânsito (embriológico) no homem se converteu em estágio final de sua forma⁶¹⁴.

Segundo a apreciação de um autor recente, a teoria de Bolk é uma heresia antropocêntrica no interior da teoria da evolução por conceder tal lugar singular à espécie humana entre os primatas, ao mesmo tempo, porém, ela proporia questões interessantes sobre diversas diferenças do desenvolvimento humano em relação a outros mamíferos e primatas⁶¹⁵. De qualquer forma, a teoria de Bolk, que segundo o crítico estaria causando “sensação nos círculos científicos alemães”, era um golpe no evolucionismo darwinista:

A fetalização não foi consequência de uma adaptação a circunstâncias exteriores variáveis, nem a resultante de uma seleção natural ou sexual... e sim de uma causa funcional interna. Em resumo: a ‘humanização’ é consequência de um princípio unitário, orgânico⁶¹⁶.

O pensamento de Bolk não estaria totalmente apartado das perspectivas vitalistas da biologia que viam o desenvolvimento da vida segundo alguma força interna, específica e misteriosa⁶¹⁷:

⁶¹² FREUD apud. NODARI, Alexandre. A transformação do Tabu em totem: notas sobre (um)a fórmula antropofágica, *dasQuestões*, n. 2, fev. 2015, p. 10.

⁶¹³ ATHAYDE, Tristão de. Neo-indianismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1928, p. 4.

⁶¹⁴ BULK apud. ATHAYDE, Tristão de. Neo-indianismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1928, p. 4.

⁶¹⁵ Cf. VERHLUST, J. Louis Bolk revisited: Is the Lung a Retarded Organ?, *Medical Hypotheses*, nº 40, 1993, p. 312.

⁶¹⁶ ATHAYDE, Tristão de. Neo-indianismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1928, p. 4.

⁶¹⁷ JONES, D V. *The racial discourses of life philosophy*, p. 73.

Existe no organismo humano qualquer coisa de “específico”, que distingue o “bíon” humano de todas as formas zoológicas mais afins. A forma humana se diferenciou em virtude dessa força vital específica: Ou, como ele o diz – “o essencial do ‘morphon’ humano é apenas um sintoma do ‘bíon’ humano”⁶¹⁸.

Esta reflexão sobre as ideias de Bolk, que faziam o homem descender do homem, era mobilizada por Tristão de Athayde a fim de apresentar a Oswald de Andrade a “transitoriedade” do conhecimento científico: “Como a ciência vai deglutindo os seus próprios ídolos! E como vai compreendendo, também, de mais em mais, que a transitoriedade é a sua lei e deve ser o seu orgulho”. A própria antropofagia ganharia em Bolk uma interpretação radicalmente distinta daquela pensada por Oswald de Andrade a partir de uma visão freudiana:

As mudanças na alimentação durante a evolução histórica do homem, a passagem a onívoro de um organismo que era frugívoro... é um fator cuja significação merece ser meditada. E hesito em exprimir aqui, ainda que seja em forma de pergunta, uma ideia que me ocorre sempre que penso neste ponto: não é possível que a antropofagia tenha desempenhado um papel importante, que haja sido um estímulo para a evolução superior da humanidade? (sic) Não estão mais retardadas aquelas raças cuja alimentação se compõe principalmente de elementos vegetais? (com vistas ao sr Bernard Shaw e aos senhores vegetarianos)⁶¹⁹.

Por mais estranhas que tais ideias possam nos parecer hoje em dia, não se pode esquecer o vigor que gozaram, tendo sido mobilizadas por diferentes contextos intelectuais e culturais, desde a teoria do espelho do psicanalista Jacques Lacan⁶²⁰ até empreendimentos de agricultura sustentável⁶²¹. O próprio Oswald de Andrade fez menção aos estudos de Bolk, já em 1950, elencando-o ao lado outros teóricos da evolução humana no trabalho *A crise da filosofia messiânica*, com que pretendia uma cadeira para lecionar filosofia na USP⁶²².

Ao criticar o suporte científico de Oswald de Andrade, Tristão de Athayde acreditava poder modificar a sua visão sobre a antropofagia, talvez lhe retirando a perspectiva freudiana em função de outra mais acorde com a religião:

No tempo em que o sr Oswald de Andrade era católico, essa invocação à autoridade de um “cientista”, não lhe importaria muito. Hoje, porém, que está de corpo e alma (?) convertido ao freudismo, e adora o “totem racial” e outros deuses modernos, - penso que a apologia de Bolk sobre a antropofagia lhe será de alguma utilidade...⁶²³

De fato, segundo o crítico, manifesto não seria apenas “antropófago”, mas “theófago”:

⁶¹⁸ ATHAYDE, Tristão de. Neo-indianismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1928, p. 4.

⁶¹⁹ BOLK apud. ATHAYDE, Tristão de. Neo-indianismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1928, p. 4.

⁶²⁰ “De acordo com Lacan, que tomou emprestada ideia do embriologista holandês Louis Bolk, a importância da fase do espelho deve ser associada à prematuridade do homem ao nascer, a qual é demonstrada objetivamente pela incompletude anatômica do sistema piramidal nas crianças e suas capacidades imperfeitas de coordenação física durante os primeiros meses de vida”. ROUDINESCO, Elisabeth. The mirror stage: an obliterated archive. In: RABATÉ, Jean-Michel (Org.). *The Cambridge companion to Lacan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 30.

⁶²¹ Neste sentido, há na Holanda um Instituto Louis Bolk, fundado em 1976, e explicitamente associado à memória do cientista. Cf. <http://www.louisbolk.org/about-us-2>

⁶²² Cf. ANDRADE, Oswald de. *A crise da filosofia messiânica. A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 108.

⁶²³ ATHAYDE, Tristão de. Neo-indianismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1928, p. 4.

Ele prega esse evangelho naturista, apoiado em textos de etnógrafos, em opiniões de filósofos, em exemplos europeus. Prega a adoração do “totem racial” porque acha que Freud é a última palavra em filosofia da religião. Prega a antropofagia contra a Europa, baseado no culto ao “yogis” do filósofo de Darmstadt. Prega o neo-indianismo invocando o profeta da decadência ocidental⁶²⁴.

O “filósofo de Darmstadt” é Hermann von Keyserling citado nominalmente no “Manifesto Antropófago”. Elogiado em outra ocasião pelo crítico, Keyserling, agora, ao lado de Freud e Spengler, era tido como um dos “descristianizadores do mundo moderno”. Oswald de Andrade estaria, em seu abandono do catolicismo, abraçando o “cientismo moderno”:

Há em tudo isso uma conversão ao cientismo contemporâneo, ao mais efêmero cientismo que está levando o mundo moderno, não à volta à natureza, mas ao mais inflexível mecanicismo. O modernismo cientista europeu e norte-americano só vê no mundo de hoje, ou um progresso mecânico salvador, com Marinetti, John dos Passos, os neorrealistas alemães pós-expressionistas, ou os russos e norte-americanos em sua maioria [...] ou então a volta ao instinto animal, com Freud, a volta à Ásia primitiva, com Spengler, à volta ao magismo, ao yoguismo, ao budismo, com Keyserling (em certa decadência, aliás na Alemanha hoje, é preciso advertir [...]) Já não se pode hoje em dia invocar Spengler e Keyserling como dois homens típicos da nova Alemanha, como há dez anos se podia. O mundo marcha terrivelmente acelerado, e é preciso estar a cada momento retificando as nossas agulhas magnéticas).

Assim, o “neo-indianismo” da antropofagia representaria uma “traição” à real condição nacional:

O que há, portanto, de angustioso nas entrelinhas do sr. O. de A. é justamente essa traição (por que não dizer a palavra?) do que temos justamente de mais puro, de mais ingênuo, de mais instintivo, de mais primitivo em nós. É trair a nossa infância verdadeira, por amor de um academismo às avessas, de um academismo das selvas tão falso, quanto o academismo dos salões. E tão artificial e “importado” como ele. [...] E é por sentir justamente o que há de verdadeiro nessa volta às coisas elementares, que há no “neoindianismo realista” de hoje (em oposição literária ao primeiro “indianismo romântico” de Gonçalves Dias e Alencar), que eu me indigno contra o que há nele de imitação cultural e falsificadora, de subserviência aos ídolos europeus modernos.

Dessa forma, o “primitivismo brasileiro” não poderia simplesmente abstrair da história e das tradições nacionais em nome de uma mistificação segundo escolas filosóficas, estéticas e teóricas estrangeiras. Ele opõe-se à forma como Oswald de Andrade repeliria “de um gesto só, todo o nosso passado da Cruz, para se lançar furiosamente no precolombianismo. E se o fizesse ingenuamente, como os indianistas de outrora, ou como um filho da natureza, eu ainda veria sem temor algum, e antes com alegria, essa sua volta às fontes”.

Ao falar de Oswald, o crítico fazia algumas considerações sobre o lugar que determinados nomes do modernismo ocupavam no interior da cultura intelectual brasileira:

Sempre fui censurado por tomar a sério o sr Oswald de Andrade. Mas continuo a fazê-lo. Penso mesmo que poucos homens merecem ser tomados mais a sério que ele. Todo o seu “humour” colossal, todo o seu sarcasmo, todo o seu imenso desdém pela literatura, tudo isso é profundamente sério. E sem uma sombra de cabotinismo.

⁶²⁴ ATHAYDE, Tristão de. Neo-indianismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1928, p. 4.

É um caso absolutamente típico e que deve ser estudado realmente como uma das expressões mais “livres” e ao mesmo tempo, mais “escravos” do mundo moderno⁶²⁵. Entretanto, haveria um “certo ridículo em falar de coração aberto a quem fala em símbolos de espírito, como o delicioso – ‘tupy or not to tupy that is the question’ do ‘manifesto’ do sr Oswald de Andrade”. Mas ele continuaria a escrever sobre o paulista, pois daria “mais importância a um manifesto ‘antropófago’ ou ‘theófago’, de um maluco como o sr Oswald de Andrade, do que a vinte orações acadêmicas ou solenidades propiciatórias a príncipes em prosa e verso”. A “alegria” do paulista, porém, não ia muito bem com o “sentido trágico da vida” do crítico:

Na nossa literatura mais moderna só há alegria “real” em S Paulo. Despreocupação total, desdém por tudo mais, libertação absoluta do passado, gargalhada franca, - tudo isso só há em S Paulo e muito especialmente no sr O de A. Por que? Porque só São Paulo pode ser realmente alegre, no Brasil. Só S Paulo é feliz. Forte. Sem problemas que o ameacem fundamentalmente. Rico. Vendo o Brasil inteiro dependendo dele. Dando as cartas na política dominante. Dando as cartas ainda em campo contrário, na política candidata à “dominante” de amanhã. Com uma raça mais forte. Um clima mais temperado. Uma terra mais produtiva. Mais comunicações. Mais tudo... S Paulo pode rir. E por S Paulo ri o “pau brasil”, ri a “antropofagia”. Rirá amanhã a nova invenção do Serafim Ponte Grande.

De qualquer forma, o ímpeto primitivista seria algo fundamental à compreensão realista do país:

[...] há em todo esse movimento primitivo uma imensa dose de benefícios à nossa literatura. Há uma aproximação da terra. Há uma supressão de academismos ridículos. Há um piparote em todos os artificios importados ou elaborados aqui. Há um desejo imenso de pureza. Há um rejuvenescimento das fontes de inspiração. Há a renovação da língua, o seu contato com as nossas condições de terra e de gente. Há, enfim, o mais sadio dos realismos.

Aí residiria, talvez, a distância que o crítico via entre o “Manifesto Antropófago” e *Macunaíma*. Ademais, era o próprio Mário de Andrade que alertava o crítico sobre o erro de fazer o segundo derivar do primeiro. Numa carta em que enviava a *Revista de Antropofagia*, Mário comentava:

Antes de mais nada: não tenho nada com ela [a revista] mas já estou querendo bem ela por causa de ser feita por amigos. Só colaboro. Quanto ao manifesto do Osvaldo... acho... nem posso falar que acho horrível porque não entendo bem. [...] Os pedaços que entendo em geral não concordo. Tivemos uma noite inteirinha de discussão quando ele inda estava aqui. Mas a respeito dos manifestos do Osvaldo eu tenho uma infelicidade toda particular com eles. Saem sempre num momento em que fico malgré moi incorporado neles. Da primeira feita quando o Osvaldo andava na Europa e eu tinha resolvido forçar a nota do brasileirismo meu [...] o Osvaldo me escrevia de lá “venha pra cá saber o que é arte”, “aqui é que está o que devemos seguir” etc. eu devido minha resolução, secundava daqui: “só o Brasil é que me interessa agora”, “Meti a cara na mata-virgem” etc. O Osvaldo vem da Europa, se pau-brasilisa, e eu publicando só então o meu Losango Cáqui porque antes os cobres faltavam, virei pau-brasil pra todos os efeitos. [...] Agora vai se dar a mesma coisa. Macunaíma vai sair, escrito em dezembro de 1926, inteirinho em seis dias correto e aumentado em janeiro de 1927, e vai parecer inteiramente antropófago... Lamento um bocado essas coincidências todas, palavra⁶²⁶.

Ele conta como foi o processo de escritura de *Macunaíma*, da maneira como esta obra diferia

⁶²⁵ ATHAYDE, Tristão de. Neo-indianismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1928, p. 4.

⁶²⁶ Carta de Mário de Andrade a Alceu Amoroso Lima, 19-5-1928, acervo CAAL.

dos seus trabalhos anteriores que eram “conscientes por demais para serem artísticos”:

Macunaíma não. Resolvi escrever porque fiquei desesperado de comoção lírica quando lendo o Koch-Grünberg percebi que Macunaíma era um herói sem caráter moral nem psicológico, achei isso enormemente comovente nem sei porquê, de certo ineditismo do fato, ou por ele concordar um bocado bastante com a época nossa, não sei... Sei que me botei dois dias prá chácara de um tio em Araraquara levando só os livros indispensáveis prá criação seguir como eu queria e záz, escrevi feito doido, você não imagina, era dia e noite, de noite até esperava meu tio cuidadoso de saúde, fechar a luz e dormir e acendia a minha de novo reprincipiava escrevendo... Seis dias e o livro estava completo. Só faz três meses mais ou menos que juntei mais uma cena. Mas poli e repoli tantas vezes que careci recopiar três vezes o original. Na verdade o que sai publicado é a quarta redação!⁶²⁷

Mário de Andrade garantia, ainda, que enviaria ao crítico os dois prefácios que fizera para *Macunaíma* que acabaram não sendo publicados na primeira edição da obra. Segundo o autor, tais textos “ficavam enormes e inda não diziam bem o que eu queria dizer. Além disso o segundo me pareceu bem pretencioso. Desisti. Mas assim como estão, num manuscrito terrível e a lápis, vou mandar eles de presente pra você, quando o livro for”.

Dessa forma, o autor de *Macunaíma* preparara o crítico de maneira bastante contundente sobre o significado da obra e sua independência cronologicamente atestada. Tal distinção é explicitada pelo crítico comentando que iria cometer um “uma indiscrição necessária” a fim de evitar “interpretações as mais fantasistas”⁶²⁸:

Pois bem, a primeira retificação que nos permitem os prefácios inéditos, que tenho em mãos, é mostrar que “Macunaíma” é muito anterior ao último manifesto do sr Oswald de Andrade, que passeia atualmente o seu indianismo pela beira do Sena, entre os supra-realistas, soprando zarabatanas no Montagnet, bebendo Kachiri no Fouquet’s e dando entrevistas às “Nouvelles Littéraires”⁶²⁹. É de 1928 o neoindianismo paulista. Macunaíma, porém, é de dois anos antes, em dezembro de 1926 [...] A versão definitiva é de 23-12-26 a 13-1-27.

Ele lembra que, apesar de ser um personagem mitológico conhecido pelos viajantes e missionários, apenas na obra de Koch-Grünberg é que se “fixou verdadeiramente o ciclo de Macunaíma, entre os índios da região da Roraima, especialmente entre os Taulpang e os

⁶²⁷ Carta de Mário de Andrade a Alceu Amoroso Lima, 19-5-1928, acervo CAAL.

⁶²⁸ ATHAYDE, Tristão de. *Macunaíma*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

⁶²⁹ Referência ao artigo com depoimentos de Oswald de Andrade, inclusive com uma caricatura sua feita por Carlo Rim, em que ele faz algumas considerações sobre o movimento antropofágico. Dentre outras coisas, ele diz que o Brasil não havia ainda proclamado a sua “independência étnica”, que o país teve “dois grandes inimigos: os missionários e os governos gerais portugueses”, mas que não deveria se desprezar os aventureiros, os forçados e os negros, que a antropofagia tinha um sentido antes filosófico que simbólico, que “nossa raça nada tem que ver com o Ocidente nem com o Oriente. Nós somos submetidos às influências equatoriais. O México atingiu à valorização da civilização indígena. Eles têm como nós uma visão pessoal do mundo”. Sobre a antropofagia, dizia se tratar de uma “comunhão”, na ação de “devorar o inimigo vencido para que suas virtudes se passem para nós”. O brasileiro pretendia “corrigir” as noções de Freud e de James Frazer acerca do *tabu*: “Perguntamos ao índio por que ele não adora Deus; o índio responde: ‘porque o Deus é bom’; O diabo era adorado porque ele perturbava. Nosso ponto de vista religioso se opõe vivamente àquele que nos impuseram os ocidentais. Nós somos antropófagos”. Mas, Oswald de Andrade adicionava: “Veja-se bem eu não rejeito as belas coisas que vocês nos trouxeram: a máquina, o automóvel. Mas eu quero que o Brasil de outrora renasça. Sem revolução: o papel impresso é mais forte que as metralhadoras”. Malles et Valises. São Paulo – Paris. Oswald de Andrade, *Nouvelles Littéraires, artistiques et scientifiques*, Paris, 14 jul. 1928, p. 2.

Arekunás”. Neste sentido, destaca-se a diferença radical com as visões que os missionários tiveram do personagem: “A primeira menção conhecida de Macunaíma data de 1868, ao que parece. Está num livro do missionário inglês W H Brett, sobre as tribos de Guayana. Brett registrou essa figura como sendo um ‘Ser invisível, todo bondade e grandeza’”. Tal visão representaria um “grande engano”, pois, como assinalava Koch-Grünberg, o caso era de um “espírito do mal, como embusteiro, trapacista e enredador”. Segundo o etnólogo alemão:

O nome do mais elevado herói da tribo, Macunaíma, contém como partes componentes a palavra “Maku’ = mau e o sufixo aumentativo ‘ima’ grande. O nome significaria, portanto – ‘o grande malvado’, o que bem corresponde ao caráter nefasto e intrigante desse herói... Em todas as lendas que se ocupam com o herói, é Macunaíma o mais importante entre os irmãos. A ele se juntam ora Zigé, ora Manána. Pela sua audácia, coloca-se por vezes Makunaíma em más situações, das quais consegue safar-se graças à esperteza do seu irmão mais velho. Makunaíma, como todos esses heróis tribais, é um grande mágico. Ele transmuta homens em animais, ou vice-versa, ora por punição, ora por simples malvadez.

O alemão registraria várias aventuras do personagem, como a luta com “o gigante antropófago Piaimã e sua mulher”. Além disso, “Grünberg dá a todo esse ciclo mitológico uma significação astral, de oposição entre o sol e a lua, segundo a interpretação corrente entre muitos etnólogos”.

Tristão de Athayde informa como o livro de Mário de Andrade incorporaria em sua estrutura tais lendas. Contudo, isso era apenas a base etnológica da peça: “Não pense, porém, que o livro é simplesmente uma romanceação de lendas amazônicas. É coisa infinitamente mais complexa, como aliás tudo o que tem feito o sr Mário de Andrade, na sua busca ansiosa e capital [...] por uma cultura nacional”⁶³⁰. A partir dos prefácios, apontam-se os aspectos principais que teriam orientado a feitura da obra. Dentre eles, a falta de caráter do brasileiro:

Em outros povos, tanto extremamente civilizados como extremamente primitivos, entre os franceses, os mexicanos ou os iorubas encontra ele essa personalidade que falta ao brasileiro. Nos franceses, por civilização própria, nos mexicanos pelo perigo norte-americano, nos iorubas, pelo resto de uma civilização primitiva. Mas nós não temos nada disso⁶³¹.

Daí sobreviriam análises realistas do país que beiravam a um pessimismo radical:

[...] o despreço à cultura verdadeira, o improvisado, a falta de senso étnico nas famílias e sobretudo, uma existência de expedientes, enquanto a ilusão imaginosa, feito Colombo de figura-de-proa, busca com olhos eloquentes na terra um eldorado que não pode existir mesmo, entre panos de chão, e climas igualmente bons e ruins, dificuldades macotas que só a franqueza de aceitar a realidade poderia atravessar⁶³².

O crítico enumera algumas características do livro que permitiriam considerar Macunaíma como o “brasileiro de hoje”, assim como “Venceslau Pietro Pietra, nome paulistano do gigante Piaimã, é o imigrante”⁶³³. Já o abandono da consciência que Macunaíma deixa na foz do Rio Negro seria uma expressão daquela época. A cena do “branqueamento” também é lembrada:

⁶³⁰ ATHAYDE, Tristão de. Macunaíma, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

⁶³¹ ANDRADE apud ATHAYDE, Tristão de. Macunaíma, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

⁶³² ANDRADE apud ATHAYDE, Tristão de. Macunaíma, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

⁶³³ ATHAYDE, Tristão de. Macunaíma, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

Um dia, querendo tomar banho, e com medo das piranhas do rio, encontrou “numa lapa bem no meio do rio uma cova cheia d’água... Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do peção do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco, loiro e de olhos azuizinhos, a água lavara o pretume dele”. Quando os irmãos viram aquilo também quiseram virar brancos. Primeiro entrou o Jiguê, mas, - “a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que esfregasse feito maluco, atirando água para todos os lados, só conseguiu ficar da cor de bronze novo”. Quando Manapé foi tomar banho, só havia um pouco d’água no fundo e – “Manapé conseguiu molhar só as palmas dos pés e das mãos. Por isso ficou negro, bem filho da tribo dos Tapanhumas. Só que as palmas das mãos e dos pés dele são vermelhas por terem se limpado na água santa”. E os três irmãos, num quadro magnífico de expressão literária, em ritmo poético bárbaro, de grande efeito, aparecem então como um símbolo transparente do Brasil⁶³⁴.

A linguagem do livro é elogiada, especialmente em frases ditas pelo herói como o “nunca viu não?” que, na opinião do crítico, expressaria um “delicioso garotismo todo atual”.

Apesar de sua reflexão sobre o caráter brasileiro, Mário de Andrade expressaria nos prefácios divulgados por Tristão de Athayde o total desinteresse em fazer um símbolo nacional:

Quanto às intenções que bordaram o esquerzo tive intenções por demais. Só não quero é que tomem Macunaíma e outros personagens como símbolos. É certo que não tive a intenção de sintetizar o brasileiro em Macunaíma, nem o estrangeiro no gigante Piaimã... Me repugnaria a intenção minha dele ser o herói nacional. É o herói desta brincadeira isso sim⁶³⁵.

Também a obscenidade da narrativa era levada em consideração, ao que o crítico comenta que:

Realmente, há em todo o livro mais que obscenidade, pornografia. Esse é um caráter conhecido de todas as lendas de primitivos. Na introdução aos mitos dos Taurepángs e Arekunás, Koch-Grünberg avisa logo que há algumas passagens tão obscenas que ele não as reproduz. O que deve fazer arregalar os olhos a todos os freudianos à cata de complexos...⁶³⁶

Mário ressaltava, porém, que “uma pornografia desorganizada é também uma cotidianidade nacional”. Um dos aspectos mais elogiados no livro é a sua “desregeonalização”, espécie de superação do regionalismo atestado em um dos prefácios:

Um dos meus interesses foi desrespeitar lendariamente a geografia e a fauna e flora geográficas. Assim, desregionalizava o mais possível a criação ao mesmo tempo que conseguia o mérito de conceber literariamente o Brasil como entidade homogênea, um concerto étnico nacional e geográfico⁶³⁷.

Para Tristão de Athayde tal aspecto era exatamente o que concederia à obra um papel representativo nacional e que permitiria admitir o simbolismo de *Macunaíma*:

E foi justamente esse caráter de unidade, de desregionalização, de verdadeiro “unanimismo”, que há por vezes magnificamente no livro, - que levou o autor, depois de composta a obra, a ver que ela deixara de ser uma simples brincadeira para ser qualquer coisa de mais séria e geral⁶³⁸.

Dessa forma, o crítico reconhece em *Macunaíma* uma obra que representaria um passo

⁶³⁴ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Macunaíma*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

⁶³⁵ ANDRADE apud. ATHAYDE, Tristão de. *Macunaíma*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

⁶³⁶ ATHAYDE, Tristão de. *Macunaíma*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

⁶³⁷ ANDRADE apud. ATHAYDE, Tristão de. *Macunaíma*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

⁶³⁸ ATHAYDE, Tristão de. *Macunaíma*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

importante na produção literária nacional, especialmente pela atenção à “realidade” e à “vida” nacionais, sempre reiteradas por Tristão de Athayde:

O sr Mário de Andrade é o homem menos romântico que possa haver. Nunca escreve por paixão. Por prazer sim. Mas, sobretudo, por procura, por pesquisa, para encontrar o Brasil. O Brasil-alma e o Brasil-corpo, mas não o Brasil-país. Penso que lhe falta singularmente o sentido do nacionalismo político. Mas tem agudamente o senso do nacionalismo orgânico e social, da busca do caráter que nos distinga na América e nos marque pra sempre. Daí a sua irritação contra a nossa falta de personalidade e a consagração dessa ausência em instintivo, por meio de uma figura como Macunaíma. Pois queira ou não queira o “consciente” do autor, o que o seu subconsciente nos deu, em Macunaíma, foi, em grande parte, o “homo-brasilicus” em toda sua deficiência, embora sem os sinais de tese sistemática e antes uma enorme liberdade de composição⁶³⁹.

Sobre a “liberdade de composição”, o crítico, ao ter de definir o enigmático gênero formal da obra *Macunaíma*⁶⁴⁰, opta pela seguinte perspectiva:

Não é um romance, nem um poema, nem uma epopeia. Eu diria antes – um *coqueteil*. Um sacolejado de quanta coisa há por aí, de elementos básicos de nossa “psique”, como dizem os sociólogos. É um desses retratos-médios, em que se sobrepõem várias fotografias diferentes e que acaba não se parecendo com ninguém⁶⁴¹.

Mário respondeu negativamente à crítica. Na verdade, sequer respondeu à crítica, mas, sim, talvez devido à publicação dos prefácios, expressou um sentimento de violação de privacidade:

Tristão, peço-lhe, de todo coração que não publique o artigo sobre Macunaíma. Só pode ser este um pedido de amizade e por ela que eu peço. Esse artigo fere por demais a minha intimidade de que sou tão orgulhoso que tenho sempre na minha escrivaninha uma carta pedindo, caso eu morra, que meus inéditos sejam destruídos. Principalmente anotações. Mas há também outra razão tão delicada como essa, e que me leva a pedir por amizade sempre, que você se esqueça o mais que puder, mesmo de todo, a minha personalidade literária. Está claro que continuo existindo literariamente porém resolvi com resolução, me retirar por completo da crítica oficial. Nunca mais quero mandar livro meu a crítico nenhum. Não faço dessa uma questão pessoal pela crítica, não penso. Respeito a crítica e considero você especialmente a melhor crítica que possuímos hoje. A notoriedade que já desejei, é que me horroriza atualmente. Quando vejo meu nome citado isso me fere agora, sinto essa espécie de violação de mim mesmo, fico chocado, desestimulado, com uma vontade [...] de parar. Você que é mesmo um companheiro [...], respeite por favor a minha paz⁶⁴².

Por essa razão, Tristão de Athayde nunca reuniu em volume a sua crítica a *Macunaíma*. Após esse caso, porém, os dois autores continuaram se correspondendo e, assim como Mário não abandonou a crítica literária, também Tristão escreveu outras vezes sobre o autor paulista.

Macunaíma, apesar da recusa de seu autor, deveria ser tomado, na visão do crítico,

⁶³⁹ ATHAYDE, Tristão de. *Macunaíma*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

⁶⁴⁰ Em sua clássica obra sobre *Macunaíma*, Cavalcanti Proença já apontara tal questão do gênero literário de *Macunaíma*. Haroldo de Campos diz se tratar de um “romance rapsódia”. Berriel explorou cada um destes aspectos de *Macunaíma*, tanto como rapsódia, quanto como um romance moderno. Cf. PROENÇA, M. Cavalcanti. *Roteiro de Macunaíma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 6-8; CAMPOS, Haroldo de. *Miramar na Mira*. In: ANDRADE, Oswald de. *Obras completas*. Vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972, p. XV; BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Dimensões de Macunaíma: Filosofia, gênero e época*, p. 135.

⁶⁴¹ ATHAYDE, Tristão de. *Macunaíma*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

⁶⁴² Carta de Mário de Andrade a Tristão de Athayde, s/data, acervo CAAL.

como uma síntese do caráter brasileiro ou da falta dele. Tristão faz uma consideração que pode ser vista como uma perspectiva do processo geral das letras brasileiras nos anos 1920 em que a obra é apontada como um ponto de chegada da “nossa que arte” que:

[...] por muito tempo [...] ficou além do foco. Fechada em preconceitos acadêmicos, olhando pro Brasil através da Europa, escrevendo uma língua que se falava em Portugal mas não mais aqui, pecava a literatura por excesso de literatura. Hoje em dia estamos caindo no excesso oposto. E à custa de deslitalizarmos as letras, estão elas ficando pra trás de nós. Falam uma língua tão “nossa”, que já não é nossa. Refletem uma realidade tão “real”, que já não nos reconhecemos nela. E assim por diante. Ou nos cenáculos, ou nos candomblés. No acidental sempre. Melhor este que aquele aliás. E em *Macunaíma* isso é épico. O livro tem um significado considerável, como toda a obra do sr Mário de Andrade, seja qual for a sorte futura de suas criações isoladas. E revela no autor uma “verve” de expressão, uma assimilação de alguns elementos de nossa formação étnica, de nossa alma, de nossos costumes, de nossa paisagem, de nosso totalismo nacional, que são de fato só dele. E realmente expressivos do que é a barbaria dos nossos fermentos em ebulição. O modelo do que devemos “combater” em nós⁶⁴³.

Assim, *Antropofagia* e *Macunaíma* representariam dois pontos de chegada distintos no interior do modernismo brasileiro dos anos 1920. Ambos, na visão do crítico, vinculados à expressão “primitivista” (que os dois Andrades não reconheciam) que ganhara relevo no interior da cultura intelectual brasileira àquela época. Porém, ao passo que o primeiro manteria uma relação “mítica” e “mistificadora” com a tradição nacional, fazendo-se “antropófago” e mantendo-se numa apreciação exótica das populações indígenas americanas, o segundo, por seu turno, procuraria, através das pesquisas e da apropriação do conhecimento acerca de tais populações e lendas, conceder uma *forma* à nação brasileira. Ambos procuram atender às expectativas nacionalistas em um contexto internacional imperialista. Como dissera Oswald de Andrade em sua entrevista ao jornal francês *Nouvelles Littéraires*: “Veja-se bem eu não rejeito as belas coisas que vocês nos trouxeram: a máquina, o automóvel. Mas eu quero que o Brasil de outrora renasça. Sem revolução: o papel impresso é mais forte que as metralhadoras”⁶⁴⁴. O índio de automóvel ou, conforme diz no “Manifesto Antropófago”, o “bárbaro tecnizado de Keyserling”. Ao passo que Oswald de Andrade queria fazer o brasileiro ser índio, Mário de Andrade faria do índio uma figura que se abrasileirara e a morte de *Macunaíma* não deixa de conter tal simbologia: “É mesmo o herói capenga que de tanto penar na terra sem saúde e com muita saúde, se aborreceu de tudo, foi-se embora e banza solitário no campo vasto do céu”⁶⁴⁵. Mário de Andrade ressaltaria o sentimento trágico da realidade nacional⁶⁴⁶, ao passo que Oswald de

⁶⁴³ ATHAYDE, Tristão de. *Macunaíma*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928, p. 4.

⁶⁴⁴ Cf. Malles et Valises. São Paulo – Paris. Oswald de Andrade, *Nouvelles Littéraires, artistiques et scientifiques*, Paris, 14 jul. 1928, p. 2.

⁶⁴⁵ ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. São Paulo: Martins, 1978, p. 217.

⁶⁴⁶ Em carta a Tristão de Athayde, o próprio Mário de Andrade repreendia o crítico por este não reconhecer tal aspecto em sua obra: “Não posso de verdade aceitar que não haja sentimento trágico da vida na minha obra”. Carta de Mário de Andrade a Tristão de Athayde, 27-12-1927, acervo CAAL.

Andrade teria a confiança e o sorriso infinito dos novos ricos, como considerara o crítico. Oswald de Andrade, intelectual cosmopolita, soube transitar com maestria em torno do que esperavam dele na Europa. Foi bem sucedido como líder de vanguarda que associava à América do Sul as realidades tropicais, indígenas, exóticas e temperadas por filosofias as mais contemporâneas sem, porém, abraçar qualquer radicalização política. Mário de Andrade, por seu turno, nunca viu sua obra *Macunaíma* ser sequer traduzida, o que ocorreu na França apenas em 1979, já após as versões em italiano e espanhol, e, pra piorar, numa coleção dedicada a hispanófonos e voltada ao *boom* latino-americano⁶⁴⁷.

As versões mais caras ao modernismo que procuraram cumprir com o desafio, que já vinha se desenvolvendo no interior da cultura intelectual brasileira e foi por elas incorporado, de criar a definição nacional a partir de uma acepção sintética unificada que desse conta da língua, do caráter, do “tipo” humano, da “raça”, da história e dos horizontes futuros teriam ficado, assim, nessa apreciação simbólica e “primitivista” da civilização brasileira, na apreciação de Tristão de Athayde. Por essa razão, talvez, o crítico tenha reconhecido no romance *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, uma nova orientação, uma “revelação”. Tal juízo recebeu várias críticas, retificações e atenuações, tanto à época quanto pela historiografia literária posterior⁶⁴⁸. Na apreciação do crítico, percebemos, entretanto, como, pelo que até aqui foi exposto, a obra poderia dar uma nova orientação às perspectivas acerca do país que vinham se formando no interior da cultura intelectual brasileira:

Pois esse livro é um romance da seca, e embora a considerando apenas em suas repercussões e não diretamente, - talvez o grande romance do Nordeste pelo qual há tanto tempo se esperava. Se não completo, ao menos intenso. O romance que Euclides da Cunha teria escrito se fosse romancista. [...] O romance daquilo que os “Sertões” foram a epopeia. Nem apenas um romance social; nem apenas um romance de instintos, embora exagerando um pouco esta face em prejuízo daquela. Ambas as coisas, ao mesmo tempo, e ambas com tal originalidade, tal firmeza de traço, tal angústia de sentimentos profundos, bárbaros, primitivos, e ao mesmo tempo tal requinte de psicologia em recolher a cada passo gotas de verdade profunda, - que acabei o livro sentindo que nascera realmente alguém para exprimir não apenas o horror do inexprimível daquela terra do Nordeste, mas um pouco de todo o homem brasileiro de hoje. E dizê-lo duramente, mas sem grosseria. Asperamente, mas sem brutalidade. Dizê-lo com o coração ferido e ao mesmo tempo com a alma apaixonada e uma inteligência extraordinariamente penetrante⁶⁴⁹.

⁶⁴⁷ Cf. CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des Lettres*, p. 407.

⁶⁴⁸ Mário de Andrade foi um dos que escreveu a Tristão de Athayde acerca da obra. Apesar de reconhecer na figura de José Américo de Almeida “um paraibano de força”, julga que a obra é regionalista, “regionalíssima”, tanto que acabou saindo com um glossário. Porém, paradoxalmente, Andrade refletia que era tão regional o livro que acabava se desregionalizando, numa lógica que parecia mostrar que o Brasil era tão regionalizado que apenas sendo regionalista se poderia ser nacional e, como ele mesmo considerou: “Engraçado onde veio chegar meu pensamento... Palavra que não imaginava neste argumento a favor de você quando principiei argumentando”. Cf. Carta de Mário de Andrade a Tristão de Athayde, 22/04/1928, acervo CAAL. As perspectivas acerca do juízo e do lugar da obra de José Américo no interior da história literárias foram sintetizadas em: BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

⁶⁴⁹ ATHAYDE, Tristão de. Uma revelação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1928, p. 4.

O romance traria os conflitos emergentes nos anos 1920 entre “civilização” e “barbárie” e entre o velho e o novo expresso nas contradições entre Lúcio, moço formado na capital, e o pai, Dagoberto, proprietário de engenho na Paraíba. Além de ser “escrito em brasileiro” e retratar de maneira dramática a realidade dos retirantes, o que mais parece ter chamado a atenção de Tristão de Athayde era a impotência de Dagoberto que, após o falecimento do pai, modernizara o engenho. Isso significava prover educação aos trabalhadores, higienização do ambiente, abolir os “sambas bárbaros” e os cocos, disciplinar o trabalho, maquinizar a produção etc. De alguma forma, criara-se a felicidade, mas não havia alegria. O desencanto maior é quando chegam novos retirantes e os trabalhadores do engenho, que antes estavam na mesma condição de desamparo, recusam dar estadia aos necessitados. Seria uma lição contra os otimismo excessivos, a verificação euclidiana que retornava, ao fim da década, para lembrar a distância entre litoral e sertão. O otimismo do dinamismo de Graça Aranha, assim como o do “bárbaro tecnizado”, não parece atingir um fim satisfatório nos processos de modernização do engenho que reiteram a experiência trágica da realidade brasileira. Tal perspectiva, porém, será desenvolvida na produção romanesca brasileira posterior, o que comprovará o caráter precursor de tal obra. Ao mesmo tempo, entretanto, o sucesso de *A Bagaceira* deveu-se muito, talvez totalmente, à crítica extremamente positiva que Tristão de Athayde lhe fizera, conforme lhe dizia o próprio autor: “Basta-me, pois, ter sido revelado pelo mais prestigioso dos paraninfos. É tamanha a sua autoridade, que de toda parte me chegam pedidos do romance, de literatos, de pessoas desconhecidas e de livrarias”⁶⁵⁰. E, quatro meses após a crítica de Tristão de Athayde, o escritor lhe comunicava que o livro saía em terceira edição e com um glossário⁶⁵¹. O romance *A Bagaceira*, porém, marca um começo, um princípio, que terá seu desdobramento nos anos seguintes e, especialmente, na década de 1930. As obras de 1928 de Oswald de Andrade e Mário de Andrade, por seu turno, podem ser vistas como um ponto de chegada da reflexão acerca da civilização brasileira nos anos 1920 no interior do modernismo.

As três Américas

Para além das reflexões que procuravam olhar para o interior do país e aí verificar a sua especificidade, havia o movimento inverso, ou seja, de se ressaltar a relação que o Brasil teria com seus vizinhos continentais do sul e com os americanos do norte. Já no século XIX, os Estados Unidos se apresentaram no cenário internacional como uma nação de potencial imperialista. Desde a doutrina do presidente James Monroe (1823) e do Corolário do Presidente James Polk (1848) os EUA, ao mesmo tempo em que firmavam a inviolabilidade do continente

⁶⁵⁰ Carta de José Américo a Tristão de Athayde, 2/04/1928, acervo CAAL.

⁶⁵¹ Carta de José Américo a Tristão de Athayde, 10/06/1928, acervo CAAL.

americano ao colonialismo, faziam-se detentores do “direito natural de intervenção para conservar a tranquilidade de todos os americanos”⁶⁵². A relação dos diplomatas brasileiros com o “monroísmo” e com o pan-americanismo terá uma longa fortuna crítica situando intelectuais, como Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, em campos opostos. Dessa forma, o federalismo republicano norte-americano teve fundamental importância na formação dos Estados Unidos do Brasil, em 1889, assim como seus críticos contundentes, como o escritor Eduardo Prado e sua obra *A Ilusão Americana* (1890) censurada pelo governo federal em 1893.

Esta condição norte-americana é das mais duradouras. Sobre tal realidade histórica, Tristão de Athayde lembra que haveria uma característica comum entre os países da América:

O povo diz que muita coisa antes de ser já era. O Brasil e a América em geral, foram um pouco assim. Antes de saberem o que nós iríamos ser já as nações brigavam nas nossas costas ou antes sobre as nossas esperanças. E já éramos objeto de tratados e dissidências internacionais⁶⁵³.

Antes do monroísmo emplacar como política internacional hegemônica no Novo Mundo, o crítico retoma a experiência e as expectativas políticas da época da Independência do país:

Quando deixou de ser governado da Europa, e seus homens começaram a possuir a consciência da nova nacionalidade, sentiram imediatamente a necessidade de uma mudança radical de regime, por meio de uma aproximação com as demais colônias em via de libertação completa. Um interesse análogo à oposição aos manejos recolonizadores da Europa provocou a nova política de aproximação, que vinha corresponder aos anelos já manifestados por Bolívar e outros vultos de libertadores sul-americanos, e veio frutificar no Congresso de Panamá, em 1825⁶⁵⁴.

Uma vez, porém, que o horizonte recolonizador ficava mais distante, o país se afastaria novamente de seus vizinhos, tanto pela questão do regime político adotado, quanto pela diferença linguística. Dessa forma, especialmente o Segundo Império brasileiro teria adotado uma política exterior de isolamento e intervenção. Criava-se uma autoimagem de país “muito orgulhoso da ordem” que colocara “o império numa posição de nacionalidade formada em face de nacionalidades em formação”. Na opinião do crítico, essa política, que nomes como o do diplomata Heitor Lira parecia defender, era um erro fundamental:

Repetir hoje a política dos gabinetes imperiais é revelar ignorância total das circunstâncias de então e de agora. Cercados de países de civilização idêntica à nossa, que já não podem ameaçar a nossa ordem interna; tendo aprendido a desdenhar essa cândida ilusão de hegemonia (que o sr Lira ainda parece alimentar) que o império mantinha; compreendendo os interesses que nos ligam aos nossos vizinhos; verificando, a cada passo, que as forças econômicas é que mantêm as nacionalidades em sua base; tendo vivido a trágica inutilidade dessa guerra monstruosa em que só houve vencidos; possuindo, enfim, a noção dos novos ideais com que a América pode trazer um pouco de luz e de frescura às velhas civilizações que nos criaram – tudo nos leva a voltar a essa política admirável de realismo e de consciência que o nosso grande José Bonifácio traçava em 1822.

⁶⁵² Cf. CASTRO, Fernando Luís Vale. O pan-americanismo nas páginas da Revista Americana, *Cadernos do CHDD. Centro de História e Documentação Diplomática* (FUNAG), ano 7, nº 12, p. 272.

⁶⁵³ ATHAYDE, Tristão de. Brasil nação e Brasil país, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1928, p. 4

⁶⁵⁴ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1923, p. 1.

O crítico ponderava que o nosso “‘interesse’ é, hoje, pensar como os homens da Independência, e não com os do segundo reinado”⁶⁵⁵.

Assim como o significado do Brasil no concerto das nações era objeto de apreciações e definições a partir de viajantes europeus e americanos, as Américas também têm o seu caráter civilizacional delineado neste tipo de produção. De partida, porém, era preciso reconhecer que era “inegável que aquilo que o mundo entende geralmente por *americanismo* está encarnado no Norte”⁶⁵⁶. Neste sentido, o livro do intelectual francês André Siegfried, *Les Etats Unis d’Aujourd’hui (Os Estados Unidos de Hoje)*, era bastante claro a esse respeito:

Para Siegfried não existe a América Latina ou, pelo menos, não existe o espírito da América Latina. A seu ver somos apenas satélites dos Estados Unidos. Fregueses dos seus produtos industriais ou fornecedores de matéria prima. Simples agentes comerciais. Quando ele se refere à “América”, entende sempre a América do Norte. Quando fala em “espírito americano” entende sempre o que nasceu à sombra das “stars and stripes”. Só nos Estados Unidos existe uma “personalidade”. Só eles criaram uma civilização nova. Só eles descobriram um novo sentido da vida⁶⁵⁷.

Seria preciso reconhecer que “se o século XIX foi, entre nós, o século da França e da Inglaterra, parece que o século XX se anuncia como o século dos Estados Unidos e da Rússia”.

Dois aspectos fundamentais marcariam a especificidade dos americanos do norte em relação aos do sul: o protestantismo e o fordismo. O primeiro estaria tornando cada vez mais claras as diferenças entre as américas do sul e do norte, especialmente pela imigração:

A política imigratória tem sido, pois, o eixo da política norte-americana. E as últimas leis de imigração, não só limitando ao extremo a introdução do estrangeiro, mas criando sobretudo um verdadeiro proibicionismo contra a civilização de origem mediterrânea, e, portanto, a *nossa* civilização – mostram bem claramente que os Estados Unidos desejam repudiar categoricamente a civilização de origem latina acentuando, portanto, a distinção entre as duas Américas.

Por um lado, a tecnologia permitiria a redução virtual das distâncias a partir do telégrafo, “hoje as distâncias variadas se anulam pelo tempo uniforme. Sabemos, à mesma hora, o que [...] se passou em S Paulo ou no Afeganistão”⁶⁵⁸. Por outro lado, as políticas de imigração impediriam o trânsito real das pessoas. Ele lembrava as críticas do russo Ritter Von Schaeffer à política brasileira que, em 1813, proibia a entrada no país de qualquer acatólico, o que, em 1928, era visto como um “atraso mental e social inacreditável”. O crítico ironiza que, no século XX:

[...] nos pareça muito natural, e progressista, e moderno, e emancipado, e livre que venha um conferente revistar a nossa roupa de uso íntimo, que venha um agente da polícia indagar de nossas opiniões sociais, ou um guarda de polícia de costumes esmerilhar nossos papeis de casamento. Em 1813, indagava-se das crenças religiosas e do passaporte. Hoje indaga-se do passaporte, das bagagens, das crenças políticas, dos costumes privados, do estado de saúde. Um caso típico e autêntico se deu aqui com Blaise Cendrars. Cendrars perdeu um braço, em combate, durante a guerra. Pois

⁶⁵⁵ ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1923, p. 1.

⁶⁵⁶ ATHAYDE, Tristão de. No país da vontade, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 mai. 1925, p. 1.

⁶⁵⁷ ATHAYDE, Tristão de. Nós, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1928, p. 4.

⁶⁵⁸ ATHAYDE, Tristão. Romancista tuberculoso, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1925, p. 1.

a nossa Polícia do Porto não queria, de forma alguma, permitir o seu desembarque porque os regulamentos de imigração proibiam o desembarque de mutilados...⁶⁵⁹

Haveria, antes, uma força *sedutora* da civilização norte americana a veicular o “misticismo do êxito” que caracterizaria o “nacionalismo protestante”. De nada valeriam as críticas à execução controversa dos anarquistas italianos Sacco e Vanzetti, a irritação contra os automóveis, a indignação com as “descomposturas da Light” ou do dólar:

A sedução é mais profunda. É mais inconsciente. É de todos nós. E pode sempre justificar-se. Faz-se dia a dia, sem querer, sem sentir, por onde menos se pensa. Faz-se pelo cinema, sobretudo. [...] Dessa hipnotização de duas horas contínuas sobre uma massa de gente passiva, como que dissolvida pela música incessante, e deixando inocular o subconsciente sem querer de tudo o que se passa na tela. Quando se discute gravemente sobre reformas sociais, sobre ideias novas, sobre movimentos de inteligência, de arte ou de ciência, quando os historiadores procuram na história o mistério do mundo de amanhã, e os sociólogos e os economistas e os filósofos quebram a cabeça para adivinhar os novos destinos do homem, eu fico pensando que nada valerá de nada se se deixar de lado a ação do cinema sobre o homem de hoje. [...] O futuro o dirá melhor que nós. Hoje o que se pode dizer, com segurança, é que o cinema é o meio de expansão mais formidável que jamais a humanidade conheceu, como os Estados Unidos, são também, hoje em dia, a massa de homens de poder mais formidável que jamais a história viu reunida e como é lá mesmo o centro da irradiação da indústria cinematográfica, - a conclusão só pode ser uma⁶⁶⁰.

E o que se levava ao mundo eram os costumes do “self-made man”, um “moralismo puritano [que] procura a justificação do dinheiro”, o “honesto idealismo” dos Rotary Clubs, que estariam a se “espalhar pelo universo”, de um “cheerfull idealism” feito por “homens otimistas e satisfeitos” e “todo ele fundado na concepção do *servisse*, isto é, da utilidade coletiva, coincidindo com a prosperidade *econômica* do indivíduo”. O “nacionalismo protestante” uniria individualidades e coletividade segundo a racionalização da vida:

Hoje, no afã de *racionalizar* tudo (pois o moralismo puritano, o proibicionismo, o fundamentalismo, são tudo formas vulgares de *racionalização*) é também a alegação moral e social da vantagem coletiva, e da eficiência prática de rendimento da energia humana, que justifica o culto à pequena família pela disseminação consciente do *birth control*, sob pretexto de *eugenia*.

Em termos similares, Antonio Gramsci, posteriormente, faria a apreciação do americanismo no interior do contexto internacional:

Numa entrevista [...] Pirandello afirma: “o americanismo submerge-nos. Creio que um novo farol da civilização se tenha aceso lá em baixo”. [...] Mas o problema não é saber se na América existe uma nova civilização, uma nova cultura, mesmo ainda no estado de “farol” [...] se o problema tivesse que colocar-se assim, a resposta seria fácil: não, não existe. [...] Que não se trate, no caso do americanismo, entendido não só como vida de café, mas também como ideologia do Rotary Club, de um novo tipo de civilização, vê-se pelo fato que nada mudou no caráter e na relação dos grupos fundamentais: trata-se de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização europeia, que apenas assumiu uma nova pele no clima americano⁶⁶¹.

⁶⁵⁹ ATHAYDE, Tristão de. Tobias Barreto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1926, p. 4.

⁶⁶⁰ ATHAYDE, Tristão de. Eles e nós, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1927, p. 4.

⁶⁶¹ GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 337-338.

Mesmo que não se tratasse realmente de uma “nova civilização”, Tristão de Athayde sublinhava a força sedutora que a imagem dos Estados Unidos exerceria sobre os brasileiros em geral:

Não há brasileirinho triste, que indo de manhã (digamos de manhã) para a repartição, não sinta calafrios de inveja ao ver nos cartazes de cinema aquelas americaninhas loiras que passam a vida dançando e aqueles latagões de óculos ou sem óculos que passam a vida às gargalhadas. Terra de otimismo, que injetou na música triste e intelectual da Europa a alegria bárbara do **jazz**, e renovou o cômico requintado de hoje com a “plain truth, of things”, que o Carlitos veio mais uma vez lembrar ao velho mundo exausto de cortar cabelos em quatro. Para nós aqui o americano é um misto de Light, Country Club e Cinema. Vida exterior, atividade, confiança. Puerilidade e alegria. Otimismo sempre⁶⁶².

Pode-se dizer, porém, que a grande feição dos Estados Unidos da América propagada nos anos 1920 era o fordismo. Símbolo da exuberância material dos “irmãos do norte”, o fordismo, especialmente após a Primeira Guerra, era a marca de uma civilização bem sucedida do outro lado do Atlântico, algo inédito. Monteiro Lobato, como se sabe, era grande admirador de Henry Ford, lamentava a “francesice”, o atraso brasileiro e via, em Ford e nos EUA que despontavam, os líderes do mundo moderno. Ford seria o verdadeiro escritor de uma “Bíblia de amanhã”, ao ter resolvido o problema da caridade, eliminando a sua necessidade em Detroit como Colombo “resolveu o problema do ovo”. E devia o Brasil segui-lo: “O mundo existe. A vida é uma realidade. O exame é tudo. Mas o caruncho, a idade média, a mentira tradicional, o crânio com missanga dentro, ao invés de matéria encefálica – tudo isso é morte, e morte da pior espécie, da que se ilude pensando que é vida”⁶⁶³.

A primeira apreciação que Tristão de Athayde fizera do fordismo foi francamente positiva. Ao comentar a obra editada por Monteiro Lobato, *Minha vida, minha obra*, ele dizia:

Sendo um livro cujo alcance social talvez venha um dia a ser comparado ao do Capital de Marx, é uma obra cheia de defeitos, improvisada, repetida, desordenada, com detalhes ridículos ou desnecessários, com certas ingenuidades da raça e sem preocupação de coordenar os materiais de dar à obra unidade e perfeição⁶⁶⁴.

Seria um livro “fascinante” em que um “fabricante de latas em quatro rodas” comparava-se a São Paulo pelo seu ímpeto de reformador social, o crítico sugere ainda outra comparação:

Se aos olhos de algum Romain Rolland citarmos, conjuntamente, os nomes de Ghandi e Ford, ele gritará arrepiado pelo sacrilégio. Pois bem, entre o milionário Ford, filho da abominável civilização mecânica do ocidente e o iluminado Ghandi rico apenas da pureza de sua alma imemorial do oriente contemplativo – talvez seja o abominável milionário de cujas mãos tenham provindo e hão de provir maiores benefícios para os homens.

Assim, os aspectos morais do fordismo representariam potencialmente os freios ao desenvolvimento da “civilização mecânica do ocidente”. Conforme o crítico, a economia capitalista desde o século XIX teria consolidado uma situação em que “o ideal é o êxito, é a

⁶⁶² ATHAYDE, Tristão de. Pessimismo norte-americano. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1924, p. 1.

⁶⁶³ LOBATO, Monteiro. Ideias Novas - Bíblia de amanhã, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1926, p. 4.

⁶⁶⁴ ATHAYDE, Tristão de. Ford, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 out. 1925, p. 4.

especulação, é a fortuna rápida, e por todos os meios, a livre expansão do indivíduo, a aposta, tudo que represente justamente a expansão sem limites do espírito de economia capitalista especulativa”⁶⁶⁵. O fordismo, porém, viria trazer uma outra perspectiva a esse respeito:

Ford veio justamente colocar-se contra essa corrente que animava todos os seus compatriotas fundadores de indústria, desbravadores de terras, estendedores de trilhos, criadores, enfim, dessa assombrosa civilização mecânica que poderá ser o túmulo da civilização ou a sua renovação, conforme o espírito que o homem conservar no meio dela. Ford veio dizer muito simplesmente: tudo isto está errado.

Segundo Gramsci, tratava-se de uma “necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática”⁶⁶⁶. Embora Tristão de Athayde esteja distante do espectro político do italiano, não se pode perder de vista a maneira como o “americanismo e o fordismo” instituíram-se como tema fundamental às reflexões teóricas, econômicas e culturais durante o século XX.

A finalidade coletiva e cristã estabelecida por Ford era a pedra de toque da apreciação de Tristão de Athayde que citava as palavras do industrial americano:

A vida é fácil ou difícil segundo a habilidade ou a incapacidade que se manifestam na produção e na circulação das riquezas. Por muito tempo se acreditou que a indústria só tinha por objetivo o lucro. É um erro. A indústria tem por objetivo o interesse geral. Constitui uma profissão e é necessário que tenha uma moral profissional... A indústria se tornará um dia honesta... Seus defeitos que residem, quase sempre em sua constituição moral, dificultam o seu desenvolvimento e a cada momento fazem com que adoeça. Algum dia a moral da indústria será universalmente observada⁶⁶⁷.

Assim, o fordismo poderia ser uma forma de se evitar o decadentismo ocidental cantado por inúmeros filósofos, teóricos, artistas e políticos: “Se a América ouvir a palavra de Ford – o que reconheço será muito difícil – terá realmente renovado o mundo moderno em seus fundamentos sociais, e o Ocidente poderá talvez, transformar o seu ocaso em uma aurora”⁶⁶⁸.

O entusiasmo do crítico e industrial com o fordismo foi bastante efêmero. Daí considerar, posteriormente, como Henry Ford e o político Eugene Chen acreditavam “no progresso contínuo, com mais convicção do que Lamartine acreditava na República. Lirismo ao menos”, de maneira que “a fé no progresso, do nosso século, é baseada em cifras de taylorismo ou apoiada nos amáveis carrascos que acompanham os generais chineses, de penacho branco e mãos vermelhas”⁶⁶⁹. A preocupação era alertar os americanos do sul:

O dever primordial, portanto, de toda nacionalidade moderna e especialmente de toda nacionalidade americana não norte-americana, é estudar o que realmente representa essa formidável potência do norte – que até hoje cresceu em número e poder – e hoje começa a crescer em eficiência e originalidade.

E é esse horizonte imperialista dos Estados Unidos que deveria ser criticado pelos autores do

⁶⁶⁵ ATHAYDE, Tristão de. Ford, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 out. 1925, p. 4.

⁶⁶⁶ GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. *Obras escolhidas*, p. 311.

⁶⁶⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Ford, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 out. 1925, p. 4.

⁶⁶⁸ ATHAYDE, Tristão de. Ford, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 out. 1925, p. 4.

⁶⁶⁹ ATHAYDE, Tristão de. Eles e nós, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1927, p. 4.

sul. Tal condição era explícita no discurso de certos viajantes, como Roy Nash. Neste sentido, a Amazônia, fonte de simbolismos e interpretações da identidade nacional, assim como de potencial produtivo e de exploração econômica, era, na apreciação norte-americana, um horizonte de colonização direta. Sem “literatura”, por assim dizer:

[...] não vem dizer que a Amazônia é incivilizável; diz apenas “como” devemos civilizá-la. E nesse “modo” de fazer é que está todo o perigo que devemos conhecer. [...] E o que o sr Roy Nash se mostra, acima de tudo, é exatamente esse escultor atrevido, que nos julga uma massa aproveitável, mas aproveitável para a “sua” civilização, para o “seu” ideal, para o “seu” imperialismo de cultura⁶⁷⁰.

Dessa forma, o realismo latino americano verificaria a superioridade dos americanos do norte, mas isso não poderia levá-los à resignação:

É incontestável que entre a originalidade da civilização norte-americana e a sul-americana, é deles de longe a supremacia. Não falo apenas em supremacia de força, de poder, de progresso material. Essa não se discute. Refiro-me ao espírito, ao impalpável, ao sentido da vida. Há nos Estados Unidos uma personalidade nova e própria, que nós ainda não conseguimos formar. [...] Eles são eles. Nós ainda não somos nós. E estamos muito arriscados a não ser nunca. Não propriamente por culpa deles. Não chegamos ainda a fazer-lhes sombra. São por isso muito cordiais conosco. Só tem a ganhar com isso. A culpa é nossa. [...] Temos por isso muito mais a fazer e com muito menos forças. Daí o atraso considerável em que estamos e estaremos sempre em relação a eles. Daí a justificação daqueles que nos veem apenas como asteroides de valor secundário ao lado do grande planeta do Norte⁶⁷¹.

Porém, viajantes que buscavam escapar da “civilização” vieram parar na América do Sul e procuraram lhe descrever as especificidades, como o médico francês Raymond Penel que:

[...] como tantos outros decidiu partir. Uns foram viver a vida trepidante das grandes cidades norte-americanas, os grandes dínamos do futuro, como Luc Durtain. Outros buscaram refúgio entre os emblemas da foice e do martelo, como Aragon. Outros foram buscar emoções entre os revolucionários de Cantão, como André Malraux. Outros, na esteira de Gauguin, refugiaram-se entre os coqueiros de Tahiti, como esse Marc Chadourne, ou aquele estranho Robert Keable, que acaba de morrer por lá, desesperando da civilização e deixando-nos dois ou três romances admiráveis. Outros ainda foram embrenhar-se nos trópicos, entre os índios mexicanos, como D H Lawrence. Outros... Mas a lista não terminaria, nem as modalidades variadas com que cada um procurava respirar, procurava fugir ou esquecer.

O fato é que o crítico admirou o livro de Penel, *Sud contre Nord. Croisières Latines. Argentine, Uruguay, Brésil, Espagne*, que, apesar de ser formado por “simples impressões de passagem”, ser mal escrito e ter vários defeitos, defendia a latinidade dos latinos, por assim dizer. O francês depositava grande esperança no “Continente Atlântico”, expressão usada para nomear a América do Sul, segundo a passagem citada e comentada pelo crítico: “‘Que esperamos nós do Atlântico? Que ele nos livre do materialismo anglo saxão (só?) que cerca e cobre o mundo – a salvação simplesmente’. Quando estaremos à altura dessa obra de ciclopes?”⁶⁷².

Tristão de Athayde fazia reparos às apreciações de Keyserling, tão celebrado entre os

⁶⁷⁰ ATHAYDE, Tristão de. Como nos veem, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1928, p. 4.

⁶⁷¹ ATHAYDE, Tristão de. Nós, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1928, p. 4.

⁶⁷² Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Nós, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1928, p. 4.

modernistas brasileiros, que não reconheciam a singularidade civilizacional da América Latina:

Penso, aliás, que para os homens de alma, que procuram valores morais, antes que valores econômicos, políticos ou sociais, é a América do Sul um campo de observação talvez mais rico e fecundo que o norte do Continente. É por isso que não compreendo como Keyserling, em sua viagem à procura de si mesmo, desdenhou totalmente da América do Sul. Encontraria aqui menos nitidez de traços novos, - mas uma luta interior mais profunda, uma complexidade maior, um embate mais vivo de tendências recebidas e adquiridas, uma alma mais dramática do que entre eles [os EUA]. Mas o efeito dos índices práticos da civilização é sensível mesmo aos mais libertados dele. E por isso o sábio de Darmstadt esqueceu a América do Sul⁶⁷³.

De qualquer forma, eram os latino-americanos que deveriam afirmar a sua singularidade e importância no interior do cenário imperialista. Mas os latino-americanos pareciam viver atraídos pelas antigas metrópoles. Este seria o caso brasileiro: “um dos pontos de divergência entre o Brasil e as demais nações sublatinas da América, é justamente a maior proximidade da Europa que a história de sua inteligência demonstra”⁶⁷⁴. Tal situação reforçava o isolamento do Brasil no continente, conforme o crítico refletia quando Raymond Penel lhe dizia sobre:

[...] a grande dificuldade que há para um europeu em não se sentir o centro do mundo, em ter de compreender, em ser forçado, especialmente depois da guerra, a ver os povos como eles são em si mesmos, sem referência alguma à Europa. E eu lhe respondia que conosco se dava um pouco do contrário. O nosso perigo era compreender demais. Vivemos perdidos de compreensão. Compreendemos todas as línguas, todos os povos, todas as civilizações. Somos latinos, no Mediterrâneo, e germanos no Báltico. Somos contemplativos, no meio da “jungle” e pragmáticos em Broadway. [...] Dizia-me há muitos o velho Souza Bandeira: - “Eu nunca vi Paris. Desde a primeira vez que lá fui, só fiz rever”⁶⁷⁵.

Assim, na relação entre os brasileiros e os latino-americanos reinaria a seguinte dinâmica:

Nunca nos preocupamos por saber o que se escreve e o que se pensa nesses países que confrontam conosco, e eles por sua vez nos ignoram copiosamente. Cada vez que um uruguaio, um argentino, um chileno, um mexicano, um peruano nos visita, são exclamações, surpresas, revelações, desilusões e tudo o mais que o inesperado provoca. Cada vez que nos abalançamos a ir até lá, o mesmo se dá, inversamente⁶⁷⁶.

Muito se falava, porém, no interior da cultura intelectual brasileira acerca da necessidade de uma maior proximidade entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos. Afinal, seriam os latino americanos “povos do mesmo tipo social, filhos da mesma origem, passamos pelos mesmos transe e seguimos a mesma trajetória, na formação das nossas respectivas pátrias”⁶⁷⁷. Latino-americanos compartilhariam, assim, do fato de não serem nem portugueses, nem espanhóis, mas “raças” em formação que promoveram migrações similares. Uma identidade até nos problemas: educação popular, economia tarda, finanças, indústria, agricultura e transporte. Segundo tal perspectiva, o “pan-americanismo requer [...] preliminarmente, uma aliança ibero-americana, inteligente, leal e sincera”.

⁶⁷³ ATHAYDE, Tristão de. No país da vontade, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 mai. 1925, p. 1.

⁶⁷⁴ ATHAYDE, Tristão de. Livros do Sul, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1925, p. 1.

⁶⁷⁵ ATHAYDE, Tristão. Gazeta, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03 jun. 1928, p. 4.

⁶⁷⁶ ATHAYDE, Tristão de. Livros do Sul, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1925, p. 4.

⁶⁷⁷ LEÃO, A. C. Pan-americanismo e aliança ibero-americana, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1921, p. 1.

Em 1928, foi criado o Instituto Pan-Americano de Alta Cultura, segundo resolução da Sexta Conferência Pan-Americana. Era, porém, uma invenção “simbólica” devido às dificuldades de sua concretização. Tratava-se de um grande plano de intercâmbio intelectual e cultural que permitiria “estabelecer o contato capaz de dissipar aquela nociva ignorância mútua” e, ainda, a “finalidade mais alta como elemento capaz de criar e de consolidar a mentalidade pan-americana, que ainda não existe”⁶⁷⁸. Assim, percebe-se que a identidade brasileira comungada e inserida no horizonte americano, apesar de teoricamente verificável, não se constituía como uma realidade tangível, ficando sempre no domínio das possibilidades.

Durante a década de 1920, por várias ocasiões, Tristão de Athayde escrevera sobre a relação do Brasil com as Américas. O crítico revela-se sinceramente cético quanto a tais “aproximações” ensaiadas, pois estas seriam uma espécie de “lirismo internacional”. Ao invés de traçar planos para uma futura união, ele relatava os desencontros e o isolamento do Brasil em meio à América do Sul. Assim, lembrava as considerações de Miguel de Unamuno:

Son, en las Repúblicas del Plata, tan poco y tan mal conocidas las producciones literarias y científicas del Brasil, como aquí son poco y mal conocidas las de Portugal? No sé por qué, me inclino a sospechar que sí. Ahí, entre naciones de lengua española, hay una gran nación, en vía de rápido progreso, de lengua portuguesa. No debería ser esto una razón para que los americanos de lengua española se interesaran por el espíritu que se vierte en lengua portuguesa? Un providencialista creería que el haber metido Dios ahí una gran nación de habla portuguesa entre las naciones de habla española es para que un día se integre ahí, como aquí se integrará, el común espíritu ibérico, al que le están aquende y allende al Océano reservados tan grandes destinos⁶⁷⁹.

Apesar de não considerar justificável tal isolamento, Tristão de Athayde explora as diferenças e similitudes entre as Américas, procurando traçar uma teoria das Américas.

Deste modo, ele falava sobre o romancista argentino Marcelo Peyret:

As três Américas continuam a ser, não a do Norte, Centro e Sul, e sim a anglo, a hispano e a luso-americana. O fator humano supera o fator geográfico. E os três blocos podem confundir-se mas não fundir-se. O que não justifica de forma alguma a ignorância recíproca, que alguns nobres espíritos procuram corrigir⁶⁸⁰.

Apesar das similaridades da América Latina quando oposta à Inglesa, as diferenças entre os países de colonização ibérica só superficialmente permitiram notar uma identidade entre eles:

Do México à Patagônia existe de fato uma comunhão moral, cortada embora de rivalidades, de incompreensões, de preconceitos, de ignorâncias e desdêns recíprocos, que nos dão a nós a ilusão de que essas divisões são irreparáveis. Maior do que todas, naturalmente, é a oposição entre o Brasil e os demais povos sublatinos do continente. Não podemos esconder a barreira que a língua e a tradição política impõem, contrariando outros postulados de aproximação – como a raça, a religião, a arte, os ideais, a civilização material, a cultura toda de origem neolatina, a alma afinal⁶⁸¹.

⁶⁷⁸ AMARAL, Azevedo. Intercâmbio intelectual Pan-Americano, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 mai. 1928, p. 4.

⁶⁷⁹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Letras Sul-Americanas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1923, p. 1.

⁶⁸⁰ ATHAYDE, Tristão de. Romancista tuberculoso, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1925, p. 1.

⁶⁸¹ ATHAYDE, Tristão de. Livros do Sul, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1925, p. 1.

O crítico advogava a criação de uma cadeira de Civilização Americana a fim de dar conta destas relações, tanto em um nível intelectual, quanto no político.

Segundo o crítico, a criação de tal cadeira como disciplina obrigatória nos cursos secundários trataria de mostrar aos alunos que haveria no “continente problemas peculiares a ele, e que o Brasil está cercado de nações irmãs, de origem semelhante à sua, cuja história, cuja língua, cujo progresso é muito mais necessário saber do que a de nações remotas, que só platonicamente nos interessam”⁶⁸². Consequentemente, tal perspectiva cumpriria um papel histórico de se dar conta do fato da singularidade do Brasil entre os países da região:

Pode-se dizer que somos a menos americana das nações da América. Já no período colonial, era isso patente pela educação de nossas elites. Enquanto nas outras nações vizinhas, iam todos, em geral, estudar nas Universidades do Chile ou de Chuquisaca [...] todos os nossos homens de certo relevo, estudaram em Coimbra, pois só com D João VI se cogitou de instrução superior entre nós. Depois da independência também, o regime político que adotamos, concorreu imensamente para manter o espírito europeu entre nós, em detrimento do espírito americano. O contrário acontecia nas Repúblicas vizinhas, cuja instabilidade política teve ao menos a vantagem de conservar-lhes e estimular-lhes o senso da americanidade.

A formação brasileira deveria incorporar tal identidade americana, sul-americana, que longe de residir em um “primitivismo”, deveria ancorar-se na história e na compreensão recíproca:

Uma cadeira de civilização americana terá por objetivo situar a nossa história na corrente geral da história do continente, mostrar a evolução das ideias, as diferenciações de cultura, a grandeza crescente de umas, a decadência de outras, as razões de aproximação, e a história de cada qual, a sua literatura, os seus costumes, os seus ideais, os seus homens, tudo que revele o que há de natural e de fictício em nosso isolamento e sobretudo os motivos de trabalhar por objetivos comuns e reagir contra a rotina da ignorância dos homens a quem entregamos por vezes a nossa sorte e que nada aprenderam na amarga experiência europeia e nada vislumbram na aurora deste continente.

Por mais de uma vez o crítico voltou a tal questão⁶⁸³, tendo inclusive sugerido que Vicente Licínio Cardoso seria um bom nome para fazer o programa de tal cadeira da “Civilização Americana”⁶⁸⁴. Ao considerar que “nada tem concorrido para afastar os povos como as chamadas ‘aproximações’. Não há sintoma mais perigoso de desinteligência do que o lirismo internacional”⁶⁸⁵, Tristão de Athayde via em ações como a da criação de uma disciplina escolar, uma maneira de se superar a distância cultural entre o país e o continente. Além disso, o crítico empenhou-se em fazer da sua coluna periódica um espaço para se tratar de temas da história e da literatura latino-americana, além de recorrentemente trazer à tona as questões que surgiram nessas relações internacionais. Reivindicava-se, agora, um realismo latino-americano que transparecia na análise do livro de Oliveira Lima sobre a Argentina:

Pretendendo contrariar o preconceito, tão arraigado quanto incabível entre nós, da

⁶⁸² ATHAYDE, Tristão de. Sugestões, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 de abr. 1923, p 1.

⁶⁸³ Cf. ATHAYDE, Tristão de. O Batismo da América, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 mai. 1928, p. 4.

⁶⁸⁴ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Columbia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 out. 1925, p 4.

⁶⁸⁵ ATHAYDE, Tristão de. Letras Sul-Americanas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1923, p 1.

animosidade argentina para com o Brasil, lançou-se o Sr Oliveira Lima no preconceito contrário, da cordialidade necessária. Confessa que se inscreve em uma “obra de cordialidade internacional” [...] Se é certo que “a ignorância é a causa mais frequente das antipatias”, que a aproximação dos dois maiores países da América do Sul é tão necessária quanto explicável sua rivalidade, que a obra de reconhecimento e penetração recíprocas é a mais nobre das tarefas internacionais, públicas e particulares, que nativismos injustificáveis e inveterados preconceitos tem retardado uma evolução inadiável e frutuosa. Se é certo que tudo nos tem “separado” e nos deve tudo levar a “unir-nos”, menos exato não é que um livro escrito sob a pressão de um tal sentimento, por mais nobre que lhe sejam os objetivos, perde o mais puro sabor do seu interesse – o desinteresse⁶⁸⁶.

Dessa forma, temas “espinhosos” deveriam ser tratados da maneira mais objetiva possível, a fim de se consolidar uma medida mais exata nas apreciações identitárias acerca de cada país do continente sul-americano, assim como das rivalidades entre eles. Tal era o caso das disputas sobre a história da Guerra do Paraguai envolvendo historiadores brasileiros e paraguaios. O crítico contrapõe os trabalhos do historiador paraguaio Juan E O’Leary que seria um dos criadores do “Lopizmo”, ou seja, da visão historiográfica que celebra a ação do presidente paraguaio Francisco Solano López, ao dos brasileiros Batista Pereira e Luiz da Câmara Cascudo, ambos “antilopiztas”. Segundo o crítico, apesar de reconhecer maior rigor de análise na perspectiva dos brasileiros, “o ‘lopizmo’, bem como o ‘antilopizmo’, são reminiscências de romantismo histórico. Ambos profundamente inatuais. E testemunhas do nosso provincianismo sul-americano”. Por tal razão, devia-se convir que assim como o argentino D. Juan Manuel Rosas, “Lopez está esperando ainda o seu grande historiador objetivo e desapaixonado”. Era preciso sair do provincianismo, de uma historiografia de “adjetivos”, na qual “vence quem possui o seu arsenal mais bem artilhado, mais verboso e gongórico”⁶⁸⁷. Assim, tanto a cordialidade de Oliveira Lima, quanto a ferocidade de “lopiztas” e “antilopiztas” ficariam aquém das expectativas. Pior, porém, que as disputas provincianas em torno de temáticas que mereciam maior investimento intelectual, eram os esquecimentos reiterados:

Ainda agora, no mês de abril, comemorou-se o centenário da Epopeia dos 33, que trouxe o gérmen do movimento da independência do Uruguai. Somos diretamente interessados no caso, pois desde aquele momento o problema da Cisplatina assumiu um caráter alarmante até a sua perda definitiva e justa. Pois bem, não me lembro de ter encontrado, em nossos jornais e revistas, nada de importante que se referisse ao assunto. Nem de velhos nem de novos. Todos unânimes no silêncio. Pode haver melhor demonstração do nosso desinteresse pela história da América?⁶⁸⁸

Dessa forma, Tristão de Athayde mantinha em grande parte de sua reflexão sobre a nacionalidade esse horizonte latino americano que se encontra bastante difundido nos seus artigos da década de 1920. Na abertura do ensaio “Política e Letras”, o crítico comentava:

Dois dias após da morte de Edgar Poe, publicava o *New York Tribune* a seguinte notícia. “Edgar Allan Poe is dead. He died in Baltimore the day before yesterday.

⁶⁸⁶ ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 mai. 1920, p. 2.

⁶⁸⁷ ATHAYDE, Tristão de. Lopistas e antilopistas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1928, p. 4.

⁶⁸⁸ ATHAYDE, Tristão de. Males de ontem e de hoje, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1925, p. 4.

This announcement will startle many, but few will be grieved by it". Nada mais. A sorte das letras em toda a América se resume nessas linhas de vitríolo, que o maior jornal dos Estados Unidos escrevia sobre a morte do mais genial dos seus poetas. Pouco menos dura, por certo, é a condição dos artistas na América Latina, embora a civilização do livro tenha precedido aqui a civilização da máquina, ao contrário da Norte América. E até nesta já hoje são raros os romancistas milionários. São mesmo os mais desconhecidos... Ainda assim, as palavras do *New York Tribune* dizem mais que uma dissertação. A América – e há pontos em que as duas Américas coincidem – vive literariamente na angústia de uma originalidade nem sempre procurada com fervor e por isso mesmo raramente recompensada⁶⁸⁹.

O empenho mais contundente do crítico neste sentido ocorreu quando ele abandonara a crítica literária no periódico *O Jornal* e assumiu uma coluna intitulada “Letras Sul-Americanas” por quase todo o ano de 1924 na então recém-lançada revista mensal *Terra de Sol*.

Tristão de Athayde reforçava a nota acerca do desconhecimento dos brasileiros de sua identidade com as nações latino-americanas. Os exemplos seriam muitos, como no caso do México, visto como um país “que nos parecia simples foco perigoso de revoluções”, mas que “mostrou-se uma nacionalidade forte, expressiva, original, mantendo intacta a sua personalidade, em contato permanente com o norte americano e nunca se deixando abater por ele”⁶⁹⁰. O universo sul-americano só poderia enriquecer a cultura intelectual brasileira:

Quanta surpresa nos não viria de um estudo mais acentuado do esforço intelectual de outros vizinhos nossos. Ouvimos falar de um Rodó de um Rubén Darío, de um Ingenieros, de um Amado Nervo, geralmente de torna viagem do velho mundo. Nem nos cansamos em ir beber a fonte o lirismo fresco e inesgotável de uma Ibarbouru, a larga visão humana de um Barrios, o nobre sentido da vida de um Galvez, a dolorosa penetração de uma Gabriela Mistral, o *humour* de um Cancelli, o pensamento universal de um Ricardo Palma, a forte e original compreensão política de um Vasconcelos e tantos outros de que só nos chegam ecos apagados ou totalmente desconhecidos⁶⁹¹.

Aí o crítico arriscou-se, pela única vez durante o período abordado, a fazer análise de obras de artes plásticas. No caso, tratou-se do escultor e poeta chileno Tótila Albert que naquele ano expunha suas produções no Rio de Janeiro. O crítico, que qualificava o “primitivismo das linhas” na obra do escultor como um “sintoma de força”, julgava positivamente o artista:

Oxalá compreendam a sua grandeza aqueles nossos jovens escultores que já se cansaram da estatuária acadêmica e ridiculamente alegórica, com que têm morto de novo, em bronze, alguns de nossos mortos veneráveis. Meditem longamente a admirável desse jovem artista chileno, em cuja obra há realmente centelhas imortais⁶⁹².

Em um artigo sobre a “poesia argentina moderna” feito a partir da obra de Pedro Juan Vignale e Cesar Tiempo, *Exposición de la Actual Poesía Argentina (1922-1927)*, Tristão de Athayde comparava as características poéticas da Argentina e do Brasil. Dentre os quarenta e

⁶⁸⁹ ATHAYDE, T de. Política e Letras. In: CARDOSO, V L. *À Margem da História da República*. V. 2, p. 47.

⁶⁹⁰ ATHAYDE, Tristão de. Americanismo, *Terra de Sol*. Revista de arte e pensamento, Rio de Janeiro, Vol I, nº 3, mar. 1924, p. 294.

⁶⁹¹ ATHAYDE, Tristão de. Americanismo, *Terra de Sol*, p. 294.

⁶⁹² ATHAYDE, Tristão de. Totila Albert, *Terra de Sol*, p. 182.

seis autores elencados na obra, o crítico chama atenção para quatorze: Olivério Gironde, Brandan Caraffa, Cândido Delgado Fito, H Rego Molina, Gonzalez Lanuza, Jorge Luís Borges, Nicolás Olivari, Francisco Luís Bernárdez, Carlos Mastronardi, Cesar Vallejo, Norah Lange, Guillermo Juan, Eduardo Keller Sarmiento, Ricardo Molinari. Dentre os quais, ele afirma que:

[...] se me pedissem para escolher um, eu indicaria a C Delgado Fito. Gironde será certamente mais brilhante, de mais fôlego e muito mais representativo. Jorge Luís Borges mais moderno, mais original, mais rico de fantasia e de alegria de criar. Guillermo Juan mais fino. Brandan Carrafa mais criador e mais forte. Outros, mais isto ou aquilo. Mas Delgado Fito será o mais humano de todos. O que mais viveu. E que mais sabe condensar a sua essência poética de vida sofrida⁶⁹³.

Sobre publicações coletivas, o crítico considera, segundo o escritor Roberto Mariani, haver:

[...] ‘duas’ tendências gerais do modernismo argentino, que seriam representadas, respectivamente, pelas revistas “Martin Fierro” e “Extrema Izquierda”, esta última seguindo uma tendência realista, construtiva, social, derivada em última análise de Dostoievsky, e aquela fantasista, metafórica, ultraísta, derivada antes de Ramon Gomes de la Serna.

Na oposição entre a poesia moderna dos dois países, Tristão de Athayde esquematiza os seguintes pares antitéticos, com as devidas nuances e riscos desse tipo de generalização: a poética moderna argentina expressa-se em uma poesia de “cidade-grande”, ao passo que a brasileira é de “cidade pequena”; uma é “subjetiva” e a outra “objetiva”; aquela “cerebral” e esta “emotiva”; a argentina “cosmopolita” e a brasileira “nacional”; uma “arquitetural” e a outra “musical”; na primeira predominaria o “indivíduo” e na segunda o “grupo”; na argentina haveria mais “força” e na brasileira mais “caráter”.

Outro lado do latino-americanismo presente nos escritos do crítico é a apreciação de autores de países vizinhos que teriam em conta a produção intelectual brasileira. A maior referência nesse caso era a obra do argentino Garcia Mérou, *El Brasil intelectual* (1900). Pontualmente, porém, o crítico elencava outras manifestações, como o poeta chileno Miguel Luís Rocuant, autor do livro *San Sebastián de Rio de Janeiro* (1921). Um caso diferenciado seria o do romancista argentino Marcelo Peyret. Ao contrário do quadro dos jovens artistas modernos, em que os “poetas são campeões de boxe⁶⁹⁴, os pintores fazem 100 jardas em 9”, os romancistas sabem fazer o ‘looping’ de avião”, Peyret era doente, repleto de “moléstias no peito” e viveria “lutando contra a morte”⁶⁹⁵. Tal condição suscitaria nele “um calor de vida e

⁶⁹³ ATHAYDE, Tristão. Poesia argentina moderna, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1928, p. 4.

⁶⁹⁴ Em um de seus primeiros textos sobre o modernismo, Oswald de Andrade dizia “Somos *boxeurs* na arena”. O tema, em um contexto internacional, foi abordado e analisado por Gumbrecht: “[...] o boxe lida com ‘Sein zum Tode’ (‘estar à beira da morte’) e ‘Vorlaufen zum Tode’ (‘antecipação da morte’). O boxe tem o poder de trazer a morte para perto dos espectadores e, se Heidegger estiver certo, ele pode ajudá-los a se libertarem de diversos medos que os fazem evitar inconscientemente a presença da morte em suas vidas cotidianas. A morte é uma parte integral da vida física do homem, [...] e portanto a antecipação da morte não pode ser exclusivamente um assunto da mente. [...] Para imaginar a morte, uma pessoa deve ter a experiência de expor seu corpo à ameaça de destruição”. Cf. ANDRADE, Oswald de. *Semana de Arte Moderna*. In: BOAVENTURA, M E (org). *22 por 22*, p. 71; GUMBRECHT, H U. *Em 1926*, p. 80.

⁶⁹⁵ ATHAYDE, Tristão de. *Livros do Sul II*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1925, p 4.

nos sentidos e uma acuidade que a saúde em regra não permite”. Sua obra traria uma:

[...] sensibilidade à flor da pele, pela ânsia de se sentir efêmero, frágil, incapaz, ante à maravilha quente das formas. Não são as ideias, não é o mundo do espírito, que seduz aqueles que, como Peyret, sentem dentro de si, a cada minuto, a frase, a única que os trapistas pronunciavam ao cruzar-se nos campos que cultivam ou nos claustros que palmilham em caminho da cela nua: “Memento mori” diz-lhe de dentro a miséria humana. [...] É a carne palpitante dos amantes moços, é a luz da paisagem, é o movimento, a vida, a saúde que irradia das coisas e das gentes, é tudo o que indica o desprezo da morte. Eles que sentem a inimiga perto, que nunca podem fugir da sua trágica presença, invejam em tudo esse despreendimento de morrer que a natureza morta ou viva e a mocidade aparentam⁶⁹⁶.

Daí a recorrência sexual em seus livros, especialmente nas obras *Cartas de Amor* e *Los tulfos*, sendo que, neste último, os “polvos” seriam as mulheres. A esse respeito, comenta o crítico:

Peyret, que tem por elas o deslumbramento da fraqueza pela saúde, do crepúsculo pela madrugada de tudo o que se sentiu morrer, que se sente fraco, doente, incapaz – por tudo o que é vida, mocidade e amor – lançou, nesse apaixonado romance, tão romântico mas tão exato, de traços firmes, de contornos seguros, de realidade apaixonada, uma invectiva contra essa lei inexorável que faz com que a vida se alimente, inexoravelmente dos fracos. E as mulheres são, nesse caso, o que a vida tem de mais sedutor e de mais voraz e o homem, continua a ser o dócil “pautin” de Pierre Louys. Nem sempre, mas Peyret não quer ver o outro lado. E maltratando as mulheres tem a certeza de atraí-las.

A obra seria marcada por “páginas de verdadeiro histerismo de paixão, de alucinação amorosa, de flamejamento ardente, de loucura dos sentidos”.

O romancista teria feito da “tosse” o *leitmotiv* de seus trabalhos e, inclusive, fez um romance sobre a estação dos Tísicos em Córdoba, *Alta Garcia*. Ao saber da morte precoce do argentino, o crítico lhe dedicara outro artigo, comentando que “hoje não se admite que possa haver romancistas tuberculosos. A vida, porém, é de outra opinião”. Lembra, então, que ele:

[...] escreveu a vida desses tristes pousos, onde se procura encobrir a melancolia e o amargor das almas com a “pose” de despreendimento ou de ruidosa alegria. O livro é anterior ao longo romance de Thomas Mann sobre Davos ao qual ele deu o título de “Der Zauberberg”, o monte mágico. A maneira de ambos, porém, é distinta. Mann muito mais objetivo, fixando em sua longa tela toda a diversidade dessa população particular, desde o sadio orgulhoso, que a cada momento faz sentir a diferença de condição entre ele e os outros, - e que lentamente vê a moléstia invadir-lhe o peito e o desespero abater-lhe a vaidade da saúde, até a pobre mexicana que vê morrerem-lhe os dois únicos filhos e passa dos dias a repetir as únicas palavras de francês que aprendeu “tous les deux, tous les deux”; desde o italiano letrado e apaixonado de saúde, de mocidade, de beleza que se vê amarrado à miséria da dissolução interior e do contágio, até o casal de russos, a quem a moléstia levava a paixão física ao extremo e que morrem cada dia um pouco mais, sacolejando os ossos para desespero dos vizinhos. E assim por diante, em dezenas de figuras nítidas, precisas, firmemente delineadas, mas sem que se saiba afinal se o autor foi apenas um espectador ou realmente um ator. No livro de Marcelo Peyret ao contrário, o que se sente é a participação na tragédia. Não grava como o outro. Não tem a mesma maestria em trabalhar com a água forte. Mas, por isso mesmo, se sente mais profundamente o drama interior⁶⁹⁷.

⁶⁹⁶ ATHAYDE, Tristão de. Livros do Sul II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1925, p 4.

⁶⁹⁷ ATHAYDE, Tristão de. Romancista tuberculoso, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1925, p 1

No prefácio à obra *Mientras las horas pasan...*, Peyret comentava o desconhecimento que as “classes mais altas” da Argentina teriam em relação ao Brasil, o que, para o crítico, comprovava a sua tese de que caberia à inteligência “desfazer, entre os povos da América, as oposições que a história nos legara e que a política vai acentuando”. Seria necessária, assim, uma intervenção da “inteligência” sobre a política internacional. Peyret, por seu turno, comentava o seguinte:

Para nuestro Pueblo, un brasileño era un señor más o menos indolente que se pasaba la vida contemplando paisajes o discutiendo ante un pocillo de café las fuerzas armadas de sus vecinos. Luego se puso de moda la mexixa y agregamos un poco de música al pobre concepto en que lo teníamos. Hace unos años hemos cambiado de parecer. Y son los literatos del Brasil los causantes de ese cambio, al revelarnos toda la sensibilidad, toda la delicadeza, todos los valores del alma brasileña... Afirmo que solo hemos conocido al Brasil, cuando sus artistas nos dieron con sus obras el coeficiente de su espiritualidad, esto es, de su verdadera grandeza⁶⁹⁸.

A civilização brasileira, a fim de se desdobrar em uma *forma* capaz de encarar a realidade imperialista, só poderia consolidar-se na medida em que realizasse minimamente sua inserção na realidade sul-americana. Tal construção, de forma alguma, significaria uma exotização ou simplificação a ser apresentada nos palcos europeus e norte-americanos, mas envolveria um empenho político e cultural que poderia muito bem nunca acontecer:

A verdadeira aproximação interamericana não será feita pela diplomacia, que se tem fartado de criar embaraços, nem pelos congressos inócuos e transitórios, nem pelas excursões de turismo. Intrigas, lirismo patético, visão passageira do pitoresco ou simples desenfado são as consequências desses meios habituais de aproximação no continente. Tudo inútil ou contraproducente. E, no entanto, a nossa integração no continente é um problema essencial da nacionalidade. Não somos bastante americanos. [...] Mas o que forma as nações, como os homens, é justamente a oposição ao determinismo do tempo e do meio. O que somos devemos à reação do espírito contra a inércia ou contra o dinamismo cego da matéria e da vida. O homem que se abandona é o vencido, ao passo que o homem imperioso é aquele que se vence. Assim das nações. Se nos deixarmos levar por toda essa causalidade imanente à nossa evolução continental, como tem acontecido geralmente até agora, chegaremos fatalmente às rivalidades mortais de que o velho mundo não se pode curar e que está despertando em muitos pensadores europeus a sensação desesperada da decadência irremediável da sua civilização. Será possível que o pensamento americano não adquira a consciência de sua possibilidade?⁶⁹⁹

África, para além do horizonte

“Um carnaval sambado dá ideia de que recorreremos neste século à civilização africana para nos divertirmos. Sem arte”⁷⁰⁰. A declaração do “rei do choro” brasileiro, Alfredo da Rocha Vianna Filho, o Pixinguinha, foi feita na “primeira entrevista” de sua vida, aos vinte e sete anos, ao periódico *O Jornal*, em janeiro de 1925. Anos antes, Pixinguinha estivera na Europa, onde realizara com os Oito Batutas, sob o mecenato do milionário Arnaldo Guinle, uma temporada na França que durara seis meses, tendo passado por Paris, Lyon, Grenoble e Bordeaux. No

⁶⁹⁸ PEYRET apud. ATHAYDE, Tristão de. Livros do Sul II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1925, p. 4.

⁶⁹⁹ ATHAYDE, Tristão de. Americanismo, *Terra de Sol*, Rio de Janeiro, Vol I, nº 3, mar. 1924, p. 289.

⁷⁰⁰ Os reis do choro e do samba, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1925, p. 5.

Velho Mundo, trocara a flauta pelo saxofone. Pixinguinha recordando sua ainda curta trajetória artística e pessoal dizia ter sido “moleque azougado” que “pela minha cor, o meu tamanho e a flauta me tornavam interessante”⁷⁰¹. Sua preocupação, porém, para com os destinos do “pensamento musical” brasileiro, focava-se na necessidade de “condenar o samba”, pois este seria “música primitiva” que “não corresponde à amplitude do pensamento musical”. Afinal, segundo Pixinguinha, a arte precisaria de “amplitude e largueza de expressão”, de modo que o samba, com seus quatro compassos para solo e quatro para o coro, seria “limitadíssimo para arte”, “uma demonstração de fraqueza da imaginação musical”. Pixinguinha defendia o choro como autêntica expressão artística brasileira, especialmente aquele que o próprio reivindicava ser o criador: “choros em partes de 21 compassos cada uma”. Desse modo, “quando se fizer a desinfecção, isto é, quando o povo estiver enfarado, o samba voltará ao seio das macumbas e dos candomblés de onde saiu para prejudicar a boa música e o bom gosto”.

As declarações de Pixinguinha revelam os vestígios e traços que podem nos informar sobre o lugar ocupado pela África na cultura intelectual brasileira na década de 1920. A expressão “civilização africana”, tal como utilizada por ele na passagem citada, parece ser mera fórmula vazia, pois o que, de fato, é associado a tal civilização é, exatamente, o seu contrário: a falta de arte, a simplicidade e o primitivo. Porém, seria incorreto prolongar considerações em torno da visão de Pixinguinha acerca da África, baseando-nos apenas nessa entrevista. Não era a África aí um tema central, uma questão explícita, nem um objeto de reflexão constituído. Ela aparecia de uma forma, por assim dizer, sub-reptícia, talvez até inconsciente, de maneira ordinária, como se cada juízo conferido acerca dela fosse algo dado, comumente aceito e, portanto, óbvio. Mas, havia um discurso específico acerca de África no interior da cultura intelectual brasileira daquele período? Como dissemos acima, a cadeira de Civilização Americana era algo almejado por intelectuais engajados no estabelecimento da legitimidade e originalidade dos povos e nações do Novo Mundo. Sobre o continente africano, porém, estabeleceu-se um silêncio retumbante. Longe de ausente, o tema África é recorrente na história cultural e intelectual brasileira. Porém, trata-se, sempre, do *negro* como personagem formador da “raça”, “cultura” e “identidade” nacionais. Mas, e a civilização africana?

Alguns indícios permitem-nos verificar como o continente africano era retratado na cultura intelectual brasileira dos anos 1920. Antes disso, algumas fissuras podem ser verificadas no discurso sobre civilização em geral que era construído à época. A fissura é o homem negro. Apreciações depreciadoras eram recorrentes, como as que repudiavam as escolhas de Henry Ford em levar homens negros para trabalhar no Pará, pois, apesar de não terem “preconceitos

⁷⁰¹ Os reis do choro e do samba, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1925, p 5.

de cor”, os redatores do jornal *O Estado de São Paulo* consideravam que os “pretos não constituem fortes elementos de civilização, nem garantem à raça tipos aperfeiçoados física, mental e moralmente”⁷⁰². Dos mesmos Estados Unidos da América, chegavam notícias sobre os graves conflitos que ocorriam no seio das produções de algodão no sul do país. Falava-se que “negros que voltam da França depois de terem arriscado a vida sob a bandeira estrelada, querem ser tratados como cidadãos e julgam autorizados a ajustar as contas”⁷⁰³. Submetidos a dívidas impagáveis devido ao regime de exploração semiescrava exercido por proprietários rurais, os trabalhadores se revoltavam e/ou entravam na justiça. E não tardara, “uma terrível notícia se espalhou entre eles: ‘o klu-klux-klan’. Era uma espécie de polícia secreta organizada pelos proprietários brancos para vigiá-los e, em caso de necessidade, desembaraçar-se dos turbulentos”. Após tais conflitos e o abandono de vários negros das regiões dominadas pela violência, criava-se a “National Association for Advancement of Colored People”.

As lideranças ligadas ao movimento negro, por sua atuação contundente, ganhavam espaço nas páginas dos jornais brasileiros. O ativista Marcus Garvey tinha sua fotografia reproduzida nas notícias que falavam de como a cidade de Nova York, “metrópole gigantesca, como se não bastasse, é a mais rica e a mais próspera cidade negra do mundo”, tornara-se o palco para a divulgação do “mundo negro americano”⁷⁰⁴. As divisões tornavam-se explícitas, opondo posições governamentais que através de cifras de acesso da população negra à alfabetização, ao trabalho e à iniciativa empresarial minimizavam tais problemas, ao passo que nomes como Du Bois enunciavam proposições diretas na luta pelos direitos do povo negro norte-americano: “O direito do voto e o acesso ao Congresso, marcarão a nossa independência”. Garvey seria incisivo em suas afirmações, provocando mesmo a indisposição de “sacerdotes negros”, ao afirmar que a “religião do homem branco [...] não convém ao homem negro, com um deus branco e um parceiro branco. Devemos ter a religião negra, com um... deus negro”. E, mesmo não omitindo o seu tom de surpresa e um pouco avesso a tudo isso, a reportagem reconhecia os ganhos que a comunidade negra nos EUA vinha atingindo:

Quando se ouve falar no bairro negro de Nova York, imagina-se um quarteirão sórdido, capaz de afugentar um valente mortal. Nada, absolutamente nada semelhante encontrará o transeunte pacato. É o aspecto europeu; altos edifícios, grandes tramways e velozes taxis. Liberty Hall, à esquina da 138ª rua, é o coração e o teatro das reuniões políticas.

A organização dos grupos negros estaria bem adiantada, reunindo milhares de pessoas:

Uma ampla sala, fartamente iluminada, reúne cinco mil negros. Ao fundo, em um pequeno palco, estão os diretores do “meeting”. Aguardam com ansiedade a chegada de uma personagem prestigiosa. Estão atentos. O silêncio é geral. [...] Eis que de

⁷⁰² Cf. CAPELATO, M.H. *Os arautos do liberalismo*, p. 80.

⁷⁰³ Notas americanas. O negro e a cultura do algodão. *O Jornal*, 18 de janeiro, 1920, p. 1.

⁷⁰⁴ Cf. O mundo negro americano e o ressurgimento da campanha pela independência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 mai. 1921, p. 3.

inopinado se vem de registrar. Todos se erguem; estrepitosa salva de palmas se reboia de encontro aos camarotes; a orquestra ataca uma partitura estranha e uma forte voz, dominando o tumulto, pausadamente pronuncia: “_ S. Ex. Marcus Garvey presidente provisório do Império Negro Africano”⁷⁰⁵.

O público brasileiro podia ter acesso ao discurso e ter contato com as ideias do “imperador negro”⁷⁰⁶, ainda que ironizadas pelo parêntesis da reportagem:

_ Somos 400 milhões de oprimidos que reclamam a liberdade, inicia elevando a entonação. Ora, meus amigos, se os nossos irmãos brancos nos amarem, nós os amaremos; se nos odiar, nós os odiaremos. Não demos aos ingleses o direito de nos explorar; aos belgas o de nos brutalizar; aos franceses de nos... Não falemos. Que a França nos prove o seu liberalismo! Quem venceu a guerra? O sangue do negro sobre o campo de batalha branco. Senhores, Clemenceau (pronunciou Klemenkô) e Lloyd George estariam atrapalhados se não fôssemos nós (Hurras). Sim, meus amigos, não fossem os negros, o kaiser, hoje, estaria no palácio Buckingham. (Aclamações estrepitosas; dir-se-ia um manicômio em plena fúria). Ora, sabeis qual foi o reconhecimento dos brancos? Nem sequer nos concederam uma cadeira na Conferência da Paz! Mas foram punidos pelo céu e estão expiando o crime da ingratidão. Clemenceau (novamente se ouviu Klemenkô), Lloyd George e Wilson estão desmoralizados! Wilson, enfermo, regressou inesperadamente à vida particular. Lloyd George, combalido, sofre a repulsa da Irlanda. E Clemenceau? (Novo Klemenkô) caça macacos, na África, para afogar o mau humor que o devora! (Hilaridade geral). E são eles, os brancos enfatuados, que nos chamam netos de orangotango, que nos vão buscar para vencer as suas guerras; são eles que se julgam senhores do mundo, para ditar as suas vontades e efetivar os seus absurdos. Unamos-nos e seremos livres!

Como apontava a própria notícia, tudo isso seria um começo que ninguém sabia exatamente onde ia dar, mas a ideia, num contexto imperialista, de um Império Negro em plena civilização norte-americana era algo que despertava a imaginação de uns e a preocupação dos governos.

Era também dos EUA que chegava a notícia ao Brasil de um dos movimentos mais importantes na história do século XX: o pan-africanismo. Noticiado como “A África para os africanos”, a ocasião da “International Negro Conference” veiculava o evento como “preparado longamente” e que interessava aos EUA, África e Índias Ocidentais Britânicas, pois requeria precauções acerca de possíveis problemas. O tom da reportagem denunciava o estado de coisas:

Hoje é de temer-se que, neste caso, como em outros, a meia dúzia de medíocres super-homens que se atribuem a dominação do mundo só venham a compreendê-lo tarde demais. Na véspera da abertura da Conferência, uma grande demonstração se realizou: 20.000 negros, reunidos no Madison Square Garden aclamaram furiosamente o sr Marcus Garvey, presidente da “General African Communities League” e da “Negro Improvement Association”⁷⁰⁷.

O discurso era claro: a “raça negra” estaria “cansada de sofrer” e chegara a hora de exigir que Inglaterra, França, Bélgica e Itália saíssem da África. Conforme a fala de Garvey:

A raça negra está resolvida a não mais sofrer. Chegou o momento para os 40 milhões de negros da África reclamarem e não perguntarem à Inglaterra, à França, à Bélgica

⁷⁰⁵ Cf. O mundo negro americano e o ressurgimento da campanha pela independência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 mai., 1921, p. 3.

⁷⁰⁶ Sobre trajetória de Marcus Garvey, ver: SETEPHENS, Michele Ann. *Marcus Garvey, Black Emperor*. Durhan: London: Duke University Press, 2005, p. 75-103.

⁷⁰⁷ Notas Alheias. A África para os africanos, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1920, p 1.

e à Itália: porque estais aqui? mas, dar-lhes ordem de sair. O que é bom para o branco, continua o orador, é bom para o negro, isto é, a liberdade, a independência e a democracia. Não temos excusa a dar, nenhum compromisso a propor. Se os ingleses reclamam a Inglaterra, os franceses a França e os italianos a Itália, como sua pátria natal, os negros reclamam com o mesmo título a África e derramarão seu sangue para obtê-la. Redigiremos uma Declaração dos Direitos para todas as raças negras, com uma Constituição para governar os seus destinos... A mais sangrenta de todas as guerras está ainda para vir, quando a Europa ensaiar as suas forças contra a Ásia. Será, então, a ocasião para os negros, o momento de tirar a espada para a redenção da África⁷⁰⁸.

Uma série de ações simbólicas e associativas era levada a cabo, como as enfermeiras negras que pregavam em seus uniformes “a cruz-negra, em vez da cruz vermelha”, ou a venda de ações da “Black Star Line”, uma companhia de navegação “exclusivamente negra”. As medidas da Conferência procuravam internacionalizar o movimento reconhecendo causas comuns em outras partes do mundo. Enviaram cartas ao político irlandês Éamon de Valera conclamando-o a continuar com “a luta pela liberdade da Irlanda”. O hino tocado era “Ethiopia: True land of our fathers”, ao mesmo tempo em que a “bandeira nova das reivindicações da raça negra (negro, verde e carmesim) foi desfraldada e emblemas de Barbados, Trindade, mostraram quanto o movimento interessa o Império britânico”. Era um empenho internacional de libertação:

As alusões à Bélgica provocam assuadas, e, clamores reprovaram aos belgas a sua conduta no Congo. Muitos chefes deste movimento vem de Jamaica onde o tratamento dado aos negros pelos plantadores, os salários ridículos e a completa negligência das autoridades inglesas em relação à educação tem irritado profundamente os negros. Em 15 de agosto, 3.000 delegados da “African Communities League”, adotavam uma resolução proibindo os negros de se engajarem nos exércitos brancos sem antes terem obtido o consentimento dos chefes da raça negra no mundo. A Convenção declarava-se ao mesmo tempo em favor da independência da raça negra e do seu direito essencial em possuir a África.

A presença de W B Du Bois foi exaltada, assim como a sua hoje clássica sentença: “Eu tenho [...] nas veias uma onda de sangue negro, um filete de sangue francês, algumas gotas de sangue holandês, mas graças a Deus, não tenho uma só gota de sangue anglo-saxão”. Du Bois era aí devidamente reconhecido como a maior liderança internacional dos movimentos negros:

O Dr Du Bois, que parece ter tomado a sucessão de Booker Washington, ex-escravo e grande educador da raça negra e que é o campeão não somente dos negros nos Estados Unidos, mas de duzentos e alguns milhões de homens e mulheres da raça negra, insiste em uma obra recente, “Dark Water”, sobre a necessidade – pelo menos em atenção ao seu número formidável – de conceder um pouco mais de consideração às raças de cor, que formam – ele compreende entre elas os negroides, os habitantes das Índias Orientais e os chineses – os dois terços da população do globo; esta maioria tanto tempo oprimida, suprimida, explorada, começa, diz ele, a ter consciência ao mesmo tempo da maneira intolerável por que é tratada e da sua formidável força. Que há neste momento no coração do mundo negro? pergunta o Dr Du Bois; e ele responde que, por mais terrível que tenha sido a última guerra ela não será nada comparada à luta para conquistar sua liberdade e pôr fim a sua

⁷⁰⁸ Cf. Notas Alheias. A África para os africanos, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1920, p 1.

exaltação que os negros e todos os homens de cor sustentarão “a menos que o mundo branco não cesse de oprimi-los, de insultá-los, e de humilhá-los”⁷⁰⁹.

Com o tempo, os noticiários acerca dos congressos internacionais por direitos da população negra passam a assumir tonalidades mais restritivas às propostas encaminhadas pelos líderes. Assim, em uma dessas reportagens, o autor relativiza a luta por direitos:

Foi inaugurado recentemente, em Nova York, um grande Congresso internacional de negros, reunindo delegados de todos os continentes em que a raça preta tem sofrido injustiças, vexames e torturas dos brancos. Os negros não veem claro em sua sorte, apesar da abolição da escravidão e do reconhecimento da igualdade das raças – lugares comuns trazidos e levados durante muitos anos ao tapete das discussões com soluções mais teóricas do que práticas⁷¹⁰.

O homem negro poderia, ainda, ser um índice para se comparar as práticas levadas a cabo na Europa e nos Estados Unidos, ainda que tal oposição servisse apenas para se explicitar a condição desfavorável dessa população em ambos os lados do Atlântico:

Os representantes dos pretos vão formular reivindicações sobre as condições dos seus irmãos de raça em diversos países que se dizem civilizados, como a França, onde os negros do Senegal, embarcados às manadas, durante a última guerra, foram – umas vezes à força, outras com enganos, levados a morrer por uma causa que não era a deles, servindo de carne para canhões... Qual a dignidade humana, por outro lado, concedida a esse outros negros norte-americanos que vivem em bairros separados e para os quais os brancos tem repugnâncias e o desprezo inspirado pelos animais menos estimáveis?

Para além da luta por direitos civis, a ideia de se modificar os símbolos cristãos concedendo-lhes uma “feição negra” era ironizada pelo jornalista:

Os congressistas decidiram que os crentes de cor devem ter nas igrejas o Cristo, a Virgem e os santos todos negros e que pretos devem também ser os Moisés, Dario e Salomão nas reproduções das edições “negras” do Velho e do Novo Testamento. Asseguram os negros eruditos que tais modificações não falseiam, antes, restabelecem a verdade histórica e desde esse momento os pretos desenhistas, pintores e escultores se esforçam para buscar documentos e realizar a transposição para a ordem negra, de todas as figuras da História Sagrada...

Este ponto de vista crítico, mas não totalmente avesso aos movimentos de luta pelos direitos do povo negro, repercutia a complexidade da questão que os pan-africanistas norte-americanos estariam apenas começando a contemplar. Chamava ainda a atenção para o espetáculo horrível das populações marginalizadas que, a todo custo, tentavam atravessar mares, continentes e fronteiras em busca de uma vida melhor, ainda que isso significasse viver sob o domínio de outrem, na versão trágica e contemporânea da servidão voluntária:

Outro tema submetido ao estudo da grande assembleia negra foi o caso dos escravos que não querem deixar de os ser, bem como daqueles homens e mulheres que todos os dias renunciam aos azares e misérias da liberdade, recolhendo-se à existência tranquila e segura da escravidão. O caso ocorre nas costas africanas do Mar Vermelho, onde, incessantemente e burlando a vigilância das canhoneiras europeias, os navios chegados da Arábia embarcam famílias negras, inteiras, que se oferecem como mercadoria humana para encontrar um amo nos rincões do Iêmen ou do

⁷⁰⁹ Cf. Notas Alheias. A África para os africanos, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1920, p. 1.

⁷¹⁰ O Congresso dos Negros em Nova York, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1925, p. 13.

Hedjuz. Não puderam os congressistas compreender como esses negros da África Oriental recebem com alegria os traficantes que os vêm buscar e se apressam em refugiar-se sob as cobertas dos navios, entre os sacos de cereais e as caixas de frutas, no fundo do porão, desde que aparece o guarda-costas salvador no horizonte. Porém, esses negros da assembleia, que constituem a aristocracia da cor e são gente acomodada, ignoram ou esquecem a dor de viver. E, para citar um só exemplo, basta ler este anúncio, publicado nos jornais de grande circulação de Paris, a suposta capital do mundo: _ “Um homem sadio, instruído, de caráter agradável, deseja renunciar à liberdade, consagrando-se ao serviço de pessoa razoável”⁷¹¹.

Qual a repercussão destes eventos na cultura intelectual brasileira do período? Praticamente nenhuma. Nem nos modernistas, nem nos passadistas. Nem nos teóricos, nem nos literatos conhecidos. Apesar de relatados na imprensa cotidiana, o silêncio parece ter sido a resposta mais recorrente. Pelo menos, ao pan-africanismo. Gustavo Barroso, que escrevia sobre a influência da escravidão, das lendas e “vozes africanas” no folclore brasileiro⁷¹², confessava-se um entusiasta da união pan-americana na mesma medida em que era descrente de uma ação similar entre os africanos:

É uma criação internacional extraordinária e própria do continente, porque nunca houve e nem tão cedo haverá, se é que pode haver, o paneuropeísmo ou o panasiatismo. Não me dou ao trabalho de considerar a probabilidade de um pan-africanismo. O *mundo negro* como expressão política só existe no romance de Marcel Barrière⁷¹³.

Ao mesmo tempo, alguns intercâmbios intelectuais reafirmavam o lugar colonial destinado à África. Assim, Agostinho de Campos dizia-se orgulhoso pelo fato de as colônias africanas de Portugal estarem, cada vez mais, a importar livros. Não importava ao intelectual português que se tratasse de “má literatura”, mas que tal fato “lisonjeia a nossa velha tineta de nação colonizadora, ou, se quiserem a nossa incurável vaidade imperial”⁷¹⁴. Explorando tal pendor, Campos tece várias considerações sobre a superioridade colonialista do português:

Vá o leitor às principais povoações do Congo Belga, a Boma ou a Matadi, por exemplo, e terá o gosto de falar e de ouvir falar português por toda a parte, porque nessas cidades novas que os belgas fundaram, quem, afinal, se instala, e labuta, e resiste, e persiste, somos nós. Na Bélgica se criou recentemente, em detrimento do nosso orgulho de povo independente, o insultante verbo *portugaliser*; mas, o certo é que ao Congo Belga continuam a fazer pouca figura outros verbos franceses mais antigos; e grande canseira se daria a si própria a ilustre Bélgica quando lhe viessem comichões de desportugalizar o Congo Belga.

O autor relata conflitos entre Portugal e Inglaterra, quando esta acusa aquele de escravizar angolanos. Não obstante, segundo o português, não raro escravos de outras colônias fugiriam para as portuguesas: “Não sei que manteiga lhes damos para que gostem de estar conosco; o que sei é que também lhes não falta castanha, quando chega o momento de comerem”.

Apesar de a crítica aos racialismos hierárquicos tenha feito àquela altura valorosos

⁷¹¹ O Congresso dos Negros em Nova York, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1925, p. 13.

⁷¹² Cf. NORTE, João do. Folclore da Escravidão, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 nov. 1923, p. 1.

⁷¹³ NORTE, João do. Amar a América e esquecer a Europa, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1928, p. 2.

⁷¹⁴ CAMPOS, A. Pensamentos, palavras e obras. África portuguesa, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1923, p. 1.

progressos, estava-se longe, muito longe ainda, de se reconhecer os direitos civilizacionais, ou seja, humanos, aos negros e, ainda mais, aos africanos. Basta dizer que um dos intelectuais brasileiros mais celebrados à época, Oliveira Viana tinha grande amparo de suas ideias em teses racialistas e racistas. Ao mesmo tempo, na recepção de sua obra, apesar dos elogios em geral, críticos como Agripino Grieco e Tristão de Athayde fizeram ressalvas acerca desse aspecto da obra de Viana. Joaquim Pimenta também tecia críticas aos racialismos racistas que inundavam a cultura intelectual brasileira e desacreditava as teorias antropométricas assim como qualquer tipo de hierarquia racial. Reconhecia, porém, que “não se pode contestar que, no ponto de vista da civilização, a raça branca ocupa atualmente o primeiro lugar, se por civilização se entende o grau de cultura intelectual e de desenvolvimento da técnica industrial, agrícola e comercial”⁷¹⁵.

O autor, entretanto, ironiza:

Porém, tudo isso será pela brancura diáfana da sua pele? porque tem os olhos azuis e de azeviche? e a cabeleira lisa a loirada, e o nariz aquilino, e os lábios delgados e barba espessa? Pelo menos é opinião comum que o negro, o amarelo e o mestiço, que não têm ou têm aqueles característicos pouco acentuados ou desarmônicos, nenhum concurso trouxeram à obra da civilização, até hoje tendo permanecido na penumbra da história. Por outro lado, antropologistas e etnólogos, todos de raça branca, talvez por isso movidos por uma espécie de subjetivismo étnico, circunscrevendo o campo da civilização aos povos de procedência ariana, aventuraram-se a traçar na configuração craniana, como se faz em um mapa [...].

À época, Roquette Pinto conduzia estudos sobre os “tipos antropológicos do Brasil” baseados:

[...] em análises das características físicas de jovens brasileiros que serviam às forças armadas em quartéis nas proximidades do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. O mote da investigação era identificar se aqueles indivíduos descendentes de pais de raças diferentes seriam ou não “degenerados”. A conclusão do estudo é veementemente oposta a se atribuir à mestiçagem a responsabilidade pela degeneração. Se havia “tipos físicos” degenerados, a causa estaria nas condições sociais e ambientais, sobretudo na carência de saúde e educação⁷¹⁶.

Durante muito tempo, a cultura intelectual brasileira enfrentará a questão do racialismo racista. Como se observou, porém, com ou sem racialismo e racismo, o caráter civilizacional estaria ausente do continente africano. Tal aspecto, como lembra Appiah, existia mesmo no interior do Pan-Africanismo e na figura de um de seus principais fundadores, Alexander Crummel:

Crummell tinham em comum com seus contemporâneos europeus e norte-americanos (ao menos os que dentre eles tinham alguma opinião sobre o assunto) uma ideia essencialmente negativa da cultura tradicional da África, anárquica, desprovida de princípios e ignorante, e definida, dada a ausência de todos os traços positivos da civilização, como “selvagem”; os selvagens dificilmente têm alguma cultura. A civilização implicava, para Crummell, precisamente “a clareza da mente, livre do domínio das falsas ideias pagãs”. Somente se houvesse nas culturas tradicionais algo que Crummell considerasse digno de ser salvo é que ele teria esperado, com Herder, encontrá-lo captado no espírito das línguas da África⁷¹⁷.

⁷¹⁵ PIMENTA, Joaquim. *Civilização e raça*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1921, p. 1.

⁷¹⁶ COIMBRA JR, Carlos E A; LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura. *Rondônia* de Edgard Roquette-Pinto. Antropologia e projeto nacional. In: LIMA, N T et al. *Antropologia brasileira*, p. 113-114.

⁷¹⁷ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 43.

Appiah chega a considerar tal visão como “natural”, dada a formação intelectual de Crummell. Segundo Mudimbe, no interior da tradição antropológica, em geral:

A Civilização humana era ocidental aos olhos dos colonizadores e os africanos não eram [...] em finais da década de 1930, perfeitamente humanos. O que eram, quer pura crianças quer seres humanos incipientes necessitando de formação, era simplesmente o resultado da aplicação dos padrões ocidentais num contexto não ocidental⁷¹⁸.

Mudimbe afirma que, na década de 1920, ocorrera uma “fragmentação da noção de civilização”⁷¹⁹. Esse processo teria consequências intelectuais significativas. Afinal, não se trataria mais, quando da positivação do mundo não europeu e não ocidental, da mera valorização do “primitivo” e do “exótico”, algo que servira para criar zoológicos e “inspiração artística”, mas desprovido de história e, no fundo, de humanidade. Assim, na história cultural do século XX e XXI, são as próprias noções de “negro” e “africano” que vão se diluindo e tornando-se extremamente complexas⁷²⁰. Neste sentido, são dignos de nota os dois estudos escritos por Tristão de Athayde e publicados sob o título “Reabilitação de um Continente”.

Seus artigos falavam em dever de reparação. Não se tratava, porém, dos sentimentalismos da “mãe preta”. E apesar do reconhecimento das gerações de homens e mulheres que vieram da África e realizaram a obra de colonização do Brasil, também não se tratava disso:

Se há um continente, ao qual devemos uma reparação, esse continente é a África. Não quero enveredar por sentimentalismos de Mãe Preta. À África devemos o desbravamento desta nossa áspera terra de sol e de espinhos. Sem virtude, pois o fez sem querer. À África devemos também a calamidade, que ainda estamos pagando, da escravidão, que tornou artificial e prematuro o nosso progresso do século passado. Sem culpa, pois o fez ainda mais sem querer... Estamos equilibrados⁷²¹.

Porém, afirma o autor, reconhecemos a dívida, quando a reconhecemos, envergonhados. À cada geração, arestas seriam polidas e, ao passo que o pai era renegado pelo filho, o bisneto lhe colocaria o retrato na sala. Mas a vergonha ainda falaria mais alto:

Temos vergonha ainda, bem menos aliás que os nossos pais, de descender da pobre África. Que nunca saiu dos seus pântanos sem fim. Do seu mato ralo. Ou gigantesco. Dos seus 45° à sombra. Da África mergulhada no esquecimento, no canibalismo, na escravidão perene.

Considerada tradicionalmente como o “continente desprezado”, a África era ela mesma dividida em norte e sul. Esse norte é o Egito, “é a civilização do Nilo, à parte, isolada do resto, de outra raça, de outras origens”, é ainda a “civilização cartaginesa, vaga, perdida no tempo, vista sempre pelo seu reflexo na história de Roma”, a “epopeia árabe, subjungando,

⁷¹⁸ MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção de África*. Mangualde/Portugal: Pedago, 2013, p. 94.

⁷¹⁹ MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção de África*, p. 109.

⁷²⁰ Cf. APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997; GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: Editora 34. 2001; MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção de África*. Mangualde/Portugal: Pedago, 2013.

⁷²¹ ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 jan. 1927, p. 4.

unificando tudo à sua imagem. E a reação cristã. Incessante. Banhada a princípio de um imenso sonho de fé” até chegar, enfim, ao “comercialismo contemporâneo”⁷²². Neste recorte entre sul e norte, era justamente a divisão entre civilização e barbárie que se estabelecia:

Todo esse norte da África, toda essa margem sul do Mediterrâneo é uma terra impregnada de história e de beleza, por onde passaram as mais ilustres civilizações da terra: a egípcia, a alexandrina, a romana, a árabe, a medieval e a moderna. Terra que o espírito do paganismo, e do arabismo e do cristianismo amassaram e fecundaram sucessivamente. Mas terra que não julgamos África. Ou que, pelo menos, é coisa tão diversa do coração do continente negro, como se fora outro continente. O deserto é o fim da civilização. Para além, a barbárie primitiva, o homem animalizado, a selva selvagem. De onde fomos buscar instrumentos de trabalho, as máquinas do tempo, sobre as quais pesava o nosso desdém ou quando muito a nossa piedade.

As ideias correntes sobre os homens que habitavam a África subsaariana eram a de que eles “pararam no tempo” e, de um modo ainda mais geral e profundo, representavam um “estágio” ultrapassado na evolução humana: “A África foi mesmo considerada mais ainda do que as ilhas da Oceania, como sendo o continente de transição, o degrau entre os dois reinos, o paraíso dos primatas, a residência desse impalpável ‘missing link’, pesadelo dos naturalistas”. A “ciência” não tivera um papel emancipador em relação aos homens africanos, uma vez que “no século XIX, quando já por quatro séculos se batia a Igreja em favor dos povos primitivos, dos índios da América e dos negros da África, procurava a ciência apenas nesses negros os vestígios do macaco inicial”. Ainda que a posição acerca da postura da Igreja merecesse um estudo à parte, a posição do saber etnológico e antropológico ia neste sentido. Em outra contraposição entre religião e ciência, o crítico comentava que “ao passo que o obscurantismo da Igreja levava alguns séculos a reconhecer uma alma às mulheres, a luz da ciência levava alguns séculos mais a negar esse mesmo acessório aos pretos. Ou pelo menos a reduzi-lo ao mínimo”. Assim, as afirmações de Darwin sobre a origem africana dos antecedentes do homem atual não seriam tomadas no sentido de se fazer prevalecer a ideia em torno da igualdade dos homens, mas de tornar o continente africano uma espécie de “elo perdido”, o lugar onde se “dera a transição entre o macaco e o homem. Era aí que ainda hoje viviam os homens que tinham muito mais de macaco que de homem, essas populações negroides cuja civilização não se elevava acima dos estágios mais primitivos”.

Tais seriam as ideias que sempre perseguiram os homens de sua geração e das anteriores. O crítico cita algumas obras que reiterariam tais teses, como a *Asian and Europe* (1901) do jornalista britânico Meredith Townsend, e que ganhara uma nova edição em 1921, segundo a qual:

Nenhuma das raças pretas, nem o negro nem o Australiano, mostraram em tempos históricos a capacidade de desenvolver uma civilização. Eles nunca passaram, como

⁷²² ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 jan. 1927, p. 4

conquistadores dos limites de seus próprios ‘habitats’, e nunca exerceram a menor influência em povos não pretos. Nunca fundaram uma cidade de pedra, nunca construíram um navio, nunca produziram uma literatura, nunca sugeriram um credo⁷²³.

Ou, ainda, a obra do eugenista norte-americano Lothrop Stoddard, em tradução francesa, *Le flot montant des races de couleur* (1925), que consideraria que “os povos negros não têm história. Nunca tendo criado uma civilização pessoal... jamais manifestou a raça negra verdadeira faculdade de criação. Nunca edificou uma civilização própria”⁷²⁴.

Tristão de Athayde considera que tais autores não fariam tais afirmativas se conhecessem a obra de Leo Frobenius que, apesar de ressalvas, não permitiria “mais hoje afirmar-se ausência de civilização negra antiga”. O crítico, então, faz uma reconstituição da trajetória de Frobenius, desde seus escritos do fim do século XIX, suas relações com Ratzel, sua teoria sobre Paideuma, sua passagem, como afirma Tristão, de “etnólogo a metafísico” até, por fim, de sua relação com as teorias de Spengler. Este último teria se inspirado na concepção de Frobenius sobre o caráter “circular das culturas”, mas, segundo o crítico, Spengler teria reduzido tal teoria “a um rigor mecânico, que força mais a realidade a entrar em seu âmbito do que propriamente se adapta ao conteúdo dessa realidade”⁷²⁵.

A ideia original de Frobenius exposta pela primeira vez em 1898 afirmaria que “desenvolve-se a cultura como independente da vontade do homem, está mais ligada ao espaço do que à raça e é concebida como orgânica”⁷²⁶. Segundo destaca o crítico, tal preponderância do espaço se devia a sua formação junto ao geógrafo alemão Friedrich Ratzel. Mesmo aí, porém, haveria já uma mudança de perspectiva:

Tanto Ratzel, com a sua concepção geográfica, como [Adolf] Bastian, com a sua concepção psicológica, consideravam a cultura como uma criação do homem. Vinha Frobenius inverter os termos do problemas e considerar o homem até certo ponto uma criação da cultura, e esta como um todo orgânico, sujeito às mesmas vicissitudes da vida humana e possuindo uma personalidade própria⁷²⁷.

Frobenius, porém, modificara suas ideias com o passar do tempo e, com o desenrolar de suas pesquisas de campo e reflexões posteriores, teria, cada vez mais, articulado tais “subordinações espaciais” à “compreensão crescente dos fatores de espírito”. O etnólogo alemão chegara à especificidade do mundo cultural aproximando-se da metafísica:

Porquanto, que a cultura, como já disse anteriormente, seja um terceiro reino (junto ao mundo orgânico e inorgânico), isso cada vez mais se confirmou durante meus anos de viagem. Esse terceiro reino, porém, não é atingido pela nossa consciência com o auxílio das ciências naturais, como eu anteriormente acreditei, porém, por um

⁷²³ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 jan. 1927, p. 4.

⁷²⁴ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 jan. 1927, p. 4.

⁷²⁵ ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1927, p. 4.

⁷²⁶ FROBENIUS Apud. ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1927, p. 4.

⁷²⁷ ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 jan. 1927, p. 4

reconhecimento piedoso de uma metafísica atingível por caminhos científicos⁷²⁸.

Tristão de Athayde considera haver muita coisa discutível nas reflexões teóricas de Frobenius, especialmente nessa passagem de etnógrafo a metafísico. O primeiro é que era valorizado:

Frobenius empreendeu uma obra de etnologia estritamente científica, animado por um espírito de supremacia do espírito, que seria, e ainda é, para os etnólogos atrasados, uma verdadeira heresia científica. Ele começou, assim, por um trabalho intenso de estudo, de leitura, de monografias parciais e afinal de doutrina, antes de se lançar a campo para procurar em investigações próprias e originais o que lhe parecia resultar de suas concepções teóricas. E aí começa a meu ver, a sua grande obra, a que seu nome estará para sempre ligado, muito depois que as suas explicações metafísicas estiverem piedosamente esquecidas⁷²⁹.

O crítico faz um levantamento de todas as obras do etnólogo alemão e de sua atuação como “chefe militar, homem de ciência, viajante incansável, pesquisador de extrema paciência, artista, filósofo e sobretudo um apaixonado do continente de Cam”⁷³⁰. O que interessaria era a sua “obra africana” que teria começado em 1891, mas que “só em 1904, com a sua primeira expedição ao Congo, ia tomar o vulto que hoje tem”. Dois polos caracterizariam os estudos de Frobenius: “a dedicação à pesquisa de fenômenos compreensivos e expressivos da cultura material, sempre se alternava com o aprofundamento na formação e evolução da vida do espírito e da alma”. O crítico destaca o investimento intelectual e profissional de Frobenius:

Fez a primeira. Fez a segunda viagem. Acabou fazendo cinco expedições completas. Viveu no coração da África durante dez anos. E ainda durante a guerra, em 1915, saiu pela Turquia e foi percorrer a Abissínia e o Sudão. Organizou uma verdadeira campanha de penetração científica. Aprendeu os mais variados dialetos. Distribuiu pesquisadores por todos os cantos mais inacessíveis do continente negro. Fundou em Frankfurt um instituto para elaboração e publicação, bem como para museu, dos achados e documentos etnográficos. Dos 15 volumes projetados, sob o título geral de “Atlantis”, para publicar o tesouro de lendas, narrativas geográficas, cantos, estatísticas, etc., relativos às suas viagens e de seus auxiliares, já tem nove publicados.

O fascínio de Frobenius pela África não era radicalmente distinto daqueles outros viajantes, artistas, teóricos e aventureiros que procuravam “escapar da civilização”:

Ele fala sempre no desprazer que a Europa lhe causava, materializada, artificializada, como que cristalizada e sem espontaneidade natural que o velho continente lhe oferecia. E com que alegria ele mergulhava de novo nesse mundo africano, em que a vida borbulhava ainda em seus elementos puros, em que a natureza das coisas e a natureza dos homens ainda se achavam no frescor de sua fluência inicial, nas fontes de criação e de reação, sem o convencionalismo da vida civilizada, urbanizada.

Com a eclosão da Guerra, porém, a reflexão tornara-se inversa, uma vez que, agora, era a Europa que na conflagração parecia retomar tais ímpetos e, como muitos de seus compatriotas, Frobenius teria visto na Guerra uma possibilidade de revigoração civilizacional:

Era naquela terra que parecia já condenada à mecanização, à legalização de todos os ímpetos de vida, à asfixia de toda fé religiosa, de todo sentimento espontâneo e

⁷²⁸ FROBENIUS Apud. ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1927, p. 4.

⁷²⁹ ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 jan. 1927, p. 4.

⁷³⁰ ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1927, p. 4.

virgem, à morte pelo bem estar e pela riqueza, que uma nova onda de vida rude, de vida elementar, de purificação pelo sofrimento fazia ressurgir a alma imortal e profunda. E sentiu então que de ora avante, era outra a sua tarefa. Já não era mais no meio das civilizações primitivas que lhe competia procurar a essência das “culturas”, mas na sua própria cultura, que já parecia morta e rígida e que se revelava ainda em sua vitalidade fundamental. Porque um dos traços característicos de Frobenius foi que, desde o início de seus estudos, não o animava o simples desejo de estudar tribos pitorescas ou costumes estranhos e sim a vontade de penetrar a essência da civilização⁷³¹.

Assim, ao se orientar pelos estudos de povos “primitivos”, o etnólogo alemão buscava não o oposto da civilização, mas a sua essência. Tal aspecto não teria passado despercebido na recepção da obra de Frobenius nos anos 1920 na Europa. Conforme destaca o crítico, era preciso contrariar o “erro relativo de duas opiniões recentes sobre esse mesmo Frobenius, uma na Espanha e outra na sua própria Alemanha. Ambos o consideram na corrente dos negadores da Europa”. A primeira opinião seria a de Eugenio D’Ors que, em 1924, na *Revista do Ocidente*, teria considerado que:

[...] tão perigoso para o futuro da cultura europeia é a teoria de Maurras, de que as nacionalidades superam os continentes, como a teoria de Frobenius de que não há **uma** cultura e sim **muitas** culturas, que reciprocamente se não penetram e podem viver lado a lado, morfológicamente inassimiláveis⁷³².

Segundo o crítico, tais apreciações se deveriam ao fato de D’Ors ser um:

[...] partidário extremado de um continentalismo europeu, que deve erguer barreiras rigorosas a toda influência estranha, quer do pragmatismo americano, quer do orientalismo místico, quer dos próprios pensadores europeus que pretendem consagrar a fragmentação nacional moderna da Europa ou a equiparação, quando não a subordinação, da cultura europeia a outras culturas humanas.

Tristão de Athayde argumenta, porém, que Frobenius não poderia ser visto como um “negador da Europa”, uma vez que ele teria “qualquer coisa de rudemente germânico, de nietzscheano mesmo. A guerra é para ele um elemento civilizador. Chega a censurar, por exemplo, os missionários europeus, por procurarem sempre fazer as pazes entre as tribos em luta”.

A outra opinião crítica à obra de Frobenius viria do filósofo alemão Max Scheler que o associaria aos autores que validavam o “predomínio da razão sobre as forças nativas da vida”.

No prefácio de sua *Antropologia Filosófica*, Scheler consideraria que o etnólogo comporia a:

[...] nova antropologia e historiografia ocidental cujo caráter fundamental é opor-se tanto àquela crença comum a toda antropologia e a toda historiografia ocidental de até há pouco, que sustentava o progresso do **homo sapiens** ou do **homo faber**, como ao **Adão** dos cristãos, homem decaído, porém novamente reagindo e salvando-se com o correr dos tempos, como igualmente à concepção do homem como um ser de instintos, porém que se esforça, por mil modos, por tornar-se um ser de espírito, - e sustentando, em oposição a essas três concepções, a tese de uma necessária decadência do homem nesses 10.000 anos de sua história, decadência que já se encontra na própria origem e na própria essência do homem... como sendo um desertor da vida, da suas leis, dos seus valores fundamentais, do seu sagrado senso

⁷³¹ ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1927, p. 4.

⁷³² Cf. ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1927, p. 4.

cósmico⁷³³.

Tristão de Athayde não inclui Frobenius dentre os muitos teóricos da decadência que despontavam nos anos 1920. Embora compartilhe de muitos dos aspectos das reflexões que justificavam o declínio ocidental (crítica à materialização, tecnicização, coisificação da vida humana), ele seria um defensor da “reespiritualização” da Europa e, neste sentido, embora propusesse meios muito discutíveis para atingir tal objetivo, ele não poderia ser incluído entre os deterministas da decadência.

O importante, na verdade, seria a afirmação da multiplicidade das culturas para além de qualquer centralização do “espírito científico”. Assim, no caso de Frobenius, era a “africanologia” que devia ser ressaltada:

A revelação que veio fazer de um continente esquecido. A revolução que trouxe a muitas ideias assentes. Toda essa população, que julgávamos nos primeiros graus da civilização, que nos parecia ter parado num estágio primitivo de evolução e trazer sobretudo, em seus traços, na sua cor, nos seus gestos, na sua barbaria, no seu infantilíssimo grosseiro, os estigmas de uma transição próxima do reino animal, do macaco antepassado, ainda trepado nas mesmas árvores de que eles, irmãos humanizados, tinham apenas descido há pouco – toda essa população surge das páginas de Frobenius com uma alma renovada⁷³⁴.

E as conclusões fundamentais de tal pesquisa se desdobraria nas apreciações sobre as antigas civilizações subsaarianas e especialmente:

[...] dessa “cultura dos Iorubás”, que ele foi encontrar no território do Congo e do Sudão e de que desencavou vestígios os mais surpreendentes, desde as tradições de uma arquitetura de certa importância, especialmente em túmulos, e que desapareceu por ser uma arquitetura de barro, até os vestígios de uma escultura absolutamente estranha a essa arte negra primitiva, a que estamos habituados, e que trai, realmente, na finura dos traços, no engenho das decorações geométricas, na variedade e elegância das formas de vasos e utensílios, especialmente do culto de Ifá, a tradição de uma arte muito desenvolvida.

O crítico foi um assíduo leitor de Frobenius, cuja obra estava publicada praticamente apenas em alemão, e o referenciou várias vezes. Em uma ocasião, o Tristão compõe uma imagem sobre o que esse mundo aberto de contatos e percursos históricos parecia desvelar:

Africanos em plena Europa, em períodos geológicos primitivos; egípcios irradiando pelo mundo para o oriente, e deixando a cada passo vestígios de sua civilização até pelas ilhas desertas do Pacífico; indianos transbordando pelas estepes e fecundando cada região do Velho Mundo; árabes arrancando de suas planícies risonhas ou estéreis, e em cem anos lançando-se ao coração da França; e as cruzadas carregando a flor Ocidente ao Oriente; e as navegações levando raças opostas face à face; e a surpresa de novas civilizações, de vestígios perturbadores, de povos muito mais adiantados ou já decadentes, de formas africanas na América, de elefantes gravados nos rochedos em pleno México, e talvez, de todo um continente ignoto, submergido, quem sabe depois de que catástrofe, depois de que angústia de uma cultura que se sentia morrer radicalmente, até a essência!⁷³⁵

Esta foi, sem dúvida, a principal contribuição do autor alemão à obra do crítico literário

⁷³³ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1927, p. 4.

⁷³⁴ ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1927, p. 4.

⁷³⁵ ATHAYDE, Tristão de. Livros do Sul, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1925, p. 4.

brasileiro: a verificação da existência de diversas culturas e civilizações possíveis. A quebra da linearidade do evolucionismo que determinava um caminho único ao desenvolvimento das sociedades. É importante notar, porém, que tal “reabilitação” do continente africano se fazia de forma bastante incipiente, pois o que se reconhecia era um *passado* de civilização e não um presente, uma civilização africana que seria recuperável *apesar* dos homens que àquela época habitavam o continente. Assim, Frobenius falaria de um mundo desaparecido:

Não é o negro de hoje que o interessa. Interessa-o apenas pelo que conserva, inconscientemente, do negro de outrora. E conserva mal. Destruiu quase tudo. Ignora a significação de quase tudo o que repete automaticamente. E só muito dificilmente é que é possível distinguir o que é realmente herança de um passado extinto do que é imitação recente ou decadência⁷³⁶.

O crítico retoma a análise de Ortega y Gasset como a mais ponderada acerca da obra do etnólogo alemão e também da de Oswald Spengler:

[...] mas allá de las culturas está un cosmos eterno e invariable del cual vá el hombre alcanzando vislumbres en un esfuerzo milenario e integral que no se ejecuta sólo con el pensamiento sino con el organismo entero, y para el cual no basta el poder individual sino que menester la colaboración de todo un pueblo. Periodos y razas – o en una palabra, las culturas – son los órganos gigantes que logran percibir algún breve trozo de ese trasmundo absoluto⁷³⁷.

O legado de Léo Frobenius é ambíguo e complexo. Sem dúvida, o elogio que lhe fez, em 1973, o ex-presidente do Senegal, Léopold Senghor, fundador do movimento *Négritude* nos anos 1930, por ocasião do lançamento da Antologia do autor alemão, compromete qualquer crítica mais ostensiva à obra de Frobenius. Senghor afirma que sabia de cor o segundo capítulo do primeiro livro da *Kulturgeschichte Afrikas* chamado “O que África significa para nós”. Tal capítulo tinha frases como estas: “A ideia do bárbaro negro é invenção europeia, que por sua vez dominara a Europa até o início deste século”. Já Du Bois, fundador do Pan-Africanismo nos EUA, considerara Frobenius, “the greatest student in Africa”⁷³⁸. Realizando uma análise epistemológica e metodologicamente crítica dos trabalhos de Frobenius, Renée Sylvain considera que a obra do etnólogo alemão tem apenas o mérito de não ter sido racalista e que “as afirmações de Frobenius sobre a cultura africana tornaram ‘mentiras úteis’ que promoveram a munição antropológica para o movimento *Négritude*”⁷³⁹. Consequentemente, segundo a autora, “o trabalho de Frobenius não tem valor na comunidade antropológica internacional onde ‘grandes esquemas conjecturais e universais’ foram condenados como não científicos”⁷⁴⁰.

Como afirmamos ao longo de todo este tópico, o período posterior à Grande Guerra possibilitou a emergência de diferentes interpretações da cultura em geral. Especialmente,

⁷³⁶ ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1927, p. 4.

⁷³⁷ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1927, p. 4.

⁷³⁸ MARCHAND, Suzanne. Leo Frobenius and the revolt against the West, *Journal of contemporary History*, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, Vol 32 (2), 1997, p. 169.

⁷³⁹ SYLVAIN, Renée. Leo Frobenius. From « kulturkreis to kulturmorphologie », *Anthropos*, p. 494.

⁷⁴⁰ SYLVAIN, Renée. Leo Frobenius. From « kulturkreis to kulturmorphologie », *Anthropos*, p. 493.

significou uma ampliação das possibilidades positivas das nações “marginais”. O declínio do Ocidente, parafraseando o título da obra-prima do filósofo alemão conservador Oswald Spengler, era a possibilidade da ascensão, mesmo que teórica, dos povos que viviam tendo na Europa o seu norte inalcançável. Este norte, apesar de não ter desaparecido, tornou-se menos opressor. Especialmente nos anos 1920, quando sob uma precária, mas, ainda, condição democrática, a cultura intelectual brasileira pode tecer reflexões acerca de sua identidade segundo diferentes horizontes civilizacionais possíveis: europeu, americano e africano:

E se um viajante, há pouco voltando de lá, pôde escrever que “a Europa é o passado, a América o presente, a África o futuro”, com essa mania que os homens têm hoje de simplificar e de generalizar as aparências, - esse futuro não seria talvez mais do que um retorno⁷⁴¹.

⁷⁴¹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1927, p. 4.

DECISÃO

A criança, o louco e o santo

Homem, criança trágica e grotesca, que quebra os próprios brinquedos e depois chora para reavê-los.

Tristão de Athayde, *Ser e vir a ser*, 1928.

Parece-me que toda inquietação moderna resume-se num problema religioso. Essa aspiração de Deus é o sentimento que melhor explica, na minha opinião o movimento artístico atual. Dentro ou fora da igreja as ideias que nos agitam têm um fundo essencialmente religioso.

Sérgio Buarque de Holanda, Entrevista ao *Correio da Manhã*, 1925.

Em uma entrevista concedida ao jornal *Correio da Manhã*, à época em que dirigiam a revista *Estética*, Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto, a partir de algumas reflexões de T S Eliot e Middleton Murry, destacavam o sentido da religião no interior da reflexão acerca da arte moderna. Segundo Holanda,

Parece-me que toda inquietação moderna resume-se num problema religioso. Essa aspiração de Deus é o sentimento que melhor explica, na minha opinião o movimento artístico atual. Dentro ou fora da igreja as ideias que nos agitam têm um fundo essencialmente religioso¹.

Tais considerações iam ao encontro de reflexões anteriores feitas em sua revista quando, acerca dos escritos de Murry sobre romantismo e o classicismo europeus, considerava-se ser “possível que chegue uma época em que os espíritos mais sutis sejam levados a ser da Igreja, mas sem pertencer a ela: precisamente pelo fato de serem profundamente religiosos, trabalham em completa independência do que passa por religião em sua época”².

Para além dos “espíritos sutis”, o sentimento religioso e a sua propaganda eram bastante difundidos no interior da cultura intelectual brasileira. Uma vez que a República havia abolido a ligação oficial do Estado a algum credo religioso, teoricamente, a liberdade de culto era algo previsto na Constituição de 1891, assim como a livre divulgação de diversos segmentos religiosos. As páginas dos jornais tornam-se recheadas por anúncios, textos, debates, reportagens e comentários especialmente em torno de confissões como o protestantismo, o espiritismo, a teosofia e, obviamente, o catolicismo. Religiões afro-brasileiras e ligadas às populações indígenas não gozavam da mesma liberdade, mas serviços de cartomancia e “ciências ocultas” eram oferecidos sem maiores problemas e com reivindicações de celebridade³. Por vezes, a mesma coluna podia trazer notícias e informações sobre vários

¹ Cf. Ideias de hoje. “Modernismo não é escola: é um estado de espírito”. Entrevista com Prudente de Moraes, neto, e Sérgio Buarque de Holanda, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1925, p. 5.

² Cf. Revistas e Jornais, *Estética*, Rio de Janeiro, ano 1, vol. 1, set. 1924, p. 109.

³ “D Maria Emília, a célebre e 1ª do Brasil e Portugal, consagrada pelo povo a mais perita, a última palavra da cartomancia e em ciências ocultas, às exmas. famílias do interior e foda da cidade, consultas por carta; seriedade

cultos⁴. A teosofia e o espiritismo, porém, sequer se consideravam religiões no sentido comum do termo. Ao passo que a primeira se dedicaria a “fazer o estudo comparativo das religiões, das filosofias e das ciências”, procurando estabelecer os princípios fundamentais comuns a todas as religiões, que só poderiam ser aceitos em “conformidade com nossa razão”⁵, o espiritismo fazia abertamente a defesa de seu caráter científico e combatia outras religiões, conforme uma publicidade bastante divulgada durante toda a década de 1920:

É nesse Centro e seus Filiados que se pratica o Espiritismo Racional e Científico (Cristão), que normaliza e cura loucos (obsedados) feitos pelos Cangerês, Feiticeiros e Kardecistas que fazem espiritismo em família, desde as baixas baiucas aos Salões atapetados da alta sociedade⁶.

Com a separação entre Estado e Igreja Católica, esta última procurou se rearticular no sentido de fazer-se ainda mais hegemônica no interior da sociedade brasileira. Desde as pregações do padre Júlio Maria, já no início do período republicano, passando pela reorganização do clero, com a “importação” de vários missionários, padres e freiras estrangeiros, a publicação de muitos periódicos e impressos voltados à causa católica, a orientação do arcebispo Dom Leme em favor de uma catolicização “real” de uma população que se dizia católica, mas que seria “ignorante em matéria de religião”, o investimento nos colégios confessionais e de freiras, consolidou-se um catolicismo atuante na República que iria promover ações contundentes e reiteradas segundo uma orientação católica mais ortodoxa e combativa. Esta conformação de um catolicismo na República tem sua formulação atualizada em meados dos anos 1920 no pequeno artigo “O clero e a República” do historiador católico Jonathas Serrano que fizera parte da publicação organizada por Vicente Licínio Cardoso, *À margem da história da República*. Assim, incluía-se no balanço intelectual acerca da República brasileira a participação do clero em momentos fundamentais da história “progressista” do país, desde a Inconfidência até aos juízos do padre Júlio Maria que viu no advento do novo regime a possibilidade de a Igreja respirar e atuar livre do padroado e regalismo imperiais, sendo acompanhado pelas pastorais emitidas no período republicano⁷.

Neste sentido, algumas ações levadas a cabo durante a década de 1920 podem ser tidas como exemplares da expansão do catolicismo que, em última análise, visava ter um papel proeminente no interior dos negócios públicos, atuando em temas como a educação, a organização do trabalho, a liberdade de imprensa, a censura, a definição dos papéis e da identidade de gênero, o divórcio, o trabalho feminino etc. Uma ação a se destacar é o plano

e rigoroso sigilo [...]”. Cf. CARTOMANTE, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 out. 1928, p. 15.

⁴ Cf. Evangelismo. Espiritismo. Propaganda naturista. Teosofia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 nov. 1928, p. 8.

⁵ SEIDL, Coronel Raimundo. Teosofia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1922, p. 1.

⁶ Centro Espírita Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1927, p. 4.

⁷ Cf. SERRANO, Jonathas. O Clero e a República. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org). *À Margem da História da República*. Vol I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 61-66.

estabelecido pelo Círculo Católico com apoio da Igreja, sob a direção do Conde Afonso Celso e presidência honorária da Princesa Isabel, de se erguer um imenso monumento ao Cristo redentor em algum lugar de destaque na cidade do Rio de Janeiro em comemoração ao Centenário da Independência⁸. Inspirada pela estátua do Cristo erguida em 1904 na divisa entre Argentina e Chile⁹, a fim de celebrar a paz entre os dois países, o primeiro projeto aprovado do monumento, feito pelo arquiteto Heitor da Silva Costa e rejeitado posteriormente, mantinha o estilo da obra construída nos países vizinhos e era bastante distinto do que veio a ser erguido nos anos 1930¹⁰. A figura do Cristo Redentor era, ainda, especialmente mobilizada nas encíclicas do papa Leão XIII, cujo papado (1878-1903) destacou-se, justamente, pela formulação de uma “doutrina para a inserção dos cristãos no mundo e nos problemas concretos do homem contemporâneo”¹¹, ou seja, nas questões políticas, econômicas, culturais e sociais.

O processo de construção do monumento ao Cristo Redentor durou mais de dez anos, desde que foi anunciado na imprensa até a sua inauguração em 1931. As disputas religiosas começaram já no interior do próprio público católico que parecia preferir o Pão de Açúcar. Alguns expressavam razões históricas por tais preferências e suspeitavam das razões da decisão pelo Corcovado que seria devida à “circunstância de que a direção do Corcovado é da Light, ela própria e a Light é sabidamente protestante” e isso não poderia “deixar de influir sobre a última decisão do círculo católico”¹². Dizia-se, ainda, que no Corcovado o “monumento ficará exposto às moscas e só poderá ser visto por um ‘óculo’”¹³. Nos primeiros meses após o anúncio da ideia da estátua gigante, as notícias se desencontravam sobre onde seria e, mesmo, o que seria, uma vez que se aludia ao fato de se fazer uma grande cruz em um dos montes¹⁴. Não faltou também quem fizesse troça sobre a questão¹⁵.

⁸ Cf. O MONUMENTO DE CRISTO REDENTOR, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1921, p 3; Um telegrama da Princesa Isabel às Comissões do Monumento a Jesus Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1921, p 2.

⁹ À época surgiram versões que diziam que a ideia de construção do monumento remontaria a 1905, segundo certo Almirante José Carlos de Carvalho, quando um grupo de engenheiros teria esposado tal ideia. Numa outra apreciação, fala-se que o jornal *A Noite* teria lançado a ideia de se fazer uma grande cruz no Pão de Açúcar. Cf. O monumento a Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1921, p 3; A Pedidos. O monumento a Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1921, p 3.

¹⁰ “Cristo aparece com os seus atributos indispensáveis – a cruz e o globo terrestre, o que vale dizer: ‘Jesus, vitorioso da cruz e senhor do mundo!’” O monumento a Cristo Redentor. O projeto aprovado e a sua significação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1921, p 3.

¹¹ RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*, p. 6.

¹² “Há uma infinidade de argumentos contrários a essa deliberação e, entre eles, são de vulto, em primeiro lugar, o que encontra base no elemento histórico: de fato, em 1567, Estácio de Sá, segundo alguns historiadores, cuja opinião foi aceita oficialmente, apesar das contestações aparecidas, fundou a cidade de S Sebastião do Rio de Janeiro entre o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão, onde se encontra um marco comemorativo, mandado erguer pelo saudoso Vieira Fazenda. Por aí, já o Pão de Açúcar surge como o local mais próprio à iniciativa do Centro Católico”. A Pedidos. O monumento a Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1921, p 3.

¹³ A Pedidos, O monumento a Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1921, p 3.

¹⁴ Cf. O monumento a Cristo Redentor no alto do Pão de Açúcar, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1921, p 6.

¹⁵ “Os positivistas da rua Benjamin Constant, os Mendes e os Bagueiras, querem levantar no Pão de Açúcar uma grande estátua à Clotilde de Vou. Aí está o que arranjam os católicos. Tiveram a ideia de colocar um monumento

Uma vez, porém, que o projeto católico, não sem alguns imbróglis jurídicos a respeito da legalidade de tal empreendimento feito com verbas públicas e em função de uma religião num Estado teoricamente laico¹⁶, ia tomando corpo, com o lançamento da pedra fundamental em 1922 e o começo das arrecadações de doações, os questionamentos tomaram as páginas da imprensa. Em 1923, o pastor Álvaro Reis escreveu vários artigos contrários, basicamente argumentando tanto que o culto a ídolos seria contrário aos “preceitos das escrituras”, quanto ao fato de as verbas públicas serem “escandalosamente inconstitucionais”, devendo a Igreja e o povo carioca arcar com a obra. Além disso, comentava o pastor: “Não será ultrarridículo – velados e riquíssimo inimigos da República quererem extorquir, por propostas inconstitucionais, verbas do orçamento, quando a nação está quase às portas da bancarrota?”¹⁷

A campanha da Igreja católica, porém, foi ampla. Mais do que a consecução final do erguimento de um símbolo religioso na capital da República, a mobilização no engajamento e na divulgação da “causa” do Cristo abrangeu os mais diversos âmbitos. Para além das reiteradas dotações orçamentárias da Câmara de centenas de contos de reis, o clero mobilizou uma campanha para angariar doações em todas as paróquias do Rio de Janeiro, o próprio arcebispo Dom Leme passou a chefiar a comissão de arrecadação de donativos, um filme intitulado “Cristo Redentor”, que registraria o “entusiasmo do nosso povo em favor do monumento” passou a ser exibido nos cinemas, uma Escola Doméstica Cristo Redentor foi criada no Rio de Janeiro¹⁸. Não por acaso, dentre as primeiras matérias publicadas quando do lançamento da seção jornalística “Ação Católica”, inaugurada em novembro de 1927, estava a que dizia respeito à “imagem do Cristo no Corcovado”, já com reprodução da maquete do monumento em sua forma definitiva e sob os cuidados de Heitor da Costa e Silva e Paul Lewandovski. Em um dos textos a respeito do monumento, considerava-se que:

Cristo Rei vai dominar o Rio, lá do mais alto do Corcovado. A sua estátua augusta há de estender, dali, a sua mão protetora sobre a cabeça dos humildes e dos fracos. Já hoje, porém, avulta naquele pico uma cruz luminosa, uma cruz de fogo, que se abre para a cidade como dois misericordiosos braços do perdão. A cruz luminosa começou a ser vista desde a noite de 1 e ainda pela noite de ontem, era o grande

no alto daquela montanha e os ‘positivos’, de ideias sempre ‘negativas’, aproveitaram a cisão entre os católicos quanto à escolha do local para a homenagem ao Cristo Redentor e resolveram plantar lá a Clotilde de Vou. Pois podem ir para onde lhes aprouver, menos para o Pão de Açúcar, que o lugar já está tomado...”. A Pedidos. Clotilde no Pão de Açúcar, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1921, p. 6.

¹⁶ Houve algumas idas e vindas na autorização oficial para o erguimento do monumento. Como mostra a seguinte notícia: “Reconsiderando o seu despacho anterior, o ministro da Fazenda, depois de ouvir o consultor geral da República, resolveu negar autorização para o Comitê do Cristo Redentor faça o Cristo Redentor, por ocasião do Centenário da nossa Independência. Na opinião do consultor aludido, o deferimento do pedido vai de encontro à nossa constituição, por isso que importa, na concessão de um favor do Estado em benefício de uma igreja”. Não será mais erigida no Corcovado a imagem do Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 out. 1921, p. 4.

¹⁷ REIS, Álvaro. O Cristo no Corcovado, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 set. 1923, p. 6.

¹⁸ Projeto da Câmara de auxílio, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 out. 1922, p. 3; Aprovado na Câmara 200:000 para exercício de 1924, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1923, p. 8; Monumento a Cristo Redentor. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1925, p. 4; Cristo Redentor, no atelier da Botelho Film, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 set. 1923, p. 11; Escola Doméstica Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1927, p. 5.

ponto de atração para as vistas contritas dos cariocas em qualquer parte da cidade. A grande cruz luminosa, que precede a estátua do Redentor, naquelas alturas é já a grande alegria dos corações católicos do Rio¹⁹.

Na nova seção, que se diferenciava das tradicionais colunas informativas dedicadas às variadas religiões, a “Ação Católica” era apresentada da seguinte maneira pela redação do periódico: “O JORNAL inicia, hoje, uma seção dominical, toda consagrada aos interesses da religião da maioria dos brasileiros, assim como uma seção semanal de caráter meramente informativo”²⁰. Ao mesmo tempo em que se distinguiria de um partido político, pois este implicaria em “determinar a ruptura de algum dos laços de fraternidade da grande família humana”, a Ação Católica pretendia atuar no mundo político segundo uma perspectiva superior às divisões partidárias. Conforme D Leme: “Quando em qualquer momento da existência como católico e como cidadão, em sua vida privada ou pública, pode ele, em suas livres atividades, achar ou aceitar a solução cristã de todos os problemas que se lhe apresentarem”. Esta “totalidade” do catolicismo lhe permitiria fazer frente às principais questões da época:

A ação católica se desenvolve na tríplice ordem intelectual, moral e social. [...] No domínio intelectual, os nossos esforços se orientarão no sentido de iluminar as bases das nossas crenças, mostrando a Fé como uma homenagem à Inteligência Infinita, e que não há incompatibilidade entre a religião e a ciência [...] Sendo a moral uma regra de vida, é impossível não fazê-la depender da concepção que formamos da finalidade da vida, e uma concepção da vida, quando não é uma religião, é ao menos uma metafísica. [...] Na esfera social [...] O fator econômico adquiriu tal prevalência, nos nossos dias, que até parece ter mudado a fisionomia de todos os outros valores, dando aparências de verdade à ideologia do autor do *Kapital*. O mundo atravessa uma aguda crise social. O individualismo da escola liberal atirou o homem aos paroxismos da mais negra miséria. O materialismo histórico de Marx abriu a falência, após a dolorosa experiência da Rússia. Onde encontrar a solução da incógnita inquietadora? No retorno à moral do Evangelho, única capaz de despertar nas consciências, o sentimento de solidariedade humana, hoje em dia obliterado, única capaz de levar à inteligência do proprietário a convicção da função social da riqueza.

Assim, o catolicismo na República adquire, ao fim da década de 1920, uma ação contundente e um engajamento agressivo nos meios sociais, culturais e políticos, em meio à crise geral de um regime cada vez mais questionado. O fim do frágil laicismo da Primeira República não deixou de ser notado pelas seções que mais davam um tom democrático à imprensa daquela época, os “a pedidos”, nos quais, normalmente sob um pseudônimo, vários comentários, contestações, críticas, reclamações e ironias eram expressos por um cidadão qualquer:

Uma incrível notícia veio de Minas. O governo do seráfico Antônio Carlos permitiu, que, dentro do horário, nas escolas públicas, seja administrado o catecismo católico às crianças! É fantástico! Isto quer dizer que os filhos dos protestantes, judeus e espirituais serão obrigados a obedecer doutrinas contrárias à sua consciência e isso oficialmente! É melhor logo entregar o governo do Estado ao arcebispo e estabelecer a inquisição com o São Bento, tão de gosto dos sotainas. O clero é tenaz! Perderam

¹⁹ A imagem de Cristo no Corcovado, *O Jornal*, (Terceira Seção), Rio de Janeiro, 20 nov. 1927, p. 11.

²⁰ A IGREJA CATÓLICA, *O Jornal*, (Terceira Seção), Rio de Janeiro, 20 nov. 1927, p. 11.

o riquíssimo filão mexicano e querem agora se refazer no eterno espoliado – o povo brasileiro! Pobre Constituição e infeliz país!²¹

O batismo do crítico

“Converti-me ao catolicismo em virtude de minha sede de totalidade”²², com essas palavras o crítico lembrava o que lhe guiou quando decidiu, em 15 de agosto de 1928, junto à Primeira Comunhão de sua filha, comungar. Em sua correspondência com Jackson de Figueiredo, ele dizia ter “dado o passo difícil. O primeiro dos passos difíceis”²³. A comunhão, recebida das mãos do padre Leonel Franca, era um dos “últimos arrancos do homem velho”²⁴. A figura de Jackson de Figueiredo exercia realmente uma força incomparável sobre a personalidade do crítico, especialmente a partir dos primeiros meses de 1927, quando os dois intelectuais iniciaram “um exame da realidade brasileira, em todos os seus aspectos” proposto por Jackson²⁵. Tristão de Athayde aceita o convite ressaltando, porém, que ele só poderia proporcionar ao interlocutor dúvidas, perplexidades e incertezas. Mesmo considerando-se, àquela altura, muito mais próximo da Igreja do que já estivera anteriormente, o crítico repelia a ação política que Figueiredo parecia lhe propor com tal convite:

Não sou nem quero ser homem ou mesmo publicista político. Quero continuar a ser apenas o modestíssimo apreciador literário dos domingos, sem eficácia nem alcance doutrinário, sem originalidade nem profundidade, mas em suma a única coisa que posso ser *publicamente* por ora. Serei mais alguma coisa algum dia? Di-lo-á o futuro. Por ora só posso continuar a ser o quase nada que sou²⁶.

Com o passar do tempo e sua crescente identificação com os domínios da Igreja católica, o crítico questiona se tal sedução não era devida à influência do seu interlocutor:

*Não estarei eu sofrendo apenas a sua influência? E apesar das diferenças de temperamento, de gênio, de gostos ou mesmo de certas ideias (apesar ou por causa? Sou essencialmente um espírito de contradição. Em menino, sempre gostei das coisas graves; não irei, em velho, gostar das coisas frívolas? mais um espinho para a coleção), - apesar de tudo isso, não haverá em mim um simples caso de mimetismo, de sedução pessoal, como já tem sucedido com muitos outros em torno de uma personalidade exigente e atrativa como a sua?*²⁷

Em outra ocasião, ele confessava que “retardei a minha volta à Igreja – por temer de que fizesse mais por você do que pela própria fé”²⁸.

Após a conversão, porém, o crítico parece perceber alguns traços no correspondente que eram contrários aos que lhe havia atribuído desde quando começaram a troca de cartas: “No fundo, você é todo cheio de meandros, de sutilezas, de caminhos vicinais, de picadas de índios,

²¹ Japonês. Religião oficial?, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 set. 1928, p. 6.

²² LIMA, Alceu Amoroso. *Memorando dos 90*, p. 59.

²³ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 218.

²⁴ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 227.

²⁵ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 77.

²⁶ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 79.

²⁷ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 161.

²⁸ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 256.

de tocaias, de galerias subterrâneas, e o público de fora só vê a estrada larga, reta, violenta, batida de sol e indo direta ao fim, sem torcer”²⁹. Nos primeiros meses após ter comungado, Tristão de Athayde dizia a Jackson de Figueiredo que ainda estava “cheio de dedos nesses assuntos de *ação* católica. O Franca aconselha deixar-me continuar como até agora, deixando que a fé se infiltre lentamente nas minhas próprias atitudes atuais, nos meus escritos etc.” Figueiredo sempre lhe incentivava a partir para uma atuação pública e engajada, ainda mais por gozar de uma condição social e econômica bastante favorável:

Nunca você precisou tanto de ter a fortuna que lhe atribuem. É preciso que dirija o movimento intelectual católico e isto não se faz sem sacrifícios grandes. Eu que o diga. No estado atual da sociedade só um homem com fortuna pode atuar com eficiência sobre a dispersividade das boas vontades³⁰.

O que ocorreu, porém, foi que, ao passo que Tristão de Athayde parecia começar uma nova fase, dar os primeiros passos, Jackson de Figueiredo se mostrava cansado e, após ter se considerado durante sua atuação no governo Bernardes como “um dos homens mais ambiciosos do Brasil”, ele passara a ter “a certeza de que uma vitória pessoal minha, seria talvez a morte, em mim, dos princípios que eu quisera sustentar e sem os quais não compreendo que a vida valha a pena de ser vivida”³¹. Mais do que isso, ao verificar que um de seus companheiros, Perilo Gomes, estava vendendo a sua biblioteca por problemas financeiros, Figueiredo dizia que “no fundo, é o terrível resultado da luta católica no Brasil. Uma vida reduzida – a tal mediocridade de meios, que o desespero é quase certo... após anos de trabalho intenso”³². Tal sentimento de desespero torna-se recorrente nas últimas cartas do diretor da revista *A Ordem* e, frente a essa condição, Tristão de Athayde comentava: “Ah, se não fosse a sua fé em Jesus Cristo, eu cada vez acredito mais que só haveria uma solução para a sua vida – o suicídio”³³. A resposta do interlocutor confirmava o juízo: “É claro como o sol: se eu não tivesse a fé que tenho em Jesus Cristo, e fosse tal qual sou, só teria um caminho para me livrar de mim mesmo”³⁴. Na penúltima carta enviada ao crítico, o líder do Centro dom Vital se confessava:

E uma verdade, meu querido Alceu: atravesso uma terrível crise espiritual. Tenho tido nos lábios o sabor da morte. [...] Mas a minha *humanidade* tem sempre reagido contra essas vaidades do aniquilamento. Mas já tenho bem definida uma resolução: *a do silêncio*. [...] a sensação de que o peso da vida está demasiado para mim³⁵.

Nesta mesma época, Jackson de Figueiredo comentara ter feito uma pescaria “quase trágica na Barra da Tijuca”³⁶. Meses depois, o intelectual paraibano falecera, aos trinta e sete anos de

²⁹ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 261.

³⁰ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 230.

³¹ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 287-288.

³² FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 292.

³³ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 244.

³⁴ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 202.

³⁵ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 290.

³⁶ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 216.

idade, em uma pescaria na mesma Barra da Tijuca. Seu corpo ficou desaparecido por seis dias, os relatos das testemunhas afirmavam que ele estava totalmente só no momento em que teria caído de uma pedra e se afogado, tendo sido visto por seus acompanhantes quando já ia desaparecendo entre as águas³⁷.

A morte de Jackson de Figueiredo representou um impacto considerável na vida de Tristão de Athayde. Este se empenhou em uma intensa campanha epistolar para arrecadação de donativos à família do amigo³⁸, que inclusive rendeu uma ode de Carlos Drummond de Andrade ao líder católico que guardava trechos como esse: *e a tua pesca mais opulenta, Jackson, foi a de ti mesmo pelo oceano*³⁹. É na correspondência com o intelectual francês Georges Bernanos, porém, onde encontramos a significação decisiva de tal fato trágico na trajetória do crítico:

Sinto perfeitamente que a minha vida tomou um novo rumo, que acabou alguma coisa e começou uma nova era para mim. [...] Desde a morte do Jackson que fui obrigado a aceitar, dentro de minha miséria intelectual, de minha desconfiança de mim mesmo, de minha dúvida eterna [...] e de minha invencível fragilidade (que os homens nem suspeitam existir, no fundo desta alma, dessa severidade aparente...) - fui forçado a aceitar uma certa parte da herança espiritual de Jackson. De modo que me encontro hoje como Presidente do Centro D. Vital e como diretor de *A Ordem* [...] sinto-me no *dever* de aceitar o convite que me fizeram, de modo que hoje estou em pleno movimento quando há três meses me encontrava em plena solidão. Não quero pensar no futuro. [...] Chegou o momento de exteriorização, de vida ativa. De entrada na vida, vida mesmo!⁴⁰

Tanto a sua comunhão quanto a morte de Jackson de Figueiredo representaram para Tristão de Athayde, agora já muito mais Alceu Amoroso Lima, um novo batismo, a sua “entrada na vida”.

No mesmo período em começara um debate mais contundente com Jackson de Figueiredo, no princípio de 1927, Tristão de Athayde abandonara sua coluna periódica em *O Jornal e*, conforme relatara ao seu interlocutor, estaria se dedicando:

[...] aos trabalhos preparatórios de um livro que ia ser o seguinte: “Formas elementares (?) de arte, ou *essenciais* de arte. A arte dos loucos. A arte dos índios. A arte das crianças”. Tenho um material imenso a respeito. E cada vez recebo mais. É um tema que seduz como nenhum outro tema de estética. E sempre que você me vir seduzido, perdido, por coisas que lhe pareçam malucas, aberrantes, degeneradas, pode dizer consigo mesmo – “Lá esta o Alceu com os seus amores”. E esses amores não é o gosto de originalidades extravagantes. Ou de esnobismos requintados. Ou de diletantismo sibarita. Não. É a convicção profunda de que o homem moderno, o homem estragado pela ciência, pelo progresso, pelo êxito, pelo luxo, pelo dinheiro,

³⁷ Cf. A morte trágica do sr Jackson de Figueiredo, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1928, p. 5.

³⁸ Várias são as cartas a esse respeito recebidas e enviadas a nomes como Madeiras de Freitas (Mendes Fradique), Félix Contreras Rodrigues, José Américo de Almeida, Murilo de Araújo, Otávio Tarquínio de Sousa, Paulo Prado, Jorge de Lima e muitos outros. Cf. Acervo CAAL.

³⁹ O poema foi enviado ao crítico, Drummond confessava: “Pensei muito antes de mandar-lhe este poema. Não sei até que ponto ele lhe parecerá sincero, ou melhor, eu lhe parecerei sincero. Há um abismo tão grande entre a figura intelectual e mesmo moral entre a figura de Jackson de Figueiredo e a deste que seu pobre missivista que... Mas ao mesmo tempo, escrevendo tais versos, eu pensei especialmente em você, como no amigo maior e melhor de Jackson”. O poema foi publicado na revista *A Ordem*. Cf. Carta de Carlos Drummond de Andrade a Alceu Amoroso Lima, s/data, acervo CAAL; ANDRADE, Carlos Drummond de. Ode a Jackson de Figueiredo, *A Ordem*, Rio de Janeiro, ano IX, nº 4 (nova série), pp. 150-151, dez. 1929.

⁴⁰ Carta de Alceu Amoroso Lima a Georges Bernanos, s/data, acervo CAAL.

pela volúpia, por toda essa banalização contemporânea, por todo esse *hedonismo*, que é a filosofia do homem médio de hoje, - é, digo, a convicção de que esse homem normal não pode criar arte original nenhuma, hoje em dia (ou pelo menos nada de diferente ou de melhor que o passado, e nesse caso prefiro ficar com o passado), e que só nos loucos, nas crianças, nos índios podemos ainda encontrar, sem *artificio*, a terrível dignidade de criar⁴¹.

Como apontamos neste trabalho, o tema da criança, do primitivo (visto também como uma criança), da virgindade, da busca por uma naturalidade e autenticidade que fizesse frente à vida artificiosa e segmentada que parecia caracterizar o homem moderno era algo recorrente no interior da cultura intelectual brasileira. É a época em que causava sensação a literatura infantil de Monteiro Lobato, que os jornais criavam colunas específicas para as crianças, que os países americanos eram vistos como estando na infância quando contrapostos ao velho mundo.

Ao escrever sobre a literatura infantil, Tristão de Athayde distinguia aquela que era feita para crianças e outra “de crianças”, além das produções sobre crianças que, porém, não seriam exatamente literatura infantil⁴². As falhas da literatura feita para crianças residiam no fato de que, quando era construída por professores, viria “impregnada de pedagogismo”, perdendo o “seu interesse e naturalidade pela preocupação de instruir e moralizar”⁴³. Sairiam, assim, livros “mornos, insípidos, em que as crianças cabeceiam e parecem feitos para lhes inspirar o horror à leitura”. Quando tal literatura era feita por amadores ou “profissionais da fantasia de mascate”, o resultado seria a queda na grosseira, “no mau gosto, na vulgaridade barata. Pedagogismo e mercantilismo”.

Tal relação com a infância seria problemática não só por não cumprir com sua finalidade literária, por assim dizer:

O mal vem de se desconhecer a dissociação das idades. É querer falar às crianças com uma alma de adulto. Sobretudo com a nossa alma de hoje, cuja salvação só pode estar justamente na ressurreição, em nós, do que há de único e supremo na alma infantil. Só a criança pode salvar o homem do nosso século.

No caso da literatura infantil, o crítico falava da falta de autenticidade daqueles que se dedicariam a tal métier, como raras exceções como Monteiro Lobato, uma vez que o “autor de literatura para crianças é quase sempre... um autor de literatura para crianças. Isto é, um agenciador de coisas estranhas. Um técnico, um manipulador de fantasias infantilizantes. Nada mais”. Visto que as crianças se interessariam por tudo, essa literatura, mesmo com suas falhas, conseguiria ter a atenção do público infantil. Seria necessário, porém, reconhecer a especificidade da psicologia infantil:

A psicologia infantil não é uma psicologia normal em ponto pequeno. É outra coisa. Há uma diferença de qualidade entre elas. E o próprio fato de “conhecermos” a

⁴¹ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 204.

⁴² Tal temática educacional, apenas esporádica até então, será reiteradamente retomada nos escritos de Alceu Amoroso Lima. Cf. CURY, Carlos Roberto Jamil. *Alceu Amoroso Lima*. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

⁴³ ATHAYDE, Tristão de. *Literatura infantil*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1926, p. 4.

psicologia, o mundo da infância, melhor do que ela mesma, é só por si um motivo para nos separar da criança. A criança ignora. Portanto a sua ignorância faz parte do seu mundo. É um elemento orgânico dele. E o erro de muitos autores de literatura infantil, como de professores etc., é justamente julgar em que o fato de conhecermos melhor o seu mundo interior nos permita penetrar melhor nesse mundo⁴⁴.

Assim, o conhecimento atrapalhava a compreensão e a “a literatura infantil dos que se presumem conhecer a alma infantil e escrevem assim ‘lucidamente’ para ela, é uma literatura falseada, em seu espírito, por essa própria lucidez”. O erro da literatura infantil feita para crianças era considerá-las como a redução do adulto, não percebendo sua qualidade específica.

E a qualidade infantil seria a não obediência à lógica, que só com o passar dos anos iria se cristalizando nas distinções entre realidade e fantasia, num processo que, segundo o crítico, era tão desconhecido pela psicologia infantil quanto pelas próprias crianças. Tristão de Athayde argumenta que três pintores retratando a mesma paisagem iriam, provavelmente, representá-la de maneira bastante distinta, devido ao ponto de vista individual. No caso da criança, a coisa seria diversa, pois a “criança pouco se incomoda com a visão pessoal. Pouco liga à sua personalidade artística. Nunca se considera um artista. O que quer é exprimir, traça o que vê ou antes o que imagina”. Considerava-se que, em suas criações, a criança:

Não copia. Não imita nunca. Exprime com segurança a imagem que imagina. Mas sem a preocupação de imaginar e sim de reproduzir a realidade. E essa imagem é sempre uma recomposição de caráter próprio, que nós nos habituamos a olhar com desdém, mas que é para a criança a expressão exata do representado. A criança não se prende às linhas exatas do objeto, como o fará mais tarde, antes de chegar a compreender a palavra de Cocteau, de que “a fotografia libertou a pintura”. A sua preocupação é dar uma imagem completa do que pensa ser o objeto. E dos seus elementos salientes, essenciais.

Assim, era preciso reconhecer nas produções infantis o resultado “de uma concepção toda descontínua e sinóptica da realidade, que devemos estudar antes de procurar atingir o gosto e o interesse das crianças”. Tal originalidade infantil não seria debitária da personalidade, mas de algo mais “orgânico” que poderia ser apreciado segundo a faixa etária diversa, o “desenvolvimento relativo”, o que haveria de “irredutível na infância” e conformaria um “estilo infantil, variando de idade a idade, mas sempre, numa mesma idade, com uma média de afinidade e semelhança que mostra o que há de genérico e de específico no mundo das concepções e das expressões da infância e da primeira adolescência”. O crítico defende, então, a produção de obras de literatura infantil feita por crianças, mas não pelas crianças-prodígio, ou seja, por aquelas que nem pareciam ser infantis. Pelo contrário, o “que se deve procurar não é o que há de adulto, e portanto de falso, na criança, mas o que tiver de bem criança, portanto de espontâneo. A própria imitação do adulto, que é tão comum na criança, tem um caráter infantil inconfundível”⁴⁵. Dessa forma, a literatura infantil seria direcionada para as crianças, mas teria

⁴⁴ ATHAYDE, Tristão de. Literatura infantil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1926, p. 4.

⁴⁵ ATHAYDE, Tristão de. Literatura infantil II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 set. 1926, p. 4

um caráter professoral em relação aos adultos:

Só no dia em que houver boas histórias de crianças para crianças é que se poderá falar da existência de uma literatura infantil. As crianças são além disso os verdadeiros primitivos, sem artifício nem anacronismo, de nossa arte moderna e futura. Saibamos ver na infância uma lição⁴⁶.

Estas reflexões de Tristão de Athayde sobre a psicologia e o caráter das crianças, inspirada em vários estudiosos da época, revelam o interesse e a força que a metáfora infantil exercia em diversas esferas da cultura intelectual brasileira. O abandono da lógica ou a criação de uma lógica especial, de um raciocínio específico, de uma singularidade baseada antes na espontaneidade e no impulso do que na reflexão e no cálculo, o apagamento do passado, atributo da velhice, em nome de um rejuvenescimento segundo uma nova orientação na vida. Nascer de novo, novos caminhos, nova vida, nova era na vida, novo mundo.

Em uma de suas memórias, o crítico considerava que “um dos motivos de minha ‘conversão’ mais do que uma ‘reversão’ à vaga fé de minha infância e adolescência foi a aventura do futuro, o mistério do desconhecido e da possível imortalidade”⁴⁷. Essa evocação do “mistério”, que se tornou mesmo um mote de suas reflexões acerca da arte moderna brasileira, ia junto com as interpretações acerca da mocidade e de seu significado renovador:

Os homens cada vez mais vão perdendo a capacidade de espantar-se. Pois nascem cada vez mais velhos, à medida que tudo fazem por adorar a mocidade. É preciso amar a mocidade, mas não adorá-la, para conservar a mocidade. [...] Vivemos tanto, em tão pouco tempo, que já nada nos surpreende. E aqueles que tiveram a desgraça de não readquirir o senso do mistério, vão reduzindo a vida a um eterno sorriso de fatura, pois perderam de todo a surpresa de viver⁴⁸.

Ao analisar obras sobre o “batismo da América” visto como o período de colonização e, especialmente, segundo a atuação de nomes como o do dominicano Bartolomé de Las Casas e de outras forças catequizadoras, Tristão de Athayde destacava no trabalho de Juan Terán, *El nacimiento de la América española* (1927), a parte em que o autor falava do “nascimento da irreligiosidade da América”. Aí se destacaria os empecilhos à catequização oferecidos mais pelos conquistadores do que pelas próprias populações autóctones, consolidando-se na realidade colonial uma situação na qual:

As classes elevadas da sociedade dão a impressão de que os homens se mantêm estranhos a toda preocupação religiosa, reputando-a ‘assunto de mulheres’. No melhor dos casos lhe outorgam uma neutralidade benévola. Não são ateus, - pois sê-lo é de certo modo indício de meditação do problema religioso - senão indiferentes e epicuristas⁴⁹.

Na visão do crítico, tal quadro colonial era a descrição do meio brasileiro do século XX. Ele retoma, então, as passagens de um livro sobre o mesmo tema, apesar de não ter o mesmo rigor

⁴⁶ ATHAYDE, Tristão de. Literatura infantil II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 set. 1926, p. 4

⁴⁷ LIMA, Alceu Amoroso et al. *Alceu Amoroso Lima: Memórias Improvisadas*, p. 328.

⁴⁸ ATHAYDE, Tristão de. Hello, *O Jornal*. Rio de Janeiro, 25 nov. 1928, p. 4

⁴⁹ TERAN apud. ATHAYDE, Tristão. O Batismo da América, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1928, p. 4.

historiográfico, do escritor Marcel Brion, *Bartholomé de Las Casas* (1928), em que o autor francês traça o seguinte paralelo histórico, a partir do “idealismo” de Las Casas:

Na situação estranhamente mais complexa onde nos encontramos, talvez devêssemos, sob modalidades diferentes, retomar os grandes princípios de solução nos quais ele se inspirou, e reconhecer que o primeiro dever e o primeiro interesse das nações estão em fazer prevalecer as obrigações espirituais sobre os proveitos temporais imediatos⁵⁰.

Neste sentido, o crítico considera que “hoje em dia já estamos em condições de compreender a profunda verdade dessas palavras. Todo progresso, individual ou coletivo, deve ser uma volta ao batismo, ou pouco mais será do que vaidade e poeira”⁵¹. Assim, a nova infância reivindicaria um novo batismo que, na visão de Tristão de Athayde, era a única forma de se preservar a criança no adulto:

Sim a delícia da vida, apesar de tudo, é sempre a infância. E a infância vive em nós, por toda a vida. Não é só aos dez anos que temos dez anos. Em todas as idades podemos ter dez anos. Porque a infância continua a viver em nós. Não é o tempo que a consome. Somos nós, muitas vezes, somos nós quase sempre que a não sabemos conservar. E que matamos em nós a criança que vive na sombra. A criança que deixamos viver trancada em nós, entre as quatro paredes das coisas ásperas, das coisas tristes, das coisas frias, com que vamos murando lentamente a nossa infância, reclusa, sim, mas não perdida. O homem é uma criança que se ignora. E daí o que há de imenso nesse imenso paradoxo cristão de adorar na Criança a suprema verdade. Nós mesmos, inúteis pesquisadores de verdades parciais, capturadores de raios esquívos de beleza, que vivemos a destilar essências raras à procura de perfumes estranhos de outros ares ou então, pelo contrário, a mutilar dia a dia as asas que pedem espaço, e vento, e azul, - nós vemos quando muito na infância a beleza encontrada, ou a doçura perdida ou a saudade ou um consolo. Mas quando subimos, quando forçamos os círculos de limitação quando chegamos à plenitude cristã – que para tantos que não querem ver é uma restrição da realidade – sentimos como ainda é pouco o que sozinhos conseguíramos e que há na criança, na claridade infantil, qualquer coisa de mais alto que o simples encanto da graça e da beleza: o encanto da verdade⁵².

O mal sagrado

Enquanto exigia das obras modernistas o princípio de lucidez, Tristão de Athayde confessava a Jackson de Figueiredo a sedução pela loucura que lhe acometia, especialmente associada à ação e a possibilidade de se engajar na causa católica:

Ah! se eu pudesse partir para aventuras, se eu pudesse arrancar de mim essa casca abominável de bom senso que me asfixia, se eu pudesse lançar-me numa loucura intelectual, - eu juro que arrostaria a hipocrisia interior, me faria um católico militante, extremado, aventureiro, como você, e iria fundar, com você, um panfleto em que nós cortássemos as amarras com a terrível quietude do meio e partíssemos em guerra pela recatolicização (êta!) romântica destes brasis, e acabaríamos ambos na ponta de alguma faca de sicário, num festo que resgataria o terra-a-terra que nos agrilhoa. A sedução da loucura. Você não imagina como vivo seduzido pela

⁵⁰ Citado em francês. BRION apud. ATHAYDE, Tristão de. O Batismo da América, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1928, p. 4.

⁵¹ ATHAYDE, Tristão de. O Batismo da América, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1928, p. 4.

⁵² ATHAYDE, Tristão de. Poetas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1927, p. 4.

loucura!⁵³

O crítico sintetizou suas reflexões num artigo intitulado “O mal sagrado”, no qual partia da verificação sobre como desde sempre o “problema da loucura obceca os homens”. Haveria na loucura algo de “trágico” e “misterioso” que se consolidaria numa “perda de contato com a razão”, num “deslocamento do espírito que revolve tudo o que há de mais alto em nós, e cria uma nova vida e um novo mundo e uma nova forma de inteligência”⁵⁴.

Dessa forma, o louco não deveria ser visto como aquele que perdeu a razão, mas como aquele que inverteu a razão, a desarticulou, perdendo o “equilíbrio e o domínio de uma coisa, mas não essa própria coisa, de forma que a loucura é apenas uma forma nova de razão”. E, neste sentido, a psiquiatria oitocentista erraria ao procurar “localizar” a loucura e encontrar as “localizações cerebrais como que procurava o micróbio da loucura e seguramente a infecção local da loucura”. Tal “materialização” da psiquiatria:

[...] foi a pobreza de ponto de vista daqueles que julgavam ter de, uma vez por todas, banido o mistério que sempre cercou, em todos os tempos, o *mal sagrado*. Procurava-se, então, por todos os meios, desmoralizar o conceito de *alma*, já tão deturpado pelos próprios espiritualistas que de certo modo começaram a sua materialização, procurando o seu ponto de inserção no corpo!

Na visão do crítico, a “mitologia do cérebro” vinha substituir a “mitologia da alma”, algo, porém, que, desde a Grande Guerra, viria se modificando parcialmente:

Sim, a guerra veio mostrar patentemente, aos mandarins de laboratório, que tratam as coisas do espírito pelos mesmos processos que as coisas da matéria, veio mostrar-lhes como separar o mal da razão do mistério da vida era condenar-se ao erro sistemático, à impossibilidade de tocar a realidade viva que se procurava justamente atingir. A guerra mostrou que a loucura era uma função da vida e não da inércia. Que só era possível estudá-la em contato com o homem em sua atividade total e não como uma simples moléstia localizada.

Dentre os aspectos valorizados pelo crítico na “nova psiquiatria” estaria o “abate” das “barreiras que separavam o louco do sadio”, considerando os “dementes do ponto de vista dos sãos” ou, nas palavras do psiquiatra alemão Ernst Kretschmer, “em lugar de ver certos tipos de personalidade normal como formas abortadas de determinadas psicoses, considero, ao contrário, certas psicoses como caricaturas de tipos normais”⁵⁵. Assim, a personalidade ganharia proeminência, interessando antes o louco do que a loucura, num processo de “individualizar o que se mecanizara”. Tristão de Athayde lamentava, porém, que ainda não se tratava de “espiritualizar” a psiquiatria, uma vez que os psiquiatras modernos teriam “horror sagrado à alma”, porém, “chamam-na higienicamente, de ‘psique’, para tranquilizar os seus leitores”. De qualquer forma, o crítico avalia que:

[...] a psiquiatria moderna, embora continue fechada a toda mística que não seja o misticismo da natureza, embora continue, com toda a sua gravidade conselheiral, a

⁵³ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 203-204.

⁵⁴ ATHAYDE, Tristão de. *Mal Sagrado*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1927, p. 4.

⁵⁵ KRETSCHMER apud. ATHAYDE, Tristão de. *Mal Sagrado*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1927, p. 4.

chamar Santa Tereza de histérica e Pascal de degenerado, já deu um passo considerável no sentido de chegar a uma concepção mais inteligente, mais compreensiva e sobretudo mais real do mistério da loucura⁵⁶.

O que interessaria fundamentalmente ao crítico neste artigo, que acabou se desdobrando especialmente sobre as teorias de Kretschmer, era destacar o interesse pelas “formas crepusculares ou invertidas da razão” que guardariam em si o “*caminho da verdade*”:

Atingir o segredo da razão pela negação inicial das razões. Penetrar o mistério da *pessoa* pelo desmembramento inicial da personalidade. Chegar ao Real pela dissolução da realidade. Transpor as formas simplesmente naturais, pela deformação da natureza. Não será o meio de chegar à totalidade, à soma, talvez possível, das afirmações e negações?

“Tanto a loucura se ri da nossa razão. E das nossas razões”, esta era a conclusão do crítico em suas reflexões sobre o “mal sagrado”. Ao perceber na loucura uma “forma nova de razão” que contribuiria para a compreensão geral da “alma” humana, Tristão de Athayde visava erodir a centralidade de um “racionalismo materialista” que dominaria a ciência oitocentista.

A oposição absoluta entre lucidez e loucura era um meio de se chegar à crítica ao antagonismo entre ciência e religião. Conforme comunicou a Jackson de Figueiredo, era principalmente com a produção intelectual alemã que ele tinha contato com perspectivas que lhe permitiam construir tais argumentações espiritualistas e críticas à racionalidade moderna, em “misteriosos folhetos ou livros, que me vêm da Alemanha sobretudo, e onde eu sinto vacilar a razão, bruxulear essa luz divina, talvez por tocar a planos que excedam a nossa compreensão de filhos da terra”⁵⁷. De fato, seu desejo era conciliar as duas coisas: “Tenho uma imensa sedução pela ciência positiva, experimental. O meu gosto seria estudar, a *fundo*, por exemplo teologia e biologia. O cúmulo do abstrato e o cúmulo do concreto”⁵⁸.

O crítico, reiteradas vezes, assinalava algumas características na *atitude* científica que vinha se modificando durante o século XX, como a sua “modéstia” crescente, assim como a sua origem comum com a religião:

Sim, a ciência de hoje nas suas expressões superiores é modesta. Foi o século XIX que viu o apogeu do orgulho científico. A ciência vinha evoluindo lentamente, lentamente se despojando de suas relações com a religião, com a filosofia, e estreitando as suas relações com a Economia e hoje, nas sociedades que pretendem espelhar a futura ordem social, com a Política. A ciência nasceu da curiosidade. Nasceu do homem isolado em face da natureza. Nasceu como a religião da necessidade de explicar o mistério⁵⁹.

Tanto a ciência quanto a religião visariam estabelecer a “ordem” no mundo, apenas a primeira consolidaria tal ordem no interior da própria natureza, ao passo que a segunda procuraria razões de tal ordem numa “natureza superior”, em causas “extranaturais” e “sobrenaturais”. Mas o

⁵⁶ ATHAYDE, Tristão de. Mal Sagrado, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1927, p. 4.

⁵⁷ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 205.

⁵⁸ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 202.

⁵⁹ ATHAYDE, Tristão de. Homens de ciência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 mai. 1925, p 4.

vigor que a ciência gozara no ocidente, durante o século XIX, não deixava ele próprio de ter uma relação com a religião e, mais especificamente, com o monoteísmo:

E os homens encontraram novas razões de crer e de crer num Deus único. A revelação monoteísta não seria também um pouco o produto da Ciência? Seria apenas o deserto, a desolação do deserto que trouxe os homens do Ocidente a revelação do Deus Único? Ou também a simplificação, a ordem, a harmonia imensa da natureza que a ciência desvendava? A ciência mostrava que a variedade era apenas uma aparência, que a essência das coisas era a unidade que prevalecia, e aos poucos o politeísmo, - filho da variedade, que dava a cada fenômeno uma existência isolada, e portanto um deus próprio – ia cedendo o passo ao monoteísmo, expressão da simplicidade interior das leis eternas, que a ciência ia revelando aos homens. Era em nome da ciência que Sócrates combatia o politeísmo e foi inspirado na ignorância que o assassinaram. A ciência dos árabes atingiu na antiguidade a um renome supremo e foram eles também que nos revelaram afinal o monoteísmo. A bacia do Mediterrâneo onde nasceu a concepção do Deus único foi também onde nasceu a Ciência. A Índia, ao contrário, onde a ciência nunca atingiu a uma grande superioridade, ficou sempre, a despeito de sua sabedoria mística, na multiplicidade teísta. E modernamente, nos países em que a Ciência mais se desenvolveu, isto é, nos países anglo-saxônios, foi que a concepção unitária de Deus chegou ao seu extremo⁶⁰.

Não se deveria, porém, atribuir uma causa única ao fenômeno monoteísta e tais reflexões, na verdade, serviriam para se perceber como a ciência, que muitos reduziram à pura técnica, “veio evoluindo com o homem, naquilo que há de mais supremo nele: a indagação das verdades eternas e supremas”. E, nesse processo, a ciência foi assumindo um aspecto religioso e os cientistas começaram a se assemelhar a sacerdotes, uma vez que “os iniciados vivem segregados dos demais homens, para os quais representam o papel de semideuses ou de charlatães”. Desde que as teorias “heliocêntricas” passaram a ter proeminência no pensamento moderno, tal afastamento entre ciência e religião aumentaria constantemente. Haveria aí a emergência de um “orgulho da ciência”, uma destruição de ídolos passados que tivera o auge no racionalismo iluminista, emancipando a ciência que passaria a associar-se ao dinheiro:

Desdenhando da alma foi atirar-se à matéria. Daí o industrialismo do século XIX. Foi a aliança da ciência com as potências materialistas, da riqueza, da utilidade, do conforto, do luxo, que produziu a grande indústria que hoje constitui o problema mais grave do mundo contemporâneo.

Tais reflexões, feitas em 1925, revelam as mudanças e permanências que posteriormente se passaram na atitude do crítico frente ao fenômeno religioso. Se a submissão da religião a causas estranhas à própria revelação divina perde espaço em suas preocupações espirituais, a crítica ao materialismo e dogmatismo científicos tornou-se cada vez mais presente nos seus escritos.

Um dos primeiros debates em que o crítico se envolveu contrapondo uma concepção “espiritualista” a uma perspectiva “materialista” da ciência foi por ocasião do livro de Alfredo Ellis Filho, *Raça de Gigantes* (1926), lançado pela editora Helios na coleção “Novíssima” “destinada a fixar o atual momento literário modernista”. Na reflexão de Tristão de Athayde,

⁶⁰ ATHAYDE, Tristão de. Homens de ciência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 mai. 1925, p 4.

“as ‘luzes’ do século XVIII desabrocharam plenamente no materialismo histórico. E a civilização passou a ser um resultado de índices mecânicos e impessoais”⁶¹. Tal perspectiva ressoaria no determinismo racial de Ellis Jr que, além de partidário extremado da eugenia, defenderia uma superioridade racial paulista que, além de falsa, seria bairrista:

Em sua opinião, São Paulo é uma terra de virtudes em meio de um pântano de misérias. Ora, isso é a mais rematada injustiça, como o é afirmação exclusivista da obra épica dos bandeirantes, com omissão de outros elementos brasileiros que até hoje têm contribuído, com São Paulo, para conservar de pé este colosso – desde as populações guerreiras do sul, que nos têm valido contra o estrangeiro, às populações vigorosas do Ceará, que conquistaram o Amazonas, e à ação cultural das populações citadinas do centro ou moral das populações mineiras. Só mesmo a obsessão da civilização quantitativa poderia levar o sr Ellis a empanar a obra única de São Paulo com a inveracidade dos insultos ao “resto” dos brasileiros e a vaidade ingênua de bairrismo de botequim.

O livro ainda é considerado como mal escrito, sem originalidade e profundidade, marcado por uma “leitura antiquada e uma mentalidade estreita”. Voltando ao tema posteriormente, o crítico reiterava suas ideias contrárias a qualquer determinismo racial, geográfico, histórico ou outro:

Tratando há dias, por dever de ofício, de um livro do senhor A E F, sustentei a seguinte tese: que na formação das nacionalidades não agem apenas fatores materiais e objetivos, mas igualmente fatores espirituais e subjetivos; que o naturalismo do século passado, continuando hoje em dia por uma ciência acanhada e unilateral, não conseguia explicar a complexidade do desenvolvimento histórico; que o autor do livrinho, aluno aplicado dessa corrente de ideias, tinha por esse motivo, desdenhando elementos capitais de nossa formação nacional; que um desses elementos fora justamente o Jesuíta, de importância considerável na formação paulista etc.⁶².

Alguns anos depois, Tristão de Athayde envolveu-se em outra polêmica, dessa vez acionando explicitamente a relação entre ciência e religião. No caso, tratou-se do artigo “A ciência é livre” do jurista e professor *honoris causa* da Universidade do Rio de Janeiro, Pontes de Miranda. Miranda argumentava contrariamente às propostas legislativas que apareceram logo após a vinda do geógrafo inglês Percy Fawcett, que buscava a lendária Atlântida nas paragens do Mato Grosso, e visavam criar regulamentos “que condicionem a exploração científica de tudo quanto se encontra” no Brasil. O jurista alagoano afirmava que “Ciência intolerante não é ciência”, que a “Civilização deve à Ciência um regime de incondicionada liberdade” e, portanto, exclamava “Nada de Regulamentos!”⁶³ Segundo sua reflexão feita em tom de alerta não se podia ter ilusões nesse campo, “virá uma lei *científico-política* e, mais tarde, uma lei *científico-religiosa*”. E, assim como se proibiria novas incursões como as de Fawcett, posteriormente, por critérios religiosos, seria o caso de se interditar conferências como a do etnólogo francês Paul Rivet que estava no país à época e que tinha reflexões específicas sobre a “origem do homem”. Dessa forma, Miranda era taxativo: “Evitemos regulamentos,

⁶¹ ATHAYDE, Tristão de. Piratininga, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1926, p. 4.

⁶² ATHAYDE, Tristão de. Tréplica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1926, p. 4.

⁶³ MIRANDA, Pontes de. A ciência é livre, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1928, p. 20.

máxime num país em que o *mesmo* indivíduo aplaude ao sábio Rivet, às 5 horas, e se diz católico ao jantar. A *Ciência é livre*. Ninguém no Mundo pode julgar-se com autoridade para proibir qualquer coisa em matéria de investigação”⁶⁴.

O crítico comentava que ele próprio seria um desses que aplaudiria Rivet durante o dia e, no jantar, dizia-se católico. Lembra que a incompatibilidade entre ciência e religião é um fenômeno que ganhara força na modernidade e, especialmente, a partir do positivismo e do evolucionismo que fizeram da religião uma “atividade puramente histórica e cronológica”, uma “fase primitiva do espírito” e a ciência é que assumiria doravante o papel de “intérprete dos segredos do universo”, ao passo que a religião seria a “metafísica do povo”, conforme avaliação do filósofo alemão Arthur Schopenhauer, ou o “consolo dos ignorantes”, segundo o francês Ernst Renan⁶⁵. O século XX, porém, abrigaria cientistas que procurariam conciliar a fé religiosa com o saber científico, como esclarecia o francês Joseph Grasset, professor de medicina da Universidade de Montpellier, no livro *Limites de la biologie* (1902): “Eu sempre quero apenas uma coisa: mostrar que fora dos domínios dos estudos biológicos, há um outro domínio dedicado aos estudos teológicos e religiosos, como há um outro domínio dedicado aos estudos psicológicos e outro dedicado aos estudos metafísicos”⁶⁶.

Segundo Tristão de Athayde, tal solução seria ainda insuficiente e lembrava, então, o trabalho *Science et religion*, do filósofo Émile Boutroux, que tivera um papel fundamental na crítica ao positivismo no cenário francês da Terceira República⁶⁷, destacando uma passagem:

A vida humana, portanto, por um lado, por suas ambições ideais participa naturalmente da religião. Como é claro que, por outro lado, por sua relação com a natureza, ela participa da ciência porque é à ciência que ela solicita os meios de atingir os seus fins – parece justo ver na vida o traço de união da ciência com a religião⁶⁸.

Tal concepção seria mais condizente com a vida humana em sua totalidade, reunindo “todas as modalidades do nosso espírito”. Assim, a “vida” habilitaria a conciliação entre religião e ciência, arte e técnica, contemplação e realização, de forma que “a vida é tudo o que conceitualiza as disseminações confusas do instinto e tudo o que reumaniza as estruturas rígidas da razão”⁶⁹. As concepções de Boutroux, porém, ainda não contemplariam as expectativas do crítico, uma vez que o filósofo francês:

[...] considerava a religião um sentimento puro e não como conhecimento. E, portanto, se a solução nos satisfaz quanto ao “funcionamento”, por assim dizer, de nosso espírito, não nos satisfaz quanto aos fundamentos dele. Poderá satisfazer

⁶⁴ MIRANDA, Pontes de. A ciência é livre, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1928, p. 20.

⁶⁵ ATHAYDE, Tristão de. Religião e Ciência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set.1928, p. 4.

⁶⁶ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Religião e Ciência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set.1928, p. 4.

⁶⁷ Cf. REVILL, Joel. Emile Boutroux, redefining science and faith in the third Republic, *Modern intellectual history*, 6, 3, pp. 485-512, 2009.

⁶⁸ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. Religião e Ciência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set.1928, p. 4.

⁶⁹ ATHAYDE, Tristão de. Religião e Ciência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set.1928, p. 4.

aqueles para quem a religião é apenas o que ele acreditava que ela fosse, - uma síntese afetiva ou uma aspiração ideal ou senso da totalização. Para nós, porém, que sofreremos, até o fundo da alma, todo o arraso das negações mais absolutas, a religião não pode ser apenas um porto de refúgio nem um sentimentalismo devoto. Há de ser pesquisa da Verdade ou não será coisa alguma⁷⁰.

A religião, assim, deveria abarcar a ciência, a verdadeira religião seria uma “ciência integral”, uma vez que a “ciência humana não esgota a ciência”, que “a verdade transcende a certeza”.

Boutroux, pelo contrário, distinguia bem os âmbitos de cada uma:

A religião têm um outro objeto que a ciência; ela não é, ela não é mais para nós, em nenhum grau, a explicação dos fenômenos. Ela não pode se sentir tocada pelas descobertas da ciência relativas à natureza e à origem objetiva das coisas. Os fenômenos, aos olhos da religião, valem por sua significação moral, pelos sentimentos que eles sugerem, pela vida interior que eles exprimem e que eles suscitam: ora nenhuma explicação científica pode lhe retirar essa característica.

Apesar de não haver uma subordinação na relação entre ciência e religião, o fato é que segundo o filósofo francês, à religião caberia o sentimento ao passo que a inteligência seria apanágio da ciência. Não obstante o positivismo encontrar aí uma crítica certa aos seus princípios hierárquicos e evolucionistas, o espírito permaneceria dividido e era isso que não se poderia aceitar. A partir das reflexões do químico e filósofo da ciência Émile Meyerson, que encontraria “na natureza um ‘irracional’ irredutível⁷¹ que limita sempre o poder da ciência e justifica sempre o poder da religião”⁷², o crítico reconhece outro tipo de habilitação da religião no cenário científico, conforme defendido na obra *De l'explication dans les sciences* (1921):

O irracional assemelha-se, portanto, em alguns aspectos, aquilo que, segundo Renouvier, constituiria um ato de livre arbítrio... O que é (irracional) e por consequência inexplicável por essência pela via causal poderá sempre ser concebido como sendo de instituição divina, tal instituição, bem entendido, visaria a um objetivo⁷³.

A partir das críticas de Meyerson, o saber científico deveria reconhecer suas limitações e restrições epistemologicamente atestadas, conforme descrito em *Identité et Réalité* (1907):

Supor a existência de fenômenos livres, inteiramente alheios à dominação da lei e a nossa previsão, não é nada atentatório aos princípios da ciência. Nem é ademais contrário as suas conclusões, porque o determinismo sendo um postulado fundamental da ciência, esta limitando antecipadamente sua atividade ao que é suscetível de ser previsto, é certo que, quaisquer que sejam os resultados aos quais se chegue, eles não poderiam nos ensinar sobre o que, por convenção predefinida, ficou fora do domínio das pesquisas⁷⁴.

A partir dos autores que fariam a crítica da ciência, Tristão de Athayde apropriava-se dos pontos que lhe permitiriam incluir a perspectiva religiosa no plano geral dos saberes legítimos, por assim dizer, retirando o caráter meramente sentimental da religião, ao mesmo tempo que

⁷⁰ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Religião e Ciência*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set.1928, p. 4.

⁷¹ Especificamente sobre esse tema, ver: BIAGIOLI, Mario, Meyerson: science and the “irrational”, *Studies in History and Philosophy of science*, vol. 19, nº 1, pp. 5-42, 1988.

⁷² ATHAYDE, Tristão de. *Religião e Ciência*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set.1928, p. 4.

⁷³ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Religião e Ciência*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set.1928, p. 4.

⁷⁴ Citado em francês. Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Religião e Ciência*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set.1928, p. 4.

destacava os aspectos irracionais do saber científico. É a partir da obra do filósofo Max Scheler que o crítico procurava dar mais um passo para a “solução do problema”. Scheler teria a “ousadia” de conceder “à religião um valor de conhecimento cuja certeza não era inferior à da ciência”. Segundo o filósofo alemão⁷⁵:

A doutrina positivista dos três estados seja na forma que lhe deram Comte, Mill e Spencer, seja na Alemanha, Mach e Avenarius, é fundamentalmente errada. O pensamento e conhecimento metafísico, e o pensamento e conhecimento positivo, não são fases históricas da evolução do conhecimento, e sim formas de saber e atitudes de espírito essenciais, permanentes e nascidas propriamente com a essência do espírito humano. Nenhuma delas pode substituir ou representar as outras... São três motivos inteiramente diversos, três grupos de atos do espírito cognoscitivo inteiramente diversos, três diversos tipos de personalidade e três grupos sociais diversos, sobre os quais repousam a religião, a metafísica e a ciência positiva... O objetivo de toda religião é a salvação da pessoa e do grupo, o objetivo da metafísica é o mais alto desenvolvimento individual pela sabedoria e o objetivo da ciência positiva é uma imagem do mundo em símbolos matemáticos⁷⁶.

Segundo o crítico, Scheler, em “grande estilo metafísico”, estabeleceria que o homem não passou por uma evolução do estado religioso ao científico, mas que conviveriam nele estes três estados, religioso, metafísico e científico, “conforme dirigisse o seu pensamento a Deus, à sabedoria ou às leis da realidade física”. Assim, o filósofo alemão teria dado um “golpe de morte” naqueles que “ainda julgam a religião incompatível com a ciência”. Aos determinismos científicos, Scheler teria oposto uma visão “complexa e objetiva da alma humana e dos valores eternos da realidade natural e sobrenatural”⁷⁷.

A abordagem de Scheler acerca das relações entre religião e ciência não era, porém, a solução esperada pelo crítico. Ainda se mantinham as divisões, o conhecimento religioso seria “puramente subjetivista” e, ao esquema dogmático de sucessão evolutiva entre os estados humanos, o filósofo alemão teria proposto uma “horizontalidade”. Dessa forma, a “dissociação do pensamento” era mantida no esquema “trifásico” de Max Scheler:

A solução que, a meu ver coloca o problema em seus fundamentos inabaláveis e impessoais, é a que nos fornece a filosofia do ser, que longe de dar ao pensamento uma constituição trifásica, conserva-lhe a estrutura monofásica, se é possível dizer, sem lhe tirar nada da sua flexibilidade e da sua mobilidade natural. O senso comum só nos revela, como síntese final de nossas diversidades, uma fonte única de conhecimento. E é sobre essa continuidade de conhecimento que se desdobra toda a multiplicidade do ser.

A “solução” para o problema da contradição entre ciência e religião seria obtida através da atualização do pensamento de São Tomás de Aquino, ou seja, de um neo-tomismo aplicado às realidades modernas. Segundo tal raciocínio, o conhecimento nunca se “afastaria da realidade”:

E partindo da ciência do concreto vai subindo lentamente às ciências do abstrato até passar à ciência das coisas divinas. Não há solução de continuidade. Da mesma

⁷⁵ A obra citada é “Schriften zur Soziologie und Weltanschauungslehre” (literalmente, “Escritos sobre sociologia e doutrina filosófica”) lançada em 1923.

⁷⁶ SCHELER apud. ATHAYDE, Tristão de. *Religião e Ciência*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set. 1928, p. 4.

⁷⁷ ATHAYDE, Tristão de. *Religião e Ciência*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set. 1928, p. 4.

forma que o mundo do ser constitui uma unidade fundamental, desde a matéria até Deus, - o mundo do nosso conhecimento, ligado essencialmente ao mundo das coisas exteriores a ele, não perde nunca também o contato essencial com as realidades crescentemente desmaterializadas. De modo que o nosso conhecimento passa sem interrupção do natural ao sobrenatural, articulando-se a fé no próprio tronco da ciência para aguardar a graça. Nenhuma das duas invade o domínio da outra. Cada uma conserva o seu objeto e os seus métodos próprios, mas sem nunca perderem a sua unidade essencial. O domínio da ciência humana é a ordem das coisas criadas e o domínio da ciência divina ou da fé, é a ordem das coisas reveladas. E o terreno de transição entre as duas está justamente no desdobramento da teologia em conhecimento de Deus em nós e conhecimento de Deus na revelação [...] ⁷⁸.

A religião, assim, deveria ser vista como parte do conhecimento científico sem, porém, lhe tirar a autonomia e finalidade específica:

O homem de ciência, portanto, deve trabalhar guiado exclusivamente pela sua razão. E a sua religião não será apenas uma derivação para a sentimentalidade e sim a luminosidade especial da mesma inteligência pura que dedicara às coisas da natureza ou do espírito. A religião completará a ciência. Ou melhor, será como já disse, a ciência integral.

Toda essa argumentação teórica precisava, porém, ter a sua comprovação quando autores como Pontes de Miranda colocavam em questão a possibilidade de se conciliar descobertas e interpretações científicas com as narrativas, posições e dogmas comumente associados à Igreja e às histórias bíblicas. Nesse sentido, o crítico reiterava que uma “uma religião sem ciência é um simples devaneio da imaginação, uma ciência sem religião é uma mutilação do espírito”. E o tema mais espinhoso era o que dizia respeito à origem do homem. Como apontava Tristão de Athayde: “Um desses dogmas que constitui correntemente um dos cavalos de batalha contra a Igreja é o cap. I do Gênese. Principalmente depois do processo Scopes”. Trata-se do caso do norte-americano John Thomas Scopes, professor do ensino médio no Estado do Tennessee e que foi processado por violar uma lei promulgada à época que proibia o ensino das teorias evolucionistas. Toda a situação gerou grande repercussão internacional. O ex-primeiro ministro e parlamentar inglês David Lloyd George teve um de seus artigos sobre o tema publicado em *O Jornal* no qual fazia uma comparação entre a Inglaterra e os Estados Unidos a respeito do ensino. Basicamente, o político britânico dizia que tal debate, que teria sido uma fogueira que queimara por três gerações, estaria já reduzido às cinzas na Inglaterra, mas tais chamas poderiam “irromper de novo da cratera e, mais uma vez, iluminar os céus com as suas labaredas” ⁷⁹. A solução britânica teria se encaminhado por um argumento “ético”, qual seja, se as ideias de uma seita deveriam ou não serem ministradas em escolas do Estado. Com o passar do tempo, os ingleses teriam visto que era possível fazer a religião conviver com a ciência, através de “métodos científicos de estudos da religião”. Apesar de nomes, como o político Neville Chamberlain, que defendiam o banimento do ensino religioso, Lloyd George

⁷⁸ ATHAYDE, Tristão de. *Religião e Ciência*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set.1928, p. 4.

⁷⁹ LLOYD GEORGE, David. *Darwin versus Moisés*. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1925, p. 1.

argumentava que essa não era a melhor solução, pois a educação religiosa seria indispensável, especialmente o ensino da Bíblia, tanto pela “educação moral” e “disciplina espiritual”, quanto para melhorar “a base do gosto literário”. Assim, os ingleses acreditavam que os dois pontos de vista, o religioso e o evolucionista, poderiam ser ministrados:

Esta atitude liberal e, cumpre dizer, digna também, é o resultado de um século de luta entre o pedagogo leigo e o educador religioso. Ela torna-nos difícil compreender como um país pode ser obrigado a escolher entre Darwin e o Antigo Testamento, ou, como já o escreveu alguém, entre os macacos e os anjos⁸⁰.

O próprio Scopes teve um artigo publicado no *O Jornal* no qual o professor defendia o ensino do evolucionismo, lembrava sua educação na Inglaterra, afirmava o seu caráter liberal, tanto em política quanto em religião, considerava a lei como inconstitucional e previa que a grande discussão gerada será o grande aprendizado em todo esse processo⁸¹.

Segundo Tristão de Athayde, a lei do Tennessee era um exemplo do “fundamentalismo norte-americano” associado ao protestantismo e que não deveria ser confundido com o catolicismo. Esse último não seria adepto do “literalismo bíblico” e isso deveria ser mais divulgado, a fim de evitar confusões a respeito. Conforme exposição do crítico:

O que a ciência divina, isto é, a Fé nos ensina é que Deus criou o mundo e a alma espiritual do homem. Agora, se o seu corpo é fruto de uma criação especial ou de uma evolução através de raças antropoides, como se inclina a crer a ciência moderna, inclusive numerosos antropologistas católicos – é um problema aberto. A Igreja aguarda apenas o resultado do debate entre criacionistas e transformistas. Não tem interesse algum na vitória de qualquer dos campos ou de outros sistemas que venham a surgir. A verdade não poderá nunca contradizer a verdade. A verdadeira exegese dos textos bíblicos tem sempre acentuado o erro das interpretações literais que levam aos absurdos do fundamentalismo e das objeções pueris de todo o dia⁸².

Elenca-se, então, teólogos contemporâneos, como o belga Gustave Joseph Waffelaert que, especificamente, dizia que o “autor do Gênesis” buscava ensinar sobre a fé e o culto a Deus, não pretendendo fornecer “nenhuma explicação científica”. Da mesma maneira, o teólogo recriminaria crentes que viam nas Escrituras um objeto de oposição às descobertas da ciência. Também o Cardeal inglês John Henry Newman, no século XIX, dizia que a Bíblia falava em criação do homem como ser racional e corpóreo, mas que era feito da mesma matéria dos outros animais e, portanto, semelhante a eles. Neste sentido, o crítico lembra que “anatomicamente o homem é um quase-macaco; psicologicamente é que há umas variaçõezinhas a mais...”. Ademais, a interpretação não literal da bíblia já seria algo presente em São Tomás de Aquino:

Quanto à origem do mundo há uma verdade que pertence à própria substância da fé: é que o mundo deve o seu início a Deus pela criação. Todos os padres da Igreja são unânimes nesse ponto. O modo, porém, e a ordem da produção do mundo só pertencem à fé por contingência, já que essa produção é descrita na Escritura, mas os padres, interpretando de modo diverso a verdade desta narrativa, têm exprimido

⁸⁰ LLOYD GEORGE, David. Darwin versus Moisés. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1925, p. 1.

⁸¹ Cf. SCOPES, John Thomas. A humanidade é filha do macaco? *O Jornal*, 8 de agosto, 1925, p. 1.

⁸² ATHAYDE, Tristão de. Religião e Ciência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 set.1928, p. 4.

opiniões divergentes⁸³.

Na visão do crítico, o tomismo deveria defender que as opiniões dos especialistas fossem respeitadas e aceitas naquilo que tivessem de esclarecedora, inclusive devido a um princípio escolástico segundo o qual recomendava-se “evitar todos os mistérios que não fossem inevitáveis”. Assim, o relativismo em matéria de ciência era uma lição religiosa, ao passo que os dogmatismos científicos também estariam à beira da falésia. Tristão de Athayde mobiliza, então, cientistas que combateriam as teorias evolucionistas em função de outros princípios e perspectivas explicativas. Lembra o trabalho do biólogo e filósofo John von Uexküll, cuja obra teve relativa repercussão nos meios intelectuais alemães dos anos 1920⁸⁴, em que se faziam as seguintes considerações em torno de uma “concepção biológica do mundo”:

Estamos em vésperas de uma bancarrota científica cujas consequências ainda são incalculáveis. Haverá que apagar o darwinismo da série de teorias científicas. Certamente que para o grande público os dogmas dessa doutrina convertida em uma espécie de religião, ainda será moeda corrente durante anos. Mas os biólogos experimentais se afastam silenciosamente dela, um atrás do outro, e brevemente os acompanharão os biólogos descritivos... A nova biologia volta a acentuar principalmente que todo organismo é uma produção cujas diversas partes se acham reunidas segundo um plano permanente e que não representa um montão informe e fermentante de elementos que só obedeçam as leis físicas e química⁸⁵.

Tal opinião, porém, não era compartilhada pelo biólogo e geneticista inglês Lord Haldane, conforme citado por Tristão de Athayde:

Nenhum fato, definitivamente irreconciliável com o darwinismo foi descoberto nos sessenta anos e mais que já decorreram desde que Darwin formulou as suas vistas. Um tal fato seria, por exemplo, a convergência, o decurso das eras geológicas, de membros de dois ou mais grupos para formarem uma espécie única⁸⁶.

Ao elencar várias posições expressamente contraditórias acerca do mesmo tema, mas defendidas por cientistas reconhecidos, o crítico pretendia afirmar a relatividade da ciência que, portanto, não poderia ocupar o lugar da religião:

Mas, sejam quais forem os preconceitos de parte a parte, seja qual for o ceticismo atual da ciência, ou o seu possível neo-dogmatismo futuro, não tenho a mínima dúvida de que o abismo que se pretende cavar entre a Igreja e a Ciência só existe no sectarismo dos espíritos estreitos.

Ciência e religião seriam, porém, pacientes, porque eternas, e com o tempo encontrariam seu caminho conjunto, uma vez que a “plenitude virá quando se reconhecer que a ciência exige a metafísica, como o empirismo exige a ciência”.

A articulação entre ciência e religião caracteriza esse catolicismo na República depurado de tudo aquilo que parecia comumente associado às crenças religiosas e que, agora, torna-se simplório, errôneo e insuficiente. Como Sérgio Buarque de Holanda percebera ao

⁸³ Cf. ATHAYDE, Tristão de. *Religião e Ciência*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 set.1928, p. 4.

⁸⁴ Cf. MALPAS, Jeff. *Geografia, biologia e política: Heidegger sobre lugar e mundo*, *Natureza Humana*, 11 (1): 171-200, jan-jun, 2009.

⁸⁵ UEXKÜLL apud. ATHAYDE, Tristão de. *Religião e Ciência*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 set.1928, p. 4.

⁸⁶ ATHAYDE, Tristão de. *Religião e Ciência*, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 set.1928, p. 4.

analisar o lançamento da primeira reunião dos artigos de Tristão de Athayde:

Estamos, pois, diante desse fenômeno bem característico deste tempo: um tradicionalismo que intimamente descrê das tradições, um dogmatismo que no fundo é um ceticismo e, por mais absurdo que pareça, um racionalismo que quer ser *ao mesmo tempo* um misticismo⁸⁷.

Trata-se, porém, de se conceder uma “atualização” intelectual ao catolicismo que permitirá situá-lo, ao menos no plano teórico, como uma espécie de rival à altura das outras visões de mundo totalizantes que competiam no cenário político e cultural. Na verdade, cada uma dessas perspectivas teria o seu aspecto “místico”, um lado irracional e misterioso de sua razão iluminada, o que faria com que elas fossem também, em alguma medida, religiões:

É curioso o homem dos nossos dias! Quanto mais se insurge contra a Religião, mais se multiplica em religiões. O socialismo de hoje é uma religião... antirreligiosa. O esporte é outra. O ensino é uma terceira e talvez de todas a mais universal. E as panaceias educativas nos chegam impregnadas de religiosidade, uma religiosidade toda leiga, pragmática, estatista e moralista⁸⁸.

Francisco e Tomás

Dois aspectos se destacam no processo de conversão religiosa de Tristão de Athayde. Dois domínios conectados entre si, mas que podem ser vistos de maneira separada. O primeiro diz respeito à questão social, ao problema político e econômico de um mundo que parecia dividido entre o capitalismo simbolizado pela civilização norte-americana e o comunismo representado pela vitória da Revolução Russa. O segundo domínio diz respeito às consequências intelectuais que sua conversão acarretaria. Como ele falava a Jackson de Figueiredo, já às vésperas de sua comunhão: “Vou deixar de ser o homem imparcial, cujo juízo era respeitado *porque não se misturava*. Agora vou ser forçado a misturar-me”⁸⁹.

O crítico dedicou alguns artigos à figura de São Francisco de Assis e em uma série intitulada “bibliografia franciscana”⁹⁰ chegou a abordar quatorze obras publicadas em diferentes línguas sobre o tema. Dentre estes textos franciscanos, por assim dizer, destaca-se um que foi lançado em 1928, quando ele sintetizou as ideias que vinha associando à trajetória do santo que vivera a passagem do século XII para o XIII. O contexto de Francisco de Assis seria marcado, por um lado, pela decadência de uma Igreja que estaria:

[...] endurecida pelo tempo, crivada de abusos, abalada em seu privilégio, tolhida de formalismos, gasta, envelhecida, sem uma doutrina segura para se opor às heresias, sem uma moralidade inatacável para se apresentar como exemplo, sem mocidade para se adaptar ao movimento do século⁹¹.

⁸⁷ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Tristão de Athayde, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1928, p. 7.

⁸⁸ ATHAYDE, Tristão. La nouvelle idole, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 ago. 1928, p. 4.

⁸⁹ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II. Rio de Janeiro: ABL, 1992, p. 116.

⁹⁰ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia franciscana I. *O Jornal*. 4 out. 1926, p. 4; Bibliografia franciscana II, *O Jornal*, 10 out. 1926, p. 4.

⁹¹ ATHAYDE, Tristão de. S Francisco de Assis. *Estudos*. Segunda Série. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1928, p. 363.

Por outro lado, assistia-se a emergência de um “espírito anárquico por reformas”, em que se denunciavam os abusos do clero, reivindicava-se a libertação do pensamento frente à tradição, de forma que se disseminava uma “ebulição de tendências desordenadas, de individualismos contraditórios, de livre interpretação dos Evangelhos, de doutrinas extravagantes ou repugnantes, de ambições de poder ou de revoltas fundadas e justas contra os males do tempo e a insuficiência de Roma”⁹². O nome de Francisco de Assis é visto, assim, como aquele que:

No meio de uma era complicada, racionadora, cheia de hierarquias e preconceitos, veio mostrar contra a complicação, a originalidade das coisas simples; contra os raciocínios intermináveis, a eloquência das resoluções intuitivas; contra as rígidas hierarquias, a justiça da igualdade do bem e na pureza d’alma; contra os preconceitos, a coragem de agir desassombadamente, por uma causa mais alta que os mesquinhos interesses da terra⁹³.

O santo, porém, não vinha da universidade, não era um teólogo, de modo que o “ideal de absoluta pobreza foi sempre o coração da vida franciscana”⁹⁴.

Por várias vezes, Tristão de Athayde confessava a Jackson de Figueiredo a incompatibilidade em ser rico industrial e católico:

Não compreendo como se possa, *moralmente*, ser rico de bens materiais (como sou, não há que fugir) e ao mesmo tempo ser um soldado de Cristo, seguir a lei de Cristo. Considero *insolúvel* a questão, a não ser por um *sofisma pragmatista*. Será mais útil à Igreja que eu *não* dê os meus bens aos pobres e vá servi-la como São Francisco, já que não tenho nem a santidade nem o gênio de São Francisco ou mesmo de um simples frade franciscano, ou outro qualquer que tem a coragem de largar *tudo* para seguir o apelo de Deus. Já que eu sou um homem medíocre, solicitado pelas coisas do mundo e incapaz de viver contra as coisas do mundo, isolado delas, renunciando a elas, devo ou deverei continuar a carregar a *cruz da minha riqueza*. Em público seria ridículo dizer isso. Em um confessionário seria vaidoso. Mas aqui, entre nós, sem nada que nos ouça, e ninguém senão Deus, eu posso dizer: eu carrego a riqueza, o bem estar, o luxo que me cerca, a minha casa, tudo o que não é essencial à vida, *como uma cruz*. Juro a você, por minhas filhas, que isso é a expressão da verdade⁹⁵.

O papel central que o crítico atribuía à questão social fazia com que ele, por várias vezes, visse no comunismo uma possível solução para a sua angústia:

Diante de todo esse espetáculo de uma economia capitalista e de uma sociedade cristã incapazes de salvar da miséria os homens do trabalho, - sinto despertar o velho instinto revolucionário. Sedução pelo comunismo, que ao menos *organiza* a economia pública, se por outro lado é intolerável como tirania privada. Mas convicção absoluta de que é pura *sedução* e que as mesmas dificuldades que sinto na *ação* católica apareceriam decuplicadas na ação comunista. (Há momentos em que eu vejo o comunismo no mundo de hoje não como o instinto revolucionário de 1789, mas como o cristianismo nos últimos séculos de Roma. Veja como é sensível a semelhança. De um lado uma sociedade gasta de vícios, velha de tradições gloriosas mas não mais à altura delas, cristalizada em classes egoístas, adorando toda espécie de deuses e de modas intelectuais, morrendo de decadência e exaustão, - de outro lado, os homens que trabalham para sustentar essa sociedade moribunda, como

⁹² ATHAYDE, Tristão de. S Francisco de Assis. *Estudos II*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1928, p. 364.

⁹³ ATHAYDE, Tristão de. S Francisco de Assis. *Estudos II*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1928, p. 368.

⁹⁴ ATHAYDE, Tristão de. S Francisco de Assis. *Estudos II*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1928, p. 353.

⁹⁵ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 99.

os antigos cristãos, roendo surdamente toda a estrutura social⁹⁶.

Tais palavras foram escritas um mês antes de sua comunhão. Frente a uma realidade na qual “humildes”, “maltrapilhos” e “crianças” morriam numa “proporção infinitamente maior que a burguesia”, o crítico considerava que “só sendo santo, é possível ser católico sem ser desgraçado hoje. Um santo ou um revolucionário, - são os únicos homens justos de consciência e dignos de respeito nos dias de hoje”. E ele, sendo um “senhor de escravos-operários em 1928, como o negreiro de 1828, senhor de escravos-agrícolas” acabava por ter “ímpetos de suicídio”⁹⁷. Jackson de Figueiredo, por várias vezes, esforçara-se para expor ao seu interlocutor que “Jesus Cristo, porém, só tem louvor para quem se faz pobre, humilde *de espírito*, e di-lo, sem vacilação: *haverá sempre* pobres e ricos. Logo... não há discutir esta questão. É ser rico ou ser pobre, ser livre ou ser escravo segundo Deus quer, isto é, sendo bom e verdadeiro”⁹⁸. Além disso, o crítico via na história do comunismo o exemplo que poderia fornecer sentido ao seu caso:

Foi lendo outro dia um livro sobre *Marx* que senti bem isso. *Engels*, o seu companheiro de ideal comunista, foi um industrial riquíssimo e que nunca deixou de cuidar dos seus interesses, para sustentar *Marx* e a causa comunista. O dinheiro, quando subordinado a um emprego desses, perde o seu caráter de corruptor. Mormente sendo empregado para uma obra como a nossa⁹⁹.

A inspiração franciscana é um componente significativo na perspectiva do catolicismo social que Tristão de Athayde passará a defender em oposição ao comunismo e ao capitalismo.

Em suas reflexões sobre o cenário político contemporâneo, tudo apontava para a crise e a angústia. Quando começaram a ruir as verdades do mundo moderno? Algum dia elas foram sólidas? A resposta seria negativa. No máximo, apenas foram outras as concepções:

Em 11 de novembro de 1918 terminava a guerra “dos” povos e começava a guerra “nos” povos. Dir-se-á que há muito já começara. Em 1917, na Rússia, dirão uns. Em 1870, com a comuna. Ou em 1867, com o aparecimento do primeiro volume do “*Capital*”, de Marx, livro capital da guerra nos povos. Ou com Louis Blanc, as revoluções de 1848 e o primeiro congresso do trabalho na Alemanha. Ou vinte anos antes com as obras de Saint Simon, de Proudhon, de Fourier, e os movimentos sociais correspondentes. Ou em 1789 com os direitos do homem. Ou em 1780, na Inglaterra, com a “*Constitutional Society*” de Cartwright e os primeiros grandes movimentos libertários. Ou sobretudo a partir de 1750, com as invenções das máquinas modernas e o início do grande industrialismo. Isto é, do feudalismo moderno. Nesse andar, porém, como tudo se prende na história dos homens, não há motivos para datar a guerra nos povos, a partir da fundação do feudalismo plutocrático, que venceu as monarquias medievais, sem reportar o movimento à criação dessa realeza absoluta, que permitiu o início do grande capitalismo. E portanto, precisaríamos remontar à luta do Papa com o Imperador, que foi a última tentativa heroica de um povo espiritual universal, procurando limitar a ambição temporal e materialista dos

⁹⁶ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 198-199.

⁹⁷ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 199.

⁹⁸ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 206.

⁹⁹ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 232.

homens. A vitória final do Imperador teria sido o primeiro elo da revolução comunista de hoje¹⁰⁰.

Não se tratava aí de uma tese, mas apenas de se mostrar como na história “não há grão de areia que não nos leve ao infinito”. O que se delineava, porém, nesses quadros impressionistas em torno da história política ocidental, era a verificação da falência das instituições que, até a Grande Guerra, pareciam garantir um futuro coeso a todos os países que lhe seguissem os passos. Assim, o Parlamento inglês, que parecia ser “a última palavra em matéria de administração e constituição de uma sociedade perfeita”, teria se tornado “o campo de ação de uma oligarquia, que é por definição uma aristocracia desrespeitada e desrespeitável”¹⁰¹ e as greves gerais ocorridas naquele país seriam uma das maiores expressões de tal situação. A democracia liberal, que seria o “modelo universal dos regimes políticos perfeitos”, revelaria suas fragilidades no país que melhor lhe representava, os Estados Unidos:

Para quem pensa com todo esse anacronismo é preciso fechar os olhos à própria evolução política nos Estados Unidos, que longe de repousarem na democracia liberal, onde os escândalos petrolíferos se mesclam ao dinheiro derramado pelas “máquinas” eleitorais para compra do eleitorado, estão sempre numa efervescência intensa de formas reformadoras ou reacionárias¹⁰².

Dessa forma, o crítico considerava que:

[...] tanto o capitalismo como o comunismo chegam a resultados muito semelhantes, isto é, à concentração da propriedade em um número restrito de mãos, que no estado capitalista de amanhã serão os grandes banqueiros e financistas reunidos em sindicatos gigantescos, e no estado comunista serão os grandes políticos encarregados da administração geral da riqueza pública e particular¹⁰³.

Apesar de igualmente combatidos, o capitalismo seria ainda “pior” que o comunismo:

Moralmente concedo que o capitalismo ainda é mais condenável que o comunismo. Pois neste, a classe política dirigente está por sua vez subordinada a essa entidade abstrata e toda poderosa, o *Estado*, que é de fato o único senhor da propriedade. Ao passo que no capitalismo, a plutocracia domina o Estado, subordina-o a seus fins, governa-o de acordo com o seus interesses, de que usa e abusa a seu bel-prazer¹⁰⁴.

Desde 1927, Tristão de Athayde concedia palestras¹⁰⁵ acerca da teoria econômico-política que lhe afigurava como passível de reduzir os males do capitalismo e frear os avanços do comunismo: o Distributismo. Um dos autores, inclusive, que lhe inspirara tal perspectiva teria um lado “franciscano”, ao “viajar a pé [...] como um peregrino medieval, para conhecer o

¹⁰⁰ ATHAYDE, Tristão. Monocracia e policracia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1926, p. 4.

¹⁰¹ ATHAYDE, Tristão. Monocracia e policracia III, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1926, p. 4.

¹⁰² ATHAYDE, Tristão. Política e Polytica II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1926, p. 4.

¹⁰³ ATHAYDE, Tristão. O Distributismo. *Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 268.

¹⁰⁴ ATHAYDE, Tristão de. O Dilema, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1927, p. 4.

¹⁰⁵ Em uma das peças de divulgação, o evento era assim anunciado: “Realiza-se hoje, às 17 horas, no anfiteatro de Física da Escola Politécnica, uma conferência do sr Tristão de Athayde sobre ‘O problema social e o distributismo’. O conferencista mostrará em que consiste esse novo movimento social, surgido depois da guerra, como reação às soluções atualmente em voga, do mais premente e angustioso problema dos nossos dias. O distributismo não pretende ser uma nova utopia; e sim um estado de espírito racional, e humano, no estudo das relações entre o indivíduo e o Estado. Sendo este um problema tão moderno quanto eterno, interessa tanto às nações que se reformam como os países europeus, quanto às que se formam, como nós”. Cf. CONFERÊNCIAS, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1927, p. 11.

país cara a cara, não como um estranho mas como um filho da terra”¹⁰⁶. Trata-se do escritor inglês Hilaire Belloc que, juntamente com G K Chesterton, defendiam a criação de um Estado Distributivo. O crítico chegou a escrever a Belloc, enviando-lhe os artigos que publicara sobre ele e pedindo o endereço de Chesterton¹⁰⁷. Tristão de Athayde dissera certa vez a Jackson de Figueiredo que, no processo de conversão, ocorrera “toda uma Revolução em meu espírito” que seria devida “tanto a você, meu querido e corajoso amigo, depois de Deus. Você e Chesterton foram os meus dois *inquietadores*”¹⁰⁸.

Segundo o crítico, o “problema social moderno” era antes fruto de questões morais e econômicas do que políticas. A política seria uma consequência, um “derivado”, das duas primeiras. Ele considera que “o que importa não é a conquista do poder, mas a permanência e a justificação do poder. O que importa não é o voto, esse ídolo vazio das democracias primitivas, mas quem vota e o que se vota”. A reflexão econômica, como a moral, reenviaria a análise às origens da sociedade moderna, assim como à decadência do mundo medieval. E era neste último que se vislumbrava não um retorno, porque impossível, mas uma inspiração, pois “economicamente [...] não foi a Idade Média uma era de liberdade incondicional. O homem não era então considerado como simples objeto de leis econômicas inflexíveis, mas como um ser moral [mesmo a mais utilitária]. Tudo isso desapareceu com o fracasso da Idade Média”¹⁰⁹.

O mundo moderno, porém, teria instituído como valores econômicos o “egoísmo”, o “individualismo” e a concorrência” que, paradoxalmente, levariam à cooperação, à evolução e ao progresso coletivo. O crítico lembra que tal situação sempre encontrara seus opositoristas, uma vez que haveria:

Ao lado dos que apontavam vitoriosamente para o desenvolvimento da civilização capitalista, com o seu imperialismo universal, o seu progresso mecânico assombroso, a sua força militar crescente, a sua riqueza faustosa, - os que apontavam revoltados para a miséria que se agravava, para as dissensões de classes que se cavavam, para o servilismo de populações inteiras, à custa de cuja vida se fazia a glória e o lustre dos impérios¹¹⁰.

A herança, no século XX, dos embates modernos seria, por conseguinte, marcada pela “injustiça”, pela “insegurança” e por “ameaças contínuas”. E a causa da falta de estabilidade social seria a carência de “princípios morais justos” e de uma “economia sã”. O desenvolvimento do capitalismo não teria levado à liberdade individual, à afirmação pessoal e à livre concorrência. Pelo contrário:

Quem tiver acompanhado a revolução econômica do capitalismo, especialmente depois da guerra, terá observado essa marcha crescente para a absorção das iniciativas individuais em organizações cada vez mais gigantescas. A fim de

¹⁰⁶ ATHAYDE, Tristão. Monocracia e policracia II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1926, p. 4.

¹⁰⁷ Cf. Carta de Hilaire Belloc a Alceu Amoroso Lima, 16 jun. 1927, acervo CAAL.

¹⁰⁸ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 114.

¹⁰⁹ ATHAYDE, Tristão de. O Distributismo. *Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 255.

¹¹⁰ ATHAYDE, Tristão de. O Distributismo. *Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 260.

diminuir despesas e de garantir receita segura pela conquista dos mercados e pela pressão sobre os governos, vai o capitalismo concentrando as suas forças em empresas internacionais formidáveis, cujo modo de funcionamento cada vez mais se despersonaliza nas mãos da plutocracia financeira cosmopolita. Essa é a feição moderna do capitalismo ocidental. A sociedade anônima venceu a iniciativa privada. E venceu, não em sua útil função de fragmentar o capital em pequenos quinhões de participação, mas em seu malefício de centralizar a vida econômica na mão de um núcleo diminuto de privilegiados, criando uma imensa burocracia industrial, que vai somar seu peso ao da já considerável burocracia administrativa. [...] Pode-se dizer que nunca houve, na história da humanidade, um poder internacional tão forte. E que a Sociedade das Nações, em seu suntuoso palácio de Genebra, será muito mais falada no mundo inteiro, mas é pouco mais do que um brinquete em mãos de misteriosas empresas financeiras cosmopolitas como essas. [...] E é nos escritórios de empresas tentaculares e transcontinentais [...] que se processa a trama do futuro de nossa civilização. E, hoje, o dilema para que caminhamos cada vez mais, é esse de sermos manejados por misteriosas empresas financeiras anônimas, [...] e com tentáculos comerciais agindo em todos os cantos da terra, ou por sindicatos de comunismo político [...] com ramificações universais, por ora em forma de “células”, nas fábricas e nos regimentos, amanhã em forma de representantes políticos com plenos poderes¹¹¹.

Frente a tal estado de coisas, o Distributismo seria, segundo a exposição do crítico, “um tanto mais do que um movimento de platonismo ideológico ou de messianismo salvador, e sim uma força econômica e social como o comunismo ou como o capitalismo”¹¹².

Neste sentido, ele seria capaz de “penetrar as massas” e de conseguir “apoios intelectuais mais decididos”, realizando uma “cruzada do espírito contra as forças imensas, disseminadas, desanimadoras da inércia social conservadora, das reformas materialistas ou da revolução comunista”¹¹³. O crítico retoma a origem inglesa do movimento que era chefiado por Gilbert Keith Chesterton, mas que teve em Hilaire Belloc, no livro *The servil State* (1912), a primeira menção a um Estado Distributista que se oporia ao comunismo e ao capitalismo. Na interpretação do crítico, o conceito de riqueza do distributismo seria o que “serve à vida humana”. Neste sentido, ele partiria do homem entendido tanto como “corpo e como alma, como um ser animal, cuja vida não pode prescindir de condições materiais sadias, e ao mesmo tempo como ser espiritual, que a matéria por si só não consegue explicar”. O princípio fundamental em jogo seria o da liberdade, significando a necessidade de se “atingir uma organização social” que não mutile a integridade humana. Acertar a justa medida da liberdade: “o distributismo visa justamente impedir essa acumulação de riqueza, tanto na mão do Estado como no caso da solução comunista, - como na mão dos sindicatos impessoais e intercontinentais, como no caso da solução capitalista moderna”¹¹⁴.

A propriedade aparece como noção fundamental ao distributismo. Uma propriedade

¹¹¹ ATHAYDE, Tristão de. O Dilema, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1927, p. 4.

¹¹² ATHAYDE, Tristão de. O Distributismo. *Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 264-265.

¹¹³ ATHAYDE, Tristão de. O Distributismo. *Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 265.

¹¹⁴ ATHAYDE, Tristão de. O Distributismo. *Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 268.

entendida em seu sentido humano, o que significaria ser “limitada e justa”. A propriedade é vista como uma “expansão da personalidade”, o “núcleo econômico familiar” e o “único fundamento sólido para a liberdade”. A propriedade é condição para a liberdade:

Não pode haver uma sociedade de homens livres sem o direito individual de propriedade, e não pode haver propriedade justa senão onde haja o inverso do que se dá hoje em dia. Isto é, numa sociedade onde haja uma maioria absoluta de proprietários e apenas uma minoria inevitável sempre, de desprovidos de propriedade¹¹⁵.

Por seu caráter “descentralizador”, defendendo a pequena propriedade, o pequeno produtor, a pequena indústria, o distributismo estaria “mais longe da sociedade contemporânea, especialmente nos três países em que o industrialismo capitalista do século XIX atingiu à sua plenitude – a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos, - do que estaria mesmo uma revolução comunista”¹¹⁶. Além disso, o distributismo não era militarista, nem pressupunha uma “disciplina coletiva e inumana”, mas procuraria deixar a cada um “o máximo de iniciativa e de risco, compatíveis com o equilíbrio coletivo”. Ele visaria uma “volta” às “condições mais normais, à limitação da febre incessante de crescer, de enriquecer, de aumentar, de expandir-se cegamente, à custa dos elementos mais nobres da alma humana”. Viria lembrar ao “homem que ele é um homem e que o sentimento do poder não pode exceder, sem o perigo de tudo destruir, ao sentimento de sua limitação e, a um tempo, de sua liberdade”. Por fim, reinstaurar a subordinação da economia à moral que a Europa medieval teria esboçado. Assim, a propriedade seria um meio de se garantir a liberdade numa sociedade formada por pequenos núcleos produtivos em que a produção maquinizada assumiria outro caráter. Neste sentido, o distributismo procuraria combater “a idolatria do maquinismo, voltar a condições de trabalho mais humanas e naturais, e passar da era do homem como servidor da máquina à era da máquina como simples serviçal do homem”¹¹⁷.

Ao analisar a obra *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado, Tristão de Athayde a considerara como o “mais sombrio retrato que já se fez do Brasil”¹¹⁸. Conforme síntese do crítico: “a seu ver são quatro os traços gerais que caracterizam a nossa figura como nação; a luxúria, a cobiça, a tristeza e o romantismo. Foram esses quatro elementos primordiais de que saiu o que é hoje o homem brasileiro”. No post-scriptum do livro, Prado delinearía um “um quadro trágico da situação presente”. Tal panorama revelaria um país marcado por males como “o cangaço, o mandonismo, o paludismo, a cachaça, a sífilis, o amarelão, a indolência desanimada, o analfabetismo, a bacharelise romântica, o vício da imitação, o tripudiamiento dos

¹¹⁵ ATHAYDE, Tristão de. O Distributismo. *Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 269.

¹¹⁶ ATHAYDE, Tristão de. O Distributismo. *Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 270.

¹¹⁷ ATHAYDE, Tristão de. O Distributismo. *Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 276.

¹¹⁸ ATHAYDE, Tristão de. Retrato ou caricatura, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1928, p. 4.

políticos etc.”¹¹⁹ Frente a tal estado de coisas, o autor paulista dizia haver duas soluções: a guerra ou a revolução, optando pela última:

A Revolução virá de mais longe e de mais fundo. Será a firmação inexorável de que quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi mal feito... Neste marasmo podre, será necessário fazer tábua rasa para depois cuidar de renovação total.

O crítico não concordava com esse desfecho. Em sua opinião, por pior que fosse o quadro social e político do país, tal posição revelaria que Paulo Prado teria uma “tendência desastrosa a não amar o espírito brasileiro, a não compreender o que há de melhor em nossa alma. Basta ver a solução que ele propõe: o aniquilamento, a tábua rasa”. Segundo o crítico, as características denunciadas no retrato do Brasil eram as que constituíam o próprio caráter nacional. E isso é que devia ser refletido e pensado de maneira mais contundente, pois era o paradoxo brasileiro:

O paradoxo do brasileiro, a meu ver, é dos mais estranhos e dos mais difíceis de resolver, em toda a história dos povos. Somos um povo cujas virtudes particulares são, até certo ponto, elementos de nocividade social. O que temos de mais precioso, em nossas almas, o que temos de defender até à morte, seja contra a conquista estrangeira, seja contra a descaracterização íntima, seja contra os remédios “científicos” do sr Roy Nash, seja contra os remédios “revolucionários” do sr Paulo Prado – é justamente o encanto da nossa fragilidade. A nossa bondade, a nossa melancolia, a nossa doçura, a nossa intuição, o nosso gosto pelas coisas brandas e delicadas, a nossa polidez, o nosso desinteresse financeiro, a própria imprevidência com que vivemos – tudo isso forma a essência do que já hoje é qualquer coisa de único, de nosso, de precisamente diverso de todos os povos da América.

Assim, segundo Tristão de Athayde, o que estava em jogo não era uma “revolução”, mas uma “contra-revolução”, uma “volta às raízes, da reposição da nacionalidade em sua estrutura fundamental, e para tudo dizer em uma palavra – de uma recristianização do Brasil”.

Em sua análise sobre o distributismo, o crítico via a América como um lugar propício à aplicação do regime proposto pelos católicos ingleses. No Brasil, especificamente:

[...] onde o temperamento da raça, as condições sociais, a largueza do território, o desenvolvimento ainda relativamente escasso do grande industrialismo, a interpenetração de classes etc., são condições favoráveis para se conseguir uma influência lenta no estado de espírito ambiente no sentido de evitar certos males e estimular certas vantagens que já podem ser conseguidas¹²⁰.

Dessa forma, o distributismo era um horizonte político e econômico que vinha a calhar ao catolicismo totalizante que procurava desempenhar um papel ainda mais relevante no interior da sociedade brasileira como um todo. Neste sentido, Tristão de Athayde afirmava:

Se nós precisamos de uma economia de construção, para resolver inúmeros problemas de unificação, de conquista, de desbravamento e de cultura que ainda estão por resolver, só podemos aceitar uma reforma social que vise menos a destruir do que a construir. E como o distributismo é justamente uma tentativa de solução, não conciliatória, pois ele visa confessadamente uma *revolução*, como expressamente o diz, nas condições sociais contemporâneas, mas possivelmente pacífica por infiltrações de ideias e por meios práticos de ação imediata, - penso que

¹¹⁹ PRADO Apud. ATHAYDE, Tristão de. Retrato ou caricatura, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1928, p. 4.

¹²⁰ ATHAYDE, Tristão de. O Distributismo. *Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 283.

muito temos que aprender com ele¹²¹.

Se São Francisco de Assis simbolizou a articulação que o crítico efetuara entre catolicismo e a questão social, São Tomás de Aquino representara a conciliação entre catolicismo e “questão intelectual”, por assim dizer. Uma das preocupações mais caras a Tristão de Athayde em seu processo de conversão era a perda da posição que conquistara durante dez anos de crítica militante. Conforme confessara a Georges Bernanos, ao refletir sobre sua conversão e aceitação dos cargos de direção do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*:

[...] preciso perguntar se a minha força não era apenas a minha solidão, se o pequenino prestígio que o meu nome adquiriu junto a certas pessoas especialmente no interior do Brasil, não proveio apenas do meu isolamento, do meu afastamento [...] de que sempre procurei cercar a minha pessoa [...] Isso me dá arrepios [...]. Vou talvez perder tudo, ou pelo menos, o pouco que argamassei com tanto esforço e tenacidade. Vou revelar ao público as fraquezas, que só o véu do isolamento escondia. Vou perder aquela atitude de imparcialidade [...] da minha ação crítica¹²².

Porém, esse vínculo mesmo com o escritor francês já revela o que havia de “atualização” intelectual a conversão do crítico. E, uma vez que como ele mesmo dizia, “vivemos com os olhos voltados para a Europa”, a sua conversão não era nem um pouco estranha ao que se passava nos meios intelectuais franceses. Conforme análise de Frédéric Gougelot, entre 1885 e 1935, houve um “tempo dos convertidos”, no qual se assinala um movimento “de conversão ao catolicismo no seio do meio intelectual”¹²³. Tristão de Athayde escrevia a Jackson de Figueiredo dizendo ser assinante de toda a série da revista *Roseau d’Or*¹²⁴ organizada por Jacques Maritain e Stanilas Fumet e que pretendia ser uma “revista literária católica concorrente da *Nouvelle Revue Française*”¹²⁵. Maritain, posteriormente, terá uma longa relação com Tristão de Athayde. Um intelectual, porém, que parece ter especialmente impressionado o crítico brasileiro era Marcel Arland, que escrevera algumas vezes na *Roseau d’Or*, e era autor de uma frase muito repetida por Tristão de Athayde durante os últimos anos da década de 1920: “Nenhum sistema me satisfaz e a ausência de um sistema me angustia”¹²⁶.

Pouco antes de sua comunhão, Tristão de Athayde tinha sua “imparcialidade” submetida à prova. Ao falar o grupo modernista que lançara a revista *Festa*, que era dirigida por Andrade Muricy e Tasso da Silveira, o crítico confessava que:

[...] a analogia dos pontos de vistas de pontos de vista, incontestável penso eu, entre esse grupo tão interessante de Festa (que só agora se apresenta realmente sob uma orientação, ainda pouco definida, mas em todo caso ainda mais harmoniosa e unida e subordinada a certas ideias comuns), e o pouco que tenho procurado pensar, por

¹²¹ ATHAYDE, Tristão de. *O Distributismo. Estudos. 2ª Série*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928, p. 283.

¹²² Carta de Alceu Amoroso Lima a Georges Bernanos, s/data, acervo CAAL.

¹²³ GUGELOT, Frédéric. Les temps de des convertis, signe et trace de la modernité religieuse au début du XX^e siècle. *Archives de sciences sociales des religions* [en ligne], 119 | juillet – septembre 2002, p. 45.

¹²⁴ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 166.

¹²⁵ SERRY, Hervé. Les écrivains catholiques dans les années 20. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol 124, septembre 1998. De l’État social à l’État penal, p. 84.

¹²⁶ ATHAYDE, Tristão. Um moderno. Marcel Arland. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07 fev. 1926, p. 4.

meu lado, - não impede que eu reconheça mais originalidade individual em homens com cujas ideias ou tendências me encontre em desacordo¹²⁷.

Dessa forma, apesar de o crítico estar em vias de converter-se ao catolicismo, ele não admitia que se colocasse sua orientação espiritualista acima dos critérios estéticos. Dizia ainda que “uma coisa é inteiramente estranha à outra”. Situando-se explicitamente sob o signo do tomismo, o crítico lembrava a análise que fizera anos antes sobre as duas tendências do modernismo brasileiro, “primitivistas” e “dinamistas”, e como na ocasião reclamara uma perspectiva espiritualista:

E o dever do crítico, mesmo que seja apenas “sob aparência de crítica imparcial”... penso que deve ser distinguir os valores das ideias, ou, melhor, os indivíduos das pessoas, no sentido tomista. E, compreendida assim, penso que não será tão surpreendente a contradição, como parece. Não procurei fazer, na crônica mencionada, e isso o deixei bem claro, nenhum estudo completo de todas as correntes atuais de nossas letras. Tomei apenas as duas incontestavelmente mais novas e originais, quando justamente começou o movimento literário modernista, hoje cada vez mais vivo, mas tão diversificado e cindido como previa. Não me importava o número de obras publicadas. Procurei as *intenções*, mais que as realizações. E quanto à terceira corrente penso que só poderá nascer de um esgotamento das demais e não de uma negação total delas. Será mais uma consequência das outras que uma contradição a elas.

A reação veio dois dias depois em uma carta de Tasso da Silveira que afirmava ter percebido nas “sutilíssimas considerações” dessa passagem acima um presente amargo:

Você deu-me um bolo de natal lindamente enfeitado, mas recheadinho de amêndoas amargas. E a mais amarga que trinquiei nos dentes foi, sem dúvida, aquela sua distinção entre os valores e as ideias, que compreendo claramente, mas cuja aplicação no caso concreto de que trato não parece que se justifique. Você distribui equitativamente as suas dádivas: em nós, reconhece boa orientação doutrinária; nos primitivistas e dinamistas, mais originalidade individual... Nós temos o seu aplauso; os outros, a sua admiração¹²⁸.

Poucos tempo depois, Tristão de Athayde publicava outro artigo sobre o grupo “Festa”, intitulado “Gente de Amanhã”, que parece ter agradado aos analisados, uma vez que ele foi reproduzido na revista sob a apresentação elogiosa que comentava a “afirmativa simpatia com que Tristão de Athayde procurou traçar o nosso perfil espiritual”¹²⁹. O crítico afirmava que “Festa”, cujo nome não seria o mais apropriado, pelo que trazia de “angústia do tempo moderno”, “se apoiaria em uma visão espiritualista do mundo, vive naturalmente trabalhada (para seu bem) por uma seiva de amargura que constitui exatamente a sua originalidade”. Assim, diferentemente da alegria dos primitivistas e dinamistas, “Festa” tomaria “a vida a sério. Repelem todo jogralismo. Vivem trabalhados de angústias, ostentando uma sensibilidade à flor da pele, desdenhando a luz pela sombra. E portanto, no extremo oposto ao superficialismo de

¹²⁷ ATHAYDE, Tristão de. Poetas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 dez.1927, p. 4.

¹²⁸ Carta de Tasso da Silveira a Tristão de Athayde, 6/12/1927, acervo CAAL.

¹²⁹ Cf. O grupo Festa e sua significação, *Festa – Mensário de Pensamento e de Arte*, Ri de Janeiro, ano 1, nº 6, 1 mar. 1928, p. 12

uma concepção puramente ‘festiva’ da existência e da literatura”¹³⁰. O grupo, que contava com nomes como Tasso da Silveira, Andrade Muricy (autor do romance *Festa Inquieta* lançado em 1926 e que deve ter inspirado o nome da revista), Henrique Abílio, Adelino Magalhães, Brazílio Itiberê, Barreto Filho, Lacerda Pinto, Porphyrio Soares Neto, Gilka Machado, Cecília Meireles, Murilo Araújo e Francisco Karam, não seria, na apreciação do crítico, um “neo-simbolismo”. Pretendiam, antes, “superar o simbolismo” o que faz o crítico os considerar um “modernismo continuador”.

Tristão de Athayde não dedicou sequer uma crítica completa ao grupo Festa, tendo dividido o rodapé com uma apreciação sobre a revista *Verde* de Cataguazes, onde também teve seu artigo reproduzido. Dessa forma, nos anos 1920, o silêncio parece ter falado mais alto nas relações de Tristão de Athayde com o grupo Festa. A melhor prova disso é que menos de um mês após o artigo sobre a revista de Andrade Muricy e Tasso da Silveira, o crítico lançava dois estudos sobre os Andrades¹³¹, um para cada um. Aí ele fazia as seguintes reflexões:

Ainda não podemos saber realmente o que vão deixar os Andrades (para alguns os Andradas) em nossa literatura. Café em vara se avalia, não se assegura. Por ora, o que há é ir assuntando, seguindo a curva do crescimento deles, e mostrar como qualquer dos dois é infinitamente mais complexo do que parece à primeira vista e de uma originalidade muito mais necessária que arbitraria¹³².

O crítico fazia uma apreciação sobre suas próprias avaliações passadas a fim de precisar o significado que elas poderiam ter:

Dirão, talvez, que tenho sido um dos culpados dessa simplificação de juízos sobre eles. É possível. Mas não sem motivo. Colando, em ambos, o rótulo de “primitivistas”, nunca tive nem a ilusão de crer que o público penetrasse até o fundo o sentido do termo e muito menos a ingenuidade de acreditar que o título explicasse tudo o que há neles de pessoal e novo. Mas o rótulo é necessário. É como um apelido. Ou uma caricatura. É um traço forçado, parcial, deformado, mas que marca o “sentido” do autor. E o resumo para o público, para essa grande conspiração dos ignorantes e dos indiferentes que são como os grãos de trigo na massa do pão: triturados para dar corpo. Sem público, adeus arte. Sem grão, adeus pão. Não me arrependo, portanto, do rótulo que preguei em ambos, por mais que ambos reclamem contra ele. O público só pode, por agora, compreendê-los como tal. E mais nada. O sentido de sua ação é esse. E o efeito de sua ação inconsciente está sendo esse.

Àquela altura, a consagração futura dos Andrades estaria já assegurada:

O nome dos Andrades está, e ficará para sempre, ligado ao grande movimento de deslitteralização da literatura, que hoje mais que nunca é um dos sentidos profundos das nossas letras. Pode-se tomar a coisa a sério ou em deboche. Pode-se discutir os excessos, as parcialidades, as impossibilidades. Mas em todo o curso de nossa literatura tem havido sempre essa aspiração de aproximá-la da nossa realidade pura, que é afinal o que há também no fundo do primitivismo.

Tal “primitivismo” compreenderia desde o indianismo de Gonçalves Dias, que nos anos 1920

¹³⁰ ATHAYDE, Tristão de. Gente de Amanhã, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1928, p. 4.

¹³¹ ATHAYDE, Tristão de. Os Andrades, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1928, p. 4; Os Andrades II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1928, p. 4

¹³² ATHAYDE, Tristão de. Os Andrades, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1928, p. 4.

soava como um português “da gema”, até o esforço que Bilac que, juntamente com sua geração, se orgulhava de ter retirado a literatura dos pedestais, “trazendo-a para o seio do povo”, e tornara-se para os modernistas um “modelo de perfeição acadêmica”¹³³. Dessa forma, ele dizia:

A vertente, portanto, das águas andradinas, é esta. Vertente primitiva. Vertente de volta às fontes. De parcialidade tocando muitas vezes o grotesco. De dogmatismo estético facilmente conversível em capelinha literária. De procura apaixonada. De cultura também. E mesmo de imitação, pois o movimento é europeu tanto como americano. De tudo que leve a um início, a um alicerce. E sobretudo, a uma fusão no próprio corpo da raça, na vida mais real, mais profunda, mais “primitiva”, da nação.

Ao abordar o livro *A Estrela de Absinto* (1927), que teria sido escrito entre 1917 e 1921, sofrido novas alterações e vinha figurar como o segundo volume da chamada *Trilogia do Exílio*, Tristão de Athayde comentava a mudança de Oswald de Andrade:

É, portanto, um livro de ante-primitivismo, de pré-pau-brasil. Um livro de mocidade, poder-se-ia dizer. Escrito com todo o ímpeto e sem nenhuma escola. Hoje em dia o sr Oswald de Andrade é o homem do pau-brasil ou dos cadernos, o homem da poesia-pura, o Valéry de Ponte Grande, e não deve mais escrever com toda essa liberdade. E, sobretudo, com toda essa seriedade.

O crítico reforça o fato de ter tomado a sério a obra do autor paulista, o que nem sempre lhe rendia bons frutos, uma vez que acabava sendo considerado como alguém que enxergava demais ou que, por ser de direita, não ficava bem elogiar a “esquerda literária”. Mas ele insistia:

Hoje em dia parece um absurdo falar na “gravidade” do sr Oswald de Andrade. Desde o “Pau-Brasil” que explora fartamente o espirituoso ou o grotesco. As “Memórias Sentimentais de João Miramar”, ou o “Primeiro Caderno do Aluno de Poesia O de A”, ou os fragmentos do “Serafim Ponte Grande”, que conheço, tudo é afinado em sátira. Como prosador, hoje em dia, o sr Oswald de Andrade é quase sempre um delicioso satirista e só é pena que não cultive mais amiúde o gênero. E como poeta, o que visa é o primitivo boçal e grotesco, ou o pueril e bocó, como expressão pura da raça, do meio, do momento, como diziam solenemente os nossos críticos do século passado, na esteira de Taine. [...] Mas no fundo de toda essa deformação, de toda essa redução ao caricato, há qualquer ruptura com a vida. Um pessimismo que se cobre. Quem sabe se uma grande timidez inconfessada.

Apesar de considerar o livro como “desigual” e “datado”, levando-se em conta a obra de Oswald de Andrade, o crítico elogiava a publicação do romance e comentava ter lido “com emoção, por vezes com uma emoção semelhante à que outrora me trouxe ‘Os condenados’, de que o próprio autor troçou certa vez, como quem repele o carinho feito a um nosso enteado por alguém que repreendeu um nosso filho”.

Sobre o livro *Clã do Jaboti* (1927), de Mário de Andrade, Tristão de Athayde o situava como a “realização completa” poética do que o autor fizera, em prosa, em *Amar, verbo intransitivo*. O crítico reforça a importância da obra poética de Mário de Andrade no interior do conjunto geral de sua obra, cuja prosa e crítica sobressaíam em repercussão. A poesia de Mário de Andrade, porém, deveria ser considerada

¹³³ ATHAYDE, Tristão de. Os Andrades, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1928, p. 4.

[...] sobretudo para a história da consciência e do sentimento nativo em nossa poesia. E nesse ponto este “clan do jaboti” é uma obra considerável, mas que fatalmente passará por ora despercebida, a não ser em pequenos grupos de adeptos a todo transe ou daqueles que procuram, avidamente, como ele, o sentido da nossa independência literária. E que já encontram, nestes poemas seus, especialmente nos que afetam os sentidos à primeira vista, qualquer coisa de tão nosso, de tão cheio da seiva de nossa realidade em formação, medíocre, sentimental, indolente – que torna possivelmente o sr Mário de Andrade o mais popularmente brasileiro de nossos atuais poetas cultos¹³⁴.

Logo após a publicação dos dois artigos sobre os Andrades, Oswald de Andrade escreveu a Tristão de Athayde, convidando-o para participar de um debate:

Tristão, Proposta definitiva. Para circunscrever a questão – três católicos, três opositores. Alexandre Correia abrirá. Eu falarei. Depois Tasso e Raul Bopp. Você fechará o debate com alguém do nosso lado que examinará o seu ponto de vista. Oswaldo Costa. Em seguida, se houver interesse, inquérito etc. Serve?¹³⁵

À época em que Tristão de Athayde encaminhava a sua conversão, Oswald de Andrade lançara o “Schema ao Tristão de Athayde” na *Revista de Antropofagia*. Trata-se de um texto complexo, com várias referências à psicanálise, à história do Brasil e ao catolicismo esposado pelo crítico. O autor paulista reivindica a pesquisa existente em seus trabalhos que não poderiam ser vistos como mera reprodução de um “primitivismo” solicitado pelo exterior:

Saberá você que pelo desenvolvimento lógico da minha pesquisa, o Brasil é um grilo de seis milhões de quilômetros, talhado em Tordesilhas. Pelo que ainda o instinto antropofágico de nosso povo se prolonga até a seção livre dos jornais, ficando bem como símbolo de uma consciência jurídica nativa de um lado a lei das doze tábuas sobre uma caravela e do outro uma banana¹³⁶.

Neste “Esquema”, Oswald de Andrade esboça uma concepção sintética da realidade nacional, ou da condição nacional, assumindo a ironia de cada processo histórico, mas também a inquietude, o “grilo”, que representa a reflexão sobre o país:

Da mesma maneira nós todos com o padre Cícero à frente somos católicos romanos. Romanos por causa do centurião das procissões. Não foi inútil vermos de olhos de criança a via-láctea das semanas santas emparedadas com o soldado e a legião, atrás da cruz. O Cristianismo absorvemo-lo¹³⁷.

A articulação do filho concebido por milagre, “filho só da mãe”, e a antropofagia presente no culto máximo cristão:

Mas o fato é que há também a antropofagia na comunhão. Este é o meu corpo, Hoc est corpus meum. O Brasil índio não podia deixar de adotar um deus filho só da mãe que, além disso, satisfazia plenamente gulas atávicas. Católicos romanos.

A defesa da posse em detrimento da propriedade, tanto no domínio material, o “nomadismo anterior”, quanto no sexual, na precedência de Casanova sobre Menelau e a defesa do *sex symbol*, Rodolpho Valentino, embora permaneça um tom irônico, “isso é que é importante”,

¹³⁴ ATHAYDE, Tristão de. Os Andrades II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1928, p. 4.

¹³⁵ Carta de Oswald de Andrade a Tristão de Athayde, 22/2/1928, acervo CAAL.

¹³⁶ ANDRADE, Oswald. Schema ao Tristão de Athayde. *Revista de antropofagia*, São Paulo, ano 1, nº 5, setembro de 1928, p. 3.

¹³⁷ ANDRADE, Oswald. Schema ao Tristão de Athayde. *Revista de antropofagia*, p. 3.

que não admite muitas conclusões:

O fato do grilo histórico, (donde sairá, revendo-se o nomadismo anterior, a verídica legislação pátria) afirma como pedra do direito antropofágico o seguinte: A POSSE CONTRA A PROPRIEDADE [...] Isso nos Estados Unidos foi significado ainda ultimamente, pela defesa de Rodolpho Valentino, produzida pela gravidade de Mencken. Tinha muito mais razão de ganhar dinheiro do que os sábios que vivem analisando escarros e tirando botões dos narizes dos bebês. Muito mais! Porque afinal é preciso se pesar a onda de gozo romântico que ele despejou sobre os milhões de vidas das senhoras dos caixas e dos burocratas. Isso é que é importante¹³⁸.

A legislação brasileira casuística e entregue aos desmandos de qualquer juiz, explicitando-se sempre o país sem lei ou em que a lei nunca pega:

No Brasil chegamos à maravilha de criar o DIREITO COSTUMEIRO ANTI-TRADICIONAL. E quando a gente fala que o divórcio existe em Portugal desde 1910, respondem: - aqui não é preciso tratar dessas cogitações porque tem um juiz em Piracicapiassú que anula tudo quanto é casamento ruim. [...] A Rússia pode ter equiparado a família natural à legal, e suprimido a herança. Nós já fizemos tudo isso. Filho de padre só tem dado sorte entre nós. E quanto à herança, os filhos põem mesmo fora!

A crítica à tradição jurídica ocidental que legislaria sobre tudo, como uma “placenta jurídica”, ou seja, uma vida regrada desde o nascimento que restringira o sexo, “ato de amor”, à “concepção”. A religião brasileira devia acompanhar a variedade nacional, sem se prender a um catolicismo ultramontano, para o qual se encaminhava o crítico:

Revisão da religião. O nosso povo tem um temperamento supersticioso, religioso. Não contrariemos. Vamos criar a santoral brasileira: Nossa Senhora das Cobras, Santo Antônio das Moças Tristes, tudo isso... Admitir a macumba e a missa do galo. Tudo no fundo é a mesma coisa. O instinto acima de tudo. O índio como expressão máxima. Educação de selva. Sensibilidade aprendendo com a terra. O Amor natural fora da civilização, aparatosa e polpuda. Índio simples: instintivo. (só comia o forte). É a comunhão adotada por todas as religiões. O índio comungava a carne viva, real. O catolicismo instituiu a mesma coisa, porém acovardou-se, mascarando o nosso símbolo.

E, mais uma vez, refutava o epíteto “primitivista”:

Quando ao equívoco de se pensar que eu quero é a tanga, afirmo e provarei que todo progresso real humano pe patrimônio do homem antropofágico (Galileu, Fulton, etc.) De resto, Bernard Shaw já disse: Está mais próximo do homem natural quem come caviar com gosto de que quem se abstém do álcool *por princípio*”. É isso!

A Antropofagia era revisionista, reformista, falava em nova legislação pátria, a partir de uma suposta imagem pré-colombiana: nomadismo e liberdade sexual. Falava do casamento, do divórcio, da liberdade sexual, mas não fala em revolução, em comunismo, capitalismo ou socialismo. Faz piada com o bacharelismo brasileiro e com a corrupção da justiça, o “juiz Piracicapiassú”. Não por acaso Tristão de Athayde comentava a dificuldade que tinham levar a sério Oswald de Andrade. Tudo isso parece piada. Mas, como o próprio crítico reconhecia, não se tratava disso. Ao saber da conversão, Oswald de Andrade escrevera ao crítico lamentando muito o fato:

¹³⁸ ANDRADE, Oswald. Schema ao Tristão de Athayde. *Revista de antropofagia*, p. 3.

Meu querido crítico, Que será isso? O cristianismo é um estupefaciente como outro qualquer. Não posso ver sem tristeza você perder o papel que lhe reserva a geração, [...] vou ao Rio [...] e quero abraça-lo [...] Levo-lhe Serafim Ponte Grande ou o Brasil exogâmico. Você está tão cego que não percebeu que o Brasil é o tenente Ribeiro e que o sr Pandiá Calógeras é quando muito Macau, uma má mistura de Portugal e do Oriente que nada tem que ver com Macunaíma. É verdade que nem você nem o Mário – o pior crítico do mundo! – viram Macunaíma. Entre o Tenente Ribeiro e o sr Calógeras joga-se futuro nosso¹³⁹.

Em outra ocasião, numa carta com desenhos de Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade retomara a ideia do debate sugerido meses antes:

Tristão, meu caro crítico, Não posso ir ao Rio agora. O meu desejo, além de levar-lhe Serafim Ponte Grande, era pedir-lhe que centralizasse uma polêmica nacional, onde as grandes orientações se pudessem afirmar. Acabo de ver o Alexandre Correa que me disse estar pronto a entrar num debate sério que se fizesse aí, numa folha de circulação nacional. Ele e o professor Von Acker. Poderia ser no “O Jornal”, organizada e distribuída pelo seu tato e pelo seu prestígio? Essa ideia partira das conversas que tive sobre ANTROPOPHAGIA com Tasso da Silveira e Andrade Muricy ultimamente. O Tasso me disse: _ Só podemos discutir por escrito. Eu aceitei. Combinamos que eu abrisse a questão. Eu começaria expondo seriamente os meus pontos de vista em cerrado ataque contra as duas correntes que, na minha opinião, estão procurando envenenar o Brasil – os católicos e os bolchevistas. O Tasso replicaria imediatamente. Há aqui um grupo marxista de apreciável cultura que falaria também. Que pensa de tudo isso? Eu só vejo uma possibilidade de realização – é você centralizar o debate e distribuí-lo, entrando nele está claro com a sua arguta inteligência e infelizmente com o seu horroroso catolicismo¹⁴⁰.

Tristão de Athayde não parece ter aceitado o convite. Ele, porém, passara a ter cada vez mais a sua “imparcialidade” questionada por seu catolicismo militante. A trajetória intelectual do crítico encaminha-se para a reflexão filosófica acerca do homem moderno. Especialmente em um artigo lançado três dias antes de sua conversão, intitulado “Ser e vir a Ser”. A principal característica do homem moderno seria a busca da satisfação do imediato. Por ter acabado com a imortalidade, o homem se fez um desesperado pelas coisas terrenas e passageiras. O fundamento cartesiano seria, justamente, o deslocamento dos princípios impessoais da Escolástica para o princípio humano: “A verdade, até então, existiu por si. Descartes a fez depender do homem. A verdade nascia do absoluto; passou a nascer do relativo”¹⁴¹. Nem o próprio Descartes, porém, teria percebido o ceticismo¹⁴² que abrigava o seu gesto intelectual e “só lentamente é que se foi desdobrando a lógica inflexível dessa filosofia da morte”. Dessa forma, conforme avalia o crítico:

A escolástica era assim como essa trepadeira. Nascera da realidade dos sentidos e expandira-se até abraçar toda a realidade especulativa, como os braços da trepadeira tomam toda uma parede. Veio Descartes, jardineiro sutil e sem piedade e cortou-lhe

¹³⁹ Carta de Oswald de Andrade a Tristão de Athayde, 23/1/1929, acervo CAAL.

¹⁴⁰ Carta de Oswald de Andrade a Tristão de Athayde, 8/2/1929, acervo CAAL.

¹⁴¹ ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

¹⁴² “Disse o que dissesse, Descartes foi considerado como a culminação de dois milênios pirrônicos [...] Se a opinião de Calvino era insuficiente para estabelecer a verdade religiosa, a opinião de Descartes era igualmente insuficiente para estabelecer a verdade filosófica”. POPKIN, Richard H. *La historia del escepticismo desde Erasmo hasta Spinoza*. Ciudad del México: FCE, 1983, p. 288.

o tronco mestre, aquele mesmo que alimentava a planta no húmus do chão. Não fez por mal; fez por bem. Não repudiou nada do que defendia a “trepadeira” medieval. E, pensou, ao contrário, trazer mais “vida” à árvore da vida. E da vida completa, da vida imortal. Mas lentamente a seiva da vida foi secando¹⁴³.

A trajetória intelectual da filosofia moderna seria um processo de condenação reiterada de cada uma das imortalidades:

Tornou o universo autônomo. Tornou as ciências autônomas. Tornou o homem autônomo. E neste foi proclamando, passo a passo, a autonomia das funções mais inferiores. De ser racional, que pela inteligência conseguia sair de si mesmo e elevar-se até Deus, o homem passou a ser um ser racional que podia quando muito eliminar Deus ou separá-lo definitivamente do universo, mas nunca estabelecer qualquer laço de união entre a Eternidade e a efemeridade.

O homem moderno torna-se, assim, por definição um ser carente e incapaz de reestabelecer um sentido total no mundo. O deísmo iluminista tampouco dera conta de tal fragmentação. Foi-se, então, para o lado oposto: o coração, o sentimento romântico, a intuição como chave da totalidade:

A razão, diminuída, veio logo a ser ultrapassada. E o sentimento, - de subordinado que era se tornou autônomo, pela superação dos inferiores aos superiores, que é um dos processos paradoxais do pensamento moderno. Na psicologia, como na filosofia do século XIX, notamos a cada passo esse primado do coração. Como na psicologia e na filosofia dos nossos dias o que vemos é o primado dos instintos. Um degrau abaixo.

A psicanálise, no século XX, iria em direção ao instintivo do homem:

Todo o delírio de psicanálise, que anda pelo mundo inteiro, é a manifestação mais visível dessa lenta ascensão dos inferiores, pela qual o instinto hoje domina a inteligência, como o inconsciente o consciente. Estamos vivendo a era do sonho e do sexo.

O mundo moderno teria eliminado a imortalidade Divina, a perfeição das ideias, a atemporalidade da alma. Fixando-se no homem, lançou raízes no mortal e tornou-se “filosofia da morte”. A ciência que substituíra a teologia apenas reiteraria as desagregações consecutivas. Autores como William James e Bertrand Russel, teóricos da ciência, faziam da realidade algo impalpável: “A realidade não é mental, nem física, mas de substância neutra”. Uma fusão que também levaria à morte, conforme as teorias do astrofísico britânico James H Jeans:

A observação e a teoria concordam em indicar que o universo está desaparecendo pela radiação. Nossa situação é a mesma dos ursos polares em um bloco de gelo que se tenha desprendido do campo gelado que rodeia o polo e vai derretendo, inexoravelmente, à medida que avança para latitudes mais quentes, até a sua destruição definitiva¹⁴⁴.

Dessa forma, a ciência, que no século XIX reduzira o espírito à matéria, no século XX, reduziria a matéria ao “espírito ou àquela substância ‘neutral’”. A mortalidade por toda parte. Este o retrato do mundo moderno. Alguns cairiam na resignação, outros se expressariam como Dostoievski no “olhar do velho Karamazov, ao exclamar: ‘Se Deus não existe, Ivan, então tudo

¹⁴³ ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

¹⁴⁴ JEANS Apud. ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

é permitido”¹⁴⁵. Unamuno não conseguiria sanar o desejo de vida eterna, uma vez que não se permitiria “voltar às fontes sempre puras, tarefa mais árdua especialmente hoje”, e ao mesmo tempo reconhece que é preciso “acreditar nela, de uma maneira ou de outra para viver”¹⁴⁶. Este era o homem, “criança trágica e grotesca, que quebra os próprios brinquedos e depois chora para reavê-los”¹⁴⁷. Restou apenas o homem. Ele passaria então, de uma maneira explícita a partir do Renascimento, a cultuar a si próprio, promovendo a “subjativação absoluta do universo”, de modo que “sistemas econômicos, variedades políticas, novidades estéticas, especulações filosóficas, descobertas científicas, tudo gira em torno dele mesmo”.

A reação católica neotomista procuraria a superação deste homem entregue a uma “filosofia do vir a ser” em função do homem em sua “integralidade”. O homem que se fez Deus, como afirmaria William James, “O homem tomou a medida de Deus”. Um processo de materialização contínua é desencadeado e o homem moderno seria uma “criatura do tempo”, o “homem servo da história”, como demonstraria a filosofia de Spengler. Na visão do crítico, a filosofia de Bertrand Russel expressaria o universo-história de Spengler, o universo-duração de Bergson, o universo-dissociação de Jean e o universo-espírito de Giovanni Gentile:

[...] cada um segundo a sua própria modalidade mas todos subordinados ao mesmo sentido do efêmero e do subjetivo, todas mutiladores da totalidade do Ser: - “Quando falamos de matéria, pareceria que nos inclinamos ao idealismo. Nenhum deles é a verdade. Nosso mundo tem de ser construído partindo de entidades neutras”¹⁴⁸.

Assim, a “idolatria do tempo” promovida pela “mortalidade” e “antropomorfismo” teria provocado a mutilação do homem moderno. O crítico lembra as teorias de Wyndham Lewis a esse respeito, especialmente a partir da obra *Time and Western Man* (1927):

Lewis, em companhia de Ezra Pound, foi o fundador em Londres, antes da guerra, da revista “Blast”, que iniciou o movimento contra o academicismo artístico na Inglaterra. Subordinado a princípio a todos os ídolos modernos, foi Wyndham Lewis pouco a pouco afirmando a sua personalidade. [...] “O que eu procurei mostrar anteriormente, por argumentos e exemplos, é que pragmaticamente nós saímos perdendo dessas operações que dizem ser feitas, com muito reclame otimista, em nosso benefício. É no interesse da ‘igualdade’, é de conformidade com o princípio ‘democrático’, que o ‘espírito’ deverá ser suprimido ou aniquilado. Pelos mesmos princípios seremos convertidos em máquinas ou em ‘acontecimentos’ em lugar de pessoas (a ‘pessoa’, o homem-livre da antiguidade não é para nossos semelhantes), e temos de nos acostumar a encarar as nossas personalidades como ‘a transição de um acontecimento físico para outro’”¹⁴⁹.

A dissolução que teria começado com Descartes apenas ganharia terreno. As teorias psicológicas do século XX seriam outro sinal de tal processo secular: “É o que vamos encontrar no ‘behaviourism’ de Watson na América do Norte, na ‘Gestalt-theorie’ na Alemanha, e numa

¹⁴⁵ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

¹⁴⁶ UNAMUNO Apud. ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

¹⁴⁷ ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

¹⁴⁸ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

¹⁴⁹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

escola muito recente da psicologia francesa que um de seus fundadores chama de ‘psychologie du concret’¹⁵⁰. Estaria agora em jogo uma psicologia que deixaria de ser o estudo do “homem interior para ser apenas o estudo do ‘comportamento’ do homem perante o ‘drama’ da vida”. O crítico cita a apreciação do filósofo húngaro Georges Politzer, na obra *Critique des fondements de la Psychologie* (1928): “A psicologia concreta não conhece a matéria psíquica e, o que é infinitamente mais importante, ela não se contenta com a negação puramente formal da tese, mas elimina todas as perspectivas que engendrem ou dela derive”¹⁵¹. Só restaria a psicologia do “homem-coletivo”, do “homem em contato com a vida exterior”. O homem individual torna-se uma “quantidade abstrata”, como o “ponto dos matemáticos, ou uma quantidade secundária, como quer a sociologia comunista”¹⁵².

A tradição alemã teria conformado, a sua maneira, as “três condições do pensamento moderno”: eliminação da imortalidade, obsessão pelo imediato e ditadura do tempo. Assim, conforme Tristão de Athayde, tais categorias:

[...] invadiram toda a filosofia até 1913. Nietzsche, Dilthey, Simmel, Troeltsch e o seu “Historismus”, mas sobretudo Dilthey e a sua filosofia-da-vida, trouxeram o pensamento filosófico para o domínio puro do vira-a-ser. Sob o pretexto de arrancar a filosofia do domínio do abstrato eles a reduziram a um simples reflexo de temperamento, dos filósofos, de sua época, de seu ponto de vista. O subjetivismo de Kant é levado às suas extremas consequências e Simmel postula abertamente a liberdade absoluta do espírito perante o mundo, que ele cria e recria à sua vontade.

Mas era também da Alemanha que a reação à tal processo ganharia maior contundência:

Foi contra esse delírio de relativismo, que surgiu em 1913, o famoso artigo de Husserl – “A filosofia como ciência exata”, que ia produzir imensa sensação e dar início a um novo método filosófico, a “fenomenologia”. Husserl a chamava mesmo de “ciência” preparatória e fundamental a toda pesquisa filosófica, pelo meio de coligir, por assim dizer, os “fenômenos” filosóficos, não como fatos mas como “essência” e, portanto, “irreais” por natureza.

Assim, a fenomenologia era perspectiva filosófica que, “embora incompleta e puramente preparatória”, poderia ser uma reação do “ser ao vir a ser”. Max Scheler era, na visão de Tristão de Athayde, o maior filósofo alemão àquela época, sendo tributário e ao mesmo tempo crítico desse questionamento fenomenológico. Também o grupo dos neorrealistas norte-americanos¹⁵³, conhecido como “grupo dos seis”, iriam nessa direção. E, entre os fenomenólogos alemães e os neorrealistas americanos, poderia elencar-se o filósofo russo Nikolai O Lossky que reivindicava tal proximidade:

Comparando-se o ideal realismo intuitivista com a fenomenologia de Husserl ou com

¹⁵⁰ ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

¹⁵¹ Citado em francês. Cf. POLITZER apud. ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

¹⁵² ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

¹⁵³ Conhecido como grupo dos seis, trata-se de um grupo de professores universitários Edwin Bissell Holt, Walter Taylor Marvin, William Pepperell Montague, Ralph Barton Perry, Walter Boughton Pitkin and Edward Gleason Spaulding. O crítico cita a obra que trazia todos esses autores: *The New Realism*. New York: The Macmillan Company, 1922.

a filosofia transcendental de nossos dias, que se orienta cada vez mais num sentido ontológico, revelam todas essas correntes não pequenas concordâncias. Em geral se pode dizer que o ideal realismo intuitivista, que eu represento, forma um elo entre o moderno realismo anglo-americano e o Idealismo transcendental alemão¹⁵⁴.

Tais perspectivas seriam, ainda, na visão do crítico, insuficientes, uma vez que revelariam “sempre a preocupação do sistema ‘individual’ que é exatamente uma subordinação ao relativo”¹⁵⁵. De qualquer forma, eram reações significativas dos filósofos que novamente fariam da ontologia uma questão fundamental:

Só a verdadeira filosofia do Ser, que os historiadores do pensamento moderno quando muito mencionam com desdém [...] só ela conserva, superior às modas ou aos sarcasmos, a pequena chama de verdade, que um dia possivelmente voltará a trazer aos homens, esgotados de experiências vai, um pouco de saúde e de equilíbrio. A volta ao Ser.

Dessa forma, a partir da reabilitação da ontologia nos anos 1920, Tristão de Athayde conciliava o seu catolicismo com sua “questão intelectual”. A confraternização de São Francisco com Tomás de Aquino. A visão de seu tempo como uma época única em quase dois mil anos de história era algo fundamental a tal engajamento irresistível:

Há dezenove séculos que nenhum momento histórico conteve em si uma tal reserva de possibilidades as mais contraditórias como os nossos dias. Estamos mesmo assistindo ao espetáculo curioso da fábula do “aprendiz de feiticeiro” aplicada a toda a humanidade. Estamos vendo os homens transbordados pelos acontecimentos. Lutando desesperadamente para se porem à altura das forças inconscientes que a sua consciência imprudente desprende. E raramente se mostrando à altura delas¹⁵⁶.

O texto que explicitou a conversão de Tristão de Athayde é o chamado “Adeus, à disponibilidade”. Trata-se de uma carta aberta a Sérgio Buarque de Holanda. A noção de “disponibilidade”, como o próprio crítico explicara em outra ocasião, estaria associada especialmente ao “grupo de Gide” que a teria posto em voga e significaria “a conservação do espírito sempre livre de toda ligação para estar pronto a receber qualquer ideia nova que chegue – essa noção criou uma literatura de artifício e de diletantismo que faz os artistas perderem ‘a parte eterna deles mesmos’”¹⁵⁷. Tal ideia estaria incorporada na obra *Monsieur Teste*, de Paul Valéry, e analisada por Georges-Philippe Friedmann como exemplo de disponibilidade:

Os homens que vierem após a gente e julgarão nosso século considerarão com estupor e piedade que artistas como Valéry, Giraudoux, Larbaud e mesmo o grande Proust, tenham podido atravessá-lo ignorando-o ou, frequentemente, reduzindo a medidas mesquinhas de pequenas histórias, pequenas almas analisadas com uma minuciosa complacência, imagens e jogos variados, piruetas – seu caos imenso, trágico, suas convulsões [...]¹⁵⁸.

Assim, tal condição era associada aos homens que tinham chegado “ao limite da dissociação

¹⁵⁴ LOSSKY Apud. ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

¹⁵⁵ ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928, p. 4.

¹⁵⁶ ATHAYDE, Tristão de. Perspectivas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07 ago. 1927, p. 4.

¹⁵⁷ ATHAYDE, Tristão de. Germinação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1926, p. 4.

¹⁵⁸ Citado no original em francês. FRIEDMANN Apud. ATHAYDE, Tristão de. Germinação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1926, p. 4.

com o real para essa literatura infeccionada de artifício e de disponibilidade”¹⁵⁹. E no adeus à disponibilidade, Tristão de Athayde falava a Sérgio Buarque de Holanda que:

As novas gerações adoram o vir a ser, quando eu creio que deve existir uma opção necessária pelo ser. Adoram as coisas no tempo, quando sustento o dever de não nos deixarmos vencer pelo tempo. Optam pela subordinação do indivíduo à massa, quando vejo a necessidade de salvar o indivíduo. E se combatem o aniquilamento do indivíduo, é para libertá-lo incondicionalmente, quando devemos todos livremente restabelecer as fronteiras de nossas próprias indistinções¹⁶⁰.

Pode-se considerar, porém, que havia outro lado dessa despedida. A esta feição intelectual, tomista, deve-se somar a franciscana, aquela que guardaria os:

[...] segredos dos temperamentos realizadores e práticos. O homem de ação não é o que vive a esmiuçar as origens claras, patentes, fundamentadas, de suas razões de agir. É justamente o contrário: o homem que sabe captar a mensagem invisível e prender-se a ela então lucidamente, violentamente, sem hesitação¹⁶¹.

Em outra ocasião, Tristão de Athayde verificava que “cada vez mais é entre o silêncio dos livros que se fazem as revoluções, mas é na praça pública que se queimam as bibliotecas e se reconstituem as civilizações”¹⁶². E, conforme dissera uma vez a Jackson de Figueiredo: “A *democracia*, as *urnas*, o *voto secreto*, a república *deveras*, será o seio de Abraão, se os homens arrebatados como você não vierem atrapalhar o jogo. Sabe de onde vem o mal? Da falta de umas revoluções bem *sangrentas*”¹⁶³. Dessa forma, a superação das “filosofias da morte” pela “filosofia do ser” entendida como o catolicismo integral não fez mais do que lançar o intelectual à morte, de forma que a expressão que marca a outra face do “Adeus à disponibilidade” é o panfleto “Tentativa de Itinerário”:

Há quase meio século que faltava à mocidade brasileira aquilo que é a própria razão de ser da sua beleza e do seu prestígio: uma Causa. Uma grande causa, generosa, definida, construtora, pela qual possamos dar o nossos entusiasmo e, se preciso for, o nosso sangue. Foi essa a grande melancolia da minha geração. Não víamos em torno de nós nenhum motivo de morrer por alguma coisa¹⁶⁴.

Era a decisão pelo extremo.

¹⁵⁹ ATHAYDE, Tristão de. Germinação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1926, p. 4.

¹⁶⁰ ATHAYDE, Tristão de. Adeus à disponibilidade, *A Ordem*, Rio de Janeiro, Ano VIII, nº 1 (nova série), dez. 1928, p. 57.

¹⁶¹ ATHAYDE, Tristão de. S Francisco de Assis. *Estudos*. Segunda Série, p. 340.

¹⁶² ATHAYDE, Tristão de. Política e Polytica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1926, p. 4.

¹⁶³ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 49.

¹⁶⁴ LIMA, Alceu Amoroso Lima. Tentativa de Itinerário (1929). *Adeus à disponibilidade e outros adeuses*. Rio de Janeiro: Agir, 1969, p. 20.

Conclusão

“Do ceticismo aos extremos”, este parece ter sido o caminho, as disposições intelectuais que caracterizaram a cultura intelectual brasileira nos anos 1920, notadamente expressa na trajetória intelectual e biográfica de Tristão de Athayde. Ao fim da década, os precários valores democráticos e liberais que vinham se disseminando com a República encontravam reveses significativos. A crise de 1929 apenas confirmava ideias que há muito circulavam e ganhavam adeptos, de modo que tal perspectiva contribuiu para a revisão sobre o papel de tal evento nos processos políticos brasileiros¹⁶⁵. A “velhice” da República foi associada a sua Constituição que, quando promulgada em 1891, era apresentada como algo novo, moderno e atual, mas ao fim da década de 1920 ganhou os adjetivos de velha, atrasada e anacrônica. Apesar das várias reformas propostas à época, como a do voto feminino, modificações nas leis trabalhistas, de representação de classes, de nacionalização de empresas, programas de “colonização” da Amazônia e da região Centro-Oeste, do trabalho feminino, do divórcio, do fomento à educação, de ampliação da imprensa e da edição etc., o horizonte revolucionário falava cada vez mais alto, tanto entre quadros “conservadores” quanto nos “progressistas”. Ao acompanharmos a trajetória de Tristão de Athayde, pela própria natureza da crítica literária, somos reenviados a um conjunto significativo de temas, questões, problemas, sensações, impressões, construções, utopias, desejos e expectativas que permeavam uma série de escritores, artistas, críticos, literatos, políticos, advogados, médicos, cientistas etc. que se lançavam à imprensa para defender suas posições e ideias de diversas maneiras.

O conceito de cultura intelectual opera sempre no sentido de verificar esta dinâmica intelectual brasileira que, por muito tempo, teve no jornal o seu maior veículo de expressão. Essa cultura do jornal se, por um lado, não conseguia delimitar os campos específicos, as esferas do saber determinadas, com suas revistas especializadas, instituições consolidadas e campos de atuação delineados, por outro lado, criava um fórum de debates, encontros, contribuições e análises, extremamente rico, justamente pela formação e capacitação dos agentes envolvidos. A cultura intelectual da República é uma cultura pública, que usa e abusa da liberdade de imprensa que, especialmente no estado de sítio decretado pelo governo Artur Bernardes, sofreu revezes consideráveis e prefigurou atitudes que iriam limitar tal liberdade de maneira significativa, especialmente após a queda da Primeira República.

Tristão de Athayde se construiu como intelectual nessa cultura do jornal. Em toda a

¹⁶⁵ “[...] a proximidade destes dois eventos, crise de 29 e Revolução de 30, fez com que se buscassem nexos entre eles que, de fato, não existiam. Foram fenômenos apenas simultâneos, mas não necessariamente interrelacionados”. VISCARDI, C. *O teatro das oligarquias*, p. 320.

década, lançou apenas um livro com material inédito. Todos os seus três *Estudos* publicados ainda nos anos 1920 eram seleções daquilo que ele havia escrito no *O Jornal* e em algumas revistas. E foi através dessa atuação militante que ele conquistara uma reputação bastante favorável, sendo apreciado e respeitado por membros dos pontos os mais diversos do meio intelectual, social e político. Já houve uma discussão sobre quem seria o “crítico do modernismo”. O modernismo teve vários críticos. Sem dúvida, Tristão de Athayde esteve entre os principais. Suas posições e análises geravam reações contundentes dos modernistas, especialmente Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Ainda que não concordassem com ele, eles viam-se obrigados a respondê-lo, a convencê-lo, a, enfim, “ganhá-lo” para o seu grupo ou perspectiva. Suas ideias tinham repercussão na obra de ambos. Como explicar aquela menção a Bolk na tese de Oswald de Andrade apresentada nos anos 1940, se não pela menção feita ao médico holandês pelo crítico em sua crítica à Antropofagia? Essa história continuou nos anos seguintes ao nosso recorte. Oswald de Andrade solicitou o voto de Tristão de Athayde quando quis angariar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, o que era de praxe, mas o fez de uma maneira bastante provocativa: “Será V S uma das raras inteligências desse grêmio, que compreendem a atual situação do mundo e portanto da própria Academia? Ou será V S um dos membros da quinta coluna que, camuflados, no fardão, sabotam aí dentro, as magras conquistas do espírito brasileiro?”¹⁶⁶ O crítico lembra-se de um encontro amistoso com Oswald de Andrade em 1941, quando seguidores do intelectual paulista temiam que o carioca lá estivesse para convertê-lo, ao que teria respondido Andrade: “Vocês estão me interpelando, mas não é verdade. Ele não está querendo me converter, e nem eu estou querendo ser convertido. Mas antes assim fosse”¹⁶⁷.

Mas Tristão de Athayde não foi um crítico do modernismo. O modernismo fez parte de suas inquietações, análises e teorizações, e a ele foram dedicados dezenas de estudos nos rodapés da “Vida Literária”, mas muito mais passou por aí. O crítico realmente se empenhou em dar conta, o máximo possível, da produção intelectual do país nas diversas áreas: literatura, história, filosofia, educação, política, humor e sociologia, sempre procurando associá-la a movimentos internacionais europeus e americanos. O único campo que Tristão de Athayde realmente parece ter omitido era o da análise dos acontecimentos políticos nacionais correntes. Como ele disse certa vez:

“Mas, afinal, você é a favor ou contra o Bernardes?” é a indagação displicente que importa ao “man in the street”, repetindo inconscientemente, uma das afirmações capitais que ainda não consegui bem compreender, tanto de Joseph de Maistre como de Balme, de que é preciso visar os homens para alcançar as ideias. [...] Quem não compreenda a ideia, será um rabiscador de considerações inócuas como estas; quem

¹⁶⁶ Carta de Oswald de Andrade a Alceu Amoroso Lima, 22/8/1940, acervo CAAL.

¹⁶⁷ LIMA, Alceu Amoroso. *Memorando dos 90*, p. 423.

só compreenda os homens, será um excelente Ministro da Polícia ou um miserável politiquês de aldeia. “Mas afinal você é a favor ou contra o Bernardes?”, tornará a repetir o impaciente eleitor matriculado da seção de Santa Rita. “E eu vos direi, no entanto, que uma Revolução para obter a panaceia do voto secreto, uma reforma hipotética da justiça e uma corrupção menor na comédia ridícula dos reconhecimentos eleitorais, parece-me a mim um pouco excessivo, para evitar os ‘gros mots’. E no mais, entre o caudilhismo e o cesarismo, opto sem hesitar por este último, ainda que tenha culpas na provocação daquele, pois representa o sentido arquetípico do todo contra os lirismos retóricos das partes. E toda a autoridade deve ser forte, para ser justa e a miséria de nossa politicagem é justamente que a força se anula ou se mistifica, justificando as suas arbitrariedades inúteis ou as suas violências inevitáveis, com as derramas do nepotismo, com a corrupção da imprensa e com o tráfico das indulgências legislativas, em forma de poltronas no ex-pavilhão de S Luiz ou no ex-cárcere dos inconfidentes”. Com o que o eleitor de Santa Rita sairá titubeante, se está falando com um dos gideões do sr Mendes Tavares ou com um guilhotinado do sr Irineu Machado¹⁶⁸.

A análise política, porém, fazia-se presente recorrentemente em seus escritos. A falência do liberalismo, da democracia e dos princípios iluministas parecia cada vez mais evidente frente ao desastre da Grande Guerra, da vitória da Revolução Russa e a emergência de novas perspectivas culturais, filosóficas e literárias acerca das noções de civilização, cultura e barbárie, vida e matéria, razão e intuição. A sensação de se pertencer a uma época que fatalmente iria se transformar radicalmente, um destino inexorável, especialmente com o horizonte revolucionário sempre presente, fazia da angústia um tema central nos escritos de Tristão de Athayde. A saída do ceticismo era a imposição que demandava o engajamento em uma visão de mundo totalizante da realidade, capaz de lançar os homens à morte em nome de alguma causa abstrata. Este será um processo recorrente, à direita e à esquerda, no interior da cultura intelectual brasileira nos anos seguintes. Sem dúvida, um dos casos mais significativos foi o de Luís Carlos Prestes que, de nome cantado e festejado por parte significativa das oligarquias nacionais, torna-se comunista. É certo que Prestes decepcionou muita gente, desde Assis Chateaubriand, que se esforçara na criação de sua imagem pública, até os seus amigos tenentes que aderiram ao projeto varguista que também se constituiu como uma visão totalizante da realidade nacional.

Há casos menos polêmicos, mas igualmente significativos, como o da escritora Albertina Bertha que causara sensação e polêmica com seu livro *Exaltação* (1916). Seu romance seguinte, *Voleta* (1926), revelara uma mudança para um estilo “atrasado”, que o crítico considerara como expressão de um “olímpico desprezo pelo ‘zeitgeist’”, mas que mantinha ainda as “secretas feminilidades” do primeiro livro¹⁶⁹. Pouco tempo depois, Bertha, que representara a “mulher brasileira” no Congresso Feminino de Paris, em 1926, expressava sua admiração pelas obras de “propaganda e educação católica internacional de grande alcance

¹⁶⁸ ATHAYDE, Tristão de. Política e Polytica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1926, p. 4.

¹⁶⁹ Cf. ATHAYDE, Tristão de. Sinos e sinas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1926, p. 4.

social” levadas a cabo na França, cuja atuação se propagava “pelas dioceses, ‘Centros Apostólicos’ e ‘Grupos de Juventude’ de onde se irradia toda uma abundância de benemerências e de excelentes ensinamentos morais”¹⁷⁰. Por outro lado, inaugurava-se a União Universitária Feminina com um discurso de Bertha Lutz em que se afirmava a finalidade da instituição “desenvolver a intelectualidade feminina, tornar mais acessíveis à mulher a instrução superior e o exercício das profissões liberais”¹⁷¹. Nota-se, assim, uma divisão entre perspectivas católicas e laicas no interior do movimento feminista.

O romance *Uma mulher como as outras* (1928) de Afrânio Peixoto, que acabara por se tornar o exemplo do intelectual cético dos anos 1920, terminava com Helena, a amante do protagonista Virgílio, revelando-lhe que não precisaria haver casamento, pois “Para ser tua mulher não preciso de padre nem juiz...”. Não haveria razão em preocupar-se com a “sociedade”, afinal, segundo a protagonista que tem as principais falas finais: “Eu me dei a ti, e ninguém a mim e a ti reparará isso, pois que somos independentes pelo trabalho”¹⁷². Helena sentenciava: “_ O trabalho é a independência da mulher”¹⁷³. Além disso, a própria união poderia ser desfeita:

_ Porque sou senhora de mim, e trabalho para isso, dei-me inteiramente a este senhor, sem condições, enquanto me quiser... [...] isto é, enquanto nos agradarmos um ao outro. Se daí sobreviver... terceiro, tudo é possível... em homenagem a essa criatura, que não pode ter as minhas ideias, então sim, ficam apalavrados, desde já, o padre e o juiz, e os nossos amigos a quem desejo longa vida, como a nós, todos desde já convidados...¹⁷⁴

Frente à relutância de Virgílio, Helena cederia, guardando porém um tom de superioridade intelectual face “à criatura que não pode ter minhas ideias”. Mas as ideias estavam claramente postas. O último romance de Afrânio Peixoto, que na época era sempre sucesso de vendas, defendia a união fora do casamento religioso, o divórcio e a autonomia da mulher mediante o trabalho. Tristão de Athayde, que era parente do escritor, fez uma crítica amena ao livro, rápida, que destacava o protagonismo da personagem feminina de maneira ambígua: “subitamente, sorratamente, feminalmente, é ela que o leva a tudo o que deseja. Ele é apenas o cronista de sua própria derrota... vitoriosa”¹⁷⁵. Na correspondência com Jackson de Figueiredo a coisa ficava mais clara. Tristão dizia aí ter achado o livro “detestável”, que não disse o que queria “para o não magoar”, que Peixoto como escritor estaria “inteiramente esgotado como um limão já muito espremido e que deu todo o sumo que tinha. Este último romance é um bagaço

¹⁷⁰ Cf. O Congresso Feminino de Paris, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 out. 1926, p. 3.

¹⁷¹ Cf. União universitária feminina, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 nov. 1929, p. 16.

¹⁷² PEIXOTO, Afrânio. *Uma mulher como as outras*. Rio de Janeiro: INL, 1976, p. 271.

¹⁷³ PEIXOTO, Afrânio. *Uma mulher como as outras*, p. 272.

¹⁷⁴ PEIXOTO, Afrânio. *Uma mulher como as outras*, p. 272.

¹⁷⁵ ATHAYDE, Tristão de. Romances e novelas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1928, p. 4.

intolerável. Não tem nada. É seco, vazio, chupado como um pedaço de cana”¹⁷⁶. Jackson de Figueiredo, por seu turno, falava que já esperava isso do romancista, que seria “muito inteligente mas superficial, muito por falta de profundidade do próprio temperamento, mas também porque tudo lhe sorriu à superficialidade, num meio como o nosso”¹⁷⁷. Mas era o próprio crítico que informava ter o livro de Afrânio Peixoto vendido mais de sete mil exemplares. E se indignava com tal sucesso do ceticismo: “É da gente desesperar definitivamente de dar um pouco de senso literário a esses bócios. [...] É uma criatura na qual o ceticismo absoluto arrancou toda a possibilidade de se magoar com os amigos”¹⁷⁸.

Tristão de Athayde convertera-se ao catolicismo e partira para as disposições extremas, especialmente após a morte de Jackson de Figueiredo. Desde então, ele se torna uma das maiores forças conservadoras do país, combatendo o divórcio, o casamento civil, defendendo o feminismo apenas em sua vertente católica, combatendo o comunismo, a liberdade religiosa, defendendo a censura, recriminando o ensino laico, a luta de classes, sempre em função de uma concepção integral do catolicismo o que, inclusive, lhe propiciou a sedução pelo integralismo. Esta foi a passagem de Tristão de Athayde em Alceu Amoroso Lima. Ele, porém, viveu muito e intensamente cada época de sua trajetória intelectual. Viu muita coisa. Dois pontos devem ter lhe permitido vislumbrar a correção, por assim dizer, de erros anteriores. O primeiro, alheio a ele próprio, diria respeito ao valor de sua crítica literária. Nos anos 1950, o poeta João Cabral de Melo Neto lhe escrevia de Sevilha o seguinte:

Minha geração cresceu aceitando, sem exame, uma opinião apressada não sei se de Mário de Andrade, segundo a qual o sr não seria um bom crítico de poesia. Mas esta nota prova o contrário. A maneira como o senhor abordou a poesia de Murilo e a minha, definindo primeiro a realidade concreta de cada poema para depois ver que sentido (filosófico, moral, etc.) provocou, ou determinou aquela coisa-poema, que sentido está por detrás dele (não como um original está por detrás de uma caligrafia), essa maneira é a única maneira de abordar a poesia e não sei se o crítico Mário de Andrade foi capaz de exercê-la. [...] sua nota me surpreendeu. Não como obra sua, mas como obra da crítica brasileira em geral, sempre inclinada a identificar aquilo que chamei sentido do poema com o que o poema diz diretamente. Crítica que quase nunca mostra compreender que um poema é uma obra, é a concretização de uma visão, de um sentido determinado, e não uma tradução, uma explicação ou uma confissão desse sentido¹⁷⁹.

O segundo ponto diz respeito a sua inclinação política. Quando, nos anos 1960, ele foi para o “lado oposto”, ou seja, combatera a ditadura militar, defendera a universalização da democracia, inclusive pelo voto dos analfabetos e passou a considerar-se um socialista cristão. Essa mudança lhe rendeu o reconhecimento de vários intelectuais, tanto dos jovens jornalistas do *O Pasquim*, que o entrevistaram por mais de uma vez, quanto a homenagem feita pela revista

¹⁷⁶ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 346.

¹⁷⁷ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo I, p. 347.

¹⁷⁸ FIGUEIREDO, J de; LIMA, A A. *Correspondência*. Tomo II, p. 348.

¹⁷⁹ Carta de João Cabral de Melo Neto a Alceu Amoroso Lima, 18/11/1957, acervo CAAL.

Encontros com a civilização brasileira, por ocasião da celebração do seu aniversário de 85 anos. O volume contou com contribuições de Ênio Silveira, Paulo Evaristo Arns, Hélio Pellegrino, Antônio Houaiss, Otto Lara Rezende, Oscar Niemeyer, Hélio Silva, Nelson Werneck Sodré, Otto Maria Carpeaux, Edgar da Mata Machado, A L de Almeida Prado, Neusa Simões e Leonardo Boff¹⁸⁰. Momento crucial em sua vida, ele nunca deixou de reelaborar o significado de sua conversão e, em uma das últimas interpretações de si mesmo, o crítico comentou que, na verdade, essa última fase mais à esquerda era um retorno ao que ele era antes da influência de Jackson de Figueiredo:

Jackson exerceu também, pela sua morte, um desvio da minha própria fidelidade comigo mesmo, com o meu temperamento, então, eu realmente reconsidero que hoje eu sou muito mais eu mesmo do que como logo depois da morte do Jackson, em que eu procurei, com uma certa simpatia pelo reacionarismo e até mesmo pelo movimento integralista, sobretudo por ser um movimento antiburguês [...] eu hoje sou um liberal, sem ser um liberalista, sou um liberal no sentido de que considero que a liberdade e que o problema da liberdade e sobretudo nas circunstâncias atuais do Brasil é um problema capital para o Brasil e de certo modo para o mundo [...] sinto a alegria de viver, a disponibilidade de viver [...] ¹⁸¹.

Ao fim da vida, houve um retorno de Alceu a Tristão.

¹⁸⁰ Cf. *Encontros com a Civilização Brasileira*. V. 6. Edição Especial. Alceu: 85 Anos – Homenagem ao grande brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹⁸¹ “Dr Alceu”. Direção: Heloisa Buarque de Holanda. [s.l.] Embrafilme, 1981.

Referências bibliográficas.

Fontes

Artigos publicados em periódicos:

Alceu Amoroso Lima/ Fernando Telles/ Tristão de Athayde.

1916

LIMA, Alceu Amoroso. Pelo passado nacional. *Revista do Brasil*, n 9, ano 1, vol III, 16 de setembro de 1916.

1917

LIMA, Alceu Amoroso. O êxodo, *Revista do Brasil*, n 21, São Paulo, set. 1917.

LIMA, Alceu Amoroso. Souza Bandeira, *Revista do Brasil*, n 20, S Paulo, ago. 1917.

1919

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jul. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 set. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1919.

ATHAYDE, Tristão. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25. Jul. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26. Jul. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 set. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 nov. 1919.

ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1919.

ATHAYDE, Tristão. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1919.

- ATHAYDE, Tristão. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 set. 1919.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 out. 1919.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliographia. *O Jornal*, 17 jul. 1919.
- ATHAYDE, Tristão de. Ronald prosador. (1919) In: *Estudos Literários*. Rio de Janeiro: Agir, 1966, p. 138-143.
- LIMA, A. Amoroso. À margem de um livro, *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 17, ano IV, vol X, jan. 1919.
- T de A. O preço dos livros, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1919.

1920

- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 out. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 set. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 mai. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1920.
- ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 mai. 1920.
- ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 out. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26. Jul. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1920.
- ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 out. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1920.
- ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. O Professor Jeremias, *Revista do Brasil*, nº 53, São Paulo, mai. 1920.
- ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1920.

TELLES, Fernando. A casa brasileira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1920.
TELLES, Fernando. A onda de prazer. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1920.
TELLES, Fernando. A política da gleba. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1920.
TELLES, Fernando. Cidades mortas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1920.
TELLES, Fernando. O Sistema Taylor. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1920.
TELLES, Fernando. O Sistema Taylor. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1920.
TELLES, Fernando. Realismo social, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1920.
T. de A. A questão social, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1920.
T. de A. A questão social, *Revista do Brasil*, nº 50, pp. 177-178, fev. 1920.

1921

ATHAYDE, Tristão de. A literatura em 1920, *Revista do Brasil*, ano VI, volume XVII, nº 64, abril-junho de 1921, São Paulo – Rio de Janeiro.
ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1921.
ATHAYDE, Tristão De. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1921.
ATHAYDE, Tristão. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1921.
ATHAYDE, Tristão. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1921.
ATHAYDE, Tristão. Bibliografia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 mai. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 ago. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 set. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 out. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 out 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1921.
ATHAYDE, Tristão. Vida Literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 out. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 dez. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 set. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1921.

ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1921.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 out. 1921.

1922

ATHAYDE, Tristão de. Afonso Arinos. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1922.
ATHAYDE, Tristão de. A Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Críticas à crítica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Crítica Expressionista. *O Jornal*, 12 mai. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Naturalismo e lirismo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 ago. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 out. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 set. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1922.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1922.
LIMA, Alceu Amoroso. A propósito da crítica, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 set. 1922.

1923

ATHAYDE, Tristão de. A beleza múltipla, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Curel e a Guerra, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Letras Sul-Americanas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Pirandello, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Sugestões, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 de abr. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária. O amigo dos livros, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1923.

ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1923.
ATHAYDE, Tristão. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1923.
ATHAYDE, Tristão de. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1923.

1924

ATHAYDE, Tristão de. A beleza total, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1924.
ATHAYDE, Tristão de. Americanismo, *Terra de Sol*. Revista de arte e pensamento, Rio de Janeiro, Vol I, nº 3, mar. 1924.
ATHAYDE, Tristão de. Anatole France. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 out. 1924.
ATHAYDE, Tristão de. Dois amigos, *Terra de Sol*. Revista de arte e pensamento, Rio de Janeiro, Vol 1, nº 1, janeiro 1924.
ATHAYDE, Tristão de. O espectro interior, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1924.
ATHAYDE, Tristão de. O gesto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1924.
ATHAYDE, Tristão de. Os extremos de Barrès, *América Brasileira*, ano III, nº 25, pp. 12-13, jan. 1924.
ATHAYDE, Tristão de. Pessimismo norte-americano. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1924.
ATHAYDE, Tristão de. Realidade, *Terra de Sol*. Revista de arte e pensamento, Rio de Janeiro, Vol II, nº 5, mai. 1924.
ATHAYDE, Tristão de. Seu Arcanjo ou o paraíso perdido, *Terra de Sol*. Revista de arte e pensamento, Rio de Janeiro, Vol I, nº 2, fev. 1924.
ATHAYDE, Tristão de. Totila Albert, *Terra de Sol*. Revista de arte e pensamento, Rio de Janeiro, Vol III, nº 8, ago. 1924.
ATHAYDE, Tristão de. Tropicalismo universalista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1924.

1925

ATHAYDE, Tristão de. A literatura brasileira e a crítica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. A salvação pelo angélico, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 out. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Aspectos Brasileiros, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Columbia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 out. 1925.
ATHAYDE, Tristão. Fagundes Varela e o romantismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Ford, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 out. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Homens de ciência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 mai. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Literatura Suicida II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1925.

ATHAYDE, Tristão de. Livros do Sul, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Livros do Sul II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Males de ontem e de hoje, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jul. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Males de ontem e de hoje, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1925.
ATHAYDE, Tristão. Modernos I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1925.
ATHAYDE, Tristão. Modernos II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. No país da vontade, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 mai. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jul. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo II – Antecedentes e origens da Revolução, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo III, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. O Comunismo IV, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 ago. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. O Suprrealismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. O Suprrealismo II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Queimada ou fogo de artifício, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 out. 1925.
ATHAYDE, Tristão. Romancista tuberculoso, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Salvação pelo angélico, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 out, 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Saúde, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 set. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Saúde II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 set. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Selvas e Salões, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1925.
ATHAYDE, Tristão de. Um girondino do modernismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1925.

1926

ATHAYDE, Tristão de. Aspectos Brasileiros, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Atualidades, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia franciscana I. *O Jornal*. 4 out. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Bibliografia franciscana II. *O Jornal*, 10 out. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Brasileirismo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 fev.1926.
ATHAYDE, Tristão de. Construtivismo e destrutivismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 out. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Ebulição, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Germinação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. História e ficção, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Inferno ou paraíso, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 set. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Literatura infantil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Literatura infantil II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 set. 1926.
ATHAYDE, Tristão. Marinetti I, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1926.
ATHAYDE, Tristão. Marinetti II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai.1926.
ATHAYDE, Tristão. Monocracia e policracia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1926.

ATHAYDE, Tristão. Monocracia e policracia II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1926.
ATHAYDE, Tristão. Monocracia e policracia III, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Nascer e morrer das palavras, *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, ano I, nº 1, 16 set. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Piratininga. *O Jornal*, 7 nov. 1926, p. 4.
ATHAYDE, Tristão de. Política e Polytica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1926, p. 4.
ATHAYDE, Tristão. Política e Polytica II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1926, p. 4.
ATHAYDE, Tristão de. Sinos e sinas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1926, p. 4.
ATHAYDE, Tristão. Tendências, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1926, p. 4
ATHAYDE, Tristão de. Tobias Barreto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1926, p. 4.
ATHAYDE, Tristão de. Tobias Barreto II, *O Jornal*. Rio de Janeiro, 19 dez. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Tréplica. *O Jornal*, 5 dez. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Tríptico, *Revista do Brasil* (terceira fase), Rio de Janeiro, Ano I, nº 4, 30 out. 1926.
ATHAYDE, Tristão. Um moderno. Marcel Arland. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07 fev. 1926.
ATHAYDE, Tristão de. Viajantes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 set. 1926.

1927

ATHAYDE, Tristão de. Eles e nós, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1927.
ATHAYDE, Tristão de. *Estudos*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.
ATHAYDE, Tristão de. Mal Sagrado, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1927.
ATHAYDE, Tristão de. Mal Sagrado II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1927.
ATHAYDE, Tristão de. O Dilema, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1927.
ATHAYDE, Tristão de. Perspectivas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07 ago. 1927.
ATHAYDE, Tristão de. Pirandello, *O Jornal*. Rio de Janeiro, 25 set. 1927.
ATHAYDE, Tristão de. Poetas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1927.
ATHAYDE, Tristão de. Policromia, *O Jornal* (segunda seção), Rio de Janeiro, 20 nov. 1927.
ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1927.
ATHAYDE, Tristão de. Reabilitação de um continente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1927.
ATHAYDE, Tristão de. Romancistas ao sul, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 out. 1927.

1928

ATHAYDE, Tristão de. Adeus à disponibilidade, *A Ordem*, Rio de Janeiro, Ano VIII, nº 1 (nova série), 1928.
ATHAYDE, Tristão de. A língua brasileira, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1928.
ATHAYDE, Tristão de. Brasil nação e Brasil país, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1928.
ATHAYDE, Tristão de. Como nos veem, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1928.
ATHAYDE, Tristão. Gazeta, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03 jun. 1928.
ATHAYDE, Tristão de. Gente de Amanhã, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1928.
ATHAYDE, Tristão de. Hello, *O Jornal*. Rio de Janeiro, 25 nov. 1928.

- ATHAYDE, Tristão de. La nouvelle idole, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 ago.1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Lopistas e antilopistas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Macunaíma, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 set. 1928.
- ATHAYDE, Tristão. Marcel Proust. Estudos II. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Neo-indianismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Nós, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1928.
- ATHAYDE, Tristão. O Batismo da América, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1928.
- ATHAYDE, Tristão. O Distributismo. *Estudos 2ª Série*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1928.
- ATHAYDE, Tristão de. O Pré-Romantismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 set. 1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Os Andrades, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Os Andrades II, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1928.
- ATHAYDE, Tristão. Poesia argentina moderna, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Religião e Ciência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set.1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Religião e Ciência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 set.1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Retrato ou caricatura, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Romances e novelas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Ser e vir a ser, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 ago.1928.
- ATHAYDE, Tristão de. S Francisco de Assis. *Estudos*. Segunda Série. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1928.
- ATHAYDE, Tristão de. S Francisco de Assis. *Estudos II*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1928.
- ATHAYDE, Tristão de. Uma revelação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1928.
- 1929**
- ATHAYDE, Tristão de. Esquema de uma geração, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1929.

Outros artigos publicados em periódicos.

1911

ESTRADA, Osório Duque. Registro Literário. Ainda Esfinge, do dr Afrânio Peixoto, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1911.

ZIMMERMAN, Maurice. La géographie humaine d'après Jean Brunhes. *Annales de Géographie*. 1911, t 20, n 110.

1915

A Cruz Branca realizou ontem a sua primeira sessão ordinária, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1915.

Correio Paulistano, São Paulo, 7 ago. 1915.

1916

Correio Paulistano, São Paulo, 23 nov. 1916.

LESSA, Pedro. O preconceito das reformas constitucionais – Qual a reforma do governo

- reclamada pelas tradições brasileiras, *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 1, jan-abr 1916.
- LOPES, Oscar. Um livro estranho, *Correio Paulistano*, São Paulo, 9 abr. 1916.
- Revista do Brasil, *Revista do Brasil*, nº 1, São Paulo, jan.-fev, 1916.
- Uma nova instituição feminina – A Associação da Mulher Brasileira, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 set. 1916.
- VERÍSSIMO, José. O modernismo, *Revista do Brasil*, Vol 1, Ano 1, nº 1, São Paulo, jan-abr 1916.
- 1917**
- Brazileia*: revista mensal. Sociologia, arte, crítica, Ano 1, nº 1, Rio de Janeiro, janeiro 1917, pp. 3-15.
- MUSME. Um novo livro. A propósito de “Exaltação”, de d. Albertina Bertha, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jan. 1917.
- OITICICA, José. Crônica Literária, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25. Fev. 1917.
- 1918**
- Chá de Petrópolis, *A Época*, 30 jan. 1918.
- 1919**
- A expulsão dos declarados anarquistas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1919.
- AMADO, Gilberto. Anatole France comunista, *Revista do Brasil*, São Paulo, Ano IV, nº 43, vol. XI, jul. 1919.
- A mulher vence, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1919.
- A nossa marinha mercante. Uma reclamação justa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919.
- A psicologia do Maximalismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 out. 1919.
- As Grandes Conferências. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 set. 1919.
- CARVALHO, Ronald de. Carta a Nestor Vitor. Nacionalismo na arte, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 out. 1919.
- CARVALHO, Ronald de. Crônica de Arte. Os Nossos Desenhistas. Di Cavalcanti, *O Jornal*, 7 jul. 1919.
- Dia 1. Jeca Tatu, revista de Alfredo Breda e Romano Coutinho, música de Paulino Sacramento. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1919.
- Expediente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919.
- Giffon. Croniqueta Parisiense – A volta do taffetà. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 de Julho de 1919.
- João sem Telha. Artigo sem fundo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1919.
- LOPES, Renato de Toledo. “O Jornal”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1919.
- Momento literário, *Revista Nacional*, Rio de Janeiro, ago. 1919.
- O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 Jul. 1919.
- O Júri de ontem. O flautista assassino. *O Jornal*, 1º Jul. 1919.
- Os anarquistas em atividade, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1919.
- OSWALDO. A partida dos anarquistas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1919.

Serviço telegráfico – a praga maximalista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1919.

SYLVIO. “La femme à trente ans”, *O Jornal*, 15 de novembro, 1919.

1920

A legião da mulher brasileira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1920.

ANDRADE, M Moraes de. A arte religiosa no Brasil, *Revista do Brasil*, nº 50, São Paulo – Rio de Janeiro, fev. 1920, pp 95-104.

Carnaval. Blocos dos Teteias. Grande Festival no Politeama Méier, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1920.

CARVALHO, Ronald de. A tortura da arte contemporânea, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1920.

CARVALHO, Ronald de. O espontaneísmo de Zina Aita, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1920.

CARVALHO, Ronald de. Os pintores de nossa paisagem. *O Jornal*, 10 de outubro, 1920.

Combate ao anarquismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1920.

Chrysanthème, “*A fada nua*” de Gofredo, *Correio Paulistano*, São Paulo, 31 out 1920.

FIGUEIREDO, Jackson de. Afrânio Peixoto, *Revista do Brasil*, São Paulo – Rio de Janeiro, nº 51, pp. 218-228, mar. 1920.

FIGUEIREDO, Jackson. Através da obra de Charles Maurras. *Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1920.

FIGUEIREDO, Jackson. Através da obra de Charles Maurras. *Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1920.

FIGUEIREDO, Jackson. Através da obra de Charles Maurras. *Jornal*, Rio de Janeiro, 3 abr. 1920.

FIGUEIREDO, Jackson. Cartas a uma escritora. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1920.

FIGUEIREDO, Jackson. Cartas a uma escritora. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jun. 1920.

FIGUEIREDO, Jackson. Charles Maurras. *Jornal*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1920.

Helios, Crônica Social, A fada nua, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 jan. 1920.

Helios, Crônica Social, A fada nua, *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 out. 1920.

Helios, Crônica Social, Uma leitura de versos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 12 jan. 1920.

INGENIEROS, José. A democracia funcional na Rússia, *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 53, mai. 1920.

KEHL, Renato. A inteligência da mulher. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1920.

KEHL, Renato. Uma nova inquisição. Perseguição aos fracos, raquíticos e degenerados. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1920.

LEÃO, A. Carneiro. The girl guide, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1920.

Lenine: o político e o orador, *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 52, pp. 366-367, abr. 1920.

LOBATO, Monteiro. Introito, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1920.

Notas Belgas. O direito de voto das mulheres, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 de março, 1920.

Notas Bolchevistas. Lenin: o político e o orador, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1920.

Notas bolchevistas: que é um soviete?, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1920.

Notas Alheias. A África para os africanos, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1920.
Notas americanas. O negro e a cultura do algodão. *O Jornal*, 18 de janeiro, 1920.
PENALVA, Gastão. A caricatura no Brasil. Entrevista ao acaso. III Di Cavalcanti. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1920.
PIMENTA, Joaquim. A luta de classes em face do direito moderno, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 dez. 1920.
SCHMIDT, Afonso. *Palavras de um comunista brasileiro à liga nacionalista e à mocidade das escolas*. Rio de Janeiro: s/ed, 1920.
União católica Brasileira, *A União*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1920.

1921

ALMEIDA, Afonso Lopes de. Os nossos livros, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1921.
A Novela Semanal, Ano I, nº I, São Paulo, 2 mai. 1921.
A Pedidos. Clotilde no Pão de Açúcar, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1921.
A Pedidos. O monumento a Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mai. 1921.
A reação contra a candidatura Arthur Bernardes, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1921.
BELO, José Maria. A imprensa e a vida política. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1921.
BELO, José Maria. Bibliografia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 de jan. 1921.
BELO, José Maria. Em torno da questão política, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 out. 1921.
BELO, José Maria. O apelo de “Clarté”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 set. 1921.
CARVALHO, Ronald de. Duas exposições de pintura, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1921.
DIAS, Carlos Malheiro. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 out. 1921.
DRUMMOND, Magalhães. A função política de Minas na política nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1921.
Expediente. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 de ago. 1921.
FIGUEIREDO, Jackson de. Auta de Sousa, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1921.
FIGUEIREDO, Jackson de. Auta de Sousa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1921.
FIGUEIREDO, Jackson de. Auta de Sousa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1921.
FIGUEIREDO, Jackson de. Catolicismo e política, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1921.
FIGUEIREDO, Jackson de. Do nacionalismo na hora presente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1921.
FIGUEIREDO, Jackson. Literatura imoral e educação. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 de mai. 1921.
LEÃO, Antonio Carneiro. Pan-americanismo e aliança ibero-americana. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1921.
MARIA BELO, José. A campanha política, *O Jornal*, 23 dez. 1921.
MARIANO FILHO, José. Arquitetura tradicional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1921.
MARIANO FILHO, José. Arquitetura tradicional (II). *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1921.
MARIANO FILHO, José. Arquitetura tradicional (III). *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1921.

- MARIANO FILHO, José. Arquitetura tradicional (IV). *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1921.
- MAUCLAIR, Camille. As letras e as artes em França, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1921.
- Não será mais erigida no Corcovado a imagem do Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 out. 1921.
- NEVES, Cristiano Stockler das. Arquitetura tradicional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 jun., 1921.
- NORTE, João do. Arquitetura nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1921.
- Notas Alheias. A tática dos “fascisti”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1921.
- Notas alheias. Pedagogia bolchevista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1921.
- Notas estrangeiras. Propaganda Bolchevista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 de mar. 1921.
- O futurismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1921.
- O momento literário paulista. Fala-nos o escritor e jornalista Oswald de Andrade, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 out. 1921.
- O monumento a Cristo Redentor no alto do Pão de Açúcar, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1921.
- O monumento a Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1921.
- O monumento a Cristo Redentor, O projeto aprovado e a sua significação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1921.
- O monumento de Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1921.
- O mundo negro americano e o ressurgimento da campanha pela independência, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 mai. 1921.
- O problema das construções urbanas, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1921.
- PIMENTA, Joaquim. Civilização e raça, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1921.
- SÁ, Alberto Leandro de. A moção do Club Militar. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1921.
- Um telegrama da Princesa Isabel às Comissões do Monumento a Jesus Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1921.
- 1922**
- “Afonso Arinos”, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1922.
- A reunião do Ministério. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1922.
- A sessão de ontem no Senado, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1922.
- BELO, José Maria. Vida literária. O movimento literário de S Paulo e a literatura nacional. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1922.
- CARVALHO, Ronald de. A decadência da plateia carioca, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1922.
- CARVALHO, Ronald de. Um romance moderno, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1922.
- CARVALHO, Ronald de. Afonso Arinos e o sertanismo. Recorte de Jornal, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade. 1922.
- FACÓ, Américo. O que pensam os que pensam. As preferências do sr Medeiros e Albuquerque, *A Noite*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1922.
- Galeria dos Editados, *Revista do Brasil*, São Paulo – Rio de Janeiro, nº 80, agosto de 1922.

- G Le Gentil. “Le cinquantenaire de Castro Alves ». In *Revue de l’Amérique Latine*, nº 3, Março 1922.
- LEÃO, A Carneiro. Conferência Pan-Americana de Mulheres (Pan-American Conference of Women), *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1922.
- LEÃO, Múcio. Tristão de Athayde, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 set. 1922.
- Livros Novos, *A Noite*, Rio de Janeiro, 4 nov. 1922.
- No mundo político. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1922.
- NORTE, João do. Bolchevismo intelectual, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 dez. 1922.
- Notas Estrangeiras. A propaganda bolchevista nos Exércitos e Marinhas europeus, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1922.
- ORICO, Oswaldo. A elegância da nova crítica, *América Brasileira*, Ano I, jul. 1922.
- PEÇANHA, Nilo; SEABRA, J J. À nação, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1922.
- Perante a comissão de Justiça da Câmara, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1922.
- PEREIRA DA SILVA, A J. Lima Barreto. *A Noite*, Rio de Janeiro, 7 nov. 1922.
- PIMENTA, Joaquim. O voto feminino, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1922.
- PRATES, Homero. Notas literárias, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 6 set. 1922.
- Projeto da Câmara de auxílio, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 out. 1922.
- SEIDL, Coronel Raimundo. Teosofia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1922.
- TAUNAY, Affonso E. Inventários do Sertão. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 out., 1922.
- 1923**
- Aprovado na Câmara 200:000 para exercício de 1924, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 set. 1923.
- ARRUDA, Sebastião. O Leque, *O País*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1923.
- BELO, José Maria. Arte antiga e moderna, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1923.
- BELO, José Maria. Pirandello, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1923.
- CAMPOS, Agostinho de. Pensamentos, palavras e obras. África portuguesa, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1923.
- CARVALHO, Ronald de. As bases da crítica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1923.
- Cours et conférences. Charles Maurras écrivain, *L’express du midi*, Organe de défense sociale et religieuse, Toulouse, 21 abr. 1923.
- Cristo Redentor, no atelier da Botelho Film, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 set. 1923.
- DELPECH, Adrien. La garçonne, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1923.
- FIGUEIREDO, Jackson de. Literatura reacionária III. Auguste Viatte, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1923.
- FIGUEIREDO, Jackson de. Literatura reacionária, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1923.
- Foi permitida a exibição de “La Garçonne”, em Buenos Aires, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1923.
- GRIECO, Agripino. Vida literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 de jul. 1923.
- GRIECO, Agripino. Vida literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 out. 1923.

GRIECO, Agripino. Vida literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1923.
GRIECO, Agripino. Vida Literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1923.
Helios. Crônica Social. Na estacada, *Correio Paulistano*, São Paulo, 25 jan. 1923.
“La garçonne”, enfim, foi interdita no território francês, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 set. 1923.
La Garçonne, hoje à venda o 1º fascículo em português. GRANDE SUCESSO, *O Jornal*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 8 jul. 1923.
Na Argentina. O sequestro da novela “La Garçonne”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1923.
NORTE, João do. Folclore da Escravidão, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 nov. 1923.
REIS, Álvaro. O Cristo no Corcovado, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 set. 1923.
RIBEIRO, João. Notas avulsas. A proto-mártir academia. *O Jornal*, 18 nov. 1923.
RIBEIRO, João. Notas avulsas. O spenglerismo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 set. 1923.
Tópicos e notícias, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1923.

1924

ALMEIDA, Renato. Num atelier cubista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1924.
ALMEIDA, Renato. Passadismo e imitação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1924.
ALMEIDA, Renato. Pelo espírito moderno, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1924.
AMARAL, Azevedo. Olhando para o futuro, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 de jun. 1924.
ANDRADE, Oswald de. Modernismo atrasado, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1924.
A pedidos. Moralidade pela moral! *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1924.
Apresentação no teatro à La Garçonne. Teatro Recreio, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1924.
ARANHA, Graça. Mocidade e estética, *Estética – Revista Trimestral*, Rio de Janeiro, Ano 1, vol 1, set. 1924, pp. 3-11.
Cabelos à La Garçonne. Máquina para cortar cabelos e navalhas para aparar os do pescoço. Casa Hermany. Rua Gonçalves Dias, 54. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1924.
CARVALHO, Ronald de. A revolta dos anjos, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1924.
CARVALHO, Ronald de. Estética, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1924.
CARVALHO, Ronald de. Morra o futurismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1924.
CARVALHO, Ronald de. O claro riso dos modernos, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 fev. 1924.
DELPECH, Adrien. O modernismo do senhor Graça Aranha. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 jul. 1924.
Divergência entre “imortais”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1924.
Edições do “Anuário do Brasil”, *Terra de Sol*. Revista de arte e pensamento, Rio de Janeiro, Vol IV, nov-dez 1924.
Expediente, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 out. 1924.
FIGUEIREDO, Jackson de. A conferência do sr. Graça Aranha, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1924.
FIGUEIREDO, Jackson de. Literatura reacionária IV. Resposta a Ronald de Carvalho, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1924.

- FIGUEIREDO, Jackson de. Literatura reacionária VI. Henri Massis, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1924.
- FIGUEIREDO, Jackson de. Literatura reacionária VIII. Resposta a Tristão de Athayde, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1924.
- GRIECO, Agripino. O espírito moderno e a Academia de Letras, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1924.
- GRIECO, Agripino. Vida literária, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1924.
- Helios. Cronica Social. Manifesto anti-pau-brasil, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 abr. 1924.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Um homem essencial, *Estética – Revista Trimestral*, Rio de Janeiro, Ano 1, vol 1, set. 1924, pp. 29-36.
- La Garçonne, o filme condenado, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1924.
- La Révolution Surréaliste*, Paris, Année 1, N° 1, 1 dez. 1924.
- Letras & Artes, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1924.
- MENDES, Brito. Da propriedade literária. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 mai. 1924.
- NORTE, João do. La Illa Allah Mohammed Raçul Allah! *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jun. 1924.
- NORTE, João do. La Illa Allah Mohammed Raçul Allah! *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1924.
- O enterro de Lenin, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1924.
- O espírito Moderno, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1924.
- OITICICA, José. Espírito Novo, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1924.
- O problema do gênio (inquérito), *América Brasileira*, Rio de Janeiro, Ano III, n. 31, jul. 1924.
- Para ler no bonde. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1924.
- Pela reação conservadora, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 out. 1924.
- PRADO, Paulo. Poesia pau brasil. Um prefácio, *Revista do Brasil*, Vol. XXVII, São Paulo, Editora Monteiro Lobato, set-dez 1924.
- Revistas e Jornais, *Estética*, Rio de Janeiro, ano 1, vol. 1, set. 1924.
- TORRES, Antônio. Protesto de letras... atacando a Bastilha do pedantismo condecorado!, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 jun. 1924.
- Um Inquérito da “América Brasileira”, *América Brasileira*, Rio de Janeiro, Ano III, n. 29, mai. 1924.
- 1925**
- A crítica literária do “O Jornal”. Tristão de Athayde volta a ocupar o seu antigo posto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1925.
- A descoberta da Atlântida no sertão brasileiro? *O Jornal*, Ri de Janeiro, 7 jun. 1925.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Nacionalismo literário. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1925.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Para os cétricos, *A Revista*, Belo Horizonte, n. 1, Vol 1, Jul. 1925.
- ANDRADE, Oswald de. A poesia Pau Brasil (Resposta ao crítico Tristão de Athayde). *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1925.

- Belles Lettres, Sur la poésie moderne, Une interview de Paul Claudel à Florence, *Comoedia*, Paris, 24 jun. 1925.
- CHATEAUBRIAND, Assis. Na cidade de Pereira Inácio e de Francisco Matarazzo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1925.
- CHATEAUBRIAND, Assis. O que é jornalismo no Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1925.
- CLEMENTE, José. Aos críticos do modernismo. *Correio da Manhã*, 14 de julho, 1925.
- GORDIN, Morris. A morte de Lenine, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 de jun. 1925.
- GORDIN, Morris. Uma crise no Partido Comunista Russo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1925.
- G-R. B. Sous l'étoile des Soviets, *Les nouvelles littéraires, artistiques et scientifiques* : hebdomadaire d'information, de critique et de bibliographie, Paris, 2 mai. 1925.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Perspectivas. *Estética*, n 3, ano II, vol 1, abril-junho de 1925, p. 272-277.
- Ideias de hoje. "Modernismo não é escola: é um estágio de espírito". Entrevista com Prudente de Moraes, neto, e Sérgio Buarque de Holanda, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1925.
- LALOY, Louis. Les livres, *Comoedia*, Paris, 22 mar. 1925.
- LLOYD GEORGE, David. Darwin versus Moisés. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1925.
- Monumento a Cristo Redentor. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1925.
- O concurso de Beleza do O Jornal, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1925.
- O Congresso dos Negros em Nova York, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1925.
- Os reis do choro e do samba, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1925.
- Para os cétricos, *A Revista*, Belo Horizonte, ano 1, nº 1, jul. 1925.
- PINTO, Álvaro. A crise do livro, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1925.
- SCOPES, John Thomas. A humanidade é filha do macaco? *O Jornal*, 8 de agosto, 1925.
- Uma homenagem dos fascistas a De Pinedo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1925.
- Um interessante problema social e científico: serão todas as perturbações da jazzmania causadas pela glândula tireoide. *O Jornal* (SEGUNDA SEÇÃO), Rio de Janeiro, 12 jul. 1925.
- 1926**
- A agressividade do "fascismo", *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 set. 1926.
- A coluna Prestes no Norte, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 set. 1926.
- A estreia de Marinetti no Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1926.
- AMARAL, J B de Souza. O fascismo e a nacionalização dos imigrantes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 set. 1926.
- AMARAL, Rubens do. O fim da era do voto. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1926.
- ANDRADE, Mário de. Carta aberta a Graça Aranha. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1926.
- ANDRADE, Oswald de. Tristão de Athayde e a crítica brasileira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1926.
- A questão religiosa no México e as relações do Brasil com esse país amigo, *Correio da Manhã*,

- Rio de Janeiro, 3 ago. 1926.
- ATHAYDE, Austregésilo de. Terra desumana. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1926.
- BANDEIRA, Manoel. Literatura, *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, ano I, nº 2, 30 set. 1926.
- BARROS, Jayme de. O que pensam e sentem os homens moços do Brasil, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1926.
- CALÓGERAS, Pandiá. Anistia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1926.
- CERQUEIRA, Gama. O programa do Partido Democrático, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07 mai. 1926.
- CHATEAUBRIAND, Assis. A eficiência da propaganda jornalística, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1926.
- CHATEAUBRIAND, Assis. A excursão de Marinetti a São Paulo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1926.
- Concurso semanal de palpites esportivos do “O JORNAL”, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 12 dez. 1926.
- COUTO, Miguel. Um assunto fútil visto por pessoas graves. A moda atual em face da psiquiatria, da medicina, da higiene, da religião e da moral *O Jornal – SEGUNDA SEÇÃO* Rio de Janeiro, 27 jun. 1926.
- Crônica Social. Plínio Salgado, *Correio da Manhã*, São Paulo, 18 dez. 1926.
- General X. A ação dos revoltosos de São Paulo e Rio Grande nos dois anos de campanha, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1926.
- HELIOS. Crônica Social. Sessão Verde Amarela, *Correio Paulistano*, São Paulo, 23 set. 1926.
- HERBORTH, Augusto. A Arte primitiva do Brasil e sua significação para a arte moderna, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 set. 1926.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O lado oposto e outros lados, *Revista do Brasil* (Terceira Fase), Ano I, Nº 3, 15 out. 1926.
- Homenagem dos escritores paulistas a Plínio Salgado – A entrega de um bronze comemorativo ao autor d’O Estrangeiro, *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 dez. 1926.
- Jornal das crianças. *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 28 nov. 1926.
- LOBATO, Monteiro. Ideias Novas - Bíblia de amanhã, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1926.
- Marinetti, de regresso da Argentina e do Uruguai, está novamente no Rio, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1926.
- Marinetti em São Paulo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1926.
- Marinetti falou pelo rádio, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 mai. 1926.
- No Monte Sinai, de onde descem as leis da malandragem... *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1926.
- O apedrejamento do mestre, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1926.
- O Congresso Feminino de Paris, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 out. 1926.
- O dinheiro distribuído pelo “O Jornal” aos seus leitores, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 out. 1926.
- O fascismo conta com 1.500.000 partidários, *O Jornal*, 14 nov. 1926.
- “O Jornal” luminoso, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1926.
- O milionário Ford vai fazer plantações de borracha na Amazônia. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4

dez. 1926.

O movimento renovador da literatura francesa. A opinião do sr Paul Hazard, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1926.

ORICO, Oswaldo. O fenômeno Marinetti, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1926.

Para as horas de lazer feminino, *O Jornal* (Segunda Seção), 14 nov. 1926.

PARIJANINE. Le sieur Popoff rescapé de la Tchéka, *L'humanité* : organe central du Parti Communiste, Paris, 30 out. 1926.

REGO, Monsenhor Rosalvo Costa. Um assunto fútil visto por pessoas graves. A moda atual em face da psiquiatria, da medicina, da higiene, da religião e da moral *O Jornal* – SEGUNDA SEÇÃO, Rio de Janeiro, 11 jul. 1926.

SALGADO, Plínio. A raça harmoniosa, *Correio Paulistano*, São Paulo, 10 out. 1926.

SALGADO, Plínio. Criadores de Imagens, *Correio Paulistano*, São Paulo, 10 set. 1926.

SALGADO, Plínio. O Espírito acadêmico, *Correio Paulistano*, São Paulo, 21 ago. 1926.

TIMMERMANS, Marcel. La Tschéka par Georges Popoff, *L'homme libre*, Grand journal quotidien du matin, Paris, 30 mar. 1926.

Uma “enquete” sensacional. Poderá a ciência contribuir para a supressão da guerra? *O Jornal* (SEGUNDA SEÇÃO), Rio de Janeiro, 2 mai. 1926.

Um belo presente para os leitores do “O JORNAL”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 out. 1926.

Um livro de grande atualidade, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1926.

1927

1 milhão e 550 mil contos de dívida flutuante, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1927.

A Ação Católica, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1927, (terceira seção).

A documentação da entrega do produto das subscrições d’“O Jornal” e do “Diário da Noite”, a Luiz Carlos Prestes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 05 jun. 1927.

A Igreja Católica, *O Jornal*, (Terceira Seção), Rio de Janeiro, 20 nov. 1927.

A imagem de Cristo no Corcovado. A Ação Católica, *O Jornal*, (Terceira Seção), Rio de Janeiro, 20 nov. 1927.

A inauguração ontem da sucursal do O JORNAL em Belo Horizonte, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1927.

Almanach Informativo d’O Jornal. Para 1928. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1927.

AMARAL, Luiz. Conversando com as mulheres da Coluna Prestes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1927.

AMARAL, Luiz. Conversando com Siqueira Campos, Miguel Costa e João Alberto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 08 mai. 1927.

AMARAL, Luiz. O pensamento de Luiz Carlos Prestes sobre a Anistia, *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 mai. 1927.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Prosa “verde amarela”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1927.

A Revolução da Anta, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 13 mar. 1927.

Centro Espírita Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1927.

CHATEAUBRIAND, Assis. A questão da anistia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 jan. 1927.

CHATEAUBRIAND, Assis. O muçulmano do Catete. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 set. 1927.

CHATEAUBRIAND, Assis. [...] da legalidade, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 de janeiro, 1927.

Conferências do Lycée Français, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1927.

Conferências, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1927.

Crônica Social. Agradecimentos ao “Correio”, *Correio Paulistano*, São Paulo, 14 jan. 1927.

Em prol dos soldados da Coluna Prestes. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1927.

Em prol dos soldados da Coluna Prestes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1927.

Escola Doméstica Cristo Redentor, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 set. 1927.

FRADIQUE, Mendes. Mussolini, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1927.

Grande Concurso Cinematográfico do O JORNAL, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1927.

GRIECO, Agripino. Crítica a um crítico, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 6 nov. 1927.

LABORIAU, F. Bolchevismo?, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1927.

MACHADO, Anibal M. Um artista original – Oswaldo Goeldi, *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 20 nov. 1927.

MACHADO, Irineu. Em prol da anistia ampla, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1927, p. 1 - 10.

MORAES NETO, Prudente de, Cavaquinho solando, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 set. 1927.

O aviador De Pinedo deve iniciar hoje o grande “raid” internacional com itinerário pelo Brasil, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 fev. 1927.

O centro nacional católico e o fascismo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1927.

O feminismo na aviação, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 06 nov. 1927.

O jornal vai começar uma seção de eletricidade. *O Jornal* (Segunda Seção), Rio de Janeiro, 11 dez. 1927.

O mais caro e mais eficiente anúncio que já se fez, do Brasil, na imprensa norte-americana. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1927 (segunda seção).

O problema do sufrágio feminino, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1927.

PIMENTA, Mattos. Partido democrático do Distrito Federal. *O Jornal*, 19 jun. 1927.

RICARDO, Cassiano. Caçando papagaios, *Correio Paulistano*, São Paulo, São Paulo, 2 abr. 1927.

SILVEIRA, Tasso da. A anta e o carrapato, *Festa – Mensário de pensamento e arte*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 3, 1 nov. 1927.

SILVEIRA, Tasso da. Renovação: a propósito de um livro de Tristão de Athayde, *Festa: Mensário de pensamento e arte*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 2, 1 nov. 1927.

Terra desumana, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1927.

Uma experiência do voto secreto, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1927.

VIEIRA, José. A Rússia Soviética, *O Jornal*, (SEGUNDA SEÇÃO), Rio de Janeiro, 16 jan. 1927.

WULF, M. de. Georges Legrand, Les grands courants de la Sociologie catholique à l’heure présente. *Revue néo-scholastique de philosophie*, 1927, pp. 487, vol 29, n 16.

1928

- A esquerda em face da sucessão presidencial, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1928.
- AMARAL, Azevedo. Intercâmbio intelectual Pan-Americano, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 mai. 1928.
- A morte trágica do sr Jackson de Figueiredo, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1928.
- ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago, *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano 1, nº 1, mai. 1928.
- ANDRADE, Oswald de. Schema ao Tristão de Athayde. *Revista de antropofagia*, São Paulo, ano 1, nº 5, setembro de 1928.
- Cartomante, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 out. 1928.
- Cruzeiro, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1928.
- Evangelismo. Espiritismo. Propaganda naturista. Teosofia, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 nov. 1928.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Tristão de Athayde, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1928.
- Japonês. Religião oficial?, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 set. 1928.
- Malles et Valises. São Paulo – Paris. Oswald de Andrade, *Nouvelles Littéraires, artistiques et scientifiques*, Paris, 14 jul. 1928.
- MIRANDA, Pontes de. A ciência é livre, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1928.
- NORTE, João do. Amar a América e esquecer a Europa, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1928.
- Nova escola literária. Os antropófagos paulistas. Como o sr Oswald de Andrade fala do credo, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1928.
- O grupo Festa e sua significação, *Festa – Mensário de Pensamento e de Arte*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 6, 1 mar. 1928.
- O “Star”, de Londres, prediz a queda de Mussolini ante a criação do Grande Conselho Fascista, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 set. 1928.
- SALGADO, Plínio. O significado de anta, *Festa – Mensário de pensamento e arte*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 4, 1 jan. 1928.
- “Uma pintora brasileira em Paris”, *O Jornal*, (SEGUNDA SEÇÃO), Rio de Janeiro, 9 dez. 1928.

1929

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Ode a Jackson de Figueiredo, *A Ordem*, Rio de Janeiro, ano IX, nº 4 (nova série), pp. 150-151, dez. 1929.
- N. da R. *Verde*. Segunda fase. Ano 1, n 1, maio de 1929.
- O aniversário do capitão Luiz Carlos Prestes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 04 jan.1929.
- PITTARD, Eugène. La répartition du cancer dans les Iles Britanniques. Rapports possibles entre le cancer et la race. *Bulletins et mémoires de la Société d'anthropologie de Paris*, VII Serie, t 10, 1929.
- União universitária feminina, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 nov. 1929.

Cartas

- Carta de Afonso de Carvalho a Tristão de Athayde, 14/06/1920, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Alceu Amoroso Lima a Georges Bernanos, s/d, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Carlos Drummond de Andrade a Tristão de Athayde, s/d, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Carlos Malheiro Dias a Tristão de Athayde, 19/10/1921, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Catulo da Paixão Cearense a Tristão de Athayde, 26/08/1921, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Gilberto Amado a Alceu Amoroso Lima, 02/07/1919, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Gilberto Amado a Tristão de Athayde, 10/12/1922, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Godofredo Rangel a Tristão de Athayde, 22/04/1921, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Hilaire Belloc a Alceu Amoroso Lima, 16/06/1927, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de João Cabral de Melo Neto a Alceu Amoroso Lima, 18/11/1957, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de João do Rio a Tristão de Athayde, s/d, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de João Pinto da Silva a Tristão de Athayde, 10/09/1922, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de João Ribeiro a Tristão de Athayde, 20/07/1922, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de João Ribeiro a Tristão de Athayde, 17/09/1922, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de José Américo a Tristão de Athayde, 10/06/1928, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de José Américo a Tristão de Athayde, 02/04/1928, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de José Mariano Filho a Tristão de Athayde, s/d, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Lima Barreto a Tristão de Athayde, s/d, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Maria Eugênia Celso a Tristão de Athayde, 02/07/1920, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade.
- Carta de Mário de Andrade a Alceu Amoroso Lima, 26/01/1931.

- Carta de Mário de Andrade a Alceu Amoroso Lima, 19/05/1928, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Mário de Andrade a Tristão de Athayde, 27/12/1927, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Mário de Andrade a Tristão de Athayde, 28/05/1925, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Mário de Andrade a Tristão de Athayde, s/d, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Medeiros e Albuquerque a Tristão de Athayde, 21/11/1922, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Monteiro Lobato a Alceu Amoroso Lima, 19/08/1919, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Monteiro Lobato a Amoroso Lima, 13/01/1920, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Monteiro Lobato a Alceu Amoroso Lima, 28/01/1920, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Monteiro Lobato a Alceu Amoroso Lima, 03/08/1921, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Monteiro Lobato a Alceu Amoroso Lima, s/data, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Oswald de Andrade a Alceu Amoroso Lima, 22/08/1940, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Oswald de Andrade a Tristão de Athayde, 10/07/1928, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Oswald de Andrade a Tristão de Athayde, 22/02/1928, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Oswald de Andrade a Tristão de Athayde, 23/01/1929, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Oswald de Andrade a Tristão de Athayde, 08/02/1929, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Plínio Salgado a Tristão de Athayde, 01/08/1926, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Ribeiro Couto a Mário de Andrade, 29/11/1925, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Ribeiro Couto a Tristão de Athayde, s/d, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Rodrigo de Mello Franco a Alceu Amoroso Lima, 21/7/1922, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Carta de Tasso da Silveira a Tristão de Athayde, 6/12/1927, Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- Cartas de Alceu Amoroso Lima. Coleção Plínio Barreto – Arquivo do IEB/USP. PB-C-CP-0632.
- Cartas de Alceu Amoroso Lima. Coleção Plínio Barreto – Arquivo do IEB/USP. PB-C-CP-

Livros

- ATHAYDE, Tristão; MOTA, Lourenço Dantas. *Diálogo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ATHAYDE, Tristão de. *Estudos*. Segunda Série. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1928.
- FIGUEIREDO, Jackson de; LIMA, Alceu Amoroso. *Correspondência*. Harmonia dos contrastes (1919-1928). Tomo I. Rio de Janeiro: ABL, 1991.
- FIGUEIREDO, Jackson de; LIMA, Alceu Amoroso. *Correspondência*. Harmonia dos contrastes (1919-1928). Tomo II. Rio de Janeiro: ABL, 1992.
- LIMA, Alceu Amoroso Lima. *Adeus à disponibilidade e outros adeuses*. Rio de Janeiro: Agir, 1969.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Alceu Amoroso Lima – estudos literários*. Rio de Janeiro: Cia Aguilar Editora, 1966.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Companheiros de viagem*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Memorando dos 90*. Entrevistas e depoimentos coligidos e apresentados por Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- LIMA, Alceu Amoroso Lima. *Meio século de presença literária: 1919-1969*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Primeiros estudos*. Contribuição à história do modernismo literário. Rio de Janeiro: Agir, 1948. 1ª edição 1939.
- LIMA, Alceu Amoroso; LIMA, Cláudio Medeiros. *Alceu Amoroso Lima: Memórias Improvisadas*. Diálogos com Medeiros Lima. Petrópolis: Vozes, 1973.

Documentários

- Canal Livre*. O direito do homem. 18 de jul. 1981. Entrevista com Roberto D'Ávila. Participantes: Otto Lara Resende, Carlos Eduardo Novaes, Célio Borja, Lígia Fagundes Telles e Darcy Ribeiro
- Claude Levi-Strauss*. Entrevista com Jean-José Marchand. Direção: Pierre Beuchot. (59:00 min.) Paris: Archives du XX^e siècle, 2005. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K751QRCxVgE&spfreload=10>
- “Dr Alceu”. Direção: Heloisa Buarque de Holanda. [s.l.] Embrafilme, 1981.

Bibliografia**Artigos publicados em periódicos.**

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção como um ingrediente na historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. *Anais XIII Encontro de História Anpu-Rio*, Faperj, 2008. Disponível em

- ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 15, nº 44, outubro 2000.
- Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 55^e année, n 1, 2000.
- ARDILA, J A G. El “hacer política” de Unamuno y el punto de vista platónico-kierkegaardiano, *Bulletin Hispanique*, Tome 103, nº 1, 2001.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. La notion de génération: usages sociaux et concept sociologique, *L'Homme et la société*, Paris, nº 90, 1988.
- BALDWIN, P M. Liberalism, nationalism, and degeneration: the case of Max Nordau, *Central European History*, nº 13, june 1980.
- BEAUREGARD, Paulette Silva. La lectura, la pose y el desarraigo. Pedro-Emilio Coll y el “bovarismo hispanoamericano”, *Acta Literaria*, nº 37, II Sem. (81-95), 2008.
- BERGSON, Henri. Message to the Descartes Congress, 1937. *Key writings*. New York: London: Continuum, 2002.
- BIAGIOLI, Mario, Meyerson: science and the “irrational”, *Studies in History and Philosophy of science*, vol. 19, nº 1, pp. 5-42, 1988.
- BLAISE, M Wilfert. L’oblat qui voulait être roi. George Saintsbury critique. *Romantisme*, 2003, nº 121.
- BOIDIN, Capucine. L’horizon anthropologique des transferts culturels, *Revue Germanique internationale*, nº 21, janvier 2004, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online].
- BOURDIEU, Pierre. L’illusion biographique. *Actes de larecherche en sciences sociales*, Ano 1986, vol 62, número 1.
- BRITO, Nara Azevedo de. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, *História, Ciências, Saúde*, vol. IV (1), mar.-jun 1997.
- BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti, *Novos Estudos –CEBRAP*. 2011, nº 90, pp. 131-171.
- CARBONNEL, Marie. Camille Mauclair ou la vigilance critique, *Romantisme*, nº 121, 2003.
- CARDOSO, Vicente Licínio (org). *À Margem da História da República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, V. 1.
- CARDOSO, Vicente Licínio (Org). *À Margem da História da República*. V. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual o Brasil: a retórica como chave e leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, janeiro-dezembro de 2000, p. 123-152.
- CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República, *Revista USP*, São Paulo, n. 59, setembro/novembro, 2003.
- CASTRO, Fernando Luís Vale. O pan-americanismo nas páginas da Revista Americana. *Cadernos do CHDD. Centro de História e Documentação Diplomática (FUNAG)*, ano 7, nº 12.
- CEPÊDA, Vera Alves. A construção da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República. *Desigualdades & Diversidades – Revista de Ciências Sociais da PUC – RIO*, nº 7, jul/dez, 2010.
- CHALUS, P. Henri Berr (1863-1954). *Revue d’histoire des sciences et de leur applications*. 1955, T 8, n 1.
- CLAVAL, Paul. Le thème régional dans la littérature française, *L’espace géographique*, Paris,

Tome XVI, nº 1, pp. 60-73.

- COUTINHO, Afrânio. Correntes Cruzadas, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1949.
- Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1859.
- Correio Paulistano*, São Paulo, 23 ago. 1859.
- DECAUDIN, Michel. Guillaume Apollinaire devant l'art nègre, *Présence Africaine*, 1948/1, nº 2, pp. 317-324.
- DOIN, José Evaldo de Melo; NETO, Humberto Perinelli; PACANO, Fábio Augusto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro Paziani. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cenumc. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 27, nº 53, 2007.
- D'OLDENBOURG, Serge. Le conte dit populaire: problèmes et méthodes, *Revue des études slaves*, Tome 9, fascicule 3-4, 1929. pp. 221-236.
- DYKE, James van, Ernst Barlach and the Conservative Revolution, *German Studies Review*, Baltimore, Vol. 36, nº 2, may 2013, p. 283-300.
- EINFALT, Michael. La critique littéraire de "L'Action française". In: *Cahiers de l'Association internationale des études françaises*, 2007, nº59.
- ESPAGNE, Michel. La notion de transfert culturel. *Revue Sciences /Lettres* [En ligne], 1/2013.
- FEBVRE, Lucien. Aux origines de l'esprit moderne : libertinisme, naturalisme, mécanisme. *Mélanges d'histoire sociale*, Nº6, 1944.
- FERES JÚNIOR, João. Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico. *Mediações*, Londrina, v 15, n 2, jul-dez 2010.
- FIGUEIREDO, Aldrin de Moura. Quimera Amazônica: Arte, Mecenato e Colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. N 28 (1), 2010.
- FISCHER, Joachim. La compatibilité de la biologie et de ladignité humaine. Stratégies théoriques de l'Anthropologie Philosophique. *Revue germanique internationale*, 10 (2009), p. 147-162.
- FOLHETIM. Livro do domingo, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 3 mai. 1857.
- FUKUMA, Yoshiaki. Representations of “the West”, “Japan”, and the “the Periphery” in the Discourse of Lafcadio Hearn studies, *International journal of Japanese sociology*, Tóquio, nº 20, 2011, pp. 89-106.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. Movimento Operário e Educação Popular na Primeira República. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (57), maio 1986.
- GINZBURG, Carlo. Ekphrasis and quotation, *Tijdschrift voor Filosofie*, 50ste Jaarg., Nr. 1 (MAART 1988).
- GOLEMBIEWSKI, Carlos; PANDINI, Diógenes. “Terra News”: sensationalism and fait divers on the internet. *Brazilian journalism research*, vol 5, n 2, 2009.
- GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima. *Tempo Social – revista de sociologia da USP*, v. 23. n. 2, novembro, 2011, p. 101-133.
- GONÇALVES, Álvaro. Fundamentos da Arte, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1946.
- GORDON, Donald E. On the origin of the word ‘Expressionism’, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, Vol. 29, 1966, pp. 368-385.
- GOULART FILHO, Alcides. A trajetória da marinha mercante brasileira: administração, regime

- jurídico e planejamento. *Pesquisa e debate*, São Paulo, vol 21, nº2 (38), 2010, pp 247-258.
- GUGELOT, Frédéric. Les temps de des convertis, signe et trace de la modernité religieuse au début du XX^e siècle. *Archives de sciences sociales des religions* [en ligne], 119 | juillet – septembre 2002.
- GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX. *ArtCultura*, Uberlândia, v 11, n 18, jan-jun 2009.
- HARTOG, François. Temps et histoire – comment écrire l'histoire de France? *Annales*. Ano 1995, vol 50, n 6.
- HUMMEL, Pascale. Emile Egger, historiographie des mutations philologiques, *Antiquité classique*, Tome 75, 2006.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 20, nº 57, fevereiro/2005.
- JURANDIR, Dalcídio. Sobre “A comédia literária”, *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, 13 set. 1941.
- KEMP, Gary. Croce's Aesthetics, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.),
 URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/croce-aesthetics/>>.
- KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem e acontecimento: o Mediterrâneo de Joaquín Torres-García, *Domínios da imagem*, Londrina, ano 1, nº 1, p. 137-148, nov. 2007.
- LACAPRA, Dominique. Intellectual history and its ways. *The American Historical Review*, vol 97, no 2 (Apr., 1992), p. 425-439.
- LAJOLO, Marisa. Teoria da literatura no Brasil contemporâneo: O que é, como se faz e para que serve. *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, año 20, n 40 (1994).
- LANGUE, Frédéric. Histoire des sensibilités et l'Amérique Latine : une autre manière d'écrire l'histoire au Venezuela... et ailleurs, *Caravelle*, nº 86, 2006.
- LEFEBVRE, Frédéric; WINTER, Jay. De l'histoire intellectuelle à l'histoire culturelle : la contribution de George L Mosse, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 56^e année, n 1, 2001.
- LEFEVRE, Frédéric. Une heure avec M. Max Jacob. Poète, romancier et humoriste, *Les nouvelles littéraires, artistiques et scientifiques*, Paris, 12 abr., 1924.
- LINS, Álvaro. Crítica Literária. Panoramas, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 out. 1940.
- LITTLE, Lester K; ROSENWEIN, Barbara H. *Debating the Middle Ages: issues and readings*. Padstow: Blackwell, 1998.
- LUPAS, Maria. Ionesco contre la littérature mineure ? Le cas de la littérature roumain, *Les chantiers de la création*, 4 | 2011, disponível em : URL : <http://lcc.revues.org/406>.
- M. A. G. Johannes Reinke's Dynamische Naturphilosophie und Weltanschauung. *The journal of philosophy*, vol 33, n 13, junho de 1936.
- MALERBA, Jurandir. As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica, *História*, São Paulo, v.24, n.1, 2005.
- MALPAS, Jeff. Geografia, biologia e política: Heidegger sobre lugar e mundo, *Natureza Humana*, 11 (1): 171-200, jan-jun, 2009.
- MARCHAND, Suzanne. Leo Frobenius and the revolt against the west. *Journal of*

- contemporary history*, vol 32, n 2, april 1997, p. 153-170.
- MASCARO, Luciana Pelaes; BORTOLUCCI, Maria Ângela; LOURENÇO, Júlia Maria. Ricardo Severo, Raul Lino e os movimentos tradicionalistas, *Convergência Lusíada*, n. 25, pp. 102-123, janeiro-junho 2011.
- MATOS, Júlia Silveira. Caminhos entrecruzados: liberdade e democracia em Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand. *Historiæ*, v 1, nº 1, 2010.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Entrevista, *Nossa História*, Ano 1, Nº 1, nov. 2003.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, vol 15, n 26, Rio de Janeiro, janeiro 2009.
- MOLLIER, Jean-Yves. La « littérature du trottoir » à la Belle Époque entre contestation et dérision, *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*, 90-91 | 2003, 85-96.
- MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 1, n 2, 1988, p. 220-238.
- MOSSE, George L. Souvenir de la guerre dans l'identité culturelle du national-socialisme, *Vingtième siècle*, nº 14, janvier-mars, 1994.
- NASCIMENTO, Luciana Marino do. Belo Horizonte: A cidade de papel. *Em Tese*, Belo Horizonte, v 3, dez 1999.
- NICHOLS, Roger A, Thomas Mann and Spengler, *The German Quarterly*, Vol. 58, Nº 3, pp. 361-374, Summer 1985.
- NOBREGA, Maria do Socorro. A criação do Folhetim na Imprensa no Brasil. *Anais do 6º Congresso Nacional de História e Mídia*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1>.
- NODARI, Alexandre. A transformação do Tabu em totem: notas sobre (um)a fórmula antropofágica, *dasQuestões*, n. 2, fev. 2015.
- NOGUEIRA, António de Vasconcelos. Werner Sombart (1863-1941): apontamento bibliográfico. *Análise Social*, vol XXXVII (169), 2004, p. 1125-1151.
- Notes. First Universal Races Congresss, *Mind*, Oxford, vol 20, n 77, (jan. 1911).
- O condutor: brasão paulistano evoca navegadores e bandeirantes, *Aventuras na História*, São Paulo, Out. 2014.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico, *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 2000, vol.22, n.4.
- O diário modernista de Tristão. *Jornal do Brasil*, Caderno Ideias/ENSAIOS, Rio de Janeiro, 8 set. 1991.
- OLIVEN, Ruben George. Cultura e Modernidade no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 15 (2), 2001.
- PEIXOTO, Afrânio. O sorriso da sociedade, *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1945.
- PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005, Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/229>.
- PIZARRO, Ana. *Amazônia*. As vozes do Rio. Imaginário e modernização. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- POCOCK, John G A. Historia intellectual: un estado del arte. *Prismas – Revista de historia*

- intelectual, nº 5, 2001, p. 145-173.
- PROCHASSON, Christophe. *Sur Le cas Maurras: biographie et histoire des idées politiques (note critique)*. Annales, Science Sociales, Ano 1995, vol 50, n 3.
- RAGO, Margaret. *Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabri*. Disponível em: <<http://www.nusol.org/agora/pdf/margarethrago.pdf>>.
- RAPHAËLLE, Branche. Mosse George L., De la grande guerre au totalitarisme. La brutalisation des sociétés européennes, *Vingtième Siècle*. Revue d'histoire, Année 2000, Volume 66, Numéro 1.
- REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907). O surgimento de um povo novo: o povo brasileiro, *Revista de História*, nº 138, 1998.
- REVILL, Joel. Emile Boutroux, redefining science and faith in the third Republic, *Modern intellectual history*, 6, 3, pp. 485-512, 2009.
- RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. *Minerva Brasiliense – jornal de ciencias, letras e artes*, n 1, Rio de Janeiro, Typographia de J e S Cabral, R do Hospício 66, 1 de novembro de 1843.
- RIBEYRROLES, Ch. Uma pequena cidade do interior – Vassouras, *O Parahyba*, Petrópolis, 7 out. 1858.
- RICHARDS, Ivor Armstrong. *The foundations of aesthetics*. Selected Works 1919-1938. Vol 1. Cambridge: John Constable, 2001.
- ROBIC, Marie-Claire. Les petits mondes de l'eau: le fluide et le fixe dans laméthode de Jean Brunhes. *Espace géographique*, t 17, n 1, 1988, p. 31-42.
- RODRIGUES, Candido Moreira. Notas sobre a “fortuna crítica” do intelectual Alceu Amoroso Lima. *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, vol. 5, n. 2, jan-jul, 2012.
- SALGADO, Manoel Luiz. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História, *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, pp. 135-144, v. 4, n. 1, jan-jun. 1989.
- SERRY, Hervé. Les écrivains catholiques dans les années 20. *Actes de la recherche en sciences sociales*. De l'État social à l'État penal. Vol 124, septembre 1998.
- SETEPHENS, Michele Ann. Marcus Garvey, Black Emperor. Durhan: London: Duke University Press, 2005.
- SKINNER, Quentin. Ambrogio Lorenzetti and the portrayal of virtuous government. *Visions of politics*. Vol II. Renaissance virtues. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas – revista de historia intelectual*, nº 4, 2000, p. 149-191.
- SKINNER, Quentin. The rediscovery of republican values. *Visions of politics*. Vol II. Renaissance virtues. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SPURR, David. Myths of Anthropology: Eliot, Joyce, Lévy-Bruhl, *PMLA*, Vol. 109, No. 2, Mar. 1994, pp. 266-280.
- STRINGER, Martin D. Rethinking Animism: Thoughts from the Infancy of Our Discipline, *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 5, No. 4, Dec. 1999, pp. 541-555.
- STUCKEY, Sterling. Du Bois, Woodson and the spell of Africa. *Negro digest*, vol XVI, n 4, 1967; 20-24; 60-74.

- TEIXEIRA, L A; ALMEIDA, M de. Os primórdios da vacina antivariólica em São Paulo: uma história pouco conhecida. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol 10 (suplemento 2), 2003.
- TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. Por um conceito de cultura intelectual moderna brasileira. *Anais eletrônicos do Primeiro Encontro de Pesquisa em História da UFMG*, 2012. v. II. p. 179-183. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbncleGhpc3VmbWd8Z3g6ZmYxZGY2OTBiYzE4ZDk>
- TOPA, Francisco. Dois estudos sobre Silva Alvarenga, *Línguas e Letras – Revista da Faculdade de Letras*, Porto, XIV, 1997.
- TRABULSI, José Antonio Dabdab. Uma cidade (quase) perfeita: a “cidade grega” segundo os positivistas, *Varia História*, Belo Horizonte, nº 23, jul. 2000.
- TRASSELI, Camargo; AYMARD, Maurice; AYMARD, Monique. Du fait divers à l’histoire sociale. Criminalité et moralité em Sicile au début de l’époque moderne. *Annales. Économie, Sociétés, Civilizations*. 28e année, n 1, 1973.
- TREBITSCH, Michel. Corespondanes d’intellectuels. Le cas de lettres d’Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Les cahiers LIHTP*, nº 20, março 1992.
- VELLOSO, Mônica. A modernidade carioca na sua vertente humorística. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol8, nº 16, 1995.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A Ordem, uma revista de doutrina, política e cultura católica. *Revista de Ciência Política*, 2, vol II, set. 1978, Rio de Janeiro, FGV.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Falas da cidade: conflitos e negociações em torno da identidade cultural no Rio de Janeiro, *ArtCultura*, Uberlândia, v. 7, n. 11, jul-dez, 2005.
- VERHLUST, J. Louis Bolk revisited: Is the Lung a Retarded Organ?, *Medical Hypotheses*, nº 40, 1993.
- WHITE, Hayden. O texto Histórico como artefato Literário. In: *Trópicos do Discurso – Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- WILSON, William A. Herder, folklore and romantic nationalism, *Journal of popular culture* 6: Spring, 1973: 819-835.
- WISHLOFF, Jim. Solidarist economics: the legacy of Heinrisch Pesch. *Review of Business*, Vol. 27, No. 2, Spring 2006, p. 33-46.
- WISSEMAN, Volker. Johannes Reinke (1839-1931) and his “Dominanten” theory – an early concept of gene regulation and morphogenesis. *Theory in biosciences*, 124 (2006).

Livros

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABRAHAM, Bénédicte. Les concepts de ‘force’ et d’‘énergie’ en Allemagne à la lumière des définitions des dictionnaires entre la seconde moitié du XVIII^e siècle et le début du XIX^e siècle », e-CRIT 3224 [en ligne], mis en ligne le 10 janvier 2010. URL : <http://e-crit3224.univ-fcomte.fr>.
- ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. Tese de Doutorado em História. USP, 1985.

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. São Paulo: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor. *Notas de literatura*. Vol 1. São Paulo: Editora 34, 2003.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido - Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Top Books, 2000.
- ALBIERI, Thaís de Matos. São Paulo – Buenos Aires: a trajetória de Monteiro Lobato na Argentina. Campinas, SP: [s.n.], 2009. Tese de Doutorado.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE, Mateus de. *A juventude de Anselmo Torres*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.
- ALMEIDA, Guilherme de. *Raça*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1972.
- ALMEIDA, Jose Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Para um programa de historia intelectual*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- _____. *Perspectivas Sociológicas Intelectuales. Notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.
- ALVES, Castro. *Obras completas de Castro Alves*. Vol. II. Rio de Janeiro: São Paulo: Belo Horizonte: Francisco Alves, 1921.
- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1978.
- _____. *Macunaíma*. São Paulo: Martins, 1978.
- ANDRADE, Oswald de. *Alma*. São Paulo: Globo, 1990.
- _____. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- _____. *Obras Completas*. Vol I. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Obras Completas*. Vol II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.
- _____. *Pau Brasil, O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1925.
- _____. *Primeiro caderno do aluno de poesia Oswald de Andrade*. S Paulo: Tipografia da rua Santo Antônio, 1927.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARANHA, Graça. *Chanaan*. Paris: Garnier, 1901.
- ARAÚJO, Lúcia Nascimento; HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Ensaístas brasileiras*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução*. O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- ARDUINI, Guilherme Ramalho. *Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social. (1928-1945)*. Campinas, SP: [s. n.], 2009. Dissertação

- de mestrado. Universidade Estadual de Campinas.
- ARENDETT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário do fundo Moacyr Assis Andrade*. Diretoria de Arquivos Permanentes, mar. 2014.
- ASSIS, Machado de. *A sereníssima República* (Conferência do cônego Vargas). Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1947.
- _____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.
- _____. *Notícia da atual literatura brasileira*. Disponível em machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact25.pdf.
- _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994. Disponível em: machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm09.pdf, p. 83.
- AUSTIN, John. *How to do tyhings with words*. Oxford: Claredon Press, 1962.
- AZEVEDO, Maria Helena Castro. *Um senhor modernista: Biografia de Graça Aranha*. Rio de Janeiro: ABL, 2002.
- AZEVEDO, Sílvia Maria; CALLIPO, Daniela Montarro; DUSILEK, Adriana (org). *Machado de Assis. Crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- _____. *Intelectuais na encruzilhada: Correspondência de Alceu Amoroso Lima e Antônio de Alcântara Machado*. Rio de Janeiro: ABL, 2011.
- _____. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- BARBOSA, João Alexandre. *José Veríssimo: Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: EdUSP, 1978.
- BARRÈS, Maurice. *Amori et dolori : La mort de Venise*. Paris : Félix Juven, s/d
- _____. *La grande pitié des Églises de France*. Paris : Émile Paul Frères, 1914.
- _____. *Les déracinés*. Le roman de l'énegie nationale. Paris: Bibliothèque-Charpentier, 1897.
- _____. *Le jardin de Bérénice*. Paris: Perrin, 1891.
- BARRETO, Lima. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- _____. *Marginália*. Belém: NEAD, s/d, p. 11. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16820.
- _____. *Os Bruzundangas*. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16833.
- _____. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- _____. *Vida Urbana*. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2171 p. 111.
- BARROS, Orlando de. *O pai do futurismo no país do futuro: As viagens de Marinetti ao Brasil em 1926 e 1936*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- BEIRED, José Luís Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho

- (ORG). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1975.
- BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Dimensões de Macunaíma: Filosofia, gênero e época*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1987.
- _____. *Tietê, Tejo, Seja*. A obra de Paulo Prado. Campinas: Papirus, 2000.
- BERTHA, Albertina. *Estudos*, Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1920. Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- BLANCHARD, Nelly; THOMAS, Mannaig (Dir). *Littératures périphériques*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2014.
- BOAVENTURA, Maria Eugênia (org). *22 por 22: A Semana de arte moderna vista por seus contemporâneos*. São Paulo: EdUSP, 2008.
- BOTELHO, André. *Um ceticismo interessado: Ronald de Carvalho e sua obra dos anos 20*. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- BRANDÃO, Berenice Cavalcante. *O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado: 1930-1937)*. [Dissertação de Mestrado]. UFF: Niterói, 1975.
- BRANDÃO, Junito. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1993. v 1.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- BRETON, André. *Manifeste Du Surréalisme – Poisson soluble*. Paris: Sagittaire, 1924.
- _____. *Manifestos do Surrealismo*. Rio de Janeiro: Nau Editora
- _____. *Manifestos do surrealismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro: Antecedentes da Semana de Arte moderna*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1975.
- BRUNEL, P.; COUTY, D.; GLIKSOHN, J-M.; MADÉLÉNAT, D. *A crítica literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BRUNETIÈRE, Ferdinand. *L'évolution des genres dans l'histoire de la littérature : Leçons proessés à L'École Normale Supérieure*. Paris : Hachette, 1914.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMPOS, Augusto de. *ReVisão de Kilkerry*. São Paulo: Fundo Estadual de Cultura, 1970.
- CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem e outras metas*. São Paulo: Perspectiva: 1992.
- _____. *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. Salvador: FOJA, 1989.

- CÂNDIDO, Antonio. *Brigada Ligeira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.
- _____. *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.
- _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- _____. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. Vol 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. 5ª Edição.
- _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. Imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARA, Salete de Almeida. *A recepção crítica*. O momento parnasiano-simbolista no Brasil. São Paulo: Ática, 1983.
- CARDOSO, Claudira. *Integralismo no processo político gaúcho: Partido da Representação Popular (PRP)*. Jaguarão/RS: Selbach & Asspcoados, 2014.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: Evolução Política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- _____. *O tenentismo: Acontecimentos, Personagens, Programas*. São Paulo: DIFEL, 1975.
- CARPEAUX, Otto Maria. *Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- CARVALHO, Gilmar de. *Madeira Matriz: cultura e memória*. São Paulo: Annablume, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *A Formação das Almas – O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- _____. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des Lettres*. Paris: Éditions du Seuil, 2008.
- CEARENSE, Catulo da Paixão. *Meu Sertão*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica Americo Bedeschi, 1932.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. (Suivi du « Discours sur la négritude »). Paris : Présence Africaine, 2004.
- _____. *Discurso sobre colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- CESAR, Guilhermino (Org). *Historiadores e críticos do romantismo*. São Paulo: Edusp, 1978.
- CHARLE, Christophe. *Naissance des "intellectuels"*. 1880-1900. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.
- CHARTIER, Roger. *Culture écrite et société. L'ordre des livres (XIV^e – XVIII^e siècle)*. Paris: Albin Michel, 1996.
- _____. (dir.). *Histoires de la lecture*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995.
- CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- COMPAGNON, Antoine. *Os Antimodernos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- _____. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- CORDEIRO, Rogério; WERKEMA, Andréa Sirihal; SOARES, Claudia Campos; AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do (ORG's). *A crítica literária brasileira em perspectiva*. Cotia,

- SP: Ateliê Editorial, 2013.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. São Paulo: EdUNESP, 1999.
- COSTA, Marcelo Thimóteo. *Um itinerário no Século*. Mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1970.
- _____. *Tristão de Athayde, o crítico*. Rio de Janeiro: Agir, 1980.
- CROCE, Benedetto. *Estetica come scienza dell'espressione e linguistica generale*. Teoria e storia. Bari: Gius. Laterza & Figli, 1908.
- CROCKETT, Dennis. *German post-expressionism: The art of the great disorder, 1918-1924*. University Park: The Pennsylvania State University, 1999.
- CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Martim Claret, 2006.
- _____. *Os Sertões*. Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1905.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Alceu Amoroso Lima*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.
- CUSATELLI, Giorgio; RABONI, Giovanni (Org). *Enciclopedia Garzanti dell'arte*. Milano: Aldo Garzanti, 1973.
- DAGAN, Yaël. *La nouvelle Revue française : Entre guerre et paix 1914-1925*. Paris : Tallandier, 2008.
- D'ANNUNZIO, Gabrielle. *La città morta*. Milão: Treves, 1898.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura*. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: UNESP, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: Por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- DELIGNE, Alain. *Imprensa, humor e caricatura*. A questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- Dicionário crítico de escritoras brasileiras*. 1711-2001. São Paulo: Escrituras, 2002.
- Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.
- DIREITO À VERDADE E À MEMÓRIA: COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.
- DUQUE, Gonzaga. *Mocidade Morta*. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=38020.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes e Literatos da República: história e identidade nacional ao Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- _____. O não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu Retrato do Brasil, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 26, 2000, p. 242.
- _____. Circuitos de mediação intelectual no Brasil e na Argentina: literaturas nacionais e trocas culturais transnacionais. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores*. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- EGAS, Eugênio. *Quadriênio Presidencial do dr. Washington Luís (1920-1924)*. São Paulo: OESP, 1924.
- ELEUTÉRIO, Maira de Lourdes. *Vidas de romance: As mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos. 1890-1930*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- ELIOT, T S. *Ensaio*. São Paulo: Art Editora, 1989.
- ELLIS FILHO, Alfredo. *Raça de gigantes*. São Paulo: Ed Helios, 1926.
- Encontros com a Civilização Brasileira*. V. 6. Edição Especial. Alceu: 85 Anos – Homenagem ao grande brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FABRIS, Annateresa (org). *Modernidade e modernismo no Brasil*. São Paulo: Mercado das Letras, 1994.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- FARIA, Daniel. *O mito modernista*. Uberlândia: EdUFU, 2006.
- FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da Ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: USP/Hucitec, 1998.
- FAUCHEREAU, Serge. *Avant-gardes du XX^e siècle : Arts & Littérature. 1905-1930*. Paris : Flammarion, 2010.
- FENOLLOSA, Ernest. *Epochs of chinese and japanese art*. London: William Heinemann; New York: Frederick A Stokes Company, 1921.
- FERREIRA, Antônio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FIGES, Orlando. *A tragédia de um povo: A Revolução Russa 1891-1924*. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de Curar: cirurgiões médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio De Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREIRE, Tereza. *Dos escombros de Pagu: Um recorte biográfico de Patrícia Galvão*. São Paulo: Senac, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. Vol II.
- FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GAULTIER, Jules. *Le Bovarysme*. Paris: Librairie Léopold Cerf, 1892.
- GAUTIER, Théophile. *Quand on voyage*. Paris : Michel Lévy Frères, 1865.
- GILROY, Paul.. *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
- GODOY, Alexandre Pianelli. *Nelson Rodrigues: o fracasso do moderno no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012.
- GOMBRICH, E. H. *Meditações sobre um cavaleiro de pau outros ensaios sobre a teoria da arte*. São Paulo, Edusp, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____. (Org.). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

- GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel (org). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- GONÇALVES, Marcos Augusto. *1922: A semana que não terminou*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- GRAHAM, John T. *The social thought of Ortega y Gasset*. Columbia: University of Missouri Press, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAVES, Robert. *On english poetry*. New York: Alfred A Knopf, 1922.
- GRAY, Richard T; GROSS, Ruth V; GOEBEL, Rolf; KOELB, Clayton. *A Franz Kafka encyclopedia*. Westport: Greenwood Press, 2005.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, stimmung*. Sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC Rio, 2014.
- _____. *Em 1926*. Vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HABERMANS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da *ekphrasis*, *Revista USP*, São Paulo, n. 71, p. 85-105, set/nov. 2006.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem patrão*: Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HARRISON, Charles; WOOD, Paul. *Art en théorie: 1900-1990*. Maniago (Itália): Hazan, 2012.
- HEGEL, G. W. *Cursos de Estética*. São Paulo: EdUSP, 1999.
- _____. *A razão na história: uma introdução à filosofia da história*. São Paulo: Centauro: 2001.
- HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: Tecnologia, cultura e política em Weimar e no Terceiro Reich*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno*. Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Do Império à República. Tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- IGLESIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- INOJOSA, Joaquim. *Arte Moderna: 1924-1974*. Rio de Janeiro: Meio Dia, 1977.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Perspectivas de uma Antropologia Literária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- JACOB DE LA COTTIÈRE. *Les villes mortes, ou Trois mois au-déla des Alpes; suivi de Mon. Macintosh*. Lion : Imprimerie d’Aimée Vingtrinier, 1857.
- JENNINGS, Jeremy; KEMP-WELCH, Tony, *The century of the intellectual - from the Dreyfus affair to Salman Rushdie*. London: Routledge, 1997.
- JONES, Donna V. *The racial discourses of life philosophy: Négritude, vitalism, and modernity*.

- New York: Columbia University Press, 2010.
- KAFKA, Franz. *Diários*. 1910-1923. Buenos Aires: Emecé Editores, 1953.
- KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève ; VAILLANT, Alain. *La civilisation du journal : Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX^e siècle*. Paris : Nouveau Monde, 2011.
- KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. Tese. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.
- KIERKEGAARD, Sören. *El concepto de la angustia*. Madrid: Espasa-calpe, 1982.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 1999.
- _____. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed Puc Rio, 2006.
- _____. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1997.
- LACAPRA, Dominique. *Rethinking intellectual history: Texts, contexts, language*. Ithaca: London: Cornell University Press, 1983.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- LA FONTAINE, Jean de. *Fábulas*. Vol II. Rio de Janeiro: Edigraf, 1967.
- LANARI, Raul Amaro de Oliveira. *O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas/SP: Unicamp, 1990.
- _____. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- Le Grand Robert de la langue française – Version électronique*. Paris : Le Robert / SEJER, 2005.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.
- LE MOS BRITO, José Gabriel de. *A nova constituição brasileira*. Promulgada em 16 de julho de 1934. Precedida de uma notícia histórica e seguida de um amplo índice alfabético remissivo. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1934.
- LENINE. *La révolution bolcheviste : Écrits et discours de Lénine de 1917 à 1923*. Paris: Payot, 1970.
- LENTHÉRIC, Charles. *Les villes mortes du golfe de Lyon : Illiberris, Ruscino, Narbon, Agde, Maguelone, Aigues-mortes, Arles, les Saintes-Maries*. Paris: Plon, 1876.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e as decadências da Primeira República. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Vol. 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- LIMA, Luiz Costa (Seleção, tradução e introdução). *A literatura e o leitor: textos de estética e*

- recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Frestas: A teorização em um país periférico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- _____. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- _____. *Mimesis e modernidade: Formas das sombras*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. *Terra ignota – A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LIMA, Nísia Trindade; MIRANDA DE SÁ, Dominichi (org's). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo Editora, 2010.
- _____. *Cidades mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- _____. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno x - da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.
- LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso – humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993
- _____. (Org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça como questão – História, Ciência e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.
- MALERBA, Jurandir (org). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARINETTI, Filippo Tommaso. *Futurismo: manifestos de Marinetti e seu companheiros*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1926.
- MARITAIN, Jacques. *Antimoderne : Nouvelle édition revue et augmentée*. Paris: Éditions de la Revue des Jeunes, 1922.
- MARSON, Adalberto. *A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MARTINS, Luís. *João do Rio. Uma antologia*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1971.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. (1915-1933). Vol. VI. Ponta Grossa: UEPG, 2010.*
- _____. *O modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- MENDES, Cândido. *Dr Alceu: da “persona” à pessoa*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- MÉRY, Joseph. *Napoléon en Égypte. Poème en huit chants, par Barthélemy et Méry*. Paris: Ambroise Dupont, 1828.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil(1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difusel, 1979.
- _____. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- _____. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da Literatura Brasileira. Prosa de Ficção (1870-1920)*.

- Vol XII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.
- MOISÉS, Massaud. *A criação literária: prosa*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- MOLLIER, Jean-Yves. *O camelô*. Figura emblemática da comunicação. São Paulo: EdUSP, 2009.
- MONTEIRO, Norma Gouveia. *Alceu Amoroso Lima: ideia, vontade, ação da intelectualidade católica no Brasil*. [dissertação de mestrado] Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1991.
- MONTELLO, Josué. *O modernismo na Academia*. Rio de Janeiro, ABL, 1994.
- MORAES, Marco Antonio de. *Orgulho de jamais aconselhar: A epistolografia de Mário de Andrade*. São Paulo: EdUSP, 2007.
- MORAES, Kleiton de Sousa. *Catullo da Paixão Cearense ou Como se constrói um autor (1894-1946)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de História / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2014.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições, 1978.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil. A vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde/Portugal: Pedago, 2013.
- MÜLLER, Bertrand. *Lucien Febvre, lecteur et critique*. Paris : Albin Michel, 2003.
- MURPHY, David Thomas. *The heroic Earth: Geopolitical Thought in Weimar Germany*. Ken, Ohio: The Kent State University Presse.
- NAXARA, Maria Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: Representações do trabalhador nacional (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1991.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A origem da tragédia na música*. Lisboa: Editora Guimarães, 1982.
_____. *Considerações intempestivas*. Lisboa: Presença, 1977.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um Inventário dos Sentidos – Mário de Andrade e a concepção de Patrimônio e Inventário*. São Paulo: FAPESP, 2005.
- NOGUEIRA, Hamilton. *Jackson de Figueiredo*. Rio de Janeiro: Cachete, 1976. (1ª ed. 1928).
- NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- NOIRIEL, Gérard. *Dire la vérité au pouvoir: les intellectuels em question*. Paris: Agone, 2010.
- NUNES, Benedito. *A Clave do Poético*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de Mestrado. UFRS, 2006.
- ORICO, Osvaldo. *Dança dos pirilampos*. São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1923.
- ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean François. *Les intellectuels en France. De l'affaire Dreyfus à nos jours*. Paris : Perrin, 2011.
- PAES, José Paulo. *Gregos e Baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PASSIANI, Enio. *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no*

- Brasil. Bauru/SP: EDUSC, 2003.
- PAULILO, Maria Célia de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIXOTO, Afrânio. *A Esfinge*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1976.
- _____. *Uma mulher como as outras*. Rio de Janeiro: INL, 1976.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- PICCOLI, Fabiola. “*Terra roxa e outras terras*”: modernismo e paulistanidade. Campinas, SP: [s.n.], 1997. Dissertação de mestrado.
- PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. *Lasar Segall: arte em sociedade*. São Paulo: Cosac Naify; Museu Lasar Segall, 2008.
- PINTO, E. Roquette. *Rondônia*. Antropologia. Etnografia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.
- PIRES, Aurélio. *Faculdade de Medicina de Belo Horizonte*. Subsídios e documentos para a história da fundação da mesma. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1927.
- PONGE, Robert. *Surrealismo e novo mundo*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.
- POPKIN, Richard H. *La historia del escepticismo desde Erasmo hasta Spinoza*. Ciudad del México: FCE, 1983.
- POPOFF, Georges. *Sous l'étoile des soviets*. Paris: Plon, 1925.
- POUND, Ezra. *Abc da Literatura*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- PRADO, Antônio Arnoni. *1922 – itinerário de uma falsa vanguarda – o dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRADO, Eduardo. *A Ilusão americana*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. *Roteiro de Macunaíma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- RABATÉ, Jean-Michel (Org.). *The Cambridge companion to Lacan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- RAMOS, Graciliano. *Angústia*. São Paulo: Livraria Martins, 1964.
- RANGEL, Godofredo. *Vida Ociosa*. Belo Horizonte: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.
- RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*. São Paulo: EdUSP, 1997.
- REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paul: Cia das Letras, 2014.
- REIS, Raissa Brescia dos. *Négritude em dois tempos: emergência e instituição de um movimento (1931-1956)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- REIS, Vera Lúcia dos. *O perfeito escriba*. São Paulo: Annablume, 1998.

- RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.
- RIO, João do. *O momento literário* (1907). Curitiba: Criar, 2006.
- RIO, Nilce Rangel del. *As múltiplas vozes de Tristão de Athayde*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- RIVAS, Pierre. *Diálogos interculturais*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- ROBERT, Marthe. *Romance das origens, origens do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- ROBERTS, David D. *Historicism and fascism in modern Italy*. Toronto: University of Toronto, 2007.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: UNB, 1981.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: Uma revista de intelectuais católicos 1934-1945*. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005
- _____. *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica (1928-1946)*. [Tese de Doutorado] Assis: UNESP, 2006.
- RODRIGUES, José Honório. *Ensaio Livres*. São Paulo: Imaginário, 1991.
- RODRIGUES, Leandro Garcia. *Alceu Amoroso Lima: Cultura, religião e vida literária*. São Paulo: EdUSP, 2012.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- ROMERO, Sílvio. *Lucros e perdas: crônica mensal dos acontecimentos*. Rio de Janeiro: Livraria Contemporânea de Faro Lino, 1883.
- _____. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- _____. *Provocações e debates* (Contribuições para o Estudo do Brasil Social). Porto: Livraria Chardron, 1910.
- _____. *Zéverissimações ineptas da crítica (repulsas e desabafos)*. Porto: Oficinas do “Comércio do Porto”, 1909.
- ROMERO, Sylvio. *História da Literatura Brasileira*. Tomo Primeiro 1500-1830. Rio de Janeiro: Garnier, 1888.
- RORTY, Richard. *The linguistic turn: Essays in philosophical method*. Chicago: The University of Chicago, 1992.
- _____. *Wittgenstein e a virada linguística*. Traduzido por Paulo Ghiraldelli Jr. Disponível em http://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/rorty_virada.pdf 9.
- RUSSEL, Bertrand. *Ensaio céticos*. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- _____. *Icarus: The future of science*. London : Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1925.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. *Representações do intelectual*. As conferências Reith de 1993. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SALES, Fernando; GRIECO, Donatello. *Bibliografia crítica de Agripino Grieco*. 1968-1973.

- Rio de Janeiro: Cátedra, 1977.
- SALGADO, Plínio. *O Estrangeiro*: Crônica da vida política. S Paulo: Helios, 1926.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*: A representação humorística na história brasileira: da *Belle Époque* aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 2002
- SAMÓSSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.
- SANTIAGO, Silviano. A literatura brasileira da perspectiva pós-colonial – um depoimento, *Aula Inaugural do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras (UFMG)*. Disponível em:
<https://www.ufmg.br/online/arquivos/037483.shtml>
- _____. *Ora (direis) puxar conversa!* Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SANTOS, André Luiz. *Caminhos de alguns ficcionistas brasileiros após as Impressões de Leitura de Lima Barreto*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2007.
- SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português*: Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações. Campinas: Unicamo, 2004.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura*. São Paulo: Ática, 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Publié par Charles Bally, Professeur à l'Université de Genève et Albert Sechedaye, Privat-Doctent à l'Université de Genève. Avec la collaboration d'Albert Biedlinger, Maitre au Collège de Genève. Paris : Payot, 1922.
- SCHLANGER, Judith E. *Les métaphores de l'organisme*. Paris : Librairie Philosophique J Vrin, 1971.
- SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940.
- _____. *Palavras de um comunista brasileiro à Liga Nacionalista e à mocidade das Escolas*. Rio de Janeiro: s/ed, 1920.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZ, Jorge (Org). *Da antropofagia a Brasília: Brasil: 1920-1950*. São Paulo: Faap; Cosac Y Naify, 2002.
- _____. *Fervor das vanguardas: Arte e literatura na América Latina*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- _____. *Vanguarda e cosmopolitismo na década de 20*. Oliverio Gironde e Oswald de Andrade. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- _____. *Vanguardas latino-americanas: Polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: EdUSP, 2008.
- SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA. *Sérgio Buarque de Holanda. Vida e Obra*. São Paulo: IEB, 1988.
- SERRANO, Jonathas. *Farias Brito – O homem e a obra*. São Paulo: CEN, 1940.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*.

- São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- _____. *Orfeu extático na metrópole...* São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- SILVA, Giovane José da. *O batismo de Clío: catolicismo-social e história em Jonathas Serrano*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São João del Rei, 2011.
- SILVA, Renán. *Lugar de dudas*. Sobre la práctica del análisis histórico. Breviario de inseguridades. Bogotá: Universidad de los Nades, 2014.
- SILVA, Valéria Jacó Da. *Sociabilidade intelectual católica na correspondência de Alceu Amoroso Lima (1928-1945)*. [Dissertação de Mestrado] Assis: UNESP, 2004.
- SIMOES, Teotônio. *Repensando Alberto Torres*. São Paulo: Semente, 1981.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SMITH, William. *Dictionary of greek and roman biography and mythology*. Boston: Little Brown, 1870.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. Análise e depoimentos. São Paulo: Círculo do Livro, 1971.
- _____. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUSA, Jessé. *A modernização seletiva: Uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UNB, 2000.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: CEN, 1939.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. *Pensamento social brasileiro: de Raul Pompeia a Caio Prado Júnior*. Uberlândia: EdUFU, 2011.
- SPITZER, Leo. *Essays on english literature*. New Jersey: Princeton University Press, 2015.
- STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- STHENDAL. *O vermelho e o negro*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: Literatura, técnica e modernização*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. *Papeis colados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- TAUNAY, Affonso de E. *O Encilhamento: Cenas contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.
- TELLES, Gilberto Mendonça. *Contramargem: Estudos de literatura*. Rio de Janeiro: PucRio, 2002.
- _____. *Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- TELES, Pedro Francisco Cabral. *Portugal peninsular na evolução do pensamento geográfico português (1904-1939)*. Tese de doutorado. Universidade do Minho, 2011.
- THALASSA, Ângela. *O primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Comunicação, Pontifícia Universidade de São Paulo, 2007.
- TODOROV, Tzvetan. *Critique de la critique : Un roman d'apprentissage*. Paris : Éditions du Seuil, 1984.
- TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Monumentos de tinta e papel: cultura e política na produção biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940)*. Dissertação de Mestrado.

- UFMG, 2009.
- UNAMUNO, Miguel de. *El sentimiento trágico de la vida*. Madrid: San Marcos, 1930.
- VARILLON, Pierre ; RAMBAUD, Henri. *Enquête sur le maîtres de la jeune littérature*. Suivi de commentaires et de lettres par M^{me} de Noilles ; F P Albert ; Maurice Barrès ; Paul Bourget ; René Boylesve ; André Gide ; Émile Henriot ; Henri Massis ; Charles Maurras. Paris : Bloud & Gay, 1923.
- VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia curupira*. Análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- VASCONCELOS, Carlos. *Deserdados*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo, 1921.
- VELHO, Otávio Guilherme (ORG). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- VENA, Michael (org). *Italian playwrights from the Twentieth Century: A companion text*. [s.l.] Michael Vena, 2013.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- VILLAÇA, Antonio Carlos. *O Desafio da liberdade*. Rio de Janeiro: Agir, 1983.
- VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: Uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- VIVIANI, René. *La mission française en Amérique*. Paris: Flammarion, 1917.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- WEST, Martin Litchfeld. *Introduction to greek metre*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- YEATS, W B. *The collected works of W B Yeats*. The Irish dramatic movement. Vol. III New York: Scribner, 2003.
- ZARKA, Yves Charles. *La destitution des intellectuels*. Paris: Presses universitaires de France, 2010.